00100.200722/2024-10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX SUP. ÚNICO AO Nº 189, SÁBADO, 2 DE NOVEMBRO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Setembro de 2024 5

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Setembro de 2024 27

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Setembro de 2024 81

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Outubro de 2024 123

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de Agosto de 2024 159

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de Setembro de 2024 185

Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de Outubro de 2024 251

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Setembro de 2024 334

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Setembro de 2024 382

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Setembro de 2024 425

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Outubro de 2024 469

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2024 516

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2024 559

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2024 592

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Outubro de 2024 622

Ata da 61ª Reunião, realizada em 21 de Outubro de 2024 656

1.4 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Julho de 2024 706

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Agosto de 2024 728

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Agosto de 2024 764

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Agosto de 2024 841

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de Agosto de 2024 867

1.5.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Ata da 5ª Reunião, realizada em 30 de Outubro de 2024 918

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Setembro de 2024 937

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2024 968

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Outubro de 2024 1000

1.7 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Setembro de 2024 1041

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Outubro de 2024 1092

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Outubro de 2024 1117

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Outubro de 2024 1129

1.8 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Setembro de 2024 1193

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2024 1200

1.9 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Setembro de 2024 1215

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Outubro de 2024 1296

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Outubro de 2024 1319

1.10 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Setembro de 2024 1366

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Otto Alencar, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4312, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3694, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta e altera dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1151, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimado por grave violência ou preso em regime fechado." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento n° 84, de 2024-CAS, de urgência para a Matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1870, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a postergação do pagamento de despesas essenciais intermediadas por instituições financeiras, prazo de 60 dias, de trabalhadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autônomos e profissionais liberais, no caso de situações extremas como pandemias." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1088, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o mês de conscientização sobre doenças inflamatórias intestinais – doença de Crohn e retocolite ulcerativa –, denominado "Maio Roxo"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3775, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4214, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3170, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 2º ao art 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o aumento do prazo da "licença nojo" nos casos em que os familiares autorizem a doação de órgãos." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1754, de 2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2007) - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 1754, de 2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2007). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento n° 85, de 2024-CAS, de urgência para a Matéria. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5302, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para assegurar a proteção aos créditos trabalhistas na falência ou recuperação judicial." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 598, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, para dispor sobre acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 81, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Hipertensão Intracraniana Idiopática." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 82, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Pasta." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 83, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a reestruturação da Carreira e greve dos Servidores do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 84, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1151/2023, que "altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimado por grave violência ou preso em regime fechado"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 85, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1754/2024 (Substitutivo-CD), que "altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/04

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes documentos:

- cópia do Ofício nº 1.484/2024, do Conselho Nacional de Saúde, o qual encaminha a recomendação relativa ao Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas correntes específicas nos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados;

- cópia do Ofício nº 41/2024, da Associação Brasileira de Antropologia, o qual encaminha moção relativa a ataques sofridos por comunidades indígenas caiuás no Mato Grosso do Sul;

- cópias de ofícios e moções de câmaras municipais contendo considerações sobre a Resolução nº 2.378/2024, do Conselho Federal de Medicina, que regulamenta o ato médico de assistolia fetal para interrupção da gravidez, nos casos de aborto previstos em lei oriundos de estupro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os expedientes citados encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão.

Fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, nas deliberações nominais, bem como nas matérias terminativas, tendo colocado, obviamente, o nome no painel.

Informo que os itens 2, 4, 5, 7 e 10 foram retirados de pauta, a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3694, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta e altera dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1870, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a postergação do pagamento de despesas essenciais intermediadas por instituições financeiras, prazo de 60 dias, de trabalhadores autônomos e profissionais liberais, no caso de situações extremas como pandemias.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1088, DE 2024

- Terminativo -

Institui o mês de conscientização sobre doenças inflamatórias intestinais – doença de Crohn e retocolite ulcerativa –, denominado "Maio Roxo".

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4214, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 5302, DE 2020

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para assegurar a proteção aos créditos trabalhistas na falência ou recuperação judicial.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 14/08/2024.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Quero saudar aqui a Senadora, sempre presente, Damares Alves. Somos colegas de várias Comissões também. É uma Parlamentar extremamente atuante, sintonizada, dedicada à questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ser humano, eu diria, de uma maneira geral, como educação, direitos humanos, assuntos sociais. É muito importante. (*Pausa.*)

Agradecemos também a presença ao Senador Paulo Paim, que, gentilmente, está também sempre nos apoiando, ajudando e trabalhando em conjunto.

Passo de imediato, Paulo Paim, ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1151, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimado por grave violência ou preso em regime fechado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação).

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

Com a palavra V. Exa., que preside a CDH.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Senador Flávio Arns, sempre é uma alegria estarmos sob a sua Presidência, em qualquer Comissão. E V. Exa., hoje, aqui na CAS assume porque o Presidente Humberto Costa está numa missão na CCJ, num debate acalorado lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente, até para esclarecer que estou presidindo a pedido do Senador Humberto Costa, que está lá na CCJ, também atuando – como aliás todos os Senadores, que têm que estar em várias Comissões ao mesmo tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estava na Comissão de Meio Ambiente, que a Leila está presidindo, com a presença da Ministra Marina Silva. A Marina Silva é que está lá. É tanto ministro para lá e para cá! Eu falava, inclusive, que hoje aprovaremos, provavelmente, um requerimento na CDH, em que a Ministra Cida, das Mulheres, deverá lançar, como já lançou em outros lugares, a campanha Feminicídio Zero. Na leitura do requerimento que fiz, a Senadora Damares estava presente e também fez a defesa. Vamos aprová-lo hoje.

Eu aqui, Presidente, se V. Exa. me permitir, vou direto à análise para que eu possa, às 11h, abrir a CDH; mas ficarei aqui o tempo necessário.

Compete à CAS opinar sobre a matéria no que diz respeito à competência do Sistema Único de Saúde (SUS) e à proteção e à defesa da saúde, conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse sentido, o mérito da proposição oriunda da Câmara dos Deputados é inquestionável. Com efeito, o SUS, por mandamento constitucional, deve adotar políticas "que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Ora, é exatamente esse o escopo do PL 1.151, da nobre Deputada Laura Carneiro. O projeto é de 2023 e busca direcionar as ações já executadas pelo sistema a determinados grupos de beneficiários.

A exposição à violência está associada a inúmeros prejuízos ao desenvolvimento e à saúde mental – a quem se dirige aqui o projeto – no caso de crianças e adolescentes, a exemplo de problemas de comportamento externalizantes – comportamento agressivo e violação de regras – e depressão, além do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Esse transtorno é um dos problemas de saúde mental mais associado à vitimização por violência. Atinge crianças, adolescentes e adultos após experiência pessoal, testemunho ou conhecimento de eventos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

põem em risco a vida ou integridade física, própria ou de outros, especialmente de pessoas do núcleo familiar.

O TEPT caracteriza-se pelo aparecimento de sintomas de ansiedade após a exposição a um evento traumático que foi vivenciado com medo e horror. Essa exposição implica a vivência direta de um evento traumático ou o testemunho ou o conhecimento de um evento ameaçador à integridade pessoal.

No âmbito da família, agressões físicas graves, abuso sexual, tortura, ameaças à vida da pessoa ou de alguém próximo podem ser considerados como eventos graves, com potencial de desencadear o quadro do chamado TEPT.

Dessa forma, é fundamental o encaminhamento de crianças e adolescentes cujos pais ou responsáveis foram vítimas de violência grave para serviços de atenção psicossocial, a fim de abordar o problema antes mesmo que ele se torne mais grave e potencialmente irreversível.

Em relação aos filhos de pessoas encarceradas, a situação é também delicada. Os mecanismos psicopatológicos são diferentes, mas o impacto sobre a saúde mental das crianças e dos adolescentes pode ser equivalente ao da vivência de situações de violência. De acordo com a psicóloga Alessandra Vieira: "O ódio que a sociedade alimenta contra quem é alvo do sistema penal repercute sobre as crianças e jovens. Muitas, inclusive, deixam a escola por sofrerem preconceito, e essas crianças são invisíveis para o Estado, que não desenvolve nenhum tipo de proteção para quem passa por esse tipo de experiência".

Aqui, simplificando, são filhos de presos. Independentemente do que aconteceu, a criança não pode ser culpada e motivo de *bullying* – *bullying* de nenhum tipo, estamos falando de um deles.

Com efeito, queda no rendimento escolar, isolamento dos colegas, repressão dos próprios sentimentos e, não raro, o adoecimento mental são algumas das consequências que esses menores costumam suportar. O levantamento realizado em 2006 por Andrea Santos, intitulado “Pais encarcerados: filhos invisíveis”, relata de maneira dramática o sofrimento psíquico imposto aos filhos de pais presos e suas consequências sobre a saúde mental desses jovens. A leitura do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto, recomendada pela autora da proposição sob análise, nos fornece uma visão profunda e impactante das mazelas do sistema carcerário brasileiro sob a perspectiva dos filhos dos detentos.

Terminando, Sr. Presidente.

A iniciativa da nobre Deputada Laura Carneiro, que está contida no PL nº 1.151, de 2023, certamente contribuirá para mitigar o sofrimento psíquico, e suas consequências, experimentados por crianças e adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimado por grave violência ou preso em regime fechado, ainda que não seja capaz de eliminá-los completamente. É o mínimo que se espera do Estado brasileiro para proteger a saúde mental de nossos jovens.

A Emenda nº 1 – CDH, por seu turno, promove apenas a adequação do texto normativo aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, e deve ser acolhida.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.151, de 2023, da nobre Deputada Laura Carneiro, e da emenda da CDH, que é uma emenda de adequação, consequentemente de redação, que assim o projeto não precisará voltar para a Câmara dos Deputados.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim pelo relatório.

Está em discussão a matéria.

Eu quero só destacar, da minha parte, que seria interessante, Senador Paulo Paim, Senadora Damares Alves, oficiarmos aos Ministérios da Educação e da Saúde para saber como que esse atendimento na área da saúde mental está acontecendo, particularmente nessa interlocução entre saúde e educação, porque nós estamos tratando de crianças e adolescentes que estão nas escolas também, não é? E um dos pleitos maiores da escola é que haja o atendimento de saúde mental numa articulação entre saúde e educação, não é verdade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pandemia, por exemplo, os reflexos aqui, os pais encarcerados, violência que acontece, e as crianças precisam ser atendidas, e os adolescentes. Então, vamos fazer talvez um ofício para a próxima reunião...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... para que o ministério detalhe como que isso vem acontecendo, porque é um pleito do Brasil inteiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Poderia até lembrar a situação do Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... muito pelas cheias, e talvez em outras regiões do país, ou a seca, ou o fogo agora. Eu vinha vindo ali da Comissão do Meio Ambiente, a Senadora Leila fazia uma exposição do chamado "dia do fogo", não importa. O que está acontecendo no Brasil: seca numa região, fogo na outra, enchente em outra, o que levará a um debate, inclusive no Rio Grande do Sul, dos filhos que ficaram sem pais, sem mães, sem avós, devido às enchentes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E que ficaram também numa situação de desespero. Como adotar, como recuperar, como trabalhar com a mente deles? E o Rio Grande do Sul, o último dado que eu recebi, está entre os estados com o maior número de suicídios de adolescentes. Tudo na linha que V. Exa. falou aí.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se concordarem, Senadores Paulo Paim e Damares, claro que a gente pode oficiar, mas eu acho que oficiar é pouco. Eu acho que deveríamos trazer esse debate aqui para dentro da Comissão e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazermos uma audiência pública, externando esses problemas todos e as iniciativas, porque é algo muito importante.

Muito bem.

Encerrada a discussão.

Em votação, o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH-CAS.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, se me permite, assessoria nos ajudando, concordando com V. Exa., existe o PSE, que é Programa Saúde nas Escolas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que eles sejam estão convidados para essa audiência pública para falar sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso da educação, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Saúde nas Escolas, mas em articulação com o Ministério da Saúde, porque muitos desses atendimentos são clínicos também e, ao mesmo tempo, atendimentos de orientação para... Aliás, já temos até a lei que diz que o assistente social e o psicólogo têm que fazer parte da equipe educacional; do ponto de vista educacional, e não clínico, porque, às vezes, a pessoa pensa: "Não, vai transformar a escola numa clínica". Não, quando há casos que precisam de um atendimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individual, mas aí a saúde tem que colaborar. Senão, é um trabalho articulado, porque o professor vai até um ponto também, depois tem que ter o apoio de outros profissionais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. (*Pausa.*)

Há requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento 82, de 2024-CAS, de autoria do Presidente da Comissão, Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 82, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Pasta.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

Também obviamente, não havendo óbices para a inclusão em pauta, passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimento o Senador Humberto Costa pela iniciativa. Eu acho que seria um bom momento... Hoje há na sociedade aqueles que defendem – não é o caso do Ministro – inclusive uma nova reforma da previdência. Então, devido a isso, e também preocupado, e querendo saber quais são as medidas que o ministério está tomando nessa área de todos os benefícios da previdência social, é que o Presidente Humberto Costa – e nós assinamos o requerimento também –, na justificativa, bem simples, botou que a Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assuntos Sociais, nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal tem, dentre suas competências, o debate de matérias que se refiram a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social. Portanto, esta Comissão, em harmonia com o Poder Executivo, tem como um de seus objetivos contribuir com as ações deste ministério, buscando atender as demandas da sociedade.

O convite, então, é dirigido ao Exmo. Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as ações do ministério e os planejamentos e diretrizes governamentais da pasta.

A pasta da previdência é ampla, todos os benefícios, não é? E claro que eu vou também, no momento, conversar, dialogar e fazer perguntas sobre a situação dos aposentados e pensionistas.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero, inclusive, colocar um outro item extrapauta relacionado a este e perguntar a V. Exa.: não é bem, quer dizer, o Ministro foi dar o panorama geral, mas os servidores do INSS continuam em greve, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Continuam em greve.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Continuam em greve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós recebemos também a visita de representação nacional dos servidores e nós dissemos que procuraríamos aprovar um requerimento, que, aliás, já foi feito, inclusive, por V. Exa. – não é? –, eu acho que na CDH já foi feita uma discussão, para que a gente possa com eles, assim, fazer essa discussão também.

Então, consulto os Senadores e as Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento 83, de 2024-CAS, apresentado por esta Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo objeção...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, só para dizer da minha concordância, explicando que, na CDH, foi um tema mais amplo, e eles entraram também, porque estão em greve, e claro que eu dei oportunidade para eles falarem. Por isso, eu cumprimento a Presidência, para fazer um debate sobre a situação...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Específica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... específica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

Nós já fizemos, inclusive na Comissão de Educação, duas audiências públicas relacionadas ao Inep e ao FNDE, e isso colaborou para que, no final da mesa de negociação, chegassem a um entendimento, a um acordo, com a participação da Ministra também da Gestão e do próprio Ministro da Educação.

Muito bem.

Incluído, extrapauta, o requerimento de realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a reestruturação da carreira e greve dos servidores do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 83, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a reestruturação da Carreira e greve dos Servidores do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Perguntei para as pessoas quais seriam os representantes de expressão nacional que poderiam vir. Eles propuseram – e nada impede que mais alguém seja colocado...

"Proponho para a audiência as presenças dos seguintes convidados: a Sra. Thaize Antunes, servidora representante da categoria; o Sr. Daniel Daltoe, servidor representante da categoria; e o Sr. André Luiz Marques Pedro, servidor representante nacional da categoria".

Está em discussão o requerimento, com os esclarecimentos que foram dados. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação simbólica.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... o item 3, relatado pelo Senador Paim, é por demais importante. Por mais que nós tenhamos discutido aqui, em audiência pública, tudo que nós vamos falar em torno do assunto...

Eu trabalho diretamente, Presidente, com os órfãos do feminicídio, e tem um público que me arranca lágrimas todos os dias: são as crianças órfãs do feminicídio, Senador Paim.

Dessa criança, a mãe está morta e o pai está preso. A dor dessas crianças, ela é... Não tem como medir a dor de uma criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na escola começa assim, Presidente: "Teu pai matou tua mãe". Os problemas começam ali na escola.

Tirar da escola, ir para um lugar em que ela possa recomeçar, estar mais próxima de familiares...

Ela perde imediatamente a família do agressor.

Às vezes, ela é apaixonada pela avó paterna, mas a avó materna não vai deixá-la ter mais contato com a avó paterna, porque "seu filho matou minha filha". É uma loucura.

Então, dada a grandiosidade dessa proposta, Presidente Flávio Arns, eu gostaria de pedir requerimento para esse projeto ter urgência, já seguir – ele já foi amplamente discutido na Câmara... Se possível, a gente votar um regime de urgência para esse projeto. E se o Senador Paim não se importar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se for possível, Presidente, eu queria me somar.

E digo à Senadora Damares: alguém tinha me pedido. Eu me esqueci. Depois de uma idade, a gente não lembra tudo, viu? Ainda bem que a senhora me socorreu.

Havia já um pedido para que esse projeto fosse nesse sentido. Então, quero só me somar à lembrança dela. Se possível, que ele vá ao Plenário, em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, coloco em votação o requerimento de urgência apresentado pela Senadora Damares Alves em relação ao Projeto de Lei 1.151, de 2023, relatado pelo Senador Paulo Paim.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não vendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns.

Eu só pergunto para o Senador Paulo Paim... já são 11h, está abrindo lá também daqui a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Isso, eu tenho que abrir lá...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – .... mas se mais alguma questão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, só se V. Exa. pudesse me substituir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... só para eu relatar um projeto não terminativo.

Passo, então, a Presidência ao Senador Paulo Paim, já que eu vou relatar o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente Flávio Arns.

Cumprimento o Presidente Humberto Costa, (*Fora do microfone.*) que não está aqui porque está em um debate na CCJ, e também a Senadora Damares, que está aqui presente.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1754, DE 2024 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, DE 2007)

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 1754, de 2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2007).

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu passo diretamente à análise, Sr. Presidente.

A proposição está de acordo com os aspectos legais, constitucionais, regimentais, e a proposição se orientava por incorporar à lei a orientação jurisprudencial majoritária referente ao tema, que já vinha reconhecendo que o exercício de função em cooperativa, não explicitamente rural, ainda que remunerada, não acarretaria o reenquadramento do segurado especial em outra categoria.

A redação dada pelo substitutivo da Câmara dos Deputados modifica a redação original para dispor que: a) a condição de segurado especial não será afastada em decorrência da sua associação à cooperativa de qualquer tipo, com exceção das cooperativas de trabalho; e b) em consequência, a eleição para cargo administrativo ou supervisório de cooperativa de qualquer tipo não representará uma descaracterização da qualidade de segurado especial, ressalvadas novamente as cooperativas de trabalho.

Afasta-se dessa maneira a aplicação do §2º do art. 12 da Lei nº 8.212, de 1991 (e do art. 11, §2º da Lei nº 8.213), que dispõe que "todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas".

A matéria, recordemos, não busca modificar ou ampliar a abrangência da categoria de segurado especial, a qual continua a ser composta, nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 8.212 (e art. 11 da Lei nº 8.213), do produtor rural, do seringueiro, do extrativista vegetal, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pescador artesanal e de seus cônjuges, filhos e assemelhados que desempenhem atividades em regime de economia familiar.

Nesse sentido, não gera impacto direto no financiamento da Previdência Social, dado que não cria, amplia ou franqueia o acesso a benefício previdenciário a que o segurado já não tivesse direito e se insere em entendimento jurisprudencial que é amplamente majoritário.

Ainda, representa um ato de justiça, ao reconhecer que a mera associação a cooperativa de qualquer natureza ou sua direção não representa a perda da qualidade de segurado especial, hipótese que já é reconhecida legalmente quanto às cooperativas rurais, bem como aos dirigentes de sindicatos rurais, relembre-se.

As modificações da Câmara dos Deputados foram relevantes, por adaptarem o projeto às modificações legais ocorridas desde 2007, ano de sua apresentação nesta Casa – como, por exemplo, a possibilidade de utilização de empregados alheios ao núcleo familiar, reconhecida no §8º do art. 12, que foi incluído pela Lei 12.873, de 24 de outubro de 2013.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.754, de 2024, na forma do Substitutivo da Câmara dos Deputados (PLS nº 580/2007, PL 488/2011).

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

A Presidência e a assessoria: "Tem que devolver agora para o Presidente". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devolvo a Presidência para o Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Também, Senadora Damares Alves, só em relação ao projeto que acabamos de ler, das cooperativas, só... Eu me esqueci de dizer antes: peço o requerimento de urgência para apreciação no Plenário. (*Pausa.*)

Não havendo objeções, está em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Agradeço a presença da Senadora Damares Alves, do nosso amigo, Presidente da CDH, que tem que ir para outra Comissão...

Lembro ainda que os demais projetos desta Comissão são terminativos, mas, como várias Comissões estão em andamento neste momento e os Relatores também estão nessas reuniões, deixaremos esses itens para a próxima reunião desta Comissão de Assuntos Sociais.

Lembro que amanhã, às 10h, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre as medidas de prevenção e de tratamento dos transtornos alimentares no Brasil. Muito importante.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dois minutos do dia cinco de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Izalci Lucas e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2023 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater sobre as medidas de prevenção e de tratamento dos transtornos alimentares no Brasil. **Participantes:** Maria Edna de Melo, Representante da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica - ABESO; Vivian Marques Miguel Suen, Representante do Programa de Tratamento de Transtornos Alimentares do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP; Alexandre de Rezende Pinto, Representante do Programa de Tratamento de Transtornos Alimentares do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF; Priscilla Gil, Representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia - SBEM; José Carlos Borges Appolinário, Coordenador da Comissão de Transtornos Alimentares da Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP; e Táki Athanássios Cordás, Representante do Programa de Tratamento de Transtornos Alimentares do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/05

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 2, de 2023, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre as medidas de prevenção e de tratamento dos transtornos alimentares no Brasil.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Inclusive já informo que estamos com uma excelente audiência. As perguntas já estão chegando para os nossos expositores e, à medida que os senhores forem falando, vamos lendo as perguntas.

Temos hoje ilustres convidados, e já começo agradecendo a todos os senhores que aceitaram o convite para estarem na Comissão de Assuntos Sociais.

Esta é a Comissão que discute saúde aqui no Senado Federal, uma Comissão presidida pelo ex-Ministro da Saúde e hoje Senador Humberto Costa, uma Comissão composta por Senadores que têm um olhar voltado para a área da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos desde 2023 buscando esta audiência pública, este debate, porque todos nós Senadores estamos sendo acionados pelas famílias em todo o país sobre o transtorno alimentar. Nós estamos recebendo *e-mails*, pessoas estão indo nos procurar nos gabinetes, e nós precisamos nesta legislatura fazer o debate.

O Senado foi renovado na última eleição, acreditamos que pelo menos um terço dos Senadores que estão aqui nunca participaram de um debate no Parlamento sobre transtorno alimentar. Então, há necessidade desta audiência. A gente procurou fazer antes, mas este é o momento certo para a gente fazer o debate.

Nós queremos também pedir aos nossos convidados que nos ajudem com encaminhamentos. O que nós podemos fazer como Parlamento para, juntos, enfrentarmos o transtorno alimentar?

Nós temos como convidada hoje a Priscilla Gil, que está presencialmente, representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia – muito bem-vinda, Dra. Priscilla –; nós temos a Maria Edna de Melo, representante da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica – muito bem-vinda, Dra. Maria Edna –; o José Carlos Borges Appolinário, Coordenador da Comissão de Transtornos Alimentares da Associação Brasileira de Psiquiatria – Doutor, obrigada por estar com a gente; a ABP está sempre nos ajudando em todos os trabalhos que a gente faz aqui nesta Casa –; Dr. Táki Cordás, representante do Programa de Tratamento de Transtornos Alimentares do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – Doutor, que alegria recebê-lo –; a Dra. Vivian Marques Miguel, representante do Programa de Tratamento de Transtornos Alimentares do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; e temos ainda o Dr. Alexandre de Rezende Pinto, representante do Programa de Tratamento de Transtornos Alimentares do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Quando eu li os nomes e a qualificação, eu já mandei um recado para todos que estão nos assistindo, que estão acompanhando a audiência de que será de fato um encontro, um debate de alto nível.

Doutores, muito obrigada mesmo por dedicarem uma parte do tempo dos senhores, todos os senhores, com muitas atividades com certeza, com uma agenda muito corrida, mas estarem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa forma se disponibilizando, no Parlamento, a fazer um debate sobre um assunto tão importante.

Eu queria apenas informar que cada um terá dez minutos para exposição. E quero informar para os que estão nos acompanhando, quem está ligando a TV agora, quem está pela internet, que as apresentações ficarão disponíveis depois aqui no portal da Comissão. Essas apresentações, doutores, acreditem, a sociedade depois busca, pesquisadores buscam, médicos buscam, estudantes buscam. Então, obrigada também por estarem – quem vai trazer a apresentação – disponibilizando para a sociedade, para a Comissão.

Informo que nós temos Senadores *online* acompanhando. Os gabinetes dos membros da Comissão estão acompanhando também. E, durante as exposições, senhores, se um Senador entrar e pedir a palavra para falar tão logo um dos senhores façam a exposição, nós vamos conceder, porque os Senadores hoje estão divididos em diversas Comissões. Então, eles vêm correndo, participam, vão para outra Comissão – essa é a nossa dinâmica.

Vai tocar uma campainha nos dez minutos, mas não se assustem. Eu sou bem generosa. Eu vou aqui acrescentando o tempo necessário. O que eu e a equipe técnica entendemos? O assunto é muito sério. E eu não posso condicionar especialistas como os senhores a dez minutos tão somente. Então, se precisar expandir o tempo, eu vou permitir. Depois das exposições, quem puder continuar com a gente até o final, continue, porque as perguntas chegam. E, no final, a gente vai dar mais dez minutos para cada um dos expositores fazer as considerações finais, interagir com outro expositor e também já fazer os seus encaminhamentos.

Doutores, um dos motivos da apresentação do requerimento foi também a preocupação das famílias com a nova onda das redes sociais. Se a gente puder também falar sobre isto, em que pseudoespecialistas em nutrição, ou às vezes um adolescente *influencer* influenciando uma geração a se alimentar mal, e os pais vindo falar conosco que adolescentes estão com transtorno alimentar por conta da influência das redes sociais.

E aí, Doutores, eu lido com esse assunto há muitos anos, eu fui assessora nesta Comissão, nesta Casa, há muitos anos, e eu nunca vi a preocupação dos pais com crianças e adolescentes com transtornos alimentares por influência da rede, como eu estou vendo nos últimos anos. Claro, a rede está aí influenciando essa geração há uns 15 anos, e claro que o problema só aumenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a gente puder também, se algum dos senhores se sentir à vontade de falar também sobre esta influência das redes sociais, e o que nós podemos fazer, de que forma vamos poder enfrentar adolescentes com transtorno alimentar tão somente por influências externas. E, claro, além da influência dos pseudonutricionistas e das pessoas que apresentam milagres nas redes sociais, nós temos visto os tais desafios em que os adolescentes são chamados o tempo todo a fazerem brincadeiras e desafios que colocam em risco a saúde e a vida dos meninos, e também dos adultos. Tem muitos adultos caindo nesses desafios absurdos que as redes sociais estão ofertando.

E, no final, senhores, o que esta Comissão pode apresentar como proposta legislativa, como ações concretas, de que forma o Senado pode ajudá-los de forma concreta?

E, claro, doutores, não tem saúde sem investimento, não tem saúde sem dinheiro. E nós estamos aqui, muito próximos de a gente começar a discutir o Orçamento da União, já estamos discutindo a LDO, agora vem a LOA. Então, se os senhores nos provocarem, "olha, Senadora, a Comissão vai ter que sentar e discutir uma emenda, uma ação programática no Orçamento, porque nós precisamos de recursos", esta é a Comissão certa para a gente também discutir sobre investimento em pesquisa, investimentos em programas, investimentos financeiros, recursos lá no Orçamento da União. Repito, não se tem políticas públicas, não se tem saúde no Brasil sem o Orçamento.

Então, vai ser nesse nível que nós vamos conduzir, nesse direcionamento, mas os senhores fiquem bem à vontade para fazer a abordagem que os senhores trouxeram para esta audiência.

Então, nós vamos começar, neste momento, ouvindo o Dr. José Carlos Borges Appolinário, Coordenador da Comissão de Transtornos Alimentares da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Bem-vindo, Doutor! Dez minutos para começar.

O SR. JOSÉ CARLOS BORGES APPOLINÁRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiramente eu gostaria de agradecer a sua iniciativa, Senadora Damares, por puxar esse tema tão importante para nós que trabalhamos com transtornos alimentares há tanto tempo, e isso é muito importante para a gente ter esse tema sendo debatido. Quero agradecer também ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa, que, como a senhora falou, também lidera esta Comissão, a todos os Senadores e Parlamentares presentes, aos colegas presentes também.

Eu estou aqui representando a Associação Brasileira de Psiquiatria. Só vou aqui colocar a minha apresentação, que estou abrindo aqui, já. (*Pausa.*)

Eu vou colocar na apresentação de tela. É só para confirmar se todos estão vendo. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos vendo, estamos vendo!

O SR. JOSÉ CARLOS BORGES APPOLINÁRIO (*Por videoconferência.*) – Então, eu vou tentar fazer um painel sobre os transtornos alimentares, acho que os colegas vão também contribuir nisso. E essa é uma contribuição da Comissão de Transtornos Alimentares da Associação Brasileira de Psiquiatria. Além de Coordenador dessa comissão, eu sou Coordenador do Grupo de Obesidade e Transtornos Alimentares do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia. Eu coordeno a área aqui no Instituto de Psiquiatria; uma outra colega, que é a Dra. Silvia, coordena lá no Instituto de Endocrinologia.

Bom, o primeiro ponto, a gente tem aqui uma definição muito geral: os transtornos alimentares estão incluídos nas principais classificações diagnósticas hoje em dia, tanto na CID-11, que é a proposta de classificação da Organização Mundial de Saúde, quanto na DSM-5, e envolvem um conjunto muito amplo de condições clínicas. As pessoas conhecem mais a anorexia nervosa, a bulimia nervosa e o transtorno de compulsão alimentar, mas vocês podem ver que há outras condições que acometem pessoas mais precocemente, como o Transtorno Alimentar Restritivo Evitativo; o Transtorno de Ruminação; e também as chamadas síndromes parciais, pessoas que não apresentam um diagnóstico completo, mas apresentam quadros iniciais ou quadros ainda não completos que também buscam muito atendimento de serviço. Esses quadros que não são completos, que são os chamados outros transtornos alimentares especificados – anorexia nervosa atípica, bulimia nervosa atípica, transtorno de compulsão alimentar atípico, transtorno de purgação, síndrome do comer noturno –, todos esses transtornos têm uma frequência até maior do que os transtornos mentais propriamente... os transtornos alimentares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que todos conhecem e impactam muito os serviços de saúde, porque essas pessoas buscam atendimento, e nós recebemos nos nossos serviços pacientes com esses diagnósticos.

Recentemente, uma pesquisadora recalculou a chamada carga de doença, que é o peso, o impacto que os transtornos alimentares causam. É normalmente feita uma análise pela Organização Mundial de Saúde, e os transtornos alimentares estavam sub-representados nessa análise da Organização Mundial de Saúde. E essa pesquisadora recalculou incluindo estas condições: tanto o transtorno de compulsão alimentar quanto esses transtornos parciais, que não preenchem completamente os critérios. E o que ela observou é que, incluindo esses transtornos, a frequência dos transtornos alimentares era muito semelhante até a de alguns transtornos de uso de substâncias, tinha um paralelismo com esses transtornos e era até maior que a de outras condições psiquiátricas, como transtorno bipolar, transtorno do espectro autista e transtorno da conduta. Isso também implicava uma carga muito grande da doença, consumindo anos de vida e também qualidade de vida dessas pessoas.

O que a gente pode dizer em termos de características gerais, bem gerais em relação aos transtornos alimentares? Eles podem se iniciar muito cedo na vida do indivíduo e se mantêm presentes por vários anos. Grande parte desses casos apresenta sintomas iniciais que permanecem pouco diagnosticáveis no início, pouco visíveis, retardando o diagnóstico inicial. Eles tendem, como eu já falei, a ser condições mais persistentes. E os quadros mais graves são de difícil recuperação, alguma vez levando até ao óbito – o caso da anorexia nervosa é o transtorno psiquiátrico que tem uma prevalência mais elevada de óbito, mais até do que outras condições, como, por exemplo, esquizofrenia e outros.

Frente a isso, intervenções, tratamentos mais cedo, precoces, são recomendados, são relacionados com uma resposta mais adequada, sendo que o tratamento dessas condições exige uma equipe constituída de vários profissionais, integrada. E desses profissionais fazem parte o psiquiatra, o psicólogo, o nutricionista, os clínicos, os endocrinologistas e os pediatras, e outros profissionais de saúde também podem se incorporar. Geralmente é um tratamento que não é feito isoladamente por um dos profissionais só.

A assistência a esses pacientes tem peculiaridades muito características, porque os profissionais que tratam dessas condições necessitam de treinamentos mais específicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionados a esses quadros, que, muitas vezes, na maioria das vezes, não são cobertos pelas suas formações nem na graduação, nem mesmo nas suas especializações. Então, é necessário treinamentos específicos para as pessoas lidarem com esses pacientes.

Além dessa formação profissional específica, o próprio ambiente de tratamento é um pouco distinto do dos outros transtornos psiquiátricos em geral, necessitando recursos diferenciados e uma rede adequada de atenção. Alguns países já conseguiram fazer isso, estabelecendo desde atendimentos em nível primário na assistência básica, como, em casos mais complexos, em ambulatórios especializados ou em unidades até de hospitalização, tanto parcial ou completa, em determinados casos mais complexos. E, principalmente, para uma adequada provisão de serviço, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas específicas.

Nós, no Brasil, temos alguns dados relacionados já a transtornos alimentares. Eu acho que o primeiro que a gente tem é um dado feito por uma pesquisadora da UFRGS, que avaliou, na população de Porto Alegre, numa amostra representativa, uma frequência de 10% de pessoas, geralmente jovens, com comportamento alimentar anormal. Muito importante: essa pesquisadora seguiu essas pessoas da população e, após 4 anos, observou que essas pessoas mantinham esses comportamentos alimentares anormais mesmo depois, do tipo compulsão alimentar, do tipo abuso de laxativos ou diuréticos.

Os primeiros estudos, mesmo, com diagnóstico foram realizados, primeiramente, em São Paulo, num projeto que é um projeto de extensão da Organização Mundial de Saúde, que avaliou transtorno de compulsão alimentar e bulimia nervosa nos últimos 12 meses em São Paulo, encontrando prevalências de 1,8% e 0,9% de compulsão alimentar e bulimia. No Rio de Janeiro, o nosso grupo realizou um estudo também de base populacional com 2,2 mil pessoas, avaliando transtorno de compulsão alimentar, bulimia nervosa e compulsão alimentar recorrente nessa população, encontrando taxas semelhantes nos últimos três meses: 1,4% para transtorno de compulsão alimentar, 0,8% para bulimia nervosa e, compulsão alimentar recorrente, 6,2%.

Uma pesquisadora do Instituto de Nutrição da UFRJ acompanhou uma coorte de adolescentes e mostrou que entre, 2005 e 2010, houve um aumento de comportamentos alimentares anormais, como compulsão alimentar. E, principalmente, adolescentes com excesso de peso eram mais propensas a se envolver em dieta rigorosa ou jejum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assistência no Brasil. Esses são dados muito... A gente tem muito pouca informação em relação a isso. Esses são dados compilados por uma das pessoas que fazem parte da comissão, a Dra. Mireille Almeida, que fez um histórico da assistência no Brasil. Então, a assistência começa com grupos especializados que iniciaram, já, há cerca de 30 anos, basicamente, esses núcleos localizados em instituições universitárias. Aqui a gente vai ter o Prof. Táki falando do Ambulim; vamos ter também pessoas falando do Gota; temos o Proata, na Unifesp; o Geata, que foi uma instituição no Rio Grande do Sul; esses foram grupos iniciais. Mais recentemente uma associação, a Astral, avaliou e registrou mais ou menos 47 grupos, desses, 20 públicos e 27 privados, que têm surgido nesses últimos 30 anos. E uma característica é que esses grupos têm pouca articulação com a rede SUS. Não existem políticas públicas desenvolvidas para esses pacientes e o seu atendimento também é pouco sistematizado.

Quanto à prevenção, numa importante revisão publicada pela Profa. Karin, que é do Ambulim, ela avaliou estudos de prevenção na América Latina. O México e o Brasil são os lugares que mais têm estudos nessa área de prevenção. Seis desses estudos são estudos no Brasil, e alguns desses estudos encontraram reduções significativas de transtornos alimentares depois de intervenções específicas realizadas em populações-alvo, como, por exemplo, jovens, mulheres, em determinadas... escolares. Então, isso sinaliza uma possibilidade de continuarmos avaliando, estudando essas possibilidades de prevenção aqui no país.

A Associação Brasileira de Psiquiatria, que eu represento, desenvolveu uma Comissão de Transtornos Alimentares, que funciona desde 2019. Eu a presido, mas é constituída de vários psiquiatras, uma associação de psiquiatria. Ela tem como objetivos: primeiro, ser um fórum permanente de consulta na área de transtornos alimentares; segundo, favorecer um maior treinamento de profissionais na área de transtornos alimentares; melhorar a conscientização sobre os transtornos alimentares na sociedade; avaliar a situação atual e capacitar os psiquiatras na avaliação e atendimento aos transtornos alimentares.

A gente realizou um estudo, que foi publicado agora, recentemente, para avaliar a confiança e o conhecimento dos psiquiatras no atendimento aos transtornos alimentares no Brasil. E a gente se deparou com uma situação muito dramática, muito crítica, de desconhecimento para o tratamento dessas condições. E, também, eles não se sentiram capacitados, por vários motivos, para tratar essas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um outro objetivo é desenvolver instrumentos para padronizar a assistência aos transtornos alimentares. Nós estamos, agora, no final já das nossas diretrizes da Associação Brasileira de Psiquiatria para o tratamento dos transtornos alimentares. Vai ser uma diretriz baseada em evidências. Já está concluída, a gente está escrevendo o texto final para publicação.

Então, é uma associação que tem tido um papel muito importante.

Aqui nós temos algumas publicações que ela tem na área, tanto em termos de divulgação quanto em termos também de estudos específicos.

Bom, para finalizar, eu apontaria a necessidade – e a Senadora Damares falou justamente de necessidade nessa área...

Estudos epidemiológicos sugerem que os transtornos alimentares, no Brasil, apresentam prevalências, frequências muito semelhantes a outros países. Então, eles estão aí.

Comportamentos alimentares alterados parecem estar aumentando em determinadas regiões, como mostrei naquele trabalho feito aqui, no Rio de Janeiro, de base populacional.

Pouco se sabe sobre a assistência aos transtornos alimentares no país, que parece ser limitada e insuficiente.

Alguns estudos sobre prevenção aos transtornos alimentares realizados no país têm apresentado resultados promissores.

E eu diria, com perspectivas futuras – e isso talvez possa fazer parte dessa plataforma, Senadora –, da necessidade de estudos, aí sim, não mais esses estudos que foram feitos em cidades grandes do país, mas estudos com amostras nacionais, com uma representatividade maior tanto de cidades grandes quanto de cidades pequenas, onde a gente pode ter uma variação da distribuição dessas condições no país e de fatores associados, que podem variar de região a região.

Também há uma necessidade de a gente avaliar a real situação de como esses pacientes estão sendo atendidos nas redes... no SUS, tanto na rede pública quanto na rede privada. Não se têm dados suficientes sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir disso, é possível desenvolver políticas públicas que possam incluir a prevenção e a assistência aos transtornos alimentares em estratégias de saúde do SUS; e desenvolver um sistema de atendimento de pacientes com transtornos alimentares considerando a complexidade desse atendimento, isto é, desde estratégias de prevenção na atenção primária em casos mais leves, em casos que se pode orientar mais facilmente, até da área secundária, nos casos um pouco mais complexos, que exigiriam unidades mais especializadas – que a gente já falou que são raríssimas no país – e da terciária, em que eventualmente pudessem, nos casos mais graves, recorrer à hospitalização, tanto parcial quanto completa.

Bom, essas são as contribuições, acho, que eu gostaria de trazer aqui. E me coloco à disposição para qualquer questão, qualquer ponto que surja em função disso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Appolinário, muito obrigada, muito obrigada pela apresentação, pela exposição, especialmente trazendo encaminhamentos.

E – eu já vou pedir à Secretaria da Comissão e à Dra. Irlane – nós vamos encaminhar para o gabinete dos membros desta Comissão a apresentação com as perspectivas de futuro, com o que eles esperam da gente.

Então, Doutor, muito obrigada.

Mas eu tenho uma pergunta direcionada ao senhor, Doutor. Eu já vou fazer... A gente já aproveita e já faz esta pergunta que veio do Arthur, do Distrito Federal. Se o senhor se sentir à vontade, pode responder. Pode também, depois, se quiser, mandar a resposta por *e-mail*, que a gente encaminha ao Sr. Arthur. Ele pergunta o seguinte: "No transtorno compulsivo, como o análogo de GLP-1 [acho que é "GLP-1" que fala, não é?] pode ser incorporado na estratégia de tratamento, quais são os desafios éticos em receitar?".

Sente-se à vontade em responder agora, Doutor?

O SR. JOSÉ CARLOS BORGES APPOLINÁRIO (*Por videoconferência*.) – Olha, eu posso falar alguma coisa, mas eu acho que nós temos endocrinologistas aqui que podem responder melhor isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os análogos de GLP-1 não estão aprovados para o tratamento dos transtornos alimentares especificamente nem aprovados para o tratamento do transtorno de compulsão alimentar. Mas vários pacientes com transtorno de compulsão alimentar ou bulimia nervosa têm sobrepeso e obesidade, e esses análogos estão indicados no tratamento de pessoas com obesidade ou sobrepeso e comorbidades. Então, sendo bem avaliados, alguns desses análogos podem ser bastante úteis na condução desses casos, em que você tem transtornos alimentares e alterações do peso corporal com sobrepeso e obesidade.

Eu acho que isso vai ser estendido por outros colegas, que vão poder falar mais especificamente sobre isso, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada. Se puder, permaneça mais um tempo conosco para interagir, se preciso, com os demais expositores.

Na sequência, nós vamos ouvir a Dra. Priscilla Gil, representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

Doutora, bem-vinda! Estamos com uma expectativa muito grande para ouvi-la.

A SRA. PRISCILLA GIL (Para expor.) – Queria, primeiro, agradecer essa audiência pública e agradecer a possibilidade de estar ajudando a traçar as políticas públicas do Brasil.

Vou começar com a minha autodescrição. Sou uma mulher cis, negra, de pele morena, rumo aos 50 anos. Estou vestindo uma roupa verde com um cordão vermelho, cabelos longos, encaracolados.

Eu estou aqui representando a Sbem, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, mas eu também trago uma visão quádrupla de outras sociedades e ações que faço. Eu sou do Departamento de Psiquiatria e Transtornos Alimentares da Abeso – a Maria Edna vai falar pela Abeso, mas eu também faço parte do Departamento de Transtornos Alimentares (TAs), e tenho uma visão mista por ser militar do CBmerj (Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro), e trabalhar na rede privada também.

Então, todas as dificuldades que a gente vê na rede privada e na rede militar, no SUS são multiplicadas exponencialmente. E a dificuldade realmente é de todas as áreas na hora da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internação de um paciente com o transtorno alimentar, por exemplo, ou mesmo com o paciente não internado. De SUS, eu tive 15 anos de experiência no Iede (Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia), do Rio de Janeiro, onde há uma parceria, como o Dr. Appolinário já falou, da psiquiatria com endocrinologia e, é interessante falar, de uma parceria Estado Federal dentro do Iede, onde no Iede acontecem as internações e também os atendimentos ambulatoriais, e, no Ipub, também a mesma coisa. Então, é uma parceria que traz já 30 anos de experiência com efetividade e que hoje está muito deteriorada por falta de profissionais. Então, também é uma forma de reposição e de se recriarem estratégias para ampliar o atendimento.

Anorexia nervosa é a doença de maior mortalidade dentro da psiquiatria – e tem uma alta mortalidade. O Dr. Táki possivelmente vai discorrer mais sobre isso. E, quando a gente vai falar em paciente com alta mortalidade, a gente tem que pensar em três níveis. Se chegar um paciente com transtorno alimentar com anorexia nervosa, ele pode precisar de hospital terciário. A experiência que a gente tem de internação no Iede é com apenas dois leitos para transtorno alimentar, hoje, atualmente desativados, exatamente pela ausência de profissionais. Eram cinco psiquiatras e três psicólogos capacitados e aprimorados, mas, durante essa capacitação, houve o término do contrato. Contratos temporários são muito ruins para o trabalho na área de transtorno alimentar, já que demora para o profissional de saúde se aprimorar dentro da parte de educação para aprender a lidar com os transtornos alimentares. Esses contratos temporários realmente não ajudam; precisamos de trabalhos que sejam com planos de carreira, para que haja adesão realmente dos profissionais capacitados e aprimorados para transtorno alimentar.

E os leitos da cirurgia bariátrica estão cada vez se ampliando. Claro que tem a grande importância de ter os leitos ampliados da cirurgia bariátrica, mas eles ocupam um espaço em detrimento do transtorno alimentar. E o paciente com cirurgia bariátrica tem de 25% a 30% de transtorno alimentar presente junto com a obesidade. E aí o profissional especialista em transtorno alimentar precisa estar junto ali, dando o exemplo do Iede, porque é de onde eu venho, a minha *alma mater*. Lá, por exemplo, precisa ter também o profissional em transtorno alimentar em paralelo com o acompanhamento da cirurgia bariátrica.

Em nível secundário, a mesma necessidade de educação, trazendo aqui a necessidade de que esses profissionais de saúde – enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, endócrinos, psiquiatras, até professor de educação física e assistente social – precisam estar capacitados, preparados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

treinados, para poder fazer o atendimento do paciente com transtorno alimentar. Isso em nível terciário, secundário e primário na rede de saúde da família.

Então, a proposta é de treinamento, conseguir elaborar uma forma de treinamento dos profissionais de saúde nos três níveis – terciário, secundário e primário – na rede de saúde da família. Por exemplo, para as equipes de saúde da família, chegando aqui na rede primária, precisando de uma sugestão que pode acontecer: a elaboração de cartilhas, cadernos sobre transtorno alimentar, com cursos efetivos de treinamento para aprimoramento desses profissionais de saúde que estão na ponta.

Muitas vezes, o paciente que está internado precisa da equipe de saúde mental, junto com... Por exemplo, paciente que se interna com anorexia nervosa no hospital clínico precisa da equipe de saúde mental supervisionando o clínico que está atendendo ou, se ele se interna no hospital psiquiátrico, que é mais complexo, porque é um paciente grave clínico, precisa da supervisão do clínico. Então, uma forma de trabalhar são as parcerias, como eu já disse, ou que haja o matriciamento da equipe de saúde mental para esse hospital onde está internado o paciente da clínica geral. São internações de alta complexidade pela demanda conjunta de duas áreas.

Nessa parte de treinamento, além de treinar os profissionais e de abrir mais vagas com o plano de cargos e salários para dentro do SUS, é necessário também pensar na parte de educação em todos os níveis. Então, eu falei dos profissionais de saúde, mas, também indo da pós-graduação, graduação, ensino médio e infantil, a gente, nas pós-graduações, já tem, por exemplo, dentro da matriz de competência da residência de endocrinologia, a indicação – está lá na matriz de competência – de estudar transtornos alimentares: bulimia nervosa, anorexia nervosa e TCA (transtorno de compulsão alimentar). As residências implantam; as pós-graduações, nem tanto. Então, a exigência disso é importante. Estou em nível de pós-graduação. Nível de graduação: nas graduações de Medicina, hoje se começa a estudar obesidade, coisa que se demorou muito a chegar nas graduações de Medicina; vamos agora começar a introduzir transtornos alimentares também, é uma necessidade. Vindo para o ensino médio e para a educação infantil, a mesma necessidade, mas com muito cuidado, porque, nas escolas, quando a gente começa a falar de transtornos alimentares, pode ser indutivo. Então, é mais necessário falar sobre desestigmatização, políticas antibullying, aceitação dos corpos, dos diferentes corpos, internalização do corpo magro, então desconstruir a ideia do corpo perfeito que a internet traz,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as redes sociais trazem. Mas é complicado falar propriamente do transtorno alimentar na escola pelo risco de indução.

Em termos de preparo para isso, temos alguns centros que podem ser cadastrados, especializados, que já são centros de referência nacional. É necessário um cadastro desses centros, como o Ambulim, com o Prof. Táki; o Gota, do Iede; o Proata; o Cettao, da Santa Casa no Rio de Janeiro. São centros que podem capacitar os profissionais de saúde para ensino e terceirizar.

Então, os centros que já existem... É necessário fortalecer o que já existe, a gente não precisa inventar a roda, não é? Os centros que já existem podem ser mais bem financiados para que, quanto a esses profissionais de saúde especializados, sejam um polo multiplicador para a capilarização da informação, desse conhecimento.

Quanto às campanhas, eu fico sempre receosa de falar de campanha, embora eu tenha coordenado a última campanha de transtornos alimentares da Sbem e Abeso. Eu fico sempre um pouco receosa, porque campanhas são muito importantes, a gente trabalha a população para identificação – identificação, acolhimento e diagnóstico pelos profissionais de saúde da ponta –, só que com isso a gente aumenta a demanda, e hoje a gente já tem dificuldade de acolher a demanda espontânea. Então, trazer ainda mais uma demanda reprimida pode ser complicado.

Então, quando a gente fala de campanha de prevenção, a gente volta à necessidade de... Fez a triagem, eu tenho que conseguir tratar, eu tenho que ter o centro de tratamento, o centro de internação para poder fazer a campanha. As coisas estão juntas, tanto a campanha... Tudo isso se torna prioridade, eu não consigo priorizar a campanha em mídias sociais, embora eu veja a importância e tenha coordenado campanha, se a gente não tiver onde internar e onde tratar esses pacientes.

Eu queria terminar... O tempo terminou, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Não, pode continuar.

A SRA. PRISCILLA GIL – Posso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria ir finalizando aqui, falando que o paciente com transtorno alimentar é um paciente que está em sofrimento, mesmo que ele não tenha recebido o diagnóstico, mesmo que ele ainda esteja dentro das famílias, esteja longe propriamente da área de saúde, do atendimento, mas ele está em sofrimento, antes mesmo do diagnóstico e por anos. Então, é esse apelo que eu faço: se você tem um pé quebrado, você sabe onde levar, onde ir com o pé quebrado, se você tem uma dor no peito, você sabe onde ir também, qual hospital você vai procurar; já, se você tem um filho ou uma filha na sua casa com 30kg, 28kg, 25kg, morrendo, você, primeiro, não sabe onde levar, e quando você leva para esse lugar, os profissionais que estão lá não sabem como agir. Eles vão internar, fazer uma hidratação e vão dar alta. O seu filho, de 27kg vai passar para 28kg e vai ter alta. Essa é a realidade do SUS brasileiro hoje.

A gente precisa ampliar esses centros para internação, como o Ambulim, como o Iede, ampliar a verba dos centros que já têm propriamente execução e são capazes de multiplicar essas ações e contratar mais profissionais com planos de carreira para poderem trabalhar nesses locais e atender esses pacientes que estão em tão grande sofrimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Priscilla, a senhora deu aqui um soco no estômago do Congresso Nacional. A senhora trouxe um quadro grave. A senhora trouxe um retrato grave, e eu estou preocupada, muito preocupada. Mas como foi oportuna a sua apresentação! Como foi oportuna!

Eu quero falar para os demais especialistas: quando a gente fala de transtorno alimentar... Eu estou muito ligada ao tema, porque eu acho que os senhores sabem como eu tenho uma luta antiga na proteção da criança e do adolescente, mas em alguns momentos em que eu conversei lá atrás com alguns outros Parlamentares eu escutei o seguinte: "Tem coisas mais importantes". Eu não sei se os senhores ouvem isso também.

E a senhora trouxe aqui um quadro gravíssimo, inclusive a preocupação da campanha de a gente buscar uma demanda reprimida que eu sei que existe. Eu sei que existe. E o que fazer?

Eu agora começo a ficar muito preocupada, Doutora, com o que fazer. E a senhora trouxe um outro ponto, que todo mundo, quando fala conosco, os Parlamentares que estão envolvidos com o tema, que é a escola – a escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a senhora ter uma ideia, tem três perguntas aqui sobre a escola. Eu vou fazer já para a senhora as três perguntas. É que todo mundo acha que a solução vai estar em campanha na escola. E a senhora traz um fato, uma informação de que pode ser pior se pessoas despreparadas falarem sobre o assunto na escola. Vou fazer as três perguntas. Não precisa responder literalmente o que estão perguntando, mas faça essa abordagem sobre a escola.

Gabriel, do Rio Grande do Sul pergunta o seguinte: "Qual [é] a viabilidade de fornecer atendimento psicológico em escolas públicas [que vise a] identificar e prevenir os transtornos alimentares?".

Aí vem lá a Rebecca, do Acre. Observe que é o Brasil inteiro que está acompanhando a audiência: "Como as escolas e instituições de ensino têm atuado na prevenção de transtornos alimentares entre jovens e adolescentes?".

E mais uma pergunta sobre escola. Ricardo, do Distrito Federal: "Existe algum plano de ensino a ser desenvolvido pelo Ministério da Educação para [que possa] ensinar nutrição para as crianças do ensino básico?".

A senhora se sente à vontade em responder ou em fazer uma abordagem geral?

A SRA. PRISCILLA GIL (Para expor.) – Sim, eu acho que eu posso introduzir e acho que a Maria Edna possivelmente vai seguir também com a mesma, ajudando na resposta a seguir.

Sobre a identificação do transtorno alimentar na escola, o psicopedagogo pode ser preparado para identificação. O psicólogo psicopedagogo da escola. É necessário criar cartilhas para isso e educação desses psicopedagogos.

No entanto, as palestras sobre transtorno alimentar, dependendo de como é falado, se a gente fala sobre purgação, se fala sobre os mecanismos compensatórios, a gente pode estar induzindo. Então é necessário ter cuidado realmente na hora dessas palestras. A gente vai falar de quê? Sobre a aceitação de todos os corpos; sobre a política antibullying mesmo, o trabalhar; sobre a estigmatização da obesidade, do sobrepeso, do comer em família, do comer com atenção, de voltar a reorganizar prazer naquele momento de comer. Então, reconstruir a saúde e a forma de lidar com a alimentação e com o corpo. Vai falar de saúde sexual, de evolução sexual, sim, isso pode ser falado e deve sobre o corpo na adolescência, que ganha um pouquinho de peso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preparando para a puberdade, para induzir a puberdade nesse adolescente; desenvolvimento corporal. Tudo isso é necessário falar, sobre alimentação saudável. No entanto, propriamente sobre os transtornos alimentares, já é questionável. Então, acho que é importante colocar isso. Então, a identificação e o diagnóstico pela psicopedagoga capacitada, é necessário sim.

E a outra é sobre redes sociais. Eu acho que também na escola, colocar a responsabilidade das redes sociais. Aí não é só sobre obesidade, não é só sobre transtornos alimentares, é a responsabilidade sobre o que é dito nas redes sociais. Por que eu estou fazendo esse *post*? Para que eu estou fazendo? Quem eu quero atingir? Qual o objetivo disso? A cada *post* colocado. Então, isso é mais amplo do que propriamente para o nosso tema. Acho que a Maria Edna pode falar melhor sobre as escolas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, muito obrigada.

A próxima a falar é a Dra. Maria Edna, mas o Dr. Táki pediu para fazer uma intervenção exatamente... Vamos fazer dessa forma. A gente tem uma regra da audiência pública, mas o assunto é por demais complexo e delicado. Eu acho que a gente pode fazer uma dinâmica aqui, fazendo essa exceção.

Doutor.

O SR. TÁKI ATHANÁSSIOS CORDÁS (Para expor.) – Eu acho que a gente deve tomar – perfeita a sua resposta –, devemos tomar muito cuidado com o voluntarismo de gente que, em escolas, como psicóloga, psicopedagoga, quer abordar o assunto sobre o transtorno alimentar. Isso é muito específico, muito especializado. Então, neste momento, com a falta de formação que os profissionais têm, eu seria contra esse oferecimento. Isso pode ser um tiro pela culatra. Durante muitos anos, fora do país, programa de prevenção de transtorno alimentar era ir para a escola e falar o que é anorexia, o que é bulimia, etc. Isso era contraproducente. Como a Doutora disse, você aumentava o número de casos de crianças nas escolas. Então, não há ainda exatamente uma definição de qual é a melhor forma de prevenção, mas tem que se falar de saúde, não se falar de doença, porque senão você treina essas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, obrigada.

Confesso que é uma abordagem que vamos ter que fazer de uma forma mais aprofundada com os nossos Parlamentares, porque eu tenho visto, Doutora, movimento no sentido: vamos ao MEC – vamos ao MEC –, vamos falar para os professores estarem falando sobre isso. E vocês trouxeram uma abordagem muito, muito diferente e, de fato, vamos precisar conversar.

E vou dar uma boa notícia para vocês: esta audiência não vai encerrar aqui, não. Eu vou, inclusive, mandar para os senhores as propostas que estão tramitando dentro da Câmara e do Senado, para recolher dos senhores contribuições para que o Parlamento não erre com relação ao tema.

Dra. Edna, dez minutos, mas a senhora sabe que eu sou generosa.

Então, para quem está ligando a televisão, acompanhando, vou repetir: Dra. Maria Edna de Melo, representante da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica.

Bem-vinda, Dra. Edna.

A SRA. MARIA EDNA DE MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Bom dia, Senadora. Muitíssimo obrigada pelo convite e principalmente pela iniciativa de convocar esta audiência pública. Também estendo o agradecimento ao Presidente da Comissão, o Senador Humberto Costa.

Senadora Damares, começo falando um pouquinho sobre a Abeso... Primeiro, sobre mim. Eu sou médica endocrinologista. Eu sou uma mulher que nasci em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Fiz faculdade em Natal, fiz residência de Clínica Médica em Brasília e fiz Endocrinologia no Iede, no Rio. Hoje eu estou aqui em São Paulo, no Hospital das Clínicas, e, na Abeso, eu coordeno a Comissão de Advocacy.

Esses temas são extremamente importantes e, quando vêm para discussão numa Casa tão nobre, isso acaba abrindo um leque de esperança para nós profissionais de saúde, que estamos na ponta cuidando desses pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Abeso é uma associação que é multidisciplinar. Os colegas aqui apresentadores também são da Abeso, justamente no Departamento de Transtorno Alimentar. Então, é uma associação que tem um olhar muito grande para obesidade, mas, no nosso corpo de departamentos, a gente sempre tem essa participação dos profissionais mais diretamente envolvidos com transtorno alimentar.

Os transtornos alimentares, especificamente a compulsão alimentar, é muito frequente em pacientes com obesidade. Então, é algo que os endocrinologistas, os profissionais que tratam de pacientes com obesidade veem com muita frequência. Cerca de 30% dos pacientes com obesidade vão ter transtorno de compulsão alimentar. É lógico que não vão ter anorexia, porque são duas etiologias divergentes: uma tem um *drive* para não comer e outra tem um *drive* para comer.

Eu vou fazer uma pequena introdução falando da obesidade. Não é o tema, mas vou só fazer um chamamento também para observar a importância da obesidade.

A obesidade é uma doença. Provavelmente, é a doença que tem o maior impacto na saúde pública não só no Brasil, mas no mundo todo. Recentemente, a World Obesity Federation fez uma estimativa de como vai ser a prevalência de excesso de peso na população mundial. Em 2035, 51% da população mundial vai ter obesidade ou sobrepeso. E esse número cresce, duplica na população adulta, por exemplo, de 5% para 11% da população mundial entre os homens; mas, na população infantil e em adolescentes, o percentual de obesidade tende a triplicar, então uma velocidade de crescimento numa população que é justamente a população que também está mais predisposta ao aparecimento dos transtornos alimentares. A gente vê essa aceleração dessas doenças que muitas vezes são comórbidas.

A obesidade é o terceiro maior fardo social no país, só perde para violência armada e para o álcool, que é um outro tema extremamente relevante em termos de saúde pública – e aí, Senadora, falo para a senhora, já que é uma pessoa muito envolvida na infância e adolescência: a gente também vê esse problema crescendo na infância e adolescência.

Então, a obesidade é o terceiro maior fardo no país. Aqui no Brasil, entre os adultos, 60% têm excesso de peso e 26% já têm obesidade. Quando a gente vai olhar para as crianças, é um terço das crianças: cerca de um terço das crianças está acima do peso e 15%, já com obesidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um número que acaba impactando muito. A obesidade desencadeia ou agrava mais de 200 condições de saúde. A gente tem complicações metabólicas, mecânicas e muitas complicações relacionadas à saúde mental, especificamente na criança e no adolescente. Na criança e no adolescente, o impacto na saúde mental é o que mais compromete a qualidade de vida dessas pessoas.

Infelizmente, essas doenças são multifatoriais. Os pacientes têm uma predisposição biológica, mas a gente tem uma influência muito grande do ambiente. Essa influência do ambiente na obesidade é uma; nos transtornos alimentares são outras.

A gente tem hoje uma participação muito grande em termos de exposição da mídia. Na mídia tradicional, a gente tem uma tendência, existe um discurso, existe uma busca pela diversidade dos corpos, mas, na hora de escolher os apresentadores, na hora de escolher os candidatos, os convidados, na hora de escolher quem vai mostrar a cara, quem vai ser exposto, seja numa novela, seja num programa de auditório, o que define a participação é a magreza. A magreza impera, e eu não estou falando... Eu estou falando magreza, mas magreza mesmo, IMC num limite inferior ao da normalidade ou, se puder, até abaixo dele. Não é a eutrofia, não é o peso normal. Então, isso é algo que a gente tem que... Com as mídias tradicionais a gente tem uma capacidade maior de conversar, de chamar atenção e de cobrar, mas aí o nosso maior problema hoje, como a própria Senadora já citou no início da abertura desta sessão, são justamente as redes sociais. As redes sociais são um poço sem fundo de desgraça para a nossa sociedade no que diz respeito a transtornos alimentares, porque a gente não apenas tem a glamourização dos corpos ultramagros; além dos corpos ultramagros, a gente tem os transtornos de muita massa muscular. E aí a gente tem o aliciamento de crianças e adolescente para práticas como comportamentos purgativos, alimentação ultrarrestritiva, que colocam a vida dessas crianças e, como a senhora própria falou, até de alguns adultos também em risco.

E aí de quem é a culpa? Quem que vai responder por esses perfis de redes sociais? É o perfil? Porque o perfil nem tem dono, muitas vezes não tem cara. Quando amigos das minhas filhas vêm à minha casa, a responsabilidade é minha; eu tenho que cuidar da minha casa. Então, a partir do momento em que as grandes redes sociais, as *big techs* abrem para todo mundo, elas precisam ter o compromisso, elas precisam ter uma responsabilização sobre isso, porque não pode ser aberto. A gente vive em sociedade e, para viver em sociedade, a gente constrói regras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisam ser seguidas para que a gente consiga evoluir não só na nossa convivência, mas também no nosso bem-estar físico e mental. Então, um dos pontos... Quando a gente fala de regulamentação, todo mundo abre os olhos, mas ela nada mais é do que criar regras para que as coisas possam andar de uma forma... porque precisam ser adequadamente conduzidas.

Eu acho que isso é extremamente importante. A gente tem outros problemas nesse andamento, mas atualmente, como a senhora própria falou, as redes sociais são algo que preocupa muito. E não é só para o transtorno alimentar; a gente também tem os desafios para comer demais. E, nesse comer demais, ninguém vai fazer desafio para comer demais alface, geralmente a comida é comida *trash*.

Então, alinhando, falando um pouco sobre essa questão do cuidado com as pessoas, hoje eu tenho também uma preocupação porque acaba chegando muitas vezes para os pacientes com obesidade, que eu vejo mais na minha rotina, orientações que são orientações não adequadas de alimentação. Então, existe uma preocupação com o transtorno alimentar, que é extremamente importante, porque a gente sabe da gravidade, a gente sabe do crescimento da prevalência, mas isso não pode contaminar a formação dos profissionais no que diz respeito à alimentação saudável. Então, quando muitas vezes alguns profissionais vão orientar, eles fazem uma orientação em que você pode comer de tudo, não precisa se preocupar porque não tem alimento ruim nem alimento bom. A gente sabe que nutricionalmente tem alimentos que são ruins e nutricionalmente tem alimentos que são bons. Então, não é que o paciente que tem transtorno alimentar vai poder receber uma orientação de que ele pode comer salsicha e macarrão instantâneo, o importante é que ele coma. É importante que ele também receba um cuidado baseado nos fundamentos da nutrição, de uma alimentação saudável, porque isso acaba, muitas vezes, trazendo um prejuízo para aquele paciente. E isso não é adequado.

Então, quando a gente fala de cuidado desses pacientes, o transtorno alimentar compartilha com a obesidade a carência de formação. A gente não tem formação na graduação, a gente não tem formação em muitas residências médicas. E aí, quando as pessoas saem, os profissionais saem da faculdade, eles vão aprender também nas redes sociais ou com uma farmácia de manipulação que orienta: "Olha, você faz esses suplementos e orienta assim ou assado". Então, a gente às vezes acaba tendo... Isso é muito grave, Senadora, porque o transtorno alimentar é grave pela condição de ser grave, mas a obesidade é grave porque a gente tem uma prevalência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente elevada, mais de um quarto da população tem obesidade, e a gente não tem formação para tratamento, para cuidado dos pacientes com essa doença tão prevalente.

Então, o que a gente vai ter? A gente vai ter profissionais que, como o Prof. Táki colocou, são profissionais que se acham donos de uma verdade e começam a tratar, e isso serve para as duas doenças. Isso serve para essas duas doenças. E essas duas doenças têm um impacto muito grande na saúde mental das pessoas. Essas pessoas ficam muito vulneráveis e elas acabam se expondo a tratamentos, promessas de milagre, a tratamentos que vão pôr em risco a sua saúde.

E quem regulamenta isso? Quem cuida disso? A cada dia, a gente vê o número de faculdades abrindo, inclusive faculdades de Medicina, que a gente vê que não têm a menor condição de formação de profissional de saúde ali. E aí a gente vai produzindo médicos a rodo, que recebem um CRM automaticamente. E isso não é só de medicina, isso também é de nutrição. A gente também tem uma formação de pós-graduação *lato sensu* a rodo para várias doenças, para várias especialidades, tudo *online*. Às vezes as pessoas sequer assistem às aulas, e são essas pessoas que vão ter um perfil de rede social que vai impactar na população.

Então, a gente tem essa necessidade de fortalecimento dos centros de referência já existentes, mas também de ampliação, porque a gente sabe que o número de pacientes que precisam é muito elevado. E hoje em dia, esses centros de referência não são importantes somente para o cuidado, mas principalmente para a capilarização – como a Priscilla colocou –, a capilarização da informação, e isso é extremamente importante.

E, voltando talvez para a parte mais importante, quando se fala em termos de prevenção de transtornos, quais são as estratégias que são mais efetivas para a prevenção? Para a obesidade, aparentemente, é promover uma alimentação saudável. Para os transtornos, aparentemente, por quê? Porque a gente sabe que a obesidade aumenta em todos os países do mundo. Então, não houve nenhuma estratégia que tenha funcionado. Para os transtornos alimentares, eu acredito que a gente também está no mesmo barco: um rema de um lado, o outro rema do outro, mas acaba sendo quais são as estratégias que são realmente efetivas, mas, se a gente sabe que, por exemplo, nas redes sociais, aquilo ali é um problema grande; então, pelo menos naquilo a gente já tem que focar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à orientação, à educação na escola, principalmente na escola básica, Senadora, eu gostaria de dividir com a senhora a angústia e a irritabilidade que eu fico quando se tenta transferir para as crianças aquilo que os adultos não estão conseguindo fazer no seu dever de casa. Então, orientar a criança, por exemplo, no caso da obesidade, sobre alimentação saudável para ela levar aquela informação para Comissão de Assuntos Sociais; ela vai levar aquela informação para casa, mas como que isso vai funcionar num mundo – aqui, por exemplo, no Brasil –, num ambiente onde uma banana custa R$2 e um macarrão instantâneo custa R$1,50? Então, existe uma distorção em termos financeiros quanto aquilo que a população precisa consumir. Por quê? Porque a inflação dos alimentos ultraprocessados cresce muito mais do que... ela é muito menor, aliás, do que a dos alimentos saudáveis.

Recentemente, nesse mês de agosto, foi publicado um relatório no qual os alimentos saudáveis tiveram uma variação de preço, nos últimos cinco, seis anos, de 60%, mais de 60%; a cerveja, a variação de preço é de 40%; a variação de preço do cigarro é de 22%. Como que a gente vai mandar a sociedade comer bem, comer saudável? Como que a gente vai ter uma alimentação saudável nas famílias se a gente tem essa distorção de preço? Então, a gente precisa olhar menos para os impostos e olhar mais para os subsídios. E eu acho que, quanto a isso, em termos de obesidade – e se acompanho o que a Priscilla colocou e o Táki colocou –, a escola é um local em que a gente tem que ter muito cuidado com aquilo que a gente vai passar para as crianças. E, aliás, eu acho que a escola tem que continuar tendo o seu papel, que é de educar as crianças a aprender e, principalmente, brincar. Isso é conversa de gente grande, isso não é conversa para eles.

Eu queria agradecer a oportunidade e o ouvido de vocês. E fico à disposição aqui, até o final, para as discussões.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, muito obrigada, muito obrigada! É uma fala desafiadora e uma fala que incomoda, mas incomoda no bom sentido.

Doutora, a senhora falou que nasceu no Nordeste, conhece bem o nosso país. E há uma pergunta aqui, Doutora, e eu vou fazê-la, trazendo também o seguinte argumento: é um país diverso, nós somos uma nação única e diversa; só povos indígenas, nós temos 305 diferentes, Dra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Edna; nós temos a região ribeirinha; nós temos regiões remotas. Como construir uma política pública sobre prevenção ao transtorno alimentar num país tão diverso, num país tão grande, num país em que manifestações culturais inclusive me preocupam muito com relação ao transtorno alimentar.

E aí, Doutora, a senhora falou da magreza, a senhora falou da televisão, da internet, mas eu vou falar uma coisa bem pessoal, tá? Eu sou mãe de uma menina indígena que está vivendo a adolescência de forma tardia. Ela está com 26 anos, mas está vivendo adolescência agora. E eu embarquei com ela no mundo do dorama. Não sei se vocês já assistiram dorama, mas eu sou dorameira. O senhor sabe o que é ser dorameira, Dr. Táki?

O SR. TÁKI ATHANÁSSIOS CORDÁS (*Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, eu vou lhe ensinar daqui a pouco. (*Risos.*) São séries coreanas, aquelas séries coreanas. E como aquele povo é lindo, como aquele povo é incrível. Que meninos e meninas bonitas! Mas o que eu tenho observado na minha filha e nessa geração de dorameiros: todos querem ser um coreano e uma coreana agora. A minha filha tem um olhinho puxadinho por ser indígena, mas ela decidiu que quer ser uma coreana. Isso me preocupa demais. Eles são muito magrinhos, muito bonitinhos, muito lindinhos, e nós temos uma geração querendo agora ser coreana no Brasil.

E aí a senhora, Dra. Maria Edna, e a Dra. Gil trazem aqui a aceitação de todos os corpos, o respeito a todos os corpos. E eu quero agradecer a vocês, senhores – nós estamos com cientistas aqui na mesa –, mas, pela forma com que vocês estão fazendo a abordagem, a mãe, lá do outro lado, que está nos assistindo está entendendo. Obrigada pela forma com que vocês estão trazendo a abordagem, porque qualquer pessoa que está nos acompanhando está entendendo a fala de vocês. Muito obrigada. Eu estava muito preocupada, pelo currículo dos senhores, com que esse debate a população não pudesse acompanhar, mas as perguntas estão chegando pela forma pedagógica e didática.

Mas a pergunta, Doutora, é a seguinte – eu falei de um país diverso –, veio uma pergunta lá... bom, a pergunta veio do Wheverton, de Rondônia. Ele pergunta o seguinte, Doutora: "Como garantir a prevenção e o tratamento eficaz de transtornos alimentares em regiões remotas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, Doutora, eu sei que é uma pergunta muito difícil, porque a Dra. Gil, que está numa área urbana, trouxe aqui um caos – a preocupação dela, o quadro que ela trouxe foi muito ruim –, imagine as regiões remotas! A senhora que conhece bem o Nordeste, não sei se a senhora conhece bem o Norte, como fazer isso em regiões remotas, Doutora?

A SRA. MARIA EDNA DE MELO (*Por videoconferência.*) – Em regiões remotas, hoje a gente tem – lógico, obrigada pela pergunta, Wheverton; um dia eu espero conhecer Rondônia, ainda não cheguei lá –, mas, em regiões remotas, eu acho que, quando você tem uma política pública, quando você tem uma linha de cuidado bem desenhada e estruturada, eu acho que, nesse aspecto, as linhas de cuidado no Brasil precisam prever essa dificuldade de acesso nessas regiões longínquas. Hoje a gente tem uma telemedicina que é muito ampla.

Então, através de uma linha de cuidado prevendo isso, com uma avaliação inicial através de telemedicina para identificar a gravidade da situação... Ocasionalmente, esse paciente, se é um paciente com anorexia grave, vai precisar ir para outro centro. E a gente tem previsão de tratamento fora de domicílio, em que o próprio SUS paga o deslocamento das famílias para outro centro de referência para o cuidado desses pacientes. Acho que é como a Priscilla falou: tem casos que são mais leves, que vão precisar desse acompanhamento do profissional que está mais próximo, do clínico geral ou do pediatra que está mais próximo, mas com o suporte dos especialistas no centro de referência. Acho que isso é um caminho, porque a gente sabe que não é possível ter um centro de referência em cada bairro, muito menos em todas as cidades. A gente vai ter isso, ocasionalmente, nas capitais ou, então, nos grandes centros. Então, é a telemedicina não só na avaliação do paciente, mas também no suporte do profissional que está na ponta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, muito obrigada, muito obrigada.

O nosso próximo expositor é o Doutor... É "taki"? Falei certo agora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Táki. Por que eu estou falando "taki"? Táki.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Appolinário pediu uma manifestação, e ele concedeu aqui a oportunidade de o Dr. Appolinário falar – acho que é sobre a fala da Dra. Edna.

O SR. JOSÉ CARLOS BORGES APPOLINÁRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Táki, por você me conceder esta oportunidade.

É mais para contribuir um pouquinho nessa discussão, que eu acho que está indo muito para essa questão da prevenção. E a Sra. Senadora está muito preocupada com isso.

A prevenção nessa área de transtornos alimentares, principalmente a interseção entre prevenção de transtornos alimentares conjuntamente com prevenção de obesidade, porque essas duas áreas teriam que conversar, ainda está em estágio, como o Prof. Táki falou, muito inicial, e ainda não tem tantas informações sobre isso. Então, acho que no que se pode evoluir é mais continuar estudando... Tem alguns profissionais de alguns centros estudando qual a melhor forma de atingir, de fazer... Eu acho que o foco talvez seja mais nesse reconhecimento precoce desses sinais e num aparelhamento do sistema de saúde para lidar com casos com que a gente não está conseguindo lidar. Talvez seja mais uma estratégia de poder ajudar nessas intervenções e de continuar estudando um pouco mais, definindo um pouco mais como é que faria essa prevenção, eventualmente essa prevenção conjunta, como até o Prof. Táki já citou.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor.

Na sequência, nós vamos ouvir o Dr. Táki.

Dr. Táki, eu vou fazer diferente: eu já vou fazer a sua pergunta, o senhor pode, aí no meio da sua exposição, já responder. É uma pergunta bem séria que vem lá de São Paulo, Doutor: "Jovens universitários representam um grupo particularmente exposto aos transtornos alimentares, como agir [...] [previamente] nesses casos?". Então, a pergunta já fica feita. Se o senhor quiser, durante a exposição, já responder, Doutor, estamos ansiosos aqui para ouvi-lo.

O SR. TÁKI ATHANÁSSIOS CORDÁS (Para expor.) – Muito obrigado.

Agradeço à Senadora Damares Alves e ao Senador Humberto Costa pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu coordeno o Programa de Transtornos Alimentares do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP há 32 anos. Sou Professor do Departamento de Psiquiatria da USP e Professor de pós-graduação da Faculdade de Medicina e do Instituto de Psicologia.

A maior parte das pessoas que estão conosco não sabe, tecnicamente, o que é transtorno alimentar. Eu acho que a grande maioria da população aqui, muitas vezes, pode acabar se confundindo com algumas coisas. E me permitam, então, retomar um pouquinho alguns conceitos básicos.

Primeiro, obesidade não é um transtorno alimentar, obesidade não é uma doença psiquiátrica. Não obstante, cerca de 20% das pessoas com obesidade têm um transtorno psiquiátrico e, a partir daí, passam a ser estudados também dentro da psiquiatria, que é o que a gente chama de compulsão alimentar. Quando falamos de transtorno alimentar, estamos falando de anorexia, de bulimia e de compulsão alimentar em obesos, além de outros quadros.

Para que as pessoas que nos ouvem possam identificar dentro das suas famílias que têm uma pessoa com transtorno alimentar, eu vou fazer uma definição muito básica. Para que serve o nosso alimento? Por que a gente come? Primeiro, a gente come para se nutrir; biologicamente, para a nossa vida é necessário; segundo, é para ter prazer, a comida nos dá prazer; terceiro, a comida é uma ponte entre mim e as pessoas, a comida serve como um objeto de afeto entre a gente. Quando essa situação está quebrada, ou seja, um indivíduo para de comer sob risco de vida, não tem prazer na comida, a comida afasta-o das pessoas e não o aproxima, eu provavelmente estou diante de um transtorno alimentar. Da mesma maneira, o nosso corpo serve para uso nas funções diárias, para desfrute e para interação, e, quando o meu corpo se torna algo estranho, hostil, a minha imagem é indesejada, e o meu peso é indesejado, eu provavelmente estarei diante de um transtorno alimentar. Acho que essa é uma forma para que as pessoas possam entender.

Infelizmente, foi subestimada durante muitos anos a frequência dos transtornos alimentares. Se a gente for somar aí, isso dá quase 5%, ou seja, 11 milhões de brasileiros.

O transtorno alimentar tem uma multicausalidade. Não existe na nossa área da saúde mental uma relação causa e efeito como existe na física. Então, não há um culpado. Há uma interação de fatores hereditários e genéticos, a existência de depressão e de ansiedade, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existência de padrões familiares, a existência de alterações neuroquímicas e a existência, sim – e é onde podemos atuar –, da questão da mídia e das redes sociais.

Infelizmente, nossos adolescentes e crianças, cada vez mais jovens, mas também adultos estão submetidos a uma coisa massacrante de que existe um corpo ideal, seja lá o que for um corpo ideal. E isso pega exatamente adolescentes que estão num momento muito frágil da vida. Aí podemos atuar. E eu vou me permitir falar um pouquinho mais sobre isso daqui a pouco, trazendo algumas propostas diante do que os colegas ofereceram.

Tratamento de transtorno alimentar é caro, exige uma equipe multidisciplinar; é caro na formação, é caro na manutenção, é caro porque é longo e, muitas vezes, a vida inteira.

A primeira coisa, então, eu acredito que é o estímulo à formação de mais profissionais de saúde mental e criação de programas de transtorno alimentar específicos em ambulatórios, hospitais-dia e enfermarias hospitalizadas. Eu tenho a única enfermaria – eu, o nosso programa – especializada em transtorno alimentar da América Latina. São dez leitos que funcionam com quase cem profissionais voluntários. A gente recebe pacientes para internação gravíssimos, da Bolívia, do Peru, do Chile, do Amazonas, de Rondônia, de qualquer lugar. Temos dez leitos com uma longa fila. Nós somos referência disso, mas não me causa nenhum orgulho ser referência disso; muito pelo contrário, eu fico absolutamente revoltado que não haja outros centros de excelência que possam receber essas pessoas.

O Brasil tinha, até há algum tempo, 120 mil leitos psiquiátricos. Claro, muitos deles mereciam ser fechados porque não mereciam o título de hospital, eram verdadeiras pocilgas. Mas hoje nós temos 10 mil leitos e um número cada vez mais crescente.

Pacientes com transtorno alimentar precisam de tratamento ambulatorial, de tratamento em hospital-dia, mas necessitamos, sim, de leitos em hospitais especializados. Por quê? Porque de 15% a 20% dos nossos pacientes com anorexia nervosa grave morrem em função da sua doença.

Controles de algumas coisas no Brasil. Agora há pouco, 12 entidades científicas brasileiras solicitaram à Anvisa a proibição dos chamados *chips* da beleza, que são utilizados indiscriminadamente e que colocam cada vez mais a questão do corpo ideal, da beleza ideal – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o prejuízo à saúde que essas questões trazem, que essas medicações trazem? –; a proibição e o controle de anabolizantes; a necessidade de receita para as canetinhas de emagrecer, que são extremamente úteis na diabetes, mas que estão sendo usadas de maneira indiscriminada para o emagrecimento, o que leva muitas vezes ao desaparecimento dessas medicações para pessoas que precisam, que são diabéticas e que precisam usar. Essas medicações são compradas sem receita. É obrigatória a implementação de receita para essas situações. A suspensão, e eu não sabia que isso existia...

Alguns de vocês devem ter assistido ao filme americano Pequena Miss Sunshine, de 2006, que mostrava um concurso de beleza infantil. E eu pensei que isso fosse só um fenômeno americano. Recentemente, fui procurar, e existem, sim, no Brasil, está no Instagram, está na internet, concursos de beleza infantil, com desfile de maiô... Veja, o corpo da criança é para brincar. E o corpo deixa de ser para si para ser objeto de observação do outro; o corpo não é mais dela, o corpo é de observação e avaliação do outro. Pedem a proibição sumária de qualquer nefasto concurso de beleza infantil neste país.

Internet. A gente precisa tomar cuidado... E eu faço sempre uma referência: a internet não é boa nem é ruim. Na Revolução Industrial, no século XIX, quando as máquinas substituíram o trabalho dos operários, muitos deles foram mandados embora, e o que aconteceu foi um fenômeno chamado ludismo: operários que perderam seus empregos invadiam as fábricas e quebravam as máquinas, como se as máquinas fossem os seus inimigos, e não o detentor da máquina. Então, a internet, as redes sociais não são boas nem ruins; elas são bem usadas ou mal usadas.

Infelizmente, eu nunca vi proselitismo de pacientes com depressão na rede social. Ninguém diz assim: "Fiquem com depressão, porque é bacana". Mas existe proselitismo de magreza na rede social. E fórmulas, e fórmulas, e fórmulas salvadoras para emagrecimento e para bem-estar de gente absolutamente incompetente. Quem tem formação médica em nutrição, em saúde mental, em obesidade, gente séria, não vai para a internet ficar ensinando fórmula e ganhando em cima disso. A internet precisa ser regulamentada. Deve existir uma forma de proibição de orientação de dietas, remédios ditos naturais. Maconha também é natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fitoterápicos, remédios naturais que são vendidos como suplemento alimentar – e aí fogem da fiscalização da Anvisa – precisam ser proibidos. Suplemento alimentar não é nada de suplemento alimentar. Fitoterápico ou não funciona ou faz mal; não conheço fitoterápico que faça bem.

Planos de saúde e saúde suplementar devem ser rigidamente fiscalizados. Por quê? Porque planos de saúde recusam-se com frequência... E querem dar alta precoce para meninas e pacientes com anorexia nervosa, depois de 10 a 15 dias de internação, porque não geram procedimentos e não dão lucro. Doença psiquiátrica tem que ser tratada da mesma maneira o tempo que for necessário o tratamento.

Cautela novamente com programas de prevenção. Programas de prevenção podem gerar mais doença do que prevenir doença. Repito: nós estamos à disposição para receber profissionais do Brasil inteiro. Na nossa história de 32 anos, já formamos mais de cem psiquiatras que estão pelo país. Nós estamos abertos à formação de pessoas, e eu acredito que também os centros dirigidos pelo Prof. Appolinário, pela Profa. Angélica, na Unifesp. Podemos receber e treinar pessoas, mas nós precisamos de que... Aliás, o número que o Prof. Appolinário citou me parece mais otimista do que os que eu recebi agora: 15 centros públicos para tratamento de transtorno alimentar no Brasil inteiro, sendo 3 de pesquisa apenas, portanto, 12 oferecendo algum tipo de assistência. A assistência precisa ter enfermaria, ambulatório, hospital-dia, minimamente, psiquiatra, um clínico, um pediatra, endocrinologista, psicólogo, nutrição.

A Inglaterra, há alguns anos, país do tamanho, imagino, do Estado de São Paulo, do Estado de Minas Gerais, tinha quase cem centros especializados. Nós temos 12, públicos. Então, a gente precisa, sim... E peço à Senadora e ao Senador que possibilite que tenhamos uma força-tarefa para discutir com os senhores e ter reuniões, se possível, periódicas, para oferecer projetos para implementação de leis e medidas que possam valer para este país.

Agradeço muito a gentileza do convite.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, o senhor me tirou o fôlego aqui. O senhor falando, e eu, aqui, me movimentando na cadeira, olhando para a Dra. Priscilla...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É angustiante – é angustiante –, e o senhor traz e trouxe, de forma muito pedagógica também para as famílias, em uma linguagem bem universal, suas preocupações, mas o senhor nos trouxe uma preocupação: uma única enfermaria, na América Latina, dedicada ao transtorno alimentar.

Aí, a Dra. Priscilla falou de dois leitos que ela tem lá...

A SRA. PRISCILLA GIL (*Fora do microfone*.) – Desativados.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E desativados. Meu Deus!

Doutor, aqui em Brasília, eu recebi um relatório em que há 15 mil crianças, Dra. Priscilla, na fila, aguardando um neuropediatra, há cinco anos, para fechar um diagnóstico sobre autismo. E aí, Doutor, se aqui em Brasília, o centro do poder, eu tenho tão poucos profissionais, tão poucos, para atendimento do transtorno...

Eu fui ao Caps transtorno de Taguatinga, que é nossa cidade-satélite. É um Caps transtorno, Doutor, para 1 milhão de pessoas e com quatro psicólogos com contratos temporários – quatro, era só isso que tinha lá.

De fato, os senhores estão trazendo aqui um desafio para a saúde mental no Brasil, um desafio para a gente entender o que fazer com relação ao transtorno alimentar.

E eu vou dizer uma coisa: eu vou pedir a todos os Senadores que assistam, depois, em casa, a esta audiência pública.

E aí, na sequência, a Dra. Vivian vai ser a primeira a falar, mas eu não posso deixar de lhe agradecer a provocação para a gente criar uma força-tarefa, um grupo de trabalho.

Eu acho que esta Comissão é a Comissão, é o fórum certo para isso, e eu vou propor, Doutor, para a gente fazer, aqui dentro, um grupo... Nós temos muitos Senadores médicos, muitos Senadores médicos. A gente vai propor um grupo de trabalho, aqui nesta Comissão, para a gente discutir com o pé no chão – pé no chão – a nossa realidade e fazer uma provocação ao Parlamento. Essa vai ser minha primeira medida na próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui buscar, Doutor – Dra. Vivian, só um instantinho, que eu já te passo a palavra –, as propostas sobre transtorno alimentar que estão tramitando nas duas Casas. E eu disse: "Ah, eu vou encher essa mesa de propostas". Por incrível que pareça, tem apenas três. Das três, Doutores, uma é de 2015, do Senador Davi Alcolumbre. O que é que ele quer? "Altera a lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor para estabelecer como tipo penal a conduta de disponibilizar na rede internet, ou em qualquer rede de computadores destinada ao acesso público, informações, mensagens ou imagens, subliminares ou explícitas, que induzam ou incitem a anorexia ou bulimia." – é de 2015, está arquivado, inclusive teve um voto favorável. O Relator foi o Senador Rodrigo Pacheco. Está arquivado.

Aí eu fui buscar mais.

Tem uma proposta minha, de 2023, mas a minha proposta não era uma proposta de projeto de lei. Foi uma indicação ao Ministério da Saúde: que o Ministério da Saúde visse a rede assistencial do Sistema Único de Saúde destinada à prevenção, ao tratamento de crianças e adolescentes com transtornos alimentares. Foi em 2023. Foi uma das minhas primeiras medidas legislativas após eleita, e eu não recebi resposta ainda do Ministério da Saúde.

E, agora, Doutores, em junho de 2024, um Deputado apresentou, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 2.482, que "dispõe sobre a notificação compulsória de transtornos alimentares com consequências graves à saúde física ou mental, bem como traça diretrizes ao poder público para enfrentamento deste agravo à saúde".

Não tem Relator ainda, está parado na Comissão de Saúde da Câmara. Eu vou buscar o Presidente da Comissão de Saúde, eu vou pegar a cópia desse projeto de lei, eu vou encaminhar aos senhores que estão nesta audiência, para os senhores darem uma lida e a gente trabalhar, com o Presidente da Comissão, a indicação de um Relator, de preferência, da área da saúde lá.

A gente pode trabalhar as proposta lá, porque, se a gente conseguir aprovar na Câmara e trouxer para o Senado um debate já amadurecido, eu acho que a gente ganha mais tempo do que a gente fazer um debate aqui, mandar para lá, a fim de ser apensado a esse projeto do qual eu não conheço ainda o conteúdo. Então, a gente faria o caminho inverso: o Senado criaria um grupo de trabalho e, junto com a Câmara, trabalharia uma proposta que seja uma proposta do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu acredito que, sem ouvi-los, a gente não vai construir nada nesta Casa. Os senhores precisam vir com a gente, e eu fico muito feliz que o Dr. Táki...

O SR. TÁKI ATHANÁSSIOS CORDÁS – Táki.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... – acertei: Dr. Táki – tenha nos provocado nessa direção.

Dra. Vivian, dez minutos. Obrigada por ter aceitado o convite para estar conosco.

Nós vamos ouvir agora a penúltima expositora, Dra. Vivian Marques Miguel Suen, representante do Programa de Tratamento de Transtornos Alimentares do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Muito bem-vinda, Doutora.

Dez minutos, mas a senhora já viu que eu sou bem generosa com o tempo.

A SRA. VIVIAN MARQUES MIGUEL SUEN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está certo.

Bom, inicialmente, eu gostaria de agradecer esta oportunidade, agradecer à Senadora Damares e ao Senador Humberto Costa. Fico muito feliz com esta oportunidade, inclusive para apresentar o nosso grupo aqui de Ribeirão Preto.

Na verdade, eu sou a Coordenadora do Grupo de Assistência aos Transtornos Alimentares aqui da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. O nosso serviço foi criado há 40 anos, por volta de 1980, e é um serviço que...

Eu vou dizer o seguinte: foram muito interessantes as falas dos doutores que me antecederam, e eu compartilho de todas as angústias deles, no seguinte sentido: nosso serviço foi criado em 1980. Nós também formamos pessoas aqui. Nós temos programa de aprimoramento, de estágio, e as pessoas que trabalham conosco, nesse grupo, são voluntárias.

Eu me esqueci de me apresentar.

Eu sou docente aqui da clínica médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Sou médica nutróloga. E é curioso: por que é que este ambulatório não foi criado pelo serviço de psiquiatria, mas pelo serviço de nutrologia? Justamente pelo que já foi explicado pelo Dr. Táki e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Dra. Priscilla: os transtornos alimentares são doenças psiquiátricas, porém eles levam ao comprometimento do estado nutricional. Por isso, então, este ambulatório foi criado na divisão de nutrologia, mas nós contamos com a parceria da psiquiatria aqui da nossa faculdade do Hospital das Clínicas.

Para os senhores terem uma ideia, o Hospital das Clínicas aqui do interior de São Paulo abrange uma área extensa, os Departamentos Regionais de Saúde de Araraquara, Barretos, Franca e Ribeirão Preto. Isso dá uma população de aproximadamente 4 milhões de habitantes. E o nosso serviço é um serviço pequeno, porque nós temos limitação de pessoal para atender esses casos. Todos os nossos colaboradores são voluntários. Quem não é voluntário na equipe somos somente eu e a Psiquiatria; os outros profissionais são voluntários. E o nosso serviço é basicamente ambulatorial. Quando nós recebemos pacientes com indicação de internação – e até o momento as internações que nós realizamos foram por risco iminente de morte, devido ao grave estado nutricional, peso muito baixo –, essas internações ocorrem na enfermaria da Nutrologia, que é uma enfermaria que não é especializada em transtornos alimentares. E lá nós temos internados pacientes com outras doenças nutricionais, inclusive pacientes com obesidade grave, que é um problema muito sério também, o qual a Dra. Edna já comentou. Então, não é uma enfermaria especializada e nós temos muita dificuldade quando precisamos internar esses pacientes, inclusive por causa do número de leitos reduzido que nós temos.

Um outro ponto que eu gostaria de destacar é que nós recebemos, às vezes, pedidos de atendimento – não só de pacientes do Estado de São Paulo, mas de pacientes do Estado de Minas Gerais, já recebemos do Mato Grosso do Sul e até do Rio Grande do Sul. Porém nós não conseguimos atender essa demanda pela limitação do serviço e também porque é um trabalho que exige retornos frequentes, e essas pessoas não teriam condições de se deslocar, assim, quinzenalmente ou mensalmente aqui para a nossa região.

E aí, pegando o gancho do que já foi falado em relação às escolas, eu vou trazer um outro problema com que muitas vezes nós nos deparamos aqui. Como é que eu posso dizer? A condição socioeconômica da maioria dos pacientes que nós atendemos aqui é muito desfavorecida, e o que a gente nota é um desconhecimento muito grande até dos familiares, dos próprios pais, a respeito da doença, dos transtornos alimentares. Então, já tivemos casos – isso ocorre com frequência – de as próprias mães ou pais tratarem isso como se fosse uma frescura. Eles acabam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

culpando a filha, o filho que tem, por exemplo, anorexia nervosa, pelo fato de ele não querer comer, de não querer ir à escola. Isto é uma coisa que eu acho que é um outro problema, que eu estou trazendo: a dificuldade em aceitar o diagnóstico pelos pais e pela própria escola. Nós temos relatos aqui de pacientes que sofrem *bullying* na escola, não só dos colegas, mas também de professores e até, às vezes, da diretora da escola, que têm essa dificuldade de entender que o transtorno alimentar é uma doença.

A minha fala é curta, mas eu queria apresentar, então, o nosso serviço e dizer que nós estamos aqui no interior e que nos faltam também recursos de profissional contratado especificamente para esse serviço. Estamos à disposição para trabalhar em conjunto com vocês no que a gente puder ser útil, no que a gente puder ajudar.

Agradeço novamente a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Vivian, muito obrigada, mas deixa-me fazer um registro. Eu conheço muito vocês. Eu sou de São Carlos e fui tia-mãe de uma criança que tinha Prader-Willi, e foi aí que eu encontrei um abraço, o acolhimento, o amor, o tratamento. E eu amo muito vocês todos, muito. Quanto eu devo a vocês!

A SRA. VIVIAN MARQUES MIGUEL SUEN (*Por videoconferência.*) – Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu bebê foi embora aos 12 anos de idade, e essa é uma síndrome a que eu estou provocando esta Comissão também a se dedicar, a esse tema. Muito obrigada por tudo que vocês aí fizeram por mim, pelo meu bebê, pela minha família.

Mas, Doutora, só uma pergunta, antes de passar para o Alexandre. Tem uma pergunta direcionada à senhora: "Como rastrear e prevenir os transtornos alimentares?". Na verdade, é o final da pergunta que nos interessa: "Qual a influência da fase de introdução alimentar no desenvolvimento desses transtornos?". E aí, claro, não querendo botar a culpa nas mães, especialmente nas mães de primeira viagem, mas eu entendi essa pergunta – muito oportuna –, trata da introdução alimentar, da correlação dela com o transtorno alimentar, Doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VIVIAN MARQUES MIGUEL SUEN (*Por videoconferência*.) – Então, sobre a introdução alimentar, eu não sei se eu saberia responder a essa pergunta tão bem quanto um psiquiatra ou um pediatra, mas eu penso que a introdução alimentar é uma fase muito importante, porque é quando a criança começa a ter contato com os alimentos. E a gente sabe que, muitas vezes, a forma como a mãe introduz esses alimentos pode influenciar a criança no sentido de comer demais, não é?

E aí eu vou aproveitar o gancho para falar o seguinte, que é muito frequente nós pegarmos aqui casos de crianças que tinham obesidade infantil ou sobrepeso, e essas crianças acabaram sofrendo *bullying* na escola e desenvolveram ou bulimia, ou anorexia nervosa. E por que eu falei isso? Porque a gente sabe que a alimentação, como o Dr. Táki já falou, tem alguma coisa de afeto também, não é? E é muito comum as mães quererem resolver o problema da criança oferecendo comida.

Então é mais ou menos assim que eu vejo, mas eu acho que os psiquiatras e os pediatras podem responder a isso melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Vivian.

Nós vamos agora para o nosso último expositor, que é o Dr. Alexandre.

Dr. Alexandre, nós estamos numa expectativa muito grande para ouvi-lo.

O Dr. Alexandre de Rezende Pinto é representante do Programa de Tratamento de Transtornos Alimentares do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Dr. Alexandre, eu já faço a pergunta que está direcionada ao senhor. É uma pergunta... O senhor fique bem à vontade, se quiser responder, tá? "[...] o aumento dos transtornos alimentares no Brasil [é] uma consequência do afrouxamento das leis [...] [sobre] agrotóxicos?" É uma pergunta bem complicada. Fique à vontade. Nós vamos ouvi-lo agora. E obrigada por trazer a apresentação também, vai ficar disponível para os nossos estudantes que estão acompanhando, os médicos que estão acompanhando.

Bem-vindo, Doutor. Dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE DE REZENDE PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Eu queria inicialmente cumprimentar a Senadora Damares; cumprimento também o Senador Humberto Costa, pela iniciativa de provocar esta apresentação sobre um tema que é tão importante, que são os transtornos alimentares.

Queria cumprimentar também todos os integrantes aqui da mesa, dizer da minha satisfação de estar dividindo esse espaço com professores de referência que eu respeito muito, o Prof. Táki e o Prof. Appolinário.

Quero dizer que eu sou médico psiquiatra, eu sou Professor da Faculdade de Medicina da Faculdade da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde eu coordeno o Protal (Programa de Tratamento de Transtornos Alimentares do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora).

Bom, eu queria inicialmente, talvez, resgatar um pouco – acho que o Prof. Táki já disse tão bem sobre o conceito dos transtornos alimentares, que é essa questão de o indivíduo desenvolver uma relação disfuncional, uma relação anormal com a comida e com o corpo, seja restringindo a alimentação e perdendo peso, como a gente tem, por exemplo, anorexia nervosa, ou comendo demais em quantidades excessivas, como a gente tem no transtorno de compulsão alimentar, vindo muitas vezes, tendo como consequência o ganho de peso e colocando, logicamente, a sua saúde em risco, seja por um ou por outro aspecto. Mas isso vem também, como o Prof. Táki destacava, de uma relação ruim com o corpo, uma relação disfuncional com o corpo – e daí o tanto que a gente falou desse aspecto da valorização da magreza, do estabelecimento de um ideal de corpo, que normalmente passa por um corpo magro.

E, quando a gente discute aspectos de prevenção, é muito importante a gente pensar nos aspectos etiológicos, naquilo que causa o transtorno, e também nos fatores de risco e nos fatores eventualmente de proteção. Como todo transtorno mental, os transtornos alimentares também são multifatoriais, como também já foi dito; então existe um aglomerado de fatores, de variáveis que se interrelacionam para produzir esse resultado transtorno alimentar. Então, a gente tem aspectos socioculturais, e aí a gente falou tanto das questões dos padrões de beleza, a valorização do corpo magro, o quanto que isso vai impactar em crianças e adolescentes, que são tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulneráveis a essas questões; aspectos psicológicos, sejam aspectos individuais, na forma como o indivíduo, ao longo do tempo, vai estabelecendo essa relação com o corpo, com a comida; questões familiares, a importância do ambiente familiar, que muitas vezes um ambiente que também valoriza essa questão da magreza; fatores genéticos; dietas muito restritivas, dietas muitas vezes não saudáveis e que vão ter um impacto também na forma como indivíduos se relacionam com o alimento e com o corpo.

Os principais fatores de risco que a gente poderia destacar para os transtornos alimentares. No sexo feminino, se a gente pensar, em torno de 90% dos casos de anorexia, de bulimia, incidem sobre mulheres; há problemas alimentares na infância – sobre essa pergunta que foi feita agora sobre a introdução alimentar, certamente a forma como a criança vai se relacionando, desde muito precocemente, desde a introdução alimentar lá atrás, a forma como ela se relaciona vai ter um impacto; a gente sabe que magreza influencia como fator de risco na infância e na adolescência obesidade – daqui a pouco eu vou trazer alguns dados do quanto a obesidade na infância e na adolescência também aumenta o risco; as preocupações com peso; autoavaliação negativa; história de abuso sexual; a presença de comorbidades psiquiátricas.

Quando a gente olha aqui esses principais fatores de risco, a gente começa a ter uma série de *insights* em termos de o que fazer para prevenção, quando a gente pensa em abuso sexual, quando a gente pensa na autoestima, na avaliação que o indivíduo faz sobre si mesmo – a gente falava agora pouco sobre o *bullying* –, nas preocupações com peso.

Aqui, gente, muito rapidamente, o Prof. Appolinário já trouxe um pouco sobre como a CID-11, a classificação do OMS, entende os transtornos alimentares, tendo esses três como os principais: a anorexia nervosa, a bulimia nervosa e o transtorno de compulsão alimentar, que é o TCA.

Falando muito rapidamente da anorexia, é aquele indivíduo que começa a ter um medo muito grande de engordar, junto com uma distorção da imagem. Então ele se vê sempre com volume maior, muito mais gordo do que normalmente ele é. Com isso, ele começa a ter comportamentos autoinduzidos de perda de peso.

A bulimia nervosa é caracterizada por episódios de compulsão alimentar, o indivíduo come grandes quantidades, com uma perda do controle sobre aquilo que é ingerido e adota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamentos compensatórios – atividade física em excesso, jejum –, comportamentos purgativos – vômitos autoinduzidos com o objetivo de não ganhar peso.

E o transtorno de compulsão alimentar, que é caracterizado por esses episódios de compulsão, mais uma vez, em que o indivíduo come grandes quantidades, com a sensação clara de perda do controle, vindo a se sentir culpado, envergonhado, arrependido e sem os comportamentos compensatórios que a gente vê na bulimia nervosa.

Pois bem, quero trazer alguns dados aqui.

Esse foi um estudo publicado em 2023, uma revisão sistemática com uma metanálise de 32 estudos realizados em 16 países, reunindo 63.181 participantes, que colocam que, entre crianças e adolescentes, a gente tem cerca de 22,36% de comer, daquilo que a gente poderia chamar de comer transtornado ou de um comportamento alimentar disfuncional, que é uma relação ruim com a comida. Em crianças e adolescentes, 22,36%, quer dizer, quase um quarto de crianças e adolescentes tendo essa relação ruim com a comida. E esses dados mostram o quanto que esse comer transtornado é maior em meninas, mais uma vez as mulheres sendo mais acometidas, e o quanto esse comer transtornado, essa relação ruim com a comida aumenta com a idade e com índice de massa corporal, ou seja, quanto maior for o peso, o índice de massa corporal, que vai avaliar exatamente o peso, mais comer transtornado. Então a gente tem essa ideia e o quanto que foi falado aqui pelas colegas sobre a relação com obesidade.

De fato, o Prof. Táki destacava a obesidade não sendo um transtorno psiquiátrico, mas o quanto a obesidade pode se relacionar com os transtornos alimentares, sobretudo com TCA, mas também como que a obesidade se relaciona com essa relação disfuncional.

E esse foi um artigo, também publicado em 2021, que tenta traçar essa relação, entre crianças e adolescentes, da obesidade e os transtornos alimentares. Esse artigo coloca que essa relação é uma relação bidirecional. E eles colocam as estratégias da prevenção em crianças e adolescentes em relação à obesidade e transtornos alimentares: a perda de peso com controle nutricional adequado, então o quanto que a gente deve se preocupar com essa questão da obesidade em crianças e adolescentes; modificação do estilo de vida – falávamos daquela questão da prevenção, sobretudo em escolas, do quanto que a gente deve estimular modificação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de estilo de vida e comportamentos mais saudáveis, como atividade física, a dedicação a outras atividades mais saudáveis –; e o tratamento das eventuais comorbidades psiquiátricas.

Trouxe alguns dados aqui dessa questão. Os transtornos alimentares, no mundo como um todo, estão aumentando? Eu trouxe alguns dados, observando a prevalência dos transtornos alimentares, mundo afora, em mulheres jovens e homens jovens e ao longo da vida. Na anorexia nervosa, a gente vai ter entre mulheres uma prevalência de 0,8% a 6,3%; em homens, de 0,1% a 0,3% – como eu disse, os homens são menos acometidos. Em bulimia nervosa, são estes dados, de 0,8% a 2,6% em mulheres; em homens, há essa menor prevalência. E há o transtorno de compulsão alimentar, mais uma vez, entre mulheres e homens, lembrando que o transtorno de compulsão alimentar tem uma prevalência maior do que anorexia e bulimia.

E aí vem essa discussão sobre se houve um aumento do transtorno alimentar durante e no pós-pandemia. Então, os dados apontam para um aumento dessa prevalência durante a pandemia e pós-pandemia. Esse estudo, por exemplo, fala de um aumento da prevalência, entre aqueles com menos de 30 anos, da ordem de 15% nos últimos anos, pelas questões óbvias trazidas pela pandemia: restrição e limitação das atividades diárias, isolamento, menor capacidade de proteção, falta de apoio social, barreiras ao tratamento.

E um dado importante. Falando de prevenção, um dos dados mais robustos que se coloca de prevenção é o envolvimento precoce no tratamento. Então, em relação ao desafio também da detecção precoce, muitas perguntas foram feitas, inclusive com aquela ideia do treinamento. Nós sabemos o quanto, na formação dos profissionais da saúde, na medida em que tratar transtorno alimentar exige uma equipe multiprofissional, há limitações. Então, acho que foi a Dra. Edna que falava um pouco sobre as linhas de cuidado, sobre o quanto é uma estratégia importante você treinar as equipes de atenção primária para identificação precoce não só dos casos de transtornos alimentares propriamente ditos, mas também de eventuais relações disfuncionais que o indivíduo tem com a comida e com o corpo.

Aqui há essa questão de cada vez indivíduos mais jovens, cada vez mais adolescentes tendo esse diagnóstico, diminuindo a idade de início de incidência dos transtornos alimentares. É claro que tem uma discussão: até que ponto, de fato, você está diminuindo a idade de início ou até que ponto – também tem essa discussão – a detecção não está sendo mais precoce, mas a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem esses dados mostrando idades de início cada vez mais precoces e o aumento global das médias de prevalência dos transtornos alimentares.

Aqui um dado que a gente falou muito, sobre a mortalidade da anorexia nervosa, a taxa de mortalidade. Essa é uma metanálise que foi publicada em 2011, com 36 estudos mostrando a taxa de mortalidade de 5,1 mortes por mil pessoas por ano da anorexia. Se a gente pensar naqueles indivíduos que têm uma desnutrição mais grave, que muitas vezes vão necessitar de internações hospitalares, como a gente também falava anteriormente, essa taxa vai aumentar para 15,9 mortes por mil pessoas por ano.

E aí uma questão que a gente também trazia sobre os transtornos alimentares e mídias sociais. Esse foi um estudo publicado no ano passado, em 2023. Foi um estudo transversal, que foi realizado com 350 participantes com idades entre 14 e 25 anos. E o objetivo do estudo era exatamente avaliar essa correlação entre comportamentos alimentares disfuncionais, e quiçá transtornos alimentares, com o uso das mídias sociais, algo que a gente falou tanto. Não há como a gente realizar um enfrentamento dessa problemática dos transtornos alimentares se a gente não pensar nessa regulamentação das redes, da internet, da forma como isso é feito.

Então, só para mostrar, gente, foram aplicadas duas escalas, duas ferramentas: essa é de atitudes alimentares, e a outra avalia a escala de uso de rede social. E, só para mostrar, eu trouxe um dado ali, olhem só: desses indivíduos, desses 350 participantes, 90% fazem uso da internet para trabalho e educação. Trago esse dado de que – vejam só –, se a gente somar, quase 90% desses indivíduos usam algum tipo de rede social – YouTube, Instagram. E, do outro lado, nessa outra tabela, a gente vê que em torno de 40% – 41,7% – desses indivíduos tinham prováveis transtornos alimentares e em torno de 42% tinham algum tipo de disfunção em relação ao uso das mídias sociais – a gente fala de adição em relação às mídias sociais.

Esse estudo é claro que não vai estabelecer uma relação direta de causalidade de uso da mídia social levando ao transtorno alimentar, mas a importância de a gente pensar nessa correlação que existe entre transtornos alimentares e o uso das mídias sociais, lembrando, mais uma vez, a importância dessa discussão entre crianças e adolescentes.

E, só para dizer um pouco, esse foi um artigo, publicado em 2022, que faz uma análise... Foi feita uma força-tarefa, proposta uma força-tarefa, com algumas propostas de como gerar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamento dessa questão, dessa problemática dos transtornos alimentares. E esse estudo foi um estudo analisando essas medidas. Então, eles trabalham muito, eles discutem muito a importância da detecção precoce, inclusive falando, propondo instrumentos que devem ser, por exemplo, utilizados pelo profissional da atenção primária para investigar a presença de comportamentos e atitudes alimentares disfuncionais. Depois – esse que é o grande desafio –, uma vez se detectando esses comportamentos disfuncionais, há a questão do tratamento, a importância do tratamento. E nós estamos diante desse gargalo e desse desafio não só do tratamento ambulatorial, das equipes bem treinadas para o enfrentamento dessas questões, como também da necessidade da internação, como nós já bem dissemos, com a redução dos leitos psiquiátricos, com a ausência, Brasil afora, com exceção da enfermaria do Ambulim, de leitos para a internação desses pacientes, sobretudo os pacientes com anorexia nervosa. Então, este é um grande desafio: a detecção precoce é uma estratégia e, depois de feita essa detecção, como que nós vamos tratar esses pacientes.

Então, para finalizar a minha fala, a gente está diante de um aumento da prevalência dos transtornos alimentares, sobretudo entre os mais jovens, em que se questiona esta questão – se esse aumento estaria relacionado com uma detecção mais precoce –; a associação com a obesidade e a importância dos cuidados nutricionais também precoces em crianças e adolescentes; o grande cuidado com as mídias sociais, a necessidade de regulamentação; e, mais uma vez, a importância da detecção precoce pelos profissionais da saúde dessas questões, não só dos transtornos alimentares, como daqueles comportamentos disfuncionais de risco para os transtornos alimentares.

Mais uma vez, queria agradecer muito a oportunidade de estar aqui, mais uma vez cumprimentar a Senadora Damares pela iniciativa dessa discussão que é tão importante, e me coloco aí à disposição.

Obrigado, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Alexandre, muito obrigada.

Nós vamos para o final da nossa audiência da seguinte forma: nós vamos passar para os expositores entre três e cinco minutos – nós estamos com o horário já vencendo aqui – para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerações finais, agradecimentos e, se quiserem, para fazerem mais alguma indicação de encaminhamentos. No final, eu anuncio os encaminhamentos todos sugeridos durante a audiência.

Vamos começar pelo primeiro expositor, Dr. José Appolinário, de três a cinco minutos para considerações finais.

O SR. JOSÉ CARLOS BORGES APPOLINÁRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiramente, quero agradecer de novo à Senadora Damares, agradecer também ao Senador Humberto e agradecer a todos os presentes, aos colegas. Foi maravilhoso podermos estar juntos, nós, que trabalhamos tanto com transtornos alimentares.

Eu queria trazer os três pontos que foram aqueles presentes no meu último eslaide. Eu acho que uma coisa importante seria, primeiro, na área de pesquisa: acho que a gente tem que continuar investigando a situação atual de transtornos alimentares no país e também temos que entender como a rede está lidando com isso. A gente precisa de verbas específicas para pesquisa em transtornos alimentares, já que é uma área que fica sempre – é o que a senhora falou – secundária, "ah, tem outras coisas mais importantes", e nunca são aprovadas as verbas específicas para essa área. Então, a gente precisa de uma linha específica para isso.

O segundo ponto é discutir políticas públicas e fazer já utilização de estruturas do próprio sistema de saúde, mas orientar como eles devem se comportar em relação aos transtornos alimentares. Eu acho que a gente pode oferecer um certo norte para o próprio sistema de saúde lidar com essas situações, tanto aproveitando isso, treinando as pessoas, como também desenvolvendo centros novos, mais distribuídos no território nacional, e não tão concentrados na Região Sudeste, como a gente vê muito frequentemente.

Outra coisa é que não adianta só desenvolver e treinar as pessoas; se a gente quer treinar, os casos novos vão aparecer e a gente tem que ter uma rede de suporte para tratar de casos mais graves. Então, nós temos que ter desenvolvimento de unidades especializadas e também de estruturas para eventuais casos gravíssimos, para possibilitar hospitalização eventual, tanto em hospital com internação completa como em hospital-dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um terceiro ponto seria em relação a essa discussão, o que poderia ser feito de medidas protetivas – eu acho que, em vez de preventivas, até protetivas. Algumas medidas podem ser feitas, e talvez esse grupo possa ajudar a Câmara e o Senado a pensarem nessa área e em quais as estratégias. Eu acho que todos aqui estamos à disposição de vocês para ajudar nessa força-tarefa, digamos assim, e é muito bem-vinda a iniciativa de vocês.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor, obrigada.

Vamos ouvir agora a nossa segunda expositora, para considerações finais, Dra. Priscilla Gil.

A SRA. PRISCILLA GIL (Para expor.) – É emocionante para mim também participar disso aqui. Eu acho que a gente viu que, dos grandes centros à população ribeirinha, as questões são gigantes.

Quando a gente fala dos grandes centros, voltando ao Iede, eu ouvi que a senhora falou da sua sobrinha, filha, com Prader-Willi, uma síndrome gravíssima, com obesidade, que é protótipo de compulsão alimentar mais grave, de comer alimentos muitas vezes até crus, tamanha a compulsão, com uma obesidade muito grave, um retardo mental, além de outras questões endócrinas. E a gente tem no Iede um centro especializado no tratamento de Prader. Aproveitando a equipe de transtorno alimentar, a Dra. Silvia Freitas, psiquiatra, criou há dez anos, lá dentro do Iede, o tratamento de referência de síndrome de Prader-Willi para o Estado do Rio de Janeiro – e a Associação Brasileira de Prader-Willi foi criada lá dentro.

Então, a equipe de transtorno alimentar também trata Prader-Willi – e é muito importante lembrar que tem obesidade que, se não for tratada, é realmente muito difícil de conduzir –, fazendo teste genético lá, recebendo GH por dispensação de medicação especial com LME e, futuramente, se Deus quiser e a política também, receberá o análogo ao GLP-1 para o tratamento da obesidade. Os pacientes não crescem mais com obesidade, hoje, com o tratamento – quanto mais morrer; se nem cresce com obesidade, ele não vai morrer com sete anos mais.

Sobre a capilarização, sobre estender nas áreas mais ribeirinhas... Meu irmão mora na tribo Tatuyo, no Amazonas, com uma indígena. Então, eu vejo na tribo a obesidade presente, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrando que a gente teve a primeira médica indígena – primeira médica indígena – agora, neste ano, em 2024. Então, para alcançá-los, também vamos precisar aumentar essa formação.

Agora, retomando a questão da moda da magreza dos anos 2000, isso está voltando, o que junta com a moda coreana e nos traz todos esses riscos de transtornos alimentares, de vir de uma obesidade, entrar um transtorno alimentar no meio, precipitar uma anorexia nervosa. As coisas são transdiagnósticas, elas vão de um lado para o outro. Então, isso muito me preocupa, por eu ter o olhar duplo da obesidade e também do transtorno alimentar da pessoa com a desnutrição.

Obrigada, Dr. Táki, por ter falado da Sbem, que busca, como Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, regulamentar e proibir o uso dos anabolizantes e proibir a prescrição dos *chips*. Essa regulamentação tem sido muito importante e reforça a necessidade de as receitas dos análogos de GLP-1 serem regulamentadas também. E hoje, infelizmente, está se comprando em qualquer esquina, falsificando, enfim, tudo isso. Reforço isso.

A gente tem também tratamento específico para o transtorno de compulsão alimentar, que também não está chegando na população. Precisa também ser mais bem estudado como chegar o tratamento específico da compulsão.

E quero reforçar – terminando – que eu percebi que todos nós, de todas as áreas, em Ribeirão Preto, Juiz de Fora, São Paulo, Rio, grandes centros, trabalhamos todos com colaboradores não remunerados – para ficar claro – para transtorno alimentar, o que não é interessante também para o profissional de saúde. Então, ao ter empregos com cargos e salários, com atratividade, com capacitação, é possível seguir em frente com esse projeto, desse cadastro nacional de todos os centros, para poder acolher os pacientes e até voltando para as campanhas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRISCILLA GIL – Sem tratamento, a campanha fica prejudicada. Nas campanhas conjuntas, é preciso lembrar que precisamos unir forças para as campanhas. É Sbem (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia); SBD (Sociedade Brasileira de Diabetes); ABP, de Psiquiatria; Abeso, de Obesidade; e Ministério da Saúde. Senão, a gente não vai ter força para gerar uma campanha completa para atingir, por exemplo, a TV aberta, como a última não conseguiu atingir, atingiu apenas as mídias sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada por estar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Priscilla, muito obrigada.

Na sequência, a nossa terceira expositora foi a Dra. Maria Edna de Melo.

Dra. Maria Edna, considerações finais. E já vou dizendo, Dra. Maria Edna, eu posso estar com excesso de otimismo, mas eu acho que hoje a gente instaura, aqui nesta Comissão, um dia histórico. A gente está num dia histórico em que a gente pode, quem sabe, a partir de hoje, instaurar um novo tempo para discutir, propor e dar as respostas para os transtornos alimentares no Brasil.

Desculpe meu excesso de otimismo, mas eu trabalho assim. Eu sou realmente uma sonhadora e persigo esses sonhos. Eu acho que hoje é um dia muito importante para todos nós.

Dra. Maria Edna.

A SRA. MARIA EDNA DE MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu compreendo o seu otimismo, porque eu funciono do mesmo jeito, Senadora. Então, eu gosto de sempre falar: "Se for fácil, não me chame". Então, eu acho que os problemas que são maiores e mais desafiadores são os melhores para a gente se envolver e resolver, o que significa que eles são gigantes.

Compartilho a informação de que minha filha também é uma dorameira, é uma adolescente dorameira, e convivo com esse mundo "K", esse mundo coreano.

Voltando para o nosso tema aqui, fico grata pela indicação que a senhora fez ao Ministério da Saúde, e assim como a senhora está esperando a resposta até agora, a gente está tentando audiência com a Ministra e também a gente está esperando resposta. Então, acho que a devolutiva do Ministério às vezes deixa a desejar, e a gente vai cobrando.

Nesse tema, acredito que a regulamentação das redes é um ponto extremamente importante, porque alguém precisa ser responsabilizado quando numa rede social se expõem práticas que vão prejudicar o indivíduo e/ou o coletivo de uma forma geral. E nesse mesmo alinhamento, a gente também tem que ver a publicidade infantil. Então, a publicidade infantil de uma forma geral, se a senhora for ver, se for levantar, a primeira vez... Eu sou uma pessoa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sociedade de Endocrinologia, da Sbem e da Abeso, sou a que mais vai a Brasília. A primeira vez que eu fui a Brasília foi em 2013, numa audiência pública sobre publicidade infantil. E de lá para cá, eu vi várias discussões e tudo vai para a gaveta, Senadora – tudo vai para a gaveta. Então, é algo que... O visual é muito impactante e é um diferencial no comportamento da criança, seja no comportamento alimentar ou mesmo em outros aspectos psicossociais.

Com relação à capacitação dos profissionais, eu acho que é preciso capacitar, é preciso estruturar os centros, mas é preciso também... Não adianta capacitar um profissional, porque eu acho que é o que acontece muitas vezes nos centros... Os centros capacitam os profissionais, e eles não vão para a rede pública, porque não existe valorização. E médico, nutricionista, psicólogo também têm conta para pagar, então, acabam ficando no setor privado.

É necessário que ocorra a valorização dos profissionais de saúde pública do SUS. E isso não só os com vínculo federal, mas também para o estadual, para o municipal. E a gente sabe da terceirização que ocorre nos serviços de saúde, que os estados e os municípios contratam as OSSs, e as OSSs... A gente vê que muitas vezes elas vão contratar os profissionais que acabaram de sair da faculdade, que aí é outra problemática de que eu falei no início, e que acaba influenciando diretamente nisso. Então, a gente precisa formar e ter política para manter aquele profissional que está bem formado ali, replicando a informação.

Pegando a palavra do final, só para o Alexandre, é muito importante que os pacientes que foram diagnosticados precocemente tenham atendimento. A Academia Americana de Pediatria, no ano passado, com a *guideline* de obesidade, mostra que a criança obesa, que está em tratamento, não vai desenvolver uma modificação, não vai desenvolver um comer transtornado. Ela tende a ter um comportamento alimentar melhor, ela tende a comer melhor. Então, o atendimento adequado dos pacientes com obesidade, principalmente na infância e na adolescência, vai promover uma alimentação mais saudável para esses pacientes.

Muito obrigada novamente, Senadora. Foi uma satisfação para mim estar aqui com a senhora e com todos esses colegas que eu também admiro muito; e aprendi muito aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Maria Edna, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O professor está aqui. E eu vou desafiá-lo, professor: assista a um dorama – assista a um dorama.

Professor.

O SR. TÁKI ATHANÁSSIOS CORDÁS (Para expor.) – Eu farei esse sacrifício. (*Risos.*)

Meus agradecimentos à Senadora Damares Alves e ao Senador Humberto Costa. Saúdo os colegas que estão à distância, são queridos colegas: Dra. Edna, Dra. Vivian, Dr. Alexandre. O Apolinário está à distância, mas ele nunca está distante; como ele está no nosso coração, ele está sempre perto da gente.

Eu queria – e acredito que falo em nome também do Prof. Appolinário – convidar o Dr. Alexandre e a Dra. Vivian – porque estamos tão perto e tão longe – para que a gente possa fazer talvez um consórcio, talvez uma discussão mais próxima dos centros universitários.

Quanto à força-tarefa, agradeço muito o entusiasmo da Senadora com essa semente e acho que além de profissionais de saúde, deveremos incluir nisso familiares e pacientes, bem como a Associação Brasileira de Transtornos Alimentares. A sociedade civil forte deve levar os Parlamentares às suas necessidades e às suas prioridades.

Como profissionais de saúde, nós nunca devemos nos colocar numa situação de vestais. Eu fecho os olhos e só falo de coisas técnicas. A gente tem que também botar o dedo no atual modelo econômico – ávido de lucro a qualquer custo, a qualquer preço –, porque mais recursos e melhor gerenciamento são necessários à saúde pública, ao SUS. E, se a gente não sabe como prevenir transtorno alimentar, a gente tem um enorme recurso, muito eficaz, para diminuir a prevalência de transtornos psiquiátricos: acabar com a pobreza e com a fome. Isso levará certamente à diminuição da frequência de transtornos psiquiátricos na população.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, muito, muito obrigada!

Na sequência, a Dra. Vivian. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VIVIAN MARQUES MIGUEL SUEN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perdão, eu estava me embananando aqui com o microfone. Desculpa.

Eu gostaria novamente de agradecer esta oportunidade à Senadora Damares e ao Senador Humberto Costa, a todos os colegas presentes. Foi uma honra e um prazer participar desta audiência.

Principalmente a sensação... eu queria deixar aqui registrada a sensação de ser ouvida, de a Senadora estar com os olhos voltados para esse problema, que é um problema tão grave, e nós percebemos que a prevalência está aumentando – cada vez mais, as pessoas nos procuram aqui para atendimento de transtornos alimentares.

E eu concordo com tudo o que já foi falado pelos colegas em termos de treinamento dos profissionais, orientação desses profissionais, inclusive não só quanto ao tratamento, mas quanto à detecção precoce, aparecimento de sinais sugestivos de transtornos alimentares – eu acho que seria importante o pessoal aprender a ter esse olhar –; além de investimento em pesquisas nessa área.

Eu estou à disposição.

Gostei muito da sugestão do Dr. Táki de fazermos o consórcio. Aqui em Ribeirão Preto nós temos interesse. Eu represento a equipe, e estamos à disposição.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Vivian. Dê um abraço em toda a sua equipe, em toda essa equipe amada por mim aí no seu centro.

Por último, vamos ouvir o Dr. Alexandre Rezende Pinto para suas considerações finais.

O SR. ALEXANDRE DE REZENDE PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, acho que o fato de ser o último a falar tem algumas vantagens.

Eu quero finalizar, concluir, dizendo que eu ratifico tudo aquilo que foi dito, tudo aquilo que foi proposto, inclusive dentro da ideia do Prof. Táki de podermos criar um consórcio de colaboração. Acho que o desafio está posto. Nós que atuamos nessa área, sobretudo no Sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Único de Saúde, sabemos das dificuldades. Os desafios estão postos, mas a gente não deve fugir à luta.

Então, quero agradecer mais uma vez à Senadora Damares pela iniciativa, e ao Senador Humberto Costa. Mais uma vez, quero abraçar de forma fraterna todos os colegas da mesa e dizer da minha satisfação em compor a mesa e em participar deste evento. A gente espera que ele possa frutificar, que possa gerar consequências para o bem da nossa população.

Algum colega – acho que foi a Dra. Priscilla – disse do quanto ter um transtorno psiquiátrico, ter um transtorno alimentar gera sofrimento. Os nossos pacientes estão em sofrimento, muitas vezes com dificuldade de ter assistência, com dificuldade de ter acesso aos serviços de saúde. Então, nós temos essa grande responsabilidade de gerar conhecimento, de treinar os profissionais, de treinar aqueles alunos que estão sendo formados nas mais diversas áreas da saúde e da saúde mental. Nós temos uma grande responsabilidade, uma responsabilidade social. Então, acho que este momento é um momento importante. Repito: que possa gerar frutos.

Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Alexandre.

E eu estou muito feliz de ter sido um instrumento para fazer ponte aqui hoje. Eu acho que eu consegui unir alguns profissionais em torno de um tema, além do convite de um para o outro para a criação de um consórcio... Eu estou muito feliz, muito feliz.

Eu queria chamar a atenção da nossa população. Eu acho que nós trouxemos para mesa hoje os melhores do Brasil, profissionais extremamente comprometidos com o tema – eu estou muito feliz, muito feliz – e que dedicaram uma manhã do seu tempo, tempo precioso. O tempo deles vale muito, muito, e o dedicaram a este debate.

Eu vou fazer um compromisso – por vocês terem aceitado o desafio, eu vou fazer um compromisso: eu ainda tenho seis anos e meio de mandato, e eu vou colocar esse tema na pauta todos os dias enquanto eu estiver aqui. Eu vou fazer o compromisso de que esta Casa não vai esquecer o tema. E eu preciso que vocês me ajudem – me ajudem a manter o foco, a caminhar nesse sentido, me provoquem. Vamos provocar a Casa, mas me provoquem, pois eu vou fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse compromisso com esses profissionais de tamanha excelência, pelo compromisso que vocês têm com a pauta.

Os encaminhamentos que eu consegui anotar aqui... Eu não acho que tem que ter uma audiência pública sem encaminhamento. Todas elas precisam terminar com encaminhamentos.

Primeiro, eu quero falar que nós estamos no Setembro Amarelo, a campanha dirigida pela ABP em todo o país. Parabéns, ABP! E vamos falar, sim, de prevenção do suicídio e da automutilação.

E aí, Dr. Appolinário, é um tema que eu trabalho há muito tempo, o senhor sabe disso. Eu tenho encontrado formas de automutilação que têm me preocupado muito: os meninos não estão se cortando só, Doutora; eles estão amarrando objetos em linha e cordão, engolindo, para puxar, para rasgar o estômago por dentro, porque aí a gente não vê a cicatriz. Mas eu me deparei com uma outra modalidade de automutilação, em que eles estão comendo muito para machucar o estômago por dentro. Então, tem tudo a ver com o que nós estamos conversando aqui.

E aí, pais que estão nos assistindo, o tempo todo os profissionais falaram também, dirigindo-se aos senhores, se estiver com uma criança, um adolescente ou jovem em casa que você identificou que está passando por um momento difícil, que está comendo demais para se machucar, ou que está desenvolvendo um transtorno alimentar, não castigue, por favor. Abrace, acolha e procure ajuda. Esse é o nosso recado.

E aí, os encaminhamentos, Doutores: a criação de um grupo de trabalho, uma força-tarefa aqui no Senado, trazendo Senadores da área da saúde. Já vou propor isso na próxima semana, como forma de requerimento.

Peço o envio, Secretaria, do material apresentado aqui para todos os gabinetes de todos os Senadores membros, mas eu quero que vá junto um texto. A minha assessora Irlane vai fazer esse texto – nós vamos fornecer aos senhores – em que eu vou chamar atenção de alguns pontos bem importantes discutidos aqui. Quanto ao acompanhamento das propostas legislativas, já vou conversar com a Câmara, mas vou encaminhar aos nossos expositores, Irlane, as propostas que estão tramitando aqui, para os senhores lerem, já começarem a acompanhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria... O Ministério da Saúde se fez ausente nesta audiência, foi convidado; não mandaram nenhum representante, nem justificaram a ausência. Então, eu quero um requerimento de informação para que o Ministério da Saúde mande, por escrito, as medidas, as providências, os programas e projetos desenvolvidos na área, e tão logo... Mas eu quero em forma de requerimento de informação, porque aí, segundo o art. 50 da Constituição, a Ministra tem 30 dias para me responder sob pena de crime. Eu quero! E a resposta do MS eu quero compartilhar com os nossos expositores. E o que a gente quer é ajudar o Ministério da Saúde a acertar nessa área, queremos muito! Nós temos uma Ministra da Saúde que é uma grande pensadora, é uma mulher muito, muito comprometida com o tema da saúde, mas eu quero, por meio desta Comissão, ajudá-la no norte, a acertar nas políticas públicas.

Orçamento. Não existem políticas públicas sem indicadores, Doutor, sem números. Não dá para a gente fazer políticas públicas em cima de achismo. E eu acho que dá para a gente trabalhar junto uma proposta no Orçamento, para uma grande, megapesquisa no Brasil. Há os institutos que estão trabalhando aí. Eu vi que o Dr. Alexandre trouxe resultado de pesquisas, mas a maioria, se não todas, são pesquisas que vieram de fora. A gente investir em pesquisa, já podemos começar no Orçamento da União, este ano, e, claro, também para o atendimento, o acolhimento, mas eu acho que dá para a gente trabalhar. Eu vou trabalhar uma emenda nesta Comissão, é um compromisso público que eu faço com os senhores. A minha proposta nesta Comissão é que a gente trabalhe uma emenda de Comissão para a área de transtornos alimentares.

Dr. Táki, o senhor falou uma coisa: estão colocando de uma forma secundária o assunto, estão priorizando outros temas. É possível que os outros temas que eles estão priorizando sejam temas que são sequelas e consequências do transtorno alimentar. Talvez seja necessário a gente começar a conversar com os nossos Parlamentares, se não estão priorizando talvez uma doença, um tratamento que é uma consequência do transtorno alimentar, trazê-los também para essa prioridade, para essa atenção primária.

Eu preciso também que a assessoria prepare um envio ao MEC de um requerimento de informação de todos os cursos de pós-graduação, especialização que estão acontecendo no Brasil, hoje, nessa área. Quero conhecer as universidades e faculdades que estão oferecendo. Quero também um requerimento de informação ao MEC sobre de que forma eles estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando com isso nas escolas, inclusive, Doutora, para a gente fazer uma avaliação do que está sendo feito no MEC. E eu vou compartilhar com os senhores o que o MEC vai nos enviar.

Por fim, os senhores falaram sobre as receitas de GLP-1, falaram das canetas, do uso excessivo de medicação, regulação da internet... Está aqui o projeto do nosso Davi Alcolumbre. E eu vou caminhar com todas essas propostas e vou compartilhando com os doutores. E uma coisa eu prometo, Dra. Vivian: não termos mais gaveta para guardar esse assunto aqui no Senado; a gente caminhar de verdade, num novo tempo, de uma discussão na pauta o tempo todo.

Doutores, muito obrigada. A todos que nos acompanharam à distância, muito obrigada.

Esta audiência vai ficar à disposição. Eu sei que os Senadores depois vão ficar em casa assistindo. Colegas Senadores, vamos dar uma atenção especial ao assunto.

E, aqui, me permitam – eu sei que o Estado é laico, mas me permitam – desejar a todos vocês profissionais bênçãos infinitas. Que Deus abençoe vocês, que lhes dê mais sabedoria, muita sabedoria para ficar lá na ponta. Eu sei que é desafiador fazer o que vocês fazem com voluntários, sem recurso, sem orçamento, mas que vocês tenham muita saúde para continuar o que vocês estão fazendo e para, a partir de agora, nos provocar aqui também, para nos cobrar aqui no Parlamento. Muito obrigada pela dedicação e pela vida de vocês com tanto compromisso com este tema. Obrigada por terem vindo, aceitado o convite. E não vai ficar nesta audiência. E, quando formarem o consórcio, me chamem para a festa de inauguração. Que Deus abençoe vocês. Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia onze de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Zenaide Maia, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Romário, Laércio Oliveira e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Jader Barbalho, Rosana Martinelli, Marcos do Val, Mecias de Jesus, Lucas Barreto, André Amaral e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa, Eduardo Girão e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 73/2024 - CAS, de autoria Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Debater aspectos relacionados à linfangioleiomiomatose, doença pulmonar rara e incurável, conhecida como LAM. **Participantes:** Maria Clara Castellões de Oliveira, Vice-Presidente da Associação dos Portadores de Linfangioleiomiomatose do Brasil – Alambra; Bruno Guedes Baldi, Médico Pneumologista responsável pelo Centro de Referência em Pesquisa e Tratamento da LAM/Clínica da LAM; Paulo Henrique Feitosa, Médico do Centro de Tratamento da LAM de Brasília; e Júlio César Abreu de Oliveira, Membro do Conselho Científico da Associação dos Portadores de Linfangioleiomiomatose do Brasil – Alambra. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/11

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 73, de 2024, da Comissão, de autoria do ilustre Senador Alan Rick, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre aspectos relacionados à LAM – eu vou falar só LAM, eu não consigo falar o nome da doença inteiro –, doença pulmonar rara e incurável, conhecida como LAM.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211 – podem ligar de qualquer lugar do Brasil, a ligação é gratuita; podem fazer pergunta, mandar sua participação; vou repetir o número: 0800 0612211 –, ou pelo Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Eu quero informar que nós já estamos com audiência, já estão chegando perguntas via internet. Nós temos perguntas de Rondônia, do Maranhão, do Acre, do Piauí, de São Paulo, pessoas do Brasil inteiro já estão a acompanhando a audiência. Muita expectativa para a realização desta audiência, o Brasil inteiro na expectativa de sua realização.

Conforme eu disse, a audiência é objeto de um requerimento de autoria do Senador Alan Rick, do Acre. Todos os senhores e as pessoas que estão nos acompanhando sabem como está difícil a situação no Norte do país por conta das queimadas. O nosso Senador Alan Rick é uma pessoa extremamente comprometida com a pauta do meio ambiente; está sendo muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demandado no estado esta semana. Hoje, inclusive, ele está no interior, foi chamado para a cidade de Cruzeiro do Sul – povo amado de Cruzeiro do Sul, que está acompanhando a gente ao vivo. Ele está lá, e os senhores sabem que está difícil, inclusive, voos entre uma cidade e outra por causa da fumaça. Não está fácil, e o Senador Alan Rick não conseguiu chegar a Brasília.

Eu estou aqui o substituindo, presidindo esta importante audiência, o que, para mim, é uma honra, é uma alegria, porque é um tema, também, que move o meu coração; é um tema que também tenho como pauta do meu mandato.

Então, quero justificar a ausência do nosso Senador Alan Rick e quero recepcionar todos vocês, em nome do Presidente da Comissão, Senador Humberto Costa, que também é muito comprometido com a pauta das doenças raras no país.

Temos hoje, como expositores, os ilustres convidados que quero chamar agora, neste momento, para compor a nossa mesa.

Está conosco o Dr. Bruno Baldi, Doutor em Pneumologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Pneumologista da Divisão de Pneumologia do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, responsável pelo Centro de Referência em Pesquisa e Tratamento da LAM e Presidente do Conselho Científico da Alambra.

Dr. Bruno, muito bem-vindo.

Obrigada por ter aceitado o convite de contribuir, aqui no Parlamento, com o debate, com esse importante debate. É uma honra recebê-lo nesta Comissão, e o senhor tirar um tempo especial para estar conosco. Sei como deve ser a agenda de um Doutor do seu nível, mas, olha, muito obrigado por ter aceitado o convite.

Seja muito bem-vindo.

Também compõe a mesa a Dra. Maria Clara Castellões de Oliveira, que é professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, atua na Diretoria da Alambra, desde 2015, e desde 2017, ocupa a Vice-Presidência da Alambra, que é a associação que representa a Coalizão Mundial de Portadores de LAM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Maria Clara, muito obrigada por estar com a gente. Acompanho seu trabalho e tenho um respeito e um carinho enorme pela Alambra. É uma honra recebê-la nesta audiência.

Compõe a mesa também o Dr. Paulo Feitosa, que é supervisor da Residência Médica em Pneumologia, Coordenador do Ambulatório de Doenças Raras e responsável pelo Centro de Tratamento da LAM do Hospital Regional da Asa Norte, aqui, o nosso Hran. É também Coordenador da Comissão de Doenças Raras da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

Dr. Paulo, que alegria recebê-lo aqui.

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – Obrigado, Senadora.

A alegria é toda nossa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É uma honra.

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – Até porque a senhora representa o nosso estado e essa luta é uma luta forte.

Há dois anos, tivemos um outro encontro aqui no Senado, com grandes respostas, e o empenho de vocês tem ajudado muito a diminuir o sofrimento de muitos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor.

Você sabe que nós aqui em Brasília temos muito amor e muito respeito pelo seu trabalho e pelo senhor.

Compõe a mesa também com a gente, o nosso quarto convidado...

Gente, olha o nível desta audiência! Olha que incrível! Dr. Júlio Abreu, que é Doutor em Pneumologia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), professor titular aposentado da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora e membro do Conselho Científico da Alambra.

Dr. Júlio, muito bem-vindo. Que honra recebê-lo aqui no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo, senhores, que o Ministério da Saúde também foi convidado para esta audiência, mas não enviou nenhum representante. Ainda não temos nenhuma manifestação, mas me permitam fazer a minha crítica – eu tenho essa imunidade parlamentar –: para surpresa zero, o Ministério da Saúde novamente não vem a um debate tão importante sobre doenças raras, o que nós lamentamos. Mas nós vamos enviar todo o conteúdo desta audiência para o Ministério da Saúde; nós vamos enviar, inclusive, as apresentações que os senhores trouxeram; nós vamos enviar as perguntas que chegarem à mesa que sejam direcionadas ao Ministério da Saúde. A nossa Comissão tem esse compromisso. Uma audiência pública deste nível, desta importância, para esta Comissão, não fica apenas aqui no debate, nas exposições; uma audiência pública deste nível precisa, inclusive, ter encaminhamentos.

Informo aos senhores que cada um terá dez minutos de tempo inicial – nós temos um cronômetro ali, é uma regra – e uma campainha vai tocar, mas eu preciso informá-los de que eu sou bem generosa, então eu vou continuar aqui aumentando o tempo dos senhores. Nós entendemos que, num assunto dessa importância, a gente limitar a apresentação de pessoas como os senhores, que têm conhecimento da causa, numa oportunidade única que o Senado está tendo, a dez minutos é muito pouco, então eu serei generosa com o tempo.

Depois da apresentação inicial, nós vamos dar, no final, mais cinco minutos para considerações finais e agradecimentos.

Informo também, senhores, que os Senadores podem entrar na audiência. Como nós estamos com inúmeras agendas paralelas, os Senadores poderão pedir a palavra logo após a apresentação de um ou até mesmo no meio da apresentação de um – é assim que a gente conduz a audiência –, então, eles poderão vir a qualquer momento para interrogá-los.

Hoje nós estamos também de forma semipresencial; nós temos Senadores que estão acompanhando a audiência de forma semipresencial, diretamente dos seus estados. É possível que um ou outro também entre por vídeo e participe de forma remota.

Também os nossos gabinetes – os dos membros desta Comissão – estão ligados, acompanhando. Às vezes a gente não vê tanta gente aqui no Plenário, mas o Senado inteiro está acompanhando a realização deste importante encontro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ditas as regras, eu preciso apenas fazer uma introdução. Quando eu disse da minha alegria de estar presidindo esta audiência, foi porque eu jamais imaginaria que estaria como Senadora um dia, presidindo uma audiência sobre um tema tão importante.

Está acontecendo no Congresso nestes dois dias, doutores, um fórum nacional sobre doenças raras. O fórum está acontecendo lá na Câmara, com a participação também de Senadores, com a participação também de muitos cientistas. Ontem eu tive uma fala na mesa de abertura e eu fiz uma manifestação. Permitam-me fazer essa manifestação aqui, neste momento.

Eu também sou família rara, e essa foi uma das motivações que me trouxeram para o Congresso Nacional, em 1998, como assessora. Eu já era advogada, acompanhava de longe, assessorava alguns Parlamentares, mas sentia uma ausência muito grande do Parlamento na discussão das doenças raras – algumas não eram nem mencionadas, como a LAM – e, por ser família rara, isso me incomodava muito.

Eu me mudei para Brasília em 1998 para ser assessora jurídica de Parlamentares e de Comissões e, confesso para os senhores, foi um momento de muito aprendizado, mas era um momento em que a gente tinha que ficar garimpando Parlamentares para a causa, tinha que ficar implorando, conversando com Parlamentares, trazendo Parlamentares para a causa.

Como assessora, senhores, eu os acompanhava em reuniões no Ministério da Saúde. Como assessora, a gente fica em pé ou sentada atrás, apenas ouvindo, e, por muitas vezes, tive que ouvir em reuniões do Ministério da Saúde frases como: "Eles são muito caros". Aquilo me incomodava como assessora, e eu não tinha voz, não podia ter voz. Eu apenas me incomodava, me machucava, me doía, me indignava, e tinha que ouvir: "Eles são caros". Quando a gente queria que eles tão somente dissessem: "Eles são raros". Eles falavam: "São caros".

Aí a gente tinha um grupo de assessores na Câmara e no Senado. Nós temos Parlamentares que estão na linha de frente, mas eu queria dizer para os senhores que nós temos um exército silencioso no Congresso Nacional. Eu preciso fazer uma homenagem a esse exército silencioso. Eu fiz essa homenagem ontem, e citei um nome ontem na minha homenagem. Eu fazia parte desse exército silencioso nos bastidores, apaixonada pela causa, mas lutando por direitos, entendendo, doutores, que é além do diagnóstico, que é além do remédio, que é além do tratamento, que são direitos para as famílias, políticas públicas para as famílias raras. E muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incomodada... Mas, ao longo desses anos, Parlamentares vieram para a causa, e a gente foi conquistando – a gente pode lembrar de diversos nomes aqui –, mas o Parlamentar vem e vai. O meu mandato é passageiro. Claro que eu quero ficar muito tempo! Por favor, Doutor, eu quero continuar neste mandato por muito tempo. O Parlamentar vem e vai, mas esse exército silencioso de assessores fica.

Eles ficam nos bastidores influenciando e criando toda uma rede aqui dentro do Congresso Nacional. O Senado Federal tem alguns desses assessores, eu poderia citar a Loni, do Senador Romário; o Renato, da Senadora Mara. Nós temos um grupo, mas eu queria fazer uma homenagem especial a uma colega hoje. Eu queria fazer uma homenagem à Angela. (*Palmas.*)

Essa colega... Hoje nós somos colegas no Senado, mas ela foi minha chefe lá na Câmara há muitos anos. Nós trabalhávamos em gabinetes, ela era a chefe de gabinete, eu era a consultora jurídica, assessora jurídica. Lá tinha duas incomodadas com o tema; duas incomodadas com o tema. Nós duas fazíamos parte desse exército silencioso. Esse exército silencioso fez muita coisa aqui no Congresso Nacional.

Ela fazendo parte do exército, de repente, a gente descobre que ela também era rara. Aí o compromisso aumenta – o compromisso aumenta –, e são anos que a minha colega Angela está dedicada ao tema.

Hoje ela está no Senado como assessora do Senador Alan Rick, trouxe-o para a causa ainda Deputado, ele agora é Senador. Eu precisava falar isso para vocês: tem muita gente aqui nos bastidores cuidando de vocês. São pessoas que talvez vocês não venham nem a saber os nomes um dia, mas são pessoas comprometidas com a causa.

Angela, eu faço essa homenagem diretamente a você e a todos os nossos colegas. Eu ainda falo que sou colega, porque eu estou Senadora, mas eu sou assessora. A todos eles que estão envolvidos com o tema, obrigada, e me permita fazer uma coisa mais pessoal. Sábado à tarde, para quem não sabe, eu estava no cemitério com Angela, sepultando o marido amado dela.

A Angela ficou viúva no sábado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi um momento muito triste para mim e para ela, porque nós somos amigas há muitos anos. E uma surpresa para mim ver Angela aqui hoje, o que mostra o compromisso dela com a pauta, com a causa, o que mostra que ela quer continuar.

E mostra, tenho certeza, que Joaquim ia querer exatamente isto: que ela chorasse, sentisse saudade, mas continuasse e continuasse a luta.

Você é uma inspiração para todos nós, amiga! Uma inspiração.

Que Deus nos abençoe!

Que Deus abençoe a sua família!

Vamos, agora, ao nosso debate. (*Palmas.*)

Nós vamos começar o nosso debate ouvindo exatamente o autor do requerimento deste encontro, nosso querido Senador Alan Rick, que vai fazer a participação dele por meio de vídeo.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discursar. *Por vídeo.*) – Olá a todos.

Meus amigos, devido a compromissos no Acre, não posso estar presente nesta importante audiência para debater os aspectos relacionados à linfangioleiomiomatose (LAM).

No entanto, estou muito bem representado pela minha querida amiga Angela Durante, que tem trabalhado comigo há anos e que foi quem me inspirou a abraçar esta causa tão importante em defesa dos pacientes com LAM.

Quero agradecer imensamente a participação de todos aqui hoje, em especial, aos Drs. Bruno Baldi, Júlio Abreu e Paulo Feitosa, que têm contribuído com seu conhecimento e dedicação para o avanço do tratamento da LAM.

Um agradecimento especial também à Vice-Presidente da Alambra, Maria Clara Castellões, pelo apoio e trabalho incansável à causa.

Desde meu primeiro mandato como Deputado Federal, esta causa sempre esteve entre as minhas prioridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fomos pioneiros ao levar esse debate à Câmara dos Deputados, realizando audiências públicas e apresentando projetos de lei como o PL 5.078, de 2016, que cria a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a LAM.

Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação e está pronto para ser pautado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob relatoria do meu amigo Deputado Diego Garcia.

Em 2017, conseguimos um avanço importantíssimo: a inclusão do sirolimo na lista de medicamentos fornecidos pelo SUS para os pacientes com LAM.

Aqui no Senado, apresentei também o PL 2.220, de 2024, que propõe a inserção da LAM entre as doenças que dão direito à isenção do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria, reforma ou pensão.

Agradeço a todos a participação e o apoio constante a esta causa tão importante.

Contem sempre comigo para continuar lutando pelos direitos e pela qualidade de vida dos pacientes e das pacientes com LAM.

Obrigado também, Senadora Damares, por presidir esta sessão.

Que Deus abençoe a todos!

Um grande abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Alan. Obrigada.

Gente, é de 2016 o projeto de lei dele. Nós estamos em 2024. Acreditem: muito empenho para que ele seja aprovado logo, muita luta – muita luta –, mas eu preciso fazer esse registro do tempo para vocês sentirem como alguns temas, às vezes, no Congresso Nacional, demoram para serem aprovados.

O Senador Alan Rick é muito comprometido, mas é claro que vocês sabem que foi seduzido para a pauta pela nossa querida Angela! Olha o que um assessor não consegue fazer, não é? Que Deus a abençoe, Angela!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma ordem de exposição. Nós vamos ouvir, primeiro, a Dra. Maria Clara Castellões de Oliveira, Vice-Presidente da Associação dos Portadores de LAM do Brasil (Alambra). Na sequência, o Dr. Bruno, o Dr. Paulo Henrique e o Dr. Júlio, mas essa ordem, se os senhores acharem que precisa ser invertida, nós podemos fazer isso, logo após a fala da Dra. Maria Clara.

Pode ser, Dra. Maria Clara? A senhora seria a primeira a fazer a exposição, por dez minutos.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Vou precisar de um pouquinho mais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Um pouquinho mais. (*Risos*.)

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos! Eu cumprimento, então – em meu nome, em nome da Diretoria da Alambra, em nome dos portadores e das portadoras de linfangioleiomiomatose do Brasil –, a Exma. Sra. Senadora Damares Alves, membro da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Agradeço, imensamente, as suas palavras. O seu comprometimento pela causa dos raros já é conhecido, há muito tempo. Espero que a senhora possa ser reeleita, para que possa continuar, nessa luta importantíssima, mostrando que nós não somos apenas raros e também não somos caros. Gostaríamos de ser sempre marcados pela nossa raridade e não pelas despesas que possamos trazer para o Governo.

Aliás, a Alambra eu acho que é um exemplo de uma associação que tem lutado por verbas e tem conseguido – ela própria – arrecadar fundos, para poder continuar fazendo as suas ações de conscientização e de ajuda aos portadores de LAM e de educação médica também.

Então, o que eu venho trazer, aqui, hoje, é o exemplo de uma associação, de como uma associação tem funcionado – e tem funcionado bem –, contando com a ajuda de Parlamentares, contando com a ajuda dos médicos. Venho fazer as nossas reivindicações, que incluem também a pauta mencionada pela Senadora e pelo Senador Alan Rick, reivindicando a aprovação dos projetos de lei em andamento, tanto na Câmara quanto no Senado. Então, muito obrigada, Senadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento os meus colegas de mesa: o Dr. Bruno Baldi, o Dr. Paulo Feitosa e o Dr. Júlio Abreu. Cumprimento as portadoras de LAM presentes, os seus amigos, os familiares que estão, aqui, e gostaria de cumprimentar, especialmente, a Angela Durante e a Marcia Nery, que são minhas colegas na Direção da Alambra. Cumprimento, especialmente, a Angela, que, junto com os colegas do gabinete do Senador Alan Rick, organizou esta nossa audiência pública. Gostaria de deixar registrado, embora o Senador Alan Rick não esteja presente, que a Alambra reconhece e valoriza demais todo o trabalho que ele tem feito, ao longo dos mandatos dele, em benefício, em prol dos portadores de linfangioleiomiomatose.

Cumprimento também as pessoas que nos assistem *online*.

O que vou fazer, então, como disse, é apresentar o que a Alambra tem feito, não apenas para conscientizar os portadores, os amigos, os familiares e os médicos sobre a linfangioleiomiomatose, como também para mostrar o que a Alambra tem feito para tornar essa doença pulmonar rara uma doença mais bem tratada, mais bem diagnosticada.

Como disse também no início, vou fazer as reivindicações que são importantes, pois, afinal de contas, é o grande mote dessas audiências, as nossas reivindicações.

Então, vamos começar com os nossos eslaides.

A Alambra (Associação dos Portadores de Linfangioleiomiomatose do Brasil) funciona virtualmente, não tem uma sede própria, apenas um endereço fiscal, e as suas diretoras moram em diferentes partes do Brasil – as reuniões que fazemos são frequentemente *online*.

Temos aqui uma foto dessa Diretoria: a Marcia Nery, que é a nossa tesoureira aqui presente; eu, que estou ali ao lado da Marcia, na condição de Vice-Presidente; a Rivânia Medeiros, a quem represento, que é Presidente da Alambra; e a Angela, a nossa Secretária.

A Alambra tem conselheiras em cinco regiões do país, em todas as regiões do país, que são as portadoras de LAM. Ela possui um conselho científico, um conselho jurídico e um conselho fiscal. Nós temos aqui, representando o conselho jurídico, uma portadora de LAM, que já passou também pela Presidência da nossa associação, que é a Carmelina Moura, ao lado ali da Angela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela foi fundada em 23 de dezembro de 2004, pela Simone Garcia Ribeiro e pela Flávia Patitucci Sobroza, ambas já falecidas em função da doença da linfangioleiomiomatose.

Então, este ano, a Alambra está comemorando 20 anos e nada melhor do que uma audiência como essa para começar a dar um pontapé em nossas celebrações.

Ela é composta basicamente por mulheres. Nós temos aí fotos do último encontro que nós realizamos de pacientes, seus familiares e médicos. Foi um evento organizado pela Alambra que aconteceu dentro do congresso da SPPT (Sociedade Paulista de Pneumologia e Tisiologia), em novembro de 2023.

Ela tem presença marcante na internet, nas redes sociais.

Temos aqui o eslaide seguinte, pulei um aqui.

Nesse eslaide são *prints* que eu fiz do *site* da Alambra.

Antigamente, quando os pacientes eram diagnosticados com linfangioleiomiomatose, a primeira informação que aparecia nas pesquisas *online* era de que a vida máxima daquele portador, daquela pessoa, seria de dez anos. Esse *site* vem desmistificar informações como essa, trazendo, então, nas três abas que estão ali – a Alambra, a LAM e os Direitos –, informações que se desdobram em diferentes janelas, informações abalizadas, informações científicas elaboradas por pesquisadores, retiradas de artigos e de encontros com experientes médicos, pesquisadores e cuidadores da linfangioleiomiomatose.

Nós contamos também com um grupo de portadoras no WhatsApp com 206 membros. Esse é um grupo de apoio e de esclarecimento sobre a linfangioleiomiomatose. É desse grupo, das discussões que surgem no contexto desse grupo, que a Alambra extrai os assuntos principais que precisa discutir nas *lives*, nos encontros e nas postagens que faz. Então, é muito interessante porque tem regras e é um grupo que vem funcionando, desde 2015, de maneira bastante proveitosa.

Nós temos ali a página do Instagram. Temos 2,6 mil seguidores. Nós fazemos postagens semanais. Toda segunda-feira, a gente tem postagens sobre a Alambra e sobre a linfangioleiomiomatose, que também estão no Facebook. Isso nos permite também nos tornar mais visíveis para a sociedade e apresentar para a sociedade um retorno do que a Alambra, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma organização não-governamental, vem fazendo. A Alambra também tem um canal no YouTube com 114 vídeos, e esses vídeos são fontes de informação preciosas para as portadoras e os médicos, para os cuidadores e os pacientes portadores de LAM. Então, os assuntos são vários: LAM e esclerose tuberosa, diagnósticos e tratamento da LAM; LAM e sirolimo; LAM, gravidez e outras questões ginecológicas; LAM e transplante pulmonar; LAM e saúde mental. Então, são vários aspectos que envolvem a linfangioleiomiomatose.

A Alambra realiza cursos de educação médica sobre a LAM, encontros de portadores, familiares e médicos, no âmbito dos congressos da Sociedade Brasileira de Pneumologia e de Geologia e da SPPT; *Lives* principalmente no Dia Mundial das Doenças Raras, que acontece ou no dia 28 ou no dia 29 de fevereiro e no Mês Mundial de Conscientização da LAM, que é em junho. Ela realiza ações para arrecadação de verbas, principalmente patrocinadas pela equipe da Med Center Comercial, que é uma distribuidora de medicamentos que atua em Pouso Alegre. Ela tem como principal parceiro o Serviço de Pneumologia do HC, da Faculdade de Medicina da USP, que abriga, então, o Centro de Referência em Pesquisa e Tratamento da LAM, a Clínica de LAM do Brasil. Temos ali a Dra. Martina, e, ao lado dela, o Dr. Bruno Baldi; também o primeiro da foto é o Dr. Pedro Medeiros, também do HC, e, no centro, o Dr. Carlos Roberto Ribeiro de Carvalho, que foi o fundador dessa clínica de LAM, o primeiro médico a fazer um diagnóstico de LAM no Brasil e o autor do primeiro artigo sobre o linfangioleiomiomatose no país.

Temos alguns parceiros – a Zero35, que é uma empresa de publicidade e *marketing,* e o Escritório de Advocacia Azevedo Sette. A Alambra mantém um contato estreito com a Abet, que é a Associação Brasileira de Esclerose e Tuberosa –, e contamos com apoio de vários familiares. Ali temos a nossa Presidente, a Angela, junto com o esposo, o saudoso Joaquim, a quem a gente também presta nossa homenagem; a Jaqueline, que é a cunhada da Marcia aqui presente; e ali o meu marido, ao meu lado.

Ela participa de eventos organizados por entidades de lutas pelos direitos de portadoras de doenças raras e crônicas, como o Instituto Brasileiro de Ação Responsável e a Frente Parlamentar de Atenção Integral a Pessoas com Doenças Raras. Como acontecem geralmente em Brasília esses eventos, a Alambra é quase sempre ou frequentemente representada pela Angela Durante, que recebeu, do Instituto Vidas Raras, o Prêmio Mulheres Raras de 2023, na categoria raridades. Ela está presente em congressos de pneumologia, representada ou pelas diretoras ou por portadoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de LAM. Ali no centro é a responsável, que representa a Região Sudeste, a Jaciara dos Santos. Ali, do outro lado, uma portadora de LAM transplantada, a Andrea Lucas.

E ela tem presença no cenário internacional. A Alambra tem uma parceria importante com a LAM Foundation, que é a principal entidade, a principal associação que realiza pesquisas importantes sobre a LAM, sobre a linfangioleiomiomatose.

São várias as ações que a gente desenvolve, principalmente essa representação que a gente tem dentro da Coalizão Mundial de Portadores de LAM, que foi criada justamente pela LAM Foundation.

Ela lutou pela inserção da LAM na bula do sirolimo, pela dispensação do sirolimo pelo SUS, e se esforça para que esse medicamento não falte a quem quer que esteja usando.

Uma coisa muito importante foi a criação de um cadastro de portadores de LAM no Brasil, quando essa direção, que teve o primeiro mandato de 2017 a 2021, foi eleita. Uma das primeiras coisas a ser feita foi a criação de um cadastro de portadores de LAM.

Então, em 2017, a gente tinha 62 portadores cadastrados, e agora a gente tem 310. Crescemos 400%.

E esse cadastro permite que a Alambra possa saber quais ações são importantes de serem realizadas a médio e a longo prazo.

Entre essas ações que a Alambra realizou, em função de pesquisas também feitas a partir de seu cadastro, está a expansão do atendimento a portadores de LAM do Brasil. Até 2018, todo o tratamento de LAM era centralizado no Centro de Referência em Pesquisa e Tratamento de LAM, que funciona no HC, e, a partir de 2018, a gente conseguiu abrir oito centros para tratamento de LAM no Brasil, descentralizando esse tratamento e possibilitando que portadores de LAM, que não podiam se locomover até São Paulo, ou por questões financeiras, ou por não poderem mesmo, fisicamente, viajar até lá, tivessem acesso a um tratamento de qualidade, a um tratamento especializado.

Um desses centros é o de Brasília, coordenado pelo Dr. Paulo, que vai falar a respeito dele daqui a pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2021, a partir de um curso de treinamento para médicos que já assistiam a portadores de LAM em diferentes regiões do Brasil, a gente estendeu, ampliou esses centros, abrimos mais nove centros e interiorizamos um pouco mais esse atendimento a portadores de LAM no Brasil. Inauguramos então nove centros satélites. E agora, em 2024, nós expandimos e reestruturamos o atendimento a portadores de LAM do Brasil.

Nós temos hoje dez centros para tratamento de LAM, oito centros satélites, e inauguramos essa categoria de pneumologistas indicados pelo tratamento da LAM. Então hoje temos 19 centros e três pneumologistas responsáveis pelo tratamento de LAM no país.

Essa expansão incluiu, também – acredito que o Dr. Bruno vá falar sobre isso –, o atendimento, a inclusão dos médicos de LAM dentro desse serviço de teleinterconsultas do Ambulatório de Doenças Císticas Pulmonares do HC. Então, os médicos de LAM, que precisam discutir seus casos com especialistas do HC, têm acesso a esses especialistas através desse serviço do HC.

E quais seriam os nossos próximos passos? A gente precisa descobrir onde estão essas portadoras de LAM, porque recentemente uma pesquisa mostrou que, na verdade, existiriam 21 portadoras de LAM em cada 1 milhão de mulheres existentes. Então, fazendo os cálculos, existiriam cerca de 2.200 portadoras de LAM no Brasil. Onde estão elas?

Por enquanto, o que a gente tem é que elas estão distribuídas ali naquele gráfico que a gente tem. Ali, tem pacientes portadores em quase todos os estados do Brasil, com exceção de Piauí e de Roraima. Onde estão essas pacientes pouquinhas que estão ali no Amazonas, no Pará? Precisamos de saber isso.

Sabendo disso, a gente vai precisar expandir os centros de atendimento a portadores de LAM e capacitar novos médicos, novos pneumologistas. Só ali naquele mapa a gente tem 15 estados onde há acesso a tratamento especializado da LAM, mais o Distrito Federal. A gente quer, a médio e longo prazo, colorir esse mapa do Brasil de cor-de-rosa. Precisamos da ajuda de muita gente para fazer isso.

Entre os próximos passos também, a gente precisa incentivar a identificação do tipo de LAM que as portadoras possuem, para que elas possam ter mais um dado na hora de fazer o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejamento familiar. A gente vai ver – o Dr. Bruno vai falar sobre isso – que existem dois tipos de LAM; todos eles, quando uma mulher está grávida, podem ser prejudiciais à função pulmonar dessa paciente, principalmente a LAM esporádica, que tem algo a mais, porque a LAM associada ao complexo de esclerose tuberosa tem algo a mais, que dificulta um pouco essa decisão, porque, como ela é hereditária também, além de ser genética, uma criança nascida de uma portadora de LAM pode ter graves problemas, se a ela for transmitida a esclerose tuberosa, como problemas cognitivos, problemas motores. Então, a portadora de LAM precisa saber qual o tipo de LAM que ela possui.

Então, o que a Alambra reivindica aos Parlamentares, chegando ao nosso final? Ela reivindica essa agilidade no trâmite de projetos de lei existentes no Congresso Nacional – todos eles são projetos elaborados pelo Senador Alan Rick. O PL 5.078, de 2016, ao qual também se referiu a Senadora Damares, que prevê a criação de uma Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a Linfangioleiomiomatose. Precisamos que os Parlamentares se esforcem para que esse projeto entre em pauta e seja votado e precisamos também que a esse projeto que prevê a isenção de Imposto de Renda sobre a renda de pessoas físicas, mesmo que elas tenham sido diagnosticadas após aposentadoria, reforma ou concessão de pensão, seja designado um Relator e imediatamente seja colocado em pauta. Então, esse é um pedido importante que temos.

E uma coisa que eu acho que nós também pretendemos é não apenas nos beneficiarmos dessas reivindicações que a gente faz aqui, mas que portadores de outras doenças raras, principalmente pulmonares, também possam ter acesso às benesses de algumas dessas reivindicações que a gente está fazendo aqui.

Então, a gente gostaria que um Parlamentar se dedicasse a criar um projeto de lei que preveja auxílio-moradia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – ... para que pessoas em fila de transplante pulmonar e recém-transplantadas possam se manter como acompanhantes nas cidades onde são realizados os transplantes. Então, isso é muito importante.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – E o uso de emendas parlamentares para a compra de aparelhos de função pulmonar simples para os centros de tratamento de LAM, o que facilitaria o diagnóstico e o acompanhamento da evolução da LAM e de outras doenças pulmonares.

Coloquei ali o nosso *e-mail*, associacaolambrasil@gmail.com, para quem queira ou necessite falar conosco, e agradeço, então, em meu nome e em nome das diretoras da Alambra, dos portadores de LAM e dos médicos de LAM. Agradeço demais a oportunidade de ter falado aqui para vocês hoje nesta audiência pública. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns! Parabéns, Maria Clara! Parabéns! Vinte anos de muito trabalho. É incrível ver.

Deixa eu dizer uma coisa para os doutores que estão aqui: nós estamos num momento especial no Congresso Nacional com relação às doenças raras. Esta Comissão de Assuntos Sociais tem uma Subcomissão só de doenças raras, cuja Presidente é a nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que está acompanhando também esta audiência agora. Eu sou a Vice-Presidente da Comissão. E, quando eu olho aonde nós chegamos, quem nós éramos há 30 anos no Congresso, e vejo a gente ter uma Subcomissão, o Congresso parar uma tarde como esta aqui, dedicar uma tarde a discutir uma doença, eu acho que nós chegamos a um momento importante no Congresso Nacional. Frentes parlamentares, grupos de trabalho, mas tudo isto, Maria Clara, foi possível graças à participação da sociedade civil. Nós chegamos aonde chegamos – projetos de lei, leis aprovadas, políticas públicas instituídas – por causa da sociedade civil organizada, por causa das famílias, por causa de instituições como a Alambra, e a gente precisa fazer esta homenagem às instituições, à sociedade civil organizada, trabalhando o tema da forma... E faço um apelo. Você trouxe reivindicações, vou fazer um agora a vocês: não nos deixem nos desviar do foco, nos mantenham no foco, nos provoquem, nos incomodem como Parlamentares, como Congresso Nacional.

Parabéns, Alambra!

E já vou responder a uma reivindicação sua. Sou Relatora do projeto de lei, que está aqui, nesta Comissão, estou lutando por isso, e, se tudo der certo, em duas semanas a gente apresenta o voto. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência... Nós estamos com várias perguntas que estão chegando, muita participação da internet. Na sequência, nós vamos ouvir o Dr. Bruno, que é Doutor em Pneumologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Pneumologista do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Dr. Bruno, muito bem-vindo! Dez minutos para iniciar, mas eu já vou fazer duas perguntas direcionadas ao senhor.

A Giúlia, de Rondônia, pergunta... O senhor não precisa responder literalmente, mas essas perguntas podem subsidiar a sua fala. Ela pergunta: "Como a LAM impacta a qualidade de vida das mulheres, principalmente no que se refere à função respiratória e complicações renais?"

E Marvyson, do Maranhão: "Há algum protocolo específico para buscar acompanhamento junto ao SUS?"

Duas perguntas para começar aí a sua fala.

Doutor, antes da sua fala, eu quero registrar a presença... Nós estamos aqui com algumas convidadas que muito nos honram: Marleive Ferreira de Souza, empreendedora; Karina Garcia Nápoles, gestora condominial; Márcia Cassiano, administradora de empresas; Jacqueline Andrade Duarte, analista de licitações sênior.

Muito bem-vindas todas vocês!

Elas fazem um trabalho com mulheres também.

Muito obrigada por estarem presentes em nossa audiência pública.

Doutor, dez minutos para começar.

O SR. BRUNO GUEDES BALDI (Para expor.) – Obrigado, Senadora Damares.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de falar aqui sobre um tema de que obviamente eu gosto bastante e pela oportunidade que foi dada pela Casa, pelo Senado, para a gente falar de uma doença rara que, como a própria Senadora falou, era muito pouco valorizada dentro da questão de políticas públicas e realmente, nos últimos anos, a gente tem visto uma mudança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse paradigma e as doenças raras têm se tornado um foco importante de atenção das diferentes esferas do Governo.

Cumprimento a todos aqui que estão assistindo tanto presencialmente quanto à distância e aos outros componentes da mesa.

As perguntas eu vou respondendo ao longo da apresentação e detalho, paro na hora, especificamente nesses pontos.

Eu vou só falar rapidamente o que é a LAM, porque é uma doença que, mesmo entre os pneumologistas, é pouco conhecida. Só para a gente ter uma ideia, hoje ela é considerada um tipo de tumor em que ocorre a proliferação de várias células musculares. São músculos mesmo atípicos, dentro do pulmão, o que, em última análise, acabam levando à formação de cistos dentro do pulmão, que são aquelas bolinhas pretas marcadas ali em amarelo. Ela tem potencial de metástase, é um tumor que cresce devagar, mas pode se espalhar para outros órgãos. Como a Maria Clara já disse, ela é rara e certamente é subestimada. Outro ponto é que ela ainda não tem uma cura, apesar de o tratamento já ter melhorado bastante.

A gente estima realmente que existam em torno de 2 mil pacientes com LAM no Brasil, mas a gente só tem cerca de um sexto diagnosticado. Então realmente é uma doença que a gente ainda tem muito por conhecer aqui no nosso país. Ela pode acontecer de forma esporádica, acontece uma mutação, habitualmente, durante o desenvolvimento da mulher, que acaba levando à ocorrência da doença, ou ela pode ocorrer na forma associada à esclerose tuberosa, que é uma doença genética. Geralmente, nessa situação, a doença é diagnosticada em fases mais precoces e acaba envolvendo mais frequentemente outros órgãos, os rins, pode levar a tumores no abdômen, pode levar a manifestações neurológicas, vários órgãos podem ser acometidos dessa forma, principalmente associada à esclerose tuberosa.

A LAM – e aí já respondendo, dentro desse eslaide, a primeira pergunta – causa um impacto, em diversos aspectos, na vida, principalmente das mulheres, no caso, porque ela atinge principalmente mulheres em idade reprodutiva, não só em idade reprodutiva, mas numa fase produtiva da vida do ponto de vista de trabalho, do ponto de vista social; ela tem uma relação direta com hormônios femininos, principalmente um hormônio que se chama estrógeno, e aí começam a vir os problemas. Existe restrição para gestação em muitos casos, principalmente para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquelas pacientes que têm uma doença moderada, mais avançada; a própria gravidez pode levar a uma série de problemas, a capacidade pulmonar piorar bastante durante a gravidez, pode haver várias complicações na gravidez; e a gente encara, do outro lado, ali dentro do consultório, uma série de questões inclusive conjugais, porque às vezes o marido quer ter filho, a mulher não pode ou pelo menos é recomendada a não ter filho, e às vezes existem até situações em que acaba havendo divórcio por conta disso.

Existem também questões sexuais associadas. Isso acaba levando a um impacto psicológico importante, um impacto na qualidade de vida. Então, não é só uma questão propriamente física; há uma questão psíquica também seriamente envolvida. E, do ponto de vista da função pulmonar, que foi uma das perguntas, é uma doença que se manifesta de diferentes formas. Então, tem pacientes que vão ter uma doença com uma manifestação mais leve; outros pacientes vão ter uma doença já mais avançada e terão dificuldade de fazer qualquer atividade, às vezes dificuldade até para tomar banho, para trocar de roupa. Então, isso leva a um impacto importante na vida das pessoas. E pode haver complicações – aquela tomografia é do pneumotórax, que é a complicação mais frequente, quando uma daquelas bolhinhas de ar estoura e gera dor, falta de ar e, às vezes, pode gerar a formação desse líquido amarelo dentro do tórax, e aí pode ser que haja necessidade de drenagem e que ele também leve à falta de ar.

Existem várias novidades no diagnóstico e no tratamento da LAM nas últimas três décadas, com participação internacional e com contribuição aqui do Brasil também: existe esse VEGF-D, que é um marcador no sangue que, dependendo da situação, pode ser realizado e fazer com que uma biópsia não seja necessária, por exemplo, quando ele está alto; há vários métodos de biópsia mais modernos que também foram desenvolvidos para fazer o diagnóstico da doença, métodos menos invasivos; tem um maior conhecimento sobre a genética da doença; houve aí, nos últimos anos, também estudos mostrando que o sirolimo atua para fazer a doença se estabilizar, na maioria das vezes – é uma medicação, como a Maria Clara disse, que já é, inclusive, aprovada no Brasil –; a reabilitação pulmonar, mostra-se que é segura e que traz efeitos para o paciente em um estudo desenvolvido aqui no Brasil; tem diretrizes internacionais publicadas; e a gente tem a nossa recomendação, que está em andamento e a gente espera que seja publicada até o começo do ano numa revista internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a Maria Clara já falou um pouco da LAM Foundation. Quero só reforçar o papel dela: é uma associação com sede nos Estados Unidos, mas que na verdade tem centros do mundo inteiro cadastrados, não só centros de pacientes, mas também centros de pesquisa – a gente, no HC, é um dos centros internacionais vinculados –, e ela foi a responsável por financiar os principais estudos da LAM. Muitos desses estudos funcionam com base em doação, o que eu acho que é uma cultura que a gente precisa desenvolver mais no Brasil. Tem muita gente que pode fazer doação, inclusive, para financiar as pesquisas em doenças raras. Mas, só para a gente ter uma ideia, eles conseguiram US$35 milhões nos últimos 30 anos, e 60% foram investidos em pesquisa. E é uma associação que dá suporte não só para pacientes e familiares, mas também para profissionais de saúde, então tem uma relevância importante.

Lá no HC, o primeiro caso de LAM foi diagnosticado na época do Prof. Carlos Carvalho, quando ele estava começando, em 1978. A primeira publicação foi em 1984, que foi uma publicação que reforçou a relação dos hormônios femininos com a LAM. Lá a gente começou o nosso ambulatório de doenças intersticiais, incluindo a LAM, em 1991 – então, já com mais de 30 anos. A gente já fez sete teses de doutorado sobre a LAM, uma delas inclusive foi a minha. A gente tem 35 artigos já publicados em revistas internacionais em temas diversos e diversas parcerias internacionais com Estados Unidos, Itália e Reino Unido nessas publicações.

A gente participou, o nosso grupo, de palestras em congressos nacionais e internacionais. Lá no centro, 16 pacientes com LAM já foram transplantados, e a gente tem mais ou menos 135 pacientes em segmento, mas já acompanhamos mais de 200 pacientes, algumas perderam o segmento e outras infelizmente evoluíram a óbito. E é o centro de referência vinculado à Alambra.

O que vem pela frente em relação à pesquisa, só para gente situar em que ponto a gente está, são novos marcadores no sangue para o diagnóstico, marcadores melhores para de fato se evitar a necessidade de biópsia.

A gente espera que, daqui a alguns anos, a gente esteja falando em cura da doença com os novos estudos de tratamento, em melhora da qualidade de vida das pacientes e na capacidade de diagnóstico.

Acho que, aqui para o Brasil, a gente precisa ampliar um pouco mais ainda o acesso ao sirolimus e que esse acesso de fato seja consistente e permanente em todos os estados, e deve-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se ampliar a possibilidade de centros de transplante pulmonar, que de fato ainda estão restritos a poucos locais.

Vou falar um pouco da parceria que a gente tem com a Alambra. No fundo a Alambra é um exemplo de associação de pacientes, não só para dentro do Brasil, tem várias associações de outros pacientes que usam a Alambra como referência, mas ela é um exemplo também, uma referência, como associação de LAM para outros países, inclusive países europeus.

Então, essa questão de parceria, de associação de pacientes e de centro de tratamento, é fundamental, mas infelizmente ainda é muito pouco explorada aqui no Brasil.

A gente, como a Maria Clara já disse, fez uma série de encontros virtuais e congressos – essa questão de educação continuada é fundamental. A gente está sempre ajudando na questão de atualizações sobre a doença no *site* da Alambra. Acho que um ponto importante é a questão de dar um suporte contínuo para dúvidas e angústias das pacientes por diversas vias, *e-mail*, WhatsApp; isso, de alguma forma, a gente acha que traz uma repercussão positiva, alguma segurança para a saúde física e mental das pacientes e acaba sendo uma troca, porque a gente acaba aprendendo também muito com as angústias das pacientes, com as dúvidas, a gente acaba correndo atrás das informações e isso acaba sendo fundamental, uma troca de dupla via.

A gente tem uma integração, tanto o HC, quanto a Alambra, com a The LAM Foundation. Existiu, como a Maria Clara disse, a inclusão de uma série de centros de outros estados, possibilitando a descentralização e fazendo com que não fosse mais necessário o encaminhamento para São Paulo para o acompanhamento.

E, por último, volto a essa questão do apoio governamental, que funciona não só... são sugestões não só para LAM, mas para outras doenças raras, e há a questão de ampliar a divulgação e o apoio financeiro para suporte diagnóstico e tratamento, tentando direcionar para centros de referência, porque isso é uma forma de otimização dos custos; ampliar o apoio financeiro para pesquisa através de agências de fomento: neste ano a gente ficou bem contente porque tem um edital exclusivo para doenças raras e para pesquisa dentro do CNPq. Então, como a Senadora disse, isso tem melhorado até na questão das pesquisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o apoio para a criação de associações de pacientes é fundamental. Dificilmente, a gente vai conseguir a evolução no tratamento de uma doença se não tiver uma associação forte de pacientes. E, nesse contexto, é necessário ampliar também o número de centros de referência.

Acho que era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Bruno.

Para quem começou a acompanhar a audiência agora de forma *online*, acabou de falar Dr. Bruno Guedes Baldi, médico, pneumologista, responsável pelo Centro de Referência em Pesquisa e Tratamento da LAM.

Doutor, espetacular a sua exposição.

Eu quero informar, para quem está nos acompanhando, que os eslaides vão ficar à disposição na Comissão, as pessoas poderão ter acesso a eles.

Informo, doutores, que esse tipo de audiência depois é muito buscada por pesquisadores, por estudantes. O material por vocês apresentado é fornecido aos estudantes que procuram acompanhar e depois buscar esse material no *site* do Senado.

Muito obrigada, muito obrigada.

O senhor nos trouxe dados preocupantes, Dr. Bruno, quando o senhor falou que nós podemos ter muitas mulheres sem o diagnóstico fechado, e que podem estar sendo tratadas de forma diferente, com a vida inclusive em risco.

E fico pensando, Dr. Bruno, Dr. Júlio César, num país do tamanho do Brasil, em que nós temos, só de povos indígenas, 305 diferentes; eles falam 274 línguas, mas nós temos outros povos tradicionais em áreas isoladas no Brasil. Essas mulheres podem estar em áreas isoladas, sem acesso ao tratamento, sem acesso ao diagnóstico.

Eu fico aqui, agora, muito preocupada – muito preocupada. E a nossa responsabilidade só aumenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Bruno, muito obrigada por sua participação. Eu quero registrar também a presença da Dra. Cristiane Esteves Soares, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado Espírito Santo. Está aqui com a gente no Plenário.

Obrigada, Dra. Cristiane.

Dra. Carla Araujo, Procuradora de Justiça no Rio de Janeiro.

Dra. Carla, muito bem-vinda.

A Jaqueline de Melo, Assessora do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Vocês que têm um trabalho de proteção de mulheres já perceberam que vocês vão ter um novo desafio daqui para frente. Muitas mulheres vão precisar é do Poder Judiciário para ter acesso ao tratamento. E as senhoras sabem disso. Então, estão na audiência certa, no dia certo, na hora certa.

Nós vamos ouvir agora, Dr. Paulo Henrique Feitosa, médico do Centro de Tratamento de LAM, aqui de Brasília.

Dr. Paulo, eu vou fazer as perguntas que chegaram aqui, que estão direcionadas ao senhor.

Lohanny, do Acre, pergunta: "Como a conscientização sobre a LAM pode influenciar o diagnóstico precoce e o tratamento adequado?".

Ainda, Dr. Paulo, Gabriella, de Minas Gerais: "Quais as opções de tratamento disponíveis hoje em dia para pacientes com LAM em estágio avançado?".

E também, Dr. Paulo, Aline do Rio de Janeiro, observe que o Brasil inteiro está acompanhando a audiência: "Considerando que a gravidez pode acelerar a progressão da doença, como proceder em casos de mulheres grávidas portadoras de LAM?".

Apenas para nortear sua fala: para essas perguntas, não precisa ser exatamente a resposta direcionada, mas para nortear a sua pergunta.

Bem-vindo, Doutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. Eu vou tentar durante a fala, eu não tenho a apresentação do eslaide, vou tentar durante a fala responder a essas perguntas.

Há 14 anos, estamos fazendo 15 anos este ano, nós abrimos aqui no Hospital Regional da Asa Norte, o ambulatório de doenças raras pulmonares.

Eu sou um dos fundadores dessa comissão na nossa Sociedade Brasileira de Pneumologia.

O que me levou a uma doença rara foi uma doença chamada deficiência de alfa-1 antitripsina. E Brasília trata disso há muito tempo, tem protocolo próprio há muito tempo.

Nós hoje somos um estado na vanguarda desta questão.

Em 2019, a gente resolveu abrir o ambulatório de LAM. Era o nosso quinto ambulatório de doenças raras, que foi o de LAM. E eu contei muito, mas muito mesmo, com a participação da Angela.

A Angela é o nosso anjo aqui no Distrito Federal. Ela nos deu todo o apoio, nos deu toda a força.

E eu vou aproveitar este meu tempo para fazer alguns agradecimentos, começando lá pelo Dr. Carlos Carvalho, em São Paulo, que foi o baluarte, foi a pessoa que iniciou tudo isso.

Agradeço a São Paulo neste sentido, no sentido de pesquisa, no sentido de incentivo, de ser esse baluarte científico que a LAM tem. Isso foi muito importante.

É muito complexo a gente tratar de doenças raras, bem complexo.

Agradeço à Alambra. A Alambra tem um papel ultrafundamental. Tratar de LAM sem a Alambra seria descascar um abacaxi sem a faca: muito difícil. O papel que a Maria Clara faz, o papel que todos vocês fazem...

Senadora, você não tem ideia do quão é prazeroso ter "LAMigas", pois é assim que elas se chamam. A gente tem grupo de WhatsApp. Eu tenho um grupo da referência. Existe o grupo nacional. O quanto é gostoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na nossa referência, a gente tem um pacto. A referência não é só de LAM. A referência é de doenças raras, mas a gente tem o pacto da humanização e uma resposta rápida.

Quantas vezes alguém já me disse: "o senhor responde rápido". A gente responde rápido a doenças raras. E a gente trata com humanização. A gente ajuda quem pode ajudar. Isso faz uma diferença – isso faz uma diferença.

Esse rastro da doença rara, da desassistência, da falta de informação do colega, da paciente com LAM que vai sofrer uma cirurgia, e o anestesista nunca ouviu falar daquilo, essa dificuldade, e você se propor a fazer a diferença, isso também faz a diferença nessa assistência.

Há pouco tempo, há não muito tempo, a gente tem o sirolimo. O primeiro trabalho é de 2010, e a coisa foi melhorando, foi melhorando, e apareceu a esperança do tratamento. Isso fez uma mudança fundamental na doença. Isso fez com que a doença tivesse um norte diferente.

A doença avançada, levar aquela paciente ao transplante, ter centro de transplante, como o Dr. Bruno coloca, com mais disponibilidade. Hoje, a gente usa muito São Paulo e Rio Grande do Sul, mas a gente precisa ter mais transplante de pulmão no Brasil. É um dos transplantes mais complicados. Fígado, rim, está mais fácil. O pulmão é um pouco mais difícil. Ter um centro de transplante dá um trabalho imenso. A gente precisa de anjos realmente trabalhando nesta questão.

Aí, Senadora, a gente, às vezes, é pego com a falta do Estado. O Estado, às vezes, não faz falta. E quem mais faz falta, na minha referência, é o Estado.

Às vezes, a ajuda é tranquila, porque a medicação já é dispensada pelo Ministério da Saúde. E quando uma paciente com LAM não está tendo acesso ao medicamento, aquilo dá uma dor no coração, dá uma frustração, e, quando ela diz: "Olha, consegui!", nossa, que alívio! Como foi bom aquilo acontecer, uma medicação que vai segurar a sua doença.

Depois, pode ter certeza de que eu vou bater no seu gabinete para a gente conversar sobre isso. Eu conheço a sua dedicação e vou lhe fazer aqui uma confidência de que, em sonho, o anjo Gabriel me disse assim, no ouvido: "A Senadora ainda vai ser Governadora do estado e vai ajudar essas mulheres". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem essa esperança; esperança a gente deve ter.

Eu acho que a grande palavra da LAM é *hope*, é esperança, é essa vontade de ter uma vida normal, de ter uma qualidade de vida melhor, de poder fazer uma série de coisas. É muito difícil você discutir, você debater, você dialogar com uma paciente com LAM que quer ser mãe e tem uma doença grave – é complicado, é bem complicado –, e a gente escutar dela: "Mas, doutor, eu me casei agora, eu me casei há pouco tempo e eu não vou poder engravidar. Como é que o senhor me diz isso?!". É uma conversa complexa. É uma conversa diferente.

Essas doenças raras precisam de humanização, e a LAM representa muito bem isso – representa muito bem isso. Eu, às vezes, escuto, no grupo das meninas, elas dizendo assim: "Olha, eu não aguento mais a gente conversar sobre LAM", mas tem que conversar, tem que dialogar.

A doença rara tem seus mistérios. Esses mistérios vão aparecendo com o tempo, e a gente vai pesquisando, a gente vai sabendo mais, a gente vai tendo mais intimidade, e as coisas vão melhorando, os prognósticos vão melhorando. Tudo era muito mais sombrio. O prognóstico da LAM era sombrio, hoje já não é tão sombrio. O acesso ao transplante, o acesso ao remédio e o acesso ao diagnóstico, isso fez toda a diferença.

Quando a gente começa a ler sobre a epidemiologia da LAM, ela está 1 para 1 milhão. Olhe aqui: 1 para 1 milhão. Olha como é raro! No Distrito Federal, morando aqui, nós temos 27 pacientes. Então, aqui são 27 para 2,5 milhões de pessoas; não é 1 para 1 milhão. Então, olha como a coisa cresceu. A pandemia ajudou isso, porque muita gente fez tomografia. Durante a pandemia, a gente descobriu vários casos.

Eu fico muito feliz quando a Angela me liga e diz: "Dr. Paulo, tem uma paciente, lá no Maranhão, que está precisando que a gente... O senhor faz?", eu digo: "Faço, com o maior prazer"; ou quando uma paciente é internada num hospital privado e diz: "Dr. Paulo, eu estou com o pneumotórax, e o cirurgião disse que não vai fazer pleurodese", e eu digo a ela: "Eu vou aí, eu vou aí falar com ele", e vou lá falar com o colega, convencê-lo do que deve ser feito. Isso faz toda a diferença.

Eu acho que a Maria Clara mostrou um eslaide muito bom do quanto a doença cresce: ela cresce em conceito, ela cresce em atenção, ela cresce em assistência. A gente sabe cada vez mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a doença. A gente tem a possibilidade de fazer uma assistência bem melhor, fazer a diferença nessa assistência, humanizar a assistência. Esta é uma característica nossa: a humanização da assistência.

Eu sou muito grato por ter a oportunidade de participar desse mundo LAM, e eu sou muito grato de ter as "LAMmigas" como amigas. Eu sou feliz por estar nesse contexto.

Agradeço demais. Agradeço ao Senador Alan Rick por esse trabalho e à Senadora Damares. A gente vai precisar muito da senhora, Senadora. A doença precisa desse *insight* político, dessa condição. O Estado precisa melhorar a sua ação em vários pontos.

O projeto que foi colocado aqui é para quem for fazer o transplante tenha esse apoio mais intenso e melhor. Às vezes a questão econômica faz toda a diferença na assistência de uma doença rara. E a gente vai ver que quem é pobre também tem LAM e também tem direito à assistência.

Então, muito obrigado às minhas "LAMigas", muito obrigado à Senadora, por esse papel bonito que a senhora faz, Senadora. A gente acredita muito na senhora, e eu posso dizer que a gente se sente representado.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor. Muito, muito obrigada, e saiba que vai poder contar comigo.

Quando o senhor fala em 27 casos no DF, somos o quê? Somos 3 milhões de habitantes, no máximo? E 27 diagnosticadas. Imaginem São Paulo, imaginem lá em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, mas vamos lá para o Norte, vamos para o Acre, vamos para Roraima, vamos para Rondônia, vamos para o Amapá, onde as mulheres não têm acesso ainda, Doutor, a uma mamografia, ainda não têm acesso a um exame preventivo, Doutor.

Nós estamos indo a regiões isoladas do meu país, Dra. Maria Clara, em que as mulheres nunca fizeram um exame preventivo. Eu falo, Dr. Júlio, que eu me deparei com uma realidade no Norte do meu país de mulheres com dor de dente que não têm acesso ao dentista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui a uma região em que, da capital para a cidade, são quatro dias de canoa, de barco. Aí tem a sede do município. Da sede do município, tem o distrito – mais um dia de barco. E lá no distrito ainda tem a área rural, que é um dia de caminhada. Quando essa mulher que está na área rural desse distrito, dessa cidade, dessa capital tem uma dor de dente, vocês acham que ela vai andar no sol um dia para chegar à sede do distrito, pegar um barco, viajar mais um dia no sol – às vezes é barquinho sem cobertura –, para chegar à sede do município sem a certeza de que tem um dentista do SUS a aguardando? Sabem o que essa mulher faz, gente? Ela vai lá ao fundo do quintal, faz uma fogueira, esquenta uma faca e arranca o seu dente. E depois ela lava a boca na água do rio que está no fundo do quintal – infecção; morre. Eu tenho mulheres no Brasil que morrem de dor de dente.

Então, quando eu estou falando de LAM, da qual o diagnóstico tem que ser tão preciso, quando estou falando de LAM, para a qual uma caixinha de remédio custa R$3 mil, Doutora – a senhora falou para mim...

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Dois.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Custa R$2 mil, para 30 dias.

Eu fico pensando: quantas mulheres estão esperando por nós, pelo Estado, pelo Congresso Nacional, por instituições como a que a senhora está liderando? E a gente vai ter que fazer com que a saúde chegue a todas as mulheres. Estão entendendo, promotoras, aí atrás, o papel de vocês? A saúde tem que chegar a todas as mulheres.

Eu acho que a gente traz um debate muito importante; acho que hoje é um dia histórico para o Senado Federal, por trazer em evidência a LAM da forma como os senhores estão falando aqui. E eu estou com cientistas na mesa que estão tendo o cuidado de ter uma linguagem muito popular. As pessoas lá na ponta estão entendendo o que os senhores estão falando.

Muito obrigada! Muito obrigada, Dr. Paulo! Eu vou bater à sua porta também. Nós vamos fazer disso uma luta juntos aqui no DF. Pode contar comigo!

Na sequência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Senadora, um minutinho só.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Senadora, um minutinho só, para expressar um esclarecimento: a senhora está me chamando de doutora, e eu estou aceitando, porque, de fato, eu sou uma doutora, mas eu não sou uma médica.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Eu sou portadora de LAM e me dedico à causa da LAM, porque sou portadora, porque meu marido é pneumologista, porque tenho amigos pneumologistas que tratam da LAM, e me sensibilizo pela causa. Eu acho que isso traz uma satisfação muito grande pessoal de poder ajudar, como eu estou ajudando, e, principalmente, de poder contar com estes grandes profissionais aqui, representados pelo Dr. Bruno, pelo Dr. Paulo e pelo meu marido, para poderem acudir e dar conta desses pacientes.

Sou assessorada por eles todos sempre, assim como minhas colegas, mas não sou médica. Sou doutora em estudos literários.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, eu vi aqui. É por isso que eu estou lhe chamando de doutora.

As suas "LAMigas" – é "LAMigas", não é, que fala? – me deram o seu currículo. Está aqui o seu currículo, doutora.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Obrigada. (*Risos.*)

Não gostaria de me passar por médica, (*Risos.*) nesse contexto em que estamos numa mesa de doutores.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – De cientistas, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou muito honrada de estar nesta mesa, dividindo-a com a senhora.

Na sequência, nós vamos ouvir o Dr. Júlio Abreu, que é Doutor em Pneumologia pela Universidade Federal de São Paulo, Professor Titular aposentado da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora e membro do Conselho Científico da Alambra.

A Alambra levou todo mundo para lá. Parabéns, Alambra!

Doutor Júlio, eu vou direcionar três perguntas que chegaram via internet ao senhor.

Luana, do Maranhão: "Quais [são] os primeiros sintomas da doença e o que diferencia a LAM de outras patologias respiratórias?"

Já foi mais ou menos dito aqui, mas, se o senhor quiser responder...

Márcio, do Piauí: "Quais [...] os possíveis fatores hormonais que influenciam a progressão da LAM, especialmente durante períodos como gravidez e menopausa?"

E Tainan, de São Paulo, pergunta: "Como o Ministério da Saúde está contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas sobre [...] [a doença]?"

Dr. Júlio, dez minutos, mas eu estou sendo bem generosa.

Muito obrigada por estar conosco.

O SR. JÚLIO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde, Senadora. Boa tarde a todos que estão presentes aqui presencialmente. Boa tarde a todos que nos estão acompanhando.

A Senadora falou que ela é rara, faz parte da família rara. Eu também faço parte da família rara, porque eu sou casado com uma rara. Então, a senhora imagina a raridade que é um pneumologista casado com uma portadora de linfangioleiomiomatose. Quer dizer, é mais raridade ainda.

Coube a mim falar aqui da parte da educação médica sobre o modelo que a Alambra implantou na questão da educação médica. Como já foi falado aqui – o último a falar leva essa vantagem, ele consegue repetir quase o que todo mundo falou, mas isso é bom, porque isso reforça os conhecimentos –, nos últimos 30 anos, nós tivemos um desenvolvimento exponencial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos métodos diagnósticos. Em contraste com o que a senhora falou, da paciente que ainda tem dor de dente, a gente vive num mundo de contrastes, num país de contrastes. Então, a gente teve também esse desenvolvimento exponencial dos métodos diagnósticos, e isso levou a maior identificação das doenças raras, ao desenvolvimento de novas opções de tratamento e, consequentemente, a uma melhora da qualidade e, no caso da Alambra, principalmente da expectativa de vida das pacientes.

Qual é o grande desafio? Como a senhora até citou aqui, a definição precisa do diagnóstico dessas condições para adoção de um tratamento correto. De nada adianta se conhecer bem a condição, se o diagnóstico não é feito e se pode iniciar o tratamento adequado.

Para vencermos esse desafio, a gente depende basicamente de um melhor conhecimento por parte dos médicos, dos elementos que permitem definir essas doenças. A ação fundamental aqui é a educação médica.

Tudo que é raro é difícil; é difícil para todo mundo e quem está nessa ponta é o médico. O tempo médio hoje para a formação de um médico especialista, que é o que tem condições de diagnosticar e de tratar as doenças raras, se situa em torno de dez anos, podendo chegar a alguns anos a mais. Ainda assim, esses especialistas têm uma visão restrita das doenças raras em suas áreas de atuação, justamente, obviamente, por serem raras. O grande diferencial da Alambra foi perceber que era fundamental investir na educação desses especialistas que lidavam com os potenciais portadores da doença.

A Alambra entendeu que a educação médica é o alicerce fundamental para que os pacientes portadores de linfangioleiomiomatose possam ser diagnosticados e tratados corretamente. A organização de um processo de educação médica em linfangioleiomiomatose tem sido, portanto, um dos pilares das atividades da Alambra em associação com a criação de centros para a condução da doença.

A Alambra criou um novo paradigma de comportamento dentro das associações de pacientes. É por isso que tem sido repetido, tem sido falado. Foi falado na fala da Maria Clara, na fala do Bruno, o Paulo fez referência a isso. A Alambra criou um novo paradigma de comportamento por criar ações voltadas para não só os objetivos assistenciais; ela saiu dessa questão de voltar só para objetivos assistenciais e partiu também para os objetivos educacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir então desse modelo, que foi o modelo de colaboração com o Centro de Referência em Pesquisa e Tratamento da Alambra, que funciona no Serviço de Pneumologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, se criaram centros de diagnóstico e tratamento em serviços de pneumologia de hospitais universitários de grande porte, alocados em capitais do país.

Então, o processo começou com o Centro de Referência. Foi descendo para outras capitais e agora, como a Maria Clara já mostrou, todo esse processo foi interiorizado. Seguindo esse processo da assistência, foi feito o processo educacional.

Só um centro de referência, a gente vê isso em outras situações, não consegue fazer esse tipo de processo. É uma sobrecarga absurda. Então, quando uma associação de pacientes, como eu disse, abre mão só do seu papel assistencial para participar também ativamente do processo educacional, a gente consegue essa multiplicação desse processo.

Então, uma das provocações aqui é para que os profissionais do Ministério da Saúde, dedicados à educação médica, considerem a criação de uma área no *site* do Ministério que seja dedicada às doenças raras, aproveitando o conteúdo educacional das associações dos pacientes.

Como a gente está trazendo aqui o modelo da Alambra, ela tem uma quantidade de material educacional absurda para informação para pacientes e para informação para médicos. Então, um material extremamente bem organizado.

Então, o processo de educação médica da Alambra pode ainda ser usado como um modelo para diversas associações de pacientes. A gente fala muito disso, no mundo dos negócios, no mundo das empresas, de uma empresa servir como um modelo para outra. A gente fala, o tempo todo, em mentorias; então, com esse modelo, a Alambra pode fazer mentoria, em termos de educação, para várias associações de pacientes.

Para finalizar, eu acho que eu não vou precisar nem ganhar a extensão de tempo, embora a senhora seja muito generosa, a adoção do modelo Alambra de educação fortalecerá a criação – estou totalmente em linha com o que a senhora falou – de uma assistência descentralizada aos pacientes portadores de doenças graves, o que é fundamental em um país com dimensões continentais. Não há como fazer uma coisa centralizada em um país desse tamanho. Então, a gente precisa descentralizar a assistência e a gente precisa descentralizar a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso o que eu tinha para falar. Agora, endereçando as dúvidas, não sei se vou conseguir lembrar. A primeira questão é sobre a relação com o sexo feminino, uma relação com o hormônio estrógeno, que é o principal hormônio feminino, que aumenta muito em concentração durante a gravidez, então, há o risco do maior desenvolvimento da doença durante a gravidez e o grande risco da doença nos tratamentos de fertilização, de a doença começar ou aparecer. Depois, há atenuação da doença quando a mulher entra na menopausa. Então, esse é o risco, nessa questão.

Tinha uma outra pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou repetir, Dr. Júlio. Como o Ministério da Saúde está contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas sobre a doença e quais são os primeiros sintomas da doença e o que a diferencia de outras patologias?

O SR. JÚLIO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA – Com relação a essa questão do Ministério da Saúde, eu vou deixar para o Bruno, pois o Bruno está lidando mais com a parte das pesquisas, para poder responder se existem, se tem algumas ações.

Quanto à questão da caracterização da doença, ela é uma doença rara. Os sintomas são muito semelhantes aos de várias outras doenças, principalmente asma e doença pulmonar obstrutiva crônica, que são as doenças mais frequentes. O nível de suspeita vai, justamente, de a gente pensar que, quando uma doença não tem todas aquelas características do que mostra o que é a doença, deve-se pensar um pouco fora da caixa e lembrar que tem uma doença que tem essa característica de ser uma doença crônica, principalmente em mulheres em idade fértil, porque tem algumas marcas específicas. Como o Bruno mostrou, o pneumotórax é uma delas. Hoje, com o avanço da utilização da tomografia computadorizada, o aspecto, na tomografia torácica, é muito, muito sugestivo e já afunila muito, em termos do diagnóstico da LAM.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Júlio!

Como ele disse, ele é raridade, ele é raríssimo: pneumologista, casado com uma paciente de LAM, que lidera a Alambra. Então, é raro três vezes – raro três vezes! Obrigada, Dr. Júlio!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos indo para o final de nossa audiência pública. Eu creio que nós alcançamos o objetivo proposto, inicialmente, no requerimento. Nesse final, agora, eu vou devolver a palavra aos expositores, na mesma sequência: Dra. Maria Clara, Dr. Bruno, Dr. Paulo, Dr. Júlio, para agradecimentos finais, considerações finais, entre três e cinco minutos. Pode ser?

Dra. Maria Clara.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu agradeço a participação, então, dos médicos que aceitaram o convite também da Alambra para compor com ela esta mesa: Dr. Bruno, Dr. Paulo e Dr. Júlio. Alguma coisa eu já falei quando eu fiz o esclarecimento a respeito do meu título de doutora. A Alambra não conseguiria realizar o que realizou sem a ajuda fundamental de serviços médicos, mas de pessoas, fundamentalmente de pessoas. Lembramos o nome do Dr. Carlos Roberto Ribeiro de Carvalho, que até há pouco tempo estava à frente do Hospital das Clínicas, do Serviço de Pneumologia do Hospital das Clínicas, desse centro de referência que é a única clínica de LAM reconhecida pela LAM Foundation, a única clínica de LAM da América do Sul reconhecida pela LAM Foundation. Então, se não fosse por pessoas como o Dr. Carlos, como o Dr. Bruno, que o substituiu e que veio trabalhando com ele até que este momento acontecesse, e como os demais médicos dos centros que a gente criou em parceria com o HC, diversos médicos em diversos locais do país que se disponibilizam para participar dos nossos cursos e para serem também os multiplicadores de conhecimentos. Esses cursos são dados pelos médicos dos centros. Então, é uma rede de generosidade, é uma rede de compartilhamento de conhecimento que a gente conseguiu estabelecer e que muito nos toca, que muito nos honra.

Eu queria fazer, então, um agradecimento especial ao meu marido, que está sempre não só me ajudando, me mantendo sã, saudável, pronta para enfrentar os desafios, mas que ajuda enormemente os pacientes que também procuram informações sobre a doença no nosso grupo de WhatsApp. Ele está sempre disponível, e é isso que o Dr. Paulo falou, a qualquer momento, a qualquer hora, a responder as perguntas sobre as mais diversas situações de pessoas que moram em lugares distantes, não próximos de acesso a um centro já existente, pessoas que precisam, como a Senadora falou, andar de barco, por horas, por dias, às vezes, para chegar até um local de tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, às vezes, o Júlio fica um pouco receoso de fornecer informação para uma pessoa sobre um assunto tão importante, mas, às vezes, não tem outra solução a não ser isso. A única coisa disponível é correr o risco de conversar com uma pessoa que, às vezes, está precisando de ajuda, mas não consegue a ajuda daquele especialista naquela hora e naquele momento, e tem que ser ele, que está ali ao meu lado, lendo aquele pedido, aquele pedido de socorro.

Então, a gente conta com uma rede de apoio muito grande, uma rede de afeto muito grande, e isto é extremamente importante. Eu queria deixar isto salientado.

E aí, com isso, eu agradeço novamente à Senadora e faço votos de que a Comissão continue funcionando e leve adiante não só as nossas reivindicações, mas também a reivindicação de todas as outras associações de pacientes de doenças raras que estão aí já formadas e por formar.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Parabéns, Alambra, pelo trabalho!

Dr. Bruno.

O SR. BRUNO GUEDES BALDI (Para expor.) – Bom, primeiro, respondendo à questão que ficou pendente, na verdade, especificamente, para a LAM, não tem um apoio de pesquisa relacionado ao Ministério da Saúde.

O que a gente tem visto agora, uma ampliação, que eu acho que não precisa, obviamente, focar especificamente na LAM, acho que é uma situação que precisa ser ampliada para as doenças raras em geral. Então têm realmente surgido alguns editais do CNPq, da própria Fapesp, a que a gente está vinculado em São Paulo, especificamente para financiamento de pesquisa em doenças raras. Só pessoas que trabalham com doenças raras vão poder submeter um projeto para buscar acesso ao recurso. Então acho que isso é fundamental. Não adianta concorrer com doenças comuns porque, na hora em que cai na mão de quem vai avaliar, vai falar que o impacto disso aqui é muito maior do que de doença rara, então ele tem que ficar fora do escopo de comparação com doenças comuns. Então é mais nesse sentido, os editais têm sido ampliados nessa linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de agradecer a oportunidade que o Senado deu, nas pessoas do Senador Alan Rick e da Senadora Damares, de poder falar aqui sobre a LAM. No fundo é mais uma sementinha que a Alambra tem plantado. E o que eu gostaria de salientar é que a Alambra funciona por trabalhos, por esforços de pessoas – isso é bem claro. E o que a gente precisa mudar um pouco é a cultura disso. A gente precisa que o Governo apoie as associações de pacientes para que não dependa de um esforço descomunal de pessoas, para que tenha um funcionamento mais automático para as associações em geral, porque, depois que a Maria Clara, a Angela, a Marcia saírem, certamente não vão entrar pessoas com a mesma capacidade de trabalho e capacidade de esforço. O que precisa é que tenha uma estruturação com questão financeira, com questão jurídica, talvez o Governo possa ajudar nesse sentido, para que depois exista um funcionamento automático das associações que não dependa individualmente de esforços isolados. Então, acho que esse é o papel que a gente precisa brigar para que tenha apoio, para que as associações de pacientes sejam autossustentáveis, para que o progresso em relação à doença, e eu não tenho a menor dúvida de que depende da associação de pacientes, nesse sentido, eu tenho que enaltecer o trabalho da Alambra mais uma vez.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Bruno.

Na sequência, nós vamos ouvir o Dr. Paulo.

Mas, Dr. Paulo, as perguntas estão chegando, a população está acompanhando, eu vou lhe passar a palavra e fazer mais uma pergunta. Eu lembro bem quando a minha amiga foi diagnosticada. A minha amiga já era adulta, três filhos sendo gêmeos, as crianças já grandes, ela estava bem e, daqui a pouco, ela se sentiu mal, para chegar ao diagnóstico. A pergunta é, pode ter uma mulher que está nos acompanhando agora, que não está sentindo nada – ninguém da minha família tem LAM: quando uma mulher, qual o primeiro diagnóstico com que ela poderia já se preocupar em procurar um pneumologista? Só o exame de imagem ou ela pode se anteceder, se antecipar ao exame de imagem?

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA (Para expor.) – A história natural da doença não é assim absolutamente linear. É muito comum a gente fazer diagnóstico da paciente que teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pneumotórax, esse ar na pleura. Ela foi ao hospital, teve uma dor torácica, fez um exame de imagem, muitas vezes só o raio-X não é suficiente. Ela pode às vezes ter repetido o pneumotórax e aí sim alguém resolver fazer uma tomografia: "Olha, tem cisto, isso pode ser LAM". A forma leve da doença, tem muita mulher que tem LAM e não vai descobrir que tem.

A sua amiga, fatalmente, tem uma forma leve – graças a Deus que ela tem uma forma leve, não é? –, e a sua amiga também, às vezes, é usada como exemplo porque, um dia desses, eu estava discutindo, aí disse: "Mas fulana tem três filhos e eu não posso ter um?" – isso é uma discussão.

Agora, fazer com que o colega pense na doença ajuda a gente a melhorar o diagnóstico. Como a gente tinha comentado aqui anteriormente, o coronavírus, a covid, ajudou no diagnóstico porque muitas mulheres fizeram...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – ... tomografia pela covid, e disseram: "Olha, tem cisto, procure um pneumologista porque você pode ter LAM".

Ter cisto não significa que tenha LAM, mas significa que você pode ter LAM, principalmente a mulher pode ter LAM. Tem que fazer diagnóstico diferencial, existem várias causas de cisto, outras doenças raras, bastante raras também, que são doenças císticas, mas a gente precisa chegar a um diagnóstico e essa é uma possibilidade.

Se a paciente começa a aumentar a intensidade da doença, ela vai começar a ter falta de ar. Outras formas podem se desencadear, um pouco mais raras: ela pode ter uma água na pleura diferente, uma água na pleura branca, que é característica também da doença – esta é a forma mais rara de aparecer, mas também pode aparecer dessa forma.

O que a gente tem tido mais oportunidade de diagnosticar tem sido pela popularização da tomografia. A tomografia é cada vez mais usada e, de vez em quando, a gente se surpreende com uma paciente com doença cística que chega ao diagnóstico de que é LAM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é possível que, cada vez mais, a gente tenha oportunidades de fazer mais diagnósticos. Por isso que a gente precisa de Senadoras como a senhora (*Risos.*) nos ajudando nessa batalha que é fazer as pessoas terem acesso ao diagnóstico.

Eu acho que a LAM teve uma grande vitória com a Conitec quando o sirolimus foi aprovado. Essa vitória foi uma vitória importantíssima. Isto faz uma diferença imensa para a doença: você ter o remédio para a sua doença. Isso faz uma diferença imensa.

Nós temos várias doenças raras impactadas na Conitec. Batalhas e batalhas.

Esta é a minha 19ª audiência aqui no Senado. Já me sentei 19 vezes aqui, esta é a 19ª vez sentado aqui, e outras batalhas, coisas a que a gente chega para discutir lá, uma discussão mais frontal.

Eu costumo dizer assim: rarissimamente um remédio da pneumologia foi aprovado sem a Conitec ter me mandado um áudio pelo menos, para saber das coisas, mas a gente tem muita coisa que precisa avançar, como essa questão da pesquisa – eu acho que o Bruno sabe muito bem disso –, das dificuldades de se pesquisar em um país que não acredita nas pesquisas, em um país que investe pouco em pesquisa.

A gente precisa avançar nessa situação também, mas, como eu disse, é sempre um prazer estar neste grupo.

E quero agradecer, agradecer por ter a oportunidade de ajudar, agradecer por ter a oportunidade de diminuir o sofrimento das pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Dr. Paulo.

Nós vamos ouvir por último o Dr. Júlio, para agradecimentos, considerações finais.

Dr. Júlio.

O SR. JÚLIO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA (Para expor.) – A consideração final que eu gostaria de fazer é no sentido de que a gente tem que investir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, eu sou um apologista e um prático da educação, e eu acho que a gente tem que investir na educação, ainda mais agora com uma doença que tem tratamento.

Então é uma situação muito complexa quando você tem uma doença rara e não tem tratamento. Então é uma luta por um diagnóstico para se conduzir a outras pesquisas.

Mas é uma situação boa e ruim. É ruim quando você tem o diagnóstico e não tem o tratamento; e eu acho que é pior ainda quando você tem o tratamento, mas não tem o diagnóstico. Então é essa situação que a gente tem que evitar. E para isso, é fundamental a educação.

E por último, agradeço o convite para estar aqui. Cumprimento todas as pacientes portadoras de LAM, pela luta que elas têm. Essa união também, entre todas as portadoras, não só das que são da diretoria, mas que participam. Eu já participei de vários eventos. É uma energia extremamente positiva quando a gente participa desses eventos. Elas fazem realmente um movimento no sentido de criar uma associação que está lutando por todas. Esse sentido de união é um sentimento muito bonito, muito interessante.

E por último, agradeço à senhora poder estar presente nesta audiência e todo o seu trabalho nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Júlio.

Nós estamos chegando ao final. Eu vou encerrar, apenas informando o seguinte: esta Comissão é composta por 40 Senadores. Eu identifiquei, assim por cima, no mínimo cinco Senadores médicos que fazem parte desta Comissão. É, de fato, o lugar do debate sobre o tema, é, de fato, o lugar em que vocês precisam bater as portas, é esta Comissão.

Então, às pacientes, esta aqui é a Casa de vocês. Nós trabalhamos por causa de vocês. Sintam-se sempre acolhidas nesta Comissão. Uma Comissão que hoje é presidida por um ex-Ministro da Saúde, o Senador Humberto, um Senador que eu tenho posição política divergente da dele. Ele é da esquerda, eu sou da direita. Mas essas causas aqui não têm partido. Ela não tem direita, não tem esquerda. Este é um tema que nos une. E o Senador Humberto tem uma preocupação muito grande com a causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria lhe informar, Dr. Paulo, que os três Senadores do DF são membros desta Comissão. Então o senhor pode contar, aqui na Comissão, comigo, com o Izalci e com a Leila. E com todos os demais membros.

E eu queria fazer um encaminhamento à Comissão, um primeiro encaminhamento. Oficiem o Ministério da Saúde sobre a realização desta audiência. Gostaria muito de que fossem enviadas ao Ministério da Saúde as apresentações que foram exibidas. Se possível, notas taquigráficas. Mas que também questionem o Ministério da Saúde o que eles têm a dizer sobre o enfrentamento, o acompanhamento, a pesquisa, políticas públicas voltadas especificamente à LAM.

E assim que a resposta do Ministério da Saúde vier, se vier, eu gostaria muito de que fosse compartilhada com os expositores.

Então fica esse encaminhamento para a Secretaria da Comissão.

No mesmo sentido, o projeto de lei que está na Comissão. Conversarei com o Presidente ainda hoje sobre a relatoria do projeto. E se a gente conseguir realmente colocar em pauta, a gente vai comunicar o dia da votação em Comissão para vocês acompanharem. Eu acho que vai ser... Já é uma resposta desta audiência pública.

E no mais, eu quero agradecer a presença de todos que estiveram presentes aqui no plenário. E quero agradecer a presença das "LAMigas". E mandar um abraço a todas as "LAMigas" do Brasil, a todas as famílias.

Dr. Paulo, não existe uma pessoa com doença rara numa família; nós temos a família rara. E a gente precisa pensar, além-tratamento, além-remédio, além-diagnóstico, em como essas famílias serão acolhidas. E aqui a gente tem algumas propostas, como a Dra. Maria Clara trouxe: a pensão, a moradia, incentivos, tantas outras políticas públicas em torno da doença.

Nós vamos continuar em alerta, acompanhando e dando respostas. Esse é o compromisso que a Comissão faz.

Eu quero agradecer a todos, inclusive à nossa equipe da TV Senado, à nossa equipe da internet, ao pessoal do som, aos assessores que estão acompanhando.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Fernando Dueire, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Romário e Damares Alves, e ainda dos Senadores Beto Faro, Astronauta Marcos Pontes, Rosana Martinelli e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5332, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do benefício quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE-CAS. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 92, de 2024-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 435, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a aplicação das Leis nºs 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e 7.410, de 27 de novembro de 1985, aos diplomados em Geologia ou Engenharia Geológica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 93, de 2024-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4312, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2434, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2018) - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para a Política de Atenção Integral à Pessoa com Doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei n° 2434, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2018), ressalvados os art. 1º, 2º, 3º e 4º, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4262, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para especificar a terapia nutricional a ser aplicada à pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1088, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o mês de conscientização sobre doenças inflamatórias intestinais – doença de Crohn e retocolite ulcerativa –, denominado "Maio Roxo"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3775, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3170, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 2º ao art 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o aumento do prazo da "licença nojo" nos casos em que os familiares autorizem a doação de órgãos." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4968, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Contrário ao art. 1º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4968, de 2020, com o reestabelecimento do art. 1º do Projeto de Lei nº 4968, de 2020, e favorável aos art. 2º e 3º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4968, de 2020. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2205, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade do período entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua data de fabricação e sua data final de validade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 87, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de obter informações sobre as estratégias de combate à dengue para o periodo de 2024/2025." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 81, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Hipertensão Intracraniana Idiopática." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 86, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir sobre "Acessibilidade e Inovações nas Neurociências: da Ciência ao Consumidor"." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 6120, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, a avaliação e o controle do risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional, com o objetivo de minimizar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda n° 1-CCT, nos termos de subemenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCT-CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CAS. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 94, de 2024-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 88, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras, a normatização do acesso das pessoas com doenças raras a medicamentos, dispositivos médicos e tecnologias no âmbito do SUS." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 89, de 2024** que: "Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) solicite estudos a organismos internacionais, como Organização Panamericana de Saúde (OPAS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial, a respeito da tributação de produtos, como bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, e seus impactos na saúde de forma geral, com especial atenção para a saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infantil." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 90, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 87/2024-CAS seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 92, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5332/2023, que "altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do benefício quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 93, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 435/2021, que "dispõe sobre a aplicação das Leis nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e 7.410, de 27 de novembro de 1985, aos diplomados em Geologia ou Engenharia Geológica"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 94, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6120/2019, que "estabelece o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, a avaliação e o controle do risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional, com o objetivo de minimizar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente; e dá outras providências"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/09

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Aviso 667, de 2024, do TCU, que encaminha cópia do Acórdão 1.661, de 2024, que trata de auditoria operacional realizada no Ministério do Desenvolvimento Social para avaliar a focalização e a equidade do Programa Bolsa Família;

– Cópia do Ofício 1.484, de 2024, do Conselho Nacional de Saúde, que encaminha a recomendação de rejeição ao Projeto de Lei Complementar 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e serviços de saúde executados por prestadores privados;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Cópia do Ofício 531, de 2024, do Conselho de Saúde do Rio de Janeiro, que sugere realização de audiência para debater propostas apresentadas pelo conselho relativas à descentralização de hospitais federais;

– Cópias de ofícios e moções de Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, contendo considerações sobre questões trabalhistas, assistência social, previdência social e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação de Senadores e Senadoras, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, serão arquivados.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores voltarem por meio do aplicativo Senado Digital, tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que o item 6, Projeto de Lei nº 1.088, de 2024, foi retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Marcelo Castro, para reexame.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5332, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do benefício quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE.*

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Bom dia. Obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui externar um abraço carinhoso a todos os Senadores e Senadoras, especialmente a V. Exa. pela condução dessa tão importante Comissão de Assuntos Sociais.

Quero também, desde já, agradecer a V. Exa. pela sensibilidade em pautar esse projeto, que eu reputo de fundamental importância. E, ao término da leitura, vou explicar o motivo pelo qual eu assim o faço.

Vou proceder diretamente à análise de forma bem clara, bem direta, bem objetiva, para que possamos deliberar o mais rápido possível esse projeto.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição é meritória e essencial para a simplificação no acesso a direitos assistenciais e previdenciários. Veja-se que a medida não altera os requisitos ou elementos na análise da elegibilidade a esses direitos. Trata-se de oferecer dignidade para as pessoas com incapacidade permanente, irreversível ou irrecuperável, assim como conferir maior racionalidade aos processos de inspeção periódica para aferição das condições que ensejaram a aposentadoria, afastamento, ou usufruto do BPC.

Sujeitar aqueles que foram diagnosticados com incapacidade permanente, irreversível ou irrecuperável, após regular avaliação profissional, a inspeções periódicas é submeter essas pessoas ao mais nefasto efeito da burocracia desmedida. Repito: para mim, submeter essas pessoas é submetê-las ao mais nefasto efeito da burocracia desmedida. Justamente em razão desses preceitos, o legislador já previu, acertadamente, no art. 43, §5º, da Lei nº 8.213, de 1991, a dispensa dessa inspeção periódica para pessoas aposentadas por invalidez com síndrome da imunodeficiência adquirida. Garantir essa prerrogativa aos aposentados por invalidez, afastados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e beneficiários do BPC com causas de incapacidade permanente, irreversível ou irrecuperável se revela uma medida de concretização do princípio da igualdade.

De fato, assim como no caso da síndrome de imunodeficiência adquirida, não vislumbramos justificativa para a reavaliação médica constante de pessoa com condições graves e incuráveis à luz do atual estágio de desenvolvimento da ciência e da medicina. Essa premissa não conflita com a dimensão biopsicossocial da deficiência, pois se restringe a desonerar as pessoas contempladas nessa proposição da realização de inspeções periódicas com o único intuito de confirmar rotineiramente circunstâncias perenes e imutáveis.

Ainda que a ciência e a medicina venham a se desenvolver ao ponto de possibilitar a cura dessas doenças, a legislação também evolui e poderá contemplar esses desenvolvimentos quando ocorrerem.

Finalmente, quanto à presença de infectologista na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida, parece-nos que a perspectiva técnica desse profissional nessa instância de avaliação do indivíduo é imprescindível para o adequado dimensionamento das limitações enfrentadas em cada caso concreto. Assim, a previsão dessa exigência no âmbito legal é uma forma de resguardar a higidez da avaliação técnica oferecida nessas circunstâncias específicas.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.332, de 2023.

Esse é o parecer.

Só concluindo, Sr. Presidente, que o que esse projeto faz é dispensar a reavaliação periódica aos segurados do Regime Geral de Previdência e aos beneficiários do BPC.

Quando a incapacidade, volto a falar, for permanente, irreversível ou irrecuperável, nós estamos falando aqui em Alzheimer, nós estamos falando em Parkinson, nós estamos falando em esclerose lateral amiotrófica (E.L.A.), nós estamos falando da síndrome da imunodeficiência adquirida. Então, eu destaco aqui umas aspas, mais uma vez, "sujeitar essas pessoas que foram diagnosticadas com incapacidade permanente, irreversível ou irrecuperável, após regular

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliação profissional, a inspeções periódicas é submeter essas pessoas aos mais nefastos efeitos da burocracia desmedida".

Explica isso para a população pobre, explica isso para aquela família que tem um filho lá que está tetraplégico. Então, nós temos que partir da premissa da presunção de boa-fé – o Estado brasileiro tem que partir da premissa da presunção de boa-fé. Nós não podemos inverter essa lógica, porque senão nós estamos desvirtuando aquela... E outra coisa, quando se fala em atos do funcionário público, um dos princípios que regem a administração pública é o princípio da legitimidade dos atos praticados pela administração pública.

Então, se aquela pessoa já foi passada por uma banca, banca oficial, que atestou que aquela doença é irreversível, ela tem uma incapacidade permanente, ela é irrecuperável, claro, se houver evolução médica isso vai ser revisto, mas se não, submeter essas pessoas periodicamente a esse tipo de perícia não acho que tenha maior plausibilidade e, para mim, isso viola principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana.

Peço o apoiamento aos colegas Senadores e Senadoras para aprovação e, desde já, em sendo aprovado, faço um requerimento de urgência para que esse projeto vá imediatamente ao Plenário do Senado Federal.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu queria parabenizar o Contarato. A gente tem uma experiência péssima nessa questão de Operação Pente Fino, quando foi feita, em 2019, a Lei 13.846, que mandou todos que tinham benefício de prestação continuada procurarem a previdência.

O que é que aconteceu? Quando, principalmente, os pacientes com deficiência neurológica chegaram à junta médica, eles pediram uma ressonância magnética com espectroscopia, milhares de exames. É um ou dois anos para se conseguir isso aí. A gente sabe que tem uma deficiência grande de neurologista. E para muitos, quando conseguiam isso aí, já fazia um ano quando se juntaram todos os exames necessários. Eu conheço várias crianças e adultos que desistiram desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício porque já tinham laudo médico comprovando que era incapacidade permanente, irreversível e irrecuperável.

Então, eu não sei como, mas acho que o Estado brasileiro tem que ter um olhar diferenciado, porque, como falou Contarato, para você diagnosticar neste país... Claro que tem as fraudes, gente, a gente sabe disso, e que é necessário... Tem gente recebendo sem ter direito a isso, que deveria ser punido severamente. E a gente tem que descobrir. Não é simples para o Governo descobrir isso porque as fraudes existem, mas ele passa por uma junta médica, com um diagnóstico grave, principalmente as pessoas com neuro... Ele falou em três patologias aqui que a gente sabe que não têm cura. Na ELA, a vida média é curtíssima, apesar da ciência, para quem tem uma esclerose lateral amiotrófica. Com o Alzheimer, ah, se descobre o tratamento.

Então, submeter, periodicamente, essas pessoas que têm os exames, porque nenhuma junta dá... É uma junta médica, são três médicos que mostram essa doença, que é incapaz, como a maioria é tetraplégica ou, então, neurológica, que não sabe nem onde está, é uma crueldade para isso. E nós vemos o desastre.

Eu conheci uma família, em 2019, que desistiu, porque, quando conseguiu juntar os exames, uns ou dois anos... Eu a encontrei, e ela disse: "Não, Dra. Zenaide, eu já desisti porque a gente não consegue mesmo". Certo?

Então, é meritório. Eu sei que não é fácil, porque precisa... Na época, quando eu fui contra, disseram no meu estado, nos jornais tudinho: "Ela é a favor da fraude". Claro que eu não sou a favor da fraude e sei da dificuldade de o Governo localizar, porque tem sempre alguém querendo levar vantagem. Agora, levar vantagem em cima de pessoas com doenças graves e, ainda por cima, pobres, sobrecarregando o SUS – não é? –, porque haja exame para repetir um quadro de que a gente já tinha conhecimento, com imagens, com tudo!?

Era isso aí. Acho que o projeto é meritório e que a gente tinha que descobrir como chegar aos fraudadores, sem prejudicar as pessoas que realmente precisam do benefício de prestação continuada.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Primeiro, também quero parabenizar o autor, o nosso querido Deputado Rôney Nemer, que é aqui do Distrito Federal, que foi Deputado Federal comigo durante dois mandatos; e também a relatoria do Senador Fabiano.

É uma coisa absurda o que se exige hoje. Nós estamos agora com a reforma tributária, discutindo a reforma tributária, onde temos também esse problema. O cara que tem uma perna amputada tem que comprovar todo ano para comprar o carro, para trocar o carro, tem que provar essas coisas. É um absurdo isso!

Então, eu nem sei se caberia aqui, Contarato, estender um pouco mais além do BPC. Porque nessa questão da isenção dos carros, por exemplo, hoje está se exigindo também: cada vez que você vai comprar um carro, você tem que provar que você... O cara que tem deficiência definitiva tem que ficar toda vez comprovando isso. Então realmente é um projeto meritório, tem meu total apoio.

Mas eu queria pedir a V. Exa., Presidente, como eu estou aqui com uma audiência pública de um projeto na Comissão de Esporte e eu tenho o item 8 para relatar: se V. Exa. puder inverter a pauta do item 8, eu agradeço, para que eu possa participar da audiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só fazer um pequeno comentário. É lógico, eu acho que, quanto aos aspectos até às vezes meio bizarros dessa necessidade de avaliação regular, é necessário que sejam extirpados, mas é importante dizer primeiro que a necessidade de que haja a possibilidade de identificar as fraudes é algo fundamental. Não pode ser esse projeto ou essa lei algo que impeça essa possibilidade.

A outra coisa é que algumas doenças marcham celeremente para o encontro de curas. O caso da imunodeficiência adquirida, a aids, caminha rapidamente... Embora ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experimentalmente, já há alguns casos, três ou quatro, em que houve cura, não é? Então, sem eliminar essa possibilidade, eu acho que o projeto é meritório, é importante.

Vamos colocar em votação.

Há alguém mais querendo discutir ou não? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, ele passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE e CAS.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Pela ordem, Sr. Presidente, vou ser breve.

Eu só queria agradecer a V. Exa. mais uma vez por ter pautado esse projeto de fundamental importância. Eu sei que às vezes interferem alguns interesses, mas eu prefiro acreditar naquilo, que é: se para o pior criminoso no Estado brasileiro há presunção de inocência, aqui eu tenho que partir da premissa da boa-fé. Aqui eu tenho que partir da premissa de que os peritos que estão no instituto, no INSS, têm a seriedade, o equilíbrio, a legalidade, o cumprimento das leis. São juntas médicas e nós temos que ter a empatia de nos colocar na dor do outro, como muito bem disse o Senador Izalci, a Senadora Zenaide. São pessoas que estão lá em estado vegetativo! Não tem como. Pessoas que estão com ELA, pessoas que estão com Alzheimer...

Então, eu quero aqui mais uma vez fazer um registro de agradecimento ao proponente desse projeto, o Deputado Federal Rôney Nemer, e aos Senadores e às Senadoras que assim o aprovam.

Aprendi também, Senador Izalci, que em algumas circunstâncias o ótimo é inimigo do bom. Então, aqui, este é o momento em que nós temos de avançar, e eu peço a V. Exa., Sr. Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reitero que seja pautado o meu requerimento verbal de regime de urgência para que ele vá ao Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o pedido do regime de urgência. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento ao Plenário do Senado Federal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Existe...

Só para concluir: eu fui informado agora que tem um requerimento para inclusão extrapauta de um projeto que já foi fruto de acordo, esse Projeto de Lei 6.120.

Se puder entrar em pauta, eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão pedido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam a inclusão desse projeto por fora da pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, atendendo à demanda do Senador Izalci Lucas, fazer a discussão e votação do Projeto de Lei 3.170, de 2023, que acrescenta §2º ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3170, DE 2023

- Terminativo -

Acrescenta § 2º ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o aumento do prazo da "licença nojo" nos casos em que os familiares autorizem a doação de órgãos.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações: *Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Peço a V. Exa. para ir direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A apreciação do PL nº 3.170, de 2023, por esta Comissão encontra-se fundamentada nos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere à CAS competência para opinar sobre matérias relacionadas às relações de trabalho e à proteção e defesa da saúde.

O projeto trata de matéria que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal. Também está em consonância com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (arts. 48 e 61 da CF, respectivamente). Não existem óbices, portanto, quanto à constitucionalidade da proposta. Isso também pode ser dito em relação à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, cumpre lembrar que doar órgãos é um ato nobre, pois oferece a última esperança de tratamento a pacientes que sofrem de doenças bastante graves, como, por exemplo, afecções hematológicas e corneanas, além das insuficiências cardíaca, renal, hepática e pulmonar.

Infelizmente, persiste no Brasil uma situação de crônica escassez de órgãos, obstáculo que impede o aumento da oferta de transplantes, mesmo no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), que é considerado o maior programa público de transplante de órgãos, tecidos e células do mundo, garantido a toda a população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Estudos realizados no Brasil assinalam que há vários motivos que influenciam o comportamento dos familiares no momento da decisão de doar um órgão de um parente recém-falecido. Destacam-se a falta de conhecimento sobre a vontade do ente acerca da doação; tempo insuficiente para tomada de decisão; incompreensão sobre o diagnóstico de morte encefálica; medo de mutilação; inadequação do atendimento prestado pela equipe de saúde e discordância entre familiares.

Isso tudo, infelizmente, repercute negativamente sobre o acesso de pacientes ao tão esperado procedimento.

Segundo o Ministério da Saúde – que gerencia, mediante o SNT, a lista de espera por transplantes no Brasil –, atualmente, mais de 60 mil pessoas aguardam por um órgão para transplante, sendo que mais de 37 mil esperam um transplante de rim e cerca de 370 pessoas aguardam a doação de um coração.

Diante disso, julgamos que o aumento do tempo de licença proposto pela iniciativa em tela tem o condão de mitigar, em parte, as dificuldades que os familiares enfrentam no momento de decidirem doar órgão de um parente falecido. Por esse motivo, somos favoráveis à iniciativa.

Propomos, todavia, duas emendas de redação para ampliar a correlação textual entre o inciso I do art. 473 da CLT e o §2º que se pretende acrescentar, bem como para harmonizar o texto desse dispositivo com a terminologia empregada no âmbito da Lei 9.434, de 4 de fevereiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências (Lei de Transplantes).

O voto, Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.170, de 2023, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº -CAS (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei 3.170, de 2023:
> "Acrescenta §2º ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para aumentar o prazo da licença por motivo de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob dependência do empregado, quando for autorizada a doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento".

Outra emenda, também de redação.

> EMENDA Nº -CAS (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 1º do Projeto de Lei 3.170, de 2023:
> "Art. 1º .....
> 'Art. 473 .....
> .....
> §2º O prazo a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo será ampliado para 5 (cinco) dias consecutivos nos casos em que houver autorização de doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, para fins de transplante e tratamento das pessoas falecidas mencionadas no próprio inciso I. (NR)'"

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu acho esse projeto bem...

Quero parabenizar o autor e o Relator, porque a gente sabe da dificuldade de doação de órgão. Então, a questão de aumentar a licença-nojo...

Ficou em quantos dias?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Cinco.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – E eram quantos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Dois.

Cinco dias é um incentivo grande, gente. E quantas vidas não vamos salvar? Vamos... Pelo menos dois rins, ou duas córneas, um coração, um fígado, e ainda vamos ser justos com essas pessoas que perderam um ente querido.

Esse é um projeto bem interessante e a gente tem que estimular.

Isso é salvar vidas, não é, Humberto?

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, você ser rápido também.

Eu quero parabenizar o Senador Izalci pela sensibilidade. Entender que essa chamada licença-nojo... Ampliar de dois para cinco dias é o mínimo, é empatia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa: você está estimulando a salvar vidas. Quando você fala... Eu não quero aqui invocar Stuart Mill ou Bentham, quando se fala do utilitarismo, mas quantas vidas você salva quando tem um óbito, não é? Quantos jovens? Quantas pessoas?

Então, parabéns ao proponente e parabéns a V. Exa. pela brilhante relatoria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

A votação é nominal.

Aqueles que forem votar pelo relatório do Senador Izalci Lucas votam "sim"; aqueles que se contrapõem ao relatório votam "não".

Iniciamos o processo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ainda não abriu?

Abriu. O processo de votação já foi aberto.

Vamos seguir agora, então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, caso a gente consiga um resultado positivo, V. Exa. poderia colocar também o regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, sem problema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É terminativo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É por isso que...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, ele é terminativo. Desculpe-me.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Peça ao pessoal para botar...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem razão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou pedir ao pessoal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos, então, colocar aqui o projeto que foi solicitado à inclusão por fora da pauta.

É o Projeto de Lei nº 6.120, de 2019.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 6120, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, a avaliação e o controle do risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional, com o objetivo de minimizar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCT, nos termos de Subemenda (de Redação), que apresenta.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato, observando que a matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CCT, e pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1-CCT.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou direto para a análise.

Inicialmente eu quero aqui parabenizar o proponente deste Projeto de Lei 6.120, que foi o Deputado Flávio Nogueira.

O PL acerta ao pretender criar um sistema de informações sobre substâncias químicas e uma governança centrada na avaliação de riscos e com a participação da sociedade especialista.

A determinação de que as substâncias constantes no Inventário Nacional de Substâncias Químicas sejam submetidas à avaliação de risco, de acordo com critérios técnicos como persistência, bioacumulação, toxidade, carcinogenicidade, mutagenicidade revela-se relevante para possibilitar a adoção de medidas de gerenciamento de riscos.

Sobre a Emenda nº 1-CCT, entendemos, conforme argumenta o seu autor, que não se trata de incluir uma nova categoria de produtos no rol daqueles que estão excluídos do âmbito de aplicação da lei proposta, mas sim de conferir maior clareza ao texto aprovado pela Casa iniciadora, que arrolou, no inciso IX do art. 3º, de forma exemplificativa, os produtos sujeitos à legislação específica, em especial aqueles controlados pelo Ministério de Agricultura e Pecuária (Mapa) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Assim, para eliminar do texto eventual dúvida acerca da abrangência do dispositivo, cremos que é pertinente a explicitação das preparações e substâncias destinadas à prevenção, diagnóstico ou tratamento de saúde classificadas como dispositivos médicos no rol exemplificativo proposto, dada a sua relevância e considerando que contam com regulações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rigorosas por parte da Anvisa, como a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 751, de 15 de setembro de 2022, e a RDC 830, de 6 de dezembro de 2023, que regulamentam os dispositivos médicos, definindo regras de classificação de risco, além de requisitos e procedimentos para fins de registro e controle.

No entanto, cremos que o mais adequado é que a explicitação de tais produtos ocorra pela sua inclusão na alínea "d" do inciso IX do art. 3º, que trata de produtos de uso médico regulados pela Anvisa.

Portanto, somos pelo acatamento da Emenda nº 1-CCT, na forma da subemenda que apresentamos.

O voto.

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei 6.120 e a Emenda 1-CCT, na forma de subemenda ora apresentada.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

E, caso seja aprovado, também faça o requerimento de urgência para que vá ao Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu acho esse projeto bastante salutar à população. A gente tem que ter o controle sobre os insumos ou os produtos usados que causam danos à saúde da população.

O mínimo que a gente tem que saber, Contarato, é aquilo para ciência. Se o paciente adoece e você não sabe que produto está sendo utilizado, o que ele usa ou o que ele ingere, isso dificulta o diagnóstico e o tratamento. A gente tem que ter, o Governo tem que ter um controle disso. A população tem sim que tomar conhecimento, e a ciência também, e é assim que a gente faz os estudos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns! Esse é um projeto muito, muito importante em termos de saúde.

Saber quais os produtos que trazem toxicidade, que são carcinogênicos ou teratogênicos é um direito, porque, muitas vezes, o paciente chega ao médico, que vê alguns sinais e sintomas e tem que descobrir a causa.

E, se a gente não tiver esse sistema de controle, nós nunca vamos poder fazer nem estatística, nem produzir políticas públicas na prevenção e na cura dessas doenças.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Vamos aguardar a votação do item... (*Pausa.*)

Pode? Está bom.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCT/CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CAS.

A matéria vai ao Plenário.

O Senador Contarato solicitou o regime de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Precisamos de um voto para concluir a votação do item 8 da pauta, do item extrapauta. Não, o item extrapauta foi esse; do item 8.

Bom, vamos seguir. (*Pausa.*)

Item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 435, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre a aplicação das Leis nºs 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e 7.410, de 27 de novembro de 1985, aos diplomados em Geologia ou Engenharia Geológica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto.*

A relatoria coube a mim.

O relatório é favorável ao projeto.

Eu peço à Senadora Soraya Thronicke que assuma aqui a Presidência, enquanto eu faço a leitura do relatório, por favor. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Trata-se do item 2: Projeto de Lei nº 435, de 2021, não terminativo. Dispõe sobre a aplicação das Leis nºs 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e 7.410, de 27 de novembro de 1985, aos diplomados em Geologia ou Engenharia Geológica.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

O relatório é favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer também favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Eu peço a V. Exa. para me dirigir diretamente à análise.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a este Colegiado opinar sobre proposições que dispõem sobre relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não foram identificados quaisquer vícios de inconstitucionalidade na proposição. Além disso, o exame de juridicidade do PL demonstrou que seu texto apresenta plena conformidade com o ordenamento jurídico.

Quanto à regimentalidade, não se verificam óbices que impeçam o prosseguimento da tramitação. Em relação ao mérito, entendemos que a proposição merece prosperar.

A Lei 4.076, de junho de 1962, que regula o exercício da profissão de geólogo, institui as competências e atribuições tanto destes profissionais quanto dos engenheiros geológicos, que, no transcorrer de tal legislação, são tratados de forma igual. Além disso, tanto o exercício da profissão de geólogo quanto a de engenheiro geológico são permitidos mediante registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), órgão responsável pela fiscalização destes profissionais.

Supletivamente, convém apontar que, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1996, geólogos e engenheiros geólogos inserem-se como profissionais da engenharia, estando, portanto, sujeitos à regulamentação disposta pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).

É válido destacar, ainda, que as diretrizes curriculares de formação inicial desses profissionais, promulgadas pela Resolução nº 1, de 2015, do Conselho Nacional de Educação, destacam que a formação acadêmica dos geólogos e engenheiros geológicos seguem as mesmas diretrizes, não havendo, pois, distinções na estrutura básica dos cursos superiores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar da existência de farto arcabouço legal que regula as profissões de geólogo e engenheiro geológico, tratando-as de forma isonômica, ainda persistem equivocados questionamentos acerca das interpretações sobre a equivalência e uniformidade destas carreiras.

Na justificação deste projeto, o Deputado Reinhold Stephanes Junior afirmou:

> [...] existem questionamentos judiciais e administrativos buscando realizar um tratamento diferenciado, em termos de direitos, aos geólogos em relação aos engenheiros geólogos. Por exemplo, algumas empresas privadas e públicas questionam na justiça o pagamento de salário igualitário entre formados em Cursos de Geologia dos formados em Cursos de Engenharia Geológica, apesar de realizarem as mesmas atividades profissionais, com as mesmas competências profissionais definidas pela Lei nº 4.076/1962, além da farta legislação sobre o assunto tratando as duas terminologias como a mesma profissão [...].

Destaca-se, ainda, que este tratamento diferenciado tem ocasionado prejuízos profissionais, financeiros e, até, de representatividade para os geólogos. Embora estes profissionais precisem seguir todos os deveres, seus direitos são por vezes limitados, meramente por haver interpretações que destoam da realidade. Este projeto irá trazer igualdade de direitos, uma vez que a igualdade de deveres já foi estabelecida.

Por fim, a história nos mostra que o primeiro curso de geólogo no Brasil foi instalado ainda na década de 50, no Governo do então Presidente Juscelino Kubitschek. A Universidade Federal de Pernambuco foi uma das instituições pioneiras a oferecer este curso, tendo a primeira turma formada em 1961. Este grupo ficou conhecido como Geólogos Pioneiros do Norte e Nordeste. Hoje estamos aqui homenageando estes profissionais.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 435, de 2021.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Parabéns, Senador Humberto Costa, pelo relatório.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Peço a V. Exa. que, se possível, coloque em votação o meu requerimento de urgência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu quero subscrever esse requerimento de urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Coloco em votação o requerimento de urgência do Senador Humberto Costa, subscrito pela Senadora Damares Alves.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal, em regime de urgência.

Neste momento, devolvo a Presidência ao Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Disponha.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já que foi obtido o quórum, vamos encerrar aqui a votação do item 8, que é terminativo.

Peço que o painel seja aberto para a verificação do resultado final.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Houve 12 votos em aprovação ao projeto.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras.

O projeto foi aprovado.

As Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS também foram aprovadas.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Já houve uma solicitação de urgência também, não é? (*Pausa.*)

Ah, sim. Desculpe. O.k.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer um comentário a respeito desse projeto do item 8, que é de minha autoria.

Eu gostaria, primeiro, de agradecer ao Relator, agradecer a todos da Comissão pela aprovação e dizer da importância de um projeto como esse no sentido da necessidade que nós temos de doadores de órgãos no Brasil. Nós temos tanta gente precisando, são milhares, dezenas de milhares de pessoas que precisam de órgãos, literalmente, para sobreviver, e certamente o evento de uma morte de um familiar é muito traumático. Então, esse projeto vem nos dois sentidos: para aumentar a possibilidade de recuperação emocional das pessoas mais próximas nesse evento e também para poder ajudar. Primeiro, a conscientização, é importante as pessoas perceberem a necessidade de doação de órgãos no Brasil, e, segundo, efetivamente, ter órgãos. Uma pessoa pode favorecer muitas outras, uma pessoa que nós perdemos pode favorecer a vida de muitas outras pessoas que estão precisando desses órgãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer novamente e dizer da minha felicidade em poder ajudar nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. e coloco em... (*Pausa.*)

O.k.

Para os demais projetos, não tem aqui a presença dos seus Relatores.

Então, em atenção a cada um desses Senadores, eu vou transferir para a próxima reunião a discussão e a votação.

Há um requerimento apresentado pela Senadora Mara Gabrilli, que é endossado pela Senadora Damares Alves, que é um requerimento propondo a realização de uma audiência pública para discutir a hipertensão intracraniana idiopática.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 81, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Hipertensão Intracraniana Idiopática.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Eu peço à Senadora Damares Alves, que endossou o requerimento, que possa fazer a leitura do requerimento para que possamos votá-lo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nos temos regimentais, requeiro a realização de uma audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública com o objetivo de discutir a hipertensão intracraniana idiopática, com convidados de diversos órgãos, cientistas e especialistas no tema. Estou aqui apresentando essas instituições.

E peço apoio aos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, há sobre a mesa um outro requerimento extrapauta, de nº 88, também de autoria da Senadora Mara, Presidente da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras, que eu gostaria também de subscrever para a gente colocá-lo em votação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., eu passo a palavra a V. Exa. para ler o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 88, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras, a normatização do acesso das pessoas com doenças raras a medicamentos, dispositivos médicos e tecnologias no âmbito do SUS.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Com a palavra, Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública, com o objetivo de discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras, a normatização do acesso das pessoas com doenças raras a medicamentos, dispositivos médicos e tecnologias no âmbito do SUS, com diversos representantes do Ministério da Saúde, Defensoria Pública, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas.

Eu apresento o requerimento e peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em votação o referido requerimento.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aprovado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Só um comentário também, com relação a esse requerimento, da importância que nós damos para uma visão mais favorável às pessoas com doenças raras. São mais de 11 milhões de pessoas no Brasil que possuem doenças raras. Às vezes a gente fala "doenças raras" e imagina que são duas ou três. Não, são mais de 11 milhões de pessoas, mais de 8 mil tipos de doenças raras existentes no Brasil, e o acesso ao medicamento é realmente uma questão de vida ou morte para essas pessoas, para muitas dessas pessoas.

Então, uma discussão como essa levanta o tema, também traz uma conscientização extremamente importante. Eu sou o Coordenador da Frente Parlamentar para Doenças Raras, e nós sabemos muito bem as dificuldades que nós temos no Brasil como um todo. Às vezes as pessoas veem na internet algum *post*, alguma situação crítica por que passam essas pessoas, ficam muito comovidas com isso, mas é muito importante que nós tenhamos alguma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistemática para cuidar desse acesso ao medicamento, que é sem dúvida nenhuma importante. Quem tem alguém com doença rara na família ou tem doença rara sabe muito bem da importância disso.

Então, obrigado por atender e colocar em votação isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. (*Pausa.*)

Tenho aqui um pedido de requerimento, um requerimento extrapauta, apresentado pela Senadora Mara Gabrilli, que eu endossei. Vou fazer aqui a leitura.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 89, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) solicite estudos a organismos internacionais, como Organização Panamericana de Saúde (OPAS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial, a respeito da tributação de produtos, como bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, e seus impactos na saúde de forma geral, com especial atenção para a saúde infantil.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento da Senadora Mara Gabrilli permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tenho aqui um pedido do Senador Nelson Trad, que, na verdade, não é um requerimento que vem por fora da pauta, mas que faz parte da pauta. É o item 13 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou endossar aqui... Aliás, nem precisa endossar, não é? Vou fazer a leitura. Endosso e faço a leitura.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 86, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir sobre "Acessibilidade e Inovações nas Neurociências: da Ciência ao Consumidor".

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Antes de encerrarmos a reunião, eu gostaria de lhe fazer um pedido, e é um pedido em que, com certeza, eu vou ter apoio aqui dos colegas.

Tem um projeto de lei, um PLP do Senador Romário, o 149, de 2024, em que todos os Senadores ontem, em Plenário, fizeram apelo ao Presidente Rodrigo Pacheco para uma distribuição imediata aqui, para esta Comissão. Já estava distribuído para cá e saiu do sistema. Nós estamos pedindo que ele volte; é o 149, de 2024, do Senador Romário.

E o meu pedido seria o seguinte, Presidente: se possível, me indicar como Relatora, para a gente construir um voto com todo mundo junto. Eu me comprometo a sentar com a sua equipe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a equipe do Senador Marcos Pontes, a equipe da Zenaide, para a gente fazer um voto e apresentar imediatamente, porque ele versa sobre os remédios para as pessoas com doenças raras.

O Supremo Tribunal tomou uma decisão há poucos dias, e, dessa decisão, a gente precisa rever alguns itens em caráter de urgência. Nós estamos com pacientes na UTI que vão morrer se a gente não tomar essa decisão imediatamente.

Então, Presidente, se o senhor puder nomear a mim ou a Mara como Relatora, a gente produz um voto em parceria com os gabinetes, para não se ter nenhuma dúvida e a gente colocar em votação o mais breve possível. É o 149, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse projeto ainda não está conosco.

Agora, eu acho que seria interessante não somente discutir especificamente o projeto, mas o debate, o teor sobre a decisão do Supremo. Eu sei que há muitas angústias, muitas preocupações, mas, se nós não tivermos um regramento, por parte do Supremo, em relação a esse tema do acesso aos medicamentos de alto custo, nós vamos efetivamente inviabilizar o Sistema Único de Saúde. O Supremo tomou algumas decisões relevantes, definiu que tem que haver uma participação direta da União também na constituição dos fundos que vão financiar a aquisição desses medicamentos, definiu um regramento para avaliação de se esses novos medicamentos que surgem são efetivamente de bom efeito, concretamente, para o custo, qual é o custo-benefício.

Então, eu vou ser bastante rápido na definição disso assim que chegar, mas acho que valeria a pena nós fazermos uma discussão sobre o tema, porque esse é um problema que afeta os estados, afeta a União e, principalmente, afeta as pessoas, seja porque, algumas vezes, é negado o acesso a alguns medicamentos que efetivamente têm um ótimo custo-benefício, e outras vezes a gente sabe também que há interesses da indústria farmacêutica, de advogados, enfim, que buscam por outras razões o acesso a alguns desses medicamentos que são, na maior parte deles, extremamente caros.

Concedo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, esse é um problema realmente sério, que envolve, logicamente, custos, envolve toda uma estruturação para que isso seja feito.

Esses medicamentos geralmente são feitos por empresas pequenas até, em outros países, como Estados Unidos, Europa, e o custo fica muito elevado devido a essa escassez, vamos dizer assim, no mercado, desse tipo de medicamento.

Mas nós temos soluções de curto prazo e de médio e longo prazo. Deixe-me explicar o que quero dizer com isso aí.

De curto prazo, a aquisição desses tipos de medicamentos no exterior é, obviamente, o que já tem sido feito e é o que nós temos para servir essas famílias. Novamente, há aquela questão: quem tem um filho, por exemplo, que depende de um medicamento desses para sobreviver tenta fazer de tudo. Alguns deles custam cerca de R$15 milhões. Então, a família faz vaquinha, faz tudo aquilo para conseguir chegar, mas é muito difícil. Então, a ajuda pública nesse sentido é muito importante. Estou falando de solução de curto prazo, entrando um pouco no médio prazo.

De médio para longo prazo, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, eu promovi a criação de um centro de desenvolvimento de medicamentos em Botucatu, lá em São Paulo. Fica dentro da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo), no Cevap. Nesse centro, a ideia é o desenvolvimento – não é copiar, não é produção, isso já é feito no Brasil bastante; é o desenvolvimento – de medicamentos no Brasil. Da mesma forma como eu fiz, lá em Minas Gerais, o desenvolvimento de vacinas no Brasil. Não é copiar uma fórmula de outros e fabricar aqui; é desenvolver a vacina. Lá é para o desenvolvimento de medicamentos.

O sistema está pronto, vamos dizer assim, e essa instituição está pronta para trabalhar; já estão trabalhando. E isso é a solução de médio e longo prazo. Por quê? Ali eles podem desenvolver medicamentos de qualquer tipo em associação com a indústria nacional. Isso gera emprego, gera nota fiscal no Brasil, vamos dizer assim, mas, se a indústria não tiver interesse em fabricar o medicamento no Brasil, como eles são uma organização que é mais como uma organização social, eles podem, sim, fazer isso através do Butantan, através de Manguinhos, por exemplo, ou seja, tem duas saídas: ou ela sai para a indústria, para fabricação; ou, nos casos de medicamentos para doenças raras, em que a indústria às vezes não tem interesse, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento do medicamento fica pronto ali, e ele pode ser produzido no setor público. Isso reduz os custos para o Governo, de longo prazo, e também dá a essas famílias mais certeza de que elas vão ter esse medicamento sempre.

Portanto, estão aí as duas soluções, de curto e médio e de médio e longo prazo – dividindo o médio em duas etapas. É uma necessidade que nós temos no Brasil, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

Nós temos aqui ainda um requerimento, que a Senadora Mara Gabrilli pede que eu subscreva... (*Pausa.*)

Ah, na verdade, é da Senadora Leila Barros.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 87, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de obter informações sobre as estratégias de combate à dengue para o período de 2024/2025.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A Senadora Damares também o subscreve.

V. Exa. poderia lê-lo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – O.k. (*Fora do microfone.*)

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública com o objetivo de obter informações sobre as estratégias de combate à dengue para o período de 2024 e 2025,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a presença do Ministério da Saúde, da Vigilância Sanitária, dos conselhos de secretários estaduais e municipais de saúde.

Esse é o requerimento – item 11.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, extrapauta também tem um requerimento do Senador Weverton que eu quero subscrever, que é para acrescentar apenas mais um nome à audiência anteriormente requerida, no requerimento que acabei de ler, do item 11.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convoco para o dia 16 de outubro, quarta-feira, às 9 horas, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, André Amaral, Alan Rick, Soraya Thronicke, Omar Aziz, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Bene Camacho, Irajá, Mara Gabrilli, Jaques Wagner, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Flavio Azevedo, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Castellar Neto, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Otto Alencar, Magno Malta e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 28ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 192, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 12. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 13-CCJ e 14-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 a 12. **Observação:** - Aprovado o Requerimento nº 18, de 2024-CCJ, de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2874, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda n° 1-CRA (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3958, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 4º, 8º e 10 da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, e dá outras providências, para estender competências aos Estados, Distrito Federal e municípios e permitir a comercialização interestadual destes produtos." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** A ser apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 435, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a aplicação das Leis nºs 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e 7.410, de 27 de novembro de 1985, aos diplomados em Geologia ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Engenharia Geológica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3273, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui atividade de ginástica laboral diária para servidores, efetivos ou comissionados, empregados, empregados terceirizados e estagiários no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1–CAS, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2459, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.847, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, para criar qualificador ao crime de furto e ao crime de receptação de insumo, equipamento ou estrutura relacionados ao fornecimento de serviço público." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 18, de 2024** que: "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 192/2023, que "altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições)"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 28ª Reunião, Ordinária.

As Senadoras e os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Há uma solicitação do Líder Jorge Kajuru. Nós vamos fazer a inversão de pauta do item 6, Projeto de Lei nº 2.459, de 2022. Fica deferido o pedido de solicitação de inversão feito pelo Líder Jorge Kajuru, apoiado pelo Líder Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Condicionado ao apoio dele na minha relatoria logo em seguida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É evidente, não é, Weverton?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olha, está muito prestigiado esse Weverton!

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2459, DE 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.847, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, para criar qualificador ao crime de furto e ao crime de receptação de insumo, equipamento ou estrutura relacionados ao fornecimento de serviço público.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 21/11/2023 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

- Votação nominal.

Informo aos Senadores que estão presencialmente e aos Senadores que estão no modo semipresencial que, por se tratar de um projeto de lei terminativo, é necessária a votação nominal de cada Senador e de cada Senadora.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para proferir o relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Bom, inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e que nos acompanham pelos meios de comunicação na mais importante Comissão desta Casa maior, a CCJ.

Como o Presidente e amigo pessoal, o querido Davi Alcolumbre, desta CCJ, já viu aqui tatuada, então eu vou-me lembrar dela tatuada aqui: a minha amada Claudinha Leite. Eu já estou contando os dias e as horas só para te ver de novo na Presidência do Senado Federal. (*Risos.*)

Vamos diretamente à análise.

Não observo, no projeto, vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, nem óbices de natureza regimental.

A matéria trata de direito penal, estando compreendida no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1° do art. 61 da Carta Magna.

Quanto à regimentalidade, a proposição seguiu os trâmites do Regimento Interno do Senado Federal e tramita na Comissão regimentalmente competente. Demais disso, o caráter terminativo adequa-se ao conteúdo da proposição.

No mérito, considero que este projeto de lei de minha amiga-irmã de 30 anos Leila do Vôlei, aqui do Distrito Federal – e, se Deus quiser, a próxima Governadora –, é conveniente, é oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme destacado na justificação, dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal... E aqui estou falando e ouvindo a voz do maior Secretário de Segurança Pública da história do Amazonas, Omar Aziz, porque não tem como não ouvir a voz dele; só que, se ele fosse cantor, não teria sucesso: só tem a voz bonita... (*Risos.*)

Aqui eu aponto a questão dos furtos a cabos de energia, que aumentaram significativamente nos últimos anos, e esse tipo de crime causa enormes prejuízos à coletividade. Isso porque o furto de cabos de energia – para posterior revenda a receptadores – causa a interrupção do abastecimento, fazendo com que milhões de pessoas fiquem sem serviços de eletricidade, telefonia, TV ou internet até que seja feita a manutenção da estrutura danificada.

Nesse sentido, em fevereiro deste ano, as estações do Metrô do Distrito Federal ficaram fechadas por 8 horas em decorrência do furto de cabos de energia e rompimento de cabos de fibra ótica, um problema que afetou 135 mil usuários do serviço de transporte.

Dessa forma, o recrudescimento das penas para os crimes de furto e receptação nesse contexto contribuirá para a preservação e a promoção dos serviços públicos, bem como para a redução dos significativos prejuízos financeiros que o delito traz para o Estado e, consequentemente, para os contribuintes.

Apresento uma emenda para aperfeiçoar a redação da ementa do projeto. Além de corrigir o número do decreto-lei referente ao Código Penal, retiramos o termo “qualificador”, isto para incluir a expressão “causa de aumento de pena”.

Com efeito, os dispositivos que o projeto de lei pretende incluir trazem frações de aumento de pena a serem consideradas na terceira fase do cálculo da reprimenda, sendo essencialmente consideradas causas de aumento de pena e não qualificadoras.

Quanto à Emenda nº 1, apresentada nesta Comissão pelo exímio Senador Fabiano Contarato, sou pela aprovação. Na medida, a figura do furto privilegiado garante mais justiça e proporcionalidade à fixação da pena. Com efeito, não vejo razão para punir o réu primário que subtraiu coisa de pequeno valor com a mesma pena do réu contumaz ou que se subtraiu coisa de elevado valor.

Diretamente ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.459, de 2022 – mais um qualificadíssimo da Senadora Leila do Vôlei –, e da Emenda nº 1 e com a emenda que apresentei, Presidente, querido amigo Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria.

Senador Presidente Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar o Senador Kajuru pelo belíssimo relatório. Segundo, para colocar aqui a experiência que eu tive como Governador, porque eu criei uma delegacia de furtos de energia e de água, uma delegacia especializada para isso. Por quê? O bom pagador, aquela pessoa que cumpre, é prejudicado por aquela que não cumpre. E muitas vezes a companhia vai acabar com o gato de água ou de luz e lá a população se revolta. E o pior de tudo, General Mourão, é que os maiores gatos são feitos por grandes empresas, não é a população pobre. O povo pobre não faz isso.

E ontem eu fiz um alerta ao Presidente Rodrigo Pacheco sobre a situação de colapso que a cidade de Manaus pode sofrer com a energia. Eu falei isso claramente e ele ficou de encaminhar à Comissão de Infraestrutura.

O Ministério das Minas e Energia e a Aneel estão de brincadeira em relação à minha cidade. O Presidente Lula tem que ficar atento. Eu sei que não é responsabilidade do Governo Federal, mas a agência nacional que regula isso está protelando a situação da cidade de Manaus.

Presidente Davi, é séria a situação. Eu sei que o Amapá já sofreu com isso e a gente só não pode depois estar correndo atrás do rabo do cachorro. Nós estamos alertando antes. Por quê? A verdade é que não houve investimento na distribuição, houve investimento na geração de energia. Não falta energia. A geração é grande, mas a distribuição está obsoleta. E aí, só para o senhor ter uma ideia, entre furto e perda tem mais de 60% da energia em Manaus. Entre furto e perda. A mesma coisa com a distribuição de água. Se não houver um investimento em melhoria da distribuição, vai faltar água sim. E não é por falta de quantidade de água, mas sim pela perda que tem entre a saída de onde é feito o tratamento da água e a chegada na residência da pessoa que mora; da mesma forma, a energia.

Então, acredito eu que todos os Governadores tinham que criar uma delegacia especializada em furtos de água, de energia e de serviços públicos – especializada –, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governadores não se atentam a isso, até porque isso é caso de polícia. Se você sabe quem uma pessoa está furtando energia, está furtando água ou fez alguma coisa, ela tem que ser chamada pela polícia para depor, abrir um inquérito e essa pessoa tem que ser responsabilizada criminalmente. Não dá que você coloque trabalhadores em risco quando eles vão lá e não têm poder de polícia para fazer isso, pelo contrário, são muitas vezes ameaçados. O trabalho deles não tem solução de continuidade pelas ameaças que sofrem.

Então, eu estou aproveitando essa matéria para fazer um alerta em relação à cidade de Manaus. A Agência Nacional, a Aneel, está de brincadeira junto à questão da energia em Manaus. E da mesma forma, alerto o Ministro Alexandre Silveira, que é do meu partido, sobre essa questão que está acontecendo na cidade de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, só para realmente também parabenizar a iniciativa, porque é o seguinte: não é só cabo de energia, hoje eles pegam dos bueiros de esgoto e de água para vender para o ferro-velho. Às vezes, vendem por uma mixaria da nada e dão um prejuízo imenso.

Então, Kajuru e Leila, parabéns pela iniciativa muito boa. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente – bom dia a todos –, eu quero me valer das observações sempre judiciosas e fruto da experiência do nosso Senador Omar Aziz para trazer aqui meus cumprimentos à proponente, à autora do projeto, Senadora Leila, e ao Relator, o nosso querido Kajuru Nasser. Aproveitando as colocações do Senador Omar Aziz, observações que são sempre fruto da sua experiência administrativa e da vivência social, eu quero também acrescentar o seguinte: o roubo de... eu não sei se cabos de energia – não sei se é essa expressão – envolve todos os furtos e roubos que hoje acontecem, como falou o próprio Omar Aziz. Eu não sei. Cabo de energia, certamente, é o alvo, mas, cabos de transmissão de voz, de dados, não necessariamente de transmissão de energia, por isso, eu queria que o Relator levasse em conta – não que o projeto não esteja correto – se a expressão abrange aquilo que está sendo furtado e causando dano aos serviços públicos e à própria segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aqui tem sido feito um grande esforço pela polícia, no sentido de que a inteligência consiga capturar o receptador. Porque ninguém rouba cabo de energia para enrolar e ficar na sua casa, rouba para vender a alguém que vai ter lucro com isso. Portanto, é uma cadeia criminosa que não se encerra com o furto, pelo contrário, ela se dinamiza com o furto, com o roubo.

O roubo é uma coisa, o furto é outra. Um envolve violência e o outro, não. Nós já tivemos casos aqui de a pessoa que estava furtando o carro se acidentar e morrer. Então, tem o mais amplo aspecto relacionado à segurança pública, que torna o projeto meritório com esta... Como nós não estamos tratando aqui das investigações, nem recomendando o tipo de investigação, isso é um assunto para a segurança pública e para a inteligência da segurança pública.

Eu apenas queria que o próprio Relator averiguasse se, com a expressão "cabos de energia", ele consegue abranger todo esse rol de interesses, entre aspas, "comerciais", comerciais criminosos, que envolvem ou que abrangem o escopo do projeto.

Renovo aqui meus cumprimentos à Senadora Leila, ao Relator e agradeço a V. Exa. por me conceder a palavra e ao primo Omar Aziz pelas lições que a experiência lhe permite conceder a todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Presidente Hamilton Mourão.

Em discussão a matéria.

Quero cumprimentar a Senadora Margareth Buzetti – seja bem-vinda.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente Davi, bom dia; bom dia, demais colegas. Eu só queria me somar ao alerta dado pelo Senador Omar Aziz, porque, apesar de eu ser Senador pelo Rio Grande do Sul, sou filho de amazonense e residi em Manaus durante três anos da minha vida e lá, lembro que, no ano de 1997, nós enfrentamos um ano de racionamento diário de energia, eram 6 horas por dia sem energia.

Então, Manaus há muito tempo sofre com esse problema, e é uma capital nacional que não é perfeitamente integrada ao restante do país. Lembro sempre que a pessoa que mora em Manaus só sai ou chega lá de barco ou de avião, porque até hoje estamos nessa peleia da BR-319, que é um objetivo que tem que ser conquistado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso aí, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Presidente Mourão.

Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Presidente Davi Alcolumbre... querido Kajuru, te vejo muito bem.

Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos aqui discutindo quem nasceu primeiro: se foi o ovo ou foi a galinha? Ora, a cadeia de furto no Brasil, no seu nascedouro, é lá, arrancando os cabos que prestam serviço à sociedade. E sabemos que quem compra é um intrujão sucateiro, mas esse intrujão não guarda esse cobre, metal nobre, em casa, ele vende para quem vai vender, para quem produz o fio, que vai voltar para a empresa de telecomunicações. A rastreabilidade é que tem que ser feita. Aumentar a pena não resolve.

Vamos aumentar, vamos ser enérgicos, mas nós temos que cobrar das empresas. Porque é muito fácil as empresas cobrarem do Estado – as prestadoras de serviço – um papel por que elas têm corresponsabilidade, têm responsabilidade: a rastreabilidade do cobre do fio que ele comprou – de onde veio, Kajuru? Porque o ladrão que rouba o fio, mata a mãe. Não está preocupado se a pena vai aumentar, não, Izalci – não está preocupado se a pena vai aumentar, não. E ele passa esse fio...

Querido Senador Weverton, sempre muito elegante.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Obrigado!

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Depois quero que ele me diga quem é o manequim dele aí... manequim, não, desculpe, é o estilista, estilista!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Olhe que, na Paraíba, esse negócio de manequim...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Estilista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – No Nordeste é assim, meu irmão: "Vou chamar o Lampião!".

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, o que precisa, Senador Omar, é de rastreabilidade.

A querida Senadora Margareth Buzetti embeleza essa macharada aqui com a sua presença e sua competência.

O que precisa é trazer as empresas que reclamam. Estou com uma audiência solicitada por várias empresas de telecomunicações para falar sobre o roubo, como se o Estado fosse responsável sozinho! Isso é o camarada que vem aqui falar de uso de droga e à noite compra droga e fala do tráfico de droga. É muito fácil. Cadê a origem? Porque o terminativo disso aqui é o metal que voltou, Izalci, para a empresa que vai fazer o fio. Ela recompra, é a vaca mamando nela própria. Ela recompra! Por que não fazer a rastreabilidade e exigir dela a origem do metal?

É muito fácil responsabilizar o Estado, o Senado, aumentar as penas. O metal vem de algum canto. Se o metal é virgem, ele tem origem. Se o metal não é virgem, tem que dar origem, rastreabilidade. Se ele compra do intrujão sucateiro, aquele que vende roubado, ele comprou do ladrão. É uma cadeia – negativa produtiva, mas é – que tem que ser chamada à ordem e responsabilizar as empresas. Como é que você compra esse metal? Como é que você compra esse fio? Como é que você compra esse fio, se você não sabe, Senador Omar, da origem dele? É muito fácil! Aqui é corresponsabilidade. A empresa que é detentora de concessão pública do Estado tem responsabilidade – ela tem responsabilidade.

E me associando à fala do Senador Mourão: eu também morei no Amazonas. Eu conheço um pouco daquela problemática. Pouca água, energia através das termoelétricas, que são altamente contaminantes para o meio ambiente. Isso tem que ser resolvido urgentemente. E nós não podemos ficar aqui balançando a cabeça feito lagartixa. Nós precisamos ter posições, posições duras e enérgicas. A começar na audiência pública, Sr. Presidente, chamando as empresas que hoje cobram do Estado...

Querido Jaques Wagner, sempre muito elegante. Esse cabelo grisalho que a Bahia reconhece pelos seus valores, não pelos cabelos, mas pelo que tem abaixo do cabelo, que é essa cabeça privilegiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é chamar as empresas prestadoras de serviços que têm concessão pública e compram os fios, compram o metal, para que elas digam a origem.

Eu estou errado, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Certíssimo.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Ir atrás do ladrão? Isso não é papel da gente não, não é papel do Senado não! E aumentar a pena não vai resolver, Senador Weverton. Isso não vai resolver não.

Eles têm que dar a origem da onde compraram o metal, até porque nós sabemos – muitíssima vênia, Senador Mourão – que essas empresas têm operação financeira e que elas têm seguro – têm seguro.

E aqui ninguém é bobo. Nós estamos aqui porque temos um compromisso com o Estado, com a nação, sobretudo com o povo brasileiro. Quando há esse roubo, há um período sem fornecer o serviço. E para a empresa é muito bom, Izalci, botar a culpa em quem roubou. É muito mais complexo do que se possa imaginar.

Sr. Presidente, só tenho a agradecer a nossa pequena colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos...

Perdão. Concedo a palavra ao Senador Castellar.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, é apenas para agradecer ao Progressistas, que hoje formalizou a minha indicação como membro dessa especial Comissão do Senado, e dizer a V. Exa. e aos meus pares que, especificamente, questões afetas ao direito penal, como a que está agora em debate, me interessam sobremaneira. Eu atuo como advogado criminalista ao longo dos últimos 20 anos, me especializei e fiz mestrado em direito penal e política criminal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – E digo a V. Exas. que eu, particularmente, regra geral, tenho uma certa dificuldade na criação de novos tipos penais e no incremento de penas, mas esse caso específico, Senador Kajuru, relatado por V. Exa., é um caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessário à sociedade brasileira, porque, quando nós confrontamos os bens jurídicos que estão sendo tutelados, a ameaça que existe à saúde, ao deslocamento, enfim, até a vida das pessoas, de fato, se mostra uma questão que tem que ser aperfeiçoada no nosso sistema penal, pelo que eu cumprimento a Senadora Leila e o Senador Jorge Kajuru – pela matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Vou iniciar a votação nominal.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar a votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer apresentado. (*Pausa.*)

Vamos iniciar a votação nominal.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Consulto os Senadores e Senadoras se posso encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 17 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

O projeto está aprovado, e as Emendas nºs 1 e 2 da CCJ...

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 192, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 6.

Observações:

- Em 26/09/2023 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Jorge Kajuru;

- Em 12/08/2024, foram recebidas as Emendas nºs 2 a 6, de autoria do Senador Marcelo Castro;

- Em 20 e 21/08/2024, foram recebidas as Emendas n°s 7 a 12, de autoria do Senador Alessandro Vieira (dependendo de relatório);

- Na 28ª Reunião Ordinária, realizada em 14/08/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais.

Autora: Deputada Federal Dani Cunha.

Concedo a palavra ao Senador Weverton, Relator da matéria, para proferir o relatório apenas sobre as Emendas de 7 a 12.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, foram apresentadas cinco novas emendas, e eu queria já ir direto pela rejeição delas. Então, eu vou pela rejeição das Emendas de 1 a 12 e mantenho o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – De 7 a 12?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – De 1 a 12. Ficam rejeitadas, de todo o relatório, as Emendas de 1 a 12. E aqui no meu relatório eu estou com as redações que foram já publicadas aqui na CCJ, eu não vou ler novamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin está inscrito para discutir a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente. Estou tentando falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Estamos ouvindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Estou tentando falar, mas não consigo. Estou sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Estamos ouvindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Pois é, eu não consigo colocar a minha imagem. Sem ela, o senhor não fica inspirado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu estou vendo a foto, que aparentemente está mais bonita do que a imagem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Pois é, esse que... isso que pode...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Essa foto está tratada.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Essa foto é da época em que éramos colegas na Câmara dos Deputados, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe essa foto, Amin, não a mude.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas essa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Agora!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Essa expressão facial de súplica certamente vai sensibilizar o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria cumprimentar o Senador Weverton.

E, se eu bem entendi o que ele falou, ele manteve o relatório original, ou seja, ele não aceitou nenhuma das emendas oferecidas desde o pedido de vista que aconteceu no dia 14.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Isso mesmo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu lhe faço essa pergunta pelo seguinte: eu preciso de uma informação clara a respeito do assunto. O Senador Marcelo Castro é o Relator do novo código, digamos, com as modificações ao Código Eleitoral. Estou certo? E ele apresentou as Emendas nºs 2 a 6. O senhor não aceitou as Emendas nºs 1 a 12, ou seja, incluindo as emendas do Senador Marcelo Castro. Estou certo?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Correto, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Hein?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Correto. Eu mantive o relatório que veio da Câmara. Eu conversei com o Senador Marcelo Castro e pedi vênia a ele...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O senhor não aceitou as Emendas nºs 2 a 6, que são do Senador Marcelo Castro...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... e manteve o texto puro...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Que veio da Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... que veio da Câmara. Isso é fundamental para mim, porque eu também tenho emendas apresentadas ao projeto de que é Relator o Senador Marcelo Castro...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – É claro que não prejudica, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não, e nem eu vou prejudicar apresentando as emendas que apresentei lá aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Eu conversei com ele, pedi vênia, e as emendas dele não prejudicam o relatório que ele vai apresentar, porque o dele vai ser bem mais amplo, o que certamente nós iremos apreciar e, com toda certeza, aprovar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu tenho, inclusive, como o dele é mais amplo, já vou antecipando e pedindo o seu voto, já que hoje eu...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Vamos trocar os votos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... fiquei muito animado com a barganha feita entre o Senador Kajuru Nasser – Nasser! – e o Senador Davi Alcolumbre, quer dizer, "vote aqui que eu voto ali", já vou antecipando que esta minha boa vontade também vai representar pelo menos um apelo a V. Exas. para que examinem com carinho uma das emendas que eu apresento ao projeto do Senador Marcelo Castro que versa sobre voto impresso. Não a apresentarei a este projeto, mas já está apresentada ao projeto de lei sob a responsabilidade do Senador Marcelo Castro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Líder Esperidião Amin.

Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Bem, primeiro, eu quero já antecipar o meu apoio à emenda do Senador Amin ao projeto do Marcelo Castro sobre o voto impresso. De fato, esse é um assunto que a gente precisa discutir melhor e que terá todo o meu apoio.

Segundo, eu quero parabenizar o Senador Weverton por esta iniciativa. Nós não podemos aceitar uma inelegibilidade perpétua. Isso não tem sentido. Mesmo se fosse um tempo menor, ele passará com certeza pelo escrutínio do voto. Quem tem que avaliar isso no segundo momento é o eleitor. Não somos nós aqui que vamos perpetuar realmente a inelegibilidade de ninguém. Então, eu quero aqui parabenizar e já antecipar o meu voto favorável a este projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Líder Izalci Lucas.

Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas, de redação, nºs 13, da CCJ, e 14, da CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 a 12.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, eu pergunto ao Relator: Relator, V. Exa. apresentou requerimento de urgência para que a gente possa...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Eu queria pedir neste exato momento.

Agradeço a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Acho que seria importante votar o requerimento de urgência para ir direto ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento de urgência feito pelos Senadores Weverton e Izalci Lucas.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aprovada a urgência.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Eu queria apenas agradecer aqui à Comissão de Constituição e Justiça e fazer uma fala rápida, principalmente para quem está em casa nos assistindo.

Esse projeto que acabou de ser aprovado é um projeto que corrige uma pequena distorção de um projeto que nós aprovamos, chamado Lei da Ficha Limpa, lá atrás. Inclusive, o Márlon Reis – ex-Juiz, hoje está na advocacia; é lá do Maranhão e mora no Tocantins – lutou, foi o protagonista desse projeto, e todos nós estivemos aqui o apoiando e todos somos submetidos a ele, tanto que, para você estar aqui no mandato, para ser candidato, tem que ser ficha-limpa.

Portanto, para as pessoas que estão em casa compreenderem, houve muita má-fé ou má vontade de alguns setores que desinformam a população ao falar que nós estamos querendo facilitar a volta ou a vinda de pessoas que são fichas-sujas para fazer política. Isso não é verdade.

Do que se trata? Para você que está em casa: um ex-Prefeito – tem vários casos no Brasil, mas vou pegar um concreto, de um ex-Prefeito – terminou o seu mandato, respondeu a um processo de improbidade e, em determinado momento, foi julgado lá no Tribunal de Justiça, no órgão colegiado. Lá, General Mourão, nesse órgão colegiado, a partir dali, ele passa a ser inelegível, já está cumprindo uma pena de um processo que não foi transitado em julgado. Ou seja, esse prefeito vai recorrer, pedindo a inocência em outro tribunal. Tem casos que, passados 14 anos, 10 anos, não foram julgados. Sabem o que aconteceu? Ele está, há 10, 12, 15 anos, fora da disputa. E um dia, quando, no tribunal, transitar e julgar o processo, ele vai começar a cumprir uma pena de oito anos. Isso é inacreditável!

Se você pegar aqui o William Bonner, no Jornal Nacional, ao vivo, transmitindo, bem aqui na porta do Congresso, e um maluco chegar e matar uma senhora idosa com um tiro na cabeça, uma morte violenta, ele vai para a Papuda, vai ser preso, vai pegar a pena máxima do Código Penal, só que, em menos de 12 anos, já vai estar cumprindo sua pena dentro de casa e já vai ter condição de se ressocializar. E você, às vezes, por um erro técnico na administração – erro técnico, porque quem paga o erro não é o contador, não é o advogado, é o ex-Prefeito, é o ex-gestor –, muitas vezes, por uma falta de prestação de contas ou por erro, está aqui, por um órgão colegiado, simplesmente condenado à morte cívica e política. Isso não dá! É hipocrisia a gente falar em prisão, em pena perpétua para quem cometeu algum tipo de erro no Brasil. Se cometeu o erro, que se corrija e pague por ele, mas não dá para perpetuar. Isso é inacreditável!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos fazendo hoje uma grande justiça não para o ex-político ou para quem quer entrar na vida pública. Você está fazendo uma correção para mostrar para quem também é do bem que pode vir participar.

Eu vou citar o último caso aqui, de alguém que está até concorrendo à eleição agora: o pai do Deputado Woney Queiroz, Sr. Queiroz, que todo mundo conhece. Já foi Deputado Federal, está concorrendo agora lá na cidade dele, em Pernambuco. O pai dele, na época em que foi Prefeito, Senador Hiran, respondeu a um processo por improbidade porque ele cumpriu um compromisso de campanha, e ele, com o dinheiro dele, um grande empresário reconhecido no Pernambuco, o Sr. Queiroz, simplesmente botou lá um *outdoor* dizendo: "Promessa feita, cumprida, bi-bi-bi, bá-bá-bá". O Ministério Público, na época, entrou com improbidade contra ele. Não tinha ainda a nova lei da improbidade que nós aprovamos aqui. E ele simplesmente perdeu no Estado de Pernambuco. Gastou muito dinheiro aqui, em Brasília, mostrando: "Olha, o *outdoor* que eu botei com o meu dinheiro particular, se estava errado, está aqui, eu tirei, não teve dolo nenhum", mas queriam dar inelegibilidade para ele, para ele sair da vida pública, uma pessoa do bem, de bem como ele. Então, isso são correções que têm que ser feitas.

E eu concluo dizendo dessa coragem que V. Exa. e o Presidente Pacheco estão tendo sempre de estar fazendo ajustes. As leis precisam ser sempre modeladas, ajustadas, e nós estamos tentando fazer isso. Foi na lei da advocacia, foi na da improbidade administrativa, na que tratou de abuso de autoridade, na que vai tratar agora dessa correção da inelegibilidade e de vários outros pontos que precisam ser corrigidos, porque é assim que a humanidade faz, ela se aperfeiçoa, e também a nossa legislação, de acordo com o que a gente está vivendo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senador Weverton, você me citou. Presidente, dá licença.

Bom dia a todos. Eu também quero enfatizar mais do que a coragem do Presidente Davi, do Presidente Pacheco, a sua coragem de relatar e também do Plenário aqui, da CCJ, que, majoritariamente, é a favor desse projeto, porque nós não podemos condenar a morte política de um político. É a mesma coisa que cassar o diploma de um médico. A gente tem que ter muita parcimônia, muito cuidado porque eu conheço também... O senhor deu um exemplo, mas eu conheço vários exemplos no meu estado de ex-Prefeitos que estão há 15, 20 anos inelegíveis. Isso é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós devemos estabelecer um limite baseado no bom senso, para que haja a penalização, mas que haja a possibilidade de que esse político que ficou eventualmente inelegível volte à vida pública. Que ele seja responsabilizado, mas que ele volte à vida pública. O julgamento maior a que ele deve ser submetido é a vontade do povo – o político vive da vontade do povo.

Muito obrigado. Parabéns!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Tem isso, Presidente Davi. Tem um detalhe que eu falei aqui para uma pessoa. Meu amigo, deixa eu lhe dizer, nesses 12 anos, caso a pessoa tenha tido mais de uma pena, não está dizendo que ela volta a ter o mandato dela, não; ela ainda vai passar por S. Exa. o povo, que é o verdadeiro juiz dela. Então, ela ainda vai concorrer a uma eleição e lá ela vai dizer se vai poder voltar ou não. Isso é importante esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria cumprimentar a V. Exa., Senador Weverton, e registrar toda a nossa atenção a temas importantes para a sociedade, mas muito importantes para a democracia. Esses temas nós estamos tendo a coragem de enfrentar, a todo instante, não só na Comissão, mas no Senado da República – por que não dizer no Congresso Nacional? –, quando, de maneira reiterada, nós estamos alterando a legislação brasileira para promover alterações no sentido de ir ao encontro do desejo da maioria, porque assim é o Parlamento.

V. Exa. fez um relato de casos concretos. Nós não temos poucos casos concretos no Brasil de que uma pessoa fica 10, 20, 30 anos condenada, sem poder ainda exercer a atividade parlamentar, a atividade política. Isso talvez esteja tirando da política muitos homens e mulheres que gostariam de colaborar. Se houve algum equívoco, alguma má interpretação da legislação que levou àquela condenação, é natural que se tenha um prazo razoável para que essa pessoa possa cumprir essa pena, e não um prazo indeterminado, sem ter data para conclusão, para que essa pessoa possa pagar a sua pena dentro da razoabilidade do processo judiciário no Brasil.

Então, eu queria cumprimentar V. Exa. e, da mesma maneira, dizer que apoio a iniciativa relatada por V. Exa. de nós restabelecermos a ordem jurídica e democrática no Brasil.

Parabéns pela manifestação contundente enquanto Relator da matéria.

Quanto ao item 2, chegou uma solicitação do Senador Alan Rick à Secretaria, e ele pediu a retirada de pauta do projeto de lei. Então, eu vou atender, porque é um pedido do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2874, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda n° 1-CRA (Substitutivo).

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

- Na 27ª Reunião Ordinária, realizada em 07/08/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Em 12/08/2024, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso (dependendo de relatório);

- Em 21/08/2024, foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Mecias de Jesus (dependendo de relatório);

- Votação nominal.)

Sobre o item 3, o Relator da matéria de um projeto apresentado pelo Senador Luis Carlos Heinze é o Líder Jaques Wagner. O relatório ainda não foi apresentado. Então, nós não podemos deliberar sobre o assunto, porque não tem relatório apresentado pelo Relator. Fica retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 3958, DE 2019

- Terminativo -

Altera os arts. 4º, 8º e 10 da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, e dá outras providências, para estender competências aos Estados, Distrito Federal e municípios e permitir a comercialização interestadual destes produtos.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: A ser apresentado.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

- Votação nominal.)

Quanto ao item 5, da mesma maneira que foi feita pelo Senador Alan Rick, o Líder Carlos Portinho, quanto ao projeto apresentado pelo Senador Nelsinho Trad, solicitou à Secretaria da Comissão que nós pudéssemos retirá-lo de pauta da deliberação de hoje, para votarmos em outra reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 3273, DE 2019

- Terminativo -

Institui atividade de ginástica laboral diária para servidores, efetivos ou comissionados, empregados, empregados terceirizados e estagiários no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1–CAS, com a emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Votação nominal.)

E, sobre o item 4, projeto de lei de autoria do Deputado Federal Reinhold Stephanes e que é relatado pelo nosso Primeiro-Secretário da Casa, Senador Rogério Carvalho, o Relator solicitou que nós deliberássemos hoje, aqui, porque ele está presente de maneira semipresencial e vai fazer a leitura do seu relatório no modo semipresencial aqui na Comissão.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 435, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre a aplicação das Leis nºs 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e 7.410, de 27 de novembro de 1985, aos diplomados em Geologia ou Engenharia Geológica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Em 20/08/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira (dependendo de Relatório).

Concedo a palavra ao Senador, Relator da matéria, Rogério Carvalho, para proferir o relatório sobre o projeto e sobre a Emenda nº 1, apresentada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar também, que eu vi aí, o Senador André Amaral. Gostei bastante da fala dele sobre essa questão dos furtos, sobre a necessidade de a gente ter rastreabilidade para determinados processos que se repetem e que não necessariamente o aumento de pena é que vai resolver, e sim interromper esses processos.

Também quero aqui concordar que não é possível conviver com a pena de morte cívica e política de cidadãos, homens e mulheres do nosso país, por interpretação de uma lei que estabelece limites para quem cometeu algum erro ao longo da sua vida pública, mas eu acho que a correção vem em bom momento.

Eu peço a V. Exa., Presidente, permissão para ir direto à análise.

De acordo com o art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve examinar o Projeto de Lei nº 435, de 2021, nos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como, ressalvadas as atribuições das demais Comissões, emitir parecer quanto ao mérito do projeto.

Não se identificam vícios de inconstitucionalidade na proposição, cujas disposições mostram-se em conformidade com os preceitos e regras contidos na Lei Maior. A matéria abordada no projeto, ademais, é de competência da União, tendo em vista a determinação do art. 22, inciso XVI, da Constituição Federal, que reserva privativamente à esfera federal competência para legislar sobre condições para o exercício de profissões.

O exame da juridicidade do PL demonstra que seu texto apresenta plena conformidade com o ordenamento jurídico de uma forma geral e, em particular, com as disposições dos diplomas legais que são expressamente referidos.

No plano da regimentalidade, não verificamos óbices ao seguimento da tramitação do projeto.

Quanto ao mérito, somos favoráveis à proposição. A diversidade no emprego dos termos "geólogo" e "engenheiro geólogo" nos textos normativos pode gerar insegurança jurídica, ao abrir espaço para interpretações que resultem em tratamento diferenciado para os formados nos cursos superiores de Geologia e de Engenharia Geológica. A similitude na formação técnica, no desempenho profissional e no tratamento legal historicamente conferido aos geólogos e aos engenheiros geólogos, no entanto, sustenta a necessidade de equiparação de direitos e deveres entre as categorias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos, portanto, que o projeto é meritório por promover maior segurança jurídica na definição dos direitos e deveres legais de geólogos e engenheiros geólogos, sem impacto negativo para os profissionais das demais especialidades da engenharia.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 435, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação.

Complementação do voto.

O projeto recebeu a Emenda nº 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que pretende suprimir os arts. 2º e 3º do projeto, alegando que a equiparação profissional não pode prosperar, uma vez que há disciplinas essenciais, como Desenho e Resistência dos Materiais, que seriam cursadas exclusivamente pelos graduados em Engenharia. Tal afirmação pode ser contestada pela grade curricular do curso de Geologia da USP, que contempla disciplinas como Desenho e Física dos Materiais Estruturais, por exemplo. Além disso, temos o Parecer nº 387, de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que dispôs sobre as diretrizes curriculares nacionais para cursos de graduação em Geologia e Engenharia Geológica, e enumerou a similaridade nos projetos pedagógicos, nos conteúdos curriculares, bem como nas competências e habilidades dos egressos dos cursos de Geologia e Engenharia Geológica.

Ainda podemos citar os concursos públicos, citando principalmente a Agência Nacional de Mineração, que nos editais recruta geólogos e engenheiros para as mesmas funções.

O autor da emenda ainda citou o parecer do Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), que poderia ter conteúdo contrário ao projeto; no entanto o Confea, por meio de decisão – Portaria nº 1.553, de 2024 – em julho deste ano, posicionou-se favoravelmente ao projeto.

Passo ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 1 e aprovação do projeto na sua versão original.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, querido Líder Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1. (*Pausa.*)

Eu acho que o Senador Rogério Carvalho rejeitou a... (*Pausa.*)

Esta aqui? (*Pausa.*)

Vou repetir o resultado da deliberação: fica aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Queria agradecer a presença dos Senadores todos. Estamos com um quórum de 27 Senadores, presencial e semipresencialmente, na Comissão de Constituição e Justiça, nesta semana de deliberação.

Quero agradecer a presença dos Senadores que estão presentes: Senador Castellar Neto, Senador Presidente Hamilton Mourão, Senador Izalci Lucas, meu querido Líder Senador Jaques Wagner. Queria agradecer a presença também do Senador Bene Camacho, que está aqui presente; agradecer a presença do Senador Marcos Rogério, do Senador Omar Aziz, que esteve presente aqui na nossa reunião; agradecer a toda a nossa equipe, ao nosso Relator, Senador Weverton – obrigado, Líder –, que fez um relatório de um projeto muito importante que foi deliberado no dia de hoje.

E registro que nós não temos mais itens para deliberação, em virtude da retirada de pauta.

Agradeço aos assessores, aos colaboradores.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, André Amaral, Alan Rick, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Bene Camacho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério, Flavio Azevedo, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Castellar Neto, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 29ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1505, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Estabelece os mecanismos de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde brasileiro no âmbito da Política Nacional de Inovação Tecnológica em Saúde e dá outras providências." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1734, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o regime disciplinar da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com seis emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas n°s 1 e 2. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5948, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo aos policiais legislativos das Assembleias Legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1–CSP, e pela rejeição das Emendas nº 2 a 7. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1–CSP-CCJ, e rejeitadas as Emendas nºs 2 a 7. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1387, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016 e a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, que dispõem sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e de ativos da União decorrentes de crédito rural inscritos em Dívida Ativa da União e em cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou Advocacia-Geral da União (AGU); e a Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021, que define as diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos, para dispor sobre a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural na área de abrangência da SUDENE, da SUDECO e da SUDAM; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com seis emendas que apresenta. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2874, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 2, nº 3 e nº 4, e aprovação parcial da Emenda nº 5, nos termos do Substitutivo que apresenta, com a consequente prejudicialidade formal da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Projeto, as Emendas nº 2, nº 3 e nº 4, e parcialmente a Emenda nº 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), e prejudicada a Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3958, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 4º, 8º e 10 da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, e dá outras providências, para estender competências aos Estados, Distrito Federal e municípios e permitir a comercialização interestadual destes produtos." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** A ser apresentado. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3595, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH-CCJ (Substitutivo). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião, Ordinária.

As Senadoras e os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

No item 3, o Relator está presente, Senador Esperidião Amin, e o autor é o Senador Izalci Lucas...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente Davi, me permita, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, antes de iniciarmos a deliberação do item, concedo a palavra ao Líder Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – Com a permissão do meu guru, Senador Amin...

Presidente, eu queria uma explicação plausível, razoável para que eu possa tentar entender por que o nosso acordo não foi cumprido trazendo para a pauta de hoje a PEC 65. Eu fui surpreendido com a publicação da pauta, uma vez que o relatório está pronto. Mesmo assim, colocamos o relatório no sistema para que não haja nenhuma desculpa quanto a isso. Só me faça entender um pouco para que eu possa digerir...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Plínio, deixe-me fazer... Vou iniciar, antes da deliberação, fazendo algumas ponderações.

De fato, nós desta Comissão estamos há algum tempo, por decisão desta Presidência, discutindo, em reiteradas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, esse assunto, que concretamente é um assunto polêmico. De fato, eu reconheço que, até onde tenho conhecimento, houve por parte de V. Exa. uma manifestação dura em relação ao Governo, no sentido de que o Governo não procurava V. Exa. para dialogar em relação ao relatório apresentado por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em todas as reuniões em que esta Presidência pautou essa proposta de emenda à Constituição, em todas as reuniões, infelizmente, era um debate acalorado, uma discussão entre aqueles que apoiavam a proposta de emenda à Constituição, inclusive o autor da proposta, o Senador Vanderlan Cardoso, que, quando apresentou essa proposta de emenda à Constituição, veio a esta Presidência solicitar celeridade para esse assunto... E, quando eu cobrei do Senador Vanderlan como estava o andamento das questões relacionadas ao texto, ao relatório apresentado, por várias vezes, ele sempre me dizia que achava que nós deveríamos buscar com o Relator e com os Senadores uma relação de conciliação com o Governo, haja vista que uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada, não só na CCJ, mas no Plenário do Senado, precisa de 49 votos favoráveis à proposta. E, em todo o debate, no decorrer desse praticamente um ano em que nós estamos falando sobre essa proposta, em todas as reuniões em que eu pautei essa proposta, com base muito nas conversas e nos entendimentos que eu achava que estava tendo... É porque, em todas as reuniões, eu achava que estavam conversando o Relator da matéria, os Senadores que eram contrários à parte do texto apresentado, os Senadores que eram favoráveis a todo o texto apresentado, os Senadores que queriam fazer sugestões. E eu fico tentando medir a média e converso com todos os Senadores da Comissão e com todos os Senadores do Senado sobre essa proposta, que, repito, tem certo grau de polêmica.

Na última semana, eu fui instado por vários Senadores sobre a possibilidade de nós deixarmos essa matéria para após as eleições municipais, para a gente não fazer o que eu achava que ia acontecer, e que eles achavam que ia acontecer, que era nós deliberarmos na Comissão de Constituição e Justiça... E quando eu falei, naquela reunião, que eu ia colocar na semana do esforço concentrado, eu falei: eu espero que, no plenário da CCJ, estejam os 27 Senadores titulares e os 27 Senadores suplentes, para a gente deliberar a matéria com o conhecimento de todos os envolvidos, com o tempo necessário para discutir e para votar.

E aconteceu o que eu estava pensando e o que eles me disseram nas suas manifestações na última semana. Por isso, eu não pautei a PEC na sexta-feira. É que vários Senadores da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal não poderiam estar presentes. Uns, por obrigações do processo de recesso branco, eleitoral; outros. por motivos de viagens já previamente organizadas, inclusive internacionais. E nós não teríamos os 27 Senadores presentes como eu gostaria, porque eu gostaria de presidir uma reunião da Comissão que deliberasse um tema polêmico com os 27 presentes, fazendo a sua manifestação a favor ou contra, ou decidindo favoravelmente.

E quando eu olho aqui, e quando a gente falou semana de esforço concentrado, a gente tem aqui sete Senadores, contando com esta Presidência. Sete para 27, nós vamos voltar ao mesmo problema que nós estamos enfrentando desde a primeira vez que eu pautei essa PEC: o dilema de nós deliberarmos uma proposta tão complexa com um quórum reduzido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E para não cometer injustiça com aqueles que estão viajando, com aqueles que não puderam vir esta semana, mesmo sabendo aqueles que está avisado esse esforço concentrado há algum tempo, eu não posso também ser aqui uma pessoa que vai ficar monitorando o Senador, se veio a Brasília ou não veio a Brasília o Senador. O que eu posso fazer, como Presidente, é atender a solicitação de vários Senadores, de não pautar.

Então meu desejo, com base nas últimas conversas, é que a gente faça um compromisso de que, após as eleições municipais, ninguém tem mais nem viagem internacional, nem campanhas municipais nos seus estados. E eu respeito, porque Senador tem que fazer.

E muitas das vezes, é esse processo de renovação, das caminhadas, dos compromissos assumidos num processo de eleições municipais, num país de dimensões continentais, onde muitas das vezes, nos 45 dias de eleição, não dá tempo de os Senadores visitarem todos os municípios dos seus estados... É isso o mundo real. É um país de 5.570 municípios. Eu tomei e achei por bem não pautar na sexta-feira.

Então eu peço vênia a V. Exa., foi uma decisão pessoal desta Presidência, mas não foi unilateral. Foi ouvindo vários Senadores que não poderiam estar aqui para deliberar o assunto no dia de hoje.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente, seja como for, eu não posso assumir compromisso, porque... Não vou mais assumir compromisso aqui, mas comigo mesmo, com a população, assumi, já foi colocado no sistema. Está lá o relatório definitivo. Claro, sujeito a emendas, lógico, sujeito a emendas, mas o meu trabalho está feito lá, está bom? Está no sistema, concluí o trabalho. Quem quiser apresentar emenda, que apresente.

Agora, pergunta entre amigos: eu devo deletar o seu número da minha biblioteca ou não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Porque eu tentei falar com o senhor a semana inteira e não consegui. Ainda não? Posso ficar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estava no mesmo motivo dos outros, fazendo campanha no interior do estado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Posso ficar com seu número ainda aqui?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode. Deixa ficar, dá sorte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Está bom, eu vou continuar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, V. Exa. pediu pela...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, eu só vou... Eu acho, Senador Plínio Valério...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só vou dizer uma coisa: eu já escutei muitas explicações do Senador Davi. Nessa eu senti tintas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pouca coisa de sinceridade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De sinceridade... (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – Só uma coisa, Davi – só uma coisa –: o Governo apresentou – viu, Humberto? – 11 sugestões, Davi. O Governo apresentou 11 sugestões; acatamos 9. Das 11, acatamos 9 sugestões; só duas que não. É só para informação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Isso é uma informação relevante, porque eu perguntei de atores envolvidos nesse debate do Governo, e eles estavam insatisfeitos com parte do acatamento das sugestões a V. Exa. Mas tudo bem.

Eu queria registrar, eu queria agradecer as palavras do Senador Espiridião Amin, porque eu estava achando que, pelo menos em parte, ele estava compreendendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, da parte do telefone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Gotículas, gotículas de sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E leves gotículas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode passar.

Projeto de Lei nº 5.948, de 2023, terminativo...

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5948, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo aos policiais legislativos das Assembleias Legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1–CSP, e pela rejeição das Emendas nº 2 a 5.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública;

- Em 03/09/2024, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Alessandro Vieira, a Emenda nº 3, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro; e as Emendas nºs 4 e 5, de autoria do Senador Lucas Barreto;

- Em 04/09/2024, foi recebida a Emenda nº 6, de autoria do Senador Alan Rick; e a Emenda nº 7, de autoria do Senador Sergio Moro (ambas dependendo de relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação nominal.*

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Líder. Concedo a palavra ao Líder Humberto Costa, que tinha pedido aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu só queria ver se era possível fazer uma pequena inversão da pauta e colocar o item 2 da pauta, que trata de um projeto relativo à Polícia Federal, porque eu, como sou Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, vou precisar ir para lá. Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Humberto, vamos fazer o seguinte: eu já fiz a inversão da pauta para o relatório do Senador Esperidião Amin; vou terminar aqui, e a gente inicia a votação do projeto que você relata.

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu prometo ser muito breve. E vou contar com a ajuda e a atenção de todos.

O projeto que eu relato, Senadoras e Senadores, é o item 3, que versa sobre alterar a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma, arma de fogo, evidentemente, aos policiais legislativos das assembleias legislativas dos estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Foram apresentadas ao projeto várias emendas. O assunto, apesar de simples, desperta muitas atenções e, não raro, com todo o mérito, se pede para estender essa autorização a outras categorias. Então, eu quero explicar a linearidade do meu relatório.

Foram apresentadas várias emendas e, até em homenagem aos seus autores, eu vou aqui... Senador Alan Rick, Senador Sergio Moro, Senador Lucas Barreto e Senadora Daniella Ribeiro propuseram a extensão do porte de arma para outras categorias: oficial de justiça, defensor público. Eu não tenho nenhuma dúvida quanto ao mérito das proposições, só que eu tenho que ser coerente com o projeto, que faz o quê? Estende, da Polícia Legislativa do Congresso Nacional, para o seu equivalente nos estados e no Distrito Federal, ou seja, as Assembleias Legislativas, sejam elas do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Amapá...

Então, eu não desviei da rota da linearidade, porque esse era o escopo do projeto, e as emendas que alongam horizontalmente, ou seja, pretendem atender a outras categorias dentro da sua própria linearidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu rejeitei, falando sincera e resumidamente, porque, se nós abrimos para outras categorias, eu acho que nós deveríamos fazer uma sessão pública, uma audiência pública para ouvir, até para dar oportunidade para outras isonomias ou analogias. Então, não é que eu as exclua. Neste projeto, eu entendo que elas não cabem.

Repito: se alguém quiser fazer projeto de lei sobre a extensão a defensor público, eu vou querer saber qual é o impacto disso numa audiência pública. Agora, eu não preciso de uma audiência pública a mais para estender, verticalmente – ou seja, no sentido federativo –, da Polícia Legislativa do Congresso brasileiro para as polícias legislativas ou seus equivalentes na Câmara Distrital – no caso do Distrito Federal –, ou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ou de qualquer outro estado do Brasil.

Com isso, eu abrevio a apresentação do meu relatório e explico por que eu não aceitei emendas que alargam o espectro da coisa. Estamos seguindo uma linha de raciocínio.

E aproveito esta oportunidade para trazer aqui um testemunho e o reconhecimento... Se alguém mereceu essa extensão vertical é a Polícia Legislativa do Senado e da Câmara. E vou estender o meu raciocínio da seguinte forma: eu não sei qual das duas foi mais exitosa ao evitar vandalismo na nossa Casa e na Câmara. Aparentemente, a do Senado foi mais exitosa: houve menos danos aqui do que na Câmara.

E eu fico espantado – fico espantado – com a não existência de qualquer notícia sobre os inquéritos abertos, Senador Flávio e Senador Plínio, sobre as omissões, as omissões das agências que foram informadas de que haveria invasão no dia 6 de janeiro, às 19h40min, e isso nunca foi confidencial.

Nós fomos enganados durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, embalados na ideia de que isso era informação sigilosa. Mentira! A Abin nunca carimbou como sigilosa a informação. Foi o Ministro Alexandre de Moraes que propagou que a informação era confidencial e quem carimbou como confidencial foi o GSI, na época, liderado pelo ex-Ministro G. Dias, que hoje é incurso no inquérito. Foi incluído graças à CPMI. Senão, nem seria incluído.

Então, repito, acho que as polícias legislativas dos estados brasileiros e da Câmara Distrital merecem essa extensão, Senador Marcio Bittar, do porte de arma e merecem mais ainda pelo mérito do desempenho da Polícia Legislativa do Senado e da Câmara no cumprimento do seu dever de evitar que vândalos quebrassem coisas. Se uma evitou mais do que a outra – eu não quero ser juiz – aparentemente, a do Senado foi mais exitosa.

Agora, o que não é admissível é que um ano e meio depois não se tenha uma linha – uma linha – escrita sobre a omissão daqueles que foram informados e nada fizeram para se avisar. Repito, estou dizendo publicamente: a Abin jamais carimbou como sigiloso o comunicado dos dias 2 a 8 de janeiro, do dia 6 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro – estou dizendo publicamente aqui e assumo a responsabilidade –, às 19h40 do dia 6 de janeiro, foi escrito para as 48 agências do Sisbin: vai haver invasão do Congresso Nacional e de outros prédios públicos – não tem nenhum supermercado – da Esplanada dos Ministérios. Era tudo público.

Então, não adianta ter polícia, muito menos armada – não adianta nada –, se a inteligência não se comunicar e, se não se comunicou, a responsabilidade tem que ser apurada. E isso não está acontecendo! Essa é a negligência que confirma o viés faccioso das investigações que estão acontecendo no Brasil e que estão sendo desmascaradas da maneira mais escandalosa, como merecem, pelas informações que brotam no jornal *Folha de S.Paulo*, acolhidas por toda a imprensa brasileira.

Voltando ao projeto, o voto é pela extensão à Câmara Legislativa do Distrito Federal, Senador Izalci, e às polícias legislativas das assembleias legislativas do direito ao porte de arma, sem prejuízo – eu repito – da legitimidade do mérito da reivindicação de outras categorias, que podem ser objeto de um projeto de lei que tenha essa linearidade que eu mencionei, em função de o federal levar para o estadual e eventualmente até para o municipal, como é o caso das guardas municipais, que já têm essa extensão – primeiro foi para 200 mil habitantes, já baixou –, dentro de uma linearidade de espécie vertical.

É o que eu tinha a declarar, Sr. Presidente, com a síntese que eu pude, que a minha inteligência conseguiu produzir.

Eu reconheço que, com gotículas de sinceridade, eu jamais vou empatar com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao autor do projeto, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, é só para agradecer e parabenizar o meu querido Senador Esperidião Amin, nossa referência aqui.

De fato, é um projeto muito simples, que estende realmente aos policiais da Câmara Legislativa e das Assembleias Legislativas, tendo em vista que já aprovamos aqui, a Polícia Legislativa do Senado, da Câmara, do Poder Judiciário e do Ministério Público. Então, quero agradecer e pedir o apoio dos Parlamentares para aprovação desse projeto e também fazer das palavras do Senador Esperidião Amin as minhas.

Tem lá um relatório meu separado, um voto em separado com relação à CPMI do dia 8, onde realmente ficou claro a omissão do Governo Federal. E eu pergunto: cadê o G. Dias? Alguém sabe?

General Mourão, V. Exa. sabe onde é que está o G. Dias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – O G. Dias mora ali perto da Papuda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mora lá pertinho?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Mora perto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k. Obrigado pela informação.

Presidente, então é isso. É só pedir o apoio dos pares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, eu também quero manifestar aqui todo o meu apoio ao projeto de lei, de autoria do Senador Izalci e relatado pelo Senador Esperidião Amin, que concede o porte de armas aos policiais legislativos das Assembleias dos estados e da Câmara Distrital.

Eu tive, Deus me deu a honra de ser Deputado Estadual por quatro mandatos no Rio de Janeiro, e sei bem como é importante esse passo que, eu tenho certeza, o Senado dará hoje, porque são aquelas pessoas que têm a incumbência de zelar não só pelas instalações das Assembleias, mas também, e principalmente, pelos Parlamentares e todo o seu corpo de assessores. Quando há um Deputado Estadual ameaçado de morte – algo que infelizmente é comum – tem-se que recorrer, Presidente Davi, à Polícia Militar, à Polícia Civil ou à Polícia Federal para destacar parte do seu efetivo para fazer essa escolta de autoridades, para que ele possa exercer o seu mandato, possa transitar livremente pelo território do seu estado. E, sem dúvida alguma, com a legislação que nós, se Deus quiser, aprovaremos aqui para autorizar o porte de armas para esses profissionais, inevitavelmente haverá uma qualificação ainda maior desses servidores públicos, haverá uma necessidade ainda maior de recomposição e de rejuvenescimento dos seus quadros de policiais legislativos. Então, o projeto, sem dúvida alguma, só tem pontos positivos.

E, mais uma vez aqui, quero dar os parabéns ao Senador Izalci pela iniciativa e os parabéns ao Senador Esperidião Amin pela relatoria.

E veja que interessante, Senador Amin...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Veja que interessante, Senador Amin: sobre a ocasião que V. Exa. trouxe aqui a público na extensão do seu relatório sobre as diversas, as mais de 40 autoridades responsáveis, cada uma pelo seu quadrado aqui no Distrito Federal, pela segurança desses locais, pela segurança das pessoas que transitavam aqui, pela segurança institucional, ficou provado na CPMI que houve a comunicação via WhatsApp. Portanto, tinham ciência do que estava acontecendo. E, aí, qual foi a alegação? A de que o WhatsApp não é um instrumento oficial, não é um instrumento correto. Mas agora, no vazamento do método perverso como Alexandre de Moraes manipulou diversos de seus inquéritos que estão forçadamente sob sua relatoria, feitos pelos seus juízes auxiliares via WhatsApp, qual foi o posicionamento oficial de Alexandre de Moraes? Não, ocorreu tudo dentro do rito, aí pode.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Inclusive a notificação das pessoas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Notificação, inclusive, pelo WhatsApp ou pelas redes sociais, como foi inovado agora para notificar o X, a rede X, a Starlink, o Elon Musk. Então, o duplo padrão que sempre nos incomoda: vale para uma coisa, não vale para outra.

Então, parabéns, Senador Amin, pelo seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também quero aqui manifestar a minha essência com esse projeto, mas eu queria aqui fazer um apelo, Senador Esperidião Amin. Eu fui Delegado de polícia, o senhor sabe, por 27 anos, e tem uma conduta que no Brasil ocorre...

Inclusive, Senador Davi, eu sou autor desse PL 4.256, que está aguardando designação de Relator aqui nesta Comissão, porque ele concede uma coisa justa, Senador: agente socioeducativo que lida com adolescente em conflito com a lei e que praticou crimes, atos infracionais equiparados a hediondos, de toda sorte, tanto previstos no Código Penal quanto em legislação penal especial, não tem porte de arma. Nós temos que entender que nós temos que ter um comportamento de maior responsabilidade. Não é justo, não é razoável que esses agentes socioeducativos, que estão lá... Eu presenciei isto como Delegado: até o uniforme deles tinha a mesma cor dos internos. Então, quando tinha uma fuga, você não sabia quem era agente e quem era adolescente em conflito com a lei. É preciso que a gente entenda e tenha um olhar de maior responsabilidade com a pauta de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu faço um apelo: não seria possível aproveitar este momento e conceder porte de arma para os agentes socioeducativos? Esse é o momento. Qual é a complexidade disso? Qual é a gravidade disso? Nós temos que dar um tratamento... Efetivamente nós tivemos um governo passado que proliferou porte de arma para pessoas que não tinham razão de ter porte de arma. Agora, como eu explico isso para uma população, para esses agentes socioeducativos, que estão lá com pagando com a vida? E olha que aqui nós não estamos falando que ele vai estar de forma ostensiva, e olha que nós não estamos falando que ele vai... Nós temos que partir da presunção de boa-fé dos atos praticados pela administração pública. Nós não temos que partir da inversão disso. Então, eu falo o seguinte: não seria a hora de a gente fazer esse reconhecimento? Porque nós estamos falando em polícia, nós estamos falando em agentes socioeducativos, nós estamos falando em servidores que estão ali pagando com sua vida para proteger.

Eu acho até – só para concluir, só para concluir – que nós temos que ter uma postura de maior transparência com a população em realidade.

Outro ponto aqui sobre o qual eu quero fazer uma reflexão. Eu sou contra – totalmente contra – redução da maioridade penal, mas nós temos que entender que o período de internação para adolescente em conflito com a lei, que hoje é de até três anos, Senador, não é razoável. No Espírito Santo, um rapaz de 17 anos metralhou várias pessoas. No máximo, ele vai ficar internado por três anos. Não seria a hora de a gente falar que, em casos de ato infracional equiparado a crime hediondo, a tráfico de entorpecentes, a terrorismo, o período de internação poderia ser maior?

Nós temos que dar tratamento igual a comportamento igual e tratamento diferente a comportamento diferente. Volto a falar que essa é uma determinação constitucional. Não sou eu que estou dizendo. Está no art. 144 da Constituição Federal: a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E, infelizmente, a população brasileira está sendo subjugada, vilipendiada na sua liberdade de ir e vir.

Nós temos que dar esse tratamento, e aí eu faço esse apelo ao Relator, que não seria... Seria um gesto de extrema importância colocar nesse projeto que os agentes socioeducativos têm direito a porte de arma. É esse o apelo que eu faço, Sr. Presidente e Relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano, eu peguei o projeto aqui – me perdoe, Senador Amin –, Projeto de Lei nº 4.256, de 2019, de autoria de V. Exa. "Autoriza o porte de armas aos servidores do quadro efetivo de agente de segurança socioeducativo responsáveis pela segurança, vigilância, guarda, custódia ou escolta." É esse o projeto. Eu posso designar um Relator agora, e a gente bota na semana que vem, para não misturar com o outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Se o voto tivesse uma emenda que colocasse...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não adianta, porque tem 20 emendas para colocar, vai desconfigurar o outro projeto. A gente bota nesse.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu confio na palavra de V. Exa., designando um Relator já agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Escolha um Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vamos fazer...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Quem vai ser o Relator? O Senador Flávio Bolsonaro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Escolha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu aceito. Eu aceito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, pronto. Vamos fechar aqui o negócio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Agora, olha só: para entrar na pauta semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vamos fechar o negócio legislativo já. Eu nunca lhe pedi para ser Relator de coisa nenhuma, certo? Eu aceito a relatoria e considero a fala do Senador Fabiano Contarato como a audiência pública necessária. Já falou. Portanto, eu asseguro que estará pronto para ser votado na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou entregar a relatoria para o Senador Esperidião Amin, e ele vai estar pautado na próxima semana.

Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Izalci e o Amin pela iniciativa, lembrando que, especialmente num ambiente político polarizado, onde realmente tem dos dois lados pessoas radicais, vândalos, é importantíssimo que as Casas Legislativas e o seu corpo de policiais, policiais legislativos, tenham condição de defender o patrimônio público e a vida dos Parlamentares, a vida dos Deputados Estaduais.

E também, Sr. Presidente, eu queria – até fiz aqui uma pesquisa – ressaltar que nós precisamos distinguir a questão da arma de fogo com a violência. Por quê? Porque a violência gerada pela arma de fogo é arma de fogo nas mãos erradas. Qual é a prova disso? Sabe qual é o estado mais seguro do Brasil, disparado? Menor criminalidade, menor homicídio, menor latrocínio, tudo: Santa e Bela Catarina, Amin. Sabe por quê? Proporcionalmente é o estado mais armado da nação, só que a arma não está na mão de traficante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O maior número de CACs.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O maior número de CACs, os clubes de tiro mais antigos do Brasil. Então, é inversamente proporcional, Estados mais armados... E tem outros exemplos: Mato Grosso do Sul, São Paulo, Brasília. Por quê? A população tem como se defender.

O problema da arma de fogo é quando ela está em mãos erradas. É igual a um veículo. Um veículo na mão de um bêbado vai causar uma tragédia; em mãos boas, salva vidas, leva para o hospital, leva o filho na escola.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, Sr. Presidente, é importantíssimo esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu parabenizo seus autores e também peço, quanto a esse Projeto de Lei 2.666, que eu lhe entreguei, que o senhor o analise com carinho, para colocarmos aqui também em deliberação junto à CCJ.

Obrigado, Senador Davi. Parabéns, Amin; parabéns, Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. levou o papel de volta ou me entregou?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não, o senhor entregou pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – PL 4.256.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É o 2.666.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É. Está aqui, já.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu só quero parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É só um minuto, Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... a Policia Civil e a Militar de Santa Catarina, que fazem uma boa segurança.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho que eu vou passar... Deixa... Eu tenho uma lista... Eu tenho uma lista de oradores aqui. Queria pedir perdão aos Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar, que está com a palavra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, contra fatos fica difícil argumentar. Nós tivemos um Governo que promoveu uma campanha do desarmamento. Eu me lembro até hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria pedir atenção do Plenário, temos um orador na tribuna.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu me lembro até hoje de quando este Governo filmava armas e mais armas que ele comprava, desarmando a população civil, e passava com o rolo compactador dando a ideia de que, eliminando as armas na mão das pessoas, da população civil, diminuiria a violência. No entanto, nesses Governos, nós chegamos a 60 mil homicídios por ano. Esse Governo foi do Presidente Lula 1 e 2. Depois, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, nós tivemos um outro Governo...

Deixe-me terminar aí... Já?

Depois, tivemos outro Governo, esse do Presidente Bolsonaro, que combateu a criminalidade, ficou do lado das polícias e favoreceu a que a pessoa de bem pudesse portar uma arma. As ações do Governo do Presidente Bolsonaro ajudaram a fazer com que a criminalidade abaixasse, no país inteiro, quase um terço a menos.

Portanto, Sr. Presidente, se eu sou a favor de que o cidadão de bem que tenha a ficha limpa possa portar uma arma, quanto mais a Polícia Legislativa do Senado e da Câmara Federal. Portanto, meu voto é a favor, como será a favor, na semana que vem, do projeto apresentado pelo Senador do Espírito Santo.

Agora, Senador Davi Alcolumbre, o senhor vai me permitir. Eu quero ler aqui algumas matérias. O senhor vai me permitir isso.

Cruzoé: "Alcolumbre vai questionar STF por operação no gabinete de Bezerra".

O Globo: "Senado questionará, no STF, a ação da Polícia Federal no gabinete de Líder do Governo, diz Alcolumbre".

O Antagonista, no ano passado: "Alcolumbre ficou fulo – é o que está dito aqui no *Antagonista* – da vida quando a Polícia Federal foi ao gabinete de Fernando Bezerra". Por que eu estou lembrando isso, Sr. Presidente? Porque, na sua gestão, quando alguém determinou busca e apreensão no gabinete do Fernando Bezerra, Líder do Governo, V. Exa. só permitiu quando a Polícia Legislativa do Senado foi junto e se posicionou publicamente – eu acabei de ler três matérias – questionando a ação do STF.

Eu – V. Exa. sabe disto – votei no Pacheco, entendendo que o meu amigo Rogerio Marinho, que é meu amigo, eleito Presidente do Senado, iria mais colocar fogo no debate do que apaziguar, do que ser uma ponte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu nunca trabalhei no Senado a favor de CPI contra o Judiciário ou de *impeachment*, mas tudo tem limite. E eles ultrapassaram todos os limites.

Quero lembrar aqui de novo que, quando o Renan Calheiros presidia o Senado, um ministro mandou que ele saísse da Presidência. Ele nem recebeu – ele nem recebeu! – o oficial de Justiça. Levou para o Plenário; o Plenário votou com ele; ele enfrentou o Supremo e ficou, sim.

Nós temos hoje um Senador cassado aqui, Davi. Nós temos um Senador que está cassado, porque, se o sujeito não pode movimentar a conta dele, ele não pode exercer o mandato. Ele vai começar a dormir no Plenário? E nós não vamos fazer nada? Então, aqui todos são lideranças.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nós temos 81 líderes, porque, para estar aqui, todos foram eleitos; mas aqui nós temos líderes entre nós, e o senhor é um líder entre nós. Então, eu peço que, com a sua sabedoria, com o seu equilíbrio, mas com a sua responsabilidade... porque não dá para continuar assim, não dá para gente assistir calado a essa escalada de um Poder sobre o outro, descaradamente, e a gente não fazer nada, a ponto dessa situação de um colega nosso, que acabou de dizer, na tribuna do Senado, que nem a sua mãe, que luta contra um câncer, pode continuar, porque ele está com tudo bloqueado. Nós não podemos permanecer calados diante disso.

É o apelo que faço a V. Exa., dizendo, claro, que vou votar no projeto relatado pelo Senador Esperidião Amin, como vou votar no projeto combinado pelo Contarato para semana que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Marcio.

Quero só informar ao Plenário da Comissão que esta matéria se trata de uma matéria terminativa na Comissão, então nós vamos precisar da presença de todos os Senadores, porque nós precisamos de votação nominal para esse assunto.

Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, esse é um tema importante. Eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentar aqui o Senador Izalci pela iniciativa e o Senador Esperidião Amin pelo relatório que apresenta.

E eu concordo com a aprovação dessa concessão, dessa ampliação no rol daqueles que podem dispor do porte de armas, mas eu tenho uma discordância do Senador Amin. Eu entendo as razões que ele está expondo aqui em não ampliar para outras categorias, mas eu penso que é um equívoco que nós estamos cometendo. Arma para quem está treinado para o seu uso necessário não é problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O problema é você dar arma para quem não está treinado, para quem não está preparado para o uso, para o emprego dessa arma de fogo. Então, eu concordo com o argumento que o Senador Seif trouxe aqui agora há pouco: arma para quem está preparado e para quem tem necessidade. Então, é necessário que nós façamos a atualização das categorias que podem ter o porte de armas. Agora, a Polícia Legislativa dos estados e do Distrito Federal... E eu pergunto: por que não os oficiais de Justiça? Por que não os oficiais de Justiça? Temos emendas nesse sentido.

E aí reitero aqui o apelo ao eminente Senador Esperidião Amin com relação a essa categoria. Eu defendo que os oficiais de Justiça também tenham o direito ao porte de armas, porque não tem tarefa mais exposta que a dos oficiais de Justiça. É uma questão de bom senso. É uma questão de proporcionalidade, não é?

Agora veja, Senador Alan Rick, os magistrados têm porte de armas; os promotores, representantes do Ministério Público, têm porte de armas. Agora, aquele que é a face visível do cumprimento da ordem, do mandamento, não, esse não tem. Quem vai levar muitas vezes a má notícia – o contato primeiro de quem está recebendo é com ele –, esse não tem. Porque, seja um criminoso, seja um devedor, seja, enfim, quem recebe uma intimação, uma citação, recebe através de quem? Do oficial de Justiça, mas esse chega desarmado. E nem sempre com aparato policial – e nem sempre com aparato policial!

Então, a gente precisa ter esse cuidado ao analisar essa questão de elevar, de ampliar o rol alcançando os policiais legislativos, também considerando a questão dos oficiais de Justiça. Repito, a face visível do cumprimento da lei é o oficial de Justiça. É ele que vai lá dar cumprimento, às vezes, com a polícia – aí a polícia armada, o oficial desarmado. Então, nós temos que atualizar o porte de armas, alcançando não só essa categoria, mas de repente fazer uma revisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Fabiano Contarato agora, há pouco, pede que amplie para alcançar o socioeducador, e eu concordo. Nós temos que fazer essa atualização. Nós temos que ampliar para alcançar o socioeducador, mas reitero também, pela mesma razão, pela mesma lógica, os oficiais de Justiça.

A questão aqui é treinamento, é preparo. O problema não está em quem tem direito ao porte de armas, está em quem tem treinamento adequado para o seu uso, para o seu emprego.

Então, eu faço aqui um apelo ao Senador Esperidião Amin, um apelo em duplo alcance, Senador Amin.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se V. Exa. não achar que seja possível fazê-lo neste momento, em razão da especificidade da questão dos policiais legislativos, que o faça na matéria que nós vamos apresentar, de que V. Exa. apresentará o relatório, na próxima semana, do Senador Fabiano Contarato.

Da minha parte, eu me sentiria contemplado também. Eu acho que é uma medida de justiça, de equidade e que atenderia de muito bom senso ao interesse de todo o oficialato do Brasil inteiro. Então, o apelo que faço é nesse sentido.

Não sendo possível nessa matéria, que fique o compromisso para que o faça concomitantemente com o texto que amplia para os socioeducativos.

É o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Uma reflexão, eu sou a favor do projeto. Eu acho que esse tema do porte de arma não pode ser tratado como um tabu. Existem determinadas profissões que têm um risco inerente e é bastante razoável equiparar nesse ponto as polícias legislativas do Congresso Nacional com as polícias legislativas das Assembleias dos estados e, de certa maneira, também da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Eu vou discordar aqui do meu querido colega de Santa Catarina, porque não existe uma correlação entre porte de arma e segurança pública necessariamente. Nem muito porte de arma significa mais violência, nem o contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, com o Senador Seif.

Tanto que, quando houve a queda abrupta dos índices de criminalidade do Governo anterior, que foi durante a minha gestão no ministério, isso aconteceu principalmente porque nós desenvolvemos uma série de políticas importantes, inclusive contra o crime organizado. Não há uma relação necessária entre essa questão de porte e posse de arma.

Acho que essa questão tem que ser tratada separadamente, como disse, sem que seja um tabu, porque existem determinadas categorias profissionais que realmente têm necessidade. E aqui também eu concordo com o Senador do Espírito Santo em relação aos agentes socioeducativos, que precisam, infelizmente, em decorrência do fato de que parte desses adolescentes acabam sendo internados pela prática de condutas equiparáveis a crimes violentos, e existe uma insegurança, sim, principalmente ali dentro dos grandes centros.

Enfim, eu sou favorável aqui a esse projeto, entendo que esse tema tem que ser tratado sem tabus, sem mitificações, com muito cuidado, e também não proliferar demasiadamente aí o porte de arma para categorias que não necessitam, já que existe uma autorização geral também para ter esse porte, para as pessoas em geral, observando determinados requisitos legais. Então, essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de reforçar que eu tenho uma preocupação principalmente com a questão do sistema penal e do socioeducativo. Acho que, com o projeto específico do Senador Contarato, nós vamos enfrentar essa situação. Também tenho uma preocupação em relação aos oficiais de Justiça.

Mas, no seu conjunto, eu gostaria de reforçar ao Relator a necessidade de manter todos os pré-requisitos em relação a quem não só pelo exercício da função tem direito, mas também as condições para que essa pessoa possa usar a arma: um acompanhamento permanente, além do treinamento, a questão psicológica e tudo, porque, é lógico, quanto ao próprio processo de acesso ao sistema socioeducativo, em muitos lugares ainda são servidores nomeados que precisam ser qualificados. Eu reforço a importância da ação em que eles atuam, mas há necessidade de qualificação, monitoramento e condições, inclusive, de equilíbrio e saúde mental – isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, em todos os casos, compreendi o voto quando coloca que é interessante tratar em cada projeto específico, mas chamo a atenção: o porte de arma não pode ser inerente só à função – pela função, naturalmente, a pessoa tem acesso –, mas há a mesma preocupação que nós temos quando um policial militar tem que fazer um curso de acesso, depois de ser selecionado, ele faz um curso de preparação; da mesma forma a polícia civil. Eu acho que, no caso do sistema socioeducativo e na questão do oficial de justiça, há funções em que as pessoas realmente estão expostas e precisam estar com segurança. Mas ele precisa entender que a arma não é uma extensão do seu corpo; ela é instrumento de trabalho, e, para isso, ele precisa ter acompanhamento permanente, qualificação e condições, inclusive, de atendimento na área da saúde mental.

É essa a minha preocupação e, ao mesmo tempo, posição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu concordo com a colega Professora Dorinha e lembro o seguinte: eu sempre defendo que quem tem que ter arma é a segurança pública. E nós sabemos que não é um dado, como foi falado. Santa Catarina deve ter uma boa segurança pública, e lembro que Santa Catarina faz a prevenção com educação – Santa Catarina teve o maior Ideb do Brasil durante anos.

Então, armas na mão da população civil, eu sou contra. Armas foram feitas... Arma, na verdade, mata. Então não é armando a população civil que nós vamos reduzir a violência. Por isso que eu voto a favor desse projeto, porque as armas são para policiais. Você vê, por exemplo, o Rio Grande do Norte teve concurso para policiais civis e militares: todos tinham que ter o nível superior e são quase dois anos de treinamento, Professora Dorinha.

Então, não é armando a população civil que nós vamos diminuir a violência, e, sim, investindo numa educação pública de qualidade em tempo integral. Coloque as crianças e os adolescentes, que eles não vão ser cooptados pelo crime. E dê condições, não só de armas, mas de tecnologia e número de profissionais da segurança pública armada.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria. (*Pausa.*)

O último Senador inscrito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, perdoe-me, eu não tinha visto que V. Exa. falou com o Secretário.

O último Senador para discutir a matéria, o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para corroborar a opinião de alguns colegas Senadores que tratam de outras categorias, reiterando aquilo que foi dito: não pode ser um tabu o porte de arma para algumas categorias que estão constantemente em situação de risco. No caso, por exemplo, de oficial de justiça, que muitas vezes, por ser o mensageiro da má notícia, é agredido, é ameaçado, com o devido treinamento, obtendo o seu porte, trata-se apenas de uma medida de proteção. Da mesma forma, muitos defensores públicos acabam, pela defesa que fazem de alguns clientes, se colocando também em situações de risco. E é também para que nós possamos equalizar a balança da justiça: uma vez que o Judiciário tem o direito ao porte de armas, assim como os membros do Ministério Público, nada mais justo do que estender também aos defensores públicos.

Portanto, considero absolutamente meritório e qualificado o relatório do Senador Esperidião Amin, que é nosso professor. No entanto, eu entendo como extremamente importante o debate das demais categorias, como mesmo disse aqui o Senador Esperidião, e apresentarei ao próprio Senador Contarato, quem também defende uma pauta importantíssima, que é dos agentes socioeducativos, que, também concordo, devem ter direito a portar a arma para a sua proteção, para a sua defesa e, também, para coibir ameaças que naturalmente sofrem no exercício de sua profissão.

Portanto, apresentarei emendas ao PL de autoria do Contarato, também buscando atender as categorias que nós citamos aqui, como os oficiais de justiça e defensores públicos.

Obrigado, Presidente, era a consideração acerca desse tema.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só um aparte aqui, eu quero agradecer ao Senador Moro, à Senadora Zenaide e ao Senador Omar Aziz pela justa homenagem, que ontem já fiz na tribuna do Senado Federal – lá na nossa tribuna, no Plenário. Lógico, não é só porque Santa Catarina é o estado mais armado que ele é mais seguro; a Polícia Militar de Santa Catarina e a Polícia Civil de Santa Catarina são, em número de elucidação de casos e em todas as ações que elas fazem, as melhores polícias do Brasil. E, com certeza, a Senadora Zenaide está coberta de razão: não é só arma na mão, não é só agente público – agentes policiais e arma na mão de pessoas de bem e do bem –, mas também uma boa educação.

Então, quero agradecer à menção aos três Senadores.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, se o senhor me permite, queria só redarguir duas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Como Relator, eu quero anunciar duas situações. Primeiro, se se atentarem ao texto do projeto de lei apresentado pelo Senador Izalci, nos §§2º e 4º ele repete a questão da obrigatoriedade da formação. O que eu me comprometo a fazer é: no 4.256, de que V. Exa. me designou Relator, eu desejo que o Senador Marcos Rogério apresente uma emenda fundamentada sobre a questão dos oficiais de justiça, que eu já disse que eu, pessoalmente, sou a favor, mas o senhor vai apresentar, caprichando, de acordo com o seu talento, que todos nós conhecemos, uma fundamentação...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só para me tranquilizar, são gotículas de talento ou não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, no dele são enxurradas de talento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, tá. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma cachoeira de talento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não sei se eu recebo isso como um elogio, ou como...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor não foi citado. Desairosamente, não pode interferir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não tem o art. 14. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, fundamenta porque eu vou aceitar. E vamos convencer o Senador Fabiano Contarato porque ele mesmo disse: "Eu não quero que entre mais nenhuma categoria no meu projeto", mas vamos tentar convencê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer maneira, o que está aqui referido, que são os artigos, os parágrafos e incisos, que mencionam a preparação que é necessária, eu vou explicitar. Em vez de apenas referir o artigo, que você não vê, tudo vai ficar condicionado à preparação profissional e funcional.

Aliás, quero complementar dizendo o seguinte: as polícias legislativas que vão ser alcançadas por esta lei, se for sancionada, vão se obrigar a treinar as pessoas. Isso é inerente ao projeto. Só que no 4.256 eu vou tornar inerente explicitamente, em vez de apenas referindo aos artigos da própria Lei 10.826. Eu vou dar um jeito de transcrever pelo menos o dispositivo geral da formação.

E tenho aqui uma notícia realista para dar. Pessoal, nós temos a melhor Polícia Militar do Brasil, sim, em Santa Catarina, mas, ontem, em Criciúma, aconteceu um incidente lamentável...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Amin, se V. Exa. me permite...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A pessoa que estava na rua ou o possível suspeito se apossou da arma do soldado da polícia e matou-o. Isso acontece com aqueles mais qualificados. A arma é uma ferramenta que, às vezes, pode ser usada de maneira desafortunada, como foi usada ontem. Nós temos que tratar disso com responsabilidade.

E o que eu quero assegurar é o seguinte: vai constar do Projeto 4.256 o mesmo que consta do atual projeto só que de maneira explícita que é a obrigação da formação funcional...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. vai tratar da reafirmação do comando.

Agora, além desse aspecto, eu penso que, nessas categorias que estarão ingressando, de repente, é colocar – e eu talvez até sugira isto no outro –, ter dentro de um lapso temporal uma avaliação de tempo em tempo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso já está na lei, já está na lei a que se refere...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem que haver a validação da habilitação. Isso vale para piloto de avião, vale para quem... Inclusive exame psicológico! Todo mundo se lembra do caso do avião lá da Alemanha em que o copiloto fechou a cabine e derrubou o avião. O exame psicológico tem que ter atualizadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Faço uma consulta às Senadoras e aos Senadores se podemos realizar a votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer apresentado pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Como se trata de matéria em que é necessária a votação nominal, eu solicito aos Senadores e Senadoras que...

Está iniciada a votação.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com o Relator vota "sim". (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, posso fazer um apelo a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Claro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Na sequência, nós poderíamos votar a urgência deste projeto para ir para o Plenário o mais rápido possível?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele é terminativo, não vai para o Plenário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, ele é terminativo.

Presidente, o item 2 é o item do Humberto Costa, só que eu convidei a Ministra aqui na CCT e ela já chegou, mas tem duas emendas no projeto do Senador Humberto Costa que ele está rejeitando. Presidente, há um compromisso do Líder do Governo – ele vai falar sobre isso – de, na primeira oportunidade, mandar realmente corrigir o que está no projeto para ele não ter que voltar para Câmara.

O Senador Humberto Costa e também o Senador Jaques Wagner, nosso Líder do Governo, estão assumindo este compromisso: rejeitar, mas encaminhar para cá essa matéria. Não é isso, Senador Humberto Costa? É só para ficar gravado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos chegar lá, vamos chegar lá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, é só porque eu vou sair, porque a Ministra está esperando...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sim, é esse o entendimento, o acordo. V. Exa. tem razão

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado. É só porque a Ministra está me esperando...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É só para reafirmar, igual o Marcos Rogério falou. (*Pausa.*)

Consulto os Senadores e as Senadoras se posso encerrar a votação. (*Pausa.*)

Senadora Augusta.

Senador Humberto, V. Exa. vai voltar nesse assunto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Se for necessário...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, é só para saber se eu posso encerrar então. Tem muitos Senadores presentes que ainda não votaram. Vamos esperar o Presidente Jader, o Senador André.

Senador Marcelo Castro, Senador Sergio Moro, Senador Jayme, Senador Veneziano, Senador Flavio Azevedo, Senador Fabiano Contarato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só vou esperar o Presidente Jader. (*Pausa.*)

Consulto os Senadores e as Senadoras se posso encerrar a votação. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

Está encerrada a votação.

Oi? Já votou? Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 24 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CSP.

Rejeitadas as Emendas nºs 2 a 7.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1734, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o regime disciplinar da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Observações:

Em 18/06/2024 foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Izalci Lucas.

Autoria: Presidência da República.

O Relator da matéria é o nosso Presidente e Líder, Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Líder Humberto Costa, para proferir o relatório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto que vem à análise é o 1.734, de 2024, que institui o regime disciplinar da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Deixe-me pedir atenção – só um minuto, Humberto –, deixe-me pedir a atenção aqui dos Senadores, das Senadoras e das nossas assessorias. Por gentileza, nós temos um Senador na tribuna e é muito importante a atenção ao relatório apresentado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O projeto é composto de 130 artigos, divididos em seis capítulos: Disposições Preliminares; Das Sanções e das Infrações Disciplinares; Do Procedimento Disciplinar; Do Processo Administrativo Disciplinar; Da Extinção da Punibilidade; e Disposições Finais e Transitórias.

O art. 1º dispõe sobre o objeto da lei.

O art. 2º prevê as sanções de advertência, suspensão, demissão e cassação de aposentadoria.

O art. 3º lista as infrações puníveis com advertência.

No que se refere às infrações puníveis com suspensão, os arts. 4º e 5º relacionam as infrações relacionadas ao serviço público em geral; os arts. 6º a 8º elencam as infrações relacionadas ao serviço policial puníveis; os arts. 9º e 10 enumeram as infrações relacionadas à hierarquia e à disciplina; os arts. 11 e 12 arrolam as infrações relacionadas à imagem da instituição policial; e os arts. 13 e 14 as infrações relacionadas à prática de atos com abuso de poder.

O art. 15 especifica as infrações puníveis com demissão.

Os arts. 16 a 19 tratam da aplicação da sanção disciplinar.

Os arts. 20 a 22 cuidam das circunstâncias agravantes e atenuantes.

Os arts. 23 a 27 falam das formas, condições e consequências da aplicação da sanção.

Com relação ao procedimento disciplinar, os arts. 28 e 29 dispõem sobre o juízo de admissibilidade; os arts. 30 a 32 se referem à competência para instauração; e os arts. 33 a 42 dizem respeito ao termo de ajustamento de conduta (TAC).

O art. 43 especifica os tipos de procedimentos disciplinares: investigação preliminar sumária (IPS), pormenorizada nos arts. 44 a 48; sindicância patrimonial (Sinpa), detalhada nos arts. 49 a 55; processo administrativo disciplinar (PAD), mencionado no art. 56; e processo administrativo disciplinar sumário (Pads), examinado nos arts. 57 a 59.

No que tange ao PAD, os arts. 60 a 65 trazem disposições gerais; o art. 66 trata do afastamento preventivo; os arts. 67 e 68 cuidam das fases (instauração, instrução e julgamento); os arts. 69 a 71

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detalham a instauração; os arts. 72 a 85 esmiúçam a instauração; os arts. 86 a 90 explicam o julgamento; e os arts. 91 a 109 são sobre o recurso administrativo e a revisão.

O art. 110 enumera as hipóteses de extinção da punibilidade: morte do agente; retroatividade de lei que deixe de prever o fato como infração; e prescrição.

O art. 111 elenca os prazos prescricionais da ação disciplinar: cinco anos para infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão; dois anos para infrações puníveis com suspensão; e 180 dias para infrações puníveis com advertência.

Os arts. 112 e 113 dispõem, respectivamente, sobre a interrupção e a suspensão do prazo prescricional.

O art. 114 torna a responsabilidade administrativa independente da civil e da criminal.

O art. 115 dispõe que a sentença penal que reconhece a inexistência do fato ou da autoria vincula a decisão do PAD.

O art. 116 estabelece que, havendo indícios de prática de crime, as peças necessárias à abertura de inquérito policial serão encaminhadas à autoridade competente.

O art. 117 prevê a remessa do PAD ao Ministério Público, se o fato constituir crime.

O art. 118 incumbe a autoridade de levar ao conhecimento do Ministério Público os fatos que possam configurar ato de improbidade.

O art. 119 incumbe o servidor de comunicar aos órgãos correicionais as decisões judiciais relativas ao seu PAD.

O art. 120 trata do pagamento de diárias e passagens.

O art. 121 prevê a notificação do servidor punido.

O art. 122 estabelece que a aplicação de penalidade não extingue a obrigação de indenizar o Erário.

O art. 123 cuida do cancelamento do registro de penalidades.

O art. 124 torna preferencial o meio eletrônico.

O art. 125 explica como os prazos serão contados.

Os arts. 126 e 127 preveem a aplicação da nova lei aos procedimentos em andamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 128 aplica às infrações disciplinares as excludentes de ilicitude do Código Penal.

O art. 129 revoga os arts. 41 a 60 da Lei 4.878, de 1965.

O art. 130 é a cláusula de vigência imediata.

Até o momento, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2 pelo Senador Izalci, que propõem alterações no art. 90, que prevê que a competência para aplicação de penalidade disciplinar a servidores da Polícia Civil do DF é somente do Corregedor-Geral, na proposta a ser emendada pelo Senador Izalci Lucas.

Análise.

De acordo com o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias. Com relação a esses aspectos, não houve nenhum vício.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

A Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal (DF), isto é, dos policiais federais e dos policiais civis do DF. Já se vão quase 60 anos desde a edição da lei, que, obviamente, está obsoleta em vários pontos.

O presente projeto de lei busca atualizar os arts. 41 a 60 da lei, que tratam dos deveres e das transgressões; das penas disciplinares; da competência para imposição de penalidades; da suspensão preventiva; do processo disciplinar e dos conselhos de polícia.

O STF, no julgamento da ADPF 353, até considerou não recepcionados os incisos I, V, VI, XXXV e LI e deu interpretação conforme aos incisos II e XLIV do art. 43 da lei.

Já em 2007, o então Ministro da Justiça, Tarso Genro, na exposição de motivos do projeto original, esclarecia que sua finalidade era "a construção de um instrumento legislativo adequado e eficaz no combate à corrupção policial com respeito às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa". Salientava que era "notória a mutação e a sofisticação das técnicas e dos aparatos utilizados na prática de infrações criminais, exigindo para contraposição órgão policial forte institucionalmente".

Ressalvava, no entanto, que a última regulamentação expressiva datava de 1965, e que a falta de atualização resultava na fragilidade do arcabouço jurídico que suportava a instituição, tornando-a vulnerável às adversidades do nosso tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescentava que era premente a necessidade de se institucionalizar mecanismos para combater a corrupção policial, não só garantindo o bom funcionamento das instituições, mas principalmente dando respostas em tempo hábil à sociedade.

Também argumentava que o projeto estruturava as condutas consideradas transgressões disciplinares e suas sanções, adequando-as ao princípio da proporcionalidade e previa as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Aduzia, por fim, que o projeto era coerente com a linha das teorias contemporâneas que defendem a aplicação de pena mais severa apenas a transgressões disciplinares mais graves e que o projeto traria celeridade e economia ao processamento de infrações de menor potencial ofensivo.

Assim sendo, reforçamos a importância deste projeto, que moderniza a legislação disciplinar dos servidores da PF e da PCDF.

Com relação às Emendas nºs 1 e 2, do Senador Izalci Lucas, compreendemos as preocupações de S. Exa. com a redação do art. 90, o qual dispõe que cabe ao Corregedor-Geral a imposição de sanção disciplinar aos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal.

No entanto, o texto que ora analisamos foi construído tanto pelas instituições federais quanto pelas entidades representativas dos servidores, os quais enfatizam a urgente necessidade de modernização do regime jurídico disciplinar que está em vigor desde a década de 60.

Observamos, neste sentido, que este projeto não carece de aperfeiçoamento em seu mérito e, por esta razão, esta emenda deverá ser rejeitada.

Necessárias, no entanto, algumas emendas de redação, buscando aclarar o texto proposto tão somente, conforme redação apresentada ao final.

Em relação ao inciso XIII do art. 15, necessário se faz separar a redação da parte final do dispositivo, buscando uma melhor compreensão da matéria, aclarando-se o disposto e deixando evidente que o ato de improbidade a ser combatido é aquele que compromete a função policial.

Quanto ao art. 27, buscando aperfeiçoar a técnica legislativa, estamos propondo a inclusão do prazo previsto no *caput* em um parágrafo único, promovendo ajustes redacionais, evitando, assim, possíveis conflitos de interpretação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 53, acrescentamos a expressão “nos termos da lei” buscando evitar divergências com outros normativos existentes.

Por sua vez, no art. 89, substituímos a expressão “Ministro de Estado da Justiça” por “Presidente da República” uma vez que se trata de evidente erro redacional, tendo em vista que cabe à autoridade máxima do Poder Executivo a aplicação de sanção disciplinar nos casos de demissão e cassação de aposentadoria.

No art. 125, propusemos o acréscimo da expressão “para fins processuais” à redação do *caput* com o objetivo de evitar possíveis ambiguidades na compreensão dos prazos ali tratados.

Por fim, no parágrafo único do art. 128, sugerimos a inclusão da expressão “observadas as normativas infralegais” para adequar o disposto neste projeto às normas vigentes.

São essas as emendas que propusemos à redação deste projeto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1734, de 2024, com as emendas de redação que vêm a seguir.

Sr. Presidente, confirmando aqui o que foi dito pelo Senador Izalci Lucas, há um compromisso não só do Líder do Governo, mas do próprio Governo de que... O art. 19, que recebeu uma emenda correta, adequada... Art. 90, que recebeu matéria emenda correta, adequada, mas que levaria o projeto de volta para a Câmara dos Deputados. Então, o entendimento que foi feito é de que nós aprovemos o projeto como está, com as emendas de redação que nós apresentamos.

E há o compromisso do Governo de vetar o art. 90 e, a seguir, apresentar uma proposição que diga claramente que não é o corregedor-geral da polícia civil que tem autoridade para a aplicação de todas as punições, mas hierarquicamente o Governador do estado, o secretário de segurança, o chefe da polícia civil e por último o corregedor-geral da polícia civil.

Então, o acordo está feito e será devidamente cumprido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Sergio Fernando Moro, e em seguida ao Senador André.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, eu quero adiantar aqui o pedido de vista, porque a matéria tem a sua complexidade, é um projeto de lei com certa extensão. Sem embargo do mérito, parece um projeto bem redigido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi atentamente o relatório, mas, dada a complexidade, eu vou pedir vista, com a vênia do Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tudo bem, tudo bem. Quando...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na verdade, o pedido de vista é regimental. Só apenas eu estava conversando com o Senador Jorge Seif e com o Senador Marcos Rogério...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente, independentemente do pedido de vista, eu gostaria de manifestar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou passar a palavra rapidamente a V. Exa., mesmo sabendo que vista suspende a discussão da matéria, mas eu quero fazer só uma ponderação, apenas um esclarecimento.

Eu falava, ainda há pouco, com o Senador Marcos Rogério e com o Senador Jorge Seif aqui sobre esse entendimento que foi relatado pelo Líder Humberto Costa em relação à solicitação do Senador Izalci Lucas. Então, ficou claro que o Governo está fazendo um compromisso em relação a esse assunto específico dessa emenda que foi apresentada pelo Senador Izalci que será tratado em outro projeto encaminhado pelo Governo. Então, ficou claro que foi feito o atendimento, e eu achava que esse destaque ou essa manifestação de emenda teria sido feita pelo Partido Liberal. Então, eu estava tentando avisar aqui o Senador Jorge Seif e o Senador Marcos Rogério.

Só um minuto, Senadora Zenaide, deixe-me conceder a palavra rapidamente para o Senador André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o Senador Humberto Costa, que fez um trabalho minucioso, criterioso.

Essa matéria se arrasta há tanto tempo nesta Casa, mas aqui eu preciso relatar.

Fizemos um estudo e estamos aqui votando hoje o Projeto de Lei 1.734, de 2024, que, ao instituir o regime disciplinar da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, vem modernizar estas corporações. A Lei 4.878, que trata desse tema, datada de 1965, está em flagrante descompasso com a necessidade dos tempos atuais. A iniciativa desse aperfeiçoamento da lei é de 2007. Veio na forma do projeto apresentado pelo Governo Federal, que vem passando pela sua imprescindível discussão no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional. A versão que nos chega a exame nesta Comissão é fruto de criterioso trabalho de pesquisa, que contou com a participação de servidores da Polícia Federal, bem como da Polícia Civil do Distrito Federal. Então, não posso aqui deixar...

Cabe acrescentar que esse texto é apoiado por muitas entidades de classe da Polícia Federal, dos policiais civis do Distrito Federal, as quais faço questão de mencionar aqui – foi um criterioso trabalho feito a quatro mãos –: Federação Nacional dos Policiais Federais, Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, Associação dos Delegados de Polícia Federal, Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e Sindicato dos Delegados da Polícia Federal do Paraná; também da Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal, Associação dos Servidores da Polícia Federal do DF, Associação Brasileira dos Papiloscopistas Policiais Federais, Sindicato dos Delegados de Polícia Federal, Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal e a Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Federal.

Portanto, estamos diante de uma excelente oportunidade para aprovar uma legislação justa, moderna e que é adequada, razão pela qual adianto o meu voto, mesmo o Senador Sergio Moro pedindo vista, mas antecipo meu voto. É o que relato, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Dra. Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu queria pedir vista coletiva, juntamente com o Moro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Presidente, será votado na próxima semana ou na próxima semana não haverá sessão?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ser semipresencial. Eu, por mim, faço reunião da Comissão e coloco na pauta.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Meu voto só poderá ser prolatado depois do pedido de vista ou posso antecipar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como é semipresencial, V. Exa. vai poder votar onde V. Exa. estiver.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O.k. Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida vista coletiva.

O projeto retorna na próxima reunião da Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1505, DE 2022

- Não terminativo -

Estabelece os mecanismos de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde brasileiro no âmbito da Política Nacional de Inovação Tecnológica em Saúde e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O autor da matéria é o Senador Eduardo Gomes, o Relator da matéria é o Senador Cid Gomes.

Concedo a palavra para apresentar o relatório *ad hoc* a S. Exa. o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Havendo outras Comissões com competência para opinar sobre o mérito do PL nº 1.505, de 2022, incumbe à CCJ, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, examinar a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, bem como seus aspectos diretamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionados aos temas constantes do inciso II do mesmo artigo, tais como "órgãos do serviço público civil da União" e "normas gerais de licitação e contratação".

Primeiramente, cumpre assinalar que compete à União legislar sobre: (i) normas gerais de contratação pela administração pública (art. 22, XXVII, da Constituição); (ii) a participação do SUS na produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos, bem como o incremento, pelo SUS, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico e da inovação (art. 200, I e V, da Constituição); (iii) o estímulo às empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao país (art. 218, §4º, da Constituição); (iv) instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário (art. 291-A da Constituição); (v) normas gerais do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (art. 219-B, §1º, da Constituição).

Ademais, a promoção do desenvolvimento científico, da pesquisa, da capacitação científica e tecnológica e da inovação constitui dever do Estado, o qual se materializa, entre outras medidas, no estímulo à articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de Governo. No cumprimento desse dever constitucional, cabe ao Estado atentar para que a pesquisa tecnológica se volte preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional (art. 218, *caput* e §§2º e 6º, da Constituição). E, como visto, o dever estatal de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico mereceu do Constituinte uma atenção especial na sua interface com as políticas de saúde pública, já que esta é uma das principais competências constitucionais do SUS, como o é a sua participação na produção de medicamentos e insumos necessários à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Como se pode ver, a matéria versada no projeto é passível de disciplina em lei aprovada pelo Congresso Nacional, além de haver compatibilidade material de suas disposições com os preceitos constitucionais sobre as políticas públicas de saúde, ciência, tecnologia e inovação.

Na parte em que estabelece princípios, diretrizes e mecanismos da política de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do Ceis, o projeto veicula normas gerais, com base no art. 219-B, §1º, da Constituição. Também o faz na parte em que disciplina, de forma individualizada e com fulcro no art. 22, XXVII, da mesma Carta, alguns dos mecanismos dessa política: as PDP, as ETECs e as EMECs. Não há que se falar, portanto, em reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo federal relativamente a normas que vinculam todos os entes federados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em outros pontos, porém, a proposição desborda dos limites à iniciativa parlamentar para projetos de lei, já que ingressa em matéria cuja iniciativa legislativa é reservada ao Presidente da República, mais precisamente os dispositivos que descem a minúcias sobre a estrutura, as competências e o funcionamento de órgãos da administração pública federal (art. 61, §1º, inciso II, combinado com o art. 84, inciso VI, "a", da Constituição), abrangendo os Capítulos IV e V da proposição, bem como vários artigos de outros capítulos. No substitutivo que ofertamos, suprimimos tais dispositivos. O mesmo fazemos quanto ao artigo do projeto que trata da criação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ceis, tendo em vista a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que reconhece aplicar-se à criação de fundos a reserva de iniciativa legislativa, em favor do Poder incumbido de administrá-lo. Nessa linha, a medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.123 (DJ de 31/10/2003) e o Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 949.018 (*Diário de Justiça* de 16/04/2018).

No que se refere aos órgãos do Poder Executivo, o substitutivo que apresentamos ao fim se limita a conferir *status* legal ao Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Geceis), regulado atualmente pelo Decreto nº 11.464, de 3 de abril de 2023. Cabe frisar ser essa uma iniciativa que conta com o apoio do próprio Poder Executivo, e de forma alguma desfigura o perfil que foi dado ao órgão pelo citado decreto.

Quanto aos dispositivos que estabelecem genericamente obrigações para o Governo Federal, sem vinculá-las a órgãos específicos, cabe frisar que o mais recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que normas dessa natureza, quando constantes de lei de autoria parlamentar, não ofendem a aludida reserva de iniciativa. Nesse sentido, confiram-se os acórdãos de julgamento do Agravo no Recurso Extraordinário nº 878.911 (*Diário de Justiça* de 11/10/2016), da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.729 (*Diário de Justiça* de 16/06/2020) e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.727 (*Diário de Justiça* de 28/04/2023).

Convém registrar que grande parte do conteúdo do projeto é inspirada em atos infralegais editados pelo Poder Executivo federal. Ao conferir *status* legal a disposições que tratam de princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos e mecanismos da política pública de inovação tecnológica na área da saúde, o projeto lhe confere maior estabilidade, convertendo-a numa política de Estado, não condicionada aos humores do governante de plantão. O histórico a esse respeito não é dos melhores. Em 2019, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril daquele ano, extinguiu o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde, com claro prejuízo a essa política pública.

Somente às vésperas do último pleito eleitoral, o grupo foi recriado, pelo Decreto nº 11.185, de 1º de setembro de 2022. Conforme noticiado na imprensa, ao menos 20 PDP foram interrompidas no último Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais recentemente, o já citado Decreto nº 11.464, de 2023, deu nova configuração ao mencionado grupo executivo, e as iniciativas adotadas pela nova administração federal sinalizam a disposição do Governo de recuperar o tempo perdido, com o estabelecimento da meta de atingir, até o fim do mandato, pelo menos 70% de produção nacional dos insumos necessários à saúde. As dificuldades enfrentadas na pandemia de covid-19 quanto ao fornecimento de insumos e equipamentos são a prova inconteste da urgência em aumentar a capacidade produtiva nacional na área da saúde para além dos efeitos positivos que o estímulo à indústria pode gerar na economia.

O atual Governo editou outros atos para disciplinar e impulsionar o Ceis, entre os quais: (i) o Decreto nº 11.714, de 26 de setembro de 2023, que dispõe sobre o Comitê Deliberativo e a Comissão Técnica de Avaliação no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde; e (ii) o Decreto nº 11.715, de 26 de setembro de 2023, que institui a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Quanto ao mérito dos dispositivos relacionados a contratações públicas, o projeto aproveita, em grande medida, aquilo que constava do Decreto nº 9.245, de 20 de dezembro de 2017, revogado pelo Decreto nº 11.715, de 2023. Bem mais sintético, este último não trouxe uma disciplina dos instrumentos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. A intenção do Poder Executivo parece ter sido remeter o tratamento do assunto a ato do próprio Ministério da Saúde. Prova disso é a Consulta Pública nº 54/2023, do Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS, a respeito de minuta de portaria dispondo sobre o Programa de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, consulta essa encerrada em fevereiro de 2024 e que recebeu 1.265 contribuições. Concomitantemente, foi lançada a Consulta Pública nº 53/2023, para colher contribuições dos administrados relativamente à minuta de portaria dispondo sobre o Programa de Desenvolvimento de Inovação Local, encerrada na mesma época e que recebeu 609 sugestões.

A nova disciplina dos instrumentos estratégicos fez-se imperiosa também em virtude de decisões do Tribunal de Contas da União, que determinavam a revisão de alguns de seus aspectos (Acórdão nº 1.730/2017 – Plenário, Ata nº 18/2017 – Plenário; Acórdão nº 2.015/2023 – Plenário, Ata nº 40/2023 – Plenário). A decisão do Poder Executivo de disciplinar os instrumentos estratégicos dessa política nacional em portaria, além de permitir o cumprimento mais expedito das determinações do TCU, constitui evidência de que, na visão daquele Poder, com a qual concordamos, seria mais adequado facilitar, no plano jurídico, as adequações que se fizerem necessárias na política, o que vai na contramão de um engessamento, em lei, da regulação da matéria.

Não apenas porque se faz necessário suprimir diversos artigos do projeto, por vício de iniciativa e por adequações de mérito, mas também para corrigir lapsos redacionais, evitar repetições dispensáveis e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajustar o texto aos ditames de técnica legislativa, propomos substitutivo, o qual certamente receberá importantes contribuições das demais Comissões incumbidas de examinar o projeto.

Sobre o substitutivo, bem mais conciso que o projeto, gostaríamos de pontuar que ele se divide em quatro capítulos.

O primeiro deles identifica o objeto da futura lei e enumera algumas definições relevantes para o restante do texto.

O Capítulo II enuncia os objetivos dos mecanismos de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do Ceis, bem como as diretrizes para as ações e estratégias nesse âmbito.

O Capítulo III se dedica aos mecanismos de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do Ceis, limitando-se a especificá-los. Caberá ao Poder Executivo regulamentá-los, o que permitirá maior flexibilidade e adaptação às mutáveis condições dos setores industrial e tecnológico. O mesmo Capítulo relaciona as formas que poderão assumir as parcerias e alianças estratégicas constituídas com o apoio dos entes federados. Os entes poderão também promover ações de formação e capacitação de pessoal no Ceis.

O último Capítulo alça ao nível legal a previsão do Geceis, incumbindo-o da articulação interministerial e da proposição de medidas de fortalecimento da produção e da inovação para atender o SUS. E cria duas hipóteses de dispensa de licitação: uma transitória, relativa às aquisições de soluções produtivas e tecnológicas prioritárias para o SUS que estejam em processo de transferência de tecnologia ou que sejam fruto de projetos de inovação local já existentes; e outra, incorporada à Nova Lei Geral de Licitações e Contratos, consistente na contratação em que houver desenvolvimento e inovação local de soluções produtivas e tecnológicas para o SUS, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS.

Na definição dos princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos e estratégias de desenvolvimento e fortalecimento do Ceis, procuramos, o quanto possível, aproveitar as contribuições do texto original do projeto, mas sempre nos orientando pela premissa de produzir um texto mais enxuto, que contemple os aspectos centrais da política pública, para entregar os seus dispositivos na Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis): base institucional, econômica, produtiva, tecnológica da saúde, compreendendo os subsistemas de base:

a) química e biotecnológica;

b) mecânica, eletrônica e de materiais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) digital, de informação e conectividade; e

d) de serviços de saúde;

II – parceria e aliança estratégica: conjunto de relações jurídicas que compreende os esforços do Governo, empresas, instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs) e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e difusão de tecnologia, podendo contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e capacitação de recursos humanos qualificados;

III – inovação local: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho para produção nacional;

IV – Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no país, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

V – plataforma tecnológica: conjunto de competências tecnológicas especializadas para o desenvolvimento e fabricação de produtos e serviços afins, resultado de experiência e de conhecimento acumulado;

VI – soluções produtivas e tecnológicas para o SUS: plataformas, produtos ou serviços tecnológicos necessários para execução de políticas públicas, ações, medidas, mecanismos, iniciativas e programas nacionais de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação da saúde.

Capítulo II.

Dos objetivos e diretrizes.

Aqui, na verdade, é o substitutivo na sua íntegra. Eu vou pular essa parte, porque já foi descrito o que cada um desses capítulos contém no bojo do texto.

Por fim, eu quero dizer que o nosso parecer é pela aprovação da lei que está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo aqui um comentário, por economia processual, quero dizer que é bem-vinda essa legislação que cria o complexo de pesquisa e produção industrial na área da saúde. Portanto, essa lei traz benefícios para o Sistema Único de Saúde e para o Complexo Industrial da Saúde, visto o que aconteceu na pandemia, quando ficamos reféns – reféns – de uma concentração de produção de insumos farmacológicos e de equipamentos produzidos em mercados como Índia e China, deixando o nosso mercado desabastecido.

Por isso, eu sou pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação, o relatório apresentado pelo Senador Rogério Carvalho.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1387, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016 e a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, que dispõem sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e de ativos da União decorrentes de crédito rural inscritos em Dívida Ativa da União e em cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou Advocacia-Geral da União (AGU); e a Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021, que define as diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos, para dispor sobre a liquidação e a renegociação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dívidas de crédito rural na área de abrangência da SUDENE, da SUDECO e da SUDAM; e dá outras providências.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com seis emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa;

- Em 22/02/2024 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Rogério Carvalho.

Eu acho que esse é o projeto de lei mais longo que eu li aqui na Comissão de Constituição e Justiça. É até bom não votar hoje, porque tem muita coisa aqui... Não, não posso não votar, é do Líder Efraim; senão ele me expulsa da bancada.

Informo também que esta matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e também pela Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à Comissão de Assuntos Econômicos a decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Presidente Hamilton Mourão para proferir o relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia. Bom dia às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores.

Algumas considerações iniciais sobre o projeto.

O projeto possui meia dúzia de artigos, sendo que o art. 1º estabelece o objeto e o art. 6º fixa a cláusula de vigência.

Na justificativa, o autor do projeto, o Senador Efraim, diz que o objetivo da medida é suprir lacuna deixada por ocasião da aprovação da MP 1.139, de 2022, que apenas prorrogou o prazo de adesão à liquidação e à renegociação das dívidas. Também o autor colocou em consideração que vários casos de inadimplência decorreram de fatores relacionados a adversidades climáticas, em especial na Região Nordeste, bem como dos efeitos adversos da covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme já mencionado, existe uma Emenda nº 1, proposta pelo Senador Rogério Carvalho, que pretende incluir operações de crédito rural, contratadas até o valor original de R$200 mil, lastreadas em recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador, repassados pelo BNDES para financiamento da agroindústria.

Na análise, nos termos do art. 101, I e II, do Regimento Interno, deve esta Comissão se manifestar sobre constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade, podendo também pronunciar-se sobre o mérito da proposição.

Compete à União legislar sobre o tema. A matéria não faz parte daquelas reservadas à iniciativa exclusiva do Presidente da República. Ressalva relevante é que a repactuação de dívidas rurais, em regra, demanda a concessão de subvenção econômica adicional e tem impacto nas contas públicas primárias. Registramos que a legislação pertinente de finanças públicas exige a estimativa do valor dessas novas despesas. Essa matéria seguirá para CRA e CAE, onde poderão ser analisadas essas estimativas, sob pena de inexequibilidade.

Quanto à juridicidade, o projeto atende aos pressupostos de novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade.

A tramitação do projeto seguiu as regras regimentais e sua técnica legislativa obedece à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, o projeto deve ser aprovado na medida em que as propostas visam a renegociar os recursos devidos pelos mutuários, principalmente a fim de evitar falência de empresas.

Todavia, necessita de pequenos reparos, objeto de emendas que apresentaremos a seguir.

O art. 2º do PL propõe alterar o art. 3º da Lei nº 14.166, de 2021, para estabelecer o prazo de até 60 dias. O mesmo acontece no art. 5º do PL ao fixar prazo de regulamentação ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Apesar da boa intenção, as medidas ferem o princípio da separação dos Poderes – art. 2º da Constituição Federal.

O Projeto de Lei Complementar n° 164, de 2022, de iniciativa do Senador Jean Paul Prates, argumenta ser necessário o estabelecimento de critérios uniformes, claros e objetivos para distinguir os devedores contumazes...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... dos demais devedores, a fim de assegurar a racionalidade, no caso, do sistema tributário, de prevenir abusos pelos órgãos de fiscalização tributária e de garantir a segurança jurídica.

Entendemos, no PL nº 1.387, de 2023, ser necessária a criação de regra semelhante para evitar que os maus pagadores prejudiquem os bons e, igualmente preocupante, que consigam tumultuar o Sistema Nacional de Crédito Rural.

Como se argumenta no PLP nº 164, de 2022, a matéria já alcançou interesse do Supremo Tribunal Federal, que considerou criminosa a inadimplência sistemática.

No entanto, para que o nobre objetivo do PL possa ser alcançado, torna-se necessário atualizar o prazo para adesão às renegociações propostas. O ilustre autor, Senador Efraim, propôs o prazo de adesão de 31 de dezembro de 2024, só que isso foi proposto no ano de 2023. Assim, propomos alterar essa condição de adesão e a suspensão de prescrição para até 12 meses após a vigência do decreto regulamentador da futura lei.

Com relação à Emenda nº 1, do Senador Rogério Carvalho, concordamos com o fundamento que aduz que os produtores rurais que contrataram operação de crédito rural, lastreada em recursos do FAT, repassados pelo BNDES, estão em situação semelhante àquelas estabelecidas no projeto de lei. Assim, restringir essa emenda seria uma quebra de isonomia.

Ante esse cenário, propomos emendas visando a corrigir as distorções apontadas ao longo desta análise.

Assim, Sr. Presidente, o voto é: opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa do PL 1.387, de 2023. E, no mérito, voto por sua aprovação, da Emenda nº 1, assim como de todas as emendas que se seguem.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria.

Primeiro Senador inscrito, Líder Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista regimental concedida ao Senador Humberto Costa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2874, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 2, nº 3 e nº 4, e aprovação parcial da Emenda nº 5-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, com a consequente prejudicialidade formal da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo):

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

- Na 27ª Reunião Ordinária, realizada em 07/08/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Foram recebidas a Emenda nº 2, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, a Emenda nº 3, de autoria do Senador Mecias de Jesus, a Emenda nº 4, de autoria do Senador Beto Martins e a Emenda nº 5, de autoria do Senador Rogério Carvalho;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick, que é o Relator do projeto, para proferir o relatório e com uma observação apenas, Líder, sobre as Emendas de nºs 2 a 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de nós tratarmos de um tema que hoje é de uma relevância enorme para o Brasil, que é uma lei que incentiva a doação de alimentos, Senador Jorge Seif. Os dados que nós temos, oficiais, do Mapa da Fome, da FAO, os dados são de que o Brasil desperdiça R$1,3 bilhão por ano em alimentos aptos para o consumo. Não estamos aqui falando de alimentos vencidos ou estragados. São alimentos aptos para o consumo. Noventa e seis por cento das empresas no Brasil, sejam distribuidoras, supermercadistas, jogam fora alimento todos os anos; 54% dessas empresas desperdiçam praticamente tudo o que estaria apto para o consumo, ou seja, os dados são gravíssimos.

E por quê? Porque nós não temos hoje, na legislação brasileira, um arcabouço jurídico que dê a segurança necessária para a doação de alimentos no Brasil. Que segurança é essa? Primeiro, nós não podemos obrigar as empresas a doarem alimentos, porque isso fere um princípio constitucional do direito de propriedade. Não podemos obrigá-las. Segundo, havia uma insegurança quanto à qualidade do alimento recebido pelas instituições, pelas entidades, pelas instituições que trabalham como banco de alimentos, que ofertam alimentos a lares, orfanatos, creches, enfim, casas de acolhimento, porque, se houvesse algum tipo de contaminação ou de intoxicação alimentar, o culpado seria o doador, que, muitas vezes, recebia uma série de ações judiciais. E isso acabava inviabilizando ou desestimulando a doação.

No nosso projeto, nós buscamos resolver essas principais dificuldades da matéria e dos projetos anteriores. Primeiro, estabelecemos que as entidades receptoras devem ter um avalista, seja nutricionista, seja técnico laboratorial de alimentos, etc., que possa fazer essa avaliação dos alimentos na entidade receptora, portanto, tirando esse ônus daquele que doa o alimento. O projeto não trata de alimentos vencidos ou estragados. São alimentos aptos para o consumo, dentro do prazo de validade. É aquele alimento com embalagem amassada, aquela fruta que não está em conformidade, aquele iogurte que pode ir para uma creche, que está para vencer daqui a dois dias e que você pode entregar naquele dia para matar a fome de milhares de crianças... Então, restaurantes em que muitas vezes sobra alimento apto para o consumo podem doar para entidades e têm exatamente na insegurança jurídica a sua maior dificuldade por se tratar de alimentos já processados, já prontos para o consumo. Portanto, nós incentivamos aqueles que doam voluntariamente a terem mais segurança jurídica para doar.

O Brasil já tem uma rede de doação de alimentos, já temos instituições que doam, mas nós incentivamos aqueles que hoje desperdiçam demais, que jogam fora alimento apto para o consumo a doarem esses alimentos. E qual é esse incentivo, Sras. e Srs. Senadores e aqueles que nos acompanham? A lei do Imposto de Renda permite que as empresas possam ter um abatimento de até 2% sobre seu lucro líquido daquilo que doam. O que acontece é que muitas empresas preferiam jogar fora esse alimento, porque, quando esse alimento é jogado fora, a empresa lança isso no seu balanço como prejuízo e não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributado, ou seja, o Governo deixa também de arrecadar. O Governo deixa de arrecadar do mesmo jeito. Portanto, não há impacto fiscal do ponto de vista da arrecadação, porque, se nós mensurarmos 1,3 bilhão que é desperdiçado em alimentos aptos para o consumo e nós avaliarmos aquilo que vai ser estimulado através do incentivo fiscal, nós vamos ter também praticamente aí um avanço do ponto de vista do próprio Governo, que terá mais recursos, mais alimentos para as instituições que tratam exatamente do combate à fome e da insegurança alimentar.

As emendas acatadas durante o debate da matéria foram as Emendas nºs 2 a 5, e eu gostaria aqui de relatá-las para o conhecimento dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

A Emenda nº 2, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, busca ampliar o escopo da proposta inserindo os estabelecimentos industriais entre os doadores na Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos. Consideramos a emenda meritória e, portanto, a acatamos nesta complementação do voto.

A Emenda nº 3, apresentada pelo nobre Senador Mecias de Jesus, tem o objetivo de facilitar a participação dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais no sistema de doações de alimentos, reconhecendo a importância da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais para o desenvolvimento econômico e social do país, os desafios que enfrentam como o acesso limitado a mercados e recursos financeiros e a necessidade de promover a inclusão social e econômica desses atores fundamentais no combate ao desperdício de alimentos e na promoção da segurança alimentar, portanto, acatamos a sugestão.

A Emenda nº 4, apresentada pelo nobre colega Senador Beto Martins – inclusive, o Senador Portinho me ligou, construindo junto essa matéria –, sugere incluir os produtores rurais, cooperativas e associações de produtores rurais entre os estabelecimentos que podem receber o selo doador de alimentos, que é um selo de reconhecimento daquela instituição, daquele empreendimento, daquele doador. Ele recebe um selo em que pode demonstrar que é um participante desse plano, dessa política nacional de doação de alimento e, portanto, até mesmo demonstrar à sociedade a sua responsabilidade social com o combate à fome e à insegurança alimentar.

E, por fim, a Emenda nº 5, do nobre Senador Rogério Carvalho, propõe ajustes ao substitutivo para integrar a matéria aos programas e decretos de segurança alimentar, assim como à terminologia utilizada no Sisan, além de inserir dispositivos que fortaleçam os bancos de alimentos e diferenciem instituições receptoras sem fins lucrativos das instituições com fins lucrativos que ainda não são regulamentadas no sistema de segurança alimentar.

Consideramos a sugestão, portanto, meritória e desta forma a acatamos parcialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, ante o exposto, novamente, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, pela aprovação das emendas nº 2-CCJ, nº 3-CCJ e nº 4-CCJ, e pela aprovação parcial da Emenda nº 5-CCJ, na forma do substitutivo a seguir, com consequente prejudicialidade formal da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Primeiro, eu quero agradecer ao Senador Alan Rick, meu amigo Alan Rick, por acatar a nossa emenda e dizer que o Governo é favorável ao projeto, mas nós vamos apresentar, em turno suplementar, destaque pela supressão do art. 17 do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Rogério Carvalho, querido Líder, nessa matéria, nós precisamos de duas votações, teremos ainda um turno suplementar. Esta é a primeira votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É no segundo. Mas, aqui, essa é nominal também.

Esse texto V. Exa. vai apoiar?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ter uma emenda supressiva.

Enfim, ainda está em discussão.

Concedo a palavra à Dra. Zenaide Maia, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu queria parabenizar Alan Rick pela melhora do texto e o autor, porque este é um assunto sobre o qual o Brasil tem que se debruçar e discutir: desperdício de alimentos.

Agora, olhando aqui, Alan, na verdade, essas instituições não estão doando gratuitamente. Elas estão com direito a 5% de redução na Contribuição sobre o Lucro Líquido. Isso me chama a atenção, porque é justamente saúde e assistência social. Então, as empresas fazem a doação – o projeto é salutar; é hora de se pensar em combater o desperdício de alimentos –, mas as empresas... Até a questão dos alimentos, dizer que um alimento está apto para o consumo vai ser feito pelas entidades. A maioria dessas entidades não pode se dar ao luxo de ter um nutricionista ou um laboratório que diga que aquele alimento está apto. Eu sei como é. Não, é porque você falou aí em laboratório. Não, só explicando: não é... O projeto é salutar. É hora de a sociedade se debruçar sobre o desperdício de alimentos num país como este.

Ele melhorou muito, mas o que eu queria deixar claro aqui, para a sociedade, é que não são as empresas que resolveram fazer doação de alimentos. Elas vão doar, mas vão exigir que tenha uma redução de 5% na Contribuição sobre o Lucro Líquido e vão deixar a responsabilidade que do alimento estar apto para o consumo para quem vai receber.

Só isso, mas nada contra – entendeu – isso aí. Mas deixando claro que não é tão magnânimo isso. As empresas não estão doando; estão fazendo uma concessão e ainda transferindo, Marcos, me preocupa, a condição de dizer que o alimento está apto para o consumo para quem vai receber, e essas instituições para a onde estão destinados, a maioria não vai ter esse profissional qualificado para fazer isso.

Só isso, mas como tem um segundo turno, tudo bem. Vamos debater.

Quero parabenizar mais uma vez, porque isso era um assunto que precisava, sim, estar na pauta de discussão. Desperdício de alimento é algo muito grave, e a gente sabe que, no Brasil, é assustador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Senador Alan Rick, eu quero parabenizar o senhor e queria só complementar o pensamento da Senadora Zenaide.

Senadora, na verdade, as empresas não estão ganhando nada. Quem está propondo um incentivo para a doação é o Parlamento. Então, o Parlamento está falando o seguinte: hoje, como não tem regras claras, muitos alimentos próximos do vencimento vão ser desperdiçados, porque não tem regras claras, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às vezes, a empresa que doa ainda sofre sanções. Então, o que que o legislador está fazendo? "Empresa, doe esses alimentos, vai ter custo de transporte, vai ter custo de funcionários organizando, vai ter uma série de coisas, e eu vou fazer o seguinte: como você está ajudando a matar fome de terceiros, de pessoas humildes, de pessoas que são necessitadas, eu vou te dar uma redução no pagamento de impostos".

Então, eu acho que não há nada de errado ou equivocado; pelo contrário, é um incentivo para que alimentos não se estraguem nas prateleiras ou nos *freezers* e que a empresa fale assim: "Olha, vou colocar funcionários, vou mandar entregar numa creche, num hospital, num... Enfim, e o Governo, de alguma forma – o Governo, que eu digo, o Estado brasileiro – está me dando um incentivo para eu ter essa ação dentro da minha empresa com segurança jurídica".

Então, claro, cada um de nós aqui tem todo o direito e condições de fazer emendas e tentar modificar e ajudar, mas eu acho que é muito meritório, Senador Alan Rick. É um incentivo que as pessoas, muitas vezes, precisam ter.

Especialmente, esses dias eu li uma matéria – não vou me do lembrar o veículo agora –, dizendo que praticamente 50% do alimento no mundo inteiro é desperdiçado, 50% do que é produzido, não só inclui o Brasil... Lógico, tem uns países que desperdiçam mais, outros menos...

Então, a forma de incentivar que as empresas, as associações ou o comércio...

E eu tenho uma pergunta para o senhor, Senador Alan Rick, que muitos restaurantes me questionam: por vezes, no bufê, sobram alimentos. Está contemplado no seu projeto, que eu não tive oportunidade de ler?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Senador Seif, com a sua permissão e a permissão do Presidente...

Primeiramente, respondendo efetivamente à pergunta de V. Exa., os doadores, como restaurantes, podem fazer a doação daquele alimento em perfeito estado, auxiliando as entidades receptoras.

E outro ponto de questionamento, levantado pela Senadora Zenaide, que é muito importante, é sobre o profissional habilitado, um nutricionista ou um técnico para habilitar a qualidade desse alimento.

Muitas vezes, as entidades são parceiras dos governos, dos municípios que enviam esse profissional do próprio município ou do estado para ajudar essas instituições receptoras. No caso lá do Acre, por exemplo, nós temos um trabalho de parceria com várias instituições que nós ajudamos, com as nossas emendas, no custeio de instituições sociais, como orfanatos, como educandários, lares de apoio a idosos, casas de apoio a pessoas com dependência química, e todos eles têm uma rede de voluntários e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoiamento do próprio estado ou do município que disponibiliza profissionais adequados, capacitados para fazer algum tipo de atendimento, e, nesse caso das instituições receptoras, exatamente foi pensado nisso, porque há uma série de parcerias já desenvolvidas, em estados e municípios, com essas entidades receptoras.

Obviamente, muitas delas já têm voluntários. Muitas entidades dessas... Por exemplo, nas igrejas, as instituições religiosas que são contempladas, que têm trabalho social de combate à fome e insegurança alimentar, muitas delas – e eu faço parte de uma comunidade cristã – têm ali um nutricionista, que é um voluntário da instituição, ou um advogado, que é um voluntário da instituição, que vai lá e realiza o trabalho de forma voluntária.

Então, essa preocupação, que é muito pertinente, da Senadora Zenaide, também está sendo colocada no projeto, porque existem já parcerias em andamento de convênios e parcerias dessas entidades com estados e municípios.

Mas, respondendo efetivamente à pergunta de V. Exa., os restaurantes também estão aptos a fazerem a doação, muitos desses estabelecimentos já fazem essa doação, e, obviamente, há toda essa preocupação com a segurança jurídica.

Em vez de jogar fora, aumentar o desperdício, aumentar o volume de alimento apodrecendo nos lixões, outro grave problema no Brasil, que são os aterros sanitários, com os quais a gente está trabalhando lá no Acre...

Nós temos um projeto, Senador Nelsinho Trad, para acabar com os lixões, nossa cidade criar os aterros sanitários adequados, com base na legislação, no novo Marco Legal do Saneamento, enfim...

Tudo isso nós combatemos com um arcabouço legal, com um plano nacional de combate ao desperdício e à doação de alimentos, que é a proposta desta matéria.

Portanto, eu espero que tenha respondido à pergunta de V. Exas.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Senador Alan Rick.

Senador Davi, eu iria pedir ao senhor para abrir a votação, porque nós temos compromisso. Ficamos aqui para prestigiar esse meritório projeto do Senador Alan Rick, mas precisamos nos ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou abrir a votação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem quiser falar, eu abro a votação aqui e dou a palavra. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator.

Trata-se de votação nominal.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu apenas quero fazer um registro, cumprimentando inicialmente o Senador Ciro Nogueira, que é o autor desta matéria, e cumprimentando e reconhecendo o esforço do Relator da matéria, Senador Alan Rick.

O Senador Alan Rick conseguiu enfrentar o tema, desfazer alguns argumentos que foram apresentados e que levantaram dúvidas num conjunto dos Senadores que ouviram aquele debate inicial. V. Exa. teve a capacidade de trazer clareza e segurança para quem vai votar.

Trata-se de uma situação em que se estimula a doação de algo que, se não fosse doado, seria descartado e, portanto, o Estado e os governos não teriam a arrecadação, porque aqueles que inicialmente apresentaram argumentos contra diziam: "Ah, não, mas é renúncia tributária". Não, não é renúncia tributária. Não é renúncia fiscal, porque, nesse caso, diante dos relatórios que seriam apresentados e do perecimento desses produtos, não teria tributação em relação a isso.

Portanto, aqui, o que se pretende, o que se busca é dar uma finalidade social a esses produtos, e não são produtos estragados, como eu ouvi aqui no outro debate. Hoje, graças a Deus, a serenidade alcançou a todos nós, mas naquele momento alguém disse: "Ah, vai mandar produto estragado". Não se trata de mandar produto estragado para ninguém, porque são produtos que estão perto da data de vencimento, portanto, aptos para o consumo. E, mesmo diante dessa premissa de ser um produto bom para consumo, ainda terá o crivo de alguém que vai aferir a qualidade do produto, conforme suscitado aqui pela Senadora Zenaide. O que eu acho que é importante, porque é claro que, diante dos muitos que usarão o instrumento de maneira legítima, correta, obviamente que poderão surgir aqueles que lancem mão desse expediente numa situação que não seja adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a cautela de V. Exa., as ponderações do conjunto dos Senadores fazem com que esta matéria avance e seja aprovada, com os aprimoramentos que são necessários. Sobretudo, eu queria cumprimentar o acerto da iniciativa, a compreensão e o alcance de visão de V. Exa., que dá uma finalidade social extremamente meritória para essa questão. Eu acho que é uma solução inteligente, uma solução de um alcance social que todos nós temos que celebrar, comemorar. Eu acho que o Parlamento tem que ter essa capacidade. Não apenas legislar de forma abstrata, sem olhar para o chão de fábrica, sem olhar para o que acontece lá nos bairros do Brasil real, porque isso é algo que desconecta o legislador dessa função maior, que é de trazer para cá a percepção do Brasil que vive nos bairros e nas periferias das cidades brasileiras. Este é um exemplo de um projeto que tem esse alcance. Então, eu cumprimento V. Exa. pelo acerto do relatório e o autor, pelo acerto da iniciativa.

Os aprimoramentos fazem parte da discussão e do processo legislativo, mas acho que nós avançamos num tema que é fundamental para os brasileiros que precisam, não é? Tem muita gente passando fome, tem muita gente passando necessidade. E esse é um benefício que vai chegar para essas pessoas a tempo e hora e em qualidade para o consumo.

Senador Magno Malta me pede um aparte, eu ouço V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na verdade, é melhor colocar o Senador Magno Malta como inscrito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então eu já finalizo aqui, agradecendo a V. Exa. para ouvir o Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

Estamos em processo de votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Quero fazer coro com o que disse o Senador Marcos Rogério, cumprimentando o Senador Alan Rick pelo relatório e pela importância do tema. A importância... Assim, não dá para descrever o tamanho do significado disso. É um tema tão necessário, a prática disso, que a gente fica impressionado: como é que demanda tanta, tanta, tanta discussão? É tanta discussão numa coisa que era para resolver mais rápido do que imediatamente, não é? A fome tem pressa, não espera. E essa consciência, parece, que as pessoas, muita gente perdeu. Muita gente perdeu essa consciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esta CCJ... Eu estava lá na CDH, tentando acelerar para que eu pudesse vir e dar o meu voto, Senadora Zenaide, porque acho que o tema é de uma importância, de uma relevância, de um significativo para a nação brasileira. É muita gente passando necessidade, é muita gente passando fome, e há um número significativo de quem pode ajudar, de quem deve ajudar. Mas parece que tem pessoas que precisam de ser chamadas, de ser gritadas, de ser balançadas para que elas possam ter sensibilidade com o sofrimento e a necessidade do outro.

Parabéns! Já dei o meu voto "sim", e com muito louvor, a uma matéria das mais importantes votadas este ano aqui.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas para fazer o meu agradecimento a todos os Senadores que neste momento votam a matéria, principalmente aqueles que aqui se encontram, como a Senadora Zenaide, que sempre se preocupou com a questão da doação de alimentos, com toda pertinência. Agradeço a contribuição extraordinária do Senador Marcos Rogério, um amigo de longa data e parceiro de luta em favor daqueles que mais precisam. Agradeço ao Senador Magno Malta por sua fala; o Senador Magno faz um trabalho extraordinário com várias entidades que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade no seu estado e no Brasil inteiro. V. Exa. representa a voz dos excluídos, dos verdadeiramente excluídos, pessoas que estão na maior das prisões, a prisão da dependência química. V. Exa. defende aquele que está excluído, porque não teve acesso a um prato de comida. E eu quero agradecer e dizer, Senador Magno, da alegria de ter V. Exa. ao nosso lado, lutando pelas boas pautas deste país. Então, cumprimento todos os Senadores aqui presentes e, obviamente, peço a todos que também votemos a matéria no segundo turno.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador Alan, me permita.

Com V. Exa. falando isso, eu me lembro de que, em uma ocasião, a juíza das execuções penais do Estado de Sergipe... Estava havendo muitas mortes dentro do presídio. Um dia eu recebi um telefonema na minha casa, e queria falar comigo a juíza das execuções penais de Sergipe. Eu, naquela época eu era um mortal, eu não tinha onde cair morto, não é? Comecei a me tremer: "O que essa mulher quer comigo, uma juíza de um outro estado?".

Eu, Senadora Zenaide, falei assim... Deixou, para eu dar o retorno, um telefone fixo. Eu dei o retorno. Ela veio dizer assim: "Eu ouvi dizer que o senhor é muito corajoso", falou para mim. Eu falei: "Já fiquei mais tranquilo com o que a senhora está falando, mas em que eu posso ser útil?". Ela falou assim: "Existe um cara aqui chamado Adilson Gabiru no presídio. Esse cara está matando dentro do presídio. Eu não sei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que fazer com ele, mas me disseram que o senhor tem coragem de recebê-lo na sua instituição. O cara está matando no presidio. E eu não tenho como fazer, reunir aqui o conselho e tal. Se o senhor me der a sua palavra...". O fato é que eu recebi o Adilson Gabiru algemado lá em Cachoeiro de Itapemirim. Chegou algemado, tirei a algema dele, ele ficou lá. Três dias depois, ela me liga, dizendo: "Eu estou com um menor aqui, 17 anos, chamado Dejair, matando no instituto de menor. O senhor pode recebê-lo para mim?". Eu falei: "Mas a senhora está me mandando... me mande um drogado mais fácil, um cara que está fumando maconha, começando e tal". Ela me mandou o Dejair. O Adilson Gabiru veio a se converter, graças a Deus, lá dentro e me via dormindo lá, no meio dos internos. E ele dizia, sempre que passava, assim: "Facilzinho de morrer, facilzinho de morrer", dormindo ali no meio dos internos. Mas o Dejair foi diferente. O Dejair... Eles não podiam mandar carta.

Eu estou atrapalhando a reunião de vocês? Não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Por coincidência, só... V. Exa. me permita, só por coincidência. O Senador André Amaral veio de lá dizer que tem uma admiração tremenda por V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, V. Exa. não é fácil. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E eu estava reafirmando aqui para ele – e eu estava reafirmando para ele aqui. Eu digo: "Poxa, é a mesma impressão que eu tenho". E o Efraim, que não está no exercício do mandato, falou também.

Mas perdoe, nós estamos atrapalhando o raciocínio de V. Exa. mesmo.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Senador Malta, eu lhe peço desculpas, porque é uma manhã memorável, com a presença do nosso querido Senador Efraim, do qual tem a honra de ser suplente e o qual, de forma generosa, nos permitir o estar aqui nesta Casa, nesse convívio tão rico, de debates tão ricos, a exemplo V. Exa., que sempre nos dá aula...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olha, olha, olha, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu não percebi a presença de V. Exa. Dada a minha intimidade com o Presidente e com o Senador Efraim, eu fiz a brincadeira. E só depois percebi que V. Exa. estava aí, que foi muito bem-vindo e o substituiu à altura – viu, Efraim? Até muito melhor. Se você quiser renunciar a largá-lo aí, é muito melhor. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente vai lá ajudá-lo em outra coisa depois.

O SR. EFRAIM FILHO – Ao momento que V. Exa. me faz essa gentileza, eu retribuo dizendo que hoje é o aniversário do seu amigo Efraim Morais, contemporâneo seu aqui, 72 anos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) **–** Vou ligar para ele publicamente. Quem estiver me filmando aí, aquela câmera ali... Eu vou olhar para lá e dizer: Efraim, você foi um grande companheiro que eu tive nesta Casa. Conheci na Câmara dos Deputados, foi uma das pessoas que mais me apoiou no advento da CPI do Narcotráfico, tão perigosa. Depois veio para esta Casa, nos tornamos amigos e eu tenho a maior admiração por você. E você conseguiu fazer um filho não à sua altura, não, porque ele é melhor do que você. Os filhos têm que ser uma reverberação melhor do que nós os pais. E parabéns pelo seu filho, parabéns pelo seu aniversário. Que Deus lhe dê muitos anos de vida, viu? (*Palmas.*)

Mais interessante de Dejair para eu falar aqui, nosso Presidente, é que eles só podiam mandar carta para casa, os internos, até 30 dias depois. Só que lá tinha um interno que tinha tanto medo dele... Porque ele foi apresentado como um menino que veio de Sergipe porque era matador. Os nossos obreiros todos não dormiam com medo dele; não dormiam, os caras ficavam acordados. Ele pediu para mandar uma carta para a tia, e o cara levou, mas passou primeiro para me mostrar as cartas, porque sempre eu via primeiro. Eu vi a carta de Dejair, eu falei: "Tem três dias que ele está aqui, como é que ele pode mandar carta?". Abri a carta. Estava escrito assim, ó: "Minha tia...". Sergipano, "minha tia". "Minha tia, mande biscoito. A comida aqui é uma lavagem, é para porco. Ninguém aguenta. Mande biscoito." Está bom.

Quando eu cheguei de viagem, eu fui falar e cantar numa igreja, quando voltei... Eu sempre reunia os internos para perguntar aos novatos: "E aí, tudo bem? Chegou agora? Está se sentindo bem? E você? E você?". Aí falei: "E como é que você está, Dejair?" "Tô bem." "Dejair, está se sentindo bem aqui, Dejair?" "Tô." "Que que você está achando da comida, Dejair?" Porque lá é sopa num dia sim e no outro também, na casa de recuperação. "Tô bem." "A comida está boa, Dejair?" "Tá boa." "Tá bom, Dejair, vem cá." Ele veio. Eu falei: "Lê essa carta aqui". Ele ficou desconfiado. "Lê a carta, Dejair." Ele leu: "Minha tia, mande biscoito. Minha tia, a comida aqui é uma lavagem. Tô passando fome aqui, minha tia". "Foi você que fez isso, Dejair?" "Foi." "Sabe o que você tem que fazer, Dejair? Vai ser a mesma coisa, mas você tem que orar. Você está pedindo biscoito? Ora. Sua tia está longe, mas Deus está perto." Tudo bem.

À tarde, às 5h da tarde, nós começamos a pelada com eles lá, que era o único esporte que tinha. Entrou uma Kombi amarela, escrito nela Queops. "Quem é que é o responsável aí?" "É ele ali." Eu fui, todo suado, Senador. Aí eu falei: "Qual o problema?". "Quem é o responsável aqui, é o senhor?" Falei: "Sou eu". A Queops é uma empresa que tem lá em Cariacica, no Espírito Santo, em Viana, que fabrica biscoito. Só que os biscoitos que não servem para ir para a caixa porque quebram, não servem para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comercialização... Eles tinham enchido uma Kombi – cheia! – de sacos, muito cheios, de biscoitos quebrados e mandaram entregar lá. Quando abriram a Kombi e eu vi os biscoitos, eu chamei Dejair: "Dejair, vem cá". Ele veio. Eu falei: "Você orou pedindo biscoito?". Ele falou assim: "Orei". Eu falei: "Pois entra aí na Kombi e pega um saco cheio desses, que é seu. Bota do lado da sua cama". E ninguém tinha coragem de pegar o biscoito de Dejair, o passado dele não permitia. Ele pegou, levou e colocou lá.

Como é importante um alimento! E até hoje são 44 anos, Senadora Zenaide, e eu nunca tive um convênio com ninguém, com nenhum poder público, com nenhuma instituição. Eles vivem do mesmo jeito, dos meus direitos autorais, de venda de camiseta, de venda de boné. As minhas filhas nasceram já nos braços dessa gente. Então, eu sei o que é a importância de um alimento, de uma cesta básica, de alguém chegar lá e dizer: "Olha, eu sou dono do mercadinho, esse feijão aqui vai vencer depois de amanhã". E a gente botava para cozinhar tudo na hora e botava para congelar.

Então, as pessoas têm que ter noção, noção de quem está com fome, de quem precisa. Existem creches, existem instituições de todas as ordens, de todas as confissões. As pessoas são iguais, o estômago é o mesmo, a fome é a mesma.

(*Soa a campainha.*)

Então, das coisas importantes que eu votei aqui nesta Casa, esse foi um dos mais importantes desse ano.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Votaram SIM, 22 Senadores; NÃO, nenhum Senador. (*Palmas.*)

O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Quem está assistindo aí, veja que o número foi 22, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Projeto de Lei nº 3.595, de 2019.

Gostaria de informar aos Senadores e às Senadoras que se possível permaneçam, porque este projeto também é terminativo, nós precisamos de votação nominal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3595, DE 2019

- Terminativo -

Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

O autor da matéria é o nosso querido Presidente Flávio Arns e a Relatora é a nossa Senadora Dra. Zenaide Maia.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Zenaide Maia para proferir o relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir aqui para começar pela análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, última Comissão pela qual tramitará o projeto, em decisão terminativa, deve se manifestar sobre os aspectos de sua admissibilidade (constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade) e mérito, por força do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

No que tange à constitucionalidade formal, qualquer reparo que pudesse ser feito à proposição original foi equacionado pelo substitutivo apresentado pela CDH – lembrando que quem relatou foi a nossa Senadora Rose de Freitas na CDH –, que tem amparo no art. 22, XXVII, da Constituição Federal, que prevê a competência privativa da União para editar normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, estados, Distrito Federal e municípios. Não vislumbramos também, no substitutivo, afronta ao disposto no art. 61, tampouco ao art. 84 da Constituição Federal, no que tange a matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, uma vez que não há restrições de iniciativa para leis nacionais, conforme já julgou o Supremo Tribunal Federal.

Quanto ao mérito, corroboramos o entendimento exposto no parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa de que o incentivo à empregabilidade das mulheres vítimas de violência pode contribuir para que a sua dependência financeira dos agressores diminua e para que se rompa o ciclo de agressões.

Reforçam a conveniência e oportunidade da proposta ora em análise os dados da 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, do Instituto de Pesquisa DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal, realizada em 2023, que revelou que 30% das mulheres do país já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem, das quais 67% afirmam que ele era seu parceiro íntimo. Segundo a pesquisa, quanto menor a renda, maior a chance de a mulher ter sido agredida em algum momento da vida.

Assim, a proposta, que poderá ampliar as oportunidades de renda das mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar e de sua independência financeira no longo prazo, poderá também levar ao afastamento mais definitivo de seus agressores, prevenindo contra novas ocorrências de violência e possibilitando uma vida mais digna a elas e aos seus dependentes, razões pelas quais reputamos como meritória a proposta ora em votação nesta Comissão.

Opinamos que o projeto, na forma do substitutivo apresentado pela CDH, está de acordo com o Regimento, é dotado de juridicidade e boa técnica legislativa. Também não vislumbramos questionamentos acerca da constitucionalidade material ou formal da proposição.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.595, de 2019, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Sr. Presidente, eu, como médica que trabalhei por anos em pronto-socorro, digo a todos que estão nos vendo: a maioria das mulheres não queriam nem prestar queixa, porque elas dependiam, economicamente, totalmente do agressor. Então, isso é uma maneira... Ela voltava para casa. Ela dizia: "Dra. Zenaide, não vou prestar queixa, porque eu vou ter que voltar para casa e eu não tenho condições financeiras". Isso é uma maneira de a gente tirar a mulher desse ciclo de violência, porque, sem independência econômica, ela não vai... E a grande maioria das mulheres, de forma grave, porque só vai para o pronto-socorro quando precisa de atendimento médico. E as famílias também são pobres, não têm como abrigá-la juntamente com os seus filhos.

Então, peço aos colegas... porque é salutar botar uma porcentagem daquelas contratações pelo Governo Federal, em todas as instâncias das empresas terceirizadas, para elas. Vamos ajudar essas mulheres para a gente reduzir o número de feminicídio nesse Brasil, porque é uma mulher assassinada a cada seis horas. É uma coisa difícil até de acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo.

Trata-se de votação nominal, nós vamos iniciar a votação.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Solicito à Secretaria da Comissão que informe aos Senadores e às Senadoras que nós estamos em processo de deliberação e que a votação precisa obrigatoriamente ser nominal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Fernando Moro, Senador Marcio Bittar, Presidente Jader Barbalho, Líder Oriovisto Guimarães, Senador Marcelo Castro, Senador Izalci Lucas, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador André Amaral,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alan Rick, Senadora Professora Dorinha Seabra, Senador Plínio Valério, Senador Alessandro Vieira, Senador Jayme Campos, Senador Zequinha Marinho, Senadora Soraya Thronicke, Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Cheguei para votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Acabou de chegar.

Senador Flávio Bolsonaro, Senador Beto Martins, Senador Marcos Rogério, Senador Flavio Azevedo, Senador Jorge Seif, Senador Eduardo Gomes, Senador Omar Aziz, Senador Angelo Coronel, Senador Líder Otto Alencar, Senador Lucas Barreto, Senador Fabiano Contarato, Senador Jaques Wagner, Senador Humberto Costa, Senadora Teresa Leitão, Senador Líder Jorge Kajuru, Senador Esperidião Amin.

Convido os Senadores e as Senadoras. Já podem votar. (*Pausa.*)

Senador Bene Camacho. (*Pausa.*)

Senadora Augusta, já encerramos a discussão.

Estamos em processo de votação.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Era para parabenizar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim, mas eu vou conceder a palavra a V. Exa. para falar pelo tempo que for...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – É o tempo que preciso...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito enquanto estamos em processo de votação nominal.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero aqui só parabenizar a nossa Relatora pelo belíssimo trabalho. Eu tive o prazer de também ler o relatório, estudar, ver se tinha alguma possibilidade de melhorar, mas já estava feito pela nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide de uma forma muito responsável, positiva e não apresentei nenhuma emenda por concordar plenamente com o relatório da Senadora.

Eu quero aqui só ressaltar a importância desse projeto para que a gente possa garantir verdadeiramente que as mulheres que sofreram algum tipo de violência possam realmente ser inseridas dentro do mercado de trabalho.

Nós temos um dado lá no Estado do Ceará, sempre gosto de falar e ressaltar esse dado, que 60% das mulheres que sofrem violência doméstica familiar, elas voltam para morar com seus agressores pela dependência financeira e econômica. Então, a importância desse projeto que, agora, acabou de ser tão bem relatado. E aqui também quero parabenizar o autor do projeto, o Senador Flávio Arns, e dizer que ele com certeza vai abrir oportunidades para que as mulheres não só possam estar sendo inseridas no mercado de trabalho, mas, sobretudo, sair de um ciclo de violência doméstica e familiar.

Parabéns, Senadora Relatora. Parabéns também ao Senador Flávio Arns.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Quero parabenizar a Senadora Zenaide Maia, bem como o Senador Flávio Arns, pelo brilhante trabalho. Não podemos mais permitir a violência doméstica, não só a doméstica, como em todos os lugares em que as mulheres têm sofrido neste país, que é um país medíocre e machista – medíocre e machista. Então, eu quero dar os parabéns de uma forma muito pontual e de maneira brilhante. Parabéns. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Dra. Zenaide, como não percebo que há alguma divergência em relação a esse projeto, nós já atingimos o quórum mínimo para encerrarmos a votação. Eu só consulto V. Exa. se posso encerrar ou quer que a gente aguarde mais um tempo aqui.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Eu acho que não tem nenhum voto... Se votaram os 17...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Temos 17 votos, mas somos 27. E eu percebi que ninguém se posicionou contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer que eu espere mais uns cinco minutos ou quer que eu encerre?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos aguardar mais cinco minutos. Avise aos Senadores... (*Pausa.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Presidente, se o senhor quiser encerrar...

Já agradecendo ao senhor e a todos que votaram, quero reafirmar: sem independência econômica, as mulheres não deixam de ser espancadas e assassinadas, porque elas não têm outra opção. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 18 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Por unanimidade dos votantes, o substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar nos termos regimentais, conforme o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Zenaide; o Senador André; meu Líder, o Senador Efraim Filho; e, em tempo ainda, dar um abraço caloroso no Senador Efraim Morais, seu pai, meu amigo.

Eu tive a oportunidade de conviver com o Senador Efraim – eu ainda Deputado Federal; e ele, Senador da República. E hoje eu tenho a honra e o privilégio de conviver com seu filho no Senado da República, com uma figura extraordinária, um grande Líder, meu amigo pessoal, que lidera o nosso partido, que lidera a nossa bancada. E eu tenho certeza absoluta que o Senador Efraim pai, não o Senador Efraim filho, tem muito orgulho de todas as conquistas e de todos os ensinamentos que tem dado não só para a Paraíba, mas para o Brasil; em especial, Efraim, o carinho e a amizade que construímos – eu tive a oportunidade de construir com o seu pai e estou tendo a oportunidade de construir com você.

Que Deus te abençoe! Saúde para o Efraim, para o teu pai! Parabéns pelo sucesso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza absoluta que a cada dia a gente consegue construir uma grande obra para o Nordeste brasileiro, para sua Paraíba, para o Norte brasileiro, para o meu Amapá e para o Brasil. Parabéns!

O SR. EFRAIM FILHO (*Fora do microfone*.) – Uma amizade que atravessou gerações.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Amém!

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, hoje é um dia diferente, memorável. O nosso querido Senador Efraim, que nós chamamos carinhosamente de Senador *master*, é o nosso grande orientador. É o nosso Senador *master*, Senador Davi Alcolumbre. Ele é o pensador, ele é... Eu procuro aqui palavras, não encontro. Ele é família, ele conseguiu montar um grupo... Você sabe que suplente e Senador, essa relação de amor, com a gente é só amor.

E o grande líder responsável por tudo isso é o Senador Efraim e a D. Ângela, de quem eu não posso deixar de falar, esse casal de Deus. E hoje, nesta data festiva do aniversário do Senador, do eterno Senador Efraim Morais, nosso Senador *master*, eu só tenho que, nesta Comissão, deixar aqui um registro do meu agradecimento por conviver com ele, pelo homem grande que ele é, do alto espírito público que tem.

E o fruto nunca cai longe do pé. Então está aí Efraim Filho, que tanto orgulha aquele pai e aquela mãe, o Senador *master* Efraim e D. Ângela, nossa grande líder.

Obrigado, Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO – Vou resumir em poucas palavras, então, e dizer o que eu disse a ele hoje. É um pai, é um amigo, é um professor, é um guerreiro, é um líder, é um exemplo. Foi Senador, foi Presidente da Câmara dos Deputados, exerceu a Presidência, foi Primeiro-Secretário aqui do Senado Federal. É uma amizade que atravessa as gerações, então carrego comigo as virtudes, os princípios e, acima de tudo, a história de vida dele, e aqui procuro honrar o carinho e a confiança que recebemos dele e, acima de tudo, do povo paraibano.

Obrigado ao Davi, obrigado ao André, obrigado também ao Magno e a todos os outros, pelas expressões e parabéns mostrando que deixou o Senado, mas deixou saudades e deixou amigos, o que é mais importante.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só para não terminar com tanto elogio, o que vai ficar registrado, o Senador Efraim Morais está completando 72 anos?

O SR. EFRAIM FILHO (*Fora do microfone*.) – Setenta e dois.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E está muito inteiro, com aparência de 71. (*Risos.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatorze minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Flávio Bolsonaro, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério, Flavio Azevedo, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Castellar Neto, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Rosana Martinelli, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Marcos do Val, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Augusta Brito. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2874, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF). **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3595, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo e pela rejeição da Emenda nº 2-S. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Mecias de Jesus, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1387, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016 e a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, que dispõem sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e de ativos da União decorrentes de crédito rural inscritos em Dívida Ativa da União e em cobrança pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou Advocacia-Geral da União (AGU); e a Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021, que define as diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos, para dispor sobre a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural na área de abrangência da SUDENE, da SUDECO e da SUDAM; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com seis emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1734, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o regime disciplinar da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com seis emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas n°s 1 e 2. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação n°s 3-CCJ a 8-CCJ, e contrário às Emendas n°s 1 e 2. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 20, de 2024-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2549, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Cria o Selo Cidade Mulher, a ser conferido aos Municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Castellar Neto. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1354, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Impõe prioridade na tramitação processual em que figure como parte ou interveniente a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CDH-CCJ (Substitutivo). **ITEM 7 - Proposta de Emenda à Constituição n° 18, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir entre os patrimônios nacionais o Pantanal Sul-Mato-Grossense." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Ireneu Orth (PP/RS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Jaime Bagattoli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PL/RO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Proposta de Emenda à Constituição n° 52, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 206 da Constituição Federal para incluir como princípio do ensino a garantia de educação inclusiva em todos os níveis." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 9 - Proposta de Emenda à Constituição n° 146, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a seguridade social da criança." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senadora Juíza Selma (PODEMOS/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 953, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Weverton *(Ad hoc)*, substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda n° 1-CAE (Substitutivo). **Resultado:** Lido o relatório. Adiada a discussão. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3273,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2019 - Terminativo - que: "Institui atividade de ginástica laboral diária para servidores, efetivos ou comissionados, empregados, empregados terceirizados e estagiários no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1–CAS, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4256, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH, 2-CDH e 4, e pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 8. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CDH-CCJ, 2-CDH-CCJ e 4-CCJ. Rejeitadas as Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 8. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3464, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 234-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever causa de aumento de pena para o profissional de saúde que praticar crime contra a dignidade sexual no exercício da função." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2016, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 217-A e 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena para a prática de crime contra a dignidade sexual por médico ou qualquer outro profissional da área de saúde no exercício de sua atividade, bem como para dispor que configura estupro de vulnerável a prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso pelos referidos profissionais em face de paciente em situação de atendimento médico, clínico ou hospitalar." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1998, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para prever aumento de pena para os casos de crime contra a dignidade sexual praticado por médico ou profissional da saúde em situação de atendimento médico ou hospitalar." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2034, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal para prever o aumento de pena para os casos de crime contra a dignidade sexual praticado com abuso de confiança." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1998, de 2022, com uma emenda que apresenta, restando prejudicados os Projetos de Lei n°s 3464, de 2019, e 2016 e 2034, de 2022 (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o PL 1998/2022 e a Emenda n° 1-CCJ. Aprovados os Pareceres pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 3464, de 2019, e 2016 e 2034, de 2022, que tramitam em conjunto. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1862, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 4988, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena pela leitura." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO). **Relatoria:** Senador Castellar Neto. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ. Votam vencidos os Senadores Marcio Bittar e Flavio Azevedo. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 19, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5/2022, que "dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos"." **Autoria:** Senador Castellar Neto (PP/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 20, de 2024** que: "Requer urgência para o PL 1734/2024" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária. Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Foi solicitada e acordada com os Líderes a inversão da pauta de vários projetos. O Senador Omar Aziz conversou com o Senador Kajuru, eu conversei com o Senador Fabiano Contarato sobre outro item de inversão da pauta e também o item do Senador Flávio Bolsonaro e do Senador Castellar. Então, eu vou fazer a inversão da pauta e vou seguir o acordo que nós construímos aqui entre os Senadores, que não necessariamente será a ordem que está estabelecida na pauta de hoje.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1734, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o regime disciplinar da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 18/06/2024 foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Izalci Lucas;

- Na 30ª Reunião Ordinária, realizada em 04/09/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais.

A autoria deste projeto é da Presidência da República. O Relator da matéria é o Presidente e Líder Humberto Costa.

Coloco em discussão a matéria.

O Senador Humberto está presente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Humberto, V. Exa. está inscrito para falar como Relator.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bem, na verdade o projeto já foi lido, é sobejamente conhecido, as emendas que foram apresentadas nós incorporamos várias delas, inclusive as pessoas que apresentaram as emendas antes da leitura do relatório concordaram com o relatório final. Foi feito um pedido de vista pelo Senador Sergio Moro. Há um compromisso, como todos sabem, de veto por parte do Presidente da República de um artigo que trata diretamente sobre quem tem autoridade de conduzir os processos no Distrito Federal. Portanto, o projeto está pronto para aprovação. Não houve apresentação de emendas nesse prazo dos sete dias. E eu peço a aprovação dos Senadores e Senadoras.

É um projeto relevante, porque trata de um regime disciplinar tanto da Polícia Federal quanto da Polícia Civil do Distrito Federal. Esses estatutos estão inteiramente defasados e é de absoluto e total interesse do país que nós possamos ter essa definição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Humberto.

Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Presidente Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Relator Humberto Costa, o relatório do Senador Humberto Costa vai ao cerne da questão.

Nós estamos falando do regime disciplinar de 1965, mais de 60 anos atrás esse regime disciplinar foi criado e até agora não houve mudança. E nós vamos votar a favor, até porque nós entendemos que nós temos que, com as mudanças de hábitos e as mudanças que houve na sociedade num todo, você tem que também se adequar a certas situações. Naquela época, você não tinha homofobia, você não tinha discriminação racial, você não tinha uma série de questões que não eram levadas em consideração, as mulheres eram tratadas totalmente de uma forma diferente de como são tratadas hoje, pela própria sociedade e até porque elas ganharam seus espaços. Então, esse regime disciplinar em relação à Polícia Federal e em relação à Polícia Civil do Distrito Federal também deve ser estendido futuramente, numa discussão mais ampla, às polícias militares e às polícias civis do Brasil todo.

Então, Sr. Presidente, eu voto a favor. É um momento oportuno para gente discutir essa matéria e votar a favor dessa matéria. É o que eu penso.

E quero aqui agradecer a compreensão do meu amigo Senador Kajuru em ter cedido esse pedido de inversão de pauta, para que a gente pudesse estar presente nesta reunião e votasse a favor dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas de Redação nºs 3 a 8, da CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Eu queria fazer, oralmente, um requerimento de urgência ao Plenário para essa matéria. É uma matéria muito importante. Houve muitas manifestações de vários Senadores e de vários Líderes partidários para que nós pudéssemos dar celeridade à tramitação desta matéria. E eu queria propor ao Plenário um requerimento de urgência para que a matéria possa ir direto ao Plenário.

Em votação o requerimento de urgência apresentado, subscrito pelo Senador Fabiano Contarato.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência. A matéria segue à Mesa do Senado Federal.

Tramitação conjunta...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, conceda-me uma questão de ordem, por favor. É rapidinho, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Questão de ordem para uma comunicação, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aqui tornar pública, na nossa Comissão mais importante, que é a CCJ, uma situação grave no meu estado: uma facção criminosa – isso aqui está na imprensa toda do estado – ameaçou o Prefeito Bocalom, recém-reeleito, de morte. Isso até com data marcada: seria na noite de ontem. Ele é o Prefeito da capital, e a segurança do Prefeito da capital é reforçada. Eu quero aqui tornar esse evento público.

Evidentemente que as pessoas que nós amamos são para nós muito mais importantes, e a vida de qualquer pessoa vale tanto quanto a de outra. No entanto, quando uma facção criminosa se sente tão à vontade de fazer uma ameaça a um Prefeito, a um Governador, a um Senador da República, como fizeram com o Sergio Moro, não é só essa pessoa que está sendo atacada, mas é o Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como amigo, eu me solidarizo; e, como Senador, eu quero tornar isto público: se há uma facção criminosa ameaçando de morte o Prefeito recém-eleito da capital, que não tem uma denúncia, que não responde a um processo, nem civil, nem criminal, nem por corrupção na sua trajetória, isso faz com que o Brasil esteja vivendo uma situação gravíssima.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era só esse comunicado.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me solidarizo com o Senador Marcio Bittar na mesma esfera de preocupação. E solicito, neste momento, Senador Marcio, juntamente com V. Exa... Tenho certeza de que as medidas de segurança já foram tomadas, mas reiteramos aqui os pedidos à Secretaria de Segurança Pública do Acre para que investigue, para que puna, para que faça a defesa da vida do Prefeito Tião Bocalom. Esse é um caso grave e absolutamente inaceitável. Portanto, me solidarizo, Senador Marcio, com a fala de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu, na mesma linha, quero reconhecer aqui a fala do Senador Marcio e do Senador Alan, que trazem à tona, no início da nossa reunião da Comissão de Constituição e Justiça, uma situação gravíssima.

Querido Senador Marcio Bittar, nós acompanhamos, no processo eleitoral, uma das grandes preocupações da Justiça Eleitoral brasileira, externada pela Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, S. Exa. a Ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia, em uma entrevista que está pública: a participação das milícias, em todo o país, nos processos eleitorais das eleições municipais do Brasil. E isso, infelizmente, precisa ser repudiado, repreendido. E nós precisamos de uma atitude enérgica do Estado contra esses movimentos de facções criminosas. Vários candidatos a Prefeitos do Brasil, vários candidatos a Vereadores, inclusive candidatos a Vereadores, envolvidos em facções criminosas no Brasil, nesse período eleitoral. E esta foi uma manifestação clara da Presidente do Tribunal Superior Eleitoral: que isso seria combatido com a firmeza que o caso requer.

E eu quero me solidarizar com V. Exa. e levar ao conhecimento das autoridades nacionais, no âmbito do Ministério da Justiça, dos órgãos federais, essa denúncia gravíssima que V. Exa. faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um atentado à democracia também, à vida de um Prefeito eleito, à vida de qualquer pessoa, nós precisamos repudiar veementemente, mas, quando uma facção marca data para atentar à vida de um Prefeito eleito de uma capital de um estado da Federação, nós precisamos reagir com a urgência que o caso requer. E nós vemos isso e acompanhamos no Brasil.

Eu quero publicamente reiterar a fala da Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministra do Supremo Tribunal Federal, quando disse que a maior preocupação no processo eleitoral do Brasil eram os envolvimentos – foi essa fala – diretos das facções criminosas no Brasil, em partidos políticos no Brasil, em candidaturas no Brasil, sejam de Vereadores, de Vice-Prefeitos ou de Prefeitos, que seriam repudiados veementemente.

Então, eu quero me solidarizar com V. Exa., com o Prefeito Tião Bocalom, e quero cobrar também do Governo Federal, que não pode se omitir em um caso concreto. As facções criminosas estão imperando nos rincões do Brasil, infelizmente, também nos grandes centros. Isso é uma constatação, e a minha indignação nesta fala, no início da reunião, aproveitando a oportunidade de fazer essa contextualização do que nós estamos vivendo no Brasil, culminou com a ameaça a um Prefeito eleito.

Mas isso se deu durante todo o processo eleitoral, Senador Márcio. Em todos os estados do Brasil, em todos os municípios brasileiros. As facções insistem em ingressar na vida pública ou na política para controlar esses rincões, onde brasileiros, Líder Kajuru, não conseguem entrar nos bairros, nas periferias, se não pedir autorização para o líder de uma facção criminosa.

Então, eu queria, Senador Zequinha, aproveitar essa oportunidade para fazer este desabafo: nós estamos vivendo no Brasil a permanente infiltração das facções criminosas no Estado brasileiro, sejam participando de procedimentos licitatórios com empresas laranjas para lavar dinheiro, sejam participando de episódios na política diretamente com candidaturas.

E eu quero apoiar a decisão da Presidente do TSE e, enquanto Senador, eu vou tomar uma providência individual e acho que o Senado tem que fazer, para nós estarmos atentos a isso, Presidente Mourão. Porque isso é um caso gravíssimo de um atentado à democracia brasileira quando as organizações criminosas impedem do candidato A entrar em um bairro da cidade, a não ser que pague, ou liberam um candidato B, que é filiado a uma facção e que pode entrar para pedir voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero fazer essa fala e tenho certeza absoluta de que é uma fala que contempla o Senado da República.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Zequinha Marinho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Só para agradecer que eu levantei o assunto, não tenho reparo nenhum à fala de V. Exa., a não ser assinar embaixo.

Agradeço ao meu amigo Davi, a solidariedade e a atitude de, como Presidente da CCJ, também instar o Governo Federal para acompanhar esse caso específico, que é apenas um exemplo, claro que para mim e para o Alan é um exemplo muito pessoal, mas para o Brasil é apenas mais um exemplo de um agente do Estado brasileiro sendo ameaçado.

Então, eu quero aqui só lhe agradecer e saiba que essas palavras de V. Exa. serão muito importantes, como as minhas e a do Alan, lá no processo do Acre.

Para terminar, Sr. Presidente, eu apresentei ontem uma PEC e peço aos colegas a atenção. Quando você perde um processo no TSE, se você achar-se no direito de recorrer, você recorre ao STF. Só que ao fazer essa ação, você espera que tenha certeza de que o Ministro, o magistrado do Supremo Tribunal Federal não seja o mesmo do TSE. E isso não vem acontecendo há mais de 60 anos.

Portanto, a PEC propõe a retirada de membros do Supremo Tribunal Federal do Tribunal Superior Eleitoral por uma razão simples e óbvia: você não pode ser julgado pelo mesmo magistrado duas vezes. Eu disse ontem na tribuna do Senado: é como você ter um laudo médico, desejar uma outra opinião e procurar o mesmo médico para dar outra opinião. Não dá! Então, quando você recorre a uma instância superior, você está esperando que outros olhos possam analisar o mesmo processo e, de repente, ter uma outra interpretação.

Eu conversei com o Líder Omar. Ele diverge da ideia da PEC...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... que propõe que o Senado e a Câmara tenham participação na escolha, mas isso pode ser fruto de emenda. A ideia central é essa.

Eu peço aos colegas o apoio, para assinarem, para a PEC tramitar e nós podermos – quem sabe? – corrigir o que eu acho que é um equívoco da Justiça brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Líder Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, só para contribuir com o tema que V. Exa. estava expondo, eu fiquei, assim, estarrecido em Belém, porque se a facção não te der autorização, você não pode entrar no bairro. De repente, em alguns bairros, dependendo de quem controla o crime naquele bairro, cobra-se uma taxa. O cara que tem que entrar entra, mas tem que pagar. Eu nunca vi isso em lugar nenhum do mundo. Isso é assustador. A gente tem que, aqui, se somar com quem quer que seja que possa acabar com isso, porque, se não, daqui a uns dias você não pode mais nem andar, porque cada rua, cada bairro tem um dono mandando e desmandando ali, um poder paralelo fortíssimo que não é regido por lei nenhuma; a lei quem faz são eles mesmos. E isso é muito perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Rapidamente, Presidente – nada mais do que a minha obrigação –, a nossa assessoria do Gabinete 10 acaba de enviar ao Ministro Ricardo Lewandowski as palavras dos Senadores Bittar, Alan e do senhor, como Presidente da CCJ, para que o Ministério da Justiça tome as providências. E já recebi o o.k. aqui da assessoria do Ministro, já está nas mãos dele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado pela manifestação dos Senadores e das Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos votar vários projetos que estão tramitando em conjunto: o Projeto de Lei nº 3.464, de 2019; o Projeto de Lei nº 2.016, de 2022; o Projeto de Lei nº 2.034, de 2022, que estão apensados e tramitam em conjunto ao Projeto de Lei nº 1.998, de 2022, todos terminativos.

ITEM 13

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 3464, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 234-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever causa de aumento de pena para o profissional de saúde que praticar crime contra a dignidade sexual no exercício da função.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 2016, DE 2022

- Terminativo -

Altera os arts. 217-A e 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena para a prática de crime contra a dignidade sexual por médico ou qualquer outro profissional da área de saúde no exercício de sua atividade, bem como para dispor que configura estupro de vulnerável a prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso pelos referidos profissionais em face de paciente em situação de atendimento médico, clínico ou hospitalar.

Autoria: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 1998, DE 2022

- Terminativo -

Altera o art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para prever aumento de pena para os casos de crime contra a dignidade sexual praticado por médico ou profissional da saúde em situação de atendimento médico ou hospitalar.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 2034, DE 2022

- Terminativo -

Altera o art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal para prever o aumento de pena para os casos de crime contra a dignidade sexual praticado com abuso de confiança.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (Podemos/MS)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.998, de 2022, com uma emenda que apresenta, restando prejudicados os Projetos de Lei nos 3.464, de 2019, e 2.016 e 2.034, de 2022.

Observações:

- Votação nominal.

O autor do projeto é o Senador Jorge Kajuru e o Relator do projeto é o Senador Flávio Bolsonaro.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, bom dia.

Eu peço autorização para ir direto à análise. E, ao final, queria fazer um breve comentário sobre também o que aconteceu no Rio de Janeiro nas eleições municipais.

Da análise.

No mérito, consideramos os PLs convenientes e oportunos.

O estupro levado a efeito por profissional da área de saúde em desfavor de pessoa submetida a atendimento ou tratamento clínico ou hospitalar é conduta repugnante que merece sua resposta penal incrementada.

Com efeito, nas hipóteses versadas nos projetos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... exsurgem três aspectos que justificam uma pena mais severa: a) o agente exerce autoridade sobre a vítima, que, como paciente, submete-se ao procedimento por aquele determinado; b) a vítima não pode oferecer resistência; c) o crime é praticado justamente por quem deveria cuidar da saúde e da integridade do paciente.

Analisando as proposições, observamos que a alteração proposta pelo PL nº 3.464, de 2019, opera-se no art. 234-A do Código Penal, que prevê causas de aumento de pena aplicável a todos os crimes definidos no Título VI (crimes contra a dignidade sexual), enquanto as demais proposições modificam o art. 226 do Código Penal, com aplicação limitada aos capítulos que lhe são antecedentes, não alcançando, portanto, os crimes de lenocínio e de tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual (Capítulo V) e o ultraje público ao pudor (Capítulo VI).

Do nosso ponto de vista, ambas as fórmulas são eficazes, pois a pretensão é no sentido de aumentar a pena para o estupro perpetrado em situação de atendimento médico, conduta que evidentemente não se enquadra nos tipos definidos nos Capítulos V e VI do Título VI do Código

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penal, ou seja, a previsão do aumento de pena pode ser prevista tanto no art. 226 quanto no art. 234-A do Código Penal.

Com relação ao PL nº 2.016, de 2022, observamos que o §6º do art. 217-A é dispensável, pois o §1º daquele artigo já contempla a circunstância de a vítima não poder oferecer resistência.

Além disso, discordamos do incremento de pena proposto no inciso V do art. 226, que chega a dois terços, resultando em resposta penal mais severa do que a aplicada ao estupro praticado por ascendente, padrasto etc. Do nosso ponto de vista, essas condutas são equivalentes em gravidade, não se justificando exacerbar a pena nos moldes propostos no inciso V que o PL 2.016, de 2022, pretende inserir no art. 226 do Código Penal.

Mostra-se preferível, então, a fórmula proposta pelos PLs nº 1.998, de 2022, e nº 2.034, de 2022, que operam alterações no inciso II do art. 226 do Código Penal. Dessas proposições, o PL nº 1.998, de 2022, é o que contempla de forma inequívoca a conduta que se pretende punir mais severamente, pois o PL nº 2.016, de 2022, limita-se a descrever a circunstância como "abuso de confiança", que pode alcançar diversas outras situações e deixar de lado, por exemplo, o estupro cometido por um instrumentador na sala de cirurgia, com a vítima já sedada, em que não houve contato prévio para se estabelecer a relação de confiança.

Aliás, a conduta descrita pelo PL nº 1.998, de 2022, é mais precisa até mesmo do que a oferecida pelo PL nº 3.464, de 2019.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Enfim, do nosso ponto de vista, a redação mais adequada é a do PL nº 1.998, de 2022. Não obstante, seu texto pode ser aprimorado, para contemplar as vítimas "em situação de atendimento, procedimento ou tratamento clínico ou hospitalar", sendo nesse sentido a emenda que apresentamos nesta oportunidade.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.998, de 2022, com a emenda que apresentamos a seguir, restando prejudicados os Projetos de Lei nºs 3.464, de 2019, e 2.016 e 2.034, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Flávio.

Coloco em discussão a matéria.

O primeiro Senador inscrito é o Líder Jorge Kajuru, autor do projeto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria, de forma sincera, de iniciar minhas palavras expressando a minha gratidão ao Senador Flávio Bolsonaro por ter contemplado o meu projeto, o 1.998, em relação ao meu texto, embora apensando aos demais. Foi um Relator absolutamente exímio, incontestavelmente, insofismavelmente.

Repito, Projeto de Lei 1.998, de 2022, de minha autoria, que trata do aumento das penas para crimes contra a dignidade sexual cometidos por profissionais da saúde durante atendimentos médicos ou hospitalares.

A contribuição é de enorme relevância para garantir que a justiça seja ainda mais rigorosa na proteção das vítimas que se encontram em momentos de extrema vulnerabilidade.

Fiquei muito, muito feliz mesmo, Senador Flávio, porque eu não cheguei a contar pessoalmente ao senhor, mas eu pensei, de forma dura, neste projeto porque eu sofri na pele, com a minha ex-mulher, em Goiânia, esse fato. E tenho certeza de que, neste momento, ela, Andrea Bracato, está muito feliz.

Muitíssimo obrigado de coração.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar votação única para o PL 1.998, de 2022, e para a emenda, nos termos do parecer apresentado pelo Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que esta votação é de matéria terminativa e carece de votação nominal.

Os Senadores e as Senadoras... Só um minuto que deu um problema aqui no... Posso iniciar ali? Como é que eu faço para iniciar?

Só um minuto que deu um problema aqui para a gente reiniciar e abrir o painel de votação nominal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente, enquanto V. Exa. resolve o problema...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Enquanto... Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Já me antecipando, Presidente, também orientando o voto "sim" ao meu relatório, eu quero também tornar público o que aconteceu, Senador Kajuru, até para que V. Exa. também possa enviar ao Ministro da Justiça, com as falas dos demais Senadores. Aconteceu em vários municípios do Rio de Janeiro, vários, e esse é um debate que prova a importância do município na segurança pública.

Eu trago um caso emblemático de Angra dos Reis, um município que tem um potencial fantástico para o turismo, que infelizmente está sendo tomado por traficantes de drogas e por milicianos, porque as lógicas de expansão desses dois tipos de criminosos são a territorial, portanto, papel do município no planejamento urbano e no plano diretor da cidade – fiscalização para que não existam construções irregulares, é papel do município impedir isso –, e a outra é a lavagem de dinheiro pelo comércio, pela prestação de serviços, por empresas de fachada que são criadas.

Portanto, são atividades comerciais que, via de regra, a prefeitura também tem que dar alvará para o seu funcionamento. E não há nenhuma verificação para saber se quem está pedindo a inscrição para um estabelecimento comercial funcionar na cidade... se a pessoa, por exemplo, Senadora Zenaide, é uma beneficiária do Bolsa Família e está pedindo para abrir um comércio que vai ter um custo inicial de centenas de milhares de reais, de milhões de reais, algo incompatível...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e que, claramente, é um indício de que pode ser um "laranja" de uma organização criminosa para atuar naquele município. Olha a importância do papel do município.

E mais, em Angra dos Reis, acontece que o candidato da situação... E nós estávamos lançando um candidato pelo PL, que foi proibido de entrar em algumas favelas do Rio de Janeiro, lá de Angra dos Reis, com a ameaça do tráfico. O candidato Renato Araújo, do PL, chegou a ser alvo de tiros por parte de traficantes. Graças a Deus o pior não aconteceu. Está tudo registrado na Polícia Federal, que fez uma investigação robusta. E há todos os indícios de que traficantes de drogas estavam permitindo a entrada somente de um dos candidatos, o candidato da máquina hoje da Prefeitura de Angra dos Reis. Portanto, há um conluio de Prefeitos, de Vereadores que têm permissão, por parte do tráfico de drogas, das milícias, para entrarem nas comunidades, como falou o Senador Davi.

Isso é abominável. Isso, sim, é um grande atentado à democracia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – É nominal?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nominal.

Por gentileza, aqui, Senador Marcio Bittar, Senador Sergio Moro, Senador Plínio Valério, Senadora Professora Dorinha. Presidente Marcelo Castro, Senador Mecias, Senador Humberto Costa, Senador Nelsinho Trad, Senadora Mara Gabrilli, Senadora Zenaide Maia, Senador Lucas Barreto, Senador Omar Aziz, Senador Ciro Nogueira, Senador Dr. Hiran, Senador Esperidião Amin, Senador Jorge Seif, Senador Eduardo Gomes, Senador Flavio Azevedo, Senador Jayme Campos, Senadora Soraya Thronicke, esta matéria é terminativa na Comissão e carece de votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos com a presença de 26 Senadores na reunião de hoje, semipresencial, por determinação de Rodrigo Otavio Soares Pacheco. (*Pausa.*)

Senador Nelsinho Trad, Senador Omar Aziz, Senador Ciro Nogueira, Senador Dr. Hiran, Senador Mecias...

Senador Kajuru, quando nós atingirmos ali 14, que é o mínimo necessário para abrir, a gente poderia abrir ou quer esperar?

Flávio, quer esperar mais votos?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Quatorze. Tem 14.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A não ser por quem?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Oi, Flávio! Os dois Flávios ali... Tudo bem?

Senador Weverton.

O Senador Marcelo Castro estava bem aqui. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador, tem outro projeto, que era uma solicitação do Senador Kajuru, mas, como nós fizemos a inversão, quando nós terminarmos essa votação, a gente vota o que V. Exa. solicitou e posteriormente vota... para ficar todo mundo igual, um a um. Senão vão dizer que eu estou beneficiando o Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Você insiste em 0 a 0, e eu quero 1 a 1. (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – É melhor que 2 a 2.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – É melhor. Djavan.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso... Ainda temos muitos Senadores presentes que não votaram.

Há algum Senador no modelo semipresencial que deseja votar ou eu posso encerrar a votação?

Estão todos aqui? Não aparece os Senadores? (*Pausa.*)

Senadora Mara...

Votou.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou consultar pela última vez: há algum Senador no modelo semipresencial que ainda deseja...

O Senador Amin. Vou esperar só o Senador Amin para encerrar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Amin, fecha com chave de ouro. (*Pausa.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – São quantos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só falta um, o Senador Esperidião Amin. Quando ele votar, eu vou encerrar. (*Pausa.*)

E o Amin não vota!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amin...

Está encerrada a votação.

Vai-se proclamar o resultado lá.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 20 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 1.998, de 2022, e a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Flávio, da CCJ.

Eu gostaria de colocar em votação a declaração de prejudicialidade simbólica, nos termos, dos que tramitam em conjunto: o PL nº 3.464, de 2019; o PL nº 2.016, de 2022; e o PL 2.034, de 2022.

Em votação a prejudicialidade desses projetos.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovados os pareceres pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 3.464, de 2019; 2.016 e 2.034, de 2022, que tramitam em conjunto.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Projeto de Lei nº 4.988, de 2019. Esse também é terminativo. Gostaria de pedir a permanência das Senadoras e dos Senadores.

Não, não é esse. (*Pausa.*)

Ednaldo, não faz eu quebrar meu compromisso aqui. Estava 1 a 1 a 1, você já queria botar 2 a 1 a 0 para o Kajuru.

Projeto de lei...

Está vendo a oposição? E é pessoal. Pode mandar abrir um PAD. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei 4.256, de 2019, que também é terminativo. Então, é preciso que os Senadores votem nominalmente.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 4256, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CDH, Emenda nº 4, e pela rejeição da Emenda nº 3.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 04/09/2024, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro;

- Em 06/09/2024, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Marcos Rogério;

- Em 10/09/2024, foi apresentada a Emenda nº 5, de autoria do Senador Jorge Seif, e a Emenda nº 6, de autoria do Senador Alan Rick (dependendo de relatório);

- Em 11/09/2024, foi apresentada a Emenda nº 7, de autoria do Senador Jorge Seif (dependendo de relatório);

- Em 15/10/2024, foi apresentada a Emenda nº 8, de autoria do Senador Beto Martins (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator: Senador Esperidião Amin.

Relatório: pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2, da CDH, e 4, e pela rejeição da Emenda nº 3 e também das Emendas 5 a 8.

Informo novamente que a votação é nominal.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Presidente Mourão, para fazer a leitura do relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia.

Peço permissão para ir direto à análise.

Não observamos vícios que comprometam a constitucionalidade e a juridicidade do PL, nem óbices de natureza regimental.

No mérito, consideramos o PL conveniente e oportuno.

A proposição busca assegurar aos agentes de segurança socioeducativos o direito ao porte de arma de fogo, com o objetivo de garantir a proteção desses servidores, que atuam diretamente com adolescentes em conflito com a lei. A proposta se baseia no reconhecimento da exposição constante desses profissionais a situações de risco, semelhantes às vivenciadas por outras categorias já autorizadas a portar armas, como agentes prisionais e policiais.

Em pronunciamento realizado na reunião desta Comissão em 4 de setembro deste ano, o Senador Fabiano Contarato defendeu o mérito do projeto com base em sua experiência de 27 anos como delegado de polícia. O Parlamentar destacou a vulnerabilidade dos agentes socioeducativos, que não apenas enfrentam condições de trabalho semelhantes às de policiais, mas também, em algumas situações, têm uniformes idênticos aos dos internos, o que dificulta a diferenciação em casos de fuga ou motim. O Senador enfatizou que a concessão do porte de arma é uma questão de justiça e de responsabilidade com a segurança pública, pedindo sensibilidade para que o projeto fosse pautado e aprovado.

De fato, esses agentes, ao lidarem com adolescentes que cometeram atos infracionais graves, frequentemente se tornam alvos de ameaças por parte de facções criminosas e indivíduos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidos em crimes violentos. A concessão do porte de arma pode ser um mecanismo de defesa necessário, não apenas para proteger os servidores, mas também suas famílias, que podem ser alvo de retaliações em razão das funções desempenhadas pelos agentes.

O projeto ressalta que, para a concessão do porte de arma de fogo, será exigida a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica dos agentes, conforme previsto no inciso III do art. 4º da Lei nº 10.826, de 2003. Este controle rigoroso é fundamental para garantir que apenas servidores qualificados, após passarem por avaliações específicas, estejam aptos a portar armas, o que minimiza riscos e assegura que essa permissão seja exercida de forma responsável e segura.

Outro ponto que merece destaque é a isenção de taxas para esses servidores, que está proposta no projeto. Tal medida visa facilitar o acesso ao direito de porte de arma, sem criar obstáculos financeiros para os agentes. Isso se mostra relevante, dado que muitos desses servidores já enfrentam pressões econômicas e a necessidade de pagar por esses procedimentos poderia inviabilizar o exercício do direito concedido pela lei.

Uma ressalva que pode surgir em relação ao porte de armas de fogo para agentes socioeducativos é o possível conflito com o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente, previsto na Constituição e no ECA, já que a medida pode ser vista como uma ameaça ao ambiente socioeducativo, cujo foco é a reabilitação dos jovens. No entanto, entendemos que a função socioeducativa do sistema não é desvirtuada pela concessão do porte de arma, uma vez que, nos termos da Emenda nº 2-CDH, este será utilizado de forma não ostensiva e com a imposição de critérios rigorosos de treinamento e avaliação, garantindo que a segurança dos profissionais seja equilibrada com a proteção dos adolescentes.

No mais, estamos de acordo com as emendas que incluem os oficiais de Justiça no rol de servidores autorizados a portar armas, diante da necessidade de assegurar a proteção da categoria em face dos riscos inerentes às suas funções, como cumprir ordens judiciais em situações potencialmente violentas, sem a presença constante de segurança policial.

Por ser mais abrangente que a Emenda nº 3 e ter sido apresentada com precedência à Emenda nº 6, vamos acatar a Emenda nº 4, que assegura que o porte de arma de fogo será concedido somente aos profissionais que comprovarem capacidade técnica e aptidão psicológica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforme o inciso III do art. 4º da Lei nº 10.826, de 2003. Além disso, a emenda prevê a isenção das taxas para o porte de arma e excepciona a limitação de idade para aquisição de armas de fogo, medidas importantes para viabilizar a alteração legislativa pretendida.

Por outro lado, rejeitamos as Emendas 5, 7 e 8, que estendem o porte de arma de fogo, respectivamente, aos membros do Congresso Nacional, aos advogados regularmente inscritos na OAB e aos auditores fiscais federais agropecuários. Isso porque essas emendas ampliam o rol de categorias autorizadas ao porte de arma de fogo de maneira desproporcional, sem justificativas adequadas que demonstrem a necessidade imperiosa para tal ampliação.

No caso da Emenda nº 5, a inclusão de Parlamentares no rol de portadores de arma criaria um precedente perigoso de uso de armas de fogo no ambiente político, e desconsidera alternativas mais adequadas de proteção, como a própria Polícia Legislativa.

Perigoso aqui dentro, viu, Presidente? (*Risos.*) Imagina o Kajuru armado, vai acertar em todo mundo, menos em quem ele quer acertar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas está liberando para o Kajuru?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não está, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer uma emenda supressiva se estiver.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – No que tange à Emenda nº 7, é importante destacar que, segundo dados do Conselho Federal da OAB, existe 1,45 milhão de advogados em exercício.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Esse número expressivo revela que a concessão de porte de arma de fogo para uma categoria tão numerosa aumentaria significativamente o risco de uso indevido, sem que existam evidências concretas de que o porte de arma seja necessário para o exercício da advocacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, em relação à Emenda nº 8, também entendemos que não há evidências claras de que a concessão do porte de arma de fogo é essencial para a proteção dos servidores responsáveis pelas atividades de inspeção, fiscalização e controle de produtos agropecuários de origem animal e vegetal.

Diante disso, conclui-se que o presente PL, bem como as Emendas nºs 1 e 2-CDH e a nº 4, buscam oferecer aos agentes de segurança socioeducativos e oficiais de Justiça as condições adequadas para o exercício seguro de suas atividades. Ao atender aos requisitos legais para o porte de armas de fogo, essas categorias estarão mais protegidas diante das ameaças que enfrentam cotidianamente, garantindo, assim, a segurança não apenas dos servidores, mas também da sociedade como um todo.

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.256, de 2019, das Emendas nºs 1 e 2-CDH e da Emenda nº 4, e pela rejeição das Emendas 3, 5, 6, 7 e 8.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Primeiro agradeço ao Presidente Hamilton Mourão, nosso querido Senador, que atendeu a uma solicitação de vários Senadores, inclusive do Senador Fabiano Contarato, que tratou com o Senador Esperidião Amin, que era o Relator desta matéria importante, e que aceitou também fazer o relatório.

Presidente Mourão, muito obrigado pela oportunidade de V. Exa. participar dessa discussão como Relator *ad hoc* da matéria.

Eu vou colocar em discussão.

Não há Senadores inscritos para...

Senador inscrito Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, é só para manifestar minha posição obviamente favorável ao projeto de lei que concede o porte de armas aos agentes do sistema socioeducativo, favorável à inclusão pelo Relator também, nesse rol, dos oficiais de Justiça, todos, obviamente, tendo que cumprir os requisitos legais – que não são poucos e não são fáceis de serem cumpridos – que estabelece a Lei 10.826, que é o chamado Estatuto do Desarmamento.

Mas eu quero aqui manifestar minha posição favorável às Emendas 5 e 7. Porque a gente faz brincadeira de que o Parlamentar pode sacar uma arma no meio do Plenário e fazer alguma coisa... Presidente, a gente não pode partir do princípio de generalizar, porque promotor de Justiça tem porte de arma; magistrado tem porte de arma; a gente vê alguns ministros do Governo renovando o porte de arma... Eu não consigo renovar o meu, mesmo provando as ameaças que eu sofro, a escolta que eu tenho armada por parte do Senado Federal, desde a época que o Presidente era Jair Bolsonaro. Então, por que o preconceito de um Parlamentar também não poder passar por esses requisitos?

E, em passando, com isso, o que esse projeto de lei faz? Ele tira o critério subjetivo da autoridade que vai conceder o porte de arma. Então, cria uma categoria que, cumprindo os requisitos, tem direito; não cumprindo, não tem o porte de arma. Não quer ter arma, é só não requerer, não requisitar.

Da mesma forma, com relação aos advogados. "Ah, o advogado vai entrar armado na sala de audiência e pode sacar a arma." Olha, isso pode acontecer hoje. E mais, advogados são vítimas constantemente de assassinatos em razão da sua atuação. Acabou de acontecer – conversava aqui com o Senador Castellar – no Rio de Janeiro, em frente à sede da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, em frente, na calçada. A foto do corpo estendido no chão pega o símbolo da OAB na entrada do prédio da ordem no Rio de Janeiro. Talvez, se estivesse armado, pudesse ter uma chance de sobreviver. Advogados recebem ameaças o tempo inteiro. Então, qual o preconceito também de colocar os advogados e os Parlamentares nesse art. 6º?

Eu entendo o Relator, que já abriu uma exceção, porque o projeto tratava inicialmente apenas dos agentes socioeducativos, o que é positivo, e ele estendeu aos oficiais de Justiça, de uma forma correta. Mas eu entendo que essas duas categorias, assim como outras, podem ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratadas também em outro projeto de lei, e a CCJ pode ter oportunidade de apreciar, de uma forma séria e analisando os fatos, porque são categorias que também precisam ter essa prerrogativa incluída no rol daquelas que são necessárias a eles.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Castellar Neto.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Para discutir.) – É apenas para aderir à manifestação do Senador Flávio Bolsonaro.

De fato, nós conversávamos aqui em relação especificamente à questão dos advogados. Eu sou advogado criminalista militante, sei na pele o que é uma audiência criminal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – E não só no Rio de Janeiro, recentemente, mas também na Região Metropolitana de Belo Horizonte, muito recentemente, nós tivemos uma situação com um advogado criminalista, que foi alvejado e morto na frente de um fórum.

Eu inclusive sou autor do Projeto de Lei 2.975, de 2024, que é um projeto semelhante a outro que já existe aqui, de relatoria... não de relatoria, mas de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, que concede aos advogados também o porte de arma, evidentemente após passarem por todos os requisitos, subjetivos e objetivos, para essa concessão.

Entendo aqui a limitação da matéria, a limitação do projeto em análise, mas reforço aqui, tal como feito pelo Senador Flávio Bolsonaro, minha posição pessoal em relação, sobretudo, aos advogados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Flavio Azevedo.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Presidente, eu me alio às manifestações dos Senadores Castellar e Flávio Bolsonaro, citando apenas um exemplo: existem situações concretas, mensalmente ocorridas, em que, quando um advogado se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desloca, por exemplo, da capital para o interior, onde está o fórum da discussão da matéria, eles são emboscados no caminho. Isso é um costume, principalmente quando se trata de um julgamento de assassinato.

Então, no Nordeste, existe aquela história da lei de "olho por olho, dente por dente", não é? E os advogados se assustam quando se trata de um julgamento de um familiar. É tanto que eles vão sozinhos, vão sós, e se hospedam numa cidade próxima com medo de uma emboscada. Isso acontece com muita frequência no Nordeste do Brasil.

Dessa forma, eu me alio ao Senador Castellar e ao Senador Flávio Bolsonaro na manifestação deles.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos, mas eu queria rapidamente fazer apenas uma ponderação, na linha do que o Senador Flávio Bolsonaro falou.

Tudo que tem um critério subjetivo para um ser humano avaliar o outro é um problema gravíssimo, porque a gente parte de várias variáveis que não são necessariamente as adequadas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Nem republicanas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, eu acho que está... para corroborar com a tese de V. Exa. e apoiar esse projeto.

Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, compreendo e também entendo da mesma maneira o Senador Flávio Bolsonaro. Podemos – conversava agora há pouco com o Senador Mecias – apresentar uma nova matéria, incluindo algumas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Outras categorias.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... algumas categorias e uma outra proposta. Mas eu entendo que, neste momento, nós precisamos aprovar a matéria, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto do Senador Fabiano, em virtude da importância de se garantir a segurança aos agentes socioeducativos e aos oficiais de Justiça. Inclusive me sinto contemplado quando o Senador Fabiano Contarato acata a Emenda nº 4, que abrange, inclusive, o pedido da nossa Emenda nº 6, de inclusão dos oficiais de Justiça. Inclusive estão aqui os nossos oficiais de Justiça, participando deste momento de reunião.

Fiquei aqui responsável por ser o Relator *ad hoc*, mas, como tenho emenda apresentada, não pude fazer a leitura. O Senador Hamilton Mourão, brilhantemente, fez essa leitura.

Portanto, quero parabenizar o Senador Fabiano, dizer que a matéria é extremamente meritória, justa, e dizer: vamos... Na próxima etapa, Senador Flávio, conte com o meu total apoio em buscarmos defender algumas categorias, porque é necessário. Não é uma questão de abrir o rol para aqueles que podem ter o porte de arma, mas é uma necessidade de muitos Parlamentares que já sofreram ameaças e que hoje precisam, inclusive, de escolta, como V. Exa.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Consulto as Senadoras e os Senadores se podemos realizar a votação única para o projeto e para as emendas, no termo do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

Informo aos Senadores e as Senadoras que nessa matéria trata-se de votação nominal, por ser uma matéria terminativa na Comissão. (*Pausa.*)

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Enquanto as Senadoras e os Senadores estão votando, eu queria pedir permissão a V. Exas.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós votamos ainda há pouco o Projeto de Lei nº 1.998, de 2022, relatado pelo Senador Flávio Bolsonaro.

Eu recebi um telefonema da Secretaria e da assessora do Senador Magno Malta, que não está conseguindo acessar o nosso sistema, e me disse que isso é uma luta dele de muitos anos e fez um apelo para que eu pudesse tentar colocá-lo rapidamente para apenas fazer uma manifestação em agradecimento à votação dessa matéria. Eu confesso que nunca fiz isso, mas é um Senador da República que não está conseguindo acessar o... Eu sou contra colocar outra pessoa que não tem nada a ver no microfone. Estou falando...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Na minha Presidência do Senado, quando eu estive na Presidência do Senado, em algumas oportunidades em que um Senador gostaria de botar um áudio de uma fala de outra pessoa que não um Senador, eu cortei o microfone, pedi desculpa, mas no microfone a inviolabilidade é do Senador. Neste caso concreto, é um Senador da República dizendo que não está conseguindo acessar, para fazer uma fala em agradecimento ao que nós fizemos na deliberação dessa matéria. Então, eu vou ligar, vou tentar, para que o Senador Magno Malta, que é um Parlamentar que foi eleito e deseja falar, veja se consegue, enquanto nós estamos votando aqui...

Senador Magno Malta, eu vou tentar colocar aqui. (*Pausa.*)

Pois não. Pode falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque eu estou tentando colocá-lo, mas, ao mesmo tempo, estou arrumando um jeito de não colocar... (*Risos.*)

Para atender os dois, entendeu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Desligou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É o Malafaia! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Começou a perseguição!

Mas, enfim, nós estamos em processo de votação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, eu poderia me manifestar, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, agradecer a V. Exa. por ter distribuído esse projeto; agradecer ao Senador Esperidião Amin, a quem eu estendo o meu abraço fraternal; ao passo que saúdo aqui o nosso querido Senador Hamilton Mourão e os colegas Senadores e Senadoras que se manifestaram e entenderam que, às vezes, o ótimo é inimigo do bom e que não seria o momento de incluir outras categorias.

Quero deixar claro que eu tenho minha consciência muito tranquila desde quando fiz e apresentei esse projeto de lei.

Volto a falar: só quem efetivamente trabalha no âmbito de segurança pública sabe o que é a realidade. Às vezes, as pessoas têm um comportamento que talvez... Elas se comportam como se fossem Alice no país das maravilhas. A realidade é que esses agentes socioeducativos fazem um trabalho de fundamental importância, colocando em risco a sua vida, a sua integridade física, a sua integridade moral e a da sua família e a própria sociedade. Se houver uma invasão dentro de uma unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei, as pessoas que serão atingidas serão esses agentes socioeducativos.

E outra coisa: nós temos que partir da premissa de boa-fé, de legitimidade dos atos praticados pela administração pública. Isso é elementar em direito administrativo. Presume-se não um mau uso. Para o pior criminoso, nós temos a presunção de inocência – ninguém será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória –, que dirá para um agente socioeducativo! Eu não posso partir da premissa de que ele vai fazer uso inadequado, porque, se ele assim o fizer, vai ser responsabilizado penal, civil e administrativamente.

Agora, nós não podemos inverter essa lógica, nós não podemos nos deixar seduzir por um discurso de que isso vai abrir a porteira, porque vão outras categorias... Não! É para isso que existe o processo legislativo, para isso que existe o sistema bicameral, para isso que existe Comissão de Constituição e Justiça, para isso que existe audiência pública.

Agora, eu não posso deixar de entender que a minha função, a missão na minha vida, é ser Professor de Direito Penal e Processo Penal e ser Delegado por 27 anos; eu estou como Senador. Agora, eu tenho que corrigir essa injustiça porque esses servidores passam pelos rincões do Brasil, defendendo a sociedade, porque segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E se o Estado avocou para si a *persecutio criminis*, o direito de penalizar para evitar a justiça privada, ele tem que dar garantia a essas famílias, a esses servidores que estão lá exercendo o múnus público, uma função pública, com dignidade. É por isso que eu concordei, inclusive, também com a inserção, nesse contexto, neste momento, dos oficiais de Justiça.

E volto a falar para a sociedade brasileira: não estamos aqui deliberando e concedendo porte de arma ostensivamente; ele vai ficar oculto; vai ter que ter preparo, vai ter que ser capacitado, com a capacidade inerente ao Estatuto do Desarmamento, que é a Lei 10.826. Aí, sim, nós teremos uma responsabilização ainda mais efetiva naquela garantia constitucional que está expressa no art. 144: segurança pública é direito de todos e dever do Estado.

Eu quero parabenizar e agradecer pelo trabalho que todos os agentes socioeducativos desempenham na sua função, protegendo as nossas vidas. Vá ser policial, vá ser um agente socioeducativo para ver o impacto que você sofre na sua família! Quantos de nós somos rotulados pelo comportamento que passamos a ter vendo as mazelas que ocorrem diariamente?! É preciso a gente ter um debate mais aprofundado! Eu já falei isto aqui em outras vezes, porque foi publicizado: eu sou contra reduzir a maioridade penal, mas passou da hora de a gente dar um tratamento mais adequado, aumentando o período de internação para adolescente em conflito com a lei. Ora, para adolescente em conflito com a lei que praticou ato infracional com violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou grave ameaça à pessoa ou equiparado a crime hediondo, eu não posso conceber que ele vá ter no máximo três anos de internação. É essa realidade que nós temos!

No Espírito Santo, um rapaz de 17 anos entrou dentro de uma escola e metralhou não sei quantas pessoas, e o juiz vai ter que dar uma internação de no máximo três anos. Eu, enquanto Delegado, presenciei uma juíza, num homicídio qualificado praticado por um rapaz de 17 anos, em que ela podia dar três anos, conceder um ano.

Ora, é essa realidade que nós vamos dar? É isso que vai passar para a população? Nós temos que dar tratamento igual a comportamento igual. Tratar igualmente os iguais na medida em que eles se desigualem. Eu acho que, aí, sim, nós teremos uma responsabilização muito maior com a segurança pública como direito de todos, mas dever do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Senador Fabiano Contarato, pela manifestação de V. Exa.

Vou tentar colocar o Senador Magno Malta.

Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Senador Davi, eu também posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer muito a V. Exa. por ter me dado esta oportunidade de em não podendo estar presente...

E hoje teve pautas muito importantes, inclusive a pauta, que já foi votada por consenso, da punibilidade de quem comete abusos em pessoas em tratamento, ou seja, em cirurgias, em pessoas que estejam na responsabilidade da instituição médica e que são abusadas, em pessoas anestesiadas, pessoas que sofrem esse tipo de abuso. E a minha grande luta tem sido esse enfrentamento. Quero parabenizar por essa pauta e por esta pauta que V. Exa. está votando neste momento. Eu também vou votar pelo aplicativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou a favor da redução da maioridade penal, mas o agente de segurança, o agente penal, de fato, precisa ser armado. Ele, armado, é preparado, tem que estar preparado. Ninguém pega em arma sem ter treinamento. Eu estava ouvindo aí o Senador Contarato falando a respeito desse tipo de procedimento e concordo plenamente – discordo na questão da redução da maioridade penal. Sou a favor da redução, até porque esses caras não são crianças, um homem de 16 anos vota. E ninguém vira bandido de alta periculosidade dentro da penitenciária; ele vira dentro dessa instituição chamada ressocialização, que é a escola técnica do crime. Quando ele faz 18 anos, ele já é bandido: ele já queimou ônibus, já queimou Tim Lopes dentro de pneu, já assassinou com 16, com 15, com 17 anos de idade.

Então eu quero registrar o meu voto para que os agentes possam realmente proteger as suas vidas. Há rebelião dentro desse tipo de presídio que se chama centro de ressocialização e não é. Eles são absolutamente violentos, e essas pessoas correm risco de vida. Não imagino, com todo respeito ao argumento do Senador Fabiano, que o aumento de pena de três anos para quatro... E ele cita aí o caso de uma juíza que reduziu para um.

E a gente sabe como essa situação é tratada de forma ideológica, que a maioria dos assaltos ocorridos na rua hoje nos chamados pequenos crimes, em que o Ministro Lewandowski quer chamar de "humanização", acontece por indivíduos abaixo de 18 anos de idade, de 16 anos de idade, acreditando que não vai haver punição, na impunibilidade.

Por isso, Senador, eu vou votar a favor. Agradeço a V. Exa. ter aberto para mim.

E quero parabenizar também por esse projeto muito importante de dar punição a toda e qualquer pessoa que abusa de uma pessoa em estado vulnerável de forma consciente, do alto da sua tara, para se autossatisfazer.

De maneira que está de parabéns a nossa Comissão, está de parabéns a condução e a pauta de V. Exa.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Conseguimos fazer a manifestação de V. Exa. dentro do tempo regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já se concluiu a votação.

Está encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 23 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e as Emendas nºs 1, da CDH e da CCJ, 2, da CDH e da CCJ, e 4, da CCJ; e rejeitadas as Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 8.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Presidente, apenas para registrar e agradecer a presença da Fenasse (Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo), da Fenassojaf (Associação Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais), da Afojebra (Associação Federal dos Oficiais Estaduais do Brasil), a quem aqui estendo o meu abraço e meu agradecimento por todo o trabalho que vem sendo feito à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na mesma linha, quero reconhecer também a importância da entidade e da presença de vocês no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Sejam sempre muito bem-vindos!

Projeto de Lei nº 4.988, de 2019, terminativo.

Informo aos Senadores e às Senadoras que nós necessitaremos, novamente, de votação nominal neste projeto e que permaneçam, no modelo semipresencial, na reunião.

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 4988, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena pela leitura.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Castellar Neto

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4, com a emenda que apresenta.

Observações:

- Em 14/10/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro;

- Em 15/10/2024, foram recebidas as Emendas nºs 2 a 4, de autoria do Senador Rogério Carvalho;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Castellar Neto para proferir o relatório apresentado.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço autorização para partir para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com certeza.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Digo que no mérito nós consideramos o projeto conveniente e oportuno e desde já cumprimento o Senador Jorge Kajuru pela proposição. Eu, como gosto sempre de dizer, advogo na área criminal e sei da importância da questão da ressocialização dos nossos presos, o que sem dúvida nenhuma é um dos nossos grandes objetivos. Nós já tínhamos... já temos na legislação da execução penal a previsão da remissão da pena pelo estudo e pelo trabalho, e a questão da leitura é prevista hoje apenas em função de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça, portanto, de uma forma frágil. De forma que a proposta de V. Exa. vem sem dúvida nenhuma trazer mais segurança jurídica a essa situação. Portanto, digo que a leitura, assim como o trabalho e o estudo, contribui para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperação do condenado, de modo que o incentivo dado pela regra de remissão contribui para o aprimoramento do sistema de encarceramento e cumprimento de pena privativa de liberdade.

A despeito de concordarmos integralmente com a proposição, observo apenas que, da forma como redigido o projeto de lei, não está sendo revogado o §8º, que estabelece a necessidade de Ministério Público e defesa serem ouvidos antes da decisão do juiz sobre a remição, como anunciado pela justificação do autor. Diante disso, para preservar a intenção original, convém redesignar como §8º o §9º acrescido ao art. 126 da Lei de Execução Penal.

Com relação às emendas, eu acolho integralmente todas as que foram até o momento apresentadas. Concordo com a emenda proposta pelo Senador Sergio Moro, que é absolutamente prudente no sentido de se limitar em 48 dias remidos pela leitura a cada 12 meses, conforme estabelece a Emenda nº 1 de S. Exa., que é inclusive a regra hoje que já consta também da Resolução nº 391, do Conselho Nacional de Justiça.

Com relação à Emenda nº 2, assiste razão ao Senador Rogério Carvalho quando diz que o critério de elegibilidade já consta do *caput* do art. 126 da Lei de Execução Penal, na forma do projeto de lei, e considera essa emenda praticamente como uma emenda de redação.

No mais, concordo com o incentivo à doação de obras literárias por particulares e à desnecessidade de avaliação dos trabalhos escritos, conforme preveem, respectivamente, as Emendas nºs 3 e 4.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.988, de 2019, e das Emendas nºs 1 a 4 - CCJ, com a emenda a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Jorge Kajuru para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Obrigado, querido.

Bom, mais uma vez, de forma exímia, assim como aconteceu no relatório do Senador Flávio Bolsonaro, eu agradeço da mesma maneira ao Senador mineiro Castellar Neto pelo trabalho minucioso e comprometido na análise do meu outro projeto, este em tramitação nesta Comissão, que versa sobre a remissão de pena por meio da leitura. A educação, como mecanismo de remissão de pena, além de ser um fator que pode contribuir na redução da marginalização dos condenados, também permite a ressocialização e a reintegração desses indivíduos na sociedade.

Desta forma, deixo aqui o meu elogio ao seu desempenho, Senador Castellar, em garantir, e garantir de forma inequívoca, a aprovação desta importantíssima matéria.

Ganhei o dia hoje.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Trata-se de votação nominal.

Pode iniciar. (*Pausa.*)

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A orientação é o voto "sim", da Liderança do PSD. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eu estou tentando arrumar um voto para o Kajuru aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Não sou seu Relator.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olha, eu estava querendo evitar esta crise.

Está vendo? Começou a confusão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, deixe-me tentar ajudar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, só um minuto. O Senador Flávio quer explicar para a Senadora Zenaide.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu tinha uma outra preocupação...

Não, eu tinha uma outra preocupação além dessa, da preocupação da Senadora Zenaide, mas o Relator Castellar conseguiu incluir essa emenda aqui, que me atendeu, Senador Kajuru.

Era a minha preocupação – uma das preocupações era essa – qual o limite, e ele está aqui reproduzindo o texto do que já existe hoje.

Já funciona desse jeito hoje, por intermédio da Resolução do CNJ 391, de 2021, colocando a limitação, disciplinando, para não ficar um troço sem controle, porque, senão, como é que faz? O cara fala que leu 200 livros, o diretor lá do presídio fala que está o.k., não tem uma aferição do conteúdo daquilo, enfim...

Hoje já há uma regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Começa a mesma conversa da subjetividade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É.

Então, hoje já há uma regulamentação de que agora vai estar em lei, porque, assim, como já funciona, não muda absolutamente nada em relação ao que está hoje.

Então, minha preocupação... Não sei se ajuda a Senadora Zenaide. Não é especificamente sobre o que ela está preocupada, mas é uma preocupação tão nobre quanto e que foi atendida pelo Relator.

Por isso que a gente está votando "sim".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vote "sim", Zenaide. (*Risos.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone.*) – Vou votar "sim" e quero ver quem vai fiscalizar... (*Ininteligível.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só não pode utilizar aquele programa que o cara fala aqui, e o cara dá o texto para o cara.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Weverton? Olha que privilégio... Uma honra V. Exa. estar conosco aqui, na Comissão. (*Risos.*)

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, e o pior é que ainda está tendo o primeiro turno lá. Por isso que ele não apareceu esses dias aqui.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flavio Azevedo.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Presidente, eu votei "não". Não sei se o meu voto será computado aí, porque tem quatro outros na minha frente, eu sou suplente, mas, se aparecer, eu me julgo na obrigação de dar uma explicação.

Primeiro, eu sou contra a remissão de penas.

O país vive, cada dia... Eu tenho 78 anos de idade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Vi remissões de penas absurdas. Já existe, no nosso Código Penal, que, com um sexto da pena cumprida, o bandido, o marginal, o assassino pode ser solto.

Então eu sou contra, a princípio. E, com a minha idade, eu não tenho mais... Eu não tenho mais idade, com 78 anos, para mudar minha opinião e minhas convicções sobre determinadas coisas.

Segundo: nós estamos convalidando uma atitude indevida do CNJ, que regulamentou... Assumindo o papel do legislativo, interferiu na matéria. Então, nós estamos confirmando, mais uma vez, o direito de o Poder Judiciário se manifestar antes do Poder Legislativo, de modo que meu voto é "não", com a mais absoluta convicção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Flavio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta é a essência do Parlamento: as manifestações a favor e contrárias a projetos importantes.

Senador Oriovisto, Senador Marcelo Castro, Senador Angelo Coronel, Senador Omar Aziz, Senador Lucas Barreto, Senador Fabiano Contarato, Senador Nelsinho Trad, Senador Humberto Costa, Senador Ciro Nogueira, Senador Esperidião Amin, Senador Dr. Hiran, Senador Jorge Seif, Senador Magno Malta, Senador Marcos Rogério, Senador Jayme Campos, Senadora Soraya Thronicke, Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Até agora nós temos um voto "não".

Posso encerrar? Ou posso esperar um pouco mais?

Precisa-se de quantos? São 14 "sim"?

Consulto se há algum Senador ou Senadora no modo semipresencial que deseje votar este assunto, esta matéria. (*Pausa.*)

Consulto o Plenário se posso encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

O Senador Flavio Azevedo conquistou o Senador Marcio Bittar.

Foi bom.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 15 Senadores; NÃO, 2 Senadores.

Estão aprovados o projeto e as Emendas nºs 1 a 5 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

Senador Alan, tinha uma solicitação da Senadora Zenaide – eu tinha feito um compromisso com ela. Eu posso?

Também é turno suplementar o dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.595, de 2019, emenda do projeto.

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº 3595, DE 2019

- Terminativo -

Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH-CCJ (Substitutivo).

Observações:

- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar;

- Em 04/09/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 3595/2019, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Em 16/10/ 24, foi apresentada a Emenda nº 2-S, de autoria do Senador Flavio Azevedo, em turno suplementar.

A votação é nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para proferir relatório apenas sobre a Emenda nº 2-S, apresentada pelo Senador Flavio Azevedo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – A justificação da emenda... Posso ir direto a isso aqui, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu queria saber se meu colega Flavio não quer retirar essa emenda, porque, em termos de lei, "facultativa" é o mesmo que não ter lei – vai botar quem quiser.

A presente emenda propõe tornar facultativa a adoção, nos editais de licitação, para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva da mão de obra de administração pública federal autárquica e fundacional pelas empresas públicas e sociedade de economia mista controladas pela União.

O percentual, gente, é de 5% das vagas dos serviços terceirizados da União, das autarquias e fundações para mulheres que são vítimas, que sofrem violência doméstica.

Num momento como este, em que a gente sabe que a violência contra as mulheres é uma coisa assustadora, os números... Então, a gente propõe que seja instituída.

Isso já não foi para a CAE, porque não tem impacto financeiro. É aquilo que já é terceirizado pelos serviços públicos e que institui 5% para as mulheres – 5% só, gente.

Tornar a reserva de vaga facultativa, ao invés de obrigatória, permite maior flexibilidade para a administração pública e as empresas contratadas.

Quando a gente diz tornar a reserva de vagas facultativa, não vai funcionar na lei, porque só vai botar quem quiser, e 5% não é um percentual alto. E são as empresas que têm no mínimo cem contratadas, as terceirizadas que têm no mínimo um contrato de cem pessoas. São 5% para as mulheres vítimas de violência doméstica em vulnerabilidade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um apelo que eu faço aqui aos colegas. É uma maneira de não deixar a vítima refém, porque eu, como médica, trabalhei em pronto-socorro: muitas nem denunciavam – Mecias, Zequinha, todos que estão me ouvindo –, porque dependiam economicamente do algoz ou do agressor.

Então, um apelo que eu faço aqui: que as empresas terceirizadas que são contratadas pelos órgãos federais, autarquias, 5% dessas vagas sejam destinadas às mulheres brasileiras vítimas de violência. Esse apelo.

E o destaque é tornar a reserva facultativa – facultativa vai botar quem quiser e não vai ter esses 5%.

Um apelo que eu faço aqui.

O país vive uma violência contra as mulheres assustadora, gente. Então, é esse apelo que eu faço aqui. Por favor, vamos proteger essas mulheres de alguma coisa, porque, senão, elas vão conviver com o algoz. Por isso eu sou contra a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O parecer da Relatora é contrário à emenda apresentada.

Coloco em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Flavio Azevedo.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Quero me congratular com a Senadora pela sua boa intenção – boa não; ótima intenção! –, com a qual eu concordo, mas as boas intenções muitas vezes não são práticas, Senadora. Eu vou lhe dar um exemplo de dentro da minha casa.

Eu tenho uma empresa de construção civil que trabalha no Nordeste inteiro e que hoje tem 1.752 funcionários trabalhando, do Piauí ao norte de Minas. E 5% de 1,7 mil, vamos arredondar, eu não vou conseguir encontrar... É um receio que eu estou exprimindo; eu não sou contra o mérito. Eu não vou encontrar 5% de 1.752 funcionários para empregar na minha empresa, e a minha empresa vai paralisar a sua atividade, porque eu estarei contra a legislação. Ou não é assim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não for assim, aí eu já mudo a posição. O meu receio é encontrar a empresa paralisada por cotas.

Em alguns estados, Senadora, já chegam a 40% as vagas que obrigam cotas. Então, daqui a pouco, o empresário não tem mais comando da empregabilidade de sua empresa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Olhe, mas só o empresário que está... Mas só queria dizer que não tem problema, porque a pessoa que vai ser contratada...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Senadora, querida Senadora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... a profissão tem que ser compatível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho. Deixe-me garantir a palavra para o Senador Flavio aqui; daqui a pouco, eu passo para V. Exa.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então, o meu receio é a praticidade da medida, ou seja, a empresa pode ficar paralisada, porque não cumpre uma determinação legal, porque não existem pessoas nessa situação. Esse é o ponto um.

Ponto dois: eu também retirei a obrigatoriedade de contratar egressos do sistema penal.

Nós sabemos, hoje, o domínio que as facções exercem, pelo menos no Nordeste do Brasil, sobre toda a população carcerária que continua no cárcere e, principalmente, sobre aquela que sai do cárcere. Então, você ser obrigado a contratar um egresso do cárcere, sem ter o direito de examinar pelo menos o currículo, saber por que essa pessoa foi condenada... Isso deve ser explicitado na lei. Isso é fundamental.

Eu não posso ter obrigação de colocar dentro da minha empresa uma pessoa que foi condenada por roubo, por furto, mais de uma vez, inclusive. É preciso ficar atento que os ex-carcerários... Tem vários tipos de crime que eles cometeram. Então, eu vou colocar dentro da minha empresa um estuprador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem que ter regras mais claras sobre essas cotas, para que as cotas não inviabilizem a gestão de recursos humanos dentro de uma empresa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É, eu vou explicar aqui.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então, Senadora, se isto ficar esclarecido – como é que eu vou cumprir uma cota ou, na hipótese de um empresário exercer todos os meios de comunicação para fazer a complementação da cota, colocar no Sine, colocar em rádio, em jornal, ou seja, o exercício do esforço para cumprir aquela cota... –, eu retiro a minha emenda. Agora, a minha empresa não pode ficar paralisada porque eu não consegui cumprir uma cota.

Agora, a minha a minha empresa não pode ficar paralisada porque eu não consegui cumprir uma cota.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Olhe, o art. 1º já deixa claro, colega Flavio...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... atendida a qualificação profissional necessária. É claro que uma mulher vítima de violência não pode assumir numa empresa de engenheiros se ela não tiver a qualificação profissional. Então, se der uma olhadinha, o art. 1º já diz: contrato que envolva cem ou mais trabalhadores, atendida a qualificação necessária...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu posso também...? Posso...?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixem-me só... O que está acontecendo? Perdoem-me aqui. Está virando réplica e tréplica, enfim. Eu acho que cada Senador tem o tempo regimental para falar no período da discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir também...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou colocar o Senador Flávio Bolsonaro para discutir a matéria e quando for... Nós vamos votar sobre a emenda apresentada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Uma coisa muito importante que o Senador Flavio está colocando é o seguinte... Eu acho que a Relatora não compreendeu. Não é com relação à qualificação profissional. Se uma empresa faz um processo de chamamento dizendo que tem aqui vagas num perfil e não comparecem ali, numericamente, 5% de mulheres com esse perfil, como é que fica a empresa? Ela vai ser punida por isso? Ela não vai atender, mas não vai ser culpa da empresa. Ela abriu, fez publicidade, botou no rádio, no Sine, num monte de lugar e não preencheu os 5% de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade. Aqui o projeto não diz o que vai acontecer com a empresa. Pode vir o Ministério Público do Trabalho e dizer: "Olhe, sua empresa vai ser multada, vai ser fechada, porque não está cumprindo a cota". E ainda ganha um rótulo lá de que é uma empresa que não quer atender mulheres em situação de vulnerabilidade. É só essa preocupação. Ninguém é contra o mérito do projeto, mas esse é um ponto importante. Tem que ter uma previsão aqui de que, se a cota não for atingida, mesmo após o esforço da empresa, ela não vá ser punida, porque não houve ali... É até uma coisa a se louvar, pois, de repente, se não houver uma quantidade tão grande de mulheres procurando, isso pode ser um sinal de que não tem tantas vítimas naquele local... A gente sabe de subnotificação, mas... O espírito é... Acho que todos nós somos favoráveis a abrir essa possibilidade, é só ter algum dispositivo aqui que garanta que a empresa não vá ser punida caso o não cumprimento desses 5% não seja por culpa da própria empresa, seja por uma questão de demanda, de que não houve pessoas nesse perfil. É só esse o ponto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, é só para dar um informe também para o Plenário: esta matéria já foi votada em primeiro turno, nós estamos agora no turno suplementar, e foi apresentada a emenda; então, como é turno suplementar, nós estamos discutindo a emenda apresentada.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, ouvi claramente todos os colegas que se posicionaram aqui. E, de fato, ninguém é contra o mérito do projeto, mas, para esclarecer dúvidas, eu gostaria de fazer pedido de vista para que a gente possa alinhar melhor – se a nossa querida Senadora Zenaide concordar – uma redação, pois eu me preocupo também no mesmo sentido da fala do Senador Flávio Bolsonaro e do Senador Flavio Azevedo. Portanto, faço o pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estou consultando aqui o Dr. Ednaldo, que falou que, como é turno suplementar, uma nova deliberação, cabe novamente o pedido de vista. É por ser turno suplementar, é isso? (*Pausa.*)

Pode... (*Pausa.*)

Olhem, vai ser concedida vista... O nosso Secretário... A pedido... Regimentalmente amparada pelo Regimento, para V. Exa. Vamos conceder vista a V. Exa, só que o Dr. Ednaldo... (*Pausa.*)

O pedido de vista suspende a discussão, então pode ser apresentada emenda até o encerramento da discussão.

Então, concedida vista ao Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Comprometo-me em devolver já na próxima sessão da CCJ, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alan.

Também é turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, que também é terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº 2874, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 2, nº 3 e nº 4, e parcialmente da Emenda nº 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), e prejudicada a Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

Observações:

- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar;

- Em 04/09/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 2874/2019, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de um novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdão, perdão. Como não foram oferecidas emendas para se discutirem no turno suplementar, não tendo sido oferecidas essas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem a votação – art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e a publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 953, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra, para proferir o relatório *ad hoc*, ao Senador Weverton.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para fazer uma menção à importante aprovação, em segundo turno, do PL 2.874, com a devida vênia ao nosso querido Weverton, quero dizer do simbolismo deste dia de hoje, em que aprovamos um projeto fundamental para garantir que o Brasil dê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança jurídica à doação de alimentos, criando um pequeno incentivo: elevando de 2% para 5% esse incentivo sobre a contribuição sobre o lucro líquido de empresas, supermercados, distribuidoras, agricultura familiar, restaurantes, garantindo a segurança jurídica para aqueles que doam alimentos no Brasil.

O que vinha ocorrendo em nosso país? Os estabelecimentos preferiam jogar fora alimentos dentro do prazo de validade. Alimentos em absoluta conformidade com a nutrição, aptos para o consumo eram jogados fora, porque o incentivo para a doação de alimentos e a própria criminalização do doador impediam ou não incentivavam essa doação.

Com isso, o Brasil dá um passo importantíssimo no dia de hoje, Dia Mundial da Alimentação. Não há data mais simbólica para se aprovar uma matéria como essa, que garante um incentivo, uma segurança jurídica, para que entidades sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, bancos de alimentos, orfanatos, instituições religiosas que tratam pessoas em vulnerabilidade possam receber alimentos seguros, dentro do prazo de validade, para que matem a fome de tantos brasileiros.

Hoje damos um passo extraordinário no sentido de combater a fome, reduzir o desperdício, dando segurança jurídica a todos que querem combater a fome e o desperdício no Brasil.

Lembrando, Sr. Presidente, que a criação do Selo Empresa ou Instituição Doadora de Alimentos também garante um reconhecimento a todos aqueles que doam alimentos seguros no Brasil.

Parabéns a esta Comissão. Agradeço aos Srs. e Sras. Senadores e Senadoras que nos ajudaram e a V. Exa. pela condução exemplar de uma matéria tão importante.

Hoje, um dia simbólico, Sr. Presidente, Dia Mundial da Alimentação, e esta CCJ aprova uma matéria tão importante para combater a fome no Brasil. Parabéns a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Alan, querido Senador, parabéns pela iniciativa, pela visão de compreender a importância de tramitar uma legislação que possa dar segurança para todos aqueles que desejam solidariamente fazer doação de alimentos aos brasileiros que passam, infelizmente ainda, muita fome no nosso país. Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Quero parabenizar, Sr. Presidente, também o autor da matéria, Senador Ciro Nogueira, que, lá em 2019, pensou, criou esse sistema, um modelo de doação de alimentos, que nós tivemos a oportunidade de debater com várias frentes, com representantes de diversos segmentos, de empresas, instituições doadoras de alimentos, para criarmos um relatório substitutivo que abraça a causa de maneira muito mais serena e equilibrada. Parabenizo, mais uma vez, o Senador Ciro Nogueira por ser o autor da matéria. E a honra a mim concedida de ser o Relator de um importante... Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Weverton para proferir o relatório *ad hoc,* em substituição, pela ausência do Líder Nelsinho Trad.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Eu vou tentar, Presidente, obrigado. Tentar ser o máximo... Vou tentar ser objetivo aqui no relatório, haja vista que nós temos ainda alguns outros itens.

Nós temos ali atrás, Presidente, a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, a Paloma, com toda a sua direção e algumas crianças, aguardando a votação hoje, a inclusão na pauta aí da PEC, Ednaldo, da PEC 52. Eu acho que é o item 8, é? É o oito? Oitavo, item 8. E a Paloma, Presidente, junto com a federação da síndrome de Down, está aqui na galeria.

Eles estão aguardando o item 8, que trata sobre a educação inclusiva – acho que é o Senador Marcelo Castro que vai relatar.

Gostaria aqui de cumprimentar todos eles, que têm um trabalho fantástico no Brasil todo. E o Brasil hoje já está se tornando referência nas políticas de inclusão para as crianças com síndrome de Down e também para as com necessidades especiais.

Quanto ao item, esse PL 1.953, nós fizemos aqui um entendimento com o Governo e com as lideranças para que nós pudéssemos fazer a leitura desse relatório, Ednaldo, e, com esta leitura, até o final do mês vai ter uma proposta concreta do Governo, para que a gente possa apresentar, junto ao Relator Nelsinho Trad, e aí se conseguir fazer, quem sabe, a construção de um acordo para gente poder já votar esse relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou ler aqui só alguns pontos rápidos, deixá-lo como lido. E nós já estamos construindo esse acordo para que, até o final do mês, a gente já possa entregar para o Senador Nelsinho Trad uma proposta concreta, para a gente poder votar aqui – quem sabe, em acordo – e já mandar para Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só... Perdoe-me. Eu estava conversando um pouco com o Senador Flavio.

V. Exa. vai fazer a leitura do relatório...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Só dos pontos importantes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas nós vamos votar agora...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Isso... Não, votar não. Vamos deixar como lido o relatório. Foi esse o entendimento com o Nelsinho, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Por que não vota?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Porque o Governo ia pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, tem o acordo da vista? Eu peço vista.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Ele ia pedir vista, mas eu pedi para eles: vamos deixar então o relatório lido, eles entregam a proposta e aí já fica pronto para votar no momento seguinte, entendeu? Não é isso, Bruna?

Não vai retirar de pauta, a gente já vai ler hoje. É melhor ler hoje, deixa dada a vista e aí fica pronto para votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me só, aqui... A assessora do querido Senador Jaques Wagner me disse que construiu um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento com vários Senadores, inclusive com V. Exa. e com o próprio Senador Nelsinho, sobre um acordo de suspensão.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Sim... Sobre o acordo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Era para suspender – nós suspenderíamos a discussão, sem pedido de vista, porque é isso que o Governo está pedindo, para ter mais tempo para conversar. Eu acho que nada impede.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – É a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não é, porque, se pedir vista, não vai poder pedir vista depois, de novo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não, mas como o Governo está dando o prazo para este mês, que só tem mais duas semanas, para entregar já o relatório, o acordo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É quase a mesma coisa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... caso não tenha, se dá a vista e vota-se.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está tudo bem. Então nós vamos suspender a deliberação, diante do acordo construído, sem a solicitação da vista. E eu vou aguardar a resposta do Governo e do Relator.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Isso. Até próxima semana – antes de acabar outubro. Não teve, deixa votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem, mas eu vou seguir esse acordo da suspensão até esse mês – duas semanas.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – E como se trata de uma matéria importante para o Governo também – é óbvio, porque a gente está falando aqui de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributos – e para os nossos municípios, porque o principal beneficiário aqui vão ser os municípios, são os municípios do Cfem... Não é? Tem, por exemplo, os do Cfem.

Eu vou ler só pontos rápidos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não vou ler todo, porque é muito grande. Como vai ser dado como lido, já fica aberto o prazo para a gente construir esse acordo. Eu acho que fica bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, vai ser só para fazer...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Pelo que eu entendi, o Governo tem alguns pontos que eles precisam ajustar. Por exemplo: multas do meio ambiente.

Só que tem que ver também, aí já fica meu apelo, porque muitos deles, esse "possível"... é muito minucioso, mas tem muitos desses débitos que estão aí que não vão virar dinheiro, não vão ser pagos. Se você abre essa possibilidade, pelo menos você pode, lá na frente, conseguir ter receita, colocar dinheiro para dentro.

Então dá para construir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, V. Exa. vai fazer algumas ponderações em relação ao relatório, ele vai ser dado como lido e eu vou suspender a discussão sem o pedido de vista.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está certo?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, o ponto desse PL, para ficar fácil: débitos não tributáveis são valores devidos a estados e que não são decorrentes de impostos, são multas, descumprimentos de contratos com a União. Sabemos que, entre esses tributos, temos o caso da Cfem.

Os objetivos do PL são facilitação de parcelamentos, redução de juros e multas, além do estímulo à regularização fiscal, promovendo a recuperação de receitas para o Estado e oferecendo alívio aos devedores.

Através da Lei nº 7.990, de 1989, e da Lei nº 8.001, de 1990, foram estabelecidas as regras para cumprimento da aplicação e distribuição da Cfem (compensação financeira pela exploração mineral). Deste montante, os valores obtidos com a arrecadação pela Cfem, depois dos regulados pela Agência Nacional de Mineração, têm a seguinte distribuição: 10% é da União, 15% dos estados produtores, 60% para os municípios produtores, 15% para os municípios afetados por ferrovias, portos, estruturas e limítrofes.

Nós mesmos no Maranhão temos um monte de municípios que são atendidos e hoje são beneficiados com esses 15% aqui para municípios afetados, no caso, por nossas ferrovias.

No entanto, a falta de estrutura da agência prejudica a capacidade de fiscalização das empresas mineradoras, gerando um contencioso sobre a aplicabilidade do recolhimento da Cfem, hoje na ordem de aproximadamente R$35 bilhões, conforme os dados registrados nos anais da agência, que poderiam estar sendo distribuídos para esses municípios.

Sabemos que hoje existe uma portaria normativa da AGU, a Portaria nº 150, de 3 de outubro de 2024, que visa regulamentar a transação extraordinária na cobrança da dívida ativa não tributária e que inclui as autarquias especiais e fundações públicas federais. Nesse caso, teríamos a agência, porém não atende os objetivos que o PL atende em relação aos débitos existentes, que, em sua maioria, por serem remanescentes da aplicabilidade da metodologia de cálculo da cobrança da Cfem, não estão inclusos na dívida ativa.

Com a aprovação do projeto de lei, abre-se a possibilidade de que as empresas mineradoras possam vir a corrigir o passivo da aplicação da Cfem. O objetivo é permitir antecipar seu pagamento administrativamente, em especial dos débitos identificados ainda nas fases

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativas, concluindo-se com esses débitos da Cfem que ainda não foram inclusos na dívida ativa.

Com a aplicação da lei, reduzem-se substancialmente esses estoques de contencioso, atendendo dessa forma os municípios mineradores brasileiros – em torno de 2.250 municípios, que passam a ser favorecidos em suas políticas públicas, para aplicação em projetos, que, direta ou indiretamente, se reverterão em benefícios para a comunidade local, na forma da melhoria na infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e da educação.

O PL abre a oportunidade de as empresas mineradoras saudarem os débitos da Cfem.

Então, Presidente, o relatório, como eu lhe falei, é bem denso. Os pontos importantes dele são esses. É de autoria do Senador Irajá.

O Senador Nelsinho pediu que pudéssemos já dar esse encaminhamento para poder agilizar.

E fica aqui esse entendimento de já dar como lido o relatório, sem pedido de vista. Até o final do mês, o Governo apresenta uma boa proposta. Vamos construir isso para votar, se Deus quiser, aqui já em comum acordo. Em não dando certo, aí nós já estamos liberados para, no início de novembro, votar de acordo aqui com a consciência dos nossos colegas Parlamentares.

E, por último, quero aqui, Presidente Davi, cumprimentar o Vereador reeleito Aldir Júnior lá da nossa capital, a querida São Luís, do Maranhão. O Aldir foi o terceiro mais votado lá da capital, com dez mil seiscentos e poucos votos. Ele é dirigente lá do Partido Liberal (PL), tem ótima relação lá com todos os campos nossos, tem ajudado muito lá a nossa capital. Ele está nos visitando hoje aqui no Senado, e eu fiz questão também de trazê-lo para cumprimentá-lo e dizer que ele tenha um ótimo mandato aí nos próximos quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, querido Líder Weverton.

Quero cumprimentar o nosso Vereador, que está participando hoje da reunião da Comissão. Seja bem-vindo ao Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito o entendimento, está dado como lido o relatório apresentado pelo Senador Nelsinho Trad – feita a leitura *ad hoc* pelo Senador Weverton.

E, numa construção de um entendimento com o Governo, eu retiro a discussão, suspendo a discussão do assunto, sem solicitação de vista, para que, nesse período, ainda haja o diálogo em relação aos atores envolvidos, inclusive com a participação muito importante do Governo.

E nós organizaremos uma próxima retomada da matéria para a pauta após a orientação de V. Exas., do Governo e do Relator.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – E, por último, já publicamente, como é uma pauta que atende diretamente os municípios, principalmente do Cfem – então nós vamos apoiar –, é bom esse acordo aqui, porque já facilita lá na Câmara. Aí a gente já sai com ele redondo para Câmara, dizendo: "Olha, o Governo ajudou na construção do bom acordo, então vamos botá-lo para votação lá para se tornar realidade".

É isso.

Parabéns, Weverton. Parabéns também ao Senador Nelsinho Trad – queria fazer esse registro publicamente –, que tem discutido esse assunto há alguns meses e fez um contato pessoalmente comigo em relação à urgência da deliberação desse assunto. E, como Presidente da Comissão, eu o atendi também...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – E ao Senador Irajá, que é o autor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente. E a V. Exa., que está presente fazendo o papel de Relator.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu acabei de conversar com a Senadora Mara Gabrilli. O Senador Marcelo Castro é o autor, primeiro signatário, desta proposta de emenda à Constituição. E a Senadora Mara Gabrilli e o nosso querido Presidente Marcelo Castro solicitaram que nós pudéssemos fazer a deliberação ainda hoje dessa proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Marcelo Castro está presente no Plenário; e a Senadora Mara também, no modo semipresencial.

ITEM 8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 206 da Constituição Federal para incluir como princípio do ensino a garantia de educação inclusiva em todos os níveis.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e outros

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Como disse e repito, o primeiro signatário desta proposta de emenda à Constituição foi S. Exa. o nosso querido Presidente Marcelo Castro, e outros Senadores; e a Relatora é a nossa querida Senadora Mara Gabrilli.

Nesse sentido, concedo a palavra a S. Exa. a Senadora Mara Gabrilli para proferir o relatório apresentado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, meu Presidente Davi Alcolumbre.

Eu queria, primeiro, cumprimentar os autodefensores da Associação DFDown, que estão aí para nos ajudar. Essa associação faz parte da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que realiza um trabalho admirável em todo o país. Então, muito obrigada pela presença de vocês.

Gostaria também de parabenizar nosso querido Senador Marcelo Castro por essa iniciativa, que é tão relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador, por incluir que o ensino inclusivo é um princípio da educação em nosso país e pela oportunidade de ser a Relatora dessa PEC aqui na CCJ.

Eu estou feliz e honrada por essa contribuição tão importante, que vem chancelar, no texto da nossa Constituição, tudo aquilo que a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência já trouxe, em promover avanços no direito à igualdade de oportunidades para todos, sobretudo a quem tem uma deficiência. E a gente tem uma dívida histórica com essa parcela da população, que já foi excluída do ensino formal por conta da deficiência. Então a gente já vem derrubando as barreiras sociais por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e agora teremos mais essa garantia na Constituição.

Vou apresentar o relatório.

Vem à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 52, de 2023, de iniciativa do Senador Marcelo Castro – o primeiro signatário – e outros subscritores, que altera o art. 206 da Constituição Federal para incluir como princípio do ensino a garantia de educação inclusiva em todos os níveis.

A proposição em análise é composta por dois artigos. O art. 1º pretende inserir o inciso X ao art. 206 da Constituição Federal para prever, entre os princípios com base nos quais o ensino deve ser ministrado, a garantia de ensino inclusivo em todos os seus níveis, considerando as necessidades e condições do estudante. O art. 2º estabelece que a futura emenda constitucional deverá entrar em vigor na data da publicação.

Ao justificar a iniciativa, o primeiro signatário da PEC destaca que, apesar dos esforços que o Brasil tem empreendido para garantir educação inclusiva para todos os estudantes, as desigualdades brasileiras persistem entre os maiores níveis mundiais. Nesse sentido, defende que a educação inclusiva merece ganhar *status* de princípio constitucional, de modo que esteja explicitamente reforçada a necessidade de aprimoramento de políticas públicas de inclusão na educação no nosso país.

A proposição foi distribuída a esta Comissão. E não foram apresentadas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ emitir parecer sobre a proposta de emenda à Constituição, tanto no que se refere à sua constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade como no que concerne ao seu mérito.

Então, cumpre ressaltar que, de acordo com o inciso I do art. 60 da Constituição Federal, a Carta Magna brasileira pode ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. No caso em tela, a PEC nº 52, de 2023, está subscrita por 27 Senadores, o que atende integralmente o requisito formal em análise.

A PEC pode tramitar e ser aprovada, uma vez que não se verificam os eventos impeditivos previstos no §1º do art. 60 da Constituição Federal, referentes à vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Portanto, não se vislumbra óbice ao eventual emendamento da Constituição Federal, já que o Brasil se encontra de plena normalidade democrática.

No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União – é o art. 22, inciso XXIV, e art. 23, incisos II e V, da Constituição Federal – e às atribuições do Congresso Nacional – art. 60, inciso I, da Constituição.

No que concerne à juridicidade, a proposta inova o ordenamento jurídico, ao alçar a princípio constitucional a educação inclusiva, e com ele se compatibiliza, na medida em que a própria Constituição já prevê entre os deveres do Estado com a educação a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Ademais, a PEC está também vazada na boa técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e atende a todos os demais requisitos regimentais para seu processamento.

Acrescenta-se que a matéria veiculada na PEC em comento não incorre em nenhuma das vedações estipuladas como cláusulas pétreas, conforme o §4º do art. 60 da Constituição; ao contrário, procura ampliar o direito social constitucional à educação.

Com efeito, passando à análise do mérito, é importante destacar que a PEC em análise tem o objetivo de elevar, para o nível de princípio constitucional, a garantia de ensino inclusivo em todos os seus níveis, considerando as necessidades e condições do estudante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A própria Constituição Federal já prevê em seu art. 206, inciso I, como princípio educacional, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Ademais, o art. 208, inciso III, estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008 com *status* de emenda constitucional, também estabelece, em seu art. 24, que os Estados-partes devem assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis, a fim de efetivar o direito à educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por seu turno, repete o mandamento constitucional em seu art. 4º, inciso III, tratando explicitamente também do direito a atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Ainda, no Título V, que trata dos níveis e das modalidades de educação e ensino, destina à disciplina da educação especial o Capítulo V – são os arts. 58 a 60 da LDB.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê em sua Meta 4 a universalização, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

No mesmo sentido, a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência), afirma, em seu art. 27, o direito da pessoa com deficiência de alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidades de aprendizagem, por meio de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e do aprendizado ao longo de toda a vida.

O modelo inclusivo tem viabilizado importantes oportunidades de acesso à educação, favorecendo o crescimento da matrícula de pessoas com deficiência na educação básica. O número de matrículas da educação especial, que era de 382 mil no ano 2000 e de 930 mil em 2005, chegou a 1,8 milhão em 2023, um aumento de 41,6% em relação a 2019, de acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica 2023. Além disso, o percentual de alunos com deficiência matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Em 2023, com exceção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns.

Observa-se, assim, que a legislação pátria prevê amplamente o direito à educação inclusiva em todos os níveis, o que está refletindo nos números mencionados anteriormente. Contudo, a proposição em tela inova ao erigir o *status* de tal direito a princípio com base no qual o ensino deve ser ministrado, passando a estabelecer a educação inclusiva como valor fundamental de nossa ordem jurídica. Os princípios possuem diferentes papéis em comparação com as regras, na medida em que funcionam como guias para nortear a atividade interpretativa. Eles servem como atributos nucleares, basilares e estruturantes do direito e espelham a ideologia e os fundamentos da ordem constitucional, motivo pelo qual entendemos positiva a inclusão desse novo dispositivo no art. 206, da Constituição.

Entendemos, contudo, que a proposição deve receber pequeno reparo em sua redação, a fim de estar em conformidade com as normas de ensino inclusivo já em aplicação no país, motivo pelo qual apresentamos emenda substitutiva.

Voto.

Diante o exposto, o voto é pela aprovação da PEC nº 52, de 2023, quanto aos aspectos constitucionais, de mérito e regimentais, com a seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CCJ (Substitutiva)
(à Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2023)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 206 da Constituição Federal para incluir como princípio do ensino a garantia de educação inclusiva.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O *caput* do art. 206 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

"Art. 206. .....

.....

X – garantia de ensino inclusivo em todos os níveis e modalidades, considerando as características, interesses e necessidades de aprendizagem do educando.

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Está lido.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, querida Senadora Mara Gabrilli. É um privilégio revê-la participando das nossas reuniões aqui. Estamos com saudade.

Em discussão o relatório apresentado pela Senadora Mara Gabrilli.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, essa PEC que nós vamos votar hoje aqui é da minha autoria, a PEC nº 52, que traz o propósito de incluir na Constituição um princípio do ensino inclusivo na educação em todos os níveis: nível básico, nível médio e nível superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Sr. Presidente, a Constituição brasileira estabelece, no seu art. 206, que o ensino obedecerá a nove princípios constitucionais. Vou citar algum deles aqui, só para que as pessoas possam se situar:

> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

São nove itens idênticos a esse, que são os princípios pelos quais a educação brasileira deve reger-se, e nós acrescentamos o inciso X que diz textualmente: garantia de ensino inclusivo em todos os níveis, considerando a necessidade e as condições do estudante.

Eu tomei essa iniciativa, Sr. Presidente, porque no nosso Brasil, infelizmente – apesar de toda a legislação existente até o momento que favorece a inclusão do ensino para essas pessoas, apesar de a ONU estabelecer e de nós termos aderido a essa posição da Organização das Nações Unidas –, mesmo assim, a nossa defasagem é muito grande nessa área da inclusão de pessoas não só deficientes, mas também dos grupos em situação de vulnerabilidade, como aqueles que pertencem a minorias étnicas, culturais, religiosas, de gênero ou de qualquer outra espécie.

Então, acho que é um momento importante. Acho que é um passo significativo levarmos isso ao *status* de constitucional, para que isso faça parte de toda a legislação, de toda a regra, para que tudo que se for fazer, daqui por diante, com relação à educação no Brasil tenha esse princípio da inclusão dessas pessoas no ensino tanto público quanto privado.

E quero parabenizar aqui a Senadora Mara Gabrilli. Quando eu fiz essa PEC, não imaginei que fosse ela a Relatora, mas chego à conclusão de que não poderia ter uma Relatora mais competente, mais preparada, mais identificada com essa causa do que a Senadora Mara Gabrilli, que fez um relatório excelente.

Então, no mais, peço o apoiamento dos nossos colegas Senadores para a aprovação dessa matéria.

Muito obrigado a todos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só um instantinho, para finalizar aqui. Quero agradecer a presença aqui da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, representada aqui tão bem pela sua Presidente Cléo Bohn.

Muito obrigado a todos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para discutir.) – Quero fazer aqui os cumprimentos à Senadora Mara Gabrilli, ao Senador Marcelo Castro, a toda esta Casa.

A Paloma, ali, da Federação Brasileira de Síndrome de Down... Eu estive com eles – foi este ano, não é, Paloma? –, este ano, lá na reunião da ONU em Nova York. E lá nós tivemos a oportunidade de falar sobre o projeto de lei do ecocardiograma fetal, que foi de minha autoria, ainda como Deputado Federal. Eu chutei de lá, e a gente veio cabecear aqui no Senado. Deu certo, e hoje já é lei – o Presidente Lula sancionou no final do ano passado. As mulheres grávidas não tinham o direito de fazer ecocardiograma fetal direto no SUS, a não ser que fosse gravidez de risco; e hoje elas podem realizar até três exames de ecocardiograma fetal. E isso é importantíssimo, porque, desde o início já da gravidez, você identifica se tem algum probleminha, se tem algum tratamento a ser feito, enfim, dá segurança e qualidade de vida não só para o bebê, mas também para a mãe.

Então, esse trabalho que a federação vem tendo... Já são várias pautas. Recentemente, eu fui Relator de um projeto importante que trata sobre a inclusão dos autistas no mercado de trabalho, porque você precisa regular de forma que possa ajudar na inclusão, porque todos têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um potencial enorme, que precisa ser mais bem trabalhado, para que eles possam estar trabalhando e ajudando a sociedade.

Enfim, quero parabenizar vocês porque eu sei que não é um projeto; isso é uma luta permanente. E esse trabalho permanente vem de forma coordenada, com essa sensibilidade que o Congresso Nacional e o Governo Federal, através do Presidente Lula, têm tido com essa agenda.

E, repito, lá na ONU, eu percebi que o Brasil é referência! Os países desenvolvidos, ou tidos como desenvolvidos, não têm as políticas públicas que o Brasil tem de inclusão, principalmente para os nossos autistas, nem tampouco para os deficientes como um todo. E é preciso ser dito isso porque tem muitos brasileiros que adoram falar mal de si mesmos, do seu país, que adoram criticar o nosso país. Mas aqui nós já temos muitas legislações que melhoraram, justamente por essa sensibilidade, porque há esse trabalho permanente do associativismo das federações, dos sindicatos, de associações, sempre evoluindo no que trata da questão das melhores inclusões e das melhores políticas públicas.

Então, mais uma vez, parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Só para me congratular com o Senador Marcelo Castro, com a causa que esta PEC abraça.

Eu procurei mostrar alguma familiaridade na forma do aplauso, mas o aplauso é para V. Exa. e para a nossa querida Senadora Mara Gabrilli, porque, como o senhor falou e eu concordo, dificilmente um de nós, ou outros Senadores ou Senadoras, teria tantas credenciais de vida, de vivência, de superação quanto a nossa Senadora Mara Gabrilli.

De forma que é lógico que eu vou votar a favor pela origem, e mais ainda pela intérprete, e mais ainda pela causa. Só falta hoje o halo. Ela sabe o que é isso. (*Risos.*)

O halo. O halo de beatificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dra. Mara, V. Exa. está aqui na tela da Comissão de Constituição e Justiça, viu? Se quiser falar...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ah, meu Deus! Que honra, Esperidião, obrigada, mas não tem halo, mas tem um céu aí atrás, um arco-íris.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A lua está em quarto crescente – a lua está no quarto crescente! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, o senhor me permite só pedir desculpas e agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Claro!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero justificar a minha ausência e, no bojo da minha ausência, acho que posso justificar também a do Senador Sergio Moro. Nós estávamos participando de um evento da maior importância para o país: o Exercício Guardião Cibernético (EGC 6.0), promovido pelo Ministério da Defesa e pela Escola Superior de Defesa do Brasil, que é algo muito, muito importante.

E queria, com essa justificativa, agradecer a aprovação de projetos de lei de minha relatoria, que eu acho que, porque eu não estava presente, foram aprovados por unanimidade. (*Risos.*) Quer dizer, só porque eu não estava aqui, todos concordaram. E foram aprovados por unanimidade. Até o Senador Fabiano Contarato concordou comigo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ausência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pela ausência, se estivesse aqui, certamente teria que ter dado explicações.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Teria despertado alguma antipatia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É a volta do processo eleitoral. Está todo mundo ainda em compasso de espera, não é, Marcelo?

Novamente vou colocar em votação a proposta, o relatório apresentado pela Senadora Mara Gabrilli.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1 (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal. (*Palmas.*)

Projeto de Lei nº 25...

Senador Castellar, V. Exa. apresentou à Mesa – deixe-me aproveitar a oportunidade – uma solicitação, um requerimento de audiência pública...

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. *Fora do microfone.*) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... e eu queria incluir, Dr. Ednaldo, o requerimento apresentado extrapauta na Comissão. Como faço?

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Para encaminhar.) – Eu já apresentei, inclusive, formalmente no sistema um requerimento relativo ao Projeto de Lei nº 5, de 2022, do Senador Randolfe, de que eu sou Relator, e, se V. Exa. me permite, se eu pudesse sugerir a terça-feira, dia 29...

Eu consultei minimamente aqui os interessados na participação. Se pudéssemos marcar para terça, 29...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos fazer isso aqui.

Primeiro eu vou colocar em votação a inclusão extrapauta de um requerimento de solicitação do Senador Castellar Neto de uma audiência pública.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam...

É para instrução de uma matéria.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – É o Projeto de Lei nº 5, que versa sobre a regulamentação dos fogos de artifício com estampidos ou sem estampidos. É de lavra do Senador Randolfe, e eu sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O.k.

Então, vou colocar em votação o requerimento para inclusão extrapauta apenas do requerimento de audiência pública para instrução da matéria:

> Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 5, de 2022, que dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados..."

Temos aqui: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. São sete convidados e uma justificativa.

Em votação a inclusão extrapauta deste requerimento.

As Senadoras e os Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

Em votação o requerimento da proposta feita pelo Senador Castellar Neto de audiência pública com data previamente estabelecida para a próxima terça-feira, 29.

Qual o horário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Qualquer horário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela manhã ou pela tarde?

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela manhã.

Às 10h, pode ser?

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Proposto o requerimento de audiência pública na terça-feira, dia 29, às 10h da manhã, no plenário da Comissão.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, a inclusão extrapauta e a data da audiência.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2549, DE 2024

- Não terminativo -

Cria o Selo Cidade Mulher, a ser conferido aos Municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Castellar Neto

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A autora é a Deputada Federal Nely Aquino.

Concedo a palavra ao Senador Castellar Neto, para proferir o relatório apresentado.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, fiz questão de pedir a relatoria desse Projeto de Lei nº 2.549, porque é de autoria da querida Deputada Federal por Minas Gerais Nely Aquino, companheira de muitas trincheiras que é uma grande defensora da causa, e esse projeto de fato cria o Selo Cidade Mulher, a ser conferido aos municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres.

Eu peço a autorização de V. Exa. para ir direto ao mérito e não vislumbramos aqui nenhum tipo de óbice regimental.

Quanto ao mérito, a promoção da igualdade de gênero é uma medida que se impõe, sobretudo diante da inaceitável e persistente disparidade social, econômica e política entre homens e mulheres.

Segundo o Índice Global de Disparidade de Gênero 2024, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil caiu para a 70ª posição dentre 146 países, o que representa uma queda de 13 posições em relação ao ano anterior. O estudo da entidade estima que a igualdade de gênero levará aproximadamente 134 anos, considerando-se o ritmo atual de redução da desigualdade.

De fato, não obstante os avanços das últimas décadas, a renda média das mulheres, segundo dados de 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), corresponde a R$2.303, enquanto a renda média dos homens alcança R$ 2.920. Verifica-se, assim, que a renda média das mulheres corresponde a apenas 78% da renda média masculina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A disparidade de renda, por sua vez, não pode ser explicada pelo nível de ensino, tendo em vista que, novamente segundo dados de 2022 do IBGE, 21,3% das mulheres com mais de 25 anos haviam concluído o ensino superior, enquanto apenas 16,8% dos homens o haviam feito. As taxas de conclusão dos ensinos médio e fundamental também são superiores para o gênero feminino em relação ao gênero masculino.

Diante desse contexto, medidas como as previstas no PL nº 2.549, de 2024, de autoria – como disse – da querida Deputada Federal Nely Aquino, são fundamentais, ao incentivar a elevação da participação feminina na elaboração das políticas públicas e fomentar o combate a todas as formas de discriminação.

Essas medidas se somam a outros avanços recentes – como a publicação da Lei 14.611, de 3 de julho de 2023, que dispõe sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres –, o que contribui decisivamente para reduzir a desigualdade de gênero.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Castellar Neto.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. (*Pausa.*)

Só vou consultar aqui, um minuto. Peço a paciência de V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Mara tem mais um projeto.

Senadora Mara, V. Exa. deseja que a gente proceda à deliberação do projeto de lei de que V. Exa. é Relatora ainda na reunião?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Eu adoraria, Presidente.

Eu já poderia ir direto para a análise. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos fazer já a instrução da matéria e rapidamente passo para V. Exa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1354, DE 2019

- Não terminativo -

Impõe prioridade na tramitação processual em que figure como parte ou interveniente a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Deputado Federal Célio Studart.

Concedo a palavra à Relatora da matéria, Senadora Mara Gabrilli, para proferir o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente.

O projeto em análise não apresenta vício de regimentalidade.

Nos termos do art. 101, *caput*, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência ou consulta de qualquer Comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeita ao Direito Civil e Processual Civil.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre Direito Civil e Processual, a teor do disposto no art. 22, *caput*, inciso I, da Constituição Federal, bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma.

Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito, nos termos do art. 61, §1º, da Constituição Federal.

Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) possui o atributo da generalidade, que exige seja destinatário do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; iii) afigura-se dotado de potencial coercitividade, isto é, a possibilidade de imposição compulsória do comportamento normativo estabelecido; e iv) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às leis clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, temos o prazer de acompanhar, por inteiro, o entendimento contido no parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Assim, julgamos conveniente, de todo modo, reverberar, na literalidade, as judiciosas ponderações – com as quais estamos inteiramente de acordo – deduzidas pelo Relator, Senador Eduardo Girão, que teve a ocasião de apresentar relatório favorável à aprovação do projeto, com os seguintes argumentos:

> Há, na proposição, entretanto, dois conteúdos normativos interessantes e que, decerto, farão bem à nossa ordem jurídica: (1) a ideia de que o interessado deve requerer à autoridade a prioridade a que se refere a proposição e (2) a ideia de que os processos em que haja interesse de pessoas com transtorno de espectro autista devem receber uma forma de identificação.

Oferecemos emenda substitutiva com o intuito de reter essas duas ideias, mas acreditamos que a melhor forma de fazer isso será por meio de sua incorporação ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, como determina a técnica legislativa, de modo a não visar a uma única condição de pessoa com deficiência, mas, sim, alcançando todas aquelas pessoas.

As ideias às quais nos referimos são boas soluções, conforme acreditamos, porque levam ao registro documental da demanda pelo direito, tornando mais fácil caracterizar a eventual omissão da autoridade.

O autismo é simbolizado por uma fita de peças de quebra-cabeças colorida que retrata o mistério e a complexidade do transtorno da personalidade. A fita de quebra-cabeça colorida é um símbolo mundial da conscientização em relação a essa deficiência, usada principalmente no dia 2 de abril, que é o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, quando diversos monumentos ao redor do mundo são iluminados de azul, a cor definida pelo autismo.

A Lei 12.764, de dezembro de 2011, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, já define, em seu primeiro artigo, que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. E, com a aprovação desse projeto de relevante iniciativa, as pessoas com deficiência, entre elas aquelas com o transtorno do espectro do autismo, passarão a ter sua condição de pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com deficiência reconhecida e estampada nas capas dos processos judiciais e a garantia de ter direitos básicos respeitados, em especial o direito do acesso às ações e serviços de saúde e educação, com vistas à atenção integral às suas necessidades, por meio de atendimento multiprofissional.

E, na maioria dos casos, a pessoa com deficiência busca o Poder Judiciário para obter acesso facilitado aos serviços públicos de saúde e apoio à educação inclusiva. Assim, a morosidade crônica e inexplicável dos processos judiciais não pode ser novamente usada como obstáculo a justificar o atendimento deficitário das necessidades das pessoas com deficiência e de suas famílias. Nesse sentido, são dignas de nota as modificações engendradas pela emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.359, de 2019, tanto as de caráter judicial, dedicadas a priorizar à pessoa com deficiência o pleno reconhecimento do seu direito à Justiça célere, como as de caráter de identificação, como a de estampar, na capa dos processos judiciais, a prioridade e a presença da pessoa com deficiência a merecer especial proteção do poder público.

E, nesse passo, destacamos que andou muito bem a Câmara dos Deputados, ao aprovar rapidamente o projeto de lei em comento, e o Senado Federal, ao aperfeiçoar e ampliar o alcance do projeto a todos os brasileiros com deficiência, demonstrando, mais uma vez, o elevado respeito e consideração do Parlamento por essa expressiva parcela da população.

O voto.

Em razão do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.359, de 2019, na forma da emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Mara.

Colocamos em discussão o relatório apresentado por V. Exa. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir. Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CDH/CCJ (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Eu gostaria de agradecer... primeiro de fazer um registro à nossa equipe da Comissão de que a nossa reunião foi muito produtiva. Nós conseguimos avançar muito na pauta, deliberamos várias matérias importantes, encaminhamos alguns entendimentos de acordo em relação a outros assuntos que o Governo e Senadores, autores e Relatores de matérias estão construindo, mas eu queria agradecer a participação. A gente teve o quórum completo na Comissão de 27 Senadores. Por determinação do Presidente Rodrigo Pacheco, foi uma semana de deliberação semipresencial, mas mesmo assim com a presença de vários Senadores aqui no plenário da Comissão e também no modo semipresencial, no modelo virtual de deliberação.

Então, eu queria agradecer o carinho de todos, agradecer aos assessores dos nossos Senadores e Senadoras que estão até o término da reunião participando, à imprensa aqui presente, que nos acompanhou também durante toda a reunião; agradecer aos nossos convidados de todas as entidades, associações que participaram, aos nossos, novamente, Consultores na pessoa do Dr. Danilo; agradecer à nossa equipe da Comissão de Constituição e Justiça pela presteza do atendimento aos Senadores e a esta Presidência; e agradecer a permanência até o término da reunião de S. Exa. o Senador Weverton, Coordenador-Geral da frente de resistência, e ao Senador Ministro Sergio Fernando Moro, que nos acompanham até o final do encerramento da deliberação das matérias. Muito obrigado a todos, Ministro Moro, Senador Weverton.

Nada mais havendo a tratar...

E há a presença do nosso Vereador, Dr. Aldir Júnior, Vereador reeleito da Ilha de São Luís do Maranhão, terra natal do querido Senador Weverton. Parabéns!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e oito minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Cid Gomes, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Alan Rick, Jussara Lima, Zenaide Maia, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Humberto Costa, Rosana Martinelli, Astronauta Marcos Pontes, Beto Martins, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Beto Faro e Mecias de Jesus, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 49ª, 50ª, 51ª e 52ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 88, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3118, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 2 – CE (Substitutivo), com acolhimento da Emenda nº 1-T/CE. O substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 49, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16-CCJ/CAE, das Emendas nºs 17, 18, 19 e 20-CAE e pela rejeição das Emendas nºs 9, 12 e 14-CCJ e nº 21-CAE, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1124, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para prever o abatimento no saldo devedor do FIES para todos os estudantes que exercerem suas profissões em serviços públicos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Relatoria:** Senadora Rosana Martinelli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 28, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobe a criação do Prêmio Meninas Olímpicas, conferido pelo Senado Federal, objetivando fomentar a participação de meninas em olimpíada de Conhecimento a fim de ampliar suas áreas de atuação no mercado de trabalho." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Tramita em conjunto com o Projeto de Resolução do Senado n° 39, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, o Prêmio Meninas Olímpicas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Beto Martins. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 28, de 2023, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2023. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6204, de 2023 - Terminativo -** que: "Declara o educador Anísio Teixeira Patrono da Escola Pública Brasileira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1 – CE. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1711, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1025, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de João Ribeiro de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 24, de 2020 - Terminativo -** que: "Reconhece as expressões artísticas charge, caricatura, cartum e grafite como manifestações da cultura brasileira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*ad hoc*), em substituição à Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1752, de 2024 - Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para criar a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e instituir o Dia do Motociclista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*ad hoc*), em substituição ao Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1 – CE. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3090, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Música Gospel." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*ad hoc*), em substituição ao Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2729, de 2024 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional das Malhas ao Município de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 83, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2024, para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, seja incluído, na 7ª Audiência, um representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 84, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal, no Rio de Janeiro, em 19/11/2024, a fim de participar do evento Catalisando Mudanças: O Papel da Educação na Construção de um Futuro Justo e Sustentável, alinhado com as prioridades do Brasil no G20." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de setembro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 49ª, 50ª, 51ª e 52ª Reuniões, realizadas nos dias 3, 5, 9 e 16 de setembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores e as Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso, abro aspas, "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores e Senadoras que participam remotamente.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e são terminativos na Comissão serão votados nominalmente e em bloco, com a abertura do painel eletrônico, se não houver discordância do Plenário.

Votaremos também em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Ficam retirados de pauta os itens 1, 5, 7 e 12, a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação com cinco emendas que apresenta

Observações:

1. Em 16/05/2023, foi lido o relatório e ficou adiada a discussão até a realização das audiências públicas para instruir a matéria.

2. Em 22/05/2023, 01/06/2023, 15/06/2023 e 22/06/2023 foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

3. Em 11/09/2024, foi recebido novo relatório.

4. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 28, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobe a criação do Prêmio Meninas Olímpicas, conferido pelo Senado Federal, objetivando fomentar a participação de meninas em olimpíada de Conhecimento a fim de ampliar suas áreas de atuação no mercado de trabalho.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1711, DE 2024

- Terminativo -

Inscreve o nome de Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 13/08/2024, 27/08/2024 e 03/09/2024.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 2729, DE 2024

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional das Malhas ao Município de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação)

Como o Senador Izalci Lucas, daqui a pouco, terá que presidir a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, nós vamos inverter a pauta, não havendo objeção do Plenário, para passarmos ao item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes disso, quero saudar o próprio Senador Izalci Lucas, membro desta Comissão, que é uma liderança na área da educação e que vem presidindo o grupo da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) da reforma tributária para apresentar sugestões à CCJ e ao Relator.

É um trabalho dos mais importantes, Senador Izalci Lucas. Estimo que os resultados sejam muito bons, fruto de inúmeras audiências públicas.

Quero saudar também, sempre com muita satisfação e alegria, o caro Senador Hamilton Mourão, do Estado do Rio Grande do Sul, nosso ex-Vice-Presidente, com um fã-clube pelo Brasil bastante grande também, não é? Que bom! Sinal da competência, da capacidade, do diálogo, do entendimento, da escuta, que são valores e dons de que o Brasil precisa muito – sempre precisa –, mas particularmente de que a humanidade precisa neste momento.

Então, passamos para o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 6204, DE 2023

- Terminativo -

Declara o educador Anísio Teixeira Patrono da Escola Pública Brasileira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

A autoria é de Alice Portugal.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, antes de entrar na leitura, eu queria pedir a V. Exa. pelo item 4, de minha autoria, com relatoria da Senadora Rosana.

É evidente que aqui é uma Comissão de mérito, não é? Parece que o Governo tem alguma objeção, mas deve ser questão econômica. Esse projeto ainda vai para a CAE. Então, eu pediria ao Governo para que votássemos aqui o mérito da matéria e discutíssemos a questão econômica na CAE, que é a Comissão mais adequada.

De qualquer forma, eu peço a V. Exa. para ir direto para a análise desse meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero dizer, Senador Izalci Lucas, que a Senadora Rosana Martinelli deve vir a esta Comissão, daqui a pouco estará aqui o relatório e constará da pauta o item nº 4.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Presidente.

Vamos direto à análise, então.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar. Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.

De acordo com o parágrafo único do art. 1º dessa lei, o patrono de determinada categoria será escolhido entre brasileiros mortos há pelo menos dez anos que tenham demonstrado especial dedicação ou se distinguido por excepcional contribuição ao segmento para o qual sua atuação servirá de paradigma. A seu turno, o art. 2º da mesma norma define que a outorga de referido título é homenagem cívica a ser sugerida em projeto de lei específico, no qual deverá constar a justificativa fundamentada da escolha do nome indicado.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto carece de pontual reparo, uma vez que o teor disposto no art. 2º já se encontra atendido pelo art. 1º, a ensejar, assim, a propositura de emenda de redação apresentada ao final deste parecer.

No que respeita ao mérito, o projeto também merece prosperar.

Anísio Teixeira, figura seminal da educação brasileira, deixou um legado que transcende seu tempo e influencia profundamente as práticas educacionais até os dias de hoje.

Nascido em Caetité, Bahia, em 1900, sua trajetória foi marcada por uma dedicação incansável à promoção de uma educação democrática e de qualidade para todos os brasileiros.

Em 1924, após formar-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, retorna à sua terra natal para assumir o cargo de Diretor-Geral de Instrução, a convite do Governador Góes Calmon, iniciando a trajetória na educação e na administração pública e promovendo a reforma do sistema de ensino da Bahia.

Após visitar diversos países para observar os respectivos sistemas educacionais, Anísio Teixeira assume, em 1931, no Rio de Janeiro, a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realiza uma ampla reforma na rede de ensino, integrando o ensino da escola primária à universidade.

Em 1932, compõe o grupo de 26 intelectuais e educadores signatários do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", marco na história da educação, que apresentava propostas para a reforma do sistema educacional brasileiro, visando à democratização do ensino e à concepção de uma escola única, gratuita, obrigatória, pública e laica.

Em 1935, participa da criação da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, mas, nesse mesmo ano, perseguido pelo Governo de Getúlio Vargas, retorna à Bahia, de onde seguirá para o exterior e se tornará Conselheiro da Unesco.

Teixeira retorna ao Brasil para assumir o cargo de Secretário de Educação da Bahia, no qual obtém grande êxito como administrador público, sendo pioneiro na educação integral com a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, mais conhecido como Escola Parque, cujo projeto pedagógico gerou grande repercussão internacional.

Anísio Teixeira ainda exerceu a chefia da Capes e do Inep. Foi um dos fundadores da UnB, tendo assumido, inclusive, o posto de reitor entre 1963 e 1964.

Anísio Teixeira deixou um legado que serve e continuará servindo de inspiração para os educadores e gestores públicos que dedicam as suas vidas ao ensino em nosso país. Ele costumava dizer que educação é a vida, no sentido mais autêntico da palavra.

Declarar Anísio Teixeira Patrono da Escola Pública Brasileira fará jus à relevância de seus feitos paradigmáticos para a constante luta pelo desenvolvimento de uma educação pública, gratuita, inclusiva e plural.

Em vista do exposto, não há dúvida de que o projeto sob exame é meritório.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.204, de 2023, com a seguinte emenda da redação.

EMENDA Nº -CE (DE REDAÇÃO)

Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei nº 6.204, de 2023, renumerando-se o seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, caro Izalci Lucas.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1025, DE 2024

- Terminativo -

Inscreve o nome de João Ribeiro de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 03/09/2024.*

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado federal, compete a esta Comissão a análise de proposições que versem sobre homenagens cívicas, que é o caso do PL em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, cabe à Comissão de Educação a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao projeto. De fato, a matéria se insere no rol das competências legislativas concorrentes da União, conforme disposto no art. 24, IX, da nossa Constituição. Ainda é atribuição do Congresso sobre elas dispor, com a sanção do Presidente da República, de acordo com o art. 48 da Constituição Federal.

Ademais, a iniciativa parlamentar é legítima, pois encontra amparo no art. 61 da nossa Carta Magna.

O projeto também está de acordo com a boa técnica legislativa e de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Igualmente, encontram-se atendidos os critérios balizadores constantes da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátri*a*.

Tendo falecido no ano de 1947, verifica-se que foi cumprido o requisito temporal previsto no art. 2º da lei, que exige o decurso de dez anos da morte do homenageado para que a distinção seja prestada.

No mérito, da mesma forma, a matéria merece acolhida.

João Ribeiro de Barros nasceu em Jaú, em 4 de abril de 1900. Dotado de coragem indomável e espírito de aventura, não apenas desafiou os limites do que parecia possível, mas também marcou seu nome na história da aviação mundial como o primeiro aviador a realizar a travessia do Atlântico Sul, sem escalas, em um hidroavião, o "Jahú" – com "h".

Esse feito monumental, ocorrido no dia 28 de abril de 1927, transcendeu os meros marcos técnicos e científicos. Eu lembro que, hoje, a nossa aviação voa com piloto automático, GPS e toda a parafernália que dá uma consciência situacional ao piloto extraordinária.

Em 1927, o João Ribeiro de Barros transpôs o Atlântico com uma mera bússola, mantendo o rumo e a proa até chegar ao seu destino, Santo Amaro, em São Paulo. Ele partiu de Gênova, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itália, e chegou ao seu destino, enfrentando – óbvio – condições adversas, falta de comunicação com a Terra, e isso exigiu o máximo de bravura e habilidade.

Completando essa travessia épica, João Ribeiro de Barros não somente uniu dois continentes de maneira inédita, mas também inspirou gerações futuras a perseguirem seus sonhos com grande ousadia.

Seu legado ultrapassa as conquistas técnicas, pois ele representa a quintessência da coragem, do pioneirismo e da inovação. Demonstrou que, com fé inabalável em nossas próprias capacidades e determinação incansável, não há sonho demasiadamente grandioso nem desafio insuperável.

Por isso, Sr. Presidente, a inclusão de João Ribeiro de Barros, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, é muito mais que uma merecida homenagem a um precursor da aviação; ela reconhece a importância de sonhar grandemente e de transformar esses sonhos em realidade. E seu exemplo continua a ser um farol de inspiração, mostrando que a verdadeira bravura, aliada à inovação, abre caminhos para conquistas sem precedentes.

Ante o exposto, nosso voto não pode ser outro: é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Hamilton Mourão. Parabéns pelo relatório, muito interessante, muito bem explicado.

E pensar que essas mudanças todas aconteceram em menos de um século. Agora, com toda a tecnologia de informação, a gente fica imaginando as mudanças para o próximo século.

Cumprimento o autor da matéria também, o piloto de testes, o Senador Astronauta Marcos Pontes, porque ele sempre foi piloto de testes, para ver até onde uma aeronave poderia ser demandada.

Então, parabéns pelo relatório.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item...

Quero também saudar aqui – desculpem-me – a Senadora Damares Alves, que está aqui; remotamente, a Senadora Teresa Leitão; a Senadora Professora Dorinha Seabra, Vice-Presidente desta Comissão de Educação e Cultura, Senadora Zenaide Maia... Que bom! Estamos juntos, apesar da distância.

Passamos ao item nº 2 da pauta, Senadora Professora Dorinha Seabra.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3118, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 20/08/2024, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP).

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente, senhoras e senhores, colegas Senadores e Senadoras.

Eu quero falar da importância desse projeto, eu vou direto à análise. Depois de uma longa tramitação, nós conseguimos transformar o Pnaes, ou seja, a assistência estudantil em lei. E aqui esse projeto, essa proposta apresentada pelo Senador Davi Alcolumbre, além de elencar uma direção no sentido de fonte de financiamento para o Pnaes, ele abre a possibilidade para instituições públicas também, mas municipais e estaduais – é lógico que a critério das regulamentações.

Então, a proposição atende todos os critérios do ponto de vista de constitucionalidade e juridicidade, e dentro da competência da Comissão de Educação. E, ao propor que os recursos do Fundo Social sejam também destinados à Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), a proposta fortalece o compromisso com a redução das desigualdades e a inclusão social, objetivos fundamentais para o avanço da educação no Brasil.

A proposta apresenta um grande mérito, que é consolidar e priorizar o financiamento de políticas no âmbito da assistência estudantil, especialmente para estudantes beneficiários das ações afirmativas, de acordo com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

No intuito de preservar o cerne da sugestão legislativa original, apresentamos uma proposta de substitutivo, ajustando o texto legal para que passe a abranger não apenas o Pnaes, mas também outras políticas com finalidades semelhantes que possam surgir no futuro, sejam em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal. Isso está proposto na Emenda nº 1-CE.

Essa adequação proposta no texto, no art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, busca garantir que o apoio financeiro não se limite a um único programa, mas possa ser direcionado a qualquer iniciativa que vise à inclusão e à permanência de estudantes de baixa renda e em maior vulnerabilidade social, evitando, assim, a descontinuidade da política de assistência social no Brasil.

Ao afirmar que as receitas de que trata o inciso III serão destinadas a programas de ações afirmativas que assegurem o ingresso por reserva de vagas, conforme a legislação prevista, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugestão de redação do substitutivo ao §4º do art. 2º da Lei 12.858, de 9 de setembro de 2013, garante, de forma assertiva, que o recurso pretendido chegará ao seu objetivo correto, ao seu público correto.

A inclusão de um art. 2º ao texto da proposição, com o acréscimo de um §4º ao art. 3º da Lei 14.914, de 3 de julho de 2024 (Lei da Pnaes), garantirá que, nos termos da referida legislação, para execução de suas ações e programas, os recursos oriundos do Fundo Social sejam destinados aos estudantes beneficiários de ações afirmativas já referidas na Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Destacamos, por fim, que o aprimoramento proposto ao texto visa a contribuir positivamente para assegurar que os recursos do Fundo Social sejam efetivamente utilizados para o público-alvo principal: os estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal beneficiados pelas reservas de vagas da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, além de garantir a proposta apresentada na emenda da Comissão de Educação, a Emenda nº 1, que amplia o seu escopo de atuação para incluir políticas estaduais e municipais com a mesma finalidade da Pnaes, para que possa ser alcançada, sem se perder de vista o atendimento aos estudantes em maior vulnerabilidade social.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do PL 3.118, de 2024, e pela aprovação da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, na forma do substitutivo a seguir.

É este o nosso voto, Sr. Presidente, esclarecendo que a ampliação é porque outros programas poderão surgir com o mesmo escopo de apoio aos estudantes mais vulneráveis. Aqui, neste caso, é importante destacar a amplitude: além das instituições federais já atendidas, as instituições públicas estaduais e municipais poderão, a seu termo, também receber apoio financeiro para garantir a permanência de estudantes vulneráveis no ensino superior, que são oriundos das cotas já legisladas. Nós não mexemos na política de cota, a questão aqui é dentro do programa de assistência à destinação de fundo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço pelo relatório, Senadora Professora Dorinha Seabra.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2015

- Terminativo -

Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16-CCJ/CAE, das Emendas nºs 17, 18, 19 e 20-CAE e pela rejeição das Emendas nºs 9, 12 e 14-CCJ e nº 21-CAE, nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. Em 25/10/2023, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 16-CCJ.

3. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16 da CCJ-CAE; com as Emendas nºs 17 a 21 - CAE; rejeitando as emendas nºs 9, 12 e 14-CCJ.

4. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concedo a palavra, com muita alegria, à Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Eu vou pedir vista ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do relatório, Senador Mourão, para que depois a vista seja concedida também.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem? Então está bom.

Então, com a palavra a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas. Na pessoa do Presidente Flávio Arns, cumprimento todos os Senadores e Senadoras, aqueles também que nos seguem.

E, dadas as explicações iniciais do Presidente, eu já posso passar diretamente para a análise do projeto, que tramita na Casa desde 2015.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102, incisos I e VI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), respectivamente, opinar a respeito de proposições que versem acerca de "normas gerais sobre educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação" e "outros assuntos correlatos". Observa-se, assim, que é regimental a análise pela Comissão de Educação do PLS nº 49, de 2015.

Diante do caráter terminativo da matéria, também opinaremos sobre a constitucionalidade e juridicidade da proposição. O PLS em análise trata de matéria inserida na competência legislativa privativa da União, conforme art. 22, inciso I da Constituição, que inclui dispor sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito civil e comercial. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Assim, não há óbice algum quanto à constitucionalidade do PLS. Também não se verifica vício de injuridicidade.

No mérito, igualmente, somos favoráveis ao projeto.

De fato, a instituição de política de incentivo ao mercado editorial e livreiro é medida adequada e oportuna que vem ao encontro da necessidade de proteção e promoção do ecossistema do livro em nosso País.

A leitura é peça fundamental na formação de um povo consciente e crítico. Por meio dela, podemos explorar as nuances da nossa história, os desafios enfrentados pelo povo brasileiro e as diversas formas de expressão artística que permeiam nossa sociedade.

Nesse contexto, quando estabelecemos uma política de incentivo ao mercado editorial, como a veiculada no presente projeto, combatemos a concorrência predatória que hoje ameaça a biodiversidade, conceito relacionado à diversidade cultural aplicada ao campo do livro e das editoras. Por consequência, estimulamos que mais atores participem da cadeia do livro e que, portanto, mais vozes sejam ouvidas, enriquecendo o panorama cultural e ampliando a pluralidade de pensamentos e opiniões.

Proteger o mercado editorial brasileiro não é apenas uma questão de promover a diversidade cultural, mas também de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento para todos os segmentos da sociedade. Ademais, como bem salientado pela autora do PLS, a proteção do mercado nacional do livro é medida já adotada em diversos países, como França, Alemanha, Portugal e Argentina.

Ao garantir que o mercado editorial brasileiro possa competir de forma justa com as grandes corporações multinacionais, hoje tão presentes nessa área, estamos investindo na pluralidade de nossa identidade e na formação de uma sociedade mais informada, consciente e crítica.

Cumpre destacar ainda que a relevância do projeto foi enfatizada em audiência pública realizada no âmbito desta Comissão de Educação e Cultura, ocorrida no mês de outubro do último ano. Na ocasião, representantes tanto do setor privado da cadeia do livro quanto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governo federal se mostraram favoráveis ao PLS, sublinhando a sua importância para a democratização do acesso e para o desenvolvimento da economia do livro.

Por fim, cumpre-nos reconhecer a pertinência das alterações promovidas no projeto a partir dos pareceres aprovados na CCJ e na CAE. Não obstante, revela-se necessária, além de alguns pequenos ajustes no texto, a apresentação de emenda substitutiva, tendo em vista que as alterações trazidas pelas emendas acatadas (e das que sugeriríamos), por si só, já alteram todo o conteúdo da proposição. A medida, tomada para facilitar a tramitação do PLS e o entendimento das alterações que estão sendo sugeridas ou acatadas, não deixa de reconhecer e prestigiar o trabalho e as emendas construídas pelos Senadores Jean Paul Prates e Lindbergh Farias, sem os quais não teríamos chegado a tão elevado grau de amadurecimento da discussão.

Presidente, dê-me um segundo para eu fechar a porta do escritório? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aguardamos em um instante o retorno da Relatora, Senadora Teresa Leitão, que está fazendo a leitura do relatório do item nº 3 da pauta, que institui a Política Nacional do Livro.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Desculpem. Intercorrência doméstica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Retorno a palavra a V. Exa., Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Nesse sentido, a Emenda nº 21 da CAE suprime o Capítulo VI e o art. 14, determinando ainda a renumeração dos demais artigos e do Capítulo VII, que passa a ser o Capítulo VI. Vale dizer, contudo, que a Emenda nº 15 da CCJ, que foi acatada pelo Parecer da CAE, já havia suprimido a referência aos capítulos VI e VII, passando o Capítulo V a corresponder ao original Capítulo VII ("Da Prescrição"), composto apenas pelo art. 15. Essas alterações complementam a disposição da Emenda nº 11 da CCJ, também acatada pelo referido parecer, que denomina o Capítulo IV "Da infração à Lei e Penalidades", juntando o conteúdo dos Capítulos IV e V originais. E, aí sim, englobando ainda o Capítulo VI, que é sucedido apenas, conforme a Emenda nº 15, pelo Capítulo V, composto apenas do art. 15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De tal modo, a Emenda nº 21 da CAE deveria se restringir a suprimir o art. 14 e a renumerar os subsequentes. Sua referência ao Capítulo VI – anterior Capítulo VII – é incompatível com a Emenda nº 15 da CCJ, que resultou em que a proposição tenha apenas cinco capítulos. Dessa forma, propomos emenda apenas para suprimir o art. 14, de modo a evitar conflito com a Emenda nº 15 da CCJ e manter a estrutura lógica do texto.

Outra observação que julgamos deva ser feita é a de que o art. 11 do texto inicial da proposição – constituindo todo o Capítulo III, "Da Difusão do Livro" – é calcado sobre o art. 13 da Lei do Livro – Lei nº 10.753, de 2003. Assim, verificamos que a única mudança efetiva em relação ao art. 13 da mencionada lei é que, no *caput* do art. 11 da proposição, a responsabilidade quanto às ações previstas para a difusão do livro passa a caber não apenas ao Poder Executivo da União, mas também ao mesmo poder dos estados, municípios e Distrito Federal.

Com a aprovação do projeto de lei e manutenção de seu art. 11, passaríamos a ter dois dispositivos de duas diferentes leis com conteúdo quase idêntico. Como as determinações sobre a difusão do livro integram-se mais adequadamente à Lei do Livro, propomos emenda para suprimir o art. 11 da proposição e alterar o art. 13 da Lei nº 10.753, de 2003.

Ainda, observamos que o texto atual do PLS, especificamente em seu art. 13, § 7º, incisos I e II, destina parcela dos recursos arrecadados a título de multa em favor da Fundação Biblioteca Nacional e em favor do Instituto Fundo de Livro, Leitura, Literatura e Humanidades, para custeio de programas de fomento ao livro e à leitura. No entanto, sugerimos dar ao *caput* do artigo nova redação, na qual se prevê a destinação segundo o regulamento.

Por fim, criamos o Capítulo V para tratar das disposições finais, no qual inserimos o conteúdo do que originalmente era o art. 2º, com a alteração trazida pela CCJ, que trata da aplicação subsidiária da Lei nº 10.753, de 2003, tendo sido feita a renumeração dos dispositivos a partir do art. 2º, em decorrência dessa mudança. No mesmo capítulo também está o dispositivo que altera a mesma lei, bem como a cláusula de vigência.

Voto.

Em razão do exposto, opinamos favoravelmente pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2015, e, quanto ao mérito, votamos pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação das Emendas da CCJ nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16, pela rejeição das Emendas da CCJ de nºs 9, 12 e 14, pela aprovação das Emendas de nºs 17, 18, 19 e 20, da CAE, e pela rejeição da Emenda nº 21, da CAE, nos moldes do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CE (Substitutivo)

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 2015

Institui a política de incentivo ao mercado editorial e livreiro, regulamenta o preço de capa e políticas de descontos durante o primeiro ano de lançamentos editoriais comerciais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Esta lei institui a política nacional de preço de capa para o livro, em todos os seus formatos, tendo por objetivos e diretrizes:

I – fomentar o livro como bem cultural;

II – garantir que sua oferta seja acessível ao grande público pelo estímulo à leitura, pluralidade de pontos de venda, bibliodiversidade de títulos e maior disponibilidade do bem em todo o território nacional;

III – estabelecer a política de preço de capa do livro durante o lançamento, visando assegurar ampla oferta de exemplares e pontos de venda, fixando preço único para sua comercialização.

CAPÍTULO II

DA COMERCIALIZAÇÃO DO LIVRO

Art. 2º Todo livro, sob edição nacional com *International Standard Book Number* (ISBN) brasileiro, receberá precificação única da editora.

Art. 3º A pessoa física ou jurídica que compor, editar ou reeditar livros destinados à sua comercialização deverá fixar para eles, por meio eletrônico e público, o preço sugerido de venda ao consumidor final, que será referido como preço de capa.

§1º A fixação do preço de capa será estabelecida para a unidade constituída pelo livro e, quando sua comercialização for agregada a outro item, será feita a discriminação dos preços individualizados com observância de todos os preceitos estabelecidos nesta Lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§2º Sem prejuízo do estabelecido no §1º, a venda conjunta do livro com outro produto ou serviço será realizada observando-se o preço fixado para o livro somado ao preço do produto ou serviço acessório.

§3º O preço de capa de cada obra constará de lista pública eletrônica, de emissão das editoras, servindo de referência para os livreiros e revendedores em todo território nacional.

§4º Sob pena de multa, a editora deverá manter os registros e controles necessários para comprovação do disposto no §3º.

§5º A edição privada ou autônoma exigirá do autor a disponibilização eletrônica ao público de dados, informações e preço da obra ao consumidor final, em conformidade com esta Lei.

§6º O editor atribuirá, por sua rede de vendas ou distribuição, o catálogo ou lista de preços dos livros de seu fundo editorial.

§7º Será obrigação do editor a divulgação dos preços ao público de todo seu catálogo editorial disponível em sua unidade ou rede.

Art. 4º Com referência à precificação, as coleções ou conjunto de livros devidamente identificados receberão idêntico tratamento da obra individual, mas poderão ser comercializadas pela editora por preço inferior ao que resultaria da soma dos preços de cada um dos títulos que integram tais coleções.

Parágrafo único. As coleções ou conjunto de obras deverão constar nas listas de precificação ao consumidor final, sob o código “coleção”.

Art. 5º O preço de venda do livro ao consumidor final não poderá ser estabelecido abaixo de 90% (noventa por cento) do preço de capa definido pelo editor durante o período de 12 (doze) meses contados da data do lançamento.

§ 1º As modificações de preços de capa deverão ser comunicadas aos livreiros com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º As disposições de comercialização elencadas no *caput* não se aplicam:

I – às vendas efetuadas diretamente por editoras à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

II – aos livros didáticos destinados aos alunos da educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 6º Ao livreiro, distribuidor ou revendedor será permitida a livre fixação do preço de venda do livro ao consumidor final após decorrido o prazo estabelecido no art. 5º, a contar do lançamento da obra.

Art. 7º O prazo de permanência de fixação do preço do livro de edições subsequentes de obras, com ISBN novo, será reduzido para 6 (seis) meses.

Art. 8º A verificação do prazo a que aludem os arts. 5º e 7º far-se-á de acordo com as seguintes diretrizes:

I – a edição ou reedição de obra terá como termo *a quo* o mês e o ano do depósito legal da respectiva edição ou reedição perante à Biblioteca Nacional;

II – a importação de obras literárias terá como termo *a quo* o registro da declaração de importação.

Art. 9º Os prazos de permanência de preços fixos aludidos nos arts. 5º e 7º desta Lei serão contados a partir da data de início de comercialização do livro, desde que a editora a divulgue de modo a garantir a ciência inequívoca dos interessados, ou da data do depósito legal da respectiva edição ou reedição perante a Biblioteca Nacional.

Art. 10. Estão isentas da precificação prevista no *caput* do art. 2º:

I – obras raras, antigas, usadas ou esgotadas;

II – obras fora de catálogos das editoras;

III – obras destinadas a colecionadores, cuja edição seja limitada ao número máximo de 100 (cem) exemplares;

IV – obras destinadas a instituições que possuam subsídio público.

CAPÍTULO III

DA INFRAÇÃO À LEI E PENALIDADES

Art. 11. Em caso de infração às disposições desta Lei, poderão ingressar com ações de cessação e/ou reparação para defender seus interesses, reclamar penalidades, obter a cessação de práticas que violem esta Lei, bem como pleitear indenização por perdas e danos sofridos ou cessantes:

I – editores;

II – distribuidores;

III – livreiros;

IV – autores; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V – associações constituídas há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil que incluam entre suas finalidades institucionais a proteção do livro, a promoção da bibliodiversidade ou a difusão do hábito da leitura em território nacional.

Art. 12. Em caso de comprovada infração à presente Lei por meio da ação prevista no art. 11, o juiz deverá aplicar multa pecuniária de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 1º Na aplicação da pena prevista no *caput*, será levada em consideração:

I – a gravidade da infração;

II – a boa-fé do infrator;

III – a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

IV – os efeitos econômicos negativos produzidos no mercado;

V – a situação econômica do infrator;

VI – a reincidência;

VII – a quantidade de títulos envolvidos na infração;

VIII – a quantidade de exemplares comercializados em descumprimento a esta Lei.

§ 2º Os valores arrecadados a título de multa serão destinados segundo regulamento.

CAPÍTULO IV

DA PRESCRIÇÃO

Art. 13. Aplicam-se a esta Lei as disposições e os prazos previstos no Título IV, Livro III, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Aplicam-se, subsidiariamente a esta Lei, as definições da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.

Art. 15. Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 13 da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003:

“Art. 13. Cabe à União, aos Estados e aos Municípios criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, as seguintes ações em âmbito nacional, estadual e municipal, respectivamente:

.....”(NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo, Senadora Teresa Leitão, pelo relatório. É uma matéria das mais importantes, que institui a Política Nacional do Livro, a regulação dos preços.

O Senador Hamilton Mourão já havia se manifestado antes, solicitando vista do projeto. Então, foi feita a leitura do relatório e o voto. Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva, pelo prazo de cinco dias. (*Pausa.*)

Senadora Teresa Leitão, me desculpe, está pedindo a palavra?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Mas estou contemplada, estou contemplada, Sr. Presidente. A vista coletiva me contempla, porque na próxima reunião a gente pode retomar o debate, considerando o pedido de vista regimental do Senador Mourão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E já houve o contato também da assessoria do Ministério da Cultura com o próprio Senador Mourão, e assim os pontos de vista já foram aproximados a uma convergência, com ajustes que podem perfeitamente ser feitos no projeto também.

Muito bem, passamos ao item 4.

Quero saudar a Senadora Rosana Martinelli também, Relatora do item.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1124, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para prever o abatimento no saldo devedor do FIES para todos os estudantes que exercerem suas profissões em serviços públicos.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF)

Relatoria: Senadora Rosana Martinelli

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Com a palavra a V. Exa., Senadora Rosana Martinelli – seja muito bem-vinda sempre –, para a leitura do relatório.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relatora.) – Muito bom dia, Senador Flávio, Presidente desta Comissão.

Este projeto é do Senador Izalci Lucas, que altera a Lei 10.260, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com o fim de prever o abatimento no saldo devedor para todos os estudantes que exercerem suas profissões em serviços públicos.

O projeto, assim, altera o art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 2001, para determinar que o Fies poderá abater, na forma do regulamento, mensalmente, 1% do saldo devedor consolidado, Presidente, incluídos os juros devidos no período, dos estudantes que exercerem suas profissões em serviços públicos.

Já a alteração feita no art. 6º-F da mesma lei estipula que tal abatimento será de até 50% do valor mensal devido pelos estudantes que exercerem suas profissões em serviços públicos.

O abatimento mensal referido será operacionalizado anualmente pelo agente operador do Fies, vedado o primeiro benefício em prazo inferior a um ano de trabalho.

O projeto preserva o abatimento previsto atualmente na lei para estudantes professores em efetivo exercício na rede pública de educação básica, assim como aquele direcionado para profissionais da saúde que tenham trabalhado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante o período de vigência da emergência sanitária decorrente da pandemia da covid-19, para quem o prazo mínimo foi mantido em seis meses de trabalho.

A proposição estipula que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor lembra a relevância do Fies para ampliar o acesso à educação superior e, por conseguinte, para o registro de avanços no cumprimento da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente entre 2014 e 2024. Após descrever o funcionamento do programa, o autor argumenta que "há possibilidade de aliviar parcela de nossa população das dívidas contraídas no Fies, especialmente considerando que a inadimplência atinge mais da metade dos beneficiados", segundo dados oficiais. Por fim, lembra que a extensão dos casos de abatimento do saldo devedor terá a contrapartida do apoio dos profissionais contemplados no exercício de relevantes funções públicas.

Após o exame da CE, a matéria seguirá para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômico (CAE).

Análise, Presidente.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, como é o caso da proposição em análise.

Com efeito, o art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 2001, prevê o abatimento mensal de 1% do saldo devedor do Fies – incluídos os juros devidos no período – para: i) professores em efetivo exercício na rede pública de educação básica com jornada de, no mínimo, 20 horas semanais, graduados em licenciatura; ii) médicos integrantes de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada ou médicos militares das Forças Armadas, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desses profissionais, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento; e iii) médicos que não se enquadrem no item anterior, bem como enfermeiros e demais profissionais da saúde que trabalharam no âmbito do SUS durante o período de vigência da emergência sanitária decorrente da pandemia de covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os contratos celebrados a partir de 2018, o benefício é regido pelo art. 6º-F, que permite o mencionado abatimento de 1% aos professores de educação básica das redes públicas e de até 50% do valor mensal devido pelos referidos profissionais da saúde.

O subsídio do Estado no âmbito do Fies para professores e médicos decorreu da significativa dificuldade de atrair e manter esses profissionais, de modo geral, no caso dos licenciados, e nos contextos mencionados, no caso do exercício da medicina.

Por sua vez, a extensão do benefício aos profissionais da saúde, na situação indicada, representou uma forma de reconhecimento social do esforço das respectivas categorias durante o estado de calamidade pública provocada pela pandemia de covid-19 e dos riscos de sua condição laboral no período.

A extensão do abatimento do saldo devedor dos estudantes que exercerem suas profissões em serviços públicos por, ao menos, um ano, conforme estipula a proposição sob exame, pode ampliar o rol de profissionais dispostos a prestar serviços importantes para a sociedade, Presidente.

A medida, assim, tem alcance social e deve ser acolhida por este Colegiado, ressalvada a análise de seu impacto no equilíbrio financeiro do Fies, a ser feita pela CAE.

E aí eu já peço a questão do voto, que seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode ler o voto, Senadora Rosana.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.124, de 2024.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

Agradeço à Senadora Rosana Martinelli.

Está em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves e, em seguida, Senadora Teresa Leitão, remotamente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Izalci pela iniciativa fantástica e a Rosana pelo voto. O voto ficou muito, muito bom, Senadora, muito bom!

Há importância de a gente ter o maior número possível de incentivos para os profissionais irem para áreas remotas, Presidente. Nós temos alguns brasis dentro deste país. Eu vou dar um exemplo, Rosana, da necessidade de um profissional estar lá na ponta, em áreas remotas. E aqui, pelo seu voto, está bem estabelecido que o profissional da saúde vai ficar naquela área que o Ministério da Saúde considera prioritária e com falta de atendimento.

Eu estive na cidade de Portel, Presidente – escuta essa, Rosana –, uns três anos atrás, e fiquei num abrigo, passei um dia num único abrigo, em toda a região do Marajó, que acolhe crianças vítimas de violência sexual. E tinha um menininho de, mais ou menos, quatro aninhos que falava o dia inteiro a única frase: "Medo, medo, medo". A gente chegava perto dele, ele falava "medo, medo, medo" e abraçava a gente. A diretora do abrigo, que é uma freira, nos disse que havia uma denúncia de violência sexual do menino contra o pai. E, no primeiro momento, foi dada uma medida de que o menino ficaria no abrigo até a conclusão do laudo pericial, até a conclusão do inquérito. Então, ele ficou no abrigo, mas não foi tirado do pai o direito de visita, e o menino recebia a visita do pai no abrigo. E por que isso? Porque havia oito meses que o perito não ia à cidade.

Então, como vai se fazer uma perícia de um estupro de um menino oito meses depois? Cadê o material genético? Cadê o ferimento? Aquilo me incomodava muito: crianças abusadas, cujos inquéritos não eram concluídos, porque não havia perito naquela região; da mesma forma, defensor público; da mesma forma, profissionais da Caixa Econômica, porque a Caixa passa o barquinho uma vez, duas vezes por mês, para se retirar o benefício, para se entrar com pedido de benefício.

Então, Presidente, uma medida como essa, que leva os estudantes que foram beneficiados pelo Fies – eles tiveram o benefício do Governo – a exercerem a profissão lá na ponta e, ainda, terem um desconto na dívida?! Eu acho que todo o incentivo para manter esses profissionais lá na ponta, em áreas remotas, é muito bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seu voto ficou perfeito, Rosana – perfeito! Parabéns a você e ao Senador Izalci pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Damares Alves.

Senadora Teresa Leitão, de forma remota, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu fiz questão de ouvir todo o voto, todo o relatório proferido pela Senadora. Não tiro o mérito do projeto, porém eu tenho dúvidas que uma leitura mais apurada pode tirar. É por isso que eu quero pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Quero também, da mesma forma que a Senadora Damares Alves, cumprimentar V. Exa. pelo relatório. Muito bom. Parabéns!

A Senadora Teresa Leitão solicita vista, que é uma questão regimental também importante. Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva pelo prazo de cinco dias.

Pois não, Senadora Rosana Martinelli.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relatora.) – Eu só queria reiterar a importância desse projeto, Presidente, porque, realmente, nós temos que incentivar as pessoas a estudarem. Nós só vamos melhorar este país se nós colaborarmos, se nós incentivarmos a educação.

É vergonhoso o número em que o nosso país fica na escala mundial. Então, todo projeto que seja para favorecer de qualquer maneira a qualidade do nosso estudo nós temos que olhar e apoiar, porque nós precisamos melhorar. A nossa situação do estudo está precária. Não adianta a gente falar que está bem. Nós todos somos responsáveis e todos nós temos que trabalhar muito, cobrando melhores salários para os nossos professores, melhores estruturas para que nós consigamos melhorar esses índices, esses avanços na educação. Então, todo esforço que houver,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente na questão do Fies, para que mais pessoas possam fazer a sua faculdade e realmente levar o benefício da educação para toda a nossa população nós temos que incentivar. Não somente essas práticas, não somente esse desconto, mas, em todo sentido, a educação precisa avançar em nosso país.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concordo com V. Exa., particularmente no Fies, e também, como V. Exa. colocou no relatório, com essa imensidão e, como a Senadora Damares Alves falou, com essa diversidade para levar aos profissionais amparados, auxiliados, financiados pelo Fies de uma maneira particular, obviamente para quem desejar isso também, para que possam atender às necessidades da população. Isso se faz pela educação, da creche à pós-graduação, e, no caso, com o ensino de pós-graduação, o ensino de graduação, profissionalizante, tecnológico à disposição da população. Parabéns!

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passamos ao item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2020

- Terminativo -

Reconhece as expressões artísticas charge, caricatura, cartum e grafite como manifestações da cultura brasileira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria da Deputada Benedita da Silva.

Relatoria: Senadora Augusta Brito.

Consulto a Senadora Teresa Leitão se pode ser Relatora *ad hoc* do projeto. (*Pausa.*)

Havendo a concordância, concedo a palavra à V. Exa., Senadora Teresa Leitão, de forma remota, para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Pois não, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no inciso I do art. 49 e no inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à CCJ, pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade – em especial no que diz respeito à técnica legislativa – e à regimentalidade da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, inciso IX, Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, Constituição Federal) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

O PL promove a valorização da diversidade cultural e artística do país. A charge, a caricatura, o cartum e o grafite, historicamente relegados às margens do reconhecimento oficial, exercem profunda influência na comunicação social, na crítica política e na expressão popular. Ao reconhecer oficialmente essas manifestações, a proposição promove a inclusão cultural, garantindo que sejam valorizadas e preservadas pelo poder público, em consonância com os direitos culturais assegurados pela Constituição Federal de 1988.

A charge e o cartum, amplamente difundidos em meios de comunicação como jornais e revistas, têm a capacidade de satirizar e ironizar eventos e personagens contemporâneos, estimulando o pensamento crítico e a conscientização pública. A caricatura, com seu estilo exagerado e cômico, oferece uma perspectiva única sobre personalidades e situações, enquanto o grafite transforma os espaços urbanos em telas de expressão artística, democratizando o acesso à arte e promovendo a interação comunitária.

Os benefícios esperados da aprovação deste PL são numerosos. Primeiramente, há o fortalecimento da identidade cultural brasileira, ao reconhecer oficialmente expressões que são profundamente enraizadas no cotidiano das cidades e nas práticas culturais populares. Além disso, a valorização dessas formas de arte estimula a criatividade e oferece novas oportunidades para artistas, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico em comunidades marginalizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O reconhecimento legal também pode contribuir para o combate ao preconceito e à criminalização dessas expressões, particularmente o grafite, que muitas vezes é erroneamente associado a vandalismo.

A proposição em análise, portanto, alinha-se às necessidades e interesses da sociedade, ao promover a diversidade cultural e a liberdade de expressão.

Em um mundo cada vez mais globalizado, onde as culturas se misturam e influenciam mutuamente, é essencial que o Brasil reconheça e celebre suas próprias manifestações culturais, que não apenas refletem ricos aspectos da realidade brasileira, mas também contribuem para a formação de uma sociedade mais crítica, criativa e engajada.

Portanto, a aprovação deste projeto é um passo fundamental para a promoção de uma cidadania cultural plena e para o fortalecimento da identidade e do patrimônio cultural do Brasil.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2020.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Teresa Leitão pelo relatório *ad hoc*.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos, em seguida, ao item nº 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 1752, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para criar a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e instituir o Dia do Motociclista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação que apresenta

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Autoria: Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP).

Consulto o Senador Hamilton Mourão se pode servir como Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passo a palavra a V. Exa., Senador Hamilton Mourão, para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise, de acordo com o inciso II do art. 102 do Regimento Interno deste Senado, é responsabilidade deste Colegiado analisar proposições que versem sob a instituição de datas comemorativas.

Também, conforme estabelece o inciso I do art. 49 e o inciso IV do §1º do art. 91 da Constituição, foi confiada à Comissão a competência para decidir terminativamente sobre o projeto.

Ademais, também em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado substituir a CCJ para pronunciar-se acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimental.

A constitucionalidade formal do projeto foi atendida, porque é competência da União (art. 24, IX, CF), assim como é atribuição do Congresso (art. 48, *caput*, CF), verificar a legitimidade da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, da nossa Constituição) –, bem como o meio adequado para veiculação da matéria.

Tendo verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria e também não existem falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em perfeita consonância com o ordenamento jurídico nacional.

Cumpre destacar que, desde 9 de dezembro de 2010, encontra-se em vigor a Lei nº 12.345, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com a mencionada lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a nossa sociedade.

Não obstante, a tramitação da proposição em tela iniciou-se em 25 de agosto de 2009, ou seja, anteriormente à lei, e, portanto, na forma da legislação que então vigia.

No âmbito do Senado Federal, é importante ressaltar o Parecer nº 219, de 2012, da CCJ.

Em resposta a requerimento desta Comissão para que se pronunciasse a respeito do tema, a CCJ firmou entendimento de que devem ser considerados válidos os projetos de lei cuja tramitação se iniciou antes da Lei nº 12.345, de 2010.

Naquele parecer, a CCJ declarou que:

> [...] devem ser considerados válidos [...] e submetidos à apreciação da Comissão de Educação [e] Cultura [...], atendido o critério previsto no art. 1º da Lei [...];
> [...] a Comissão [também], se assim entender necessário para formação de seu juízo, poderá realizar as consultas e audiências públicas de que tratam os arts. 2º e 3º da [...] [nova lei, que é a lei] de 2010 [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, permanece a exigência de atendimento ao critério de alta significação previsto na lei, apenas desobrigando-se esta Comissão da realização de consultas e audiências públicas para a comprovação.

In casu, a alta significação desta proposta foi nitidamente marcada pelo apoio manifestado pela Associação Brasileira de Motociclistas (Abram), referendado por ampla pesquisa realizada entre seus associados.

No que concerne à técnica legislativa, no intento de aperfeiçoar a iniciativa em análise, um módico reparo se impõe: por se tratar de instituição de data comemorativa que vigorará no território nacional, deve-se acrescer tal característica à data, inserindo-se o vocábulo "nacional" à efeméride.

Em relação ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

E aqui, Presidente, as lesões de trânsito são um importante problema de saúde pública no mundo inteiro, não só aqui no Brasil, constando entre as dez principais causas de morte, em países de baixa e média renda, e a sexta causa de Daly – da sigla em inglês *Disability Adjusted Life Years*, que significa "anos de vida perdidos ajustados por incapacidade".

A gente sabe que o número de acidentes de moto com a população mais jovem, aí na faixa de 15 a 39 anos, levou ao total de 32.716 óbitos recentemente.

Eu trago aqui para V. Exa. minha própria experiência como Comandante no Exército Brasileiro, dos mais variados escalões: um dos problemas que nós tivemos que enfrentar, ao longo dos últimos 20 anos, foi o aumento significativo de acidentes com moto, principalmente porque os nossos soldados estão nessa faixa etária jovem, e a primeira coisa que o soldado faz, quando ele engaja no Exército e passa a ter um salário melhor, é comprar uma moto. A segunda coisa é se casar.

Muito bem.

Então, os motociclistas envolvem-se em lesões de trânsito com consequências mais graves. Além dos custos hospitalares, que impactam significativamente o nosso Sistema Único de Saúde, também acabam muitas vezes desprovidos da possibilidade de trabalho, com um grande número

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de gente em situação de pobreza e miséria. E, em caso de morte, os custos acabam recaindo sobre a previdência social, já tão pressionada.

A morbidade e a mortalidade por lesões de trânsito, especialmente as de motociclistas, se caracterizam como um problema de múltiplas determinações, e as intervenções para sua redução dependem de diversos atores, razões pelas quais, Presidente, consideramos meritória a criação da Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas, bem como a instituição do Dia Nacional do Motociclista. Esse dia será o dia 27 de julho, e a semana é aquela em que o dia 27 de julho estiver enquadrado.

Por isso, o nosso voto, sem nenhuma dúvida, é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Mourão.

Está em discussão a matéria.

Eu também, da minha parte, quero dizer que o projeto de lei é extremamente importante. Prevenir é mil vezes mais barato, inclusive, para o nosso regime de saúde e de previdência do que remediar. Uma pessoa que tem um acidente e tem a perna amputada, por exemplo, vai ficar em tratamento para o resto da vida. É a prótese, é o médico, é a fisioterapia, é o hospital e tudo.

Então, nós temos que investir, em todas as áreas, na prevenção, na identificação precoce de problemas, inclusive em função das decisões do STF em relação a doenças raras – da Senadora Damares Alves também, agora, não é? A gente tem que identificar, diagnosticar e atender, porque é mil vezes mais barato do que deixar a questão correr no decorrer da vida.

Por exemplo, fibrose cística: se você não tem um remédio acessível para as pessoas portadoras dessa doença, a pessoa vai todo mês para a UTI – todo mês – com problema pulmonar. O pai não trabalha, a mãe não trabalha, a pessoa também não tem uma vida produtiva. Com o remédio que interrompe a doença, tem uma vida, vamos dizer, praticamente normal.

Então, eu quero parabenizar V. Exa., Senador Mourão, como Relator *ad hoc*, o Senador Marcos Rogério, e saudar os motociclistas pelo dia nacional também, porque isso vai ajudar que haja uma proteção e uma promoção da área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, eu destaco que nós, no Exército Brasileiro, fizemos uma intensa campanha de prevenção e, com isso, conseguimos reduzir, em proporções muito grandes, o número de acidentes que nós tínhamos. Então, é importante que isso ocorra no país como um todo.

E eu cumprimento o autor do projeto, o Deputado Carlos Sampaio, e o Senador Marcos Rogério pelo relato original, porque é a responsabilidade nossa, pelo papel que nós temos perante a nossa população, de buscarmos todas as maneiras necessárias para diminuir esse número de acidentes e, principalmente, evitar todos os impactos negativos que eles causam.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Poderíamos ter, Senador Mourão, depois também, o que o Exército fez para diminuir os problemas decorrentes dos acidentes – essa conscientização, sensibilização para a área. Seria bem interessante para orientar outras iniciativas pelo Brasil.

Parabéns.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 3090, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Música Gospel.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Autoria: Câmara dos Deputados, Raimundo Santos, PSD - Pará.

Relatoria: Senador Marcos Rogério.

O relatório é pela aprovação.

Consulto a Senadora Damares Alves, não havendo objeção, para ser a Relatora *ad hoc*.

Passo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise, inclusive de forma resumida.

Em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional.

Em relação ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto.

A proposição visa reconhecer e valorizar a música gospel como um patrimônio cultural e espiritual de grande importância para a sociedade. Ao promover o fortalecimento espiritual, a união comunitária e a transformação social, a música gospel desempenha um papel vital no desenvolvimento do indivíduo e da coletividade, merecendo, portanto, o apoio do poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto pretende, Sr. Presidente, que seja instituído o Dia Nacional da Música Gospel sendo o dia 9 de junho. O projeto é de autoria do Deputado Federal Raimundo Santos, do Pará, que inclusive é cantor gospel, e o voto proferido aqui foi feito pelo Senador Marcos Rogério, que também é evangélico e muito envolvido com o segmento gospel, com a música gospel.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto 3.090, de 2023. Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos agora à votação nominal em bloco dos itens 2, 6, 8, 9, 10 e 11 da pauta.

Solicito à Secretaria da Comissão que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Portanto, estão em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.118, de 2024; PL 6.204, de 2023; PL 1.025, de 2024; PL 24, de 2020; PL 1.752, de 2024; PL 3.090, de 2023.

O Senadores que votam com os Relatores ou as Relatoras, votam "sim".

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Até solicito à assessoria dos Senadores para entrarem em contato, porque o voto pode ser colocado no painel remotamente também. (*Pausa.*)

Enquanto a votação acontece, passamos à leitura de dois requerimentos: itens 13 e 14.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 83, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 64/2024, para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, seja incluído, na 7ª Audiência, um representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

A autoria do requerimento é do Senador Marcelo Castro, e subscrevo também junto com ele o requerimento. É para incluir expositor na audiência pública.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, posteriormente, após a votação nominal, votaremos o requerimento.

O item 14 é um requerimento que, na verdade, é de minha autoria.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 84, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal, no Rio de Janeiro, em 19/11/2024, a fim de participar do evento Catalisando Mudanças: O Papel da Educação na Construção de um Futuro Justo e Sustentável, alinhado com as prioridades do Brasil no G20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votaremos na sequência também.

Eu quero dizer que é importante que seja como Presidente da Comissão de Educação, participando do evento, e não como Senador, porque, aí, realmente, a Comissão de Educação e Cultura estará representada no evento.

Eu quero também dizer, enquanto ocorre a votação, que fomos procurados, no Paraná, por servidores do Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Os servidores do Iphan trouxeram ao conhecimento da Comissão a necessidade de se olhar para a profissão, a valorização dos profissionais desta área, e a reorganização da carreira, o que está sintonizado com o que a própria Ministra Margareth Menezes também coloca.

Consideramos extremamente importante haver a valorização desses profissionais da carreira, porque o patrimônio histórico e artístico, além de todo o fato cultural importante que marca a nossa história, também é um instrumento, uma ferramenta essencial para a indústria, vamos chamar assim, não poluente e limpa do turismo, que gera emprego, gera renda. As pessoas vêm do mundo inteiro para olhar o nosso patrimônio histórico e artístico nacional e precisamos ter profissionais suficientes, valorizados, com salário, com carreira, para orientar os 5.570 municípios, porque cada um dos municípios tem a sua história, que tem que ser preservada e valorizada, e tem que buscar recursos para isso, que é sempre dispendioso também.

Então, nós fizemos já um ofício, como Presidente da Comissão de Educação e Cultura – e peço, inclusive, a concordância do Plenário –, para nos adiantarmos à proposta, para a Ministra Esther Dweck, que é a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para que atenção seja dada para esse pleito do Iphan trazido pelos servidores e servidoras da área. Inclusive, leio o ofício:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Solicitamos sua especial atenção à proposta do Plano das Carreiras dos Cargos da Cultura, apresentada pela Ministra de Estado da Cultura, a qual trata da reestruturação das carreiras desse importante segmento do funcionalismo público federal.
> Verificamos que a proposta apresentada está alinhada às diretrizes do MGI, conforme recente portaria, e tem impacto financeiro mínimo sobre as despesas com o pessoal do Poder Executivo federal.
> Porém, o retorno financeiro [quero acrescentar aqui] é gigantesco em termos de turismo, de renda, de visitas, de vinda de estrangeiros e estrangeiras e também das viagens internas dos brasileiros e brasileiras que vão para os mais variados municípios à procura do patrimônio, do conhecimento e da valorização do nosso patrimônio.
> Destacamos que há dificuldade para retenção de servidores e consequente alta evasão, pois os mesmos buscam por concursos em outras instituições. Em vez de valorizarmos o nosso patrimônio, eles vão para outros lugares ou outras ocupações com remunerações mais atrativas, levando consigo anos de experiência e *expertise* acumuladas na área cultural, um prejuízo incalculável para a administração pública, já que não é trivial formar tais profissionais com tamanha experiência e vivências práticas.

Então, nesse sentido, até eu gostaria só de dar os dados: o plano beneficiará servidores do Ministério da Cultura e suas vinculadas – Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Cultural Palmares, Funarte, Ibram e Iphan –, que, entre as suas atribuições, executam a Política Nacional Aldir Blanc e seus R$15 bilhões de investimentos até 2027; selecionam e supervisionam os projetos PAC Seleções, que envolvem cerca de 700 milhões para o PAC Patrimônio histórico; mantém a qualidade de serviço da Biblioteca Nacional Digital e os 7 milhões de acessos mensais; analisam mais de 4 mil processos de licenciamento ambiental; certificam comunidades quilombolas atualmente totalizando mais de 3,7 certificações; preserva os mais de 1,8 mil bens culturais tombados; contribui para o fomento de mais de 800 projetos artísticos com investimento de mais de R$120 milhões e os mais de 500 pontos de memória dos grupos e comunidades de todo o país.

Então, há uma justificativa forte, ampla, mas todos nós, conhecendo o patrimônio histórico, artístico, nacional, talvez não tivéssemos conhecimento de todos esses aspectos mencionados, mas nós queremos ver a igreja. É tão triste quando alguém diz: "Olha, eu fui em tal estado, em tal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visita para aspectos da natureza, e a igreja tombada está abandonada". Quer dizer, é uma pena isso para a nossa própria história, para nossa própria cultura, mas, para ela não ficar abandonada, tem que haver todo um esforço, uma estrutura para algo essencial de preservação, de parceria, de entendimentos com a sociedade.

Então, sim... (*Pausa.*)

Então, nesse sentido, esse ofício... É claro que a Ministra concorda com isso, e nós estamos endereçando à Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, aliás, dizendo que fizemos duas audiências públicas aqui com a participação do Inep e do Fundeb... do FNDE, me desculpe, e as duas carreiras foram reestruturadas, e os termos assinados; e houve um envolvimento muito forte desta Comissão.

Quero parabenizar todos e todas por todo o debate acontecido.

Senadora Teresa Leitão pede a palavra sobre isso também.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente.

Na verdade, é para reforçar esse seu ofício e dizer que eu também fui procurada aqui no estado, por servidores do Iphan da Superintendência Estadual.

Aqui em Pernambuco nós temos um rico patrimônio histórico, patrimônio sacro, patrimônio tanto na cidade de Olinda, de Igarassu, de Jaboatão, do próprio Recife, algumas obras estão no PAC, outras não estão. E a preocupação dos servidores aqui do estado é semelhante à dos servidores do Iphan do Paraná: a necessidade de se avançar na carreira e também a necessidade de concurso público, já que o quadro é muito pequeno, o que dificulta uma ação e uma atuação na medida do necessário.

E o que eles nos lembraram foi exatamente a nossa intervenção exitosa junto ao Ministério de Gestão e Inovação com os servidores do Inep e do FNDE. Os próprios servidores reconhecem muito também que esse trabalho, a audiência pública que foi feita. Foram ao Ministério, além do MEC, ao Ministério de Gestão e Inovação, e pedem um tratamento parecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que o ofício de V. Exa. vem muito a calhar. E eu disse a eles também que iria me envolver nesse aspecto para que eles sejam recebidos. Eles querem ser recebidos, conjuntamente, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Gestão e da Inovação.

Então, parabenizo V. Exa. e assino embaixo dessa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Muito bem, já atingimos o quórum necessário para os itens terminativos.

Está, então, encerrada a votação.

Vamos ver o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 14; NÃO, nenhum voto.

Abstenção também nenhuma.

Quórum: 15.

Então, estão aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.118, 2024; PL 6.204, 2023; PL 1.025, 2024; PL 24, 2020; PL 1.752, 2024; PL 3.090, 2023.

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, aprovado, será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

As demais matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Passamos agora à votação dos requerimentos lidos anteriormente.

Em votação os seguintes requerimentos: Requerimento nº 83, de 2024, e Requerimento nº 84, de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados.

Agradeço sempre à Andréia e à equipe aqui da Secretaria da Comissão de Educação e Cultura. Vocês são muito competentes no que fazem, dedicados. Todos nós, não só eu, mas o Brasil agradece à Consultoria, sempre aqui presente, que dá a segurança necessária para muitos aspectos; aos meios de comunicação do Senado, que procuram transmitir os debates, as discussões, na aprovação das leis, enfim, todos os aspectos importantes para a educação e para a cultura; e também às assessorias dos Senadores e das Senadoras, do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura. Obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Zenaide Maia e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos: REQ 62/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Janaína Farias (PT/CE); REQ 63/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), da Senadora Janaína Farias (PT/CE) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 64/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 72/2024 - CE, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros; e REQ 83/2024 - CE, de autoria do Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** 5ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Mônica Castagna Molina, representante do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC); Sra. Shirley Pimentel de Souza, professora quilombola e membro do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); Sra. Adriana de Cássia Moreira, coordenadora da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO); e Sr. Arlindo Baré, coordenador-executivo do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) e representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas (UPEI). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/23

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que, abro aspas, "institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034", em atenção ao Requerimento nº 62/2024, Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão e da Senadora Janaína Farias; ao Requerimento nº 63/2024, Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão, Senadora Janaína Farias e de minha autoria; ao Requerimento nº 64/2024, da Comissão de Educação, de minha autoria; ao Requerimento nº 72/2024, de autoria do Senador Zequinha Marinho e de minha autoria; e ao Requerimento 83/2024, Comissão de Educação, de autoria do Senador Marcelo Castro e de minha autoria.

Participam, de forma remota, os seguintes convidados e convidadas: Sra. Adriana de Cássia Moreira, Coordenadora da União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora (Uneafro); também de forma remota, Sr. Arlindo Baré, Coordenador-Executivo do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena e representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas; Sra. Mônica Castagna Molina, representante do Fórum Nacional de Educação do Campo; e a Sra. Shirley Pimentel de Souza, Professora quilombola e membro do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos.

Já quero, de antemão, agradecer a presença dos expositores e expositoras, que contribuem, de forma especial, com a discussão do Plano Nacional de Educação. Sejam sempre bem-vindos, bem-vindas ao Senado Federal e à Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero enfatizar para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil que o projeto de lei que trata do PNE, de forma abreviada, que é o Plano Nacional de Educação, o Projeto de Lei nº 2.614, deste ano de 2024, não se encontra no Senado Federal, mas está lá na Câmara dos Deputados para ser apreciado primeiro por aquela Casa. Ainda está sendo debatido se vai ser apreciado esse projeto pela Comissão de Educação ou por uma Comissão Especial. Contudo, no Senado Federal, na Comissão de Educação e Cultura, por considerarmos este projeto extremamente relevante, necessário e inadiável, já iniciamos as discussões. Nesse sentido, várias audiências públicas já foram feitas, e o resumo executivo de cada audiência e todo o material mostrado se encontram disponíveis no *site* da Comissão, e o material que for eventualmente apresentado hoje também será colocado à disposição do público no Brasil. Por que isso? Porque o Plano Nacional de Educação significa: lá da creche à pós-graduação – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, modalidades, ensino superior e pós-graduação.

Então é do que o Brasil precisa. Então, temos que debater bastante, discutir com as pessoas que representam... Como acontece hoje, as pessoas que estão aqui representam, eu diria, centenas de milhares e talvez milhões de pessoas, através das suas instituições e entidades organizadas. Nesse sentido, o debate é extremamente relevante, oportuno. A exemplo do que aconteceu com o Fundeb, houve uma grande articulação entre o Senado e a Câmara para que o Fundeb fosse aprovado de uma maneira mais ágil, havendo esse trabalho articulado e conjunto entre as duas Casas. Contudo é importante, em primeiro lugar, que o Senado saiba exatamente o que as entidades representativas no Brasil pensam sobre o projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional.

Nesse sentido, todas e todos que nos acompanham pelos meios de comunicação são convidados a mandarem, a enviarem para a Comissão de Educação seus pensamentos, comentários e sugestões.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será, como sempre, interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações, inclusive um resumo, uma memória de reunião, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Ao fim das exposições, a palavra será novamente concedida aos nossos estimados convidados e convidadas e aos Parlamentares eventualmente inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Agradeço então novamente. Que bom que estamos reunidos! Vamos, então, discutir algo que é essencial e que tem que estar bem presente, particularmente nas populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, nesta diversidade que faz a riqueza do Brasil prosperar, florescer e nos tornar singulares, únicos no mundo.

Então, em primeiro lugar, passo a palavra à Sra. Adriana de Cássia Moreira, que é Coordenadora da União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora (Uneafro). Seja muito bem-vinda, Adriana.

A SRA. ADRIANA DE CÁSSIA MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Senador.

Para mim é uma alegria, nesta manhã, poder compartilhar com vocês os acúmulos que a nossa organização, junto com outras organizações e coletivos do movimento negro, tem acumulado no último período em torno do debate do Plano Nacional de Educação.

Nós construímos um encontro há três meses, para discutir exatamente o PL do Plano Nacional de Educação; após dois meses, assim que o Plano Nacional de Educação foi entregue, nós nos reunimos para discutir o texto do Plano Nacional de Educação. E a minha fala aqui vai ser em torno deste documento do PL do Plano Nacional de Educação.

Eu encaminhei para a equipe que está conduzindo a atividade de hoje um PPT que eu gostaria de utilizar durante a minha apresentação. Eles também falaram que eu poderia usar. Eu fiz algumas correções, mas tudo bem.

Então, eu peço desculpas, porque eu encaminhei o PPT com alguns problemas de ortografia, mas eu peço que vocês me perdoem.

A Uneafro é uma organização do movimento negro, que tem em torno de 15 anos de atividade, mas os seus militantes atuam há mais de 20 anos em torno da agenda do movimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negro, isto é, em defesa da vida da população negra por todos os meios necessários. Em particular, a gente constrói ações em torno de cursinho popular, isto é, a gente produz articulações e constrói nos territórios possibilidades de organização de trajetórias educacionais dos jovens negros e periféricos, tendo em vista o acesso ao ensino superior, ao ensino técnico ou, ainda que seja, a conclusão da educação básica. Esse é o nosso trabalho mais longevo nos nossos núcleos de educação popular.

Ainda assim, a gente desenvolve diversos tipos de atividade de formação nesses núcleos de educação popular. A gente trabalha com educação ambiental, com fortalecimento dos debates de combate à fome e, enfim, diversas outras questões.

Aqui, em particular, a gente vai falar sobre a nossa tarefa, que é discutir o Plano Nacional de Educação.

Pode passar, por favor.

Eu não sei exatamente quanto tempo eu tenho para falar.

A condição da população negra no sistema de ensino.

Se a gente for pensar hoje nas creches, no acesso às creches, ainda que a gente possa considerar que acesso à creche não está previsto na LDB, é importante a gente considerar os padrões de desigualdade da sociedade brasileira e que, historicamente, ter acesso à escolarização, ter acesso à leitura não foi uma coisa franqueada à população negra. Para a gente corrigir essas distorções históricas, é importante que a população negra tenha acesso, desde tenra idade, à educação e à educação formal – portanto, também à creche. É importante a gente ter acesso a esses dados.

Ter acesso a esses dados é uma coisa muito difícil, não é uma coisa muito simples para a população negra ou para as organizações dos movimentos sociais. A sala é escura, há dificuldade de acesso aos dados dos centros educacionais e os padrões de cruzamento dos dados do Ideb que se constituíram no último período, vinculados ao Plano Nacional de Educação, não possibilitam, de maneira muito simples, que a gente tenha os dados educacionais articulados com gênero e raça, sobretudo no que diz respeito à educação infantil, quando a gente vai pensar os primeiros anos, em virtude, evidentemente, do fato de a creche não estar garantida na legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas se a gente for pensar em padrões de desigualdade, a gente tem que levar em consideração as populações que historicamente foram excluídas do processo educacional – a elas precisa ser franqueado prioritariamente o acesso à creche. Mas se a gente for pensar nos padrões de desigualdade da sociedade brasileira no que diz respeito ao acesso à creche, entre os 25% mais pobres, 26% das crianças de zero a três anos estão matriculadas na creche; entre os 25% mais ricos, 55% estão matriculadas nas creches; e entre as crianças negras, menos de 20% estão matriculadas nas creches.

Isso é um dado muito importante para a gente pensar em como a gente vai construir o acesso à creche no Brasil, como a gente vai ponderar o princípio de equidade que precisa ser construído, levando-se em consideração território, dado de raça, dado de gênero e também pensando na condição dessa família. Quais são as vulnerabilidades que essas famílias encontram para dar conta de suas crianças e de seus bebês? Por exemplo, se na família a gente tem um indivíduo que está privado de sua liberdade – e a gente sabe que esse é um elemento que impacta o desenvolvimento acadêmico de suas crianças –, então a gente tem que assegurar que essa criança tenha vaga em creche.

Próximo, por favor.

No que diz respeito à alfabetização, a gente sabe que a gente tem melhorado de maneira substancial os índices de alfabetização no Brasil. Os mais jovens se alfabetizam mais, mas não é por isso que a gente não tem que pensar, primeiro, que, se alfabetizar é um ganho para a sociedade brasileira e as pessoas mais velhas que são alfabetizadas têm um envelhecimento mais positivo, melhor, não é por isso que a gente tem que deixar de alfabetizar as pessoas mais velhas. Então, isso tem incidência sobre a política da EJA.

Entretanto, vamos observar os dados dos mais jovens. Entre os pretos e pardos, os dados de pessoas não alfabetizadas são o dobro das pessoas brancas, quer dizer, ainda que a gente amplie o processo de alfabetização no Brasil, o padrão de desigualdade se mantém. Se o padrão de desigualdade se mantém, significa, entre outras coisas, que as políticas de alfabetização precisam levar em consideração elementos de gênero e raça. E, mais do que isso, que essa política de alfabetização na idade certa não dá conta dos padrões de desigualdade da sociedade brasileira. Política de alfabetização na idade certa está mais relacionada com as políticas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embranquecimento, com as políticas de eugenia, que foram constituídas no século XIX e que estabeleciam um padrão único de desenvolvimento social e cognitivo – e aí imoral – e atribuíam esse padrão de desenvolvimento a uma escala vinculada à população branca, a um ideal de população branca, e tudo que estava fora daquele padrão e daquela régua era considerado inferior.

E a gente sabe que o padrão de desenvolvimento cognitivo não se dá a partir de regras necessariamente biológicas, ainda que elas possam interferir. A gente sabe que a oferta e a possibilidade de você frequentar a escola, ter acesso a livros, ter acesso a diversos tipos de linguagens artísticas, de práticas sociais de letramento sancionadas pelas sociedades são fundamentais no processo de alfabetização. As crianças negras, as crianças indígenas, as crianças pobres, as crianças que são socializadas em espaços que estão distanciados dessas práticas e sobretudo que são atravessadas pela prática da violência urbana, que são estabelecidas e são entendidas como desvalorizadas e como perigosas na sociedade brasileira, têm mais dificuldade no processo de alfabetização. Se você não considerar todos esses elementos atravessando o processo de alfabetização, essas crianças terão mais dificuldade de se alfabetizar.

Portanto, abolir a ideia de alfabetização na idade certa e construir processos de alfabetização a partir da perspectiva do que está colocado nas diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais é fundamental para que a gente consiga reduzir a distorção dos padrões de acesso à alfabetização, de desenvolvimento na alfabetização e, inclusive, alfabetizar as crianças mais cedo no Brasil.

Próximo, por favor.

Agora a gente passa para os índices de trajetória escolar. O que a gente está dizendo aqui? Que existe um caminho que a gente atravessa na escola. A gente entra lá na educação infantil, passa pelo fundamental I, fundamental II para chegar ao ensino médio. Então, é um passo a passo que precisa ser fortalecido para você chegar muito forte e conseguir concluir o ensino médio.

Então, quando a gente olha para o ensino fundamental, de acordo com os dados do Ideb, 5,6% dos meninos pretos entram aos oito anos de idade no ensino fundamental – isso é uma questão grave, porque, de acordo com a LDB, as crianças devem entrar na educação infantil com quatro anos de idade, mas 5,6% dos meninos pretos entram com oito anos de idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Ainda sobre trajetória escolar, no quinto ano do ensino fundamental das escolas públicas, afirma-se que, no quinto ano – quer dizer, no quinto ano, o menino tem em torno de 11 anos, ele ainda é uma criança que deveria ser muito tutelada pela família, pela escola, pelas instituições do Estado –, 12% dos meninos pretos matriculados no ensino fundamental já abandonaram a escola.

Então, isso é uma questão fundamental que o Plano Nacional precisa levar em consideração.

Eu poderia daqui continuar apresentando dados, mas, já que o meu tempo está acabando, eu vou encaminhar o nosso relatório. Mas, de qualquer maneira, é importante dizer que o Plano Nacional de Educação precisa cumprir aquilo que está estabelecido nos arts. 206 e 208 da Constituição brasileira, que é assegurar a educação pública gratuita e de qualidade para todas as pessoas, o que ainda não foi cumprido no Estado brasileiro. E, para tanto, é importante que a gente organize o princípio de equidade racial e de gênero como uma estratégia fundamental para constituir bebês, crianças, adolescentes e jovens negros como sujeitos da aprendizagem dentro do Sistema Nacional de Educação, de modo a viabilizar condições materiais, condições conceituais e condições de trabalho para que os adultos, os profissionais da educação consigam desenvolver seu trabalho de modo a fazer com que as crianças negras, os bebês negros, os jovens negros aprendam mais e melhorem seu desempenho na escola. Para isso acontecer é importante que as universidades, nos cursos de formação inicial, tenham disciplinas vinculadas às questões vinculadas ao debate do combate ao racismo na educação.

Eu me comprometo aqui a fazer o envio desse documento que a gente produziu para a Comissão, e estou à disposição para o debate em outras oportunidades.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Adriana de Cássia Moreira, pela apresentação. É muito importante deixar o material também disponível no *site* da Comissão, como você já colocou.

E quero dizer – viu, Adriana? – que a gente recebe de muito bom grado a redação que vocês pensam ser importante constar do Plano Nacional de Educação, para que o plano esteja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforme você falou, de acordo com o que a Constituição Federal preceitua e também de acordo com a vivência, a experiência e o cotidiano que as entidades querem apontar para o plano e ver se o seu reflexo está adequado ou não – inclusive não só o material, que é importante para a compreensão da realidade, mas a redação que vocês julgam ser importante e pertinente que conste do PNE. Está certo, Adriana? Por favor.

A gente fica feliz, e concordo com você, com a argumentação toda. Vamos, então, só verificar se o documento reflete aquilo que vocês estão pensando. Podem ser bem específicos na redação, está bom?

A SRA. ADRIANA DE CÁSSIA MOREIRA (*Por videoconferência*.) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Adriana.

Passamos, em seguida, a palavra ao Sr. Arlindo Baré, que é Coordenador-Executivo do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena e representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas.

Seja bem-vindo, Arlindo!

Com a palavra. (*Pausa.*)

Não sei se o Arlindo está...

O SR. ARLINDO BARÉ (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está bem, deu certo.

Seja bem-vindo!

O SR. ARLINDO BARÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Primeiro, peço desculpa pela voz, porque eu estou um pouco gripado.

Segundo, eu queria saudar o Senador Flávio e a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que, como o Plano Nacional de Educação tinha uma meta até 2024, com essa ampliação é importante de fato discutir isso. Acho que mais do que isso, é ter a oportunidade de estar de fato contribuindo na perspectiva da educação escolar indígena, no que tange aos direitos não só da educação básica, mas até da educação superior.

A gente não preparou nenhuma apresentação, mas temos relatórios dos fóruns nacionais de educação escolar indígena, inclusive pautas importantes que trouxeram discussões voltadas ao Plano Nacional de Educação.

Eu queria trazer aqui que, entre as 58 metas do Plano Nacional de Educação, estão, inclusive, alguns pontos importantes que a gente precisa de fato atender como uma demanda urgente da educação escolar indígena. Eu entendo muito que a gente precisa promover uma educação digital para um uso crítico, reflexivo e ético nas tecnologias de informação nas comunidades indígenas. Por que eu considero isso importante? Porque, para além de trazer aqui fatos que já estão muito evidentes sobre a precarização das escolas indígenas, muitas delas não são de fato nem próximas de uma escola adequada e, principalmente, não respondem ao que seria uma estrutura educacional na concepção dos povos indígenas.

Então, para além disso, eu acho que é garantir esse acesso à qualidade e à permanência em todos os níveis – aqui trago isso como um estudante da educação superior, faço engenharia elétrica aqui na Unicamp – e trazer, eu diria, não só uma redação, mas acho que garantir tudo isso no que tange aos direitos dos estudantes indígenas, desde a educação básica até a educação superior. Mas, para isso, eu considero uma iniciativa tão importante que precisa ser implementada: a política de educação nos territórios etnoeducacionais. Ela traz para a gente uma grande autonomia de entender que, a partir dessa implementação, a gente consegue autonomia de gestão inclusive. Então, é trazer de fato a possibilidade, em algum momento, de garantir que isso seja implementado. Acho que é garantir no Plano Nacional de Educação, porque a gente tem visto, por exemplo, que, na redação, não fica muito explícito. Acho que garantir isso para a gente é muito importante.

E aí eu trago aqui também algo muito importante. De fato, os povos indígenas atualmente, para além de toda essa violação dos seus direitos, enxergam na educação um caminho de conscientização da humanidade como um todo a partir da nossa perspectiva de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sempre fala que educação, território e saúde não têm como não estar atrelados, até porque a gente entende que, a partir das nossas concepções, a gente precisa atender essa educação holística e, aí, entender, de fato, que, para disputar, inclusive, ou justificar o orçamento da educação exclusivamente para esse recorte étnico-racial, ele precisa ser considerado também no Plano Nacional de Educação. E por que estou falando isso? A gente tem feito um diálogo muito importante com o MEC, entendendo que, por exemplo, hoje, para as Bolsas Permanência, que garantem a permanência dos estudantes na educação superior, as justificativas sempre são de que o orçamento é insuficiente. E como a gente, a partir do Plano Nacional de Educação, garante que não falte realmente orçamento para as políticas afirmativas na educação superior? Acho que, dando um exemplo, a gente pode falar, num sentido mais universal, de um plano de educação escolar indígena que inclua tudo isso que eu já falei.

Eu vou finalizar aqui exatamente falando que, de fato, a gente garanta, a partir do art. 231 e 232 da nossa Constituição e também a partir da OIT 169, que a população indígena, que tem esse direito garantido, a partir desta Comissão, tenha não só o acompanhamento, mas sua inclusão nas Comissões. E que, de fato, a gente acompanhe não só o debate ou a inclusão na redação do Plano Nacional de Educação, mas possa estar nessas Comissões para, de fato, acompanhar, incidir, se for necessário, e, a partir disso, conseguir contribuir de uma forma mais efetiva, trazendo propostas concretas que já temos.

O Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena aconteceu agora; semana passada, dia 16 e 17, aconteceu o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas; aconteceu, no dia 17, a consulta livre e informada sobre a formulação e implementação para a criação da universidade indígena. Então, eu acho que muita coisa ali precisa estar muito lincada para a gente, de fato, entender a educação escolar indígena e, a partir do Plano Nacional de Educação, conseguir acompanhar, não só para incluir efetivamente as nossas demandas, mas para incluir, de fato, os povos indígenas nessas discussões.

Eu agradeço o convite da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal na pessoa do professor Senador Flávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico aqui à disposição não só para levar para o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena essa missão de trazer os dados, as informações de forma sistematizada, mas para que a gente possa, de fato, contribuir aqui com a Comissão de Educação e Cultura.

Muito obrigado pelo convite.

Saúdo aqui a todos que estão nesta audiência. Nós, povos indígenas, nos sentimos muito, de fato, contemplados com esse convite. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Arlindo Baré, Coordenador-Executivo do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena e representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas. A gente até agradeceria – sabe, Arlindo? –, além da sua exposição, que foi muito clara e muito boa, que eventuais materiais de que você disponha na instituição, na entidade – certamente, há estudos bastante aprofundados –, que fossem remetidos também para a Comissão e que vocês pudessem até fazer, como eu mencionei agora há pouco, com a Adriana também, ver no plano especificamente se aquilo que está escrito atende às necessidades sobre as quais vocês vêm se debruçando há tanto tempo.

Nós já tivemos a presença, no Senado Federal, da Ministra da Igualdade Racial, também da Ministra dos Povos Indígenas, e pedimos para que as Ministras nos acionassem no sentido da pauta legislativa. Obviamente, não só na educação, mas também na saúde, na assistência, no trabalho, no acesso, nos direitos humanos, dentre os quais, eu diria, a educação, como você colocou – me permite chamar de você? – ,que também é a mais importante.

E parabéns pelo seu trabalho, pelo seu estudo também na Unicamp. A gente fica feliz também com a sua caminhada pela vida. Você quase que me chamou de professor, pode me chamar de professor em vez de Senador, porque eu já fui professor do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior, e no Paraná todos me chamam de professor Flávio, não de Senador Flávio. Então, a gente está junto aí nessa caminhada, está bom?

Passo em seguida a palavra à Mônica Castagna Molina, que é representante do Fórum Nacional de Educação do Campo, que é muito importante também. Inclusive, estamos aí com um projeto em tramitação da política nacional de educação no campo – educação do campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Mônica, bem-vinda.

A SRA. MÔNICA CASTAGNA MOLINA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, querido Senador Flávio Arns. Nós queremos agradecer muito, em nome do Fórum Nacional de Educação do Campo, essa importante iniciativa e oportunidade aqui desse diálogo em torno dessa legislação, que, com certeza, será o epicentro das políticas de educação na próxima década. Nós consideramos, então, extremamente relevante essa iniciativa e essa oportunidade. Agradecemos muito por essa possibilidade de diálogo.

Nós queremos também saudar aqui os nossos companheiros de mesa e dizer que é uma alegria grande poder estar com a Shirley, da Conaq; com o Arlindo, do Fórum de Educação Escolar Indígena, e com a Adriana, da Uneafro, que são parceiros na construção dessa perspectiva de uma educação transformadora, emancipadora. Então, é uma grande alegria poder estar com eles aqui dividindo essa mesa e tentando trazer aqui as reflexões que juntos vimos acumulando. Todos nós que estamos aqui com certeza não falamos em nosso nome, mas falamos a partir dos acúmulos teórico-práticos que essas instituições que nós representamos vêm construindo.

Nós escolhemos essa foto, Senador, porque ela representa muito para a educação do campo. A educação do campo está fazendo 25 anos, e esta é uma das suas maiores insígnias: a ideia da "educação do campo: direito nosso, dever de Estado", exatamente nessa perspectiva que o próprio documento da Conae e o Plano Nacional de Educação vêm trabalhando de pensarmos a educação como um direito. Isso é fundamental, isso é essencial e é em cima disso que nós queremos trabalhar e refletir a centralidade de mantermos a educação no âmbito dos direitos, a educação como um direito humano fundamental.

Por gentileza, Andréia, você pode passar? Muito obrigada, querida.

Então, Senador, nós pensamos aqui, no tempo que temos, em tentar trazer quatro momentos aqui para o nosso diálogo. Primeiro, acho que é importante fazermos um rápido histórico de quem é o Fórum Nacional de Educação do Campo, talvez algumas pessoas que nos acompanham ainda não o conheçam. É importante falarmos rapidamente quem é o Fonec e principalmente da participação do Fonec na realização da Conae. Então, o protagonismo que tivemos na elaboração, na participação da Conferência Nacional de Educação e depois o documento que vai resultar, então, no PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Num segundo momento, pensamos que é bastante importante trazermos, como vimos pensando, essa transição da Conae para o PNE, não é? Então, desse documento tão rico e tão denso, que foi construído com tanto diálogo da sociedade civil, para o projeto de lei do plano. Acho que é importante pensarmos aqui alguns elementos que queremos trazer rapidamente. Depois, em função do tempo, como tanto o plano quanto o documento da Conae são bastante ricos, mas também muito extensos, não há tempo para falarmos de tudo, então nós selecionamos alguns pontos que consideramos fundamentais para tentarmos pensar juntos e buscarmos caminhos para enfrentar algumas contradições na educação básica e na educação superior com o que o Fórum Nacional de Educação do Campo considera, talvez neste momento, neste tempinho aqui que temos, importante de tentarmos contribuir, sabendo que com certeza esse diálogo não se encerra aqui. São muitos elementos, mas é o que é possível neste momento.

E ainda nesse eslaide mesmo, assim, então o que a gente queria dizer, para quem está nos ouvindo e não nos conhece. O Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec) é uma organização que reúne todos os sujeitos coletivos que trabalham com a luta pela garantia dos direitos do campo, dos direitos à educação do campo: o Movimento Sem Terra, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas, o MOC, o Serta, o Movimento de Mulheres Campesinas, o MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens. Mas também, Senador, integram o nosso fórum – que é muito importante essa presença, essa participação – diferentes instituições de ensino superior, muitas universidades públicas que têm a educação do campo... as universidades federais que trabalham com as várias políticas da educação do campo, também universidades estaduais, enfim, e os comitês e fóruns estaduais de educação do campo. Então, é esse conjunto de instituições e de organizações que compõe o Fórum Nacional de Educação do Campo, que existe desde 2010.

E a função principal do Fórum Nacional de Educação do Campo tem sido exatamente lutar pelas políticas públicas de educação do campo. E, no processo de preparação da Conae, o fórum buscou se mobilizar bastante. Então, participamos das conferências estaduais, buscamos ter muitos delegados que pudessem vir para a nacional e conseguimos na Conferência Nacional, na Conae, organizarmos três colóquios, porque entendíamos a centralidade da Conae nessa perspectiva de reconstrução do espaço de diálogo da sociedade civil e do Estado na elaboração das políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E na organização da Conae, nós realizamos três colóquios, que foram sobre os temas que consideramos centrais neste momento. Então, a questão das escolas do campo, com ênfase no fechamento das escolas do campo, um tema central para refletirmos aqui; depois, um outro colóquio sobre a formação de educadores do campo, Senador; e um terceiro também, que é central, sem o qual, na verdade, nós não teremos nenhuma política, nem a garantia da educação pública, que é a questão do financiamento da educação. Então realizamos esses três colóquios, e a partir desses colóquios é que vamos trazer aqui alguns elementos.

E entendemos, já entrando no segundo ponto aqui... Nós acabamos de vir agora, na semana passada, estivemos num evento grande, lá na Universidade Federal do Espírito Santo, da Anfope. Senador, com certeza o senhor conhece. Tem muitas pessoas que participam da Associação Nacional da Formação dos Profissionais da Educação, lá no Paraná. E nesse encontro da Anfope, estavam então também a ANPEd, Anpae, o ForumDir, o Forpibid, o ForParfor, enfim, um conjunto grande de entidades da educação, que pensam, que fazem a educação no nosso país, que formam os educadores, que fazem a educação.

E entre esses sujeitos, é importante trazermos uma percepção, assim, que também nós do Fonec queremos reafirmar, de que nós não podemos perder de vista toda a riqueza do documento da Conae, porque aqui tem muitos elementos, muito importantes, muitas concepções, muitas reflexões, inclusive da própria epistemologia, da compreensão que temos do que é educação, do que é formação, que infelizmente parece que não estão, assim, com tanta ênfase, com tanta expressão no projeto de lei.

Entendemos que talvez fosse importante recuperarmos alguns elementos, algumas questões que são muito importantes de estarem presentes aqui no projeto de lei, para que possamos manter todo esse acúmulo, toda essa grande contribuição que a sociedade civil construiu no processo da elaboração do Plano Nacional de Educação.

E então, aqui nós vamos trazer, já entrando no terceiro ponto, tentando pensar que a partir desse acúmulo que foi discutido lá, alguns pontos centrais para nossa reflexão sobre educação básica do campo e alguns pontos centrais também, Senador, que nós queremos dialogar, sobre a educação superior do campo, pensando na educação superior do campo, três pontos: a questão do acesso, da permanência e da conclusão dos sujeitos camponeses na educação do campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, Andréia, você pode passar?

Entendemos, Senador, que aqui, sem dúvida, são muito importantes vários dos elementos que estão presentes no documento, quando ele trata, pensando na educação básica, então, a questão do acesso, da trajetória e da conclusão no ensino fundamental e no ensino médio, propondo-se a assegurar que as crianças, os adolescentes e os jovens na idade escolar concluam, todos concluam o ensino fundamental e o ensino médio, buscando essa redução da desigualdade, da inclusão. Mas entendemos que é muito importante que nós possamos, de fato, ter um conjunto muito relevante de políticas afirmativas para reduzir as imensas disparidades que nós enfrentamos, no nosso país, na garantia do ensino fundamental e médio para essas populações representadas aqui nesta audiência pública tão importante que o senhor protagoniza.

Os sujeitos do campo, os sujeitos indígenas, os sujeitos quilombolas, os agricultores familiares tradicionais, todos eles, de fato, infelizmente enfrentam ainda uma enorme disparidade na garantia do acesso, da permanência e da conclusão nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio. É muito importante que a gente possa, de fato, priorizar as periferias urbanas, as aldeias indígenas, as zonas rurais, os quilombos, as comunidades tradicionais.

Nós fizemos algumas sugestões, como o senhor disse, de redação e, inclusive, tomamos a liberdade... Por exemplo, esta que nós grifamos aqui já é uma sugestão de redação, de inserção, com esse objetivo, sob essa perspectiva de pensarmos como essa legislação tão importante, em construção no nosso país, possa, de fato, construir os mecanismos que permitam ao Estado brasileiro efetivar a garantia desses direitos. Então, que essa legislação possa responder com ações concretas na legislação para a supressão dessas enormes desigualdades educacionais. E essa priorização – o fato de se estabelecer na legislação essa priorização – pode nos ajudar a construir as políticas e os programas que façam isso, que tragam os recursos e façam isso.

Mas, Senador, o que nós gostaríamos de pensar... Em função do tempo, infelizmente a gente tem que reduzir, a gente acaba fazendo essas escolhas de reduzir o que trazer. Tem muitas coisas ricas, mas nós selecionamos três pontos na educação básica para pensar. Esse é um.

O segundo – Andréia, por gentileza, se você puder passar – que nós queríamos discutir, Senador, aqui, para ver se conseguimos inserir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Andréia, se você puder passar o eslaide, flor, eu agradeço.

O segundo diz respeito à questão... É muito importante que o documento tenha trazido essa ideia de implementar políticas de construção e reestruturação das escolas do ensino fundamental e do ensino médio. Nós temos acompanhado muito de perto, nesses 25 anos da educação do campo, a enorme carência das unidades educacionais, a inexistência de escolas no campo em números suficientes para garantir o acesso à educação, tanto nos anos iniciais e finais do ensino fundamental quanto no ensino médio.

Mas, Senador, o que mais nos inquieta... Isso é um ponto positivo – a gente quer destacar a existência no projeto de lei, desse dispositivo da implementação da construção ou da reestruturação das escolas –, mas nós entendemos que seria muito importante que pudéssemos pensar em como desencadear um processo que impedisse o fechamento e a exclusão das escolas que existem no campo.

Se você puder passar, Andréia, eu agradeço muito.

Esse é o problema mais grave que nós vimos enfrentando na educação do campo neste momento. Vejam: há um processo extremamente intenso de fechamento das escolas do campo. Quando nós iniciamos, 25 anos atrás, o Movimento Nacional da Educação do Campo, nós tínhamos 102 mil escolas no campo e, hoje, nós temos menos de 40 mil, Senador. Isso é uma coisa muito, muito, muito grave, porque o fechamento dessas escolas, o fechamento dessas unidades escolares significa não só a impossibilidade da continuidade da escolarização dos sujeitos camponeses, mas também a dissolução das comunidades. Nós sabemos o esforço imenso que as famílias fazem para que os jovens e para que as crianças do campo continuem estudando, e o fechamento das escolas é um enorme passo para a desterritorialização, para a não continuidade da escolarização.

Se você puder passar.

Aqui são duas fotos de campanhas e de lutas que os movimentos têm feito em relação a essa questão.

Se você puder passar, Andréia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Inep e o Ipea fizeram, recentemente, estudos sobre esse fechamento, mostrando que o fechamento das escolas do campo não impacta só a redução das unidades das escolas, mas impacta muito também nas matrículas. Esse estudo recente, lançado agora em 2021, mostra que houve uma diminuição de mais de 1 milhão de matrículas no campo.

Se você puder passar, Andréia, agradeço.

Eu trouxe um dado desse estudo que mostra que, com esse intenso fechamento das escolas do campo, aconteceu também a redução das matrículas, ou seja, a juventude e a infância camponesa, em função desse fechamento de escolas do campo, vão deixando de seguir na sua trajetória de escolarização.

Acho que a Andréia está com alguma dificuldade para passar o próximo eslaide.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim.

A SRA. MÔNICA CASTAGNA MOLINA (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agora deu certo.

A SRA. MÔNICA CASTAGNA MOLINA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, querida.

Então veja, esse é um estudo que tem mostrado que essa redução tão forte da escolarização diminui também, Senador, o número de matrículas. E isso é muito preocupante. Quer dizer, para onde vão essa juventude, essa infância do campo, que estão impedidas de continuar a sua escolarização?

Por isso que nós queremos, então, pensar como é que nós poderíamos trabalhar juntos, aqui – pode passar, Andréia –, fortalecendo o Plano Nacional de Educação. A sociedade civil tem feito um esforço muito grande de construir várias campanhas para sensibilizar os Prefeitos, para sensibilizar as Câmaras de Vereadores sobre a centralidade da manutenção dessas escolas.

Então, tem essa campanha da Contag, no Brasil inteiro – "Raízes se formam no campo" –, em defesa da educação pública. Tem essa campanha... Essa é do Paraná, Senador, com certeza o senhor conhece, é da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo: "Escola é Vida na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunidade". Eles têm feito uma campanha muito, muito importante pela manutenção, pela permanência das escolas do campo, porque são fundamentais, de fato, para que a comunidade continue existindo. Esse é o mote da campanha: "Escola é Vida na Comunidade". Então, eles fizeram esse... Eles têm essa produção teórica muito rica com essa discussão sobre dez motivos para manter as escolas abertas, as escolas do campo, exatamente porque elas mantêm as comunidades.

Nós queríamos propor, então, uma...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. MÔNICA CASTAGNA MOLINA (*Por videoconferência.*) – ...nacional de educação.

Pode passar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Pode continuar. Viu? Pode continuar.

A SRA. MÔNICA CASTAGNA MOLINA (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador, obrigada.

Eu queria pelo menos tentar na educação superior, mas penso que para nós seria muito importante se nós pudéssemos construir algo parecido. Assim, tentamos trazer uma ideia aqui, claro, com muita humildade, com muito cuidado, uma sugestão para pensarmos. Mas é essa a ideia: de assegurar, em regime de colaboração, entre a União, o Distrito Federal e municípios um programa nacional de fortalecimento das escolas do campo visando a estancar o intenso processo, em curso, de fechamento dessas unidades escolares, que tem ocasionado alta evasão e diminuição de matrículas na educação básica do campo, ou seja, é pensarmos, Senador, se não é possível construímos um programa que trabalhe, com as redes municipais e estaduais, a importância da centralidade da manutenção das escolas. Não adianta construirmos escolas e seguirmos fechando à exaustão. É como um ditado popular: é enxugar gelo. Porque não adianta construirmos novas unidades se as que têm nós fechamos e acabamos ocasionando uma enorme evasão e uma impossibilidade da continuidade da escolarização dos sujeitos camponeses na educação básica. Então, entendemos que é preciso pensarmos juntos e termos no PNE – que sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida é a principal legislação para pensarmos a educação para os próximos dez anos – uma orientação para os sistemas, uma diretriz que trate da questão do fechamento das escolas do campo, buscando impedir esse fechamento. Então, é isso o que a gente queria priorizar muito nessa temática.

O segundo ponto, na educação básica – pode passar, por favor, Andréia –, que também nos assustou bastante, Senador, é que há um dispositivo aqui, uma estratégia, que traz assim: "Assegurar a oferta obrigatória do ensino fundamental, especialmente nos anos iniciais, aos estudantes indígenas, quilombolas e do campo, das águas e das florestas, nas respectivas comunidades [...]". Até aqui sem problema, é isso mesmo o que defendemos, é isso o que está nas direções operacionais para a educação básica das escolas do campo, mas aqui ele colocou uma questão, que nos assustou bastante, dizendo assim: "[...] condicionadas as ações de nucleação escolar aos resultados de consulta prévia e informada ao público-alvo".

Veja, isso nos espanta, porque, nos anos iniciais – ele fala especialmente nos anos iniciais –, nas Diretrizes Operacionais para a educação básica do campo, tem uma orientação explícita de que, nos anos iniciais, obrigatoriamente, ela deve ser nas comunidades. Não podemos transportar crianças nessa idade, ainda tão pequenas, dos anos iniciais... Começar a cogitar que é possível nuclear, ainda que ouvindo as comunidades... Não! Nós pensamos que essa estratégia tem que ser excluída, porque nós temos que trabalhar para que nos anos iniciais isso se mantenha nas comunidades.

Sim, entendemos que é muito importante a escuta das comunidades para a nucleação – isso inclusive está naquela emenda que alterou a LDB –, mas para os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Agora, é criminoso nós tirarmos as crianças em idade tão pequena para serem transportadas. Nós temos relatos, Senador de pesquisas que vimos fazendo no Brasil com o apoio do CNPq e da Capes, de crianças que permanecem mais tempo no banco dos ônibus do que no banco escolar. Crianças de até sete, oito, nove anos transportadas por quatro horas, cinco horas nesses ônibus.

Então, pensamos que é fundamental ver com o senhor a possibilidade de retirarmos essa questão, porque o fato de estar na legislação a possibilidade de consultar o sistema sobre isso, pode induzir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria tratar um pouquinho do ensino superior, Senador, posso? Tenho uns cinco minutinhos para tratar do ensino superior?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode passar.

A SRA. MÔNICA CASTAGNA MOLINA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Andréia, então, assim, eu queria passar ao próximo eslaide.

Em relação ao ensino superior... Nós ficamos muito felizes porque tem essa meta, que é ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com redução de desigualdades e com inclusão. E nós, Senador, temos tido a oportunidade, na educação do campo, realmente, de construir, nesses 25 anos, muitas políticas para a garantia da educação superior aos sujeitos camponeses, em especial, na educação superior, para formação de educadores do campo. E o que gostaríamos de trazer à reflexão é assim: O que nós vimos nesses 25 anos? Quais são as condições, de fato, para se garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos sujeitos do campo, das florestas e das águas na educação superior?

Pode passar, Andréia, por favor.

Nós queremos trazer aqui a experiência que nós acumulamos, Senador, com a Licenciatura em Educação do Campo, que é uma política pública de formação de educadores do campo que está fazendo agora mais de 17 anos e tem já mais de 39 instituições no Brasil inteiro ofertando, de uma maneira permanente, esse curso superior para os sujeitos camponeses, com 59 cursos. Nós temos hoje 6,8 mil estudantes matriculados nessas licenciaturas e temos mais de 3,1 mil egressos desses cursos que estão atuando nas escolas do campo.

E o que nós vimos, Senador, que é imprescindível para o acesso desses sujeitos camponeses à educação superior? De fato, são as políticas afirmativas. Nós sabemos que os sujeitos camponeses que tentam chegar à educação superior vêm de uma trajetória de educação escolar extremamente desigual ainda e irregular no nosso país.

Então, temos nas escolas de ensino médio hoje muitos educadores que atuam no campo que só têm o ensino médio. Nós temos educadores leigos nos anos iniciais, ou seja, essa juventude

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tenta hoje acessar a educação superior ainda foi privada, e muito, da garantia de uma educação escolar de qualidade. E querer que eles acessem a educação superior sem políticas afirmativas é muito injusto, não é? É um princípio do direito tratar desigualmente os desiguais. Então, entendemos que o acesso à educação superior para os sujeitos camponeses requer políticas afirmativas e é muito importante que isso esteja explícito no Plano Nacional de Educação, inclusive com a previsão de recursos para isso.

E o segundo fator, Senador, que nós gostaríamos muito de trazer – pode passar por favor, Andréia –, é que a educação do campo hoje, a educação superior do campo tem conseguido garantir uma imensa inserção de sujeitos camponeses na educação superior – quilombolas, indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares, tradicionais, geraizeiros, cerratenses, comunidades de fundo de pasto, enfim...

Nós temos hoje uma riqueza enorme de sujeitos da educação do campo que têm acessado a educação superior, mas as condições para permanência, então, são duas. E esta que nós queríamos destacar, Senador: a imprescindibilidade da assistência estudantil para que, de fato, aquele objetivo 13 se possa cumprir, quer dizer, para que os sujeitos do campo possam permanecer na educação superior, é imprescindível políticas de assistência estudantil. E, inclusive, parabenizo o senhor e a Comissão pela aprovação da política nacional de assistência estudantil, que tem que ser reforçada no Plano Nacional com recursos específicos para isso. Mas tem uma questão que não está, e é esta que eu queria reforçar, e nós tomamos a liberdade também de fazer uma sugestão de inserção.

Por gentileza, Andréia, pode passar. Vou pedir para você passar vários eslaides...

Aqui, olhe, só para mostrar o que nós entendemos, Senador, que tem feito uma diferença imensa para a permanência dos sujeitos camponeses na educação superior. É essa estratégia de oferta que nós construímos: a partir da experiência da alternância na educação básica, a garantia da oferta da educação superior em alternância, com tempo universidade, tempo comunidade. A alternância tem sido um fator imprescindível para que os sujeitos camponeses consigam concluir a educação superior, ou seja, que nós possamos garantir o acesso a partir das políticas de permanência, que haja as políticas de assistência estudantil para que eles fiquem, mas, para que eles concluam, essa estratégia da educação superior em alternância tem feito uma diferença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enorme. É ela que faz com que eles não se desenraizem das suas comunidades e consigam continuar garantindo a produção material da vida, ou seja, tendo tempos na universidade, mas tempos em que eles se mantêm nas suas comunidades, como de fato são – como camponeses –, então em diferentes frentes de produção material da vida e de trabalho, estudando e acessando a educação superior.

E aí pode passar, por gentileza, Andréia, mais dois ou três eslaides, que a gente já chega na proposição.

Na Conae estava muito explícito... A gente trouxe vários elementos da Conae que falavam da alternância, da garantia da educação superior em alternância, que infelizmente não aparecem no Plano Nacional de Educação. E nós queríamos retomar, então, esses elementos que estavam no documento da Conae no Plano Nacional.

Pode passar, por favor, Andréia.

Nós tentamos fazer, Senador, uma redação – pode passar, por favor, mais uma –, então: estimular e promover a criação de processos que promovam a expansão da oferta de cursos superiores em alternância para os sujeitos do campo, das águas e das florestas, em diferentes áreas de conhecimento, que contribuam com a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Por que, Senador? Nós estamos convencidos: não só da formação de educadores em alternância nós precisamos; nós precisamos, sim, de outras áreas de conhecimento que os sujeitos camponeses devem e precisam acessar para versar o desenvolvimento das comunidades do campo. Então, cursos de agronomia, cursos de agroecologia, cursos de engenharia florestal, enfim, precisamos ampliar a oferta de cursos superiores em alternância para pensarmos a promoção do desenvolvimento das comunidades rurais.

Nós temos lastro, nós temos experiências nessa materialização. Nós temos um conjunto grande de pesquisas feitas por diferentes universidades no Brasil que têm mostrado a centralidade dessa estratégia de oferta da educação superior, que está já legislada, tem as diretrizes hoje da alternância do Conselho Nacional de Educação e também o Decreto 7.352, que materializou essa possibilidade permanente de oferta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós paramos por aqui. Agradecemos muito a oportunidade de diálogo. Esse material fica com as outras sugestões que havíamos feito, Senador. Agradecemos muito esta oportunidade e nos colocamos à disposição para o diálogo e para contribuir com o trabalho tão importante da Comissão de Educação do Senado Federal brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Mônica Castagna Molina, que é representante do Fórum Nacional de Educação do Campo. Parabéns pela apresentação! As sugestões você está deixando também com a Comissão de Educação e Cultura. E a gente já pede que a própria Consultoria do Senado já possa examinar também, à luz do documento que chegou do Executivo, pontos muito importantes trazidos por você.

Eu até colocaria, sabe, Mônica, a atitude política de secretários municipais de educação, secretários estaduais de educação, de visitarem, de chegarem às escolas do campo, indígenas, quilombolas, de ribeirinhos, de todas as áreas, para verem a realidade, escutarem as pessoas, estarem presentes lá. Eu cito isso, inclusive, porque fui Secretário de Educação do Paraná e visitava as escolas indígenas, quilombolas, do campo. E eu me lembro de uma expressão de uma escola do campo, que disse: "Olha, nós já estamos aqui há uns 20 anos. É a primeira pessoa que vem aqui nos visitar". Então, tem que ir lá, tem que visitar, tem que ver, tem que escutar, dialogar, para que, inclusive, essa importância aconteça. Aqui no Paraná, por exemplo, nas escolas das ilhas, é a mesma coisa. Tudo que você falou se refere também às escolas das ilhas. Escutar a comunidade, discutir com a comunidade, porque as comunidades é que têm as melhores soluções. O Executivo tem que se adequar àquilo que pode ser feito em conjunto, convergindo nos pensamentos. Então, basicamente, é essencial essa atitude, eu diria, política – política não partidária, política de encontro, de acolhida, de diálogo.

Muito bom!

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Shirley Pimentel de Souza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu quero parabenizar também você, escutar a sua experiência, professora quilombola e membro do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq). Seja muito bem-vinda!

Profa. Shirley, com a palavra.

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas!

Bom dia, Prof. Flávio, que deu a autorização para a gente vir falar de professor, e é bom a gente falar entre os nossos, não é? A professora Mônica e o estudante Arlindo Baré, que me antecederam, têm falas muito próximas da realidade das comunidades quilombolas. Se a gente pensar o contexto das comunidades do campo de maneira geral, das comunidades indígenas, nossas dores são muito parecidas também. Então, quero agradecer este espaço, esta oportunidade de fazer essa troca aqui para discutir o Plano Nacional de Educação, que desencadeia em rede uma série de ações nos planos municipais, nos planos estaduais, então, vai afetar diretamente, na ponta mesmo, as escolas indígenas, quilombolas, do campo, as escolas do Brasil de maneira geral.

A Conaq é uma organização nacional que está desde 1995 se articulando; instituiu-se oficialmente em 1996, mas está desde 1995 se articulando para fortalecer a defesa dos territórios quilombolas. E já desde 1995, atrelada à luta pela terra, pela regularização do território, a pauta da educação sempre esteve presente.

Na primeira carta que a Conaq – que não era Conaq; era uma organização ainda nascendo – envia para o Presidente da República, à época o Fernando Henrique Cardoso, a pauta da educação já estava lá, pedindo equiparação de salário para os professores, pedindo educação de jovens e adultos, pedindo educação contextualizada nos seus territórios. Então é uma pauta que a Conaq já tem há muitos anos e tem se fortalecido agora com o seu Coletivo Nacional de Educação. Inclusive com a ausência do Estado em oferecer formação de professores, em oferecer propostas curriculares diferenciadas, o próprio movimento quilombola, a própria Conaq têm dado essa formação, têm feito esse trabalho de base para oferecer a educação que a gente quer nos territórios quilombolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí teve incidência na conferência de educação. Na conferência de 2010, a gente conseguiu implementar a educação escolar quilombola como uma modalidade de educação básica, e nessa última conferência conseguimos também articular para ter presença de quilombolas dentro dos diversos eixos, o que se reflete nessa presença, sobretudo, no objetivo da Meta 8, de pontos muito específicos sobre a nossa realidade.

Para esta conversa hoje acho que é importante a gente enfatizar, assim, três pontos, que é o que a gente tem mais discutido nos nossos momentos de formação dentro do movimento quilombola. Um deles é o recente dado da taxa de analfabetismo entre os quilombolas. A primeira vez que a gente foi computado no Censo do IBGE foi em 2022. Nós somos em torno de 1,3 milhão de pessoas quilombolas em todo o país, em mais de 8,5 mil localidades quilombolas, espalhadas em todo o território nacional, e recentemente o IBGE divulgou esse dado sobre analfabetismo. Então, nós estamos aí entre a população com maior taxa de analfabetismo, que chega aí a quase três vezes mais do que em toda a população nacional – é a população quilombola.

E quando a gente para para analisar a causa dessa alta taxa de analfabetismo entre a população quilombola, são várias, não é? Uma delas é a educação de baixa qualidade que é ofertada nos territórios, e aí acho que até atrela a uma outra taxa que o censo da educação básica também apresentou no último ano, que é o fato de que o maior número de repetência está também entre os jovens quilombolas, a repetência escolar também está entre jovens quilombolas. A gente tem avaliado que se deve à baixa qualidade na oferta dessa educação nos territórios, atrelada ao processo de fechamento das escolas, que a Profa. Mônica Molina trouxe muito bem agora, que tem afetado também as escolas quilombolas. Então a gente entende que existe uma política nacional de fechamento das escolas quilombolas do campo, e esse processo de fechamento leva à desistência. O deslocamento em longas distâncias, seja por terra, seja por via fluvial, como tem muitos territórios quilombolas a que o acesso também é pelo rio, pelo mar, também leva à desistência dos processos escolares. E o próprio processo de disputa dos territórios também, não é? Não dá para discutir educação quilombola sem pensar as disputas que tem nos nossos territórios. Tem um avanço do agronegócio pela tomada dos territórios quilombolas, expulsão das comunidades quilombolas dos seus territórios. Isso também tem impacto nos processos de educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando fecha uma escola quilombola ou nucleia... Geralmente as prefeituras não gostam de falar fechamento, falam nucleação. Nucleou, mas qual é o impacto de nuclear? Qual é o impacto de você ter que acordar muito mais cedo para pegar um ônibus com estrada ruim, e o ônibus quebrando? Chega a essa escola, não tem uma merenda de qualidade. A gente tem o padrão das escolas quilombolas: pelo que a gente tem escutado, é biscoito com suco. E aí já entra em outros elementos do próprio plano que acho que é importante discutir: que tipo de merenda escolar é essa que se oferece? Geralmente não é uma merenda atrelada à cultura alimentar da comunidade, não é uma merenda escolar que está favorecendo o fortalecimento da própria agricultura familiar, com os hábitos culturais alimentares. Então, quanto ao impacto da chamada nucleação, do fechamento das escolas, é uma rede também que leva a pessoa a desistir dos estudos. Então, é você sair mais cedo, é você não ter uma educação de qualidade e é você chegar a um espaço escolar que muitas vezes é um espaço extremamente violento. A gente teve recentemente o Encontro da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas da Conaq, e os relatos dessas meninas nesse processo de deslocamento para as escolas da cidade ou as escolas nucleadas são relatos de extrema violência, de extrema exclusão, de extremo racismo. Então, quando você pesa todo esse impacto do deslocado de sair mais cedo, de não se alimentar bem e de sofrer violências diversas nesse outro espaço, a desistência é um caminho muito comum – é um caminho muito comum. Então, quando a gente pega essa taxa de analfabetismo entre os quilombolas acima de 15 anos três vezes maior do que toda a taxa de analfabetismo do território nacional, a gente tem que entender que é todo um contexto que está influenciando para que a gente tenha muito mais analfabetos nas comunidades quilombolas e entender que o acesso à educação não está equitativo. A gente tem um problema grave que esse Plano Nacional de Educação precisa achar meios para corrigir. Então, se a gente não tem uma oferta equalitária entre as populações, a gente precisa corrigir isso.

Um outro ponto que a gente destaca é a formação de professores. O Objetivo 8 traz esses elementos, e eu quero destacar que é importante, quando o PL chegar ao Senado, esse ponto ser bastante enfatizado, que é ter professores quilombolas nos territórios quilombolas. Hoje a gente tem ampliado esse debate. Lá no plano, ele fala da criação dessa categoria de Professor Quilombola, de Professor Indígena. E a gente quer enfatizar muito isso, porque a gente entende que, se tem um professor quilombola do território quilombola, ele vai ter uma incidência muito maior de garantir que aquela escola permaneça aberta. Nas nossas experiências, quando os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores são da própria comunidade, o que tem demonstrado é que tem menos rotatividade de professores, ou seja, esse professor termina o ano letivo e ele não fica dependendo do contrato do Vereador tal, do Prefeito tal, não fica tão vulnerável a esse jogo político-partidário que acontece nos municípios, ele se vincula àquele território, ele mantém um processo de formação continuada de professores, seja ofertado pelas universidades, seja ofertado pelo próprio movimento quilombola, seja ofertado, em raros casos ainda, pelas redes municipais de educação. Isso garante que haja uma continuidade na implementação de uma educação escolar diferenciada naqueles territórios quilombolas, o que reduz a possibilidade de fechamento daquela escola. Então garantir o que está proposto lá em um dos objetivos da Meta 8, que é a criação dessa categoria de professor quilombola, que quilombolas concorram, somente quilombolas concorram a essa categoria.

A gente já tem hoje no país três experiências de destaque, a maior delas – na verdade, a primeira, que está aí desde 2006 – é no Município de Salgueiro. A gente tem o Quilombo de Conceição das Crioulas, em que toda a equipe escolar do quilombo é formada por quilombolas, desde professores e professoras, diretores e diretoras, merendeiros, toda equipe de apoio. O movimento indígena já avançou nisso há muito tempo – Arlindo pode até enfatizar –, está mais avançado que o quilombola nesse sentido. A gente percebe os avanços, a gente tem que aprender também com quem tem avançado, a gente percebe os avanços disso na educação indígena, como, por exemplo, que as taxas de analfabetismo não são tão gritantes quanto as nossas entre quilombolas. Então a gente entende que essa é uma estratégia que vai reduzir taxa de analfabetismo, vai reduzir a evasão, vai manter esses jovens vinculados à escola, com a presença de professores e professoras quilombolas em seus territórios. Além de terem um plano de carreira coerente, não ficarão as professoras vulneráveis a essa política partidária, como eu já falei.

Um outro elemento, um outro gargalo muito forte que a gente gostaria de destacar é o ensino médio. Então, se a gente tem aí uma oferta ainda inadequada dos ensinos fundamentais I e II nos territórios quilombolas com o fechamento de escola ainda, com a nucleação desde o fundamental I, como a Profa. Mônica enfatizou, que deve ser inadmissível, quando a gente vai para o ensino médio, isso é muito mais gritante. Então, os jovens, para fazerem o ensino médio, em sua maioria, em todo território nacional, têm que sair da comunidade, têm que se deslocar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm que ir para a cidade, têm que se sujeitar a uma série de situações de violência também para fazer esse ensino médio na cidade, porque são pouquíssimos os territórios quilombolas onde tem ensino médio.

Aqui no Estado da Bahia tem uma experiência chamada de intermediação tecnológica, uma espécie de ensino médio EaD, que também não atende à demanda dos territórios quilombolas. Os jovens desistem, há os relatos de: "Isso que eu não consigo aprender", é um sistema bem EaD mesmo de tutoria, que é o que chega nas comunidades. A gente também defende que tenha educação presencial no ensino médio, nos territórios quilombolas, para garantir inclusive que se consiga acessar o ensino superior. A gente avançou nesses últimos anos no acesso de política de educação superior para quilombolas, a última alteração na Lei de Cotas incluindo quilombolas, mas a gente tem um gargalo anterior, que é o acesso ao ensino médio, o acesso ao ensino médio que a gente precisa enfrentar, eu acho que esse PNE precisa enfrentar com recursos essa oferta de ensino médio nos territórios quilombolas.

Outros elementos que têm impactado também nessa oferta de qualidade são o material didático, paradidático e atrelados à formação de professores. A gente não tem nenhuma experiência no país de material didático específico para as escolas quilombolas. Então o material didático que chega para as escolas quilombolas é o mesmo material didático que chega para as escolas urbanas, que chega para as escolas não quilombolas, que é um material muito genérico e não dialoga com aquela realidade. Então, se a gente tem um contexto de escola que está dizendo o tempo todo para aquele jovem quilombola que ele tem que sair dali, que aquela realidade dele ficou lá num passado escravista, que ser quilombola não é uma coisa de se ter orgulho – que é o que a gente ainda vê infelizmente em muitos materiais que são produzidos –, a tendência desses jovens quilombolas é um desvincular do seu território e, atrelada a isso, a falta da própria escola no território, como a gente já vem falando.

Então, livros paradidáticos escritos por quilombolas a gente não tem – divulgados e distribuídos nas escolas –, no PNLD não se contempla material específico para a escola quilombola, e isso demanda recurso. Então, a gente está pensando aqui que o financiamento dessa educação precisa de recurso para a produção deste material, para fomentar a produção desse material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, felizmente, a gente já tem uma série de professores e professoras, pesquisadores quilombolas com formação que podem, sim, produzir esse material didático e paradidático, mas que precisam de fomento, de incentivo do Estado para que isso, de fato, aconteça e chegue à realidade das escolas quilombolas. Então, é fundamental ainda que todo esse processo de discussão, de fomento, de formação de professor seja discutido com os territórios quilombolas, porque não existe educação quilombola sem território, não é? É um processo de educação que tem que estar ali atrelado à vivência daquela comunidade, à história daquela comunidade.

Então, não existe educação escolar quilombola sem território quilombola, sem história da comunidade, sem aquele contexto. Acho que esse é um ponto que precisa ficar muito demarcado, porque, quando a gente chega para os municípios, para os estados, às vezes a gente tem muitas equipes de secretaria de educação – isso que o Senador Flávio falou agora – que não conhecem a realidade da escola quilombola, nunca pisaram naquela escola quilombola, não sabem qual é a história daquela comunidade, qual é a demanda de educação daquela comunidade. Então, é importante que essa educação seja territorializada, contextualizada, discutida com as comunidades quilombolas.

E a gente tem no Brasil uma infinidade de comunidades, não é? Então, assim, o contexto das comunidades quilombolas daqui, da beira do Rio São Francisco, território Velho Chico, de onde eu falo, é muito diferente, por exemplo, das comunidades quilombolas do Amazonas, que têm uma outra realidade. Então, o material didático não pode ser o mesmo, o tipo de formação não pode ser a mesma. A gente tem algumas coisas em comum, mas a gente tem as especificidades territoriais, não é? Então, esse jovem quilombola quer que tipo de curso que dialogue com sua realidade? Aqui com a gente são, sobretudo, comunidades agricultoras – estou concluindo – e pescadoras. A realidade é...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Pode continuar, viu, Shirley?

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Até eu peço para a Andréia colocar mais cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Certo, mas estou concluindo mesmo. Obrigada. Agradeço.

Falando dessa coisa da realidade, aqui a gente tem uma realidade muito de pesca e de agricultura familiar, então, o contexto dessa educação que a gente quer é um contexto que também favoreça esse fortalecimento da sustentabilidade da comunidade; uma escola que também fortaleça... E a gente pode até pensar– agora tem uma experiência sendo construída em Minas Gerais, do instituto federal campus quilombo – em cursos de educação profissional que dialoguem com a realidade daquelas comunidades. Então, o que a comunidade espera dessa escola, se aqui é uma comunidade que é de agricultores, que é de pescadores? Que essa comunidade também fortaleça esse território quilombola e proteja esse território contra o avanço do agronegócio, não é? Aqui a gente tem tido um avanço do plantio de soja – há um estudo recente do plantio de soja na beira do São Francisco – e tem um investimento muito grande na tentativa de compra, de expulsão, de retirada das terras dessas comunidades para plantar soja.

Então, a defesa ambiental desse território, dessa beira do São Francisco, com a implantação de pivô, tem tido um impacto muito grande na forma de sustentabilidade dessa comunidade. A gente precisa de uma educação que fortaleça essas comunidades para que elas mantenham autonomia sobre o seu processo de gestão territorial e de alimentação também. A gente viu aí no contexto da pandemia, por exemplo, as comunidades quilombolas aqui da nossa região se autossustentaram, porque vivem da agricultura, porque vivem da pesca, porque ainda têm um rio, porque ainda têm suas ilhas, porque ainda têm uma defesa dessa gestão de sustentabilidade, que vem sendo ameaçada pela monocultura. Então, acho que pensar a educação também significa pensá-la com território, com sustentabilidade, com defesa dessa permanência das comunidades quilombolas em seus modos de viver e de ser, que a gente vem aí cultivando e resistindo desde o processo de escravidão.

Eu acho que é essa a mensagem mais geral, e a gente está aqui à disposição também para pensar, depois, o documento, o texto, os pontos específicos. Como este é um momento mais de curto tempo, a gente resolveu trazer os problemas mais gritantes, mas temos estudado ponto a ponto do plano e acho que, quando chegar no Senado, a Conaq, por meio do seu Coletivo Nacional de Educação, está à disposição também para a gente ver essa incidência em cada item:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensar a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, o financiamento desses processos e o debate disso junto com as comunidades quilombolas.

Eu agradeço muito o espaço e esta oportunidade de debate que vocês têm proporcionado para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos a você, Profa. Shirley Pimentel de Souza, Professora quilombola e membro do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq).

Não só quando o projeto chegar no Senado, sabe, Shirley e todos os demais que nos acompanham, também agora já em função do PL mandado pelo Executivo, o que vocês consideram importante ser... Às vezes, é o verbo. Até o Consed já sugeriu mudanças, a Undime. Vocês podem sugerir. Às vezes, o verbo não capta exatamente o que deve ser colocado ou alguma conclusão a que se chegou no projeto de lei que não é adequada do ponto de vista de vocês. Então, tudo isso já vai subsidiando o debate no Senado, passando para a Consultoria, e já fazemos o contato com a Câmara dos Deputados também para que a mudança eventualmente, se importante, se necessária, se decidida dessa maneira, já possa acontecer lá mesmo, e o texto já chegue no Senado com a mudança pretendida. Ficaria tranquilo.

Eu quero lembrar às pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação que o que foi falado aqui pela Adriana, pelo Arlindo, pela Mônica e pela Shirley são sempre responsabilidades tripartites, ou seja, são responsabilidade da União, dos estados e dos municípios.

E, para que isso aconteça, para que a educação nas comunidades de quilombos possa acontecer com qualidade, como foi apontado, existe a necessidade que consta do plano, mas deveria ser, do nosso ponto de vista, inclusive anterior ao plano, a criação do Sistema Nacional de Educação, para que se saiba exatamente qual é a responsabilidade, por exemplo, em termos de formação de professores para a educação do campo, a educação quilombola. Qual a responsabilidade da União, dos estados e dos municípios? Então isso tem que ser pactuado, negociado, articulado entre as três instâncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o Sistema Nacional de Educação, já aprovado no Senado. Está na Câmara. Claro que pode ser mudado, alterado, modificado, mas a importância, desde a Constituição Federal de 1988, da criação do Sistema Nacional de Educação. Então isso é essencial.

E ao mesmo tempo, lembrando as pessoas de que, muitas vezes, o Plano Nacional não entra no detalhe, porque a educação básica acontece ou nos estados ou nos municípios. Então nós teremos que ter, depois do Plano Nacional, os planos estaduais e os planos municipais. Só que o Plano Nacional tem que apontar, de uma maneira clara, o que deve, qual é o grande objetivo, para onde vamos caminhar, o que é importante, o que é necessário para que estados e municípios, na sequência, coloquem, nos seus planos, a especificidade.

Eu até uso uma palavra: equidade. E eu defino equidade como a justiça no caso concreto. Justiça, no caso, você tem a comunidade quilombola no Paraná, que certamente é muito diferente da comunidade quilombola lá do Amazonas. Então, no caso concreto, nada melhor, nada seria mais bonito, mais importante na educação no campo, indígena, que o Secretário Municipal de Educação fosse lá à escola e discutisse com a escola o que é que deveria acontecer na educação diante das diretrizes colocadas.

Porque não adianta um secretário, um professor achar que sabe, que entende da realidade, quando tem um pensamento que é usado na área da pessoa com deficiência, mas que serve para todas as áreas: nada sobre nós sem nós, quer dizer, a educação de uma escola quilombola, nada sobre nós sem nós. Vamos, escute, dialogue, converse. Isso serve para o grande empresário, nada sobre nós sem nós. Escutem o grande empresário, o agricultor familiar, a pessoa do campo, dos quilombos, enfim, da periferia. Isso é muito importante.

Os expositores e expositoras já receberam as perguntas também no *chat*, mas eu vou ler as perguntas, para que o Brasil todo tome conhecimento das preocupações dos internautas. Há perguntas, por exemplo, que se referem ao acompanhamento, à fiscalização. Nós vamos ter uma audiência pública específica sobre isso, porque isso foi levantado como algo extremamente importante. Saúde mental vem sendo apontado, já há bastante tempo, como essencial.

Mas eu leio, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Willian, de Rondônia: "Qual a estratégia do [...] [novo Plano Nacional da Educação] para garantir a universalização do acesso à educação infantil?".

Juliana, do Ceará: "O que o plano contempla para saúde mental das crianças, adolescentes e professores nas escolas?".

Cristian, do Rio de Janeiro: "Como [...] [o novo PNE, Plano Nacional] pretende remediar os efeitos perversos do novo ensino médio?". Lembro que houve a aprovação de uma nova lei sobre o ensino médio também.

Lua, de São Paulo: "De que forma o PNE 2024-2034 prevê o uso da inteligência artificial para melhorar a qualidade do ensino?".

Giulia, de Rondônia: "Quais são os desafios para melhorar a qualidade do ensino básico com o novo PNE?".

Fábio, de São Paulo: "Qual é o cronograma previsto para a implementação das metas do PNE 2024-2034 e quais serão os indicadores de sucesso [adotados]?". Como eu falei, isso até vai ser objeto de uma audiência pública.

Jusef, do Distrito Federal: "Como alcançar os objetivos, metas e estratégias em um cenário de contingenciamento orçamentário da educação pública?".

Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "Como o plano pretende enfrentar as disparidades regionais no acesso à educação de qualidade, especialmente nas áreas rurais e periferias?". Lembro que nós temos a diversidade regional – bonita, importante – no Brasil, nos estados e nos municípios, porque há educação na periferia do município, centro urbano, zona rural.

Lauriane, de Santa Catarina: "O novo PNE terá metas específicas para inclusão de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, populações indígenas e quilombolas?".

Comentários.

Camila, do Pará: "Como cidadã, acredito que o novo [...] PNE precisa ter um olhar mais atento para a formação de professores". É o que foi bastante apontado aqui nesta audiência pública de hoje, para o público específico abordado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sebastiana, do Piauí: "O currículo escolar precisa ser atualizado para alinhar-se com as necessidades do mercado de trabalho e da sociedade contemporânea".

Também há mais algumas perguntas.

Renata, de Goiás: "Quais são os indicadores e métricas que serão utilizados para avaliar o sucesso do plano? [Então, é olharmos no plano para ver como isso está colocado e vamos debater o assunto] Como serão feitos os monitoramentos e os ajustes?". Muito importante.

Arnaldo, do Rio de Janeiro: "Como o PNE pretende lidar com a valorização do professor e os déficits formativos destes profissionais?". Muito importante.

Lucas, do Distrito Federal: "De que forma o novo PNE 2024-2034 incentivará a integração de tecnologias educacionais de forma acessível e equitativa em escolas públicas?"

Ana, do Espírito Santo: "O PNE abordará as diferenças entre os conteúdos abordados nas escolas públicas e particulares, apesar de todas "seguirem" a BNCC?".

Enfim, muitas dessas perguntas foram respondidas. Outras – já tínhamos até combinado, na outra audiência pública – dependendo da audiência, nós vamos mandar a pergunta para o tema específico sendo abordado na audiência pública, para os expositores e expositoras. Por isso, convido a todos e todas para, inclusive, enviarem para a Comissão de Educação as perguntas, os comentários, que nós organizaremos esse conteúdo que vem do público para apresentá-lo como subsídio para apresentações futuras.

Muito bom. Nós vamos voltar agora para os 5 minutos finais de comentários, em função de tudo que foi falado.

Passamos, então, em primeiro lugar para você, Adriana de Cássia Moreira, que foi a primeira a expor. É Coordenadora da União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora. A sigla é UNEafro.

Com a palavra, Adriana. (*Pausa.*)

A Adriana está presente? (*Pausa.*)

Ela teve que sair. Ela até mencionou também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, então, a palavra ao caro acadêmico... Posso falar assim? Ao acadêmico de Engenharia Elétrica da Unicamp, Arlindo Baré, que é Coordenador Executivo do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena e representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas.

Fiquei na dúvida se é acadêmico ou docente. Mas você explica para a gente também, Arlindo.

O SR. ARLINDO BARÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou como graduando de Engenharia Elétrica, aqui na Unicamp.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está bom.

O SR. ARLINDO BARÉ (*Por videoconferência*.) – É um desafio importante.

Eu sou da Terra Indígena Cué Cué Marabitanas, que fica no noroeste do Estado do Amazonas. Essa diáspora da minha região até o Sudeste é na busca de uma universidade que possibilite não só trazer as nossas concepções, mas que, a partir dessa plataforma universidade, eu possa estar aqui contribuindo hoje no debate do Plano Nacional de Educação 2024/2034.

Para finalizar, eu falo da importância das boas práticas que já existem. Existe já uma implementação das políticas de educação nos territórios etnoeducacionais. Acho que é um grande exemplo de como entender as demandas da educação escolar indígena, que vai desde a educação básica até a educação superior. E aí, a partir disso, a gente vai fazer um grande estudo.

Na verdade, já fazemos isso nos nossos fóruns nacionais de Educação e, a partir disso, considerar que é importante enviar esses relatórios que já existem para a Comissão, para que possamos dar continuidade, ou antecipar, não só quando esse plano chegar ao Senado, mas, de certa forma, antecipar, a partir da nossa análise, o que contempla, de fato, a gente, não só na redação, mas em outras formas de pensar, até mesmo quanto aos financiamentos.

Acho que é isso.

Agradeço mais uma vez pelo convite.

A gente fica aqui disponível, sempre, para poder estar contribuindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui representando os três professores que considero grandes referências, o Prof. Gersem Baniwa, a Profa. Rita Potiguara e a Profa. Lucia Alberta, que são os nossos Coordenadores-Gerais que fazem esse papel, eu diria, de articulação, há quase 40 anos, dessa temática de educação escolar indígena.

Então, fico muito honrado de estar podendo falar a partir do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, e, mais do que isso, de trazer também aqui a perspectiva da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas, que é uma entidade que representa atualmente os 168.552 estudantes indígenas presentes na educação superior, segundo o Inep, em 2022.

E aí agradeço mais uma vez, Professor.

Além de tudo, a gente tem o professor como uma referência desde sempre. Então, é meio automático chamar as pessoas que estão nessa temática da educação de professores.

Agradeço a oportunidade de estar dividindo essa mesa com pessoas tão importantes, pessoas que têm gigantes experiências, que de certa forma trazem os mesmos sonhos, as mesmas demandas, as mesmas dores, as mesmas cicatrizes.

Finalizo aqui dizendo que são essas iniciativas de que a gente precisa para poder estar contribuindo, de fato, para a construção de políticas educacionais que contemplem a nossa perspectiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você de novo, Arlindo Baré, pela presença, pela exposição, pela trajetória de vida e ficamos também sempre à disposição, como Comissão de Educação e Cultura, do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena e também da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas.

Obrigado, Arlindo.

Passamos a palavra em seguida à Mônica Castagna Molina, que é representante do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec).

Com a palavra, Mônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÔNICA CASTAGNA MOLINA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador, por mais essa oportunidade de dialogarmos.

Queria agradecer. São tantas questões que apareceram, tão importantes, tão ricas. É muito bom que as pessoas estejam aproveitando esse espaço de diálogo aberto pela Comissão, Senador, para que a sociedade civil possa dialogar, contribuir com o Plano Nacional de Educação.

Vou tentar... São muitas questões, mas, talvez, acho que duas me parecem muito relevantes para pensarmos juntos aqui e que apareceram em vários questionamentos.

Então, eu as priorizo, entendendo a centralidade que ambas têm, que são a questão do próprio financiamento do Plano Nacional de Educação e a questão da formação de educadores.

Penso que essa é a questão central, Senador. Não existe política pública sem orçamento e sabemos que essa é a grande questão. Tivemos já outros dois planos nacionais de educação e aquele trabalho belíssimo que o Inep fez, do monitoramento, com aqueles estudos que eles foram lançando periodicamente, do monitoramento das metas do plano anterior, e que nos mostram que nós não as atingimos, que foi muito, muito baixa a nossa capacidade de cumprir as metas que havíamos estipulado enquanto sociedade, enquanto Governo. E elas se devem muito à ausência dos recursos suficientes para que essas metas sejam executadas. Não basta que elas estejam no papel; é necessário que o Estado brasileiro tenha os fundos públicos que as tirem do papel e as torne materialidade. E essa é a grande questão. Penso que o nosso esforço tem que ser, de fato, garantir um orçamento para o Plano Nacional de Educação que seja capaz de viabilizar essas metas.

E, Senador, nos angustia muito, ao ler o plano, que não apareça o financiamento da educação superior. Tem um dispositivo no plano falando do financiamento da educação básica, mas da educação superior não aparece nenhuma referência em financiamento, o que é uma questão fundamental. Então, queríamos também pensar sobre isso, trazer a necessidade, a imprescindibilidade, aliás, de estar expressa a garantia da educação superior pública, do financiamento dos recursos públicos para a garantia da educação superior.

E também, pensando um pouco aqui na outra questão que apareceu em várias perguntas, sobre a formação docente, no documento da Conae, Senador, nós tínhamos lá os princípios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma política nacional de formação de educadores. E esses princípios não aparecem no documento do PNE. No PNE, aparece um objetivo sobre a formação de educadores, mas não sobre uma política nacional de formação de educadores. Não tem os princípios. Tem a questão da profissionalização, mas aqueles princípios que constavam no documento da Conae, então a ideia de uma sólida formação teórica interdisciplinar, da relação teoria e prática, do trabalho coletivo, da pesquisa como um elemento central na formação dos educadores, da unidade teoria e prática, enfim, diferentes elementos que no documento da Conae, pela própria participação da Anfope, estavam explícitos em diferentes tópicos no Eixo V – quando era o documento da Conae, era Eixo V – foram suprimidos dessa versão. E pensamos que é muito importante, nesse espaço de diálogo que ainda temos, que nós, no Plano Nacional de Educação, de fato, possamos avançar na construção de uma política nacional de formação de educadores. É disto que precisamos: ter uma unidade, ter uma base que garanta com que todos os sujeitos, nos diferentes espaços e territórios do Brasil, tenham educadores formados com qualidade, com capacidade de contribuir, para que nós possamos formar sujeitos críticos, autônomos, capazes de ler criticamente a realidade, de se organizar, de intervir nela no sentido da sua transformação, buscando a igualdade e a justiça social, que penso que tem sido o mote, Senador, da própria atuação que o senhor vem fazendo nesse tempo todo, de pensar uma sociedade com igualdade, com justiça. Então, que nós possamos, na nossa ação, na construção dessa legislação, colocar nela os elementos que nos ajudem, que nos façam avançar nessa direção de pensar a centralidade que os educadores têm na formação da visão de mundo dos educandos com os quais trabalham.

Então, penso que reforçar, no Plano Nacional de Educação, o financiamento da educação, a educação como um direito, com fundos públicos garantindo a educação básica e a educação superior, e a política nacional de formação de educadores pode ser bastante importante no sentido de darmos efetividade ao Plano Nacional de Educação.

Em nome do Fórum Nacional de Educação do Campo, Senador, agradecemos muito essa oportunidade e nos colocamos à disposição para seguirmos juntos, dialogando, participando em todas as instâncias nas quais considerarem que podemos participar e contribuir.

Muito obrigada à Shirley também, ao Arlindo e à Adriana, por termos podido fazer juntos aqui esse diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a Andréia também, que foi muito gentil, que passou os nossos eslaides, e todo o apoio aí da Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Mônica Castagna Molina, que é representante do Fórum Nacional de Educação do Campo. Pedimos também para transmitir a todos os membros do Fórum Nacional nosso abraço. Quero agradecer pela participação, pela exposição e pelas sugestões já bem sedimentadas em relação ao Plano Nacional de Educação. Vamos trabalhar juntos daqui para frente até a aprovação do Plano Nacional de Educação, para que reflita as necessidades da área. Obrigado, viu, Mônica?

Passo, em seguida, a palavra à Profa. Shirley Pimentel de Souza, Professora quilombola e membro do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq).

Com a palavra, Profa. Shirley.

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto.

Quero agradecer as questões, foram várias, mas acho que eu vou me ater a duas delas que eu acho que dialogam um pouco com a questão do currículo, sobre a qual a gente acabou falando menos, como a questão da Sebastiana, do Piauí, que questiona o fato de que o currículo precisa se alinhar ao mercado de trabalho, e a da Ana, do Espírito Santo, que fala de atender a Base Nacional Comum Curricular.

Acho que, só para esclarecer, às vezes, as pessoas que não têm conhecimento da realidade quilombola, da realidade indígena, da realidade camponesa não conseguem materializar o que a gente está falando quando fala de diversidade, quando a gente está falando de currículo diferenciado. E aí eu queria contar uma historinha para isso ficar mais materializado.

Quando a gente está pensando em currículo diferenciado, a gente está pensando em uma defesa de um modo de existir. E, aí, as comunidades quilombolas não estão preocupadas em alinhar-se ao mercado de trabalho, porque a gente está pensando numa defesa de um outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modo de se relacionar com o trabalho, de se relacionar com a natureza, de se relacionar com o território, de se relacionar com a diversidade.

Recentemente, eu tive uma situação com um grupo de pesquisadoras em minha comunidade – sou da comunidade de Pedra Negra da Extrema, aqui no norte da Bahia. A gente foi para uma visita numa comunidade, e chegou em uma época em que o rio estava enchendo. A gente foi tomar um banho no rio, foi à ilha, tinha uns parentes lá colhendo. Quando o rio começa a encher, quem conhece a dinâmica do rio sabe que, de um dia para o outro, invade a ilha e o pessoal vai retirando o que consegue. Aí, falaram: "Ah, não! Leve batata, leve abóbora, leve milho". E as meninas, preocupadas: "Não, mas isso aqui é tudo muito caro. Como é que ele está dando tudo isso para gente?". Aí, esse meu parente lá, Reinaldo, falou assim: "Não, o rio vai comer. Não preocupe, não, pode levar. O rio vai comer". E elas ficaram muito angustiadas – uma era da Engenharia de Alimentos e a outra, de Biologia – e falaram: "Não, Shirley, a gente tem que fazer um curso de formação, de aproveitamento integral de alimentos, porque tem muito desperdício", com muito boa vontade, claro, muito preocupadas, pensando na área delas, na vivência delas, mas não era a demanda da comunidade. A comunidade não está preocupada. "Não, o rio vai comer. Quando o rio vazar, isso aqui vai dar em dobro, porque a terra vai ser fertilizada, a ilha vai dar muito mais."

Então, estou dando esse exemplo para dizer assim: a preocupação ali não é com a acumulação de riqueza; a preocupação ali não é com mercado de trabalho; é a de eu saber que vou plantar este ano, o rio vai comer uma parte, mas, quando voltar, eu vou ter em dobro; que eu vou ter sempre fartura na minha comunidade, que eu sempre vou ter batata, que eu sempre vou ter feijão, eu sempre vou ter abóbora.

Então, quando a gente está fazendo uma defesa de uma educação contextualizada, vinculada ao território, é uma defesa de uma educação que esteja vinculada àquele modo de existir. A gente não está preocupado em ter um emprego em que você sai, tem que ficar duas horas no ônibus, bater ponto, voltar cansado, não ver nem seus filhos crescerem, viver todo mundo aí adoecido, tomando medicação, acelerado, agradecendo que chega sexta-feira e lamentando a segunda-feira. A gente não está pensando em um projeto de educação atrelado a esse modo de existir, a esse mercado de trabalho. A gente está defendendo um modo de vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja vinculado ao território, um modo de vida que seja saudável, um modo de vida que tem nos mantido secularmente nos territórios quilombolas.

Mas a gente também não vive isolado. Quando a Ana pergunta da BNCC, sim, a gente vai aprender o conhecimento acumulado pela humanidade. Na verdade, as comunidades quilombolas nunca estiveram isoladas. Sempre teve comércio, sempre alimentou as feiras das cidades, a gente tem internet, a gente tem televisão. Tem gente que assusta: ah, no quilombo tem internet?! A gente quer tecnologia, a gente quer dialogar, a gente quer mostrar a nossa realidade, mas, ao mesmo tempo, a gente não quer ser escravo do mercado.

Então, a defesa de uma educação escolar quilombola é a defesa de um modo de existir para além da dinâmica do capital e do mercado de trabalho. Acho que é importante também a gente enfatizar isso. É uma defesa, inclusive, do que a gente tem entendido aqui como sustentabilidade, que não é só essa romantização de sustentabilidade, é a defesa do planeta mesmo. A gente está vendo aí queimadas, está vendo destruição. E quem está destruindo não são os indígenas, não são os quilombolas. Então, a gente está defendendo um modo de existir e educação como parte dessa defesa.

É isso.

Quero agradecer mais uma vez ao Senador Flávio e a todo mundo aqui presente pelo diálogo, pelo compartilhamento aqui hoje e colocar o Coletivo Nacional de Educação da Conaq à disposição para manter o diálogo neste debate do Plano Nacional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Profa. Shirley Pimentel de Souza, Professora quilombola e membro do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq).

Só quero dizer que achei muito interessante o exemplo que você deu para mostrar a diversidade cultural, a diferença cultural. É isso que faz a riqueza do Brasil, inclusive. Quer dizer, não é uma maneira inferior de ser pensar; é uma maneira diferente, diversa, diversidade cultural, é uma forma de encarar o mundo específica de uma história que a pessoa traz consigo. E nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor, na área da educação, que o bom secretário de educação, seja estadual ou seja municipal, se sente com essa comunidade, no meu ponto de vista, e diga: olha, vamos pensar juntos em como que vai ser feito tudo, se não estou fazendo uma bobagem, dizendo uma coisa errada, se o material está bom, o professor, a merenda, tal, e construirmos juntos uma solução para a comunidade.

Eu gostei muito da sua fala também, Profa. Shirley, e peço para transmitir a todas as pessoas que participam com você do Coletivo Nacional o nosso abraço e dizer que a Comissão de Educação e Cultura está permanentemente à disposição.

Eu quero, só antes de encerrar, dizer para os expositores, para as expositoras e também para os que nos acompanham que estão disponíveis no Portal da Comissão, e foram encaminhados por *e-mail* aos gabinetes dos Senadores e Senadoras da Comissão de Educação os sumários executivos com os resumos da primeira, segunda, terceira e quarta audiências públicas destinadas a debater o novo Plano Nacional de Educação, como enfatizado, para o decênio 2024-2034. Essas audiências foram realizadas nos dias 26 de agosto, 2 de setembro, 9 de setembro e 16 de setembro. Eu acho importante o sumário executivo, não só para os Senadores e Senadoras, mas para todas as pessoas que nos acompanham, porque às vezes a pessoa olha no resumo e vê algo que chama atenção – ou agora, ou daqui a um mês: "Não, mas a pessoa falou sobre isso". Então, todas as apresentações e todas as projeções que foram colocadas estão disponíveis no *site*. Isso é necessário e importante em muitas ocasiões.

Agradeço novamente a participação de vocês, Adriana de Cássia Moreira, Arlindo Baré, Mônica Castagna Molina, Shirley Pimentel de Souza. E quero agradecer também à Andréia e toda a estrutura da Secretaria da nossa Comissão de Educação e Cultura, aos meios de comunicação do Senado Federal, à Consultoria. Acho que é um trabalho grande, articulado, para que o novo Plano Nacional de Educação possa refletir o que a sociedade brasileira pensa que deva ser a educação em nosso país, em todos os níveis e em todas as modalidades.

Agradeço novamente a participação e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e treze minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos: REQ 62/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Janaína Farias (PT/CE); REQ 63/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), da Senadora Janaína Farias (PT/CE) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 64/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 72/2024 - CE, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros; e REQ 83/2024 - CE, de autoria do Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** 6ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Erenice Natália Soares de Carvalho, Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das Apaes (FENAPAES); Sra. Mariuza Aparecida Camillo Guimarães, representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi); Sra. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); e Sra. Viviani Guimarães, vice-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB) (representando o Sr. Fernando Cotta, Presidente da Subcomissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Presidente de Honra do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB)). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/30

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento nº 62/2024, Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão e da Senadora Janaína Farias; ao Requerimento nº 63/2024, Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão, Senadora Janaína Farias e de minha autoria; ao Requerimento nº 64/2024, da Comissão de Educação, de minha autoria; ao Requerimento nº 72/2024, Comissão de Educação, de autoria do Senador Zequinha Marinho e de minha autoria; e ao Requerimento 83/2024, Comissão de Educação, de autoria do Senador Marcelo Castro e de minha autoria.

Eu quero lembrar a todos e a todas que nos acompanham pelo Brasil que estão disponíveis no Portal da Comissão e foram também encaminhados por *e-mail* para os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação sumários executivos com os resumos das primeira, segunda, terceira, quarta e quinta audiências públicas destinadas a debater o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Isto para facilitar o acompanhamento da comunidade em geral e também dos Srs. Senadores e Senadoras. Todos os materiais utilizados nas cinco primeiras audiências públicas estão também disponíveis no *site* da Comissão de Educação.

Quero lembrar também que o novo Plano Nacional de Educação foi enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional e se encontra na Câmara dos Deputados neste momento. Não foi ainda apreciado pela Câmara dos Deputados. O que nós estamos fazendo no Senado Federal, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Educação e Cultura, é nos anteciparmos ao debate que tem que acontecer também no Senado. Então, o que está no plano é um projeto de lei, não é uma lei, é um projeto de lei mandado pelo Executivo.

Então, neste sentido, nas audiências públicas anteriores, já ouvimos setores que, obviamente, estão muito envolvidos com o Plano Nacional de Educação. Toda a sociedade deve estar envolvida, mas participaram, por exemplo, das audiências públicas o próprio Ministério da Educação; o Conselho Nacional de Educação; os conselhos estaduais e municipais de educação; a Undime, que cuida da parte essencialmente da educação infantil e ensino fundamental; também o Consed, da parte do ensino fundamental, médio, profissionalizante, modalidades, assim como a Undime, dependendo da modalidade, ensino superior.

Hoje estamos debatendo a questão da pessoa com deficiência e sua educação no Plano Nacional de Educação. Isso, obviamente, também vai da creche à pós-graduação, na caminhada de educação da pessoa com deficiência pela vida. Como é uma área numerosa – de acordo com o IBGE, são praticamente 20 milhões de brasileiros e brasileiras que, pela definição, se encaixam nessa área, podendo esse número ser superior, não há dúvida em relação a isso –, é uma diversidade muito grande existente na área.

Então, nós citamos, para efeito só de explicação, a pessoa com deficiência intelectual, a pessoa com deficiência múltipla, paralisado cerebral, deficiência física, também a deficiência auditiva – na deficiência visual, cegueira e resíduos visuais; na deficiência auditiva, a educação de línguas de surdos, ou a pessoa protetizada, ou a pessoa também que tem uma deficiência auditiva leve, moderada, severa –, autismo, transtorno do espectro autista. Então, muito tem a ser discutido nesta audiência pública, do ponto de vista das famílias, essencialmente, e das próprias pessoas com deficiência, que também queremos escutar. Então, nesta audiência pública, melhor do que termos oito ou dez pessoas participando, adotamos o critério de termos quatro pessoas, no máximo cinco, para que a gente possa, então, debater com mais tempo.

E queremos que vocês, especificamente, os expositores de hoje e os que virão em outras ocasiões avaliem, claro, o contexto geral do plano, mas especificamente a sua área de deficiência, porque a pessoa com deficiência auditiva vai falar essencialmente sobre a área auditiva. Se é educação bilíngue de surdos, então educação bilíngue de surdos. Se é deficiência intelectual e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

múltipla, então é sobre esta área. Se é o transtorno do espectro autista, então é sobre esta área do transtorno do espectro autista (TEA). Se é deficiência física – não é hoje –, é a deficiência física, o paralisado cerebral, etc. Nós tentamos evitar no Senado Federal a discussão de uma pessoa representando uma área que fale sobre a outra área. Não que não possa falar, pode falar, mas nós essencialmente valorizamos a família e a pessoa com deficiência dentro de cada área específica, porque as necessidades entre as áreas são muito diferenciadas, são específicas, existe a especificidade do caso concreto.

Eu só quero lembrar, por exemplo, que, na área da deficiência intelectual, nós temos pessoas com deficiência intelectual que estão participando ou participaram das Paralimpíadas. Que bom, maravilhoso, excelente, necessário e indispensável! Porém, ao mesmo tempo, temos pessoas com deficiência intelectual que estão na cama, sendo ajudadas, com dificuldades e que têm que ter o direito à educação assegurado, porque são crianças, são adolescentes, e a educação acontece ao longo da vida. Que educação? Que tipo de especificidade? O que vai ser feito? Por isso, cada área é uma área, que tem as suas peculiaridades.

Por isso que eu, quando me refiro ao assunto, sempre uso um conceito que eu adoto de equidade. Para mim, equidade é a justiça no caso concreto. Uma pessoa com TEA: do que essa pessoa precisa, o que a família acha, o que a pessoa com TEA acha? E que se realize a abordagem em função do caso concreto, o que mais vai beneficiar essa pessoa no sentido de independência, de autonomia, de dignidade, de respeito, de inclusão na vida da família, da sociedade. Particularmente, isso não é necessário falar para os expositores e expositoras, mas principalmente para o público – pessoas e entidades que nos acompanham pelo Brasil –, porque alguém pode levantar: "Não, mas a pessoa com deficiência física não está hoje, ou a pessoa com deficiência visual, cegueira, não está hoje". De fato, não está, e serão convidados a vir. Então, só para deixar muito claro: a pessoa e a família são os dois pontos principais que, pelo menos da minha parte, eu sempre considero muito importantes, necessários, porque os profissionais têm sempre que escutar também a pessoa que necessita de um atendimento especial e a sua família, que são atores mundialmente reconhecidos como muito importantes, está bem?

Participarão, de forma remota, da audiência de hoje as convidas a seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havíamos convidado o Sr. Fernando Cotta, que é Presidente da Subcomissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal e Presidente de honra do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), muito amigo também, já esteve por diversas ocasiões no Senado Federal, porém ele está com uma dificuldade de conexão. Então ele será representado pela Viviani Guimarães, que é Vice-Presidente do Movimento Orgulho Autista do Brasil (Moab). Então, muito bem-vinda, Viviani. Transmita um grande abraço ao Fernando Cotta, que é uma liderança muito respeitada por todos no Brasil e, de forma muito especial, por mim, que tenho por ele – e por outras pessoas também, mas por ele de uma forma especial – uma amizade, um respeito enorme.

Sra. Erenice Natália Soares de Carvalho, a quem eu já conheço há muitos anos também, com trabalho extraordinário, que é Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das APAEs (Fenapaes). Seja muito bem-vinda, Erenice.

Sra. Mariuza Aparecida Camillo Guimarães, que é representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi), que é um movimento bastante antigo no Brasil, indo para praticamente um século de existência. Certamente, lá trás as coisas eram bem diferentes das que são hoje em dia, a gente fica imaginando o que o pessoal não fazia e realizava anos atrás. Assim, seja muito bem-vinda, Mariuza. Conheço toda a história do movimento das Pestalozzi também.

Sra. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, que representa uma instituição da mais alta qualidade no Brasil, de competência, de organização, de envolvimento político a favor de cidadania, que é a Feneis. A Mariana é Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Ela terá o apoio, nesta audiência pública, da Joyce Cristina Souza, que é intérprete da convidada Mariana, que é portadora de surdez. Então, a Joyce vai nos ajudar. Sejam bem-vindas, tanto a Mariana como a Joyce.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que, eventualmente, forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Ao final dos 15 minutos, haverá um som, aparecerá uma imagem automaticamente – não sou eu que aperto qualquer botão –, mas podem terminar o pensamento para que isso não prejudique o argumento sendo utilizado.

Ao fim das exposições, passaremos novamente a palavra aos expositores e expositoras para algum acréscimo.

Tanto quanto possível, eu sugiro que os expositores e expositoras – e sejam bem-vindos, bem-vindas – coloquem em relação ao plano algo como "Olhem aqui, a palavra não está boa, o verbo não é adequado" ou "Lá está bom, que bom que escreveram isso" e tal, para que a gente tenha o subsídio vindo de vocês que vai ser incorporado posteriormente, obviamente, aos debates que têm que acontecer na Comissão e no Senado Federal.

Eu passo, em primeiro lugar, a palavra à Viviani Guimarães, que é Vice-Presidente do Moab (Movimento Orgulho Autista Brasil), representando o Sr. Fernando Cotta.

Com a palavra, Viviani.

A SRA. VIVIANI GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todos e a todas que estão aqui.

Vocês estão me ouvindo direitinho?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, estamos ouvindo bem.

A SRA. VIVIANI GUIMARÃES (*Por videoconferência*.) – Que bom!

É uma alegria estar aqui participando desta mesa, substituindo o meu querido amigo Fernando Cotta. A gente sabe da luta dele, ele fundou o Movimento Orgulho Autista Brasil, do qual eu tenho a alegria de fazer parte como Vice-Presidente. Eu comecei como associada já tem bastante tempo.

E esse plano é uma preocupação muito grande que nós temos. A gente tem a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que é uma política de 2008 e que vem agora servindo de base para o Ministério da Educação. E nós tivemos uma reunião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito preocupante com o Diretor Alexandre, em que ele deixou bem claro que associações como a Apae, como a Pestalozzi, como o Moab eram associações que segregavam. Então, nós tivemos realmente essa preocupação muito grande, porque a gente sabe da importância dessa política nacional.

Nós precisamos pensar na inclusão das pessoas com deficiência, em especial a gente está falando em nome das pessoas com autismo. E, quando a gente pensa em inclusão, ela vai muito além do acesso, que foi garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, ou seja, a LBI está muito acima dessa Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que as pessoas com deficiência fizeram questão de colocar a palavra "preferencialmente". Nessa política, a gente não pode esquecer que, quando a gente tem a palavra "preferencialmente", a gente precisa ter escolha.

Então, tanto a escola comum é extremamente importante, nós lutamos por isso... Eu acredito que essa política nacional do MEC teve a sua importância em 2008, porque realmente a gente tinha uma grande dificuldade em ter a inclusão da pessoa com deficiência nas escolas, a gente tinha muita recusa, mas, com a Lei Brasileira de Inclusão, eu acho que todos foram contemplados. Nós temos a escola regular, e isso é muito importante – a escola regular, não, desculpem; a escola comum, que é extremamente importante –, mas a gente tem o caso das escolas especializadas, nós temos o caso das APAEs, das Pestalozzis, que fazem um trabalho incrível e precisam ser valorizadas. A gente precisa voltar a ter essa valorização, esse incentivo a essas importantes empresas que incluem as pessoas.

A Meta 4 do PNE fala sobre a importância de universalizar para a população de 4 a 17 anos, para a pessoa com deficiência. Então, a gente precisa pensar nessa universalização da população. A gente sabe – a gente viu agora os dados dos censos, a gente tem os censos escolares – o quanto a pessoa com deficiência vai deixando a escola quando a gente vê o tempo da escolaridade passando. Quando a gente tem o ensino fundamental II, quando a gente tem o ensino médio, a gente tem muito menos matrículas.

Então, quando a gente pensa nessa universalização, a gente precisa pensar em estratégias melhores para que não haja essa exclusão do estudante com o passar do tempo. A gente sabe a dificuldade que é – e aí eu falo do meu lugar de fala aqui, que é o de professora –, eu sei o desafio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é você ter, na sua sala de aula, crianças com transtornos de aprendizagem, com transtornos do neurodesenvolvimento, crianças com deficiência. A gente sabe dessa dificuldade, mas a gente precisa pensar em como nós vamos auxiliar esse professor que está na ponta, que está trabalhando.

Então, o PNE precisa não só garantir atendimento educacional especializado, o que é muito importante – ele acontece no contraturno e tem um plano de atendimento –, mas o professor que está na sala de aula também precisa fazer o seu planejamento. Infelizmente o que a gente ouve dizer, Senador, é: "Aquele aluno do AEE...", ou seja, "O aluno não é meu".

Então, a gente precisa trabalhar nessa Meta 4, mas a gente precisa pensar em como a gente vai fomentar a formação continuada desses educadores, que é o 4.3 da meta. A gente verifica o quanto os professores estão despreparados para conseguir receber a pessoa com deficiência. Nós temos muitos pontos importantes, mas a gente precisa levar muito para o dia a dia. Por exemplo, não só aqui no DF, eu estive agora, nesse final de semana, em Goiás, dei uma palestra para o Ministério Público e lá tinha vários representantes da Secretaria de Educação, e o que a gente verifica é o mesmo problema que a gente tem aqui no DF: muitas crianças não voltam para esse contraturno – esse AEE, que poderia estar auxiliando, mas elas não voltam.

E aí, infelizmente, a gente teve uma voz de uma promotora, dizendo: "Essa família precisa ser processada, porque é um direito que a criança tem de voltar para o AEE". A gente precisa se colocar muito no lugar dessa família. Muitas famílias não têm condições de pegar seu filho, levar para o almoço, voltar, ficar lá uma hora e meia, mais ou menos, e voltar com ele para casa. Então, o AEE é extremamente importante, mas para o público que tem, da educação pública, muitas vezes, ele não é efetivo, porque as famílias não retornam.

Então, a gente precisa pensar em alternativas que pudessem ser feitas, por exemplo, durante o horário em que a criança está lá. Ela poderia ficar um horário estendido lá, um pouquinho na hora do almoço, receber o almoço da escola.

Então, a gente precisa pensar em alternativas, porque uma coisa é a gente estar sonhando... O sonho é importante, a gente precisa estar um passo à frente para a gente ter essa vista, mas a gente precisa também pensar no dia a dia. E isso não está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é muito importante, o AEE é superimportante, mas ele não está sendo efetivo para muitas crianças que têm muita necessidade de poder voltar e conseguir ter essa estimulação, que é tão importante.

O caso da garantia da oferta da educação bilíngue, isso também não ocorre. Isso não ocorre nas nossas salas de aula, a gente não tem essa oferta na escola pública, muito menos na escola privada – isso não existe.

A gente precisa pensar em uma outra coisa também, Senador: a contratação desse intérprete, de que a pessoa com deficiência auditiva tanto necessita, não tem um código, por exemplo, nas nossas escolas federais; as universidades não têm como contratar; os institutos federais não têm como contratar. Eles normalmente são contratados como terceirizados e não ficam muito tempo. Então, tem muitos estudantes que têm a necessidade desse tradutor de libras, e a gente não tem como ofertar esse tradutor por falta de um código de contratação.

Então, a outra coisa que a gente realmente precisa é ter esse olhar, pensar – a gente cada vez chama de um jeito, não é, Senador? – nesse profissional de apoio, nesse acompanhante especializado. A gente precisa pensar qual é a formação que essa pessoa precisa ter, lembrando que nós estamos num país continental em que, muitas vezes, você não tem como... O ideal seria ter uma especialização em educação inclusiva, em educação especializada; pode até ser, mas, infelizmente, isso não é uma realidade no nosso dia a dia.

A gente sabe, pensando naqueles municípios menores, o quanto que isso poderia inclusive impedir a contratação desse profissional, que é tão importante, esse profissional de apoio, que não é um cuidador – isso infelizmente é o que está nas nossas leis –, não é só uma pessoa que vai levar ao banheiro, que vai ajudar a trocar de roupa – não. Esse profissional de apoio, de que, muitas vezes, o estudante necessita, é um profissional que vai auxiliá-lo, vai estar ao seu lado para que faça um ajuste, muitas vezes, para que ele possa interpretar alguma questão que o professor passa. Então, é voltado para o pedagógico; não é o cuidador que vai levar ao banheiro – não. É uma pessoa que vai estar lá do lado desse estudante, para que ele possa se desenvolver da melhor forma, não é?

A 4.10, esse fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologia, de materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, isso é um sonho, Senador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas que está completamente fora da nossa sala de aula. Infelizmente, a nossa educação não está conversando com a ciência. Quando a gente vê a necessidade, por exemplo, de um material estruturado para uma pessoa com autismo; quando a gente vê um material em braile para pessoa com deficiência intelectual... Isso não existe. Essas tecnologias assistivas, que são, por exemplo, o sonho para que o autista consiga se comunicar, isso não existe. A gente não tem esse incentivo, realmente, para que a pesquisa ocorra.

Então, o PNE tem muitos lados positivos, mas, infelizmente, ele está ainda muito longe da realidade da nossa sala de aula.

Então, eu acredito que não adianta simplesmente a gente mudar; a gente precisa pensar como que isso vai ser implementado, como que a gente vai fazer com que isso se torne realmente efetivo, que isso se torne uma realidade na nossa sala de aula, porque os professores, a gente vê cada vez mais... Nós, que somos do Movimento Orgulho Autista Brasil, nós vemos, cada vez mais, infelizmente, muitas pessoas que estão simplesmente na sala de aula – elas estão...

Houve, inclusive, uma pesquisa agora, extremamente importante, do Instituto Rodrigo Mendes, que falou do aumento do acesso da pessoa com deficiência às escolas comuns. Isso é maravilhoso. Mas, uma coisa que eu questionei, que eu falei tanto com o Rodrigo quanto com o Instituto Alana, é: e essas pessoas estão aprendendo? Essas pessoas estão se desenvolvendo? Porque o acesso é muito importante, mas a gente precisa pensar no desenvolvimento. Elas estão na escola para aprender. A socialização não pode ser o primeiro objetivo da escola.

Claro que socializar é importante. Quando a gente cria essas redes de apoio, a gente faz com que o estudante se desenvolva, mas nós precisamos pensar na aprendizagem, e, aí, o professor muitas vezes não sabe o que fazer. Ele não sabe como que ele vai fazer uma sondagem desse aprendizado; ele não sabe o que ele vai fazer com esse estudante que estava na sala dele...

Então, a gente precisa pensar, como se coloca aqui no 4.12, nessa articulação intersetorial entre os órgãos, para a gente fazer realmente com que haja uma política pública de saúde, de assistência social, de educação, com que todos conversem, para que haja realmente esse desenvolvimento da pessoa com deficiência, que é o que a gente não tem dado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não sabe, dentro dessas aprendizagens, o que é que está ocorrendo realmente com esse estudante – eu volto a dizer –, a gente tem, no Movimento Orgulho Autista Brasil, infelizmente, muitas denúncias de que as pessoas com deficiência estão largadas dentro da sala de aula.

Então, o Ministério da Educação precisa promover essa pesquisa, que é o que está no 4.15, e aproveitar o que já existe. A gente não precisa ficar inventando a roda. Vamos verificar o que já tem, o que já tem comprovação científica, para que a gente possa fazer com que o nosso estudante se desenvolva... Aqui tem, no 4.16: "Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura [...] dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem [...]".

Então, nas nossas licenciaturas, no nosso curso de Pedagogia – eu falo muito da importância do pedagogo –, principalmente quando a gente estuda neurociência, é quando você pega a época em que o cérebro está mais propenso à aprendizagem, que é de zero a seis anos, e isso tem que ser muito bem aproveitado, para que o pedagogo consiga identificar quais são os transtornos que a criança tem, mas não é diagnóstico. Eu quero falar muito isso para vocês, porque muitas vezes a gente ouve esta bobagem: "Ah, você está querendo levar a saúde para dentro da escola". Não! A gente precisa verificar que, por exemplo, de zero a seis anos, principalmente, quando a gente pensa a comunicação da criança, quantas vezes a gente vê que a comunicação não está existindo.

Volto aqui a agradecer e queria fazer a minha audiodescrição, porque eu não a fiz – perdoem-me –, no início do vídeo. Eu sou uma mulher morena, tenho os cabelos curtos castanhos, estou usando óculos azuis, um batom vermelho, uma jaqueta estampada e eu estou aqui dentro do meu escritório.

Quero realmente agradecer muito esta oportunidade, para que a gente possa pensar não só numa readequação, numa republicação da Política Nacional de Educação, mas, principalmente, pensar em como a gente vai fazer com que essa política seja realmente implementada e pensar no desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Viviani Guimarães, Vice-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). Parabéns pela Vice-Presidência, pelo trabalho, e parabéns para o Moab, que é uma referência em nosso país.

Eu só quero destacar, antes de passar a palavra para a Erenice, que eu não posso deixar de me manifestar dizendo que as entidades que atendem a pessoas com deficiência têm todo o apoio do Senado Federal – quase unânime –: APAEs, Pestalozzi, Feneis, Moab, porque fazem um trabalho de promoção, de prevenção, de construção de cidadania, muito longe de serem entidades que segregam.

Infelizmente, existem pessoas preconceituosas – preconceituosas. É um crime de preconceito difundir *fake news* de que segregam. Sempre que alguém tiver alguma dúvida, pergunte para as famílias e para as pessoas com deficiência – essas duas perguntas são essenciais – e sempre pense, como você falou, preferencialmente na equidade, que é a justiça no caso concreto. Qual é o currículo para uma criança que está na classe comum ou numa escola de educação básica, na modalidade educação especial?

Aqui no Paraná – estou presidindo esta reunião a partir do Paraná –, as escolas são de educação básica, na modalidade de educação especial. Eu só quero lembrar que é um erro, na proposta do Plano Nacional de Educação enviado, que a educação seja dos 4 aos 17 anos. Não é dos 4 aos 17 anos, é de zero até quando for necessário na vida, porque nós aprovamos, no Fundeb, o conceito de educação ao longo da vida – ao longo da vida. Então, a educação continua, por isso que nós temos que discutir, mas as entidades têm todo o apoio para que isso aconteça. A LBI, que é a Lei Brasileira de Inclusão, que é uma legislação extremamente importante e necessária, é clara ao dizer: "Olha, nós queremos que a criança esteja na classe comum". Lógico, preferencialmente na classe comum. Isso não deve impedir qualquer outra iniciativa que seja mais benéfica para a criança. Então, esse é o desafio nosso. Do que a criança precisa, o adolescente e o jovem... Mas escutando a família e escutando a pessoa com deficiência, elas têm que ter o direito de opção.

Eu quero lembrar que, no Distrito Federal – você falou do contraturno – o Ceal é uma instituição da mais alta competência no Distrito Federal, que atende pessoas com autismo – que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a sua área especificamente – e com deficiência auditiva. O Ceal tem uma fila de espera de centenas de pessoas. Todo mundo procura o Ceal. Por quê? Porque a família tem que ter o direito e opção de procurar uma iniciativa que seja melhor, mais adequada, e que a família sinta que atende às necessidades das pessoas.

Há uma pessoa, não me lembro do nome, porque eu não conheço, que falou dessa atitude de segregação; no Ceal, em Brasília, é promoção. É promoção, pergunte para as famílias se alguma acha que aquilo é segregação. Então, a gente lamenta que pessoas do MEC desinformadas, preconceituosas, estejam espalhando *fake news* de que segregam. A gente espera que pessoas mais competentes possam discutir o assunto.

Ao final, Viviani, nós vamos dar mais oportunidade para que você possa... Inclusive, se você puder abaixar a mão agora, a gente depois dá mais oportunidade.

Passamos, em seguida, a palavra à Erenice Natália Soares de Carvalho, que é Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das APAEs.

Eu só quero ressaltar que a Erenice também é Professora da Universidade Católica de Brasília, então é uma pessoa da mais alta competência técnica também, com mestrado e pós-graduação e doutorado também. Eu não sei se tem doutorado, acho que sim, não é, Erenice? Então, é uma pessoa extremamente qualificada profissionalmente. Isso é muito bom. Parabéns!

Com a palavra, Erenice.

A SRA. ERENICE NATÁLIA SOARES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador. Bom dia a todos e a todas.

Eu sou uma mulher de pele clara, cabelo claro, baixa estatura, estou trajando uma roupa preta e branca, um casaquinho branco por cima de um vestido colorido de preto e branco.

É muito bom ouvi-lo, Senador.

Antes de tudo, eu quero parabenizar por sua iniciativa, conjuntamente com outros Senadores, de criar esse espaço de audiência pública e, entre eles, colocar as organizações não governamentais sem fins lucrativos, que vêm, de fato, passando por uma desvalorização muito grande, como tão bem falou a Viviani, e por sua resposta, a colagem que se fez desse termo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"segregação", a essas entidades é despropositado. Não é possível que isso permaneça, porque dificulta o nosso trabalho e, mais do que isso, agride verbalmente profissionais que estão nesse trabalho.

Então, nesse trabalho nós temos famílias, nós temos professores, nós temos equipes multiprofissionais, gestores, colaboradores que estão envolvidos nesse trabalho. Então, somos todos segregadores, quer dizer, precisamos todos ser processados pela dedicação que temos ao nosso trabalho.

Então, esse preâmbulo aí é muito importante, até porque, muito do que nós acrescentamos aqui, na nossa discussão – nós estamos começando muito bem – tem a ver com esse aspecto que fica de fora. Ao se chamar educação na perspectiva da educação inclusiva, temos uma política que, ao falar em perspectiva inclusiva, deixa de fora as escolas especializadas.

Então, por essa razão, nós precisamos trabalhar um pouco isso no Plano Nacional de Educação. Nesse projeto de lei, uma boa parte do que a gente está acrescentando aqui diz respeito exatamente ao fato de uma educação na perspectiva inclusiva não ser uma educação onde haja múltiplas possibilidades de ofertas educacionais.

Eu gostaria de citar a experiência do Distrito Federal. Desde que Brasília, desde que o Distrito Federal foi criado, o sistema público de Brasília é um sistema múltiplo, ele tem uma tipologia de escola que coloca como inclusivo todo um conjunto de ofertas educacionais. Então, só para lembrar um pouco aqui essa tipologia, no Distrito Federal nós temos escola classe, educação infantil, escola parque, centros interescolares, centros educacionais e temos centros de ensino especial como parte de um sistema educacional inclusivo. Então, é uma estrutura nova, porque Brasília, de fato, é nova, mas já se tinha essa ideia de que educação é para todos, e, como educação para todos, as oportunidades precisam ser diversificadas se nós temos diversidade entre os nossos alunos.

Só assim para lembrar esta visão: um sistema educacional inclusivo tanto pode ser visto, do meu ponto de vista, erroneamente, como um sistema que só tem escola comum, ou como um sistema com múltiplas ofertas educacionais que vá ao encontro das demandas educacionais dos estudantes, e é nessa perspectiva que nós, no Movimento Apaeano, entendemos que seja um sistema educacional inclusivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós fizemos aqui em relação, então, ao nosso projeto de lei? Nós estudamos profundamente todo o seu conteúdo e firmamos o nosso interesse em dois aspectos, em dois focos aqui, que foram dados: no eixo 6, que trata da educação integral em tempo integral, o objetivo 6 diz respeito a ampliar a oferta de educação integral, em tempo integral, para a escola pública.

A nossa sugestão é de ampliar a oferta de educação integral em tempo integral para a rede pública e as instituições filantrópicas conveniadas, porque entendemos que algumas dessas instituições podem atender melhor a demanda de seu alunado, tendo essa possibilidade de oferta em tempo integral. Então, a lacuna que nós vemos aí deveria ser preenchida considerando a demanda do território e o interesse de parceria com o poder público em relação às instituições filantrópicas conveniadas, para poder ampliar o período escolar com sustentabilidade.

No texto original, já com o acréscimo, numa outra aqui, já não mais no objetivo, mas na estratégia 6.6, que está nesse eixo 6, nós estamos sugerindo um acréscimo aqui... O texto, já acrescido, seria: "Instituir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, programas para a construção, a ampliação e a reestruturação das escolas públicas", e acrescentamos aqui, como sugestão, "e das instituições filantrópicas conveniadas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros", etc., que são estruturas para a escola em tempo integral, para uma educação em tempo integral.

Então, se nós vamos entrar, e deveríamos entrar, penso eu, com uma oferta de educação em tempo integral, toda essa complementação precisaria ser dada também para as escolas especializadas dentro dessa estratégia 6.6, que contempla a pessoa com deficiência no texto.

Aí, passamos para outro eixo, que é o eixo 9, que é o que está mais ligado à educação especial. Aqui tem o eixo 9, que trata da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e educação bilíngue de surdos. O que nós queremos reforçar aqui é que essa perspectiva da educação inclusiva é a perspectiva de educação para todos, não, necessariamente, a educação feita na escola comum, porque escolas especializadas, tanto que nós separamos escola regular de escola comum, porque elas são regulares também, são credenciadas, não é isso? Nós temos uma informação recente, Senadores e ouvintes, colegas que estão aqui comigo na apresentação, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos conselhos de educação de algumas unidades federadas se recusam a credenciar escolas especializadas, ou escolas especiais, como está na LDB.

Essa recusa já foi contestada numa reunião nossa do Foncede, do qual eu faço parte, que é o Fórum Nacional dos Conselhos de Educação. Uma conselheira, a Profa. Suely, que é do Conselho Nacional, falava com os nossos companheiros conselheiros que é impróprio que isso aconteça, que os conselhos de educação, sejam estaduais, distrital ou municipais, não podem se recusar a credenciar uma escola. Eles podem até não credenciá-la por não atender aos critérios de credenciamento, mas não recusar que ela se candidate ao credenciamento.

Em relação ao objetivo 9, eu gostaria de acrescentar que eu sou Conselheira de Educação aqui do Distrito Federal. Então, eu estou falando também para os meus companheiros que estão em unidades federadas onde isso acontece.

O objetivo 9 trata de garantir o acesso, a oferta de atendimento educacional especializado, como temos aí o AEE, e a aprendizagem dos estudantes, que a Viviani trouxe muito claramente, do público da educação especial, que é chamado aqui de PAEE – é a sigla –; e também acrescenta a parte do público da educação bilíngue de surdos, que terá seu momento. Então, eu vou falar do nosso público.

E, em relação ao nosso público, que é o da rede Apae Brasil, é o estudante com deficiência intelectual e múltipla – sendo que tem uma legislação alusiva a essa deficiência múltipla, um decreto, de 2004, definindo-a –, ele deverá ter educação intelectual implicada, quer dizer, seria a educação intelectual com outra ou outras deficiências associadas.

Então, em relação ao eixo 9, o texto original diz: "garantir o acesso, a oferta de atendimento educacional especializado", como nós já lemos.

E nós queríamos trazer aqui um item, uma preocupação da Meta 9.a, que diz:

> Universalizar para a população de quatro a dezessete anos [e aqui nós grifamos] com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso e a permanência na educação básica, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso primeiro destaque diz respeito aos bebês de zero a três anos. O Senador falou – e muito bem – que é constitucional que a educação tenha início em zero ano. E nós entendemos que, numa fase *optimal* do desenvolvimento, a criança de zero a três tenha sido excluída da universalização da educação. Então, aqui, para que a gente possa pensar no caso concreto... Nós sabemos a dificuldade de se concretizar uma meta de creche: é inviável. Nós estamos devendo do Plano Nacional de Educação passado, já que a grande maioria das metas não foram cumpridas, então nós temos que colocar de fato o pé no chão. Então, na Meta 9.c, nós fazemos uma sugestão de universalizar para os bebês de zero a três anos com deficiência ou em situação de risco e vulnerabilidade, até o final da vigência desse plano, a oferta de atendimento educacional especializado, mesmo quando não for possível sua primeira matrícula na educação infantil.

Nós estamos sugerindo que seja acrescida uma meta, que seria a Meta 9.c. Por que a gente está trazendo isso? Que fundamento tem essa sugestão? Porque nós, além de sabermos que essa fase é *optimal* para o desenvolvimento da criança, a atenção precoce de bebê de zero a três anos está fundamentada no marco legal da primeira infância, que foi atualizado agora, em junho de 2024, pela Lei 14.880, de 2024, que prevê que crianças de zero a três anos terão serviços multiprofissionais para potencializar o seu desenvolvimento, sendo priorizado atendimento para aquelas da educação especial e para os bebês prematuros. Então, se o plano não acolher uma atualização recente, para oferecer pelo menos um atendimento educacional especializado, o plano vai estar incompleto do nosso ponto de vista.

E, ainda, o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o Novo Viver Sem Limite, tem uma diretriz no art. 2º, inciso V, que trata da prevenção das causas de deficiência. E a gente sabe que muita causa de deficiência está pela falta de atenção de zero a três anos. Então, isso realmente chama bastante a nossa atenção.

Agora, em relação ao texto da Meta 9.a, nós sugerimos... Porque ela diz o seguinte:

> Universalizar para a população de quatro a dezessete anos [...] o acesso e a permanência na educação básica, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo.

Então, tendo em vista essa lacuna que as pessoas têm na interpretação de que uma educação inclusiva, ou um sistema educacional inclusivo, pode ser vista e interpretada como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

multiplicidade de recursos e serviços, nós sugerimos aqui que se acrescente o seguinte: no final, quando diz "com a garantia de um sistema educacional"... Não! Aqui, onde diz "preferencialmente na rede regular de ensino", que a gente ponha o seguinte: "e nos ambientes, espaços, recursos, atendimentos e serviços especializados que integram os sistemas e as redes de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo".

E a gente sabe que as redes de ensino e os sistemas de ensino fazem suas parcerias com organizações não governamentais sem fins lucrativos.

Nós entendemos que, se pararmos aqui no "preferencialmente", corremos o risco de, naquela interpretação de que o sistema educacional inclusivo é aquele que só oferece escola comum, prejudicar milhares de crianças neste país inteiro que precisam desse sistema inclusivo mais amplo, que amplie direitos e não restrinja direitos.

Então, na Estratégia 9.2 – só mais essa –, oferecer... Porque, quando trata de acessibilidade nessa estratégia, é citada apenas a acessibilidade física, e a gente sugere que se acrescente o "acesso à informação e à comunicação" e outras que estão na LBI e no Decreto 5.296, de 2004.

Na Estratégia 2017, onde se fala "Fomentar serviços públicos de suporte, presencial e remoto, em centros de atendimento especializados [...]", nós lembramos que nós temos centros de atendimento educacional especializados e que eles sejam lembrados.

Eu finalizo aqui, agradeço a atenção e, no final, a gente vai conversar um pouco mais no espaço especificado para isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Profa. Erenice Natália Soares de Carvalho, que é a Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica da Fenapaes (Federação Nacional das APAEs). Parabéns pela clareza.

Eu sugiro, inclusive, mesmo para os movimentos que estejam acompanhando pelos meios de comunicação do Senado, que façam também essa especificação do que deve ser colocado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tirado, dado, ressaltado como bom não só na educação especial, mas também na creche, nas séries iniciais e finais, no ensino médio e assim por diante.

Parabéns, Erenice. Obrigado pela fala.

Passo, em seguida, a palavra para a Sra. Mariuza Aparecida Camillo Guimarães, que é representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi).

E eu quero me desculpar com a Silvia Campos, porque eu não a havia mencionado antes, que também representa a Fenapestalozzi. Seja bem-vinda, Silvia. Não sei se eu mencionei, não me lembro, mas eu acho que acabei não mencionando.

Com a palavra, Mariuza.

A SRA. MARIUZA APARECIDA CAMILLO GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas. Quero saudar em especial aqui os Senadores que estão conosco: o Senador Flávio Arns, nosso companheiro de lutas, que sempre está nos defendendo, defendendo aí o nosso trabalho e também o direito das pessoas com deficiência; o Senador Esperidião Amin; a Senadora Zenaide, que está conosco aqui.

Eu não especifiquei da mesma forma que as minhas colegas, porque entendi que poderíamos fazer uma discussão mais do ponto de vista dos princípios, mas nesses princípios nós vamos aqui especificar algumas questões que não aparecem no plano e que entendemos, na Fenapestalozzi, que são fundamentais.

Eu quero iniciar dizendo de onde eu falo. Eu sou Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sou também Conselheira Suplente do Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul. Desde 2003 estou no conselho, ora como Conselheira, ora como Suplente. Temos lá uma comissão permanente de acompanhamento e implementação das normas da educação especial no sistema estadual de ensino. Atualmente, estou na coordenação desta comissão e também estou na vice-coordenação do Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul. Coordenei a Conap e a Conae e participei também agora da Conaee, que foi a Conferência Nacional de Educação Extraordinária. Estive lá com a Profa. Erenice, e fizemos lá algumas defesas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo que a minuta do projeto de lei reflete muitos pensamentos. Algumas coisas nós conseguimos inserir durante as discussões; outras não. Então, esta audiência pública é muito importante para nós, porque nós temos a oportunidade de retomar algumas questões que nos são caras no que se refere ao direito à educação dos nossos estudantes.

Pode passar, por favor, o eslaide.

Vou iniciar dizendo quem nós somos. Nós somos a Federação Nacional das Associações Pestalozzi, fundada em 28 de agosto de 1970, mas a nossa primeira escola foi criada em 1932. Então, nós estamos aí já com as escolas funcionando desde 1932, mas o movimento antecede isso. Nós, no próximo ano, completaremos cem anos de existência do Movimento Pestalozziano no Brasil.

Então, nós temos aí um acúmulo. E o nosso apelo, inclusive, junto ao Ministério da Educação, é que haja um respeito à história e ao acúmulo realizado na prática efetiva da Fenapestalozzi e da Fenapaes, porque nós entendemos que podemos, inclusive, colaborar no processo de inclusão que, ora, o MEC discute.

Pode avançar, por favor.

Eu vou me ater ao Eixo 9: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos, abordando muito mais, é claro, o nosso âmbito de atendimento, que é a educação à pessoa com deficiência intelectual e deficiências múltiplas, assim como a Apae e também algumas organizações atendendo o autismo.

Pode avançar, por favor.

Bom, quando se trata aqui do objetivo, o objetivo traz elementos como acesso à educação, permanência, dar ênfase ao Atendimento Educacional Especializado, que eu acho que é algo a que nós precisamos nos deter. A educação especial não é somente Atendimento Educacional Especializado; na perspectiva de um atendimento em salas de recursos, é muito mais do que isso. Nós, historicamente, defendemos que a classe comum, inclusive, é um atendimento especializado, porque exige todo um processo de adaptação, exige todo um processo de retomada da organização didática da sala de aula quando se tem um aluno com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma questão que nós devemos ter foco e que não está como central no objetivo é a aprendizagem. O objetivo fala em acesso à educação, não fala em permanência, foca em Atendimento Educacional Especializado e coloca a aprendizagem após o Atendimento Educacional Especializado. A aprendizagem não pode estar focada no Atendimento Educacional Especializado, a aprendizagem vai se dar na classe comum. Portanto, o espaço de aprendizagem é a sala de aula. O Atendimento Educacional Especializado é apoio, não é onde se dá.

E nós temos visto muito isto: no momento da classe comum, o aluno fica na sala de recursos. Hoje, nós temos colegas pedindo que nós tenhamos um espaço à parte na escola comum para atender os alunos com autismo quando eles estão em crise. É uma coisa totalmente distópica, porque é você criar classes especiais, que são tão condenadas por alguns grupos nessa lógica de uma educação inclusiva, pura e simples, em classe comum e em salas de recursos multifuncionais.

Eu trago aqui um elemento... Eu e a Profa. Silvia, na verdade, elaboramos em conjunto aqui esse eslaide.

Nós entendemos que a grande questão a ser colocada é o direito à educação. É preciso que nós defendamos, de forma enfática, o direito à educação. Mais à frente, eu vou colocar o que é que nós defendemos e o que é que nós entendemos, basicamente, dentro do direito à educação, considerando acesso, permanência e aprendizagem, para o aluno com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, que é o nosso público.

Pode avançar, por favor.

As metas. Já foi colocada aqui a questão da universalização de 4 a 17 anos. Nós precisamos ressaltar a questão do atendimento precoce ou da estimulação essencial, que nós entendemos que é uma atribuição da educação, sim. A educação infantil é o *locus* por excelência para o atendimento das crianças de zero a três anos com estimulação precoce ou estimulação essencial, que são os termos que se utilizam, mas o fato é que essas crianças precisam ser atendidas o mais precocemente possível para que nós possamos garantir que, no futuro, elas venham a ter acesso à aprendizagem, que é o foco principal da escola.

Podemos avançar.

Não vou me deter aí nas metas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos avançar.

As estratégias, de que também vou falar genericamente por conta do meu tempo, mas... Regime de colaboração. O Plano Nacional de Educação não traz, nessa versão, o Sistema Nacional de Educação como um espaço, inclusive de garantias à educação inclusiva e equitativa. O Sistema Nacional de Educação é importante, porque nós temos tido esses conflitos: "Ah, mas a criança saiu da educação infantil e veio para o ensino fundamental, a educação infantil não fez nada" ou "Vai para o ensino médio, o ensino fundamental não fez nada". Nós temos que ter – e aí estou falando disto por conta dos entes federados, as responsabilidades de cada um – um regime de colaboração em que nós discutamos uma política de educação inclusiva que perpasse todos os entes federados e perpasse, de fato e de direito, os níveis da educação, a educação básica, a educação superior, de forma a que o público-alvo da educação especial e da educação bilíngue tenha acesso, permanência e aprendizagem. Eu vou repetir isso várias vezes, porque, em vários lugares, quando se fala das metas, está apenas acesso, em outros, estão acesso e permanência, mas a aprendizagem aparece como secundário, e aí não é possível isso. A escola tem um objetivo que está lá no §1º ou no §2º do art. 1º da LDB que trata da educação escolar... É o §2º que trata da educação escolar. A educação escolar pressupõe um currículo, pressupõe aprendizagem. Então, nós não podemos entender que educação inclusiva seja apenas socialização, como nós já ouvimos várias vezes; não é socialização.

As pessoas com deficiência intelectual, por mais comprometidas que sejam, as pessoas com autismo percebem que estão na escola, e elas estão em momentos e espaços diferentes das demais crianças, jovens e adultos que estão ali. Elas percebem. Elas não são pessoas que não estão compreendendo o contexto em que elas estão. Elas sabem e se sentem discriminadas ali naquele espaço. Portanto, nós precisamos entender educação inclusiva como acesso, permanência e aprendizagem. Como diz lá na Declaração de Salamanca, a escola precisará encontrar meios de ensinar a todos, inclusive as pessoas com deficiências graves.

É nesse contexto que nós trazemos o nosso papel enquanto escola especial e colocamos também lá no que nós defendemos: a escola especial é também um espaço de inclusão, porque algumas pessoas só terão acesso a esse currículo escolar em condições especializadas que apenas espaços com a expertise construída pelas escolas especiais poderão garantir. Portanto, pode ser que, em algum momento, a educação brasileira prescinda da escola especial, mas este não é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento ainda de se prescindir desse espaço tão importante não só para a questão da aprendizagem, mas também para a formação de professores e também para compartilhar experiências com as escolas comuns.

Eu gostaria de avançar. Meu tempo já está terminando. Vamos avançar lá para o que nós defendemos.

Pode avançar os eslaides, por favor.

Os eslaides vão ficar à disposição, já estão aí na Comissão.

O que nós defendemos – pode passar, por favor –: garantias de direito à educação. Isso é o foco principal. E o que significa isso? Acesso a recursos para adaptações razoáveis. Isso pressupõe financiamento, formação de professores, espaços diferenciados na escola. Tem escolas que recebem salas de recursos multifuncionais, e elas não são instaladas porque não têm espaço físico. Tem escolas que têm espaço físico, mas não têm acessibilidade, não é?

Outra questão é o acesso ao currículo correspondente ao ano/série. É inconcebível que nós tenhamos alunos que são chamados de alunos inclusos, mas estão dentro da classe comum, com um profissional de apoio trabalhando um currículo diferente. A inclusão pressuporia que esse aluno estaria trabalhando o mesmo currículo nas dimensões de que aquele aluno teria condições de se apropriar.

Eu já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Mariuza, você pode terminar. Pode ficar tranquila.

A SRA. MARIUZA APARECIDA CAMILLO GUIMARÃES (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Acesso a tecnologias assistivas coletivas e individuais. É preciso que se tenha acesso a recursos. O aluno precisa de um *notebook* com tecnologias assistivas, ele tem que ter direito a isso. O aluno precisa de uma cadeira adaptada, ele precisa ter direito a isso, não é? Ele precisa de um espaço na sala de aula em que ele possa ser tirado da cadeira, para que ele possa repousar em outra condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele tem que ter o acesso a isso. Isso seria inclusão.

Ele também precisa de acesso a espaço educacional adequado a suas demandas de acessibilidade arquitetônica, linguística e de recursos pedagógicos e acessíveis.

Então, essa é a escola que nós temos que ter para garantir o direito à educação.

Garantias de escolhas da família e/ou da pessoa com deficiência: a escola especial como espaço de inclusão educacional.

Se a escola fizer essa opção, porque ela sim entende que, naquele momento, isso será favorável à aprendizagem do seu filho, ele tem que ter a garantia de escolha. Como eu disse, pode ser que, em algum momento, precisemos disso, mas, nesse momento, os pais, as pessoas com deficiência têm que ter o direito às suas escolhas.

Garantia de políticas intersetoriais: educação, saúde, assistência social e trabalho.

Se nós não tivermos políticas intersetoriais, nós não vamos avançar em educação inclusiva. Dizer que é responsabilidade única e exclusiva da escola a educação inclusiva é tergiversar sobre o direito à educação.

É preciso que nós tenhamos, sim, o acesso a outras áreas do conhecimento, e também não trazer para dentro da escola responsabilidades que não são da educação.

Nós não podemos trazer para dentro da escola o fisioterapeuta, o terapeuta ocupacional, o neurologista, o psiquiatra... Não dá. Esse profissional tem que estar lá no centro de saúde, mas ele tem que estar disponível para orientar a escola, orientar a família e proceder a todos os atendimentos necessários a essa pessoa com deficiência.

Uma outra questão: eu não localizei aqui, nessa meta 9, especificação da educação em aprendizagem, ao longo da vida, como atribuições da educação. Então, essa é uma...

Nós estamos até discutindo, aqui no conselho estadual de educação, essa questão, porque a secretaria está sentindo essa necessidade. Então, é preciso que o Plano Nacional de Educação estabeleça metas e estratégias para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, atribuindo o que é papel da escola e atribuindo também... O Senador já disse que o Fundeb já está especificado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o financiamento da educação, mas isso precisa estar claro no Plano Nacional de Educação, e, no item da educação especial, eu não localizei essa indicação.

Então, as nossas propostas são essas, e nós deixamos aí à disposição de vocês e nos colocamos também, como Fenapestalozzi, à disposição para outros momentos de debate, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você... Eu falei Mariuza, mas é Marilza, não é?

A SRA. MARIUZA APARECIDA CAMILLO GUIMARÃE (*Por videoconferência*.) – Não. É Mariuza mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Mariuza?

A SRA. MARIUZA APARECIDA CAMILLO GUIMARÃES (*Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Então, agradecemos a você, Mariuza Aparecida Camillo Guimarães, que representa a Federação Nacional das Associações Pestalozzi – daqui a uns poucos anos, um centenário das Pestalozzi. Que maravilha – e é Professora também, como foi dito, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e membro suplente do conselho estadual de educação daquele estado.

Só peço a gentileza, Mariuza, de que você também, junto das demais pessoas, encaminhe o que você acha que deve estar redigido, porque a apresentação foi maravilhosa, muito boa, muito clara, muito precisa – uma apresentação cidadã.

Parabéns!

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, que é Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), federação da mais alta competência também, atuando sempre em conjunto com o Senado Federal. Ela vai ser auxiliada pela Joyce Cristina Souza, que é intérprete da convidada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Mariana.

A SRA. MARIANA DE LIMA ISAAC LEANDRO CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea de libras*.) – Olá, bom dia a todos.

Meus cumprimentos a todos os membros desta audiência pública e também aos Senadores e às Senadoras presentes. A Feneis agradece imensamente o convite realizado e, especialmente, à figura do Senador Flávio, que sempre esteve junto conosco, atuou juntamente no projeto da educação bilíngue e sempre esteve muito presente e preocupado com as questões voltadas às pessoas com deficiência, em especial à comunidade surda. Então, fica o nosso agradecimento pelo convite.

Este é um momento de imensa importância e de escuta das entidades, das instituições, em relação ao que se propõe ao próximo PNE, considerando o período de 2024 a 2034. Esse momento de escuta das lacunas, das ausências, é muito importante para que a gente possa trazer essas questões.

Autodescrevendo-me, eu sou uma mulher surda, falante de libras. Sou branca, tenho cabelo com luzes, loiro, comprido. Utilizo óculos, tenho olhos azuis e estou vestindo uma roupa preta, com um terno preto com o símbolo da Feneis. Estou sentada em uma cadeira com um fundo claro. Ao meu lado, tenho uma estante, e, à minha frente, temos a intérprete de libras, para poder fazer a minha interpretação.

Em relação a esse posicionamento (*Falha no áudio.*) ... um tema de suma importância, eu gostaria de fazer o agradecimento à equipe do MEC, que realizou, também, a organização em relação às metas, considerando a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (Dipebs), juntamente com a Secadi.

Então, houve um desdobramento e os delegados surdos, que também estiveram presentes nessa construção, representando os diferentes estados brasileiros, trouxeram ali as suas considerações, representando a Feneis, também, nessas discussões. Fica, aí, também, o meu agradecimento e essa lembrança.

Foi já realizada essa entrega, essa discussão ao Senado, em apoio e a favor (*Falha no áudio.*) ... de educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No período de 2014 a 2024, o atual PME, contemplava na meta 4, estratégia número 4.7, a garantia e a oferta da educação bilíngue; e na meta 7, a estratégia 7.8, desenvolvia, então, os indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como a qualidade da educação bilíngue de surdos.

Então, havia um detalhamento dessa modalidade de educação bilíngue para promover a garantia de acesso das pessoas surdas no ensino. Então, no público da educação de surdos, nós não devemos considerar somente as pessoas surdas sinalizantes, tendo em vista a diversidade existente.

Nós temos surdos, surdos cegos, surdos com deficiência auditiva sinalizantes com altas habilidades, com superdotação e com outras deficiências associadas. É muito importante que haja uma contemplação de todos esses públicos em todos os níveis de ensino, ensino fundamental I, II, ensino médio, ensino superior e também o EJA, considerando também, não deixando de lado, a pós-graduação. Então, é muito importante que, na história da educação, nós tenhamos isso em vista sobre a questão do direito linguístico, a preservação dos direitos linguísticos dessa comunidade surda, que faz uso de uma língua e essa língua precisa ser assegurada em todas essas instâncias.

Nessa modalidade, então, nós temos que nos lembrar da educação especial, do EJA, educação de campo, da educação quilombola, e também nos lembrar da presença dos surdos nessas diferentes educações, de todas elas, não necessariamente só da educação bilíngue de surdos. Então, são muitos os surdos que vivem em situação de privação linguística no Brasil e que têm dificuldades de comunicação e de aprendizagem. Com isso, nessa questão dessa modalidade de ensino, existem essas barreiras linguísticas e é muito importante que no PME isso esteja assegurado, ou seja, essa questão das barreiras linguísticas e da privação linguística, considerando o público-alvo da educação bilíngue de surdos, pensando, então, numa educação de qualidade e que vá promover esse desenvolvimento e esse aprendizado.

São questões muito importantes e que pesquisas já vêm apontando, comprovando, estudos em que os surdos aprendem e se desenvolvem melhor em escolas bilíngues de surdos. Então, nós já temos indícios, pesquisas, que vão trabalhar essas questões. A própria LDB trata dessa modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, em 2021, nós não tínhamos isso como modalidade no PME, algo que já é oficial e precisa ser atualizado, então, no Plano Nacional da Educação, descrevendo melhor, detalhando melhor essas necessidades. É muito importante também, vale a pena ressaltar, em relação ao orçamento para viabilizar essa educação. Essa formação inicial e continuada é necessária ser incentivada, pois no Brasil nós temos poucos cursos, por exemplo, de educação bilíngue. Nós temos apenas duas instituições de ensino que se dedicam a essa formação.

Também é necessário essa organização adequada em termos de estrutura física que contempla as questões culturais dos surdos pensando na estrutura do espaço, as questões pedagógicas, avaliação e curriculares, considerando a libras como primeira língua e o português como segunda língua na modalidade escrita. Então, é necessário que a avaliação tenha como foco a língua de sinais e o português na modalidade escrita. Então, é importante que haja essa integração e essa especificação linguística e que sejam consideradas as questões identitárias e culturais das pessoas surdas para que a gente tenha, então, essa garantia ao ensino de qualidade.

Também em relação aos programas governamentais novos que são implementados nessas questões, há a necessidade de se aumentar o número de profissionais bilíngues fluentes em língua de sinais, para que trabalhem justamente com esse alunado surdo, que tenham aí, então, suas experiências na educação e que tenham essa vivência com a língua de sinais em termos de língua gramatical. Isso é muito importante para que essas questões pedagógicas e subjetivas do surdos sejam contempladas.

Também em relação à nova meta que traz na sua nomenclatura a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e educação bilíngue de surdos, é muito importante deixar claro que há dois elementos e que cada um traz as suas especificidades. Uma delas é a educação especial nessa perspectiva da educação inclusiva e a outra é da educação bilíngue de surdos.

Então, nós temos aí questão de gestão, professores, profissionais. É necessário compreender esses dois campos. Atualmente, por exemplo, como está no PNE, é necessário que a gente tenha esses conceitos sobre a inclusão escolar, porque, historicamente, há, então, essa opção da educação inclusiva, e nós temos, atualmente, uma nova modalidade, que é a educação bilíngue de surdos, e ela precisa ser ofertada como uma opção. Então, é um novo conceito, que tem um novo significado e demanda de um formato de trabalho, de avaliação, de material

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedagógico e curricular necessário para que ele seja posto em prática. Então, é muito importante haver essa consciência de que a educação bilíngue de surdos é uma nova modalidade de ensino. Anteriormente, historicamente, nós tínhamos aí uma certa obrigatoriedade de trabalhar outras questões como oralidade e outras perspectivas, mas agora isso é muito importante de ser levado em consideração.

Nós percebemos também, nas estratégias inseridas no PNE, a oportunidade para que haja esse desenvolvimento na educação. Principalmente, é necessário se atentar às questões de política de financiamento das instituições bilíngues, por exemplo. Por que estou mencionando este aspecto? A maioria dos profissionais de educação bilíngue e também para que haja esse aumento na promoção, na elaboração desses materiais, é muito necessário que haja recursos de financiamento para essa modalidade. Caso contrário, essa modalidade fica limitada no seu desenvolvimento.

Nós temos também que pensar as questões do transporte sendo oferecido para esse alunado e da alimentação. Atualmente, o sistema depende do número da matrícula para que esse valor seja disponibilizado, e, na educação bilíngue de surdos, nós temos que considerar essa densidade numérica, inclusive. Então, temos que procurar mecanismos para conseguir viabilizar que, neste novo PNE, nós tenhamos como contemplar esse benefício, considerando esse público.

Atualmente, nas escolas, os sistemas não são considerados como pagos, por exemplo, como um sistema filantrópico ou comunitário, e isso caracteriza o setor privado. A gente precisava encontrar mecanismos de investimento e permanência desse alunado, até mesmo para evitar que instituições sejam fechadas, que classes bilíngues, escolas bilíngues sejam fechadas futuramente. Então, pensar nesse investimento é de suma importância. A gente precisava encontrar uma outra forma que, não necessariamente, dependa do número da matrícula.

Falei, anteriormente, sobre a pedagogia bilíngue, e, no Brasil, nós temos o sistema do e-MEC, em que consta o registro de apenas duas instituições que oferecem essa formação: a primeira é o IFG, em Goiás; e a segunda, o IFSC, em Palhoça, Santa Catarina. Apenas dois institutos federais oferecem essa formação, e um terceiro vai realizar a sua formação em Pedagogia Bilíngue, que é o Ines (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Então, essa é uma formação que tem em vista a alfabetização das crianças surdas, considerando, inclusive, desde o período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da creche, de zero a quatro anos de idade. Esse é um período essencial para que essas crianças tenham acesso adequado, na idade adequada, à alfabetização, para que elas possam, posteriormente, ingressar na educação básica.

Nós temos o percentual de 95% dos surdos, que vêm de famílias ouvintes, que desconhecem a língua de sinais ou que, de certa forma, refutam a necessidade da língua de sinais. Isso é extremamente prejudicial para o desenvolvimento dessas crianças, pois, quando chegam nas escolas, elas chegam com uma limitação linguística, uma privação linguística que impacta o seu desenvolvimento escolar. Então, é muito necessário haver esse investimento desde as creches.

O sistema de saúde, por exemplo, não traz o encaminhamento para a educação bilíngue ou para essa perspectiva, tem ali um viés mais clínico que tende a trazer para outra vertente de oralização ou coisas do tipo. Então, é muito necessário que haja essa inserção em programas bilíngues para surdos desde a educação infantil, para que haja essa apropriação linguística, reconhecimento identitário e cultural do surdo. Isso é essencial para o desenvolvimento dessas crianças surdas. (*Pausa.*)

Também há a questão da educação integral e em tempo integral. É muito importante que haja também essa modalidade na educação bilíngue de surdos, para que se possa ter essa oportunidade de educação em período integral, pois isso tem vários benefícios, considerando-se a questão linguística, cultural e identitária, mas, para além disso, para se fomentar, por exemplo, uma educomunicação, uma educação digital, considerando a prevenção e a promoção da saúde, direitos humanos, cidadania, meio ambiente, esporte, lazer, teatro, cultura, artes...

Vários outros incentivos podem ser realizados nessa educação de tempo integral, pois, quando essa criança não está na escola, ela muito provavelmente está em um ambiente que não é muito favorável linguisticamente para ela e que não vai trazer essa promoção, esse desenvolvimento. Então, é uma oportunidade que os surdos também possam... E não somente os surdos, é claro, mas os surdos, os surdos-cegos, os surdos com outras deficiências associadas, com superdotação e até mesmo os surdos dentro da sua pluralidade, considerando também as questões étnico-raciais. Nós temos aí a Feneis enquanto uma instituição que se preocupa com essa oferta na educação especial, mas sobretudo na educação bilíngue para surdos. Então, que permaneçam essas ofertas, mas que elas sejam mais bem descritas nos documentos, para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente possa, a partir dos sistemas, por exemplo, de financiamento, ter mais aberturas e acessos para facilitar e proporcionar a essas instituições não somente o acesso, mas a permanência desses estudantes nas instituições. E isso precisa dialogar diretamente com o documento do PNE para o prazo de 2024 a 2034.

A gente também precisa atentar na questão dos concursos públicos. Essa avaliação prática da língua de sinais é muito importante. Historicamente nós temos aí questões, inclusive teóricas, comprovadas sobre a aprovação de pessoas que não necessariamente são intérpretes profissionais. Então, é muito importante que se tenha essa preocupação, essa discussão sobre a comunicação. É muito importante priorizar a língua e que se tenha profissionais com conhecimento e competência de avaliação desses profissionais que trabalham com a língua de sinais nos concursos públicos, para que a gente tenha pessoas qualificadas na língua de sinais trabalhando nessas instâncias.

Também em relação ao sistema de avaliação da educação básica, é importante que a gente tenha essa atualização. Ela tem uma perspectiva muito fonocêntrica e tem um descompasso em relação ao que se propõe para a educação dos surdos. Então, pensando na educação bilíngue dos surdos, é necessário que a gente tenha em vista sempre, como foco, a língua de sinais enquanto língua de constituição desses sujeitos.

A minha fala finaliza aqui.

Agradeço o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos a você, Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, que é Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Feneis, instituição extremamente importante no Brasil, que é a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Obrigado pela participação, Mariana. Permita-me mandar um abraço para todos e todas da Feneis, que sempre tem estado muito atuante e presente no Congresso Nacional, particularmente no Senado Federal.

E quero pedir para todas as instituições, novamente, no Brasil que nos acompanham, mas particularmente para os expositores e expositoras, que enviem, depois das falas, apresentações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicas de redação do Plano Nacional de Educação. Isso é muito importante – para a Mariuza, para a Erenice, para a Viviani e agora também para a Mariana.

Eu lerei algumas perguntas que vieram dos internautas, que não necessariamente vão ser respondidas hoje, porque às vezes é de um assunto, de outro, mas é para toda a comunidade brasileira saber o que está sendo perguntado. E quero dizer a vocês que a gente está organizando também os blocos de perguntas, que são muito importantes para ajudar a orientar a discussão do Plano Nacional.

Eu começo.

Pedro, do Paraná: "Como o [Plano Nacional de Educação] PNE aborda incentivos [...] aos educadores, como bônus por desempenho [...] [em sala de aula]?".

Lembro que nós temos o Plano Nacional, que, quando aprovado, embasará a organização dos planos estaduais e planos municipais de educação. Isso significa, como a Mariuza colocou, a necessidade de termos o Sistema Nacional de Educação, que é esta articulação entre os entes federados, porque há responsabilidades dos municípios, dos estados e do Governo Federal. E, sobre essa negociação, articulação, convergência, pactuação, se não houver um Sistema Nacional de Educação direcionado para isso, como já previsto na Constituição, na LDB, no Plano Nacional de Educação, as tarefas, a execução do plano ficará muito mais difícil. O Sistema Nacional, inclusive no nosso ponto de vista, deveria vir antes do Plano Nacional de Educação.

Fernanda, do Espírito Santo: "Quais são as propostas de formação inicial e continuada em educação tecnológica para que os professores atualizem suas práticas educativas?".

Paulo, de Santa Catarina – mando um abraço para você, Paulo –: "Como o [...] [Plano Nacional de Educação irá promover] o ensino domiciliar [...]?".

Tamiles, do Espírito Santo: "Quais [...] [as] metas do PNE 2024-2034 para levar a [...] inclusão de fato para sala de aula?".

Isso foi bastante abordado, inclusive, hoje, nas diversas falas.

Luiz, do Rio Grande do Sul: "O que será feito para estimular a leitura, a expressão artística e musical nas escolas? [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carla, do Paraná: "É possível ter inteligência emocional na grade curricular?".

Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "Quais as [...] metas do novo [...] [Plano Nacional de Educação], para reduzir a desigualdade no acesso à educação de qualidade, especialmente em regiões vulneráveis?".

Glauce, de Pernambuco: "O que será feito para capacitar os professores para uma educação antirracista, [com] valorização da cultura afro-brasileira?".

Isso, aliás, também foi objeto da discussão da audiência passada.

Haroldo, do Paraná: "Quando se fala em educação [...] [esquecemos que muitos profissionais são necessários] para a engrenagem funcionar. [...] [Eles continuarão] esquecidos?".

Vanessa, de São Paulo: "[...] O autista deve ter uma discussão à parte das demais deficiências, devido à aprendizagem. [As discussões estão caminhando nesse sentido?]".

Vítor, da Bahia: "A falta da língua espanhola como parte do ensino não irá prejudicar a integração do Brasil com os vizinhos?".

Geovane, do Ceará: "Há propostas no novo PNE para reforma dos currículos dos cursos de licenciatura para inserir disciplinas da educação especial e inclusiva?".

Maria, do Rio de Janeiro: "Por que não [...] [integrar] nas escolas públicas um ensino técnico [...] [ao regular]?"

Acho que possibilitaria uma melhoria de vida aos jovens. Foi o que foi debatido, discutido e aprovado no novo ensino médio, não é? A legislação já foi sancionada.

Diego, do Rio Grande do Sul: "De que maneira o plano propõe enfrentar a evasão escolar no ensino médio, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade?".

Vamos uma hora discutir o ensino médio, também o ensino fundamental e a educação infantil especificamente.

Rafael, de São Paulo: "[Precisamos] rever [a forma] [...] de inclusão para crianças com síndromes e deficiências. Juntar crianças com nível intelectual [variado] [...] não é incluir". É um comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro comentário, Patrícia, de São Paulo: "[...] sugiro regulamentar o *homeschooling*, [inclusive para crianças e jovens autistas], disponibilizando curso e material didático compatível [à modalidade]".

Muito bem. Passamos agora às considerações finais, agradecendo, antes de tudo, já pela participação das expositoras. Hoje tivemos expositoras. O Fernando Cotta não pôde vir, e foi substituído pela Viviani – muito bem, aliás. Quero parabenizar todas as expositoras, e foram abordagens muito importantes.

Agora a gente dá um espaço para alguma consideração final que cada uma deseje fazer.

Começamos com você, Viviani, que é Vice-Presidente do Movimento Orgulho Autista do Brasil (Moab), representando, como eu já falei, o Fernando Cotta. Mas todas vocês estão de parabéns, fazem um trabalho muito bom no Brasil.

Com a palavra.

A SRA. VIVIANI GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Quero novamente agradecer este espaço. É muito importante esta Casa estar fazendo esta discussão. Queria pedir desculpas, porque antes eu estava me referindo ao antigo plano, eu não tinha em mãos esse... Então, quando eu estava falando da Meta 4, na realidade era o Item 9, não é?

E, assim, Senador, eu vou mandar isso também escrito para o senhor, está bom? Mas, quando você tem no Item 9 educação especial na perspectiva da educação inclusiva, você tem impressão de que você pode ter uma educação especial sem ser inclusiva. Então, eu acredito que eu já tiraria isso. Eu só colocaria esse daí como educação inclusiva. Tem uma frase da Profa. Irene Reis que eu gosto muito, em que ela fala assim: "Educação inclusiva deveria ser um pleonasmo igual subir para cima, porque se é educação, ela tem que ser inclusiva". Então, quando o MEC coloca toda vez: público-alvo da educação especial, PAEE, estudantes público-alvo... Eu não entendo por que a gente tem que criar novos termos se a gente tem, por exemplo, a nossa Lei Brasileira de Inclusão, que fala em pessoas com deficiência e altas habilidades. Então, a sugestão que eu dou é mudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em toda vez que aparecer esse PAEE e Paebs, a gente colocar "pessoas com deficiência e com altas habilidades". A gente não pode esquecer que as pessoas com altas habilidades muitas vezes são esquecidas no nosso planejamento. Então, por exemplo, isso só aparece aqui no 9.a e em mais um outro que eu vi. Então, acho que deve ter, por exemplo... Como a Professora falou muito bem, de 4 a 17 anos, o senhor também falou isso, não, a educação é ao longo da vida. Retirar "transtornos globais do desenvolvimento", porque esse termo não é mais utilizado, não existe mais depois do nosso CID-11; então retirar esse daqui. Novamente, a 9.c. fala de 4 a 17, então colocar educação ao longo da vida. E nessas outras estratégias que aparecem, eu acredito que toda vez, vou repetir, que aparecer "do PAEE e do Paebs", colocar "pessoas com deficiência e com altas habilidades", porque é isso que está na Lei Brasileira de Inclusão, e eu acho que é isso que precisa estar fortalecido nessa nova meta do Ministério da Educação, e não ficar fortalecendo aquela política que eles chamam de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Então, eu acredito que a gente precisa fortalecer a nossa Lei Brasileira de Inclusão.

No 9.10, eu queria enfatizar, com base no que o senhor falou da educação ao longo da vida: "Garantir transporte municipal e intermunicipal gratuito para os estudantes com deficiência e com altas habilidades na faixa etária da educação escolar obrigatória", não; se eu estou pensando na educação ao longo da vida, ele é um estudante, ele precisa ter esse acesso ao transporte escolar.

Então, assim, é isso que eu gostaria de enfatizar na nossa fala. Eu vou mandar essas considerações para o senhor. E eu acho muito importante a gente fazer esse olhar. Eu quero enfatizar, porque o senhor falou que não lembrava, que foi um diretor do Ministério da Educação, da Secadi, o Mapurunga, que falou isto para a gente: que as APAEs e as Pestalozzis são excludentes, são segregadoras e que ele só se preocupa em conversar com entidades que são formadas somente por pessoas com deficiência, porque os pais e os profissionais da educação e da saúde não têm que se meter nisso. Então, é muito triste a gente ver o Ministério da Educação...

Inclusive, a minha pergunta é: isso é ideia desse Diretor, o Mapurunga, ou isso realmente é uma posição do Ministério da Educação? Então, eu gostaria muito de ter a voz do Ministro. A gente está tentando, inclusive, Senador, se o senhor puder nos auxiliar, marcar uma reunião com o Ministro da Educação para verificar qual é a posição do MEC quanto a essa posição que foi dada pelo Diretor de Educação na Perspectiva Inclusiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Agradeço a você, Viviani.

Eu quero, de novo, lamentar que o Ministério da Educação tenha pessoas assim, com esse preconceito, para não dizer termos mais graves. Por isso que a área tem tantas dificuldades, porque não há pessoas com mentes abertas de diálogo, de entendimento. O Secretário-Executivo do MEC, inclusive, coloca que é o diálogo, o entendimento, mas tem que convidar, como já falou, todas as pessoas, não convidar somente aquelas pessoas que concordam com o que você está falando. E é isto que acontece: o Ministério da Educação convida as pessoas que obrigatoriamente concordem com aquilo que o MEC está falando. Nunca vi um diálogo dessa natureza. E a gente lamenta que isso esteja acontecendo, mas a gente já antevia que isso ia acontecer com a entrada do Governo atual, que, infelizmente, trata esse assunto dessa maneira nessa área. Então, a gente lamenta. O Ministro é uma pessoa extremamente educada, solidária, mas, inclusive, tem que se alertar o Secretário-Executivo do MEC de que o diálogo tem que acontecer chamando Moab, Pestalozzi, Apae, Feneis, federações que têm muito a oferecer, inclusive na área da inclusão, e dizer que infelizmente há pessoas no MEC (Ministério da Educação) que são rancorosas demais, raivosas demais e preconceituosas demais. Já está assim desde o começo do Governo e pelo jeito vai continuar assim, mas nós como sociedade organizada... E o Congresso Nacional está ao lado, junto das entidades representativas nacionais não só nesta área da educação especial, mas na área da agricultura, na área do microempresário, do empresário, porque nós queremos dialogar e não dialogar só com quem pensa do mesmo jeito, que é o que o MEC está fazendo.

Passamos, em seguida, a palavra à Sra. Erenice Natália Soares de Carvalho, que é, como já mencionei, Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das APAEs.

Com a palavra, Erenice.

A SRA. ERENICE NATÁLIA SOARES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dedicar estas palavras finais aqui à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, uma política que foi escrita em 2008 e que eu saiba não foi oficializada por nenhum documento oficial – não vi, desconheço algum instrumento administrativo legal. Ela tem 16 anos. Nada contra os 16 anos, mas levantaria uma questão: o Plano Nacional de Educação é decenal, a política pode ter 16 anos? Qual é o problema que isso traz? É que foi uma política escrita por um grupo de profissionais, pesquisadores, educadores da academia, pessoas com titulação altíssima e um trabalho relevante em educação especial no país, mas a política não passou por audiências públicas, não teve uma consulta pública, não me lembro de professores de educação básica terem participado em algum momento, nem pessoas com deficiência ou representações. Ficou realmente uma política de gabinete, o que nos preocupa muito. Eu ressalto que eu conheço vários elaboradores, tenho carinho e muita amizade por alguns deles, que respeito e por quem tiro o chapéu como educadores, como pesquisadores, como mentes brilhantes da academia, mas uma política precisa ser feita por quem dela vai se beneficiar também. Eu escutei a Secretária Zara, no espaço do Conselho Nacional de Educação, numa audiência que teve lá, dizendo que o MEC não aceitaria documentos normativos que não estivessem alinhados com a política. Isso me preocupa muito! Não sei se eu entendi direito – se não, eu já peço, de antemão, desculpas –, mas como é que um Conselho Nacional de Educação, que é a instância máxima do sistema de conselhos, tem que se alinhar com a política de 16 anos, que não passou por uma avaliação nem por um monitoramento ao longo desses 16 anos, que foi afirmada, em 2023, sem nenhuma atualização? Durante 16 anos, não teve nenhuma novidade? Legal, a gente sabe que teve. Depois de 2008, tem muita legislação importantíssima no país no que diz respeito à educação especial. Então, eu acho difícil fazer este alinhamento.

E me preocupa muito que o Plano Nacional de Educação esteja alinhando toda e qualquer proposta de educação especial que não esteja alinhada com a política de 2008. Existe um desalinhamento temporal impossível de se questionar, porque, se o Plano Nacional de Educação é decenal, é porque se entendeu que, pelo menos de dez em dez anos, a gente pode ter novidades, atualização, incorporar pesquisas científicas, avanços científicos, técnicos, evidências educacionais, boas práticas e deixar o cidadão participar, em particular, as pessoas, esse público que é contemplado por essa política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha sugestão é que essa política seja atualizada. Venham conversar com a sociedade. A política é o quê? É o diálogo entre as pessoas. O espírito da política é essa construção coletiva. E eu vejo, de fato, que não há diálogo nenhum. No momento em que uma organização não governamental sem fim lucrativo é chamada de segregadora, segregacionista, qual é o diálogo que pode existir? Já se fechou a porta com o rótulo. Esse termo "segregação", historicamente, esse período que foi chamado de segregação, que está nos livros históricos, sobre a educação especial, se referia àquele período de dois séculos atrás em que havia instituições residenciais. Mesmo no tempo de D. Pedro II, nós temos ali o índice PC. Quer dizer, naquela época, as pessoas realmente deixavam suas famílias e iam estudar em escolas especializadas que eram residenciais, que já faziam um trabalho excelente no seu tempo, na sua época, porque era o que tínhamos neste país, que teve o Império. Agora, pegar o termo que historicamente é intitulado de segregação, trazer e colar nas escolas especializadas é uma impropriedade histórica.

Eu já concluí.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você de novo, Erenice.

Como eu já disse, a gente lamenta as posições do Ministério da Educação, mas o que vale não é o Plano Nacional de Educação conforme diretriz A ou B. O plano nacional é aquele plano que o Congresso Nacional vai aprovar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Por isso é importante debatermos bem para que o plano reflita a importância da escola comum e da educação, de uma maneira geral, como foi colocado, também em escolas de educação básica na modalidade de educação especial ao longo da vida e valorizando, particularmente, o que para mim é muito caro: a opção dos pais, escutando as famílias e as pessoas com deficiência.

Fazemos o apelo ao secretário-executivo do MEC para que escute, dialogue, de fato. E que não seja um diálogo, na verdade, de figurinha, que não acontece, que, na verdade, só escuta quem tem a mesma opinião das pessoas do Ministério da Educação, mas que haja um diálogo, de fato, com as famílias, com os pais, representados por associações centenárias – centenárias. O secretário-executivo, o pessoal da Secadi, todo mundo vai sair um dia, não é? Os pais vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar, as famílias vão continuar, as escolas vão continuar, e o desafio é permanente – isso foi muito bem enfatizado hoje.

Então, o Ministério da Educação precisa criar juízo, precisa criar respeito, precisa olhar as pessoas e dizer: "Olha, que bom que estamos trabalhando juntos". Do jeito que vai, o Ministério da Educação não chega a lugar nenhum, e a gente lamenta isso, porque o Ministro também sempre é cordial, mas ele também se sente pressionado lá, porque, sem dúvida, muitas das coisas são feitas ao arrepio dele, mas é que essa estrutura radical, preconceituosa, sempre existiu nessa instância aí.

Passo, em seguida, a palavra à senhora – agora vou falar certo – Mariuza Aparecida Camillo Guimarães.

Eu quero enaltecer a sua fala e parabenizá-la pelo trabalho da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, também do Conselho Estadual de Educação, onde este debate vem sendo feito. Parabenizo o Conselho Estadual de Educação do Paraná também e, particularmente, o Movimento Pestalozziano também. Parabéns pelo trabalho!

A SRA. MARIUZA APARECIDA CAMILLO GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador. A minha cachorra sempre participa do diálogo aqui, em nível nacional. Então, primeiro eu gostaria de fazer a minha autodescrição, que eu não fiz na minha fala; fiquei preocupada em destacar a nossa ideia. Eu sou uma mulher afroindígena, tenho cabelos médios, estou aqui usando um vestido com fundo preto, com algumas flores vermelhas, e, atrás de mim, tem uma parede que tem um papel de parede com listras verticais, rosa e brancas, e uma placa da Rua Marielle Franco.

Eu gostaria, para encerrar aqui a minha participação, de agradecer, é claro, por este importante espaço de debate. É salutar que nós nos manifestemos contra qualquer tipo de preconceito. Esse é o nosso trabalho, é a nossa militância em defesa das pessoas com deficiência, sobretudo, e nós não podemos admitir, como eu disse, na minha fala, que a constituição da história da educação especial no Brasil venha a ser desrespeitada, seja por quem for. Nós precisamos ressaltar a relevância da participação de todas as pessoas, nós precisamos ressaltar a importância de todas as falas, todas as propostas, no sentido de que alcancemos o nosso objetivo final, que é o direito à educação ao público da educação especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria também de dizer que nós temos que buscar a história, para que nós não cometamos erros no presente, e, aí, eu me lembrava aqui do Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 17, de 2001, que estabeleceu as referências teóricas, os fundamentos teóricos e legais para as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que foi o primeiro documento, no Brasil, que trouxe o termo "inclusão" e dizia que a inclusão não se daria por decreto.

Lamentavelmente, hoje nós temos grupos de pesquisadores e pesquisadoras, grupos de pessoas com deficiência defendendo uma inclusão por decreto, por uma determinação institucional, e isso é um equívoco histórico que se comete, porque ele não garante inclusão de fato.

Para que alcancemos a inclusão, nós não precisamos abrir mão da educação especial. Há alguns dias eu fui chamada à atenção, em um grupo de mães, um grupo de WhatsApp, porque eu usei o termo "profissionais da educação especial", e a pessoa disse: "Professora, a senhora está enganada. Não se usa mais o termo 'educação especial'. Hoje é 'educação inclusiva'".

Na verdade, são duas coisas distintas: educação especial é uma modalidade da educação brasileira que pressupõe métodos, técnicas, recursos diferenciados, para que as pessoas público-alvo da educação especial cheguem à aprendizagem; a educação inclusiva é uma fundamentação teórico-filosófica que vai sustentar a educação especial na lógica que nós temos tratado, a partir da Declaração de Salamanca.

Mas é preciso entender – e quero aqui reforçar essa questão – que a inclusão só se dará, efetivamente, se ela tiver como fundamento o direito à educação, com todas as suas dimensões. Portanto, nós precisamos... E aí é importante: nós vamos, Senador, nos reunir, como Conselho Técnico da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, como direção da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, para que possamos fazer os registros devidos e apresentar nossa proposta ao Senado, que eu tenho certeza que tem sempre se conduzido na defesa de uma educação que seja equitativa, que seja de qualidade e que garanta o direito à educação.

Então, estamos à disposição, e agradeço mais uma vez ao Senado esta oportunidade, em especial ao Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Mariuza Aparecida. Parabéns pela participação e pela segurança no argumento, tranquilidade também. Um abraço a todas e todos que fazem parte do Movimento Pestalozziano.

Passamos, em seguida, a palavra à Sra. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, da Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas. Parabéns pelo trabalho também! (*Pausa.*)

Só quero dizer que ela está sendo ajudada pela intérprete, a Joyce, que está apoiando a fala da Mariana. Obrigado, viu, Joyce?

A SRA. MARIANA DE LIMA ISAAC LEANDRO CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea de libras*.) – Bom, para finalizar a minha fala, acho importante que o Senado se atente ao novo PNE, nas suas descrições e detalhamento, considerando as contribuições das entidades participantes desta audiência, todas elas de muita relevância, mas considerando a minha pauta, que tem a ver com as questões da educação bilíngue de surdos, à importância de se aprovar o que está sendo proposto na meta, considerando as especificidades da educação bilíngue de surdos.

Nós entendemos que é um desafio, entendemos que esta é uma política que está sendo construída, mas também é um desafio, pensando no âmbito nacional, estadual e municipal, pensar a municipalização das escolas e que se tenha, então, programas que gerem oportunidades e que dialoguem com o PNE, para que essas escolas funcionem, para que tenhamos essas escolas em pleno funcionamento.

Nós temos algumas formas, como, por exemplo, o FNDE e, até mesmo, outros meios de investimento, para que esses recursos cheguem até às escolas (*Falha no áudio.*) Também considerando a questão do Conselho Nacional de Educação, um espaço importante de diálogo e articulações, para que a gente possa também ter esse alinhamento com as diretrizes, que é muito importante, mas que nos restringe, em termos de participação das pessoas surdas, por conta da acessibilidade. As cadeiras de representação da sociedade civil são extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes. Temos membros da Feneis e de outras instituições de pessoas surdas representando e discutindo sobre essas questões políticas da educação. Anteriormente, nós não tínhamos esse espaço, então, considerando as demandas da educação de surdos, em uma pauta presente, essa representatividade de pessoas surdas é essencial, e, para isso, é importante, para o seu acompanhamento pleno, termos essa garantia do direito linguístico por meio de um intérprete que vá fazer essa condução da interpretação.

Quanto a um outro desafio essencial, em relação às diretrizes curriculares de formação, no Conselho Nacional de Educação, eu gostaria muito do apoio de todos. A Feneis solicita esse apoio para articular essas diretrizes, considerando a demanda, a solicitação das próprias escolas, de aprovação e desenvolvimento. Então, auxiliar na orientação, no funcionamento, estrutura e organização das escolas bilíngues de surdos e também das classes bilíngues de surdos: como se dará esse trabalho? Como conseguir esse investimento? Enfim, se debruçar nesse percurso. A Feneis, juntamente com o Conselho Nacional de Educação, solicita aí o apoio. Nós não temos uma cadeira específica nesse espaço, mas é muito importante que tenhamos o apoio nesse sentido.

Outro ponto que eu gostaria de destacar sobre as emendas parlamentares é a importância de termos emendas parlamentares destinadas para essa finalidade da educação bilíngue de surdos, considerando o transporte, a alimentação e, até mesmo, a implementação de espaço na escola. Muitas pessoas não têm acesso a essa informação, e os documentos gerados a respeito disso têm uma questão limitante de língua. A solicitação é para que haja uma atenção, até mesmo para a divulgação e a difusão desses documentos estar acessível em língua de sinais, em libras, para que a sociedade brasileira surda possa, também, acessar esses documentos e se propor a entrar nesses desafios.

Em relação à formação continuada, que já está em andamento e em pleno crescimento, a Secadi, por meio do Renafor, do Parfor, e também a UFAPE, que está em pleno desenvolvimento... A minha torcida é para que essas ofertas permaneçam e aumentem, que não haja diminuição dessas ofertas, para que haja essa promoção esse incentivo. É muito importante que haja esse investimento na educação e justamente esse movimento que vem acontecendo da educação bilíngue de surdos por meio de várias formações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o meu muito obrigada a essa atenção, a esse momento de escuta. A Feneis se coloca à disposição para articulações e diálogos; nós estamos abertos e disponíveis. Muito obrigada, novamente, por esse espaço de escuta e de contribuição no PNE.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Agradecemos a você, Mariana de Lima Isaac Leandro Campos. Pedimos que também transmita o nosso grande abraço a todos e a todas da área. Insisto no ponto de vista de vocês enviarem a esta Comissão de Educação e Cultura as indicações de redação do plano, em função do que foi exposto, tanto para a Pestalozzi, Apae, Moab e Feneis, como também para todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado.

Esta audiência pública está sendo transmitida para todo o Brasil, o debate acontece em todo o Brasil. Muitas famílias, crianças, adolescentes e adultos estão acompanhando todo esse processo, e, na verdade, o plano nacional deve refletir aquilo que a sociedade, de uma maneira geral, pensa, com critério, com diálogo, com entendimento, com respeito, sobre toda essa diversidade bonita e necessária que acontece no Brasil.

Então, eu quero agradecer a vocês – hoje, "expositoras" unicamente –; também aos meios de comunicação do Senado; à Consultoria do Senado; à Andréia e à Secretaria de Comunicação da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Como falamos no início da audiência, vamos continuar debatendo esse assunto, e, até o final desta semana, todos terão o sumário executivo desta audiência, que será enviado para todos os Senadores e Senadoras, membros da Comissão. Ao mesmo tempo, todo o material estará disponível sempre para o Brasil inteiro no *site* da Comissão de Educação e Cultura: as falas, as apresentações, enfim, tudo aquilo que aconteceu no decorrer da audiência pública.

Então, agradeço de novo à Erenice, à Mariuza, à Viviani, à Mariana e também à Joyce.

Joyce, obrigado pela participação tão competente, tão clara. Parabéns!

Quero cumprimentar também a Silvia Campos, que esteve nos acompanhando.

Um grande abraço a todos.

Tendo cumprido os objetivos da audiência, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

Grande abraço.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e hum minuto do dia sete de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos: REQ 62/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Janaína Farias (PT/CE); REQ 63/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), da Senadora Janaína Farias (PT/CE) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 64/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 72/2024 - CE, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros; e REQ 83/2024 - CE, de autoria do Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** 7ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Manoela Miranda, Gerente de Políticas Educacionais do Movimento Todos pela Educação; Sra. Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Sr. Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); e Sandro Vinicius Sales dos Santos, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Integrante do Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/07

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de outubro de 2024.

Comunico que estão disponíveis no Portal da Comissão e foram encaminhados por *e-mail* aos gabinetes das Senadoras e Senadores membros da Comissão de Educação os sumários executivos e perguntas enviadas pelo e-Cidadania referentes a primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta audiências públicas destinadas a debater o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, realizadas em 26 de agosto, 2 de setembro, 9 de setembro, 15 de setembro, 23 de setembro e 30 de setembro.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento 62/2024, de autoria da Senadora Teresa Leitão e da Senadora Janaína Farias, ao Requerimento 63/2024, de autoria da Senadora Teresa Leitão, da Senadora Janaína Farias e de minha autoria, ao Requerimento 64/2024, de minha autoria, ao Requerimento 72/2024, de autoria do Senador Zequinha Marinho e de minha autoria, e ao Requerimento 83/2024, de autoria do Senador Marcelo Castro e de minha autoria.

Participarão, de forma remota na audiência pública do dia de hoje, os seguintes convidados e convidadas, a quem quero já inicialmente saudar, cumprimentar e agradecer pela presença... Vocês, expositores e expositoras, representam instituições das mais importantes no Brasil, trazendo o pensamento, até eu diria, de milhões de brasileiros para colaborar na discussão do novo Plano Nacional de Educação. Lembro que o novo Plano Nacional de Educação (PNE), de que falamos abreviadamente, se encontra na Câmara dos Deputados, não chegou ainda ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, porém já estamos realizando essas audiências públicas e outras que realizaremos no Senado Federal, na Comissão de Educação e Cultura, para já refletirmos, pensarmos em conjunto sobre o texto enviado pelo Executivo, que vai ser objeto, obviamente, de um amplo de debate na Câmara dos Deputados e, posteriormente, no Senado Federal.

É importante ressaltar que todas as exposições estarão disponíveis no *site* da Comissão de Educação para todos vocês que nos acompanham pelo Brasil, o que for colocado em termos de projeções também estará disponível e, ao mesmo tempo, os sumários executivos, dado que todas as audiências públicas estão também disponíveis no *site* da Comissão. E até o final desta semana, desta 7ª audiência pública, o sumário executivo também estará disponível com as perguntas, até sexta-feira no mais tardar, ou antes, inclusive.

É claro que o sumário executivo reflete a opinião, quer dizer, é um resumo de quem participou, ouviu, mas pode não coincidir exatamente com a perspectiva de alguém que tenha entendido o assunto de uma maneira eventualmente diferente. Todas as falas e projeções também estão disponíveis. Às vezes acontece de, é importante ressaltar, daqui a meio ano, três meses, nove meses, quando o plano estiver no Senado Federal, alguém dizer: "Não, mas isso foi discutido numa audiência pública. Deixe-me lembrar o que foi dito, colocado, debatido". Tudo estará disponível não só para quem estiver participando da audiência, mas para todo o Brasil, porque ter um Plano Nacional de Educação bom, adequado, moderno, exequível, que coloque a educação como prioridade absoluta é um desafio não só para o Congresso, mas para toda a sociedade brasileira.

Então, sejam bem-vindos! Bem-vinda, Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Manoela Miranda, Gerente de Políticas Educacionais do movimento Todos pela Educação; Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Mariana Luz, da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; e Sandro Vinicius Sales dos Santos, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante do Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos convidados e convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, como eu já mencionei, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas, eventualmente, pelos expositores e expositoras.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Ao fim das exposições, retornaremos aos convidados e convidadas para o acréscimo, o reforço, eventualmente, de algum ponto que ele deseje que seja também objeto de manifestação.

Então, agradeço novamente a vocês – me permitam chamá-los assim, com todo o respeito. Sempre a Comissão de Educação está aberta à participação de todas as pessoas no Brasil, mesmo de quem queira mandar manifestações por escrito sobre o plano e sobre os outros assuntos, sempre objeto de debate na Comissão. Usando uma expressão popular, as portas, janelas e os canais de comunicação estão totalmente disponíveis e abertos. Está bem?

Então, é a sétima audiência pública, um trabalho importante da Comissão.

Passo inicialmente a palavra ao caro Felipe Morgado, que é Superintendente de Educação Profissional e Superior do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Quero não só dar a palavra ao senhor, Dr. Felipe Morgado, mas também já agradecer, de antemão, por todo o trabalho de articulação, de interação com o Senado Federal. O diálogo com o Senai é, eu diria, muito proveitoso, permanente, e nós temos nos beneficiado muito do Senado Federal, com toda a experiência do Senai.

Com a palavra, então, Dr. Felipe Morgado.

O SR. FELIPE MORGADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Primeiro quero cumprimentá-lo e cumprimentar todos os presentes nesta solene sessão de audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu queria contextualizar um pouco. O Senador destacou o Senai, e eu queria começar contextualizando um pouco, porque, muitas vezes, a sociedade ainda não conhece e não domina plenamente, de uma maneira sólida, o quanto o Senai é um ativo do Brasil.

O Senai fez, este ano, 82 anos de existência vinculado à indústria, à Confederação Nacional da Indústria, e o foco são os dois pilares: a educação profissional e tecnológica e a área de tecnologia e inovação. No ano passado, tivemos presença em 95% dos municípios brasileiros e atendemos mais de 3 milhões de estudantes. Então, o meu objetivo de contextualizar é para começar minha fala trazendo um pouco do quanto a gente pode e deve, até por caráter legal, ser órgão consultivo do Governo Federal para os fundos relacionados à educação profissional.

Mais recentemente, Senador, há menos de um mês, o Brasil ficou em terceiro lugar do mundo na WorldSkills, que é a maior competição de educação profissional do mundo... Desculpe, em segundo lugar do mundo, só perdendo para a China. Então, nós podemos dizer que o Brasil, junto com Senai e Senac, que representaram o Brasil em 56 profissões, conseguiu ficar em segundo lugar do mundo, o que demonstra que é possível, estamos abertos sempre a contribuir... Eu acho que esse é o principal objetivo neste momento.

Eu vou começar a contextualização do que se refere ao PNE trazendo algo que é público, o planejamento estratégico da indústria até 2032.

A indústria brasileira, não é nem o Senai, nem o Senac, nem o Sesi; a indústria brasileira construiu uma estratégia em que destaca aspectos relacionados à educação, tanto a educação básica quanto a educação profissional e superior. E, nesses aspectos, Senadora, a gente fez um encontro de contas para... um encontro de texto para identificar como que está, qual seria a nossa posição, CNI e Senai, em relação ao Plano Nacional de Educação, e a nossa posição é convergente com alguns dos pontos bem pontuais de atenção, e vou trazer por que é que a gente considera essa posição convergente.

Primeiro, que, no caso da educação básica, prioriza-se a qualidade da educação. A gente sabe o quanto o Brasil tem de desafio para melhorar a qualidade da educação básica, e o PNE vai nessa linha, trazendo também aspectos relacionados à formação de professores e também à melhoria da infraestrutura das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, onde a gente tem mais a contribuir, o Senai, está relacionado à educação profissional, e é nessa linha que eu trago a total convergência. Por exemplo: a indústria sugere uma ampliação até 2032, chegar a até 40% dos estudantes de ensino médio, articulada ou integrada com a educação profissional. O PNE traz uma meta de 50%. Então, é convergente, e a gente acredita muito que esse processo...

A educação profissional, Senador, está vivendo um momento muito importante, graças ao senhor aí também, que...

Primeiro, aprovamos uma lei que traz ao MEC a obrigação de criar uma política nacional de educação profissional. Foi aprovada recentemente e, no ano passado, foi promulgada.

Segundo, o Propag, aprovado pelo Senado, o senhor participou ativamente nesse processo, que agora está indo para a Câmara dos Deputados, trazendo parte dos juros dos estados, 60% dos juros dos estados, para a formação técnico-profissional, para a educação profissional não só integrada, mas subsequente.

Isso traz também avanços na linha do PNE. O PNE trouxe não só ampliação da formação da educação profissional para os estudantes que estão durante o ensino médio, compara a indicadores mundiais, indicadores com os quais o mundo se compara, e traz, então, o percentual de jovens que estão fazendo ensino médio articulado com a educação profissional, e é uma notícia muito boa na nossa visão.

A gente sabe que tem... O futuro do trabalho está incerto. Ao estar incerto, os países praticamente do mundo inteiro estão apostando na educação profissional como uma alternativa para esse futuro do trabalho incerto. Por quê? Porque um jovem que faz curso técnico desenvolve uma habilidade de aprender a aprender; ele desenvolve a habilidade de aprender a fazer. E, com isso, conforme vão surgindo as tecnologias, ele vai conseguir estudar, ter aprendizagem continuada ao longo da vida, que é algo que também foi citado no PNE.

Outro aspecto relevante está relacionado à ampliação do número de matrículas em 50% do subsequente. Algo que, de novo, vai ao encontro desse desafio de ampliar o número de jovens, ampliar o número de adultos, trazendo aí a educação profissional como uma porta de saída para o mundo do trabalho. Isso é muito importante na nossa visão. E algo com que a gente ficou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contente e no qual acreditamos muito é que a educação de jovens e adultos articulada com a educação profissional foi introduzida dentro do capítulo de educação profissional. Isso é muito positivo. A gente sabe que o trabalho, com certeza, ajuda a estimular os cidadãos a concluírem seus estudos, principalmente o ensino médio, já com uma profissão, que é o caso da EJA, com 25% da oferta articulada. Esse aspecto é importante.

E também, como Senai, a gente sabe como é a estrutura do mundo do trabalho no que se refere à indústria. Cerca de 80% dos trabalhadores da indústria são trabalhadores que fizeram curso de qualificação profissional. Cerca de 16% são trabalhadores que fizeram cursos técnicos e o restante fez curso superior. Ao trazer para o PNE a meta de elevação de 3 milhões de matrículas de qualificação profissional, no mínimo 160 horas, traz-se a possibilidade de dar um acesso mais rápido aos jovens no mercado de trabalho também, não só como curso técnico, mas também como qualificação profissional. Nosso desejo sempre é a ampliação de cursos técnicos, mas a qualificação profissional não foi esquecida e é algo que a gente considera bem relevante e importante.

A principal meta, na nossa visão, é essa ampliação para 50% dos jovens. E um ponto de atenção da CNI – não sei se o Senador hoje já teve acesso, a gente não conseguiu ainda finalizar os cálculos – é saber o impacto do Plano Nacional de Educação na economia brasileira. É muito importante a gente ter esse dado, porque pode acontecer de um plano nacional com metas audaciosas – e a gente acredita – ser inviabilizado por conta do impacto econômico desse plano. Então, acho que é muito importante contar com todas as instituições e a própria assessoria especializada do Senado para calcular: se esse plano for cumprido em todas as suas metas, qual seria o impacto na educação? A gente sabe que não é uma conta simples, mas pelo menos ter uma noção desse impacto financeiro. É um ponto de atenção que a gente traz.

No que se refere à qualidade da educação profissional, nos ajuda e a gente fica muito contente no momento em que se pretende ter como diretriz que 60% dos concluintes alcancem o nível do padrão adequado na sua formação. O que quer dizer isso? O Governo brasileiro está implantando, por meio do Inep, uma avaliação da educação profissional. Isso é uma lei que foi criada e sancionada. Então, até esse Plano Nacional de Educação ser aprovado, vai ser possível a gente avaliar. E, automaticamente, o PNE proposto já traz esta questão: 60% dos jovens que concluírem a educação profissional devem estar no nível adequado, ou seja, já traz para essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação, para essas metas, a questão da qualidade. Traz também outros aspectos importantes no que refere a educação profissional, que é o censo da educação profissional. Hoje, o censo da educação básica não reflete a educação profissional, existe uma distorção muito grande: a educação profissional tem influxo contínuo de entrada e saída de trabalhadores e de jovens ao longo do ano, e o censo é uma fotografia da última quarta-feira do mês de maio.

Então, traz, já nas suas metas, a convergência de utilizar um censo da educação profissional, que deve ser criado, nos próximos meses, também no Inep, para que a gente possa medir. À educação profissional é muito importante ter acesso, medi-la, para que a gente possa ter segurança nesses indicadores e nesses aspectos.

O que a gente traz de ponto de atenção mais incisivo está relacionado à meta de 60% de investimento – a meta de investimento colocada para a educação profissional. A gente acha e acredita que existem dois aspectos relacionados a esse investimento. O primeiro está relacionado a esse investimento ser exclusivamente para as secretarias estaduais de educação. A gente sabe que a Rede de Educação Profissional e Tecnológica tem vários atores relevantes e muito importantes que não estão vinculados às secretarias de educação, como, por exemplo, o Centro Paula Souza, como, por exemplo, a rede da Bahia, a rede de Rondônia – existem várias redes. E o PNE deixa bem claro que o fomento, o investimento devem ser via secretarias estaduais de educação. Acho importante considerar não só as redes de educação profissional estaduais públicas que estão nos estados. A maior rede de educação profissional pública da América Latina é o Centro Paula Souza, e ele não está contemplado nesse aspecto de investimento governamental para fomentar parcerias entre instituições públicas de educação profissional e tecnológica. Então, está trazendo só via secretarias estaduais de educação, e a gente acredita que tem dois ativos na sociedade que devem ser contemplados aqui: um seria as demais redes de educação pública, de educação profissional; e outro também seria os Serviços Nacionais de Aprendizagem, algo que é um ativo do Brasil e que com certeza a gente acredita muito na possibilidade de apoiar.

A educação profissional está passando por um momento decisivo e importante no Brasil, e nós não podemos perder essa oportunidade, essa oportunidade de novos investimentos estarem alinhados ao setor produtivo, estarem alinhados à demanda do setor produtivo, com as características do futuro do trabalho. E temos vários projetos importantes, inclusive o PNE, mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente pode acelerar, e acelerar é contar com os ativos que existem no Brasil. Esse é o único ativo de atenção mais específico que a gente traz.

Quanto ao restante, Senador, parabenizo pela iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos – me permita chamar de você –, Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior do Senai. Muito bem explicado também para contextualizar para todas as pessoas que nos acompanham o trabalho histórico e importante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Agradeço muito.

Eu gostaria só de lembrar o que já foi, inclusive, ressaltado em outras audiências públicas. Eu pediria, solicitaria aos expositores e expositoras que as observações feitas em relação à redação de algum aspecto do plano nacional pudessem ser enviadas para a Comissão de Educação – a própria redação sugerida –, porque isso serviria como subsídio para a análise também, além da própria explicação, que é importante, se houver a possibilidade de uma sugestão de redação dos aspectos mencionados. Também isso é para todos os expositores e expositoras.

Passo, em seguida, a palavra à Manoela Miranda, que é Gerente de Políticas Educacionais do movimento Todos pela Educação, e quero cumprimentá-la.

Com a palavra, Manoela.

Um abraço também à Priscila Cruz, que tem sempre colaborado, assim como o movimento também colabora muito com o Senado Federal.

A SRA. MANOELA MIRANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todas e todos.

Primeiramente, agradeço ao Senador Flávio Arns pelo convite ao Todos pela Educação para participar hoje deste debate sobre um tema tão importante para a educação brasileira.

Eu vou projetar aqui... Tenho uma apresentação e vou pedir licença para projetá-la. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conseguem ver a minha apresentação, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim. Está em ordem.

A SRA. MANOELA MIRANDA (*Por videoconferência*.) – Perfeito. Obrigada.

Na pessoa do Senador, eu gostaria de cumprimentar os demais presentes aqui hoje na audiência. É um prazer estar com vocês.

Para introduzir essa apresentação, eu gostaria de destacar a importância do Plano Nacional de Educação como um instrumento que orienta as políticas educacionais e destacar esse papel importante que ele tem de articulação do planejamento nos níveis nacional e subnacionais, podendo garantir a continuidade de políticas educacionais bem-sucedidas, que, como todos sabemos, é um desafio não só no Brasil como no mundo.

A minha apresentação visa contribuir, então, com discussões acerca do Projeto de Lei 2.614, de 2024, e reafirmar o compromisso do Todos pela Educação de contribuir tecnicamente para uma discussão do novo PNE, visando a garantia do direito a uma educação pública de qualidade para todas e todos os brasileiros.

Antes de iniciar as nossas contribuições e reflexões sobre o projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso, eu gostaria de trazer algumas breves reflexões sobre o plano vigente, cuja vigência foi estendida até dezembro de 2025. Portanto, trago aqui alguns pontos que, na visão do Todos pela Educação, são importantes de serem destacados.

É importante dizer que o atual Plano Nacional de Educação teve um papel importante de mobilização da sociedade e apresentou avanços na última década. Tivemos alguns avanços relacionados ao acesso, tivemos alguns avanços com relação a ensino integral, por exemplo, e acesso à educação infantil, mas, por outro lado, vemos que o cumprimento das metas ainda está longe de ser atingido, ainda que o prazo de dezembro de 2025 seja considerado. Portanto, ressalto aqui a importância de aprendermos – parabenizo mais uma vez pelas audiências – com essas audiências que têm acontecido e que são importantes para levarmos em consideração os aprendizados desse plano para o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale destacar aqui – entendo que não é novidade para todos – que, das 20 metas propostas no plano da última década, quatro apenas foram cumpridas integralmente, e nenhuma delas diz respeito a indicadores de acesso, qualidade ou equidade da educação básica; e esse é um fato que nos preocupa bastante.

E aqui eu queria trazer um outro ponto de que também não podemos olhar apenas para o cumprimento ou não das metas, e sim para o progresso de algumas delas e olhar para os desafios que a tentativa do progresso em cada uma delas nos trouxe na última década.

Então, temos muito a aprender com esse Plano de 2014 a 2024, inclusive no que diz respeito ao fato de que, apesar dos avanços que nós vimos, as desigualdades persistem, são alarmantes e exigem muita prioridade na próxima década. Nós vemos, com relação ao acesso, apesar dos avanços, muitas desigualdades ainda, quando comparamos diferentes grupos de crianças, diferentes grupos étnico-raciais, socioeconômicos e regionais no Brasil.

Todos os dados de monitoramento e o quinto relatório de monitoramento do Inep mostram que essas desigualdades são alarmantes e devem ser priorizadas na próxima década, algo que o novo plano proposto já traz, de que eu vou tratar um pouco mais à frente na minha apresentação.

Portanto, antes de entrar no plano deste ano, eu gostaria de dizer que nós temos hoje muitas evidências em mãos, talvez mais do que na última década, para construir um PNE melhor que o atual, que reflita de fato os desafios da educação brasileira agora em 2024, iniciando no ano de 2025.

É fundamental, portanto – vale reforçar aqui –, olhar para as desigualdades que iniciam, como nós vimos nos dados, muito cedo e têm efeitos para toda a vida das crianças brasileiras. Queria trazer esse destaque.

Entrando, então, na discussão do projeto de lei encaminhado pelo Executivo e discutido aqui hoje, eu gostaria de, enfim, só relembrar aqui que ele está organizado em 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias, e que o princípio de equidade, que eu acabei de mencionar como muito importante, atravessa todos esses objetivos. Portanto, é um ponto já de destaque deste projeto que está sendo debatido aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A estrutura do novo PNE, portanto, está com 18 objetivos, como eu mencionei, e está organizada por temáticas, o que na nossa visão é bastante importante, trazendo uma maior clareza sobre temáticas importantes da educação do Brasil, iniciando na educação infantil, passando para a alfabetização, depois com temas muito relevantes, e finalizando com a estrutura e funcionamento da educação básica, que envolve importantes metas sobre profissionais da educação básica, financiamento e estrutura também da educação básica, que são fundamentais para a estrutura como um todo desse novo Plano de Educação.

Trago aqui, então, uma análise geral do projeto de lei apresentado para dizer que, na visão do Todos pela Educação, esse projeto apresentado pelo Ministério da Educação é um ponto de partida bastante sólido para iniciar as discussões legislativas, como as que temos hoje, e aponta uma boa direção. Ele tem, como eu mencionei, uma melhor estrutura na nossa visão, frente ao PNE de 2014 a 2024, com uma proposta organizada em eixos temáticos, com 18 objetivos claros, 58 metas específicas associadas a cada um deles e estratégias também alinhadas às metas, em que mais à frente eu vou trabalhar, e algumas podem ser aprimoradas. Mas estão aí ligadas a 58 metas propostas.

Como eu mencionei, é um bom ponto de partida, porém, acreditamos que ainda há espaço para aprimoramento em algumas metas, que na nossa visão devem equilibrar ambição e exequibilidade a partir das evidências acumuladas. Portanto, nós temos muitos dados e muitas evidências acumuladas na última década, que nos permitem ainda aprimorar um pouco essas metas, com base no histórico que nós temos de evolução de algumas metas e não cumprimento de outras.

Portanto, a análise geral nos mostra que a discussão desse novo PNE é uma grande oportunidade de, como sociedade, reafirmarmos o compromisso com uma educação de qualidade para todas e todos os brasileiros e com estratégias, aqui reforço, que devem ainda ser debatidas em profundidade, para que elas de fato estejam alinhadas ao cumprimento das metas propostas.

Na nossa visão – e aí aqui inicio a discussão sobre os destaques desse projeto apresentado –, existem três pontos bastante positivos e até inovações trazidas pelo novo Plano Nacional de Educação, apresentado pelo Executivo. A primeira delas é trazer metas específicas para a redução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das desigualdades, algo que foi inexistente nos planos anteriores de educação. Aqui algumas delas trazem especificamente a redução da diferença de resultados entre grupos específicos; e, portanto, nós entendemos que, além de ser algo inédito, é muito importante e muito alinhado com os dados que nós vimos de desigualdades que persistiram na última década, apesar de alguns avanços.

O segundo ponto muito importante é o foco transversal na qualidade. Então, o meu colega, o Prof. Felipe, apresentou agora também a importância de trazer metas sobre a qualidade de EPT. E aqui eu destaco outras metas de qualidade, que são novidade e que são muito importantes. Então, a introdução de metas de qualidade para a educação infantil também é muito importante. É importante que elas estejam alinhadas e sejam mensuradas de acordo com os parâmetros nacionais de educação infantil, que acabaram de ser atualizadas este ano. E outro ponto que eu queria destacar com relação à qualidade, que na nossa visão é muito positivo, é o estabelecimento de metas específicas para cada etapa do ensino fundamental, de anos iniciais iniciais, finais e médio, sobre o percentual de estudantes que devem ter aprendizagem adequada.

Nós temos no plano vigente metas relacionadas ao Ideb, mas não temos metas relacionadas ao percentual de estudantes que devem atingir o nível adequado. E na nossa visão isso traz uma maior tangibilidade e um foco muito importante para a qualidade e para a aprendizagem do ensino para além do Ideb.

O terceiro grande ponto de destaque que eu gostaria de trazer aqui é a inclusão de novas metas específicas sobre as modalidades de educação escolar indígena, quilombola e do campo – portanto, é o objetivo 8 –, que não receberam a ênfase que nós acreditamos que seja necessária na última década. Então temos metas específicas para a expansão dessas modalidades, o que é muito importante, inclusive, para que se avance para uma educação pública de qualidade para todos.

E a outra meta muito importante que nós entendemos que foi um avanço nesse novo plano é a inclusão do objetivo 7, que diz respeito à educação digital, que é muito importante, considerando o contexto atual da educação.

Portanto, três principais destaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu vou trazer alguns outros pontos positivos sobre esse novo plano, na nossa visão. É claro que selecionamos alguns.

Vale reforçar aqui, de novo, que são muitos objetivos e metas que exigem uma discussão um pouco mais aprofundada. E continuaremos acompanhando este debate para contribuir para que as metas sejam aprimoradas.

Outro ponto positivo, então, na nossa visão: a introdução de metas de qualidade, como já mencionei, da educação infantil. Aqui trago também, apesar de positivo, um ponto de atenção: é necessário que indicadores adequados sejam criados para mensurar a qualidade da educação infantil. Nesse sentido, é muito importante que se considerem os parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil atualizados recentemente.

Outro ponto bastante positivo, na nossa visão, é a ampliação da meta de atendimento em creche para 60%, considerando dados recentes, que mostram que muitas crianças ainda têm dificuldade de acesso a creche. E aqui, ressalto um ponto que é muito importante: que as metas sejam, especialmente essa de creche, alinhadas com as evidências recentes divulgadas sobre a demanda manifesta. Então, não só o histórico de atendimento, como a demanda manifesta e dados recentes divulgados pelo MEC, em parceria com a Gaepe-Brasil, trazem também outras questões com relação à acesso de creche que são muito importantes serem consideradas.

O terceiro ponto de destaque positivo que eu trago aqui é a manutenção de metas muito importantes sobre profissionais da educação básica e a sua valorização. Um exemplo é o destaque para a meta de 70% dos concluintes em pedagogia e licenciaturas terem um desempenho adequado ao fim do curso. Então, é muito importante que as metas do plano atual sobre a valorização dos profissionais da educação sejam mantidas para este próximo plano, porque nós não avançaremos políticas educacionais sem que se olhe com muita atenção para a valorização dos profissionais da educação básica.

Esses são alguns dos pontos positivos que eu gostaria de destacar.

Passo, então, para alguns pontos de aprimoramento que, na nossa visão, poderão contribuir para um PNE ainda melhor do que este que foi proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto diz respeito ao monitoramento contínuo do PNE. Como muitos de nós sabemos, o PNE é um importante direcionador das políticas educacionais brasileiras. É um plano decenal, de Estado. É importante que haja um acompanhamento contínuo. E, na nossa visão, podemos avançar para além do monitoramento bianual que é feito pelo Inep e que já está previsto em lei.

Portanto, é muito importante que se aprofunde a discussão de como esse monitoramento será feito, de como essa transparência para a sociedade brasileira será feita.

Trago um ponto de atenção para indicadores que foram propostos sobre os que nós não temos ainda a forma de mensuração.

Então, é muito importante que sejam debatidas essas metas e como elas serão de fato medidas, para que haja possibilidade de monitoramento contínuo e correção de rota ao longo do tempo, para que não cheguemos ao final de dez anos para entender por que as metas não avançaram.

É muito importante também destacar aqui que temos, hoje, ainda algumas lacunas de dados. Sobre alguns indicadores da última década, não foi possível mensurar o seu avanço por falta de dados.

Trago aqui esses dois desafios e pontos a serem debatidos ainda em profundidade.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar, muito fundamental, é como as metas nacionais estabelecidas pelo PNE irão subsidiar os planos estaduais e municipais de educação e que exista a possibilidade de que essas metas possam ser escalonadas para os entes subnacionais.

Já estou terminando, Senador.

Será fundamental focar também na governança do PNE para assegurar o seu cumprimento. Isso já está previsto no art. 23, a instituição do CNE. Então essa discussão deve continuar.

Último eslaide.

Minhas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PNE deve, portanto, estabelecer prioridades claras que considerem os desafios atuais da educação brasileira. O foco deve ser em metas finalísticas, que equilibrem ambição e exequibilidade, e nas estratégias que contribuam para o seu cumprimento.

É fundamental se estabelecer uma governança, como eu acabei de mencionar, e um monitoramento contínuo do PNE em colaboração com os entes federados.

Por fim, gostaria de ressaltar, mais uma vez, que o debate e a aprovação do PNE são urgentes e exigem, portanto, prioridade do Congresso, e que o amplo debate e a mobilização da sociedade são fundamentais para esse processo.

Portanto, parabenizo-o, mais uma vez, Senador, pela organização dessas audiências, e agradeço, mais uma vez, pelo convite ao Todos pela Educação.

Estamos à disposição para continuar esse diálogo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos a você, Manoela Miranda, Gerente de Políticas Educacionais do Movimento Todos pela Educação.

Foi muito didática a apresentação.

Quero dizer a todos e a todas que nos acompanham pelo Brasil que a apresentação de todos os expositores estarão disponíveis no Portal da Comissão de Educação. Ao mesmo tempo, caso o debate esteja acontecendo no Movimento Todos pela Educação, agradeceríamos que fosse enviada a redação dos aprimoramentos que vocês considerem importantes, porque monitoramento, governança e acompanhamento são temas recorrentes nas audiências públicas, como um fator extremamente importante que deve ser bem enfatizado.

Obrigado, Manoela.

Com a palavra a Sra. Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

Seja muito bem-vinda, Mariana.

Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIANA LUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todos e a todas.

Queria, primeiro, agradecer ao Senador Flávio Arns pela oportunidade; à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, por fazer parte deste importante debate; também, ao Senador Marcelo Castro e a toda a Comissão de Educação do Senado por essa abertura ao diálogo.

Como o Senador trouxe no início, a Fundação tem sido parte dessa caminhada com foco na educação infantil. Fico muito feliz.

Queria, também, dar bom dia a todos os participantes *online* e a quem está aqui ao lado da Fundação fazendo essa conversa hoje.

Vou fazer o compartilhamento da minha tela.

Vocês conseguem enxergar bem?

Então, a Fundação Maria Cecilia faz 60 anos no ano que vem. Já estou em pré-comemoração aqui e atuando na primeira infância há quase 20 anos, então, com esse foco, com essa prioridade – como diz a Constituição, prioridade absoluta. A gente tem como missão aí os ODS, a Agenda das Nações Unidas, para que todos os meninos e meninas tenham o desenvolvimento integral, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade.

Essa educação infantil de qualidade é muito sobre o que a gente vem conversar aqui hoje, mas é também o foco da nossa atuação. E a gente trabalha tanto para alavancar e fazer as políticas públicas descerem, como também para a sociedade demandar isso. A gente nunca deixa essa parte de que estamos aqui atuando com o que é o papel da sociedade para fazer essa contribuição, mas também traz o debate e monitora o andamento das políticas públicas e quais são as demandas.

E, como tema, a gente trabalha a parentalidade e a avaliação do desenvolvimento infantil, além desse pilar aí do meio no qual focamos hoje, que é educação infantil.

Só para trazer alguns aspectos jurídicos, muito rapidamente, a gente tem a educação de qualidade para todas as crianças na Constituição. É um dever do Estado, no caso das vagas de educação infantil, do município. É opcional para essa primeira etapa de educação básica, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creche. Já na pré-escola não há uma obrigatoriedade da matrícula. E, como eu vou trazer um pouco de contexto, eu queria trazer essa reflexão antes.

E a gente está aqui olhando para esse plano, que é tão estruturante e que nos últimos anos avançou, que é o Plano Nacional de Educação, mas a gente precisa também fazer com que o principal desafio da desigualdade seja endereçado nessa próxima etapa.

Então, muito do hoje, porque é um direito; do amanhã, porque isso garante melhor desempenho, sobretudo se a gente olhar para as etapas de creche e pré-escola e em todas as demais etapas – a gente falando aqui do fundamental, com menor chance de evasão, mas também para a vida toda - muito da nossa reflexão é para trazer o impacto da educação infantil para o resto da vida, tanto nas dimensões educacionais como também para uma dimensão econômica de a gente quebrar os ciclos de pobreza.

Agora, quando a gente olha para o diagnóstico hoje, Senadores e demais participantes, a gente vê que a gente melhorou. E a gente tem melhorado no acesso, mas a gente ainda tem desafios importantes. Então, a gente não atingiu a meta do PNE anterior de 50% de creche, a gente melhorou em dez pontos percentuais nos últimos dez anos, mais ou menos, mas isso ainda está aquém. E, quando a gente olha para a desigualdade, isso é muito nítido.

Da mesma maneira na pré-escola: a gente melhorou, o percentual é menor, porque também o desafio era menor, mas ainda não dá para dizer que isso está universalizado, sobretudo do ponto de vista de equidade.

E aqui, olhando para esse acesso, sobretudo na pré-escola, que é obrigatório, a gente está falando de 441 mil crianças fora da pré-escola, e, quando a gente olha de novo para a desigualdade desse acesso, a gente sempre enaltece essa questão. A gente tem, dentre as 20% mais pobres, 31% de crianças frequentam a creche, ao passo que, das 20% mais ricas, 56% frequentam a creche. Então, a gente já teria ultrapassado a meta do atual PNE, se a gente estivesse olhando para o percentil mais rico da população, e a gente está ainda mais distante do que a média nacional, quando a gente olha para as crianças em situação de vulnerabilidade. E esse é um dos grandes elementos de preservação das desigualdades, de manutenção dos ciclos de pobreza, porque a gente não está conseguindo trazer essa equidade para a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente olha para a qualidade, a gente aqui na Fundação sempre trabalha acesso e qualidade de forma igualitária, porque nessa etapa da vida existe todo um pico de desenvolvimento acontecendo nas crianças. Então, é quando elas estão formando as bases do seu desenvolvimento cognitivo e do seu desenvolvimento socioemocional. É por isso que, quando não tem qualidade nessa etapa, a gente perde a oportunidade de ofertar essa equidade. É claro que as etapas subsequentes são todas importantes.

Eu digo que a defesa pela primeira infância e pela educação infantil é para o resto da vida e, então, é para tudo que vem pela frente, mas ela é urgente neste período pelas suas especificidades do pico de desenvolvimento que acontece.

E, quando a gente olha para um estudo que a fundação e outros parceiros lançaram, a gente vê justamente que a qualidade está baixa. A gente tem que 68% não têm materiais para atividades culturais e artísticas; não tem parquinho; não tem banheiro adaptado; não tem brinquedo adequado; há um desafio de inclusão e acessibilidade enorme; cinco em cada dez estudantes de Pedagogia desistem da graduação – e, então, há também o tema aí de valorização dos professores, de ter formação continuada. A gente precisa mudar esse quadro da qualidade também. De novo, a gente melhorou no acesso – também na educação especial indígena, embora a gente ainda tenha aqui desafios importantes –, mas, do ponto de vista quali, a gente vai olhar que nove em cada dez turmas participantes não abordam questões relacionadas à educação étnico-racial, que são já parte da legislação; e, em educação indígena, quando ofertada, não tem material pedagógico, possui baixa disponibilidade de biblioteca ou salas de leitura, pouquíssimo banheiro adequado para essa etapa da vida. Então, como é que a gente olha para essas dimensões ali que vão da infraestrutura, mas passam pela fase importantíssima da formação dos professores, dos materiais didáticos adequados e dos processos pedagógicos, que são ainda mais importantes, que tenham como base os instrumentos e a intencionalidade pedagógica, a ludicidade, a criança como protagonista, que é tão fundamental nessa fase da vida, que é tão específica, mas com um potencial tão grande de a gente olhar e quebrar para as desigualdades do nosso país...

E aí, fazendo esse preâmbulo, mas entrando já no plano com o que são as recomendações da fundação, a gente fez recomendações bem específicas, Senador. E a gente mandou, a sua equipe já está com esse material para publicação. E a gente olhou para cada uma das metas, fez uma análise, uma recomendação e algum comentário adicional que a gente acredita que devam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser parte do objeto do aprofundamento deste debate na Comissão, no Senado e aí no Congresso Nacional, para o que a gente também considera urgente que é a aprovação do novo PNE.

Na Meta 1, já entrando aí muito focado no que são os desafios da educação infantil, que é o foco e a contribuição maior que a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal pode ter no debate, a gente olhou para a meta de ampliar para 60% de crianças em creche e a gente acha que ela não representa um pouco do desafio e da sofisticação que uma etapa não obrigatória precisaria ter. A gente acha que só aumentar dez pontos percentuais do que foi a última meta, não atingida, inclusive, não atende à questão da especificidade da demanda. Então, a nossa recomendação seria revisitar essa recomendação para que a meta seja que os municípios atendam à demanda manifesta, lembrando que a gente já tem uma lei que exige que a demanda seja manifestada pelos municípios. E a gente agora recomenda que haja uma estratégia definida, um instrumento nacional para que o levantamento dessa demanda aconteça. A gente sabe dos trabalhos do MEC, do próprio Gaepe, que já foi mencionado aqui, para que isso seja determinado e a gente acha muito importante que assim seja. Entendemos que é desafiador, pois são 5.571 municípios neste país, mas que é possível trazer uma meta mais aderente, o olhar adequado. O Brasil são muitos brasis, são muitas realidades nesses municípios, a gente acha que uma meta única não dá conta da complexidade tanto do ponto de vista regional, mas de dimensões e também de desigualdade do nosso país.

Indo para o segundo tema, a gente acha que, na Meta 1.2, que é reduzir, a no máximo dez pontos percentuais, a desigualdade, a gente está muito de acordo com essa meta, ela é fundamental, mas faltam estratégias para alcançá-la. Então, a nossa visão é sempre que é algo que a política pública tem como premissa, mas poucas vezes está explícito, que é a inclusão de estratégias sobre critérios de priorização ao acesso. A gente precisa dizer que as crianças que mais precisam devem ser atendidas primeiro, e existem formas de fazer isso, e a gente deve redirecionar para famílias de baixa renda cadastradas em programas como Bolsa Família e ter outros critérios de priorização – inclusive, aqui menciona a Lei 14.851, recente, que a gente olhe para os critérios de priorização, porque é por meio da priorização dos mais vulneráveis que a gente consegue, de fato, quebrar desigualdades.

Na Meta 1.c, que é universalizar, até o terceiro ano de vigência deste PNE, o acesso à educação infantil na pré-escola, que é algo que a gente já tinha previsto, e não aconteceu, era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ter acontecido em 2016, a gente entende que o desafio é grande, a gente sabe disso, por isso a gente também sugere, recomenda fortemente a inclusão de estratégias de busca ativa, porque, ainda entendendo o desafio, para 92%, falta muito. E quando a gente pega a granularidade disso, de novo, são as crianças que não só precisam, mas que mais se beneficiariam de estar em sala de aula, sobretudo em sala de aula integral, e existe uma recomendação mais para frente sobre o tempo de aula integral. Então, todos os estudos mostram isto: que a criança em vulnerabilidade social é a que mais se beneficia de estar numa pré-escola, sobretudo numa pré-escola de qualidade. De novo, aqui, o acesso e a qualidade não podem caminhar separados. Então, nesse desafio de detalhar como vai ser essa busca ativa, colocar incentivos financeiros focalizados nessa expansão de vaga onde há menores índices de acesso à pré-escola, como é o caso da Região Norte, a gente acredita que é com essa focalização, sobretudo pensando que o próximo PNE também vai ter essa vigência de uma década inteira, que a gente consegue ajudar quem está na ponta a executar, a implementar e a fazer a gente, como país, não ter metas não cumpridas no próximo PNE.

Nas Metas 2.a e 2.b, em que é assegurado que toda oferta de creche e pré-escola alcance padrões nacionais de qualidade para a educação infantil, considerando no mínimo as dimensões de infraestrutura física, profissionais de educação, condições de gestão, recursos pedagógicos, acessibilidade, interações e práticas, a gente também tem uma análise positiva à inclusão de objetivos sobre qualidade, mas a gente achou que ficou um pouco misturado, porque parte das metas não são mensuráveis, uma vez que não existem esses dados nacionais. Infelizmente, no caso de creche e pré-escola, a gente ainda não está avaliando em todas essas dimensões ainda, existe todo um trabalho aí, a gente sabe, do MEC, do Inep de fazer isso avançar – a fundação tem acompanhado, tem buscado contribuir da maneira como possível –, mas a nossa recomendação seria a de inclusão de estratégia referente à implementação das diretrizes operacionais de qualidade e equidade da educação infantil, detalhando essas ações, os responsáveis pela sua implementação, porque senão a gente corre o risco de ter uma meta que, como tem bastante coisa, não é mensurável ou não tem dono, é a famosa visão de que, se não tem um dono, quem é o responsável e como isso vai ser implementado, ela pode ficar solta.

E aí é um pouco também da lógica do próprio Saeb, que a gente entende que pode e deve... A nossa defesa é que seja aprimorado para fornecer dados também sobre interações e práticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedagógicas, porque hoje o Saeb está restrito a questões mais de estrutura e de gestão. Então, a gente acredita muito na possibilidade de que esse aprimoramento, que está contido nessa meta e na possibilidade de a gente, de fato, olhar para esses indicadores e ver essa mensuração acontecer, incluindo interações e práticas pedagógicas.

Em relação à alfabetização, a Meta 3.a, quer assegurar que no mínimo 80% das crianças estejam alfabetizadas no final do segundo ano. A gente também gosta, a gente acredita, a gente sabe que o processo de alfabetização é um processo que não começa no ensino fundamental, nem no primeiro, nem no segundo ano; ele começa na creche, ele começa na pré-escola obrigatoriamente, ele começa dentro de casa, ele é o processo de educação como um todo. Aqui a gente teve um colega do Senai falando sobre educação profissional, inserção no mercado de trabalho. E é isso, a continuidade, assim como a alfabetização; a gente precisa olhar para a educação como um processo continuado que começa na creche, que começa na pré-escola obrigatoriamente. É por isso que a nossa análise aqui é de que, embora mencionada essa articulação, a gente não entendeu aqui que tem essa estratégia específica conectando a educação infantil.

Já vou terminar.

Então, a gente considera que seria muito importante olhar para as diretrizes, olhar para a BNCC e trazer essa inclusão de estratégia referente à prática de leitura, escrita de educação infantil, considerando isso parte do processo de alfabetização.

Tempo integral, falei rapidamente – não vou ler a meta para acelerar e ficar no tempo. A gente gostaria de ter uma inclusão de meta específica para tempo integral nas estratégias de educação infantil. É gritante esse dado de análise que a gente faz, de que hoje a creche integral – pensando que é uma etapa voluntária – está em quase 60%. A de pré-escola, que é etapa obrigatória, está em 14%.

Então, o Brasil evoluiu na educação em tempo integral. Na transição de uma etapa para outra, que é da creche para pré-escola, se a gente pensar do ponto de vista econômico, uma mãe que tem uma criança na creche o dia inteiro e depois, na pré-escola, não tem com quem a deixar, no período da manhã ou da tarde, isso é um desastre para as famílias em situação de baixa renda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ponto de vista da aprendizagem, que é o foco aqui da escola, mas também do ponto de vista socioeconômico, de toda a sua inserção, de toda a sua convivência, da questão...

A alimentação. A escola é um espaço de proteção, de segurança alimentar, proteção física, de combate à violência, e, no caso dos seus cuidadores, é uma oportunidade de eles se manterem inseridos no mercado de trabalho. Isso é determinante para muitas famílias. Então, nossa defesa absoluta aqui para que isso aconteça.

Outras recomendações: educação especial, bilíngue de surdos, essa inserção de indígenas, quilombolas e de outros povos tradicionais, a gente ter metas ampliando o acesso a essas especificidades; a valorização da carreira do docente e formação de professores para educação infantil, que é a etapa menos valorizada; e ampliação do financiamento também para essa etapa que é subfinanciada.

Então, essas são muitas das nossas defesas, entendendo que, se a gente muda esse início, todo o processo de educação se torna não só mais fluido, mas mais eficiente, e é isso que a gente acredita e quer para todas as crianças do Brasil, não só porque é um direito, mas porque é o que elas merecem. Essa é a nossa responsabilidade como sociedade, como nação.

Muito obrigada. É um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Manoela Miranda, Gerente de Políticas Educacionais do movimento... Aliás, desculpe-me. Estou me enganando. A Manoela Miranda já fez a sua apresentação anteriormente.

Antes eu discutia se era Mariana ou Mariane, mas agradecemos a você, Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Eu quero dizer que todas as apresentações têm sido extremamente importantes, didáticas. O material para todos que nos acompanham estará disponível no Portal da Comissão de Educação, e mesmo você, Mariana, se tiver outras recomendações – porque o tempo é curto para a exposição –, por favor, sinta-se à vontade, assim como a Manoela, o Felipe – também já falei isso – e os demais expositores, para enviar as recomendações, sugestões, aprimoramentos, que receberemos de muito bom grado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao Prof. Sandro Vinicius Sales dos Santos, que é Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e Integrante do Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

Com a palavra, Prof. Sandro Santos.

O SR. SANDRO VINICIUS SALES DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas; bom dia, Senador Flávio Arns. Ao cumprimentá-lo, eu estendo também aos colegas e às colegas que estão nesta audiência pública.

Já foi dito pelo Senador, mas eu queria ressaltar o caráter didático dessas audiências, sobretudo nesse momento.

Ontem, o Brasil foi às urnas para eleger novos quadros da...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu posso interromper só um pouquinho, Prof. Sandro?

Pelo menos para mim, o som está um pouco baixo. Não sei se para os demais também está, mas, se puder se aproximar um pouco...

O SR. SANDRO VINICIUS SALES DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Vocês me ouvem melhor agora?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É, agora está melhor.

O SR. SANDRO VINICIUS SALES DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Vou me aproximar mais do computador então.

Então, queria ressaltar a dimensão didática dessas audiências públicas, sobretudo porque ontem o Brasil foi às urnas, para restabelecer seus quadros, sobretudo da municipalidade de suas Casas Legislativas municipais, o Executivo municipal, e esse caráter didático tem uma importância sem igual, na medida em que um Plano Nacional de Educação nada mais é do que o sustentáculo para os planos estaduais e para os planos municipais, que são os planos que realmente chegam à ponta, chegam às escolas, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, os colegas que me antecederam fizeram algumas projeções de futuro, o que, sim, é o que se espera dessas nossas participações, mas eu queria, nesse movimento, tentar voltar um pouquinho e tentar entender o lugar da educação infantil e as especificidades da educação infantil no contexto das políticas de educação, sobretudo porque é a etapa da educação básica que por último chega à universalidade do ensino, no bojo do que hoje se convencionou chamar de educação básica no nosso país.

Bom, essa ideia, então, de pensar na educação infantil, inclusive subvertendo as visões anteriores que se tinham do atendimento das crianças de zero a seis anos em espaços públicos e coletivos, é algo que se inaugura com a Constituição de 88.

E aqui nós precisamos ressaltar o quão importante é a Constituição Cidadã, porque o alargamento que ela traz da ideia de cidadania chega inclusive à população de zero a seis anos e sob uma nova construção, um novo pacto federativo que traz aos municípios a modalidade de ente subnacional representante do Estado brasileiro, o que até então eles não eram, não é?

Nesse bojo, a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, vai estruturar a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, o que vai nos exigir, tanto do ponto de vista epistêmico como do ponto de vista da formulação de política pública, o rompimento com abordagens anteriores que eram apregoadas à educação da criança de zero a seis anos, sobretudo aquelas de caráter compensatório ou preparatório. E aí eu acho que é importante a gente demarcar o que hoje a gente, no Movimento Interfóruns de Educação Infantil, considera que são os princípios desse movimento, mas são sobretudo os princípios que regem a política nacional de educação infantil deste país. E eu acho que é sempre bom, pensando nesse caráter didático, voltar nesses princípios, e pensando a educação infantil a partir do acesso e permanência das crianças de zero a seis anos de idade em creche e pré-escola inseridas hoje nos sistemas de educação, o que exige uma expansão da oferta de atendimento nas redes públicas, com atenção a padrões de qualidade específicos que respeitem as especificidades da educação infantil.

Senador, eu gosto muito de fazer nas minhas aulas de política educacional nos cursos de licenciatura, seja na pedagogia ou nos demais cursos, a diferenciação de por que a educação infantil, sendo a primeira etapa da educação básica e a última a entrar na obrigatoriedade, não tem o nome de ensino, a despeito das suas irmãs mais longevas, notadamente o ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental e o ensino médio. Justamente porque a gente está num momento da vida em que as experiências são cruciais para nos trazerem a este momento, não é? Os estudos da psicologia do desenvolvimento vão mostrar que o que nós somos hoje nada mais é do que a síntese das boas e das más experiências que vivemos ao longo da vida. Por isso que nós estamos falando de uma etapa que trabalha com a educação para, a formação para a cidadania, a inserção na cultura, hábitos de civilidade. E não o ensino de, como se prega e se pregou em outros momentos com a educação pré-escolar, por exemplo, que tinha o foco no ensino de ou na preparação para o ensino de matemática, primeiras letras, enfim. Isso faz, então, com que se exija, no contexto brasileiro, o reconhecimento do direito constitucional das crianças de zero a seis anos de idade, independentemente de raça, etnia, credo, local de moradia, situação econômica e cultural, ao atendimento em instituições de educação infantil públicas, gratuitas, laicas, inclusivas e de qualidade socialmente referenciada.

Não menos importante, parte-se do pressuposto de que outros dos grandes princípios basilares da Política Nacional de Educação Infantil são: a garantia da educação especial como uma modalidade de ensino transversal desde a educação infantil e a oferta do atendimento educacional especializado em creche e pré-escola assegurada no sistema educacional inclusivo; o respeito e o compromisso com a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil – as famosas DCNs de 2019 –; a vinculação de recursos exclusivamente para as instituições de educação infantil públicas nos devidos termos e sua aplicação imprescindíveis ao bom funcionamento das instituições de educação infantil que hoje integram os sistemas de educação; a indissociabilidade entre cuidar e educar, tendo as brincadeiras como um eixo central das práticas pedagógicas, visando sempre ao bem-estar e ao pleno desenvolvimento das crianças; a implementação de políticas que visem à expansão e à melhoria da qualidade do atendimento em educação infantil das crianças de até seis anos, enquanto direito e princípio constitucional; a atuação intersetorial, interdisciplinar e multidimensional na produção de conhecimento e na formulação de políticas em permanente construção; a participação coletiva, ética e democrática; e a defesa contra todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão contra as crianças.

Eu tentei fazer esse arrazoado aqui desses princípios para a gente pensar, então – porque a gente está na sétima audiência de um conjunto de audiências públicas convocadas pelo Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal –, e contribuir com a formulação do próximo PNE, que é o quarto da história deste país e o terceiro pós-redemocratização.

Então, eu queria voltar um pouquinho no que foram os dois últimos PNEs, para, então, a gente chegar a este momento de projeções para o próximo plano.

Então, no PNE regido pela Lei 10.102, de 2001, a Meta 1, que são aquelas metas e um conjunto de estratégias específicos para a educação infantil, visava ampliar a oferta de matrícula para no mínimo 60% da população de até cinco anos e para 80% desta até o ano de 2010, até o final do plano. É importante a gente pensar que a gente teve 80,1% de atendimento para essa faixa etária na pré-escola. Ao mesmo tempo, a gente tinha que ampliar o atendimento de creche em 30% até o ano de 2005, colocando o objetivo de 50% de atendimento para o final do plano, e, ao final do plano, a gente chegou com 23,5% das crianças de até três anos que frequentavam a creche no Brasil.

No PNE de 2014 a 2024, a gente meio que transferiu a meta que, sobretudo na creche, não tinha sido alcançada no primeiro PNE e a gente volta, então, com elas para o segundo PNE, com alguma pouca diferença.

A Meta 1, na Lei 13.005, de 2014, previa a ampliação até 2016 em 100% da oferta de matrícula da pré-escola. E a gente viu aqui, pelos dados apresentados anteriormente pelas colegas que me antecederam, que a gente chegou a 93%, em média, de atendimento para a pré-escola. A mesma meta previa a ampliação do atendimento na creche em, no mínimo, 50%, e a gente chegou a 37,3%.

Bom, por que eu acho que é importante a gente voltar? A gente vai para a terceira edição do PNE e é claro que a gente teve um conjunto de variáveis que eu não vou conseguir expor todas aqui, mas a gente teve pandemia, a gente teve um conjunto de outros fatores que impossibilitaram o cumprimento dessas metas... E aí a gente chega ao PNE de 2024 a 2034, que é esse que está em construção.

Em janeiro deste ano, o Fórum Nacional de Educação, do qual também faço parte, entregou ao Ministério da Educação uma proposição que foi sistematizada a partir da Conferência Nacional de Educação. E aí a gente tem, então, como proposição para a construção da Meta 1, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universalização da pré-escola até o segundo ano de vigência da lei, contemplando todas as modalidades em seus territórios para as crianças de quatro e cinco anos e onze meses de idade, ampliando a oferta em creches em condições estruturalmente adequadas, a fim de atender, com qualidade e equidade, 100% da demanda das crianças de até três anos e onze meses nos sistemas de ensino, garantindo a permanência e o padrão de qualidade socialmente referenciados na educação infantil até o final da vigência deste PNE. E aqui eu estou trazendo exclusivamente o texto da Conae.

E é importante que se diga que este tem sido um clamor, me arrisco a dizer, da sociedade civil organizada: que a gente chegue a pelo menos os 100% da demanda manifesta por creches, não é? E esses 100% a gente viu, ao longo do PNE de 2014 a 2024... E falo, Senador, de um estado muito peculiar que é Minas Gerais, que tem 853 municípios, sendo mais de 60% deles de pequeno e médio porte, o que reflete, em alguma medida, que é uma amostra muito ilustrativa da realidade brasileira dos 5.570 municípios, em que mais da metade deles é de médio e pequeno porte.

A gente viu os arranjos mais, eu diria, inusitados possíveis. Para atender 100% de creches, de demanda por pré-escola, a gente viu muitos municípios colocando a obrigatoriedade da oferta da pré-escola na rede pública e colocando na rede parceira, com padrões um tanto quanto aquém daqueles esperados, a demanda por creche, ou se negando, ou diminuindo, ou, como o estudo do Gaepe tem mostrado, postergando a entrada na creche – em vez de ofertar creche a zero, quatro, seis meses de idade, colocar para partir de dois anos. Então, a gente viu arranjos dos mais inusitados acontecerem.

E aí não bastam os 100%, acredito eu, de oferta da demanda manifesta de creche, mas com padrões mínimos de qualidade, ressaltando que recentemente nós aprovamos na qualidade... O Conselho Nacional de Educação aprovou, na qualidade de resolução mandatória, de documento mandatório, os parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil.

O que então, para a gente projetar esse novo Plano Nacional de Educação, o que eu considero que são pontos importantes? Se a gente está falando de qualidade, a gente precisa ter regras de mensuração dessa qualidade e aí a inserção, a reconstrução do debate público da Anei (Avaliação Nacional da Educação Infantil) é salutar para um bom desenvolvimento desse plano no que diz respeito à Meta 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui é preciso sempre fazer uma ressalva, porque a avaliação da educação infantil não se faz por meio da proficiência, nem por meio da mensuração de aspectos cognitivos das crianças, uma vez que seu objetivo não é esse. O objetivo da educação infantil, segundo a LDB, é o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físicos, culturais, ambientais, sociais, complementando a ação da família e da comunidade.

Não menos importante, que a gente precisa fazer ou retomar, é o debate público do financiamento da educação infantil. E aqui é preciso ressaltar o protagonismo do Senado, sobretudo com relatoria do Senador Flávio Arns, no debate sobre o novo Fundeb, o Fundeb permanente, que tem regras específicas para a educação infantil. Então, acredito que o financiamento, tendo o CAQ e o CAQi como componentes de referência, seria importantíssimo para o sucesso desse novo plano.

É preciso pensar a educação integral e não só a extensão da jornada da educação infantil em tempo integral, mas a sua integralidade e o seu objetivo precípuo de pensar o desenvolvimento integral, pleno e holístico das crianças, e a formação de professores, pensando a formação de professores a partir da identidade profissional da professora da educação infantil. Estou dizendo professora no feminino, porque é uma área majoritariamente ocupada por mulheres e por uma demanda social histórica das mulheres, e a gestão democrática na educação infantil.

Bom, penso que esses são os grandes eixos para a gente pensar na formulação desse novo PNE. E para tal, eu acredito que ele precisa ser pensado efetivamente. A educação infantil precisa estar implementada no âmbito do PNE, o Plano Nacional de Educação – mil desculpas –, o que não aconteceu nos planos anteriores.

Bom, acho que é isso. Agradeço a oportunidade e retomamos no debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Prof. Sandro Vinicius Sales dos Santos, que é Professor da UFMG, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, integrante do Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Pedimos, inclusive, Prof. Sandro, que transmita um grande abraço a todos os componentes do Fórum Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação, do qual o senhor faz parte, e também do Interfóruns, do movimento diretivo do Interfóruns de Educação Infantil. Obrigado pela apresentação também.

Passo em seguida a palavra para nossa última expositora, a Sra. Andressa Pellanda, que é Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Seja novamente bem-vinda – não é Andressa? – você, que já esteve por inúmeras ocasiões colaborando com a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Com a palavra, Andressa.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador, na pessoa de quem cumprimento toda a mesa. É sempre um prazer estar aqui nesta Comissão de Educação, que tem um trabalho tão sério, comprometido, e que já tem esse hábito já criado – não é? –, com proposição muito forte do Senador Flávio Arns de fazer essa série de audiências, de levantar um debate democrático, participativo, em relação às pautas importantes da educação. Então, nós ficamos felizes de estar aqui mais uma vez, participando desse processo.

Eu já enviei, inclusive, para a Comissão de Educação não só essa apresentação, como a nota técnica que a campanha realizou em junho deste ano, logo após o projeto de lei ter sido encaminhado para o Senado, com uma comparação entre o Plano Nacional de Educação atual, nessa vigência, as propostas da Conferência Nacional de Educação, e o novo projeto de lei que está agora em debate. Então, colocamos o que está em consonância, o que retrocedeu, o que tem de sugestões de melhoria. Então, a partir dali, é possível elaborar esses processos de redação e proposições de melhorias no texto.

Então, para iniciar, eu queria trazer um pouco desse olhar, que é um balanço nosso do Plano Nacional de Educação deste ano, que mostrou que são 4 das 20 metas que estão parcialmente cumpridas. É importante ressaltar que, das quatro metas que tem algum cumprimento, não é todo o dispositivo da meta que está cumprido, esse gráfico mostra bastante isso. Então, a gente precisa também olhar para essas que se consideram cumpridas, na verdade, uma parte não está. Então, isso é uma das questões bastante importantes. E que, dentro dessa nossa avaliação, a gente mostra aí algumas questões de fundo, do porquê de esse plano não estar sendo cumprido, e que precisam ser olhadas para o novo plano, não só em termos da elaboração do texto, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas das questões dizem respeito ao que faz parte do texto da lei, mas parte das questões do não cumprimento diz respeito ao que tange ao Executivo, à situação interfederativa, à situação intersetorial também, na hora de implementar esses planos. Então, eu queria também ressaltar que nem tudo a gente vai resolver na elaboração do texto. A gente vai precisar algumas coisas melhorar, sim, em relação a isso, mas outras vão ser necessárias, para que esse processo de implementação possa ser monitorado e implementado continuamente.

Então, a gente traz nesse balanço – e estão disponíveis também – questões sobre descompasso da economia com a educação, que não está a serviço dos direitos sociais, por parte das políticas de austeridade fiscal, ações na contramão do plano que foram acontecendo nos últimos anos, como, por exemplo, militarização de escolas, que é uma delas; restrições do espaço cívico, da própria gestão democrática do plano – dos planos estaduais e municipais também, como também questões relativas à falta de compatibilização entre leis de diretrizes orçamentárias e o Plano Nacional de Educação, da falta de um Sistema Nacional de Educação e, é claro, a pandemia de covid-19, que veio aí trazer alguns retrocessos, notadamente na Meta 2 de ensino fundamental, que é uma das metas que retrocederam nesses últimos dez anos.

Não vou me aprofundar nesses detalhes, porque já foram feitos os debates e pode ser tudo alcançado na nossa nota técnica, mas queria trazer a importância da Conferência Nacional de Educação na proposição, justamente nessa grande análise democrática e aprofundada sobre, não só os indicadores, as evidências, os dados, sobre esse processo dos últimos dez anos, como também as demandas sociais que emergem das comunidades educacionais.

Então, um dos pontos que a Conferência traz, com bastante ênfase, é o Eixo VII que, inclusive, foi uma das propostas que a campanha fez com outras entidades, e sustentou para que, na Conferência, a gente olhasse para a questão ambiental e como a justiça climática e a educação precisam caminhar juntas. Portanto, a educação precisa, de uma vez por todas, tomar essas rédeas e colocar a sua responsabilidade em relação a isso, que vai muito além de currículo e formação de professores. E a gente traz também propostas com relação a isso.

Mas vamos para o que nos interessa aqui. Vamos construir este plano novo.

E trago, como primeiro debate da nossa participação no Senado sobre essa nova proposta, o que temos de grandes destaques estruturais que precisam ser ajustados nesse novo plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os objetivos e metas, que dizem respeito às etapas e modalidades, também está disponível na nossa nota técnica. Convido a olharem para ela com mais detalhe, porque não vai dar tempo de, em 15 minutos, falar de todas as etapas e modalidades, já que a gente tem essa análise de todos os objetivos, então, vai ficar longo demais.

O primeiro destaque é que a gente precisa reconhecer as melhorias e alguns avanços nesse texto. Acho que, primeiro, o PL do novo plano apresenta avanços, numa perspectiva mais transversal de explicitação da igualdade e equidade ao longo das metas, ainda que a gente precise de alguns ajustes e especificidades, por exemplo, na educação escolar indígena e na educação quilombola, como a gente tinha uma preocupação de que no plano anterior tinha sim - a Manoela disse que não, que é a primeira vez que tem isso no plano, mas não é... No plano anterior, a Meta 8 era dedicada à questão das desigualdades, e, nas estratégias de várias metas, tinha proposições de combate às desigualdades, o que não era suficiente. Agora, existe uma melhoria nisso, há um acordo nesse ponto, mas a gente precisa aprofundar. E aí é o caso, por exemplo, da educação escolar indígena e quilombola.

Ainda, a gente tem, pela primeira vez, uma meta de financiamento que é de fato adequada, que traz de novo o percentual de 10% do PIB e que traz, finalmente, o Custo Aluno-Qualidade como referência, a partir da vitória no Fundeb. Também existem algumas questões a serem aprimoradas, e a gente vai chegar lá.

A gente também tinha uma preocupação sobre o texto inicial já ter retrocessos. A gente vê que, em boa parte, não há grandes retrocessos, mas tem também e a gente precisa olhar para eles. Vou falar sobre isso.

Então, o que a gente precisa ter de melhorias estruturais? A gente tentou condensar aqui em dez pontos essas melhorias estruturais.

O primeiro é que o plano precisa ter uma perspectiva mais vinculada à agenda de direito. O art. 212 da Constituição Federal fala que a gente precisa garantir o que está no texto da Constituição, nos planos de educação. Eles são um instrumento para essa garantia do direito.

O Felipe trouxe bastante a discussão de pensar o impacto econômico que esses objetivos e metas podem trazer e vão, sim, trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem décadas e décadas de estudos que mostram que o investimento em educação é um dos investimentos que mais se transformam em impacto econômico, de melhoria e desenvolvimento econômico para o país, mas existem questões que não tratam de impacto econômico. Existem questões que estão diretamente ligadas à garantia básica do direito.

Então, nem tudo a gente vai conseguir medir a partir do impacto econômico. Nem tudo vai ser uma relação de *input* e *output* diretamente. O *output* será vinculado a direito. Então, dignidade nas nossas escolas.

O segundo ponto, dentro desse Eixo I, é que a gente tem a necessidade de articulação da política educacional a planos de desenvolvimento econômico e social que viabilizem a realização dos objetivos, metas e estratégias.

Isso não está explícito nos artigos de exposições preliminares do plano. E isso é estrutural, essencial para garantir o cumprimento. Isso foi um dos pontos apontados nos relatórios do Tribunal de Contas da União para o Plano Nacional de Educação.

Outra questão diz respeito à avaliação institucional e estrutural das políticas. Isso é extensamente debatido não só na Conae como em uma série de estudos das várias correntes que debatem o campo da educação. Acaba sendo um consenso de que a avaliação precisa ir além simplesmente da aferição de resultados de aprendizagem.

Uma das grandes propostas que sempre esteve vigente e que continua são a regulação e a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, vinculadas ao Sistema Nacional de Avaliação, que olhem justamente para essa avaliação institucional da política educacional.

Uma das questões mais importantes é que, de acordo com o que a Manoela trouxe, a gente precisa ter um balanço entre o que a gente consegue de fato fazer em dez anos e a ambição.

Eu queria trazer um ponto em relação a isso: a gente tem algumas propostas que são repetidas em relação ao plano atual, que, lembremos, estão dez anos atrasadas. Algumas não tiveram sequer avanço em relação a 2014. Outras retrocederam em relação a 2014. Repete-se a mesma meta, com o mesmo prazo. E a gente tem condição, sim, de melhorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A própria proposta de financiamento de 10% do PIB, com fontes de financiamento que foram apontadas em vários estudos da Fineduca e que estão no texto final da Conferência Nacional de Educação, aponta um caminho concreto, exequível para a gente ter mais ambição em algumas das metas e ambição também nos prazos para esses objetivos serem cumpridos.

Então, a gente acaba, em algumas metas, como se fosse prorrogando 20 anos. Em vez de recuperar os 10 passados, ainda se prorrogam mais dez para a exequibilidade. Isso vai impactar décadas para os estudantes que, nestes dez anos, não vão conseguir atingir e alcançar seus objetivos de educação.

Nesse sentido, também falta, eu já coloquei, uma política mais ousada para a justiça climática e para a proteção socioambiental.

A gente tem discutido, no debate sobre meio ambiente, educação e educação ambiental, que não basta só uma questão de currículo, que é o que está proposto nesse novo plano. Não basta só a formação de professores nessa agenda. A gente precisa que as escolas sejam sustentáveis, que as universidades sejam sustentáveis, que isso seja uma agenda transversal, e por isso precisava de um objetivo específico e mais ousado em relação a essa questão.

No 1.7 a gente mostra também que a relação de a garantia do direito à educação e a formação desse sujeito para o trabalho não pode competir com a necessidade de sobrevivência desses sujeitos de direito. A gente tem aí programas que incentivam a permanência na escola, inclusive com bolsas que têm aparecido, que são profícuos, mas a gente precisa ir além, e esse novo plano não traz isso de forma estrutural, que seria algo que o estado incorporaria para além de um programa de Governo. E o único que cita algo nessa linha é na política de EJA, que compatibiliza a jornada de trabalho com EJA, então a gente precisa ampliar isso e aprofundar nessa agenda.

Aí o 1.8 traz uma questão que retrocedeu em relação ao plano atual, que é o apagamento, a invisibilização completa da questão das discriminações de gênero e orientação sexual, que é um dos temas que os estudantes, quando a gente vai conversar com eles, quando eles trazem suas demandas, é uma das questões estruturais hoje dentro da escola, porque tem a ver com saúde mental, porque tem a ver com desenvolvimento pleno e integral, que a gente ainda não superou, não explicitou e precisa ser algo a ser colocado nesse plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também não tem citações sobre as pessoas em situação de migração, refúgio, e aí eu esqueci de colocar, mas também as pessoas em situação de rua, que foi um dos comentários de quem está assistindo a gente, isso precisa também estar explicitado, visibilizado. E a educação especial, na perspectiva inclusiva, também segue muito fragilizada. No plano atual, a gente tem um desafio enorme de situar quem são essas pessoas, porque sequer a gente tem dados atualizados suficientes sobre essa população, e a gente precisa avançar ainda em propostas de inclusão, no ensino regular, dessa população e de garantia de aprendizado, qualidade permanece.

E aí, para concluir, a gente também não coloca um pensamento estratégico estrutural de articulação intersetorial com a cultura, com as artes, com os esportes, que é estrutural para que os estudantes estejam felizes, dentro da sala de aula, dentro da escola. A educação não serve só para algo utilitário, ela precisa que garanta esse desenvolvimento pleno, a plenitude dos sujeitos.

E a gente precisa também avançar em educação de direitos humanos e educação popular, que são duas questões que também estão muito estruturais no Eixo II da Conferência Nacional de Educação e que não estão suficientemente incorporadas.

Por fim, e na verdade é um dos primeiros pontos estruturais, o adiamento da meta intermediária de financiamento para o sexto ano do Plano Nacional de Educação é preocupante, porque essas metas intermediárias são estruturais para que essa elegibilidade possa acontecer, e foi incluído um indicador de gasto *per capita* com percentual do PIB. Em relação à meta da média da OCDE, que não é nada ideal, porque depende de uma série de variáveis contextuais. A gente precisa ter um comparativo basilar para isso e a gente não tem suficiente. E a gente propõe que o CAQi inicial volte a ser uma das grandes referências, por ser mais apropriado e por estar baseado no contexto nacional.

Tudo isso está disponível na nossa nota técnica, então vocês veem o sumário que tem todos os eixos da proposta do PL. Aí a gente pode avançar em outros tópicos.

Eu queria concluir dizendo e ressaltando o que o Sandro trouxe: os planos municipais e os planos estaduais e distrital de educação precisam estar sustentados no Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação é um sustentáculo, nas palavras do Sandro, para os planos subnacionais. E a gente precisa ter essa preocupação em mente, porque já existe uma mobilização de tentativa de construir bases de planos municipais e estaduais em vez de se pensar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em um tempo de análise mais aprofundada dos territórios, para já tentar construir junto com o Plano Nacional. E a gente precisa que os planos estaduais e municipais possam ser instrumentos também de cumprimento do Plano Nacional nos territórios. Então, a gente precisa também atentar para esse alerta, para que a gente não possa colocar a carroça na frente dos bois, como a Manoela também trouxe aí na nossa discussão, para os planos estaduais e municipais seguirem esse Plano Nacional de Educação.

Era isso.

Queria agradecer e colocar de novo a Campanha à disposição para que a gente possa construir e avançar nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você novamente, Andressa Pellanda, Coordenadora Geral do movimento muito importante também da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Muito bem lembrada essa articulação do Plano Nacional, com todas as orientações, com os planos estaduais e municipais, para estarem articulados, convergentes com o Plano Nacional, porque, como o Prof. Sandro colocou, tudo vai acontecer lá no município e lá no estado de acordo com aquelas diretrizes, orientações, de acordo com o Plano Nacional, com a participação da sociedade também.

E, para que isso aconteça, para que tudo tenha efeito, já foi levantada também, aqui nesta audiência pública e em outras, a importância de um Sistema Nacional de Educação, para que isso possa ser bem articulado, pactuado, negociado permanentemente para que estados, municípios e União tenham claramente definidas as suas responsabilidades em relação a cada aspecto do plano. Isso vai enriquecer o debate com representações municipais, uma por região, pelo menos é assim pelo PL que foi aprovado no Senado Federal, com os estados, uma representação por região do país, e também com o Governo Federal, com o Ministério da Educação. Esse PL está na Câmara dos Deputados para reflexão, mudanças, adequações, melhorias, enfim, o que for necessário, mas é importante termos o sistema.

Antes de passar novamente a palavra para vocês, conforme combinado no início desta audiência pública, eu leio só os comentários e perguntas que vieram da parte das pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos acompanham pelo Brasil e que já foram disponibilizados – tanto os comentários como as perguntas – através do *chat* aqui da audiência pública para vocês, expositores e expositoras.

A Raíssa, do Mato Grosso: "A 7ª audiência pública sobre o novo PNE é uma oportunidade crucial para moldar o futuro da educação no Brasil".

A Renata, de São Paulo, comenta: "O [...] [PNE] deveria incluir em suas metas o compromisso de respeitar e permitir o acesso a novas formas de educar".

Cristina, da Bahia: "Precisamos garantir que o conteúdo relativo às culturas e histórias indígena e negra [...] seja cumprido".

Alberto, de São Paulo: "Os professores deveriam ser premiados caso os seus alunos obtivessem notas acima da média nacional".

Também perguntas que vieram.

A Thaísa, do Paraná: "Quais ações [previstas no novo] do PNE para recomposições de aprendizagem?".

Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "Como [...] [a iniciativa] pretende garantir a equidade no acesso à educação de qualidade para estudantes de áreas rurais e comunidades indígenas?".

Isabella, de São Paulo: "Quais ações do PNE 2024-2034 [...] visam melhorar a qualidade da educação básica e garantir a implementação das metas previstas?".

Luciana, do Rio de Janeiro: "Qual a possibilidade de inclusão no PNE de projetos de EJA, educação continuada ao longo da vida, para [...] pessoas em situação de rua?".

Alex, do Maranhão: "Como trabalhar a alfabetização digital e o uso das tecnologias educacionais em sala de aula?".

Gentil, de São Paulo: "[...] [Quantos profissionais são representados pelas ações] do Sistema S [...] no Brasil?". É especialmente no que diz respeito ao Senai.

Guaraciara, do Rio de Janeiro: "Como fazer com que o programa saúde na escola aconteça e realmente acompanhe a saúde dos estudantes?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Willian, de Rondônia: "Quais estratégias o PNE propõe para aumentar as taxas de alfabetização infantil até 2034?".

Amanda, do Piauí: "Quais os planos para o teto do novo Fies nos próximos anos, tendo em vista que as mensalidades dos cursos aumentam exponencialmente?".

Eu só quero dizer que várias dessas perguntas foram abordadas. E quero dizer para os nossos internautas que também essas perguntas fazem parte do sumário executivo que nós elaboramos toda semana até o final desta semana e as perguntas que fazem parte são enviadas a todos os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação e Cultura. Eu quero lembrar que são 27 membros titulares e 27 membros suplentes, ou seja, 54 Senadores e Senadoras.

Muito bem, passamos então, agora, para as considerações finais.

Passamos, em primeiro lugar, também, a palavra para a Mariana Luz, que é CEO – ela pediu em função de compromissos – da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, por até cinco minutos.

Obrigado.

A SRA. MARIANA LUZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Arns. Eu vou ser bem breve.

Quero agradecer a participação e também cumprimentar o Felipe, o Sandro, Manoela e a Andressa pelas falas complementares. Acho que, nesta oportunidade também de estar aqui, é sempre muito bom ouvir todas as contribuições.

Eu queria reiterar, Senador, neste final, um pouco do que é o grande desafio que a gente tem de valorizar a escola pública, e que esse processo do Plano Nacional de Educação seja um processo que valorize a escola pública, que valorize os professores, toda a jornada das nossas crianças e dos nossos jovens. Que a gente consiga ter um olhar para a educação infantil, para essa primeira etapa da educação básica, da creche, depois da pré-escola, a primeira etapa obrigatória, mas sem esquecer que a creche também é um direito e que é onde essa potência do desenvolvimento acontece, onde a gente consegue estabelecer todas as bases estruturais para o aprendizado permanecer e ser eficiente ao longo de toda a trajetória escolar das nossas crianças, dos nossos adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a gente precisa, de fato, priorizar a educação pública e priorizar, dentro da educação pública, aqueles que mais precisam. Então, como é que a gente não só garante que haja conteúdo étnico-racial, mas que a gente coloque crianças negras, prioritariamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as crianças indígenas, quilombolas, para que a gente consiga, por meio dessa busca ativa, por meio dessa priorização de critérios para as camadas menos favorecidas, assim, criar uma escola mais equânime, mais inclusiva, porque é só a partir desse início da vida, com uma visão de justiça social e de equidade, que a gente vai conseguir, de fato, permitir às nossas crianças ter algum grau de oportunidades similares. Eu acho que das mesmas oportunidades ainda a gente está muito distante, mas o que a gente quer é ser eficiente, rigoroso e muito até acho que contundente de que esse é o foco do Brasil, esse é o foco do próximo Plano Nacional de Educação, que é a busca pela equidade, a busca por essa inclusão dos que mais precisam e desde o início da vida.

Então, acho que essa é a minha mensagem, e que a gente possa seguir nos diálogos, sempre à disposição da Comissão de Educação, do Senado, da Câmara, do Congresso Nacional, da sociedade civil organizada, porque a gente entende que este é o nosso papel: contribuir e cobrar. Então, a gente está aqui hoje, nesse primeiro papel, mas sempre muito atento também nesse monitoramento e em todo esse papel mais amplo de ator da sociedade.

Eu queria, em nome da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, realmente agradecer e dizer que esse é um trabalho conjunto. A gente tem um time aqui que também está assistindo. Agradeço a todo mundo da nossa equipe, porque a nossa luta pela primeira infância, pela educação infantil seguirá firme.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal. Parabéns pelo trabalho, pela exposição, e ficamos à disposição também. Abraço.

Passamos, em seguida, a palavra ao Sr. Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE MORGADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi! Agora, sim; estava bloqueado.

Obrigado, Senador Flávio Arns. É um prazer estar aqui, com todos, neste tão importante debate. Queria agradecer a todos os debatedores. Acho que tem muitos pontos de convergência; isso é muito bom.

Quero responder ao Gentil, de São Paulo, que pergunta quantos profissionais representados. Eu fiquei em dúvida se são profissionais trabalhadores do Senai ou se são profissionais que o Senai atendeu ao longo do ano passado, por exemplo. Vou responder às duas perguntas. São cerca de 30 mil trabalhadores no Senai – não falo pelo Sistema S – e 3 milhões de matrículas em cursos de formação inicial ou continuada, cursos técnicos de nível médio e curso superior de tecnologia, engenharia, pós-graduação, mestrado e doutorado. Em sua maior parte, são cursos de formação inicial e continuada.

Senador, eu trago sempre esse ponto de contribuição e de valorização da educação profissional.

Nós sabemos que a educação profissional, no Brasil, ainda é pequena perante a necessidade que está sendo colocada para o futuro do trabalho. Então, qualquer ação que vise a ampliar a oferta, que vise a garantir a qualidade e a equidade e faça com que a sociedade se desenvolva é sempre muito importante.

Trago a visão convergente da CNI em relação ao PNE, com poucos pontos de atenção que serão enviados ao senhor e a toda a Comissão de Educação assim que terminar esta audiência.

E quero sempre colocar o Senai à disposição. Nós consideramos o Senai um ativo do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos, Felipe Morgado, não só por esta audiência, mas pela interlocução permanente que o Senado vem tendo com o Senai também.

Quero dizer que a preocupação com o ensino técnico profissionalizante é bastante intensa e permanente na Comissão de Educação e Cultura e agradecemos a participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E parabéns pelo trabalho desenvolvido no Brasil.

Passamos, em seguida, a palavra à Sra. Manoela Miranda, Gerente de Políticas Educacionais do movimento Todos pela Educação.

A SRA. MANOELA MIRANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador, pela palavra.

Vou ser breve aqui também nas minhas considerações finais, mas, como pudemos observar hoje, em todas as apresentações dos meus colegas, o Plano Nacional de Educação exige discussões aprofundadas, e esse debate, sim, deve continuar e ser priorizado.

O desafio de universalizar a educação pública com qualidade e equidade para todos os brasileiros envolve esforços concentrados e uma continuidade de políticas educacionais que tenham bons resultados. Portanto, eu volto a dizer que o PNE é um importantíssimo instrumento político que define norte e aponta caminhos para a educação, mas é muito chave que esse acompanhamento e monitoramento contínuos aconteçam, para garantir que, de fato, as políticas sejam formuladas e implementadas para o alcance dessas metas.

Falei um pouco do monitoramento, mas eu queria reforçar aqui um ponto trazido pela Andressa também, o da importância da discussão nos estados e municípios e que o PNE possa ser um subsídio e apoie essas discussões nos territórios, considerando as suas particularidades. Então, ele é um importantíssimo instrumento nacional, que deve, sim, subsidiar essa discussão nos níveis subnacionais.

Portanto, para concluir, o caminho para a próxima década, na nossa visão, envolve o estabelecimento de uma direção clara, com prioridades apontadas pelo Plano Nacional, com base nas evidências que nós temos hoje e que são bastantes, e esse caminho deve priorizar formação, valorização dos profissionais da educação, o fortalecimento das capacidades dos entes para formular e implementar essas políticas e um financiamento cada vez mais equitativo.

Queria aqui agradecer mais uma vez, na pessoa do Senador Flávio Arns, o convite ao Todos pela Educação para participar deste importante debate e dizer que nós continuamos à disposição, acompanharemos o debate e enviaremos também contribuições aí mais detalhadas, a pedido do Senador também, sobre os pontos de aprimoramento e de atenção que trouxemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos à disposição, muito obrigada. E obrigada a todos os colegas pelo debate de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você de novo, Manoela Miranda, Gerente de Políticas Educacionais do movimento Todos pela Educação. Eu quero dizer a você, Manoela, também que até o Senador Esperidião Amin sempre retoma o tema da importância da necessidade do monitoramento, acompanhamento, governança no novo Plano Nacional de Educação, de forma permanente. E vamos fazer, inclusive, numa das audiências futuras, uma discussão específica sobre isso.

Quero lembrar também que, no ano passado, realizamos dez audiências públicas. E monitoramento, acompanhamento e governança foi um dos temas abordados lá, antes da chegada do PL ao Senado Federal. Então, são sete audiências agora, mas já dez aconteceram no ano passado.

Obrigado, viu, Manoela, e contamos com você adiante também. Grande abraço aí para todos do Todos pela Educação, todos e todas.

Passamos a palavra ao Prof. Sandro Vinicius Sales dos Santos, que é Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, mas também integrante do Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil e também membro do Fórum Nacional de Educação.

Com a palavra, Prof. Sandro.

O SR. SANDRO VINICIUS SALES DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Também queria agradecer aos expositores e às expositoras estão nessa mesa. Eu acho que foi uma mesa – ressalto e reitero – muito propícia para este momento que a gente está vivendo, sobretudo porque nós estamos aí à frente de um novo Plano Nacional de Educação, com novos e novas representantes no Executivo e no Legislativo municipal, que é onde – como eu disse, a Andressa reiterou e as colegas também – a coisa acontece, para dizer no popular, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria também aqui me ater a algumas perguntas que nos foram enviadas por quem nos acompanha na internet. O Guaraciara, por exemplo, do Rio de Janeiro, está dizendo aqui: "Como fazer com que o Programa Saúde na Escola aconteça e realmente acompanhe a saúde dos estudantes?". Não vou me ater só ao Programa Saúde na Escola, mas eu acho que todas as políticas para infância são, por excelência, intersetoriais. E aí a intersetorialidade vira, no caso das políticas para infância, uma matéria de primeira ordem, e acredito que tendo a educação como um dos seus pilares, o campo, a área da educação como um dos seus pilares, na medida em que as escolas – não gosto muito da expressão, mas me falta outra mais adequada – seriam o braço do Estado brasileiro que primeiro chega à população ou que mais rápido chega à população. Isso confere às escolas, e não só às escolas de educação infantil, mas às escolas como um todo, uma certa centralidade no que tange às políticas intersetoriais no Brasil.

Então, seja o Saúde na Escola, seja qualquer outra política intersetorial, elas precisam passar e ter uma centralidade pela área da educação.

No que diz respeito a aumentar as taxas de alfabetização até 2034, eu acho que alguns desafios e algumas lutas são inventados. A gente precisa inventar que a gente precisa superar isso, se a gente tem uma história de que, pelo menos nos últimos cem anos, isso tem sido uma das principais preocupações da política educacional brasileira e a gente não foi ainda muito exitoso.

Quero dizer que isso também é um debate que não tem muito consenso dentro da área da educação infantil, sobretudo dentro da área epistêmica da educação infantil, mas acredito que, embora a educação infantil não tenha por lei uma obrigação com a alfabetização, ela pode dela participar e pode contribuir nesse processo a partir de pensar a leitura e a escrita como práticas culturais e patrimônio cultural do nosso país com as quais as crianças têm contato e às quais precisam por isso ter acesso desde a mais tenra idade. Com isso, não estou querendo dizer que é papel da educação infantil alfabetizar as crianças, mas ela tem uma responsabilidade muito grande no que diz respeito à formação da criança leitora, no sentido de apresentar obras literárias de boa qualidade que sejam ofertadas às crianças.

Por fim, queria terminar a minha participação ressaltando que pensar o Plano Nacional de Educação como política de primeira grandeza neste país pressupõe pensá-la como política de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado e não como política de governo. E aí a gente vê que no Brasil esse processo histórico que a gente tem vivido mais recentemente mostra que qualquer mudança ou qualquer fenômeno que afetem estruturalmente, economicamente, politicamente o nosso país têm sido motivo para a gente abandonar os planos e abandonar as estratégias de realização dos planos. Por isso, eu reitero que eu acho que a gente vai caminhar no sentido de um êxito maior no próximo plano a partir do momento em que a gente tiver, entre os entes subnacionais, uma perspectiva de uma política de Estado e não uma política de governo.

Deixo aqui o meu abraço ao Senado, na figura do Senador Flávio Arns, e à Comissão de Educação.

Na qualidade de integrante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil, nos colocamos como parte importante do monitoramento das políticas educacionais do país.

Sigamos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Agradecemos novamente, Prof. Sandro Vinicius Sales do Santos, pela participação, e ficamos à disposição também, como Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Passamos em seguida a palavra à Andressa Pellanda, que é Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Quando eu mencionei que fizemos dez audiências públicas no ano passado, uma das audiências foi com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, mostrando a importância de termos, na área da educação, acesso aos dados desagregados da educação, mostrando todo o trabalho de pesquisa que havia sido feito pela campanha, o que levou a três ou quatro audiências com o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), para construirmos, levarmos ao órgão essa necessidade dos pesquisadores, o que levou a mudanças, inclusive, nessa relação do Inep com todas as entidades – aliás, bastante positiva, eu penso. É um processo ainda a ser desenvolvido.

Com a palavra também, Andressa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, que bom, não é? A gente conseguiu mudar um pouquinho essa realidade e essa é uma das questões que passam pela parte de implementação, que não necessariamente vai ficar no texto da lei. Mas o Legislativo, como foi visto, é essencial para garantir também esses ajustes e mudanças, especialmente na coleta, divulgação, distribuição e transparência dos dados da educação.

Um dos pontos que eu queria comentar, que foi o das perguntas que foram trazidas, é sobre tecnologia e educação à distância no texto. A gente, na nossa nota técnica, faz uma avaliação de que a EaD (educação à distância) é praticamente omitida do documento, do texto do projeto de lei, sem indicação sobre desafios, qualidade da oferta, restrições pedagógicas e também sobre vedação do uso da educação à distância na educação básica, na EJA. Enfim, é um aspecto que precisa ser muito aprofundado. A gente não tem normatização, regulação, avaliação, monitoramento dessa modalidade, que praticamente não está citada. E também há a questão de autorização, avaliação dos cursos e exigências para que eles funcionem, porque é uma modalidade que precisa existir com qualidade, dentro das restrições e potencialidades. Mas ela traz uma questão sobre educação digital crítica, que é um ponto de melhoria do texto. Então, a gente vê pela primeira vez essa nomenclatura, reconhecendo a necessidade de expansão sustentável e de qualidade da educação digital, não é? Então, a gente tem um avanço nessa parte, mas, sobre a modalidade EaD, a gente precisa avançar bastante.

Eu queria reiterar o que a Mariana trouxe em relação à necessidade de a gente ter uma priorização, inclusive, da educação infantil. E eu acho que, em relação a isso, uma das questões que a gente tem colocado muito fortemente é que justamente por a gente ter que avançar na melhoria do acesso e da qualidade na educação infantil, a gente precisa garantir acesso e qualidade na educação de jovens e adultos, lembrando que, na área de ciências sociais, quando a gente vai olhar para o indicador maior de mobilidade social, é a qualidade da educação da mãe. Então, não adianta a gente colocar todos os nossos esforços em financiar a educação da primeira infância se a mãe, especialmente, ou os pais dessa criança sequer muitas vezes foram alfabetizados, sequer têm condições de garantir essa estrutura também dentro da família para incentivar e fortalecer o desenvolvimento educacional das crianças pequenas.

Então, a educação infantil caminha muito próxima da EJA, do ensino superior, especialmente quando a gente quer enfrentar as desigualdades e garantir essa igualdade de oportunidades e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilidade social. E, na EJA, o analfabetismo absoluto, é uma das questões em que a gente está muito, muito aquém do que deveria na meta do plano atual. A gente tem um terço da população adulta brasileira que ainda é analfabeta funcional, então é uma situação gravíssima. Eu acho que isso coaduna com a ideia de que a gente precisa financiar adequadamente as etapas e modalidades para que todo mundo possa crescer junto nesse sistema.

E aí, por fim, quero dizer que a gente... Eu também faço parte do Fórum Nacional de Educação, assim como o Sandro; o Mieib é do diretivo da campanha, então a gente está muito alinhado também nas propostas de educação infantil, mas a gente vai, no Fórum Nacional de Educação... Acho que a Miriam já deve ter trazido isso, na participação dela na primeira audiência. A gente está finalizando uma nota técnica do Fórum com propostas, inclusive, de emendas. Então, isso em breve vai ficar pronto e com certeza a gente manda aí para o Senador Flávio Arns, para a Comissão de Educação do Senado, e aí a gente já tem... Essa nota técnica da campanha é uma das que está sendo incorporada nessa nota do Fórum, que vai ser mais ampla e mais aprofundada. É isso.

Quero agradecer de novo, Senador, por todo o trabalho desenvolvido na Comissão de Educação, nesse debate sobre o plano, e que a gente possa seguir nessa construção que ainda precisa de muitos ajustes, a gente não pode se enganar e passar o trator, correndo com esse plano, e essas audiências são importantíssimas para que a gente faça esses ajustes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Seja sempre muito bem-vinda também à Comissão de Educação e Cultura, assim como os demais expositores e expositoras, a quem agradeço de novo pela presença. Audiência pública muito interessante, muito didática, o material todo está à disposição das pessoas que nos acompanham, então dos próprios expositores, no portal da Comissão, e até o final da semana, como já mencionei, haverá um sumário executivo, um resumo das falas. As perguntas todas estarão também junto com o sumário executivo.

Quero também agradecer à nossa Secretária da Comissão de Educação, Andréia, uma liderança importante no Senado Federal, assim como todo o corpo técnico da Comissão, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Consultoria, e também para os meios de comunicação do Senado. É essencial que esses debates, as discussões sejam levadas a todos os cantos do Brasil, como vem acontecendo pelos meios de comunicação.

O Governo Federal tem uma responsabilidade essencial na educação como uma prioridade absoluta para o nosso país, mas também os estados, os municípios e a sociedade, as famílias de uma maneira particular. Quando você fala, por exemplo, em busca ativa, como foi mencionado hoje, busca ativa das crianças, isso significa que a família tem que mandar a criança para a escola, porque a educação é obrigatória a partir dos 4 anos de idade; opcional, extremamente importante, porém, como foi mencionado antes, como a visão de que a primeira infância é essencial para os passos seguintes serem percorridos por essa pessoa, na caminhada pela vida.

Então todos nós, no fundo, somos responsáveis, e esperamos, no Congresso Nacional, fazer a versão do Plano Nacional de Educação muito sintonizada com esses anseios de toda a sociedade.

Agradecemos a vocês novamente, não é? Quero dizer que foi muito importante e muito interessante.

Cumpridas as finalidades da audiência, agradeço a todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quinze minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Rosana Martinelli, Astronauta Marcos Pontes, Beto Martins, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Weverton e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Cid Gomes, Jussara Lima, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 53ª, 54ª, 55ª e 56ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3118, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é definitivamente adotado em turno suplementar. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 49, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16-CCJ/CAE, das Emendas nºs 17, 18, 19 e 20-CAE e pela rejeição das Emendas nºs 9, 12 e 14-CCJ e nº 21-CAE, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1124, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para prever o abatimento no saldo devedor do FIES para todos os estudantes que exercerem suas profissões em serviços públicos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Relatoria:** Senadora Rosana Martinelli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 28, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobe a criação do Prêmio Meninas Olímpicas, conferido pelo Senado Federal, objetivando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fomentar a participação de meninas em olimpíada de Conhecimento a fim de ampliar suas áreas de atuação no mercado de trabalho." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Tramita em conjunto com o Projeto de Resolução do Senado n° 39, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, o Prêmio Meninas Olímpicas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Beto Martins. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 28, de 2023, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2023. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 28, de 2023, nos termos da Emenda nº 1 – CE (Substitutivo), e contrário ao Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2023. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 480, de 2020 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Institui a Campanha Setembro da Paz." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação das emendas nºs 1, 2 e 3 da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável às Emendas nºs 1, 2 e 3 da Câmara dos Deputados. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3176, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para criar causa de aumento de pena para quando o crime for praticado nas dependências ou imediações de igrejas ou outras entidades religiosas." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1711, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2729, de 2024 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional das Malhas ao Município de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2935, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece o Reisado como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3060, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional a festa popular dos Lambe-Sujos e Caboclinhos, realizada na cidade de Laranjeiras, no estado de Sergipe." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1290, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 12 - Projeto de Lei n°**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2249, de 2022 - Não Terminativo - que: "Inclui no calendário turístico oficial do País a Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop), realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2755, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Nordestino." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 85, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater políticas de segurança pública e autismo voltadas para a área de educação e cultura, envolvendo a PRF, a Força Nacional de Segurança e a Polícia Judicial amiga dos Autistas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 86, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a instituição do Mês Nacional de Combate ao Sedentarismo e de Prevenção da Obesidade, a ser celebrado, anualmente, no mês de abril." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 87, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a pesquisa 'O Impacto da Educação Católica para a Sociedade Brasileira'." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 88, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema Educação Midiática, com ênfase no uso de aparelhos celulares dentro das escolas. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante Ministério da Educação (MEC); representante Conselho Nacional de Educação (CNE); representante Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); representante União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação (Uncme); representante Instituto Palavra Aberta; a Doutora Ticiana Santiago de Sá, doutora em Educação e especialista em Psicologia do Desenvolvimento da Aprendizagem." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/08

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de outubro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 53ª, 54ª, 55ª e 56ª Reuniões, realizadas nos dias 17, 23 e 30 de setembro e dia 7 de outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratem matérias relativas a assuntos honoríficos e que são terminativos na Comissão serão votados nominalmente, em bloco, como habitualmente fazemos, com a abertura do painel eletrônico. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Foram retirados de pauta os itens 2, 7 e 12, a pedido dos Relatores e Relatoras.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16-CCJ/CAE, das Emendas nºs 17, 18, 19 e 20-CAE e pela rejeição das Emendas nºs 9, 12 e 14-CCJ e nº 21-CAE, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 25/10/2023, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 16-CCJ.

3. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16 da CCJ-CAE; com as Emendas nºs 17 a 21 - CAE; rejeitando as emendas nºs 9, 12 e 14-CCJ.

4. Em 17/09/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

5. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

6. Em 24/09/2024, foi apresentada a emenda nº 22, de autoria do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Em 25/09/2024, foi apresentada a emenda nº 23, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1711, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inscreve o nome de Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 13/08/2024, 27/08/2024, 03/09/2024 e 17/09/2024.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 2249, DE 2022

- Não terminativo -

Inclui no calendário turístico oficial do País a Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop), realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável à matéria.)

Passamos, então, ao item nº 1 da pauta, turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.118, de 2024.

Antes de ler aqui – desculpe até –, quero saudar, de uma maneira muito especial, o caro Senador Hamilton Mourão, assíduo, importante liderança aqui no Senado, e o nosso amigo Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paim também, sempre assíduo, frequentador de várias Comissões, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É uma alegria e uma honra sempre vê-los e estarmos juntos nas reuniões. Obrigado.

Repito então: item nº 1 da pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 3118, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Observações:

1. Em 17/09/2024, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 3118/2024, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Até o momento não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria, portanto, está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Sendo Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passamos ao item nº 5 da pauta, caro Senador Mourão, aliás, 6 da pauta – equívoco meu.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3176, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para criar causa de aumento de pena para quando o crime for praticado nas dependências ou imediações de igrejas ou outras entidades religiosas.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Mourão, para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia; amigo Paulo Paim, bom dia; e a todas as senhoras e senhores que acompanham a Comissão de Educação.

Esse projeto da Senadora Soraya Thronicke é simples, são dois artigos: um artigo que altera o art. 40 da Lei Antidrogas, no sentido de aumentar a pena quando o crime foi praticado nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependências ou imediações de igrejas ou outras entidades religiosas; e o art. 2º estabelece a vigência imediata pela lei resultante.

Em relação à análise, Presidente, é de competência da nossa Comissão opinar sobre assunto dessa natureza. V. Exa. já observou que a decisão terminativa será dada na Comissão de Constituição e Justiça, que vai verificar, obviamente, a constitucionalidade dessa proposta.

Em relação ao mérito, o que nós podemos dizer, Presidente? Que as igrejas e entidades religiosas também cumprem um propósito educacional. Vamos lembrar a catequese, a própria – vamos dizer assim – busca da melhoria do ser humano que cada um de nós procura quando vai à sua entidade religiosa, seja ela de qual natureza for. E, a partir do momento em que essas instituições podem estar sendo utilizadas ou servirem de base para a venda de drogas ou até para a guarda de drogas por quadrilhas do narcotráfico, que hoje abundam, lamentavelmente, no nosso país, a pena, realmente, deverá ser aumentada.

Então, não vejo que haja que haver muita discussão. Imagino que a discussão final ocorrerá efetivamente lá na Comissão de Constituição e Justiça, e, por isso, o nosso voto é pela aprovação do projeto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Mourão.

Agradeço pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Mourão.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai, como já mencionado, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, passamos ao item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 1290, DE 2024

- Terminativo -

Institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. Em 15/08/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

Eu só quero destacar – e certamente o Senador Paulo Paim vai fazer isso– que veio de uma sugestão dos Senadores e das Senadoras mirins, quer dizer, dos adolescentes que vieram para cá e propuseram esse projeto bonito e importante.

Inclusive, em 15 de agosto de 2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

O relatório é pela aprovação.

Concedo, então, a palavra a V. Exa., Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Flávio Arns...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mirim não, desculpe-me, é Jovem Senador, porque o mirim seria... Eu me equivoquei. Para corrigir para o Brasil todo: a sugestão é do Jovem Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, que preside esta sessão; Senador Mourão, que já neste momento relatou um projeto cujo parecer, da minha bancada também, Senador Morão, era totalmente favorável.

Esse projeto que veio da CDH é fruto dessa bela caminhada do programa Jovem Senador. Eles já têm inúmeras leis que apresentaram e são realidade, hoje, no país.

Se V. Exa. me permitir, eu vou à análise.

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar em proposições que versem sobre a instituição de datas comemorativas.

Foi confiada a esta Comissão, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, da referida norma, a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar o mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimental da proposição.

No que tange à constitucionalidade formal, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Nesse sentido, notamos que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

Outrossim, revela-se legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa

Por fim, mostra-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para disciplinar o assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, surgem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria.

Interessante notar que o presente PL vai ao encontro do disposto no art. 215 da Carta Magna, por meio do qual o Estado "garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional.

Por isso tudo, Sr. Presidente, há que se destacar o cumprimento dos preceitos da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que "fixa critério para instituição de datas comemorativas". De acordo com a referida lei, a instituição de datas comemorativas deverá obedecer ao critério da alta significação para os diferentes segmentos que compõem a sociedade brasileira. A definição de tal critério se fará por meio de consultas ou audiências públicas, devidamente documentadas, realizadas com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública nesta Comissão de Educação e Cultura no dia 15 de agosto de 2024. Dela participaram Parlamentares e representantes do Poder Executivo que trouxeram informações e argumentos importantes no sentido da instituição do Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira.

Sr. Presidente, o relatório é longo e o projeto é simples, mas devido a tudo isso que eu já li, eu complemento dizendo que estimular o envolvimento estudantil em abril é, portanto, uma forma de garantir que a valorização da cultura nacional – já que o projeto apresentado o foi pelos Jovens Senadores, todos estudantes que participam de concurso em nível nacional para chegar aqui ao Senado – não seja um esforço isolado, mas um compromisso contínuo, que será carregado adiante por aqueles que moldarão o Brasil de amanhã.

Consideramos, portanto, plenamente apropriada a instituição de um mês para a valorização da cultura brasileira.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.290, de 2024, fruto do programa Jovem Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria.

Senador Hamilton Mourão, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pelo relatório e destacar que o mês de abril foi muito bem escolhido para representar a cultura brasileira, porque ali nasce, vamos dizer assim, a nacionalidade do Brasil na nossa luta para expulsar os invasores holandeses do Nordeste. Então, o dia 19 de abril, quando se comemora o Dia do Exército Brasileiro e quando os nacionais se juntaram para expulsar o invasor, mostra efetivamente que ali se passou a entender que, aqui, nós éramos uma gente diferente.

Então, eu acho que é uma escolha muito acertada, o mês de abril, e é importantíssimo que a gente mantenha a nossa história, as nossas tradições, porque, muitas vezes, isso se perde nos tempos em que nós vivemos, de cadeiradas e outros assuntos que acontecem por aí e que, às vezes, nos envergonham.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não é caldeirada. É cadeirada mesmo.

Só isso, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

Muito bem explicado também.

Mas, é importante. E é dia 21 de abril também, não é? Dia de Tiradentes, não é?

Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – É um mês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É um mês.

Eu gostaria também de dizer aos Jovens Senadores e Senadoras que o projeto que veio da presença deles e delas em Brasília passou, foi transformado em projeto de lei lá na CDH, com a Presidência do Senador Paulo Paim, e agora está sendo apreciado nesta Comissão, em caráter terminativo. Sendo aprovado aqui, será depois remitido à Câmara dos Deputados para apreciação.

Então, parabéns para os Jovens Senadores e Senadoras que têm esse projeto aprovado!

Isso é importante dizer para eles, que estiveram aqui no Senado Federal, eles e elas.

E, ao mesmo tempo, já falando sobre isso, quero incentivar, motivar os alunos da educação básica para a nova possibilidade de virem a Brasília, através de um concurso nacional de redação com tema proposto sempre pelo Senado Federal, em que, na verdade, então, um representante ou uma representante será escolhida por estado. E serão 27 Jovens Senadores e Senadoras que virão no ano que vem também.

É uma oportunidade de se aproximar o Congresso Nacional daqueles que serão os futuros Senadores e Senadoras.

Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco. (*Pausa.*)

Passamos ao item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 2249, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Inclui no calendário turístico oficial do País a Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop), realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável à matéria.

Iniciativa: Deputado Federal Paulo Pimenta.

Concedo a palavra a V. Exa., o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, com a introdução brilhante de V. Exa., e, se V. Exa. permitir, já citou o projeto, já citou o autor, que é Paulo Pimenta, já citou de onde surgiu o projeto, desse evento que é realizado no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, eu vou direto para a análise.

Pode ser, Presidente? (*Pausa.*)

Nos termos do disposto no inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre normas legais sobre cultura, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo esse mesmo instrumento legal, conforme estabelecem os arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir sobre o projeto – é bom lembrar que ele tem somente dois artigos –, razão pela qual a ela cumpre apreciar o mérito.

Não observamos óbices quanto à constitucionalidade ou quanto às regras da boa técnica legislativa e redação.

No mérito, a iniciativa merece prosperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop), realizada na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, é reconhecida como um dos eventos mais significativos do estado. Nos anos mais recentes, a cada mês de julho, a feira tem atraído aproximadamente 150 mil pessoas. Em 2024, a Feicoop celebrará 30 anos de sua existência, consolidando assim seu papel na promoção do cooperativismo no Brasil.

Mais que uma feira, a Feicoop atua como um catalisador na construção de redes de cooperação entre diferentes setores da sociedade, conectando cooperativas agrícolas, que são a espinha dorsal de muitas economias locais, com instituições acadêmicas de renome, como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Essa integração entre o meio acadêmico e as cooperativas, além de fortalecer as práticas cooperativistas, promove a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de inovações que beneficiam diretamente a população da região de Santa Maria e, por extensão, de todo o estado.

Ademais, é importante ressaltar que as feiras de cooperativismo representam uma manifestação vibrante da cultura nacional, refletindo os valores de solidariedade, trabalho coletivo e desenvolvimento sustentável que são tão caros à identidade brasileira. Esses eventos geram impacto significativo na economia criativa, impulsionando-a de diversas maneiras, além de promover o desenvolvimento econômico local e a produção regional, bem como criar oportunidades para pequenos produtores e artesãos.

A recente promulgação da Lei nº 14.865, de 28 de maio de 2024, que estabelece o Calendário Turístico Oficial do Brasil, torna o presente pleito ainda mais relevante. A Feicoop já provou ser uma peça fundamental no cenário cultural e econômico do Estado do Rio Grande do Sul, e a sua inclusão no calendário reforçará sua posição como um dos grandes eventos do país.

Portanto, a proposição, que visa dar maior visibilidade à Feicoop, é não apenas louvável, mas essencial para o fortalecimento do cooperativismo e da economia criativa no Brasil.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.249, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em discussão a matéria.

Eu só quero aproveitar a ocasião para cumprimentar a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), e também, no caso do Paraná, a Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), e chamar a atenção de que, no meu ponto de vista, o Brasil deveria ser uma grande cooperativa, pelo espírito que existe de solidariedade, de apoio, de discussão, de orientação, por toda uma organização, particularmente, a favor do pequeno agricultor. As cooperativas trabalham nesse sentido, e a gente deve dar toda atenção para os pleitos das cooperativas na reforma tributária, porque se há algo que dá certo no Brasil é o sistema cooperativo.

Então, isso tem que ser enfatizado, organizado, expandido e é muito importante também este projeto de lei.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Passamos ao item 4, e tenho a honra de passar a relatoria para o Senador Beto Martins. Sempre lembrando para os Senadores e Senadoras que, caso alguém tenha interesse na relatoria de um determinado projeto, é só entrar em contato com a Andréia, que é a Secretária nossa, e a equipe, que faz um excelente trabalho.

E, ao mesmo tempo quero fazer um apelo a todos os membros da Comissão, para que, eventualmente, se tiverem projetos em mãos, possamos dar celeridade aos relatórios, porque nós já estamos no mês de outubro agora, novembro, e aí encerraremos, para passar a Presidência para o futuro Presidente já com uma pauta mais limpa, mais desanuviada.

Passamos, Senador Beto Martins, para o item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 28, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobe a criação do Prêmio Meninas Olímpicas, conferido pelo Senado Federal, objetivando fomentar a participação de meninas em olimpíada de Conhecimento a fim de ampliar suas áreas de atuação no mercado de trabalho.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senador Beto Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 28, de 2023, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2023.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão Diretora do Senado Federal.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 17/09/2024.

Esse item tramita em conjunto com o Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2023, também não terminativo, que institui, no âmbito do Senado Federal, o Prêmio Meninas Olímpicas. Autoria: Senadora Damares Alves. Relatoria: também do caro colega Senador Beto Martins.

Concedo a palavra, então, a V. Exa., o Senador Beto Martins, com muito prazer para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente...

Se me permitir justificar, estão me chamando na CAE, porque já começou a sabatina do candidato à Presidência do Banco Central, Gabriel Galípolo, e eu sou membro lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já fiz a leitura dos meus relatórios, eu votarei pelo aplicativo todas as matérias, se isso for possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Boa audiência, bom debate, boa sabatina, que é muito importante também para o Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Abraço.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sentirei sua falta, Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu vou votar favoravelmente.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... na minha estreia na relatoria. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Pode contar com o meu voto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Senador Presidente Flávio Arns, querido amigo, quero dizer que é uma honra estar aqui hoje fazendo a minha primeira relatoria no Senado, e eu estava dizendo aqui ao Senador Morão que iria fazer essa estreia numa sessão do Sul, mas aí chegou o Senador Alessandro Vieira, e eu pensei que ia deixar de ser uma sessão do Sul, até que o Senador Morão me disse que o Senador Alessandro é nascido em Passo Fundo. Então, continuamos com uma sessão do Sul, que maravilha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Senadores, eu peço permissão para passar diretamente à análise do projeto, para que a gente possa ganhar tempo aqui.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas e outros assuntos correlatos, a exemplo das matérias em debate.

No mérito, verifica-se que as duas proposições têm objetivos bastante similares, ao proporem a instituição do Prêmio Meninas Olímpicas, no âmbito do Senado Federal, a fim de homenagear meninas que tenham participado de olimpíadas científicas internacionais.

A instituição do Prêmio Meninas Olímpicas representa o merecido reconhecimento desta Casa às estudantes brasileiras que se destacaram em olimpíadas científicas internacionais, refletindo o compromisso do Senado Federal com a valorização do talento juvenil e a promoção do equilíbrio de gênero. O prêmio proposto celebra o esforço individual, e constitui um marco no incentivo à participação feminina em áreas de conhecimento historicamente dominadas por homens, com vistas a proporcionar às jovens uma plataforma de reconhecimento e encorajamento.

As olimpíadas científicas são competições de elevada relevância acadêmica, destinadas a estudantes dos ensinos fundamental e médio, podendo eventualmente incluir alunas do primeiro ano do ensino superior. Trata-se de eventos em que jovens podem demonstrar suas habilidades, adquirir experiência e estabelecer conexões que serão valiosas para suas futuras carreiras acadêmicas e profissionais. Ademais, essas competições se revelam cruciais para a identificação e o cultivo de talentos nas diversas áreas do conhecimento, como Matemática, Química, Astronomia, Física, Linguística, Biologia e Informática.

Contudo, apenas 10% dos premiados nas principais olimpíadas científicas do Brasil e menos de 5% nas olimpíadas internacionais são meninas, conforme dados do Movimento Meninas Olímpicas, fundado pelas irmãs Natália e Mariana Bigolin Groff, com o objetivo de aumentar a presença das mulheres em espaços estratégicos. Iniciativas inspiradoras como essa se fazem necessárias num contexto em que a presença feminina é inversamente proporcional ao prestígio das olimpíadas ou dos espaços de poder. Pode-se deduzir que este fenômeno é resultado das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

barreiras estruturais e culturais que as mulheres enfrentam ao longo de suas trajetórias educacionais e profissionais, desde a educação básica até os mais altos escalões de liderança.

Assim, a instituição do Prêmio Meninas Olímpicas disponibilizará ao Senado Federal e à sociedade um instrumento de equilíbrio de gênero, por meio do enaltecimento dos feitos das estudantes em olimpíadas internacionais de conhecimento. Despertar-se-á o interesse e a disposição de outras jovens que desejam participar de competições dessa natureza ou seguir carreiras correlatas, impactando direta e positivamente o mercado de trabalho e o futuro da ciência brasileira.

O incentivo à participação de meninas e jovens mulheres em olimpíadas científicas contribuirá para ruptura com uma realidade de baixos percentuais de premiadas e, por conseguinte, poderá oportunizar o aumento da presença feminina em posições estratégicas na sociedade. Cumpre salientar que o aumento da representatividade feminina em áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa, inovadora e justa. Ao se garantir que mais meninas tenham acesso a oportunidades e reconhecimentos, investiremos no potencial ilimitado dessas jovens e, consequentemente, no futuro científico e tecnológico do nosso país.

No que se refere à constitucionalidade, não há óbice às proposições, porquanto cumprem as diretrizes previstas no inciso IX do art. 24, da Constituição Federal, que preceitua a competência da União, em concorrência com os estados e o Distrito Federal, para legislar sobre cultura.

Não obstante, as disposições constantes dos textos dos dois projetos também precisam se adequar à Resolução nº 8, de 30 de junho de 2015, a qual define padrões para as premiações no âmbito desta Casa. A referida resolução instituiu a Comenda do Mérito Esportivo e alterou outras oito resoluções que instituíam comendas, diplomas e prêmios no Senado Federal, de modo a padronizar seu funcionamento e a composição dos respectivos Conselhos.

O normativo também uniformizou as composições dos Conselhos com um Senador ou uma Senadora de cada partido político com representação no Senado Federal. Fixou, ademais, o período de dois anos para renovação dos conselhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, pode-se dizer que o Projeto nº 39, de 2023, se mostrou mais aperfeiçoado, ao passo que o de nº 28, de 2023, carece de ajustes, a fim de se adequar ao padrão estabelecido. Para além da dissonância com a Resolução nº 8, de 2015, o Projeto nº 28, de 2023, colide com a boa técnica legislativa ao empregar o artigo definido "A" antes do substantivo "Senado", em seu art. 5º.

Registre-se ainda, no que se refere à técnica legislativa, que o texto do Projeto 39 se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Com relação a qual dos projetos deve ser aprovado, informamos que a alínea b do inciso II do art. 260 do Risf determina que, na tramitação em conjunto, terá precedência o projeto mais antigo sobre o mais recente. Dessa forma, propomos substitutivo ao Projeto nº 28, para nele refletir o padrão estabelecido por esta Casa a partir da Resolução nº 8, de 2015. Para isso, dispomos sobre a composição do Conselho do Prêmio Meninas Olímpicas, bem como sobre a periodicidade de sua renovação.

Acreditamos que essas alterações aprimoram o projeto precedente e vão ao encontro dos anseios das autoras.

Ante o exposto e objetivando o aprimoramento da iniciativa precedente, conforme a argumentação exposta, o voto é pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado nº 39 – o que não é nenhum demérito; é apenas pela questão da antiguidade da Senadora Damares –, e pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 28, nos termos do substitutivo que se apresenta.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu só quero dizer a V. Exa., Senador Beto Martins, que o seu relatório continua sendo apresentado para o Sul do Brasil, porque o Senador Alessandro Vieira é lá de Passo Fundo, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves, que é Senadora do Distrito Federal, é nascida em Paranaguá, Paraná, e viveu em Antonina, município perto de Paranaguá. Então, nesse sentido, o Sul está reunido aqui.

E quero enaltecer V. Exa., como Senador de Santa Catarina, ex-Prefeito de Imbituba, e dizer da beleza do Estado de Santa Catarina, na parte da natureza, história, cultura, serra, culinária, é tudo de belo; é bela e Santa Catarina, como as pessoas falam.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Permita-me dizer, Presidente, é um estado que acolhe muito bem os gaúchos, nas praias do sul, e acolhe muito bem os paranaenses, nas praias do norte. (*Risos.*)

Mas eu também queria só finalizar, fazendo aqui referência à Senadora Damares, a quem temos profundo carinho, respeito e admiração, e conversamos com ela e com o gabinete em relação a este projeto, que é a questão da antiguidade do projeto da Senadora Leila, mas que evidentemente se tornou muito mais producente quando teve a participação também da proposta da Senadora Damares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo caro Senador Beto Martins, representante de Santa Catarina.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Desculpe ter chegado agora.

Quero agradecer ao Relator da proposta anterior. Maravilhoso seu voto, obrigada.

Presidente, nós estamos lá na CAE, na sabatina do Dr. Gabriel – eu estou inscrita para falar – e temos um item em que eu estou como Relatora; é um voto muito pequeno.

Eu gostaria de perguntar aos colegas se a gente podia fazer uma inversão de pauta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, tendo a concordância do Senador Alessandro Vieira, passamos, então, ao item nº 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 480, DE 2020 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Institui a Campanha Setembro da Paz.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação das emendas nºs 1, 2 e 3 da Câmara dos Deputados.

Iniciativa desta Presidência.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, o projeto de autoria do senhor veio a exame nesta Comissão, que institui a Campanha Setembro da Paz, anualmente, em todo o território nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei institui a campanha, foi para a Câmara, e a Câmara apresentou duas emendas, acrescentando também a frase "defesa da vida": Campanha Setembro da Paz, defesa da vida e combate à violência.

Entendemos que as duas emendas são perfeitas, e eu vou direto para a análise, em que compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, conforme o Regimento Interno do Senado.

No mérito, concordamos com as alterações propostas pela Câmara dos Deputados. A inclusão da "defesa da vida" ao escopo da Campanha Setembro da Paz traz apenas ganhos, enriquecendo-a e aos seus participantes e beneficiários. Ademais, a retirada da prioridade da realização da referida campanha nos citados estabelecimentos de ensino traz mais precisão e segurança jurídica à proposição.

Por essas razões, somos favoráveis às emendas.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação das Emendas 1, 2 e 3, da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei 480, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável às Emendas nºs 1, 2 e 3 da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Obrigado, Senadora Damares Alves. De fato, hoje nós temos a sabatina do candidato à Presidência do Banco Central, que é importante.

Passamos ao item 9.

Senador Alessandro, podemos?

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2935, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece o Reisado como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação.

Concedo, então, a palavra para a leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Pela mesma razão, eu sou titular da CAE inscrito para participar da sabatina do indicado Galípolo, vou tentar ser breve e ir diretamente ao mérito da análise, com a licença de V. Exa.

O parecer é favorável ao projeto. O reconhecimento do Reisado como manifestação da cultura nacional é altamente relevante para a preservação e valorização de uma das mais autênticas e ricas expressões do nosso patrimônio imaterial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de uma tradição que remonta ao período colonial, reflete a fusão de influências culturais africanas, indígenas e europeias, que, ao longo dos séculos, moldaram a identidade do povo brasileiro. Essa manifestação cultural é particularmente significativa no Nordeste e Sudeste do Brasil, onde se mantém viva e vibrante, envolvendo comunidades inteiras em celebrações que combinam música, dança, teatro, religiosidade e oralidade.

O Reisado se destaca não apenas pela sua longevidade, mas também pela capacidade de se adaptar e resistir ao tempo, transmitindo valores e costumes de geração em geração. A prática do Reisado, realizada principalmente durante o ciclo natalino e no Dia de Reis, envolve a encenação de dramas e cantos que narram a jornada dos Reis Magos, sendo acompanhada por um conjunto de instrumentos típicos, como pandeiros, violas, tambores e sanfonas. Essa riqueza estética e simbólica torna o Reisado uma expressão cultural de grande importância para a compreensão da nossa diversidade cultural.

Além de seu valor histórico e simbólico, o Reisado desempenha um papel essencial na promoção da coesão social e no fortalecimento dos vínculos comunitários. Em várias comunidades, essa manifestação é um alicerce da vida social, integrando pessoas de diversas idades e origens em torno de um propósito comum: a celebração de suas raízes e tradições.

Ao reconhecer o Reisado como uma manifestação da cultura nacional, o Estado brasileiro reafirma seu compromisso com a promoção da diversidade cultural e o respeito às tradições populares que compõem o mosaico da cultura nacional. Essa medida fortalece a nossa identidade cultural, não apenas internamente, mas também no cenário internacional, projetando nosso país como uma nação que valoriza e protege seu rico patrimônio. Assim, o reconhecimento do Reisado não é apenas um ato simbólico, mas sim uma ação concreta de preservação cultural que assegura que essa tradição continue a ser fonte de orgulho e identidade para futuras gerações.

E acrescento, Sr. Presidente, que as cidades de Laranjeiras, Japaratuba e Estância, no meu Sergipe, são sedes de festejos belíssimos dessa prática cultural.

Então, o voto é pela aprovação, com o reconhecimento do mérito da proposta do colega conterrâneo, o Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria.

Parabéns pelo relatório, importante para o reconhecimento dessa beleza da diversidade. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 3060, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional a festa popular dos Lambe-Sujos e Caboclinhos, realizada na cidade de Laranjeiras, no estado de Sergipe.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Da mesma forma, vou direto ao mérito da análise.

Inicio parabenizando o Prefeito reeleito, Juca, da cidade de Laranjeiras, colega de partido do MDB – votação histórica, a maior votação da história da cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A festa popular dos Lambe-Sujos e Caboclinhos, celebrada em Laranjeiras, Sergipe, é uma manifestação cultural de grande importância, realizada anualmente no segundo domingo de outubro. Esse evento representa a maior expressão de teatro espontâneo ao ar livre do mundo, envolvendo a reencenação de episódios históricos relacionados à destruição dos quilombos e à escravidão.

O auto dramatiza o confronto entre os "lambe-sujos", que simbolizam os negros escravizados, e os "caboclinhos", representando os indígenas que, sob o comando dos famigerados capitães-do-mato, buscavam recapturar os negros quilombolas. Esse folguedo, que remonta ao século XIX, é uma das manifestações culturais mais significativas de Sergipe, sendo essencial para a preservação da memória coletiva da comunidade.

Reconhecer essa celebração como uma manifestação da cultura nacional é uma forma de valorizar uma história frequentemente negligenciada pela narrativa oficial, assegurando que o conhecimento desse passado seja transmitido às gerações futuras e que essa rica tradição cultural continue a ser uma referência para o presente.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco. (*Pausa.*)

Muito bem.

O item 14 tem a relatoria do Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O 14 é o requerimento, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O item 8 tem a relatoria do Senador Styvenson Valentim, que está se dirigindo aqui à Comissão de Educação, e a natureza também do projeto é terminativa. Então, vamos também aguardar um pouco para que ele possa ser votado em bloco junto com os demais, caso o Plenário assim decida.

Passamos ao item 14 da pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 85, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater políticas de segurança pública e autismo voltadas para a área de educação e cultura, envolvendo a PRF, a Força Nacional de Segurança e a Polícia Judicial amiga dos Autistas.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Eu quero até explicar, porque o Moab, que é o Movimento Orgulho Autista Brasil, tem a Presidência de Honra do Fernando Cotta, que é da Polícia Rodoviária Federal, e ele fez uma grande articulação, como movimento social, a favor da pessoa com transtorno do espectro autista, junto também à Força Nacional de Segurança e à Polícia Judicial. Eles vieram apresentar o tema na Comissão de Educação, porque isso implica o entendimento da área, a compreensão na busca de alternativas, e consideramos extremamente importante que eles apresentassem não só para a Comissão, mas em uma audiência pública, que permite apresentar para o Brasil, o que a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional de Segurança e a Polícia Judicial Amiga dos Autistas estão desenvolvendo no Brasil, para que isso ajude a inspirar outras iniciativas pelo nosso país.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Passamos ao item 15 da pauta... (*Pausa.*)

Item 16 da pauta – desculpem-me.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 87, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a pesquisa " O Impacto da Educação Católica para a Sociedade Brasileira".

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Como ela não está presente, subscrevo também o requerimento.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta, de nossa autoria.

Pergunto, em primeiro lugar, se podemos colocar o requerimento em apreciação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, coloco o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 88, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema Educação Midiática, com ênfase no uso de aparelhos celulares dentro das escolas. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante Ministério da Educação (MEC); representante Conselho Nacional de Educação (CNE); representante Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); representante União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação (Uncme); representante Instituto Palavra Aberta; a Doutora Ticiana Santiago de Sá, doutora em Educação e especialista em Psicologia do Desenvolvimento da Aprendizagem.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Houve inúmeras manifestações, nesse período de duas ou três semanas, sobre a questão do uso do celular nas escolas. Ao mesmo tempo, houve também uma notícia de que o MEC vem desenvolvendo um projeto a ser remetido ao Congresso Nacional.

É um tema extremamente importante, relevante, não só no Brasil, mas no mundo todo. Não é só o celular que consideramos importante, mas sim a educação midiática dentro da escola, com uma ênfase que a sociedade vem cobrando e exigindo a favor do uso do celular, com pessoas que possam orientar o debate nesse sentido.

Então, proponho para audiência a presença dos seguintes convidados: o representante do Ministério da Educação, para explicar também o ponto de vista; o representando do Conselho Nacional de Educação; o representante do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); o representante da União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); o representante do Instituto Palavra Aberta; e a Sra. Ticiana Santiago de Sá, Doutora em Educação e Especialista em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que essa lista também pode ser alterada de acordo, eventualmente, com sugestões que sejam dadas. Contudo, o importante é fazermos esse debate. Eu, particularmente, penso que não é sermos contra ou sermos a favor, mas discutirmos como isso deve acontecer. É um instrumento bom, importante, porém países do mundo inteiro vêm mostrando que o uso indevido ou inadequado pode levar a consequências que não são boas para o desenvolvimento do aluno, da aluna, da criança, do adolescente. É uma preocupação das famílias, pelo Brasil também, o uso indevido do celular.

Então, vamos debater o assunto e ver o que achamos, pensamos, em conjunto, e que deva ser encaminhado nessa área.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o conteúdo permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero saudar o nosso amigo Styvenson Valentim. Seja sempre bem-vindo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Obrigado, amigo. Tenho um relatório aí. Vim correndo para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois é.

É o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2729, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confere o título de Capital Nacional das Malhas ao Município de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim.

O relatório é pela aprovação.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 17 de setembro de 2024.

Com a palavra o caro Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Eu sou o Relator; ele é o autor da proposta.

Sr. Presidente, eu vou passar já para análise dizendo que o projeto respeita a constitucionalidade. A proposição obedece aos requisitos constitucionais e formais para a espécie normativa e não afronta o dispositivo de natureza material da Carta Magna, tendo em vista, então, que, quanta à juridicidade, a matéria, como já foi dito, não afronta o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que tange à técnica legislativa, não havendo qualquer óbice ao texto do projeto, que está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No mérito, igualmente, somos favoráveis ao projeto.

A proposta de conferir ao Município de Jacutinga, situado no Estado de Minas Gerais, o título de "Capital Nacional das Malhas" é uma iniciativa de elevado mérito, que evidencia a importância do setor de malharia para a promoção do empreendedorismo e o desenvolvimento econômico local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já em meados da década de 60, o reverberar dos teares manuais era uma constante nas garagens e cômodos de residências jacutinguenses, ao passo que profissões como tecelões, passadeiras, cortadeiras e overloquistas se tornavam cada vez mais demandadas.

Jacutinga, à medida que se industrializava, consolidava sua reputação como polo produtor de malhas, diversificando o comércio local e atraindo compradores. No auge do ciclo de desenvolvimento, no final da década de 70, empreendedores locais organizaram a primeira Fest Malhas, reconhecida como uma das principais feiras do setor no Brasil.

A globalização e a chegada de produtos chineses, no início dos anos 2000, e, por conseguinte, a feroz concorrência externa, repercutiram no fechamento de algumas confecções. Contudo, muitas empresas adotaram o modelo *private label*, investindo em tecnologia de ponta e aumentando a produção para atender grandes magazines a partir de 2011.

De acordo com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga, o município abriga atualmente cerca de 1,1 mil produtores de malhas, entre produções terceirizadas e malharias de diversos portes, as quais correspondem a mais da metade dos empregos locais, direta ou indiretamente.

Portanto, reconhecer a importância de Jacutinga no cenário nacional, conferindo-lhe o título de Capital Nacional das Malhas, é uma justa homenagem ao papel da indústria têxtil na economia e na vida dos cidadãos.

Este projeto celebra o contínuo esforço empreendedor da comunidade jacutinguense, além de oferecer um modelo inspirador para outras cidades brasileiras.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.729, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Styvenson Valentim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será nominal e realizada em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só aproveitando a presença de V. Exa. também – sempre presente, aliás –, tem um requerimento de V. Exa., que é o requerimento constante do item 15 da pauta...

Passo, então, a palavra a V. Exa.para encaminhar o requerimento.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 86, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a instituição do Mês Nacional de Combate ao Sedentarismo e de Prevenção da Obesidade, a ser celebrado, anualmente, no mês de abril.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu analiso que esse requerimento de audiência pública tem uma importância para a gente demarcar um dia, pelo menos de conscientização, para um problema que já é presente na vida dos brasileiros e que, futuramente, será maior ainda, que é instituir o Mês Nacional de Combate ao Sedentarismo e de Prevenção da Obesidade, que, do meu ponto de vista, é fundamental por diversos motivos.

O sedentarismo e a obesidade são questões de saúde pública que têm impacto direto no bem-estar da saúde e no psicológico da população. O Brasil, hoje, registra um aumento significativo nos índices de obesidade. Aproximadamente 60% da população adulta apresenta excesso de peso, segundo o IBGE. Com isso, agravam-se doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, sobrecarrega o sistema de saúde pública.

Uma pesquisa apresentada no congresso internacional sobre obesidade, Sr. Presidente, no início deste ano, em 2024, aponta que, com base nas tendências atuais, quase a metade dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adultos brasileiros, 48%, terão obesidade até 2044, ou seja, 50% desta sala vão ter obesidade em 2044.

Estou olhando quem tem probabilidade maior aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não olhe para mim aqui também!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Dentro de 20 anos... É meio cômico, porque a situação, no meu ponto de vista, de saúde pública, passa por uma reeducação e nada melhor do que se discutir isso aqui.

Os nossos jovens hoje, Presidente, têm uma alimentação precária dentro das nossas escolas, se alimentam com produtos industrializados. Isso sobrecarrega, justamente, para esse número ser uma estatística provável de acontecer, as *fast foods*, entendeu?

Então, sabendo que mais de 130 milhões de adultos brasileiros viverão com sobrepeso e obesidade, esse estudo alerta... Foi do pesquisador Eduardo Nilson. Só no meu estado – pasmem! –, que é um estado, meu General, General Mourão, em que dizem que as pessoas passam fome, preste bem atenção aos dados, estatística do IBGE: o RN tem 61,2% de adultos com excesso de peso. Parece uma contradição com a realidade.

Estimativas globais indicam que cerca de 2 bilhões de crianças e adultos têm também esse excesso de peso no mundo, ou seja, trazer uma audiência pública para discutir esse tema e ter um dia de conscientização e de alerta para esse problema é a nossa função também aqui na Comissão de Educação.

As pessoas, além de se alimentarem mal, General Mourão, não têm a prática esportiva. E a gente passa pelas cidades agora, como passou, nas campanhas, e a gente não vê parques esportivos adequados.

Então, existe uma relação entre uma má alimentação, uma cultura, uma falta de educação sobre isso e ainda a ausência de ambientes em que as pessoas pratiquem esse tipo de atividade para evitar a obesidade. É um problema que já está aí, o IBGE já está falando. O IBGE já mostra os números e os números são incontestáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em discussão a matéria.

Senador Hamilton Morão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, vai ao encontro do que V. Exa. já tinha proposto anteriormente, que é discutir a questão do celular. A juventude fica no celular e não pratica esporte. Esse vai ser o obeso à frente e que vai causar, como o Styvenson colocou aqui, toda uma série de peso em cima da saúde pública.

Então, eu acho que o requerimento do Styvenson está muito bem colocado e vai ao encontro, inclusive, do que o senhor tinha colocado antes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

E isso está muito relacionado à formação de uma cultura que tem que começar na escola mesmo, na pré-escola, no ensino fundamental, para criar uma mentalidade diferente e ver, inclusive, a alimentação que é ofertada dentro da escola, porque isso é essencial. E orientar e relacionar isso à reforma tributária agora também, quer dizer, qual é o peso do imposto em relação a alimentos que sejam saturados e assim por diante.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu tenho um amigo, Presidente, que diz o seguinte, que tem uma outra dimensão Ministério da Agricultura qual o brócolis é ruim e batata frita é bom. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu conheço uma outra situação, dizendo que Deus poderia ter sido mais justo: fazer brócolis com colesterol e costela sem colesterol. (*Risos.*)

"Coma costela, porque faz bem para a saúde!".

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Presidente, eu sei que o senhor não abriu a discussão sobre esse requerimento, mas já que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos comentando, se se for analisar, as propagandas de alimentação não falam da parte saudável. E se você for buscar alimentação saudável, General, é muito mais caro!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É mais caro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Um alimento saudável é muito mais caro do que um alimento pernicioso...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Do que um McDonald's.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – ... porque se você for analisar, tomar um suco, comer uma fruta, dependendo da cadeia todinha produtiva, leva a um custo maior para o bolso do brasileiro.

Então, da alimentação, se você for à escola hoje, meu Presidente – e o senhor frequenta como eu frequento –, se tiver lá uma salada de frutas, o aluno leva na bolsa aquele salgadinho industrializado, abre e deixa de comer a salada justamente para comer a fruta.

Então, isso aí, justamente, passa por uma... vai desde a casa da pessoa até chegar à escola, porque às vezes tem escola que dá alimentação saudável, mas mesmo assim, o aluno não quer, entendeu?

Eu vejo também essa questão da propaganda. É muito incentivo ao *fast food*, é muito incentivo para comer realmente o que não é saudável. Então, é bom ter essa audiência pública para discutir quais medidas a gente poderia tomar para reverter um número que já é alarmante, hoje, no país.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu concordo com tudo que foi colocado.

Antes, nós estávamos fazendo os relatórios para a bancada do Sul. Agora estamos fazendo os relatórios para a bancada militar, porque está o General.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas eu sou o segundo-tenente da reserva também, Infantaria. Então... (*Risos.*)

É claro que o General tem prioridade neste debate aí.

Muito bem. Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito bem.

Passamos agora, então, à votação nominal em bloco dos itens, mencionados antes.

Passaremos agora à votação nominal em bloco dos itens 8, 9, 10 e 11 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em votação, as seguintes matérias: nos termos dos relatórios apresentados, PL 2.729, 2024; PL 2.935, 2024; PL 3.060, 2024; e PL 1.290, 2024.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores ou as Relatoras votam "sim".

Solicito também às assessorias dos Senadores e Senadoras que procurem entrar em contato também com... porque a votação pode ser remota desde que o nome tenha... (*Pausa.*)

Não, pode ser. Se ele estiver aqui, pode colocar o nome, inclusive, à distância também.

Muito bem. Então, eu quero só lembrar também à Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está ótimo.

Styvenson, vamos lá.

Eu quero lembrar aos Senadores e às Senadoras, às assessorias presentes aqui ou remotamente, que ontem realizamos a sétima audiência pública do PL, enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, sobre o novo Plano Nacional de Educação.

As audiências, na minha ótica, tem sido bastante boas, bem didáticas, a exemplo do que aconteceu ontem, com uma ênfase bastante grande, particularmente, na educação infantil e também no ensino técnico profissionalizante.

Então, há os sumários executivos, pois cada audiência pública, até o final da semana, tem o sumário executivo colocado no portal da Secretaria, que é para ajudar na leitura e no acompanhamento das pessoas, porque vocês podem ver, pelo dia de hoje, que os Senadores estão nesta Comissão, mas estão em outra Comissão, na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), para a sabatina do indicado para o Banco Central, que é uma discussão também extremamente importante para o Brasil.

Então, nesse sentido, a gente procura facilitar, porque a pessoa, tendo interesse em alguma coisa que foi discutida, pode ir lá e ver o que foi falado, qual é o material que está disponível e, ao mesmo tempo, serve também para dizer para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil que todo esse material está disponível.

O debate sobre o Plano Nacional de Educação se estende para toda a sociedade. No ano passado, a Comissão de Educação já realizou dez audiências públicas antes de o PL ser remitido. Mas os temas importantes foram também debatidos no ano passado – como monitorar, como avaliar, como acompanhar, por exemplo – e estão sendo debatidos de novo este ano. Então, nesse sentido, a gente incentiva as assessorias a levarem para os Senadores e Senadoras, membros da Comissão, esse sumário executivo, pois, passando a vista rapidamente pelo que está escrito, já haverá uma atualização sobre o contexto dos debates.

Muito bem, estamos quase com quórum. Mais um pouco, já o teremos alcançado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, já atingimos o quórum também. Vamos esperar mais um minuto, pois às vezes alguém está querendo... (*Pausa.*)

Muito bem, eu acho que está bom assim. Com o quórum de 15 já ultrapassamos o mínimo. Certamente chegaríamos a um número maior se deixássemos a votação acontecendo por mais tempo.

Muito bem, está encerrada a votação.

Vamos ver o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 14 pessoas; NÃO, nenhum voto.

Abstenção: nenhum voto.

Quórum: 15, com a minha presença – e eu não voto, no caso.

Nesse sentido, quero enfatizar que estão aprovados os seguintes projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 2.729, de 2024; PL 2.935, de 2024; PL 3.060, de 2024; e PL 1.290, de 2024.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Agradeço sempre à equipe da Secretaria aqui da Comissão de Educação, Andréia e todos, que são incansáveis na organização, nas audiências públicas; agradeço à consultoria também, que está sempre aqui presente; e, particularmente – é muito importante a gente sempre destacar –, a presença dos Senadores e Senadoras e dos meios de comunicação do Senado, que fazem chegar o debate, a discussão, os posicionamentos, os caminhos, os encaminhamentos a todos os cantos do Brasil. Então, quero sempre enaltecer esse trabalho.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, André Amaral, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 62/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Janaína Farias (PT/CE); REQ 63/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), da Senadora Janaína Farias (PT/CE) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 64/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 72/2024 - CE, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros; e REQ 83/2024 - CE, de autoria do Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** 8ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Marisa Oliveira de Aquino, representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil; Sra. Amábile Pacios, vice-presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular (Brasil Educação); Sr. Marcos Raggazzi, presidente da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (ABREDUC); e Sr. Arnaldo Cardoso Freire, 1º vice-presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/14

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de outubro de 2024.

Comunico que estão disponíveis no portal da Comissão e foram encaminhados por *e-mail* aos gabinetes dos Senadores e Senadoras da Comissão de Educação os sumários executivos e perguntas enviadas pelo e-Cidadania, referentes à primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta audiências públicas destinadas a debater o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, realizadas em 26 de agosto, 2 de setembro, 9 de setembro, 16 de setembro, 23 de setembro e 30 de setembro.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com objetivo de debater o projeto de Lei 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento 62, de 2024, de autoria da Senadora Teresa Leitão e da Senadora Janaína Farias; ao Requerimento 63, de 2024, de autoria da Senadora Teresa Leitão, da Senadora Janaína Farias e de minha autoria; ao Requerimento 64, de 2024, de minha autoria; ao Requerimento 77, de 2024, de autoria do Senador Zequinha Marinho e de minha autoria; e ao Requerimento 83, de 2024, de autoria do Senador Marcelo Castro e de minha autoria – todos da Comissão de Educação.

Participarão, de forma remota, da audiência pública do dia de hoje os seguintes convidados e convidadas, a quem já, de antemão, agradeço pela participação, pela presença, pela colaboração para a reflexão sobre o projeto de lei enviado pelo Executivo para o Congresso Nacional, que trata de um dos temas essenciais para a educação brasileira, que é o Plano Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Educação para o decênio, para dez anos, 2024-2034, sempre lembrando, inclusive para as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, que o projeto de lei enviado pelo Executivo se encontra na Câmara dos Deputados.

Depois de ser apreciado por aquela Casa, ele virá ao Senado Federal, onde os debates serão realizados e a votação também acontecerá.

E quero lembrar que, com esta audiência pública e com as demais, estamos nos antecipando à remessa do projeto de lei, porque, devido à sua importância, temos que ter bastante tempo, não só o Senado, mas a sociedade em geral, para refletirmos sobre o que a educação, no Brasil, precisa enfatizar. Por isso o novo plano nacional para um decênio, com tranquilidade, sem açodamentos, sem ideologias, sem tudo aquilo que pode, eventualmente, dificultar o debate. Então, com calma, com serenidade, com competência, com análise da realidade, da história, queremos ter um debate sobre o Plano Nacional de Educação que reflita as necessidades e os desafios que o Brasil tem de enfrentar, desde a creche até a pós-graduação, lembrando que tudo isso está no plano: creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, as modalidades todas, educação técnico-profissionalizante, educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, enfim, toda a educação básica, depois a graduação e a pós-graduação no ensino superior. Então, toda a educação, todo o percurso educacional pelo qual uma pessoa pode passar.

Muitas pessoas terminam no ensino fundamental, outras fazem Jovens e Adultos, outras terminam no ensino técnico-profissionalizante, mas o que a gente quer é que todos e todas os brasileiros e brasileiras sejam protagonistas pela educação, independentes, cidadãos críticos, sintonizados com a realidade e que tenham uma vida muito melhor pela educação.

Então, é esse o debate que também estamos fazendo hoje.

Quero saudar novamente os expositores e expositoras, a Irmã Marisa Oliveira de Aquino, representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – seja muito bem-vinda; a Sra. Amábile Pacios, que é Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular (Brasil Educação) – muito bem-vinda de novo, Amábile, é uma alegria revê-la; o Sr. Marcos Raggazzi, Presidente da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (Abreduc) – muito bem-vindo também; e o Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arnaldo Cardoso Freire, 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, como sempre acontece, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores e expositoras.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Ao final dos 15 minutos, haverá uma espécie de campainha para alertar a pessoa que estiver falando, o expositor ou o convidado, para o término do tempo, mas naturalmente a gente permitirá que o pensamento seja concluído com calma.

Ao fim das exposições, novamente a palavra será concedida aos expositores e expositoras para eventuais comentários finais, em função do que as demais pessoas tiverem dito e, ao mesmo tempo, também para colocarem mais algum ponto de vista relacionado ao debate.

Antes das considerações finais, eu lerei as perguntas e comentários que já chegaram das pessoas, dos profissionais e da comunidade que nos acompanham.

Eu quero destacar que este é um debate que deve ser feito não só pelo Congresso Nacional, onde nós aprovaremos a lei para o novo Plano Nacional de Educação. O que o Executivo remeteu ao Congresso é uma proposta do Executivo, que será debatida, mas toda a sociedade, com tanta experiência, com tantas ideias, sugestões e reflexões que são feitas, pode perfeitamente contribuir e muito com aquilo que o Congresso Nacional, ao final, deliberar.

Sejam novamente todos bem-vindos e bem-vindas!

Passo, em primeiro lugar, a palavra à Irmã Marisa Oliveira de Aquino, que é a representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil.

Irmã Marisa, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARISA OLIVEIRA DE AQUINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Cumprimento, de forma especial, o Sr. Senador Flávio Arns, pessoa em quem nós temos grande confiança, sobretudo na condução desse processo.

A Anec (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil), como já foi dito, representa 357 mantenedoras, 83 instituições de ensino superior, 1.029 escolas de educação básica, 165 obras sociais, 11 hospitais universitários e 1,5 milhão de alunos – desses, 300 mil gratuitos –, e hoje nós trabalhamos com 110 mil professores no país. Então, para nós é uma alegria e um prazer poder participar deste momento.

O resumo que sigo na apresentação foi elaborado pela equipe da Anec. Esta nota técnica tem como propósito realizar uma análise preliminar do Projeto de Lei 2.614, de 2024, que propõe a instituição do Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

É de suma importância... Nós levantamos as metas, para começo de conversa. A proposta do Plano Nacional de Educação 2024-2034 inclui 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias, e esse grande volume de metas e estratégias apresentam um desafio significativo na sua implementação e monitoramento. Não significa que essas metas, objetivos e estratégias sejam desnecessárias, mas a quantidade torna difícil a necessidade de um monitoramento específico.

A experiência com o Plano Nacional de Educação anterior, 2014-2024, demonstrou dificuldades, muitas dificuldades em atingir as metas propostas. E o Plano Nacional atual corre o risco de enfrentar esses mesmos obstáculos, se não houver um esforço coordenado entre diferentes níveis de Governo e sociedade.

Nós entendemos que o plano propõe a alocação de 7% do Produto Interno Bruto para educação, com a possibilidade de aumentar gradualmente, mas há uma clara redução em relação à meta anterior, que era de 10% do plano do Produto Interno Bruto. Isso pode impactar um plano com a grandeza de estratégias, de objetivos e de metas, conforme proposto no PL em tela. E a Anec considera essa redução preocupante, especialmente considerando a necessidade de expansão e melhoria da infraestrutura educacional em todo o país. Ela ressalta que o Custo Aluno Qualidade Inicial, que nós chamamos de CAQi, no Plano Nacional de Educação, pode levar à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definição de padrões mínimos de qualidade na educação, promovendo assim o financiamento adequado para atingir esses patamares, mas esse padrão mínimo não é descrito no PL.

A Anec destaca também a preocupação do Plano Nacional de Educação em estabelecer uma articulação clara entre as políticas educacionais e as outras áreas essenciais, como saúde, cultura, esportes, assistência social. A integração dessas áreas é fundamental para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, que atenda às necessidades dos estudantes em todas as suas dimensões; e num país com dimensão continental, nós sabemos que essas dificuldades têm um distanciamento muito grande. Nós entendemos que é preciso que o plano garanta a relação entre políticas educacionais e estratégias de desenvolvimento econômico e social, que são necessários para apoiar o cumprimento dos objetivos apresentados e das metas educacionais também descritas no PL para a implantação do Plano Nacional de Educação.

O plano, na nossa percepção, não oferece diretrizes suficientemente detalhadas para garantir a inclusão de populações historicamente marginalizadas, como indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e estudantes de áreas rurais. Falta clareza em relação a estas questões. E a Anec aponta que as desigualdades são tratadas de forma insuficiente, o que pode perpetuar a exclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade. Certamente, no novo Plano Nacional de Educação, o objetivo claro é suprir o que não foi feito e avançar. E nós percebemos que existem alguns pontos que precisam ser ajustados para garantir que essa exclusão não aumente ou não se perpetue. Sem políticas claras e metas específicas voltadas para esses grupos, o plano corre o risco de não atingir a equidade prometida. Todos nós sabemos que já há uma dificuldade de passar da teoria para prática e, se o descritivo na legislação ainda apresenta algumas lacunas, então é bem importante que se pense sobre isso.

O plano propõe a alocação de 7% do PIB na educação, com a possibilidade do aumento gradual, mas há uma clara redução em relação à meta anterior e não se diz claramente como é que isso pode ser aumentado, como é que se pode atingir esse 7% do PIB. A Anec considera essa redução preocupante, especialmente considerando a necessidade de expansão e a melhoria de infraestrutura educacional em algumas regiões do país em que a educação carece de muito cuidado, de uma atenção muito especial. E a Anec considera essa redução muito significativa para o cumprimento de um plano ousado em relação às metas que nós já apontamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ausência do Custo Aluno Qualidade Inicial na proposta compromete essa definição de padrões mínimos de qualidade na educação, dificultando o financiamento adequado para atingir esses patamares, até porque, quando nós falamos de classes que já são prejudicadas, precisaria haver uma maior clareza em relação a como o Plano Nacional de Educação poderia sanar essas questões.

Nós consideramos a questão da avaliação e do monitoramento. O Plano Nacional de Educação 2024-2034 não oferece claramente uma estrutura robusta de avaliação e monitoramento das metas e estratégias. A ausência de prazos e indicadores intermediários para a implantação dessas metas e estratégias também compromete a transparência do plano e dificulta o acompanhamento do progresso das ações.

A Anec acredita que o monitoramento eficaz é essencial, fundamental para garantir que as metas sejam alcançadas dentro dos prazos estabelecidos e que sejam feitos ajustes conforme necessário para lidar com os grandes desafios emergentes. Nós pensamos também sobre a necessidade do alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O PNE 2.434 não oferece essa estrutura robusta para avaliar o monitoramento dessas metas e como essas metas serão alcançadas.

Nós nos preocupamos bastante com a educação digital e inclusiva, a forma como ela é também abordada no PL. A Anec valoriza o destaque dado à educação digital no novo Plano Nacional de Educação, com foco na promoção da cidadania crítica e no uso ético das tecnologias da informação. O incentivo ao letramento digital e à conectividade nas escolas públicas é visto como essencial para preparar os estudantes para os desafios do século XXI.

O fortalecimento de temáticas como alfabetização – fundamental para que a qualidade na educação se estabeleça – e educação antirracista também é considerado um avanço, ainda que a Anec ressalte a necessidade de ações mais concretas para garantir a eficácia dessas iniciativas.

Também há a questão da valorização dos profissionais da educação. A Anec valoriza o destaque dado à educação digital no novo plano como foco nessa promoção, mas entende também que há necessidade de fortalecimento da educação infantil e das creches. Nós temos uma preocupação com a extensão do prazo para universalização da pré-escola, de dois para três anos, o que pode atrasar o atendimento integral das crianças nessa faixa etária, e, além disso, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meta de atender 60% das crianças em creches é considerada insuficiente para a demanda real no Brasil, hoje.

A falta de uma política nacional clara na educação, no campo e em áreas rurais, também preocupa a Anec, uma vez que isso pode acelerar o fechamento de escolas rurais, prejudicando o acesso à educação para essas comunidades.

A educação especial é um outro aspecto que nós desejamos salientar, o tratamento da educação especial como uma política complementar, em vez de integrá-la ao ensino regular. Isso, para nós, representou um relativo retrocesso.

A Anec ainda aponta que o Plano Nacional de Educação falha ao prever o investimento necessário para garantir uma inclusão efetiva e equitativa de estudantes com deficiência. Há falta de incentivo no ensino privado, especialmente filantrópico, e a Anec critica a ausência do incentivo e apoio às instituições privadas, confessionais, comunitárias e filantrópicas, que historicamente têm desempenhado um papel significativo na formação de educadores no nosso país. Essas instituições representam uma grande parcela das matrículas em cursos de licenciatura e desempenham papel vital na educação do país.

A educação profissional e tecnológica também foi um aspecto que nos chamou atenção. Embora o PNE destaque a importância da educação profissional, falta uma estratégia clara para promover o ensino médio integrado e a educação profissional pública. E a Anec se preocupa, já que a formação técnica é essencial para o desenvolvimento social e econômico do nosso país.

Em relação ao trabalho dos professores, a Anec observa que, embora o plano mencione a valorização dos profissionais da educação, não há detalhes suficientes sobre como isso será alcançado, especialmente em termos de estabilidade, formação continuada e remuneração adequada.

O percentual de apenas 70% dos professores com vínculo estável via concurso é considerado insuficiente, dado o histórico da precarização da profissão.

Em relação ao fortalecimento da formação continuada, a Anec recomenda um maior investimento nessa formação dos professores, com foco nas particularidades de diversas modalidades de ensino, como educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e educação especial. A formação deve ser adaptada às demandas contemporâneas, incluindo temas como educação antirracista e educação digital.

A Anec sugere um retorno à meta de 10% do Produto Interno Bruto para a educação e a implantação do Custo Aluno Qualidade (CAQ) como referência nacional para garantir um padrão mínimo de qualidade em todas as escolas.

Eu vou passar aqui para as considerações finais.

Um maior foco na inclusão e na equidade; a Anec destaca a importância das parcerias público-privadas para que o plano nacional tenha sucesso; um monitoramento rigoroso e participação social – a Anec recomenda a criação de mecanismos de monitoramento contínuo, com participação ativa da sociedade civil, para acompanhar o cumprimento do plano –; por fim, o fomento à justiça climática e à proteção ambiental, batendo assustadoramente nas nossas portas, dispensa comentários, é só olhar o cenário nacional, a natureza devolvendo todo o descuido que nós tivemos com ela até hoje.

Então, é uma breve apresentação. Os senhores receberão o texto na íntegra, a nota técnica na íntegra – ela é mais robusta, mais detalhada.

Essas recomendações refletem a posição da Anec, que busca garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, reforçando o papel das parcerias e do monitoramento contínuo para o sucesso do Plano Nacional de Educação 2024-2034.

Agradecemos imensamente esta oportunidade da Anec e reafirmamos nosso desejo de contribuir e participar com esses processos, com a implantação, em tudo aquilo que os senhores acharem que, de alguma forma, a Anec possa contribuir. Agradeço imensamente a oportunidade e a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos à senhora, Irmã Marisa Oliveira de Aquino, que é representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil. Parabéns pela exposição, bastante ampla, muito clara, muito didática!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, inclusive, de pedir a colaboração da Anec, da associação nacional, mas também dos demais expositores e expositoras, para que possam até ser, assim, bem específicos, enviando à Comissão de Educação as sugestões de redação que julguem adequadas para atender os pontos de vista abordados na fala, Irmã Marisa, inclusive, olhando que nós, no ano passado, realizamos dez audiências públicas sobre o novo Plano Nacional de Educação. O projeto ainda não havia chegado ao Congresso Nacional, mas, com o objetivo de nos anteciparmos até, já naquele período, por exemplo, o monitoramento e avaliação, que a senhora mencionou, foi objeto de uma audiência pública específica, e o conteúdo pode ser aproveitado agora, neste novo debate.

E até lembrando para o Brasil que a sociedade pode nos ajudar no que a Irmã comentou do Custo Aluno Qualidade (CAQ), que a gente fala, para todos nós pensarmos qual é o investimento necessário para termos, por exemplo, uma creche que consideremos de qualidade, ou seja, ter água, ter saneamento, ter salas de aula, ter tudo aquilo que a Irmã falou, valorização dos profissionais, dos professores, prédio adequado, berçário, etc. Lá para o ensino médio, qual que é o investimento necessário, o Custo Aluno Qualidade, quanto teria que ser investido no ensino médio para que haja quadra de esporte, biblioteca, laboratório, salas de aula adequadas, educação integral, em tempo integral, qual é o valor para isso, para a gente se acostumar no Brasil com essa ideia do Custo Aluno Qualidade, porque todos nós no Brasil temos uma ideia do que consideramos, assim, importante para a escola, considerando essencialmente também a valorização do professor e dos profissionais da educação, porque são os instrumentos, a parte mais importante do processo educacional. Está certo? Então, tudo isso, o uso de tecnologias, etc.

Muito bom, Irmã, mas pedimos o apoio aí também, não é? Foi tão bem na fala, não é?

Passamos a palavra agora ao Sr. Marcos Raggazzi – depois você diz exatamente como a gente pronuncia –, Presidente da Associação Brasileira de Educação Básica de Livre Iniciativa (Abreduc).

Com a palavra, Marcos.

O SR. MARCOS RAGGAZZI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas, senhores, senhoras. Exmo. Senador Flávio Arns, é um prazer estar aqui representando a Abreduc, que é uma instituição, uma associação jovem, mas já de muita atuação no campo associado à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão sobre a qualidade e o desenvolvimento da educação brasileira. Hoje, nós representamos mais de 250 mil alunos em 24 unidades da Federação, trabalhamos já em várias audiências públicas, no debate da reforma tributária.

E agradecemos demais o convite para poder participar e contribuir com esse processo de discussão sobre um instrumento muito significativo, muito importante para o desenvolvimento da educação brasileira. Nós precisamos ter consciência de que o documento que será aprovado e que se transformará em lei vai reger a nossa ação nos próximos dez anos.

Se pegarmos as experiências passadas, infelizmente, nós não fomos muito eficientes e eficazes em alguns momentos, porque não conseguimos cumprir todas as metas. E precisamos, sim, desenvolver de forma significativa a educação brasileira, mas a solução para isso está contida na diversidade de papéis, de ações e de oportunidades. Se nós conseguirmos – aí eu já agradeço e dou os parabéns ao senhor – reunir diversos setores que podem contribuir de forma significativa, independentemente de representarmos o setor público ou o setor privado, quem ganhará é a educação brasileira.

E a educação brasileira é um grande elemento que será propulsor da nossa economia, do nosso desenvolvimento não só econômico como também como nação, para que nós possamos dar, de forma muito respeitosa, qualidade de vida aos nossos brasileiros e brasileiras.

É muito importante a gente poder entender que, hoje, 18% dos alunos matriculados no Brasil na educação básica estão matriculados na rede privada de ensino.

É muito importante que a educação básica seja levada em consideração no Plano Nacional de Educação 2024-2034, mas a gente precisa que essas leis sejam exequíveis. É muito interessante nós verificarmos que nós temos as metas, nós temos os objetivos e temos também as estratégias, mas, em alguns momentos, essas estratégias não deixam claro qual é o caminho que por acaso precisamos trilhar para conseguir atingir aquelas metas.

A Abreduc traz uma proposta para que a gente possa, de alguma forma, trabalhar nessa direção, para que a gente possa ter uma forma de investir na educação. Nós já tivemos uma experiência muito exitosa no Brasil que é o Prouni. O Prouni trouxe a capacidade de nós desenvolvermos a nossa nação oferecendo bolsas parciais e integrais para pessoas que estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em situação de vulnerabilidade. Nós achamos que agora é a hora de termos uma proposta nesse sentido, mas para a educação básica. Então, nós propomos que o Plano Nacional de Educação institua um Pró-Básico, que, com as suas regras, possa possibilitar que pessoas que não têm acesso à educação possam ter acesso à educação.

Quando nós falamos na Meta 1, de ampliarmos a oferta de creche, nós estamos falando na impossibilidade de curto prazo do investimento não só predial, estrutural e também nas pessoas, para que essas crianças possam ter essa educação de qualidade. Se nós tivéssemos uma estrutura como o Pró-Básico, nós teríamos a possibilidade de instituições de ensino privadas, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, de alguma forma, disponibilizassem vagas para atender imediatamente esse público que está desassistido.

É muito importante e significativo podermos entender que estudos já demonstram, significativamente, uma dificuldade que o setor vai ter, principalmente as escolas que são de livre iniciativa, com fins lucrativos. A reforma tributária está elevando a contribuição de impostos para as escolas de 9% para 12%. Um estudo desenvolvido pela Abreduc, por renomados economistas, como Pedro Cavalcanti, da FGV, e Bruno Delalibera, da Universidade de Barcelona, indicou que só essa mudança de 9% para 12% vai trazer um impacto negativo não apenas para o setor privado, mas também para o Estado, porque algumas famílias que têm condições hoje de fazer o pagamento das mensalidades das escolas privadas, independentemente de ser com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, vão ser muito impactadas, o que significa que o aumento da alíquota para 12% vai fazer com que o Estado tenha um custo adicional de aproximadamente R$8 bilhões, pela saída de alunos do setor privado de educação para o setor público.

Se tivéssemos uma estrutura como o Pró-Básico, conseguiríamos dar às famílias a possibilidade de irem para o mercado de trabalho, porque os seus filhos estariam sendo recebidos imediatamente, elas poderiam gerar renda, e o PIB, calculado por esse estudo desenvolvido por nós, aumentaria em 0,2%. E o Estado economizaria R$24,2 bilhões, o que seria muito importante e significativo.

A nossa proposição é que pensemos em caminhos que sejam viáveis e, principalmente, em caminhos que já sabemos que dão certo – deram certo para a educação superior e podem dar muito certo para educação básica. E a educação básica será muito desenvolvida, e poderíamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentar a qualidade e diminuir o custo associado a essa implementação, porque o custo não é apenas econômico neste momento, é o custo do tempo em que a nossa sociedade fica sem ter possibilidade de estudar.

Não acreditamos que soluções venham apenas de uma determinada forma de pensar. E aí, Senador, a gente agradece muito esta possibilidade de trazer essas opções, de discutir, muito significativamente, o que todos podemos contribuir.

As parcerias público-privadas têm-se demonstrado, em muitos momentos, muito eficazes, e essa seria mais uma oportunidade de uma parceria público-privada que poderia desenvolver significativamente.

Estamos falando de uma educação, quando falamos de educação especial, quando falamos de uma educação inclusiva, em que os valores associados a essa educação poderiam ser muito desenvolvidos se tivéssemos o Pró-Básico. Poderíamos oferecer uma educação de altíssima qualidade. As instituições privadas, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, hoje, para poderem oferecer uma educação especial muito desenvolvida, de altíssima qualidade, precisam de um investimento significativo, e quem arca com esse investimento significativo são os pais, a comunidade, de uma forma geral. Se nós tivéssemos essa possibilidade de um Pró-Básico, nós poderíamos desenvolver mais, mais e mais e ter mais espaço para receber crianças, para que fizéssemos de forma inclusiva, real, uma inclusão real, significativa, numérica e de altíssima qualidade nas instituições que já estão instaladas no Brasil.

É muito importante também destacarmos que o Plano Nacional de Educação preconiza a formação do Sistema Nacional de Educação, que nós achamos supersignificativo e importante, mas a gente gostaria muito que nós tivéssemos a nossa autonomia preservada no Sistema Nacional de Educação, para que nós pudéssemos ser, sim, mais uma via de escolha das famílias para o desenvolvimento e a educação de seus filhos, dos brasileiros que farão deste país, cada vez que passa, um país mais promissor, com mais justiça social, para que possamos realmente nos orgulhar e dizer: "Nós mudamos a educação brasileira num curto intervalo de tempo".

O Pró-Básico e a autonomia das instituições privadas podem ser um caminho muito eficiente e eficaz para podermos, em 2034, analisar o Plano Nacional de Educação e dizermos que concluímos os oito principais objetivos e que e os dez objetivos que já estavam muito bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidos em outros momentos também foram atingidos, para que nós pudéssemos falar na totalidade ou na quase totalidade desse Plano Nacional de Educação com metas atingidas.

Eu gostaria de agradecer-lhes, mais uma vez, e de colocar para os senhores essa nossa proposta de criação de um Pró-Básico – e a Abreduc encaminhará para vocês o documento que registrará essa nossa proposta – e também da manutenção da autonomia da escola privada no Sistema Nacional de Educação.

Muito obrigado a todos e a todas.

É sempre um prazer poder contribuir com vocês e com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Somos nós que agradecemos, de novo, a você – permita-me chamá-lo assim –, Marcos Raggazzi, Presidente da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa. Como eu mencionei antes, além de mandar a argumentação toda, mande-nos sugestões de redação para que possam ser apreciadas na Comissão de Educação. Eu acho que aí nós já transformamos a argumentação em sugestões concretas para o plano também. Agradecemos-lhe, Marcos. Depois passaremos novamente a palavra para você.

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Amábile Pacios, que é Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular Brasil Educação.

Seja muito bem-vinda, Profa. Amábile! É uma alegria vê-la novamente participando dos debates no Senado Federal.

A SRA. AMÁBILE PACIOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador! Bom vê-lo novamente, mesmo que seja de forma virtual.

Eu quero agradecer-lhe imensamente, em nome do Brasil Educação, o convite para participarmos aqui de mais uma audiência. Seguimos sempre juntos.

Permita-me, por favor, cumprimentar os professores hoje, Senador, de forma especial. Amanhã é o Dia do Professor no nosso país. E eu quero, nesta solenidade, aproveitar para, em nome do Brasil Educação, deixar um grande abraço para este alicerce da nossa sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamado professor. Eu quero desejar a cada um dos professores, que constroem o nosso país, muita alegria e muita realização, porque essa é realmente a razão de a gente trabalhar nessa profissão.

Senador, o Brasil Educação – antigamente a gente conhecia como fórum –, que eu estou representando hoje, tem, na sua base, hoje, a ABMES, a Fenep, o Semesp, Semerj, a Anaceu, a Abrafi, o Fonif, a BrasilTec, a Anec e a Abiee. Hoje a gente tem um guarda-chuva que está contemplando todos os nossos segmentos na área da educação particular, da fraldinha ao fraldão, ou seja, da educação de creche até a pós-graduação, com escolas com fins lucrativos, sem fins lucrativos, filantrópicas.

A minha fala hoje é muito mais dentro dessa perspectiva de abraçar esses textos todos que a gente está lendo e de contemplar algumas coisas que possam nos contemplar, contemplar os nossos alunos e o nosso setor, em todo o seu desenvolvimento.

Nesse aspecto, o PNE tem uma vantagem, porque ele fala sobre educação infantil, educação fundamental, séries iniciais e finais, fala do ensino médio, fala do superior. Então, a gente tem a possibilidade de discutir cada um desses segmentos dentro do Plano Nacional de Educação, e nisso nós conseguiríamos encontrar uma vantagem muito grande.

O senhor já sabe – porque eu já falei com o senhor uma vez – que o nosso setor não teve participação completa em toda essa construção, porque, nas conferências municipais e estaduais, a gente não conseguiu entrar, não conseguiu participar – na conferência nacional, também não –, mas o texto que o MEC fez, que foi muito bem colocado até pela Irmã, tem uma estrutura com que realmente nós concordamos. Então, nós concordamos com essa estrutura que o MEC fez, sobretudo com relação aos objetivos, às metas e às estratégias. A gente entende que essa estrutura vai ficar mais didática para o entendimento do Plano Nacional de Educação.

Embora a gente tenha tido ausência na discussão, um dos princípios pelos quais a gente está aqui hoje é solicitar que essa participação possa ser ativa. Hoje, a gente tem a possibilidade de escutar a Anec, que faz parte do Brasil Educação – cumprimento a Irmã Marisa –, a Abreduc, que não faz parte do Brasil Educação – um dia vai fazer, não é, Marcos Raggazzi? –, a Confenen, que faz parte do Brasil Educação – cumprimento também o Arnaldo –, mas que as demais instituições que compõem o Brasil Educação possam também ser ouvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse aspecto, Senador, como Brasil Educação, nós vamos deixar quatro princípios que nós gostaríamos que fossem contemplados nesse Plano Nacional de Educação.

O primeiro princípio é o de autonomia do nosso setor, observada a regulação, obviamente, e observadas diretrizes dos conselhos estaduais de educação. Então, essa autonomia do nosso setor é importante, porque nos permite desenvolver algumas coisas que podemos desenvolver, mas em que ficamos atrelados, às vezes, ao setor público.

O segundo princípio é a nossa participação na construção das estratégias, uma vez que os objetivos e as metas a gente imagina serem importantes, mas as estratégias a gente entende que são o coração do Plano Nacional de Educação. Então, a gente acha que um princípio no qual a gente tem que permanecer, além do da autonomia, é o da garantia da nossa participação nessa elaboração das estratégias, porque as estratégias atingem diretamente a sala de aula, o nosso fazer diário da sala de aula, na pública e na particular, mas atingem o nosso setor – do qual estamos falando hoje – exatamente no coração. Então, das estratégias seria muito importante que nós pudéssemos participar.

E eu faço aqui já um compromisso com o senhor de levar ao Brasil Educação esse seu pedido de que encaminhemos textos já com uma coisa bem focada, bem direcionada, com sugestões para o senhor, e assim eu farei. Eu vou levar a todos os presidentes, às entidades que compõem o Brasil Educação, essa sua solicitação.

Um outro princípio de que nós achamos importante participar, Senador, é o das métricas. Evidentemente, se você tem um plano, você tem que ter uma medida desse plano, e as métricas que a gente consegue enxergar até aqui nos colocam todos juntos. Então, nossa solicitação e um princípio que a gente acha importante é verificar, pela métrica, o quanto a escola particular avança e o quanto a escola particular não avança. Então, uma métrica que pudesse fazer a gente enxergar, no desenvolvimento da escola particular no Plano Nacional de Educação, o tanto que a escola particular colabora ou não colabora, e a gente não tem essa visão porque a gente não tem a participação na métrica.

A gente não tem, na realidade, Senador, participação na métrica como quase nenhuma avaliação externa do setor. A gente não tem quase nenhuma visão. Para o senhor ter uma ideia, o Saeb faz uma medida que é censitária no setor público e amostral no setor privado. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente, como liderança, não tem como fazer uma leitura de em que a gente está errando e de em que a gente pode melhorar. Então, quanto à participação nessas métricas, seria muito, muito interessante a gente estar presente. Quem sabe o senhor garante isso para a gente?

As estratégias, como eu falei para o senhor, para o nosso setor podem ser diferentes, e, nesse sentido, a gente gostaria de discutir, de uma forma muito republicana, como é que essas estratégias para o nosso setor poderiam ser desenvolvidas.

Senador, se me permite, eu vou entrar em três pontos que os meus antecessores falaram para colaborar com a discussão, uma vez que eu não conseguirei ficar até o final.

A primeira coisa, Senador: o Pró-Básico. Há muitos anos a gente faz esse pedido e caminha no Congresso sobre a questão do Pró-Básico. Já existem PLs de autoria do Senador Izalci, de autoria da Senadora Dorinha, o MEC apoia esse projeto... Então, quanto ao Pró-Básico, talvez a gente não precise ter um outro PL, mas sim aproveitar aquilo que nós já discutimos com o Parlamento, o que a gente já adiantou... Já existe essa previsão do Pró-Básico. E, se o senhor precisar de apoio nesse sentido, eu posso ajudá-lo, porque eu tenho todo o portfólio dessa discussão em todos esses anos, inclusive em diferentes governos com os quais a gente já caminhou a questão do Pró-Básico.

A outra questão é que a gente pode, sim, ajudar o senhor a calcular a qualidade por aluno, o setor pode, sim. Nós podemos, então, depois, sentar com o senhor e ver o que o setor tem que poderia colaborar com a qualidade ou preço da qualidade por aluno, que a Irmã sugeriu e que o senhor acatou. Acho que é extremamente importante o setor privado, sobretudo o da educação básica... Nós temos escolas que estão em municípios pequenos, escolas que estão em municípios grandes; então, a gente tem como fazer uma leitura muito clara sobre essa questão da qualidade. A federação, sobretudo, acompanha a capilaridade da escola particular no Brasil; então, a gente tem como colaborar, sim, com o senhor, falando exatamente sobre a sua solicitação. Quer dizer, o Brasil Educação pode, sim, ajudar nessa questão do cálculo.

A outra questão é para informar que a reforma tributária mantém a neutralidade da alíquota do setor educacional. Essa leitura de 9% para 12,5% era no texto antigo. No atual texto que está em vigor, que está sendo discutido aí no Senado com o Senador Eduardo Braga, ele mantém a neutralidade, não dá desconto, mas a mantém neutra, o que para a gente foi uma grande vitória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o texto que está sendo apreciado pelo Senador Eduardo Braga mantém essa neutralidade no nosso setor.

No mais, Senador, nós estamos à sua disposição.

Eu trago um abraço não só do Celso Niskier, que comanda o Brasil Educação como Secretário-Executivo, mas também dos demais presidentes das demais entidades que não puderem estar aqui, deixando um grande abraço para o senhor e, mais uma vez, o nosso imenso agradecimento à sua colaboração, à sua parceria com o nosso setor. Nós somos testemunhas do tanto que o senhor nos ajuda, do tanto que o senhor nos ouve e do tanto que o senhor nos contempla, entendendo as nossas angústias, as nossas potencialidades, as nossas dificuldades, não é? Então, um grande abraço a todos que estiveram aqui conosco e a toda a equipe técnica. Ao senhor, sobretudo, um bom dia e aos professores um grande abraço pelo dia de amanhã.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Profa. Amábile Pacios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e representante do Fórum Brasileiro da Educação Particular (Brasil Educação).

Se me permite, Profa. Amábile, digo a todos os professores e professoras, cujo dia é comemorado amanhã, que a melhor das comemorações seria, sem dúvida alguma, a valorização da carreira do professor e da professora. Isso significa condições de trabalho, posição política a favor dos professores, concursos públicos também, salários, tudo isso que é extremamente importante e necessário.

Lá na Finlândia, inclusive, o Ministro da Educação... A Finlândia é reconhecida como um país bastante avançado na área da educação. Eles colocaram três itens principais, só três itens: educação integral; políticas públicas para as famílias dos alunos – isso acho muito interessante, porque a família do aluno tem que ter casa, tem que ter saneamento, tem que ter trabalho, tem que ter condições para o aluno, a criança, o adolescente serem melhores também nesse sentido e se saírem melhor no processo educacional –; e o terceiro item, na Finlândia, é a valorização do professor e dos profissionais da educação. Não há outro caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que a gente comemore o esforço de todos nós nessa direção.

Obrigado, Profa. Amábile.

Com a palavra, agora, o Sr. Arnaldo Cardoso Freire, 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen). Seja muito bem-vindo.

O SR. ARNALDO CARDOSO FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio Arns. Bom dia a todos os presentes.

Eu quero, inicialmente, Senador, cumprimentá-lo por esta audiência e vou contar uma história. Eu sou de Goiás, o pessoal de Goiás gosta muito de contar história. Em 2010, Senador, o Fórum Nacional de Educação, que ainda não tinha esse nome, não era o Fórum Nacional de Educação, era a comissão organizadora do Fórum Nacional de Educação, o Haddad era o Ministro e solicitou a essa comissão organizadora que fôssemos a três lugares, porque o Governo queria apresentar o projeto dele de Plano Nacional de Educação 2010, porque o senhor sabe que são quatro as instituições que podem propor o Plano Nacional de Educação: o Conselho Nacional de Educação, a Comissão de Educação da Câmara, a Comissão de Educação do Senado e o Poder Executivo, através do Ministério da Educação; ele pode propor. E fomos no conselho, inicialmente, na Câmara dos Deputados, e depois nós o procuramos. O senhor era, na época, o Presidente da Comissão de Educação do Senado e pediu que aguardássemos, que o projeto do Governo seria enviado. E foi, basicamente, no final, o plano aprovado com pequenas modificações.

Eu estou contando essa história pelo seguinte, porque, na verdade, não houve movimentação de nenhuma dessas outras entidades que eu falei anteriormente para propor um Plano Nacional de Educação, no Governo anterior. Então eu acho que houve um atraso na propositura do plano em função disso. Outras entidades... A Câmara poderia ter proposto, o Senado poderia ter proposto, o Conselho Nacional poderia ter proposto, e não ter deixado aí para que este Governo agora – não é culpa do Governo atual, porque já deveria ter sido feito – ficasse nessa situação em que nós tivemos que inclusive prorrogar o Plano Nacional de Educação. O senhor acompanhou todas as ações anteriores e sabe das dificuldades que nós teremos para aprovar esse plano. Possivelmente, talvez, em um tempo inferior a três anos, ele não seja aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar o eslaide, por favor.

Senador, a Confenen, entidade que eu represento, é uma entidade que este ano completa 80 anos. Eu vou repetir: a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino é uma entidade que completou já, este ano, 80 anos de existência. Nós trabalhamos basicamente em defesa da escola particular. Inclusive, eu quero agradecer ao Senador pela propositura de uma sessão especial que acontecerá agora no dia 18. Na sexta-feira, nós teremos uma sessão especial, que foi da sua iniciativa, para homenagem dos 80 anos. É uma das instituições mais antigas do Brasil a Confenen.

E, assim, quando nós vemos essa diretriz, o art. 3º do Plano Nacional de Educação, a gente fica muito feliz, muito feliz em ver... Quando você viu aí a Profa. Amábile... A Profa. Amábile é uma das mulheres educadoras que estão à frente da defesa da escola particular há muitos anos. E quando nós falamos em defesa da escola particular, Senador, nós não estamos falando em questões financeiras, em questões de mensalidades, em questões de ganhos privados. Quando nós falamos da escola particular, a nossa visão de escola particular, assim como a da Irmã que falou sobre a Anec, é exatamente disto que está exposto no art. 3º: "o respeito à liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, com base no pluralismo de ideias e concepções". Então, é isso que as escolas particulares querem. E Amábile falou anteriormente que a estrutura do plano realmente atende a vários aspectos disso aí, desse respeito à liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar, em todos os seus artigos, nos seus objetivos, metas e estratégias. É muito importante isso aí.

O próximo eslaide, agora, vem aí, Senador, já com o anexo lá do projeto de lei. O Objetivo 7 fala em "promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação e da comunicação para o exercício da cidadania". Nós estamos vivendo hoje, a partir de novembro de 2022, Senador, uma revolução. Estamos vivendo uma revolução na educação no mundo – uma revolução na educação no mundo. Daqui uns anos, nós vamos poder falar para os nossos netos sobre o que nós vivemos nesse período, que foi o início do chamado ChatGPT e a entrada da inteligência artificial. Nós estamos vivendo hoje num mundo completamente diferente daquilo que existia antes. E as mudanças são rápidas, elas são dinâmicas, elas são diárias. Em minutos as mudanças ocorrem. Então, o Objetivo 7 fala em promover educação digital. Excelente, eu acho que a educação hoje é isso. Mas a meta... Nós achamos a meta muito tímida, mas muito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito, muito mesmo, quando ela fala "assegurar a conectividade à internet de alta velocidade para uso pedagógico em 50% das escolas públicas de educação básica até o quinto ano e, depois, em todas as escolas básicas até o final do decênio, ou seja, dez anos.

Hoje nós temos no Brasil um dado interessante: mais de 90% da população brasileira hoje – mais de 90%; acho que 92% – está localizada nas cidades. A população rural brasileira hoje é menos de 8% – menos de 8% hoje é a população que vive fora das cidades, fora das cidades. Então, é praticamente inadmissível... A gente pode admitir que uma escola que seja localizada numa zona rural, num local distante, de difícil acesso, possa ainda existir sem o acesso à internet. Mas, se nós estamos com mais de 90% das escolas dentro das cidades, não existe nenhuma justificativa para que essas escolas já não estejam com acesso à internet. Mas a meta ainda fala que daqui a cinco anos... Daqui a cinco anos, nós já temos outro mundo, o mundo já estará mais diferente do que hoje, não é? Então, eu acho que essa meta é muito tímida e tem que ser... A gente vai propor, nesses documentos que vão ser enviados, pelo menos 90%, no prazo de cinco anos, e depois 100%, depois de dez anos. Acho que não tem nada que justifique esses índices aí tão tímidos, não é?

O próximo, por favor.

Bom, já no Objetivo 13, ele fala em ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com redução de desigualdades e inclusão. Esse é o objetivo.

A Meta 13.c. fala em elevar, gradualmente, o número de concluintes nas instituições de educação superior a partir de 1,650 milhão de titulações anuais, com, no mínimo, 300 mil titulações anuais no segmento público.

E a 13.d...

Pode passar para a próxima; depois a gente volta a essa aí. Eu quero mostrar a próxima para a gente fazer uma comparação.

A 14 (*Falha no áudio.*)

Não! Pode continuar a 13. Volte para a 13, por favor. (*Pausa.*)

Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professor, eu sou Reitor, eu sou Vice-Presidente da Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, faço parte do Fórum Nacional de Educação, de que o senhor também faz parte, e sou Reitor de uma instituição de ensino, que é a UniAraguaia, com sede em Goiânia, de que nós temos polos em vários locais do Brasil e do mundo. Por exemplo, hoje eu estou aqui em Orlando. Nós temos polo aqui em Orlando, temos polo em Nova York... Inclusive – olhem que interessante –, nós fomos a primeira instituição de ensino superior no Brasil a fazer uma colação de grau aqui nos Estados Unidos. Nós fizemos uma colação de grau, ano passado, lá no Consulado brasileiro de Nova York, das alunas que se formaram em Pedagogia, nós fizemos uma colação de grau aqui no território americano.

Então, a educação à distância é uma coisa maravilhosa. Nós temos esses polos aqui nos Estados Unidos e temos polo lá...

Só para comparar, nós temos vários polos, nós temos um polo lá na cidade de Aveiro, no Pará, onde os encontros são semanais e as meninas vão de barco para poder participar das aulas. Então é uma coisa maravilhosa.

Porém, nós estamos vivendo um momento muito difícil com a expansão desenfreada da educação à distância no Brasil, algo difícil. A quantidade de vagas que são ofertadas é infinitamente maior do que a demanda de estudantes que precisam dessas vagas. Isso tem levado a qualidade do ensino da educação à distância a níveis muito baixos.

Então, quando você vê uma meta dessa aí, em que... Eu até li várias vezes, eu achei que estivesse lendo errado: são 1,650 milhão titulações anuais – anuais –, com, no mínimo, 300 mil titulações no ensino público, ou seja, jogou na mão, ele joga na mão das escolas particulares 1,350 milhão titulações em nível superior. É algo realmente que, se não houver um processo de acompanhamento do que está sendo feito com a educação à distância... Na semana passada, o MEC divulgou o Censo Escolar. Quem acompanhou viu o crescimento, vou repetir, a expansão desenfreada da educação à distância, muito grande, principalmente nos cursos da área de licenciatura. Então, a minha preocupação com essa meta aí... Eu acho que essa meta, como meta, em questões numéricas, compromete a qualidade do ensino superior brasileiro.

Vamos para a 14. Na 14, ele fala o seguinte – olha que interessante –: ampliar o percentual de docentes em tempo integral nas instituições de educação superior para 70% e, no mínimo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

50% em cada categoria administrativa, seja ela pública, privada ou comunitária. Ele quer aumentar para 70% e, no mínimo, 50% na escola pública ou privada. Senador, com essa expansão que está havendo de cursos, a profissão do professor universitário de ensino particular está em risco. Nós não teremos isso aí nunca, nós não teremos nunca uma instituição de ensino que consiga sobreviver com 70% dos professores em tempo integral, porque o professor... Nós estamos vendo hoje, se você pegar os dados do censo, que temos aí uma instituição de ensino com uma relação de 800 alunos por professor.

Próximo, por favor.

Finalmente, a Meta 14.b. é justamente isso que eu estou dizendo, que nós temos que fortalecer isso, com bastante cuidado, para que não ocorra essa questão, justamente, com esse profissional. Como disse a Profa. Amábile, "a base da educação brasileira é o professor". Então, o que está sendo feito com os professores é algo realmente preocupante.

Então, por enquanto, são essas as considerações. Muito obrigado. Agradeço o convite e estou à disposição para novas informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Arnaldo Cardoso Freire, que é o 1º Vice-Presidente da Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino). Agradecemos muito também, Arnaldo, pela participação.

Eu leio agora perguntas que vieram das pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação, incentivando as perguntas e dizendo que todas as perguntas estão fazendo parte dos sumários executivos, porque eventualmente alguma pergunta pode dizer respeito a uma outra audiência pública, ou, então, que alguma pergunta possa nos dar subsídios de como organizar futuras audiências públicas também.

Mas, de qualquer forma, as perguntas são muito importantes porque se referem a questionamentos e dúvidas que a sociedade tem em relação ao Plano Nacional de Educação – muitas das perguntas comparando o plano anterior com essa proposta agora que está em análise lá na Câmara dos Deputados, vinda do Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo a ler essas perguntas, agradecendo também a participação da sociedade.

A Eledi, do Paraná: "Como o [...] [Plano Nacional de Educação] 2024-2034 enfrentará os desafios de um ensino que necessita [de] mais espaço para [...] [abordar] [...] preservação e sustentabilidade".

Eu quero lembrar que nós temos o Plano Nacional de Educação e, posteriormente, os estaduais e os municipais. E tudo isso tem que estar articulado num Sistema Nacional de Educação, para que haja pactuação, a convergência de ações, para que o plano se transforme em realidade.

Adelgicio, de Minas Gerais: "Considero que o processo educativo é basicamente transferencial e o papel do professor é primordial. Como valorizar a função do professor?".

Juliana, do Distrito Federal: "Quais metas serão incluídas no PNE 2024-2034 a fim de combater violências de gênero, racial e outras de caráter discriminatório?".

Ana, da Bahia: "O PNE 2014-2024 não [...] [conseguiu] erradicar o analfabetismo no país. O que falhou no cumprimento da meta e como [...] [superar isso] no novo PNE?".

Matheus, de São Paulo: "Como podemos garantir que todas as crianças brasileiras tenham acesso a uma educação de qualidade, [...] [independentemente] de sua localização?". Muito importante também.

Joyce, de Goiás: "[...] [Qual a abordagem do] novo PNE [...] [para a] educação inclusiva?".

Ana, do Paraná: "O acesso ao aprendizado nas áreas artísticas estará [...] [disponível para] todos? [...]".

Anísio, do Ceará: "Como o PNE [...] [vai integrar] os diferentes níveis de ensino [...] [de modo a aperfeiçoar a] formação dos estudantes?". É um desafio permanente, sem dúvida.

Daniela, do Rio Grande do Sul: "O novo PNE [...] [vai abrir espaço nos currículos para trabalhar as emoções com os estudantes]?". Há comentários, além das perguntas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Filipe, do Ceará: "[...] [Os alunos que enfrentam problemas de ansiedade terão outro olhar? Pergunto isso por ver, no ensino integral, uma fábrica de ansiedade]". Há também perguntas, algumas a mais.

Hanah, de São Paulo: "Um dos maiores desafios da escola pública é a superlotação. O que será feito para resolver esse problema que afeta a qualidade do ensino?". Sem dúvida alguma.

Telma, de Minas Gerais: "O uso indiscriminado de celulares [...] pelos alunos dentro da escola tem impacto negativo na aprendizagem [...]. O que é proposto para [...] essa demanda?". Já foi aprovado, inclusive, um requerimento, semana passada, Telma, para debatermos esse assunto na Comissão de Educação e Cultura.

Bruna, do Paraná: "Quais são as metas e estratégias referentes à ampliação da oferta de vagas nas creches em instituições de educação infantil?".

Ricardo, do Rio de Janeiro: "[...] [Há plano de inclusão de idosos ou pessoas fora da faixa etária tradicional]?".

Alexandro, de São Paulo: "No tocante à educação especial no ponto [de vista de] pessoas com espectro autista, o que muda sobre o ensino técnico para tais demandas?".

Maria, do Mato Grosso: "Como o novo PNE propõe a ampliação da educação em tempo integral e o uso da educação digital, e quais os impactos esperados dessas políticas?".

Mais três comentários para encerrar.

Noelma, do Distrito Federal: "Para prevenir o adoecimento docente inserir estratégias de gestão da qualidade de vida no trabalho, previsto na OIT 1981 e na Lei 14.682/23".

Também um comentário do Alexandre, do Rio de Janeiro: "Garantia da Lei nº 11.738/08. Várias cidades e estados invalidam as carreiras pagando apenas complementos para níveis iniciais".

Érika, do Pará: "Sugiro incluir a história e a luta dos povos indígenas de forma mais significativa no PNE, garantindo o reconhecimento e valor que merecem".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço novamente os comentários, as perguntas. Todas elas incorporam-se ao sumário executivo e serão objeto de análise também, seja hoje, seja em outros momentos. Por exemplo, eu mencionei, agora há pouco, o uso do celular, mas também há a questão da promoção da saúde mental. Ansiedade, medo, depressão, adoecimento dos professores e dos profissionais da educação, tudo isso vem sendo, recorrentemente, levantado pelas pessoas, nas audiências, e tem que ser objeto de debate também. A valorização da carreira docente, sem dúvida alguma, e a apreciação da diversidade. Eu diria que a diversidade é uma beleza da cultura brasileira. Como é que os povos lá da Amazônia fazem, ou os do Nordeste, do interior do Nordeste, do centro do país, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Sul do país? Então, essa maneira diferente de abordar, como foi dito aí, estratégias que permitam o reconhecimento e a valorização da diversidade do nosso país.

Muito bem, passo novamente a palavra aos expositores e expositoras, para as considerações que desejem fazer, para concluirmos esta audiência pública. Em primeiro lugar, para a Irmã Marisa Oliveira de Aquino, que é representante da Anec (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil), nas instituições confessionais que, sem dúvida, de uma maneira geral, têm muito a acrescentar e a colaborar com o Plano Nacional de Educação.

Com a palavra, Irmã Marisa.

A SRA. MARISA OLIVEIRA DE AQUINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sobre as questões apresentadas, Senador, elas estão todas contempladas nos 18 objetivos do plano, do projeto de lei. Então, as pessoas que fizeram as observações podem acessar o processo que vão encontrar.

O que eu gostaria de dizer? Nós precisaríamos de métricas, nós precisaríamos concentrar melhor as metas e as estratégias. Embora eu tenha apresentado uma visão crítica do PL, ele é bastante positivo e tem avanços. O que nós esperamos de uma política educacional? O monitoramento e prazos, porque senão nós ficamos sempre tendo excelentes ideias que se vão em dez anos. Se nós avaliarmos o plano anterior, quantos por cento do proposto, qual percentual foi executado com qualidade, com excelência e efetivamente? Então, eu acredito que, talvez, a tarefa primordial seja sistematizar as metas, dar uma assertividade nas estratégias e estabelecer tempo para se atingir. Nós nem chegamos a falar do Sinaeb, que ainda vai ser instituído. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acredito que a função principal seria monitoramento e estabelecimento de prazo para o cumprimento.

O plano é excelente, mas nós precisamos enquadrá-lo à nossa realidade, de um país com dimensões continentais. Quando se fala da Amazônia e do Rio Grande do Sul, nós estamos falando de um Brasil muito diverso. Nesse sentido, assegurar que os senhores – com certeza, a gente tem observado o cuidado, e, com o senhor à frente desse grupo, é muito claro esse cuidado – possam deixar muito claro na legislação aprovada como haverá o monitoramento e qual será o período de implantação de cada proposta apresentada, que contemplam, sim, as questões apresentadas aí pelos participantes desta audiência.

Obrigada pela oportunidade. Reafirmo que a Anec tem escola em todos os estados do país e no Distrito Federal. Então, nós temos condição, na nossa pequenez e humildade, de poder contribuir, de fato, com essas propostas e estamos à disposição sempre que os senhores acharem que a nossa presença é necessária ou que a gente possa contribuir. Muito obrigada pela oportunidade e pelo compartilhamento de ideias dos demais colegas; foi de altíssimo nível o discurso apresentado aqui nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – A contribuição e a participação da senhora, Irmã Marisa, e também da Anec são permanentes. Queremos que vocês estejam permanentemente contribuindo e discutindo, assim como as demais instituições, mas foi uma apresentação muito boa.

Eu quero dizer que o Senador Esperidião Amin, que é de Santa Catarina, membro também da Comissão de Educação e Cultura, muito ativo nessa área e com uma experiência muito larga também em gestão e administração, sempre diz: "Olha, para mim, o ponto principal é monitoramento, avaliação, métrica, ver como isso vai ser acompanhado, governança desse processo para que as boas ideias se transformem em realidade". Grande abraço, Irmã Marisa!

Passo, em seguida, a palavra ao Marcos Raggazzi, Presidente da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre e Iniciativa (Abreduc).

O SR. MARCOS RAGGAZZI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, eu gostaria de agradecer ao Exmo. Sr. Senador Flávio Arns por esta oportunidade e por esse processo que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor tem feito e demonstrado ao longo do tempo de reunir várias vozes, vários atores para que a gente possa se posicionar, para que a gente possa ter vez e voz nesse processo de debate da educação brasileira.

Eu gostaria de voltar a alguns pontos, que são muito significativos. O ponto da importância...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Só um minutinho, Marcos. Talvez você pudesse falar um pouquinho mais perto do microfone. Pelo menos, para mim, o som está um pouco baixo.

O SR. MARCOS RAGGAZZI (*Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Isso.

Obrigado.

O SR. MARCOS RAGGAZZI (*Por videoconferência*.) – Eu lhe agradeço, Senador.

A gente gostaria de destacar a importância do Sistema Nacional de Educação, que ele possa ser instituído – e instituído o mais rápido possível –, mas que ele também possa preservar a autonomia das instituições particulares de ensino, porque essa autonomia, atendidas obviamente as medidas regulamentares, é imprescindível para que nós possamos continuar oferecendo inovação e serviço de alta qualidade ao Sistema Educacional Brasileiro.

É muito importante que a gente entenda sobre a isonomia, citada pela Profa. Amábile Pacios.

Hoje, o debate da reforma tributária, da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, deu ao setor de educação particular um fator de redução de 60% do IBS e da CBS, mas, como está sendo discutida uma alíquota em torno de 28% ou maior do que 28%, nós teremos, sim, um aumento dessa nossa contribuição com impostos, e o Pró-Básico pode ser uma estratégia muito prática, muito rápida, muito efetiva, visto que o Prouni, que é o equivalente do ensino superior, já tem demonstrado isso ao longo dos anos. E isso pode ser muito importante para que a gente possa atingir as metas e os objetivos previstos no Plano Nacional de Educação, para que a gente possa oferecer mais inclusão para as pessoas com deficiência, para que a gente possa oferecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais equidade para as pessoas de uma forma geral e para que a gente possa gerar um PIB maior, visto que, tendo atendido o déficit de vagas, os pais poderiam ir para o mercado de trabalho, girando todo o processo da máquina econômica brasileira, para que a gente possa gerar desenvolvimento econômico-social e muita tranquilidade para a população brasileira, que realmente merece.

A parte do monitoramento, do acompanhamento periódico das metas do Plano Nacional de Educação é imprescindível para que a gente possa fazer ajustes de rota, visto que a gente pode estar se distanciando do atendimento daquela meta, e esse ajuste de rota pode gerar uma volta para nós conseguirmos ter ações bem efetivas e eficazes para atender aos objetivos e às metas.

E é muito importante a gente poder dizer que não existe algo mais efetivo nesse processo do que a diversidade: diversidade de ações, diversidade de ideias... E a parceria público-privada é uma diversidade muito significativa que pode trazer para a educação brasileira resultados desejados, resultados que sejam muito promissores.

Eu agradeço ao senhor mais uma vez.

Gostaria também de deixar a nossa homenagem, a da Abreduc, para os educadores brasileiros, que têm o Dia do Professor comemorado amanhã. Eles são peças imprescindíveis para que as crianças possam se descobrir, ser descobertas e fazer da escola um lugar de crescimento, desenvolvimento e para que elas possam sonhar e realizar seus sonhos.

Muito obrigado ao senhor!

A Abreduc está à disposição para tudo aquilo que for necessário, para a participação no debate e nos processos relacionados com a educação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo, Marcos Raggazzi, Presidente da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (Abreduc).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi citado o Sistema Nacional de Educação. E, até para dizer para as pessoas que nos acompanham, o Plano Nacional de Educação é um projeto de lei, e o Sistema Nacional de Educação já vem previsto, inclusive, pela própria Constituição Federal, Lei Diretrizes e Bases da Educação, no plano nacional anterior. Temos que pensar na sua importância, porque a gente tem que pensar, por exemplo, do ponto de vista do Prefeito. O Prefeito tem que assegurar o transporte escolar; muito bem, como é que pode ter a participação, a colaboração do estado e do Governo Federal para realmente ter a implementação desse objetivo de proporcionar transporte escolar? Lá no Amazonas é o barco, eventualmente o ônibus; aqui no Sul, é o ônibus; e que tipo de colaboração que vai haver...? É essa articulação dos três entes federados a favor das metas que a gente propõe que constitui o sistema nacional – essa organização, no caso, tripartite – para que cada objetivo desses possa ser debatido, para o Prefeito saber exatamente com que tipo de apoio pode contar. Eu tenho que ver uma creche, mas eu não preciso construir uma creche nova, eu quero melhorar a creche: acrescentar salas, cozinha, melhorar o banheiro, o acesso; ou eu quero construir uma creche; existe algum tipo de apoio do governo do estado, do Governo Federal?

Essa articulação permanente, essa pactuação tem que acontecer no Sistema Nacional de Educação, porque, hoje em dia, o Prefeito não sabe exatamente com que apoio pode contar, quais as verbas... Apresentam-se os objetivos, mas, se ele souber em detalhe como é que tudo isso vai funcionar, não há dúvida alguma de que as ações serão muito maiores, não haverá tanto discurso, como a Irmã Marisa colocou, com, muitas vezes, a falta de efetivação. Então, o sistema nacional é algo essencial para a educação brasileira, com essa articulação tripartite ou bipartite nos estados, com os estados e municípios se sentando também para discutir... "Ah, vamos fechar escolas no campo." Tem que se discutir isso, porque para o campo, muitas vezes, a escola que está lá é um sinal importante para o prestígio da própria comunidade, para que a comunidade se sinta valorizada. Então, tem que se discutir no âmbito bipartite. E, lá no município...

Esse projeto de lei foi aprovado no Senado e está na Câmara. Ele pode ser modificado, melhorado, discutido, mas é essencial... Eu, inclusive, sou de opinião de que o sistema nacional deveria anteceder ou vir junto com o Plano Nacional de Educação, claro, dentro das regras constitucionais, legais, porque a gente tem que saber como, como que isso vai acontecer, como é que vai ser a participação de cada ente federado.

Agradeço de novo ao Marcos Raggazzi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, em seguida, ao Sr. Arnaldo Cardoso Freire, que é o 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

O SR. ARNALDO CARDOSO FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, em relação aos comentários e às perguntas, é interessante... A primeira pergunta fala sobre um problema que nós estamos vivendo agora que é a questão das mudanças climáticas, a sustentabilidade ambiental... Então, lá no art. 3º, inciso X, foi a primeira observação interessante que eu achei na mudança desse novo plano em relação a isso, porque, quando ele fala lá que o respeito... Deixe-me achar aqui o art. 3º rapidinho. (*Pausa.*)

O art. 3º, inciso X, fala assim: "X - a promoção dos direitos humanos, do respeito à diversidade e da sustentabilidade socioambiental". Então, esse plano, como diz a Irmã Marisa, na visão que nós temos, realmente é um plano muito bem estruturado, com várias questões atuais. Então, essa observação aí...

Em relação... Lá no Capítulo V, também ele tem outra... Deixe-me achar o... O Capítulo V vai falar sobre... Não... Na questão do Sistema Nacional de Educação, lá nas transitórias, ele fala num prazo de três anos. Era até uma pergunta que eu ia fazer e que o senhor já respondeu. No prazo de três anos da vigência desse PNE, já teria que ter sido implantado o Sistema Nacional de Educação, não é? E, desde 2010, nós estamos com essa luta aí do Sistema Nacional de Educação.

Quero só agradecer o convite para participar desta audiência e dizer também que a Confenen é uma instituição que está presente em todos os estados brasileiros. Em praticamente quase 5 mil municípios brasileiros, nós temos escolas particulares. E nos colocamos à disposição da Comissão.

E, só reiterando as palavras da Irmã Marisa quando ela fala algo que é um sentimento de todos os integrantes, quando nós vemos uma pessoa como o Senador Flávio Arns à frente desse processo, nós ficamos mais tranquilos, sabemos que realmente o processo está sendo bem conduzido por pessoas realmente que têm interesse na melhoria da educação brasileira, que é isso de que nós precisamos muito.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos novamente ao Sr. Arnaldo Cardoso Freire, que é 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

Eu quero novamente ressaltar a importância da presença e da participação das instituições nesta audiência pública do dia de hoje e dizer que esse diálogo e essa interlocução têm que acontecer permanentemente. Ficamos à disposição, como já mencionado, para recebermos, como Comissão de Educação e Cultura, sugestões, por escrito obviamente, das instituições.

Isto é o que acontece com o próprio Senado Federal: quando há um projeto de lei em tramitação, nós apresentamos emendas, sejamos Deputados ou Senadores. Dependendo do projeto, podemos apresentar emendas nas Comissões, emendas no Plenário, mas sempre também de acordo com algumas regras estabelecidas para aquele projeto de lei específico.

Da mesma forma, o que eu estou propondo é que a sociedade apresente a sugestão de redação: adicionar, tirar, alterar, a palavra não está correta, substitutivo de algum artigo, de algum parágrafo, porque isso facilita em muito a abordagem por parte da Consultoria do Senado, dos próprios Senadores e Senadoras, porque já significará um debate, uma discussão, uma reflexão dos setores da sociedade. Então, tudo isso, todo esse material será muito bem-vindo.

Eu quero, como todos já fizeram também, enaltecer novamente o Dia do Professor e da professora, no dia de amanhã, 15 de outubro. Eu posso dizer que eu sou professor. Quando alguém me pergunta: "Qual a sua profissão?", eu digo: sou professor. Já fui professor do ensino fundamental, do ensino médio, de cursinho preparatório para vestibular, também do ensino superior, então, eu sou professor.

E o que eu mais desejo para os professores e professoras do Brasil é que continuem firmes, animados. Saibam que vocês são muito importantes, necessários, indispensáveis, nada acontece se não for através... Todos nós tivemos professores e professoras muito dedicados nas nossas caminhadas de vida. Então, eu quero dizer que nada é mais importante do que a valorização da carreira do professor e da professora: concursos, salários, a atitude dos gestores de dizer: "Olha, vocês são importantes não unicamente nas palavras, mas principalmente nas ações a favor da área – na formação inicial, formação continuada, mestrado, doutorado, especialização", e todos nós, no Brasil, valorizarmos o que existe de mais importante, que é a educação; e a educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece pelas mãos dos professores e professoras. Então, vamos juntos nessa caminhada. E todos os professores e professoras do Brasil contem com todos nós nessa empreitada, nesse esforço para essa mudança.

Nós temos mais de 50% dos professores, na educação básica, contratados através de sistemas precários, com contratação provisória, e isso significa um ano, dois anos. Temos que mudar isso. Isso tem que constar dos documentos legais e dos planos também, para valorizar e a pessoa pensar: não, eu quero ter uma carreira realmente como professor e professora e profissional da educação. Mas amanhã é o Dia do Professor e da professora.

Agradeço novamente a exposição, a participação: Marcos, Irmã Marisa, Prof. Arnaldo, Amábile, que teve também que sair um pouco antes; agradeço à Andréia e a toda a estrutura da Secretaria da Comissão de Educação e Cultura, à Consultoria, aos meios de comunicação do Senado, a todos e a todas que nos acompanham pelo Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Rosana Martinelli, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Bene Camacho, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Beto Martins, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, André Amaral, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho, Magno Malta e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 57ª e 58ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 49, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16-CCJ/CAE, das Emendas nºs 17, 18, 19 e 20-CAE e pela rejeição das Emendas nºs 9, 12 e 14-CCJ; nº 21-CAE; e nº 23-CE, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 24 – CE (Substitutivo), com acolhimento das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16-CCJ/CAE/CE e das Emendas nºs 17, 18, 19 e 20-CAE/CE. O substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1124, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para prever o abatimento no saldo devedor do FIES para todos os estudantes que exercerem suas profissões em serviços públicos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Relatoria:** Senadora Rosana Martinelli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3215, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6284, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades da educação básica." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 – CE (Substitutivo). O substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1519, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever a criação de ações que favoreçam o ingresso de pessoas idosas nos cursos de graduação." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-T/CDH. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2335, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a inserção de advertência acerca dos malefícios do consumo de álcool, tabaco e outras drogas, em livros didáticos e paradidáticos distribuídos nas escolas públicas; e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, para ampliar o escopo das atividades de prevenção ao uso de drogas." **Autoria:** Senador Guaracy Silveira (AVANTE/TO). **Relatoria:** Senador Beto Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta e com uma subemenda à Emenda nº 1 - CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2755, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Nordestino." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3356, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1205, de 2023 - Terminativo -** que: "Reconhece como patrimônio cultural material do Brasil o acervo jornalístico do Diario de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5894, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Darcy Ribeiro no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 89, de 2024** que: "Requer, em aditamento ao REQ 64/2024 - CE, a inclusão como convidada da Doutora Lúcia Maria Teixeira, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Bene Camacho (PSD/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 90, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional do Cidadão Solidário. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; representante da Receita Federal; representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); e representante do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF)." **Autoria:** Senador Bene Camacho (PSD/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 92, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1124/2024, que 'altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para prever o abatimento no saldo devedor do FIES para todos os estudantes que exercerem suas profissões em serviços públicos'." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 93, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de para debater a reestruturação do Plano das Carreiras dos Cargos da Cultura (PCCULT)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rosana Martinelli
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de outubro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 57ª e da 58ª Reuniões, realizadas nos dias 8 e 14 de outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e são terminativos na Comissão serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Ficam retirados de pauta os itens 5 e 8, a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1519, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever a criação de ações que favoreçam o ingresso de pessoas idosas nos cursos de graduação.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-T/CDH.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-T/CDH.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

3. Em 14/05/2024, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 3356, DE 2021

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela aprovação do projeto.

)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro item é o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2015.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2015

- Terminativo -

Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto, pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16-CCJ/CAE, das Emendas nºs 17, 18, 19 e 20-CAE e pela rejeição das Emendas nºs 9, 12 e 14-CCJ; nº 21-CAE; e nº 23-CE, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 25/10/2023, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 16-CCJ.

3. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16 da CCJ-CAE; com as Emendas nºs 17 a 21 - CAE; rejeitando as emendas nºs 9, 12 e 14-CCJ.

4. Em 17/09/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

5. Em 24/09/2024, foi apresentada a emenda nº 22, de autoria do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Em 25/09/2024, foi apresentada a emenda nº 23, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6. Em 10/10/2024, o Senador Hamilton Mourão apresentou requerimento de retirada da Emenda nº 22.

7. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado

Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Eu concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu novo relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sra. Presidenta.

Bom dia a V. Exa., bom dia aos demais Senadores presentes nesta sessão, bom dia a todos que nos assistem.

Como estamos na Comissão de Educação e Cultura, eu queria começar mandando uma saudação compartilhada com a minha profissão de professora para todos os professores e professoras do Brasil pela passagem do seu dia: 15 de outubro é o nosso dia, o Dia do Professor e da Professora. Acho muito simbólico, inclusive, Senadora, que nós possamos aprovar um projeto referente a livro, leitura e literatura neste dia. Nós professores precisamos muito disso e nossos estudantes também.

Como V. Exa. já fez um bom apanhado muito preciso da tramitação de todo esse processo do projeto, eu vou simplesmente me dedicar ao que foi feito após o regimental e correto pedido de vista. Foram apresentadas, após esse pedido de vista, duas emendas, como bem disse V. Exa., uma do Senador Mourão, outra da Senadora Damares. O Senador Mourão retirou a emenda no processo de negociação, a Senadora Damares a manteve. Conversei, inclusive, com ela hoje, que não chegará a tempo, mas expliquei o que vou explicar agora aos senhores: a emenda se detém à mudança do prazo da permanência do preço de capa. O projeto pontua o prazo de doze meses e a emenda passaria para seis meses. Analisando com todo cuidado, com muita atenção e conversando também com pessoas do setor, nós estamos rejeitando a emenda porque é um prazo bastante inexequível. Nós entendemos ser razoável o prazo de doze meses para permanência do preço de capa para livros recém-lançados, seis meses ficaria para livros reeditados, para que haja todo o processo de organização, todo o processo operativo para que os livros cheguem às livrarias, cheguem ao leitor e à leitora desta maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero concluir, Senadora, dizendo, portanto, que o relatório se mantém o mesmo que apresentei no dia do pedido de vista, no dia 17/9, com várias reuniões posteriores, e apenas com a rejeição da Emenda da Comissão de Educação nº 23.

E quero concluir saudando o PL, que é de autoria bem remota, da Senadora Fátima Bezerra, por cinco pontos – eu tenho certeza de que ele vai nos ajudar na política do livro: 1 - promover acesso aos livros e à bibliodiversidade, em condições de coexistência saudável e sustentável; 2 - promover apoio ao setor livreiro como importante equipamento cultural que merece ser fortalecido e que está frágil no nosso país; 3 – garantir a sobrevivência e a competitividade das livrarias brasileiras, algumas fechando inclusive espaços fundamentais de encontro, troca de ideias e disseminação do conhecimento; 4 – aumentar a diversidade e disponibilidade de publicações; 5 - trazer para o país a experiência bem-sucedida no tocante a este item de outros países.

Já analisei, na reunião passada, todo o processo da juridicidade, da constitucionalidade, realçando esse mérito, e mantenho, portanto, o voto pela aprovação do projeto, nos termos do relatório que foi lido em 17/9.

Esse é o voto, Sra. Presidenta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Amin.

Seja muito bem-vindo! Muito obrigada pela presença, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu que agradeço, Presidente. Fico muito satisfeito por estar sendo presidido por V. Exa., querida amiga.

Quero dizer para a Senadora Teresa Leitão que voto a favor, porque eu, quando guri – não posso dizer que hoje eu seja –, era um assíduo frequentador de bibliotecas e livrarias e ainda sou muito apegado ao cheiro do livro. O cheiro do livro é insubstituível. E, apesar de o meu querido amigo Amauri ter ressalvas ao projeto, eu vou votar a favor e quero louvar aqui o relatório da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa Leitão. E creio que aprovar esse projeto neste dia complementa a homenagem que todos nós fazemos, neste dia, aos professores.

Hoje é o Dia do Professor e, na Comissão de Educação, certamente, nós temos que fazer uma celebração; e esta preocupação com o livro não deixa de ser uma homenagem justa e apropriada ao professor.

Muito obrigado.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2015. (*Pausa.*)

A palavra ao Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de expressar, dentro deste projeto de lei, a minha contrariedade com este projeto por duas razões simples. A primeira é com relação à livre concorrência, que é sempre importante em um país, inclusive porque está prevista na Constituição. E, segundo, é que o Brasil já é um país que lê muito pouco. A gente precisa incentivar e não atrapalhar a leitura. Ou seja, se a gente está fazendo uma colocação de preço – é quase como um controle de preço ao contrário – colocando um preço mínimo, significa que o consumidor vai pagar mais. E deveria ser justamente o contrário, o consumidor pagar menos, para ter acesso a livros, poder ler mais, aprender mais. E é assim que a gente consegue ter as pessoas sendo sucesso na vida: através do conhecimento, através da leitura. Então, devido a esses dois pontos: primeiro, isso vai contra a livre concorrência; segundo, aumenta o preço para o consumidor. Tudo o que aumenta o preço para o consumidor, para mim eu sou contra. Então, essa é a razão por que eu expresso já aqui diretamente que sou contra um projeto de lei dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A votação será nominal.

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2015, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Não abriu? (*Pausa.*)

Estamos só aguardando porque está com um probleminha técnico aqui. Já abriremos o painel.

Pronto, painel aberto para votação.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero registrar a presença do nosso Senador Bene Camacho.

Seja muito bem-vindo! (*Pausa.*)

Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Quantos são?

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Foi verificado o seguinte resultado: 11, SIM; 2, NÃO.

Abstenção: 0.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a Emenda nº 24-CE, Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2015, com acolhimento das Emendas nº 1, 2, 3 ,4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16, da CCJ, da CAE e da Comissão de Educação; e das Emendas nºs 17, 18, 19 e 20, da CAE e da Comissão de Educação.

Ficam prejudicados o projeto e as demais emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1124, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para prever o abatimento no saldo devedor do FIES para todos os estudantes que exercerem suas profissões em serviços públicos.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF)

Relatoria: Senadora Rosana Martinelli

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 17/09/2024 e 08/10/2024.

3. Em 17/09/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Com a palavra, a Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sra. Presidenta.

No intervalo da vista, eu apresentei um requerimento solicitando que este projeto, que é um projeto de ampla repercussão, um projeto importante, fosse objeto de uma audiência pública. O requerimento foi apresentado na Comissão, no dia 11 de outubro. Eu queria que V. Exa., portanto, pudesse considerá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 92, de 2024, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão... (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Bem, eu não tenho nenhuma dificuldade em acatar o requerimento e votar favoravelmente ao requerimento. Espero que a gente possa fazê-lo o mais rápido possível. É uma matéria muito relevante, e eu tenho certeza de que o Governo irá contribuir e concordar com a importância deste projeto.

Então, vamos votar o requerimento e pedir à Comissão que marque imediatamente essa audiência pública, até porque V. Exa. é a Relatora...

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... e a gente gostaria muito de que V. Exa. concluísse este projeto, como Relatora, até o final.

Então, concordo com a audiência e solicito a urgência disso.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador autor, e concordo com V. Exa. também para a gente agilizar o processo.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Tendo sido aprovado o Requerimento nº 92, de 2024, que requer audiência pública para instruir o PL 1.124, de 2024, fica adiada a deliberação da matéria, nos termos dos arts. 279 e 315 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos para o item 4 da pauta.

Projeto de Lei nº 6.284, de 2019.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer condições de oferta de ensino da língua brasileira de sinais (libras), em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Autoria: Senador Romário.

Relatoria: Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Esse item foi retirado... Do Senador Paim, caiu a conexão. Ele pediu para nós alterarmos a pauta. Em seguida, nós voltamos para esse item da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1205, DE 2023

- Terminativo -

Reconhece como patrimônio cultural material do Brasil o acervo jornalístico do Diario de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Federal Eduardo da Fonte.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Presidenta, é o de Eduardo da Fonte, sobre o Diário de Pernambuco, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Então, é também de decisão terminativa.

Vem à análise da Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 1.205, de 2023, de autoria do Deputado Eduardo da Fonte, que reconhece como patrimônio cultural material do Brasil o acervo jornalístico do *Diário de Pernambuco*.

Na justificação da proposição, o autor elenca as razões que justificam, em seu entender, o reconhecimento do conjunto documental como integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Na Casa de origem, a proposição foi aprovada, em caráter conclusivo, nas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Passo, portanto, à análise.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, a exemplo da proposição em debate.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial, no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam na proposição vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

O *Diário de Pernambuco* é o jornal mais antigo em circulação no Hemisfério Sul e o mais antigo do mundo em língua portuguesa. Para nós, pernambucanos e pernambucanas, é um orgulho da nossa história. Fundado em 1825, ao longo dos seus quase dois séculos de existência, o jornal registrou importantes fatos políticos, sociais e culturais do Brasil, sendo uma verdadeira fonte de informação e conhecimento sobre a nossa história.

A preservação desse acervo jornalístico é fundamental para assegurar a preservação da história do Brasil e lembrar que a construção do nosso futuro está diretamente ligada ao conhecimento que temos do passado.

Aos Senadores de outros estados, quando vierem ao Recife, a Pernambuco, não deixem de passar na Pracinha do Diário; é lá que está o centenário prédio onde funcionou, durante muitos anos, o *Diário de Pernambuco*. Hoje o prédio está fechado para recuperação. O desgaste do tempo de uso e da necessidade de manutenção nos impôs essa realidade, mas o Governo do estado tomou essa posição de recuperá-lo. É um prédio secular e histórico, porque, nessa praça, em muitas ocasiões, a sociedade se manifestou, sobretudo nas lutas em defesa da democracia, da sacada do *Diário*. A praça, que fica em frente ao prédio do *Diário de Pernambuco*, tem o nome de Praça da Independência, mas, nós, recifenses, afetuosamente, a chamamos de Pracinha do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diário, tal a importância desse secular meio de comunicação para nós, pernambucanos, recifenses, mas sobretudo para o Brasil e para toda a América Latina.

Quero parabenizar o Deputado Eduardo da Fonte pela iniciativa e agradecer a esta Comissão a oportunidade de ser Relatora desse projeto.

Por todas essas razões, consideramos justa e merecida a iniciativa proposta.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.205, de 2023.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada, Senadora Teresa Leitão.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Vamos voltar ao item 4, já que o Senador Paim conseguiu a conexão.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 6284, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidenta, eu estou aqui já com o relatório na mão e vou começar a fazer a leitura.

Relatório.

Vem a exame, na Comissão de Educação e Cultura, o Projeto de Lei nº 6.284, de 2019, de autoria do Senador Romário, que visa a incluir na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), condições de oferta da língua brasileira de sinais (libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica. Esse é um pedido antigo, pela importância que tem a língua de sinais (libras).

Para tanto, o projeto, que é composto de três artigos, utiliza o seu art. 1º para acrescentar à LDB o art. 26-B, o qual se destina a obrigar sistemas de ensino a ofertar a libras como língua de comunicação para todos os estudantes surdos, em todos os níveis e modalidades da educação básica, nas instituições públicas e privadas de ensino.

Em adição, o parágrafo único do novo artigo impele os sistemas de ensino a tratar, mediante regulamento, das condições de oferta do ensino para todos os estudantes.

Eu vou tentar simplificar ao máximo aqui o relatório, porque é longo, viu Presidenta Rosana Martinelli? A ideia parece simples, mas a argumentação é de três páginas.

Em adição, o parágrafo único do novo artigo impele os sistemas de ensino a tratar, mediante regulamento, das condições de oferta do ensino de libras, sobre a necessidade de professores bilíngues, de tradutores e intérpretes, e de tecnologias de comunicação em libras, assim como do acesso da comunidade estudantil ouvinte, e de todos os pais de alunos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência auditiva ou responsáveis, ao aprendizado desse instrumento de comunicação e expressão.

Em seu art. 2º, o PL fixa o prazo de três anos para que os sistemas de ensino implementem as exigências estabelecidas no art. 1º.

Por fim, de acordo com o art. 3º, a lei decorrente do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na qual obteve parecer pela aprovação, e agora vem a esta Comissão para decisão em caráter terminativo.

A proposta, Sra. Presidenta, foi discutida amplamente e, por essas razões, ainda que a alteração da Lei nº 14.191, de 2021, tenha suprido significativamente a preocupação do Senador Romário, somos pela acolhida parcial desta matéria pelo Senado Federal, no tocante à possibilidade de extensão de oferta de libras às famílias e aos alunos ouvintes, tema sobre o qual a lei em vigor remanesce silente.

Ainda que com essa perspectiva restrita, o projeto deve ser visto sob a ótica do investimento, uma vez que o modelo de inclusão proposto enriquece a todos, humana e culturalmente, detendo potencial para ampliar o repertório de habilidades sociais e de comunicação da população de maneira geral.

Finalmente, não se pode deixar de ressaltar a contribuição da medida para a passagem a um paradigma em que a escola normal seja aquela em que as diferenças apenas fazem parte do seu cotidiano, como uma característica a mais, para a qual estará preparada sem estranhamento.

Resumo.

Ao cabo, este pode ser um daqueles projetos que nos dá um ensejo para tocar em um assunto que parece ser tabu no Parlamento e na educação, como de resto: a luta da felicidade. (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vamos aguardar um pouquinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aguardar um pouquinho se volta a conexão com o Senador Paulo Paim para concluir seu relatório. (*Pausa.*)

Nesse intervalo – vamos aguardando a conexão voltar com o Senador Paulo Paim –, vamos para o item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 90, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional do Cidadão Solidário. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; representante Receita Federal; representante Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); e representante Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF).

Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA)

Eu concedo a palavra ao Senador, que é autor do requerimento.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para encaminhar.) – Bom dia, Senadora Rosana Martinelli, Presidente da Comissão de Educação e Cultura. Cumprimentando a senhora, quero cumprimentar a todas as Senadoras desta Comissão e da Casa; e, cumprimentando o Senador Izalci, quero cumprimentar a todos os Senadores da Comissão.

O motivo da solicitação do Dia Nacional do Cidadão Solidário é para que a gente possa concretizar um objetivo muito óbvio e de grande alcance que foi previsto na Lei de Incentivo Fiscal, que permite que cada um de nós, contribuintes, possa destinar pelo menos 6% do seu Imposto de Renda a ações filantrópicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós vamos observar o quantitativo dessas possíveis doações que seriam efetuadas dentro de cada um dos municípios brasileiros e o quanto disso realmente se consegue chegar, nós ficamos impressionados.

Segundo os dados do Ministério da Fazenda, no ano de 2024, se cada um de nós tivesse doado até 6% do nosso Imposto de Renda retido na fonte ou do Imposto de Renda a receber, o potencial disso, Senadora Rosana, seria de 14,810 bilhões para serem destinados a cada um dos municípios, para atender a ações filantrópicas. Desse total potencial, menos de 3% foram efetivados.

Nós temos aqui o dado de R$387,490 milhões, 3% daquilo que eu, a senhora e cada um dos aqui presentes poderíamos ter destinado para ações de um alcance de impacto social imediato dentro de cada um dos nossos municípios, e 3% disso é que realmente se concretizaram, e nós achamos que não é possível que isso permaneça. E o maior motivo disso, às vezes, é o desconhecimento de qual é o processo para essa doação.

Nós temos aqui o Senador Izalci, que é da área da contabilidade – é 01 também, que eu fiquei sabendo, não é? –, e nós vemos o quanto poderia ser destinado: 14 bilhões, quase 15 bilhões só do imposto da pessoa física. E o desconhecimento...

Eu não vou perguntar, mas, retoricamente, cada um de nós deveria pensar: quanto de nós aqui, do nosso Imposto de Renda, que nós pagamos – e não é do imposto a pagar, é do imposto devido... E podemos doar também do imposto a devolver; e podemos doar antes da declaração, durante a declaração e até após a declaração, através daquela declaração retificadora.

Hoje, nos municípios, nós podemos doar apenas ao Fundo da Criança e do Adolescente e ao Fundo dos Idosos, mas, consultando a Receita Federal, esses recursos também podem ser colocados no Fundo Municipal de Saúde, dentro de cada um dos nossos municípios. Quase R$15 bilhões poderiam ser injetados em ações a que nós, como cidadãos, iríamos dar o atestado, porque ninguém vai doar para uma ação, uma entidade que ele não julgue ser eficiente, ser efetiva na destinação.

Então, é em virtude de tentarmos fazer o esclarecimento, de tentarmos fazer a conscientização, de fazermos com que tanto o Ministério da Fazenda – que tem ali diversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ferramentas já estabelecidas, mas não chegam ao conhecimento do público-alvo – como também o Ministério de Ação Social possam ser proativos, que as associações que têm direito a receber possam ser capacitadas para informar, dentro da sua cidade, os possíveis alvos de doação, para que sejam alcançados.

Então, em virtude disso, nós instituímos e estamos fazendo, para que seja criado o Dia Nacional do Cidadão Solidário.

Não fui eu que criei esse nome. Cidadão Solidário é o programa da Receita Federal que permite tanto à pessoa física quanto à jurídica fazerem essa doação. É a única parte dos nossos impostos que a Receita permite que cada um de nós destine para onde achar melhor que seja aplicado aquele recurso.

Então, em decorrência disso, nós queremos criar, no primeiro dia da declaração do Imposto de Renda, o Dia Nacional do Cidadão Solidário, para que possa dar publicidade, para que esse recurso alcance o destino de quem necessita e também traga satisfação ao coração de cada um dos doadores.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com a palavra, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, quero dar total apoio a esse requerimento.

Acho que é muito importante, sim, a gente criar essa cultura solidária, e esta audiência pode contribuir bastante com essa cultura, porque a gente precisa tanto ajudar essas entidades que fazem muito.

Eu fico imaginando o Governo hoje, se não fossem as instituições hoje...

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É verdade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... que são quem fazem realmente o social neste país.

Então, parabenizo a iniciativa do Senador Bene e vamos aprovar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria, Presidente, aproveitar... Eu já disse isso na Comissão de Assuntos Econômicos, e, como nós estamos da Comissão de Educação, eu não poderia deixar aqui de realmente parabenizar todos os professores deste país.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Verdade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nós estamos passando por um momento muito difícil com relação à profissão, falta de valorização, falta de estrutura, falta de reconhecimento.

Nós já estamos com um déficit muito grande de professores de matemática, química, física, e se a gente, de fato, não criar uma política consistente, que realmente atraia os melhores alunos para o magistério, nós vamos ter sérios problemas no país, porque, de fato, todas as profissões passam pelo professor.

Eu, que comecei a lecionar com 17 anos...

Precisamos, sim, não só de valorizar econômica, financeiramente, mas também de dar condições de trabalho, inclusive de dar educação continuada, permitir que eles possam se aperfeiçoar cada vez mais.

Temos que fazer uma campanha de respeito aos professores, porque também nós estamos vivendo um momento difícil, em que os alunos não respeitam mais o professor. E os pais ainda tomam... Eles estão sempre contra o professor e a favor dos filhos, porque muitas vezes desconhecem a realidade da escola.

Eu sei que não existe educação sem disciplina, sem hierarquia e sem respeito. Então, meus parabéns a todos os professores, em especial aos nossos professores aqui do Distrito Federal.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada.

Eu quero realmente parabenizar o Senador Bene Camacho pelo requerimento, que vem, realmente, esclarecer as possibilidades, e vai ser muito importante debatê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluindo, com a fala do Senador Izalci, as entidades têm um papel fundamental na nossa sociedade. O poder público, as prefeituras não conseguem atender, por mais boa vontade que tenham, e os recursos são poucos. E, principalmente, porque são prioridade educação e saúde, a parte da filantropia, não por vontade, acaba ficando em segundo, porque saúde é prioridade e também a nossa educação.

Parabéns. Eu tenho certeza de que esta audiência vai ser de grande valia para esclarecimentos.

Eu quero aproveitar, também, para parabenizar todos os professores na pessoa da Senadora Teresa Leitão, que é a nossa professora aqui no Senado, nossa colega. Quero parabenizar todos os Senadores do Brasil. Especialmente, o meu Estado de Mato Grosso, a minha cidade de Sinop, eu quero parabenizar-lhes todos os professores.

E, realmente, nós precisamos investir, capacitar, porque a educação é o futuro deste país, e nós precisamos investir cada vez mais. É necessário.

A votação do requerimento será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Parabéns, Senador Bene Camacho. (*Pausa.*)

Vamos voltar ao Senador Paulo Paim, ao Projeto de Lei 6.284, de 2015, para completar o seu relatório, Senador.

Com a palavra, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidenta, agradeço muito a V. Exa.

Eu estou no Rio Grande do Sul. Está chovendo muito aqui, Presidenta Rosana Martinelli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, na verdade, eu o simplifiquei ao máximo, ficou somente um artigo, em comum acordo já com o Ministério da Educação.

Como é que fica, então, antes que caia de novo a minha internet: "Os regulamentos sobre condições de oferta da educação bilíngue de surdos na educação básica, editados pelo sistema de ensino, disporão sobre o acesso da comunidade estudantil ouvinte e dos pais de alunos com deficiência auditiva ou responsáveis ao aprendizado... (*Falha no áudio.*) ... é que nós demos parecer favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pode continuar, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Já terminei, Presidenta.

O parecer é favorável.

O substitutivo se resume a um único artigo, que eu aqui apresentei, que vai ficar pela regulamentação do ministério com a participação dos pais e dos alunos.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Parabéns, Senador Paulo Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidenta Rosana Martinelli.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vamos ao item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 5894, DE 2019

- Terminativo -

Inscreve o nome de Darcy Ribeiro no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Autoria da Câmara dos Deputados, do Deputado Federal Chico d'Ângelo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Como a Rosana colocou, distante e buscando aqui esperança de que a internet me ajude, eu vou resumir o relatório.

Todos nós somos apaixonados por Darcy Ribeiro e, naturalmente, é com muito orgulho que eu faço o relatório para que ele seja colocado entre os heróis e heroínas da pátria.

Darcy Ribeiro foi tão importante para o Brasil e para o mundo que, mesmo quando falece, ele dá a oportunidade para que o suplente dele, que foi um líder de todos os tempos no movimento negro, assumisse por um período, então, esse espaço. Foi um acordo que ele fez na época.

Então, vamos lá. Bem simplesmente, eu vou simplificar.

Vou direto à análise, Presidente.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vício algum relacionado à constitucionalidade da matéria.

Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Eu só lembro, Presidente, o que eu falei na abertura: que o suplente dele foi o Abdias, já falecido também, que está lá no alto com ele defendendo, tenho certeza, os mesmos princípios.

Terminando, não vislumbramos, ademais, vício nenhum. Por isso, somos pela aprovação do projeto, uma grande homenagem a Darcy Ribeiro, um notável educador, antropólogo, político brasileiro, Senador, que se destacou como uma das figuras mais proeminentes na defesa da educação e da cultura no Brasil. Nascido em 26 de outubro de 1922, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, foi agraciado por um ambiente familiar que prezava pelo conhecimento, o que, indubitavelmente, moldou sua visão sobre a educação como um instrumento de transformação social.

Aqui eu encerro, Presidente, porque estou com um problema na internet.

Estamos, digamos, batendo palmas e aplaudindo o grande Darcy Ribeiro, que lá do alto continua, com certeza, olhando este momento como uma homenagem das tantas que ele recebeu no mundo. Darcy Ribeiro, nosso Herói da Pátria.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito bem, Senador.

Pela aprovação do projeto, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passaremos agora à votação nominal em bloco dos itens 4, 9 e 10 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 6.284, de 2019; PL 1.205, de 2023; e PL 5.894, de 2019.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Painel aberto para votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós temos um requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 93, de 2024, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

É o Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 93, de 2024, que requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a reestruturação do Plano das Carreiras dos Cargos da Cultura.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. José Celso Cardoso Jr., Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos; o Sr. Márcio Tavares, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura; o Sr. Leandro Grass, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; a representante do Fórum das Associações dos Servidores da Cultura, Sra. Thaís Werneck; o representante dos servidores do Instituto Brasileiro de Museus, Sr. Marcos de Brum Lopes; o representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Sr. Sérgio Ronaldo da Silva.

Este requerimento é de autoria do Senador Flávio Arns e subscrito por mim. (*Pausa.*)

Estamos aguardando só finalizar, para votarmos o requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – São 13 votos SIM; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: o PL 6.284, de 2019; o PL 1.205, de 2023; e o PL 5.894, de 2019.

O substitutivo ao Projeto de Lei 6.284, de 2019, aprovado, será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Fica prejudicado o projeto.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos agora para a votação do Requerimento nº 93, de 2024, de autoria do Senador Flávio Arns.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 93, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de para debater a reestruturação do Plano das Carreiras dos Cargos da Cultura (PCCULT).

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para o seguinte item:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 89, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao REQ 64/2024 - CE, a inclusão como convidada da Doutora Lúcia Maria Teixeira, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e outros

Eu concedo a palavra ao Senador Bene Camacho, que está representando o autor do requerimento.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Quero apoiar e subscrever o requerimento do Senador Hamilton Mourão.

A justificativa para esse requerimento é que a entidade referida congrega expressivo número de mantenedoras de organizações acadêmicas de todo o Brasil, reunidas em universidades, centros universitários e faculdades isoladas, com e sem fins lucrativos, filantrópicas, comunitárias e confessionais.

Destarte, o sindicato tem contribuição relevante a ser trazida para o enriquecimento do debate, nessa fase de construção de consenso para a futura apreciação parlamentar do Plano Nacional de Educação de 2024 a 2034, encaminhado a esta Casa pelo Governo Federal.

Então, em virtude disso, apoio e subscrevo o requerimento do Senador Mourão e peço a sua aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Nada havendo mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Tenham todos um bom dia e que Deus continue nos abençoando! Que tenhamos um final de dia maravilhoso!

Muito obrigada pela presença de todos, ao Senador Bene Camacho, ao Senador Izalci Lucas e a todos que estão *online* e que participaram da presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Bene Camacho, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Zenaide Maia, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Rosana Martinelli, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Beto Martins, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Weverton e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 90/2024 - CE, de autoria do Senador Bene Camacho (PSD/MA), a fim de instruir o PL 3603/2024, de autoria Senador Bene Camacho (PSD/MA). **Finalidade:** Debater a instituição do Dia Nacional do Cidadão Solidário. **Participantes:** Sr. Marcílio Marquesini Ferrari, Coordenador-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social/CGGTEP/DGSUAS/SNAS/MDS; Sr. José Carlos Nogueira Júnior, Coordenador-Geral de Atendimento da Receita Federal do Brasil; Sra. Mírian Cleidiane Queiroz Cunha, Procuradora Jurídica da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes); e Sr. Vanderlei Vianna, Relator de Relações Institucionais e Governamentais e membro do Comitê Jurídico do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/16

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Nós estamos aqui iniciando esta audiência pública da Comissão de Educação e Cultura, que tem por objetivo debater a instituição do Dia Nacional do Cidadão Solidário, a ser celebrado anualmente no primeiro dia do prazo de entrega da declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física.

Essa efeméride, que poderia apenas parecer uma data comemorativa, na verdade, tem por objetivo dar publicidade e efetivar uma política pública de estimular, em cada um de nós, a cultura da doação através de uma ferramenta que já está disponível e acessível. Nós vamos entender, nesta tarde, através da apresentação da Receita Federal, que, já há alguns anos, há disponibilidade de recursos vultosos para serem destinados à efetivação de ações de impacto social em cada um dos municípios brasileiros, de ações vitais que dizem respeito à atenção à criança, ao adolescente, ao idoso, à saúde, ao esporte, à cultura.

Todos nós, às vezes, vemos isso de uma forma abstrata, mas não conseguimos dimensionar. Se nós formos atentar um pouco para os dados que a própria Receita disponibiliza, expondo a possibilidade, a maneira dessa ação de cidadania que cada um de nós pode exercer, no ano de 2024, neste ano, somente pessoa física, o potencial de doação desse recurso foi da ordem de R$14,810 bilhões – somente pessoa física. Não temos os dados – provavelmente vamos ter mais tarde um pouquinho – da pessoa jurídica. Desse montante, o que nos choca é que somente R$387,490 milhões foram efetivamente doados, menos de 3%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto recurso que estava à disposição para ações impactantes não chegou, frustrando principalmente aqueles que seriam alvo dessa ação, uma população fragilizada, frustrando o doador, que poderia se sentir participante como cidadão em uma ação em que a Receita permite que cada um de nós use uma parte do recurso que deveria ser destinado ao Estado para executarmos ações que vão ao encontro do nosso anseio como cidadãos dentro dos nossos municípios! E isso frustra as entidades filantrópicas, carentes, na luta, à frente da batalha, com pessoas vocacionadas que enfrentam dificuldade todos os dias e que não conseguem, às vezes, produzir um melhor resultado por falta de alcance de um recurso que é líquido e certo e que está à disposição.

Que esta audiência mude a consciência de cada um de nós como doadores. Que esta audiência mude, na prática, a concretização desses recursos. Que esta audiência mude para que haja facilidade maior para que essas entidades filantrópicas possam atuar. Principalmente, que esta audiência mude a realidade de milhões de brasileiros que estão numa situação de necessidade muito grande.

Para que nós possamos dar início à nossa audiência, nós convidaremos a tomar assento o Sr. José Carlos Nogueira Júnior, Coordenador-Geral de Atendimento da Receita Federal do Brasil. (*Palmas.*)

Nós teremos participando remotamente o Sr. Marcílio Marquesini Ferrari, Coordenador-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social. Ele participará da nossa audiência de forma remota.

Convidamos aqui a Sra. Mírian Cleidiane Queiroz Cunha, Procuradora Jurídica da Federação Nacional das APAEs (Fenapaes). (*Palmas.*)

Também convidamos o Sr. Vanderlei Vianna, Relator de Relações Institucionais e Governamentais e membro do Comitê Jurídico do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif). (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Nós queremos registrar a presença muito importante de um segmento que vai viabilizar e vai ser a ponte entre o Executivo, o doador e as entidades filantrópicas, que são os representantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos contabilistas. Nós temos aqui o Sr. Manoel Carlos de Oliveira Júnior – parabenizo a presença –, Conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade e Coordenador do programa CFC Voluntário. Também parabenizo e registro a presença do Sr. Maurício Cândido, Conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade e Coordenador do programa CFC Voluntário. Durante esta audiência, terão vez e voz para manifestação, o que vai ser muito importante.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, e, ao fim das exposições, após os questionamentos, a cada palestrante será concedida uma outra fala, de cinco minutos, e também aos Parlamentares inscritos, àqueles que estão presentes, àqueles que nos assistem, será dada a possibilidade de fazer perguntas e comentários, que vão com certeza enriquecer a nossa audiência.

Nós vamos iniciar a nossa audiência dando a palavra ao Sr. José Carlos Nogueira Júnior, Coordenador-Geral de Atendimento da Receita Federal do Brasil, ao qual já, antecipadamente, agradecemos a gentileza da sua presença, de forma também extensiva ao Ministério da Fazenda.

O SR. JOSÉ CARLOS NOGUEIRA JÚNIOR (Para expor.) – Boa tarde a todos; boa tarde.

Cumprimento aqui o Senador Bene e os demais presentes na mesa.

Falo que é uma alegria poder representar a Receita Federal aqui e abrir este espaço para a gente falar. Por vezes, a gente tem uma visão da Receita associada ao Leão, e a gente vem mostrar aqui uma visão um pouco diferente: existe outro braço da Receita que acolhe, que leva o tributo para mudar a vida de pessoas na sua localidade, em nível estadual ou mesmo nacional.

Antes de apresentar aqui, eu gostaria de passar um vídeo de dois minutos que vai resumir bem qual é a ideia deste programa da Receita Federal: o Eu Sou Cidadão Solidário.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS NOGUEIRA JÚNIOR – Já agradeço aqui ao colega da Receita Ambrósio pela ideia de compartilhar esse vídeo com vocês, porque, às vezes, a gente não consegue falar tudo aqui, e aí ele fica marcado, sei que vai ser distribuído o material.

Vou dar início aqui à apresentação.

Vou falar com carinho aqui de uma coisa que é muito cara para nós da Receita que é Cidadania Fiscal. Dentro da Cidadania Fiscal, a gente tem um dos programas que é o Eu Sou Cidadão Solidário. (*Pausa.*)

Perfeito.

Dos programas que a Receita tem – desculpem estar pequenininho, mas a gente queria deixar mais a imagem aí com vocês –, há um programa que é Receita Cidadã. O que essa mulher tem na mão ali nada mais é do que cigarro apreendido transformado, que vira adubo. A gente pode trazer maior produtividade a custo zero, beneficiando universidades ou pequenos produtores.

Em Extensão Universitária, a gente está conscientizando. Por vezes a gente vê iniciativas: "Ah, por que me tributa? Por que eu pago imposto?". Estamos mudando essa consciência, seja na universidade, seja no ensino fundamental, buscando esse espaço.

Há o Conheça Nossa Aduana. Vocês já devem ter visto aquele seriado. A gente abre as portas para que conheçam a casa, a instituição. E é fundamental entender o papel do Estado nas fronteiras.

Há o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), com parcerias. Atualmente são quinhentos e poucos NAFs, que é um acordo entre a Receita e a universidade, em que a gente começa a preparar os colegas que são estudantes de contabilidade para o mercado, atendendo a população mais carente ali, dando orientação tributária.

E há o último, em que eu vou adentrar mais aqui, que é a questão do Eu Sou Cidadão Solidário, que tem tudo a ver com este momento em que a gente está.

Então, basicamente, ao fazer sua Declaração de Imposto de Renda, você, como pessoa física, tem possibilidade de destinar até 6% para Fundo da Criança e do Adolescente, do idoso, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronas, para o Pronon, enfim, para audiovisuais, para iniciativas. Imagine que você tem poder, como cidadão, como contribuinte, de decidir, de falar: "Não, realmente, eu conheço a fundação e posso levar até 6% do recurso para colaborar".

A gente conhece – eu vou citar um exemplo aqui –, vocês devem conhecer: a Canção Nova, numa cidade do interior de São Paulo, só para terem ideia, tem a perspectiva de receber... A Receita acompanha quanto poderia ser destinado. Eles recolhem mais de 200%, porque há toda uma comoção não só na cidade, no entorno, a gente conhece, e as pessoas dizem: "Não, realmente, esse dinheiro vai ser bem usado".

Você tem poder, como cidadão, de levar esse recurso lá. E não só como cidadão, você também, pessoa jurídica, pode.

Aqui, a gente colocou, para se ter ideia, a questão de limites globais. Eu falei 6%, mas você ainda pode ter mais 1% para o Pronon, mais 1% para o Pronas, chegando a 8%. E também o do desporto você pode até aumentar 2% e chegar a 7%. Ou seja, 9% do imposto devido seu você pode falar: "Não, vamos levar". Imaginem: a sociedade, tendo mobilização na cidade, posso falar, tem o poder de mudar a realidade, porque esse dinheiro vai ficar no seu município. Então, é muito importante essa conscientização.

Aqui a gente trouxe a questão da pessoa jurídica. Ela também, do imposto devido, pode destinar esse percentual, chegando a um total de 10%. Então, você imagine que, através da sociedade, dos contadores, tendo todo esse papel, tendo comoção, imagine o impacto! Com todo o Imposto de Renda, 6% da pessoa física e 10% da pessoa jurídica, sem dúvida, a gente tem o poder de mudar a realidade, enfim, de qualquer dessas entidades, que a gente sabe que realmente fazem diferença, do terceiro setor.

Aqui o Senador Bene trouxe... Veja o mar em que a gente está navegando ali, com um barquinho pequenininho. Ele falou da questão de hoje serem R$14 bilhões e de, hoje, apenas 2,61% desse recurso ser utilizado, ou seja, a gente tem um mar de 97% de recursos que a gente pode falar: "Não, realmente, eu posso transformar aqui meu estado, minha cidade, quem eu conheço". E o valor vem subindo não só em percentual, mas numericamente. Das pessoas jurídicas, a gente consegue essa informação através da escrituração contábil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, R$460 milhões foram destinados para o Fundo da Criança e do Adolescente e outros R$419 milhões para o idoso. Juntando, dá quase R$1 bilhão. Mas já antecipo que é muito pequeno também. Vocês imaginem como, com esse valor, a gente pode realmente mudar a realidade.

Deixo bem claro aqui para vocês que, ao fazer isso, você não está pagando imposto nenhum a mais. Esse imposto já é devido. Você pagaria o Darf, para recolher a diferença, ou a questão da restituição. É só um passo a mais que você vai fazer na sua declaração completa. Então, para o cidadão, bem orientado, com o apoio dos contadores, enfim, de todos, realmente, é custo zero. Ele tem o poder de falar: "Não, realmente a gente pode mudar isso aqui".

Deixo esse final aqui para dizer que, ao destinar parte do seu imposto, você ajuda a construir uma sociedade melhor, especialmente para aqueles que mais precisam.

Certamente, por meio desse programa Eu Sou Cidadão Solidário, você empodera o cidadão para poder definir para onde ele quer levar o recurso dele atualmente.

É isso que temos para passar.

Ficamos à disposição aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Agradecemos a exposição.

É óbvio que vamos explorar um pouco mais a presença, um pouquinho mais, mas queremos ouvir agora a exposição do Sr. Marcílio Marquesine Ferrari, Coordenador-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, que está *online*.

Já de início agradecemos a disponibilidade e a participação.

O SR. MARCÍLIO MARQUESINI FERRARI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, Sr. Senador Bene Camacho.

O Ministério do Desenvolvimento Social se sente muito honrado com esse convite.

Receba o abraço do nosso Ministro Wellington Dias e do nosso Secretário Nacional de Assistência Social, André Quintão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós é uma honra muito grande participar de uma atividade como essa.

Boa tarde também, Sr. José Carlos Nogueira Júnior, Sra. Mírian Cleidiani, Sr. Vanderlei Vianna, enfim, todos os participantes, todas as participantes e representações das entidades que estão presentes nesta audiência pública.

Para nós é muito importante ter esse diálogo.

No Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome, temos uma agenda muito importante com a sociedade civil. Enquanto Ministério, temos o compromisso de dialogar com todas as representações, todos os processos de construção participativo e com as entidades sociais também.

Dentro do Sistema Único de Assistência Social, que é um grande sistema, coordenado pelo nosso Ministério, temos a honra de contar com diversas entidades socioassistenciais, que nos ajudam a construir, de forma decisiva, de forma qualificada, o Sistema Único de Assistência Social, que está disseminado em todo o território nacional.

No Brasil, em toda sua extensão, temos a presença de um Cras e de um Creas, enfim, dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e das entidades socioassistenciais que, de forma complementar, ajudam o Estado brasileiro a construir o Sistema Único de Assistência Social.

Para vocês terem uma ideia, nós temos alguns números que são importantes relacionados ao Sistema Único de Assistência Social. Nós temos cerca de 465 mil trabalhadores e trabalhadoras em todo o território nacional que cuidam desse sistema. Boa parte desses trabalhadores e trabalhadoras são vinculados às entidades socioassistenciais, e elas vêm justamente, com toda essa *expertise,* nos ajudar a construir a agenda do Sistema Único de Assistência Social, de acordo com as previsões da Lei Orgânica da Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social; enfim, todos os nossos normativos nós construímos coletivamente dentro desse sistema. Para nós, é um orgulho muito grande termos como parceiras essas entidades.

E aí acho que é muito importante e muito salutar o diálogo a que a gente está se propondo hoje com todos e com todas justamente no processo de mobilização da sociedade brasileira para que a gente possa qualificar cada vez mais a prestação de serviços dessas entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa campanha que a Receita Federal tem realizado sinaliza muito neste sentido de nós mobilizarmos a população brasileira, toda nossa sociedade, para que parte dos recursos que seriam destinados ao Imposto de Renda fossem destinados para determinados fundos e, desses fundos, para determinadas entidades que possam, de fato, apoiar e implementar ações para a população que mais precisa na sociedade, que é a população também do Sistema Único de Assistência Social. Para nós, é muito importante esse processo; para nós, é muito importante essa discussão.

Então, eu gostaria de deixar o nosso abraço.

Estamos à disposição do Senador Bene Camacho e de todos os participantes para que a gente possa construir uma agenda positiva de considerações para a mobilização da população brasileira no sentido de abraçar essa campanha e, de fato, ampliar os recursos para as entidades sociais.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – (*Fora do microfone.*) ... poder fazer as indagações, mas passo agora a palavra à Sra. Mírian Cleidiane Queiroz Cunha, Procuradora Jurídica da Federação Nacional das Apaes, para que possa usar dos minutos seguintes para a sua exposição.

Já lhe agradeço a participação nesta nossa audiência.

A SRA. MÍRIAN CLEIDIANE QUEIROZ CUNHA (Para expor.) – Boa tarde a todos, especialmente ao Senador Bene Camacho.

Eu já tive a felicidade de fazer-lhe uma visita e conversar também sobre assuntos importantes juntamente com o Fonif (Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas).

Parabenizo-o pela pauta, pela audiência pública e pelo projeto que está sendo apresentado, do Dia Nacional do Cidadão Solidário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para cumprimentar o representante da Receita Federal, José Carlos Nogueira; também o representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Marcílio, que esteve conosco digitalmente; e também Vanderlei Vianna, que é membro do Fonif.

Boa tarde a todos os presentes.

Saúdo também o Conselho Federal de Contabilidade e o seu representante, que também, creio, é muito importante aqui. Senti falta dos representantes das organizações da sociedade civil mais presentes nessa pauta, mas eu creio que nós estamos aqui bem representados com relação ao fórum que vai disseminar, com certeza, essa pauta.

Bom, eu sou responsável pela área jurídica do movimento apaeano da Federação Nacional das Apaes. Deixo aqui o abraço do nosso Presidente, Prof. Jarbas, que mora em Tupaciguara, em Minas Gerais, não pôde estar conosco, mas sempre está aqui nessas pautas importantes.

Deixo aqui também um abraço ao Senador Flávio Arns, que sempre está fazendo grandes projetos e lutando pelo movimento das pessoas com deficiência.

Bom, eu gostaria de deixar aqui também aos senhores uma apresentação da Federação Nacional das Apaes, que é uma organização que este ano completa 70 anos de existência. Nossa primeira Apae nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então, Apae Rio. Ela nasceu em razão de uma mãe chamada Berenice Piana, que veio com uma pessoa com deficiência intelectual dos Estados Unidos e não encontrou, à época, nenhuma política pública para pessoa com deficiência. Então, a partir daí, a partir do fechamento de portas, enfim, talvez pelo desconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, não encontrando no poder público apoio, essa mãe movimentou-se junto com outras pessoas. Criou-se, então, a primeira Apae do Brasil. E, depois, estamos aí em um movimento onde temos representatividade em 50% dos municípios brasileiros.

Eu vou contar um pouquinho da história aqui para vocês, para demonstrar a importância e a alegria de estar aqui para instituirmos esse dia tão importante, que, com certeza, fará diferença no movimento apaeano. Então, contando aqui um pouquinho da história que já coloquei aos senhores, nosso movimento é formado pela sociedade civil, amigos, pais, pessoas que simpatizam com a causa. Nós temos 16 milhões de pessoas com deficiência, sendo que menos de 20% dessas pessoas estão incluídas no mercado de trabalho. Então, nós temos aí um percentual de 80% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que dependem exclusivamente dessas políticas públicas enquanto educação, saúde, assistência social e atividades correlatas de arte, esportes, enfim, tecnologia, para se integrarem na sociedade. Essa é a nossa luta.

A Apae Brasil tem sede aqui em Brasília, contudo nós estamos em todas as regiões do país, mais concentrados na Região Sul. Nós temos 2.255 Apaes e entidades filiadas à nossa federação. É o maior movimento organizado de defesa de pessoas com deficiência do mundo, então, nós temos orgulho disso também. Temos atuação na área da assistência social, educação, saúde, trabalho, esporte e arte.

Nós temos três eventos que são muito importantes para a rede, que são as Olimpíadas Especiais das Apaes, onde nós mobilizamos todo o país. Nós juntamos mais de 2 mil jovens com deficiência intelectual para participar desses jogos. Nós os fazemos em nível municipal, depois estadual e depois em nível nacional. Então, nós temos essas Olimpíadas, em que as pessoas se sentem prestigiadas, se desenvolvem, enquanto pessoas com deficiência, na sua autonomia. E por que eu trouxe esses três eventos? Porque os três, praticamente, são financiados com destinação do imposto de renda, são projetos incentivados. Então, nós temos as Olimpíadas, faz 49 anos que as Olimpíadas acontecem.

Nós temos o Festival Nacional Nossa Arte, que é um evento cultural em que existe uma seleção das pessoas e a gente vai selecionando as peças para culminar num projeto final nacional; realizamos também em todo o Brasil esse evento.

E, por último, não menos interessante, nós firmamos uma parceria com a Secretaria Nacional do Paradesporto, do Ministério do Esporte, em um projeto que está sendo executado pela ação nacional das Apaes, como entidade que faz o monitoramento e a gestão desse projeto. Também envolve a nossa faculdade, porque ele depende igualmente de capacitação dos profissionais. Nós fazemos, através do esporte, o atendimento à pessoa com autismo. Esse projeto foi 100% financiado com recursos advindos de incentivos fiscais.

Está aí a importância do assunto de que nós estamos falando, não obstante esse recurso venha por pessoa jurídica, que traz o valor mais elevado. Mas nós vemos pelos números apresentados pela Receita Federal o grande potencial de doação das pessoas físicas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente não é aportado, não é utilizado para beneficiar esses projetos que realmente transformam a vida das pessoas.

Então, quanto ao dia do cidadão solidário, não sei se poderíamos, como proposta ou sugestão, encaminhar algo também no sentido dessa doação da pessoa jurídica, que faz toda a diferença: como mobilizar a área de *marketing*, a área de estratégia, de responsabilidade social dessas grandes empresas que têm que cumprir também a Agenda dos ODS, em que temos o eixo da responsabilidade social muito latente – principalmente quando nós falamos no investimento de capital dessas grandes empresas, está muito presente a responsabilidade social. E a gente sempre sugere para essas empresas que nos procuram a opção da doação advinda do incentivo fiscal, porque a empresa não vai tirar realmente do seu bolso, mas, enfim, ela cumpre uma agenda também que é necessária dentro da responsabilidade social.

E quero deixar aqui também algumas considerações. Eu estou no movimento apaeano há mais ou menos 20 anos, então, eu nasci no movimento apaeano, construí minha história, minha carreira dentro do movimento. Não obstante ter outras atividades, a minha paixão, minha história de vida é realmente transformar a vida dessas pessoas. E a gente vê lá na base, lá nas cidades – visitei o Estado do Amazonas –, em cidades muito distantes: a gente vai por nove horas de uma lancha para chegar nas cidades, e aí a gente vê que a pessoa lá no canto lá do Brasil está sendo beneficiada por uma ação pela qual a gente luta aqui, dentro da Câmara, do Senado. Então, isso é muito importante para nós.

Senador, esse tema tem que ser mesmo debatido. O Dia Nacional do Cidadão Solidário acho que vai fazer muita diferença se nós juntarmos... Como o senhor falou, não é só uma data simbólica, é uma data que está sendo instituída, mas por trás da qual nós temos muitas ações a serem desenvolvidas. E aí importa em capacitação e em movimentação da Receita Federal também para isso, do Conselho Federal de Contabilidade e das organizações da sociedade civil de modo geral, que cumprem um papel muito importante nesse sentido.

Também quero falar um pouquinho – para pensarmos, porque eu acho importante – sobre o fato de que, até dezembro de 2023, nós não tínhamos a possibilidade, por exemplo, de a pessoa física ou de a pessoa jurídica fazerem uma doação direcionada à entidade. É como nós estarmos falando, por exemplo: eu sempre fiz a doação do Imposto de Renda, mas eu não tinha a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de escolher. Então, nós tivemos uma lei, em dezembro de 2023, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente e possibilitou essa doação direcionada, que agora compete ao Fundo da Infância e Adolescência, o FIA.

Agora, para o Fundo Nacional do Idoso, por exemplo, a gente não tem uma regulamentação específica, e aí esse dinheiro da doação vai para o fundo, vai para aquele monte ali de fundos, em cuja gestão a gente sabe que, na prática, os municípios, os estados têm muita dificuldade. Esse dinheiro, esse recurso, às vezes, pela burocracia e pela falta de conhecimento, não chega às entidades e é utilizado ali para as ações do próprio conselho.

Então, a gente também vive na pele, porque, além de nós termos que orientar projetos, gerir esses projetos, nós temos que trabalhar nessa articulação e ensinando, às vezes – muitas vezes! –, aquele município que não tem esse conhecimento de gestão desse fundo. Então, nós temos essa dificuldade, muita dificuldade nesse sentido.

Talvez também, Senador...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÍRIAN CLEIDIANE QUEIROZ CUNHA – ... seria preciso verificarmos toda essa legislação que rege os fundos.

E também aqui, só terminando minha fala, nós não temos o fundo da pessoa com deficiência. Tem um projeto de lei em andamento na Câmara, mas esse fundo da pessoa com deficiência transformaria ainda mais as ações das entidades que trabalham com a pessoa com deficiência e que têm uma representatividade muito, muito grande. Então, se a gente tivesse, além do Fundo da Infância e Adolescência, o fundo do idoso e da pessoa com deficiência, eu creio que estaríamos beneficiando ainda mais a sociedade de um modo geral.

Agradeço a oportunidade. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Nós é que agradecemos a exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar agora a palavra ao Sr. Vanderlei Vianna, Relator de Relações Institucionais e Governamentais e membro do Comitê Jurídico do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif).

O SR. VANDERLEI VIANNA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Senador Dr. Bene Camacho por chamar a atenção para esse tema e trazer aqui os cumprimentos do Dr. Custódio Pereira, que é o Diretor-Geral do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas.

Que emoção ver um relatório desses, viu, Dra. Mírian?

Quero cumprimentar a Dra. Mírian; o Dr. José Carlos, da Receita Federal; o Marcílio também, do Ministério do Desenvolvimento Social, que falou há pouco; os representantes do Conselho Federal de Contabilidade, que estão aqui e que são importantes demais no desenvolvimento dessa política pública; e os demais que estão nos vendo neste momento pelas redes sociais e também pelos canais do Senado Federal, que estão transmitindo ao vivo esta audiência pública.

Quero dizer que, como membro do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, nós somos defensores do imposto. Aliás, tem um jurista português, Casalta Nabais, que escreveu um livro, doutor, muito interessante, chamado *O dever fundamental de pagar impostos*.

Nós, brasileiros, temos uma Constituição de 36 anos, que fala muito dos direitos – direitos – fundamentais, mas nos esquecemos dos deveres fundamentais que existem também, e a nossa nação está se desenvolvendo, e, sem dúvida, a questão dos impostos é muito importante.

Como dizia até o grande terceiro Presidente dos Estados Unidos, "na vida há apenas duas certezas: a morte e os impostos". Então, nós devemos fazer deles, os impostos, os melhores enquanto estamos aqui.

Então, eu tenho uma pequena apresentação do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, para instituir um pouquinho, apresentar um pouquinho para vocês a importância desse tema.

O Fórum Nacional, hoje, no Brasil, nós temos – olhem só que número interessante – 879.326 organizações da sociedade civil, que são as antigamente conhecidas como ONGs, termo que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em desuso aqui, no Brasil, é mais internacional, mas olhem só: essa pesquisa é recente, 2024, do Ipea, o mapa das organizações da sociedade civil, dividido aí...

Você que, nas regiões, no Centro-Sul, a grande concentração das instituições está aí no Centro-Sul: mais de 300 mil. No Sul do Brasil também.

Então, nós temos esse número grande de entidades, e elas, evidentemente, desenvolvem projetos de todas as naturezas, mas focados na educação, na saúde e na assistência social principalmente – é verdade que temos inúmeros e bons projetos em outras áreas da assistência social também.

Algumas delas, um número pequeno delas, um número de 10 mil instituições, com suas filiais em mais de 27 mil, são entidades que são certificadas. Elas têm um certificado, que é o Cebas (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social).

Essas entidades... Inclusive, existe um projeto de lei, aqui, no Senado Federal, para que a destinação desse imposto destinado possa beneficiar também e carimbar essas entidades beneficentes de assistência social. São inúmeras.

Elas trabalham, por exemplo... Somente esse recorte dessas entidades que têm a certificação, elas atuam em mais de 230 milhões de procedimentos hospitalares a cada ano.

Nós temos um conjunto de 778 mil bolsas de estudos que estão nessas entidades, que têm uma imunidade condicionada. Elas representam uma contrapartida e, como contrapartida, por terem alguns incentivos tributários, têm que oferecer, em cada cinco alunos pagantes, uma bolsa integral. Então, somando todas no Brasil, as católicas, evangélicas, as demais, nós temos aí 778 mil bolsas integrais de estudo no Brasil.

Na assistência social, essas entidades fornecem 625 mil vagas para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Então, trocando em miúdos: de cada R$1 que essas entidades recebem de imunidade de tributo, elas devolvem R$9,79 para a sociedade, em contrapartida.

Então, vejam só que nós estamos falando de um setor que emprega 3 milhões de pessoas, de um setor que, somente na educação, tem 2,5 milhões de alunos matriculados, 18% da rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privada de educação básica do Brasil estão nessas entidades, 12% do total de alunos do nível superior estão nessas entidades.

Quanto às bolsas de estudos, existe uma lei específica, a Lei 187/2021, que regula a concessão dessas bolsas. Nós temos, somente na educação, de cada R$1 de benefício fiscal que elas recebem, elas devolvem R$4,96. São números oficiais do Ministério da Educação.

E aqui está esse conjunto poderoso de entidades – 8.193 entidades – que oferecem, gratuitamente, sem qualquer contrapartida do usuário, 625 mil vagas. Nós temos as famosas ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Idosos). Nós temos aí todas elas que têm 100% de gratuidade e, de cada R$1 em benefício, devolvem R$12,75. Tanto é que o Congresso Nacional instituiu, no ano de 2009, que o dia 20 de outubro – hoje é dia 16 de outubro, daqui a quatro dias será feita uma comemoração nessas entidades, inclusive aqui, no Senado Federal –, é o Dia Nacional da Filantropia. A Lei 13.925 assim estabeleceu. Inclusive também na Câmara dos Deputados, na semana que vem, será aberta ali uma exposição em celebração ao Dia Nacional da Filantropia.

Então, veja só: essa proposta, Senador, de instituir o Dia do Cidadão Solidário, é muito importante, e nós estamos aqui, como Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, trazendo a nossa contribuição de podermos ser esse canal, junto à Receita Federal, com essa visão humana do tributo, para divulgarmos e para facilitarmos também, para que o contribuinte possa ter uma facilidade no momento de fazer ali a sua declaração.

Durante o ano, ele pode fazer o seu pagamento do imposto e depois declarar lá ou, no momento mesmo em que ele está fazendo, como bem explicou o vídeo, ele pode fazer essa destinação do seu tributo. Ele não vai pagar a mais em tributo, ele só vai destinar, o que seria muito, mas muito importante, para fomentar, para concretizar os direitos sociais do art. 6º da Constituição Federal, para que nós possamos fazer uma pátria realmente solidária, uma pátria que possa erradicar a miséria, porque o Constituinte lá de 1988 pensou, e por isso é que ele elegeu essas entidades para desfrutarem dessas imunidades.

Obrigado por mais uma passagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem só esse dado, um dado oficial do Portal da Receita Federal do Brasil, olhem o potencial. Como o Dr. José Carlos nos falou aqui, atualmente, nós temos um potencial de quase 15 bilhões para que possa ser feita essa destinação e apenas 387 milhões... Isso somente da pessoa física, temos também a possibilidade da pessoa jurídica e podemos fazer alguns questionamentos para a Receita nos explicar um pouquinho mais se isso é somente da declaração simplificada ou da completa.

Eu não sei se... Depois, acho que o Dr. José Carlos pode nos explicar se esses números fazem parte, porque você só pode fazer essa destinação se você está preenchendo no momento completo, e não no simplificado. Então, esse seria um dado importante do potencial que nós temos.

Portanto, essa campanha Eu Sou Cidadão Solidário é uma campanha que ainda não chegou brasileiro, ao contribuinte. É lógico que esses temas tributários são temas muito áridos, mas deveriam chamar a mídia, chamar a sociedade civil, chamar as entidades – como o fórum está se colocando à disposição –, o Conselho Federal de Contabilidade, para que as pessoas tenham noção de que elas podem fazer e facilitar.

E olha só, Senador, tramita aqui, no Senado Federal, e nós brasileiros estamos vivendo isso, uma reforma dos tributos, a reforma tributária, que já teve uma primeira fase, a mudança constitucional, com a Emenda Constitucional 132, e agora tem dois projetos de lei complementar aqui, tramitando no Senado, que estão mudando o tributo no Brasil. É uma coisa moderna que nós defendemos essa reforma tributária, em que o cidadão... Por exemplo, o *split payment,* que é um instrumento que está sendo votado na reforma tributária, no momento em que você faz o pagamento de uma compra de R$120, R$100 do produto, R$20 para o imposto, neste momento, o imposto já vai direto.

O Brasil tem uma Receita Federal que é uma das melhores do mundo, nós temos um sistema bancário que é um dos melhores do mundo e nós podemos também fazer do nosso sistema tributário um dos melhores sistemas do mundo e facilitar também para que o contribuinte possa fazer uma destinação. Vai haver um aplicativo ali, esse *split payment*, com que você já paga e, no momento em que você está pagando a sua conta ali, na padaria, já está saindo também o tributo para o Comitê Gestor, que vai distribui-lo depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Brasil está diante de um movimento que pode transformar a nossa economia. É verdade que é muita coisa ainda, muita coisa que deverá ser votada, mas nós defendemos o pagamento correto dos tributos para que às pessoas, sobretudo, ao usuário, àquele que necessita, que está lá na ponta, possa, realmente, chegar a cidadania.

Então, a doutora já explicou muito bem que o nosso pleito é que os projetos, de preferência do contribuinte, possam ser contemplados, porque o contribuinte pode... Eu vou eleger um projeto aqui. Por exemplo, o Senador Dr. Bene é um cirurgião muito respeitado na sua cidade de Imperatriz, no sul do Maranhão. Ele conhece inúmeros projetos sociais. Aliás, ele também é um dos fomentadores e faz parte de inúmeros projetos sociais na sua cidade. Então, o Senador pode escolher, no momento de fazer a sua declaração: "Eu quero um projeto aqui, em Imperatriz".

Então, nós precisamos facilitar as coisas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLEI VIANNA – ... para o contribuinte, para que o contribuinte possa entrar e fazer a sua declaração.

Também o nosso pleito é que seja efetuada uma campanha junto ao Conselho Federal de Contabilidade – nem imaginava que estariam aqui representando-o, muito obrigado – e que a verba destinada possa, de fato, alcançar o projeto eleito pelo contribuinte.

Senhores e senhoras, solidariedade deve ser fomentada e incentivada.

Meu muito obrigado.

Obrigado, Senador, pelo privilégio de poder, neste momento, estar aqui, contribuindo com a nossa nação, falando nesse projeto, que pode ser incentivado para todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Nós é que agradecemos, Dr. Vanderlei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora abrir espaço para o Sr. Manoel Carlos de Oliveira Júnior, representante do Conselho Federal de Contabilidade, para o Sr. Maurício Canto, não apenas para fazerem as suas falas, mas já estão abertos para questionamentos de todos os nossos expositores.

E agradeço imensamente pela presença desse elo tão importante na viabilidade das atividades aqui, hoje propostas.

O SR. MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR (Para expor.) – Boa tarde, Senador Bene Camacho, Dra. Mírian, Dr. Vanderlei e Dr. José Carlos.

Realmente, é até uma surpresa, mas também uma honra muito grande estar participando desta audiência pública.

Coincidência ou não, nós estávamos hoje, no Conselho Federal de Contabilidade, junto com o Ambrósio, com a Dra. Ana Paula, e com o CNJ, com o Dr. Edinaldo e a Dra. Luana, justamente tratando da questão da destinação do Imposto de Renda, para saber como é que nós podemos atingir mais, o que fazer.

Como o senhor falou na máxima do ovo da pata e da galinha, informalmente, quando nós conversávamos: a gente tem feito bastante. Dentro do Conselho Federal, nós temos 27 CRCs que têm o movimento da comissão do CFC Voluntário. Então, a gente tem trabalhado muito na capacitação, a gente tem trabalhado na questão, principalmente, da destinação e também da prestação de contas, que é aquilo que a doutora bem especificou aí.

A gente vê que, lá na ponta, as pessoas não têm a orientação correta, não têm um projeto bem-feito, para que seja apresentado, e, muitas das vezes, não têm a capacidade de fazer uma prestação de contas corretamente, justamente para que haja transparência, haja vista que é um dinheiro destinado dos contribuintes. Então, existe muita mística, assim, como a questão de se vai cair na malha fina: "Ah, eu vou destinar, vou cair na malha fina". Cai, sim, na malha fina se por acaso você destinar e não pagar a guia, não é?

Tem outras perspectivas que a gente observa: a questão da destinação da simplificada, porque hoje ninguém pode fazer pela simplificada; não se pode parcelar o imposto, a destinação. Nós temos essa dificuldade, mas nós já tínhamos apresentado um projeto, inclusive, até para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns, que está tramitando aqui, da questão da destinação dos 6% dentro do próprio exercício. Estava na mão, estava na Câmara dos Deputados...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR – É, na declaração.

Então, nós temos uma... Nós vimos trabalhando já há muito tempo.

Nós comemoramos bastante esse percentual de aumento de 36%, mas nós vemos que é muito insignificante frente ao potencial de destinação que nós temos. Nós colocamos uma meta, hoje, no Conselho Federal... Eu sempre sou muito entusiasta; eu acho que, para o começo de um sonho, o primeiro passo é sonhar. Então, eu tinha colocado uma meta, lá no Conselho Federal, de que a gente conseguisse pelo menos R$1 bilhão no próximo ano de destinação do Imposto de Renda, que eu acho que é uma meta factível, muito factível.

O que nós temos observado é que tem muita gente trabalhando, fazendo esforço, remando, só que em canoas, em barcos diferentes. É como o Dr. Vanderlei falou: a gente precisa se unir, realmente, numa divulgação nacional, numa conscientização nacional para que a sociedade entenda como é que funciona, para onde vai o dinheiro, porque, infelizmente, nós vivemos num país em que, quando se trata de dinheiro, todo mundo fica com o pé atrás. Para onde vai ser destinado? Será que vai ser aplicado de forma correta esse dinheiro?

A gente precisa unir forças. Hoje nós falávamos, inclusive, em ir atrás de um global, de uma atriz global para falar em nome da destinação do Imposto de Renda, para criar uma cara. Lá no Conselho Federal, nós estamos criando, por exemplo, o prêmio CRC Mais Voluntário, para pegar os regionais e criar uma competição saudável, para que todos busquem aumentar a destinação nos seus estados.

Então, o que eu tenho visto é isto: falta unir forças, Senador. Potencial nós temos, pessoas de boa vontade – todos aqui querem ver um país melhor.

No caso, por exemplo, do idoso, a gente sabe que o nosso país está envelhecendo cada vez mais, com uma previdência que não suporta os aposentados, a saúde, e a tendência é que a nossa população viva mais de cem anos. Quem vai poder cuidar desse pessoal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, potencial e boa vontade todo mundo tem. Acho que a gente precisa, sim, unir forças nesse caminho dessa destinação. Como eu digo, nós temos 16 milhões de motivos para trabalhar.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Bilhões.

O SR. MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR – Bilhões, perdão. São 16 bilhões de motivos para nós buscarmos um engajamento maior, fazermos um trabalho melhor, juntos; o CNJ está empolgadíssimo com o trabalho, a Receita Federal. Inclusive, em fevereiro, na questão do dia do cidadão voluntário, nós estamos programando fazer o lançamento da declaração do Imposto de Renda, no Conselho Federal de Contabilidade, bem como do Programa de Destinação, para dar uma visibilidade muito maior.

O Secretário Barreirinhas esteve hoje no Conselho Federal de Contabilidade, conversando com o Presidente, e já deu o sinal verde para que nós façamos essa ação; quer dizer, existe muita gente forte, com muita capacidade de articular tudo isso, como o CNJ, e a gente está nadando em barcos diferentes, está remando em barcos diferentes.

Então, Senador, eu deixo aqui... A gente sabe que nós temos a consciência de que os contadores têm uma importância muito grande, porque eles são o elo entre o contribuinte e o Fisco. Eu digo que nós estamos umbilicalmente ligados ao Fisco, seja na questão da destinação como na questão do recolhimento dos impostos, porque ninguém é contra imposto; na verdade, a gente só quer que os impostos sejam bem aplicados – a verdade é essa.

A gente fica à disposição; acho que tem muitos atores aqui que poderiam se sentar à mesma mesa e dar um direcionamento maior para esse programa. Eu costumo dizer – a gente tem uma fala lá – que doar não custa nada e nem tira dinheiro do bolso, no caso da destinação do Imposto de Renda.

Então, tem muitos projetos, tem alguns projetos que se destacam no país, como lá em Pernambuco; temos um exemplo lá. Qual é a cidade, Maurício? (*Pausa.*)

Arcoverde, no interior de Pernambuco, que tem uma arrecadação muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste ano, nós trabalhamos com a questão da alagação no Rio Grande do Sul; teve um aumento de arrecadação, porque inclusive eu, que sou de Manaus, sou do Amazonas, destinei para os nossos irmãos do Rio Grande do Sul, que estavam precisando. A gente precisa fazer isso, unir forças, porque eu tenho certeza de que a gente vai ser muito mais feliz, vai ter um resultado muito maior e talvez até passar de R$1 bilhão.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigado.

Eu gostaria de iniciar a provocação das indagações.

Ouvindo aqui os diversos setores que falaram, os diversos atores, eu quero parabenizar a Receita, porque, a meu ver, o Leão, que é visto como alguém ávido por captar os recursos, na verdade, é apenas o executor de uma política da qual todos nós participamos, para que ela seja posta.

A política tributária é uma ação de toda a sociedade, e cabe à Receita ser eficiente em arrecadar aquilo que foi pautado e, principalmente, dar distribuição adequada. E, de todos os atores aqui, o que mais está fazendo a sua parte é a Receita Federal. Tem arrecadado, tem destinado, tem as ferramentas, e cabe ao restante dos atores se apropriarem e se qualificarem para que possa executar essas ações.

Mas eu gostaria de fazer alguns questionamentos ao Sr. José Carlos Nogueira Júnior. Um... Eu vou deixar o Dr. Vanderlei, porque eu já vi que ele iniciou uma fala nesse sentido, no que diz respeito ao universo do potencial. Mas o que eu queria explicitar é que essa doação de destinação direta... Até quanto eu saiba, há duas modalidades em que o doador pode atuar: na primeira modalidade, que é durante o exercício, pode-se escolher a quem doar, a entidade filantrópica a quem doar – pelo menos é o entendimento que eu tive –, desde que essa entidade seja filantrópica, desde que ela lhe dê um recibo, e, aí, então, no momento da declaração, vai-se poder ali obter a declaração efetivada daquele incentivo. E, nesse momento, até quanto eu entenda, o contribuinte pode doar 6% do seu imposto à entidade que ele achar por bem. Esse é o momento de direcionamento imediato, na primeira modalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que foi posto aqui foi a segunda modalidade, que é por ocasião da declaração, porque aí tem que ser distribuído 3% para crianças e idosos, 3% para idosos e 1% pode ser para a questão da atenção oncológica, para pacientes psiquiátricos, etc.

Além disso, foi abordada a questão do Rio Grande do Sul. Vi que há uma terceira oportunidade, que houve agora, excepcionalmente, e que, de repente, pode até ser estudada. Mas aí eu parabenizo novamente a Receita, porque, mesmo tendo sido encerrado o prazo, foi aberta, excepcionalmente, a possibilidade de, em uma declaração chamada retificadora, eu destinar ao Rio Grande do Sul, se eu ainda não destinei, as porcentagens que estavam ali presentes. Então, a Receita está fazendo muito bem.

O que eu vi é que boa parte das ações das entidades filantrópicas impacta muito a área da saúde. Durante muito tempo, quem executou a alta complexidade no Brasil foram as entidades filantrópicas conveniadas com o SUS. Beneficência Portuguesa e Hospital Adventista de Belém foram os grandes executores da alta complexidade, e hoje eles estão afastados desse modelo de incentivo.

Então, eu havia elaborado... Está presente um projeto de lei, visando a expandir aos fundos municipais as ações não apenas da criança, do adolescente e do idoso, mas também as da saúde e do esporte.

Mas depois, há cerca de uns 15 dias, eu fiz uma indagação à Receita Federal sobre se os fundos municipais de saúde não poderiam ser destinatários dos incentivos fiscais, e a Receita Federal me respondeu que sim, que os fundos municipais de saúde, além de receberem os recursos fundo a fundo do Ministério da Saúde, estão aptos a receberem esses incentivos. Olhem a porta que está aberta para o financiamento das entidades filantrópicas vinculadas ao Sistema Único de Saúde.

Então, eu só queria aqui ouvir também do representante se isso realmente é realidade; se, quando nós fazemos...

E é o que a nossa colega Mírian, que é coordenadora das Apaes, disse, que, até o quanto eu sei, há maneira de que você possa cobrar do fundo municipal a destinação à qual o doador fez, desde que todas essas entidades estejam registradas no fundo municipal de saúde e que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doador identifique aonde está direcionando e comunique essa doação à entidade. Se, por acaso, esse recurso não estiver lá, presente, a entidade pode recorrer à promotoria, para que esse direito seja executado.

Então, esses questionamentos seriam ao Sr. José Carlos Nogueira Júnior, mas também gostaria muito de indagar ao Sr. Marcílio Marquesini Ferrari, que é o Coordenador de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, se há, dentro do ministério, um programa de capacitação dos municípios e de interação com os conselhos federais de contabilidade para que essas ações possam ser construídas, porque, a meu ver, esse ministério teria a propriedade de fazer essa capacitação dos municípios para a arrecadação dos fundos e também ser a fonte de intercâmbio, de interface com os conselhos de contabilidade, para que essa ação seja executada.

E, da parte dos prestadores, o que eu gostaria de indagar é até que ponto eles estão sendo proativos em criar *links*, criar sistemas de informação, para que, durante essa semana que vai ser de publicidade para o cidadão solidário, esses cidadãos possam ser alcançados pelas entidades. Eu vi que muitas delas estão aptas, colocam... Municípios se habilitaram através de *sites,* que arrecadam mais hoje de incentivos do que do fundo municipal.

Então, acredito que há na cidade uma interação dos diversos agentes, daqueles que são os receptores, daqueles que são os intermediários ou contabilistas, do Ministério de Assistência Social, e quero mais uma vez parabenizar o leão, que até aqui, a meu ver, está conduzindo a sua parte. Falta nos agregarmos a essa situação.

Então, eu gostaria de ouvir a explanação a respeito dessas indagações.

O SR. JOSÉ CARLOS NOGUEIRA JÚNIOR (Para expor.) – Senador Bene Camacho, é importantíssimo trazer esses esclarecimentos.

Primeiro, dentro da regulamentação, hoje, apenas quem faz declaração completa vai poder gozar desse benefício de definir. Durante o ano-calendário, por exemplo, agora que a gente está em 2024, o contribuinte pode escolher se vai destinar para esse ou aquele fundo audiovisual, cultura, enfim, para um instituto de idoso, da criança e do adolescente... Ele tem a liberdade de levar 6% ali, independentemente, mas isso aí durante o ano-calendário, e, quando for entregar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declaração, em 2025, ele faz o ajuste ali. Agora, se ele deixar para fazer no momento da declaração, aí ele fica limitado a 3% para o idoso e 3% para a questão da criança e do adolescente.

Quanto à questão das doações, hoje elas podem ser feitas apenas para fundos, não se abre exceção. Para detalhar um pouco mais aqui, eu vou pedir a palavra para o colega da Receita, o Ambrósio, que é o representante da Cidadania Fiscal no Estado de São Paulo, da 8ª Região Fiscal.

E, só para reforçar aqui as atividades da Receita, a gente tem consciência disso – não por acaso hoje, de manhã, estava tendo esta reunião com o CFC – e a gente vai às universidades.

A Receita é dividida nas caixinhas, vamos falar assim, órgão central, superintendência, delegacias nos estados... Então, os delegados têm...

E queria parabenizar o senhor, Senador, por escolher a data. Essa data é fantástica, porque é a data em que se inicia a declaração.

Então, a gente tem esse movimento de divulgar isso na mídia, buscar ter essa comoção, neste momento em que está sendo feita a declaração.

Sem sobra de dúvida, a gente vai alcançar mais colegas.

Se puder, o colega Ambrósio, a palavra...

O SR. AMBRÓSIO BISPO DE ALMEIDA NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Bene Camacho e, na sua figura, cumprimento todos os membros da mesa, os participantes desta audiência...

Quem faz trabalho na destinação se apaixona. Eu iria até falar para a Sra. Mírian que eu sou apaixonado também na minha região. Então, eu estimulo não só a doação para os fundos dos direitos da criança e adolescente, mas também para os outros projetos e programas.

É preciso a gente ter uma informação um pouco mais precisa: a destinação nunca é para a entidade; a destinação é para o fundo dos direitos da criança e adolescente, que, através do Conselho Municipal situado no município, faz o chamamento, que é o edital, para que esse recurso seja distribuído entre as entidades que apresentarem projeto. Então, ela precisa estar previamente cadastrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mesmo funcionamento é do Fundo do Idoso.

No caso do Pronon e Pronas, que atende diretamente à Apae e a outros segmentos relacionados à saúde, a doação só pode ser feita durante o ano-calendário. Então, não se doa para a entidade, mas para as entidades que tiveram projetos aprovados no Ministério da Saúde.

Esse recurso é numa conta à parte, numa conta de captação em que é feito o depósito pelos doadores de pessoa física ou pessoa jurídica. Então, de novo, não é para a entidade, mas, sim, para aquele projeto.

No caso do desporto, é a mesma coisa: o dinheiro é para o projeto desportivo que foi aprovado pelo Ministério do Esporte.

E também, no caso da cultura, existe toda uma parte de regulamentação pelo Ministério da Saúde, do Esporte ou da Cultura que faz a escolha dos projetos através de uma comissão técnica.

Nós temos trabalhado bastante na cidadania fiscal – agradeço a referência que foi efetuada aqui, da Receita Federal –, no sentido de destacar essa destinação que pode ser feita não só na declaração do Imposto de Renda, mas também durante o ano-calendário. É uma coisa em que nós precisamos de ajuda, e é por isso que nós, hoje, estávamos sentados com o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Nacional de Justiça, porque ajuda nessa divulgação, porque, por mais que a gente faça divulgação – e trabalhamos intensivamente nisso –, existe uma certa resistência, de fato, à informação que vem exclusivamente da Receita.

Quando é a própria entidade, como a Apae e outras, que faz a divulgação, a recepção é muito maior.

Então, eu acredito, sim, no apoio técnico, e a Receita está à disposição para esclarecer de que forma pode ser feito, para que o cidadão possa ter o benefício fiscal ou a empresa possa ter o benefício fiscal, mas o principal divulgador são as próprias entidades, porque elas mostram o que foi feito com o recurso público, e não tem propaganda melhor que isso.

Na minha região, o pessoal pede para falar "olha, na declaração do Imposto de Renda, vai falar sobre a Campanha Destinação", e eu falo assim: "Melhor você pedir para um membro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conselho municipal falar para onde foi o dinheiro e o que foi feito com esse dinheiro, porque isso realimenta o processo destinação".

Mesmo que a pessoa faça...

No caso da pessoa jurídica, é diferente; a pessoa jurídica faz a destinação e fica cobrando das entidades o que vai ser feito. Uma pessoa física normalmente não faz isso.

E, na Receita, a gente incentiva principalmente a destinação no município, porque a gente quer que ele não faça só por ter o benefício fiscal, mas que ele entenda que aquele benefício fiscal vai estar sendo aplicado na sua região, no seu município, na sua Região Metropolitana, e que ele vai poder participar, inclusive, como voluntário em outras ações que são necessárias.

O Fundo Municipal de Saúde ainda não tem a previsão, mas ele pode participar, por exemplo, através das entidades que estão lá registradas, apresentando os projetos e sendo habilitado, por exemplo, no Ministério da Saúde, no âmbito do Pronon e do Pronas, mas é interessante...

Eu tenho conversado com muitas entidades, para perceber a dificuldade das entidades, e a Apae é uma delas.

A Apae é muito organizada, é uma referência positiva, mas muitas entidades desconhecem a possibilidade, como foi falado aqui.

A Apae tem um programa de desporto. Então, ela também pode se candidatar ao recurso da destinação do esporte. Ela tem projetos esportivos, porque é desportivo e paradesportivo, mas muitas entidades não sabem dessa possibilidade.

Então, você tem, por exemplo, uma entidade que atua na área da criança, do adolescente e do idoso que desconhece completamente que ela pode também ter recurso de esporte, de cultura, na área da saúde, na área da pessoa com deficiência, e desse trabalho a gente tem feito a divulgação.

Mas ainda há muita coisa a ser esclarecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste ano, na Declaração, a Receita faz várias *lives* para esclarecer as dúvidas do contribuinte. Eu tive a felicidade de ser convidado para falar sobre a destinação, não só da destinação no ano-calendário, mas também diretamente na Declaração. Ela foi uma *live* aberta.

Neste ano que vem, a gente vai... Já está combinado aqui, já estão batendo aqui, as forças unindo-se com o Conselho Federal de Contabilidade, para intensificar ainda mais o trabalho de divulgação dessa possibilidade.

Muito há a colaborar. A gente sempre fala que quem doa está fazendo um gesto de solidariedade e amor. Então, por que não fazer? Principalmente porque não vai resultar em nenhum gasto adicional.

E uma curiosidade que eu sempre falo também – aí fugindo um pouquinho, mas também falando dos impostos –, como o Senador falou agora há pouco: a gente fala que o problema não é o valor da arrecadação em si, porque nós temos, segundo os dados da Receita, que a arrecadação, de uma forma, representa 32%, no máximo 35%, o que fica na média abaixo da OCDE, e nós temos a Finlândia, aonde chega a 45%.

Eu não sei se é de conhecimento público, mas a Finlândia foi, por sete anos consecutivos, o país mais feliz do mundo, na percepção dos cidadãos, e eu brinco com meus alunos, quando eu estou fazendo palestra, e falo assim: "É feliz porque paga imposto? Não. É feliz porque vê o retorno dos impostos, dos tributos, na vida deles: na educação, na segurança, no meio ambiente...".

Então, é preciso ter essa conscientização de que o ramo da cidadania fiscal também está agora em convênio com o MEC, em acordo e cooperação com o MEC, para que essa noção de cidadania fiscal seja conhecida desde o início, porque um cidadão consciente vai pagar o tributo e vai exigir serviços públicos de qualidade e que representem aquilo que ele espera, e – quem sabe? –, no futuro, seremos um país semelhante à Finlândia, em termos de retorno da população.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saber se o Sr. Marcílio Marquesini Ferrari continua *online*, para que pudesse enriquecer. (*Pausa.*)

Passamos a ele, então, a palavra agora, no momento.

O SR. MARCÍLIO MARQUESINI FERRARI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá.

Muito obrigado, Sr. Senador, pelo questionamento. Eu acho que é fundamental a gente ter essa possibilidade de diálogo. E, de fato, trata-se de uma agenda importante, não é? A gente, enfim, por tudo que foi discutido até o presente momento, não tem uma agenda específica de capacitação para essa temática, até mesmo porque as nossas agendas são muito voltadas para a prestação de serviços dos trabalhadores no Sistema Único de Assistência Social.

Mas isso não impede, obviamente, que nós façamos um diálogo junto ao gabinete do nosso Ministro – e aí me coloco à disposição para poder construir essa agenda –, para a gente ter, de fato, algo vindo do gabinete do Ministro que nos ajude a sinalizar positivamente para essa grande campanha, enfim.

Talvez, não sei se seria capacitação em si – isso é algo, não sei, para a gente dialogar dentro do Ministério –, mas talvez uma grande mobilização nacional a partir do MDS – não é? –, com a utilização da Ascom, enfim, das suas mídias, de articulação também com os atores sociais, para que a gente possa fortalecer cada vez mais essas doações para as entidades, enfim, porque elas são, de fato, construtoras da cidadania em nosso país, não é?

Então, toda ação nesse sentido é muito bem-vinda, para que a gente possa, de fato, implementar políticas públicas com qualidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Dr. Vanderlei?

Alguém?

Podem fazer as indagações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÍRIAN CLEIDIANE QUEIROZ CUNHA (Para expor.) – Bom, eu só queria reforçar aqui que o instituto das imunidades tributárias, das isenções tributárias, e dos incentivos fiscais estão aí para reforçar os direitos, como foi colocado pelo Dr. Vanderlei, no sentido de que as imunidades... Por exemplo, é a defesa da liberdade religiosa. Então, a gente tem que ir mais a fundo para ver a natureza disso, o que está por trás, como disseram também, desse dia do cidadão solidário...

Então, a gente tem que ir mais a fundo, e reforço que, quando o cidadão realmente participa desse projeto, lá na ponta – vou fazer a doação, mas eu estou participando, sinto-me parte desse projeto –, aí, sim, tem o interesse de contribuir. Então, realmente, é para exercer esse direito à educação, à saúde, à assistência social, ao esporte, ao lazer...

Isso vem para reforçar a defesa desses direitos e a participação social do cidadão, na movimentação junto com as organizações da sociedade civil, para fazer com que isso aconteça.

Volto a dizer que acho que a gente precisa, Senador, de uma modificação também na legislação, com relação aos fundos, à instituição de novos fundos, com uma possibilidade do fundo da pessoa com deficiência e até mesmo do fundo da saúde, porque os fundos realmente não recebem esses recursos, não estão regulamentados ainda para isso, e creio que esse valor que nós já temos garantido de isenções fiscais, porque já temos uma rubrica para essas destinações, tem que ser melhor aproveitado.

Então, acho que a gente tem que percorrer também essa questão legislativa, para que possamos melhorar, para que esse recurso, realmente, chegue lá à ponta e que o cidadão se sinta parte e queira doar.

Acho que é isso.

O SR. VANDERLEI VIANNA (Para expor.) – Senador, a tragédia do Rio Grande do Sul tem algumas coisas muito pedagógicas para nós. Ela nos ensinou muito. Ela nos ensinou também que o brasileiro é solidário – é solidário.

Para nós, que trabalhamos diretamente com essas entidades, é incrível o que aconteceu no Brasil. Nós tivemos pessoas, como foi dito aqui, do Norte do Brasil, da Amazônia, da Região Nordeste, todos, enviando ajuda. E tivemos, inclusive, que ensinar a esses doadores o que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podiam mandar, porque tem coisas que não dava para colocar. Era melhor mandar um Pix, porque chegava lá o dinheiro, do que mandar um tênis, um sapato ou uma roupa que não iriam ser aproveitados lá.

Então, olha só como a assistência social também tem algumas coisas que nós precisamos aprender muito! Mas provou uma coisa: que o brasileiro é solidário. E por que ele é solidário? Porque ele fala: "Eu quero estar lá. Eu vou estar lá".

Quando ele via, nos meios de comunicação, o que estava acontecendo, ele dizia: "Vou destinar para esse projeto!". E as entidades levavam lá.

Também, falando em nome da Agência Adventista de Recursos Assistenciais (Adra), a Adra teve que segurar muitas das doações, porque centenas de caminhões, as pessoas e os voluntários, no Brasil inteiro, mandavam lá para o Rio Grande do Sul, e falávamos: "Para, para, porque, desse jeito, nós não vamos ter como controlar a distribuição correta desses donativos".

Portanto, eu só acho, assim... Por quê? Quais são as razões de nós termos um potencial de quase R$15 bilhões para fazer doação, e estamos doando 3%, menos que isso? É porque eu, como doador, não tenho certeza de que aquilo vai chegar lá, e o que o contribuinte tem... Existe uma burocracia ali no meio que precisamos arrumar.

Como a Dra. Mírian alertou, eu também acho que passa pelo Congresso Nacional fazer uma adequação legislativa e uma facilitação, aproveitar que a reforma tributária está aí sendo votada.

Duas leis complementares estão aí, o calendário delas é para os próximos dias, para os próximos meses... Poderiam alguns projetos já colocar ali essa facilitação dos tributos, para que, na própria Receita, com a *expertise* e com o avanço tecnológico que tem, esses produtos, que serão feitos de tributos, possam também contemplar essas doações mais facilitadas, no sentido de que o contribuinte possa ver que a sua doação alcançou o resultado.

O duro é você falar: "Eu fiz uma doação, e não sei se chegou para o Rio Grande do Sul ou não, ou se foi parar na mão de alguém".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o problema não é a solidariedade; o problema é que eu tenho medo. Eu sei que o leão é perigoso. E não adianta falar que existe leão domado, porque não é isso, mas será que o leão vai estar correto nessa distribuição?

Então, eu acho isso aí.

Senador, a nossa Constituição da República tem 250 artigos e tem 50 artigos que falam de Direito Tributário. Então, você veja: nós temos embarcado, na nossa Constituição, um pequeno código tributário dentro da Constituição. Então, a partir do art. 145 até o art. 195, é só tributação. Então, nós temos ali um código tributário dentro da nossa Constituição.

Nós temos a reforma tributária já em andamento, já mudou a Constituição, já adequou os novos tributos, que serão – há algumas siglas que nós vamos ter que agora aprender como brasileiros o que são –: IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição de Bens e Serviços), Imposto Seletivo (IS), que é o imposto do pecado...

Vou colocar mais – e há muita crítica sobre isso –: será que eu, tributando mais uma bebida alcoólica, vou fazer com que as pessoas não bebam?

Então, são questionamentos. Agora, nós temos na Constituição.

E a gente costuma ler a Constituição e dizer que é uma Constituição Cidadã a partir do art. 5º, os direitos individuais. Mas são só direitos? Não. Nós temos deveres também. E nós temos um dever: o art. 3º da Constituição diz que é dever de toda a sociedade, do poder público, da sociedade civil, construir uma sociedade humana e solidária, a erradicação da pobreza e da miséria, o incentivo à educação...

Então, é dever nosso e do Congresso Nacional também estudar essa questão, para facilitar – e eu retorno aqui – que as pessoas possam fazer a sua doação direcionada, e essa doação possa alcançar o local ali.

É verdade que eu sou também partidário de que você tenha que ter um controle lá na ponta, porque, às vezes, sai um negócio carimbado, e aquilo não chega lá, mas você tem que ter um gestor municipal para realmente regular aquilo ali, ver se está chegando ou não o recurso. É uma fiscalização. É uma fiscalização, para que a sociedade possa falar: "Aquilo que foi doado, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinado e chegou ao usuário da assistência social, para que a política de assistência social possa ser realmente concretizada".

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu agradeço a todos os participantes que enriqueceram.

Vemos que a faísca foi acesa, e não tenho dúvida de que esse fogo não vai ser um fogo destruidor, mas um fogo construtor.

Eu gostaria de relatar aqui participantes do Portal e-Cidadania.

Paulo, de São Paulo, perguntou: "Quais indicadores serão usados para medir o impacto social e a eficácia das doações incentivadas pelo Dia Nacional do Cidadão Solidário?".

Isabelle, do Distrito Federal: "De que forma será feita a fiscalização das verbas destinadas às entidades e [...] a porcentagem? Como será a seleção [...] [desses] beneficentes?".

Antônio, da Bahia: "Como esta data poderá incentivar a participação dos jovens em ações solidárias, promovendo a cultura do voluntariado desde cedo?".

Cláudia, do Rio de Janeiro: "Como fazer [...] uma melhor divulgação sobre como o contribuinte pode doar os recursos advindos do [...] [Imposto de Renda da Pessoa Física] para as entidades beneficentes?".

Luiz, de Minas Gerais: "A destinação do [...] [Imposto de Renda] devido deveria ser de livre escolha do contribuinte, desde que a receptora fosse uma entidade de cunho beneficente" – é uma afirmação.

Laudir, do Paraná: "Somente a criação do dia não atenderá ao objetivo. É preciso elaborar meios transparentes de captação e distribuição e, depois, [um] programa atrativo".

Railton, do Ceará: "Quais [...] [as estratégias previstas] para combater possíveis casos de desvio dessas doações [...]?".

Jorge, do Rio de Janeiro: "Por que não [...] [inserir] no programa [...] [do Imposto de Renda], quando houver imposto a pagar, [...] [a possibilidade de o contribuinte doar] tal recurso?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luciana, de Goiás: "A distribuição do dinheiro arrecadado ao final será feita de que forma? A União repassará para estados e municípios?".

Wendell, de São Paulo: "O [...] [projeto] diz que 'deverão ser realizadas atividades voltadas à conscientização sobre o tema'. Quais [seriam essas] atividades e quem seria o responsável [por sua execução]?".

José, do Rio de Janeiro: "Como é feita a certificação das entidades beneficentes?".

Agradeço todos esses questionamentos. Nós vamos encaminhá-los à Secretaria da nossa Comissão para que, então, possam ser encaminhados aos palestrantes para que lhes sejam destinadas respostas.

Agradeço a todos.

Acredito que alcançamos o objetivo desta audiência. Que ela possa ser uma semente plantada que produza frutos para a eternidade!

Obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Teresa Leitão, Rosana Martinelli, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 62/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e da Senadora Janaína Farias (PT/CE); REQ 63/2024 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), da Senadora Janaína Farias (PT/CE) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 64/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR); REQ 72/2024 - CE, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros; REQ 83/2024 - CE, de autoria do Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR); e REQ 89/2024 - CE, de autoria do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e do Senador Bene Camacho (PSD/MA). **Finalidade:** 9ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Angela Maria Scalabrin Coutinho, vice-presidente da Região Sul da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Sr. Luiz Fernandes Dourado, presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Sr. Nelson Cardoso Amaral, presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA); Sr. Romualdo Portela de Oliveira, representante do Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES); e Sr. Lúcia Maria Teixeira, presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/21

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de outubro de 2024.

Comunico que estão disponíveis no portal da Comissão e foram encaminhados, por *e-mail,* aos gabinetes dos Senadores e Senadoras da Comissão de Educação os sumários executivos e perguntas também enviadas pelo e-Cidadania, referentes à primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, sexta e sétima audiências públicas destinadas a debater o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, realizadas em 26/8, 2/9, 9/9, 16/9, 23/9, 30/9 e 7/10. Portanto, audiências públicas, reuniões, até o momento semanais.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento 62, de 2024, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão e da Senadora Janaína Farias; Requerimento 63, de 2024, também desta Comissão, de autoria da Senadora Teresa Leitão, Senadora Janaína Farias e de minha autoria; Requerimento 64, de 2024, de minha autoria; Requerimento 72, de 2024, de autoria do Senador Zequinha Marinho e de minha autoria; Requerimento 83, de 2024, de autoria do Senador Marcelo Castro e de minha autoria; e Requerimento 89, de 2024, de autoria dos Senadores Hamilton Mourão e Bene Camacho.

Participarão, de forma remota, os seguintes convidados... Quero já agradecer a todos os expositores e a todas as expositoras pela presença, pela participação, e quero destacar que é costumeira, regular, nos debates que acontecem no Senado Federal na área da educação. Então, saúdo com muita alegria novamente a Sra. Angela Maria Scalabrin Coutinho, Vice-Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Região Sul da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) – são instituições da mais alta relevância para o país –; o Sr. Luiz Fernandes Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); o Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); o Sr. Romualdo Portela de Oliveira, representante do Centro de Estudos Educação & Sociedade (Cedes); e a Sra. Lúcia Maria Teixeira, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

A todos e todas que nos acompanham comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, como habitualmente acontece, e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelas expositoras e expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos, e, ao final das exposições, nós teremos mais cinco minutos disponíveis para os nossos estimados convidados e convidadas, para as considerações finais, alguns acréscimos ou reflexões sobre o conjunto das exposições feitas nesta audiência pública.

Para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, eu quero destacar que o Plano Nacional de Educação, o projeto de lei foi enviado pelo Executivo para a Câmara dos Deputados. Não foi – tanto quanto eu possa definir – ainda, por enquanto, definida a tramitação na Câmara dos Deputados. Posteriormente, ele será remetido ao Senado Federal.

Então, nesse sentido, nós estamos nos antecipando à chegada do PL, projeto de lei, ao Senado Federal, porque ainda está na Câmara, mas desejamos, tanto quanto possível, fazer um trabalho articulado, convergente, já anteciparmos os debates, para que possamos, quando a tramitação ocorrer, já ter subsídios das instituições relevantes, importantes, e tantas outras que podem opinar.

Então, não só quem participa da audiência pública, mas também quem está acompanhando esse ciclo de debates, sinta-se totalmente à vontade para se remeter, bem concretamente, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função do PL que está lá na Câmara dos Deputados: "Olha, em tal objetivo, em tal meta, em tal desdobramento também eu gostaria de acrescentar isso". Ser bem específico, já mandando, como nós fazemos no Congresso Nacional.

Quando existe um projeto de lei em tramitação, apresentamos emendas: emendas aditivas, emendas que suprimem e emendas modificativas sobre alguma coisa que consideremos importante no projeto. Então, a sociedade pode apresentar isto.

É claro que seria até uma emenda, mas pode mandar tudo, todo esse subsídio, essa colaboração, para a Comissão de Educação, já na forma bem concreta.

E, sobre isso, eu sempre apelo para os expositores e expositoras que, além da exposição, se julgarem necessário e adequado, inclusive sugiram a redação para atender aos objetivos da exposição. Isso facilita muito o trabalho dos eventuais Relatores e Relatoras no Congresso Nacional.

Como esta é a nona audiência pública neste ano, já temos a participação de praticamente 40 instituições. É bastante gente!

No ano passado, antes de o PL chegar, enviado pelo Executivo, ao Congresso Nacional, nós realizamos dez audiências públicas, antes do projeto de lei. Então, aqueles subsídios também estão disponíveis no portal e certamente são atuais, porque, naquela época, a gente discutia o que deu certo, o que não foi possível concretizar, os desafios do plano anterior e as perspectivas do novo plano. É um material muito valioso, que, sem dúvida, vai auxiliar em muito a elaboração de um documento que é essencial para o Brasil, que é um Plano Nacional de Educação exequível, bom, necessário, que atenda, para todos nós, de todo o Brasil, de todas as tendências, àquilo que consideremos convergentemente... Quer dizer, que haja essa convergência possível, esse denominador comum, importante para a educação em nosso país.

Então, sejam muito bem-vindos, caros expositores e expositoras.

Passamos, em primeiro lugar, com muita alegria, a palavra à Sra. Angela Maria Scalabrin Coutinho, que é Vice-Presidente da Região Sul da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Angela. (*Pausa.*)

A SRA. ANGELA MARIA SCALABRIN COUTINHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas as pessoas.

Quero começar cumprimentando o Senador Flávio Arns, meu companheiro de Universidade Federal do Paraná e de departamento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Com muita alegria! (*Risos.*)

A SRA. ANGELA MARIA SCALABRIN COUTINHO (*Por videoconferência.*) – E também gostaria de cumprimentar aqui os demais colegas que me acompanham nesta audiência pública, enquanto expositores, e colegas de entidades que temos aí, como já destacou o Senador, dialogando ao longo de todo o processo de construção do novo plano, e as pessoas que nos acompanham nesta audiência pública e que podem também aqui participar de modo bastante ativo, manifestando-se e dialogando conosco a partir de um diálogo mais pontual sobre as nossas exposições.

Eu vou, muito rapidamente, aqui, já passar para minha apresentação, porque o tempo é curto.

Aqui represento a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Nominei esta minha apresentação de "O Novo PNE (2024-2034): contexto, processos e desafios". Vou aqui destacar alguns aspectos que são aspectos que perpassam o processo de construção do PNE, trazendo alguns elementos, que na Anped – a partir especialmente do diálogo com os nossos associados e as nossas associadas, sendo uma entidade de pesquisa que focaliza a educação – temos discutido, sobre a importância de avançar tanto na perspectiva de um texto, de uma política de Estado que, de fato, represente aqueles que são os anseios, os desafios e também o que se tem produzido no campo acadêmico enquanto contribuição para o campo político, como na perspectiva de como nós podemos pensar esse diálogo com o projeto de lei que agora já está aí em tramitação e para o qual, como chama a atenção o Senador Flávio Arns, nós podemos ainda trazer algumas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, em termos de contexto, acho que vale a pena sempre recuperar esta ideia central do PNE, que é uma política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável, e retomar também este que é outro elemento central, o de pensar o PNE como um instrumento de planejamento voltado para a garantia da educação como direito e, desse ponto de vista, reconhecê-lo como uma construção coletiva e democrática, que inclusive se dá por meio desses momentos de audiência pública, de diálogo, que acompanha esse processo de discussão, que é um processo aberto, que é um processo participativo e democrático, o que é bastante importante.

E aí quero chamar a atenção para a importância que teve todo esse processo que foi de uma retomada, de uma ampla discussão, de uma retomada, inclusive, num diálogo mais próximo com a própria perspectiva do Governo, de uma reconstrução e de uma retomada da democracia, das conferências municipais, distrital, estaduais e da conferência nacional.

Então, o texto do plano, que chega como uma base para esse projeto de lei, é um texto que foi amplamente discutido, é um texto que traz aqui o contraditório do ponto de vista de que vários atores e várias instituições da sociedade puderam se posicionar acerca das proposições das metas e das estratégias e que, portanto, também sintetiza, em alguma medida, todos esses diferentes espaços, atores e instituições.

Ele também reconhece a importância do controle social – e aqui eu acho que a gente tem um grande desafio considerando os dois planos anteriores, que é o de instituir processos de monitoramento que permitam olhar o todo, mas também as particularidades, e efetivamente avançar na mitigação das desigualdades.

Esse vai ser o meu mote aqui de discussão. Por quê? Como eu mesmo chamei atenção agora, o tema central desse PNE é pensar esta dimensão da justiça social do direito à educação vinculada também aos aspectos socioambientais de um desenvolvimento que, de fato, considere esses elementos.

Desse ponto de vista, quando a gente fala de uma política de Estado, ela é uma política que olha para o todo, para um território extenso como é o nosso país, como é o Brasil, que é marcado pela diversidade, que é marcado pelas diferenças, por esses marcadores sociais da diferença, mas que também é marcado pelas desigualdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então aqui eu já quero trazer um primeiro grande desafio que está ligado a esse contexto do PNE, que é: como olhamos para os diferentes territórios, para os sujeitos, numa perspectiva dessa garantia da equidade e da justiça social?

Temos entendido, a partir também dessa produção de pesquisas, que, sem olhar para esses marcadores sociais da diferença e para essa diversidade a partir de uma perspectiva interseccional e tentar entender como é que esses marcadores se cruzam e a partir também dessa relação entre esses marcadores em que processos de subalternização vão sendo produzidos, dificilmente a gente avança na mitigação dessas desigualdades.

Então, acho que um dos grandes desafios do PNE é: como as metas que hoje temos ali já explicitadas e as estratégias focalizam de fato a superação das desigualdades? Será que elas nos permitem olhar para os diferentes territórios, para os diferentes sujeitos e pensar em políticas que garantam esse direito de forma equânime? Isso tudo é num contexto – e aqui a Anped sempre tem retomado essa pauta – muito desafiador que temos vivido contemporaneamente de guerras, genocídios, desastres climáticos, de múltiplas violências e uma perspectiva, de fato, de futuro ameaçada. Também temos observado com muita força o avanço das privatizações, e aqui eu falo a partir de um estado, que é onde eu me situo, o Estado do Paraná, em que isso tem sido muito recorrente no campo da educação pública.

Estamos observando também uma crise nas licenciaturas. Então, nós temos um amplo processo de evasão das universidades, especialmente em cursos que focalizam a formação de professores e professoras; uma certa desistência da carreira no sentido de que essa carreira não tem se tornado uma carreira atrativa; uma contratação precária de docentes – nós temos observado um crescimento significativo dos contratos temporários: entre 2013 e 2023, o número de professoras e professores temporários na educação básica aumentou 55%, enquanto o número de afetivos diminuiu 36%; então, essa precarização também é um aspecto importante a ser considerado no âmbito desse novo plano.

E o país tem lidado com as crianças como capital humano, investimento para o futuro, e com os jovens como problema social. Portanto, a gente vai observando uma interdição que se dá tanto no presente quanto no futuro, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista dos processos, esse processo de construção coletiva do PNE permitiu, de fato, um debate ampliado e plural sobre as metas e as estratégias. E aí, só para retornar, vou aqui muito rapidamente citar que nós temos um conjunto de acúmulos da Conferência Nacional de Educação Básica; das Conferências Nacionais de Educação de 2010, 2014, 2018 e 2022; também das Conferências Nacionais Populares que foram realizadas em 2018 e 2022; e do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação que discutiu as estratégias e as diretrizes desse novo PNE.

Também, entre esses diversos ativos políticos, como os documentos de referências, as contribuições do MEC, da Capes, do TCU e de outras entidades, vão ganhando muita importância e centralidade especialmente os estudos que têm sido feitos, realizados pelo Inep. Quero aqui chamar a atenção ao papel do Inep nesse processo de monitoramento, publicando os cinco Ciclos de Monitoramento das Metas do Plano, o que tem sido, para nós, uma ferramenta bastante importante, diagnóstica também para pensar nos desafios que temos para o novo decênio.

Deixe-me só tentar passar...

Ainda que tenhamos muitos avanços, um acúmulo de discussões e de produções que fundamentam esse novo plano, tem um aspecto que é importante de a gente superar, no sentido de não cair nessa contradição das pautas políticas e do que se tem denominado de pautas ideológicas. É importante nós pensarmos que desigualdades, processos de exclusão e de violação de direitos relativas a gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, deficiência, geracionais, entre outras, afetam de modo efetivo a vida de milhões de pessoas cotidianamente; portanto, elas são pautas políticas, e não num sentido ideológico que se tem buscado atribuir a essas pautas. Então, dizendo de melhor forma, a garantia de metas estratégicas que combatam esses processos se assenta em princípios, e, desse ponto de vista, em ideologias de justiça social e de igualdade de direitos. É disso que se trata, e não de reforço de ideologias que desvirtuam essa perspectiva como se tem buscado atribuir.

Inclusive, o próprio PNE poderia avançar mais significativamente no trato desses marcadores sociais da diferença. Ele não é tão ousado desse ponto de vista, mas aquilo que ele revela, ainda assim, tem sido o foco de críticas e de questionamentos, que são importantes que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente debata, sim, que a gente compreenda, mas a partir dessa perspectiva da justiça social e da igualdade de direitos.

Um plano de estado decenal exige compromisso político dos entes federados, então, cooperação entre eles e uma coordenação por parte do Governo Federal. E aí quero muito chamar a atenção a como as leis orçamentárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios precisam de ser elaboradas em consonância com essas diretrizes, metas e objetivos do PNE, nos seus respectivos planos de educação estaduais, distrital e municipais, como prevê o PL. Então, pensar também nesse processo de aprovação e debate do PNE é fundamental, porque a gente sabe que ele tem uma incidência grande nos planos estaduais e nos planos municipais de educação. E, desse ponto de vista, pensar num processo de coordenação e cooperação também exige que a gente avance na instituição do Sistema Nacional de Educação.

Eu trouxe, como exemplo aqui – que é a minha área de pesquisa e, portanto, na qual eu também circulo com um pouco mais de tranquilidade – a educação infantil, para a gente pensar na importância de ter monitoramentos que tratem do todo, mas não perder de vista as particularidades, os territórios e os sujeitos, como chamava a atenção.

No nosso plano, de 2001, a 2011, nós tivemos uma meta que previa 30% de atendimento em creche em até cinco anos de vigência do plano e 50% até o final de vigência do plano. E previa 80% da pré-escola até o final também da vigência do PNE. Essas metas não foram atingidas. e há poucos estudos e dados que revelem os motivos.

No plano seguinte, 2014-2024, a meta de 50% foi replicada até o final de vigência do plano e de 100% da pré-escola...

Desculpem, aqui tem um pequeno erro, não é 2017, é 2016; depois eu corrijo, mas aqui até final de 2016.

Esses 50%, até o final da vigência do plano, se traduziu em 37,3%; e a pré-escola em 93%, ou seja, novamente não atingimos as metas previstas para educação infantil e para creche e pré-escola.

Só para vocês terem uma ideia de por que é importante a gente olhar para o particular e para os territórios, num estudo realizado pelo André Couto e pela Sandra Zákia Sousa, o que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificaram? Que 4.764 municípios, ou seja, 85,6%, atenderam em média 27,1% das crianças, ou seja, uma meta muito abaixo da definida no PNE, e só 801 (14,4%) alcançaram a meta, com uma média de atendimento de 62,5%. Então a gente precisa olhar de forma um pouco mais atenta para essas diferenças e para essas desigualdades.

Então, o que leva os municípios a não cumprirem a meta? Quais são os principais desafios dos municípios? Aqui a gente tem que avançar para uma compreensão de que a gente precisa de uma aprovação desse novo PNE com um conjunto de metas que de fato visam à garantia do direito à educação com qualidade e equidade e com estratégias que orientam a tomada de decisão quanto à ação dos governos nessas diferentes esferas federativas que possam de fato atingir esses objetivos e metas e que possam ser monitoradas.

Numa pesquisa que a gente desenvolveu no Estado do Paraná, a gente tentou levantar os motivos de não cumprir a Meta 1. O que os municípios nos revelam? Todos manifestam que o financiamento é um dos principais problemas para a ampliação da oferta; todos nos revelam que os programas federais têm um papel central nos municípios; dificuldade para garantia de formação continuada e flexibilização na exigência de formação para cargos caracterizados como auxiliares docentes e presença cada vez maior de estagiários, ou seja, uma precarização das formas de contratação desses profissionais; e os municípios também têm recorrido a critérios de priorização para as matrículas das crianças na creche, ou seja, nesse contexto do direito à educação, se tem escolhido aquelas crianças em maior situação de vulnerabilidade. Mas quais são os marcadores sociais que têm sido incluídos e excluídos dessa grande categoria?

Então, para finalizar mesmo, de síntese: é só retomar a importância da aprovação do PNE em articulação à aprovação do Sistema Nacional de Educação; avançar mais nas políticas de cooperação entre os entes federados, reduzindo as desigualdades regionais e entre as redes; o desafio de acompanhamento, o modelo de controle social que de fato envolva a sociedade política e sociedade civil; outro ponto fundamental de nós pensarmos é a descontinuidade das políticas, portanto, retomar essa ideia de um plano de Estado e não de governo é fundamental para que a gente possa avançar na perspectiva dessa não descontinuidade. Há também esta pergunta: será que as metas estabelecidas podem de fato reduzir essas desigualdades regionais – urbano/rural, raça/cor, idade, população LGBTQIAPN+, quilombolas, indígenas? A gente também precisa avançar na gestão democrática e criar estratégias para lidar com aquilo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos definido como os velhos dilemas da educação – financiamento da educação básica e ensino superior, infraestrutura, valorização dos profissionais, equipamentos, materiais didáticos, gestão democrática – e esses novos dilemas, que são as emergências climáticas, a violência, a inteligência artificial e as crises de emprego.

Finalizo por aqui e agradeço essa oportunidade de estar no diálogo com vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Angela Maria Scalabrin Coutinho, Vice-Presidente da Região Sul da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e minha colega de setor, de departamento e de universidade. Muito boa a apresentação, parabéns!

Passamos em seguida a palavra ao Sr. Luiz Fernandes Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae). Com a palavra, Luiz Fernandes.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Eu quero inicialmente agradecer o convite ao Senador Flávio Arns para participar desse ciclo de audiências públicas, que considero da maior relevância. Aproveito o ensejo para cumprimentar toda a Comissão de Educação e Cultura nas pessoas do Senador Flávio Arns e da Senadora Teresa Leitão.

Ressalto, ainda, a alegria de participar desta audiência pública com os nossos companheiros dirigentes da área de educação: a Angela, pela ANPEd; o Nelson, pela Fineduca; o Romualdo, pelo Cedes; e a Lúcia, pelo Semesp.

Entendo que a discussão sobre o PL 2.614, de 2024, do PNE 2024-2034, se entendida como epicentro das políticas educativas, como eu venho defendendo, se constitui efetivamente – ou se constituirá efetivamente – em um instrumento de planejamento, de mobilização e de controle social. Portanto, peças basilares, muito articulado com o que disse a Angela, à materialização de políticas de Estado para a educação nacional. No atual contexto, trata-se de uma oportunidade e também de um desafio, tendo em vista que as políticas e a gestão da educação no Brasil, incluindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus processos de regulação e avaliação, vêm sendo historicamente permeadas por disputas de projetos de concepções distintas a respeito do papel do Estado e, consequentemente, sobre o papel do planejamento – ou sua ausência – e a relação entre os entes federados e suas obrigações constitucionais.

Ressalto ainda que a educação no Brasil tem sido historicamente marcada pela interpenetração entre as esferas públicas e privadas. Tais questões nos colocam diante do desafio de pensar no Plano Nacional de Educação, desafio esse que é de fato reabrirmos um caminho para a expansão das possibilidades educacionais e, portanto, para os direitos à educação básica e à educação superior no país. Nesse sentido, ressalto ainda que é fundamental avançarmos na perspectiva de um federalismo cooperativo traduzido em novas perspectivas da coordenação e cooperação federativa, o que nos coloca diante de um desafio histórico, e o Senador Arns presidiu com muita maestria toda a discussão do Sistema Nacional de Educação. A efetiva institucionalização do Sistema Nacional de Educação democrático se coloca como um elemento articulado a toda essa discussão.

A Anpae, uma entidade do campo educacional, há 62 anos, vem lutando pelo efetivo exercício do direito à educação de qualidade para todos, por meio da participação efetiva na formulação e execução de políticas públicas na educação, também na perspectiva de defesa da gestão democrática, alicerçada nos valores de justiça social, da liberdade e da igualdade na educação da sociedade.

A Anpae e seus pesquisadores sempre tiveram uma participação ativa nas discussões e proposições sobre o Plano Nacional de Educação. Destacaríamos aqui a participação da Anpae, por exemplo, nos CONEDs, com toda a formulação do que foi o projeto da sociedade brasileira para o Plano Nacional de Educação. Também há uma participação muito ativa na proposição do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Isso aliado a uma atuação muito direta na Conferência Nacional de Educação Básica de 2008, nas Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014, nas Conferências Nacionais Populares de Educação de 2018 e 2022 e, mais recentemente, na Conferência Nacional de Educação de 2024.

Nosso entendimento e a nossa defesa histórica têm sido pela educação pública, popular, gratuita, com gestão pública, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social. São esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

balizamentos que serão objeto da nossa intervenção, considerando que essas questões relativas ao PNE nos colocam diante dos desafios de avançarmos de um cenário de políticas de governo para um cenário de políticas de Estado para a educação, tendo o PNE, como eu já disse, como epicentro dessas políticas.

Nós destacamos aqui que essa discussão sobre o atual plano nos remonta a uma avaliação, a uma própria perspectiva e a um destaque da importância política e pedagógica da aprovação do PNE 2014-2024, que foi aprovado sem vetos e, como destacado pelo Senador Flávio Arns, foi objeto de uma grande articulação entre Câmara e Senado, numa construção muito participativa, o que nos coloca diante de um desafio de pensarmos Comissão Especial como um horizonte para se avançar nessa tessitura política sem prejuízo dos debates. Destaco que esse plano, a despeito de expressar um pacto nacional à época para as políticas de Estado da educação, não se efetivou e não teve o monitoramento adequado por todas as entidades previstas, a despeito do papel do Parlamento, com as suas frentes parlamentares, do Fórum Nacional Popular de Educação, das entidades da área, do Inep, com seus ciclos fundamentais em toda a discussão, do TCU e, mais recentemente, inclusive, do Fórum Nacional de Educação, que foi reconstituído democraticamente em 2023.

É importante dizer que esse cenário, quer dizer, essa secundarização do Plano Nacional não foi um acidente de percurso, mas foi resultado de um conjunto de políticas na contramão de políticas democráticas para a educação básica e educação superior.

Ora, considerando o cenário atual político e sinalizando, inclusive, que nós temos um Governo do campo democrático e popular com a coalizão ampla, a tramitação, a discussão do próprio PL e do PNE representam um desafio que é técnico, político, pedagógico, administrativo para política de estados. E eu quero cumprimentar, uma vez mais, o Senado Federal por construir e por ampliar canais democráticos de participação social, como esta audiência pública.

A nossa intervenção, para além da adjetivação que fizemos da educação, nos coloca diante de defesas históricas da Anpae, numa perspectiva de políticas democráticas para a educação nacional.

Nós consideramos a Conferência Nacional de Educação de 2024 como um ativo fundamental para ampliação dos direitos sociais à educação numa perspectiva de direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Então, para nós, é uma grande referência na perspectiva de nós avançarmos.

Entendemos que o PL 2.614 – encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso, que ainda não começou a tramitar na Câmara, mas que já encontra, nessas audiências do Senado, um espaço bastante fecundo – traduz essa articulação, essa tensão entre as próprias contribuições da Conae e também do grupo de trabalho do MEC sobre o Plano Nacional de Educação, resultando num conjunto de concepções, diretrizes, metas, objetivos e estratégias.

Isso é fundamental se nós pensarmos que nós temos um desafio, uma dívida histórica, uma vez que a educação no nosso país é marcada por desigualdades e assimetrias de toda ordem.

Então, tendo em vista esse cenário de proposição do novo plano – e entendemos que a sua tramitação deverá envolver vários debates e proposições –, nós ressaltamos a necessidade de fortalecermos a criação de mecanismos legais, garantindo canais efetivos e democráticos de controle e de participação social, exatamente por essa dimensão que nós falamos do próprio plano e do desafio que ele consiste.

Por isso, já ressaltamos de início a importância da criação e consolidação de mecanismos legais, orçamentários e financeiros que assegurem condições objetivas, assim como o fortalecimento de instâncias plurais, como fóruns e conselhos de educação, nessa tessitura política, nessa perspectiva que se desenha de sairmos para uma perspectiva de políticas de Estado, em que as dinâmicas de planejamento, gestão e financiamento se articulem numa perspectiva mesmo do próprio Plano Nacional de Educação, como articulador do Sistema Nacional de Educação, como previsto na nossa Constituição Federal.

Nesse sentido, ressaltamos – tendo por base a própria produção da Conae, da qual somos signatários e de cuja construção participamos – o entendimento do Plano Nacional de Educação como epicentro das políticas de Estado, bem como do Sistema Nacional de Educação como sistema democrático e inclusivo e como forma de organização da educação para viabilizar o direito social à educação.

Sobre o PL, quais são os seus 18 objetivos? As suas 58 metas e 253 estratégias têm convergências com o documento da Conae, mas apresentam também, a nosso ver, algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposições insuficientes, algumas ausências, questões também atinentes a prazo, que nós gostaríamos aqui de discutir, e outras sinalizações que faremos numa perspectiva mesmo de avançarmos no horizonte da garantia do direito social.

Entendemos esta audiência pública como um espaço fundamental. Objetivamos aqui contribuir com esse processo de tramitação legislativa, sinalizar aperfeiçoamentos – isso é possível exatamente por conta dessa grande articulação, dessa produção histórica e democrática que foi a Conae, o trabalho do GT do MEC também, o conjunto dessas questões – e consolidar avanços nas e das políticas de educação. Então, vamos trazer alguns pontos que, a nosso ver, merecem uma atenção pormenorizada.

Eu acho que uma grande discussão é o próprio entendimento do Plano Nacional de Educação como articulador do Sistema Nacional de Educação. Daí a importância da vinculação desse plano com os demais planos decenais, estaduais, distrital e municipais, sinalizando ações integradas e intersetoriais, em um regime de colaboração interfederativa. Essa discussão é crucial.

Isso nos coloca diante de um desafio, que é o de avançarmos no PL no tocante às questões atinentes à governança do PNE, incluindo suas efetivas interfaces com os planos estaduais, com o plano distrital e com os planos municipais, bem como o de avançarmos no tocante às questões atinentes ao monitoramento e à avaliação do plano. Como falamos, de 2014 a 2024, nós tivemos limites nessas perspectivas, alguns sujeitos não tiveram uma atuação tão expressiva, e é fundamental que a gente coloque maior centralidade nessa direção.

Destacamos, portanto, que é estratégico que figurem entre as diretrizes do PNE a instituição do SNE, bem como o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação. É óbvio que a instituição do SNE se faz presente no PL, mas aqui nós estamos colocando que é necessário avançar um pouco mais, dando esse sentido mesmo de colaboração interfederativa. É preciso pensarmos as questões da aplicação da meta de aplicação de recursos, pensarmos, inclusive, a questão dos prazos. Não vou me ater nesse desdobramento, até porque estou certo de que o Nelson vai nos beneficiar com essa discussão.

Aliado a isso – pensando nessa intersecção PNE, Sistema Nacional de Educação, estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos –, faz-se necessário também ratificar a perspectiva da valorização dos profissionais da educação, bem como o princípio da gestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democrática. E, quando falamos da valorização dos profissionais da educação, estamos sinalizando, a partir de uma articulação histórica que as conferências vêm construindo, a relação entre formação inicial, formação continuada, carreira, salários, condições de trabalho e de saúde dos profissionais da educação.

Ao pensarmos nesse desenho de uma colaboração interfederativa e de uma cooperação, obviamente, nós também destacamos a importância de instâncias permanentes de educação e ainda a necessidade do seu caráter vinculante, garantindo ampla participação, destacando a importância de que o PL também avance numa perspectiva de consolidação de conselhos e fóruns educacionais, numa perspectiva de fóruns plurais, autônomos. Penso que essas questões são fundantes e articuladas a uma discussão que fizemos, já em vários momentos, das instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação. Isso envolvendo a relação da União, como coordenadora das políticas nacionais, articulada à ação com estados, Distrito Federal e municípios, bem como essas instâncias também envolvendo os estados e os municípios.

Um outro aspecto que destacamos nessa relação diz respeito ao próprio Fórum Nacional de Educação, instância de participação social de caráter consultivo e propositivo. Entendemos, e já temos defendido isso já há algum tempo, a necessidade de uma maior estabilidade jurídica e da autonomia do Fórum. Penso que é preciso se resguardar no corpo da lei tais questões. Da maneira como está disposto hoje, isso está muito fragilizado, a partir de uma portaria.

Então, entendemos que é preciso avançar, inclusive, nessas sinalizações.

Um outro aspecto diz respeito à própria perspectiva de qualidade social, considerando tanto as variáveis internas quanto as externas – acho que o período de pandemia nos deu um conjunto de novos elementos para apreendermos as questões aí articuladas –, mas pensando também a qualidade com o nível de articulação com as discussões atinentes à avaliação.

E aí, nesse sentido, nós temos historicamente defendido o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica... que foram sinalizados pelo atual Plano Nacional de Educação, e também a articulação entre os SINAEs e o Sistema Nacional de Pós-Graduação. Acho que essa é uma perspectiva de avanço absolutamente necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A articulação entre o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos dos entes federados deve ser formulada de modo a se assegurar a consignação de nossas dotações orçamentárias compatíveis.

Teríamos ainda um conjunto de questões, como, de fato, revermos o prazo que está disposto para a universalização da educação básica, que estava previsto pela Emenda Constitucional 59, de 2019, para ocorrer até 2016, nas três metas do atual plano, e que agora se sinalizam para daqui três anos, após a aprovação do plano. Nós entendemos que é preciso rever essas questões, bem como também a meta de atendimento às creches. É preciso avançar na questão do Custo Aluno-Qualidade Inicial e na sua conexão com o CAQ, bem como no Custo Aluno-Qualidade amazônico, etc.

Nós teríamos ainda várias questões, mas aí, finalizando, pensando na questão da educação superior, há a necessidade de se avançar, inclusive com sinalizações mais objetivas e, quem sabe, nesta perspectiva, se retomar a perspectiva de percentual mínimo tanto para a taxa bruta de matrículas, como para a taxa líquida na educação superior, porque penso que essas são questões fundamentais, sobretudo se a sinalização que se coloca é a que defendemos de uma redução de desigualdades de assimetrias.

Então, essas questões implicam também as questões atinentes a não apenas se considerar, mas a se valorizar a diversidade e a se avançar na gestão democrática. E, para reverter este cenário, é fundamental avançarmos face a políticas de Governo, com políticas de Estado, com maior participação.

Portanto, reafirmo aqui que uma educação de qualidade implica a multiplicidade desses aspectos. E entendemos que essa construção se dará, quer dizer, com essa ampla participação, com o PNE expressando um grande pacto federativo e democrático em educação.

Muito obrigado, Senador.

Desculpa por ter me estendido por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos – me permita assim chamá-lo – a você, Luiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernandes Dourado, que é Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae).

Quero lembrar a todos e a todas que nos acompanham, reforçar que a apresentação toda, todo o visual, a exposição e o texto eventualmente utilizado pelos expositores estarão disponíveis no Portal e, ao mesmo tempo, um sumário executivo da audiência pública, tanto as do ano passado como as deste ano. O Dr. Luiz Fernandes Dourado, inclusive, já participou das audiências públicas no ano passado, nas quais abordamos muitos itens, constituindo desafios para o novo plano; e agora temos o PL especificamente com o novo plano a ser apreciado.

Agradeço muito de novo, Dr. Luiz Fernandes.

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Lúcia Maria Teixeira, que é Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

Com a palavra, Lúcia.

Seja bem-vinda.

A SRA. LÚCIA MARIA TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

É um grande prazer participar desta tão importante audiência pública.

Quero cumprimentar esta Comissão e agradecer o convite, na pessoa do Senador Flávio Arns, sempre aberto ao diálogo, a receber as diferentes propostas do nosso Brasil continental, e também a Senadora Teresa Leitão, todos os seus integrantes e convidados, que representam instituições e trabalhos tão importantes – Sra. Angela, da Anped; Luiz Fernandes Dourado, da Anpae; Sr. Nelson, da Fineduca; Romualdo, do Cedes –, e aqueles que nos acompanham neste importante momento para a educação nacional, neste ciclo de audiências públicas, para debater aquele projeto que institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, que já está acontecendo e que já estamos vivendo.

Foi prorrogado, então, e, como o Senador Flávio falou, está em análise na Câmara dos Deputados. Estamos aqui, todas essas entidades e participantes, juntando esforços neste compromisso, com um esforço contínuo de eliminação das desigualdades, que, conforme já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falado, são históricas no nosso país, sabendo da importância do PNE (Plano Nacional de Educação), para que seja base também para aquilo que vai acontecer nos municípios, nos estados, na questão distrital.

Aqui, então, eu cumprimento e coloco à disposição todo o trabalho do Semesp, que representa não só o Estado de São Paulo, mas é uma entidade que representa todos os estados do Brasil e que possui diversos institutos de pesquisa, publicações, entre as quais deixamos no Senado Federal – e faço questão de encaminhar também aos nossos convidados – o Mapa do Ensino Superior no Brasil, que é uma pesquisa e uma publicação que, inclusive, orienta com diversos dados as nossas questões nacionais, como estamos e também para onde podemos ir. Se a gente não sabe onde estar, como iremos traçar novas estratégias? Então, nesse sentido, temos também diversas outras pesquisas e estudos do instituto Semesp, que estão à disposição.

Temos também um grupo de trabalho, entre vários outros, que foi formado com propostas para o novo Plano Nacional de Educação. Irei encaminhar ao Senador Flávio e à douta Comissão, conforme o senhor solicitou, essas propostas, inclusive colocando como estamos agora, quais seriam essas propostas com base nesses estudos. Mas hoje aproveito a oportunidade deste convite para falar, brevemente, no tempo que nos foi concedido, esse tempo precioso, sobre algumas das proposições que lá estão.

Falo também que sou Presidente da Unisanta (Universidade Santa Cecília), na cidade de Santos, que completa 63 anos.

E o Semesp completa 45 anos, não é? E o convido, porque, no dia 4 de novembro, teremos uma sessão no Plenário do Senado, convocada pelo Senador Nelsinho Trad, para justamente falar sobre esses 45 anos de existência do Semesp e também da educação brasileira.

O Semesp decidiu contribuir para essa reflexão tão importante, por meio deste grupo de trabalho, com um instrumento base de educação, que são implicações significativas para todos os cidadãos brasileiros, conforme inclusive os nossos convidados que me antecederam já expuseram tão bem. E as nossas propostas, embora tenham como foco a educação superior, abrangem também outros níveis de ensino do sistema educacional brasileiro, porque é impossível falar no ensino superior sem citar a educação básica, sem citar a formação de professores e sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sanar também os gargalos e ainda as deficiências, as desigualdades e a evasão que ocorrem na escola básica, sem falarmos da formação de educadores.

Quando propomos algumas soluções para o ensino superior brasileiro, nós estamos, sem dúvida, falando de alguns grandes desafios de todos os graus de ensino. Então, inicialmente, é fundamental melhorar as taxas de conclusão no ensino médio. A cada ciclo de entrada no ensino médio, uma taxa muito grande, 35% a 40% não se formam. É um percentual muito alto de alunos que muitas vezes acabam não estudando e não trabalhando e têm as suas limitações, inclusive no mercado de trabalho, por não terem estudo. Dos quase 3 milhões que ingressaram em 2020 no ensino médio, somente perto de 2 milhões concluíram em 2022. Então, nós deixamos no meio do caminho, desses que entraram neste período, pelo menos 1 milhão de alunos que não estudam.

O Governo Federal, então, implantou neste ano o programa Pé-de-Meia, mas nós temos, ao mesmo tempo, que possibilitar a qualidade do ensino com a maior valorização da carreira docente e também melhorar a infraestrutura das escolas, que muitas vezes não oferecem o suficiente, principalmente as escolas públicas. Nós sabemos que a básica forma 80% dos estudantes do país, mas, no ensino superior, isso se inverte. A pública na escola básica forma 80%; e, no superior, é o contrário, a particular forma 80% e a escola pública, 20%. Nós precisamos aumentar, então, o número de egressos no ensino médio para ampliar o acesso ao ensino superior.

Então, nós propomos nesse documento, inclusive, essas ideias para, justamente, podermos vencer esse gargalo, essa juventude que fica sem horizontes no país.

E, como eu falei, no ensino superior é o contrário, 80% se dá por meio da rede privada. E, nesse sentido, é importantíssimo nós ampliarmos; além de fortalecer as universidades públicas, também fortalecermos as instituições privadas que recebem alunos carentes também. Então, ampliar o Fies, que é o fundo de ensino superior, o financiamento de ensino superior para esses alunos que querem ingressar, e ampliar o Prouni, que são as formas mais rápidas e de menor custo para aumentar esse acesso ao ensino superior do aluno que não tem condições.

E a gente tem, aqui no Instituto Semesp, diversas pesquisas que atestam que a evasão do aluno que tem esse apoio de financiamento ou de bolsa é mínima, é de 8%, em comparação com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a evasão inclusive das universidades públicas e das privadas. Então, apoiar com bolsas e com financiamentos é importantíssimo para que a gente possa acolher este aluno que sai do ensino médio, porque 40% da população do ensino médio têm renda *per capita* até R$1,45 mil e 81% têm renda *per capita* até R$3,135 mil. Se não tiverem auxílio com bolsas gratuitas e financiamento subsidiado, o Brasil não vai conseguir aumentar essa meta – não vai conseguir.

Nós sabemos que nós já não conseguimos atualmente chegar nos 33% da taxa de escolarização bruta, estamos com 19%. Quer dizer que aqueles da mesma faixa de idade que deveriam estar cursando ensino superior nós não atingimos, e agora nós estamos com a meta proposta de 40%. Se a gente não der apoio a este aluno, nós mais uma vez não iremos atingir a meta proposta para o PNE, porque, em 2023, por exemplo, só 1% dos alunos de ensino superior tive Fies e só 2,6% tiveram Prouni. A gente sabe que é um aluno que permanece e reverte com sua atuação para o desenvolvimento brasileiro.

Os desafios, então, lembrando o papel central do Prouni e do Fies na abertura de novas vagas para os alunos de nível socioeconômico baixo; a necessidade de manutenção e reestruturação desses financiamentos, o Prouni centrado em alunos de famílias de baixa renda e o Fies servindo alunos também de outros níveis socioeconômicos nesse sentido.

Formação de professores. Eu vou colocar algumas das nossas para poder continuar, algumas das minhas telas, para que a gente continue a nossa exposição. Então, quero verificar se vocês estão acompanhando.

É a primeira tela, e vou já passar para a segunda tela – inclusive porque, como eu já falei, isso ficará à disposição –, que é a variação: a rede privada representa 80%, e a taxa de escolarização líquida, que nós estamos nos 20%, e a bruta, 45%.

O ensino médio, a que aqui eu já me referi: a baixa conclusão do ensino médio, inclusive a renda.

Aqui os nossos financiamentos, o quão pouco representa o reembolsável, que é 1%, e o não reembolsável, que seria o Prouni ou outras bolsas do Governo estadual, do municipal e de entidades internas, e da própria IES, que representam 2,6%, e a taxa de permanência, como muda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa taxa de permanência, tendo em vista aqueles que recebem ainda o financiamento e aqueles que não são beneficiados com esse financiamento ou bolsas. Ela cai drasticamente.

O eslaide quatro, então, se não houver esse auxílio, e o último, o terceiro desafio, que é a meta que impacta o item 13 do novo PNE, que é a necessidade de aumentarmos a taxa de permanência nos cursos superiores, reduzindo a desistência e crescendo o número de concluintes.

Além da ajuda com bolsas, com financiamentos, nós vemos aqui que a taxa de desistência é muito elevada, tanto nas redes privadas como nas públicas. Por exemplo, se a gente for olhar quem entrou em 2019 e que, no ano de 2023, deveria estar se formando, apenas 26%, isto é, 25,9% conseguiram concluir o curso; 16%, 15,8% continuavam estudando; e 58,4% desistiram.

Isso é consequência de diversos fatores, sem dúvida, mas, entre eles, o econômico é o principal, se nós não dermos acesso com bolsas e financiamentos, além de um auxílio financeiro para aqueles que tiverem baixa renda, porque eles precisam tanto nas instituições públicas como nas particulares, e talvez estender alguns programas. Por exemplo, o Pé-de-Meia, para ensino superior – isso está sendo já pensado –, parece ser acertado, principalmente nas carreiras estratégicas atualmente, como a formação de professores e as engenharias, que sofrem um decréscimo muito grande da procura e são essenciais também, como todos, para o desenvolvimento científico e econômico do país. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradecemos...

Concluiu, Lúcia?

A SRA. LÚCIA MARIA TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – Eu concluí porque eu percebi que já estava terminando o tempo.

Então, isso é uma síntese bem geral, mas nós vamos encaminhar os documentos à Comissão de Educação e Cultura também, com todas as sugestões e propostas do nosso instituto de pesquisas e dos especialistas convidados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradecemos a você, Lúcia Maria Teixeira, Presidente do Sindicato das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

Todas as projeções que você fez, caso você deseje também, ficarão disponíveis no Portal da Comissão de Educação, para que as pessoas que desejarem possam olhar também com mais tempo e mais calma, porque eles sabem que a exposição, às vezes, não permite detalhar o que está disponível, não permite detalhar o que está sendo projetado.

Só quero lembrar a todos e todas que nós estamos falando do plano nacional, como foi bem enfatizado pelos expositores e expositoras, e depois teremos os planos estaduais e os planos municipais – objetivos gerais, diretrizes, metas para o Brasil –, mas tudo isso tem que se concretizar lá no Amazonas, no Pará, em Porto Alegre, Curitiba, e as realidades são muito diferentes. Por isso que tudo terá que ser feito nessa pluralidade, nessa diversidade da riqueza que é o Brasil.

Ao mesmo tempo, quando a gente fala em CAQ, por exemplo, Custo Aluno-Qualidade, é um conceito novo também, já colocado na Constituição, quanto que nós temos que investir na creche, na pré-escola, no ensino médio, para que seja de qualidade: a creche, qual que é o tamanho da sala, tamanho da escola, equipamentos, materiais, água, luz, professores, profissionais da educação, carreira... Nós temos que chegar a esse conceito.

E o Sistema Nacional de Educação vem sendo debatido também, que é muito importante neste debate todo, assim como o ensino médio, que a lei foi recentemente aprovada, como todos sabem; e o próprio Fundeb, que é o recurso para manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos professores e profissionais da educação, dos que atuam dentro da escola.

Então, é um conjunto de debates, que vem junto com o Plano Nacional de Educação.

Obrigado, viu, Lúcia?

Passamos, em seguida, a palavra ao Sr. Nelson Cardoso Amaral.

Quero saudá-lo novamente, sempre presente nos debates que acontecem no Senado Federal, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Nelson.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – É um prazer revê-lo novamente, Senador, nesta audiência muito importante no contexto do novo Plano Nacional de Educação.

Nós, da Fineduca, estamos terminando, aqui em São Luís do Maranhão, o nosso 12º encontro e tivemos aqui muitas preocupações com relação aos recursos que devem ser dirigidos para a educação.

Por conta do tempo, eu vou ser mais objetivo. Vou começar a apresentar.

Em primeiro lugar, quero agradecer muito à Comissão de Educação e Cultura do Senado, na sua pessoa, Senador, por conta desta oportunidade que a gente tem para desenvolver algumas análises aqui.

Como o senhor tem dito o tempo todo, o tempo é curto, e, às vezes, a gente começa a correr um pouquinho, para tentar oferecer o máximo aqui de informações para as pessoas que assistem agora e que vão assistir depois.

Deixe-me organizar aqui a apresentação. (*Pausa.*)

Acho que ficou bem aí para todos e todas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está bom.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (*Por videoconferência*.) – O título que a gente colocou é exatamente um pouco o título da nossa reunião em São Luís, do Maranhão, onde a gente tentou fazer uma análise, o tempo todo, em defesa dos 10% do PIB, porque o plano anterior a esse, que está acabando agora em 2025, não tinha nem uma meta vinculada ao dinheiro da educação, e a gente defende o tempo todo que ele deve ser exclusivo para a educação pública e não ter recursos também para a educação privada. A educação privada deve encontrar outras maneiras de financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu terminar a apresentação, todos vão ver que diminuir a desigualdade brasileira e elevar o PIB dependem muito do dinheiro da educação e das políticas sociais implantadas no Brasil.

Os impactos do financiamento na política e na economia.

A gente debateu bastante essa outra vertente, porque o tema do seminário era o impacto da política e da economia na educação. Agora, a gente quer ver o impacto do financiamento da educação na política e na economia. Então, esse é o foco da minha apresentação.

A gente tem uma preocupação, que é a seguinte...

A Profa. Lúcia Teixeira, de alguma forma, expressou um pouco essa dinâmica populacional brasileira, quando ela falou do ensino médio.

Essa aqui é a evolução da população com idade de 0 a 24 anos no Brasil, projetada pelo IBGE agora, em 2024, depois do Censo da Educação. Então, essa é a população de 0 a 24.

A gente vê que ela vai diminuindo – e a projeção é até 2070 – de 86 milhões, em 2001, e vai chegar a 45 milhões lá em 2070, 2064, e os períodos aqui são períodos dos PNEs.

Eram 86 milhões para 82 milhões no PNE, que não teve financiamento; depois, de 79 milhões a 72 milhões no PNE que está terminando, que ficou pela metade o financiamento; depois, no próximo PNE, que é de 72 milhões a 64 milhões de pessoas, que é 2024-2034; e, nos próximos PNEs, 56 milhões, 49 milhões, 45 milhões.

Esses números em vermelho são as diferenças, as quedas em cada um desses períodos. Então, a gente vê que, se os PNEs de 2001 até 2025 tivessem com financiamento adequado, a gente já teria conseguido ofertar uma educação melhor para 3,8 milhões de jovens e crianças, mais 1,9 milhão, mais 6,6 milhões de crianças e jovens. E, se a gente não fizer uma ação efetiva e bem concreta nos próximos PNEs, principalmente neste PNE agora, que a gente está discutindo, e nos próximos também, são grupos de crianças e jovens que serão formados numa educação com pouca qualidade, com poucas condições de trabalho em relação à infraestrutura, em relação a salários dos docentes e técnicos, trabalhadores da educação e tudo o mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma das preocupações, porque essa é a dinâmica populacional que está corrente no Brasil e que já aconteceu em muitos, muitos e muitos países da Europa, por exemplo.

A população com idade ativa de 16 a 24 vai ter essa evolução. Eram 108 milhões; vai atingir o pico, lá por volta de 2036, 2037, de 146 milhões; e depois começa a cair essa população ativa, chegando a 111 milhões. Então, a gente pode perceber que esse período agora, deste PNE de que a gente está discutindo o futuro – o futuro PNE –, é o período da última franja superior ali, da entrada da população ativa de 16 a 24 anos. Se a gente não der uma formação com boa qualidade educacional para essas pessoas, elas vão chegar depois, naquele outro período, e o país vai passar a ter dificuldades em relação ao crescimento do PIB, ao desenvolvimento da economia e tudo mais, por conta de falta de pessoas em idade ativa para fazer isso.

Por outro lado, é claro que eu não vou entrar muito nesse contexto, mas o país tem que se preparar também para esse outro lado, que são os maiores de 60: eram 15 milhões em 2000 e vão ser 75 milhões em 2070. Então, os problemas relacionados à assistência social, previdência social e saúde vão ficar muito substancialmente multiplicados, por cinco quase, em relação a 2000. Então, essa é outra preocupação que tem que existir no país também em relação à sua população.

Por conta disso, estudando exatamente essa dinâmica populacional – e muitos países já fizeram esse movimento e tentaram superar de alguma forma, fazendo as suas previsões –, é que a gente foi estudar o movimento histórico realizado por muitos outros países. Porque, sempre que sai um resultado do Pisa e saem os *rankings* internacionais da educação superior, eles são colocados como referências para o Brasil; só que eles são colocados como referência para o Brasil numa dinâmica totalmente estranha, porque quando são eles colocados como uma referência, em termos de que o Brasil teria que se comportar da forma do país tal, nunca é examinado como que esse país se comportou em relação à educação. Então, a gente tentou fazer isso.

Eu vou aqui, mais ou menos, passar um pouco rápido, só para a gente ver alguns países.

Finlândia.

Olha qual foi o comportamento da Finlândia, de 1970 até 2016, que são os dados disponíveis no banco de dados do Banco Mundial, com relação ao valor aplicado por pessoa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

0 a 24. É claro que, para calcular esse número aqui, a gente teve que usar dados que estão nesse banco de dados, eles não estão disponíveis dessa forma. Mas, em 1970, eram US$2.241 por paridade de poder de compra, que é uma moeda para a gente fazer comparação entre os países; chegou a US$6,9 mil, e, agora, a US$11.355, por pessoa de 0 a 24 anos. Então, esse é o perfil de evolução que a Finlândia fez.

A Coreia do Sul, que também é muito comparada com o Brasil o tempo todo: há pessoas exigindo que o país já tenha condições de se equiparar à Coreia do Sul em relação à educação básica, por exemplo. Mas eram US$151 a paridade de poder de compra, passou para US$712, US$1.653, US$3.248 e US$8.230.

O Japão, a mesma coisa: eram US$1.450, US$5 mil e US$6 mil.

O Canadá: US$4,6 mil, US$7,4 mil, US$8,1 mil e US$8,5 mil.

E no Brasil? A gente chega ao Brasil, almejando, com esse novo Plano Nacional de Educação, atingir o equivalente a 10% do PIB. Vocês vejam que a gente está aqui na faixa de US$2,3 mil, US$2,4 mil, e ele evoluiu de US$979,95 para esse valor agora. A gente precisa chegar ao valor mais alto, de US$6.540, que será o valor se o Plano Nacional de Educação for aprovado, para atingir 10% do PIB e se ele realmente for efetivamente implementado nesse sistema. A projeção é essa aqui. E US$6.540 ficam ainda longe do Canadá, que é de US$8 mil, próximos ao valor do Japão, ainda longe da Coreia do Sul e longe ainda da Finlândia.

Então, é um desafio que o Brasil tem que enfrentar. Ou ele começa a enfrentar esse desafio aqui, ou ele nunca vai sair dessa situação toda, que foi explorada nas análises que foram feitas pelos que me antecederam e na riquíssima coleção de perguntas que estão chegando aqui, com a preocupação de várias pessoas de vários estados brasileiros. Então, essa é uma preocupação que tem que ser colocada em conta para o futuro do país: o que a gente quer para o futuro do país?

Bom, aqui é só para a gente explorar um pouquinho esses países em que a gente fez a coleta.

Aqui é o resultado do Pisa, de US$526 até o Brasil, que é de US$400, e essa curva tortuosa aqui é o valor que eles aplicam por pessoa de zero a 24. A gente vê: o Japão está aqui, logo no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começo. Olhem o Pisa do Japão! A Coreia do Sul está aqui, o Canadá e a Finlândia, que são exemplos que a gente coletou para explicitar. Nós fizemos estudos lá na Fineduca de todos eles, então a gente tem dados e informações de todos eles. E o Brasil está aqui, com US$2.490, e um resultado de US$400.

Então, ficam cobrando dos brasileiros, dos diretores das escolas, dos professores que a gente tenha uma *performance* parecida com a destes país aqui. É impossível! É impossível, pela condição de desigualdade que existe na sociedade e tudo mais, como vai ficar claro daqui a pouco também nas minhas apresentações.

Este aqui é um documento do Ipea importantíssimo, cujo título é "Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda". Eles fizeram toda uma análise... Esse trabalho é de 2011 – e nós estamos, lá na Fineduca, tentando encontrar algum trabalho mais recente nesse mesmo contexto –, mas é um trabalho importantíssimo, como a gente vai ver pelos resultados aqui. Reparem o que ocorre...

Isso aqui é uma sistematização das Tabelas 1 e 2 desse trabalho do Ipea, cujo título é "Multiplicadores decorrentes de um aumento de 1% do PIB segundo tipo de gasto". Quando você acrescenta 1% do PIB em educação, o valor do PIB do país aumenta 1,85, amplifica-se o valor do PIB diretamente, e é o setor que mais amplia o PIB; quando se aplica 1% a mais na saúde, o aumento é de 1,7; no Programa Bolsa Família, é de 1,44; no benefício de prestação continuada, é de 1,38; no Regime Geral de Previdência Social, é de 1,23; no Regime Próprio de Previdência Social é de 0,88. Todos esses componentes são da área social, dos gastos do fundo público.

Quando a gente aplica recursos nestes outros componentes que não são relacionados diretamente à área social, como investimento do setor de construção civil, o aumento é de 1,54%; na exportação de *commodities* agrícolas e extrativas, é de 1,4; e, nos juros da dívida pública, é de 0,7.

Então, é de se pensar que prioridades que o país quer dar se ele quer fazer o PIB crescer.

Esta outra tabela também é uma compilação lá do trabalho. É sobre o efeito multiplicador do crescimento de 1%, como no anterior, só que agora é sobre a renda das famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na educação, quando se aplica 1%, significa 1,67; e na saúde, 1,44. O programa que mais tem essa repercussão na renda das famílias é o Bolsa Família: 2,25; no BPC, 2,20; no Regime Geral da Previdência Social, 2,10; no Regime Próprio de Previdência Social, que é dos servidores públicos, 1,86; no setor de construção civil, 1,14; na exportação de *commodities* agrícolas e extrativas, 1,04; e, nos juros da dívida pública, 1,34.

É interessante também esta projeção que eles fizeram lá: se você acrescentar 1% do PIB nos gastos públicos sociais, no conjunto de gastos públicos sociais, você tem como resultado final 1,37% no PIB e 1,85% na renda. E o que é interessante é esta última aqui, que é exatamente que 56% voltam ao Estado em impostos e contribuições, porque o gasto social vai exatamente para as pessoas mais pobres, e as pessoas mais pobres não vão fazer aplicação, não vão viajar para o exterior, não vão comprar apartamentos no exterior nem nada; elas vão gastar o dinheiro aqui mesmo. Então, há um retorno de 56% desse valor que foi aplicado em gasto público social. Então, aplicar em gasto público social não é... Aliás, é motivo importante até do retorno e do aumento da arrecadação tributária no país.

O Índice de Gini, que é exatamente a distribuição da desigualdade social: 1% significa a queda no Índice de Gini de 1,1%; na saúde, é 1,5%; no Programa Bolsa Família, é 2,2%; no BPC, é 2,3%; no Regime Geral de Previdência Social, é 1,2%; no investimento do setor civil, é 0%, não há diminuição do Gini; na exportação de *commodities* agrícolas e extrativas, é 0%, não há diminuição da desigualdade. E o dinheiro nos juros da dívida pública significa aumentar as igualdades – é claro, pois os juros da dívida pública vão para os que têm, e os que têm nem são muito preocupados com diminuição da desigualdade brasileira, nem fazem com que melhorem as condições brasileiras, da população brasileira que mais necessita, que é exatamente a diminuição da desigualdade. E todas as pessoas que falaram anteriormente, todos os colegas, todos ressaltaram a desigualdade de algum modo, de uma forma ou de outra.

Só finalizando, neste estudo aqui, da Fineduca – O Financiamento do PNE (2024-2034): é chegada a hora de priorizar a Educação no processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil –, é feito todo um levantamento de possíveis fontes para serem estudadas, além de tributos, que são os impostos, taxas e contribuições, claro. Então, a gente encontra lá muitas possibilidades, que estão lá, definidas, e elas estão também nas estratégias do documento final da Conae: utilizar a riqueza natural brasileira – águas, minérios, petróleo e gás; utilizar recursos recuperáveis da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dívida ativa da União; diminuir o volume de renúncia de impostos da União; elevar a carga tributária brasileira a percentuais de PIB equivalentes àqueles dos países mais ricos da OCDE – é uma falácia dizer que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. Não é. Se a gente for pegar documentos, a carga tributária está em 28º lugar de percentual do PIB –; diminuir os recursos públicos que se dirigem ao setor privado; limitar o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida – é preciso debater esse volume de dinheiro que é pago em juros, encargos e amortizações. Não é dar calote, é implementar o refinanciamento de uma parcela maior dos juros, encargos e amortização, para priorizar a educação no Brasil –; diminuir os recursos públicos que se dirigem ao setor privado; elevar a vinculação constitucional de impostos da União, dentre outras riquezas.

Então, a gente tem muitas riquezas. Ninguém pode dizer que o Brasil não tem riqueza para melhorar essa situação.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (*Por videoconferência*.) – A Fineduca está elaborando um conjunto de emendas, propostas de emendas, e vai ser com grande satisfação que a gente vai encaminhar para a Comissão de Educação e Cultura do Senado.

Agradeço muito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É importante. Encaminhem para a Comissão de Educação e Cultura do Senado.

Agradeço a apresentação muito didática. Qualquer pessoa, olhando os gráficos, vai entender com clareza o ponto de vista. Quero parabenizá-lo por isso também, além do conteúdo, obviamente. A associação Fineduca é das mais prestigiadas do Brasil. Então, parabéns pelo trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Romualdo Portela de Oliveira, como último expositor, que é representante do Centro de Estudos, Educação e Sociedade (Cedes).

Com a palavra.

O SR. ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos.

Gostaria de cumprimentar, na pessoa do Senador Flávio Arns, toda a Comissão de Educação do Senado, cumprimentar a realização desta audiência, cumprimentar os colegas participantes desta atividade e agradecer à diretoria do Cedes pela confiança no meu nome para representá-lo nesta audiência.

Eu queria iniciar, para facilitar a abordagem, as coisas gerais – senão, a gente acaba se perdendo no tempo –, eu queria reivindicar, em nome da diretoria do Cedes, o acordo com o documento final da Conae, que expressa a posição de conjunto da entidade. Gostaria de reivindicar a fala do Prof. Nelson, que me permite poupar uma parte do que eu ia falar. Outras coisas eu não ia falar, mas ele esclarece bastante.

E eu gostaria de começar chamando a atenção a que, para o Brasil, se inserir na economia do século XXI, crescer e, com o crescimento, reduzir a desigualdade, é absolutamente colocarmos no centro da agenda um projeto de desenvolvimento nacional ancorado na educação, ciência, tecnologia e economia do meio ambiente – a economia verde, a preservação do meio ambiente –, que são, na verdade, dilemas históricos da humanidade. Eu acho que o Prof. Nelson trouxe elementos que nos permitem compreender o sentido estratégico de tornarmos a educação o centro de uma política nacional de desenvolvimento. Então esse é o primeiro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção.

Se nós não conseguirmos fazer isso, nós vamos continuar opondo reivindicações por priorização da educação a interesses de outros grupos, outros setores que não tenham a mesma abrangência estratégica do ponto de vista de desenvolvimento nacional. Só para dar um exemplo, nós subsidiamos fortemente o setor agrícola, que, se não investir pesadamente em ciência, tecnologia, pesquisa e educação, não tem um futuro muito grande, principalmente se levarmos em conta que temos uma transição climática que os prejudica brutalmente, ou seja, se nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizermos esta inversão do investimento no curto prazo, nós não temos futuro. E isso é muito importante a gente colocar, porque, na verdade, quando a gente vem defender 10% do PIB para a educação, nós necessariamente vamos ter que reduzir investimentos ou subsídios para outros setores. E isso é absolutamente chave. Nós precisamos fazer essa discussão com a transparência que ela merece.

E para tentar informar o meu ponto, eu vou retomar uma análise histórica dos Planos Nacionais de Educação no Brasil que talvez nos ajude bastante.

A ideia de Plano Nacional de Educação no Brasil surge com os pioneiros da educação de 1932, está no Manifesto de 1932. Era a ideia de dar uma racionalidade para a política educacional. São eles os que trazem para o Brasil a ideia de planejamento educacional e a ideia de estabilidade nas políticas educacionais que transcendam um governo.

É muito interessante. Se nós formos olhar a Constituição de 1934, que foi aquela que mais sofreu diretamente a influência dos pioneiros, nós vamos ver que no art. 150 o centro do capítulo é o PNE, e dentro do PNE está toda a declaração do direito à educação, ou seja, o PNE era de fato o centro da política educacional que pensava isso no longo prazo. Nós não podemos ter o contrário, quer dizer, tem uma política e tem um PNE que a gente discute e discute, e depois ele é abandonado na política concreta. E acho que este é um dos desafios que nós temos que enfrentar.

E aí eu costumo dizer que nós, de alguma maneira, meio que tortuosamente, temos aprendido com nossa experiência dos PNEs. Vamos rememorar. O nosso primeiro Plano Nacional de Educação, que é de 1963... Veja, o Plano Nacional de Educação que devia ser complementar à Constituição de 1946. A LDB levou 15 anos para ser votada, e aí o Plano Nacional só sai depois da LDB. O plano de 1963 só tinha metas. Depois ele tem uma modificação em 1965 que reduz as metas, porque já se diria que não ia cumprir. Durante a ditadura, nós tivemos os planos setoriais de educação e cultura, que também só tinham metas.

Portanto, quando nós retomamos, pós-redemocratização, o debate sobre planos de educação, nós percebemos que deveríamos, junto com as metas, introduzir recursos, a previsão de recursos para que essas metas viessem a ser atingidas. E, de fato, isso tem no Plano Nacional de 2001, mas todos os artigos referentes a financiamento no plano de 2001 são vetados pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência da República, e nunca foram apreciados esses vetos pelo Congresso. Ou seja, do ponto de vista dessa perspectiva histórica, o plano de 2001 nasceu morto. E os eventuais ganhos – eu arrisco dizer – que nós tivemos na sua vigência provavelmente são inerciais: eles aconteceriam até sem o plano, porque tem a ver um pouco com a inércia das políticas.

No plano de 2014, nós avançamos mais um pouco porque, além da previsão dos recursos, nós nos demos conta de que era necessário ter acompanhamento e fiscalização da execução do plano. Então, a ideia de ter um controle intermediário após cinco anos e a ideia do Fórum Nacional de Educação, que ia monitorar a implantação do plano, são absolutamente centrais, porque é desastroso nós chegarmos ao final da vigência de um plano e constatarmos que ele não foi cumprido. Ou seja, nós temos que ter mecanismos intermediários que permitam corrigir metas, corrigir a implantação. Essa ideia de uma Conae intermediária, que faz um balanço da aplicação do plano e ajusta rumos, é muito importante.

E eu diria que, para este novo ciclo, nós temos que enfrentar uma questão que me parece essencial: como é que nós vamos fazer para que os pontos centrais do plano – e aí eu diria financiamento e gestão – sejam de fato cumpridos, que eles não estejam à mercê de uma mudança de governo. A essência da ideia de plano é que nós construamos uma estabilidade, uma espinha dorsal da política educacional que transcenda os limites de um governo. E a nossa experiência tem sido... Às vezes até o próprio governo que aprova o plano não cumpre ou já o reduz, como aconteceu em 2001. Aquilo a que nós assistimos com o plano de 2014 foi que uma mudança de governo simplesmente desmontou alguns dos pilares do plano de 2014, quer dizer, diminuiu as funções do Fórum Nacional de Educação, não convocou a Conae, não implementou os recursos que estavam previstos. Até tem razões para isso, mas eu acho que esses são objetivos que a gente devia levar em conta. Portanto, eu acho que retomar esses pontos e enfrentar a dificuldade que nós temos conhecido de não termos sido capazes de fazer com que o plano seja cumprido...

E aí, de novo, nós queremos dar um salto de qualidade, porque às vezes eu vejo alguns discursos bastante cínicos sobre o futuro da educação: "Se nós não fizermos nada com a redução da população na idade escolar, nós vamos ter um aumento do valor gasto por aluno". Isso é absolutamente cínico, porque a gente sacrifica as gerações que nós temos até que esta transição se complete e nós perdemos de novo a oportunidade de dar um salto de qualidade. Então, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente para isto que existe o plano: nós queremos dar um salto de qualidade, pagar a dívida social que nós temos com a educação brasileira e nos preparar para o futuro, que já está aqui.

E, nesse sentido, eu acho que é muito importante que a gente leve em conta... Eu acho que o Nelson trouxe alguns dados bastante interessantes, mas eu queria agregar dois que me parecem muito importantes.

O primeiro deles eu acho que é um argumento muito forte para que a gente defenda o aumento do gasto por aluno. O nosso gasto por aluno é substantivamente inferior ao dos países da OCDE. E aí eu acho muito interessante que a gente estabeleça como meta do Ideb ter, ao final do ciclo, que o nosso Ideb atinja a média dos países da OCDE e a gente não tenha nos nossos planos de educação a ideia de que nós temos que gastar a média dos países da OCDE por aluno. Isso é muito... Digamos assim, você cria um desejo e não cria as condições necessárias para que ele venha a ser cumprido.

E o segundo ponto eu acho que é interessante. Eu acho que o Nelson levantou várias fontes possíveis, mas eu separei um dado só que eu acho estarrecedor: as isenções fiscais no Brasil representam 4,65% do PIB, que é praticamente o que nós precisamos para chegar aos 10% do PIB em educação. Acho que é interessante a gente colocar essa discussão. Nós temos opções do ponto de vista de país a serem feitas e temos sido vítimas de interesses de grupos corporativos que acabam pegando uma fatia maior do fundo público na forma de isenções, subsídios, etc., que precisam ser discutidos. Eu acho que, obviamente, nós não vamos zerar isso, mas, digamos, há uma contribuição para o desenvolvimento da educação brasileira que precisa ser feita por esses setores, abrir mão de uma parte da fatia que eles abocanham do fundo público para que nós tenhamos investimentos substantivos em saúde, educação, ciência e tecnologia.

E aí eu acho que tem uma coisa que me parece importante que a gente venha abordar nessa discussão. De novo, eu estou tentando pegar aquelas questões que me parecem, assim... Se não mexermos nisso, o resto não faz muita diferença, apesar de ser importante; o resto, de alguma maneira, vai ter o resultado que a gente já teria sem o plano. Ou seja, nós queremos resolver o conjunto dos problemas da educação brasileira – portanto, pagar a dívida histórica – e, para isso, nós precisamos de um choque, um choque que tem como base ter o gasto de 10% do PIB na educação, e um processo de gestão, como o Luiz falou, por exemplo, muito articulado com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento do Sistema Nacional de Educação, com o controle, por parte da sociedade civil, na implementação desses planos.

E eu fico muito preocupado com o seguinte: nós temos avançado bastante no monitoramento. Se eu pegar a série histórica do Ideb, nós vamos ver que tem alguns limites que nós não conseguimos avançar, ou seja, nós temos um problema estrutural do aprendizado, da qualidade da educação brasileira, e aí não adianta fazer mais prova. Se fizer mais prova, vai constatar que nós não temos sido bem-sucedidos nisso.

E, de novo, a experiência da Coreia eu sempre acho muito interessante. Não tem jeito se nós não enfrentarmos a questão docente. E é absolutamente chave termos uma política nacional de formação docente que englobe três dimensões.

A primeira delas é a atratividade da carreira docente, é baixíssima a atratividade da carreira docente. Eu vou contar um exemplo para vocês. Uma vez eu estava em Cuba visitando escolas e eu perguntei para eles: "Como é que vocês fazem a formação docente?". Eles falaram: "Em primeiro lugar, nós selecionamos os melhores alunos da escola média para serem professores". Eu falei: "Mano, no nosso país, nós não conseguiríamos isso". Por quê? Porque a atratividade é muito baixa. Os melhores alunos da escola média não querem ser professores, exatamente porque tem outras opções mais atrativas do ponto de vista de condição de vida e do ponto de vista de remuneração. Nós temos que incidir aí.

Em segundo lugar, nós temos que ter uma política nacional de formação de professores. É importante e assustador que hoje mais da metade dos professores brasileiros estejam sendo formados em cursos à distância de baixíssima qualidade. Até o Ministério da Educação impediu a criação de novos cursos, porque a gente está abrindo cursos de formação à distância sem nenhuma experiência de formação.

Veja, eu não sou contra a formação à distância, mas tem que ter experiências bem-sucedidas de formação de qualidade, porque, se nós não tivermos esse cuidado, nós simplesmente vamos proliferar uma quantidade de pessoas com diploma de doutor, até com nível de professor, com nível superior, sem a menor condição de dar aula, ou seja, nós temos que ter uma política nacional de formação de professores que seja estratégica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de lembrar que a melhor experiência de formação de professores que nós já tivemos foi no Projeto Cefam, um projeto de formação de professores em tempo integral, com bolsa, em escolas públicas, bem equipadas. Veja, era uma formação em nível médio, mas de longe foi a melhor experiência que nós temos.

Nós temos que ter uma política do Ministério da Educação para formar nacionalmente, em grande escala, no setor público, professores, que garanta qualidade.

E o terceiro ponto é que nós temos que ter política de retenção de professores. Se nós olharmos as estatísticas, o número de professores na educação brasileira que abandonam a profissão é altíssimo. E o que significa abandonar a profissão? O professor se forma, faz concurso, e, depois de uns dez anos, abandona a profissão, exatamente no momento em que ele teria a melhor condição de trabalhar: ele já não é inexperiente e ainda não está cansado. É aquele momento em que ele teria as melhores condições de produzir, e neste momento ele abandona a profissão, exatamente porque a profissão é muito pouco atrativa – e nós temos que enfrentar esse desafio do ponto de vista de política.

Portanto, eu gostaria de reafirmar aqui a ideia de que nós deveríamos dedicar bastante tempo na discussão deste novo plano nas questões que fazem diferença, ou seja: quanto nós vamos gastar em educação? Nós temos cálculos que mostram que é necessário 10% do PIB. Nós temos que discutir como é que vamos efetivar isto.

Eu encerraria chamando a atenção para, digamos, uma engenhosidade que existiu no projeto do Fundef e que existiu no projeto do Fundeb, que é um mecanismo de transferência de recursos que passa ao largo da ingerência deste ou daquele governo. É uma coisa desse tipo que nós teríamos que pensar para efetivar um aumento substantivo do gasto em educação.

E o segundo ponto, que me parece estratégico, é nós conferirmos à sociedade civil e aos organismos de acompanhamento do plano capacidade de fazer valer este plano, não ficar à mercê do governo de plantão.

Sem isso, nós provavelmente teremos algum avanço inercial até 2034, mas não teremos conseguido um impacto que faça mudanças qualitativas na educação brasileira.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer também a você, Romualdo – me permita-me chamar você, com todo o respeito, e nada impede que vocês me chamem de você também, estou muito satisfeito também. Romualdo Portela de Oliveira, representante do Centro de Estudos, Educação e Sociedade (Cedes).

Eu quero dizer que eu poderia ficar escutando a fala por mais 15 minutos, meia hora, uma hora, que foi muito interessante também, muito didática, muito assertiva. Inclusive, eu já solicitei para a Secretaria da Comissão de Educação que nós transcrevêssemos, depois, a fala, já que foi uma exposição, para que ela oriente de fato os debates sobre o Plano Nacional de Educação. Passaremos, obviamente, o texto para a sua apreciação, para ver se reflete, se não estamos cometendo erros, na verdade.

Muito obrigado.

Antes de passar novamente a palavra aos expositores e às expositoras para as considerações finais, algum acréscimo, reforço em algum argumento, eu só leio rapidamente as contribuições que vieram das pessoas que estão nos acompanhando.

Francisco, da Paraíba: "O que [...] [pode ser feito] para melhorar a formação continuada dos professores [...] [por meio] da melhoria [dos programas] da pós-graduação?".

Gabriella, do Rio de Janeiro: "Como o novo PNE propõe garantir financiamento adequado e expansão dos programas de pós-graduação, com foco na equidade e na permanência?".

Eu só quero dizer aos que nos acompanham que todas essas perguntas e comentários fazem parte do relatório. Então, todos os Senadores e Senadoras têm acesso a essas contribuições que vêm. Às vezes, é num debate ou no outro, mas sempre é levado em conta o que vem como contribuição do Brasil inteiro.

Gillyene, de São Paulo: "Quais [são] os avanços [...] [em relação à] seguridade dos estudantes da pós-graduação?".

Lucas, do Paraná: "Como o governo pode promover parcerias eficazes com a indústria para aumentar a empregabilidade dos egressos dos programas de pós-graduação?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maurício, de Goiás: "Quais [são] as principais mudanças nesse [...] [PNE]?".

Suelen, de Santa Catarina: "Quais [as] garantias de bolsas para estudantes da rede pública e de baixa renda conseguirem se manter nas universidades estaduais e federais?". Olhe o Programa de Assistência Estudantil, que foi aprovado no outro dia, e faça uma análise, Suelen. Se tiver contribuições obviamente para melhorar, sempre a legislação pode ser aprimorada.

Willian, de Minas Gerais: "[...] [Como] serão implantadas novas formas de facilitar o acesso dos servidores públicos aos cursos de pós-graduação".

Comentários.

Anderson, do Ceará: "É preciso repensar a educação e [as] avaliações nacionais que possuem uma cobrança desproporcional com a realidade das escolas pelo país".

Mais algumas perguntas.

Britney, de São Paulo: "Como o plano aborda a internacionalização da pós-graduação brasileira?".

Paola, do Rio Grande do Sul: "De que forma o PNE pode trazer uma carga horária dedicada às discussões e compreensões [...] [sobre] eventos e mudanças climáticas?".

Emmanoel, do Rio de Janeiro: "Como garantir financiamento público para uma educação universal, inclusiva e laica?", o que tem sido, aliás, bastante abordado no dia de hoje.

Sandro, de Pernambuco: "Quais [são] as perspectivas para os institutos federais? Observo a ampliação da rede ao passo que acompanho a falta de investimentos nos *campi*".

Também a Denise, de Minas Gerais: "Que garantias a comunidade universitária terá de que as propostas trarão melhorias na qualidade do ensino e mais investimento na pesquisa?".

Lucas, de Pernambuco: "A educação do campo é uma realidade em nosso país. Quais são as estratégias de investimento para as escolas campesinas?". Quilombolas, indígenas, do campo, ribeirinhos, não é? Toda essa riqueza da diversidade que também tem que estar presente nos planos estaduais e municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gentil, de São Paulo: "Em 2022, no Enade, cerca de 853 mil estudantes do ensino superior privado tiveram conceito 2. Como melhorar a qualidade do ensino privado?".

E um último comentário, do Eduardo, de Alagoas: "Precisamos, de uma vez por todas, reconhecer, valorizar e incluir disciplinas do senso crítico, como sociologia e filosofia".

Agradecemos as perguntas e os comentários e passamos agora, então, às considerações finais.

Passo, em primeiro lugar, invertendo, inclusive, a ordem, para a Sra. Lúcia Maria Teixeira, que é Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos do Ensino Superior no Estado de São Paulo.

Com a palavra, Lúcia Maria.

A SRA. LÚCIA MARIA TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, agradecendo pelo nível das perguntas e das colocações, falo a respeito também de como melhorar essa questão dos calouros, não só nas licenciaturas, como na pós-graduação, citando, inclusive, uma pesquisa do Semesp que fala que nós podemos ter um apagão de professores, que até 2040 nós podemos ter um déficit de 235 mil professores, diminuindo 20% até 2040.

Então, há necessidade de nós atrairmos... Há diversas propostas do Semesp para formação de professores baseadas nos nossos trabalhos, com iniciativas nacionais e internacionais, e, é claro, para aproximar novos modelos de educação, fortalecer a escola, fortalecer o papel do professor e para valorizar o professor.

Há vários caminhos – a bolsa docência, tornar obrigatório o estágio. E também há essa falta de reconhecimento social. Isso depende de vários insumos – carreira valorizada, boas condições de trabalho, salários condizentes. Mas a formação inicial em nível superior, também a progressão na carreira e, ainda, possibilitarmos isso na pós-graduação, que foi uma das perguntas, formarmos também na pós-graduação com esses incentivos seria também um dos caminhos a respeito disso.

Foram citadas também as notas 1 e 2, não é isso? Recorri aqui ao nosso Censo da Educação Superior e também verifiquei que 71% dos cursos das instituições privadas tiveram nota 3, 4 e 5, que quer dizer satisfatória, e 29% desses cursos tiveram notas 1 e 2, que devemos, realmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez mais, minorar e verificar, porque uma das outras perguntas também – e eu estou sendo bem breve – fala dessa questão de termos, nas avaliações, um só meio de avaliar, não tendo ideia, em termos das diversidades das nossas instituições de ensino, com relação a avaliação, regulação.

Então, que essas avaliações não se destinem apenas à construção de um *ranking* de instituições, porque às vezes a Iesc tem diferentes condições, naturezas, modelos de instituições de cursos, respeitando a diversidade, a regionalidade, a inovação, que atualmente não é tão avaliada, mas que estamos, junto com o Inep, com diversas sugestões, e sabemos que o Inep é esse instituto de pesquisas que realmente se dedica à melhoria da qualidade da inovação, e é isso que nós queremos para o Brasil, essa melhoria da qualidade em todos os níveis.

Não sei se eu respondi todas, mas estou à disposição também para o que mais for importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você novamente.

Obrigado pela presença, pela participação; e as portas da Comissão de Educação e Cultura estão à sua disposição, assim como dos demais expositores e expositoras e da sociedade em geral, como eu já reforcei várias vezes durante esta audiência pública e as demais audiências.

Obrigado, Lúcia Maria.

Passo a palavra à minha colega de Universidade Federal do Paraná, Angela Maria Scalabrin Coutinho, que hoje está aqui na condição de Vice-Presidente da Região Sul da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Com a palavra, Angela.

A SRA. ANGELA MARIA SCALABRIN COUTINHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Flávio Arns.

Eu vou aqui aproveitar também estes cinco minutos para fazer comentários sobre três questões que foram apresentadas aqui, porque também me permitem retomar aspectos importantes sobre o PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira é da Britney, de São Paulo, que pergunta sobre a questão da internacionalização da pós-graduação no PNE; e eu aproveito a pergunta dela para chamar a atenção, porque neste momento a gente também está construindo no Brasil o Plano Nacional de Pós-Graduação.

Então, nós falamos aqui bastante da articulação do Plano Nacional de Educação com os planos estadual, municipal e também distrital, mas também quero lembrar que a gente está com uma discussão em curso sobre o novo Plano Nacional de Pós-Graduação. A Anped fez uma contribuição bastante específica, fazendo uma análise da primeira proposta de texto de plano, e é importante a gente olhar também essa articulação entre o PNE e o PNPG.

No Plano Nacional de Educação, de modo geral, a internacionalização ainda aparece muito vinculada a um aspecto que tem sido o aspecto central, mais propulsor da internacionalização dos nossos programas, que é a mobilidade acadêmica; mas a internacionalização não se limita à mobilidade acadêmica.

Então, é importante que a gente também avance neste debate, pensando em internacionalização na relação com a educação básica, por exemplo, que é algo pouco discutido e pouco efetivado, também pensando nas relações Sul-Sul. Nós temos aqui países irmãos, países vizinhos, entre os quais a gente pode pensar em uma relação mais intensa, e também, pela proximidade das fronteiras, isso se torna mais possível, e o próprio processo de internacionalização em casa.

Então, eu diria que a gente ainda tem uma tarefa aqui no PNE, que é a de fazer o maior diálogo com o PNPG e também pensar essas outras dimensões da internacionalização.

Queria comentar também sobre a questão que foi apresentada em relação à educação nas escolas campesinas, sobre as estratégias de investimento. Esse PNE, com esse foco nas questões de equidade, justiça social e mitigação das desigualdades, traz metas que vão tratar especificamente de territórios e de contextos. A Meta 8 vai discutir a questão da educação no contexto do campo, da educação quilombola. Então, eu sugiro, Lucas, que também você e outras pessoas que estão interessadas na temática olhem com atenção para essa meta, assim como para outras estratégias que vão aparecer em várias metas do plano e que remetem para a educação do campo, também pensando aí na especificidade das águas, das florestas. Então, o plano, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu ponto de vista e do que a gente tem discutido na Anped, avança em relação a essas questões, mas a gente precisa olhar com atenção de fato em relação a isso.

Por fim, sobre a pergunta do Eduardo, que trata da importância de a gente valorizar e incluir disciplinas de senso crítico, como Sociologia e Filosofia, esse debate tem vindo muito à tona o tempo inteiro na discussão sobre o novo ensino médio, mas não só com uma diminuição significativa da carga horária dessas disciplinas. E a Anped tem feito também uma discussão um pouco mais próxima agora, a convite da Federação de Arte/Educadores do Brasil (Faep), para pensar o lugar da arte também no Plano Nacional de Educação, porque há aqui uma especificidade de uma discussão que, por vezes, fica secundarizada, embora esteja lá anunciada nas diretrizes e em outros espaços. Então, como a gente está num momento importante de debate, eu acho que a gente pode ampliar as nossas interlocuções e também convocar outras pessoas que podem contribuir no sentido do fortalecimento da presença de disciplinas que têm sido disciplinas marginalizadas dentro do processo de formação humana, que é o foco da nossa educação.

E quero dizer também que a Anped segue aí nessa tarefa e também nesse desafio de pensar o plano, no diálogo com outras entidades, com outros atores, de chamar a atenção para a importância dessas entidades científicas, dos sindicatos, dos movimentos sociais, dos fóruns, não é? A gente tem os fóruns aí como espaço de debate e atuação. Vamos procurar os fóruns dos nossos estados, dos nossos municípios e seguir nessa interlocução.

Quero agradecer mais uma vez o diálogo aqui com os colegas e com a colega, com o Senador Flávio Arns e a oportunidade, o trabalho que a Comissão de Educação e Cultura tem desenvolvido em torno do PNE.

Um abraço para todo mundo e até uma próxima.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado pela participação, Angela Maria Scalabrin Coutinho, e pela forma didática e clara também. Desejamos todo sucesso a uma instituição tão importante como a Anped. Continuem firmes na caminhada! Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao Luiz Fernandes Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae).

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero agradecer.

Acho que são questões absolutamente importantes, que acho que se colocam na agenda das políticas educacionais. Nós precisamos avançar nessas políticas, saindo de uma dinâmica, uma concepção que, por vezes, tem sido vigente, de que a descontinuidade seja a marca da continuidade das políticas educacionais. Então, esse horizonte de sairmos de políticas de governo para políticas de Estado significa repactuar todo o processo da educação nacional.

Quero concordar com o Romualdo em que, nessa direção, é necessário que o Projeto Nacional de Desenvolvimento se articule a políticas intersetoriais. No nosso caso, educação, ciência e tecnologia são basilares nessa tecitura política.

Aliado a isso, é necessário sim, pensando aí os desafios que foram impostos na perspectiva de formação de professores, nós pensarmos a valorização enquanto categoria mais abrangente. Nós temos discutido que é necessário que nós tenhamos política nacional de valorização dos profissionais. Somente a formação não é suficiente; é preciso pensar essa articulação de formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho.

Quero destacar também, com relação à pós-graduação, que eu estou acompanhando, inclusive coordenando um dos eixos do Plano Nacional de Pós-Graduação, que faz a conexão entre a pós-graduação e a educação básica. Acho que tem aí uma fertilidade muito grande para nós pensarmos políticas, não é? E tem sido encaminhadas políticas nessa direção tanto pela Capes quanto pelo MEC, de se avançar nessa perspectiva mais ampla, inclusive incluindo o conjunto dos profissionais da educação, em articulação ao art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que consideram também os funcionários com formação técnico-pedagógica como profissionais da educação. Então, é preciso pensar os professores, mas pensar também os funcionários, nesse desenho de uma política nacional de valorização.

Outro aspecto: parece-me que foi o Anderson que destacou a necessidade de se repensar a educação e as políticas de avaliação. Acho que esse é um ponto crucial, na medida em que nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coloca diante do desafio de pensar processos avaliativos mais amplos, com a complexidade que se requer da própria avaliação, e que esses processos avaliativos se articulem a projetos educativos democráticos e emancipatórios. Ou seja, é fundamental avançarmos face ao desenho que temos hoje predominante na avaliação, que lamentavelmente ainda é uma compreensão de avaliação como medida de resumo, que se traduz a instrumento de controle, ranqueamento e competição institucional.

Então, penso que esses são pontos fundamentais.

Quero uma vez mais agradecer a possibilidade desse debate e dizer que a Anpae aposta nessa construção participativa, e que o PNE possa ser, de fato, um grande pacto federativo e democrático na área educacional.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns, por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos de novo, caro Luiz Fernandes Dourado, já presente também permanentemente nos debates, como os demais expositores e expositoras.

Muito obrigado pela participação e contribuição das mais importantes e de uma instituição nacional como a Anpae.

Passo, em seguida, a palavra para o Sr. Nelson Cardoso Amaral, da Fineduca, Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação.

Parabéns pelo trabalho também.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só algumas contribuições a mais, em função das perguntas que chegaram.

A gente nota, nas perguntas que chegaram, o tempo todo a necessidade de financiamento. Em cada item que é atacado, a gente vê a necessidade de financiamento.

Vou destacar aqui alguns aspectos, para não me perder muito também.

A parte de eventos e mudanças climáticas foi totalmente negligenciada na proposta do projeto de lei. Tem um eixo exatamente sobre essa questão, no documento final da Conae, e o PL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não veio. Então, essa é uma expectativa que todos nós temos – das entidades –, de que ele seja incorporado no "Metas e Estratégias" em relação a esse assunto – seja incorporado no PNE.

Com relação à graduação, realmente a maioria, 77%, no último censo, dos estudantes estão matriculados nas instituições privadas, mas, na pós-graduação, é invertido isso, e muitas perguntas estão relacionadas à pós-graduação. Tanto é, que apareceu, na discussão, o Plano Nacional de Pós-Graduação. Então, esse é um assunto importante.

E, com relação à educação superior, nós temos que pensar, no novo Plano Nacional de Educação, uma forma permanente de financiamento das universidades públicas, tanto federais quanto estaduais e algumas municipais, porque elas não podem viver como elas vivem: inicia-se o ano, e você não sabe se, até o final do ano, vai dar para pagar conta de água, luz e telefone. Isso é um absurdo. Todo esse patrimônio que a sociedade brasileira construiu, ao longo do tempo, não pode se perder em deterioração das condições dos prédios, das condições de laboratórios e tudo mais, que exatamente suportam a maioria da pós-graduação brasileira, que está nesse setor.

Outro aspecto é com relação às necessidades da educação básica.

A Fineduca e a campanha, conjuntamente, têm desenvolvido exatamente o estudo sobre o Custo Aluno-Qualidade Inicial, que o Senador falou num determinado momento.

A gente já divulgou o estudo sobre o CAQi, o inicial, em 2023. Nós acabamos de divulgar agora, no Dia do Professor, dia 15 de outubro, o Custo Aluno-Qualidade Inicial referente a 2024. E reparem: para a gente implantar esse Custo Aluno-Qualidade Inicial no Brasil inteiro, seriam necessários mais R$50 bilhões – e vou acrescentar: só. Isso é 0,5% do PIB, equivalente a 0,5% do PIB. Então, são aspectos importantíssimos. E, como o Senador falou, esse Custo Aluno-Qualidade considera as condições para que as escolas melhorem em termos de funcionamento, salário de professores... Só para a gente ter uma ideia, o salário médio de professores dos países da OCDE é US$43 mil – poder de paridade de compra em média; e, no Brasil, US$14 mil. Então, há uma desigualdade muito grande quando você faz essas comparações.

O Romualdo falou bastante da parte de ciência e tecnologia, e o valor médio dos países da OCDE é US$1.418 de poder de paridade de compra aplicado em ciência e tecnologia por habitante – quando se divide o total do dinheiro por habitante. E, no Brasil, é US$174. Então, é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigual a situação, e talvez a gente tenha que caminhar para uma análise do CAQi mirando esses dados da OCDE, como o Romualdo também comentou em algum momento aí da fala dele.

Só posso agradecer muito. Teremos, é claro, muitos encontros ainda daqui até a votação e aprovação do PNE, e será sempre um prazer estar com a Comissão de Educação e Cultura nestes momentos.

Agradeço muito ao Senador.

Um abraço a todos e todas.

E vamos tentar ver se o fundo público se dirige mais para os lados das políticas sociais, como a gente viu na grande repercussão em PIB e desigualdade e crescimento, diminuição do valor do Gini, com as desigualdades brasileiras.

Bom dia a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos de novo, Nelson Cardoso Amaral, pela bela apresentação. Aliás, foi uma audiência pública das mais ricas que já tivemos também, fruto, sim, da presença dos expositores e expositoras, mas também das entidades que representam no Brasil, que são referência para todos nós.

Passamos, em seguida, a palavra ao Sr. Romualdo Portela de Oliveira, que é representante do Centro de Estudos, Educação e Sociedade (Cedes).

O SR. ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria iniciar agradecendo o convite ao Cedes pela oportunidade de participar aqui; queria saudar a Comissão de Educação do Senado pela realização da audiência, e eu vou fazer breves comentários, que eu não tive oportunidade de desenvolver.

Eu acho que o combate às desigualdades é fundamental e acho que, ao mesmo tempo, nós temos que estabelecer critérios para tratá-las, porque, se tudo é desigualdade, nada é desigualdade, não é? Eu sempre acho que a gente tem que buscar aquilo que tem mais impacto, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O John Rawls tem uma frase que eu gosto muito: "A gente tem que combater primeiro as desigualdades inaceitáveis", e uma das que eu acho que é assustadora no Brasil é o seguinte: da população na idade correspondente à educação básica que está fora da escola, 90% vivem em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo. É pobreza. Ou seja, nós temos que atacar; ou seja, o motivo fundamental pelo qual as pessoas estão fora da escola é pobreza; ou seja, nós temos que ter políticas de ingresso na escola que estejam associadas a políticas de renda cidadã. Sem isso, nós não vamos pagar uma dívida que tem quase cem anos, sendo que, na primeira Constituição, na Constituição de 1934, nós já dizíamos que todo mundo tem direito à educação. Nós temos que pagar essa dívida à população brasileira, não é?

O segundo ponto que eu queria mencionar é que nós temos...

A gente fala muito da importância dos docentes, não é? Mas eu fico estarrecido, porque, todo ano, quando se discute o piso nacional salarial dos professores, tem a ação de Prefeitos e Governadores no Supremo Tribunal Federal para não cumprir. Eu acho um escárnio isso, porque, se educação é uma prioridade, esse é o primeiro ponto que nós temos que cumprir.

Nós sabemos que não há possibilidade de termos educação de qualidade sem professores com boas condições de trabalho, bem formados e bem remunerados. Se nós não enfrentarmos isso, nós não vamos ter uma política educacional que melhore.

Eu me lembro sempre do meu orientador de mestrado, o saudoso Prof. José Carlos de Araújo Melchior, que dizia o seguinte: "Conversa todo mundo tem, mas prioridade está no orçamento".

Acho importante a gente fazer essa discussão, quer dizer: se você tem Prefeitos e Governadores que não querem pagar o mínimo, o mínimo que é estabelecido na lei do piso nacional salarial, é óbvio que educação não é uma prioridade. Nós temos que fazer com que ela seja, de fato, pelas razões que foram aqui largamente expostas.

Nessa linha, eu gosto sempre de pensar no CAQi, porque o CAQi, além de estabelecer condições mínimas de funcionamento para as escolas – e aí está embutida a remuneração dos professores –, o CAQi é uma inspiração direta do art. 74 da LDB, que diz que nós temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer o padrão de qualidade e, estabelecido o padrão de qualidade, temos que criar as condições para que todo mundo o cumpra.

O Fundef, nesse sentido, é uma inversão da lógica, porque o Fundef é uma distribuição dos recursos que existem. É claro que ele é um avanço, mas, digamos, o avanço mesmo é a gente falar assim: quanto é que nós precisamos ter para termos uma educação de qualidade? Isso está previsto no art. 74. Na verdade, a opção para a redução de desigualdades que nós tomamos na ocasião foi essa. E só tinha um jeito hoje de ser atacado, que era aumentar a complementação da União para diminuir as desigualdades entre as redes. E aí nós temos que chamar a atenção de que existem desigualdades no interior de uma rede. Quer dizer, se você for ver o valor gasto por aluno numa mesma rede...

Eu tive um aluno que fez um estudo – ele agora é professor da Unicamp, o Fernando Vizotto Galvão – para a Rede Municipal de São Bernardo do Campo e chegou a gasto real por aluno de um para dois, ou seja, na mesma rede, em algumas escolas se gastavam duas vezes mais por aluno do que em outras, na mesma rede. Ou seja, nós temos que enfrentar as desigualdades a esse nível.

Por último, eu acho que essa questão da ciência e tecnologia também é estratégica. Pelas políticas do último Governo, nós tivemos um desastre cuja conta nós vamos pagar por muitos anos, que foi a fuga de cérebros. A quantidade de pesquisadores brasileiros de padrão internacional que abandonaram as universidades brasileiras, porque não tínhamos políticas estáveis de financiamento à ciência e tecnologia, foi brutal. Isso é um prejuízo sem tamanho para o país. Nós estamos exportando gente com capacidade de produzir conhecimento no século XXI.

E, por último, eu acho que tem uma questão a que nós precisamos dar muita atenção, que é a evasão no ensino superior. A gente tem investido corretamente na questão da expansão de oferta, mas nós temos tido muitas perdas com evasão. Nós precisamos ter uma política nacional de combate à evasão no setor público e no privado, mas no público ele é muito grave, porque, na verdade, é onde a gente gasta o substantivo de dinheiro público no ensino superior.

É isso.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade e desejo a todos um bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos de novo ao Romualdo Portela de Oliveira, que está nesta audiência pública representando o Cedes, que é o Centro de Educação e Sociedade. Parabéns!

Parabéns a todos os expositores e expositoras, todos muito didáticos, importantes, trazendo conteúdo de muita riqueza para este debate, não só para o Plano Nacional de Educação, eu diria, mas para reflexão de toda a importância que a educação no Brasil merece, precisa, prioridade absoluta, da creche à pós-graduação, toda a caminhada educacional do cidadão pela vida.

As entidades aqui representadas hoje, como já mencionei algumas vezes, são de muito prestígio, têm muito prestígio no Brasil, fruto de um trabalho exemplar de muita gente, de muitos anos, e isso também para todo este debate é essencial.

Parabéns!

Obrigado. Quero agradecer sempre, e faço isso de maneira, assim, muito consciente de todo o trabalho da Comissão de Educação: da sua Secretaria, a Andréia e todas as demais pessoas que organizam tão bem essas audiências públicas; da Consultoria do Senado Federal; dos meios de comunicação do Senado, que permitem que esta audiência, os debates, os pensamentos de vocês possam ir para todos os cantos do Brasil.

E quero agradecer a participação das pessoas que nos acompanham à distância, refletindo, pensando. Por favor, enviem à Comissão de Educação todas as sugestões e contribuições que desejem fornecer. Inclusive, incentivo a revisita ao Portal da Comissão de Educação, para, assim, assistirem às audiências públicas do ano passado. Todas elas têm um sumário executivo de umas quatro, cinco ou seis páginas, e as pessoas, lendo os sumários executivos, já vão ver se algum assunto interessa mais ou menos – estão todos disponíveis no portal.

Lembro a todos e a todas que a Comissão de Educação e Cultura é composta de 27 Senadores e Senadoras titulares e 27 suplentes: é a maior Comissão do Senado Federal. Então vamos juntos sempre trabalhar! E todos os Senadores e Senadoras recebem o sumário executivo também, porque há muita audiência, muito debate, mas também para saberem sinteticamente o que foi discutido. E vários desses Senadores e Senadoras são também líderes na área da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, como, por exemplo, a nossa Vice-Presidente, que é a Professora Dorinha Seabra, uma pessoa reconhecida no Brasil pela sua liderança e também pelo seu trabalho.

Agradeço novamente a vocês expositores e expositoras.

E tendo, penso assim, conseguido alcançar os objetivos desta audiência pública – que foram o debate, a discussão, a apresentação de sugestões –, esses objetivos tendo sido, penso, alcançados também – e têm que ser alcançados permanentemente, porque a discussão continua, eu diria, a vida toda –, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dois minutos do dia dezessete de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Janaína Farias, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Jader Barbalho, Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Mecias de Jesus e Alan Rick, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Humberto Costa, Magno Malta e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4122, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2112, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para acrescentar aos objetivos da PNAINFO a promoção de concursos de monografias que versem sobre o tema da violência contra a mulher." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves (PP/SE). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1519, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever a criação de ações que favoreçam o ingresso de pessoas idosas nos cursos de graduação." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº 1-T. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a emenda nº 1-T/ CDH. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/07/17

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens de pauta, eu queria informar aos Senadores e Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos, e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Hoje é praticamente o início do recesso. Muitos Parlamentares já viajaram, alguns se comprometeram a entrar pelo Zoom, ou seja, fazer o seu relatório à distância.

Eu aproveitarei o dia de hoje... Pelo menos nós os três Senadores do Rio Grande do Sul estamos aqui, porque estamos na expectativa de, hoje à tarde, votar ou construir um acordo em cima de alguns projetos que interessam ao Rio Grande – eu vou citar aqui.

Vamos lá. Balanço dos trabalhos do primeiro semestre de 2024 da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Senhoras e senhores, pretendo fazer um pequeno balanço dos trabalhos desta Comissão no primeiro semestre deste ano, mas, antes, quero falar sobre algumas questões.

Hoje, às 16h, eu e os Senadores Ireneu Orth e Hamilton Mourão estaremos reunidos com a Liderança do Governo e o Ministério da Fazenda e da Agricultura para tratar da dívida do setor agropecuário, fortemente atingido pela tragédia climática no Estado. O caminho deve ser a construção de uma medida provisória possibilitando uma solução rápida para essa questão. A MP começa a valer imediatamente após sua edição. Essa ação demonstra um compromisso conjunto com a recuperação e o fortalecimento do Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande do Sul. Estão aqui representados nessa reunião o Governo Federal e os três Senadores do Rio Grande do Sul.

Também lembramos que, no dia de hoje, o Plenário do Senado vai votar o Projeto de Lei 4.731, de 2023, que isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) eletrodomésticos da linha branca e móveis essenciais para moradores de áreas atingidas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos no Brasil, beneficiando, neste momento, o Rio Grande do Sul. Entre os produtos estão: fogões, refrigeradores, máquinas de lavar, máquinas de lavar roupa, tanquinhos, cadeiras, sofás, mesas e armários fabricados no Brasil. A Deputada Maria do Rosário e Gleisi Hoffmann são as autoras do projeto, que já foi aprovado por unanimidade na Câmara de Deputados, e eu serei o Relator do projeto hoje à tarde aqui no Senado. Não tenho nenhuma dúvida de que ele será aprovado, porque tem o apoio de todos os setores aqui, situação e oposição, para ajudar o povo gaúcho.

Já falei da outra discussão, dos agricultores, que teremos uma reunião com o Líder Jaques Wagner, os três Senadores e o Governo hoje à tarde.

Vamos em frente.

Com grande satisfação, apresento aqui um pequeno balanço dos trabalhos realizados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado durante o primeiro semestre de 2024. Esse período foi marcado por importantes avanços legislativos e deliberações essenciais num diálogo contínuo com a sociedade e parceiros internacionais e dezenas de audiências públicas.

Projetos transformados em lei. Destaco: Lei 14.478, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências. Tem um estudo que mostra que é difícil uma família que não tenha alguém nessa situação ou não tenha um vizinho, um amigo que esteja com doença de Alzheimer e outras demências. Por isso esse projeto foi considerado de suma importância.

Eu agradeço ao Dr. Leandro, lá do Rio Grande do Sul, que me apresentou essa proposta. Eu a transformei em projeto de lei, que acabou sendo aprovado nas duas Casas e sancionado pelo Presidente Lula.

Essa legislação representa um passo significativo na proteção e no apoio às pessoas afetadas por essas condições e suas famílias. Será, inclusive, elaborada uma cartilha didática e com ilustrações para que a população tenha conhecimento de seus direitos sobre essa questão – essa doença, queiramos ou não – e saiba como acessá-los.

Projetos aprovados – com destaque ainda, porque foram aprovados projetos de extrema relevância, entre eles:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Cota no serviço público (PL 1.958/2021), um marco na promoção da igualdade e oportunidade no serviço público, projeto de nossa autoria, que estava circulando já há um tempo aqui, na Casa, foi aprovado aqui, depois foi aprovado também no Plenário e está, neste momento, na Câmara dos Deputados.

- Projeto 4.438, que fortalece a defesa dos direitos humanos e estabelece medidas protetivas de urgência para as pessoas idosas com deficiência que tenham sofrido violência. Não é coincidência, mas desse aqui eu tive a alegria de ser Relator, porque fui autor do Estatuto do Idoso.

Então, estão aqui inúmeros projetos, citei alguns, que os Senadores também apresentaram e aprovaram, projetos importantíssimos, que poderão destacar no momento adequado.

Audiências públicas e reuniões deliberativas.

A Comissão de Direitos Humanos realizou 12 audiências públicas, duas reuniões somente de trabalho e em torno de 15 reuniões deliberativas. Entre os temas mais relevantes discutidos nas audiências públicas, destaco: trabalho escravo no ambiente doméstico, construção e efetivação do plano Nova Indústria do Governo Federal, piso nacional do magistério – uma questão de direitos –, lançamento da Missão Josué de Castro – Brasil no combate à fome –, apresentação da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher e o Plano de Equidade de Gênero e Raça no Senado Federal.

Relatorias e autorias aprovadas.

A Comissão aprovou cinco relatorias e também foi aprovada uma autoria relevante: do PL 74, de 2023, que torna obrigatória a assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito, como forma de protegê-las de fraude nessas operações, com aqui o destaque ao projeto do Senador Fabiano Contarato.

A CDH também aprovou o requerimento para a realização de uma audiência externa no Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de, ali na frente, daqui a um ou dois meses, acompanhar o resultado da catástrofe ambiental no estado e as suas consequências. Como forma de garantir, proteger e resguardar os direitos da população do Rio Grande do Sul, faz-se necessária essa diligência no momento adequado – as que nós estamos fazendo agora são de uma Comissão de oito Senadores de que eu sou Presidente, o Senador Mourão é o Relator, e o Vice-Presidente é o Senador Ireneu. O Heinze está em licença, e o Ireneu é o Vice-Presidente. Teremos uma reunião hoje à tarde, com o Governo, para discutir, inclusive, as questões do Rio Grande do Sul.

Entregamos dez projetos, escolhidos aqui, no Senado, para que fossem a pauta preferencial, ainda neste semestre, por parte do Presidente Rodrigo Pacheco. Três desses já estão na pauta, um foi aprovado, já foi encaminhado para a Câmara dos Deputados, que é aquele que trata do empréstimo consignado para idosos, aposentados e pensionistas em estado de calamidade pública, como é o caso do Rio Grande do Sul. Já está na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos outros dois, um poderá se transformar em medida provisória, mediante a reunião de ontem à tarde, e esse, da chamada linha branca de eletrodomésticos, será provavelmente votado hoje à tarde.

Tivemos também intercâmbio internacional. Recebemos aqui comitivas de diversos países, como, por exemplo, de 17 diplomatas da União Europeia. Eles, preocupados, claro, em saber como está no Brasil a questão dos direitos humanos. E uma comitiva de diplomatas também que queria saber como está a situação do Rio Grande do Sul.

Recebemos também o Embaixador do Japão, que fez uma bela fala conosco, se mostrou à disposição e encaminhou também ajudas ao Rio Grande do Sul.

Esse intercâmbio reforça nosso compromisso com a transparência, a cooperação internacional em favor dos direitos humanos.

O primeiro semestre de 2024 foi um período de intensa atividade e conquista significativa para a Comissão de Direitos Humanos do Senado, ou seja, para o povo brasileiro.

Continuaremos empenhados em promover a justiça, a igualdade e a dignidade de todos os cidadãos brasileiros.

Eu fiz só um resumo, claro que eu não li todo o trabalho da Comissão e o trabalho belíssimo realizado por todos os Senadores e Senadoras desta Comissão.

A Senadora Zenaide está *online* já, e eu passo a palavra para ela neste momento...

Inclusive, Senadora Zenaide Maia, que está *online*... Ela foi consultada... (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, vamos passar à querida Senadora Zenaide, que é Vice-Presidente desta Comissão e tem nos ajudado muito. Inclusive, foi ela quem relatou o projeto dos consignados, para que os idosos não paguem, durante seis meses, essa mensalidade, referindo-se principalmente ao Rio Grande do Sul.

Ela relatou na Comissão de Assuntos Sociais, e o Senador Otto Alencar relatou na Comissão de Economia.

Então, Senadora, eu vou já dar a introdução, e daí a palavra é sua.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1519, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever a criação de ações que favoreçam o ingresso de pessoas idosas nos cursos de graduação.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº 1-T

Observações:

CDH, e posteriormente à CE, em decisão terminativa

Relator, Senador Flávio Arns. A Relatora *ad hoc* é a Senadora Zenaide Maia.

Eu lembro só que o Senador Flávio Arns foi o Relator, também aqui, da política de cotas.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, só um minutinho, porque eu estou imprimindo aqui, mas já está terminando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas V. Exa. sempre tem assunto. Está terminando o semestre...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Enquanto eu... Pronto, já posso ler.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., é com a senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Eu queria pedir licença para passar direto para a análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias relacionadas à proteção às pessoas idosas, o que torna regimental a análise do PL de nº 1.519, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao mérito, a proposição trata de tema de grande relevância para a garantia do direito da população idosa à educação, especialmente à educação superior.

Segundo o IBGE, apesar de o analfabetismo estar em trajetória de diminuição no Brasil, tem-se a persistência de uma característica estrutural: quanto maior a idade do grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Esse cenário demonstra que as novas gerações estão tendo mais acesso à educação, no entanto permanece um contingente significativo, formado principalmente por pessoas idosas, que não teve seu direito à educação garantido.

Ademais, segundo a pesquisa Onde estão os idosos?, realizada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas, em 2020, as pessoas idosas representam 30% dos analfabetos – apesar de serem aproximadamente 15,6% da população brasileira – e têm 3,3 anos de estudo completo a menos do que a média da população brasileira.

Destacamos, ainda, que estudos recentes indicam que baixos níveis de escolaridade estão associados com o aumento dos riscos de demência e com o aumento da vulnerabilidade a golpes e do isolamento social, o que reforça a importância de que o direito à educação seja efetivamente concretizado. Adicionalmente, a realização de curso de graduação pode ser fonte de motivação e satisfação pessoal para a pessoa idosa, proporcionando-lhe oportunidades de ocupar lugares de conhecimento e decisórios, para exercer integralmente sua cidadania.

É verdade que o Estatuto da Pessoa Idosa já prevê algumas medidas que objetivam garantir maior escolaridade à população idosa, todavia, especificamente em relação aos cursos de graduação, tem-se ainda um vácuo legislativo importante, que a proposição visa começar a suprir.

Como evidência de que o PL prevê medida possível, proporcional e com efeitos práticos, ressaltamos que a Universidade de Brasília, por exemplo, já tem lançado editais de processo seletivo destinados a pessoas idosas para ingresso em seus cursos de graduação. Nesse sentido, vê-se que o PL não está deslocado da realidade, mas se coaduna com pautas atuais, no âmbito da educação superior, dando-lhes mais concretude.

Por fim, em relação à Emenda nº 1-T, do Senador Mecias de Jesus, entendemos que representa complementação relevante ao sentido do PL, já que determina que as instituições de educação superior criem ações para promover também a manutenção das pessoas idosas nos cursos de graduação, e não apenas o seu ingresso, o que é medida indispensável. Opinamos, portanto, pela sua acolhida.

Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.519, de 2024, assim como da Emenda nº 1-T.

Esse é o voto, Sr. Presidente, o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só complementar algo aqui.

Há alguns anos, a ciência prova que o cérebro pode, sim, aprender em qualquer idade, porque anos atrás, eu acho que há 40 anos ou há 30, se sabia que as células do cérebro... Quando a gente estudava células: lábeis, aquelas da pele, que se recuperam, você lava e recupera; estáveis, que seriam como as do fígado e outras, e as permanentes, que são as do cérebro. Então, durante muitos anos, se acreditava que o silêncio era importante para os idosos, e hoje a gente sabe que o silêncio, que a falta de estímulo envelhece rapidamente o cérebro. Essa questão de a gente facilitar a entrada dos nossos idosos e de eles terem direito aos cursos de graduação e – por que não? – de pós-graduação é algo salutar.

Eu quero parabenizar a nossa Senadora Janaína. E já temos um exemplo, não é? Eu queria dizer que eu conheço também – era mais para mulheres, não para os idosos – os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que já oferecem uma espécie de alfabetização, de um curso para mulheres. É o Programa Mulheres Mil, que dão o ensino mínimo possível para administração, muitas vezes qualificando-as para botarem o seu negócio, para promover.

Então, o que a gente tem que fazer aqui nesse Parlamento, Paulo Paim – e eu sei que o senhor lutou muito por esse Estatuto do Idoso –, é ver a importância de esse idoso continuar com o seu cérebro estimulado, para não ter uma perda importante da memória cognitiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-T.

O projeto segue agora para análise terminativa na CE. (*Pausa.*)

Senadora Soraya Thronicke, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, estou tentando aqui, pelo menos, aparecer no vídeo e não estou conseguindo.

Enfim, destaco que, sobre este projeto que a Senadora Zenaide acaba de relatar, eu agradeço muito ao Senador Eduardo Gomes, que me deu a ideia de investir num projeto que se chama UMA (Universidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Maturidade). E eu estou investindo, já há dois anos, aqui na Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul e também na Universidade Federal.

Na semana que vem, a primeira turma da UMA vai se formar, e eu sou a *patronesse*. E é neste sentido também: depois dos dois anos, eles continuam. Eles não saem da faculdade, eles continuam com o trabalho.

Zenaide, todos nós deveríamos investir. A paixão que eu hoje tenho pela pessoa idosa aumentou significativamente. E o principal: a qualidade de vida que hoje eles têm. Para ir para UMA, ninguém tem dor em nenhum lugar, ninguém tem dor de cabeça, ninguém tem artrite. O relato das famílias é algo que impressiona: acaba a depressão, eles se reúnem, eles viajam. Agradeço ao Senador Eduardo Gomes. Zenaide, vale a pena investir na pessoa da terceira idade, nos idosos! Quero dizer do meu carinho, do meu orgulho por eles.

Parabéns, Zenaide! Parabéns, Janaína!

Que todos nós tenhamos essa consciência. Para mim, foi um grande presente na minha vida poder investir nessa faixa etária para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Senadora Soraya Thronicke e Senadora Zenaide Maia, que leu o parecer. Meus cumprimentos ao Senador Flávio Arns e à Senadora autora do projeto, Senadora Janaína Farias.

Verdadeiramente, não há dúvida nenhuma de que o Brasil é um dos países em que mais estamos envelhecendo. E isso é muito bom. É bom ficar velho, porque, se a gente não fica velho, morreu antes. Eu me considero um idoso, naturalmente, sou um idoso e sou daqueles que dizem que vão chegar aos 100 anos. Se ninguém me elogia, eu me elogio. Eu estou dizendo que gostaria de chegar aos 100 anos.

Parabéns por esta iniciativa: o projeto prevê a criação de ações que favoreçam o ingresso de pessoas idosas nos cursos de graduação.

A Senadora Soraya falou, inclusive, do trabalho que vem fazendo nesse sentido. E o Senador Flávio Arns também pediu que fosse relatado pela Senadora Zenaide, mas tem trabalho também nessa área.

Enfim, esta Comissão tem responsabilidade de trabalhar desde a criança a adolescente, adulto e idoso.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2112, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para acrescentar aos objetivos da PNAINFO a promoção de concursos de monografias que versem sobre o tema da violência contra a mulher.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves (PP/SE)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto

Observações:

CDH e CE, em decisão terminativa

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senadores que nos acompanham, servidores, brasileiras e brasileiros, é um prazer estar hoje aqui, remotamente, contribuindo mais uma vez com esta Comissão que tanto nos orgulha, principalmente sob a sua Presidência, Senador Paim.

O senhor trabalha mesmo, não deixa projetos de lei engavetados, mofando, e projetos de lei maravilhosos como esse precisam, sim, tramitar com urgência, porque a gente pode fazer isso – lógico, com urgência, mas dentro de um trâmite razoável. Por isso, parabenizo o ritmo de trabalho de V. Exa. na Presidência desta tão importante Comissão.

Irei ao relatório.

O Projeto de Lei nº 2.112, de 2022, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, objetiva alterar a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, que institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (Pnainfo), para incluir entre os objetivos da referida Política a promoção de concursos de monografias que versem sobre o tema da violência contra a mulher. Se a proposição for aprovada, a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificação do PL expõe a importância de que haja o incentivo a pesquisas e estudos realizados com metodologia científica a partir dos dados contidos no Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres, que, por sua vez, integra a Pnainfo.

A matéria foi despachada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para deliberação em caráter terminativo.

Por isso, Sr. Presidente, ouvi o senhor dizer que não seria terminativo, então fiquei na dúvida.

Gostaria de destacar que não foram recebidas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para me certificar, é terminativo aqui ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela orientação que eu tenho aqui, o projeto segue para análise terminativa na Comissão de Educação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Por videoconferência*.) – Pois é, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então poderemos votar hoje aqui de forma simbólica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Por videoconferência*.) – O.k.

Então está bem.

Então, continuo, com essa retificação.

Passo à análise, Presidente.

Compete a esta Comissão, nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo os direitos da mulher.

Não verificamos quaisquer óbices de inconstitucionalidade, injuridicidade ou problema regimental que desaconselhem a aprovação da matéria em comento.

No mérito, a proposição é extremamente relevante. É certo que a efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres depende diretamente da qualidade dos dados obtidos. A insuficiência ou a fragmentação desses dados torna as políticas públicas mais custosas do que precisariam ser e as afasta dos resultados que objetivam concretizar.

Como consta da justificação, a Lei nº 14.232, de 2021, ao instituir a Pnainfo e o Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres, possibilitou grande avanço na obtenção e sistematização dos dados relacionados a esse tipo de violência.

Não obstante essa importante evolução, para que se alcancem políticas públicas efetivas no combate a esse grave problema social, não basta que o poder público tenha à sua disposição dados sistematizados. É necessário que se dê um passo a mais, que se incentive a realização de pesquisas e estudos científicos a partir de análise aprofundada e intersetorial dos dados coletados, além de uma – considero aqui aspas minhas, um parêntese, perdão –, uma análise do direito comparado, de como outros países estão lidando com o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É exatamente isso que o PL busca ao propor que a Pnainfo passe a ter como um dos seus objetivos promover concursos de monografias que versem sobre o tema da violência contra a mulher, a partir do acervo do Registro Unificado.

Essa medida fomentará a participação de instituições da sociedade civil, como universidades e outros centros de referência na produção de conhecimento científico, e da sociedade brasileira em sua totalidade, no esforço pela eliminação da violência contra as mulheres.

Esperamos contar com a contribuição desses atores, por meio do intercâmbio de ideias e da produção científica, para a formulação e o aprimoramento tão necessários das políticas públicas nesse domínio.

O voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.112, de 2022, parabenizando novamente a Senadora Maria do Carmo, nossa querida Senadora.

Vai um abraço para a senhora! Creio que esteja bem e estamos com saudade, Senadora! E a sua presença se faz aqui neste brilhante projeto de lei, que vai nos permitir avançar nessa pesquisa e na forma de enfrentamento da violência contra a mulher em geral. E, principalmente, para educar cada vez mais as pessoas, porque, quando aprovamos aquele projeto do banco vermelho, olha... É incrível como pessoas ali... Havia uma emenda para mudar a cor do banco... (*Falha no áudio.*)

... para lilás, para azul. Eu não sei se essas pessoas têm sangue azul, diferente dos nossos, mas o de nós mulheres, o nosso sangue é vermelho, e o banco remete a isso.

Então, nem sequer leem os projetos de lei e já os vão emendando, achando que é uma referência à cor do seu partido, Presidente, do PT. Mas vale lembrar que a cor do Republicanos nos Estados Unidos, a cor do Trump é vermelha também. Então, é uma falta de coerência, uma falta de respeito com o trabalho, com o nosso tempo.

Aí acho que passaram vergonha e desistiram – a Zenaide está rindo aqui, minha amiga –, mas eu não posso deixar de citar essas excrescências, sabe, de uma ignorância tal, que chega a doer no meu coração, no meu peito. Será que a cor do nosso sangue é diferente, Zenaide?

Então, terminando, obrigada, Presidente, por designar essa relatoria tão importante para mim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns! Parabéns à Senadora Soraya Thronicke, não só pelo relatório, mas pelos comentários que fez, com muita segurança, apontando que é inadmissível que agora queiram mudar a cor dos bancos e que isso tenha uma simbologia de acordo com a cor do seu partido. Realmente, você tem toda a razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meus cumprimentos a V. Exa. e meus cumprimentos à Senadora Maria do Carmo Alves, que foi a autora do projeto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – A Senadora Zenaide está levantando a mão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Zenaide?

V. Exa. é Vice-Presidente desta Comissão e, nem que não fosse... Com sua mão levantada, ainda bem que a nossa querida Soraya Thronicke lembrou.

A palavra está com a senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Eu queria aqui parabenizar a Maria do Carmo Alves.

Você está aqui com a gente, mesmo que não esteja no Congresso. É uma grande mulher, uma pessoa que mostrava, assim, uma serenidade para a gente, não é, Soraya?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – E muito!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência.*) – Principalmente eu e você, porque parece que a gente é mais elétrica. (*Risos.*)

E a Maria do Carmo transmite aquela mansidão.

Quero dizer o seguinte: qual a principal importância desse projeto? É dar visibilidade.

Com essas monografias, nós vamos estender isso, porque eu costumo dizer, Soraya, que informação é poder. A gente pode aprovar o projeto que quiser aqui, Paulo Paim, mas, se a gente não der visibilidade, a população não vai cobrar, porque não tem nem conhecimento dos seus direitos. Então, em relação a essa monografia, não tenho ideia de como isso vai ser visto num ambiente de academia, gente, de tudo, no qual as pessoas ainda conversam, ainda leem.

Isso vai sensibilizar essa geração mais jovem e tirar o pessoal da mediocridade, porque eu chamo essa história de dizer que o banco que mostra o sangue das mulheres, principalmente as brasileiras – feminicídio a cada tantas horas ao dia, estupro, porque no estupro também a mulher sangra, a criança sangra, e não é só o sangramento físico, mas também o mental. Chora, sangra, como a gente diz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero parabenizar... E que a gente dê visibilidade a tudo que a gente puder e possa encher nossos jovens de conhecimento, de informação correta, porque o jovem é formador de opinião. É por isso a importância de a gente mostrar aos idosos, até porque a maioria desses idosos não tinha o conhecimento que a gente tem hoje, Soraya. Isso é de uma importância fundamental.

E, como eu falei aqui, esses projetos, juntamente com esse outro de Janaína, querendo facilitar com você... Menina, que madrinha solene você vai ser!

Então o que acontece? A gente sabe que o cérebro aprende em qualquer idade. Isso foi algo que a ciência nos disse e nos deu. E a gente usou isso muitas vezes para justificar os direitos das pessoas com deficiência a aprenderem ao longo da vida. Certo, Soraya? Então, parabéns para você, para todas nós mulheres – que temos que fazer essa luta diária! – e para todos! Eu, como médica, lhe garanto: o sangue é vermelho, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maravilha, viu? Veja a que ponto nós chegamos, e tanto a senhora como a Senadora Soraya têm razão: a incapacidade de alguns, eu vou dizer isso, fez com que a gente esteja discutindo a cor do sangue: se é vermelho, ou se não é vermelho. Então, parabéns a ambas pelo debate feito aqui! – deixando claro que a simbologia desses bancos vai continuar da cor que está. E ponto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Houve uma dúvida, mas foi confirmado aqui que o projeto não é terminativo.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na Comissão de Educação.

Quero registrar a presença conosco do Presidente do Partido Liberal de Prättigau, na Suíça. Ele está ainda aqui? Seja bem-vindo, uma satisfação! Não é de praxe, mas se quiser dar uma saudação ao Senado brasileiro, pode dar aí, nesse lugar que se encontra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só aperte aí o botão, para acender a luzinha verde.

A pauta nós já terminamos, agora vão ser só alguns complementos, e sempre é uma alegria, em nome da democracia, ouvir o Presidente de um outro partido, no caso aqui, de Prättigau, na Suíça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DARIO WELLINGER – É uma honra estar aqui, visitar o Senador e me reunir com você. Muito obrigado por essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, fez uma bela saudação, objetiva e direta! (*Palmas.*)

O SR. DARIO WELLINGER – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Dario Wellinger. É assim mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dario Wellinger. (*Pausa.*)

Ele fala o português quase melhor que eu, viu? Tudo que a gente está falando aqui eu estou entendendo. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Ele elogiou a democracia, a liberdade e esse momento de abrir o espaço para que ele, que é do Partido Liberal da Suíça, pudesse fazer uma pequena saudação. E ele a fez muito comedido, viu? Se fosse eu, falaria mais. (*Risos.*)

O SR. DARIO WELLINGER (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado, Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço. Um abração, viu? Estamos juntos.

O SR. DARIO WELLINGER (*Fora do microfone*.) – Foi um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom. O prazer foi nosso.

Terminamos a pauta do dia de hoje.

Vamos ao expediente.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos:

- da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Coordenação de Direitos Humanos, que encaminha diagnóstico de atuação da Defensoria Pública para reserva de vagas para negros e indígenas em concursos e processos seletivos;

- do Ministério do Planejamento e Orçamento, que encaminha relatório da Agenda Transversal da Igualdade Racial, PPA 2024-2027;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- da Câmara Municipal de Indaial, Santa Catarina, moção de apelo ao Congresso por providência a respeito da presença de crianças e adolescentes em um bloco sobre crianças trans na parada LGBTQI+, realizada no dia 2 de junho de 2024, em São Paulo;

- da Câmara Municipal de Cascavel, Paraná, moção de apelo ao Congresso Nacional para dar prioridade de votação ao substitutivo do PL 775, de 2021, e ao PL 3.560, de 2021, que alteram diversos pontos do ECA, no aperfeiçoamento da adoção e acolhimento temporário de crianças e adolescentes;

- da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, que expressa preocupação diante das denúncias de exploração e abuso sexual infantil na Ilha de Marajó, Estado do Pará.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis, na Secretaria e/ou no portal da CDH, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados. (*Pausa.*)

Quero também registrar que o nosso querido Gabriel Martins...

Quero que ele se sente aqui à mesa do meu lado. Fique aqui, deixe o Gabriel aqui do outro lado. (*Pausa.*)

O Gabriel prestou um grande serviço para esta Comissão, ditando em todo o período em que esteve conosco...

Ele está de férias, não é? (*Pausa.*)

Está de férias e assim mesmo veio aqui para dar um abraço em todos, com muito carinho. Ele fez concurso para Consultor da Câmara dos Deputados. Consultor aqui é *top*, no Senado e na Câmara, viu? Ele foi aprovado e já está nomeado.

Se quiser fazer uma falinha aqui, fique bem à vontade, Gabriel. Eu sei que o Gabriel não é muito de falar assim em público, mas é um constrangimento carinhoso, não é?

Entenda isso como um acolhimento e a saudade que nós vamos sentir de você.

A palavra é sua.

O SR. GABRIEL MARTINS – Bom dia a todos.

Só queria agradecer ao Senador mesmo – foi um período ótimo em que eu fiquei aqui na Comissão de aproximadamente um ano e meio – e a todo o pessoal da Secretaria, especialmente ao Secretário Christiano. Só tenho a agradecer. Foi um período ótimo! Vou ter muitas recordações boas e vou sentir muitas saudades. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós também. Muita saudade de você, viu? (*Palmas.*)

E me contaram – não sei se é verdade – que em todos os concursos que ele fez ele passou. Aí ele fica escolhendo para onde ele vai.

O SR. GABRIEL MARTINS – Não, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas tem uma lógica, pelo menos.

O SR. GABRIEL MARTINS – Tive algumas aprovações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ó, viu como ele é humilde? "Tive algumas aprovações em concursos".

Parabéns, viu, Gabriel? Felicidades para você, saúde, vida longa, que Deus o ilumine, e que você continue sendo essa pessoa tão querida e amada por todos nós. Dê um abraço aqui. (*Pausa.*)

Valeu, Gabriel. (*Pausa.*)

Antes, quando eu li, faltou um complemento, que agora chegou aqui, do resumo da Comissão. Pelo menos o que chegou a minha mão eu vou passar.

Projetos de leis que aqui foram aprovados.

O PL nº 2.017, de 2023: projeto muito importante de autoria do Senador Rogério Carvalho, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas para o Ensino Superior), para estabelecer prevalência das interpretações que conduzam à ampliação do universo de vagas às quais candidatos cotistas concorram. Ele aprimora a lei.

Teve outro que dispunha sobre a obrigatoriedade de assinaturas físicas das pessoas idosas em contrato de operação de crédito firmado por meio eletrônico ou telefônico. Foi de um outro Senador, mas aqui não tem o nome.

Agora temos aqui o PL 1.364, de 2022, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, que altera as Leis nºs 11.347, de 7 de agosto de 2006, 10.741, de 1º de outubro de 2003, e 14.344, de 24 de maio de 2022, para dispor – aqui vai o mérito – sobre o registro de boletim de ocorrência e a solicitação de medida protetiva de urgência para criança, adolescente, mulher ou pessoa idosa por meio de sítio eletrônico na internet ou de telefone. Proteção das mulheres.

Outro projeto, o PL 1.357, de autoria do Deputado Federal Célio Studart, institui o selo Acessibilidade Nota 10, como forma de certificação oficial destinada aos estabelecimentos privados ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos que promovam a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Um belo projeto também.

Outro projeto, do Senador Marcos do Val, proíbe que as empresas brasileiras realizem transações comerciais com empresas estrangeiras que explorem o trabalho escravo ou análogo à escravidão. Parabéns, Senador Marcos do Val!

E, deste aqui, eu vou dizer, com orgulho, que eu fui o Relator, viu? Combater a escravidão.

PL 3.394, de 2021, de autoria do Senador Fabiano Contarato, relatoria da Senadora Leila Barros – ela ia falar, mas não pôde –, que altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para garantir, de forma gratuita, às pessoas transgêneros o direito de retificação de seu prenome e sexo e dá outras providências.

PL 1.944, de 2022, de autoria do Senador Eduardo Gomes. Aqui tem o nome do Relator: Senador Izalci Lucas; *ad hoc*: Senadora Jussara Lima – foi a Senadora que leu o relatório principal –, pela aprovação, que altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil. O Brasil é um dos países em que morrem muitas crianças por afogamento infantil. Parabéns, Senador Eduardo Gomes, Relator Izalci e, *ad hoc*, Senadora Jussara Lima.

PL 1.271, de autoria do Senador Izalci Lucas, de relatoria do Senador Eduardo Girão, que acrescenta o art. 71-A à Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, conferindo livre acesso nos eventos públicos e privados aos agentes ou comissários de proteção da infância e juventude.

PL 4.256, de 2019, de autoria do Senador Fabiano Contarato, de relatoria do Senador Eduardo Girão, aprovado, que altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos e dá outras providências.

Projeto, de 2023...

Eu estou lendo todos os projetos, eu não faço seleção. Se eu não ler algum, é porque não chegou para mim. Se alguém reclamar "não leu o meu", é porque não veio nessa lista.

Projeto 4.256, de 2019, de autoria do Senador Fabiano Contarato, de relatoria do Senador Eduardo Girão... Esse eu já li.

Agora é o PL 1.665, de 2023, de autoria do Senador Magno Malta, de relatoria do Senador Eduardo Girão, aprovado, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para vedar o acesso de crianças e adolescentes a exibições artísticas inadequadas.

PL 2.875, de 2019, de autoria da Deputada Federal Tereza Nelma, de relatoria do Senador Romário, que altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), 13.146, de 6 de julho de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias.

PL 3.933, de 2023, de autoria do Senador Mecias de Jesus, de relatora da Senadora Ivete da Silveira, que dispõe sobre o tratamento do climatério e menopausa pelo Sistema Único de Saúde e institui a Semana Nacional de Conscientização para Mulheres na Menopausa ou em Climatério.

PL 2.198, de 2023, de autoria do Senador Zequinha Marinho, de relatoria do Senador Flávio Arns, que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) para instituir mecanismos de inclusão das famílias responsáveis pelos cuidados da pessoa com transtorno do espectro autista.

Gostei de ver aqui o nome da Berenice Piana de Piana. Berenice Piana é uma mãe do Rio de Janeiro que veio a esta Comissão pedindo, junto com umas 30 famílias, que eu ajudasse a formular a lei dos autistas. E falaram de forma tão emocionante aqui que não teve dúvida: daquele dia em diante, a Comissão de Direitos Humanos começou a trabalhar, claro, com outros Senadores e Senadoras, e aí surgiu a lei dos autistas. Aqui, no caso, essa aqui foi relatada pelo Senador Romário – lembra, não é, você que trabalha tanto tempo com ele? E eu lembrei aqui, porque foi muito bem citado aqui o nome dessa mãe.

Enfim, vamos em frente. Este aqui eu já li.

PL 1.838, de 2023, de autoria do Senador Magno Malta, de relatoria de Zequinha Marinho, aprovado, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar a vedação em escolas ao uso de banheiro e vestiário destinados a sexo diferente.

PL 2.835, de 2023, de autoria do Senador Magno Malta, de relatoria da Senadora Damares, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para vedar a dedução de contribuições a projetos culturais que contenham conotação erótica.

PL 4.607, de 2020, de autoria da Senadora Leila Barros, de relatoria do Senador Humberto Costa, Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência.

PL 1.210, de 2022, de autoria do Senador Romário, de relatoria do Senador Randolfe Rodrigues, Relatora *ad hoc* Senadora Augusta Brito, aprovado, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para determinar a disponibilização do ordenamento jurídico brasileiro sob formato acessível às pessoas com deficiência. Ele altera, na verdade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram lidos alguns projetos, é claro que aqui não está nem um terço do número de projetos que nós aprovamos. Até entendo que nós poderemos complementar e, na abertura dos trabalhos da Comissão, fazer uma leitura global, até para que os Senadores se sintam prestigiados pelo número de projetos que apresentaram ou que relataram. Não me custa nada ficar aqui, nem que seja uma tarde toda, lendo os trabalhos de cada Senador.

Audiências públicas realizadas: 15 audiências públicas realizadas.

Audiência pública realizada em 22/02 com a finalidade de instruir a Sugestão nº 22, de 2020, que altera o art. 61 da Constituição, garantindo o direito popular de incluir projetos de lei em pauta para votação.

Reunião da CDH, audiência pública, realizada com a finalidade de debater o tema liberdade de consciência.

Nos que eu assino – eu faço muita audiência pública – eu não vou ler meu nome. Agora, nos que eu não assino, eu vou ler, para valorizar os Senadores.

Reunião da CDH, audiência pública realizada com a finalidade de instituir a campanha Maio Roxo, do Senador Flávio Arns.

Agora, a folha já passou... Só tem um cara aqui. Estou achando um aqui.

A última: audiência pública realizada com a finalidade de discutir sobre as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes indígenas em relação à atual situação de vulnerabilidade, da Senadora Damares Alves.

Enfim, foram 15. Eu li algumas.

Na verdade, o que eu sempre gosto de fazer no balanço não é falar o nome do Presidente, porque eu estou aqui toda hora presidindo, tenho espaço suficiente, mas de falar o nome dos Parlamentares. Então, fica o compromisso de, na reabertura dos trabalhos, ler todos os projetos apresentados e aprovados e o nome dos relatores que não foram lidos hoje. O.k.?

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Um abraço a todos. Um abraço a essa equipe toda que está aqui.

Dimitri, na sua pessoa, eu cumprimento toda essa equipe, uma equipe que trabalha, e não tem dia, não tem hora. Tem dia aqui que tem audiência pública que começa de manhã e termina de noite. Não vou citar o nome do Senador que mais presidiu nesse período. Não sou eu que faço o pessoal ficar das 8h, 9h

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da manhã, às vezes, noite adentro. Mas presido muitas, muitas audiências públicas. É um time de excelência, todos são de excelência.

Cumprimento também todos os Senadores da Comissão.

Todas as reuniões que nós abrimos, todas dão quórum. Inclusive, hoje é um dia em que todo mundo foi para os estados, porque a votação no Plenário será por Zoom ou pelo celular – melhor dito, pelo celular. Assim mesmo, tínhamos 16 nomes no Plenário, ou seja, na tela – na tela, tínhamos 16 registros, o que permitia a mim votar qualquer projeto que assim eu resolvesse. Claro que eles tinham a pauta com eles, mas têm plena confiança nesta Presidência.

Agradeço a todos os convidados, que sempre se fazem presentes: estudantes, idosos, sindicalistas, Ministério Público, Defensoria Pública. Enfim, diversos setores da sociedade, dos três Poderes acompanham muito do nosso trabalho, porque nós estamos trabalhando com direitos humanos.

Direitos humanos não têm fronteira. Direitos humanos é defender a vida, é tentar – pelo menos, tentar – melhorar a qualidade de vida para todos, desde no trabalho, na educação, na saúde, nos direitos humanos em si, na sua essência, a luta das mulheres. Nós somos um país em que, infelizmente, mais acontece feminicídio, lamentavelmente.

Enfim, estamos todos juntos. Não vou aqui agora relatar tudo, todo o trabalho que nós fizemos juntos, nós todos, esses Senadores todos. São quantos aqui? São 19 Senadores, e o normal aqui são 16, 17 Senadores presentes.

E um detalhe que aqui eu vou repetir, porque já disse: nesta Comissão, as mulheres são maioria. De 19, elas são 11 ou 12, eu acho. Então, em qualquer tema que aqui for discutido, temos que consultar as mulheres. E elas nos orientam muito bem, pela sensibilidade delas.

Eu diria: vida longa às políticas de direitos humanos, vida longa a todos, às mulheres, aos homens, a todos, LGBTQIA+, negros, brancos, índios, migrantes, imigrantes, refugiados, visitantes, como hoje aqui tivemos, e um deles fez uma fala. Aqui, todos, todos são bem-vindos, independentemente da sua posição ideológica, porque é assim que a gente cresce e fortalece a democracia.

Alguém já disse e eu termino dizendo: ninguém ainda inventou no mundo um sistema melhor que a democracia.

Vida longa à democracia, vida longa a todos aqueles que têm na sua cartilha, com destaque, a expressão: direitos humanos.

Direitos humanos não têm fronteira. Direitos humanos são vida. Defender o meio ambiente é defender a vida, defender os animais é defender a vida, assim como defender, naturalmente, os homens, as mulheres, defender todos aqueles que estão dentro deste universo, deste planeta, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso que nós estamos sofrendo muito com o Rio Grande do Sul. Digo nós todos, os brasileiros, mas principalmente os gaúchos, que foram já... Temos quase 200 mortos, milhares e milhares que perderam tudo – perderam tudo, desde os documentos, perderam a sua história, perderam as fotografias. Os que tinham a história da família em casa, guardada na parede... Não sobrou nada e não vão achar nunca mais. Então, meu carinho, minha solidariedade ao Rio Grande do Sul. Voltaremos agora, nos dias 15 e 16 – essa Comissão que eu presido, com oito Senadores –, vamos a Bento Gonçalves, que é uma região montanhosa, é chamada Região da Serra. Eu conheço um pouco porque eu sou de Caxias do Sul, que é também naquela região. Vamos a Caxias, vamos a Bento e vamos fechar em Porto Alegre. E está prevista também, eu já anunciei, uma visita da Comissão de Direitos Humanos para ver como está a situação dos gaúchos e gaúchas nesse período e após o período mais grave, não é? Claro que vamos ter que fazer muito. A perspectiva é de que, para vocês terem uma ideia, e aqui eu encerro, para reconstruir o Rio Grande, nós vamos precisar em torno de R$300 bilhões. Isso naturalmente será em médio e longo prazo.

Um abraço a todos vocês.

Vida longa a todos nós, vida longa ao planeta, vida longa ao meio ambiente, vida longa aos direitos humanos!

Um abraço a todos. Estamos juntos. (*Palmas.*)

Disseram: "Agora só declare o encerramento".

Está encerrada a audiência pública e a nossa reunião de hoje, com o relatório sobre audiências públicas e um pequeno balanço do trabalho de todos nós. Está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e treze minutos do dia sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Rodrigo Cunha e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Augusta Brito, Magno Malta, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4612, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para agravar a penalidade por estacionamento irregular de veículo em vagas reservadas a pessoas com deficiência ou a idosos." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda n. 1 - CDH. O Senador Flávio Arns apresentou requerimento de urgência, o qual foi aprovado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4122, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Sugestão n° 13, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Dispõe sobre o piso salarial da psicologia e carga horária de 30 horas"" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 4 - Sugestão n° 1, de 2023 - Não Terminativo - que: "Requer piso salarial aos psicólogos R$ 4.900,00." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela rejeição e arquivamento da sugestão. Resultado: O Presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela rejeição da Sugestão. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4974, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Física para a Pessoa Idosa." Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5771, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5473, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos estudantes com transtorno do espectro autista nas instituições públicas e conveniadas, bem como sobre o direito à educação inclusiva e a profissional de apoio escolar." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5334, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no inciso XVII do caput do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: O Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Damares Alves. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 43, de 2024 que: "Requer realização de audiência pública " A participação negra no sistema político eleitoral "" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Por sugestão da Senadora Damares Alves, inclui-se como palestrante o relator do Projeto de Reforma do Código Eleitoral. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 44, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública para debater políticas públicas para a juventude no contexto do G20" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item de forma extrapauta. Na sequência, o requerimento foi aprovado. Às onze horas e quarenta e dois minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Damares Alves. Às doze horas e seis minutos, a Senadora Damares Alves devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/07

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes dos itens da pauta, informo a todos, Senadores e Senadoras, que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos e a votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Agradeço já a presença das Senadoras Damares Alves, Mara Gabrilli e do Senador Flávio Arns.

Como a Mara Gabrilli já está presente, se o Plenário concordar, nós iremos direto para o item 3.

Há concordância no Plenário? É a Sugestão 13, de 2022, não terminativa, que dispõe sobre o piso salarial da psicologia e carga horária de 30 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k.? Podemos inverter? (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 3.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 13, DE 2022

- Não terminativo -

"*Dispõe sobre o piso salarial da psicologia e carga horária de 30 horas*"

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Meus parabéns ao Programa e-Cidadania! É uma proposta que vem da sociedade, com mais de 20 mil assinaturas, e a Senadora Mara Gabrilli, consultada, disse: "Não, de pronto eu vou relatar".

O Senador Flávio Arns e também a Senadora Damares, que estão aqui, vieram aqui para dizer: "Se ela não puder, nós relatamos". Mas é claro que ela está aqui, com esse objetivo, para a alegria de todos nós!

Então, de imediato, concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do relatório.

A palavra está com a senhora, nobre Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Senador, peço permissão para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – A CDH tem competência para analisar as sugestões encaminhadas no âmbito do Programa e-Cidadania, a teor do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Já falo que, para mim, é uma honra poder relatar um projeto que vem da sociedade civil.

A sugestão, em seu aspecto material, diz respeito a tema de direto do trabalho, sendo de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 22, I, da Constituição.

Não existem, portanto, elementos que impeçam, do ponto de vista formal, seu processamento perante esta Comissão.

No mérito, concordamos com as razões de seu elaborador.

A introdução do piso salarial da enfermagem abriu um campo de atuação legislativa anteriormente inexistente: o do reconhecimento legislativo próprio das condições especiais de trabalho de algumas categorias da área de saúde, refletindo-se na fixação de um piso salarial nacional.

Sempre devemos nos recordar que essa percepção não se faz por um mero capricho do legislador, mas advém da grave perturbação social decorrente do advento da pandemia de covid-19, que demandou, sobretudo dos profissionais da saúde, uma grande abnegação e uma grande dedicação, a fim de fazer frente a esse acontecimento.

Isso é verdade também em relação aos psicólogos. Trata-se de uma profissão que provoca elevado desgaste emocional e mental, em razão da necessária concentração para o correto tratamento dos clientes. Além disso, encontra-se diretamente envolvida no encaminhamento das consequências da pandemia, que impôs não apenas consequências fisiológicas, mas graves danos psíquicos a grande parte da população.

Destarte, considerando-se que, ademais, o projeto ainda será analisado pelo Congresso Nacional, entendemos cabível que seja recepcionada a presente sugestão, inserindo os dispositivos pertinentes na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que já regulamenta a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissão. Propomos, para tanto, que a jornada de trabalho do psicólogo empregado seja de até 30 horas semanais e que o piso salarial nacional seja fixado em R$4.750, seguindo o mesmo valor recentemente aprovado pelo Congresso Nacional para o piso dos profissionais enfermeiros.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 13, de 2022, e de sua conversão em projeto de lei, para regular processamento nesta Casa, na forma do seguinte projeto de lei:

> PROJETO DE LEI Nº , DE 2024
> Acrescenta arts. 14-A e 14-B à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho e o piso salarial do Psicólogo.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º A Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 14-A e 14-B:
> "Art. 14-A. A jornada de trabalho do psicólogo empregado é de até 30 (trinta) horas semanais".
> "Art. 14-B. Para a jornada semanal de trabalho determinada no art. 14-A, é devido aos Psicólogos o piso salarial mensal de R$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais), a ser reajustado, anualmente, a partir do ano subsequente, no mês correspondente ao do início de sua vigência, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou de índice oficial que o venha a substituir, apurada nos doze meses imediatamente anteriores".
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Senadora Mara Gabrilli, pelo brilhante relatório. É de um apelo popular muito grande, e V. Exa. fez um relatório que eu não tenho nenhuma dúvida de que – a matéria vai entrar em discussão – os Senadores e as Senadoras vão aprovar.

Mas me permitam só que eu registre a presença – vocês vão ver que estão sentadas aqui na frente – de duas Jovens Senadoras do Programa Jovem Senador, que existe há 15 anos, e elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão aqui depois de uma disputa, uma disputa muito boa, salutar, em seu estado. Foram 142 mil pessoas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

Foram 171 mil pessoas que participaram, e elas foram vencedoras. Eu tenho aqui o nome delas, só vou registrar, permitam-me por favor: Emanuelle Lana – Profa. Érica Correa –, do DF, e Andriely de Oliveira. Queria dar uma salva de palmas, primeiro, para a professora – é, para a professora aí, porque as professoras nos estados é que as ajudaram a serem tão vitoriosas. (*Palmas.*)

E agora, uma salva de palmas especial para Emanuelle Lana, do DF, e Andriely de Oliveira – fazer o quê, não é? – do Rio Grande do Sul. A salva de palmas para as três. (*Palmas.*)

Vamos em frente, agora.

A professora do Rio Grande do Sul está aí também? (*Pausa.*)

Está aqui. A Gisele não veio aqui para a frente. Gisele... Uma salva de palmas para a Gisele, do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Quebrei todo o protocolo aqui, viu? Agora vamos em frente.

Eu vi que lá, de camisa branca, está o pessoal dos vigilantes, não? Então, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Vamos ver se aprovamos, entre hoje e amanhã, o projeto dos vigilantes, que tem uma luta histórica, não é? Quando aprovamos a periculosidade, foi muito trabalho, mas deu certo, não é? Agora vamos avançar com esse projeto, que é maior que a periculosidade, pela abrangência. E vocês estão esperando já há uns dez anos a aprovação. Vamos torcer que saia essa semana. Contem com a Comissão de Direitos Humanos do Senado. (*Palmas.*)

Então, de imediato, para discutir a matéria, a Senadora Damares Alves é a primeira inscrita; em seguida, o Senador Flávio Arns.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero parabenizar a Mara pelo seu voto. Perfeito, extraordinário. Mas eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destacar, Presidente, o número de pessoas que participaram, que apoiaram a sugestão: mais de 27 mil, o que mostra que os psicólogos têm um carinho muito grande. O Brasil reconhece o papel desses profissionais que estão aqui. Eu quero cumprimentar o Conselho Federal de Psicologia, cumprimentar todos os profissionais. Eu me lembro de que alguns anos atrás eu estava aqui sentada lá atrás, como assessora, segurando o mesmo cartaz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assessora do Magno Malta. Eu me lembro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, segurando o cartaz, e hoje eu tive a honra de ir lá para a frente da mesa segurando o cartaz, agora como Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ontem, teve a alegria de estar na tribuna do Senado...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... agradecendo e homenageando os Jovens Senadores.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim. E aí eu quero parabenizar a Mara pelo voto, os nossos psicólogos, todos que estão aqui.

Quero cumprimentar as nossas lindas Senadoras, a do DF, com quem eu já estive; e a do Rio Grande do Sul, que eu cumprimentei agora de manhã.

Que estes dias sejam dias extraordinários na vida de vocês!

Parabéns, Mara, pelo voto.

E vamos aprovar e fazer disso uma realidade o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Flávio Arns é o Presidente da Comissão de Educação e é um dos Senadores – eu não vou dizer que é só você, porque eu vou apanhar dos outros – mais respeitados e queridos da Casa, como são as que estão aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns, vamos lá.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Agradeço, Paulo Paim.

O Paulo Paim é amigo nosso. Então, ele faz elogios também para a gente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Emanuelle e a Andriely, que estão com a Gisele, que é Professora e que está aqui do lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do Rio Grande do Sul.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Do Rio Grande do Sul.

Quero cumprimentar, como V. Exa. colocou, todos e todas que participam, porque é um representante por estado. Eles participaram de um concurso de redação sobre "Os 200 anos do Senado Federal e os desafios para o futuro da democracia no Brasil", o que exigiu pesquisa, envolvimento. Quero parabenizá-los.

Agora há pouco, eu estava falando com a Jovem Senadora do Paraná, Brenda Yara Chaves, do Colégio Estadual Presidente Vargas, do Município de Bela Vista do Paraíso, no Paraná. A gente conversou durante algum tempo para parabenizá-la por estar aqui. Bela Vista do Paraíso é um município perto de Londrina.

Quero só reforçar o que a Senadora Damares já colocou: é uma sugestão em relação à psicologia, uma sugestão legislativa, quer dizer, vem da base, da comunidade, bem relatado, como sempre, como de hábito, pela Senadora Mara Gabrilli, e já estando o projeto de lei em tramitação.

Eu fui contatado também pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná e quero aqui prestar a minha homenagem aos psicólogos e psicólogas do Brasil inteiro.

Tivemos muita discussão durante a pandemia e depois da pandemia em termos de educação, para que a área da promoção da saúde mental pudesse acontecer em todos os estabelecimentos de saúde, pois era um dos dramas vividos, não só por causa dos alunos, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos professores, dos profissionais, das famílias dos alunos. Os professores vão até um ponto, trabalhando nesse sentido, mas têm que ter o apoio especializado, melhor, no caso, dentro do contexto educacional, dentro da própria escola. Nesse sentido, quero parabenizar a valorização do profissional na escola e fora da escola.

Inclusive, Presidente, aprovamos, alguns anos atrás, a lei, que eu tive a alegria de relatar também, da presença do psicólogo e do assistente social na escola, quer dizer, profissionais da equipe educacional, inclusive. Isso não vem sendo cumprido pelo Brasil, mas existe uma lei que determina que haja esses profissionais dentro da escola.

Quero parabenizá-los e me colocar à disposição. Apoio a iniciativa, que veio através da sugestão legislativa – que bom, para mostrar que isso funciona, que é eficiente. E parabenizo todos os psicólogos e psicólogas do Brasil pela união em torno desse objetivo.

Isto é essencial: as pessoas estarem unidas para que o objetivo possa ser alcançado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

A matéria está em discussão.

Registro a presença do Senador Lucas Barreto.

Repito aqui, Damares Alves, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Jussara Lima, Lucas Barreto, para vocês, Jovens Senadores que estão assistindo, o processo é este: o Relator representa o seu parecer, o que foi feito agora – não é, querida Mara? A Mara foi o eixo, hoje, do nosso trabalho – , em seguida os Senadores participam da discussão, e vamos ao voto.

Então, eu pergunto: alguém mais quer discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto de autoria do Programa e-Cidadania.

Como foi dito aqui pelo Senador Flávio Arns, mais de 28 mil pessoas participaram dessas assinaturas, que foram defendidas aqui pela nossa grande líder Mara Gabrilli. Mara Gabrilli é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma líder não só nacional, é uma líder internacional. Ela representa, em todos os eventos da ONU, o Brasil, eu diria assim, porque não representa só as pessoas com deficiência.

É uma homenagem não somente aos psicólogos, ao pessoal da psicologia, pois estão sendo votados o piso salarial e a carga horária, mas a todo o povo brasileiro, pela importância do trabalho deles.

Eu coloco em votação.

Aqueles que concordam com o relatório da Senadora Mara Gabrilli permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai... (*Palmas.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aprovado o relatório.

Vou passar para o senhor já.

Não. Antes de dar o "aprovado", passo a palavra a V. Exa., Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Como é terminativo, eu queria fazer um requerimento verbal para que fosse ao Plenário hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De minha parte, tranquilo. Eu o encaminho ao Plenário.

O Senador Lucas Barreto apresenta um requerimento para que ele vá ao Plenário o mais rápido possível. E ele diz: se der, hoje ainda.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma de projeto de lei que apresenta.

Item 4.

ITEM 4

SUGESTÃO Nº 1, DE 2023

- Não terminativo -

Requer piso salarial aos psicólogos R$4.900,00.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela rejeição e arquivamento da sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Explicamos: esta sugestão já está contemplada pelo projeto relatado pela Senadora Mara Gabrilli.

Concedo a palavra *ad hoc* à Senadora Damares Alves, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

Não existe inconstitucionalidade ou contrariedade ao ordenamento jurídico da presente sugestão.

A matéria, igualmente, encontra-se de acordo com os termos do Regimento Interno Senado Federal no tocante ao seu processo perante esta Comissão.

A matéria, além disso, é de competência do Congresso Nacional e de suas Comissões, nos termos da Constituição e do Regimento Interno do Senado Federal. Não obstante, não deverá ser processada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso porque já emitimos relatório pelo acolhimento da referida Sugestão nº 13, de 2022, que é um pouco anterior e possui quase idêntico teor: sua única diferença é a de que propõe um piso salarial de R$5 mil, em vez dos R$4,9 mil da presente sugestão.

Destarte, e dado que as matérias não tramitaram conjuntamente – pelo que apresentamos dois relatórios separados –, devemos opinar pela sua rejeição, sem que isso represente, de maneira alguma, uma rejeição de seu conteúdo, recepcionado, como dissemos, no outro relatório.

O voto, Presidente.

Do exposto, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 1, de 2023, com seu consequente arquivamento, nos termos do art. 102-E, parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório pela rejeição e pelo arquivamento da sugestão, que já está contemplada no projeto que foi votado no relatório da Senadora Mara Gabrilli.

Aqueles que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição e pelo arquivamento da sugestão.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5771, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e terminativo na CAS.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise do relatório, do voto dessa matéria incrível, linda, de autoria da Senadora Mara.

Compete a esta Comissão opinar sobre matérias alusivas à proteção da infância, conforme previsto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise do PL nº 5.771, de 2023, por este Colegiado.

Quanto ao mérito, a proposição é essencial para a salvaguarda dos nossos recém-nascidos. A efetividade do Programa Nacional de Triagem Neonatal depende da capacidade do poder público de oferecer mecanismos para que toda a população tenha acesso pleno a esse processo de diagnóstico.

Ademais, a proposta auxiliará muitas famílias em situação de vulnerabilidade financeira que enfrentam dificuldades para custear o transporte até os centros de saúde especializados.

Além disso, a gratuidade do transporte coletivo para o acompanhante é fundamental para a garantia do direito de que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de acesso ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico e ao tratamento precoce, independentemente de sua condição financeira ou local de residência.

Importante destacar que o projeto está alinhado com os princípios constitucionais da proteção integral à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal.

A proposta reforça o dever da sociedade e do Estado em assegurar a saúde e o desenvolvimento adequado dos recém-nascidos, removendo dificuldades que poderiam comprometer o acesso aos serviços necessários para a realização de exames e o tratamento de condições detectadas na triagem neonatal.

O transporte gratuito para a realização de exames confirmatórios é essencial para que a triagem neonatal não seja realizada de forma incompleta. É necessário que se confirme o diagnóstico para que, posteriormente, o recém-nascido seja encaminhado às consultas e tratamentos especializados. Assim, parece-nos que a medida em apreço é primordial para que a sequência da triagem neonatal não seja interrompida antes da identificação e da implementação das medidas que estejam no melhor interesse da criança.

Por fim, além de aliviar a família do ônus financeiro, a gratuidade do transporte para o acompanhamento de recém-nascidos demonstra o comprometimento da sociedade e do Estado em garantir um sistema de saúde mais acessível. É preciso que o Congresso Nacional faça valer esse direito fundamental à saúde e ao desenvolvimento adequado de nossos recém-nascidos, garantindo que tenham o acesso integral aos serviços necessários para a realização de exames e o tratamento de condições detectadas na triagem neonatal.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.771, de autoria da Senadora Mara.

Só explicando mais um pouquinho, Presidente: nós estivemos, eu e Mara, no Instituto Jô Clemente, em São Paulo. A maioria dos exames do teste do pezinho é feita nesse instituto. Quando eles identificam uma dúvida ou quando eles confirmam ali que a criança tem um probleminha de saúde, eles mandam uma carta, lá na ponta, para a mãe, que colheu material no postinho de saúde – a mãe não pagou nada para ir até o postinho, é na mesma cidade. A carta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai para que a mãe vá ao instituto para confirmar o diagnóstico, para refazer o exame, e muitas mães não estão indo, Senador Flávio, porque não têm o dinheiro da passagem para sair do município para ir lá à capital para confirmar o teste do pezinho.

E aí, quando nós observamos isso e que crianças estão em risco, imediatamente nessa visita a Mara decidiu apresentar a proposta, e eu tive a honra de ser a Relatora. E peço aos colegas que nos acompanhem nessa proposta de lei, porque essas crianças precisam ser cuidadas. E não vai falir nenhum órgão federal e municipal uma passagem para a criança ir até a um centro de referência confirmar o teste do pezinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAE e, posteriormente, de forma terminativa, da CAS.

Vamos agora ao item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 43, DE 2024

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública " A participação negra no sistema político eleitoral "

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou explicar rapidamente: há todo um debate sobre esse assunto, houve também lá na Câmara, em relação à política eleitoral. E, por parte de inúmeros movimentos, eles pediram um debate do tema. Eu achei justo, para que a gente esclareça o que nós vamos votar mesmo, porque eu particularmente ainda não sei.

Perguntei para alguns, que ficaram na dúvida. O que nós queremos é esclarecer. Aqui vai se tratar, naturalmente, do debate da política de cotas, que envolve negros, negras, pessoas com deficiência, enfim, todos os setores.

Então, eu estou pedindo, se for possível – o requerimento é de minha autoria e, para requerimento, não se precisa trocar a Presidência –, que aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, só uma pergunta, sobre requerimento. O senhor vai trazer o Relator da reforma do Código Eleitoral? É interessante trazê-lo para acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se for, traremos todos os especialistas na matéria. Então, fica a indicação sua já.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho interessante a gente incluir o Senador Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá? Eu acho interessante.

Nós estamos fazendo uma discussão com ele sobre os nossos direitos, enquanto mulheres, mas eu acho que seria interessante ele participar de um debate...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... desse nível aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, ele já está incluído, por sugestão sua, entre os convidados. Se alguém tiver mais algum convidado, é só indicar que nós o colocaremos. O.k.?

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Item extrapauta... porque eles estarão aqui esta semana.

Em votação a inclusão extrapauta do Requerimento 44, de 2024, não terminativo.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 44, DE 2024

Requer a realização de audiência pública para debater políticas públicas para a juventude no contexto do G20

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

São convidados do exterior que estarão aqui, e nós faremos um debate sobre o assunto.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Agora, eu queria passar a Presidência.... Senadora Damares, faz horas que eu não passo a ela para presidir. (*Risos.*)

É o item 8. Peço para que a senhora presida, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns, nós trocamos em seguida, não é? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) –

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 5334, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no inciso XVII do caput do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Autoria: Deputado Federal Eduardo Barbosa, o saudoso Eduardo Barbosa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Como disse muito bem a nossa Presidenta, o Deputado Eduardo Barbosa foi um grande Parlamentar. Morreu jovem ainda, não é? Ele trabalhou muito conosco – não é, Flávio? –, nas montagens do Estatuto do Idoso e do da Pessoa com Deficiência. Era um homem voltado àquela frase de fazer o bem sem olhar a quem. Eu diria que é quase uma homenagem a ele nós aprovarmos, pós-morte, esse projeto de sua autoria, cuja relatoria eu avoquei.

Se vocês permitirem, principalmente a Presidenta, eu vou direto à análise.

O Regimento Interno do Senado Federal determina, em seu art. 102-E, incisos III e VI, que, entre outros assuntos, cabe a esta Comissão opinar sobre temas alusivos aos direitos humanos e à proteção e inclusão da pessoa com deficiência, além da proteção da infância e da juventude. Portanto, é regimental a análise PL nº 5.334, de 2023, por este Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria atende aos requisitos formais de constitucionalidade, uma vez que seu tema é pertinente à esfera de competência da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do previsto nos arts. 23, II e 24, IX e XIV, da Constituição Federal. Ademais, a proposição não está reservada à iniciativa legislativa de nenhum outro Poder, razão por que consideramos legítima a iniciativa parlamentar da proposição, com fundamento na regra geral do art. 61, *caput*, da mesma Constituição.

Do ponto de vista do conteúdo, não há incompatibilidade entre a norma que se pretende aprovar e os princípios e regras que emanam do texto constitucional vigente. Ademais, não encontramos óbices quanto aos aspectos de juridicidade e de técnica legislativa.

Quanto ao mérito, a proposição harmoniza o texto da LDB às exigências estabelecidas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, segundo a qual a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a permitir que o educando alcance o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Para tanto, entre outras importantes medidas, cabe ao poder público prover o acompanhamento de profissionais de apoio escolar, nos termos dos art. 3º, inciso XIII e art. 28, inciso XVII, da LBI. Conforme essa norma, tais profissionais exercem atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atuam em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. Essa força de trabalho realiza atividades imprescindíveis para que a pessoa com deficiência tenha igualdade de condições no acesso à boa educação e, ainda, para mitigar a evasão escolar, fomentar a participação e, portanto, a aprendizagem de qualidade.

Para dar conta de tão relevantes tarefas, esses profissionais precisam estar devidamente capacitados, com o desenvolvimento de capacidades específicas para prestar os cuidados necessários, que não são triviais. Portanto, não cabem improvisos e amadorismos nessa área, que carece de regulamentação aprimorada, como a possibilitada pela matéria em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Note-se que, além disso, o texto compatibiliza a LDB com o previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, ampliando a esfera de atendimento desses profissionais para além do ensino básico, mas incluindo também as demais esferas educacionais.

Por fim, ressalte-se que existe no Brasil uma boa oferta de cursos de especialização nessa área. A aprovação da presente matéria vai contribuir para o aprimoramento desses cursos e, por consequência, dos profissionais que passarem pela devida formação antes de ingressarem nas atividades de apoio no ambiente escolar.

É o voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.334, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador!

Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu gostaria só de dizer que é um projeto muito importante. Vindo do Deputado Eduardo Barbosa, é mais importante ainda, porque o Deputado Eduardo Barbosa, falecido precocemente, repentinamente, além de muito amigo nosso, de longos anos, era uma liderança incontestável no Brasil, nessa área.

Daqui, esse projeto segue, eu acho que para outras comissões também, não é? Como?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Comissão de Educação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Comissão de Educação.

Eu penso que nós devemos discutir um pouco mais também, sabe? Porque esse tema do profissional de apoio dentro da escola, a gente tem que discutir com prefeituras, com estados, e aqui o projeto aponta para o curso técnico nessa área. Eu me arriscaria a dizer que, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, no Paraná, não temos nenhum curso técnico nessa área. Então, quem que poderia servir como profissional de apoio? Precisa haver o profissional de apoio, como V. Exa. colocou muito bem, qualificado para atender bem a diversidade, as necessidades. Aqui se falou bastante em alimentação, hábitos de vida diária e locomoção, mas também tem um profissional de apoio na sala de aula, nas atividades pedagógicas, na articulação desse profissional com os demais profissionais da escola, para haver uma sincronia nesse sentido.

Eu acho, considero que o projeto é muito importante, o relatório está bem nessa direção, mas nós poderíamos, talvez lá na Comissão de Educação...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... aprofundar um pouco esse tema...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e fazer aí algo que as prefeituras, estados e as famílias, principalmente, vêm demandando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. tem toda autoridade, como Presidente da Comissão de Educação. E eu já o cumprimento pela grandeza.

Em homenagem ao nosso querido falecido Eduardo, a gente aprova, mas com o compromisso de fazer, quem sabe, como V. Exa. fez...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, aprovamos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... audiência pública lá, na própria Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, obrigado! Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Gostaria de cumprimentar o estimado Presidente da Comissão, o Senador Paulo Paim, e a nossa amiga e Senadora Damares Alves, que está presidindo, neste momento, a Comissão. Quero cumprimentar o Senador Flávio Arns e dizer da importância desse projeto. Também reitero aqui que o Senador Flávio Arns é uma das pessoas de maior conhecimento a respeito das pessoas com deficiência.

Eu concordo plenamente com o senhor, Senador Flávio. Estamos juntos nessa luta, porque eu compreendo que as pessoas com deficiência realmente precisam, cada vez mais, de apoio, especialmente aqui, no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da Comissão de Educação.

E aí, Presidente, antes de lhe passar a palavra, eu quero cumprimentá-lo pelo relatório maravilhoso. É realmente uma homenagem, um tributo ao nosso querido Deputado Eduardo Barbosa, que deixa uma saudade enorme. E é acertada a decisão de a gente aprovar o aspecto dos direitos nesta Comissão, Senador Flávio, e discutir os detalhes na próxima Comissão.

Eu estou relatando lá um projeto também sobre o profissional de apoio – não fala sobre a qualificação, não fala sobre a capacitação, mas é uma matéria correlata – e acho que dá para a gente fazer uma grande discussão na Comissão, trazendo o que o Senador Paim propõe aqui para a gente discutir lá na Comissão. Acho que vão ser momento e foro oportunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E já, de imediato, peço para V. Exa. ser a Relatora desse projeto, articuladamente com o Senador Paulo Paim, já que V. Exa. está relatando outro, para que haja uma sincronia entre os dois, porque o outro também é relacionado ao profissional de apoio e este também o é. Então, para que os dois possam convergir, se o Senador Paulo Paim concordar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Presidente, eu falei de forma tão humilde, mas eu queria mesmo a relatoria. Muito obrigada. (*Risos.*)

Objetivo alcançado.

Devolvo a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, se vocês me permitirem – a Senadora Damares, que presidiu, com a contribuição do Senador Flávio e da Senadora Jussara –, gostaria de dizer que o nosso querido Deputado Eduardo Barbosa era tão querido, tão sensível, competente, preparado e humilde. Ele me ajudou muito, muito no Estatuto do Idoso. Ele e o Silas Brasileiro. Quem mais viajou o Brasil para aprovar o Estatuto do Idoso não fui eu, porque eu não podia. Eu tinha tantas coisas que corriam... A algumas eu fui, mas ele dizia: "Deixa que eu vou". Eduardo Barbosa e Silas Brasileiro viajaram o Brasil todo. Eu jamais vou esquecer isso. E ele era uma pessoa que, com aquela simplicidade, fazia com que as pessoas não percebessem o nível da sua competência, mas, quando ele começava a argumentar nessa linha de idosos, de pessoas com deficiência, contra os preconceitos, sempre batiam palmas. Se vocês permitirem – ele está lá no alto –, eu gostaria que a gente, de pé, desse uma salva de palmas para este grande Parlamentar Eduardo Barbosa. (*Palmas.*)

Obrigado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, a nossa agenda de hoje praticamente está concluída, mas houve um pedido da nossa também querida Senadora, como são todos vocês, Soraya Thronicke, que queria muito relatar esse projeto que trata de alteração no Código de Trânsito Brasileiro.

Para esperar um pouco por ela, eu tenho dois encaminhamentos: a fala que eu ia fazer na abertura, como a Mara estava com problema de voo, eu não a fiz. E tenho ainda, por uma informação que a Mesa me dá, a pedido dos participantes... Os que puderem...

Eu vou ler aqui a justificação do requerimento que já está aprovado, naturalmente, sobre o debate que vamos ter aqui nesta Comissão sobre a educação midiática, que é um debate do qual vai participar o Programa Jovem Senador. O que vai acontecer amanhã aqui? Os 27 estarão no lugar dos senhores – 27 comigo, claro –, estarão nos nossos lugares. Nós vamos eleger o Presidente e, naturalmente, o Vice. A partir daquele momento, eu saio da mesa e ele preside. O Jovem Senador preside a sessão, mas seria importante que, se algum Senador pudesse estar presente, para a gente fazer um rodízio. Não precisa ficar todo o tempo, porque sempre tem que ter um Senador, no mínimo aqui, no Plenário ou na mesa. Pode ficar na mesa também, acompanhando e orientando, se for necessário.

Então, fica o meu pedido, se alguém puder amanhã, claro que eu estarei aqui na abertura, mas, depois, se eu tiver que, por um motivo ou outro, dar uma saída, eu me comprometo a sair e a voltar, mas sempre vai ter que ter um Senador aqui. Fica o pedido para todos e a gente depois conversa sobre o que é possível fazer.

Eu só vou ler a justificação de amanhã.

O debate na CDH será sobre educação midiática, o qual será realizado dentro do Programa Jovem Senador. Deverá apresentar aos Jovens Senadores e a seus professores orientadores os desafios e perspectivas da educação midiática. O objetivo da discussão é ajudar a formar cidadãos capazes de acessar e de analisar conteúdo de forma crítica, de buscar fontes seguras e confiáveis de informação, de identificar notícias falsas e discursos que não construam o bem comum, de produzir e de compartilhar conteúdo de responsabilidade e qualidade. Esse é o objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto, ela salvou vocês, porque eu ia dar um monte de discurso aqui enquanto você não chegasse.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ah, que bom. Então estava tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu ia judiar deles aqui até... "Paim, chega de discursar". (*Risos.*)

Então, vamos...

Depois eu leio o expediente e naturalmente todos os Senadores ficarão à vontade depois dessa votação, mas, de pronto, Senadora, eu quero agradecer aos Senadores e às Senadoras porque quando eu falei que estávamos esperando a senhora, eles todos ficaram tranquilos. "Vamos esperar, então". "Se é para esperar, vamos esperar".

Então, vamos lá para ganhar tempo.

Item nº 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4612, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para agravar a penalidade por estacionamento irregular de veículo em vagas reservadas a pessoas com deficiência ou a idosos.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para apresentar o seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, é um prazer estar aqui na CDH.

Senadora Jussara, Senadora Damares e Senador Flávio Arns, obrigada pela paciência de todos. Vou direto ao relatório.

O Projeto de Lei nº 4.612, de 2020 – eu gostaria só de pedir uma água, porque eu estou... Ah, obrigada.

Recomeçando...

O Projeto de Lei nº 4.612, de 2020, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, objetiva alterar a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que é o Código de Trânsito Brasileiro, para agravar em cinco vezes a multa incidente sobre veículo que ocupar, irregularmente, vaga de estacionamento reservada a pessoas com deficiência ou idosas. Em caso de reincidência, dentro do período de dois anos, a multa é aumentada em dez vezes. A lei resultante da aprovação do PL entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora explicita que não é raro que vagas exclusivas para pessoas com deficiência e idosas estejam ocupadas por pessoas que não possuem o direito de ocupar o referido espaço, não obstante a Lei nº 10.098, do ano de 2000, Lei de Acessibilidade, já estar em vigor há mais de duas décadas. Assim, considerando argumentos apresentados por membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, ambos do Estado de São Paulo, e, ainda, em reconhecimento da insuficiência da penalidade atualmente prevista pelo CTB (Código de Trânsito Brasileiro) à infração gravíssima mencionada, a autora entende necessária a aprovação da proposição apresentada.

A matéria foi despachada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, posteriormente, seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Até o momento não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As questões aqui da análise. A matéria é pertinente e cabível, pelo Regimento Interno do Senado Federal, a esta Comissão – vou ser bem concisa – e, também, justamente porque as Leis de Acessibilidade, de Inclusão de Pessoa com Deficiência e de Pessoa Idosa são temáticas aqui e de nossa competência.

Não obstante o considerável avanço que tivemos, é fato que a busca pela efetiva garantia dos direitos de pessoas com deficiência e idosas é algo relativamente recente. Nesse sentido, a construção social discriminatória frente a esse segmento da sociedade não foi ainda totalmente desfeita, o que pode ser verificado pela permanência de determinadas ações, como a ocupação de vagas exclusivas para pessoas com deficiência e idosas por pessoas que não possuem o direito de ocupar esses espaços.

A multa prevista no inciso XX do art. 181 cumulado com o inciso I do art. 258 do Código de Trânsito Brasileiro busca evitar e punir tal conduta ilícita, considerada infração de trânsito de natureza gravíssima. Ocorre que o valor atual dessa penalidade, de apenas R$293,47, a impede de cumprir sua finalidade, visto que, por vezes, se mostra irrisória frente à situação financeira dos condutores de veículos que se enquadram no inciso XX do art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro. O valor aplicado não se demonstra fator inibidor da conduta que se pretende coibir, porque a pena tem que ter um cunho pedagógico e isso aqui não vale nada. O valor de R$293 é nada.

É com a solução dessa questão que o PL busca contribuir por meio do aumento do valor da referida multa, tornando-a instrumento efetivo no enfrentamento aos resquícios ainda existentes em nossa sociedade de desrespeito aos direitos da pessoa com deficiência e da pessoa idosa.

Evidentemente, o comportamento desejado não virá apenas com o aumento do valor da sanção. Pretendemos, em última instância, a mudança cultural. Mas cremos que, nesse caso extremo, o caminho educativo perpassa a majoração de penalidades por condutas que, há décadas, são repelidas pela sociedade.

Diante do grande mérito da proposição, indicamos apenas dois ajustes. Primeiro: sugerimos que a alteração da multa proposta pelo PL seja realizada no próprio inciso XX do art. 181, o qual prevê a sanção que ora se busca alterar, e não em novo parágrafo. Segundo: a fim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tornar a alteração proposta pelo PL mais proporcional às penalidades atribuídas a outras infrações de trânsito de natureza gravíssima, propomos que a multa seja agravada em três vezes e, no caso de reincidência dentro do período de dois anos, em cinco vezes.

Em razão do exposto, somos pela aprovação do projeto com a seguinte emenda...

E foi também discutido isso com o pessoal da Senadora Mara Gabrilli – eu não sei se tem alguém aqui para ratificar isso –, e eles concordaram. Foi uma proposta que veio da consultoria, para a gente regularizar junto com as gravíssimas, senão essa ultrapassaria muito a média. Então ficou com a seguinte redação:

> Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.612, de 2020:
> "Art. 1º O inciso XX do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 181. .....
> .....
> XX – nas vagas reservadas às pessoas com deficiência ou idosas, sem credencial que comprove tal condição:
> Infração – [natureza] gravíssima;
> Penalidade – multa agravada em 3 (três) vezes ou, em caso de reincidência no período de [...] 2 (dois) anos, agravada em 5 (cinco) vezes;
> Medida administrativa – remoção do veículo.
> ..... .' (NR)"

Essa é uma nova redação.

E aí, só para encaminhar, quero destacar aqui que o *Campo Grande News*, que é um *site*, e acho que é um dos melhores e maiores *sites* de notícias que nós temos no Mato Grosso do Sul, trouxe a seguinte matéria para nós:

> Entoando as frases "já volto", "só mais um pouquinho" [a pessoa escreve isso, está aqui, já volto, só mais um pouquinho, ou então], "é rapidinho", "já vou sair", comumente usadas por motoristas que ocupam indevidamente as vagas destinadas às pessoas com deficiência, a comunidade PcD de Campo Grande [porque hoje a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> nomenclatura é pessoas com deficiência] ocupou as ruas [...] da cidade [...] [num protesto], para educar e conscientizar a população acerca do uso de vagas exclusivas, que é direito garantido por lei para pessoas com deficiência e idosos.

Aí eles distribuíram pela cidade cadeiras de rodas, e escrito assim: "já volto", "vai ser rapidinho". Por quê? Porque as pessoas que estacionam nessas vagas têm a pachorra de escrever um bilhete e colocar nos carros.

> Quando esses espaços são ocupados por pessoas que não possuem limitações, impedindo que aqueles que possuem tenham acesso aos mesmos locais, apenas uma palavra define a sensação para a vice-presidente da [...] Associação de Mulheres com Deficiência de Mato Grosso do Sul, Ana Lúcia Serpa: frustração.
> Ana Lúcia expõe que no Centro [da cidade] há poucas vagas disponíveis, e as que existem comumente são ocupadas por pessoas sem nenhuma deficiência. Quando isso acontece, ela relata que precisa estacionar longe dos locais, onde há pouca ou nenhuma acessibilidade.
> "Se alguém ocupar essa vaga, vai estar atrapalhando a vida da pessoa com deficiência [diz ela]. A gente vai estacionar em outro lugar, [isso] é muito difícil [...]. E quando a gente volta, vê que quem está saindo do carro é uma pessoa que não tem nenhuma dificuldade. Quem faz isso ou não tem nenhuma informação ou não tem sensibilidade com as pessoas com deficiência
> Ana Lúcia esteve presente na ação representando [...] [essa Associação de Mulheres com Deficiência do Mato Grosso do Sul].

Portanto, é este o parecer, Sr. Presidente.

Eu louvo a iniciativa da Senadora Mara Gabrilli. Ela, mais do que ninguém, fala de cátedra, justamente pela sua condição. Então, quem somos nós para tomar tal iniciativa? O que nós fizemos foi acolher e com essa pequena modificação ela realmente concordou, não foi isso?

Então, é este o relatório e o voto... (*Pausa.*)

Ah, ainda depende da aprovação da CCJ. Não é terminativo aqui.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Soraya Thronicke, pelo relatório.

Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero cumprimentar, em primeiro lugar, a Senadora Mara Gabrilli, que, como a Senadora Soraya Thronicke colocou, tem toda a condição de dizer o que é importante acontecer nessa área.

Inclusive, existe aquela frase bem conhecida no Brasil e no mundo: nada sobre nós sem nós. Então, as pessoas têm que dizer o que consideram importante e necessário.

O relatório da Senadora Soraya Thronicke está perfeito também nesse sentido, e considero fundamental. A explicação, além do relatório, que foi dada em relação ao que acontece em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, reflete a realidade do Brasil. É assim mesmo. "Só um pouquinho", "já volto", tal, não sei o quê. Então, eu penso que isso aí tem que ter, e a Senadora falou bem.

É que nem as faixas aqui em Brasília, de pedestres. O pessoal estava do lado multando quem não obedecesse no início. Eu acho que é a única cidade do Brasil onde a faixa de pedestres é respeitada, porque lá em Curitiba não é, e eu acho que em outros lugares também; você pode ser atropelado na faixa de pedestres. Então, tem-se que ter o aspecto educativo e cultural na carteira... Quer dizer, a carteira mudar a cultura – a carteira de dinheiro da pessoa.

Então, não só concordo como eu sugiro que a gente aprove um requerimento de urgência para que esse projeto vá diretamente ao Plenário, porque eu tenho absoluta certeza de que a CCJ vai concordar também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns, inclusive pela proposta que complementa o belo relatório da Senadora Soraya Thronicke e a autoria da Senadora Mara Gabrilli.

Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, agora, agora. Aqui, a minha orientação era dizer o seguinte: o projeto segue para análise terminativa na CCJ. Estava certa a orientação, só que nós, de imediato, vamos colocar em votação o seu requerimento.

Aqueles que concordam que seja aprovado o requerimento de urgência, para que esse importante projeto vá direto para o Plenário, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Não tem por que passar lá. Lá está demorando tudo para andar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, acumula um monte de matéria.

Aprovado. (*Pausa.*)

Fique bem à vontade. A pauta foi concluída.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Não, eu gostaria só de aproveitar a ocasião, Sr. Presidente, porque tantas pessoas estiveram presentes hoje, aqui, na área da psicologia, em função do projeto de lei, através da sugestão legislativa, e também a segurança privada, a quem a gente quer cumprimentar. Mas eu quero cumprimentar duas visitas ilustres que temos hoje aqui, na Comissão de Direitos Humanos, que estão aqui atrás: a Beatriz Dalcol Zanellato e a Lara Barbiero Pimentel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou pedir que as duas se levantem.

Como é o nome das duas, Flávio, por favor?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Beatriz Dalcol Zanellato e a Lara Barbiero Pimentel, que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sejam bem-vindas! (*Palmas.*)

Como é indicação do Flávio, nós temos que bater palmas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero dizer que a Beatriz Dalcol Zanellato faz relações internacionais na London School of Economics, em Londres, e está entrando no último ano de faculdade, agora, em setembro. Passando um período curto aqui, no Brasil, fizeram absoluta questão de vir aqui, ao Senado. E a Lara Barbiero Pimentel faz política, filosofia e economia na King's College London, e está na metade do curso.

Então, vocês estão, Beatriz e Lara, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Inclusive, as imagens de vocês estão sendo gravadas e transmitidas para o Brasil todo. E saibam, então, que esta Comissão – Legislação Participativa – significa a própria sociedade participar da legislação, sugerindo a legislação a ser elaborada, desde que haja 20 mil assinaturas de apoio àquilo que se propõe pela sociedade. Hoje, por exemplo, aprovamos um projeto de lei oriundo de uma sugestão legislativa na área da psicologia, estabelecendo a carga horário semanal de 30 horas e o piso salarial para o profissional psicólogo.

Então, sejam muito bem-vindas! Sucesso nos cursos em Londres!

A Beatriz, particularmente, eu conheço a vida toda, assim como a mãe dela, a avó e a bisavó também. Quer dizer que eu conheço a mãe, a avó e a bisavó.

Então, sejam bem-vindas para esta sessão e para esta visita ao Senado Federal!

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns! Fez a justa homenagem às duas jovens que estão no Plenário, neste momento.

Eu vou agora para uma questão mais formal daqui, do expediente.

A pauta está toda ela discutida e aprovada.

Expediente...

Todos fiquem à vontade agora, se tiverem algum compromisso; não vai ter nenhuma votação.

Vamos tirar as fotos, sim, dos Senadores presentes com o pessoal dos vigilantes, que estão de plantão aí.

Vai ver que eles não saem daqui sem essa foto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E a fotografia também com a Beatriz e com a Lara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, perfeito! Será uma satisfação.

Vamos lá! Expediente.

Denúncia de familiares sobre múltiplas violações de direitos humanos em uma prisão do Município de Passos, Minas Gerais, entre elas: condições desumanas de encarceramento, abusos físicos e psicológicos contra os presos. A prisão não possui meios de comunicação adequados para reclamação.

Denúncia de violação de direitos econômicos e sociais de agricultores familiares que residem em áreas sobrepostas a terras quilombolas não oficialmente tituladas no Município de Varzelândia, Minas Gerais, resultando em restrição ao acesso ao crédito rural, impedimentos para o exercício da atividade econômica, desinformação e falta de comunicação adequada sobre os seus direitos de propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicita urgente apuração e abertura de processos relativos aos ataques de queimada nas aldeias indígenas guarani caiová de Douradina, Mato Grosso do Sul.

Do Diretor da Tempus Comunicação, que solicita a carta de apoio da Presidência desta Comissão e do Senado Federal, ressaltando a importância da série de TV Operação Condor.

Do Coordenador-Geral da Comissão de Direitos Humanos dos Irmãos Naves, que solicita a intervenção da Comissão de Direitos Humanos do Senado para que analise possíveis erros judiciários no caso Marielle.

Do gabinete da Vereadora Giorgia Prates, da Câmara Municipal de Curitiba, que encaminha ofício para a averiguação sobre denúncia de violação de direitos no estabelecimento prisional de Piraquara, Paraná.

Da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, São Paulo, moção de apoio e solidariedade à Maria da Penha, em decorrência dos ataques que vem sofrendo de grupos extremistas e moção de apoio à campanha do Governo Federal lançada pelo Ministério das Mulheres, intitulada "Mais Mulheres no Poder, Mais Democracia".

Do Ministério do Planejamento e Orçamento, ofício circular de entrega de exemplar do relatório da Agenda Transversal – Igualdade Racial.

Do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que encaminha a proposta de pauta da 79ª Reunião desse conselho.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria ou no Portal da CDH, para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses mesmos termos, comunico o encerramento do prazo dos documentos lidos na 26ª, 27ª, 30ª e 32ª Reuniões.

Não havendo mais nada a falar, como meu discurso de abertura foi um discurso que eu fiz sobre as Olimpíadas, sobre vitórias dos brasileiros – mas falava também da falta de investimento no esporte –, como as Olimpíadas terminam domingo, dia 11, e eu estarei aqui, amanhã, com os Jovens Senadores, eu farei amanhã, com eles aqui, um elogio, inclusive, à participação deles nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esportes, naturalmente a participação do Brasil, colocando a importância dos esportes, em todo o sentido, para a formação do povo brasileiro.

Não havendo mais nada a tratar, encerramos a nossa reunião deliberativa de hoje.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e nove do dia oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Humberto Costa e Margareth Buzetti, e ainda da Senadora Rosana Martinelli, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Augusta Brito, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 40/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debate sobre "Educação midiática", realizada dentro do Programa Jovem Senador. Participantes: Sivaldo Pereira, Professor de Comunicação da Universidade de Brasília - UnB; Rafiza Varão, Professora do Departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília - UnB; Januária Cristina Alves, Escritora - Mestre em Comunicação Social pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP, jornalista, educomunicadora, duas vezes vencedora do prêmio jabuti de literatura brasileira; Patrícia Blanco, Presidente-Executiva do Instituto Palavra Aberta; Ester Monteiro, Chefe de Serviço do Senado Federal - Senado Verifica; Priscila Araújo Alves, Jovem Senadora; Leandro Simões Cândido Júnior, Jovem Senador; e Mariana de Almeida Filizola, Coordenadora Geral de Educação Midiática da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Resultado: Audiência pública realizada. O Presidente concede a palavra aos seguintes Jovens Senadores: Ana Cecília Moreira Santiago, Miguel Morgiroth Partzlaff, Davi Baia Camilo, Manoela Oliveira dos Santos, Gabriel Oliveira da Silva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/08

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 40, de 2024, desta Comissão, de minha autoria, para debater educação midiática dentro do programa Jovem Senador.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Teremos como convidados os seguintes painelistas.

Na primeira mesa, Rafiza Varão, Professora do Departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília (UnB).

Ela se encontra já conosco? Está aqui? (*Pausa.*)

Então seja bem-vinda a nossa convidada, que veio para falar para vocês. (*Palmas.*)

Tudo bem, "Profe"? Bem-vinda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convidamos Sivaldo Pereira, Professor de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).

Está aqui ele também. (*Palmas.*)

Obrigado por ter aceitado o convite!

E convidamos Patricia Blanco, Presidente-Executiva do Instituto Palavra Aberta.

Está aqui. (*Palmas.*)

Tudo bem, Presidenta? Seja bem-vinda!

E, por fim, Ester Monteiro, Chefe de Serviço do Senado Federal, no Senado Verifica. (*Palmas.*)

Tudo bem, Ester? Seja bem-vinda.

Teremos, por videoconferência, Januária Cristina Alves, Escritora, Mestre em Comunicação Social pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Jornalista, Educomunicadora, duas vezes vencedora do Prêmio Jabuti de literatura brasileira. Ela vai ser por videoconferência, mas fica o nosso aplauso aqui, por tirar um tempo para falar com vocês. (*Palmas.*)

Antes de iniciar com os nossos convidados as suas palestras, eu queria, primeiro, dizer que para mim é um orgulho, eu que presido esta sessão já há alguns mandatos aqui na Casa, que vocês estejam aqui, hoje, para saber como é que funciona a Comissão. Eu vou fazer uma pequena introdução, que é a fala da Presidência, mais para situar vocês e todos que estão em casa pela TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado sobre como funciona esta Comissão.

Senhoras e senhores, Senadoras, convidados, painelistas, Jovens Senadores e Senadoras, sejam bem-vindos à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

É importante explicar que este é um Colegiado que fala sobre todas as políticas do campo humanitário. A CDH, como chamamos, é responsável para debater e analisar propostas relacionadas à garantia da promoção dos direitos humanos, incluindo direitos da mulher – só alguns exemplos –, proteção à família, à infância, às pessoas com deficiência, aos idosos, aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negros, às negras, aos indígenas, aos imigrantes, aos quilombolas, aos trabalhadores do campo e da cidade, à comunidade LGBTQIA+, às minorias em geral, entre outros.

A CDH é composta por 19 Senadores titulares e 19 suplentes. Aqui eu faço um pequeno registro: esta Comissão do Senado é a única Comissão em que quem manda, o que está se refletindo aqui na mesa, são as mulheres. Quem manda aqui são elas, porque elas são maioria. De 19, nós temos 12 mulheres. Temos 12 mulheres, e a Comissão funciona muito bem, não pelo Presidente, mas pelo Colegiado que aqui vocês estão no momento representando. Qualquer dúvida em um projeto mais polêmico e que possa ter algum setor contra, mas que tenha um apelo social, seja voltado ao interesse comum da população, eu só peço para a Bancada Feminina votar que está liquidado, porque temos 12 votos.

Então eu queria dar uma salva de palmas principalmente à Bancada Feminina, que me ajuda muito. Todos ajudam, mas elas é que decidem. (*Palmas.*)

E eu, como um bom cidadão, digo: "Sim, senhora! Sim, senhora!", até para ficar na Presidência, porque elas têm força para me tirar, se quiserem.

Enfim, falei aqui da composição e quero dizer também que a Comissão é a porta de entrada para sugestões de projetos de lei enviados pela população por meio do Portal e-Cidadania. Já vou falar de vocês. As ideias ficam no portal durante quatro meses e, se, durante esse período, receberem 20 mil ou mais cliques de apoio dos internautas, são encaminhadas para que eu indique um Relator e ele passe a analisar o projeto. É o mesmo caso de vocês, do Jovem Senador: os projetos que vocês apresentarem na conclusão dos trabalhos, nesta semana em que estamos aqui, virão para mim, eu indico um Relator, e podem se transformar em leis.

Então, vocês não estão aqui, digamos, só simbolicamente, pela importância do momento. Claro que é um aprendizado para toda a vida a experiência de uma semana no Senado Federal, mas hoje vocês terão a oportunidade, até terminar esta semana, de formular projetos que passarão a tramitar com o Relator. Eu sou o Presidente, o Relator é indicado por mim, e, uma vez aprovados – claro, não só aqui – no Plenário, eles virarão leis, os Senadores votarão.

Esta Comissão é a Comissão que historicamente mais realiza audiências públicas, porque o nosso papel aqui é ouvir a população. Não que as outras também não sejam, todas elas são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes, e tem algumas que já estão chegando lá, mas, se se fizer uma retrospectiva histórica, não tem nenhuma Comissão retrospectiva que fez tantas audiências durante essas décadas do que a Comissão de Direitos Humanos, porque o nosso papel todo aqui é ouvir a população.

Então esta Comissão realiza audiências públicas para debater os mais variados temas e assuntos ligados aos direitos humanos. Os direitos humanos são relacionados diretamente com o combate às injustiças e às discriminações, passando pelas discussões dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Direitos humanos é o viver por inteiro, é a vida pelo direito à saúde, à educação, ao trabalho, à terra, à moradia, à segurança, a salário e emprego decentes, à dignidade para aposentados e pensionistas; como eu disse antes, combate todo tipo de preconceito.

Prezados Jovens Senadores e Senadoras, a audiência pública de hoje vai tratar de um tema fundamental que está ao alcance de vocês, porque vocês jovens têm muito mais acesso e muito mais facilidade para tratar da educação pelo sistema, hoje, da tecnologia, da internet, da robótica, enfim, tudo que existe. Vocês vão tratar hoje da educação midiática na prática, desafios e perspectiva – é claro que estamos falando aqui muito das redes sociais. O objetivo é ajudar a formar cidadãos capazes de acessar e analisar conteúdo de forma crítica, buscar fontes seguras e confiáveis de informação, identificar notícias falsas e discursos de ódio, que não levam a lugar nenhum – ou levam, sim, à destruição – e também produzir e compartilhar conteúdo com responsabilidade e qualidade.

O Fórum Econômico Mundial afirma que a desinformação e os conteúdos alterados por inteligência artificial são o segundo maior risco global – o segundo maior risco global! A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que sete em cada dez jovens de até quinze anos no Brasil não conseguem distinguir ou ter claros fatos e opiniões, para onde vão. A educação midiática no Brasil pode ajudar a combater *fake news,* fortalecer a democracia, o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos.

Esta é a minha fala de introdução. Vamos agora direto para um segundo momento.

Nós, simbolicamente, vamos votar aqui. Vocês vão ter que decidir rapidamente, antes de os painelistas começarem a fazer a sua exposição, quem, simbolicamente, vai ser o Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão. Claro que eu sou obrigado a ficar aqui, porque é um órgão oficial do Congresso. Eu tenho que continuar, mas teremos dois Presidentes hoje, eu e um de vocês. Então, simbolicamente, vocês vão escolher um Presidente e um Vice-Presidente para acompanhar os trabalhos. E, no fim, claro, eles poderão indicar um Relator, se assim entenderem, mas aí é um trabalho de vocês.

Então, eu pergunto a vocês: quem seria aí... Já têm ideia de quem poderia vir para a mesa como Presidente representando todos vocês? Vocês podem ter uns dois, três minutinhos aí, ninguém vai morrer. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Olhe, deu de novo uma mulher. Muito bem. Venha para a mesa e aqui se identifique. (*Palmas.*)

Não, não, vocês ficam aí. Vocês ficam aqui, eles vão entrar nas pontas.

Como é o seu nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Priscila. Não posso errar, porque é o nome da esposa do meu filho, Priscila. Então, Priscila, não é você de Canoas, é essa aqui, viu?

Priscila, venha para a mesa, então, como Presidente em exercício. (*Palmas.*)

Vamos indicar agora o Vice, porque, na falta da Presidente, nós vamos ter aqui o Vice.

Vocês escolhem quem será o Vice. (*Pausa.*)

Deixe-me te cumprimentar, Presidenta. Seja bem-vinda. Você vai me ajudar a coordenar o trabalho, o.k.?

Leandro, é esse? Grande Leandro. Venha para cá, Leandro. (*Palmas.*)

Eles vão me ajudar a coordenar os trabalhos, mas simbolicamente. Fica nos arquivos da história de vocês que um Presidente Jovem Senador e um Vice estiveram aqui junto com o Senador Paim e os convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faria o seguinte encaminhamento se concordarem: uma rápida saudação da Priscila e do Leandro, no momento em que estão sendo simbolicamente empossados pelo Presidente da Comissão.

Primeiro, o Leandro; e a Presidenta fecha daí.

Leandro Simões Cândido Júnior, de Goiás.

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Eu gostaria de agradecer o apoio de todos e dizer que, junto, a gente pode fazer um Senado Jovem mais forte, mais construtivo, mais idealizado em ações de que a nossa juventude precisa. E é isso gente, vamos fazer a diferença neste ano. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Leandro.

Passamos agora para a eleita simbolicamente para presidir os trabalhos junto com o Presidente da Comissão, que vai me auxiliar aqui nos encaminhamentos, a Priscila Araújo Alves, de Alagoas.

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES (Para expor.) – Faço das palavras do Leandro as minhas.

Eu gostaria de agradecer também a indicação e espero que, nesta Comissão, a gente possa, de maneira consciente, trabalhar sobre a educação midiática no país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Palmas para ambos, Priscila e Leandro.

Informaram-me que já está presente a Coordenadora-Geral de Educação Midiática da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Mariana de Almeida Filizola – está aqui. (*Palmas.*)

Muito bem. Nós todos agradecemos ao Presidente Lula pela sua indicação para prestigiar a Comissão e os 27 Jovens Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se você concordar, como nós temos pouco espaço na mesa, o primeiro que falar vai para lá, e você vem para a mesa e faz a sua fala – é porque os Jovens Senadores é que mandam aqui; se nós os tirarmos, eles me demitem! (*Risos.*)

Vamos de imediato... Parece-me que tinha alguém que estava com uma certa urgência, porque tinha que sair. Tem alguém com uma certa urgência? (*Pausa.*)

Vamos atender ao pedido da Escritora Januária Cristina Alves, que é Escritora, Mestre em Comunicação Social pela Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, Jornalista e Educomunicadora, duas vezes vencedora do Prêmio Jabuti de literatura brasileira.

Com a palavra, na tela, a Escritora Januária Cristina Alves.

A SRA. JANUÁRIA CRISTINA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia!

A SRA. JANUÁRIA CRISTINA ALVES (*Por videoconferência*.) – ... a todos e todas.

Muito obrigada pela oportunidade.

Estou aqui em São Paulo e lamento não conseguir estar aí ao vivo, porque adoraria ver todos esses jovens aprendendo como se faz política, como a política é importante, como é importante a gente conseguir participar efetivamente. Então, primeiro, eu queria parabenizar a Comissão pela iniciativa. Acho que isso é fundamental dentro da educação de uma maneira geral, não só da educação midiática. E, nesse caso, a educação midiática tem muito a ver com a educação política, com o direito de participação, porque a educação midiática também é um direito de todos nós. Então, estou muito feliz, gostaria de estar aí, mas não foi possível.

E serei breve também na minha fala no sentido de reforçar aqui a importância da participação do jovem na educação midiática. Muitas vezes, o que acontece é que há uma preocupação com a formação de professores, com que o assunto esteja em sala de aula, o que eu acho muito legítimo. Eu estou nessa área já há mais de 30 anos e sei que existem aqui no Brasil diversas iniciativas que pensam e que focam no professor, mas eu gostaria de destacar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, como estou falando para os Jovens Senadores, a importância da participação de vocês, sobretudo no que se refere às mídias sociais.

Eu tenho o privilégio de participar de um projeto muito interessante que tem se revelado bastante relevante, inclusive nas escolas, que é um *podcast* que se chama Curti, e Daí?, que eu apresento com a jornalista Laura Mattos e com a Eliane Leme e que é parte do Instituto Vero, dos projetos do Instituto Vero, que é um instituto também voltado à educação midiática. E, nesse *podcast*, o objetivo da gente é conversar com os jovens sobre a relação deles com as redes sociais, com as mídias sociais. E tem sido um trabalho extremamente rico no sentido de a gente chegar às escolas, sentar, abrir os microfones e ouvir o que vocês têm a dizer sobre isso. Eu acho que a gente não pode falar por vocês. Vocês têm que falar por vocês. E isso tem sido extremamente revelador, porque muitas vezes a gente tem uma ideia a respeito do que vocês pensam, de como vocês estão nas redes, e, quando a gente chega lá, as coisas se transformam, pelo poder da fala, do diálogo.

Então, eu acho superimportante que vocês reflitam sobre a importância daquilo que vocês estão acessando nas redes. Quando a gente curte uma publicação, quando a gente comenta, quando a gente compartilha, a gente está exercendo um papel de produtor de conteúdo. Não precisa ser influenciador, não precisa ter 1 milhão de seguidores para ter um papel importante nas redes. Cada clicada, cada compartilhamento é uma atitude de interação. Só que a gente precisa ir além da interação. A gente precisa praticar a verdadeira participação. E, para que isso aconteça, a gente deve ter uma intencionalidade em tudo que a gente faz. Então, será que aquilo que eu estou curtindo é uma coisa interessante? Será que aquilo de verdade contribui para a melhoria do ambiente onde a gente vive ou, minimamente – se é um conteúdo de entretenimento, se é uma coisa mais descompromissada –, aquilo contribui para que o ambiente da internet seja um pouco mais saudável, menos tóxico? A gente está aqui na Comissão de Direitos Humanos. Então, é sempre a gente pensar: será que isso aqui fere o direito de alguém? Será que isso aqui ofende alguém?

A gente tem visto, infelizmente, muito essa questão do discurso de ódio, de como ele se propaga nas redes de uma maneira extremamente veloz, porque, quando estamos falando de internet, falamos sempre de escala e velocidade. Então, todo mundo que está ali tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alcance muito maior do que imagina que tem, diferentemente de a gente estar conversando aqui entre nós, ou em grupo, ou na escola.

Então, existe essa necessidade de vocês se verem como produtores também de conteúdo. Dentro das redes sociais, dentro das mídias sociais, na internet, a gente também está fazendo a nossa memória, está construindo as histórias que a gente quer contar. Então, é nesse sentido que eu chamo vocês para reflexão, como cidadãos digitais, da mesma maneira como a gente exerce a nossa cidadania – vocês estão aí, numa Comissão, no Senado, uma coisa superimportante.

Eu me lembro de que, quando eu era criança, depois adolescente, fui presidente de centro cívico. Eu atuava na escola. Naquela época era um outro contexto – a gente pensava desde hastear a bandeira até em quais pautas que a gente ia reivindicar na diretoria –, mas estamos falando da mesma coisa: da participação social, da participação cidadã. Então, vejam isso também nas redes.

Vocês são responsáveis pelos conteúdos que vocês compartilham. Então, antes de compartilhar qualquer informação, chequem. Em toda *fake news*, a estratégia é uma só, é nos mobilizar pela emoção. E muitas vezes a emoção da gente é inócua naquele momento. Além de sentir raiva ou de querer simplesmente compartilhar uma fofoca, é preciso que a gente pare e pense: qual a função daquela informação? O que aquilo pode causar no outro, na nossa comunidade, na sociedade?

É muita responsabilidade, e a gente acaba não tendo consciência, dada a velocidade com que a gente se comunica e as coisas acontecem ali. É muita informação, é muito vídeo, é muita música, é o entretenimento misturado com a notícia, é essa multiplicidade de vozes, essa cacofonia, que é feita para isso mesmo, para confundir a gente, para tirar a gente do foco. Então, se vocês puderem, antes de compartilhar, refletir se aquilo é importante, se aquilo tem algum valor, se aquilo contribui para a sociedade de alguma maneira, eu acho que já é um bom começo de conversa.

Então, a educação midiática está na vida da gente. Eu costumo dizer que ela é um instrumento importante para a gente dar conta de entender esse mundo em que a gente vive, que é um mundo muito complexo, que é um mundo muito volátil, que é um mundo em que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas acontecem sem que a gente consiga refletir muito, por isso é importante a gente assumir o comando.

Quando a gente pensou no Curti, e Daí?... Aliás, o nome foi muito feliz nesse sentido, porque é: depois da curtida, e daí? O que acontece? Um milhão de coisas podem acontecer. A gente já viu gente ser alçada ao estrelato, ao sucesso instantaneamente por causa das curtidas e muitas vidas serem prejudicadas, muito prejuízo ser causado. Então, eu acho que essa reflexão é a mais importante e está na mão de vocês. Vocês estão aí numa Comissão, são jovens de vários estados do Brasil, isso é muito importante, é muito representativo. No *podcast* a gente teve a oportunidade de falar com gente de todo o país, e a gente vê que são muitos brasis, são muitas necessidades, mas, no fundo, no fundo, a gente está falando da mesma coisa: do respeito, do respeito ao outro, aos direitos humanos. E, da mesma maneira como a gente procura fazer isso na sociedade, no mundo aqui que a gente chama *offline*, a gente deve fazer isso *online* também, porque na verdade esses dois mundos hoje em dia estão misturados. Eu costumo dizer que mesmo quem não acessa a internet está sendo influenciado por ela. É essa a mensagem, esse recado que eu gostaria de deixar para vocês.

A educação midiática na prática se faz assim, no cotidiano, no dia a dia da gente, com as pequenas ações. Tem alguns estudiosos que dizem que o que a gente faz na internet são pequenos gestos de envolvimento, e na verdade o que acontece mesmo, depois desses gestos, a gente vê aqui na nossa vida prática.

Então, vocês serão a geração que vai transformar a rede. Está na mão de vocês. A gente está fazendo também aqui o que nos cabe, tentando fazer a regulação das plataformas, que é importante, porque hoje em dia temos muitos conteúdos que realmente não contribuem para o nosso amadurecimento, não contribuem para o engrandecimento da sociedade, do ser humano, mas está na mão de vocês. E começa agora, começa aqui, começa na hora em que vocês pegam o celular, na hora em que vocês estão na escola fazendo uma pesquisa, tendo um acesso responsável, se esforçando, aprendendo a reconhecer as informações confiáveis e as que não são. Isso é exercer o pensamento crítico, e o pensamento crítico a gente não exerce por decreto, a gente exerce na prática, lendo bastante. Eu sou muito partidária de que a educação midiática só vai caminhar se se aliar profundamente à educação literária. E falo como escritora também. Eu escrevo livros para jovens, para crianças e vejo a importância que a leitura tem no sentido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentar as bases para a gente compreender esse mundo tão complexo em que a gente vive.

Então estou aqui à disposição. Se depois houver algum tipo de pergunta, de debate, estou aqui com vocês e agradeço mais uma vez a oportunidade de participar, ainda mais falar para jovens, que é de longe o meu público predileto, é com quem eu gosto de conversar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem mesmo. Bela exposição da escritora Januária Cristina Alves, mestre em Comunicação Social pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, jornalista, educomunicadora, duas vezes vencedora do Prêmio Jabuti de literatura brasileira. E se botou à disposição, se tiver pergunta, no segundo momento.

Muito obrigado, escritora Januária.

Voltamos, então, à nossa mesa.

De imediato, pela ordem que me foi aqui orientada, eu passo a palavra para a Profa. Rafiza Varão, do Departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília. São dez minutos; se for necessário, mais cinco.

A SRA. RAFIZA VARÃO (Para expor.) – Está ligado? Pronto.

Bom dia! Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite feito pelo Senador Paulo Paim para compor a mesa, um convite que me honra muito. Fiquei muito feliz com o convite e fiquei feliz também pela oportunidade de falar, como sempre venho fazendo há muitos anos, para jovens, mas mais jovens ainda do que aqueles com quem eu converso todos os dias, que são os estudantes de Jornalismo da Universidade de Brasília.

E eu vou sair um pouquinho da linha que a escritora Januária adotou, de falar mais diretamente para vocês. Na verdade, eu queria falar para mais gente, para mais gente além dos jovens: também para aquelas pessoas que são responsáveis pelos jovens. Nós sabemos que a infância e a adolescência são a única prioridade absoluta que nós temos na nossa Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. Então isso significa que a juventude é de responsabilidade não apenas dos pais dessa juventude, mas é de responsabilidade absolutamente de todos nós. Então, como professora de comunicação e como professora de jornalismo, o primeiro ponto sobre o qual eu quero falar é acerca das formas como nós lemos o mundo, as formas como também nós escrevemos o mundo.

Quando nós estamos nesse mundo, nós o lemos o tempo todo, independentemente de a gente estar falando de uma linguagem escrita ou não, e nós escrevemos o mundo também para outras pessoas. Entretanto, nessa leitura e nessa escritura do mundo, um dos elementos que consta como um dos mais importantes são os meios de comunicação. E aí tanto faz se são os meios de comunicação de massa tradicionais, aos quais a minha geração – ou a geração anterior – se habituou, ou se são os meios de comunicação digitais, dos quais vocês são considerados os primeiros – a geração nascida a partir de 1995 –, que são considerados os primeiros nativos digitais, ou seja, vocês já entram no mundo sabendo como lidar com os meios de comunicação digitais.

Entretanto, é importante a gente entender que o conteúdo desses meios, assim como o conteúdo dos meios anteriores, são construções, são recortes da realidade, mas não correspondem exatamente à realidade. Então, nós precisamos também ser dotados de uma capacidade de ler esses meios de uma forma mais complexa e de uma forma mais completa, no sentido de que nem sempre aquilo que os meios de comunicação de massa ou os meios digitais nos apresentam corresponde a uma realidade ou corresponde a um conteúdo que é transmitido de maneira ética, de maneira correta, e corresponde, de fato, a algo que realmente aconteceu.

Quando nós falamos, então, de vocês, que são indivíduos ainda em formação, embora eu acredite que não exista ser humano que complete a sua formação – nós estamos sempre nesse processo –, essa questão se torna ainda mais premente, porque, ao mesmo tempo em que temos que protegê-los, de alguma maneira, das intempéries da vida, nós também precisamos fazer com que vocês próprios possam lidar com essas intempéries da vida.

Eu trago um dado aqui da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2023 que diz que 88% das crianças e adolescentes possuem perfis em mídias sociais hoje. Nas mídias sociais, nós somos produtores de conteúdo: nós não só apenas recebemos um conteúdo, como se dava nos meios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de comunicação tradicionais. Então, esse momento em que nós temos 88% das crianças e adolescentes nas mídias sociais é um momento extremamente preocupante. Por quê? Porque nós não sabemos exatamente como vocês vão produzir esses conteúdos, e a gente não sabe exatamente como esses conteúdos vão chegar até vocês; quais são os tipos de danos ou quais são os tipos de benefícios que esses conteúdos podem trazer.

Nós oscilamos entre dois polos: um polo em que nós pensamos nos riscos, que é o natural, quando a gente pensa nos mais jovens, mas também nós oscilamos sobre um polo que se trata de pensar em como eu posso fazer para que a juventude possa caminhar de uma forma para compreender as mídias sociais, compreender os meios digitais de uma maneira responsável e que ela própria seja o sujeito da sua segurança, para que não só essas pessoas fiquem esperando uma segurança provida pelos adultos, mas como vocês podem também caminhar nesse universo.

Alguns dados também mostram que o uso acentuado das mídias sociais por vocês acarreta isolamento social, acarreta sedentarismo, obesidade, diminuição do rendimento escolar, dificuldades em estabelecer relações e, em casos mais graves, quando há uma dependência notória da internet – e aí eu faço a pergunta: quem de nós hoje não é, de certa forma, dependente da internet? –, há uma sintomatologia ansiosa ou depressiva; ou seja, nós temos um aumento dos quadros de ansiedade e depressão ligados às mídias sociais. Isso pode parecer alarmante, mas, na verdade, é um fato. Nós vivemos hoje numa sociedade mais ansiosa.

Além disso, quando a gente pensa nos jovens também como consumidores de conteúdos nas mídias sociais, nós entendemos que, muitas vezes, vocês consomem conteúdos que não só não são verdadeiros, mas também são fantasiosos sobre a vida. Isso já acontecia conosco, que somos mais velhos, no consumo dos meios de comunicação de massa tradicionais, porém, hoje, novamente, coloco a questão de que vocês são produtores.

Então, hoje, a sua fotografia que você tirou na sua casa pode passar por uma série de filtros e você próprio ter uma imagem irreal de você. No passado, nós tínhamos uma imagem irreal dos astros de cinema, dos astros de televisão. Hoje, nós queremos ter uma imagem irreal de nós próprios. Isso gera uma série de dissociações em relação a nossa própria imagem, que acaba também fazendo um mal para a nossa saúde mental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última questão que eu vou apontar aqui em relação a esses conteúdos é o problema gritante e sempre frequente da desinformação. O Senador Paulo Paim apontou o fato de que muitos dos jovens hoje não conseguem discernir entre o que é opinião e o que é informação nos meios de comunicação. Isso é grave, porque nós precisamos, com certeza, discernir o que é informação e o que é opinião. Porque a informação, e a informação de notório interesse público, essa informação que precisa ser pública, é ela que nos orienta na nossa vida no dia a dia. E é ela que faz com que nós possamos ser cidadãos plenos, ou seja, faz com que nós possamos tomar decisões, fazer escolhas com uma consciência crítica e não exatamente a partir de uma manipulação dos meios de comunicação. Quando estamos desinformados, mas não no sentido de que não temos informação, no sentido de que estamos sendo enganados, nós não conseguimos exercer a cidadania de maneira plena. Se o jovem não consegue fazer a distinção entre opinião e informação, isso significa também que o caminhar dele no mundo real é um caminhar comprometido, em que ele vai estar sujeito a uma série de problemas.

Isso tudo, então, faz com que a questão da saúde mental se torne também central quando nós pensamos na educação midiática, que parece algo distante da saúde mental, mas que na verdade faz com que a gente possa absorver esses conteúdos dos meios de comunicação, que hoje nos atravessam 24 horas por dia. Tenho certeza de que vocês têm celulares ligados 24 horas por dia em informação, tanto faz se é uma informação de qualidade ou não. Esses conteúdos nos afetam também em relação à nossa qualidade da vida mental. Sendo assim, como a educação midiática pode auxiliar no sentido de transformar a saúde mental dos jovens para o bem? A partir do momento em que essa educação midiática faz com que a gente compreenda esses conteúdos de uma maneira mais adequada e não sejamos tão suscetíveis, por exemplo, a uma comparação com pessoas que, por exemplo, vivem a sua vida inteira dentro de uma academia. Nós precisamos trabalhar, nós precisamos comer, nós precisamos dormir, nós precisamos estudar etc., mas, nas mídias sociais, às vezes, parece que as pessoas apenas viajam, apenas vão para a academia e apenas comem em restaurantes caros.

Então, o que nós compreendemos em relação à educação midiática? Esse é o mundo em que nós vivemos. Esse é o primeiro ponto. Não podemos dissociar nem crianças e adolescentes do mundo em que nós estamos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAFIZA VARÃO – Então, uma vez que não há volta, uma vez que não há um retorno, é importante ensinar aos jovens e aos adolescentes como lidar com este mundo, porque são esses jovens que vão viver o futuro do país. Então, a educação midiática não é apenas uma questão de letramento, ela não é apenas uma questão de como eu uso os meios de comunicação, mas ela também é uma questão de saúde e segurança. E, como eu tenho só 15 segundos agora, eu queria apenas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Se você precisar, tem mais cinco.

A SRA. RAFIZA VARÃO – Está ótimo.

Eu queria apenas parabenizar o Projeto Jovem Senador e dizer que espero, nessa participação brevíssima relacionada a este projeto, que vocês, como jovens, entendam que a política não é um espaço separado da nossa vida cotidiana, mas que, na verdade, a política é toda a nossa vida.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Profa. Rafiza Varão, que é Professora do Departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília. Meus cumprimentos pela exposição.

Se vocês concordarem, nós faremos uma troca agora, para que a Dra. Mariana de Almeida Filizola possa também falar da mesa. Isso não quer dizer que a senhora não possa voltar para a mesa depois, viu? Parabéns pela fala.

Mas enquanto há a troca, eu já convido a usar a palavra o Prof. Sivaldo Pereira, Professor de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). (*Palmas.*)

O SR. SIVALDO PEREIRA (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia a todo mundo, a todos e todas.

Eu gostaria de agradecer à Comissão, ao Senador Paulo Paim pelo convite e pelo projeto. Esse é um projeto interessantíssimo, porque ele está falando do futuro desse país, em termos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política, e de formar cidadãos para o futuro, pois vocês que estarão aqui no poder fazendo leis e tocando esse país adiante.

Bom, algum tempo atrás, quando eu ainda era estudante universitário em comunicação, a gente tinha uma grande preocupação sobre a questão do letramento midiático, da questão de como os meios de comunicação afetavam as nossas vidas; e, como estudante de comunicação, eu tinha a preocupação de como era importante pensar em estruturas curriculares que pensassem essa questão da mídia.

É importante pensar da seguinte forma: no mundo mediatizado, num mundo intermediado por meio de comunicação, boa parte do que a gente tem na nossa cabeça, em termos de realidade de mundo, é mediada, certo? Então, quer dizer o seguinte: boa parte do que a gente tem hoje, em termos de ideia do que é o mundo, não é experienciada. Nós não vivemos aquilo. Na verdade, são percepções de alguém que nos relatou isso, certo?

Em sala de aula, eu faço um experimento com os estudantes que é o seguinte: eu coloco um mapa dos Estados Unidos e pergunto para eles que me deem nomes dos estados americanos. Todo mundo diz um estado americano, todo mundo conhece algum estado americano – Califórnia, Nova Iorque e tal. Aí eu tiro o mapa, coloco o mapa da África e peço que me deem o nome da província de Angola. Aí é um silêncio, ninguém tem nada na cabeça. Pergunto: Então me deem o nome de um estado do Peru. Ninguém conhece. Por que isso acontece? Na prática, há simplesmente um vazio de informação em relação... Por exemplo, nós deveríamos saber bastante sobre a América Latina, deveríamos saber bastante sobre a África, não é? Mas por que nós sabemos mais sobre os Estados Unidos e não sobre outros países? Porque, no processo de intermediação, algumas informações são colocadas mais importantes para nós do que outras. Então, nós aprendemos mais sobre algumas coisas e sobre outras coisas fica um vazio na nossa cabeça. Nós temos percepção sobre o mundo, sobre coisas que nós não vivenciamos, mas nós temos uma visão sobre aquilo e um sentimento sobre aquilo, um julgamento sobre aquilo. Então, nós nunca fomos no Afeganistão, nós temos uma visão sobre o Afeganistão. Nós nunca fomos em Israel ou em Gaza, mas temos uma visão sobre isso. E toda essa visão, esse *composé* do mundo que nós temos na cabeça, é mediada e passa por intermediários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na prática, quando a gente fala do mundo mediado, nós estamos falando que a nossa ideia de realidade passa por esse processo de mediação. E esse processo de mediação envolve uma série de intermediários. Se isso era complexo antes da internet, com a internet, ao contrário do que muitos pensam, nós não estamos agora livres ou nós podemos agora procurar informação de forma isenta e não intermediada. Ao contrário, na verdade, nós temos muito mais hoje elementos de intermediação, invisíveis, inclusive, opacos, pois nós não sabemos que estão lá, mas eles estão o tempo todo nos intermediando e dizendo o que nós podemos entender, compreender, acessar, e o que nós não vamos nunca saber. E isso envolve a questão dos algoritmos. Então, o tempo todo, nós estamos sendo intermediados por algoritmos.

Eu costumo dizer o seguinte: anteriormente, quando nós não tínhamos internet, nós vivíamos com os meios de comunicação, nós vivíamos com o jornal, com a televisão, ali, lado a lado, no dia a dia, e com o rádio. Com a internet, isso mudou. Na verdade, nós vivemos agora dentro, através dos meios, não apenas com eles, nós vivemos dentro deles, nós vivemos através desses meios. Isso tem um impacto gigantesco porque, na verdade, isso passa a mediar as nossas relações, inclusive, de forma muito silenciosa. Quem vai aparecer no seu *timeline* não é quem você decidiu que vai aparecer, é quem o algoritmo decidiu que é importante aparecer para você. São valores, e a gente vai embutir esses valores, tem pessoas que você nunca vai ver no seu *timeline*, certo, e elas estão lá visíveis simplesmente porque o algoritmo diz: isso não é importante para você.

Então, o que é importante pensar hoje? Nós temos que pensar hoje em estruturas, nós vivemos num mundo que é altamente intermediado por diversas organizações que envolvem os meios tradicionais de comunicação, envolvem os novos meios, as plataformas. E esse é um processo muito complexo que vai nos guiando, vai dizendo o que nós vamos compreender como realidade ou não. Então, é muito importante hoje... É inconcebível, por exemplo, que nós tenhamos um currículo em que nós temos, por exemplo, química, mas não temos nada sobre educação midiática de forma obrigatória. Se isso define como eu vou pensar a minha realidade, por que eu não discuto isso lá atrás, quando eu estou me formando ainda? Então, nós jogamos, de repente, nós jogamos os jovens nesse mundo totalmente intermediado, cheio de problemas, e eles não estão preparados para isso. Nem nós adultos estamos. Eu mesmo estou aprendendo a lidar com esses processos, que são processos muito novos. E esses processos são processos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão no começo, no começo de um processo muito importante, histórico, que envolve, por exemplo, sistemas digitais autônomos de comunicação.

Eu trabalho muito com inteligência artificial, com comunicação em IA, e eu tenho falado muito: meios de comunicação, sistemas de IA, sistema de inteligência artificial – eu falo IA porque é o nosso apelido, inteligência artificial – são sistemas midiáticos que estão se formando e vão definir boa parte do nosso processo de comunicação diário, cotidiano. Eu quero dizer que, num futuro não muito distante, nós vamos nos relacionar mais com máquinas do que com pessoas, digamos assim. Embora eu diga o seguinte: as máquinas não são seres alienígenas, as máquinas não são, por exemplo... Essa dicotomia entre máquinas, humanos de um lado e máquinas de outro, é uma dicotomia falsa. Não existe nada mais humano do que a máquina. O problema é o tipo de humanidade que está dentro dessa máquina, esse é o problema. Então, você tem que pensar que tipo de humanidade está aqui, que tipo de relação essa máquina trava comigo.

Então, a tendência é que todos os dias nós tenhamos relações com máquinas. Isso parece uma coisa futurista? Não é. Estamos agora num processo histórico de formação desses projetos, porque esses projetos de inteligência artificial, e eu penso em IA como mídia, esses projetos estão se formando agora porque estão sendo alimentados por dados. Daqui a alguns anos, nós vamos ter uma série de inovações tecnológicas digitais que vão mudar a forma como nós lidamos com a vida, com o mundo e com a realidade porque, sobretudo, os artefatos midiáticos são artefatos culturais, os artefatos tecnológicos são artefatos culturais. O celular não é apenas um aparelho celular, ele é um artefato cultural. Eu me adapto a ele, certo? E ele se adapta a mim e faz parte da cultura. Eu lembro que antigamente, quando eu era jovem, não que eu seja muito velho ainda agora, neste momento, mas a gente marcava um *show,* o pessoal, a gente avisava antes pelo telefone ou combinava antes na faculdade onde a gente iria se encontrar no *show*, tinha que definir muito bem antes, tinha que falar assim: a gente vai se encontrar no horário tal, no lado esquerdo do *show*, do palco. Esse era o combinado, não tinha como, no meio do caminho, mudar o roteiro. Hoje, com o celular, nós nos adaptamos, ninguém marca nada de forma antecipada. No meio do caminho, as pessoas vão se comunicando. Se acabar a bateria, não existe mais relação cultural. Acabou. Você não encontra mais ninguém. Então, se nós ligarmos o celular, as pessoas simplesmente não sabem nem se comunicar. Por quê? Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorporamos o celular como objeto cultural, e esse objeto cultural molda a forma como nós vivemos a vida.

Eu quero dizer que... Então, isso envolve... Então, hoje, quando se fala de letramento midiático, educação midiática, você pensa em educação midiática e digital, e pensarmos que esses meios, aparentemente... Por exemplo, robôs sociais são formas de comunicação e nós vamos lidar com isso diariamente, num futuro não muito distante. O ChatGPT é um bom exemplo disso. Ele começou agora, mas isso é só a pré-história disso. Nos próximos anos, vamos ter uma série de inovações. Já tem em alguns países, por exemplo, robôs sociais, as pessoas se relacionando com robôs. E, cada vez mais, a tendência é nós termos esses meios sendo massificados, sendo...

Isso aí é uma coisa gradativa, não é uma coisa que vá chegar um robô e a gente vá começar agora a interagir com o robô. Isso quer dizer que nós vamos aos poucos nos adaptando a isso. Por exemplo, essa geração já usa o ChatGPT para tudo, a próxima geração vai usar outras ferramentas e nós vamos naturalizar isso. Então, nós precisamos estar preparados para lidar com isso.

Por exemplo, você precisar usar uma ferramenta como ChatGPT, IA generativa, ela é uma ferramenta midiática, e nós precisamos ter ética para usar essa ferramenta. Nós não podemos usar essa ferramenta de forma solta e sem princípios, e isso se faz na formação, lá na escola, lá atrás. Nós precisamos entender de ética desse uso, de como isso é importante para uma série de eventos, uma série de questões.

Então, hoje, diversas organizações falam da importância de nós termos um panorama mais amplo de pensar essa comunicação digital e midiática...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIVALDO PEREIRA – Opa, vou finalizar já.

E não basta apenas saber lidar com ferramentas. Então, é importante não confundir. Por exemplo, saber usar bem a ferramenta não é letramento midiática, não é educação midiática digital, é saber lidar bem com a ferramenta e entender por que, como ela funciona, entender quais os efeitos dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, alguns elementos que a Unesco e outras organizações colocam. Você tem que ter a habilidade, primeiro, de informar, saber informar e receber informação. Isso é importante, porque senão nós vamos viver num mundo que é falso. Isso vai criar uma realidade falsa na cabeça com informações... com desinformação, com *fake news*. Nós precisamos distinguir o que chega, porque nós vamos receber uma série de informações e nós precisamos saber filtrar essa informação – isso, isso e isso. E para ter esse filtro, há um treinamento cultural que precisa ser feito desde a escola.

Segundo, é saber se comunicar. Então, existe uma questão importante quando se fala de digital, que é a questão da escala. Tudo que você faz tem um grande impacto e 1% de algo que venha do Facebook ou do Instagram tem impacto gigantesco. Então, nós precisamos, por exemplo, lidar, saber que o ato de comunicar *online* tem grande impacto. Então, você tem que pensar mil vezes antes de colocar, postar, compartilhar alguma coisa, porque aquilo tem um impacto potencial gigantesco. Embora você ache que aquilo não vai ter nenhum impacto, aquilo pode potencialmente impactar e pode, inclusive, tirar vidas. Uma desinformação mal colocada pode impactar e pode tirar vidas, como tem vários exemplos disso, no mundo hoje.

Segundo, colaborar. Como nós podemos usar as ferramentas para colaborar e criar coisas interessantes, criativas, em conjunto? Então, o interessante das ferramentas digitais é que nós nos comunicamos, nos conectamos, e essa conexão não pode ter uma função de gerar coisas ruins, ela tem que ter uma função de gerar coisas boas. Como eu posso me conectar e gerar coisas boas? Então, essa habilidade a gente não pode perder.

Quarto, de criar, de ser criativo. Para ser criativo, nós precisamos lidar com as ferramentas, saber usar as ferramentas. Então, eu acho inconcebível nós não termos, por exemplo, programação nas escolas. Não que você tenha que programar, fazer programação de computador, mas você tem que entender como aquilo funciona. Você tem que entender a estrutura daquilo, porque isso vai estar o tempo todo, esse algoritmo vai estar o tempo todo intermediando nossas relações; então, é importante entender como isso funciona.

Já para finalizar: proteger. Nós precisamos entender como nos proteger desse mundo. É um mundo muito aberto, é um mundo cheio de armadilhas. Então, como nós vamos nos proteger e proteger os nossos companheiros, que estão ao nosso lado, em relação a isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tanto proteger em termos de ataques cibernéticos, mas também proteger em relação a diversos tipos de ataques, diversos tipos de problemas que isso gera.

E, por fim: resolver. Nós temos que ter essa habilidade de usar ferramentas para resolver questões, ter essa capacidade de resolver coisas com essas ferramentas.

Só para finalizar, nós temos que pensar, então, hoje em educação midiática e digital nesse quadro mais amplo, para resolver os problemas que já existiam antes em termos da mídia tradicional e os problemas que estão agora e que virão com o avanço de IA nos próximos anos. É uma questão importante. Isso impacta muito a forma como nós vamos avançar enquanto país, enquanto cidadania nos próximos anos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sivaldo Pereira, Professor de Comunicação da Universidade de Brasília. Parabéns também pela sua exposição.

Os painelistas são bons, e, de contatos ali pela Rádio Senado e pela TV Senado, já tem três folhas de perguntas aqui, viu? Sinal de que vocês todos serão questionados. Há ainda os nossos 27 convidados no plenário.

Patricia Blanco, Presidente-Executiva do Instituto Palavra Aberta.

A SRA. PATRICIA BLANCO (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia, gente. Que alegria estar aqui. Olha só! Temos uma sala tão cheia, não é, Senador? Isso é tão difícil. Às vezes a gente vê as audiências públicas sem quase nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Não é todo dia que tem esse público todo.

A SRA. PATRICIA BLANCO – É uma alegria estar aqui. Queria agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite.

Queria cumprimentar os Presidentes: a Priscila, Presidente da Comissão, representando os Jovens Senadores, e o Leandro também por estarem aqui. Gostei muito da fala de vocês. E acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que essa temática da educação midiática, junto com o público de Jovens Senadores, jovens que estão se formando para se tornarem protagonistas do mundo, da política, da sociedade, é extremamente importante, porque a educação midiática é justamente isto: é uma necessidade fundamental para os dias atuais, para que a gente reforce os nossos direitos – direitos fundamentais da liberdade de expressão; direito fundamental do livre acesso à informação; direito de nós nos comunicarmos, de nos tornarmos protagonistas mesmo dos nossos tempos a partir de ferramentas que trazem grandes oportunidades, riscos, mas também muitas oportunidades. Eu acho que a gente tem que analisar esses dois lados da moeda.

Eu trouxe uma apresentação – eu não sei se já está pronta para passar –, muito rapidamente, mas para contar um pouco o que a gente tem feito e também conceituar um pouquinho a educação midiática. Acho que todos que me antecederam já foram brilhantes em falar sobre a necessidade e a importância da educação midiática para o momento atual.

Tem um passador ou você passa para mim? (*Pausa.*)

Está bom.

Pode passar a próxima.

O Palavra Aberta é uma entidade sem fins lucrativos que foi criada em 2010, já há quase 15 anos, com o objetivo de promover e defender a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, esse direito ao acesso à informação, combater a violência contra jornalistas e comunicadores, não é, Senador? A gente tem visto um crescimento do ataque e da violência contra os jornalistas e comunicadores, principalmente pelo fato de as pessoas não entenderem o papel dos jornalistas como fundamental para o exercício da democracia. Então, a gente tem trabalhado muito fortemente nisso.

Mais recentemente, a gente lançou o programa EducaMídia, que é um programa de formação de professores em educação midiática. A gente desenvolve formação, uma formação gratuita, *online*, que está inclusive aberta para quem quiser participar. A próxima turma começa agora em setembro, as inscrições estão abertas. A gente tem diversos materiais que oferecemos para os professores, mas também para os jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos também um programa voltado para o público 60+, que é o EducaMídia 60+, projetos de *advocacy* e o #FakeToFora, que é essa cartilha, esse material aqui que eu distribuí para vocês, que eu vou explicar um pouquinho mais adiante.

Por favor.

Bom, muito aqui já foi falado sobre a importância da educação midiática hoje em face a essa nova realidade. A gente sai de uma realidade de escassez, ou de poucas vozes, ou de poucas pessoas comunicando, tendo canais de comunicação, para uma era de uma abundância total e irrestrita, em que todos nós passamos de simples consumidores de informação para produtores de conteúdo. A partir disso aqui, de um dispositivo móvel na palma da mão, produzimos conteúdos e disseminamos em larga escala, com um grande potencial de mudança, de agregar, de trazer, de mudar realidades, por exemplo, do nosso entorno, mas também com um grande potencial de risco, de dano ao outro.

A gente está vivenciando hoje na Inglaterra – não sei se vocês viram – o caso de um jovem que foi acusado de violência contra um menor por uma questão de xenofobia, de intolerância aos imigrantes, foi vítima de uma notícia fraudulenta e está sendo perseguido. Então, a gente viu isso acontecer de diversas formas.

Pode passar, por favor.

Então, nesse contexto de hiperabundância informacional, a gente tem que lidar hoje com novos formatos, novos desafios, essa convergência do consumidor produtor. A gente tinha... E aqui os professores podem falar com muito mais competência sobre a questão da forma como a gente lia os veículos de comunicação. Era uma leitura, muitas vezes, horizontal. A gente abria o jornal, a gente folheava a revista, a gente assistia ao veículo de comunicação – o telejornal, por exemplo –, sabendo que ia ter o *break* comercial. Então, a gente já tinha uma complexidade de entendimento, de fazer uma análise crítica sobre aquela edição, mas hoje a gente tem uma camada ou diversas camadas adicionais que fazem com que isso se torne ainda mais complexo, porque, numa *timeline* de uma rede social ou de um telefone móvel, de um *smartphone*, a gente faz a rolagem, é o tal do arrasta para cima, não é, gente? Todo mundo aqui arrasta para cima; não gostou do conteúdo, arrasta para cima. E o que acontece? Está tudo misturado. Então, tem a informação jornalística, tem o *post* do meu colega, tem o influenciador que está tentando me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vender alguma ideia, algum produto, está tudo ali junto e misturado, fazendo com que se torne ainda mais complexa essa leitura crítica da informação.

Aqui já foi colocada também essa pesquisa que foi divulgada, em 2021, pela OCDE, mostrando que os nativos digitais têm uma dificuldade de diferenciar e de entender o que é fato, o que é uma informação factual de uma opinião, porque opinião todo mundo tem. Pode ser boa, pode ser ruim, pode ser falsa, pode ser verdadeira, pode ser criada em cima de falsas premissas, mas é uma opinião, uma opinião pessoal. Então, a gente tem que saber diferenciar isso: o fato, o que aconteceu de fato, mesmo que tenha visões diferentes sobre aquele fato, é diferente do que é uma opinião de alguém, que está embasado na sua livre expressão de colocar aquela opinião.

Aqui é a pesquisa TIC, que também já foi mencionada: 93% dos brasileiros de 9 a 17 anos são usuários, já estão na internet. E aí há aquele conceito: de 1995 para cá, nativos digitais. Todos aqui, vocês todos, nasceram já com esse dispositivo móvel na mão, já sabendo mexer nessa tecnologia, mas com uma camada que a gente não percebe de uma certa inocência, no sentido de entender esse mundo que é oferecido para a gente. É aquilo que o Professor colocou sobre saber o que é, saber o que os algoritmos estão nos oferecendo, saber o que está por trás dessa tecnologia. Então, há a necessidade de a gente olhar com um outro olhar para esse público, que, embora saiba mexer nos dispositivos, precisa ser educado midiaticamente para saber diferenciar esses conteúdos e utilizar bem a tecnologia que está aí, toda essa parte digital e midiática que está ofertada.

Então, o que é a educação midiática? É esse conjunto de habilidades para que o cidadão possa saber acessar, saber diferenciar conteúdos, saber fazer uma análise crítica de toda e qualquer informação que chega até ele, independentemente do meio, esteja ela na internet, num *site*, numa mensagem de WhatsApp ou até mesmo numa embalagem de um produto. A gente precisa entender o que é um discurso publicitário, o que é um discurso propagandístico, o que aquela embalagem de um produto quer nos ofertar. Então, a gente precisa entender e ler este mundo de forma adequada.

Mas a educação midiática vai além. Ela vai também nessa questão do que a gente fala da autoexpressão. A partir do momento que eu sei ler criticamente a informação, que eu sei usar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ferramentas disponíveis para promover a minha autoexpressão, eu começo a participar mais ativamente do ambiente digital, do ambiente democrático, fazendo aquilo que a gente precisa, que é um direito fundamental da livre expressão.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PATRICIA BLANCO – Então, aqui, a gente resumiu, lá no EducaMídia, no Palavra Aberta, a educação midiática nessa que a gente chama de mandala da educação midiática, que são esses três eixos: o eixo da leitura crítica, o eixo da escrita e o eixo da participação cidadã – que é aonde a gente quer chegar, é onde vocês que estão aqui, Jovens Senadores, querem também atuar: na promoção da participação cidadã, da participação cívica, de forma ética, de forma responsável, de forma a aproveitar todas as oportunidades que esse ambiente nos oferece, para que a gente possa, de fato, fazer a diferença, mudar nosso entorno, mudar a nossa sociedade.

Por favor.

E aqui: ser educado midiaticamente, então, tem toda essa questão de aprender a ler, filtrar, dar sentido a esse enorme fluxo de informação; desenvolver nossa voz; e participar da sociedade democrática. Mas também é ser responsável. Acho que muito foi colocado aqui da nossa responsabilidade, agora que somos também produtores e disseminadores de conteúdo.

Somos todos responsáveis, precisamos olhar o que a gente está mandando para frente, o que a gente está engajando, onde a gente está curtindo, onde a gente está dando o nosso *like*, onde a gente está colocando o nosso engajamento para perpetuar preconceitos ou não, ou brecar ou frear preconceitos, para disseminar conteúdos que sejam positivos *versus* aqueles conteúdos intolerantes. Por que a gente ainda engaja com conteúdo violento? A gente pode brecar isso. Então, a gente precisa ter essa percepção justamente para que a gente atue de forma responsável nesse ambiente midiático.

Por favor, pode passar.

E aqui é o impacto – estou só finalizando, Senador, muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Você ainda tem quatro minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRICIA BLANCO – Então está bom. Ótimo.

Aqui é o impacto da educação midiática, na forma como a gente coloca sobre a importância de a gente tratar desse tema na equidade do acesso à informação. A gente olha muito a questão do acesso. "Ah, precisamos aumentar o acesso à tecnologia." Precisamos. É o primeiro fator, mas tem uma camada seguinte, que é a camada do que vem depois do acesso, o que a gente vai fazer com esse acesso. Então, a gente precisa melhorar a educação midiática, justamente para dar uma equidade maior nesse acesso à informação e aí fazer ter mais igualdade social também.

Justiça social, inclusão e cidadania. Para mim, esse ponto da inclusão digital e da cidadania é um dos pontos principais da educação midiática, que é justamente o que vem depois do acesso, é justamente dar essa noção de uso fortalecedor dos meios de comunicação, sejam eles digitais ou não. Então é importante a gente olhar isso. E, já pensando e trazendo aqui um ponto que eu queria contar para vocês, que é voltado justamente ao jovem eleitor, nós lançamos – pode passar, por favor –, em 2022, esse programa, que é o #FakeToFora, quem vota se informa, que tem como objetivo chamar os jovens, principalmente do ensino médio, para atuarem junto conosco na difusão de conteúdos positivos, em tentar brecar, frear a desinformação no período eleitoral. Então, o #FakeToFora foi lançado em 2022, nas eleições, e continua. A gente tem diversos módulos, e eu convido a todos a acessarem. Esses adesivos aqui, Senadora, a gente fez porque a gente promove oficinas e clubes de checagem, incentiva para que haja clubes de checagem nas escolas de ensino médio. Então, eu gostaria de convidar, inclusive os professores que estão aqui também, a entrarem, a acessarem essa página. Nós temos diversos conteúdos.

Por favor.

São trilhas não só de educação midiática, mas também de educação para a democracia.

Por favor, o próximo, que é só para contar quais são os conteúdos. Então, a gente tem o que é democracia, a Constituição, os Três Poderes e até o mais recente, que é IA nas eleições, já voltado para esse novo desafio da inclusão das ferramentas de inteligência artificial para tentar manipular a nossa opinião. E um convite para que as escolas, os jovens criem coletivos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

checagem, para que esse jovem se torne também um embaixador, um protagonista do seu entorno, ajudando a frear a desinformação.

Então, nós temos também, inclusive, esse ano, uma novidade – pode passar, por favor –, que foi o lançamento...

Pode passar o próximo.

Aqui é só um plano de aula, como que ele está mostrado, o clube de checagem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PATRICIA BLANCO – Pode ir para a última, por favor.

É o lançamento do... A gente lançou um prêmio, e estão abertas as inscrições para o prêmio. Nós vamos premiar escolas que tenham criado clubes de checagem voltados para combater a desinformação no período eleitoral deste ano.

Então, agradeço e queria também, Senador, deixar com o senhor um guia, um material que a gente desenvolveu, que é o Guia da Educação Midiática; e este material aqui, que é o Guia do Gestor, que auxilia o professor a como implantar a educação midiática na sala de aula, não só em Língua Portuguesa, mas em todas as disciplinas, não é, Professora? A educação midiática vem para suprir essa questão do entendimento do mundo na atualidade.

Agradeço e fico à disposição para perguntas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esta foi a Presidenta-Executiva do Instituto Palavra Aberta, Dra. Patricia Blanco, que nos deixou aqui, inclusive, uma série de materiais que com certeza vão contribuir muito. A Comissão já agradece e quer ver se tem mais para dar para os alunos, para eles levarem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela vai assegurar também para vocês. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato – eu estou sendo rápido aqui para que todos possam falar, depois os estudantes, e temos as perguntas ainda, não é? –, Ester Monteiro, Chefe de Serviço do Senado Federal – Senado Verifica.

A SRA. ESTER MONTEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas, aos Jovens Senadores, às Jovens Senadoras, aos professores, às professoras, esses guerreiros e guerreiras diários que "enfrentam o touro a unha" todo dia.

Senador Paulo Paim, dos Jovens Senadores estão ajudando a presidir esta reunião, queria saber como vocês estão. Estão todos animados? Já é o quarto dia de Jovem Senador, é de manhã, muita atividade... Como é que vocês estão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os que estão animados batam palmas – já que não podem falar agora. Vamos ver! Eu também estou animado! (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. ESTER MONTEIRO – Que coisa boa! Esse é um ambiente muito bom.

Eu não poderia começar essa minha apresentação sem antes parabenizar os Jovens Senadores. Eu fiquei surpreendida positivamente porque, das 27 redações vencedoras que trouxeram vocês para esta semana de vivência aqui no Senado, dez citaram o combate às *fake news* e às notícias falsas como um desafio a ser enfrentado pelo Senado Federal nos seus próximos 200 anos, porque esta edição, não sei se todo mundo sabe, tem como tema os 200 anos do Senado Federal, que nós estamos comemorando este ano.

Então, eu tenho uma apresentação. Vou tentar ser bem rápida, o assunto é sempre bem extenso. Graças a Deus, esse desafio que me foi colocado trouxe companheiros à mesa de uma mesa qualificadíssima – não preciso falar mais nada, não é, gente? Todo mundo já falou muito bem aqui. Mas eu vou me ater ao desafio que nos foi colocado em 2020 pela Mesa Diretora do Senado para que a Secretaria de Comunicação desenvolvesse uma ação de combate a *fake news*, num momento em que já se registravam os prejuízos que essa forma de propagar a informação causava para a democracia, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

E nós recebemos esse desafio num momento bastante atípico, todo mundo lembra. Em 2020, estávamos todos em casa, a pandemia de covid-19 nos levou para uma outra realidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabamos desenvolvendo esse projeto o tempo todo na modalidade remota, em casa, mas num processo bem interessante e muito rico, porque integrou todos os setores da Secretaria de Comunicação, não só esse serviço que hoje existe, mas todos os veículos de comunicação, TV, rádio, núcleo de mídias sociais, núcleo de engenharia da comunicação, porque a gente teve um apoio muito grande do pessoal que cuida da tecnologia de informação especificamente para a Secretaria de Comunicação, e foi um desafio muito bacana.

Pode passar, por favor.

Reforçando a preocupação e o alerta que vocês nas redações colocaram para a gente, a gente tem uma pesquisa do Instituto DataSenado sobre opiniões a respeito de democracia, sociedade e prioridade do cidadão em um contexto pós-eleitoral que registra que pelo menos 76% dos entrevistados afirmam que foram expostos a informações falsas sobre política no segundo semestre de 2022, que foi ano de eleição; 89% dos entrevistados disseram ter tido contato com notícias falsas sobre política, que acreditavam ser falsas; 67% dos usuários de WhatsApp e Telegram entendem que tiveram acesso a algum tipo de conteúdo desinformativo; e, entre os usuários do Facebook, Instagram e YouTube, o percentual é de 83%.

Pode passar.

Quando a gente começou a discutir esse projeto – e eu gostaria de trazer essa reflexão para vocês –, a gente tinha uma preocupação muito grande de entender do que a gente estava falando. O que é *fake news*? O que é notícia falsa? O que é desinformação? O que é tudo isso? Se a gente procurar o básico, o Dicionário Aurélio diz para a gente que é a ação ou o efeito de desinformar, informação inverídica ou errada que é divulgada com o objetivo de induzir a erro. Essa definição já traz, já dá uma abrangência maior ao que é esse fenômeno, não é?

A UNESCO, em 2018, destacou que o termo é usado para se referir a tentativas deliberadas, frequentemente orquestradas para confundir ou manipular pessoas por meio de transmissão de informações desonestas. Logo no início, o Senador Paim chamou a atenção para os dados que mostram um número muito grande de jovens que não têm liberdade de pensamento na verdade. Na medida em que a gente tem informações sendo manipuladas e a forma como são propagadas influenciando o pensamento dos jovens, a gente não tem um ambiente livre para poder pensar, criticar e tomar decisões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Senado, preferencialmente, no lugar de *fake news*, que na tradução livre do inglês é notícia falsa, a gente usa a palavra desinformação para evidenciar a propagação de informação inverídica ou imprecisa em qualquer meio de comunicação, principalmente nas redes sociais e digitais, com intenção de manipular, confundir, influenciar a opinião e a tomada de decisão do cidadão a respeito de fato, ideia, pessoa ou instituição.

Pode passar.

Então, o meu objetivo aqui é mostrar para vocês como o Senado debate ou combate a desinformação. É uma ação que vai além da ação legislativa com os nossos Senadores, representantes dos estados, apresentando, discutindo e votando propostas legislativas como esses dois projetos que estão citados ali, o PL 2.630, de 2020, que é chamado de Lei das Fake News, que já está na Câmara dos Deputados, e o PL 2.338, de 2023, que regula a inteligência artificial. São algumas das proposições, mas tem muitas outras. E esse é o trabalho do Senado na ação legislativa. E a gente se preocupa em ir além disso, numa ação institucional do Senado para que a gente contribua efetivamente para o combate à desinformação.

Evidentemente, a gente tem veículos de comunicação que foram criados justamente para mostrar para a população o que acontece dentro do Senado de uma forma bastante ampla, muito clara, isenta, para que a população possa se posicionar sobre o que é discutido aqui. A partir disso, a população pode, então, compreender esse trabalho. E vocês têm tido essa oportunidade aqui nesta semana de vivência. E a gente desenvolve várias campanhas de orientação. Veio, então, a criação do serviço em 2020. A publicação de conteúdos jornalísticos e institucionais sobre o tema é uma preocupação, e o Senado é um parceiro da Justiça Eleitoral no combate à desinformação no ambiente eleitoral.

Pode passar.

A gente fica com pouco tempo para falar, não é? Daqui a pouco, toca a campainha. (*Risos.*)

Eu queria destacar... É importante a gente colocar que o Senado Verifica é uma ação institucional do Senado de combate à desinformação e é voltado para as questões que envolvem o Senado Federal de fato. A gente atua em parceria com a Ouvidoria do Senado e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma integrada à produção de conteúdo de todos os veículos de comunicação. A gente trabalha com a TV, com a rádio, com as mídias sociais, trabalha com a Secretaria de Relações Públicas, coordenadora do programa Jovem Senador, motivo pelo qual nós estamos aqui. E o Senado Verifica foi formalizado na estrutura do Senado em dezembro do ano passado, possibilitando ampliar essas ações de combate. E, mais do que isso, é um compromisso institucional...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ESTER MONTEIRO – ... da Casa com o combate à informação. Ele é uma das diretrizes da Secretaria de Comunicação, está enumerado no Manual de Comunicação, para que a gente desenvolva conteúdos jornalísticos e institucionais específicos para o combate à desinformação.

Pode passar.

O Senado Verifica funciona através de canais de interação em que o cidadão pode enviar solicitações para que a gente verifique se a informação que está circulando sobre o Senado Federal é verdadeira ou não e para orientar o cidadão sobre o que é verdade e sobre como ele pode obter informação sobre aquele assunto. Na página do Senado Verifica – eu convido vocês a depois visitarem a nossa página –, tem toda a informação, a política de uso, como funciona.

Pode passar. (*Pausa.*)

Eu vou acelerar por causa do tempo. Também pode passar.

Aqui também a gente tem uma preocupação muito grande em definir o que pode ser checado e o que não é checado no Senado. Então, a gente checa informações e conteúdos relacionados a proposições, a atividades legislativas, à estrutura e administração do Senado, às atividades legislativas dos Senadores no desempenho das suas funções regimentais. A gente teve preocupação com isso para evitar mal-entendido com relação à ação do Parlamentar na sua prática política da ação do Parlamentar no exercício do mandato, que são diferentes.

E a gente não faz checagem de mensagem que tenha expressão ofensiva, que ameace membros do Senado, servidores do Senado e que sejam anônimas. Todas as solicitações têm que ser identificadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

A gente tem... Essa é uma característica de *fake news*, que é a recorrência e a reinvenção da *fake news*, ela sempre volta. Então, nós temos alguns exemplos de *fake news* sobre o Senado que são recorrentes. A principal delas é a que envolve o Projeto de Lei 5.100, que é um projeto que fala sobre níveis de som nas instituições religiosas, mas que a rede social resolveu chamar de Lei de Proteção Doméstica e dizer que proíbe culto ao ar livre, que proíbe uma série de coisas voltadas para práticas religiosas, e não tem verdade nisso. Depois vocês vão ver até... É interessante, porque se vê como a *fake news* se comporta.

A outra *fake news* é sobre o voto auditável, que vai e volta. Este ano a gente já começou a receber solicitações sobre isso, e a tendência é que agora, com o processo eleitoral, aumente o número de solicitações sobre isso. A outra é sobre a aposentadoria do Senador após 180 dias no cargo, o que não é verdade.

Pode passar. (*Pausa.*)

Pode ir, pode passar.

Esta é uma clássica: "TV Senado mandou tirar do ar". Isso é muito comum. Há muitos anos que, vira e mexe... Vocês já devem ter recebido no celular, no WhatsApp, uma mensagem dizendo que a TV Senado exibiu um vídeo e mandaram tirar. Aí diz que o Congresso mandou tirar, que o Governo mandou tirar, e isso não funciona assim. Há uma matéria publicada no nosso *site* que explica que não acontece desse jeito. E, nos últimos dias, a gente tem recebido muita solicitação sobre a instituição de um décimo quarto salário para aposentados e pensionistas. É uma proposta em discussão no Congresso Nacional, mas eles estão sempre dizendo que é uma coisa que já foi aprovada e eles usam isso para aplicar golpes contra aposentados e pensionistas.

Somando todas as matérias já publicadas no Senado Verifica – o nosso *site* tem um espaço que publica matérias de checagem –, hoje a gente já tem mais de 1 milhão de visualizações – somando todas as matérias e, inclusive, somando as matérias do Senado Notícias também, porque a gente trabalha de forma integrada com o portal de notícias do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, uma checagem publicada no *site* do Senado Verifica é publicada também no Senado Notícias. E mais de 1,2 mil pessoas já enviaram solicitações para a gente.

Para concluir, eu queria mostrar o próximo eslaide, porque aqui a gente tem o comportamento dessa principal *fake news* envolvendo o Senado, é falso que o Senado analisa projeto que prevê prisão por pregar em horas impróprias. O Google Analytics fez uma mudança, e aí a gente não tem o registro desde a publicação da matéria, que foi em 4 de março.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ESTER MONTEIRO – Naquele momento, a gente tinha um pico de visualizações, depois isso cai. É natural que toda publicação de notícia diária e de tempo real tenha um pico e depois caia.

Aqui vocês veem que essa *fake news* tem leitura constante. Isso significa que as pessoas buscam, principalmente nos *sites* de busca, informação sobre esse assunto. E eles encontram lá no *site* do Senado Verifica – daí a importância de a gente ter esse *site* – uma informação com fonte fidedigna, com fonte de confiança, para se informar sobre aquele assunto. Essa publicação já soma mais de 200 mil acessos, e vocês vão ver que a gente tem um pico ali em junho de 2024, também em agosto. Lá em agosto de 2023 a gente já tinha tido, e essa matéria foi publicada em 2022. Significa que as pessoas estão procurando a informação, a *fake news* está se propagando.

Eu gostaria de encerrar voltando a falar das redações de vocês. No momento em que vocês estão preocupados, estão manifestando a preocupação de vocês com o combate à *fake news*, eu vou fazer coro à Patricia Blanco, quando o Palavra Aberta propõe ali a criação de clubes de checagem. Eu achei a ideia muito interessante. Eu lanço o desafio para vocês para que vocês reflitam sobre o papel que vocês têm a exercer na comunidade em que vocês estão inseridos. Hoje, com a vivência que vocês estão tendo aqui, quando vocês voltam para os estados, vocês se tornam referência na comunidade de vocês. É responsabilidade? É. Como é que vocês podem contribuir, partindo da comunidade de vocês, para a mudança desse cenário que a gente tem? Todos os que falaram aqui deram vários instrumentos, ferramentas e informações para que vocês possam fazer essa reflexão e, nas suas comunidades, adotar ações que possam mudar essa realidade. Fernando falou sobre isso, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ESTER MONTEIRO – Leandro. Ele falou justamente de aqui, a partir desse trabalho, vocês poderem mudar as realidades de vocês nos estados.

Eu agradeço a todos e peço desculpas pela demora. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ficou nos 15 minutinhos. Parabéns, Dra. Ester Monteiro, Chefe de Serviço do Senado Federal – Senado Verifica. Bela exposição, como as outras convidadas e convidados.

Vamos de imediato agora para a Coordenadora-Geral de Educação Midiática da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Por favor, Coordenadora Mariana de Almeida Filizola.

A SRA. MARIANA DE ALMEIDA FILIZOLA (Para expor.) – É grande, não é, o nome? (*Risos.*)

Bom dia, gente, tudo bem? Vocês estão bem?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MARIANA DE ALMEIDA FILIZOLA – Ah, beleza.

Queria começar aqui saudando os Presidentes da mesa, o Senador Paulo Paim, a Jovem Senadora Priscila, o Leandro também, os outros membros aqui e vocês.

Quero dizer o quanto a gente fica feliz que este tema esteja sendo pautado aqui hoje, Senador, em nome do Secretário João Brant, que é o nosso Secretário de Políticas Digitais. Todo mundo deve estar dizendo para vocês esses dias que é uma oportunidade única vocês estarem aqui representando o estado de vocês, e é mesmo, mas eu queria dizer que para a gente também é uma oportunidade única poder escutar vocês e o que vocês vão propor, porque não tem nada mais importante do que ouvir quem está no dia a dia e quem está com a cabeça fresca, para ajudar a gente a desenvolver políticas públicas. Eu, por exemplo, quando estava no ensino médio não fazia nem ideia de como esse processo acontecia. Então, eu acho que vocês estão em um lugar aí de oportunidades enormes nesse sentido.

A gente tem uma apresentaçãozinha. Consegue colocar aí na tela, por favor? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. Pode pôr no modo apresentação aí, que ela fica grande.

Enquanto colocam ali, vocês tiveram a oportunidade aqui, hoje, de escutar um pouquinho sobre educação midiática de vários setores – então, da academia, do Legislativo, aqui no Senado, da sociedade civil, com a Patricia –, e agora eu vou falar para vocês um pouquinho da perspectiva do que a gente está fazendo no Executivo, no Governo Federal.

Essa é a primeira vez que o Governo Federal tem um departamento pensado, estruturado para desenvolver políticas públicas pensando no ambiente digital, especificamente um departamento para pensar educação midiática. Então isso mostra a importância que esse tema tem dentro do Governo Federal, pensando que não dá mais para a gente não ter políticas públicas para o Brasil inteiro nessa área.

Pode passar.

Então aqui, para vocês verem um pouquinho da nossa estrutura, dentro da Secretaria de Comunicação da Presidência, a gente fica na Secretaria de Políticas Digitais, que é especificamente desenvolvida, foi pensada para pensar nessas políticas. São dois departamentos: um que trabalha com a promoção da liberdade de expressão; e o outro, com direitos na rede de educação mediática, que é onde eu estou atuando.

E aí de onde a gente parte para pensar nessas políticas em todas essas áreas? Do conceito de integridade da informação. Não sei se é algo que vocês já ouviram falar, mas provavelmente vão daqui para a frente, ainda mais quem se interessa no tema do digital. É um conceito adotado internacionalmente por várias organizações e vários países e que reconhece que todo mundo tem o direito ao acesso a informações precisas, consistentes e confiáveis. Isso significa que a gente precisa trabalhar em várias frentes para promover o acesso a essa informação. Então uma delas é a regulação de mercado de serviços digitais – a gente tem em discussão PL sobre isso aqui no Brasil –; a educação midiática; o fortalecimento e a sustentabilidade do jornalismo de interesse público – então pensar como que o conteúdo de qualidade precisa ser promovido –; e o estímulo ao pluralismo e à diversidade na comunicação.

Então, dentro dessas quatro frentes, do que a gente está falando quando a gente fala em educação midiática? Qual é a visão que a gente tem? Vocês já tiveram uma visão aqui ampla,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então não vou me aprofundar muito, mas, de forma bem resumidinha, é pensar no desenvolvimento das habilidades para lidar com um conjunto de informações, comportamentos e práticas nesse meio digital de forma crítica. Então, quando a gente pensa nisso na escola, é a gente entender o ambiente digital tanto como um meio quanto como um objeto de aprendizagem. Então não necessariamente você ter uma matéria específica para estudar isso, mas ver isso em diversos componentes, como Geografia, Matemática, além de Língua Portuguesa, etc.

Então, aqui tem uma imagenzinha em que a gente consegue ver quais são todos os temas que a gente tangencia dentro do Governo quando a gente está pensando nessas políticas públicas para educação midiática – até a Patricia falou mais cedo de tudo que está relacionado –, que são: questão da cultura digital, você desenvolver um pensamento crítico; participação social; comunicação; competências digitais; uso de dispositivos digitais com intencionalidade pedagógica, então você fazer um uso disso na escola com um objetivo pedagógico por trás. Tudo isso está relacionado ao que a gente está desenvolvendo nessa área.

E aí alguns exemplos. Como isso pode ser na prática? Que projetos são esses nas escolas? A gente tem aí três exemplos bem interessantes que mostram como isso não precisa ficar só dentro da parte de linguagens, por exemplo: a gente tem aí uma iniciativa aqui em Sobradinho superinteressante do Coletivo Power Pontes, que trabalha com a inclusão sociodigital a partir da perspectiva da educação midiática; tem também o Cinemação, que é em Trairi, no Ceará, que é uma atividade que trabalha, a partir de tecnologias digitais, as problemáticas sociais por meio do cinema, então também é uma interface da educação mediática; e tem o Observatório de Notícias em Aracaju, no Sergipe, que é uma iniciativa superlegal em que os alunos também atuam como checadores, a exemplo também do que mais cedo a Ester estava falando da importância desses clubes de checagem também que o EducaMídia tem incentivado.

E aí, batendo de novo na tecla de por que a gente precisa de educação midiática – acho que algumas pessoas já citaram o TIC Kids Online, que é uma pesquisa que vale a pena vocês acompanharem –, a gente tem alguns dados que mostram o quanto isso é sério.

Na edição do ano passado, quando alguém perguntava para os estudantes entre 11 e 17 anos na pesquisa se eles sabiam verificar se uma informação na internet estava correta, 58%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diziam: "Sim, eu sei, eu entendo muito como funciona". Mas, ao mesmo tempo, quando alguém perguntava para eles: "Você concorda com que todo mundo encontra a mesma coisa quando pesquisa na internet?", quase 50% diziam que sim. E eu acho e espero que vocês saibam que não, não é? Como os professores falaram mais cedo, existem algoritmos que vão escolher o que eles consideram, pelo algoritmo, o que faz mais sentido mostrar para você enquanto conteúdo. Então, por exemplo, se eu procurar no buscador a palavra "chocolate", o resultado vai ser diferente do que o do Senador, eu imagino, porque a gente tem preferências diferentes, e o algoritmo vai entregar informações distintas. Isso mostra que, apesar de os alunos acharem que sabem, muitas vezes, eles desconhecem alguns princípios muito simples, como o do algoritmo.

Da mesma forma, a questão também afeta os adultos. Uma pesquisa que saiu agora, em junho, da OCDE, com um questionário superinteressante, mostra que 54% dos brasileiros adultos conseguem diferenciar conteúdos falsos dos verdadeiros na internet – um pouquinho mais da metade –, o que mostra que a gente tem quase metade que não consegue. Nesse índice da OCDE, nosso país está em último lugar, e isso mostra que a gente tem muito a avançar também, pensando em educação midiática para os adultos no nosso país.

Eu falei para vocês que é a primeira vez que a gente tem uma Secretaria de Políticas Digitais pensando em educação midiática no Brasil, mas isso não quer dizer que é a primeira vez que esse tema vem sendo discutido. Ele já veio com outros nomes ao longo da história, em outros momentos na legislação brasileira, na própria BNCC, por exemplo, que é a Base Nacional Comum Curricular, que tem as diretrizes de o que a gente vai estudar na escola.

Então, ali, no segundo, que tem a competência geral nº 5 da BNCC, ela já falava que a gente precisava aprender a compreender, utilizar e criar tecnologias de informação de forma crítica e reflexiva; ou seja, educação midiática, não é? Mas qual é a diferença agora? Por que a gente foi criado e o que a gente está fazendo? A gente começou a desenvolver uma estratégia nacional. Então, pela primeira vez, a gente tem uma estratégia brasileira para pensar em educação midiática, e esse processo começou com uma consulta pública no ano passado, que nós abrimos para toda a população e em que a gente teve mais de 400 contribuições. A partir dessa consulta, a gente entendeu o que os professores, o que os estudantes, o que os adultos e os pais acham que o Governo precisa trabalhar nessa área. E aí a gente mapeou esses quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eixos principais dentro da estratégia, que são: a educação básica, a formação de educadores, a questão do uso de telas e a promoção da educação midiática para participação social.

E como a gente começa essa participação social, um desses eixos? A gente realizou, ano passado, a primeira Semana Brasileira de Educação Midiática. Então, foram 24 estados envolvidos. Neste ano, agora que vocês conhecem, eu espero que, na segunda edição, a gente tenha todos os estados envolvidos, porque eu considero vocês, a partir de agora, embaixadores desse tema também. A gente criou um repositório pedagógico gratuito disponível no *site* da Secom. Então, tem vários recursos educativos lá que todo mundo pode usar. E, neste ano, a gente vai ter a segunda semana no final de outubro. Então, desde já faço o convite a vocês para a gente se integrar nisso.

Agora que vocês estão inseridos nesse mundo de pensar políticas públicas e legislação, como a gente começa a consolidar isso de forma formal no Governo?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA DE ALMEIDA FILIZOLA – A gente inseriu educação midiática no Plano Plurianual do Governo Federal. Não sei se vocês já ouviram falar como isso funciona, mas a gente tem uma meta a cumprir agora – a Secom –, até 2027, que é formar 300 mil profissionais de educação e 400 mil profissionais de saúde em educação midiática. Por que de saúde? Entendendo que os agentes de saúde chegam a locais aonde muitas vezes nenhum outro agente chega. Eles têm um papel importante de disseminar informação. O caso da vacinação mostrou para a gente que muitas pessoas não tinham acesso a uma informação concisa e precisa e acreditavam que, por exemplo, poderiam se tornar outra coisa quando tomassem a vacina, e a gente sabe que não é verdade. Então, isso também entrou no nosso planejamento.

E como que a gente está executando essas políticas? Qual está sendo a estratégia da Secom? A gente tem uma parceria com várias organizações – inclusive, Palavra Aberta, não é? Patricia está aqui –, que desenvolvem com a gente vários materiais e diversas políticas também nesse sentido.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem agora uma série de cursos para os professores no Avamec, que é a plataforma gratuita do MEC, para que os professores saibam se aprofundar nesse tema – são cursos desenvolvidos por esses parceiros – e consigam trabalhar isso em sala de aula também.

A gente entrou nas políticas centrais do Ministério da Educação. Aí comeu a letra "d", mas é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que é o programa pelo qual a gente tem editais que vão selecionar os livros que podem ir para as escolas. E aí a gente tem pela primeira vez os editais da educação de jovens e adultos e do ensino médio, então a gente vai ter livros que vão chegar às escolas com essa temática.

No programa Escolas Conectadas, a gente também tem uma participação da Secom no seminário de educação digital e midiática, mostrando que tema é esse, como é que isso pode fazer parte do Escolas Conectadas, que é um programa que trabalha a conectividade das escolas, mas também o uso pedagógico disso.

E, além disso, a gente também está trabalhando em educação midiática e direitos humanos. Então, estamos desenvolvendo um curso de formação pensado especificamente para professores com esse olhar, em parceria com a UnB e com a Universidade Federal de Uberlândia.

A gente também tem uma inserção dentro do Programa Escola em Tempo Integral, que é um programa novo do Governo Federal. Então, tem subsídios para que as escolas possam trabalhar educação midiática no tempo integral também.

Mais recentemente a gente lançou um edital PET voltado para as universidades para incentivar bolsas e pesquisas nessa temática.

Estou tentando passar rápido porque é muita coisa, tá, Senador? (*Risos.*)

Estou trabalhando bastante com vocês.

Ano passado a gente teve aqueles episódios de violência nas escolas, em que certamente vocês foram afetados de alguma forma por essas informações, e a gente criou uma série de conteúdos para os professores e para os educadores, com o apoio desses parceiros, com orientações sobre como lidar com isso em sala de aula – então, como é que você tem essas conversas difíceis dentro do ambiente escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Recentemente, a gente entrou no Programa Mais Ciência na Escola, entendendo que a literacia, que a gente chama literacia científica, também tem tudo a ver com educação digital e midiática, então a gente entender como que a ciência é fonte primária de informações confiáveis também.

O concurso de redação e vídeos da CGU, que foi lançado recentemente. A temática desse ano tem a ver com educação midiática e cidadania digital.

E a gente também trabalha com parceiros internacionais que já têm políticas públicas pensadas em educação midiática há algum tempo. Então, a gente tem uma parceria com a Dinamarca, com a Finlândia e com a União Europeia. A gente também tem trabalhado em cooperação com o Reino Unido, estamos desenvolvendo com eles agora um curso inédito sobre proteção e direitos das meninas *online*, que vai estar disponível para vocês e para os professores de vocês no ano que vem.

A gente tem um projeto de escuta de crianças e adolescentes para desenvolver o guia sobre uso de telas e dispositivos digitais, para entender o que as pessoas acham que é importante a gente desenvolver e pensar quando o assunto é celular na escola, por exemplo.

E, numa cooperação mais recente com a França, há um projeto de formação em educação midiática e ambiental, pensado nos professores da Região Norte, que a gente vai desenvolver aí para a COP do ano que vem.

Pode passar.

Além disso, a gente tem uma cooperação com a UNESCO – obrigada, pode passar –, que trabalha com a gente na Semana de Educação Midiática.

Há um grupo de trabalho para refletir sobre o uso de telas por crianças e adolescentes. Então, a gente vai lançar um guia, a partir desse trabalho, para orientar os pais e os professores em relação a isso.

E há o nosso grande xodozinho, com que eu espero que vocês também se envolvam. A gente está desenvolvendo as primeiras Olimpíadas de Educação Midiática para o Ensino Médio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia e com o MEC. A previsão é que sejam lançadas no ano que vem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA DE ALMEIDA FILIZOLA – E a gente quer que vocês participem, se envolvam com a gente, porque as olimpíadas são sempre um momento superinteressante para a gente trabalhar esses temas e se desafiar a conhecer um pouquinho mais.

Pode passar.

Então, gente, é isso. Eu fui bem rápida, mas eu convido vocês a entrarem depois no *site* da Secom. Tem uma aba ali de educação midiática, em que vocês podem ver tudo o que a gente está desenvolvendo. Eu espero que isso sirva também de inspiração e de subsídio para o que vocês vão propor aqui, ao longo dessa semana. É a primeira vez que a gente tem essa secretaria, é a primeira vez que a gente está desenvolvendo essa estratégia de pensar nessas políticas, e as ideias e as propostas de vocês são muito bem-vindas, está bom?

Obrigada.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Mariana de Almeida Filizola, Coordenadora-Geral de Educação Midiática da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Meus cumprimentos pela bela exposição. Eu sei que não deu tempo para falar de tudo, mas fez um resumo, com muita competência.

Nós vamos para uma segunda etapa agora.

Na segunda etapa, eu vou ler as perguntas que chegaram do e-Cidadania. Cada painelista, o meu Presidente e a minha Vice estão com uma cópia também das perguntas e todos podem escolher a resposta que acham que têm que dar, mediante esse rol de perguntas. Eu vou fazer isso com a mesa.

Enquanto eles vão olhando, nós vamos também acertar como é que vamos fazer com a participação do Plenário. Quando há uma audiência pública como essa, eu sempre permito que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Plenário fale; naturalmente hoje vocês são as estrelas e não poderão deixar de falar. Então, aqueles que quiserem falar sobre o tema, que quiserem fazer pergunta ou mesmo expressar uma opinião poderão se inscrever. Aí nós vamos levar o tempo que for possível. E me parece que a reunião do Plenário começa às 15h. Eu tenho que ir lá ajudar a presidir, junto com a Zenaide Maia, que é a minha Vice-Presidente. Hoje há um debate, lá no Plenário, muito interessante sobre as mulheres...

Pode falar aí. (*Pausa.*)

Caribenhas. Ele me ajudou lá. Eu disse que podia falar e ele me ajudou. É sobre as mulheres caribenhas. É um debate interessante, em que eu vou ajudar na Presidência, a convite da minha Vice, que é a autora dessa iniciativa, Zenaide Maia.

Mas eu vou ler primeiro, pessoal. Já vai pensando aí quem quiser escrever, quem quiser falar. (*Pausa.*)

Perfeito.

Eu vou fazer a leitura das perguntas que chegaram pelo e-Cidadania:

Rodrigo, do Distrito Federal: "Segundo a Imperva, metade do tráfego *online* em 2022 foi realizado por robôs, com previsão de aumento. Quais as implicações para o futuro?".

Ozeias, do Espírito Santo: "Como a educação midiática pode capacitar os alunos a serem consumidores críticos e criadores responsáveis de conteúdo em um ambiente digital?".

Lorena, do Paraná: "Como a educação midiática pode ser integrada ao currículo escolar de forma eficaz?".

Otávio, de São Paulo: "Os alertas constantes e a publicação dos reais fatos a fim de combater *fake news* seriam aplicados na educação midiática?".

Sueli, do DF: "Há brasileiros sem energia elétrica e [...] sem internet. Como tornar a educação midiática acessível aos pobres?".

Marya, do Maranhão: "De quais maneiras a educação midiática vai preparar os jovens para o consumo responsável de informação?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ana, de São Paulo: "Como a população de idosos será incluída [...] [nesse debate], ao considerar que são os mais atingidos por notícias falsas e golpes?".

Júlia, do Rio de Janeiro: "[...] [Como] preparar os profissionais da educação para ensinarem sobre o tema [de educação midiática]?".

Luara, de Minas Gerais: "Quais ferramentas nós temos para educar o público a respeito de *fake news* e fontes confiáveis? Como aumentar a eficiência?".

E a última folha, Gabrielle, do Acre: "Como [...] [superar] os desafios relacionados à desinformação e falta de pensamento crítico na interpretação de informações?".

Ainda, Aline, do Rio de Janeiro: "Tendo em vista o compartilhamento de tantas *fake news*, é notória a importância de educar os jovens no que tange as mídias sociais".

Rosemberg, do DF: "Em um mundo cada vez mais digital, é crucial que os jovens sejam capacitados para navegar e interpretar o vasto mar de informações".

E, por fim, Bruno, lá do Rio Grande do Sul – nossa solidariedade a todo o povo gaúcho, todos sabem que sou de lá: "Muito interessante, as plataformas digitais são necessárias para a democratização da informação".

Então, antes de a mesa responder, nós vamos interagir com o Plenário. Então, os primeiros que estiverem inscritos no Plenário usarão a palavra neste momento, não é, Christiano? Eu preciso saber quais os que estão inscritos no Plenário, quais os três que pediram para falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeira inscrita, Ana Cecília Moreira Santiago, da Bahia. Você tem cinco minutos.

A SRA. ANA CECÍLIA MOREIRA SANTIAGO (Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Cumprimento a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e dos Jovens Senadores Priscila e Leandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu queria dizer que estou muito feliz de estar participando desta audiência pública, porque a minha redação foi sobre isso, foi sobre *fake news*, e uma das soluções que eu propus foi a regulamentação das mídias digitais.

O que eu quero perguntar para a Mariana é sobre se o Governo Federal tem interesse em desenvolver mais estratégias para a aplicação efetiva da educação midiática nas escolas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que eu não estou com a lista aqui. Já chegou, já chegou. A assessoria aqui é competente e rápida.

Miguel Morgiroth Partzlaff, daquela pronúncia de ontem, que eu dizia para você, que disse: "Tudo bem, pode tocar".

Mato Grosso do Sul.

O SR. MIGUEL MORGIROTH PARTZLAFF (Para interpelar.) – Bom dia a todos. Cumprimento a todos.

Eu queria saber, na percepção... Eu acredito que pode ser do Sivaldo ou de vocês. Teve, nos últimos tempos, uma diminuição na incidência de *fake news*? Teve essa diminuição ou as pessoas têm uma consciência maior de que elas estão lidando com uma notícia falsa ou algo do tipo? Ou está igual estava antes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem se inscreveu? (*Pausa.*)

Davi Baia Camilo, Minas Gerais.

Grande Davi. O Davi é o Presidente aqui eleito, com uma bela vantagem em relação aos outros, mas todos parceiros. Ele é o Presidente dos Jovens Senadores. Ele que presidiu a sessão de abertura. Tem aqui nossas palmas para você Davi e para toda a Mesa que foi eleita. (*Palmas.*)

O SR. DAVI BAIA CAMILO (Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim e as Excelências presentes; o Presidente da CDH, Leandro... Aliás, a Priscila e o Vice Leandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha dúvida para a mesa no geral é um tema muito debatido na minha escola, no meio onde eu vivo. É que Zygmunt Bauman dizia que as redes sociais são uma armadilha. Ele contextualizava que as pessoas dão muita ênfase a temas fúteis, temas que não agregam tanto no conhecimento, e ignoram notícias, temas que realmente são importantes, que realmente estão sendo abordados no mundo atual. E a minha dúvida é que estratégia poderia – como se diz – minimizar isso, poderia trazer mais interesse às pessoas sobre a política, a vida pública, a cidadania, a cultura e não tanto a temas que realmente só incentivam um certo sedentarismo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Davi. (*Palmas.*)

Deixou já todos os nossos convidados pensando como é que vão lhe responder.

Vamos passar a palavra agora, pela ordem aqui, para a Manoela.

Manoela Oliveira dos Santos, São Paulo.

A SRA. MANOELA OLIVEIRA DOS SANTOS (Para interpelar.) – Bom dia a todos.

É uma honra estar aqui participando do programa com todos vocês. Saúdo o Senador Paulo Paim, a Presidente Priscila e o Vice-Presidente Leandro.

A minha dúvida é: como vocês aplicariam isso nas escolas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos estão contemplados pelos quatro que falaram ou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seu nome é?

O SR. GABRIEL OLIVEIRA DA SILVA – Eu sou o Gabriel, do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, está bom. Vamos incluir o Gabriel aqui e fechamos o pacote, pode ser, moçada?

Se tiver mais alguém que quiser falar, nós vamos quebrar o protocolo e eu abro exceção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai, Gabriel.

O SR. GABRIEL OLIVEIRA DA SILVA (Para interpelar.) – Na pessoa do Senador Paim, eu cumprimento todos os meus colegas aqui presentes; na pessoa da Presidenta da mesa também, Priscila Alves, eu cumprimento todas as minhas colegas aqui presentes.

A minha pergunta é a seguinte: como vocês vão lidar com *fake news* que chegam a áreas mais afastadas, a famílias pobres que não têm um acesso grande à internet? Porque pode acontecer de *fake news* chegarem a essas áreas, e eles não terem acesso à verdade após as *fake news* chegarem lá. Então, acredito eu que... Sem esse acesso lá, para eles terem a informação verdadeira, como vocês podem lidar com isso? Conseguiram entender minha pergunta? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

Então, cinco jovens falaram. As perguntas vieram para a mesa, algumas já dirigidas.

Vamos responder, então, nesse momento. Vamos? Vocês vão responder, não eu. (*Risos.*)

Eles vão responder – os nossos painelistas – e depois disso eles terão um tempo para responder às perguntas que vieram pelo e-Cidadania e, naturalmente, para fazer as considerações finais.

Eu me pergunto se a minha Presidenta e o Vice querem fazer alguma pergunta: Priscila Araújo Alves, de Alagoas... Quer fazer alguma pergunta, Priscila? Fique bem à vontade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Priscila disse que, no momento, não.

Leandro Simões Cândido Júnior, Goiás, Vice-Presidente.

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR (Para interpelar.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos presentes aqui na mesa e aos demais presentes na Ouvidoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha pergunta para a mesa é: que habilidades devem ser desenvolvidas nas aulas de educação midiática para se prepararem os alunos para o mundo digital e o mundo real? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Leandro. Muito bem!

Então, a partir desse momento, com as perguntas feitas, eu passo a palavra... Vamos seguir a mesma ordem, pode ser? Então, vamos lá.

A Sra. Rafiza Varão, Professora do Departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília. Se quiser responder... (*Pausa.*)

Está bem. Depois entrará a Profa. Januária também, escritora e Professora.

A SRA. RAFIZA VARÃO (Para expor.) – Eu gostaria de responder à pergunta da Sueli, do Distrito Federal, que diz assim: "Há brasileiros sem energia elétrica e [...] sem internet. Como tornar a educação midiática acessível aos pobres?". Essa é uma pergunta recorrente quando a gente fala de educação midiática. E acredito que justamente por isso a presença da Mariana é tão importante também aqui, porque isso só pode ser resolvido com políticas públicas. Se não há políticas públicas para a educação midiática, consequentemente as populações mais carentes ficam apartadas desse processo de ensino, de como lidar com os meios de comunicação. Então, ao contrário das camadas mais altas da população brasileira, esse tipo de educação só pode chegar pela educação pública. Então, esse precisa ser um compromisso do Governo Federal com o Estado brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Brilhante, Profa. Rafiza Varão.

Sivaldo Pereira, quer responder a alguma pergunta ou a mais do que uma? Fique à vontade.

Depois vocês terão as considerações finais ainda, todos os nossos painelistas.

O SR. SIVALDO PEREIRA (Para expor.) – Olá.

Eu vou responder, falar, em linhas gerais, sobre vários temas, tudo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem.

O SR. SIVALDO PEREIRA – O.k.

Primeiro, em relação ao tráfego de robôs, que alguém perguntou, de fato, isso tem aumentado, cada vez mais a tendência é robôs intermediarem a comunicação. Isso aí é inevitável. Mas é importante, na verdade, nós sabermos lidar com isso, entendermos como isso funciona na prática. E a tendência no futuro é que nós vamos lidar com robôs diariamente. Muitas vezes, antes de chegar... No atendimento, por exemplo, já acontece de algum modo, mas a tendência é isso aumentar cada vez mais. Então é importante, por exemplo, a gente entender como esses robôs... a qualidade dessa conversação.

Eu fiz uma pesquisa em que a gente analisou todos os *chatbots* dos estados e das prefeituras brasileiras. A gente percebeu que, na verdade, esses artefatos são ruins. Boa parte desses *chatbots* não funcionam direito, eles mal sabem conversar. Então, na prática, a gente tem que desenvolver ferramentas e elementos para lidar com isso. Isso é um fenômeno que tem crescido, cada vez mais a importância dessa intermediação de máquinas, de robôs vai crescer e nós precisamos lidar com isso de forma mais categórica, porque eu acho que as coisas ainda estão muito soltas. A tendência é isso ter cada vez mais relevância em termos de construção cultural.

Em relação à questão de ética, de habilidades e de currículo, na minha opinião isso tem que ser algo... Há duas dimensões importantes quando a gente fala de letramento digital e fala de educação midiática digital. A primeira, na prática, é que é preciso haver uma ética de uso. Então, quando a gente vai... A questão é: no momento em que você vai usar a internet para compartilhar algo, é importante incorporarmos culturalmente uma ética de uso. Então, você não pode... O ato de compartilhar tem um efeito, tem um impacto. Então, o que acontece muitas vezes é que as pessoas compartilham, mas não pensam se aquilo é real e no impacto que ele pode ter. Então, primeiro, nós temos que entender justamente qual o impacto que isso vai ter e – uma coisa importante – verificar a fonte. A fonte é algo importante. Aí entra o papel dos jornalistas, entra o papel de organizações, entra o papel do projeto como o do Senado, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, de checagem, em que, antes de compartilhar, você tem uma responsabilidade com aquilo que está compartilhando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIVALDO PEREIRA – Quando você compartilha, você gera impacto. Então você precisa, na verdade, incorporar essa ética e saber que há uma responsabilidade nesse ato de compartilhar.

Deixe-me finalizar rapidinho.

Em relação à questão de energia e dos problemas econômicos gerais. Essas duas coisas... A gente não vai conseguir resolver os problemas anteriores de pobreza, de desigualdade social. Isso é tudo paralelo. Na prática, é: as pessoas não vão ter energia em casa, mas vão ter celulares com internet. E isso gera impacto. Na prática, essas duas coisas não são necessariamente sincrônicas. Ou seja, as pessoas podem não ter, por exemplo, uma geladeira, mas ter uma televisão. Então, são elementos que nós precisamos pensar, porque são coisas paralelas e nós não precisamos, primeiramente, resolver os problemas econômicos para depois resolver os problemas midiáticos. São coisas paralelas. Essas duas coisas andam juntas e são, na verdade, problemas decorrentes de desigualdade social, de educação em geral e de informação. Então, são problemas complexos e nós, na verdade, precisamos ter políticas públicas efetivas de médio e longo prazo para superar esses problemas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Prof. Sivaldo Pereira, Professor de Comunicação da Universidade de Brasília.

Agora eu passo a palavra para a Presidenta-Executiva do Instituto Palavra Aberta, Sra. Patricia Blanco.

A SRA. PATRICIA BLANCO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom, primeiro, eu queria agradecer as ótimas perguntas que vocês fizeram. Vou responder aqui a algumas delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dá vontade de responder tudo, não é? Eu e a Mari, a gente aqui, parceiras... Dá vontade de pular de cabeça, não é? E só ficar o dia todo.

Quero agradecer à Ana, ao Miguel, à Emanuelle, ao Davi, ao Gabriel e ao Leandro, que trouxeram aqui... Acho que eu me esqueci de alguém. Não, está tudo certo, são esses mesmo.

Bom, eu queria falar um pouco sobre a questão do Bauman, Davi, sobre essa questão da sociedade líquida, essa coisa da liquidez da informação, da hiperinformação, da quantidade de acesso que a gente tem, dessa volatilidade do mundo – que hoje não é mais um mundo unicamente físico ou digital, já tem gente dizendo que é um mundo "figital", que é a junção, não é? Hoje a gente é uma personalidade no *offline*, a mesma no *online*, e a nossa vida está integrada nesses dois mundos. E, nessa integração entre os dois mundos, a gente precisa entender qual é o nosso papel; quer dizer, a gente não vai deixar para trás a questão do acesso, de você acessar e de você ter a sociedade... Como o Prof. Sivaldo colocou, a sociedade hoje é mediada por tecnologia. As nossas relações todas estão ali juntas, no digital, no físico; a gente vive no universo real, mas a gente está no digital também. Então como que a gente integra isso? E aí, como que a gente integra fazendo bom uso dessas ferramentas?

Se nós temos uma sociedade em que, independentemente se é do mundo digital ou não, a gente já tinha uma predisposição a gostar mais de entretenimento do que de notícias... A gente gosta do programa de TV, da novela ou do Big Brother, por exemplo, a gente acompanha, independentemente se isso é digital ou analógico, mas a gente gosta do entretenimento e a gente dá pouco espaço para notícia. Hoje tem estudos, por exemplo, da Reuters Institute, que fala do aumento do que eles chamam de *news avoidance*, que é sobre a pessoa que não quer ver notícia de jeito nenhum. "Por que eu vou me informar de notícia ruim? Eu não quero saber o que está acontecendo no meu entorno, eu não quero saber nada".

Então, o que a gente pretende, e eu principalmente acredito, na questão da educação midiática, é justamente dar essa... desenvolver essa análise crítica no cidadão, para que ele possa saber: "Eu vou assistir a um conteúdo de entretenimento, sim, mas eu preciso ter uma dieta informacional variada, em que eu consuma conteúdo jornalístico, consuma conteúdo político, consuma conteúdo de entretenimento, para que eu forme a minha opinião de uma forma mais autônoma, para que eu tenha e desenvolva a minha autonomia".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As redes sociais, sim, trazem novas vozes, trazem novos conteúdos, mas elas trazem uma bobageira enorme. E é uma bobageira com que às vezes a gente interage e dá risada. O que são os memes das Olimpíadas, não é, gente? Maravilhoso! A gente dá risada com isso. Agora, quando que o meme pode se tornar uma peça de desinformação? Quando que o meme pode se tornar uma peça de propagação e proliferação de discurso de ódio, de intolerância, de perpetuar preconceitos? Então a gente precisa da educação midiática justamente para fazer essa análise.

E só falando um pouquinho – acho que o Professor colocou essa questão, do acesso, o Gabriel, lá do Amapá, falou sobre essa preocupação – de como chegar a informação verídica ou a informação confiável a povos mais vulneráveis, vamos dizer assim, o que eu vejo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PATRICIA BLANCO – ... é que hoje a gente não tem o acesso a uma tecnologia ou um acesso qualificado. A gente precisa melhorar o acesso e dar instrumentos para que esse acesso seja efetivado, seja feito de uma forma mais qualificada. Como a gente vai fazer isso? Com políticas públicas, fazendo, levando não só a banda larga, vamos dizer assim, da escola conectada ou de qualquer outra coisa, mas também os instrumentos para o desenvolvimento do pensamento crítico. É um processo de longo prazo, não é do dia para a noite. O fato, e que a gente tem que considerar, é que ele é urgente. Por quê? Independentemente do acesso, via um acesso de qualidade, a gente já tem isso aqui. As pessoas estão acessando, via WhatsApp ou via dispositivos, quaisquer conteúdos que estão jogados aí na rede. Então, a gente precisa avançar rapidamente com as políticas de educação midiática.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Presidenta-Executiva do Instituto Palavra Aberta, Patricia Blanco, que já respondeu às perguntas de alguns de nossos Senadores e Senadoras.

Agora vamos para a nossa querida chefe... Todos são queridos e queridas aqui, viu? Porque eu falo queridas pra caramba... se eu não falo! A nossa querida Ester Monteiro, Chefe de Serviço do Senado Federal, Senado Verifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ESTER MONTEIRO (Para expor.) – Isso, o Senado verifica. Fala bastante do Senado Verifica!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRA. ESTER MONTEIRO – Aliás, a gente está ao vivo na TV Senado. E uma coisa que é bem interessante, todas as vezes que o *crown* da TV, que é aquela barra que traz as informações do que está acontecendo nas outras atividades do Senado, divulga o número do Senado Verifica, entra a mensagem no WhatsApp do Senado Verifica. É uma constante, e isso mostra como as pessoas são carentes de informação, como elas querem informação, como elas vão atrás.

A gente recebe pedido querendo que a gente explique uma informação sobre o Senado, mas a gente recebe de tudo. A gente recebe mensagem pedindo o telefone do Senador Paim. A gente... A gente... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode dar. É tão público que... Pode dar. Vou pedir para o pessoal depois dar aí. É público.

A SRA. ESTER MONTEIRO – E a gente dá. Isso é uma outra coisa interessante. Embora muita solicitação não seja uma verificação de *fake news*, nenhuma mensagem que chega no Senado Verifica fica sem resposta. A gente pode dizer para o cidadão: "Olha, isso não é verificação; mas essa informação que você está procurando pode ser encontrada em tal lugar". A gente dá informação, porque combate à desinformação também é feito com informação, com boa informação, com informação de qualidade.

E o Miguel, do Mato Grosso, perguntou...

O SR. MIGUEL MORGIROTH PARTZLAFF (*Fora do microfone*.) – Do sul...

A SRA. ESTER MONTEIRO – Do Sul. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando eu fui ao Mato Grosso fazer uma palestra, não é que eu troquei os nomes do Sul ou não? Aí o plenário: "Pelo amor de Deus, Paim, não me erra o nosso nome". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ESTER MONTEIRO – O Miguel, do Mato Grosso do Sul, e eu não tenho a coragem do Senador Paim para falar o sobrenome dele... (*Risos.*)

O SR. MIGUEL MORGIROTH PARTZLAFF (*Fora do microfone*.) – É fácil.

A SRA. ESTER MONTEIRO – É fácil, não é?

... perguntou para a gente sobre se aumentou ou se diminuiu. Gente, não diminui. Aquele gráfico que eu mostrei lá na apresentação é uma comprovação disso.

A gente fez uma publicação de uma *fake news* envolvendo assunto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ESTER MONTEIRO – ... debatido no Senado, em 2022, e essa mesma informação continua sendo pesquisada. Nós continuamos recebendo solicitação de verificação dessa informação e ela é recorrente. Não diminui. Não diminui.

Recentemente, o Senado trouxe para a comemoração dos 200 anos um dos maiores estudiosos de internet do mundo, que é o Prof. Manuel Castells. Ele está estudando internet e mídias sociais desde sempre. E ele fala que não diminui... A gente tem que atuar.

E eu acho que a CDH foi muito feliz – a CDH e a organização do Jovem Senador – na formação da mesa, porque trouxe aqui representantes dos diversos setores da sociedade brasileira que podem contribuir para a gente mudar essa realidade com políticas públicas, através dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o terceiro setor, as ONGs, as associações da sociedade civil que podem e estão trabalhando para combater esse fenômeno e a academia – a gente tem aqui professores das universidades, que estão estudando, estão formando novos profissionais que podem contribuir para esse combate.

Quando se fala também em fontes confiáveis para buscar informação, a gente tem uma série de iniciativas. A gente tem agências de checagem, institutos no Brasil e no mundo que estão trabalhando para poder levar à sociedade informação sobre o que está sendo propagado nas redes sociais.

Era essa minha contribuição aqui nesse momento. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ester Monteiro, Chefe de Serviço do Senado Federal, no Senado Verifica, é isso?

A SRA. ESTER MONTEIRO (*Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai repetindo...

A SRA. ESTER MONTEIRO – Isso mesmo.

Na apresentação – até eu não mostrei, mas a CDH depois pode distribuir para vocês a apresentação –, lá no final tem todos os canais do Senado Verifica, o *site*, o WhatsApp, o formulário da Ouvidoria, todas as formas de participar e de obter informação sobre o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A assessoria da Comissão informa, só complementando, que estão disponíveis também, no *site* da Comissão, todas essas informações, fortalecendo o Senado Verifica.

Mariana de Almeida Filizola, Coordenadora-Geral de Educação Midiática da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

A SRA. MARIANA DE ALMEIDA FILIZOLA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Queria agradecer aqui a todos os Jovens Senadores pelas perguntas: a Ana Cecília, da Bahia; o Miguel, do Mato Grosso do Sul; o Davi, de Minas Gerais; a Manoela, de São Paulo; e o Gabriel, do Amapá. Como eu falei no início, é sempre importante para a gente ouvir de vocês e ser provocado por vocês, porque é assim que a gente consegue desenvolver políticas realmente efetivas na ponta.

Vou responder aqui um pouquinho – eu acho que juntas – à pergunta da Ana Cecília, sobre estratégias para isso chegar aos alunos, e à da Manoela, sobre como chegar às escolas.

Imaginem vocês que a gente iniciou no ano passado: é a primeira vez que a gente existe enquanto secretaria. A gente brinca que, quando a gente chegou, era tudo mato. E a gente tem a missão de estruturar, inicialmente, em quatro anos, uma política pública eficaz que chegue, na ponta, para mais de – falando só dos alunos – 40 milhões de alunos do ensino básico. Imaginem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a missão! Se alguém chega para vocês e fala assim: "O que você vai pensar de política pública de educação midiática para chegar a todos esses alunos?".

E qual foi a nossa estratégia? Primeiro de tudo, tudo o que a gente desenvolve é com o Ministério da Educação. A Secom é superparceira do MEC. Em todas as nossas ações, a estratégia que a gente pensou foi: vamos incidir dentro dos programas do MEC, dos grandes programas que o ministério já tem.

Como eu mostrei na apresentação, o Escola em Tempo Integral tem a missão de promover 1 milhão de matrículas. Então, a gente incidindo por esse programa, imaginem a quantidade de alunos a que a gente chega! O Escolas Conectadas tem a missão de conectar todas as escolas do Brasil. Então, incidindo por aí, imaginem a quantos alunos a gente chega.

E, acima de tudo, pensar em quem são os multiplicadores desse conhecimento em sala de aula. Quem são? Os professores. Então, nesse sentido, o nosso foco e a nossa meta, como está ali no Plano Plurianual, é a formação dos professores para que eles sejam esses multiplicadores nas escolas. E aí a gente está desenvolvendo várias frentes para isso. A gente tem formações que vão ser tutoriais *online*. A gente tem uma coletânea de cursos já disponíveis no Avamec gratuitamente para os professores. A gente está em articulação com as secretarias de educação para ver qual a melhor forma de isso chegar para os professores, entre outras estratégias. Então, o que a gente está fazendo para que chegue à escola é por meio de estratégias em programas do Ministério da Educação que já existem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA DE ALMEIDA FILIZOLA – Aí, pensando na pergunta do Gabriel aqui sobre como incentivar a informação de qualidade para populações mais vulnerabilizadas, como é que a gente chega, eu vou lhe dizer que isso é uma preocupação minha também. Eu sou do Amazonas, e a gente sabe que a questão do acesso é um grande diferencial, dependendo da região onde a gente está no Brasil, das oportunidades também, não é, Senador? Nesse sentido, complementando um pouco o que a Patricia falou aqui, a gente precisa pensar no acesso e a gente precisa pensar em formação de qualidade, em como esse acesso é qualificado. Então, não é só conectar, mas fazer um uso qualificado e pedagógico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse sentido, quando a gente pensa em políticas públicas via os grandes programas do MEC, é para chegar a todo o país e chegar a esses lugares mais longínquos também, porque todos os estados estão envolvidos nas grandes políticas que são desenvolvidas pelo Ministério da Educação.

Mas concordo contigo: é um grande desafio ainda para todos nós, que a gente está enfrentando e correndo atrás.

E aí... Acho que foi o Leandro, não é? (*Pausa.*)

Desculpa, Leandro. Não. Quem é que... Eu esqueci seu nome. (*Pausa.*)

Davi. Confundi os Presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acertou no fundo.

A SRA. MARIANA DE ALMEIDA FILIZOLA – Acertei no fundo.

É muito bom que vocês, na escola, estejam debatendo Bauman. Eu acho que, se todo mundo debatesse esses grandes pensadores já na escola, a gente já estaria muitos anos à frente. Fico feliz. Queria lhe propor uma reflexão também de um outro autor, que acho ainda há pouco a Ester mencionou, que é Manuel Castells. Ele tem um livro muito interessante que fala sobre redes de indignação e esperança.

Então, é a gente pensar nesse espaço digital, nas redes sociais, não só como esse espaço em que a gente precisa enfrentar os desafios, mas também espaço de oportunidades, como a gente falou há pouco. É o lugar onde todos nós podemos ter voz, expressar nossas ideias, acessar novas ideias, promover a nossa cidadania nesse ambiente. Então, pensar nisso também como oportunidades que a gente tem de desenvolver o melhor de cada um de nós...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA DE ALMEIDA FILIZOLA – ... a partir dessa cidadania digital.

Acho que é mais ou menos isso. Não sei se deu para responder tudo, mas, enfim, agradeço aí o espaço de vocês e convido vocês a acessarem o *site* da Secom e lerem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estratégia Brasileira de Educação Midiática. Ali tem mais respostas para as perguntas. E, de novo, a gente está sempre aberto para receber e para ouvir vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Mariana de Almeida Filizola, que falou em nome da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

A última convidada, que me disseram que estava ainda na tela, a escritora Januária Cristina Alves, Mestre em Comunicação Social pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Jornalista, Educomunicadora, duas vezes vencedora do Prêmio Jabuti de literatura brasileira.

A SRA. JANUÁRIA CRISTINA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá!

Estou aqui, sim. Estou acompanhando tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que bom ver a senhora nos esperando todo esse tempo aí.

A SRA. JANUÁRIA CRISTINA ALVES (*Por videoconferência*.) – Não, imagina, é importantíssimo. Este é um momento, para mim, precioso: sempre ouvir os jovens, ver... e ouvir os colegas também falando, não é? Ouvi a Mariana aí apresentando os projetos, de que eu também não estava sabendo, então é bom saber.

Daí eu vou fazer um comentário, porque algum dos jovens me chamou atenção quando falou em competências: que competências a educação midiática pode ajudar a desenvolver para o jovem conseguir trafegar neste mundo tão complexo e, citando Bauman, um mundo tão líquido, em que as coisas sólidas, aquilo que a gente tinha como certeza, como oportunidade, como meta na vida, facilmente viram líquido. Então, eu acredito – não só eu, mas estou baseada na OCDE – que a competência das competências vai ser a argumentação. Então é muito interessante você estar aí em Brasília, observando como a política se faz, e a gente sabe que ela é muito baseada nisto, na argumentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para construir uma boa argumentação, a pessoa tem que estar bem-informada, a pessoa tem que ter pesquisado, a pessoa tem que entender e desenvolver um pensamento crítico, estruturado. Eu acho que, nesse sentido, a educação midiática tem um escopo de elementos que favorece muito a construção da argumentação, desde a pesquisa, a escolha da fonte mais confiável, à escolha do influenciador que você vai seguir – não tem problema nenhum seguir um influenciador, mas ele tem que ser uma pessoa bem-informada, ele tem que ser uma pessoa amparada na ciência, em fatos que possam ser comprovados, não é?

Então tudo isso são elementos que você vai pegar e vai dizer: "Bom, nessa pessoa eu acredito" ou "sobre este assunto eu tenho condições de falar", o que a gente chama de segurança epistêmica. Quando a gente sabe o que a gente sabe, a gente começa a desenvolver toda uma argumentação em torno das ideias que a gente quer defender. E é muito importante a gente saber aquilo em que a gente quer acreditar, que ideias a gente quer defender, que causas a gente quer abraçar.

A gente tem na internet um instrumento precioso também. A gente sabe quantas causas, quantos assuntos que a gente não teria condição de conhecer se não fosse a amplitude que a internet nos oferece e as redes sociais também. A gente não precisa só destacar os pontos negativos, a gente pode utilizar a internet e as redes para um monte de coisas interessantes; mas é muito importante que a gente seja crítico, que a gente saiba atuar lá dentro, para selecionar as informações que nos interessam, para que a gente possa ajudar na solução dos problemas. Porque os problemas são os mesmos desde que a humanidade é humanidade, só que eles vão se tornando mais complexos e vão exigindo soluções diferentes.

Então, construir uma boa argumentação, construir um pensamento crítico é essencial para que a gente possa, se não solucionar, pelo menos encaminhar de uma maneira ética e sustentável a resolução dos problemas do nosso tempo. E isso está na mão de vocês.

Eu acredito muito que a educação, o exercício proposto pela educação midiática... que é constante, é para o resto da vida que a gente vai ter que lidar com isso e selecionar as informações que nos ajudam a construir uma sociedade melhor. Esse é o objetivo. E eu acho que a educação midiática pode e deve contribuir para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém falou sobre a formação dos professores, e a Mariana destacou aí também que o Governo está investindo nisso. É superimportante que os professores sejam formados especificamente para isso, porque a formação do professor hoje é muito ampla, mas, sobretudo, que vocês também, os jovens construam o seu caminho, façam as suas sugestões. Muitas vezes a gente está aqui dizendo o que vocês devem ou não devem fazer, e a gente não está na pele de vocês, a gente não é jovem. Então, utilizem o direito à fala, exerçam o seu protagonismo. Isso tem que partir de vocês, vocês têm que se mostrar interessados e ativos na solução desses problemas.

Muito se fala de que os jovens não se interessam por nada, que estão mais deprimidos, mais cansados, mas a gente sabe que vocês se interessam, sim, por uma miríade de coisas, só que vocês têm que nos contar. A gente tem que estabelecer esse diálogo, inclusive para cobrar as políticas públicas.

Eu acho que era isso.

Então eu queria agradecer muitíssimo a oportunidade, o convite e dizer que eu estou à disposição, inclusive para os Jovens Senadores também. Depois, se vocês puderem compartilhar aí o meu *e-mail,* o meu contato, estou à disposição. E vamos construir juntos o país que a gente quer.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns pela sua conclusão, Januária Cristina Alves, escritora, mestre em comunicação – e vou dar um destaque aqui no final –, duas vezes vencedora do Prêmio Jabuti de Literatura Brasileira.

Eu fiz uma conversa informal ao Jorge, que é um dos organizadores de toda a equipe desse momento tão bonito para todos nós, sobre como que estava o horário de vocês. Ele dizia: "Olha, dentro do limite, eles têm que almoçar" – porque eles sabem que às vezes a gente nem almoça.

Então nós vamos encaminhar desta forma... Eu entendi a mensagem. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi que todo mundo riu porque acha que almoçar é um legítimo direito dessa moçada toda que está aqui.

Eu daria o seguinte de encaminhamento, se vocês concordarem: eu vou dar oportunidade aos que estão à mesa, inclusive ao Presidente e à Vice, à Presidenta e ao Vice, para que eles possam fazer a sua saudação final, e aos nossos convidados que estão aqui à mesa, seriam as considerações finais. E a gente só encerra. Eu já fiz discurso de abertura, falei mais do que vocês, eu acho, na abertura, trouxe um discurso pronto. E daí nós encerramos.

Continuemos aqui. E o que eles têm à tarde, só como informação?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Boa, boa, boa! Eu vou receber muito projeto aqui para encaminhar para os Senadores como Relatores.

Então voltamos de novo à lista original, com o objetivo de passar, para as considerações finais, a cada um dos nossos convidados, incluindo a Presidenta e o Vice.

Então, Professora do Departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília (UnB), Professora Rafiza Varão.

A SRA. RAFIZA VARÃO – Nome difícil, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, deu para pegar aqui: Rafiza.

Vou dar cinco minutos para as considerações finais.

A SRA. RAFIZA VARÃO (Para expor.) – O.k.

Então, Senador, colegas, Jovens Senadores, professores que estão aqui presentes, eu encerro só falando que é uma satisfação ver a educação midiática entrando no Congresso Nacional.

Eu coordeno um dos projetos mais antigos de educação midiática na UnB, que é o SOS Imprensa. Acho que a Mariana inclusive conhece um ex-membro do SOS Imprensa, que é o Prof. Fernando Paulino. Esse projeto tem quase 30 anos e é o maior projeto de extensão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universidade de Brasília hoje. Nós quase que invariavelmente temos mais de 50 alunos do Curso de Comunicação e de outros cursos da universidade envolvidos, o que demonstra que os jovens têm interesse em educação midiática, os jovens têm interesse em compreender como a mídia funciona. Então, essa entrada agora parece para a gente, que é pesquisador de educação midiática há muito tempo, um certo alento, um certo alívio, porque nós entendemos que a educação midiática é uma ferramenta fundamental para a formação de cidadãos. Você não consegue ser um cidadão pleno se você não tem noção de como os meios de comunicação funcionam e de como você pode apreender aquele conteúdo.

Eu aproveito também para citar a questão do Bauman, que é um pesquisador polonês, e eu vou citar outro pesquisador, na verdade um filósofo, que é alemão, que é o Kant, e Kant dizia que nós só atingiríamos a maioridade se nós tivéssemos a capacidade de pensar por conta própria. E essa capacidade de pensar por conta própria também é uma capacidade de ser livre. Então, eu quero deixar aqui para os jovens, que são uma faixa etária de que eu gosto demais, que eu admiro, etc., que são sempre, conforme o clichê, o futuro de um país, para que eles sejam livres, mas eles só podem ser livres se eles pensarem por conta própria.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maravilha, maravilha! Professora do Departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília, Rafiza Varão, que deixou essa bela contribuição durante todo o debate, mas de um encerramento brilhante com essas citações, que, se eu pudesse, eu assinaria embaixo – mas não posso, você é que falou.

Vamos lá!

Sivaldo Pereira, Professor de Comunicação da Universidade de Brasília.

O SR. SIVALDO PEREIRA (Para expor.) – Eu vou começar – encerrando aqui – falando quanto ao que o Miguel falou sobre a questão se houve ou não o aumento da desinformação.

Na verdade é o seguinte, isso é uma questão que nós vamos ter que conviver com ela, certo? Não vai diminuir e, na verdade, vai só aumentar, porque na verdade é industrial. Então existe uma indústria que foi criada, e essa indústria funciona através de diversos mecanismos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões políticas, questões econômicas. E, por exemplo, isso tem um padrão: quando tem uma tragédia, esse pico aumenta. Então, a gente vê o caso do Rio Grande do Sul, por exemplo: além do problema do Rio Grande do Sul, da enchente, tinha todo um gigantesco fluxo de desinformação. Isso afeta as pessoas, isso mata as pessoas, isso tem uma... Em eleições, isso vai crescer mais ainda. E isso só aumenta e piora, porque aumenta a sofisticação. Então, nós temos problemas de *deepfake*: hoje em dia você não tem mais como dizer se esse vídeo é falso ou verdadeiro. Então, a gente tem que ter um mecanismo de distinguir e entender que nós não podemos compartilhar sem antes checar. Então são questões que não vão acabar agora, e nós temos que conviver com isso, certo?

Então tem dois elementos. Nós precisamos, de um lado, combater isso, criando políticas que tentem combater, que responsabilizem as plataformas também para elas atuarem nesse campo. A regulamentação, a regulação de plataformas é algo importante nesse sentido. A gente vai regular, porque a gente está falando, na verdade, de criar regras para defender direitos daqueles que precisam ser defendidos, as partes mais fracas. Paralelamente, nós precisamos nos proteger, nós precisamos criar uma cultura ética, e isto tem que ser da escola, desde antes, uma cultura de que nós vamos viver neste mundo de fluxo de desinformação. Isso não vai acabar agora. Então, nós vamos ter que incorporar isso na nossa vida e saber nos defender disso no futuro, e nossos filhos também vão ter esses problemas. Então, é uma dimensão que nós temos que encarar como algo fundamental, porque isso afeta a forma como nós nos portamos no mundo, tem uma série de efeitos danosos.

As palavras não são abstratas, elas matam; as palavras fazem coisas. A gente acha que só armas causam danos; não, as palavras também são armas. A gente precisa entender essas armas e usá-las, nos defender disso e, ao mesmo tempo, também criar mecanismos que possam fazer com que as próximas gerações cresçam e criem uma cultura de letramento digital, uma cultura que compreenda esses fluxos de informação e essa nossa relação com essas plataformas, com essas máquinas e com esses intermediários que ficam até mais complexos.

Mas, se nós tivermos uma cultura introjetada em nós, esse é um mecanismo interessante de quebrar isso, porque, por exemplo, a desinformação chega em contextos específicos e nós temos a tendência de compartilhar aquilo. Quando para na gente e a gente tem um mecanismo de proteção – "Não, isso aqui eu não vou compartilhar, porque eu não sei qual é a fonte disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual é o efeito disso" –, para ali, não vai ter efeito. Então, é importante pensar nisso no médio e longo prazos.

Agradeço a participação aqui. Acho que foi ótimo. Acho que é muito interessante ver o debate fluir com vocês aqui participando deste debate. Então, agradeço ao Senador, agradeço a toda a mesa aqui por esta participação. Foi muito interessante e fico feliz de estar aqui hoje, Presidente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sivaldo Pereira, Professor de Comunicação da Universidade de Brasília.

Se eu for fazer um comentário, eu vou pegar o seu comentário como eu peguei o dela, não é, "Profe"? Foi ótimo. Pronto, eu vou colar aí. Foi ótima e ótima a sua fala também. Assino embaixo, pronto.

Agora vamos para a Patricia Blanco, Presidente-Executiva do Instituto Palavra Aberta.

A SRA. PATRICIA BLANCO (Para expor.) – Bom, eu só queria dizer: que manhã! Que delícia de manhã! É tão bom estar aqui e poder dialogar com vocês!

Eu queria pedir só para responder uma pergunta que veio da Ana, de São Paulo, Senador, que pergunta como a população idosa será incluída neste debate, considerando que é a mais atingida por notícias falsas e golpes. Eu queria convidar a Ana e quem mais tiver interesse a acessar o EducaMídia 60+. A gente desenvolveu uma série de materiais voltados para esse público justamente para ajudá-los nesse processo de educação midiática e também a não cair em golpes e saber interpretar todo esse conteúdo que está no ambiente digital.

Voltando aos jovens aqui, nós, eu pelo menos que sou jovem há mais tempo que vocês, muito mais tempo... Somos jovens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado. Obrigado. Eu me sinto contemplado. (*Risos.*)

A SRA. PATRICIA BLANCO – Então, ótimo. Está vendo? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que o ambiente informacional em que a gente vive hoje tem diversos riscos, tem diversos desafios, é muito complexo. O Prof. Sivaldo colocou a questão da utilização da inteligência artificial, de a gente não saber o que é verdade, o que não é, o que é fato, o que não é. Então, cabe a nós, tanto nós deste lado do balcão, deste lado da mesa, quanto a vocês, que são e que serão protagonistas, já são protagonistas e serão protagonistas nas suas comunidades... Cabe a vocês que são lideranças... Sim, vocês são lideranças, vocês estão aqui por um motivo muito especial. Vocês foram selecionados no universo de quantos? Dez mil?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PATRICIA BLANCO – De 171 mil – olhe, muito mais do que isso –, para estarem aqui representando o seu entorno, representando as suas famílias, as suas comunidades, os seus amigos. Vocês são influenciadores e vocês têm um papel e uma responsabilidade de influenciar positivamente o seu entorno que são muito importantes e não podem ser desperdiçados. Então, utilizem as ferramentas hoje disponíveis para o bem, utilizem para esse uso fortalecedor, utilizem isso para disseminar a ética das relações. Acho que esse é um ponto fundamental que a gente tem que trazer. A *deepfake* é utilizada por uma questão que antecede... A ética antecede a utilização da ferramenta. A gente tem que olhar essa questão ética, essa questão da nossa responsabilidade como agentes para que a gente possa fazer o bem, para que a gente possa, de fato, fazer uma influência positiva na nossa sociedade.

E, num universo de liberdade de expressão, para problemas de desinformação, vamos fazer informação boa, vamos inundar as redes com informação de qualidade, vamos ser influenciadores, Davi, desse processo, trazendo coisas positivas, coisas boas, coisas feitas com critério, com ética, com responsabilidade, para que a gente possa fazer um cinturão de informação de qualidade para combater a desinformação, que veio para ficar, infelizmente, e que vai usar de todo e qualquer momento crítico, como, por exemplo, foi o caso do Rio Grande do Sul, mas também de momento de alegria, como foi o da medalha de ouro da Bia, do judô, que sofreu com um monte de conteúdo desinformativo em relação a ela.

Olhem só. A gente tem esse papel, a gente tem a faca e o queijo na mão. Então, vamos nos unir para que a gente possa, de fato, fazer o nosso papel de lideranças que somos nas nossas atuações, para que a gente construa uma sociedade melhor, mais ética, mais responsável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, principalmente, mais equânime, com mais igualdade social, com mais desenvolvimento social e com mais cidadania.

Obrigada, Senador. Obrigada a todos aqui. Foi um prazer enorme estar aqui falando para vocês e dialogando com vocês. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para não repetir o "ótimo", eu vou dizer "excelente"! Grande Patricia Blanco, Presidente-Executiva do Instituto Palavra Aberta.

Eu vou passar a palavra, para ver se ela está ainda conosco, à Escritora Januária Cristina Alves para as suas considerações finais, por cinco minutos.

A SRA. JANUÁRIA CRISTINA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu estou aqui, sim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Opa! Gostei de ver.

A SRA. JANUÁRIA CRISTINA ALVES (*Por videoconferência*.) – Estou aqui, sim.

Muito obrigada. Eu queria agradecer o convite, a possibilidade, a oportunidade de compartilhar este espaço com os colegas também, principalmente por ver o interesse dos meninos e meninas. Imaginem: 170 mil redações! Tem um interesse de conhecer esse universo, e a gente fica muito feliz.

Enfim, já tinha falado um pouco na minha fala anterior que eu estou à disposição. E espero que esse projeto siga, se multiplique. Quem dera que as escolas também pudessem ter, em seus espaços, projetos em que as crianças e os jovens pudessem exercer o seu papel com uma atuação mais firme, mais concreta, como os meninos estão aí.

E é isso.

Um abraço a todos.

Muito obrigada pela oportunidade, pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como diria um amigo meu, só para não repetir, mais do que bom. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos lá para Ester Monteiro, Chefe de Serviço do Senado Federal – Senado Verifica.

A SRA. ESTER MONTEIRO (Para expor.) – Vamos bater nessa tecla, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já colei aqui e estou com ela!

A SRA. ESTER MONTEIRO – Bom, eu quero agradecer, para encerrar, nessa saudação final, o convite para participar dessa mesa. É muito enriquecedor, é bom estar aqui falando para vocês, mas também ouvindo vocês e, mais do que isso, ouvindo os colegas da bancada aqui, o que é uma troca de experiência muito importante para a gente, no serviço público.

Eu gostaria de ressaltar também que, nesse contexto que a gente está discutindo, é importante a gente frisar o trabalho, o papel que o Senado Federal tem cumprido, não apenas na ação legislativa, no sentido de votar propostas que visem à regulamentação tanto do uso das redes sociais quanto do uso da inteligência artificial agora. Para o debate que está sendo realizado, a gente convida todos. O Portal do Senado tem um volume muito grande de informações, tem uma clareza bem grande sobre o que está sendo discutido. Os debates podem ser acompanhados pelos veículos de comunicação também, tem toda a informação lá sobre os projetos.

Uma coisa interessante também: toda vez que você entra numa página de tramitação de um projeto, você tem lá todas as informações sobre a votação, o parecer, quem é o autor, quem é o Relator, mas lá embaixo, no pé da página, tem uma seção que se chama "Notícias relacionadas". Lá vocês encontram também todo o conteúdo jornalístico produzido, o que contribui para que a gente entenda como o processo legislativo acontece. É importante a gente ter essa possibilidade.

Eu aproveito para registrar a presença aqui da nossa Diretora da Secom, Érica Ceolin, que é a pessoa que capitaneia todo esse trabalho da Secretaria de Comunicação e, especificamente, o Jovem Senador, através da Secretaria de Relações Públicas.

Aliás, o Jovem Senador este ano – não é, George? –, esses 171 mil, é um recorde do Jovem Senador, é importante a gente frisar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O George também outro dia falava com a gente da característica desse Jovem Senador, que atingiu mais o interior do Brasil. Havia, nas edições anteriores, uma constante de muitas capitais trazerem Jovens Senadores, e este ano a gente está trazendo os Jovens Senadores do interior do país, o que é uma coisa muito interessante, porque mostra como o projeto está chegando aos rincões do país e trazendo essa parcela que – como a preocupação de vocês está trazendo aqui – não é alcançada por políticas públicas, por discussões e por informação. Era essa a contribuição que eu queria deixar aqui nesse momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Ester Monteiro, Chefe de Serviço do Senado Federal. Eu vou dizer: Senado Verifica é uma questão maravilhosa. Vinculei ao Senado Verifica, viu?

Vamos agora ao encerramento dos nossos convidados.

Mariana de Almeida Filizola, Coordenadora-Geral de Educação Midiática da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

A SRA. MARIANA DE ALMEIDA FILIZOLA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom, queria, então, com essa missão de encerrar aqui – vou ser bem breve –, agradecer a vocês pela paciência, por estarem com a gente.

Eu não sei se vocês ainda têm espaço para pensarem nas propostas de vocês, mas se tiverem, o que vocês gostariam de propor de legislação pensando na educação midiática? A partir do que a gente mostrou, o que está faltando? O que vocês acham que poderia beneficiar todas as pessoas ou todos os estudantes ou todos os jovens? Se tiver esse espaço ainda, fica aqui a proposta para vocês.

E a gente fica muito feliz – eu falo aqui enquanto Secom, a Secretaria de Comunicação – de saber que 10 das 27 redações abordaram esse tema, o que mostra a importância que vocês também estão dando para este debate e para serem embaixadores deste debate quando vocês voltarem para os estados de vocês.

E aí, para encerrar, bom, queria deixar de novo o convite para a Semana Brasileira de Educação Midiática, que vai acontecer na última semana de outubro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Profa. Rafiza estava comentando aqui sobre o SOS Imprensa, que é um projeto da UnB, e quero compartilhar uma mini-história com vocês.

A primeira vez em que eu ouvi falar de educação midiática foi com o Prof. Luiz Martins, no SOS Imprensa, quando eu era estudante, e eu me apaixonei por esse tema. Enfim, no comecinho da faculdade, foi uma oportunidade única que mudou a minha vida e hoje é com o que eu trabalho, é o que eu gosto de fazer, é o que eu procuro, é o meu sonho. Então, para vocês aproveitarem as oportunidades que vocês têm, porque você nunca sabe quando uma conversa, uma reunião ou um evento como este de hoje pode ser uma sementinha para alguma coisa que vai incentivar vocês a fazerem, como a Januária falou, a construção do país que a gente quer. Então, espero que tenha sido bom, que vocês aproveitem esta semana.

Quero agradecer mais uma vez ao Senador por ter trazido este tema aqui, que é muito caro para nós, a gente olhar com o olhar da Comissão de Direitos Humanos aqui dentro. E, em nome da Secom, quero agradecer mais uma vez por convidarem a gente para estar junto aqui.

Obrigada, gente. Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Mariana de Almeida Filizola, Coordenadora-Geral de Educação Midiática da Presidência da República. Para fazer também um elogio a ela, vou dizer o seguinte: Mariana, você representou muito bem o Presidente Lula.

A SRA. MARIANA DE ALMEIDA FILIZOLA (*Fora do microfone.*) – Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai soar bem lá, hein?

Bom, nós vamos agora para o encerramento. Normalmente, o encerramento eu faço ou convido alguém para fazer. Eu, muitas vezes, prefiro convidar alguém para fazer o encerramento. E eu combinei aqui com nossos queridos Senador e Senadora, a Priscila Araújo Alves, de Alagoas, que é a nossa Presidenta e colaborou conosco aqui, e o Leandro Simões Cândido Júnior, que é o Vice-Presidente, que fariam uma homenagem não só a este momento, mas também a vocês. O que eles fariam? Para ficar registrado nos *Anais do Senado*! Os anos vão passar, e este momento é lembrado, é lembrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles vão citar o nome, eu dividi em duas partes, de cada um de vocês e cada um levanta e diz: "Presente". Pode ser? Se quiser fazer assim... O.k.? Pode ser assim? É com vocês.

Então, eu passo a palavra para a Priscila Araújo Alves, de Alagoas, a nossa Presidente.

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES (Para expor.) – Primeiramente, eu gostaria de fazer o uso da palavra brevemente para agradecer a todos os presentes pela discussão sobre a educação midiática, que de maneira brilhante informou e conscientizou todos os espectadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. (*Palmas.*)

Agora eu vou ler os presentes: Eglaíny, do Acre, por favor; Gabriel, do Amapá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não. Falou o nome, para ficar registrado nos *Anais*, só diga "presente" no microfone.

Começa de novo. Vamos ver.

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Eglaíny, do Acre, presente?

A SRA. EGLAÍNY INÁCIO DA SILVA – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei! (*Palmas.*)

Vamos lá! Estamos animados, não estamos? De novo, o próximo.

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Gabriel, do Amapá?

O SR. GABRIEL OLIVEIRA DA SILVA – Estou presente, Presidenta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Suanny, do Amazonas.

A SRA. SUANNY SILVA DE ALMEIDA – Presente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Ana Cecília, da Bahia.

A SRA. ANA CECÍLIA MOREIRA SANTIAGO – Presente. (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Maria Eduarda, do Ceará.

A SRA. MARIA EDUARDA SOUSA RODRIGUES – Presente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Estamos indo bem. Vamos lá.

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Emanuelle, do Distrito Federal.

A SRA. EMANUELLE LANA FARIA DE MIRANDA – Presente. (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Antônio Luiz, do Espírito Santo.

O SR. ANTÔNIO LUIZ ZANI DE SOUZA – Presente. (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Vice-Presidente Leandro, de Goiás.

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Presente. (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Wemilly, do Maranhão.

A SRA. WEMILLY VITÓRIA LEDA DIAS – Presente. (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Leticia, do Mato Grosso.

A SRA. LETICIA PIMENTA MAGESKI – Presente. (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Miguel, do Mato Grosso do Sul.

O SR. MIGUEL MORGIROTH PARTZLAFF – Presente. (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Presidente do Senado Jovem, Davi Baia, de Minas Gerais.

O SR. DAVI BAIA CAMILO – Presente. (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Renan, do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN BASTOS NOGUEIRA – Presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos.

Gostaria de tomar alguns minutinhos, antes de prosseguir a leitura dos nomes, para agradecer a presença de todos os professores, de todos os Jovens Senadores, a presença dessa equipe maravilhosa. Queria agradecer ao Senador Paulo Paim por ter aberto esta sessão para a gente participar com um tema muito relevante sobre educação midiática.

Eu também gostaria de ressaltar a presença de dois Jovens Senadores que ficaram – Jovens Senadores, eu vou dizer assim – na segunda e terceira colocação pelo Estado do Amapá, também, porque eles estão fazendo presença aqui nessa manhã.

E é isso, gente, muito bom este...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Eu não tenho o nome dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles estão aí?

Então, levantem-se e digam o nome, para ficar nos *Anais* da Casa. Levantem e digam o nome.

A SRA. MARIA EDUARDA COSTA – Maria Eduarda.

O SR. FRANCINEI CONCEIÇÃO – Eu sou o Francinei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Só para ajustar. Mas eu quero que, quando os anos passarem, quando eu for escrever a minha biografia, vocês estejam lá. Então digam no microfone, porque eles mesmos me ensinaram aqui. Eu dizia: levantem-se e falem. Acho que eles pensaram: "Não, ele quis dizer levante o microfone". E foi isso que eu quis dizer mesmo. Então levantem o microfone e repitam o nome para ficar gravado, por favor, os dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA EDUARDA COSTA – Eu sou a Maria Eduarda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maria Eduarda, presente?

A SRA. MARIA EDUARDA COSTA – Presente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Legal.

E você? No microfone.

O SR. FRANCINEI CONCEIÇÃO – Eu sou o Francinei. Presente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Volta para você, meu mestre.

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Prosseguindo a leitura dos nomes: Daniel, da Paraíba.

O SR. DANIEL CRISTÓVÃO DA SILVA – Presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Brenda, do Paraná.

A SRA. BRENDA YARA CHAVES MUNIZ – Presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Gabriela, de Pernambuco.

A SRA. GABRIELA INÁCIO DE OLIVEIRA – Presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Pedro Lucas, do Piauí.

O SR. PEDRO LUCAS MARTINS SABOIA SILVA – Presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Kaylane, do Rio de Janeiro.

A SRA. KAYLANE CRISTHINA GOMES BASTOS – Presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Heverton, do Rio Grande do Norte.

O SR. HEVERTON DA SILVA RANGEL – Presente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Andriely, do Rio Grande do Sul.

A SRA. ANDRIELY CAMARGO DE OLIVEIRA – Presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Karen, de Roraima. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por favor, me permitam.

Você repita o nome dela, porque eu tenho tratado a todos de forma muito igual aqui, não é? E eu acho que a gauchinha deve ter dito o seguinte: "Mas por que não citam mais meu nome, porque eu sou do estado dele?". É porque eu trato a todos igualmente.

Então, eu convidaria você a citar o nome dela, e nós vamos dizer "presente", já que ela não está aqui. Mas cite o nome dela. O seu já está.

Como é o nome dela?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Karen.

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Karen, de Roraima.

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Perdão, é Rondônia. A Karen é de Rondônia.

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Karen, de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Perdão, gente, eu falei errado o estado dela. (*Risos.*)

Jônathas, de Roraima.

O SR. JÔNATHAS LIMA NUNES – Eu estou presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Edailizi, de Santa Catarina.

A SRA. EDAILIZI LARISSA LÖSCH – Presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Manoela, de São Paulo.

A SRA. MANOELA OLIVEIRA DOS SANTOS – Presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Este nome aqui, em particular, eu acho muito chique: Andrew, de... Ah! Esqueci...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Sergipe. Obrigado.

O SR. ANDREW SANDER FELIX DE ARAGÃO PINHEIRO – Eu estou presente. (*Palmas.*)

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – E, para finalizar, Hélio, do Tocantins.

O SR. HÉLIO DOS SANTOS MELO – Estou presente. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu tenho que declarar. Vocês dois podem declarar, mas, depois, eu declaro também.

Ele está perguntando para mim quem declara. Por uma questão constitucional, que me cobraram no ano passado, porque eu deixei vocês dirigirem, mandarem, votarem, encerrarem... "Senador, não pode, Senador. Quem tem que abrir e encerrar é o senhor. E o senhor tem que ficar todo o tempo aqui". Estou cumprindo a missão e estou aqui. É ou não é, pessoal da assessoria aí?

Mas ele pergunta se nesse momento ele pode declarar – você, Presidenta, não é? – por encerrada. Então, eu vou deixar que você declare por encerrada, ela declara por encerrada, e eu, em terceiro lugar – e aí não podem dizer que eu não cumpri o Regimento –, declaro oficialmente encerrada.

Então, vá lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO SIMÕES CÂNDIDO JÚNIOR – Eu, Leandro Simões, do Estado de Goiás, Vice-Presidente da CDH, declaro por encerrada esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi bem! Foi bem! Está aprendendo já. (*Palmas.*)

A SRA. PRISCILA ARAÚJO ALVES – Eu, Priscila Araújo Alves, do Estado de Alagoas, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, declaro encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, pessoal! (*Palmas.*)

Agora eu tenho que declarar oficialmente, pessoal, mas faço só uma falinha de um minuto, antes.

Quero dizer que, para mim, sempre esse momento é um momento de muita emoção, como é para vocês também. Eu sei que, a partir de amanhã, vocês começam a retornar aos seus estados. Levem um abraço apertado dos 81 Senadores.

Quero aqui também dizer que o Presidente Rodrigo Pacheco... Não é só falar dele, eu quero falar de todos os 81, mas ele tem incentivado, ele tem sido um Presidente da Casa que tem feito a diferença também, viu? Tanto na questão de combater todo tipo de preconceito... E eu quero que vocês levem essa imagem, de que este Congresso tem essa missão de vida, que isso é missão de vida, não é? E por isso eu fiz aquela fala na abertura.

Os Senadores estiveram aqui ontem, todos que estiveram aqui, numa sessão deliberativa, citaram o nome de vocês, cada um do seu estado. É um momento bonito, é um momento em que a democracia, para mim, vai para quase o seu auge, não é? Nós estamos aqui em plena democracia, deixando que o Senado seja assumido por vocês, e vocês deixarão aqui, tenho certeza, inúmeras propostas de projeto que os Senadores vão votar e que vão se tornar lei.

Sugestão aqui da equipe: se vocês puderem, quando voltarem para os estados, solicitem a todos naqueles lugares a que vocês forem... Eu já tinha falado para eles que deverão fazer palestras como convidados, que vão virar mais estrelas do que já são quando voltarem para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado. Proponham para as pessoas entrarem no YouTube e acessarem a página desta Comissão, desta reunião, que já está disponível na lista de exibições.

E, por fim, a gente fala que essa reunião de hoje tem o objetivo também... Permito-me, que a palavra é minha, não é? E quem não se sentir contemplado não fique bravo comigo, não é? Essa reunião, essa audiência, ela clamou pela verdade, não à mentira e não a *fake news*. Essa reunião de hoje clamou, ela gritou: não ao ódio; sim ao amor; sim à solidariedade; sim à construção de um país solidário e justo, mas justo para todos.

E aí eu encerro dizendo que é muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês. Eu diria, de coração aberto, "o senhor disse que tem assembleia, que estava lotada lá, de 10, 20 mil trabalhadores, homens e mulheres". Eu encerro dizendo que eu amo a todos vocês. Vida longa às nossas lutas, à democracia! Estamos juntos! (*Pausa.*)

E assim, oficialmente, eu encerro essa reunião, que eu vou chamar de uma audiência pública, uma das melhores que o Senado já realizou.

Está encerrada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e nove minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Beto Faro, Wilder Morais e Ângelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da trigésima terceira até a trigésima quinta reuniões da CDH. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4122, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4974, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa." Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2293, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 127-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer que o estupro de vulnerável se consuma independentemente de ter ocorrido contato físico direto entre o agente e a vítima." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5813, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis n.ºs 11.788, de 25 de setembro de 2008, e 13.667, de 17 de maio de 2018, para estabelecer incentivos à inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho." Autoria: Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5815, de 2023 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que "dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências" para instituir prioridade especial para criança com até três meses de idade e para pessoas idosas com idade superior a 80 anos." Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o projeto de lei, na forma da emenda nº1-CDH (substitutivo). Observação: O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 46, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública para debater sobre Assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item de forma extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 33ª até a 35ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Enquanto os Senadores estão chegando, eu aproveito para – já que vamos ter, a partir da semana que vem, um recesso, porque as votações serão à distância, no Plenário – fazer aqui uma introdução de um tema que eu entendo que deverá ser fruto de audiência pública no futuro, que é sobre o mundo do trabalho.

Senhoras e senhores, o Brasil está no caminho certo em relação ao mercado de trabalho. Conforme indicam os recentes dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego caiu 6,9% no trimestre encerrado em junho e a população ocupada atingiu o recorde de ultrapassar 101,8 milhões de pessoas. Esse é um marco significativo, pois alcançamos também o maior número de trabalhadores com carteira assinada na série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012, com 38,38 milhões de pessoas empregadas formalmente. Quando comparamos com o trimestre anterior, encerrado em março, observamos uma queda de um ponto percentual na taxa de desocupação, que era de 7,9%; no mesmo período, em 2023, a taxa do desemprego era de 8%. Esse é o melhor resultado, para um trimestre encerrado em junho, desde 2014.

Além disso, o número absoluto de desocupados caiu 12,5% em comparação com o trimestre anterior, atingindo então 7,5 milhões de pessoas; em relação ao mesmo trimestre de 2023, a queda foi de 12,8%. Entre janeiro de 2023 e junho de 2024, o Brasil gerou um total de 2,1 milhões de empregos formais.

Essa redução do desemprego é um fator fundamental para o desenvolvimento do país, pois mais empregos significa mais estabilidade econômica e social. Isso possibilita que mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas saiam da situação de vulnerabilidade, melhorando suas condições de vida e promovendo maior inclusão social. Além disso, com mais pessoas empregadas, há um impacto positivo na arrecadação federal, estadual e municipal. Os governos passam a ter mais recurso para investir em políticas públicas, como saúde, educação, infraestrutura, beneficiando toda a população.

O Governo do Presidente Lula está, portanto, no caminho adequado, ao promover política que incentive a criação de empregos e a formalização no mercado de trabalho, com medida que estimula o crescimento econômico e a inclusão social.

O Brasil avança em direção a um futuro, que é aquilo a que caminha a humanidade, e por isso eu faço a introdução, Senadora Damares Alves, porque isto todo mundo sabe, que eu sou defensor do projeto de redução de jornada, que o mundo hoje está debatendo, que seria de quatro dias por semana, 36 horas, ou mesmo as 40 horas semanais. Então, sobre esse debate do desemprego, eu aproveitei enquanto a senhora estava vindo para cá, para mostrar que, se reduzirmos a jornada para quatro dias por semana, ou 36 horas semanais, ou 40 horas... Eu sei que tem que ser escalonado. Hoje é 44, mas, de imediato, só de sair de 44 para 40, nós estaríamos gerando 3 milhões de novos empregos.

Mas isso vai ser fruto de uma audiência pública e vamos debater no momento adequado.

Já com a sua presença aqui – como sempre, pontual, a primeira a chegar... Estávamos os dois na Comissão de Assuntos Sociais e já estamos aqui.

E vamos direto ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5815, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que "dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências" para instituir prioridade especial para criança com até três meses de idade e para pessoas idosas com idade superior a 80 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo na CDH.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes de ler, eu confesso que não foi fácil relatar esse projeto, porque ele está criando uma prioridade da prioridade, e a gente teve que reunir um monte de técnicos, especialistas, para saber se a gente teria a coragem de avançar ou não nessa proposta. A decisão foi avançar, mas eu sei que, lá na frente, isso pode ser bem questionado ainda.

Mas, aqui na Comissão, cabe à gente falar sobre direitos, e, quando a gente começa a criar prioridades da prioridade, é possível que a gente deixe alguém para trás. Então, a gente teve que ter o cuidado aí de também pensar nas crianças com autismo. Uma criança com autismo de 12 anos, às vezes, a prioridade dela pode ser maior que a de um bebezinho de três meses.

Então, foi muito difícil chegar a esse texto, mas eu ouso apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está presente aqui um dos maiores líderes que eu conheci...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... pelo menos em Brasília, mas eu sei que ele tem uma visão nacional da questão dos autistas, que é o Fernando Cota Machado, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, é um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Viu? Eu me lembrei do "Machado"! (*Risos.*) Eu achei que ia me lembrar do "Fernando Cota".

Já é um avanço para mim, viu?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É um amigo, parceiro na luta.

Então, vamos ao relatório, Presidente.

A esta Comissão cabe, segundo o Regimento Interno, decidir sobre matéria dessa natureza, e nós não observamos na matéria, no projeto, óbice de natureza jurídica ou constitucional. A proposição desdobra mandamentos constitucionais de atenção especial a crianças e a pessoas idosas, fazendo o que se espera da lei. Tampouco colide com norma jurídica em vigor e guarda condições para ser eficaz.

Chama-nos atenção a harmonização necessária entre a Lei 10.048, de 2000, que a proposição em análise altera, e a Lei 10.741, de 2003 – o Estatuto da Pessoa Idosa –, que já prevê, no §2º de seu art. 3º, condição especial, mesmo ante as pessoas com mais de 60 anos, para as pessoas com mais de 80 anos. Isso já está previsto em lei.

Quanto ao aspecto do mérito, a proposição é justa e razoável, devendo ser acolhida. Gostaria de salientar o fato de que a ideia normativa nela contida torna a legislação pátria mais aderente à nossa realidade social. É fato que as pessoas com mais de 60 anos de idade são, a cada dia, mais capazes e ativas – olha eu aqui –, se comparadas com as de mesma idade há 30 ou mais anos.

Também é fato que há diversas distinções de fases de desenvolvimento e de vulnerabilidade entre o primeiro e o décimo segundo ano de vida do ser humano. A proposição reconhece isso e traz tais realidades para a lei.

Contudo, cremos necessário argumentar que a aguda vulnerabilidade dos bebês não termina aos três meses de idade. A literatura especializada sobre o tema considera que a condição do bebê se inaugura no 28º dia de vida, quando se deixa de ser recém-nascido, e se interrompe entre o primeiro e o segundo ano de vida, conforme o desenvolvimento da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A imunidade desses seres é particularmente baixa, tanto que se fala em "inexperiência imunológica".

Para espelhar esse conhecimento na lei, mas procurando, ao mesmo tempo, não inflacionar a oferta de priorizações, apresentamos emenda para estender a prioridade devida aos bebês para até os 12 meses de idade, bem como para suprimir a alteração do parágrafo do art. 1º da Lei 10.048, de 2000, imposta pelo PL 5.815, de 2023, que não se faz necessária, pois, pelos termos da lei, o acompanhante já segue junto com aquele a quem acompanha.

Além disso, entendemos por bem realçar esta maior prioridade de pessoas com crianças de colo até 12 meses de idade e de pessoas com idade superior a 80 anos; não dentro do rol de todas as pessoas beneficiadas constantes do art. 1º da Lei 10.048, de 2000, modificado pela Lei 14.626, de 2023, mas, sim, dentro dos seus respectivos grupos, vale dizer, as pessoas com crianças de colo de até 12 meses de idade dentro do grupo das pessoas com crianças de colo e as pessoas com idade superior a 80 anos dentro do grupo das pessoas idosas, aquelas com idade igual ou superior a 60 anos. Avaliamos como mais prudente realizar essa delimitação, dada a complexidade de argumentos para a inclusão de beneficiados neste rol de prioridades, ocorrida de forma recente, com a publicação da Lei 14.626, de 2023.

Finalizamos com o destaque dos méritos da proposição, que torna a lei brasileira mais capaz de nos levar aos objetivos constitucionais de uma sociedade mais justa e mais civilizada.

Assim, Sr. Presidente, somos pela aprovação do PL 5.815, de 2023, com a emenda que nós apresentamos aqui, fazendo as adequações.

Esse é o projeto, essa é a emenda, que já foi publicada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares Alves. Parabéns, pelo seu relatório!

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, nos termos do relatório.

A votação será nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar. Proceda-se à votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peço às assessorias que comuniquem aos Senadores e às Senadoras que eles podem votar pelo aplicativo.

Enquanto isso, nós vamos continuar a nossa pauta, discutindo, debatendo e votando os projetos que não são nominais, o.k.? O.k., Senadora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos trabalhando aqui. O Senador Flávio Arns também está vindo; do Senador Romário, pelo menos, eu vi a sua assessoria se movimentando.

Já estamos no processo de votação. (*Pausa.*)

Senadora Damares, eu vou propor um projeto... um requerimento para debater também uma situação que tem tudo a ver com o projeto que V. Exa. relatou, com muita competência, sobre a situação das crianças. Eu vou explicar por quê. É o que trata de notícias, mediante pesquisa, que saíram no Brasil ontem à noite e hoje pela manhã: são notícia em todos os jornais os assassinatos contra crianças e adolescentes no Brasil. Infelizmente, aqui, os dados que eu vou passar se mostram assustadores.

Então, se V. Exa. concordar, como é uma emergência, eu diria que...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... é gravíssimo o que está acontecendo, eu botaria em votação o requerimento para uma audiência pública. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, aprovada a entrada desse requerimento extrapauta.

Eu passo, então, já para o requerimento.

E, nesse período, o autor do projeto já está aqui; poderá também comentar essa questão, mas também o próprio projeto, enquanto nós esperamos os Senadores que estão votando.

Posso encaminhar o requerimento?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

Senador Wilder Morais já está presente.

V. Exa. pode usar a palavra. Depois, em seguida, eu faço aqui a leitura do meu requerimento.

Já está aprovada a entrada extrapauta de um requerimento que trata também de um tema que muito bem V. Exa. propôs, que é a questão das crianças.

A palavra é sua, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu estava numa outra Comissão ali, mas não poderia deixar de vir aqui também para cumprimentá-lo e cumprimentar a nossa Relatora, aqui, agradecer-lhe também pelo parecer favorável e também cuidadoso, que ela teve aqui, inclusive aperfeiçoando o nosso projeto, dando ainda melhor ênfase. Eu acho que isso dá uma contribuição muito boa para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, eu venho agradecer à minha colega Senadora Damares, porque eu acho que esse projeto vem ao encontro dos anseios e da proteção das nossas crianças, dos bebezinhos, que precisam tanto desse apoio.

Quero só agradecer à Damares mais uma vez.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. O autor, o Senador Wilder Morais, cumprimentando a Relatora.

Se V. Exa. permitir, eu farei a leitura do requerimento que apresentei e aprovei extrapauta.

Requerimento.

Senhores e senhoras, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre "Assassinatos contra crianças e adolescentes no Brasil".

Justificação.

A Audiência Pública que agora proponho traz dados preocupantes, assustadores e tristes sobre o aumento de assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil.

Conforme levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública entre 2021 e 2023 mais de 15 mil pessoas até 19 anos foram mortas. Nessa soma, 91,6% entre 15 e 19 anos; 90% do sexo masculino e 82,9% eram pretos ou pardos.

Outro dado alarmante é que 18,4% das mortes foram causadas por violência policial.

São assustadores os dados e por isso eu já proponho que seja...

Eu leio já a agenda, se todos concordarem, vamos indicar os convidados, os painelistas, para que seja na próxima quinta-feira. Quinta-feira que vem é dia 22 de agosto, às 9h.

O Estado, as autoridades, a sociedade, precisam atentar para a questão do aumento da violência e também da omissão de qualquer tipo de autoridade em relação a essa violência às crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos um país "olímpico" e precisamos proteger nossas crianças e nossos jovens contra qualquer tipo de violência!

Crianças e jovens precisam de educação, de esporte, de carinho, de convívio familiar, de convívio social, de proteção e espaço para estudar!

Salvem nossas crianças e nossos jovens!

A audiência pública cumpre o requisito do art. 93, §1º, e do art. 102-E, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal .

Como eu notei aqui, os dados foram de fato preocupantes, eu me lembro de que nós aprovamos aqui por unanimidade um projeto que trata da abordagem policial. Aprovamos no Senado, foi de minha autoria. O Major Olimpio, inclusive, que era um policial, nos ajudou muito na construção dessa proposta. Ele está na Câmara dos Deputados há quase um ano e não votam.

Então, eu farei um convite, inclusive, a quem é Relatora desse projeto, que deve ser a Reginete Bispo, se eu não me engano. Ela está fazendo o maior esforço para que o projeto seja votado lá, para mudar a própria abordagem policial; tem tudo a ver com esse assassinato de crianças. Claro que eu falei 19,3%. Então, em torno de 80% são assassinados não por policiais. Ninguém aqui está condenando somente esse ou aquele setor. Estou dando dados: em torno de 20% são mortos por ação policial e 80% são mortos pelas milícias, por assalto, por crimes contra crianças e adolescentes.

Eu já convido a todos os Senadores e a todas as Senadoras para indicarem, pela importância do tema, painelistas. Nós, claro, vamos convocar também os setores vinculados à segurança, ao combate à violência – o pessoal da segurança. Vamos convocar também representantes do Governo e da sociedade civil organizada. A Senadora Damares já poderá também indicar alguns setores, se assim entender. Queremos fazer uma audiência de fôlego, para que essa situação não continue.

E a palavra que aqui está escrita é: salvem as nossas crianças e os nossos jovens. Enfatizo isso e passo a palavra à Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa e só lamentar, Presidente. O senhor sabe que essa é a minha pauta, o senhor me conhece já há alguns anos, em que eu corro e falo e grito e berro. A gente vai ter que fazer um pacto pela infância no país.

Presidente, nós estamos matando mais crianças e adolescentes que países em guerra. O que acontece no Brasil é baixa de guerra, Presidente. Mais do que em países em guerra, nós estamos matando crianças e adolescentes.

A gente fica tão comovido quando vê um atentado lá fora em que crianças morrem, mas nós temos um atentado todo dia aqui – todo dia. Então, a gente tem que dar um basta.

Eu queria propor, Presidente... Quem sabe essa audiência pública possa ser um marco, um marco mesmo, e a gente, dessa audiência, possa fazer alguns encaminhamentos? Eu o ajudo no que for preciso.

Vamos consolidar, vamos pegar tudo o que está tramitando – esse é um papel nosso, do Legislativo – na Câmara e no Senado que tenha o nome "criança".

Eu pedi ao Presidente Pacheco que a gente tivesse uma Comissão aqui de infância...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me lembro disso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, tem muita proposta boa circulando aqui, e dá para a gente fazer, a partir dessa audiência pública, um levantamento para a gente consolidar as melhores propostas num projeto único, pensar tudo e apresentar uma proposta, inclusive de política pública, para a gente instituir novas políticas públicas por meio de projeto de lei, ajudar... Pegar aquelas políticas públicas boas que estão funcionando e transformar em lei, porque o meu medo, Presidente – e é um risco que a gente corre o tempo todo – é a não continuidade de boas políticas públicas. Se a gente as transforma... Se a gente não tivesse transformado o Dique 100 em lei, seria possível um outro Governo que estivesse vindo acabar com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hum-hum.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, a gente também vê políticas públicas eficientes que podemos transformar em lei pela sustentabilidade e continuidade, mas eu acho que essa audiência pública, nesse tempo em que o Brasil está sendo sacudido com tanta morte de criança, pode ser um momento ímpar para nós, aqui na Comissão, aqui no Parlamento.

Parabéns pela iniciativa!

Quero participar, de uma forma ativa, da formatação, da audiência no dia e dos encaminhamentos da audiência.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu a cumprimento pela fala de V. Exa. e concordo com a proposta, porque, além das audiências públicas para ouvir a sociedade, eu sempre digo que é preciso ter algum encaminhamento, nem que seja para as autoridades, para os governos, mas também, nesse caso, pela sua visão e proposta, seria para o Parlamento mesmo, para pegar, se não conseguir na Câmara, pelo menos tudo que há no Senado circulando sobre esse tema. E por que não pegar alguns projetos da Câmara e colocar junto? Aí não depende de vontade ou não, se os Deputados querem ou não querem. Só estou dando um exemplo. É possível, porque já fizeram isso no Senado, na Câmara, na visão que a senhora coloca, tudo que estava tramitando... Perguntaram-me se algum projeto, alguma ideia é daqui. Eu passei para eles. E eles, automaticamente, me disseram: "Olha, vamos também aproveitar algumas sugestões, sugestões que estão no Senado em forma de projeto de lei". E claro que lá eles aproveitaram como uma sugestão. É o que nós podemos fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... pegar tudo que há sobre criança e adolescente aqui, ver aquilo que está tramitando na Câmara e falar com os autores se podemos aproveitar como sugestão. Acho que é uma ótima ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos conversar também, sim. Eu acho que é o momento... Porque aqui os números são tão assustadores. Fazendo um cálculo aqui, conforme levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2021 e 2023, 15 mil pessoas – crianças e adolescentes – foram mortas, assassinadas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se resumirmos aqui, são no mínimo 5 mil por ano, 5 mil crianças e adolescentes sendo assassinadas neste país todo ano. E os dados viram números, estatísticas, e isso preocupa muito.

Por isso, pelo que percebi de V. Exa., eu boto em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será na próxima quinta-feira, e vamos convidar todos os setores da sociedade – do Executivo, da sociedade civil, do próprio Judiciário, da segurança pública – para ver no que a gente pode avançar, na linha que V. Exa. colocou e em tudo aquilo que nossos convidados poderão também contribuir.

Então, aprovado o requerimento.

Vamos encerrar a votação. Já deu o quórum.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E tenho certeza de que o projeto será aprovado. Essa minha certeza... Olha... Viu? Acertei, ainda bem, viu?

Então, o resultado: SIM, 11; NÃO, 0.

Então, aprovado o projeto do Senador Wilder Morais, relatado pela Senadora Damares Alves, conforme substitutivo que apresentou.

O resultado, então, foi de 11 a 0.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando prosseguimento à apreciação do Substitutivo integral ao Projeto de Lei nº 5.815, de 2023, informo que, em conformidade com o art. 282 do Regimento de Interno do Senado Federal, será aberto o turno suplementar. Durante esse período, os Senadores poderão oferecer emendas ao texto aprovado. Não sendo oferecida emenda, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem necessidade de nova votação, conforme o art. 284 do Regimento.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

A Senadora Leila e a Senadora Soraya Thronicke disseram que estão fazendo esforço, eu diria, dentro dos seus limites, para estarem aqui, porque fazem questão de relatar os projetos em que elas estão trabalhando.

E, com isso, eu vou avançar aqui nos requerimentos...

Esse outro requerimento, requerimento...

Já votamos. Então, vamos agora continuar... (*Pausa.*)

Há um pedido das duas Senadoras. Se a gente pudesse aguardar, eu diria, alguns minutos... Eu espero que sejam minutos mesmo, e nós aguardaríamos aqui até que elas duas cheguem, para apresentar seu relatório.

Eu poderia aproveitar, se você me permitir, Ingrid, esse tempo para anunciar as audiências públicas que nós teremos nos próximos dias. (*Pausa.*)

Já realizamos... No dia 12, tivemos aqui "A participação negra no sistema político eleitoral", com uma série de preocupações em relação à PEC 9, que está sendo debatida lá na CCJ.

Teremos aqui, no dia 19/08, "A previdência pública é viável". É uma afirmação de que a previdência pública é viável, e explico por que a previdência pública é viável.

Eu fui Presidente de uma CPI sobre a previdência pública no Brasil e mostramos que ela é superavitária. O que há é o desvio, ao longo da história, dos recursos da previdência. E vem anistia, e vem anistia, e aí, claro, quem vai pagar a conta no final é o povo, é o trabalhador, é o aposentado, é o pensionista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Percebemos que há setores no mercado, setores que já querem uma nova reforma da previdência, que visa ao quê? A retirar mais direito do trabalhador, do aposentado, do pensionista, do assalariado, como se esse desvio do dinheiro da previdência, que é feito por setores da sociedade... Eu me refiro de novo ao mercado. Aí, entram bancos, entram grandes empresas que recolhem do trabalhador, e não recolhem o que deveriam para a previdência.

E, aí, em vez de se aprofundar o debate sobre essa situação, o que a gente percebe é um movimento nacional por uma nova reforma da previdência, e nós sabemos que, com uma nova reforma da previdência, vêm aumento da contribuição, aumento da idade e só prejuízo para aqueles que realmente descontam religiosamente do seu salário, todo mês, a contribuição para a previdência da área pública e da área privada.

Eu tenho uma visão, e vou aqui aproveitar esses minutos para falar, que eu venho há muito tempo falando – espero que um dia a gente chegue lá: acabar com a contribuição sobre a folha de pagamento e passar para o faturamento, e vou dar o exemplo, simples: quem é que menos emprega gente e mais fatura neste país? Os banqueiros. Para não dizer os bancos, eu vou dizer os banqueiros já. São os que mais faturam, e, hoje em dia, cada vez mais o sistema é automatizado, é virtual...

Tem banco que tinha 200 empregados, e hoje tem 20. E nós sabemos disso. O Sindicato dos Bancários nos passa todas as informações.

Então, por que quem menos emprega menos paga para a previdência e mais fatura?

Um empresário que tem lá mil empregados e paga sobre a folha claro que vai pagar muito mais que um banqueiro que paga sobre a folha de 100 empregados. Não tem como, essa explicação é matemática. Eu venho insistindo com esse tema de nós caminharmos para passar para o faturamento e não sobre a folha de pagamento. Com isso, todos ganham. Ganha o próprio empreendedor, porque ele terá uma previdência mais viável, mais robusta, mais qualificada para atender o seu povo que trabalha; e o povo, naturalmente, será o grande beneficiário, porque não terá mais aquele desconto que vem na linha de cada vez aumentar os custos da previdência e que vai para a conta dele.

Mas eu espero que um dia a gente chegue lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então nós teremos a previdência pública viável aqui. Depois teremos também, no dia 21...

Calma que eu vou além do que está aqui na pauta. Se eu ficar só na pauta, eu vou só anotar aqui e eu não ganho tempo para a Senadora chegar. Uma já chegou.

Senadora Soraya Thronicke, eu estava aqui dando o tempo para esperar você chegar, dando informe. Eu vou concluir já.

Nós teremos, no dia 21, uma audiência pública lá no Nereu Ramos sobre o quê? Previdência também. A sociedade civil organizada, a Frente Parlamentar Pública em Defesa da Previdência Pública marcou, para o dia 21, uma grande audiência lá no Nereu Ramos, na Câmara, para Senadores e Deputados. Vamos fazer uma audiência conjunta. Por isso, não teremos sessão deliberativa nesse dia.

Lembramos também que agora, no dia 20, aqui na nossa Comissão, às 14h30, teremos um debate sobre as propostas de políticas públicas para a juventude no contexto G20.

No dia 22/08, na quinta, o que aprovamos hoje, a questão do assassinato de crianças e adolescentes no Brasil. E os dados aqui nós já passamos: foram 15 mil ao longo de 2022 e 2023. Foram três anos, não é? De 2021 a 2023.

Teremos, no dia 27/08, um debate aqui sobre os 45 anos da Lei da Anistia.

No dia 29/08, Dia da Visibilidade Lésbica, pesquisa e ativismo. Sobre pesquisa também, o que aponta isso.

E lembro a todos que teremos o Congresso em Foco no dia 20... Ele deve saber. (*Pausa.*)

Dia 29. Alguém da assessoria tem que ajudar. Muito bem!

No dia 29, nós teremos à noite o Congresso em Foco, pessoal, que é um evento político que, no meu entendimento, fortalece a democracia. Todos que puderem estejam lá.

Teremos na CE, no dia 15/08, uma audiência pública para instruir o PL 1.290/2024, o que institui o mês de abril como Mês Nacional da Valorização da Cultura Brasileira.

Dados os informes, vamos voltar para a nossa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à Senadora Damares Alves, que resistiu heroicamente enquanto eu fiquei falando, falando, falando, para esperar a Senadora chegar aqui.

Vamos lá!

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2293, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 127-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer que o estupro de vulnerável se consuma independentemente de ter ocorrido contato físico direto entre o agente e a vítima.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para a leitura do seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, pela paciência e a todos vocês, Senadora Damares, porque é difícil trabalhar, nós não somos onipresentes – ter que estar lá na CCJ e aqui ao mesmo tempo é difícil. Então, por isso, agradeço a sua compreensão. Esta sua Comissão aqui, na sua Presidência, é uma Comissão de que eu faço questão de participar ativamente.

Passo ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei nº 2.293, de 2023, de autoria do Senador Fabiano Contarato, altera o art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, que é o nosso Código Penal, para estabelecer que o estupro de vulnerável se consuma independentemente de ter ocorrido contato físico direto entre o agente e a vítima, sendo suficiente a prática de ato libidinoso, ainda que incitada por meio virtual.

A justificação da matéria argumenta que a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça fixou esse entendimento ao julgar caso no qual um homem incentivou, por meio virtual, duas mulheres a praticarem atos libidinosos contra crianças, a fotografarem esses atos e a encaminharem a ele as imagens para satisfação de sua lascívia. Os magistrados reconheceram o nexo causal entre a conduta do homem e os atos libidinosos aos quais as crianças foram submetidas, tornando-o corréu pelo crime de estupro de vulnerável. O objetivo da proposição é o de estabelecer em lei esse entendimento para evitar decisões dissonantes.

A matéria foi distribuída às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo a esta última manifestar-se em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Passo para a análise.

O inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência deste Colegiado para opinar sobre matérias relativas à proteção das pessoas com deficiência e de crianças e adolescentes, como é o caso da proposição ora examinada.

Com relação ao mérito da proposição, cabem algumas reflexões.

As condutas típicas abrangidas pelo crime de estupro de vulnerável, descritas no art. 217-A do Código Penal, são a prática de conjunção carnal ou – eu destaco o "ou", porque muita gente pensa que tem de haver obrigatoriamente a conjunção carnal – de outro ato libidinoso com crianças ou adolescentes com idade inferior a 14 anos, ou com pessoa que não tenha o necessário discernimento para a prática do ato, ou não puder, por qualquer causa, momentânea ou permanente, oferecer resistência ao agressor, como o caso de a pessoa estar em coma, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o art. 13 do mesmo código estabelece que o crime é imputável a quem, por ação ou omissão, lhe der causa.

Com relação ao concurso de pessoas, o art. 29 da mencionada norma prevê que quem concorre para o crime, de qualquer modo, incide nas penas a ele cominadas, na medida de sua responsabilidade.

No exemplo citado pelo autor, o homem que incentivou as mulheres a estuprar as crianças é, nitidamente, coautor do crime, pois participou da cadeia de causalidade, mesmo sem manter qualquer contato físico direto com as vítimas. Há outras hipóteses que se amoldam ao conceito de "estupro virtual", ou correspondem a atos libidinosos que não envolvem o contato físico, com penas mais brandas do que a do estupro de vulnerável. A semelhança entre as hipóteses descritas nesses crimes e a conduta do coautor que, à distância, participa do estupro de vulnerável pode ensejar incongruências na aplicação da lei penal.

Entendemos que a lei penal deve ser suficientemente ampla para abranger condutas que variam com o tempo e com a cultura, mas não deve ser vaga, nem aberta, a ponto de criar insegurança ou confusão, inclusive porque uma de suas funções é a de prevenir delitos.

Para evitar que isso ocorra, é meritória a alteração proposta, que garante a aplicação do tipo penal mais preciso, que proporciona maior defesa da sociedade contra a conduta mais reprovável.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.293, de 2023, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

E eu gostaria de destacar aqui que houve um caso no Mato Grosso do Sul, em que um Desembargador nosso entendeu – um Desembargador, que é inclusive Professor de Direito Penal, muito respeitado... Mas nós precisamos evitar, a lei precisa ser clara, precisamos evitar decisões dissonantes, ainda mais porque esse tipo de delito, Senadora Damares, está cada dia mais corriqueiro.

O que pode ocorrer? De uma pessoa começar a envolver crianças, envolver vulneráveis numa conversa, por computador ou por meio do celular, e nisso começar a ameaçá-la. Se hoje tirou foto das mãos, amanhã tirou foto de outras partes do corpo, pode começar a ameaçar:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Olha, se você não praticar...". Esse verbo aqui eu vou evitar, sabe, mas é que, dentro da tecnicidade – a Senadora Damares sabe muito bem –, nós precisamos ser absolutamente técnicos. E o verbo é a conjunção carnal ou outro ato, mas mesmo assim até uma conjunção carnal pode ser usada numa obrigatoriedade de a pessoa por detrás das câmeras executar algo desse tipo entre duas pessoas ou com um objeto, seja lá o que for.

Nós precisamos caminhar dentro da legislação, conforme os fatos da vida cotidiana na sociedade vão exigindo. Avanços aqui de tecnologia todo dia melhoram em certos pontos, mas colocam toda uma população, que fica desassistida pela demora na legislação. Eles não caminham, esses avanços não caminham na mesma proporção, e acredito que já seja até tarde, porque, neste caso do Mato Grosso do Sul, o Magistrado simplesmente disse que não houve, não houve o estupro, e simplesmente essa pessoa foi absolvida.

Então, tamanha é a urgência deste projeto de lei. Nós não sabemos o que nossos filhos, filhas, as pessoas que estão junto conosco estão fazendo 24 horas com isto aqui nas mãos. Então, é sério demais.

Então, parabenizo o Senador Fabiano Contarato e peço o apoio dos colegas para a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Soraya Thronicke, em primeiro lugar, quero cumprimentá-la pelo relatório e pelos comentários. Esse tema hoje é planetário, não é? O mundo todo está preocupado, devido à agressão, à violência sobre as nossas crianças, e esses doentes, esses – eu digo doentes para não usar... Mas são criminosos – não? –, criminosos que estão fazendo.

E o Senador Fabiano Contarato, em boa hora, apresenta mais um projeto nessa linha que está sendo colocado na Câmara dos Deputados. Temos que enfrentar essa violência sem limite desses abusadores. Por isso tem a ver inclusive com a morte de crianças e adolescentes. Eles abusam e matam daí para sumirem com a prova do crime, não é?

Mas, Senadora Damares Alves, por favor, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar a Soraya pelo voto e o Senador Contarato pela proposta. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eles estão fazendo é fechar o cerco. Por que, Presidente? A gente já tem alguns delegados que estão ousando prender pelo estupro virtual. A gente já tem indiciamento, mas, quando chega lá, no julgamento, tem juízes, tem magistrados que acham que não existe o estupro virtual. E, com a lei sendo aprovada, a gente vai tirar essas dúvidas, inclusive dessa questão de o juiz decidir pelo que ele acha. A lei vai estar muito clara.

Então, é necessário e oportuno. Acho até que a gente tem que trabalhar correndo com a urgência, porque o estupro virtual é a nova modalidade de estupro. A gente tem que entender que as dinâmicas sociais mudaram, e as práticas do crime acompanham as mudanças sociais, Soraya.

Aqui, em Brasília, nós tivemos o primeiro caso que foi tipificado em inquérito como estupro virtual. Eu estava Ministra, eu fui à delegacia pegar na mão do policial, do delegado e parabenizá-lo. E tudo começou assim: um homem entrava na internet e usava uma foto de uma menina pelo Instagram. O nome da menina era Bianca. Então, ele buscava meninos mais ou menos da mesma idade da suposta Bianca e começava a conversar no Instagram. E era uma menina apaixonante, linda – linda. E, dali a pouco, eles começavam a se apaixonar no Instagram. Ele pedia o WhatsApp. O menino dava o WhatsApp. Daqui a pouco eles estavam conversando. E essa Bianca era tão linda que ela pedia para o menino um *nude*. E o menino apaixonado mandava para a menina. A partir do momento que a tal Bianca tinha um *nude* do menino, porque já estavam apaixonados – o cara sabia falar com meninos –, quando ele tinha um *nude* do menino, aí ele se apresentava: "Eu não sou Bianca, eu sou um homem e, a partir de agora, você está na minha mão, porque, se você não fizer o que eu quero, eu vou expor sua foto, e seu pai e sua mãe vão tirar o celular de você". Aí ele começava a pedir coisas absurdas, Presidente. Mas cada absurdo que ele pedia, ele gravava. Então esse menino ia ficando refém, esses meninos, cada vez mais. Até que uma mãe... E os meninos com medo de falar com os pais. Dois tentaram suicídio, tá? Até que uma mãe pegou a conversa, não brigou com o filho... E aqui, atenção, pais e mães, diante de uma situação dessa, não castigue seu filho, seu filho é só um adolescente, é só uma criança, e imediatamente denuncie. Aí uma mãe foi à polícia e aí, Presidente, a polícia resolveu o seguinte, alguns agentes do DF: "Nós vamos entrar no Instagram como meninos dessa idade. E a gente, já sabendo que existe essa Bianca, vai atrás dela". E eles começaram, ao contrário, a paquerar a tal Bianca. Flagraram, Presidente. E a Polícia Civil daqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi... O homem estava no interior do Maranhão, numa cidade pequena, num quarto. Só no DF: 60 vítimas. E ele foi trazido para cá, Presidente, algemado. Eu fui à delegacia. E o delegado disse; no primeiro interrogatório, nós perguntamos: "Você fez vítimas em outro estado?". Sabe o que ele respondeu? "Só não fiz no Acre". Todos os dias...

Só que é o seguinte, Presidente, olha como esse projeto aqui é importante: todo mundo sabe da minha história, eu fui estuprada 54 anos atrás, mas não tem nenhuma imagem. Eu estou trabalhando com meninas que são mulheres hoje que foram estupradas e foram filmadas. O estupro é todo dia, Presidente, porque essa mulher está adulta hoje e a imagem dela, como criança sendo estuprada, está circulando. Presidente, algumas dessas mulheres receberam as suas imagens quando crianças sendo estupradas. É eterno. O estupro virtual é eterno. Nós vamos ter que entender essa nova dinâmica do estupro virtual.

Então, o Senador Contarato foi feliz ao apresentar a matéria, e a Soraya. E eu estou falando aqui de dois Senadores juristas, porque, quando é um Senador que é ativista da causa, tem um peso muito grande, mas sendo dois juristas que sabem que a dinâmica jurídica é complexa... E Contarato vem de lá, ele é delegado, ele veio de lá. Então, eu tenho dois Senadores juristas que amam crianças, mas que estão apresentando aqui um olhar jurídico para a matéria.

Então, parabéns, Soraya. Vamos fechar o cerco, vamos fechar essas brechas da legislação e vamos proteger crianças.

E, por fim, Presidente, eu falo muito da proteção de criança. E, no ano passado, eu fui a um grande evento em que tinha muito jovem, e eu tive vontade de falar ao contrário. E o que eu falei? "Tem alguém aqui que está se sentindo refém porque mandou uma foto para alguém?". Aí eu falei: "Eles não vão querer se expor". Aí eu fiz o seguinte comentário: "Você conhece alguém que está exposto porque mandou uma foto? Nós vamos te proteger. Vem para a frente que eu quero te abraçar". Presidente, eles choravam. É claro que eles não queriam dizer que eram eles: "Eu conheço alguém que está sofrendo isso". A partir daí, eu falei: "Não tenham medo; nós temos uns Senadores muito bravos no Senado que vão proteger vocês. Denunciem!". E são muitos jovens, adolescentes e crianças, reféns desses criminosos hoje – hoje!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E assim, Presidente, não é só Instagram. Nos tais joguinhos que papai e mamãe acham que são livres, eles estão entrando nesses joguinhos como crianças. Tem pais que vão dizer aqui: "Ó, Senadora Damares e Soraya, estão exagerando. Meu filho só joga aqueles joguinhos infantis de desenhos livre!". O senhor acha que pedófilo vai ficar em jogo de adulto? Eles vão para os joguinhos infantis. E, nesses joguinhos infantis, Presidente, às vezes os pais não sabem que tem salinhas de bate-papo. É ali que tudo começa.

Então, Soraya, parabéns! A gente dá um passo enorme hoje na proteção da criança. Depois eu vou abraçar o Senador Contarato.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora Damares, pelo seu comentário, contando relatos, fatos até, da sua vida pessoal, para deixar clara a importância desse projeto.

Então, fica aqui meu carinho, meu abraço ao Senador Contarato, à Senadora Soraya Thronicke, à Damares também, pela sua forma de avaliação, que deu um relato aqui, que, pela TV Senado, foi para todo o Brasil.

Ambas estão de parabéns. Por isso que eu tenho, entre... Claro que esse é um momento em que a gente está contando tragédias e que temos que combater esses crimes, mas eu fiquei muito feliz e não quis esconder... Por isso que eu pedi audiência pública para debater essa história de 5 mil crianças assassinadas todo ano neste país. Temos que mostrar a realidade deste país e ponto. Não é uma questão desse ou daquele governo. É uma questão de vida das crianças e adolescentes; e aqui, no caso, o estupro, que é essa loucura que vocês aqui relataram, com muita competência.

Então, mais uma vez, parabéns, Senador Fabiano, parabéns, Senadora Soraya, e parabéns, Damares.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Eu gostaria da urgência e jogar logo no Plenário, mas me falam que não pode. Tem que passar pela CCJ nesse caso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou me retirar. Vou para a CCJ agora, mas estou aqui votando, como votei há pouco, e quero parabenizar o senhor mais uma vez.

Esse projeto de lei é de 2023. Aqui, gente, não fica nada parado na gaveta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não fica na gaveta, não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... projetos importantíssimos, andando com essa velocidade que é rara de se ver.

Parabéns a V. Exa. e a toda a sua equipe por trabalharem de verdade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós todos.

Parabéns à nossa equipe, aqui, da Comissão e parabéns a todos os Senadores e Senadoras pela presença permanente. Por isso que a pauta tem avançado.

Algum projeto que sai de pauta é a pedido do autor ou da Relatora, ou, muitas vezes, a pedido também do próprio Governo, mas aí nós conversamos com o autor e com a Relatora essa solicitação do Governo.

Eu quero dizer também que a Senadora Leila do Vôlei nos informa aqui, está anotado aqui, que ela não vai conseguir chegar, mas, de pronto, agradece às Senadoras que estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, esperando, de forma gentil, que ela chegasse para votar o seu projeto. Como é um projeto pelo qual ela tem muito carinho, ela quer votar, não quer abrir mão para que seja *ad hoc*. E acho justo também, não é? É um projeto em que ela trabalhou muito no estudo do relatório, e ela faz questão de estar aqui.

Diante dos fatos, encerramos os trabalhos do dia de hoje.

Está encerrada a nossa reunião da CDH.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e cinco minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, André Amaral, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Rosana Martinelli, Tereza Cristina, Carlos Portinho, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Damares Alves, Augusta Brito e Dr. Hiran, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Marcos do Val, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Chico Rodrigues e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2024 - CRE, de autoria Líder do PP Tereza Cristina (PP/MS). **Finalidade:** Ouvir o Senhor Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, como convidado, sobre sua atuação como enviado do Brasil para acompanhar as eleições presidenciais ocorridas na Venezuela. **Participante:** Senhor Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/15

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta da 12ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme a pauta publicada, a reunião será dedicada à audiência pública, em atendimento ao Requerimento 14/2024, da CRE, de autoria da Senadora Tereza Cristina, com a finalidade de receber como convidado o Exmo. Sr. Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, para tratar de sua atuação como enviado do Brasil para acompanhar as eleições presidenciais na Venezuela.

A reunião, como todos sabem, será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria (0800 0612211).

Eu tenho a honra de cumprimentar o convidado para integrar esta mesa de trabalho, Exmo. Sr. Embaixador Celso Amorim.

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos. Inicialmente será dada a palavra ao convidado pelo tempo de até 30 minutos para sua exposição inicial. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, pelo prazo de cinco minutos, em blocos de três interpelantes.

Na sequência, o convidado terá um prazo de cinco minutos para a resposta. Por fim, poderá ser concedida réplica ou tréplica, com o limite de até três minutos para ambas.

Como disse anteriormente, a presente reunião é consequência da aprovação do requerimento da Senadora Tereza Cristina, com a finalidade de ouvirmos o ex-Ministro e Assessor Especial, Embaixador Celso Amorim.

Nunca será excessivo repetir que nossas relações internacionais são regidas pela Constituição Federal de maneira absolutamente cristalina, um decálogo que, observado e respeitado, sempre nos conduzirá por caminhos seguros e democráticos. Os dez mandamentos da política externa brasileira são exatamente: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre Estados, a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos, repúdio ao terrorismo e racismo, cooperação para o progresso da humanidade, concessão de asilos e a integração da América Latina.

A eleição da Venezuela, como todos sabem, está sendo observada de perto por todo o mundo democrático. Há múltiplos questionamentos, especulações, contestações, lacunas e, sobretudo, uma opacidade que não colabora em nada para dissipar as dúvidas levantadas por organismos internacionais, agentes públicos e privados mundo afora, entidades civis, organizações não governamentais, entre outras. A transparência é um componente indissociável da legitimidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

qualquer pleito. Onde há sombras, onde falta luz, as suspeitas se multiplicam e ampliam a sensação de que lá não se vive uma democracia plena e, como se sabe, não existe democracia relativa.

Para dar início ao debate, eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Embaixador Celso Amorim.

V. Exa. dispõe de até 30 minutos.

O SR. CELSO AMORIM (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, é um prazer estar novamente aqui com V. Exa.; Exmos. Srs. Líderes do Governo no Congresso Nacional, Senadores Jaques Wagner e Randolfe Rodrigues; Exma. Sra. Senadora Tereza Cristina, autora do convite que me traz aqui hoje, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores e Senadoras e todos os presentes, é uma honra e também uma satisfação voltar ao Senado Federal, onde já tive o prazer de estar em diversas ocasiões, inicialmente como Chanceler do Presidente Itamar Franco, depois do Presidente Lula e como Ministro de Defesa na gestão da Presidenta Dilma Rousseff.

Hoje venho numa posição distinta, de Assessor Especial do Presidente da República. Como gosta de dizer o próprio Presidente Lula, eu fui incumbido de ser o seu assessor para assuntos conflituosos, que então são, por definição, difíceis e muito polêmicos.

A política externa do atual mandato do Presidente Lula representa uma volta do Brasil ao mundo e aos princípios da diplomacia brasileira, que acabam de ser enunciados pelo Presidente. Na minha nova função, tenho tratado de exercitar um desses princípios, a defesa do diálogo e da paz, uma diretriz que tradicionalmente pautou a atuação externa do Brasil.

Desde janeiro de 2023, temos recuperado a nossa vocação universalista. As três primeiras viagens que o Presidente Lula fez, nesse seu terceiro mandato, foram muito simbólicas. O primeiro destino, ou melhor, dois destinos, foram a Argentina e o Uruguai, representando a prioridade que conferimos ao nosso entorno regional. Os destinos seguintes foram os Estados Unidos e a China, mostrando que somos avessos a rivalidades geopolíticas e alinhamentos automáticos.

Dialogamos com todos. Só neste ano de 2024, o Presidente recebeu chefes de Estado e de governo de quatro países europeus – Espanha, França, Croácia e Itália – e visitou cinco países da América do Sul – Guiana, Colômbia, Bolívia, Paraguai e Chile. Na nossa região, encontramos um cenário muito mais difícil do que nos mandatos anteriores do Presidente Lula e mesmo no mandato do Presidente Itamar, a quem também servi como Ministro do exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Entre 2002 e 2015, os países tinham divergências políticas, mas sabiam que a nossa união traria benefícios concretos para todos. O exemplo que sempre damos é de Hugo Chávez e Álvaro Uribe, polos opostos em termos ideológicos, mas que eram pessoas capazes de dialogar e procurar soluções para os problemas, e nós mesmos estivemos muitas vezes envolvidos nessa discussão.

Estamos empenhados em reconstruir esse ímpeto. No ano passado, fizemos uma primeira reunião de presidentes sul-americanos desde 2014. Eu acho que é desnecessário sublinhar a importância geopolítica, econômica e social da América do Sul. Nós falamos América Latina, mas a América do Sul é a nossa casa mais imediata. Por exemplo, vejo esforços muito grandes na integração – sobretudo da nossa Ministra Simone Tebet – na parte de infraestrutura.

Dessa reunião do ano passado, resultou um mecanismo chamado Consenso de Brasília, que tem promovido discussões sobre questões importantes que atravessam fronteiras e demandam ações coordenadas como infraestrutura, respostas a desastres naturais e segurança pública. Paralelamente, continuamos engajado em reorganizar a Unasul. Eu sei que a Unasul desperta muita polêmica, mas, só para lembrar dois ou três organismos muito importantes: o Isags, que era o Instituto de saúde sul-americana, com sede no Rio de Janeiro; o Conselho de Defesa Sul-Americano, que contribuiu muito para evitar conflitos, inclusive entre a Venezuela e a Colômbia, dirigidos por países com visões opostas, e a parte toda de infraestrutura também, que já tinha uma origem mais antiga.

Um dos maiores desafios da integração regional hoje é, precisamente, o processo político venezuelano. Temos um histórico de contribuições construtivas à solução de impasses políticos na Venezuela.

A minha primeira visita à Venezuela como Chanceler foi ainda com o Presidente Itamar Franco, quando assinamos – talvez lembre o Senador –, nessa época, o acordo de La Guzmania, que foi o primeiro grande acordo, uma grande declaração, quase numa reunião conjunta entre os gabinetes venezuelano e brasileiro, e um esforço, o começo de um esforço de olhar mais para a parte norte da América do Sul, que sempre ficou um pouco abandonada em função da prioridade natural do Prata. Mas, já mais adiante, logo no início do primeiro mandato do Presidente Lula, ajudamos a encaminhar a crise que seguiu à tentativa de golpe contra Hugo Chávez, em 2002.

Só para lembrar, em meados do último ano do Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve um golpe de Estado, chegou a ser reconhecido por alguns países – pela Espanha, pelos Estados Unidos – e o Brasil, o Presidente Lula, quando chegou à Presidência, coordenadamente com o Presidente Fernando Henrique, começou as primeiras ações de apaziguamento interno. Mas uma delas, já de responsabilidade do Presidente Lula, foi a criação do Grupo de Amigos da Venezuela. Eu chamo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atenção por esse ponto, embora já pareça longínquo, há mais de 20 anos, mas eu chamo atenção por esse ponto, porque na época havia dúvidas e o próprio Presidente Chávez queria a criação de um grupo de amigos, mas foi preciso o Presidente Lula – o grupo de amigos deles incluiu o Brasil, o Chile talvez, mas talvez a Rússia – dizer a ele que não era um grupo de amigos do Chávez, era um grupo de amigos da Venezuela. E por isso, nesse grupo, nós incluímos os Estados Unidos, incluímos a Espanha – do Primeiro-Ministro Aznar, que tinha reconhecido o governo do golpe –, incluímos Portugal, que também tinha um governo de direita, além de Chile e México. E, graças à atuação desse grupo de amigos, liderada pelo Brasil, pelo Presidente Lula, especificamente, foi possível convocar um referendo revogatório, que é previsto na Constituição venezuelana, mas que não estava sendo muito... não era objeto de muito empenho, nem dele nem de outros, porque outros desejavam outras soluções, uns queriam um plebiscito imediato, outros queriam novas eleições. Mas, finalmente, foi possível convencê-lo a convocar o referendo revogatório, que ocorreu em 2004, meados de 2004. E não só isso, mas também uma observação internacional muito forte, sobretudo da própria Organização dos Estados Americanos, então chefiada pelo ex-Presidente Gaviria, da Colômbia. Naquela época, a OEA gozava de uma reputação, para dizer francamente, melhor que a de hoje, depois do que aconteceu nos episódios na Bolívia. Então foi possível fazer isso, houve uma certa resistência do Presidente Chávez, mas finalmente nós conseguimos, e quem chefiou a missão da OEA foi um brasileiro, que era o nosso embaixador na Organização dos Estados Americanos.

Enfim, então foi um esforço muito grande, mas de grande cooperação, obviamente, sempre com a orientação do Presidente. Eu falei várias vezes, inclusive, com Colin Powell, trocamos correspondências, chegou a haver uma situação em que o Colin Powell deu para mim – ou melhor, deu para que fosse lido pela minha assessoria – um discurso que ia ser feito no Congresso americano e que poderia agravar um pouco a situação. Foi uma coisa, assim, pouco comum o Brasil dar *nihil obstat* para um pronunciamento interno americano.

Mas, enfim, o fato é que houve isso. Obviamente, isso conseguiu abrandar a situação naquele momento, mas seguiram-se outras eleições e as dificuldades não desapareceram. A sociedade venezuelana – quem já esteve lá sabe– é muito dividida e acho que uma das coisas que deixaram de ocorrer foi uma tentativa mais forte de unificar a sociedade. Ela continua muito dividida até hoje e isso é, digamos, para mim, a raiz desses problemas que também se expressam no plano político.

Bem, não preciso contar todos os problemas que surgiram depois. Houve fortes crises na Venezuela, houve algumas eleições – algumas tiveram, digamos assim, uma vantagem muito clara, como foi a do Chávez com o Capriles, mas já na do Maduro com o Capriles foi muito apertado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A morte do Presidente Chávez também deixou o próprio governo com uma liderança menos nítida, afinal o Chávez era quem tinha feito as grandes transformações e promovido a nova Constituição. E isso coincide também com o momento em que o Brasil meio que se afasta um pouco da Venezuela. E isso, penso eu, também não contribuiu para os eventos que se seguiram. Houve a eleição de uma assembleia de oposição e uma Assembleia Nacional Constituinte, criando – digamos – um duplo poder legislador, que, evidentemente, não é positivo.

Bem, depois disso, com grande... a Venezuela sempre é objeto de um grande isolamento externo, ao contrário do que tinha acontecido nos anos do Chávez, pelo menos até certo ponto. Houve a autoproclamação do Juan Guaidó como Presidente interino, em 2019, com muita resistência interna também e uma atuação internacional complexa. Por exemplo, a Venezuela até hoje não é membro da OEA. O Guaidó se foi, mas a Venezuela saiu e não voltou. Então, por exemplo, quando se vai votar uma resolução sobre a Venezuela na OEA, eu, pessoalmente, tenho sérias dúvidas com a resolução sobre um país que não é membro.

Bem, mas o fato é que faltou um pouco de diálogo nesse período. E o que nós procuramos fazer – já chegando ao período mais próximo, já agora em... Só vou dar um pequeno dado sobre o comércio para também se ter uma noção de como chegou a ser importante a relação com o Brasil. Chegou, em 2012, o comércio – e quase totalmente exportações brasileiras, porque a gente exporta muito pouco –, a US$6 bilhões. A Venezuela foi o terceiro ou quarto maior mercado do Brasil em determinado momento. E ela caiu em um total de 90%. Está recuperando um pouquinho, mas ainda é muito pouco. Eu acho que o ano passado foi cerca de US$1,5 bilhão, mas isso é depois já de um esforço de recuperação.

Bom, eu só quis fazer esse parêntese para se ter uma ideia da grandeza. Mas, ao mesmo tempo que nós perdemos mercado, nós perdemos também, com o isolamento, fontes de informação próprias. O Brasil tinha muito poucas fontes de informação dele, e isso, obviamente, também reduziu muito a nossa capacidade de influência. Eu não vou já entrar no mérito de certas ações, mas foi muito dramática, por exemplo, a participação do Brasil na chamada intervenção humanitária.

Eu acho que foi muito um gesto muito dramático. E, na minha opinião – eu tenho 60 anos aqui de diplomacia –, nós chegamos muito perto de uma guerra, porque uma guerra você nunca sabe como começa, e menos ainda como acaba, porque, às vezes, ainda que em uma entrada com boa intenção no território de um outro país, pode haver um tiro e pode haver algum episódio, e isso desencadeia um conflito que pode ser muito perigoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bem, desde janeiro de 2023, nós fizemos um esforço para restabelecer as relações com a Venezuela. A mando do Presidente Lula, eu viajei a Caracas e fui recebido pelo Presidente Nicolás Maduro, mas, nessa ocasião, eu fiz questão também de ver a oposição. Estive com o coordenador da oposição, da plataforma unificada, Gerardo Blyde, com quem mantive contato permanente e tenho mantido, como mencionarei mais tarde. Enfim, nosso interesse era trazer a Venezuela de volta para a América do Sul e, com isso, poder exercer alguma influência, porque à distância, com isolamento, não há influência possível.

Pouco depois, no mês de abril, eu fui a Bogotá, numa conferência que os colombianos organizaram sobre a Venezuela. E o maior interesse aí era poder ter contato também com atores de fora, sobretudo da União Europeia, como Josep Borrell, e também com os norte-americanos – embora o contato com os norte-americanos nunca tenha sido interrompido. Eu vou mencionar mais adiante fatos específicos, se houver tempo, mas cito o meu contato – e nosso contato na assessoria, digamos – com o assessor de segurança nacional norte-americano, que é um cargo lá muito importante – basta lembrar que o Kissinger foi assessor de segurança nacional. Eu tenho contato constante com ele, e Venezuela é sempre um tema, para justamente procurar ver se há uma solução para as questões que se colocam.

Em junho, houve uma cúpula organizada pelo Presidente Macron – o Presidente Lula participou como copresidente, na realidade, da reunião –, em que mais uma vez esteve presente a oposição, representada pelo Gerardo Blyde, e da qual participou também a Vice-Presidenta venezuelana, Delcy Rodríguez.

Nada disso é fácil, nada disso se resolve, nada disso é uma solução definitiva, mas é um diálogo. E o diálogo vai ajudando a superar alguns problemas.

Em outubro, eu estive novamente, a mando do Presidente Lula, em Caracas... Perdão, em outubro, eu estive, a mando do Presidente Lula, em Barbados, como representante do Brasil, para testemunhar a assinatura do acordo de promoção dos direitos políticos e garantias eleitorais entre o governo e a oposição. Esse acordo estabeleceu uma série de medidas para assegurar eleições justas, desde a revisão das inabilitações até o levantamento de sanções. Claro que passar do papel para a realidade é um esforço muito grande, mas, de qualquer maneira, havia ali diretrizes e uma expectativa de que se pudesse avançar.

Pouco depois, eu voltei à Venezuela, a mando também o Presidente, como sempre, para conversar com o Presidente Chávez... Presidente Maduro, que me recebeu na sua residência – aliás, para mim, surpreendentemente modesta, dentro de um quartel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E lá a conversa principal foi sobre um assunto novo, que eu não sabia que ia aparecer – e quer dizer, o assunto mesmo é antigo, mas o fervor do assunto era novo –, que é a questão de Essequibo. A Venezuela tem uma reivindicação histórica sobre uma parte do território da Guiana, que é mais da metade, na realidade, do território guianense. E, em meio a esse processo eleitoral, essa questão, que estava meio dormente... Ela nunca desapareceu. Eu fui, jovem, secretário na Organização dos Estados Americanos, quase 50 anos atrás, e já se reclamava disso. Não é porque era um governo de esquerda; é uma questão aberta, mas ela estava meio dormente. Você chegava à Venezuela, via o mapa assim um pouquinho hachurado, que era a região de Essequibo, mas não era uma questão viva; pelo contrário, o Presidente Chávez tinha uma relação próxima com o Caribe, muito próxima com os países do Caribe, e isso incluía a Guiana. Eu não posso julgar – não estou dentro da cabeça das pessoas –, mas talvez, por causa da iminência do processo eleitoral, haja uma nova ênfase nesse problema de Essequibo.

Só para lembrar, a Venezuela perdeu esse terreno, ou pelo menos considera que perdeu essa parte do terreno, por uma decisão, na época, em um enfrentamento com o Reino Unido – a Inglaterra, como se dizia mesmo na época – e com a Rainha Vitória. Era impossível. O Brasil também perdeu um pedaço, não tão grande, mas, de qualquer maneira, o Brasil aceitou. O Brasil, que é um país que tem dez fronteiras, tem uma política de *pacta sunt servanda* – "não vamos mexer nas nossas fronteiras, deixem tudo como está; queixas antigas, não".

Enfim, não estou questionando a legitimidade da reivindicação venezuelana, mas o seu aquecimento, digamos assim, no momento pré-eleitoral é uma questão complexa. Basta lembrar do que aconteceu na Europa nos anos 30. Enquanto a questão de fronteira é tratada por diplomatas, ela é uma questão meio técnica, que sempre tem alguma reverberação política; mas, quando ela se torna um tema popular, ela é extremamente perigosa – extremamente perigosa. Eu disse isso ao Presidente Maduro, e ele me respondeu até de uma forma um pouco jocosa, que eu repito aqui apenas para... Disse assim: "Pode levar ao Presidente Lula a mensagem de que eu não sou Saddam Hussein, e a Guiana não é o Kuwait", enfim, como quem diz "não vai haver nada". Mas, ao mesmo tempo, ministros seus falavam que, se houvesse o plebiscito e se ele fosse vitorioso, as forças armadas ganhariam um mandato, algo assustador. E isso foi dito a eles várias vezes, nas várias reuniões, inclusive em uma imediatamente depois, em São Vicente e Granadinas, da qual participei, como representante do Presidente Lula, e na qual se chegou a um acordo que não resolveu propriamente a substância do problema – nem creio que ele vá ser resolvido –, mas pelo menos impediu que houvesse ou dificultou que houvesse um agravamento realmente de natureza militar. Essa questão é uma questão em aberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e muito perigosa. É uma questão que merece ser olhada com atenção, inclusive pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Eu retornei à Venezuela para acompanhar o processo eleitoral. Estive em Caracas dos dias 26 a 30 de julho. Procurei, durante todo período, manter contato com o governo e com a oposição.

Ao chegar, fui recebido pelo Chanceler... E era uma exigência deles, na verdade, porque houve um momento em que eles não queriam receber ninguém. Mas o Presidente Lula insistiu, falou:" Bom, vocês não querem? Está bem, não vai ninguém". Aí, depois, eles mudaram de ideia, desde que o meu primeiro encontro fosse com o Chanceler, o que era normal também. O Chanceler é a porta de entrada, de qualquer maneira, política para um país. Eu estive com o Chanceler Yván Gil. No dia seguinte, conversei separadamente com o negociador do governo, que era o Presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez, e com o negociador-chefe da oposição, Gerardo Blyde, sempre fazendo questão de manter esse equilíbrio. Ambos lados pareceram muito convictos da vitória, embora com muita desconfiança mútua.

Não vou tomar muito mais tempo, acho que em cinco a dez minutos eu termino.

Também recebi, na residência oficial do Brasil, ex-Presidentes que estavam acompanhando a eleição, entre eles o Presidente do conselho, José Luis Zapatero, da Espanha; Leonel Fernández, da República Dominicana; entre outros. Eu me reuni com integrantes do Centro Carter, com o coordenador da ONU em Caracas e com um dos membros do painel da ONU designado pelo Secretário-Geral António Guterres. Aí tinha dados técnicos sobre como seria a eleição, o que se esperava, etc. Também procurei colher elementos de analistas independentes, vinculados a universidades e institutos de pesquisa. A Embaixadora Glivânia Oliveira, que faz um trabalho admirável, me serviu de grande apoio, assim como os meus colegas que acompanharam.

Todos com quem falei, governo, oposição e especialistas, demonstravam, pelo menos para mim, total confiança em relação ao sistema eletrônico da votação. Avaliaram que eventuais intercorrências poderiam ter a ver com fatores humanos não definidos, e não com o sistema propriamente dito. Meu objetivo lá não era atuar como observador eleitoral, até porque eu não dispunha de ferramentas técnicas para isso. Fui como enviado especial do Presidente Lula, com o objetivo de me colocar à disposição, caso surgisse a necessidade de facilitar o diálogo entre governo e oposição.

Antes das eleições e durante o tempo em que as urnas ficaram abertas, não chegou ao meu conhecimento nenhum indício significativo de incidentes. Circulei pela cidade e senti um clima até de tranquilidade. No sábado, que era véspera da eleição, fui visitar o Presidente da Assembleia, que era o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

negociador principal do Presidente, e vi, nas ruas, crianças jogando futebol, o comércio ainda aberto, etc. Comecei a receber relatos de problemas na noite do dia 28 de julho, já depois do término das eleições.

Nessa noite, recebi a informação de que os fiscais da oposição não teriam conseguido obter cópias de atas em algumas mesas eleitorais. Transmiti essa informação ao Centro Carter para que pudessem averiguar o ocorrido.

Os resultados foram anunciados pelo Conselho Nacional Eleitoral entre 23h e meia-noite. Haviam sido apurados 80% dos votos. Segundo o anúncio, Nicolás Maduro teria ganho por 51,2% dos votos, e Edmundo teria 44,2%. Esses resultados foram atualizados em 2 de agosto, com 99,97% da apuração. Nessa atualização, Maduro contaria com 51,96% dos votos; e González, com 43,18%. Mas as atas não foram apuradas.

E aí eu quero frisar um ponto que eu acho que é importante: no dia seguinte à eleição, eu me reuni com o Presidente Maduro – pedi uma audiência a ele, que foi prontamente oferecida –, que estava acompanhado pelo Presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez, e com o candidato Edmundo González. Meu colega Audo Faleiro me acompanhou nessa visita. Maduro atribuiu o atraso na divulgação dos resultados – perguntado por mim naturalmente – a um ataque cibernético e sinalizou que apresentaria as atas nos próximos dias – dizendo ele –, como sempre foi feito. Isso são palavras do Presidente Maduro para mim. Estava lá também testemunhando o meu colega Embaixador Audo Faleiro. Na noite do mesmo dia, eu recebi o candidato da oposição, Edmundo González, que foi até a residência da Embaixada do Brasil e reforçou a necessidade de transparência.

Ao sair do Palácio de Miraflores, passei perto de uma manifestação. A estrada para o aeroporto chegou a ser bloqueada. Aliás, quando eu saí do aeroporto, perguntaram até se o meu carro era blindado. A estrada para o aeroporto chegou a ser bloqueada, mas, quando fui embora, no dia seguinte, havia resquícios apenas desses problemas na rua.

Segundo a missão de verificação dos fatos do Conselho de Direitos Humanos da ONU, 23 mortes teriam sido registradas, já no período pós-eleitoral, e 1260 pessoas teriam sido detidas desde 28 de julho. Aliás, curiosamente, o governo dá um número maior, o que não é o que, em geral, se ouve, provavelmente com o objetivo de criar um temor.

O impasse em torno da publicação das atas foi levado pelo governo ao Tribunal Supremo de Justiça do governo. E governo e oposição têm posições distintas sobre o papel da Corte: a oposição argumenta que o órgão estaria invadindo as competências do poder eleitoral; o governo critica a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

oposição por não ter comparecido à Corte – problemas cuja conciliação não é sempre fácil, também, Senador.

A posição no Brasil obedece a princípios muito importantes: a defesa da democracia, a não ingerência em assuntos internos e a resolução pacífica de controvérsias. Por isso, temos insistido na publicação de atas. Não sei se isso agrada ou não ao Presidente Maduro, mas nós nunca deixamos de insistir na publicação das atas.

Como disse o painel de especialistas da ONU, a transparência é essencial para a credibilidade de qualquer processo eleitoral. A solução precisa ser construída pelos próprios venezuelanos, e não imposta de fora. O que nós podemos fazer é ajudar nesse diálogo.

Estou terminando.

Estamos acompanhando de perto esse processo político, porque assumimos um compromisso, como se garante no acordo de Barbados. Mantivemos coordenação com a Colômbia e o México, que são países democráticos, indiscutivelmente, e que também têm diálogo com o Governo de Caracas, porque não adianta ter uma pressão de países que não chegam a conversar.

O Presidente Lula falou com os Presidentes López Obrador e Petro no dia 1º de agosto. Nesse dia, foi publicada uma declaração conjunta dos três Presidentes, favorecendo uma solução negociada. Em 8 de agosto, voltou a haver uma declaração, dessa vez dos chanceleres. E, ontem, 14 de agosto, o Presidente falou novamente com o Presidente Petro.

Antes de passar ao final aqui, eu gostaria de mencionar também que inclusive o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano elogiou muito a ação de Brasil, Colômbia e México, porque são países latino-americanos, cuja palavra é mais bem aceita do que de uma ex-potência colonial ou de uma grande potência, seja ela qual for.

O Presidente Lula também foi procurado por interlocutores importantes, como o Presidente Biden, dos Estados Unidos, que deve falar com ele hoje ou amanhã, não sei – de qualquer maneira, é uma ligação que ele já aceitou –, o Presidente Macron, da França, com quem ele falou logo depois, e o Primeiro-Ministro do Canadá, Justin Trudeau, com quem ele falou ontem.

Ontem ou anteontem?

O SR. AUDO ARAÚJO FALEIRO (*Fora do microfone*.) – Anteontem.

O SR. CELSO AMORIM – Anteontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também manifestaram apoio aos esforços do Brasil.

De minha parte, tenho mantido contato com o Conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, Jake Sullivan – vai mudar, não sei se já mudou; mas, quando eu falei com ele, ainda era ele –, com o Alto Representante da União para assuntos estrangeiros, Josep Borrell, da Espanha, e com o Conselheiro de Segurança Nacional do Reino Unido, Tim Barrow.

Até o Vaticano tem se manifestado. Anteontem recebi, a pedido dele, ligação do Secretário de Estado da Santa Sé, que já trabalhou na Venezuela e conhece bem a realidade do país.

Os principais dilemas que temos no momento são a questão da transparência dos resultados e as divergências em torno da atuação do Tribunal Supremo de Justiça.

Todos os nossos interlocutores concordam que a prioridade é encontrar uma forma de pacificar o país, que já sofreu com tanta instabilidade. Somos favoráveis à solução que venha do diálogo – é difícil, mas tem que ser tentada. Para explorar o caminho da negociação, temos que manter capacidade de diálogo com todos os envolvidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Embaixador.

Tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra, em primeiríssimo lugar, à Senadora Tereza Cristina, como autora do requerimento de convite ao Embaixador.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Renan.

Quero aqui cumprimentar, dar um bom-dia muito especial a todos os colegas e dizer que estou feliz com esta audiência hoje, com a presença maciça aqui dos nossos colegas Senadores.

Quero cumprimentar, de maneira especial, o nosso convidado, Embaixador Celso Amorim. Seja muito bem-vindo ao Senado. Obrigada por ter atendido ao nosso convite para participar desta reunião aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Embaixador, ouvindo aí todo o seu relato sobre esses 20 anos em que o senhor participou na diplomacia, indo à Venezuela, conhecendo os problemas até o dia de hoje, isso me dá mais certeza de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

algumas perguntas que nós precisamos lhe fazer, indagar-lhe, para a gente entender o posicionamento do Brasil em relação à Venezuela e o que acontece hoje na Venezuela.

O senhor participou do antes, do durante e do depois de todo o processo que culminou nas contestadas eleições da Venezuela, eleições para as quais, segundo o tratado de Barbados – e o senhor também esteve lá –, houve um acordo para que fossem limpas e com uma governança com clareza, para que todos pudéssemos ver, talvez, a Venezuela de volta ao cenário mundial, tendo as sanções levantadas, para que o povo venezuelano pudesse viver melhor.

Hoje nós sabemos da tragédia que nós temos na Venezuela: fome, pessoas saindo... Mais de 7 milhões já deixaram o país, largando suas vidas para trás, a maioria delas, porque não deve ser um bom regime, não deve ser um bom lugar de se viver.

Ocorre que, desde o princípio, desde o início do processo eleitoral, esse acordo foi desrespeitado, e a oposição foi reprimida violentamente. Eu quero aqui fazer uma deferência especial à Maria Corina Machado, que tem sido uma guerreira. Não é fácil ser oposição e manter as suas posições firmes. Eu quero dizer que ela tem sido uma guerreira na manutenção da democracia. Ela foi impedida de se candidatar, fato que levou os Estados Unidos a retomarem as sanções, e a União Europeia a mantê-las.

Três semanas depois do resultado oficial desconhecido das urnas, na prática, nós temos lá o Maduro dizendo que ele é o vencedor. O senhor colocou aí os números. Agora, por que não aparecem essas atas? O Brasil está esperando há quantas semanas? O mundo está esperando há quantas semanas, não é? O México parece que já saiu. O México está numa posição hoje diferente da do Brasil. Hoje Brasil e Colômbia estão aguardando. Eu entendo que o Brasil espera a pacificação – todos nós esperamos –, mas será que nós vamos ter pacificação com as atitudes que Maduro tomou e vem tomando? Se ele tivesse ganhado as eleições, por que não apresentaria essas atas? Estou dizendo na lógica. "Eu ganhei as eleições, e estão aqui as atas. Ganhei por 51 a 43...". Cadê? Onde estão essas atas? Por que essa demora? Eu acho que isso é incompreensível, e nós precisamos ter essas explicações.

Diante desse quadro absurdamente antidemocrático, o senhor depois sugeriu ao Presidente Lula – pelo menos, foi o que eu li na imprensa brasileira – que sejam feitas novas eleições na Venezuela.

A minha pergunta, Embaixador, é simples: guardadas as diferenças, o senhor faria essa mesma recomendação aqui no Brasil se o Presidente Lula estivesse disputando as eleições como opositor nessa eleição e tivesse em seu poder 80% dos boletins oficiais de urnas que atestariam sua vitória,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como aconteceu com a oposição na Venezuela? Eu acho esquisito esse conselho. Fazer, diante de todos esses indícios de fraude, uma nova eleição? Quem iria conferir essa nova eleição? As pessoas que estão lá e que não entregaram ainda as atas, não é?

Então, eu acho que essa questão da Venezuela está a cada dia complicando mais a posição brasileira, porque o Maduro disse que ganhou as eleições, mas não mostra as atas. E o Brasil e a Colômbia, os dois esperando por essas atas, que eu acho que não virão.

Eu queria lhe fazer uma segunda pergunta e depois deixar... Eu teria muitas perguntas a lhe fazer, mas eu acho que todos os companheiros aqui querem também lhe perguntar, porque é um assunto que nos preocupa aqui no Senado Federal.

Eu também gostaria de saber por que o senhor não recebeu a Maria Corina e o González. Ou os recebeu? Eu queria lhe fazer esta pergunta: se o senhor os recebeu ou não.

A gente tem relatos e tem ouvido que a Maria Corina e a sua equipe têm 80% dessas atas oficiais, em que se dá esse resultado pró-oposição. Então, por que o senhor não os recebeu? Eu tenho... (*Pausa.*)

É a Siri. (*Risos.*)

É um perigo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – ... não se esquece daquilo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – O González ele disse que recebeu; a Corina ele não recebeu.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, eu gostaria de saber...

O Senador Moro está me dizendo que o senhor recebeu o González.

Enfim, eu vi uma fala do senhor que me deixou... Achei interessante. O senhor disse o seguinte, quando esteve lá na Venezuela: "Sou amigo de César, mas sou mais amigo da verdade. Estou procurando a verdade". Eu queria que o senhor dissesse para nós qual é a verdade, na sua visão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito bem, muito bom. (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou conceder a palavra ao Embaixador Celso Amorim para responder à autora do requerimento. Em seguida, nós daremos a palavra, pela ordem, ao Senador Sergio Moro, ao Senador Esperidião Amin e ao Senador Nelsinho Trad. Aí, o Embaixador responderá em bloco, conforme as regras pré-definidas, preestabelecidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – No bloco seguinte, se V. Exa. puder me inscrever...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bom.

Com a palavra, o Embaixador Celso Amorim.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente, eu gostaria de me inscrever também para o próximo bloco.

O SR. CELSO AMORIM (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu mesmo acho importante responder inicialmente os questionamentos da Senadora Tereza Cristina, que foi quem iniciou a convocação.

São muitas perguntas. Se eu deixar alguma de fora, a senhora... Eu vou tentar responder, eu acho, talvez as mais importantes.

Fico muito grato que a senhora leia ou ouça as minhas falas com atenção, porque, de fato, eu disse isso lá na Venezuela ainda, quando me perguntaram: "Ah, você é amigo do Maduro?". Eu falei: "Não, eu sou amigo de César, mas sou mais amigo da verdade". Então, temos que procurar a verdade. E isso ficou claramente estabelecido quando, no dia seguinte da eleição, o Presidente Maduro me recebeu e disse claramente – eu estava acompanhado do Embaixador Audo, que, talvez, por ser mais jovem, tenha melhor memória do que eu; e estava presente também o Presidente da Assembleia, que é o principal negociador dele com outras forças –: "As atas sairão em alguns dias, como sempre ocorre". Essas foram as palavras, o que, naquele momento – claro que nunca me deu tranquilidade absoluta –, me tranquilizou. Eu não tinha mais muito o que fazer lá e saí.

Não recebi a Maria Corina porque, deliberadamente, achei que devia manter... Alguém tinha que manter contato com o Governo, e eu achei que precisava... Mas eu, sim, recebi o candidato que era quem, na realidade, digamos... Todo mundo sabe das influências recíprocas – não vou entrar nessa questão –, mas recebi o candidato, que foi à Embaixada e que achei até uma pessoa muito tranquila: não ameaçou, não fez... Ele apenas disse que eles tinham...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ele é Embaixador.

O SR. AUDO ARAUJO FALEIRO (*Fora do microfone*.) – Ele é diplomata.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. CELSO AMORIM – Ah, ele é Embaixador também, e isso facilita até a conversa.

Recebi o Embaixador – que, aliás, é um título que não se perde, mesmo quando se aposenta –, Edmundo González e tive com ele uma conversa muito tranquila. Não sei se você estava presente também ou se eu estava sozinho, mas, enfim, eu tive uma conversa muito tranquila.

E o nosso objetivo aqui... O Presidente Lula reiterou, falou várias vezes: "Tem que aparecer essas atas, e as atas têm que ser publicadas pelo CNE, pelo Conselho Nacional Eleitoral", o que é problemático, difícil, e a gente não sabe bem ainda onde pisar, até porque a legislação parece, às vezes, meio contraditória, porque a legislação diz que a Casa, a Sala – que assim eles chamam, é uma expressão comum, como se fosse uma subcomissão – da Corte Suprema, a Sala Eleitoral permite ao Supremo considerar, mas o caminho que ela diz é que, se ela verificar que a vontade popular não está sendo respeitada, ela pode anular a eleição. Então, acabaria resultando no que a senhora e muitos outros chamam de minha proposta de novas eleições.

Bom, então, isso foi, digamos, em termos das pessoas com quem eu tive contato.

Eu sei que há outros contatos do Governo brasileiro com a Sra. Corina. Então, era uma divisão de trabalho que facilitava, digamos, para eu ser recebido pelo pessoal do Governo. Mas eu recebi o coordenador da plataforma, do partido pelo qual o candidato foi apresentado. Então, nós tivemos uma conversa ampla.

Aliás, em determinado momento, esse coordenador fez uma denúncia – que é algo que eu pulei aqui, não porque quisesse pular, mas porque era muita coisa – de que, em certas circunscrições, foi dificultado o acesso dos que eles chamam de *testigos*, que são os fiscais. Eu repassei essa informação para o Centro Carter. Eu não teria condição... Nós éramos três pessoas, ou quatro. Eu repassei essa informação para o Centro Carter para ele fazer a apuração. E, de fato, parece que, em algumas circunscrições... Mas não acho que seja uma coisa que dê para mudar o resultado num sentido ou outro, mas, de qualquer maneira, passei adiante. Enfim...

Então, mantive todos os contatos possíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os contatos com a Sra. Corina continuam, mas achei natural que eu tivesse contato com os dois candidatos: o Maduro, que é o atual Presidente, mas era o candidato; e o Embaixador Edmundo González, que era o candidato da oposição. Isso, nossa parte.

Deixa eu ver aqui um pouquinho, que eu anotei.

O México, de fato, está um pouquinho retraído, eu acho, nesse momento. Estou dando aqui... Não quero fazer nenhum julgamento sobre o México, mas tenho a impressão de que não é pelos motivos a que a senhora, de alguma maneira sutil, aludiu. Acho que eles estão numa transição, acho que o Presidente não quer se pronunciar num sentido que possa parecer uma pressão, às vésperas de ele deixar o poder... Eu acho que é mais uma situação desse tipo do que realmente uma colocação filosófica. Até porque, em outras situações, como, por exemplo, na votação na Organização dos Estados Americanos, o México se recusou até a se sentar. Então, eu acho que ele não tem nenhuma simpatia, nem acho que é outra... A razão é outra.

Finalmente, para abordar o tema que é o que agrada mais à imprensa, eu não fiz uma proposta. Nós nunca fizemos uma proposta de novas eleições. É um tema, e eu ouvi isso pela primeira vez – não posso dizer de quem, se me permitirem – de um não brasileiro, desses muitos contatos internacionais... "Como é que vamos resolver? Só se fizerem novas eleições". E eu acho que, digamos... O que é curioso de novas eleições é que tanto um quanto o outro podiam aceitar facilmente, porque, se eles dizem que ganharam, ganhariam de novo. Bom, mas enfim... E com uma supervisão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO AMORIM – Não, porque a senhora mencionou um ponto importante... V. Exa. mencionou um ponto importante que eu quero abordar – às vezes, a gente passa para o coloquial sem querer –: nós achávamos muito importante, e isso fazia parte, inclusive, do Acordo de Barbados, uma supervisão internacional forte. E a principal... Tem duas entidades, que eu saiba, que têm capacidade de fazer isso. Eu já participei, algumas vezes, acompanhei no Brasil, acompanhei em outros lugares... Elas são a OEA e a União Europeia. A OEA é impossível. A OEA, depois do que aconteceu na Bolívia... Eu não vou entrar aqui no mérito, porque senão a gente iria para um outro campo. A OEA não tem credibilidade junto aos regimes progressistas na América Latina. Então, a União Europeia seria natural. Eu acho que a União Europeia cometeu um grande erro, porque ela foi convidada, mas manteve as sanções sobre algumas... Era um *quid pro quo*. Ela devia levantar as sanções, mas as manteve sobre algumas pessoas fundamentais: a Vice-Presidenta, o presidente do partido... Aí o Governo... Se foi pretexto ou motivo, eu não tenho como dizer, mas foi oferecido um pretexto, de certa maneira, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ela ser desconvidada. E, sem a OEA, ninguém tem... O próprio Centro Carter, que tem muita reputação...

Por exemplo, eu mencionei aqui que, em 2004, nós fizemos o referendo revocatório. O Centro Carter tinha lá 17 pessoas. Você não tem condição de fazer uma coisa. Dá lá uma opinião, olha e tal, mas não tem. Então, acabou que... Então, se houvesse novas eleições, teria que ser com uma verificação importante, sólida, robusta, mas isso implicaria também o levantamento de sanções por parte do órgão. Essa é uma ideia que está aí, como surgem outras, tem outras.

O Presidente Petro já falou publicamente também, por exemplo, em garantias recíprocas. Eu acho que, aliás, poder-se-ia até compor um quadro. Agora, não tem nada que o Brasil, enquanto Brasil, esteja defendendo. Nós estamos promovendo o diálogo e vendo se do diálogo nasce alguma ideia. Às vezes, é preciso pensar um pouco fora do quadrado, mas é o jeito, para ver o que acontece.

O nosso objetivo principal, Senadora, é manter a paz, porque eu acho a situação na Venezuela muito perigosa. Eu não quero entrar no mérito de quem tem mais culpa ou quem tem menos culpa.

Eu visitei... Um último comentário: eu visitei a Venezuela, pela primeira vez, no Governo Itamar Franco, na minha condição de Ministro – tinha visitado outras vezes por outras razões. O Embaixador lá, o saudoso Clodoaldo Hugueney, organizou um almoço de empresários. Em determinado momento do almoço, os empresários ligados a Mato Grosso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO AMORIM – Pois é. Em determinado momento, os empresários pararam de falar comigo, homens de negócios – e eu digo homens, porque eram todos homens mesmo –, e passaram a falar uns com os outros sobre a possibilidade de golpe. E o Governo era o Caldera.

A Venezuela era um país... A senhora já esteve na Venezuela, ou não? Há muito tempo, você subia e via um país moderníssimo, com as melhores obras de arte, que você só encontra no Museu de Nova York, e a maior favela do mundo, uma das maiores favelas do mundo. Isso já era assim, isso não foi criado pelo... Não estou defendendo o Chávez, mas eu digo que isso já era assim, já era um país muito dividido.

Agora, se o Presidente Chávez também errou muito, se a política econômica errou, e isso levou à saída das pessoas, é verdade também, e tem que deixar o povo escolher. Eu acho que a gente tem que encontrar a melhor maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O dilema que a gente tem hoje é que você tem, de um lado, o candidato, que é o Presidente, que diz que ganhou, mas não mostra as atas; e, de um outro lado, o grupo da oposição, que tem as atas... Mas como é que nós poderemos, no futuro – se isso é um bom precedente – reconhecer o Presidente pelos documentos de que dispõe a oposição? Eu não estou dizendo que eles... Então, é preciso ter uma solução que seja correta, que seja certa, e eu acho que o diálogo tem que ser incentivado. Eu acho que esse é o papel de países como o México, Colômbia e Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Embaixador.

Eu queria só lhe perguntar quais serão os próximos passos do Brasil se essas atas não aparecerem. O senhor acha que é lógico se eu ganhar a eleição, eu seguro a ata, não as mostro e deixo o mundo inteiro contestar as eleições, porque essa ata está debaixo do meu braço e eu não quero mostrar para ninguém? Então, não tem lógica. E o Brasil vai ter que se pronunciar. Eu acho que quanto mais tempo nós levarmos para uma decisão, mais difícil ela vai ficando para nós, mais no canto nós vamos ficando.

Eu entendo e concordo com o senhor no sentido de que nós temos que procurar a paz. Agora, novas eleições na Venezuela, eu não vejo a menor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, eu entendi o seu ponto. Mas eu não vejo chance de ser razoável, porque quem vai estar lá cuidando é quem é do Maduro. E o Maduro tem hoje... Ele controla todos esses tribunais, as forças armadas, os generais, enfim. A gente sabe, e eu não vou me estender mais aqui.

Então, o que o Brasil pretende fazer? Quais são os próximos passos?

Encerro aqui, agradecendo muito as suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Embaixador.

O SR. CELSO AMORIM – Bom, eu não sou o único ator nisso, o principal é o Presidente Lula, (*Fora do microfone.*) mas, de qualquer maneira, abaixo do Presidente Lula e imediatamente abaixo e acima de mim está o Chanceler. O Chanceler está indo lá. Eu apenas fui para lá, porque o Presidente vê em mim uma pessoa para ficar nas situações de crise. Mas o Presidente... E eu não sei por quê. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim... Eu sou da paz também, então eu quero estar longe.

E a função em que eu passei mais tempo foi em negociações econômicas e comerciais. Mas, enfim, é assim. Ele é o Presidente, manda, e lá eu vou.

Hoje mesmo, não é? Está indo lá? Já foram até?

O SR. AUDO ARAUJO FALEIRO (*Fora do microfone*.) – Foram ontem à noite.

O SR. CELSO AMORIM – Foram ontem? O Chanceler já foi para a Colômbia para conversar, para discutir.

Todos temos a mesma preocupação que V. Exa. tem. A única questão que eu sei que eu posso dizer que na diplomacia é uma coisa... Com 60 anos de vida diplomática, eu posso dizer que a impaciência não é boa conselheira. Então, nós vamos encontrar uma solução que seja, como, aliás, já constou de uma resolução anos atrás da OEA, no tempo em que ela tinha mais credibilidade, que seja democrática, eleitoral e pacífica.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo... Agora passamos ao primeiro bloco. Eu concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. CELSO AMORIM (*Fora do microfone*.) – Posso só para terminar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode. Pode, sim.

O SR. CELSO AMORIM – Já que a gente está falando também das redes, elas são inevitáveis, está aqui: "Lula diz que Maduro deve explicação ao mundo e pede 'bom senso': 'poderia convocar novas eleições'".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Sr. Embaixador Celso Amorim, o senhor normalmente é considerado o principal assessor internacional do Presidente Lula e foi enviado por ele à Venezuela para acompanhar essa crise. Então, eu creio que posso considerar, e também é uma pergunta, que as suas posições, em regra, refletem as posições do Presidente Lula nesses assuntos em particular.

Depois o senhor pode responder, quando for a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O senhor mencionou a questão da paz, que o Governo brasileiro busca a paz na Venezuela. Mas o senhor mesmo aqui reconheceu, e isso tem sido denunciado, inclusive pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, as detenções, as prisões arbitrárias que estão ocorrendo na Venezuela, não só de opositores, mas de manifestantes.

O senhor mencionou aqui o número de 1,2 mil pessoas, que é um número que tem sido apontado, mas o próprio Governo Maduro tem se jactado de prisões em maior número, chegando a 2 mil. Como pode ter paz, Embaixador, com essa política de prisões arbitrárias, acusações de tortura, inclusive, sobre a oposição? É essa a paz que o Brasil está defendendo na Venezuela?

Eu tenho aqui, por exemplo, algumas referências. Williams Dávila Barrios, era ex-Governador do Estado de Mérida, dirigente do partido Ação Democrática, da oposição, foi preso em 8 de agosto, logo após as eleições. Temos aqui María Oropeza, que era Coordenadora do Comando Vente Venezuela no Estado de Portuguesa, foi presa em 6 de agosto, inclusive conseguiu filmar e colocar na internet momentos antes da sua prisão. Freddy Superlano, dirigente da Voluntad Popular. Todas essas pessoas estão sendo presas, há até denúncia de tortura. Nós estamos voltando com aqueles desaparecimentos forçados.

O Brasil, o senhor protestou junto ao Governo Maduro, de maneira formal ou informal, essas detenções arbitrárias? E como o senhor consegue conciliar esse desejo pela paz com esse tipo de política que tem sido adotada pelo Maduro? Inclusive, tem sido denunciado por órgãos internacionais reconhecidos, como o Alto Comissariado das Nações Unidas, tem sido noticiado pela imprensa. Eu gostaria de saber qual é a posição do Governo brasileiro em relação a essas prisões arbitrárias.

O senhor mencionou também, Sr. Embaixador, V. Exa. mencionou que recebeu o Edmundo González, e nisso fez muito bem, elogia-se a sua posição, mas o senhor se recusou a receber a principal líder da oposição, a María Corina Machado, que é uma pessoa hoje ameaçada, não só de morte, mas de prisão arbitrária pelo Governo Maduro. O senhor não acha que o Governo brasileiro, o principal representante do Governo Lula, recebendo a Corina Machado, isso não daria alguma proteção a ela, pelo menos? Ou a reconhecendo como uma legítima representante da oposição, líder da oposição? O senhor não acha, Sr. Embaixador, que seria uma postura mais adequada? Eu lembro aqui que tivemos, na época da ditadura, em que foram muito elogiadas as posturas da Igreja Católica brasileira, D. Evaristo Arns, que visitava pessoas presas, que recebia líderes para até protegê-los, para dar uma visibilidade. Não seria essa uma postura adequada por parte do Governo brasileiro, seus representantes na Venezuela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Embaixador, o senhor visitou ou pediu para visitar alguma prisão, algum centro de detenção no qual essas pessoas estão arbitrariamente detidas, lá na Venezuela? Ou, se o senhor não fez isso, algum representante do Brasil, na Venezuela, da Embaixada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... seja um alto diplomata, um diplomata de menor nível, chegou a pedir para fazer alguma visita a alguma dessas pessoas arbitrariamente detidas, lá na Venezuela?

Faço aqui uma concessão, Sr. Embaixador: elogio a postura do Brasil em não reconhecer a vitória de Maduro enquanto não forem apresentadas essas atas. Acho essa postura positiva.

Em relação, porém, à oposição, a informação que nós temos é que cada ata eleitoral tinha um QR *code* e que a oposição, apesar de toda a repressão que sofreu, conseguiu copiar, tirar cópia dessas atas antes que elas fossem levadas ao centro eleitoral e, com base nessas informações do QR *code*, já fez um levantamento de mais de 80% das atas, e apontaram essas atas a vitória da oposição na eleição da Venezuela. Países têm reconhecido, inclusive, essa vitória, como os próprios Estados Unidos.

O Centro Carter tem tido posições bastante firmes quanto às arbitrariedades do Governo Maduro. Qual a sua opinião sobre essas declarações do Centro Carter? Como é que o senhor, Embaixador, vê a posição do Centro Carter? O senhor reconhece o Centro Carter como um observador que faz um trabalho de qualidade no acompanhamento dessas eleições internacionais?

Eu me espantei com uma declaração de V. Exa. Embora louvadamente não tenha reconhecido a vitória de Maduro e tenha cobrado essas atas, li na imprensa, e V. Exa. pode confirmar ou não essa declaração, que V. Exa. teria dito que fez uma falsa equivalência em relação à posição do Governo Maduro e da oposição. V. Exa. teria dito que Maduro teria que apresentar as atas, mas que V. Exa. não confiava nas atas da oposição. Mas a oposição não tem as atas, quem tem o poder sobre as atas é o Governo Maduro. Essa equivalência, não sei se V. Exa. a fez de fato, mas me parece absolutamente inapropriada quando coloca na mesma vala oposição e situação ali na Venezuela. A oposição, com a reconstrução das atas através desses QR *codes*, demonstrou efetivamente que a vitória foi de Edmundo González e por uma larga maioria. Não seria o caso de o Brasil reconhecer essa vitória do Edmundo González ali dentro da Venezuela, como fizeram outros países?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – V. Exa. também mencionou que participou da costura do Acordo de Barbados, e isso foi uma posição louvável do Governo brasileiro.

Agora, gostaria de saber de V. Exa. se, em vista de tudo o que aconteceu desde então – inabilitação arbitrária da líder da oposição, Corina Machado; prisão e sequestro dos seus assessores, e que não começou agora, mas agora se acirrou, desde o Acordo de Barbados; eleição na qual o Governo não apresenta os resultados, em que todos os indicativos são de que a oposição ganhou a eleição, e, no entanto, o Governo Maduro não reconhece a derrota; prisões de 1,2 mil pessoas, 2 mil pessoas, há notícias até de tortura, desaparecimentos forçados –, se V. Exa. entende que o Acordo de Barbados foi cumprido pelo Governo Maduro, se ele fez a sua parte. E, caso ele não tenha sido cumprido, qual vai ser a posição do Brasil? V. Exa. mesmo disse aqui que o Brasil é garante do Acordo de Barbados. Mas se o Brasil vai tomar uma postura mais rigorosa, se fará alguma declaração pública mais enfática em relação ao Governo Maduro ou se vai persistir em tentar fazer essa falsa equivalência entre oposição e Governo Maduro.

Sinceramente, Sr. Embaixador, eu reconheço a parte louvável de o Governo brasileiro não reconhecer a vitória de Maduro e exigir as atas. Mas, de resto, a percepção que nós temos aqui no Brasil e a percepção internacional é de que o Governo brasileiro, o Governo Lula tem atuado para minimizar essas fraudes e essas violências praticadas pelo Sr. Maduro.

Espantei-me aqui quando V. Exa. fez até quase uma referência elogiosa, de que visitou o Maduro e percebeu e ficou espantado com a humildade do recinto. Trata-se aqui... E eu posso falar isso, V. Exa. não pode falar isso, talvez, por questão diplomática, mas trata-se de um ditador que fraudou uma eleição, que está prendendo e torturando pessoas na Venezuela.

Sinceramente, penso que o Governo brasileiro deveria mudar a sua política em relação à Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a intervenção do Senador Sergio Moro.

E tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Agradeço, quero cumprimentar o Sr. Assessor Especial, o Embaixador Celso Amorim, também o seu ponto, assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como a Senadora Tereza Cristina tinha um ponto há pouco, no telefone, o Sr. Embaixador Audo Faleiro, diplomata.

Queria só registrar, nos antecedentes, que nós aprovamos aqui na Comissão, no dia 21 de março deste ano, um requerimento, subscrito pelo Senador Sergio Moro, pelo nosso aniversariante de hoje, Senador Mourão, e firmado por mim também, para que ouvíssemos a Sra. María Corina Machado, e não conseguimos fazê-lo ainda. Portanto, eu também o subscrevo. A minha... Digamos, eu lamento que nem nós nem o representante do Executivo, que é quem firma a política, tenhamos podido conversar com essa senhora, que foi proscrita da eleição – essa que é verdade. E a sua substituta, que seria outra Corina, também o foi.

Acho até estranho, às vezes, que a Bancada Feminina nunca tenha se solidarizado, nem a senhora o tenha proposto.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Uma liga no continente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não custa nada lembrar: eu sou obrigado a defender sempre as mulheres, porque eu sou do único estado feminino do Brasil, Santa Catarina, e a história da Catarina de Alexandria é muito bonita, então eu queria rememorar. Em homenagem aos 21 minutos que o senhor destinou aos antecedentes nas suas falas, que eu subscrevo tudo o que a Senadora Tereza Cristina e o Senador Sergio Moro falaram sobre os antecedentes.

O que eu vou é tentar obter a fotografia do presente *versus* a posição do Brasil. O que nós temos lá? Duas mil pessoas presas. Começou com 1,2 mil, mas já deve ter passado de 2 mil.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Aumentou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É paz na Venezuela.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quer dizer, e com ameaça de prender os próximos que forem à rua. Eu não sei qual foi o grau de vandalismo lá. Ninguém quebrou relógio, não houve danos materiais nas instituições, mas muito rolo na rua. E é feito para intimidar, nós sabemos disso.

Sobre a questão da polarização, eu concordo com o senhor. O senhor tem 60 anos de experiência, não é? A polarização sempre houve, o que está havendo hoje é uma calcificação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

polarização; ou seja, deixou de haver bambu ou alguma coisa flexível para ficar cada um com a sua coluna de concreto armado. E é difícil. O Obama já tinha reconhecido isso no discurso que ele fez em Atenas, no dia 16 de novembro de 2016...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... quando o Trump ganhou.

Então, a minha colocação é que nós não podemos ficar na posição de aguardar as atas, sem data, porque é claro que as atas... Daqui a pouco vai haver um incêndio e as atas serão perdidas – ou uma enchente, um dilúvio. Não há propósito... É evidente que as atas não serão mostradas. E, enquanto isso, o processo repressivo prossegue, o processo repressor, constrangedor.

Então, eu acho que, em nome daquilo que é a democracia, que todos nós anelamos, e os estatutos da OEA também falam... Os nossos requisitos para, por exemplo, participação no Mercosul da Bolívia, nós aceitamos *sub judice*. A comissão exigiu... Nós exigimos, está constituída ou está sendo construída uma comissão para verificar o que está havendo na Bolívia, o senhor sabe disso. E o Cid Gomes, nosso Vice-Presidente, cuidou para que isso também fosse aprovado no Plenário. Agora, nós não somos o agente dinâmico, nós Senado ou Comissão de Relações Exteriores. O agente dinâmico é o Presidente da República, ou seja, é o Executivo, está na Constituição.

Então, o que eu queria dizer é o seguinte: tem que haver uma data para que nós não caiamos no ridículo e nós não fiquemos isolados no mundo. Aí, sim, todo o esforço para que o Brasil não seja um pária, que eu muitas vezes já ouvi... Nós hoje estamos fortes candidatos a sermos o pária, porque o México está recuando, o Presidente está saindo; a Colômbia está vivendo o drama de ser muito vizinha. Nós somos vizinhos, mas ela é muito mais vizinha da Venezuela do que nós, não é?

É disso que os mexicanos dizem, falam, lamentam, não é? "*Muy lejos de Dios e muy cerca de los* gringos". Eles também estão muito perto.

Então, eu queria, numa pergunta, formular um apelo: isso vai ter que ter uma data para uma reconversão, para uma inflexão de posição. E eu fico preocupado que, antes disso, nós ganhemos um carimbo de pária não de minha parte, mas de parte da opinião pública, e principalmente daqueles com os quais mais nos relacionamos.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Renan, demais colegas que participam da sessão de forma presencial e virtual, cumprimento aqui o Embaixador Faleiro e o Embaixador Celso Amorim, assessor para assuntos delicados, espinhosos da Presidência da República.

Quero dizer que, quando a gente se depara com uma pessoa que tem 60 anos de experiência em um determinado assunto, há que se respeitar e louvar toda essa trajetória. E eu quero aqui deixar isso registrado. V. Exa. tem de experiência o que muitos aqui têm de vida.

Mas nós estamos diante de uma situação realmente fora da razão. E vou fazer aqui algumas considerações e a minha pergunta vai ser assim muito direta, muito cirúrgica – eu sou médico. Nós temos... Eu sou o chefe da delegação do Parlasul, e nós temos na institucionalização desse Parlamento o Observatório da Democracia, que já teve, na nossa pessoa, na pessoa do Senador Humberto Costa, que é um assíduo participante do Parlasul, inúmeras atividades de acompanhamento das eleições em vários países. E, logo que começaram os conflitos pré-campanha, campanha da Venezuela, o nosso observatório provocou para que se pudessem acompanhar as eleições. Não nos foi permitido, dizendo que nós não seríamos sequer ser convidados.

Muitas situações estão evidenciadas: 8 milhões de pessoas refugiadas da Venezuela. Dessa quantia, quase 1 milhão veio para o Brasil. Nós temos aqui um histórico de uma dívida da Venezuela para com o nosso país, de empréstimos oferecidos em outros governos, de US$2,5 bilhões. Recentemente, o BNDES aventou a possibilidade de abertura de novas linhas de crédito para obras de infraestrutura dentro da Venezuela.

O que está evidente nessa história toda? Essas atas não vão aparecer. Se tivessem que aparecer, já teriam aparecido. A ata, na minha avaliação modesta, representa um diploma, um certificado da lisura de um processo e da vitória obtida.

Se eu tivesse ganhado uma eleição num processo limpo, transparente e tivesse a ata, eu seria a primeira pessoa que iria querer mostrar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado pela parte. Ocorre que essa ata não vai aparecer. E, em ela não aparecendo, o indício, o indicativo, a suspeita de que houve manipulação, fraude na eleição, é mais do que evidente. Não precisa de nenhum Sherlock Holmes para poder chegar a essa conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aí a pergunta: o Brasil vai tomar uma posição mais firme em detrimento do não aparecimento dessas atas? Porque a gente vai ter que ter, na minha avaliação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... uma posição pedagógica nesse sentido, para repudiar aquele que participa de processos eleitorais e os faz, torna-se um ditador e vira as costas para a democracia, situação essa que a gente espera que o nosso país não venha a corroborar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós concedemos a palavra ao Embaixador Celso Amorim, para responder às interpelações feitas pelos Senadores Sergio Moro, Esperidião Amin e Nelsinho Trad.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CELSO AMORIM (Para expor.) – Presidente, anotei aqui, procurei anotar todos os pontos, mas, obviamente, se faltar algum estarei pronto a voltar; não quero omitir nenhuma... É que, às vezes, as questões se juntam realmente.

A questão da dívida: é 1,6 bilhão; é um valor alto. Não se pode esquecer que o Brasil, durante anos e anos, teve saldos enormes com a Venezuela, em grande medida, mas eu acho que talvez fosse mais adequado deixar isso para um outro dia; virei, com maior prazer, para discutir a relação econômica.

O Brasil tinha saldos de quase 4 bilhões todos os anos. Era natural, um sistema de empréstimo. Depois as relações se romperam.

A última pessoa, depois da saída da Presidenta Dilma, que eu me lembro de ter tido um contato importante foi o então Ministro da Defesa, no Governo Temer, que foi visitar inclusive o seu correspondente. Então, aí eu não estou justificando. Nós estávamos no processo de começar a discutir, reconciliar os números, para que eles possam pagar.

Então, isso é natural. Nós não estamos abandonando o nosso crédito com a Venezuela de maneira nenhuma, mas houve uma ruptura absoluta. Então, aí se aproveitou para não pagar. Não estou dizendo que está certo, que está errado, mas enfim, nós iríamos recuperar certamente isso. Inclusive, há muito interesse de empresários na Venezuela, empresários brasileiros que procuram para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ver, etc. e tal. Mas eu não vou entrar nisso porque não é talvez o tema central, e eu talvez não tenha todos os dados. Talvez um outro dia eu possa...

Desculpe, eu estou indo aqui na ordem inversa porque a questão está mais imediata.

Eu queria também, Senador Esperidião Amin, antes, lembrar que nós participamos até de um *live* juntos, em defesa da democracia, em determinado momento, não faz... Alguns anos. Tenho muito prazer, portanto, de estar de novo ouvindo aí a sua sabedoria e experiência.

Mas o que eu lhe diria – não sei se esse é o seu ponto principal – é que o Senador pode ficar tranquilo, que o Brasil não corre o risco de ser pária. Primeiro, a própria posição do Brasil tem sido elogiada pelos Estados Unidos, pelos países da Europa. Todos querem saber o que o Brasil está fazendo, como é que está agindo, e nenhum deles... Quantos países reconheceram o governo do... a vitória do Edmundo González? Muito poucos, muito poucos. O próprio Governo americano foi e voltou, não se sabe bem em que posição está. Disse: "Não, não houve reconhecimento, mas nós achamos que ele ganhou". Mas isso não é reconhecimento, no sentido formal da palavra, quer dizer, porque há uma resistência natural.

Eu não estou negando que provavelmente essas cópias possam refletir a realidade – eu não estou negando –, mas não é um bom precedente você começar por aí. Então, eu acho que é uma coisa com que todos têm essa preocupação; não é só o Brasil. E todos têm uma preocupação também de que haja uma solução pacífica.

Com a questão de direitos humanos, eu não posso deixar de concordar. Eu concordo absolutamente, é criticável. Agora, o que eu posso lhe dizer é que, na época do Presidente Chávez, frequentemente me aconteceu... Aliás, no caso até era uma mulher mesmo, que estava... Não estou vendo aqui a Senadora, desculpe. Era uma mulher que estava presa, a Condoleezza Rice me ligou, e eu liguei... Eu não me lembro mais de se eu liguei para o Chávez ou para o chanceler na época; eu sei que ela foi solta pouco tempo depois. Nós tínhamos um diálogo.

Agora, eu não falei desse assunto porque isso aconteceu depois. Eu fui lá para ver a questão das eleições, e foi o que me motivou. Estive com o Edmundo, estive com o candidato no próprio dia das eleições, não foi?

O SR. AUDO ARAUJO FALEIRO (*Fora do microfone.*) – No dia seguinte.

O SR. CELSO AMORIM – No dia seguinte às eleições.

Então, era o que eu tinha que fazer naquela época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa questão dos direitos humanos é muito importante. Eu condeno, pessoalmente, acho um erro. Às vezes... Tem a frase famosa: pior que um crime é um erro. É um erro. Isso não deveria estar acontecendo. E eu tenho a impressão de que isso está acontecendo como uma espécie de ameaça para deixar a situação mais difícil.

Agora, veja bem, a nossa função, a função do Brasil é apaziguar, é encontrar uma solução que seja pacífica. Obviamente, se houver uma solução pacífica, esses 1,2 mil... Eu não acredito nessa cifra de 2 mil; eu acho que isso, provavelmente – estou dando uma opinião – é uma... não há de ser um número maior, na realidade, do que a própria oposição diz. É porque é para uma ameaça, digamos. E eles todos serão soltos, provavelmente. Então, provavelmente; se não forem, nós agiremos.

Agora, uma questão que tem sido colocada, da ata, nessa manchete que eu li, está muito clara a impaciência também já do Presidente Lula com relação à demora das atas. Isso é, evidentemente, uma preocupação.

Agora, colocar uma data fixa, um ultimato, eu acho que não é produtivo. A minha experiência, para o que ela possa valer, indica que isso não traz bons resultados, mas seguiremos atentos.

Eu não sei se eu atendi a todas as perguntas. Tem alguma muito importante? Porque eu não fui na ordem e acabei me perdendo um pouco aqui...

Com relação à Corina, ela tem... O Senador vai me permitir, nós não estamos numa certa sessão reservada, nós estamos numa situação pública, mas há contatos em nível muito alto com a Sra. Corina. Então, eu acho que, se isso o tranquiliza, eu transmito isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Só para confirmar, Sr. Embaixador, V. Exa. mesmo, então, não visitou nenhuma dessas pessoas que foram presas ou fez algum protesto público? O senhor transmitiu ao Maduro a preocupação do Governo brasileiro com essas prisões arbitrárias, com essas violações de direitos humanos? E o corpo da embaixada hoje, dos diplomatas brasileiros, tem feito alguma iniciativa nessa linha? Porque sejam 1,2 mil, sejam 2 mil pessoas, o fato é que nós temos aqui ações típicas de ditadura.

E a minha preocupação, como disse, é: sim, nós temos que buscar a paz. O Brasil tem um raio de ação limitada, mas o que nós assistimos, desde que o Brasil figurou como garante, nesse Acordo de Barbados, é que simplesmente o ditador Maduro tem feito o que quer: inabilitado opositores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prendido opositores – mesmo antes das eleições, tiveram pessoas presas arbitrariamente. Isso foi acirrado agora, essas prisões. No entanto, a visão, particularmente da opinião pública brasileira, inclusive – os jornais são muito categóricos nesse sentido –, a posição de vários grupos latino-americanos, inclusive compostos por ex-Presidentes latino-americanos – grupo Idea, grupo Liberdade e Democracia –, é de que o Brasil tem atuado de maneira muito complacente.

Queremos a paz, sim, temos instrumentos limitados, mas até quando Maduro vai violar esses acordos, vai prender opositores, vai fraudar essa eleição? E o Governo brasileiro vai permanecer nessa posição de relativa platitude, que mal... Desculpe aqui a expressão, mas essa é a percepção que nós temos.

Chega o momento em que o Brasil, o Governo brasileiro tem que dizer: "Chega! Olha, eu não quero mais tratar disso. Vi que tudo o que eu tentei não deu certo. Bem, vou tomar as providências que eu posso tomar em relação a esse país. Não reconheço, entendo que houve uma fraude". Claro, ninguém vai invadir a Venezuela ou coisa parecida, mas não podemos ficar passando a mão na cabeça do ditador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu queria lembrar que, há dois dias, no dia 13, o Presidente da Assembleia da Venezuela anunciou o seguinte, que o que o instituto Carter falou merece um destino: o lixo – o lixo. E está colocando em votação uma lei, uma reforma nas leis eleitorais da Venezuela, com o objetivo de que nenhum estrangeiro possa se pronunciar. Olhe bem: lá não poderá ser divulgado nenhum pronunciamento de estrangeiro a respeito das eleições do país, ou seja, não é um propósito circunstancial; é um propósito duradouro.

Tem que se prestar atenção nos sinais. Os sinais são estes: instituto Carter: lixo, e estrangeiro se meter aqui... Não estou parodiando o Texas. No Texas, tem uma regra, Senador: *don't mess with Texas*, não se meta, não venha bulir conosco.

Então, é um afastamento. Eles preferem ser párias, ser considerados como tal, do que aceitar conselho, observação ou qualquer posição que conteste a inexistência de comprovante do resultado eleitoral. Ou seja, eles têm voto auditável – voto auditável até num modelo perigoso, em que o eleitor pega o voto para depois depositar com um *chip*, muito mais invasivo do que o paraguaio ou o chinês.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aliás, o da Índia. Então, eles têm até isso.

O Presidente Maduro, inclusive, debochou, quando fez o plebiscito sobre Essequibo, com grande maioria a favor, porque lá o voto é auditável. Ele disse isso.

Então, todas as provocações, e agora esta iniciativa legislativa de "não se metam conosco".

É isso que eu queria reforçar e ouvir a sua opinião, se esses sinais estão sendo avaliados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Embaixador Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM (Para expor.) – Primeiro, eu queria responder diretamente uma questão do Senador Moro.

Não, eu não visitei prisões, porque esse não foi o mandato que me foi dado. Eu fiquei três dias na Venezuela para acompanhar as eleições. Eu não estou dizendo que esse assunto não nos interesse. Eu queria acrescentar que o Governo brasileiro, – não eu, o Governo brasileiro –, há mais tempo, ofereceu-se, inclusive, para retirar os assessores da Sra. Corina que estão presos ou estão exilados na Embaixada do Brasil. O Brasil está interessado e continuará interessado em resolver e ajudar na questão de direitos humanos.

Agora, nós estamos enfrentando um perigo mais imediato, que é de um conflito muito grande. Então, estamos tentando resolver esse antes e depois os outros. Aliás, não necessariamente sequencialmente, até porque essa oferta, até de mandar um avião brasileiro para retirar as pessoas que estavam antes na Embaixada da Argentina e agora estão sob os cuidados brasileiros – para retirá-los de lá. É uma oferta que está de pé. Agora, se você não conversa com outra pessoa, você não consegue.

Então, o que nós estamos tentando fazer é resolver essas questões pelo diálogo, não como algumas pessoas pensaram em fazer no passado. Nós não vamos impor a democracia à Venezuela. Nós vamos conversar, e vai, como eu disse, em várias ocasiões... E isso aconteceu efetivamente. Eu dei um exemplo da Condoleezza Rice, foi um, mas houve vários outros. Nós tivemos muitos encontros. Isso era na época do Presidente Chávez. Houve um isolamento muito grande da Venezuela, que não contribuiu para a melhora da situação.

Nós estamos tentando atuar agora e levando em conta a absolutamente correta preocupação do Senador com os direitos humanos – correta, Senador. Agora, é uma situação que se reproduz em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outros países. Por exemplo, eu não quero aqui entrar em discussão sobre outros países, mas em nenhum país latino-americano há um ex-Vice-Presidente preso, doente. E também nós não conseguimos tirar. O que eu posso fazer? A gente faz, o Presidente Lula faz gestões, conversa, e os países que têm mais interesse no Brasil ou respeito pelo Brasil atendem. Os outros às vezes não, mas eu não posso afixar um ultimato, porque o ultimato, se você cumpre, é um desastre; se você não cumpre, você perde a credibilidade. Então nós estamos tentando, com grande...

A declaração que eu li hoje aqui, do Presidente Lula, é clara a esse respeito. Nós estamos, digamos, usando todos os instrumentos pacíficos para que a gente chegue a uma conclusão.

E, como eu disse, voltando ao ponto de ontem, eu não quero insistir muito nisso, mas ontem – ou anteontem, eu acho; eu não sei, eu confundo os dias – eu recebi uma ligação do Secretário de Estado do Vaticano. Se ele achasse que o Brasil era um pária, ele não iria ligar, não iria telefonar. E não telefonou para me dar conselho; telefonou para saber o que estava acontecendo, como é que era. Da mesma forma, governantes da França e de vários outros países – da França eu me lembro mais claramente – têm manifestado confiança na mediação do Brasil. Eu acho que é esse o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos iniciar agora o segundo bloco, que será constituído pelo Senador Dr. Hiran, pelo Senador Humberto Costa e pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra V. Exa., Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Renan, Embaixador Celso, Embaixador Faleiro, estou aqui, à direita de vocês. Estou aqui, ó! Bom dia! Bom dia a todos! Bom dia a todos os Senadores e Senadoras presentes.

O SR. CELSO AMORIM – Eu tenho uma deficiência auditiva; eu tenho que ler o lábio.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vou falar mais alto.

O SR. CELSO AMORIM – Não, está bem, está falando muito bem. Eu que estava virado para lá.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Embaixador, bom, primeiro eu quero também reiterar o que já foi falado pelos que me antecederam e falar à V. Exa. que, realmente, o Brasil não reconhecer essa vitória, ser prudente, já é um bom sinal. Agora, nós não podemos admitir que uma eleição, que acontece...

Olhem só, Senador Moro: 12 milhões de eleitores votaram. O senhor sabe quantos venezuelanos vagam em situação de vulnerabilidade absoluta pelo mundo? Quase 8 milhões, segundo o Acnur. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tenho dados aqui. Já passaram só lá pelo nosso Estado de Roraima – eu sou de Roraima, Embaixador –, já passaram pela Operação Acolhida – dados oficiais da Polícia Federal –, mais de 1 milhão e 200 pessoas. Quer dizer, uma eleição que acontece com 7 milhões de pessoas de um país onde houve uma votação de 12 milhões nunca vai ser uma eleição com credibilidade.

Aliás, no ano passado, eu até manifestei no Plenário o meu descontentamento absoluto como médico, com bom senso, com sensibilidade, porque nós recebemos esse ditador sanguinário aqui, no país, com pompas e circunstâncias. Eu não consegui entender, porque, olhem só, de 2017 para cá, Senador Renan, Sras. e Srs. Senadores, nós já gastamos aproximadamente R$2 bilhões com aquilo que é o modelo para o mundo de acolhimento de imigrantes, que é a Operação Acolhida, que o senhor conhece muito bem. Mas fora da Operação Acolhida, nós recebemos hoje cerca de 700 ou 800 pessoas por dia, lá em Roraima; 350 pela Operação Acolhida. O resto fica vagando, de Pacaraima a Boa Vista, em todos os municípios, em situação de absoluta pobreza e necessidade, o que gera demandas sociais inominável para todos nós.

E vou dizer aqui... O Senador Amin, que conhece bem, eu conheço muito bem. Eu sou oftalmologista, operei de 1990 a 1995, mensalmente, no Estado de Bolívar, na capital do Estado de Bolívar, na cidade de Bolívar, e, realmente, houve uma degradação na qualidade de vida das pessoas.

Existia, realmente, sempre uma discrepância social grande na Venezuela, mas essa crise se agudizou, e não existe democracia na Venezuela, Senador Amin, porque, veja bem: quando houve uma tentativa de golpe militar, em 1992, através do ex-Presidente Chávez, estava lá um homem que manda na Venezuela até hoje, que se chama Diosdado Cabello. Ele manda na Venezuela de lá até agora. Ele é a pessoa mais influente do Governo do Presidente Maduro.

Então, eu acho que nós precisamos, realmente, ter uma posição mais enérgica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... com um governo que causa tanto sofrimento humano. É o maior êxodo humano do nosso século, Sr. Embaixador.

Então, um país que causa esse dano inominável aos seus nacionais não pode ser reconhecido por nós, que somos um exemplo de acolhimento, de democracia, de tolerância... Agora, nós não podemos tolerar esse genocídio que tem acontecido com o povo venezuelano, que tem sido ignorado inclusive pelo próprio Governo Maduro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós conversamos com alguém da embaixada venezuelana, negam-se a reconhecer que há esse êxodo no mundo, de quase 8 milhões de pessoas. Como é que nós vamos acreditar numa eleição...

Vamos considerar que 3 milhões sejam crianças e vamos... Como é que a gente pode dar credibilidade a uma eleição em que a gente cerceia o direito de 5 milhões de pessoas num universo de 12 milhões de eleitores, dessa eleição ser uma eleição com alguma credibilidade?

Então, eu queria aqui fazer um apelo a V. Exa.: transmita ao nosso Presidente Lula essa preocupação e essa posição nossa. Eu acho que passou da hora de nós selecionarmos melhor as nossas companhias internacionais, porque a Venezuela não é uma boa companhia para o nosso país, que é um exemplo de democracia, tolerância, progresso e diversidade.

Você vê aqui como há pensamentos tão distintos e convivências tão fraternas. É porque nós respeitamos uns aos outros, o que não acontece naquele país.

Muito obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Embaixador Celso Amorim, nosso prezado amigo, companheiro...

Em verdade, eu me sinto muito satisfeito com as respostas e os questionamentos que foram feitos ao Ministro. Queria apenas fazer algumas observações. Mas, antes de fazê-las, acho que é importante nós fazermos alguns registros aqui da incoerência desse segmento da extrema direita no nosso país.

Obviamente que qualquer tipo de desrespeito aos direitos humanos, onde quer que aconteça... Obviamente, onde aconteça *lawfare*, nós temos que nos manifestar, mas não cabe autoridade política à extrema direita deste país nem para falar de *lawfare*, nem para falar de democracia e direitos humanos. Com episódios recentes... *Lawfare*?

Em 2018, o atual Presidente da República foi impedido de disputar uma eleição, que ele venceria, por causa de um *lawfare* praticado no Brasil, seja lá em Curitiba por um juiz de primeira instância, seja pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Então, carece de autoridade política para falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sobre esse tema, para criticar quem quer que seja, ainda que a crítica possa ser verdadeira, assim como para falar de liberdade e democracia.

Felizmente, o que se propunha para o dia 8 de janeiro de 2023 não se concretizou. Se tivesse se concretizado, muito provavelmente, isso que nós estamos fazendo aqui não faríamos. Este Congresso, provavelmente, estaria fechado. Teríamos um ditador de plantão e teríamos, como sempre sói acontecer nos países em que há ditaduras, algum tipo de arremedo de Parlamento, para tentar vender a ideia de algum grau de legitimidade.

Então, faço questão de fazer essas observações, porque as coisas não podem ter dois pesos e duas medidas.

Agora mesmo: o Brasil assumiu, em relação à Venezuela, no que diz respeito às embaixadas de alguns países – o que foi falado da Argentina, de outros mais –, uma atitude política importante. Primeiro, deveria ser reconhecida. Segundo, os mesmos que manifestam essas preocupações ficaram caladinhos aqui quando o Presidente do Equador mandou invadir a embaixada – era a do México – e prender, na Embaixada do México, um ex-Vice-Presidente da República. Eu não vi a extrema direita brasileira dizer nada aqui, nem nesta Comissão, nem no Plenário, nem em lugar nenhum.

Então, eu acho que é importante... O nosso Governo tem autoridade política para debater essas questões e tentar produzir alguns entendimentos.

Mas eu queria insistir numa tese, numa questão que foi levantada aqui... Não uma tese, mas uma questão, porque nos preocupa a todos.

É lógico que não se trata de estabelecer qualquer tipo de ultimato, mas o Brasil tem que ter a previsão do que vai acontecer. Até quando nós vamos aguardar a entrega dessas atas? E se elas não forem entregues? Quais são as consequências? Nós vamos declarar que não reconhecemos o governo anterior, o Governo de Maduro? Nós vamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... abrir um debate para a construção de algum tipo de entendimento político? Onde para a fronteira de uma mediação para evitar uma violência política, uma guerra civil, e começa uma interferência política propriamente dita?

Eu tenho ouvido alguns comentários em relação a isso. Eu teria esse interesse de saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segundo, eu pergunto: será que o Brasil não está assumindo... Estou fazendo não é nem uma crítica; um questionamento construtivo: será que o Brasil não está assumindo uma responsabilidade muito grande em relação a isso? Porque veja: vários países dizem "não, quero saber como é que o Brasil vai agir, quero saber como o Brasil vai fazer. Estamos confiando no que o Brasil vai fazer". Até que ponto não é uma omissão também de muitos desses países ao jogarem uma responsabilidade muito grande no Brasil, especialmente se acontecer isso que eu estou dizendo? O que é que nós vamos fazer se essa ata não aparecer?

E até onde vai a nossa participação nesse processo, para que isso não se configure como uma interferência política?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Renan.

Meu caríssimo Embaixador Celso Amorim, é sempre uma honra enorme para todos nós aqui apreciar seu conhecimento e suas informações, V. Exa., que é um orgulho da nossa chancelaria e do nosso Itamaraty.

Eu acho que, na preliminar, é necessário ser registrado isso, porque, ao ver o senhor aqui falar, como já vi anteriormente o Embaixador Mauro Vieira, nós apreciamos o retorno da tradição diplomática brasileira, tradição diplomática brasileira que sempre destacou este país como uma nação multipolar com relação a todas as nações no mundo e baseado nos princípios constitucionais que estão no art. 3º da Constituição, e é assim que nossa diplomacia está atuando agora, conforme muito bem relatado pelo senhor.

E essa atuação do Brasil, que foi, de ontem, com chanceleres como José Maria Paranhos, que fundou a nossa diplomacia moderna, e é de hoje, com o senhor, que tem garantido que o Brasil não está isolado do mundo; que o Brasil não é pária. Aliás, o Brasil, nos últimos dois anos, tem demonstrado, concretamente, que voltou ao mundo.

Talvez o Brasil fosse pária, se o Presidente brasileiro estivesse atacando a Primeira Dama de qualquer outro país à toa. Não é o caso do atual.

Talvez o Brasil se tornasse pária, se o chanceler fizesse uma crítica genérica do chamado globalismo internacional de forma desqualificada. Não é o caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Talvez o Brasil fosse pária, se, durante uma pandemia, o Governo brasileiro não reconhecesse as diretrizes da Organização Mundial de Saúde. Não é o caso.

Eu quero aqui externar, primeiramente, uma posição pessoal, particular: a Venezuela não é uma democracia. O Governo do Sr. Nicolás Maduro é um regime de exceção, e eu quero externar claramente isso, que as instituições democráticas na Venezuela, no meu sentir, no meu entender, foram rompidas.

Dito isso, é importante que todos os colegas aqui, do Plenário, percebam e acompanhem quais são os passos da diplomacia brasileira nesse caso. Basta ver as notas da diplomacia brasileira logo após o resultado das eleições.

Na primeira, a Nota 336, o Ministério das Relações Exteriores da nossa diplomacia reafirmou o princípio da soberania popular na Venezuela e cobrou a apresentação da comprovação do resultado eleitoral pelo Governo do Sr. Nicolás Maduro.

Nas notas seguintes, as Notas 347 e 358, esta já junto com os Governos de Colômbia e México... Que isolamento do mundo é esse, em que outras duas nações dizem que vão acompanhar as mesmas medidas e a condução feita pelo Governo brasileiro?

Esses princípios foram reafirmados.

Sobre direitos humanos, percebam a Nota 358 da nossa chancelaria, em que foi pedido ao Governo do Sr. Nicolás Maduro o respeito aos princípios de direitos humanos. Isso é a declaração mais forte contra qualquer ato arbitrário por parte da Venezuela. Mais do que isso era impossível ter.

Às vezes, nossos colegas querem ser, parece-me, alguns colegas meus... Eu lhe peço desculpas, Ministro Amorim, porque, às vezes, alguns colegas meus querem ser mais realistas que o rei. Quem elogiou a posição brasileira foi a Maria Corina Machado. É a Maria Corina Machado quem diz assim: "Líder da oposição venezuelana agradece a Lula [Senador Hiran] pela posição firme em defesa da democracia na Venezuela".

É a líder da oposição venezuelana quem diz isso. Somente isso, aqui, para destacar.

A posição brasileira tem sido chancelada pelo Presidente Biden, que ligou pessoalmente para o Presidente brasileiro; a posição brasileira tem sido chancelada pelo Presidente Macron...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – ... e por toda a comunidade europeia; a posição brasileira tem sido chancelada até pela oposição venezuelana.

Por fim, Presidente Renan e Ministro Amorim, sejam malditas todas as ditaduras, sejam de esquerda, sejam de direita, em qualquer lugar.

Encher ministérios de militares, sem critério, e entregar empresas estatais para alguns militares é condenável, Senador Hiran, na Venezuela e aqui.

Prometer violência, caso seja tirado do poder, é condenável, Presidente Renan, na Venezuela e aqui.

Fomentar desinformação e teorias conspiratórias, como faz o Sr. Maduro, é condenável, na Venezuela e aqui.

Usar discurso violento, perseguir a imprensa, Senador Hiran, e perseguir opositores, até com uso do aparato do Estado, é condenável, seja pelo serviço de informação da Venezuela, seja com a Abin, aqui no Brasil.

Não aceitar derrota, em caso de eleição, é condenável, na Venezuela e aqui.

Usar a máquina do Estado, seja a Polícia Rodoviária Federal venezuelana – não sei se tem –, seja a Polícia Rodoviária Federal brasileira, é condenável, na Venezuela e aqui.

Por fim, Ministro Amorim, eu queria lhe agradecer e queria cumprimentar um colega de oposição – não está aqui mais. O Senador Moro –, porque eu vi do Senador Moro, aqui, a posição dele de rechaçar, de denunciar o Judiciário e o regime venezuelano por impedirem opositores de concorrer nas eleições. É uma evolução e tanto. Então, valeu muito esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Embaixador Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM (Para expor.) – Eu estava aqui pensando nas coisas que foram ditas.

Bom, Senador Hiran, quanto ao seu apelo, eu estou de pleno acordo. É preciso respeitar os direitos humanos lá, é preciso melhorar a vida das pessoas lá, para que não haja essa migração em massa, que afeta particularmente o seu estado. Mas, como V. Exa. disse, em alguns casos os problemas antecedem o governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu não estou defendendo, de maneira nenhuma, eu não estou querendo aqui fazer elogio a ninguém, nem ao Presidente Maduro, muito menos ao Presidente da Assembleia, que criticou o Centro Carter. Eu não estou fazendo isso. Eu estou querendo lembrar que a missão do Brasil, aqui...

Condenar é muito fácil. É muito fácil. Agora, o difícil é você ajudar a resolver os problemas. Esse que é o difícil, e essa é a verdadeira tarefa da diplomacia. Porque, senão, a gente ficaria aqui, só emitindo notas, não tendo diálogo... Não vai acontecer nada na Venezuela. Agora, se nós atuamos, como ele disse...

O Vaticano. O homem mais forte do Vaticano, depois do Papa, me telefonou ontem, porque ele quer saber o que é que o Brasil acha. O Presidente da França ligou para o Presidente Lula, para saber o que é que ele pode fazer.

Eu concordo com o que foi dito, antes, pelo meu amigo Humberto Costa, de que eles estão um pouco jogando nas nossas costas. Isso tem os dois lados. Quer dizer, tem o respeito enorme... Agora, eu acho que é bom eles entenderem que precisam da gente, em vez de ficarem só ameaçando com sanções, aumentando isolamento... Isso não adiantou nada! Isso foi o que foi feito antes, e só agravou a situação.

Eu não vou resolver – eu, Brasil –, mesmo com o apoio dos senhores, digamos, nós não vamos resolver o problema da Venezuela facilmente. É complexo. É muito complexo. Eu citei aqui o exemplo, quando visitei lá, à época ainda do Presidente Caldera: já era complexo. Ficou mais complexo? Houve uma época que melhorou, depois ficou mais complexo.

Agora, é tendo relacionamento com os países, comerciando com eles, fazendo investimentos, que você influi, que influi de uma maneira adequada, democrática, republicana... Eu sou totalmente a favor de a gente exercer essa influência, mas de uma maneira que os países possam receber.

Eu não sou a favor da política... Era contra a política do Big Stick, lá, dos americanos do Theodore Roosevelt, e sou contra que o Brasil também utilize uma política de Big Stick com os seus vizinhos. O Brasil tem que ter... Você goste ou não goste de determinados... E nós não gostamos muito de alguns, mas respeitamos. Respeitamos. Eu não vou aqui entrar em julgamento de outros chefes de Estado porque não me cabe aqui, não é minha função, mas o que eu quero dizer é o seguinte: nós temos que ter... O Brasil sempre foi, tem uma capacidade de mediação muito grande, desde o Ruy Barbosa e de muitos outros, obviamente, o Rio Branco e muitos outros, sobre os quais eu não preciso me estender aqui. É essa capacidade que a gente tem que usar. Isso decorre da nossa existência. Um país que tem dez fronteiras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V. Exas. provavelmente sabem que só há três países no mundo que têm fronteiras com dez países, mas o único que não tem uma guerra há 150 anos é o Brasil. Quase teve uma com a Venezuela. Poderia até ser sem intenção, a tal intervenção humanitária: você entra lá, leva um tiro... As guerras começam assim. Aquele... Esqueci o nome dele. O homem que deu o tiro lá no Arquiduque Francisco Ferdinando. Ele não estava achando que estava começando a Primeira Guerra Mundial. Ele achou que estava dando um tiro num representante da monarquia austro-húngara. Enfim...

Então, não é... É uma coisa que requer paciência, requer trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO AMORIM – Bom, eu não sei se faltou alguma, se eu não falei de todos. Fiz algumas referências rápidas, mas, enfim, acho que mais ou menos o que eu queria dizer foi dito.

Vai surgir oportunidade de...

Não vou ficar dizendo aqui que concordo com o Senador Randolfe, isso é mais ou menos óbvio, mas eu me lembro de que nós tivemos alguns embates, sempre construtivos, quando eu era Ministro da Defesa, porque cada um, no seu posto, estava tratando de restabelecer a Comissão da Verdade, restabelecer os direitos humanos, e não é uma tarefa fácil, e nós avançamos um pouquinho. Não tanto quanto eu gostaria, mas enfim...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senador Humberto fez uma pergunta objetiva...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO AMORIM – Qual é a pergunta? Desculpe, eu...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, é sobre a questão da mediação e sobre a questão da interferência. Na verdade, o Brasil está cumprindo um papel neste momento em que há uma responsabilidade imensa colocada sobre nós e uma referência para muita gente, mas eu perguntei sobre até onde nós vamos, sem chegar a uma posição de um ultimato. O que é que faremos se a posição será de que não haverá o reconhecimento? E a partir de que ponto nós passamos da condição de uma intermediação para quase uma interferência política sobre o que fazer lá?

O SR. CELSO AMORIM – É difícil especular sobre o futuro, não é? Temos que lembrar um princípio do direito internacional de que não há reconhecimento de governos, há reconhecimento de Estados. O Brasil não deixará e não deveria ter deixado de ter jamais relações com a Venezuela, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi feito – retiraram até os embaixadores, a nossa embaixada estava lá jogada ao lixo. Jamais. O reconhecimento é de Estados. Agora, não creio, não creio que nós... Se não houver algum acordo que possibilite avançar, nós não vamos reconhecer um governo se essas atas não aparecerem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Passamos ao terceiro bloco. Esse bloco é composto pela Senadora Augusta Brito, pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo e pela Senadora Damares Alves. E nós vamos, com a aquiescência de todos, incluir neste bloco a Senadora Rosana Martinelli também.

Com a palavra, a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para interpelar.) – Obrigada ao Presidente, Presidente Renan, que aqui preside esta audiência de uma forma tão democrática e sábia.

Aqui eu quero, antes de começar, desejar boas-vindas ao nosso querido Celso, que aqui está tão bem, com paciência, escutando, explicando e mostrando realmente o que nós percebemos dentro do Governo Lula, pois é indiscutível realmente como o Governo Lula vem tratando – a diplomacia vem tratando – realmente esses assuntos com seriedade, com diálogo. É algo que eu percebo e confirmo aqui.

Depois da fala aqui dos meus dois amigos, tanto o Humberto Costa, que fez a pergunta que eu queria também fazer, bem objetiva, como o Randolfe, que fez todo o resumo do que eu também penso e com que, enfim, concordo – e quero aqui pedir a transcrição de toda a fala dele que me antecedeu –, eu queria só registrar que nós estamos realmente retomando o protagonismo do Brasil no mundo, porque, com essa diplomacia que está sendo estabelecida através do Governo do Presidente Lula, a gente percebe a diferença. A gente percebe e constata o respeito que nós estamos tendo, tanto que estão atribuindo uma grande responsabilidade de o Brasil se manifestar numa questão que nós sabemos que é uma questão fundamental hoje para que a gente possa evitar conflitos de que possam até surgir guerras sobre isso. Isso também mostra, demonstra a recuperação do protagonismo e do respeito do Governo do Presidente Lula mundialmente. Então, fico feliz – eu não vou fazer mais as perguntas que eu ia fazer – em saber realmente que está sendo bem conduzido.

E hoje eu vim aqui para assistir a toda esta audiência pública. Parabenizo também a Senadora Tereza, que teve aqui a autonomia de pedir, de convidá-lo para vir até aqui, para que a gente pudesse ter certeza, esclarecer e não ficar com nenhuma dúvida de qual é a posição do nosso país sobre isso. Eu não tenho dúvida nenhuma de que é exatamente de construir a paz e construir o diálogo através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da diplomacia que já está sendo feita, da forma que eu acredito que tem que ser feita, que é a forma de procurar não ter o conflito, não acirrar o conflito, mas, sim, fazer com que o nosso país ajude esse conflito a não se aprofundar ainda mais do que já está.

É só parabenizá-lo e agradecer ao Presidente pela oportunidade também de fazer esta manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a intervenção da Senadora Augusta.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para interpelar.) – Presidente, os meus cumprimentos. Boa tarde a V. Exa. – já passando do meio-dia – e aos companheiros e companheiras que integram o nosso Colegiado.

Saudações ao Ministro Celso Amorim, ao Embaixador Audo, aos integrantes da diplomacia brasileira.

Eu quero fazer algumas rápidas considerações, até porque as perguntas vão se tornando de certa forma, o que é plenamente justificável, repetitivas.

E, ao ouvi-lo na última indagação repetida do colega Senador Humberto Costa, já fico mais aliviado, porque já tenho resposta a uma dessas que faria e que renovo, como os demais outros, a partir da nossa autora queridíssima e estimada Senadora Tereza Cristina, que é exatamente nós termos, evidentemente, um corte de decisões. Nós não podemos permanecer, por mais que reconhecidas sejam... E eu quero que as minhas palavras, Embaixador, Ministro, Chanceler, sejam no sentido do reconhecimento à extraordinária capacidade diplomática brasileira, secular, reconhecida por todos indistintamente, e aqui não haveria espaço para desconhecê-la, por mais que estejamos num fórum de debates políticos e também ideológicos. O Itamaraty sempre soube se posicionar exatamente pelas conduções em diversos momentos em que historicamente foi cobrado. E salientemos que, nesses dois últimos anos, nós recuperamos, sim, boa parte daquilo que nós próprios, na diplomacia muito equivocada não feita pelo Governo anterior, terminamos nos deixando levar. Perdas de relações, afrouxamentos, enfim, isso é evidente. E não estou aqui na condição de um aliado, porque sabidamente sou um aliado do novo Governo que se instalou, não, mas é fato: o Brasil voltou a conversar, a dialogar, a restabelecer-se, a criar ligas que outrora foram sendo perdidas, com grandes apelos econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V. Exa. diz que nós temos um tempo. V. Exa. reconhece que a posição do Brasil pode ser definitiva, porque leva legitimamente a uma tomada de decisão por parte do atual Governo, que, a meu ver, Ministro Celso, se instala ou se reinstala de forma ilegítima.

No que disse aqui a Senadora Tereza, eu queria ouvi-lo em termos de opinião pessoal: o senhor não tem dúvidas de que essas atas não aparecerão? Evidentemente, V. Exa. poderá ou não responder, mas intimamente o senhor sabe que elas não existem, elas não vão aparecer. E, evidentemente, se o atual Presidente tivesse minimamente a segurança de que foi vitorioso, ele seria o primeiro, ainda na madrugada da apuração, a dizer: "Estão aqui, vocês que estão ávidos em saber das nossas atas, estão aqui". É óbvio! Então, a gente tem que ter um paradeiro, temos que ter um paradeiro.

E não é estabelecendo esse paradeiro, Ministro Celso, Embaixador, que nós deixaremos de ter o comedimento ou deixaremos de aplicar os princípios da diplomacia, com a marca, entre as quais, da paciência, e V. Exa. é o protótipo, o perfil da paciência. Nós precisamos assumir a nossa responsabilidade enquanto maior nação, enquanto mais importante país da América do Sul.

Pergunto também a V. Exa. se existem pressões de outras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... nações, econômicas, para que nós não assumamos e nos comportemos proximamente – e eu espero que o proximamente se dê –, dizendo que, se o Brasil adotar essa postura, ele poderá perder em relações com outros países com que economicamente são mantidos esses laços. É uma preocupação nossa.

Por fim, quando V. Exa. fala sobre paz, nós temos duas: a desejada por todos nós, que é a paz entre nações, entre países, nas nossas fronteiras, mas é também desejável uma paz interna. É muito doloroso observar que, aqui, palmo acima de alguns milhares de quilômetros, cidadãos venezuelanos estejam sob uma inaceitável e desumana pressão, com nítidos atos de violência, gerando a não paz interna. Isso também deve ser uma preocupação nossa. Mantê-la, produzi-la, promovê-la entre as nações, entre os nossos dez outros países que fazem fronteira conosco, perfeito, essa é a nossa obrigação primordial, mas também há a de poder colaborar com tantos daqueles que estão amordaçados, asfixiados institucionalmente. Novas eleições a mim me parecem ser inapropriadas, porque ter novas eleições, com todo um trabalho de asfixiamento por parte do Governo venezuelano, é ter, entre aspas, "novas eleições" com lisura. Isso é a meu ver. E vejam que eu tenho um comportamento – os senhores e as senhoras bem o sabem – extremamente comedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Penso que o Brasil tem que dar um tempo, tem que estabelecer um tempo, até em razão de não perder de vista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Vou encerrar, meu Presidente.

... aquilo em que avançou, que realcançou, que reconquistou nesses dois últimos anos. Não concordo com o meu querido estimado e respeitabilíssimo Senador Amin, quando coloca que o Brasil possa ser apresentado ao mundo como pária. Acho que, inclusive, passamos muito mais perto de sê-lo anteriormente, proximamente. Não! Agora, a gente não pode se dar o luxo de assistir de forma, vamos dizer assim, sempre postergatória. Não dá para ser enganado. Não existem atas, não vão ser apresentadas as atas. Nós poderíamos dizer que o Brasil estabeleceu esse prazo e, se não apresentadas... Se apresentadas, auditemos. Quem pode auditar? A autoridade europeia ou uma outra, mas que o façamos, porque, senão, fica muito a cavaleiro a atual realidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... do Presidente Maduro.

Muito obrigado.

E desculpe, Presidente Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, que isso? Prazer grande. Agradecemos a intervenção do Senador Veneziano.

E tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Embaixador Celso Amorim, eu acho que o senhor percebeu que nós temos na Casa hoje uma oposição inteligente, sensata e uma oposição muito séria.

A forma como o senhor foi recebido por essa oposição aqui hoje acho que mostra. Muita gente achava que o senhor viria aqui para ser massacrado, que essa oposição iria criticá-lo. Não! A oposição reconhece a sua sabedoria, nós reconhecemos a sua trajetória, fomos respeitosos com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O senhor veio aqui, porque nós da oposição entendíamos e entendemos que um brasileiro teve a chance de dizer para um extremo ditador "mostre as atas", e esse brasileiro foi o senhor. Especialmente... E desculpe, Embaixador, é que eu sou movida pelo extremo amor às crianças e movida por uma extrema repulsa a um ditador aqui do continente. Talvez as minhas palavras soem ásperas, mas não, é extremo amor às crianças e extrema repulsa, porque crianças da Venezuela atravessaram as fronteiras sozinhas. Pergunte ao Hiran: nós temos crianças sozinhas nos abrigos de Roraima. Um país em que suas crianças fogem de um ditador... A gente precisa ter uma atenção muito especial a esse país e ao que esse ditador está fazendo, um ditador que tem como bandeira de paz prisão e sangue.

Inclusive, Embaixador, eu tenho contato com comunidades religiosas do país, e adolescentes com autismo foram presos agora, na semana passada. A gente precisa rever isso, a gente precisa ver isso. Meninos com autismo sendo presos porque protestaram, mas isso é só o que é o caráter daquele ditador sanguinário.

E aí o senhor está aqui, porque nós tivemos um brasileiro que entrou quando outros observadores não puderem entrar na eleição, e a gente queria muito ouvir se o senhor teve a oportunidade de dizer para o ditador: "Apresente as atas". E era só isso que a gente queria. O senhor é um homem sensato, a gente sabe disso, o senhor é um homem respeitado por muitos líderes mundiais. E o senhor teve e tem a oportunidade de dizer para ele: "Ponha fim a essa tensão, mostre as atas". E, quando ele mostrar as atas, Embaixador, uma fala sua vai cair, pois aquele país não está dividido, a gente sabe que mais de 70% das pessoas o rejeitaram, não há uma divisão meio a meio, 70% não o querem, com certeza. Então, a gente queria ouvi-lo. O senhor teve a oportunidade de dizer: "Pare de tensionar". O senhor conseguiu fazer isso, o senhor tem essa motivação? Talvez não seja a sua atribuição, mas o senhor é um homem ouvido por líderes. E aí era isso que nós queríamos ouvir aqui.

E saio feliz desta audiência, porque a extrema-esquerda reconhece que precisamos de um prazo: até quando o Governo vai esperar a apresentação dessas atas ou não.

E eu quero só terminar aqui a minha fala fazendo uma homenagem a uma líder feminina no continente. Nós que somos mulheres que lutamos tanto por mulheres na política, Embaixador Celso Amorim, estamos vivendo um momento histórico: uma mulher teve coragem de enfrentar um sistema. E Corina precisa, sim, ser homenageada por nós. Mesmo que algumas mulheres não concordem com a posição política dela, nós temos uma mulher muito corajosa no continente que merece todo o nosso respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, por último, Embaixador, só aqui para a extrema-esquerda... É porque eles me chamam tanto de extrema-direita que eu me sinto à vontade de chamá-los de extrema-esquerda. O Brasil não perdeu protagonismo no Governo passado. Eu fui a Ministra dos Direitos Humanos, não sei se o senhor sabe, eu estive em todos os fóruns internacionais, e meu maior problema nos fóruns eram as tais reuniões bilaterais: todos os países...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... queriam falar comigo. Fomos candidatos à comissão de direitos humanos e ganhamos no 2020 com recorde de votos.

Está aqui a Ministra Tereza, ex-Ministra. Quantos comércios internacionais você abriu, Tereza? Dezenas e dezenas. Como é que ainda se sustenta este discurso de que o Brasil esteve isolado no Governo passado?! Não! Eu acho que a gente vai ter uma audiência pública logo aqui nesta Comissão e mostrar que nós não estivemos isolados. Nós não falamos com ditadores no Governo anterior, mas nós não estivemos isolados. Pelo contrário, nós caminhamos muito em parceria com grandes nações.

E, por último, só uma pergunta... Eu fiz duas. Quando eu cheguei, o senhor estava fazendo uma ácida crítica à OEA, mas quem tirou a Venezuela da OEA foi o Maduro. A pergunta é: algum movimento de que o Brasil se retire da OEA, algum conselho ao atual Governo para que o Brasil se retire da OEA, ou foi uma impressão minha, porque eu cheguei já no final de sua fala?

Obrigada.

E eu registro aqui todo o meu respeito e admiração pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos à Senadora Damares.

E concedo a palavra à Senadora Rosana Martinelli.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente. Parabéns pela condução de todas as audiências.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, obrigado, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada pela presença, Embaixador.

Eu quero reiterar as palavras tanto do nosso Senador Veneziano Vital quanto da Damares sobre a nossa preocupação. Nós sabemos do poder conciliatório do país, do nosso Presidente, e a gente não pode perder essa representatividade de que tanto realmente o nosso Presidente e vocês do Governo falam – e praticam. Então, qual é a data limite? É isso que nós queremos saber. Qual é a data limite em que o Governo vai ficar esperando para tomar o posicionamento? Como eles falaram, nós não acreditamos que tenha essas atas. Senão, ele teria entregado. Não tem o porquê. A verdade é soberana. Quando paira a dúvida, põe-se em dúvida a respeitabilidade de um governo. Então, realmente, nós aqui Senadores, com todo o respeito, queremos saber qual é o prazo realmente limite em que o Governo brasileiro vai estar aguardando o Governo Maduro.

E, a observar o modelo eleitoral da Venezuela, eu gostaria que V. Sa.... Eu gostaria da opinião do senhor: o senhor recomendaria que fosse implantado o voto impresso no Brasil, como hoje tem possibilidades? Hoje, o senhor recomendaria, a exemplo da Venezuela, que hoje pode ter as atas que podem ser conferidas?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Embaixador Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM (Para expor.) – Bom, acho que à Senadora Augusta Brito não tenho nada a dizer, ela fez um elogio, que obviamente me tocou muito.

O Senador Vital do Rêgo, quando fala... Não tenho discordância, nem vou aqui defender novas eleições. Eu não propus isso, isso não está sendo discutido, mas eu quero fazer uma pequena observação. É claro que, se fossem novas eleições, teria que – ou com qualquer outra solução que se queira dar, que possa ser consensual – ser sob um sistema de vigilância diferente do que houve agora. Então, não é a mesma coisa. Não sei se V. Exa. já estava aqui quando eu mencionei isto: a União Europeia foi convidada e depois desconvidada, porque manteve as sanções. Acho que teríamos que encontrar uma solução para garantir que não se repita a mesma situação.

Não sei exatamente qual. Isso é algo que teria que ser discutido, está sendo discutido. O Presidente Lula ontem conversou com o Presidente Petro sobre outras hipóteses. São várias hipóteses, mas qual delas é, digamos, ao mesmo tempo, a mais eficaz e a mais pacífica? A mera condenação, mesmo que ela venha ocorrer em algum momento, não vai resolver o problema da Venezuela. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

situação da Venezuela só se deteriorou ao longo dos anos. Não vou dizer que foi culpa nossa tê-la deixado, mas o isolamento não ajudou em nada. Nós estamos querendo encontrar uma solução que seja verdadeiramente conducente a uma vitória de uma verdadeira democracia na Venezuela. Então, esse é o seu trabalho, e qualquer solução terá que vir nessa linha.

Da Senadora Damares acho que uma das perguntas eu já tinha respondido, eu não anotei aqui, mas a segunda, que é se o Brasil vai sair da OEA: não, o Brasil não está pensando em sair da OEA. A OEA tem seus defeitos e suas qualidades. Não é aqui o momento de a gente discutir, mas a OEA teve muita importância, por exemplo, no reconhecimento dos direitos das mulheres. Ela foi pioneira nisso como organismo internacional, então já seria um motivo suficiente para a gente continuar. Agora, a OEA também participou recentemente – quer dizer, recentemente na história – de ações muito duvidosas, como foi o golpe de Estado na Bolívia, na minha opinião.

Então, é uma questão para ser discutida, mas o Brasil não pensa em sair da OEA. Mas V. Exa. tinha feito uma outra pergunta que me escapa.

O SR. AUDO ARAUJO FALEIRO (*Fora do microfone*.) – Se falou com Maduro.

O SR. CELSO AMORIM – Ah, se eu falei com Maduro? Sim, eu estive com ele no dia seguinte da eleição e, depois de uma conversa inicial mais genérica, até para criar um ambiente minimamente favorável, eu insisti na importância da entrega das atas. E ele me disse – o Audo estava presente, mas se dirigindo a mim, e na presença do Presidente da Assembleia –: "Elas sairão nos próximos dias".

Eu passo daí para a questão do prazo, que acho que foi a última que foi colocada.

Eu aprendi que na diplomacia não se estabelecem prazos. Eles podem até ser usados em alguns momentos, mas não são verdadeiros, são apenas um estímulo a que as coisas possam acontecer. Eu acho que não adianta nada eu fazer um prazo hoje e, depois de amanhã, eu descobrir que as coisas estão evoluindo, mas que vão tomar mais tempo. Eu participei de inúmeras negociações internacionais dos mais variados tipos – digamos, negociações econômicas –, em que os prazos finais eram estourados seguidamente. A gente não podia dizer: "Então, vamos parar, porque o prazo acabou". Então, eu acho que nós estamos chegando a um ponto em que é preciso sentir uma evolução real. Eu tenho dito isso e repetido, o Presidente Lula disse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO AMORIM – ... mas eu acho que seria leviano dizer: "Olha, se até domingo não aparecerem as atas, nós vamos...". Se na segunda-feira a gente perceber que tem alguma coisa, eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dizer não, porque eu tinha dito que era no domingo? Então, eu acho que nessas coisas a gente tem que ter um pouco de cuidado, mas é claro que não é uma coisa para sempre.

Agora, eu queria lembrar um ponto, só que eu acho que foi esquecido aqui por mim também e que é muito importante. O Presidente Maduro tem pela frente quase seis meses de acordo com a Constituição atual. Então, ele é o Presidente da Venezuela de acordo com a Constituição atual. E o que nós queremos é que, qualquer que seja a solução, esses seis meses não se transformem, não ofereçam um palco para violência de um lado ou de outro. Criticamos e criticaremos a violação dos direitos humanos, mas temos que trabalhar de uma maneira eficaz.

Eu trabalhei muito com direitos humanos, fui Embaixador em Genebra, como a Senadora sabe, e, por exemplo, uma das resoluções que o Brasil propôs no tempo em que eu era Embaixador – não era nem o Governo Lula, era o Governo Fernando Henrique Cardoso – era considerar que o racismo é incompatível com a democracia. As chamadas democracias resistiram muito a isso, não queriam – não queriam. E teve até uma cena bizarra de um Embaixador americano para esse órgão, que era negro, me pedir para retirar essa resolução. Para ver quanto a gente tem que confiar nas palavras das pessoas, no final a resolução passou por consenso. Acho que foi a única resolução no Conselho de Direitos Humanos que foi aprovada pelos árabes e por Israel. Mas, enfim, isso tem que ver o andamento das coisas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO AMORIM – Agora, repito, o Brasil não reconhecerá um Presidente que não esteja fundado nas atas.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria de saber da resposta, se o Embaixador recomendaria o voto impresso no Brasil, opinião pessoal do senhor.

O SR. CELSO AMORIM – Você está perguntando a mim?

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim.

O SR. CELSO AMORIM – Eu não sou técnico em direito eleitoral.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO AMORIM – Eu sou contra a manipulação (*Fora do microfone.*) ... das propostas para atrapalhar as eleições. Isso eu sou contra. Agora...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Embaixador, obrigada pela sua vinda aqui. Eu acho que foi muito produtiva esta nossa manhã aqui, discutindo esse assunto, esclarecendo algumas posições do Governo brasileiro em relação à Venezuela, às eleições na Venezuela, aos direitos humanos, enfim, o que pensa o Executivo.

Quero deixar registradas duas coisas, além do meu agradecimento pela sua vinda.

Quero dizer que eu tenho o maior orgulho da carreira diplomática do Itamaraty, o que essa carreira de Estado faz pelo nosso país. Eu tenho o maior orgulho de ser brasileira e ter um Itamaraty como o que nós temos.

Segundo, eu queria lhe dizer que eu estava ouvindo aqui uma declaração agora da Sra. María Corina Machado no Instagram, agradecendo. Tenho a impressão de que ela participou, ouviu e de que ela gostaria que, com essa força que a gente vem dando e que o Brasil tem, o Brasil fique atento aos próximos passos que virão nos próximos dias na Venezuela. Então, eu quero aqui enaltecer, Damares, Rosana, a figura da María Corina, porque tem que ser muito corajosa para enfrentar todo um sistema. Ela foi inabilitada para concorrer, mas assim mesmo continuou liderando esse movimento de oposição, organizou a oposição venezuelana. Tanto é que essas atas eles não fizeram de improviso; isso eles estavam já coordenados na sua base para que pudessem ter isso, porque sabiam que as eleições com certeza seriam contestadas. As atas existem. O Governo, a Suprema Corte – não sei como é que chama lá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O CNE não quer entregar. Elas existem, tanto é que a oposição tem a cópia de quase todas. Acho que elas não serão entregues.

Eu concordo com o senhor. E aí, mais uma vez, eu cumprimento a diplomacia brasileira, porque vocês são grandes negociadores, vocês são treinados para negociações. Então, não pode ter prazo, mas também isso não pode ficar indefinido, porque desgasta a figura do Brasil. Se o Brasil tem esse papel de mediador e outros países estão se aconselhando e nos ouvindo sobre a situação da Venezuela, eu acho que o Brasil vai precisar dar uma resposta. Se o Brasil não aceitar as eleições e se as atas não forem entregues, eu acho que será um gol para o Brasil não concordar com uma ditadura que não quer nem minimamente entregar os resultados para dizer que ela é uma democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, as eleições não foram ganhas, mas, enfim, vamos aguardar. Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, mas têm prazo: até depois do parto, você toma por 40 dias, depois tem que voltar à vida real.

Então, muito obrigada pela sua presença, e nós temos que lá votar agora o destaque. Peço licença para poder ir ao Plenário, porque nós temos lá uma votação importante e eu tenho que defender um destaque feito por mim.

Muito obrigada. Muito obrigada, Embaixador Audo, também, pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Como todos sabem, a reunião é consequência da aprovação do requerimento da Senadora Tereza Cristina, o Requerimento do Senador Ciro Nogueira convidando o Chanceler Mauro será agendado tão logo Ministro volte ao Brasil, e havia um terceiro requerimento que foi retirado pela autora de convite para a Embaixadora em Caracas.

Eu quero agradecer a presença do Embaixador. É muito importante. E esta Comissão demonstra sobretudo que debater a eleição na Venezuela não fere ou interfere na soberania daquele país e que debater não é nenhum tipo de intervencionismo, tentativa de invadir competência das autoridades locais; muito pelo contrário, o Brasil – todos sabem – tem um relevante papel a cumprir na restauração da paz e da democracia na Venezuela, e esta Comissão fará qualquer esforço nessa direção.

Agradeço, mais uma vez, ao Embaixador e, nada mais havendo a tratar, nós declaramos encerrada a presente audiência pública.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e seis minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia, Magno Malta e Marcos do Val, não-membros da comissão. A presente reunião também contou com as ilustres presenças dos militares Contra-Almirante Marcelo do Nascimento Marcelino, General de Brigada Luís Carlos Soares de Sousa, General de Brigada Jayme Octávio de Alexandre Queiroz, Brigadeiro de Infantaria Paulo César Milaré; bem como do senhor Paulo Manzato Junior (Cloudflare) e da seguinte delegação catarinense: Jardel Valdir do Amaral, Lorival Kempner (Presidente da Câmara Municipal de Navegantes-SC), Felício Reginaldo da Costa (ex-vereador, Navegantes-SC), William Ismael dos Santos (Vereador, Porto Belo-SC) e Valmir Dagostim (Vereador, Criciúma-SC). Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater as Relações entre Segurança e Defesa Cibernética. **Participante:** Senhor General de Divisão Alan Denilson Lima Costa, Comandante de Defesa Cibernética (representante de: Comando de Defesa Cibernética). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião da Subcomissão, ocorrida no dia 9 de julho deste ano.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme pauta publicada, a presente audiência pública interativa tem como objetivo debater as relações entre segurança e defesa cibernética.

Para tanto, recebemos como convidado o Exmo. Sr. General de Divisão Alan Denilson Lima Costa, Comandante de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria nº 0800 0612211.

Tenho a honra de cumprimentar e convidar para integrar esta mesa – já está aqui conosco – o Exmo. Sr. General de Divisão Alan Denilson Lima Costa.

Convido igualmente para se incorporar aqui à mesa o nosso querido Senador Fernando Dueire, por favor.

Quero desde já justificar a ausência do Senador Sergio Moro e de outros integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, cuja sessão terminou por volta de 13h30.

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos.

Inicialmente, será dada a palavra ao convidado pelo tempo que julgar necessário para sua exposição inicial. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, pelo prazo de cinco minutos, em blocos de três interpelantes até. Na sequência, o Exmo. Sr. Comandante terá o prazo de cinco minutos para a resposta; e, por fim, poderá ser concedida a réplica e a tréplica, com o limite de até três minutos para ambos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de registrar ainda, além da presença do Senador Fernando Dueire, a presença... Eu vou pedir depois que a Secretaria, por favor, forneça-me o nome dos demais representantes das Forças Armadas aqui presentes, para que eu enuncie os seus nomes, já que não os tenho aqui. E gostaria de registrar também a presença de uma ilustre delegação catarinense. Não pretendo aqui também esgotar os seus nomes, mas começo pelos veteranos Vereadores Lourenço e Miri, das cidades de Navegantes e Criciúma, e demais companheiros que eu pedirei depois que me sejam declinados os seus nomes.

Concedo a palavra, neste momento, ao General Alan Denilson Lima Costa, pelo tempo que julgar útil e adequado, confiando no seu bom senso. (*Pausa.*)

Antes, vou mencionar aqui a presença do General de Brigada Luiz Carlos Soares, do Almirante Marcelo do Nascimento e do Brigadeiro Paulo César Milaré

Com a palavra, o General Lima Costa.

O SR. ALAN DENILSON LIMA COSTA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, Presidente da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sr. Senador Fernando Dueire, titular desta Comissão, estimada assistência aqui presencialmente e também virtualmente a esta nossa audiência pública, onde eu vou apresentar os passos que a defesa vem dando na implantação do setor cibernético no âmbito da defesa nacional e trazer então essas informações para que a gente possa debater essa relação entre a segurança cibernética e a defesa cibernética, que é o tema e o que nos traz aqui a esta audiência pública.

Então, o nosso Comando de Defesa Cibernética é o responsável por conduzir o setor cibernético no âmbito da defesa, e isso nasce na nossa Estratégia Nacional de Defesa, que é a de 2008. Então, um detalhe interessante é que o Brasil percebe muito cedo a ameaça cibernética como uma ameaça à segurança nacional e cria um setor estratégico próprio a ser desenvolvido para se contrapor a essa ameaça percebida. Então, nós já tínhamos dois setores clássicos: o setor nuclear, que já vinha sendo conduzido pela nossa Marinha do Brasil; o setor espacial, conduzido pela Força Aérea, e surge um setor novo, o setor cibernético, que, nessa época, em dezembro de 2008, ainda era bastante desconhecido.

Por favor.

Então, quando a gente olha para essa evolução – e nós estamos falando de 14 anos –, nós vemos que foi uma caminhada exitosa, e eu vou dizer o porquê.

Lá em 2008, nós começamos com a Estratégia Nacional de Defesa interpretando o que seria isto: construir um setor de defesa cibernética no país. Criamos a nossa primeira estrutura em 2010, entramos nos grandes eventos, já com a incumbência de coordenar a segurança e a defesa cibernética nesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grandes eventos, a partir de 2012 até 2016, e isso fez com que a gente desenvolvesse essa capacidade e, mais do que isso, desenvolvesse as relações com as estruturas do país que fazem a segurança cibernética praticando, sendo efetivamente empregados na condução da segurança e da defesa cibernética nesses grandes eventos.

O nosso comando nasce somente em 2016, então nós temos oito anos como Comando de Defesa Cibernética. A estrutura se tornou mais robusta e nós, a partir daí, começamos a intensificar a cooperação internacional nessa área – é outro aspecto que eu vou pontuar aqui na nossa apresentação – e, quando nós paramos, em 2022, para fazer uma avaliação, um diagnóstico, a gente percebeu que, nesses 14 anos, nós havíamos construído uma capacidade, obviamente uma capacidade que continua se desenvolvendo, porque qual era o mote à época? Nós temos que tirar o Exército da era industrial e levá-lo para a era da informação, ou seja, usar intensivamente tecnologias da informação.

Eu lembro que, em 2007, foi lançado o iPhone. O primeiro iPhone foi lançado em 2007, então, se a gente se posiciona ali em 2008, a gente vê mais ou menos como era o entendimento, não só das Forças Armadas, mas da população em geral, com relação ao uso dessas tecnologias. E hoje nós estamos imersos em uma sociedade digital, faz parte do nosso dia a dia.

Então, nesses 14 anos, nós construímos essa capacidade, só que agora nós estamos olhando para 2040 – por favor –, já percebendo as transformações que virão pela frente.

Hoje, diversos autores já consideram que nós estamos vivendo a era da inteligência artificial, então o próximo salto é o salto da era da informação para a era da inteligência artificial. E, olhando para 2040, nesse salto de 16 anos, a gente ainda vai encontrar algo desconhecido, que são essas tecnologias emergentes, que são as tecnologias quânticas, que, somadas à inteligência artificial – e hoje nós estamos vivendo o nascimento dessa inteligência artificial –, vão transformar totalmente o que nós fazemos hoje, em termos de defesa cibernética.

Então, a mensagem disso é que nós temos que continuar avançando, e rápido, e nos adaptando de forma muito célere a essas transformações que nós já estamos vivendo. Isso é um alerta. Nós não podemos ser surpreendidos com essas novas tecnologias e com o impacto que isso pode trazer para a defesa cibernética.

A computação quântica vai suplantar qualquer sistema criptográfico, o mais atual que seja. E hoje isso já está sendo tratado em publicações. Hoje ataques estão sendo feitos, e essas informações estão sendo guardadas, essas que estão criptografadas, para que, quando a computação quântica estiver disponível, esses dados classificados, sigilosos, possam ser descriptografados. Então isso é uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje nós temos que estar preocupados com isso. E por isso que vem a tal da criptografia, dos algoritmos criptográficos pós-quânticos, que é aquela que vai resistir ao advento da computação quântica. São algoritmos que hoje já estão disponíveis e têm que ser implementados, até de forma célere, nas nossas infraestruturas, para proteger aqueles ativos que são críticos, porque com o advento da computação quântica, essa criptografia convencional hoje e nada será a mesma coisa. Não estaremos protegidos.

Por favor.

E o nosso Comando de Defesa Cibernética é o encarregado de conduzir esse setor no âmbito da defesa. Então nós somos um comando operacional conjunto, permanentemente ativado e com capacidade interagências. Esse é o nosso comando. Aqui eu tenho comigo os nossos oficiais generais. Essa é a nossa organização de alto nível. Então o Comandante de Defesa Cibernética.

E eu tenho o Centro de Coordenação de Operações Cibernéticas, coordenado pelo Almirante Marcelino, que está aqui conosco, o Centro de Gestão Estratégica, pelo Brigadeiro Milaré, que também se encontra aqui conosco, o Centro de Defesa Cibernética, que é o braço operativo do comando. Ali estão os nossos especialistas técnicos, comandados pelo General Luiz Carlos. E a nossa Escola Nacional de Defesa Cibernética, que eu vou falar um pouco sobre isso, que é a responsável pela capacitação da nossa força de trabalho, dos nossos recursos humanos especializados, comandada pelo Coronel Cordeiro, que também está aqui conosco. Então essa é a nossa organização de alto nível.

Por favor.

E como nós estamos posicionados em âmbito nacional? Nós já tivemos aqui, na Subcomissão, a exposição do GSI, quando o Ministro, General Amaro, apresentou essa mesma figura; mas agora eu quero explorar na ótica do Comando de Defesa Cibernética.

Então, em nível político, a segurança cibernética é atribuição do GSI. Ele faz a coordenação, normatiza, em âmbito nacional, a segurança cibernética. E o Comando de Defesa Cibernética atua no nível estratégico, implantando esse sistema no âmbito das Forças, no âmbito da defesa; atua como um comando operacional permanentemente ativado; e entrega capacidades para o nível tático. Esse é um aspecto importante que eu vou abordar mais à frente.

Então essa relação com a segurança cibernética, essa interlocução é muito fluida. E nós estamos em contato praticamente diário com o GSI. Inclusive temos o representante do GSI aqui nos prestigiando nesta atividade, Brigadeiro Luiz Fernando, da secretaria que trata o tema de segurança cibernética no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Essa é a nossa missão síntese, como órgão central do Sistema Militar de Defesa Cibernética. Então o comando enxerga a defesa como um todo. Desenvolver e aplicar a capacidades cibernéticas. Então, o nosso foco é a operacionalidade. Obviamente essa capacidade militar é da defesa nacional.

Então, se nós precisarmos aplicar com ênfase a expressão militar do poder nacional e uma resposta a um problema de segurança, aí estarão os nossos especialistas com essa capacidade disponível para a nação. Então, essa é a essência da força militar e da capacidade militar.

Por favor.

Uma portaria do MD, de 2020, define as nossas principais tarefas, competências. E é o que eu vou explorar aqui durante a minha apresentação.

Ao centro nós vemos o que está lá na nossa missão. É desenvolver e aplicar capacidades militares – é a nossa essência. Mas também nós colaboramos com o GSI nos assuntos relacionados à segurança de infraestruturas críticas de interesse da Defesa Nacional. Vamos exemplificar como estamos fazendo isso com o GSI.

Uma outra tarefa importante é propor e executar cooperação internacional no setor de interesse da Defesa. Também vamos falar sobre isso.

Obviamente: assessorar o Ministério da Defesa e os comandos das forças no emprego da capacidade cibernética e fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas de interesse da defesa cibernética.

Então, são as grandes áreas que nós trabalhamos. São eixos que são efetivamente guarnecidos e nós temos diversas ações para exemplificar essas atividades. Eu vou começar pelo central, pelo desenvolver e aplicar capacidades.

Pode prosseguir, por favor.

Se falamos em desenvolvimento de capacidades nessa área, o foco tem que estar nos recursos humanos, na força de trabalho. Nessa atividade especializada de defesa cibernética, a maior parte está no especialista, no homem, na mulher que trabalha efetivamente como especialista de defesa cibernética.

Nós temos uma escola onde nós temos capacitação em todos os níveis. Nós trabalhamos desde o nível de fundamentos, para aqueles que estão ingressando no setor; passando pelo nível de infraestrutura, para aqueles que estão provendo os serviços e têm que prover esses serviços com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

segurança – então, nós temos capacitação para esses homens e mulheres que estão nos postos de trabalho, efetivamente – e também há cursos específicos para as operações cibernéticas defensivas e ofensivas. Nós vemos ali que nós temos, ao centro, uma zona onde esses cursos são de interesse tanto para as atividades defensivas quanto para as atividades ofensivas. Esse mosaico de cursos forma efetivamente um bom especialista nessa área.

Interessante é que o olhar do Comando de Defesa Cibernética não é somente para aqueles militares que estão trabalhando conosco no Comando de Defesa Cibernética. Como eu disse, nós somos o órgão central de um sistema. Então, nós olhamos para todo o sistema militar de defesa cibernética. Esses especialistas que estão na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, desdobrados no território nacional, protegendo as nossas infraestruturas críticas da informação, são alvos dessa capacitação e formam a nossa força de trabalho. Isso é o mais importante: a nossa força de trabalho não está no Comando de Defesa Cibernética, ela está nos especialistas que formam o sistema.

Próximo, por favor.

Isso permite que o Comando possa trabalhar nisso que é o principal, a geração de força.

Então, eu tenho condições de, usando os especialistas do setor –requisitando, mobilizando –, organizar esses destacamentos de especialistas para apoiar uma operação conjunta ou uma operação singular. E hoje nenhuma operação ocorre sem a capacidade cibernética estar sendo empregada. Todas, estamos presentes em todas as operações, sejam conjuntas, sejam singulares.

Nesse lado esquerdo aqui do destacamento conjunto, do emprego em operações, eu incluo também a possibilidade de um apoio à segurança cibernética nacional. Então, obviamente que no caso de uma demanda de que a defesa possa ser empregada em apoio à segurança cibernética nacional, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e o Ministério da Defesa serão acionados e nós estaremos disponíveis para apoiar qualquer eventualidade que assim ocorra. Para isso que a capacidade existe e está disponível para a nação brasileira.

O próximo, por favor.

Um outro ponto importante nessa relação nossa com o GSI, especificamente com o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo, é a nossa Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos. Então, o Comando de Defesa Cibernética é o coordenador da nossa setorial de defesa. Nós temos diversas equipes de tratamento de incidentes de rede no nosso sistema que nós coordenamos, nós somos a cabeça do sistema. Mas não é só essa coordenação, a gente provê recursos para a montagem da infraestrutura dessas equipes, nós proporcionamos treinamento para os especialistas dessas equipes e exercícios também de adestramento dessas equipes de tratamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incidentes. Então, nós podemos dizer que temos uma setorial, realmente, que funciona e que os incidentes cibernéticos que acontecem na nossa estrutura são tratados e são reportados ao GSI por intermédio do nosso Centro de Tratamento de Incidentes de Redes do Governo. Da mesma forma, as outras setoriais têm que fazer o mesmo para que a rede federal funcione como foi concebida lá no decreto de 2021.

Passando para outra tarefa importante, que é a de propor e executar cooperação internacional, eu vou apresentar algumas iniciativas que nós temos.

Essa atividade de cooperação internacional é tão relevante para o setor que tem uma estratégia própria no nosso planejamento estratégico. Então, existe um objetivo estratégico nosso de ampliar as capacidades cibernéticas e nós utilizamos essa cooperação internacional para ampliar essas capacidades. Então, tem uma estratégia específica de ampliar e fortalecer os relacionamentos internacionais do ComDCiber para promover essa estabilidade no espaço cibernético. Na nossa diretriz está lá muito claro por que nós fazemos isso, para posicionar o Comando de Defesa Cibernética e o Brasil como parceiros confiáveis e dotados de elevada capacidade técnica e organizacional para conduzirem ações cibernéticas. Então, isso é o que nos motiva a buscar essa cooperação internacional.

A diplomacia militar é um instrumento das relações internacionais do país. Nesse sentido, nós estamos participando de diversos fóruns internacionalmente. O primeiro deles é esse fórum dos comandantes cibernéticos, que reúne comandantes de cinco continentes. São 46 comandantes cibernéticos de diversos países que se reúnem para a troca de informações, atualidades, sobre como eles estão implementando a defesa cibernética nos seus países.

É uma troca fantástica – experiências recentes dos conflitos que estão ocorrendo no mundo. E nós estamos participando desses encontros desde o ano passado. São dois por ano: ano passado foi na Estônia e na Polônia; este ano, na Estônia e na Espanha, o último. E o Brasil é o único país latino-americano que participa desses encontros, representando aqui a América do Sul.

Próximo, por favor.

Mas, aqui na nossa região, nós também temos o nosso fórum, o Fórum Ibero-Americano de Defesa Cibernética. Nós temos Brasil, Portugal e Espanha e mais dez países latino-americanos nesse nosso fórum, e nós nos reunimos também anualmente. O objetivo é prover capacitação, treinamento, exercícios e compartilhamento de informações sobre ameaças cibernéticas. Nós temos uma plataforma integrando todos esses centros e comandos, onde nós também trocamos informações sobre ameaças cibernéticas; isso no âmbito da defesa. São órgãos congêneres ao comando de defesa cibernética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui na nossa região, nós temos de tudo: uns mais maduros, outros ainda em iniciação, e é uma oportunidade de o Brasil cooperar com os países latino-americanos para que a gente possa reduzir de alguma forma essas assimetrias que ainda existem com relação à defesa cibernética nesses países.

Nós também proporcionamos treinamentos. Então, nesse último encontro que nós fizemos do fórum, foi no Rio de Janeiro, agora no mês de setembro. Fizemos um exercício com todos os comandos e centros de defesa cibernética, um exercício virtual.

E, anualmente, nós oferecemos também para as nações amigas um estágio internacional aqui em Brasília. Nós estamos fazendo isso desde 2016, e até hoje são mais de cem oficiais de nações amigas que participaram desse evento conosco. O próximo será em maio do ano que vem. São diversos países. Nós convidamos todos os países com os quais o Brasil mantém relações diplomático-militares para que enviem seus militares para esse treinamento.

Quando nós espacializamos essa informação, o que nós observamos? Os países parceiros aqui da nossa região, da América do Sul, alguns países da América do Norte, o oeste africano, também área de interesse do nosso entorno estratégico, e um ou outro país fora dessas regiões.

Então, é o Brasil se colocando também como um ator aberto à cooperação nessa área, e essa cooperação é eminentemente técnica. São duas semanas em que os especialistas trocam experiências em ambientes virtuais, experiências de nível técnico.

Por favor.

Aí estão os exercícios cibernéticos de que, fruto dessa cooperação internacional, nós estamos participando. Esses são os exercícios deste ano. Nós começamos em fevereiro com um exercício com o Japão, o exercício Cyber Kongo, e passamos todo o ano. O último exercício vai ser agora, em novembro, com o Reino Unido, e vou falar um pouquinho sobre esse exercício.

Eu selecionei três exercícios para tocar com os senhores, mas a gente pode ver ali Japão, Estônia, Reino Unido, Estados Unidos, México, Chile – os países do FIC –, Portugal e Singapura. Então, essas foram as atividades internacionais de exercícios de que nós participamos este ano.

E para o Comando de Defesa Cibernética, isso é adestramento, é uma oportunidade de nós constituirmos os nossos destacamentos e participarmos efetivamente dessas atividades, mas como um adestramento dessa capacidade militar, a capacidade cibernética.

Próximo, por favor.

O primeiro deles que eu quero apresentar é o exercício *Locked Shields*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse exercício é coordenado pelo Centro de Excelência em Defesa Cibernética da Otan. Ele fica em Tallinn, na Estônia. É um exercício anual. É talvez o exercício com maior número de participantes no mundo, não só em termos de países, mas também pela quantidade de especialistas que o país tem que colocar para responder àqueles incidentes que são criados durante o exercício. Ele tem uma parte técnica e também uma parte de jogo de guerra de nível estratégico. Foi em abril, e nós participamos sempre ou com Portugal ou com Espanha, juntamente com esses dois países.

Então, na imagem nós vemos a equipe lá na Espanha, e naquela sala ali, na Espanha, tinha mais de 200 pessoas, especialistas, defendendo o mesmo ambiente de rede. Em Portugal, já tinha umas 50 pessoas. Nós tínhamos especialistas nos dois locais. Um representante em Tallinn, na Estônia, como nossa ligação, e a participação no nível estratégico, onde nós convidamos, para o nosso Comando de Defesa Cibernética, representantes de diversas agências para responder, junto com a Defesa, a esses incidentes.

Então, ali nós vemos o Governo Digital, o Banco Central, o Operador Nacional do Sistema Elétrico, a Anatel, que participaram conosco desse exercício. Então, são oportunidades não só de adestramento para os nossos militares do sistema, mas também para nós exercitarmos essa atuação interagências, porque quando tivermos que ser efetivamente empregados em uma emergência em nível nacional, essa atuação vai ser interagências. Então, também é um momento de treinar e estar em contato com esses atores em âmbito nacional.

E, obviamente, lá em cima está o nosso GSI, sempre conosco nessas atividades.

Próximo, por favor.

O outro exercício também que eu quero trazer foi esse exercício com os Estados Unidos, em maio, agora, deste ano, a Cyber Flag. Esse exercício foi organizado pelo Comando Cibernético americano – nós temos um plano de trabalho com os Estados Unidos também. E nesse exercício haverá participação todos os anos agora – este ano foi o primeiro. Um exercício muito interessante – o próximo, por favor – , onde o Comando Cibernético americano certifica os seus Cyber Protection Teams.

Então, ali nós vemos que cada organização de cibernética do Exército, da Marinha, da Força Aérea apresenta dois Cyber Protection Teams para serem certificados. Alguns países ali, dos *Five Eyes,* também, com seus Cyber Protection Teams e alguns países convidados.

Eu gosto de olhar essa imagem – o próximo, por favor –, espacializando essa informação. E aí a gente consegue ver os participantes desse exercício. Um exercício cuja finalidade era a proteção de uma infraestrutura crítica de energia, exatamente aquilo que nós procuramos também praticar no nosso Guardião Cibernético deste ano – eu vou falar um pouquinho mais à frente sobre esse exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas essa experiência nós internalizamos. Basicamente, é uma infraestrutura crítica de energia que está passando por problemas em seus sistemas, e a Defesa é chamada a cooperar com os técnicos daquela empresa para a solução do problema. Então, é basicamente a busca avançada de ameaça profunda. Então, exige um conhecimento técnico muito grande, e é por isso que eu digo que esses exercícios para nós são adestramentos. É aonde nós vamos levar os nossos especialistas para que realmente apliquem essas capacidades em situações muito próximas do real.

O próximo, por favor.

E o exercício, agora, com o Reino Unido, que vai ser no próximo mês, é a Cyber Spartan, que também é um exercício onde o Exército britânico certifica as suas unidades de comunicações na parte da proteção cibernética. Então vamos participar agora, também em novembro, com o Reino Unido.

Então são exemplos de exercícios, de atividades, de treinamentos, fruto de cooperação internacional, que permite essa troca de informações, troca de boas práticas, troca de intercâmbio de técnicas, táticas, procedimentos, em um ambiente simulado – hoje esses exercícios simulam realmente um ambiente bastante próximo do real.

Por favor.

Esse quadro sintetiza, Senador, as nossas cooperações internacionais. Claro que tudo isso nasce de reuniões bilaterais, por intermédio do Ministério da Defesa ou do Comando do Exército, e são estabelecidos entendimentos bilaterais, e a partir daí a gente chega até esse nível de poder participar de exercícios de forma conjunta com esses países. Então é um leque realmente de oportunidades para que possamos intercambiar boas práticas nessa área de defesa cibernética, e isso tem contribuído e muito para alavancar a capacidade cibernética no âmbito da defesa.

Próximo, por favor.

No que diz respeito à colaboração com o GSI, no que diz respeito à proteção de infraestruturas críticas de interesse da defesa, a primeira é a nossa participação no Comitê Nacional de Cibersegurança. Então essa lâmina também foi apresentada pelo Ministro General Amaro, e o Comando de Defesa Cibernética – mais um, por favor –representa o Ministério da Defesa no comitê. Então é o olhar da Defesa nos assuntos relacionados à segurança cibernética. E nós temos três grupos de trabalho em andamento, um revisando a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética, outro grupo trabalhando numa proposta de projeto de lei para criação de um órgão de governança, uma agência, um centro, o que seja, para coordenar esses trabalhos em âmbito nacional, e outro grupo que foi chefiado pelo MRE, esse já está concluído, que tratou de cooperação internacional, sabendo que esse tipo de atividade é fundamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a gente desenvolver e também inserir o Brasil nesse contexto, no sistema internacional, tratando desses aspectos relacionados à segurança e defesa cibernética.

Próximo, por favor.

Outra atividade que materializa essa cooperação com a segurança cibernética é o nosso exercício, o Guardião Cibernético, que nós fizemos agora, de 14 a 18 de outubro. Nós já estamos com todos os setores das infraestruturas críticas participando efetivamente do nosso exercício.

A próxima, por favor.

Essa lâmina mostra a evolução do exercício. Então nós começamos em 2018 com 23 organizações. Este ano, agora, nós vamos ver mais a frente, já passamos de 140 organizações, passamos de 600 pessoas participantes do exercício. E levamos esse exercício para a Escola Superior de Defesa, com instalações muito apropriadas para receber não só um efetivo desse tipo, mas para conduzir um exercício dessa magnitude, que é o Guardião Cibernético.

Próximo, por favor.

Esse outro eslaide mostra as organizações, as empresas, por setor. Então aí nós temos todos os setores das infraestruturas críticas. E quando a gente olha ali para qualquer um daqueles setores, a gente identifica os principais atores no país; ou seja, é um exercício que tem atraído o interesse das organizações porque elas percebem que isto é extremamente positivo para as suas organizações: praticar como responder a um problema cibernético que ocorra nas suas estruturas.

Outra coisa interessante: quem convida as empresas são as agências reguladoras. Então, elas mobilizam as empresas para participar dos exercícios, elas trabalham os problemas simulados com as suas organizações, com as suas empresas, com os órgãos regulados, com base naquilo que está acontecendo no mundo. Então, a gente pega as experiências que estão acontecendo no mundo de problemas no espaço cibernético: "E se acontecessem aqui no Brasil, como o setor reagiria?". E é o momento de colocar todos esses entes reunidos, e o principal: em contato com os órgãos parceiros. Isso talvez seja o mais importante do Guardião Cibernético, porque, para aquele problema simulado, ele tem ali, na própria escola, os representantes dos órgãos parceiros que vão ajudá-los na solução daquele problema. Então, a troca, essa rede de relacionamentos que se forma é fantástica. Por isso, as organizações percebem o exercício como algo relevante e importante e, durante cinco dias, enviam seus representantes para participar desse exercício.

O próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí algumas imagens do nosso exercício. Nós vemos muitos civis; o exercício é para as organizações civis, a maioria deles. Embaixo, nós vemos ali a dinâmica. Embaixo, à direita, nós vemos quatro pessoas. Aquilo ali representa o gabinete de crise de uma empresa. Ali estão um representante da direção da empresa, um representante do setor de TI, um da jurídica e outro da comunicação estratégica. Eles estão ali tratando de como aquela organização vai reagir àquele problema cibernético e compartilham isso com o coordenador que está na outra sala, na direção do exercício – é essa sala, à esquerda, aí embaixo –, que vai avaliar se a resposta foi adequada, segundo os protocolos do setor; se não estiver, devolve-a e interage com a equipe. Ou seja, é um trabalho bastante intenso de simulação construtiva que nós chamamos. É um jogo de guerra de simulação construtiva em que eles têm que esgotar o assunto em relação àquele problema simulado.

O próximo.

Mas também nós temos uma dinâmica de simulação virtual. Então, já não são mais aqueles representantes da empresa, e, sim, os técnicos. Cada empresa também manda um especialista, o camarada que está lá nos bastidores defendendo os sistemas para que possa também participar de uma simulação virtual. E olha o interessante: naquelas mesas ali, eles estão agrupados por setores, por exemplo, setor de telecomunicações. Nós temos ali vários especialistas que muito provavelmente não se conheciam, mas que trabalham com o mesmo problema: proteger a infraestrutura das suas organizações, e começam a trabalhar juntos, a trocar informações e conhecimentos técnicos. A gente pode perceber o ganho que é um exercício dessa natureza.

E, do lado direito, a simulação de defesa – como eu mencionei, era exatamente aquela fotografia –, um destacamento conjunto sendo empregado em apoio a uma infraestrutura crítica de energia que estava passando por problemas. Então, foi a dinâmica de simulação virtual; essa foi própria de defesa.

Na sequência... Ah, sim!

E nós temos também, no ápice da crise – vejam que são cinco dias de exercício; então, vai em uma crescente –, a conformação de um gabinete de crise. Então, aquilo que estava acontecendo no âmbito setorial, nos âmbitos das organizações, vai crescendo e gera uma crise que tem que ser tratada no nível político.

Ali nós vemos o Secretário-Executivo do GSI coordenando ações de nível político com o Secretário da Casa Civil. Ali temos a embaixadora, temos o Secretário do Governo Digital e outras autoridades de Governo, ali dos ministérios, discutindo o que fazer com aquele problema criado – obviamente fictício, não é? "Qual é a mensagem que nós vamos enviar para a sociedade?". "Qual é a manifestação do Governo?". "Qual é o assessoramento que nós vamos dar ao Presidente?". "Vamos levar esse assunto à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional?". Ou seja, são esses os assuntos tratados ali naquele gabinete de crise.

Então, é um momento também de treinarmos a crise, com os atores que estariam presentes, para solucionar esse problema. Isso tudo está dentro do Guardião Cibernético. A gente trabalha no nível das organizações, daquele pequeno gabinete de crise das organizações, trabalhamos no nível técnico e trabalhamos também, no nível político, a resposta a uma crise no espaço cibernético.

E temos um pequeno vídeo de um minuto que mostra o que foi esse Exercício Guardião Cibernético deste ano.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALAN DENILSON LIMA COSTA – Bom, Senador, e, como conclusão – essa é a minha última lâmina –, após apresentar como que nós estamos desenvolvendo essas capacidades no âmbito da Defesa, eu quero aqui, nestas minhas considerações finais, deixar bem caracterizada essa disponibilidade da capacidade cibernética que nós estamos construindo, para apoio à segurança cibernética do país.

Não faz sentido termos uma capacidade tão qualificada e só a empregarmos nas operações militares. Não, ela está pronta para ser empregada sempre que estivermos necessitando ou surgir uma situação de crise e, também, como um instrumento da nossa política externa, para contribuir com a estabilidade regional e com a segurança e a paz mundial, nessas relações que nós temos com esses comandos de defesa cibernética em vários continentes, posicionando o Brasil como um parceiro relevante na comunidade internacional de defesa cibernética, reconhecido por sua capacidade técnica e gerencial; e também para passar essa mensagem, que é muito importante, de que temos as nossas Forças Armadas aprestadas, modernas, porque temos uma capacidade cibernética implantada e perfeitamente integrada, em um comando conjunto, onde nós temos militares das três Forças Armadas.

Com isso, Senador, eu agradeço a oportunidade de poder, no tempo disponível, fazer esta breve apresentação sobre o nosso Comando de Defesa Cibernética, sobre o setor cibernético de defesa. E fico à disposição para os debates das perguntas que surgirem.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela objetividade da apresentação. Vou solicitar, ainda, que a Secretaria colete, por favor, os nomes dos nossos participantes, para que conste o maior número possível dos presentes na nossa ata decorrente desta reunião.

Eu vou apresentar, depois, ao General Alan as perguntas do e-Cidadania. Foram cinco intervenções dos Srs. Alexandro, de Minas Gerais; Eduardo, do Distrito Federal; seu xará Allan, do Rio de Janeiro; Niraldo, do Ceará; Fábio, de Rondônia; Juarez, de Santa Catarina; Lucas, de Tocantins; e Paulo, de São Paulo.

Em função da premência – hoje é um dia de deliberações –, não podemos estender a sessão indefinidamente. Eu vou solicitar à sua assessoria que, em conjunto com o nosso pessoal, disponibilize as respostas para que nós possamos endereçá-las. Eu vou pedir ao Diego que cuide disso.

Coloco à disposição do nosso Senador Fernando Dueire a palavra, para a sua intervenção, se achar oportuno.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para interpelar.) – Presidente Senador Esperidião Amin, Sr. General de Divisão Alan Denilson Lima Costa, senhores representantes das Forças Armadas e da sociedade civil aqui presentes...

General, a exposição, como foi colocada pelo Senador Amin, foi objetiva, didática e muito esclarecedora. Traz um histórico importante, com clareza, de 2008, de 2010, de 2012, de 2016, de 2022, como marcos importantes do trabalho, numa régua de tempo bem delineada. Projeta, com clareza, para 2040, um portentoso desafio que se tem à frente e que está se impondo à sociedade brasileira.

Prestei muita atenção à questão dos níveis político, estratégico, operacional, técnico, que foram bem apresentados.

Chamou-me muito a atenção a cooperação internacional, que eu acho que é um condão valioso. Acho não, tenho absoluta certeza, e, pelo que foi desenvolvido até agora, demonstra essa preocupação.

A questão da preocupação com a formação do capital humano... Ele é essencial, é a base.

Foi claramente percebida a presença do GSI, Ministério da Defesa, Governo Digital, ONS, Bacen, Anatel, Comitê Nacional de Cibersegurança.

O que me chama a atenção é que isso é uma massa crítica que precisa... porque é transversal. Na verdade, nós estamos tratando de um assunto que tem transversalidade. Essa articulação, que foi bem colocada, e que, pelo que está relatado, existe em razão até dessa transversalidade e do tamanho do desafio, na minha percepção, na minha modesta percepção, talvez tivesse uma maior ou uma melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coordenação através de um órgão de governança. Nós estamos falando de um comitê. Um órgão de governança tem competências e condições de enfrentamento talvez mais adequadas em função desse conjunto de agentes envolvidos.

Eu pergunto ao senhor, General, dois pontos: orçamento; e o que o senhor entende, o senhor que vive o dia a dia junto com um conjunto interdisciplinar de colaboradores, por esse organismo de governança? Então, basicamente: orçamento e órgão de governança; porque é tamanho o desafio que até hoje vem sendo enfrentado, mas a complexidade e o que nós estamos vivendo e com que estamos convivendo, com relação aos ataques, a cada dia exige do mundo e do Brasil uma capacidade de gerenciamento disso mais eficiente.

Portanto, basicamente, órgão de governança e orçamento. É a minha provocação, a minha boa provocação ao que o senhor acabou de relatar.

O SR. ALAN DENILSON LIMA COSTA (Para expor.) – Eu agradeço a pergunta, Senador. Eu vou começar pelo órgão de governança. Olhando o modelo da Defesa, o que a Defesa fez? Para implantar o setor, como estava previsto, na Estratégia Nacional de Defesa, nós começamos a construir uma organização para dar conta desse desafio, porque, quando nós olhamos a implantação do setor, o que nós percebemos? Diversas frentes, e cada frente dessa tem que ser muito bem guarnecida, então, tem que ter uma estratégia própria, tem que ter gente vocacionada para que aquilo avance.

Então, se eu estou falando de cooperação internacional, nós temos que ter uma estrutura que esteja olhando e trabalhando focada em ações estratégicas para atingir esses objetivos relacionados à cooperação internacional. Se eu estou falando em autonomia e independência tecnológica, de soluções nacionais para a defesa cibernética, eu tenho que ter gente trabalhando com esse foco, para que a gente tenha efetividade nessas ações. Se eu estou falando em treinamento, eu tenho que ter gente pensando só em treinamento.

Então, uma estrutura muito enxuta para conduzir um desafio tão grande e com tantas áreas importantes a serem guarnecidas a gente verifica que não vai dar conta. Precisa-se efetivamente de ter uma estrutura maior, mais robusta, para poder fazer essa governança, com um planejamento estratégico muito bem delineado, com ações concretas a se atingir, com instrumentos para que a gente possa medir o atingimento dessas metas. Então, isso tudo remete a uma estrutura mais robusta, é disso que hoje o Brasil necessita. Nós temos uma estrutura ainda incipiente, pequena, que faz essa normatização, essa coordenação, que está no âmbito da Presidência da República, ali no GSI, mas é uma estrutura muito pequena para o desafio que é imenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando olhamos para modelos internacionais, vemos que outros países estão avançando justamente nessa direção de criar uma estrutura de governança que permita conduzir esse desafio. Essa é a questão. Se colocarmos poucas pessoas para conduzir, nós vamos atingir alguns objetivos.

Agora, eu acho que com a importância que a segurança cibernética está ganhando nos dias atuais e a relevância disso para o país, porque isso pode afetar a segurança nacional, acho que nós temos que encarar realmente esse desafio e estruturar um centro, um órgão – o nome que se dê, a estrutura que se dê –, uma agência, mas que tenha capacidade efetiva de conduzir esse desafio, conduzir essa governança, como o senhor muito bem colocou.

Em termos de recursos financeiros, é difícil até falar em números, porque, se existe uma ameaça, e essa ameaça é percebida, é porque ela explora vulnerabilidades nas nossas infraestruturas. Então, se não tiver um investimento nessa base, nas infraestruturas, vira talvez um parque de diversões para o agente de ameaça, porque fica uma coisa muito fácil de explorar em um sistema. Então, nós temos que investir forte na base, nas infraestruturas. Isso é investimento.

Então, se eu tenho equipamentos obsoletos, se eu tenho uma infraestrutura com sistemas operacionais antigos, se eu não tenho capacidade de fazer esse tipo de investimento em atualizar meu parque tecnológico, eu crio um ambiente de vulnerabilidade que vai ser explorado por essas ameaças. Eu não estou nem falando de elementos especializados em proteção cibernética, de segurança cibernética, estou falando do básico. Às vezes um investimento na nossa infraestrutura, na modernização da nossa infraestrutura, seja o primeiro passo. Ou seja, aqueles órgãos que têm o encargo de proteger os seus ativos de informação têm que ter uma infraestrutura que permita que eles possam, efetivamente, proteger, e isso é investimento. E, em paralelo, obviamente, nós temos que trabalhar a qualificação dessa força de trabalho, para que eles possam prover esses serviços com qualidade, proporcionar segurança não só entregar um serviço, disponibilizar um serviço para uso na organização, mas fazer isso com o pensamento de segurança. Então, temos que investir também na qualificação desse pessoal.

E há outras áreas em que nós também temos que fazer investimento, como no nosso próprio empresariado, para que tenhamos soluções nacionais para poder utilizar nos órgãos da administração pública, nas nossas organizações que tratam de assuntos críticos...

Então, tem uma série de setores que precisam de investimento. Assim, quando falarmos em um número, a gente sempre vai chegar à conclusão de que é pouco. Mas, nesse estágio atual de desenvolvimento, onde vamos aplicar o recurso? Eu acho que nós temos que aplicar o recurso na melhoria das nossas infraestruturas – na Defesa é experiência que nós temos. Se eu não tenho uma infraestrutura adequada, atualizada, na Marinha, no Exército, na Força Aérea, eu abro portas, eu deixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaços vulneráveis para que essa ameaça entre. E aí, depois, como conversávamos aqui antes da apresentação, é controle de danos. Aí, depois, nós vamos controlar danos.

Então, essa atitude preventiva de atualizar os nossos sistemas é fundamental, talvez seja o grande investimento, senão, as vulnerabilidades estarão ali, e estaremos sempre tratando de controlar danos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Agradeço muito as respostas. Foi muito em direção ao que eu pensava.

Eu queria registrar aqui, por um dever de justiça, que o Senador Amin, pela sua vasta experiência, de Governador, de Senador, algumas vezes, identificou que o Senado Federal poderia oferecer essa contribuição de fazer uma escuta, de ouvir, e articulou esta Comissão com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e com o Presidente do Senado. E veio muito boa hora, porque essa escuta está permitindo que nós possamos ter um conteúdo para apresentar as competências que poderão nos direcionar melhor para esse horizonte além de 40, mas que precisa ser discutido e decidido agora.

Muito obrigado pelas suas respostas e pela sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu reitero o pedido para que o General Alan, por favor, promova posteriormente a resposta a essas questões e que a Secretaria e a nossa assessoria também disponibilizem a resposta para os que formularam as perguntas.

Eu gostaria de dizer que esta reunião tinha como principal objetivo colher essas informações, e ela plenamente cumpriu os seus objetivos.

Eu ressalto que a indagação do Senador Fernando Dueire vem confirmar as nossas cinco prioridades: primeiro, conhecer e avaliar o diálogo institucional entre segurança e defesa cibernética; segundo – e talvez seja o ponto imediatamente mais relevante –, nós precisamos ou não precisamos de uma agência nacional de cibersegurança?; terceiro, qual é a participação do nosso país junto ao concerto dos países da América, especialmente da América Latina, em esforços de investigação colaborativa? Acho que a sua palestra preencheu perfeitamente essa indagação com respostas objetivas; quarto ponto, qual o nível de interoperabilidade dos órgãos e agências governamentais no campo cibernético? Também veio ao encontro disso; e, finalmente, qual o grau de independência tecnológica do Brasil no campo e qual o grau de sua vulnerabilidade cibernética?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, se eram esses os nossos pontos críticos que convocaram esta reunião, eles foram plenamente satisfeitos pela natureza e pelo conteúdo da sua exposição, de sorte que a nossa reunião cumpriu os seus objetivos.

Nós temos que apresentar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, uma proposta que responda a essas questões e a sua participação em muito colaborou para que nós possamos promover uma resposta adequada.

Antes de encerrar, eu quero mais uma vez agradecer a participação de todos quantos, com a sua presença, participaram e deram dimensão a este encontro.

Vou convidá-los todos, aos que puderem ser fotografados, alguns talvez não possam, que depois se postem aqui para nós fazermos uma foto que registre a nossa reunião.

Agradecendo – eu repito o agradecimento – a todos pela sua participação, declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e hum minuto do dia cinco de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Confúcio Moura e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Castellar Neto, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 327/2021, de autoria Câmara dos Deputados, REQ 56/2024 - CI, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Marcos Rogério (PL/RO), REQ 64/2024 - CI, de autoria Senador Ireneu Orth (PP/RS), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), REQ 69/2024 - CI, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), REQ 72/2024 - CI, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), REQ 78/2024 - CI, de autoria Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), REQ 79/2024 - CI, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), REQ 82/2024 - CI, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), REQ 84/2024 - CI, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), REQ 89/2024 - CI, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), e REQ 86/2024 - CI, de autoria Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Finalidade:** Instruir o PL 327/2021, que “institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten)"; e altera as Leis nºs 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 9.991, de 24 de julho de 2000”. **Participantes:** Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi, Presidente-Executivo da Abren (Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos); Rogel Martins Barbosa, Doutor em direito dos resíduos e especialista em política e estratégia.; Guilherme Alvarenga Cardozo, Analista Sênior de Relações Institucionais e Governamentais da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica); Celso Cunha, Presidente da Abdan (Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares); Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica); Marisete Pereira, Diretora-Presidente da Abrage (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica); Clemente Gauer, Representante da ABVE (Associação Brasileira de Veículos Elétricos); Marcio Rojas da Cruz, Coordenador-Geral de Ciências do Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Zilda Costa, Vice-Presidente da ABGD (Associação Brasileira de Geração Distribuída); Thiago Falda, Presidente-Executivo da ABBI (Associação Brasileira de Bioinovação); Jorge Elias, Representante da Abrema (Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente); José Ribeiro dos Santos Júnior, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Química; Bruno Herbert Batista Lima, Presidente da Abesco (Associação Brasileira da Empresas de Serviços de Conservação de Energia); José Nilton Vieira, Coordenador-Geral de Etanol e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Biometano do Ministério de Minas e Energia; Adalberto Felício Maluf Filho, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Léo Meirelles do Amaral, Diretor Jurídico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Acúcar e Bioenergia); e Lucien Belmonte, Presidente da Abividro (Associação Brasileira das Indústrias de Vidro). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Laércio Oliveira
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/05

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhoras e senhores.

Eu quero iniciar esta nossa audiência pública agradecendo a presença de todos, dando-lhes as boas-vindas.

Quero passar-lhes algumas informações importantes para a gente poder avançar nesse tema.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 327, de 2021, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), e altera a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020; a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; e a Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, em atenção ao Requerimento 56, de 2024, de autoria dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores Zequinha Marinho e Marcos Rogério; ao Requerimento 64, de 2024, de autoria dos Senadores Irineu Orth e Alan Rick; ao Requerimento 69, de 2024, de minha autoria; ao Requerimento 72, de autoria da Senadora Soraya Thronicke; ao Requerimento 78, de autoria do Senador Mecias de Jesus; ao Requerimento 79, ao Requerimento 82, ao Requerimento 84 e ao Requerimento 89, também de minha autoria; e ao Requerimento 86, de autoria do Senador Sérgio Petecão.

Pelos requerimentos, os senhores já percebem a importância desse tema.

Nós estamos chegando ao final da primeira etapa, de apresentação do relatório e sua votação. Muito já foi construído. E acho que nós teremos um resultado final muito interessante para abrir a discussão aqui com os Senadores.

Quero informar-lhes que nós temos 16 pessoas inscritas participando desta audiência. Então, diferentemente da nossa rotina aqui, eu queria pedir a gentileza de todos vocês para que a gente seja extremamente objetivo. Quero pedir a vocês – e quero a compreensão de todos – que não façam contextualização, não façam apresentação da entidade que vocês representam, para que a gente dê uma dinâmica melhor ao assunto, com a importância de todos vocês, para que a gente formule um relatório que já está praticamente pronto. Sejam objetivos: o que é que vocês sugerem para ser incluído no texto? "Olha, Senador, eu queria dar uma sugestão. Eu queria sugerir isso, isso e isso". Pronto. Essa é sua participação aqui. Porque é importante que a gente escute todos.

O resultado de um projeto que se transforma em lei ocorre quando você consegue coletar o máximo de informações possíveis que enriquecem o projeto inicial e transformar isso em um projeto pronto para ser votado aqui na Comissão. Nós já avançamos muito nesse sentido.

Não é da minha rotina segurar tanto tempo um projeto. Eu acho que a gente tem que colocar o projeto para ser votado, para vencer ou para perder, mas é preciso que o projeto ande.

Então, queria pedir a compreensão de vocês com referência a isso.

Serão, no máximo, cinco minutos para cada um, para colocar o ponto central, aquilo que, de fato, vocês querem trazer como sugestão, para que a gente consiga avançar no assunto.

Preciso terminar esta reunião um pouco antes das 13h.

Não recusei nenhum dos pedidos que foram feitos, exatamente para dar a liberdade de todo mundo poder trazer a sua última contribuição ao texto. A partir daí, como eu disse, o texto está praticamente pronto, mas quero ouvi-los, porque ainda há tempo suficiente de aquilo que for recebido por parte de vocês, se eu entender como interessante, ser colocado no relatório, para que a gente vote no início do mês de outubro.

Antes de passar a palavra aos convidados, a quem eu agradeço mais uma vez pela gentileza da presença, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado, como eu falei, poderá falar por até cinco minutos.

Vamos lá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro convidado a falar é Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi, Presidente-Executivo da Abren (Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos).

Yuri, a palavra é sua.

O SR. YURI SCHMITKE ALMEIDA BELCHIOR TISI (Para expor.) – Senador, muito obrigado pelo convite, pela oportunidade de estarmos aqui, discutindo a recuperação energética de resíduos, a transformação de um problema de saneamento básico, um problema de saúde pública em valor para a sociedade e reduzindo o gás de efeito estufa.

Então, é uma fonte muito importante, Senador, que precisa de incentivos para ser desenvolvida no Brasil, como aconteceu no mundo inteiro.

A gente tem uma proposta, que é a Emenda 01, ao Paten, e a gente queria discuti-la rapidamente.

A Abren faz parte do Global Waste-to-Energy Research and Technology Council e ela está implementando o European Union Climate Dialogues – EUCD. No *site* da Abren, vocês podem ver exatamente o que a gente está fazendo.

Eu vou ser bem breve, como o Senador aqui pediu para a gente ser.

O nosso trabalho, Senador, envolve todas essas ODS, então realmente é um trabalho que trabalha... é uma agenda, uma pauta de uma geração de energia que é muito sensível, ao meio ambiente, à saúde pública e também à redução de gases de efeito estufa. Nós temos aqui no mundo, hoje, de usinas de *waste-to-energy*, por combustão e cogeração, para geração de eletricidade e vapor, nós temos hoje em operação no mundo 4.106 usinas. No Brasil, a gente só tem uma usina em construção, Senador – e está aqui o grande herói dessa obra, que é o Jorge Elias; ele que está tocando esse projeto junto com a Orizon há quase uma década. E, finalmente, com o apoio incansável da Abren, a gente conseguiu, em 2021, para o leilão A-1, contratar essa fonte; mas faltaram leilões, não teve mais, então a gente só contratou uma usina. Hoje tem um potencial de 130 usinas para o Brasil.

Os países que mais reciclam, vocês podem ver, são também os que mais fazem a recuperação energética. Vocês podem ver ali, do lado esquerdo, a reciclagem e compostagem; e, do lado direito, em vermelho, nós temos a usina de *waste-to-energy*; e, em laranja, os aterros. Então, quanto mais a gente implementa a recuperação energética, maiores são os índices de reciclagem. Não há esse mito que criam de que a gente vai queimar os materiais recicláveis; é o contrário, esses projetos vão incentivar a reciclagem.

Nós temos aqui a União Europeia também – o dado é a mesma coisa, aquele era do Banco Mundial.

No Brasil, infelizmente, a gente amarga uma taxa de 40% do resíduo urbano indo para lixões e aterros controlados. De 2010 para 2021, a gente teve um aumento de 25 milhões para 30 milhões de toneladas por ano de resíduos indo para lugares inadequados. Então, o Brasil precisa construir muitos aterros sanitários urgentemente para tratar esse resíduo, e ao mesmo tempo nós precisamos fazer a recuperação energética para as regiões metropolitanas, onde você não tem mais espaço para enterrar lixo. Há muitos locais que estão sendo abarrotados, Senador, no Brasil, e você tem um problema drástico. Então, a gente precisa desviar esses resíduos dos aterros para gerar energia através da biodigestão, biogás e biometano e também da combustão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui as usinas de *waste-to-energy*, de cogeração. Nós temos três no centro de Paris. Elas estão ali a uns 2km da Torre Eiffel e do Museu do Louvre, há mais de 20 anos. Nunca teve problema de câncer, nenhum problema com a população ao seu redor. Até as próprias Olimpíadas foram realizadas em Paris, não é? Essas usinas são amigas do meio ambiente, elas têm esse sofisticado sistema de controle de poluição atmosférica. Então, o ar da chaminé dessas usinas geralmente é mais limpo que o ar da cidade.

Depois, nós olhamos aí, essa usina eu tive a oportunidade de conhecer este ano, com o Senador Zequinha Marinho, com uma comissão... uma comitiva da União Europeia. O Ziraldo, que está aqui conosco, foi com a gente também. É uma usina em Copenhague, ela tem uma pista de esqui e uma parede de escalada em cima, Senador. É um exemplo de sustentabilidade aliada ao meio ambiente e faz o tratamento de todo o lixo não reciclável da cidade, em Copenhague.

Aqui, para a gente concluir, a nossa proposta é atender à meta do Planares. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos é uma meta obrigatória, aprovada por decreto federal com respaldo em uma lei federal, que é a Política Nacional de Resíduos Sólidos; ou seja, não é uma meta indicativa, facultativa. Nós estamos falando aqui do saneamento energético. Nós estamos falando aqui da universalização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YURI SCHMITKE ALMEIDA BELCHIOR TISI – ... da gestão do resíduo sólido urbano.

E quais são as metas? São essas. A gente quer atender 257 megas de gás de aterro, 69 megas de biodigestão anaeróbia e 994 megas de combustão. Isso até 2040. Então, a gente precisaria, Senador, de 66 megas por ano, uma quantidade muito pequena. Se a gente for colocar isso na tarifa do consumidor, daria um impacto anual de 0,06% na tarifa; ou seja, um valor muito pequeno, considerando que o valor do investimento aqui dessas usinas é em torno de R$55 bilhões, só que o custo evitado, Senador, é de quase 70 bilhões.

Se a gente não fizer nada, até 2040 a gente vai gastar 70 bilhões da saúde pública no ambiente. Então não faz sentido a gente não adotar esse tipo de postura para atender ao que está escrito na lei.

Então veja bem, Senador, para concluir, o despacho das termoelétricas: quase 20% todo mês do despacho das termas são acima de R$750 o megawatt-hora. Essas usinas substituem essas termas. Então o preço real com os custos evitados é 152. Isso precisa ser considerado. A gente não está trazendo impacto; na verdade, vai diminuir a conta de luz, efetivamente.

O potencial total dessa usina, se a gente atender às 28 regiões metropolitanas, a gente pode gerar 3,3 gigas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YURI SCHMITKE ALMEIDA BELCHIOR TISI – Para concluir, Senador.

... isso daria 181 bilhões de investimento; traria uma tributação de 200 bilhões em 40 anos, que é o tempo de vida útil da usina; reduziria 86 milhões de toneladas de CO2eq por ano, ou seja, uma quantidade maior do que o Acordo de Paris para 2030, que é o Compromisso Global do Metano – então a gente atingiria, com metade disso aí, o próprio *Global Methane Pledge*; isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geraria 200 mil novos empregos; recuperaria 800 mil toneladas de metais; e a gente evitaria, para concluir, Senador, 220 bilhões da saúde pública no meio ambiente, com esse potencial para tratar o lixo do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Yuri.

Eu queria passar a palavra para Rogel Martins Barbosa, Doutor em Direito dos Resíduos e Especialista em Política e Estratégia.

Rogel, fique à vontade.

O SR. ROGEL MARTINS BARBOSA (Para expor.) – Senador, obrigado pela palavra, obrigado por nos ter convidado, e também à Senadora Soraya Thronicke. Bom dia a todos que aqui estão conosco.

As nossas pontuações serão bastante breves. Como operador do direito dos resíduos, o que nós notamos? O resíduo, de regra, vem de onde? Do município, porque a grande quantidade é o RSU (resíduo sólido urbano). E aí a nossa preocupação, a nossa sugestão é que o município deve estar envolvido nessa situação, também ser incentivado a adotar inovações tecnológicas.

Hoje, no Brasil, a principal modalidade de destinação e de disposição é o aterro sanitário. E também, Senador, aí vem uma outra preocupação: se o resíduo está concentrado no aterro, nós precisamos trazer o aterro também para a inovação. Muito nós temos, Senador e demais ouvintes; há algumas empresas que já estão produzindo, por exemplo, o CDR, o combustível derivado de resíduo, mas o Paten acaba não observando aquele que só produz o combustível, porque uma coisa é produzir a energia, que é de suma importância, mas tem aquele que só produz o CDR, o combustível derivado de resíduo, e esse, a nosso ver, não está sendo contemplado no Paten. Nós temos o exemplo de Garibaldi. Lá eles tratam RSU (resíduo sólido urbano) e transformam em combustível derivado de resíduo e, depois, eles vendem esse CDR. Então nós precisamos, talvez, ampliar.

E uma das questões também que nos preocupa bastante é que o aterro, que é uma forma hoje bastante adotada, por uma questão até de custo, acaba reservando esse material. E nós já vemos fora do país que há um movimento, e aqui no Brasil também já se começa a questão da mineração de aterros, porque esse material minerado pode se transformar em combustível derivado de resíduo e daí ir para termovalorização.

É muito importante que quem nos acompanha nesta manhã entenda que termovalorização é diferente de termodestruição. Então, queima por queima não é admitido, você não queima lixo apenas. Então você tem que termovalorizar, ou seja, do resíduo, tem que ter um outro produto, no caso a energia. Então nossa sugestão é que também sejam contemplados os produtores apenas de CDR. Isso é muito importante. Nós temos que incentivar os aterros a minerarem esse material para transformarem isso em CDR.

E tem uma coisa que o Paten traz, que é esse incentivo fiscal, mas tem um detalhe, Senador: muitas vezes nós temos um projeto, ele é maravilhoso, ele recebeu incentivos, mas ele não consegue às vezes sair do papel, porque o sistema de licenciamento é muito lento. Então, nós temos que observar... Talvez seja caso de o Paten trazer uma prioridade no licenciamento: "Você foi contemplado, o município está contemplado no Paten – ou determinada unidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinação de resíduos –, o licenciamento dele tem que ter prioridade", por quê? Ninguém quer investir milhões e esperar dez anos para conseguir licenciar. Então, é necessário. Nós não estamos falando em liberalizar o licenciamento, mas em dar prioridade, porque talvez vamos investir, mas não vamos conseguir sair do papel em função às vezes do licenciamento. Então, a norma deveria trazer essa prioridade a partir do momento em que a instituição for contemplada no Paten.

E, por fim, já encerrando a nossa contribuição e falando de uma forma bastante concreta, o inciso III do §1º do art. 3º do PL 327 traz uma expressão assim: "substituição de matrizes energéticas poluentes por fontes de energia renovável". Na minha concepção, acho que nós temos que usar a expressão "substituição de matrizes energéticas não renováveis por renováveis", porque na poluição, embora a gente sempre pense como algo muito ruim, nós podemos ter, por exemplo, uma discussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGEL MARTINS BARBOSA – E aí deixamos para questões de licenciamento, mas podemos entender que uma unidade eólica pode apresentar uma poluição, por exemplo, visual ou poluição sonora. Então, a questão da poluição acho que não é um termo muito adequado, mas, sim, a mudança da matriz, que é de não renovável para renovável, porque, quanto à poluição, de alguma forma, até a nossa própria atividade humana, a nossa existência acaba de alguma maneira poluindo.

Então, é apenas para ter um equilíbrio perfeito a isso.

Eu agradeço muito a oportunidade de estar contribuindo e estou à disposição de todos naquilo em que eu puder ajudar.

Agradeço. Até.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Rogel, por sua exposição.

Quero convidar Guilherme Alvarenga Cardozo, Analista Sênior de Relações Institucionais e Governamentais da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica).

Por favor, Guilherme.

O SR. GUILHERME ALVARENGA CARDOZO (Para expor.) – Prezado Senador, Exmo. Senador, primeiramente queremos agradecer por esta oportunidade de estarmos aqui representando a energia solar fotovoltaica, hidrogênio renovável e também armazenamento de energia, todos eles estando ali no rol das matrizes energéticas, principalmente falando, e elétricas do Paten, dado nesse projeto de lei importantíssimo para energia solar fotovoltaica e outras fontes renováveis.

Senador, vou ser muito breve falando aqui que a Absolar hoje congrega 700 associados na energia solar fotovoltaica, também no hidrogênio verde e no armazenamento de energia. Hoje, na nossa matriz elétrica brasileira, a energia solar fotovoltaica já está contemplada com 19,4% de capacidade instalada no nosso país: em 2012, era 0,00, nada; hoje, já estamos em 19,4% da matriz elétrica brasileira.

Obviamente, falando dos benefícios da solar fotovoltaica, mais de 45,7GW operacionais, mais de 1,3 milhão de novos empregos acumulados, mais de R$213,5 bilhões em novos investimentos, com certeza mais de 55 milhões de toneladas de CO_2 evitadas, mais de R$65,7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões em arrecadação de tributos ao poder público – aqui nós estamos falando de tributos do Executivo nacional, estadual e municipal.

Trazendo uma projeção da Bloomberg da capacidade instalada do Brasil, por tecnologia, até 2050, temos aqui que fazer um recorte muito importante do armazenamento em baterias, armazenamento de energia, e o Paten traz essa questão. Então, a Bloomberg traz essa projeção de capacidade instalada, trazendo o armazenamento para 6% hoje. O armazenamento de energia é praticamente ínfimo no nosso país, então o Paten é o primeiro projeto de lei que traz essa questão da financiabilidade para o armazenamento de energia, que é muito importante. Obviamente, vocês podem ver ali também o quadro de GD e GC fotovoltaica, já muito proeminente no nosso país. Com certeza, em 2050, neste cenário, a energia solar terá 30% da capacidade solar na nossa matriz elétrica.

Falando do PL 327/2021, neste momento preciso aqui cumprimentar o nosso Deputado Arnaldo Jardim, autor do projeto de lei do Paten, na pessoa do Ziraldo, que está ali atrás. Preciso também citar a Deputada Marussa Boldrin, que foi a Relatora do Paten no Plenário da Câmara dos Deputados. "Art. 3º [...]. § 1º Os projetos de que trata o *caput* deste artigo deverão estar relacionados aos seguintes setores prioritários": eólica, biomassa, gás natural, hidrelétricas, e fazendo um recorte com certeza da energia solar, hidrogênio de baixa emissão de carbono – e tivemos ontem a votação pelo Plenário desta Casa de um importante projeto de lei sobre hidrogênio renovável – e sistemas de armazenamento de energia. Como eu já disse, é um projeto de lei que traz essa financiabilidade ao hidrogênio, ao armazenamento de energia, algo que, vamos dizer assim, é único hoje no nosso país.

O art. 2º diz: "Constituem objetivos do Paten [...]", e isso é muito importante nós falarmos. O Paten compõe-se dos seguintes instrumentos: Fundo de Garantias para o Desenvolvimento Sustentável, esse Fundo Verde, no projeto de lei bem delineado – a responsabilidade pela administração desse Fundo Verde será do BNDES – e transação tributária condicionada ao investimento em desenvolvimento sustentável – e aí muitos se utilizando dos nossos créditos tributários para fazermos essa transição e obviamente gerar essa financiabilidade das energias renováveis.

Então, só para vocês entenderem um pouquinho do que nós estamos trazendo, o que a gente pode trazer nesses financiamentos do Paten é justamente a importância do armazenamento de energia, que nós dizemos que é um canivete suíço: muito importante para os consumidores, muito importante para distribuidoras e transmissoras e muito importante para os geradores e operadores. Então, armazenamento de energia pode trazer todos esses ganhos aí, em todos os elos da cadeia da energia elétrica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME ALVARENGA CARDOZO – Hidrogênio verde: obviamente combustível sustentável, armazenável e versátil, e também está aí no Paten toda essa questão de financiabilidade do hidrogênio renovável.

Então, para concluir, a Absolar é completamente favorável ao PL 327/2021, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, porque entendemos que o PL é positivo, pois facilitará a viabilização de novos projetos com certeza, ajudará na redução de gases de efeito estufa, trará aumento de número de empregos – aqui nós estamos falando da indústria verde, aumento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregos verdes – e com certeza trará segurança para o setor elétrico brasileiro e, o mais importante talvez, a modicidade tarifária.

É isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Guilherme, por sua exposição.

Eu convido o Thiago Falda, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação.

Por favor, Thiago.

O SR. THIAGO FALDA (Para expor.) – Bom dia, Senador, bom dia aos demais Parlamentares presentes, à mesa. Muito obrigado pela oportunidade.

Eu enviei uma apresentação, não sei se tem o passador de eslaides, por favor. (*Pausa.*)

Obrigado.

Bom, primeiro, então, quero agradecer pela oportunidade de contribuir com esse importante projeto de lei, que a gente vem acompanhando desde o início, na Câmara dos Deputados. Quero parabenizar o Deputado Arnaldo Jardim pela elaboração e proposição do PL e a Deputada Relatora.

Bom, basicamente, sem entrar em contextos também, apenas para entenderem quem representamos, a ABBI representa diversas empresas, diversos setores, que são responsáveis por mais de R$400 bilhões no PIB brasileiro e pela geração de mais de 200 mil empregos diretos. E eu gostaria de trazer que um dos pontos que o projeto de lei traz é justamente o investimento: fomentar o financiamento de infraestrutura para inovação, de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, principalmente todos os relacionados à transição energética.

O Rogel falou muito bem aqui. Foi muito interessante, Rogel, você falar da importância de trazer investimentos em inovação; Yuri, a gente trabalha junto há muito tempo, eu sei o quanto você também e a Abren defendem investimento em inovação e desenvolvimento de tecnologias inovadoras; mas, quando a gente olha justamente para o Brasil, o Brasil está hoje na 49ª posição no *ranking* mundial de inovação. E, curiosamente, se a gente está falando em biocombustíveis, se a gente está falando em bioeconomia, em bioprodutos, a gente não pode deixar de olhar, de entender que o principal instrumento, a principal condição para você ter uma bioeconomia é você ter justamente recursos biológicos. Então, esse mapa nos traz aqui os maiores países com biodiversidade no mundo. Segundo a ONU, são 17 países megabiodiversos, aqui do lado esquerdo. E, quando a gente olha justamente o Índice Global de Inovação e faz um cruzamento de dados, a gente percebe que, dos 17 países megabiodiversos, segundo a ONU, eu tenho apenas um país entre os dez países mais inovadores, e o Brasil ocupando lamentavelmente a 49ª posição.

Se nós queremos ter uma inovação em biocombustíveis, se nós queremos ter inovação em bioeconomia, a gente tem que viabilizar essa inovação. E um dos principais entraves – a gente pode listar alguns entraves aqui – relacionados ao desenvolvimento da bioinovação e da bioeconomia é justamente a garantia para o desenvolvimento dessas tecnologias. Então, o fundo verde, trazendo garantias para o desenvolvimento da inovação, é fundamental.

Bom, só para trazer aqui o potencial da bioeconomia para o desenvolvimento econômico do Brasil, nós fizemos um estudo, que foi publicado em 2022 – teremos atualização agora –, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

basicamente traz que a bioeconomia, somente com essas tecnologias que a gente analisou, pode gerar uma receita de US$593 bilhões de dólares anuais ao Brasil, dos quais US$94 são relacionados somente a biocombustíveis. Então, é um potencial enorme para o desenvolvimento econômico do Brasil na vocação brasileira.

E aqui eu já entro, então, seguindo sua instrução, Senador, diretamente no projeto de lei, no texto, nas nossas propostas. Basicamente ela é bastante simples. Quando a gente olha o projeto de lei que foi inicialmente proposto na Câmara dos Deputados, lá no seu art. 6º, §1º, inciso II, ele considerava que os créditos escriturais poderiam ser considerados no fundo verde. Isso é extremamente relevante, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO FALDA – ... quando nós olhamos o fluxo – eu não vou entrar na questão tributária, eu não sou tributarista, mas só para entender, aqui está o fluxo bastante simplificado –, quando a empresa faz o seu pedido de restituição dos créditos PIS-Cofins e Pasep, ela demora até cinco anos para ter os créditos homologados. Da forma como está, hoje, no projeto de lei, a empresa teria que esperar esses cinco anos para conseguir utilizar esses créditos para a garantia.

Temos um mapeamento de algumas empresas associadas que mostra que cerca de 70% dos créditos que elas possuem para receber, em haver, dessa restituição são referentes aos créditos escriturais. Então, considerar os créditos escriturais é fundamental para garantir a viabilidade de muitos setores, para garantir a transição energética.

Eu paro por aqui, Senador, respeitando o nosso tempo. Fica a sugestão para debatermos.

Agradeço a atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado pela contribuição, Thiago.

Quero convidar Jorge Elias, Representante da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente.

Por favor, Jorge. Pode falar daí mesmo.

O SR. JORGE ELIAS (Para expor.) – Está funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Está, sim.

O SR. JORGE ELIAS – Perfeito, obrigado.

Muito obrigado, Senador Laércio, pelo convite e pela oportunidade de poder falar, hoje, nesta Comissão.

Onde está o passador, por gentileza? (*Pausa.*)

Obrigado.

Os colegas que já falaram, um pouco antes, já abordaram bastante bem o tema. A gente vê o tamanho, a maturidade e a competência de cada um, abordando o tema, e a importância e a relevância do que é o aproveitamento energético, a partir do resíduo sólido urbano, nas suas mais diversas modalidades e linhas tecnológicas.

A apresentação ficaria um pouco longa, então, seguindo a sugestão do Senador, eu vou ser bem mais curto, ser bem mais objetivo, naquilo que realmente tem relevância perante o tipo de tecnologia que a gente vem apresentando e vem usando dentro dos ecoparques da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em um panorama bem real do que é a questão do resíduo sólido urbano no Brasil, a gente fala em algo ao redor de 80 milhões de toneladas/ano de resíduo produzido, com algo próximo a 92%, 93% coletado, sendo que, desse percentual, 60% vão para um destino adequado, e 40% não.

A gente pode olhar, aqui na direita, na cor rosa, as diversas modalidades de aproveitamento – como alguns dos senhores já citaram –, que podem ser via reciclagem, CDR, compostagem e biogás, do qual a gente pode derivar energia elétrica, biometano, mais a frente combustível de aviação e também a energia elétrica gerada diretamente a partir do aproveitamento do resíduo sólido urbano, através da tecnologia *waste-to-energy*, a qual gera uma estabilidade para o sistema muito grande, porque ela vem complementar aquilo que vem crescendo bastante no Brasil, que é a parte de geração fotovoltaica e eólica: onde ela tem alguma intermitência, a gente traz bastante estabilidade, a gente gera base, 365 dias de energia no ano, com muita previsibilidade, sem oscilação.

As diversas linhas tecnológicas que a gente pode apresentar a gente vê inclusive dentro dos ecoparques que as empresas no Brasil vêm desenvolvendo. Eu posso ter reciclagem, através da unidade de triagem mecanizada, eu posso fazer CDR, posso fazer biogás, biometano, *waste-to-energy*, todos eles com muita preocupação na questão da economia circular, do movimento de economia brasileira, da saúde pública, do meio ambiente... Muita proteção, muita tecnologia, muita recuperação energética.

Especificamente falando do projeto – e dando um pouco mais de cor aqui ao projeto –, eu acho que é o primeiro projeto de geração de energia elétrica a partir diretamente do resíduo sólido urbano na América Latina. É um empreendimento da Ure Barueri, que foi feito com muita resiliência, com muita participação dos senhores também aqui, tendo sido viabilizado através do Leilão A-5 de 2021, mas foi um trabalho que começou em 2010, quer dizer, para ele começar a sair do papel, foram 11 anos, entre licenciamentos, aprovações, buscas, até que a gente conseguiu tirá-lo do papel, graças a boa parte dos senhores que estão aqui.

A gente observa que, no panorama mundial, a gente trata de uma tecnologia madura, moderna, segura, adaptável e, como o Yuri bem falou aqui, os lugares onde mais se produz energia elétrica através de w*aste-to-energy* são também os países onde mais se aproveita, onde mais se recicla, onde mais se movimenta a economia circular.

Esse seria um panorama no mundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE ELIAS – A gente observa que os principais empreendimentos estão nos grandes centros urbanos, e centros urbanos de muito turismo, salientando a saúde, o meio ambiente e a preocupação que se tem com as cidades e os munícipes.

A preocupação com a economia circular, buscando sempre o melhor aproveitamento.

Os benefícios que a gente pode trazer, tanto em segurança energética, quanto em recuperação, em redução do impacto ambiental e em proteção ao meio ambiente.

E aqui uma foto recente do *status* do empreendimento. É um empreendimento real, ao qual os primeiros equipamentos começam a chegar, lembrando que é uma termoelétrica, então o grosso dela vai começar a aparecer a partir agora do fim do ano, quando chegam os equipamentos e a gente começa a montagem eletromecânica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Jorge, pela sua exposição.

Quero passar a palavra agora à Marisete Pereira, Diretora-Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica.

Por favor, Marisete.

A SRA. MARISETE PEREIRA (Para expor.) – Bom dia, Senador.

Muito obrigada por nos oportunizar esta audiência pública para a gente poder de fato discutir esse Projeto nº 327. São muitas medidas que estas Casas ultimamente têm aprovado e são políticas muito importantes para a transição energética, no momento em que o mundo vive desafios em relação às crises climáticas que o mundo todo vem enfrentando. Então, o trabalho das Casas, na busca dessas políticas que vão ao encontro da transição energética, é muito importante para o mundo e, especialmente, aqui para o Brasil.

Quero parabenizar também o Deputado Arnaldo Jardim e a Relatora por essa excelente política pública aprovada.

Eu vou direto ao ponto, como o senhor bem colocou, para sermos bastante objetivos.

O que é a proposição, a contribuição da Abrage para esse projeto? (*Pausa.*)

No art. 3º, inciso II, quando a gente traz quais fontes serão abarcadas, esse programa foi limitado a hidrelétricas de até 50MW, e nós estamos propondo, Senador, que seja estendido para qualquer capacidade instalada. Por que razão a gente traz essa contribuição? (*Pausa.*)

Deixe-me voltar aqui. Eu não posso ir muito rápido, Senador, senão...

Por que razão a gente traz essa contribuição? As hidrelétricas, como todos nós sabemos, são ativos de que o Sistema Elétrico Brasileiro não pode abrir mão, no sentido dos recursos que elas trazem hoje, ou que elas agregam ao sistema, principalmente na questão da potência, da flexibilidade.

Hoje, essa expansão da nossa matriz é muito bem-vinda, com essas fontes novas renováveis que são a fotovoltaica e a eólica, mas isso também traz grandes desafios, e a gente precisa, na nossa matriz ou no nosso parque gerador, de tecnologias ou fontes como as hidrelétricas. Por quê? Elas são uma energia firme, flexível e não intermitente. A vida útil dessas hidrelétricas é secular, tem hidrelétricas que têm vida útil de mais de cem anos no sistema. E é muito importante para que todos nós trabalhemos, para que a economia, de fato, se desenvolva... A tecnologia e os bens e serviços dessas hidrelétricas são 100% nacionais. Então, vamos dizer assim, os investimentos nesse tipo de fonte trazem um diferencial para o país no que tange à geração de emprego e renda e, de fato, à indústria. Para os senhores terem ideia, a indústria, hoje, está exportando equipamentos, porque essa fonte, principalmente nesses últimos 14 anos, pouco se desenvolveu.

E, agora, eu acho que a gente vai ter uma oportunidade, no leilão de reserva de capacidade que está programado pelo Ministério de Minas e Energia, justamente de colocar, nesse leilão, instalações que já foram idealizadas quando da construção dessas hidrelétricas, que são esses postos vazios. É só motorizá-los. Isso agregaria, no sistema, 7,5GW.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARISETE PEREIRA – Ademais, com a repotenciação – a modernização dessas hidrelétricas –, seriam mais 11GW.

Outra tecnologia que eu acho que a gente não pode deixar, aqui, de trazer vai ao encontro da questão do armazenamento.

Outra tecnologia que eu acho que a gente não pode deixar, aqui, de trazer vai ao encontro da questão do armazenamento. O mundo todo, hoje, vem trabalhando com tecnologia, justamente para armazenar, para dar essa estabilidade ao sistema, e aqui as usinas reversíveis – e o Brasil tem uma potencialidade de 38GW para serem explorados –, justamente para trazer essa estabilidade para o sistema ou trazer esse recurso, essa tecnologia de armazenamento.

Para os senhores terem ideia, a China, já em 2024, está implantando 90GW de usinas reversíveis e tem planejado 237GW.

Vejam, o mundo todo está trabalhando com essa tecnologia, e é uma tecnologia que, de novo, são equipamentos 100% produzidos pela nossa indústria nacional.

Acho que é uma questão que tem que se trazer à discussão, para que possamos de fato fazer essa discussão dentro dessa tecnologia de armazenamento.

Finalizando, como eu disse, as hidrelétricas são uma bateria natural do sistema. Acho que o Brasil não pode abrir mão dessa fonte. A gente tem um potencial enorme ainda para ser explorado, e acho que é o momento de o Brasil, de novo, buscar, dentro de um protocolo social, econômico e ambiental modernizado, trazer essa fonte para discussão e trazer para a indústria a possibilidade de fazer esses investimentos.

Obrigada, Senadores e demais.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado.

Com a palavra Bruno Herbert Batista Lima, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia.

Por favor, Bruno.

O SR. BRUNO HERBERT BATISTA LIMA (Para expor.) – Bom dia, Senador Laércio Oliveira.

Obrigado pela oportunidade.

Queria cumprimentá-lo e cumprimentar o Guilherme Alvarenga da ABGD, na pessoa dos quais cumprimento toda a sociedade civil aqui presente.

Vou passar aqui à apresentação.

Bom, a gente vai falar um pouco de eficiência energética e mudar um pouco o *drive* do que a gente está ouvindo, aqui, no dia de hoje.

Todo mundo está falando, aqui, de fontes de geração, e a gente quer exatamente trazer, chamar a atenção, neste momento tão importante do setor, que a eficiência energética tem esse papel fundamental.

Acho que todo mundo concorda aqui que – quem quer que seja, em qualquer fonte, seja eólica, solar, hidrelétrica, ou através do CDR – para que a gente possa gerar energia, como papel principal, antes de gerar, a gente tem que ter responsabilidade com o consumo, olhar o ponto da carga. É o que a gente ensina aos nossos filhos, e que eu aprendi com o meu avô, aprendi com o meu pai, que quando a gente sai da sala tem que desligar a luz, não é, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é para isso que eu quero chamar a atenção. O Brasil, quando sai da sala, tem que fazer a tarefa de casa e apagar a luz.

O que significa isso? A gente tem que ter, exatamente, projetos e incentivos para a eficiência energética, seja na indústria – e, como você bem falou, a gente tem um parque tecnológico, industrial, com máquinas extremamente defasadas, com uma média de 20, 30 anos de vida, que tem um consumo de energia altíssimo... E com a eficiência energética a gente consegue ser mais competitivo de todas as formas.

Vou pular alguns eslaides aqui para ser mais breve na nossa proposição, mas a eficiência energética a gente sabe que trabalha exatamente na redução dos investimentos de geração, transmissão e distribuição, na preservação do meio ambiente e na segurança energética, porque, a cada momento que a gente inclui uma nova variável de geração, seja uma planta solar, seja uma hidrelétrica, seja uma turbina eólica, a gente tem mais um fator de complexidade no sistema elétrico.

Então, ao se trabalhar a eficiência energética, se diminui essa carga e se gera segurança energética – lembrando que, ano passado, a gente teve um apagão em grande parte do território nacional causado por instabilidade no sistema. E, obviamente, a proteção do consumidor é a partir do momento em que a gente se torna mais competitivo, com a energia mais barata.

Fico muito feliz em ver que todo mundo tem solução para a gente ampliar a oferta de energia, Senador, como obrigação desta Casa e como obrigação da iniciativa privada, e trazer uma energia mais barata para o consumidor. É isso que as famílias brasileiras querem alcançar.

O Brasil vem assumindo alguns compromissos internacionais. O Protocolo e o Acordo de Paris já foram citados aqui anteriormente e preveem reduzir, até 2030, 10% no setor elétrico. Isso só vai ser alcançado com a eficiência energética. Então, quando a gente tem os estudos internacionais, a gente vê que a eficiência energética é responsável por 37% dessa redução, seguida pelas renováveis. Depois vem a Declaração de Versalhes, em que também, mais uma vez, a gente está apoiando esse caminho. E na COP, na última COP, também o Brasil assumiu compromissos internacionais no sentido de redução do consumo de energia através da eficiência energética. E aí a gente tem metas.

Trouxe esta informação aqui, que é uma informação muito interessante: a geração de empregos que o Brasil tem na produção de equipamentos de eficiência energética, com 1,2 milhão de postos de trabalho; e, diretamente aplicando seus recursos, em torno de 62 mil pessoas.

Este dado aqui é muito importante, que é um dado da EPE, que diz que, de 2005 até hoje, nós só avançamos... A gente tem ali uma base relativa, que começa com 100% e, depois que a gente vai fazendo a eficiência energética, ela vai reduzindo. Hoje a gente está em 95%. Quer dizer, de 2005 até agora, em 19 anos avançamos apenas 5% na eficiência energética do nosso país.

Onde é que está toda essa correlação? No ano 2000, teve a Lei 9.991, que foi o marco da eficiência energética e que tem aplicação dos recursos da eficiência energética por parte das concessionárias, aquele 0,5%, e isso precisa estar sendo renovado ano a ano. E a gente vê, como esse último eslaide trouxe, que a gente tem muita coisa que precisa ser realizada, não é?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO HERBERT BATISTA LIMA – E a gente vê que a gente só vai conseguir isso com a eficiência energética. No eslaide anterior a gente mostrou ali que a eficiência energética vai ser responsável por 4% da economia do sistema elétrico nacional. No eslaide anterior foi mostrado que a gente tem um... Hoje o sistema tem 230GW de potência instalada, e 4% disso dá 8GW ou 9GW de economia no sistema, de retirada de carga no sistema.

Outra coisa que é muito interessante é o custo desses projetos de eficiência energética. Um relatório do Ministério de Minas e Energia diz o seguinte: com R$1 de investimento em eficiência energética, você tem uma economia de R$12. Então, quando você faz essa engenharia reversa, você tem exatamente R$0,07 por cada kW/hora. Hoje o brasileiro está pagando, lá no Estado de Alagoas, R$1,40; no Estado de Pernambuco, R$1,10. Então, isso é uma coisa de que a gente não pode abrir mão.

Então, o nosso pleito – para não me alongar e ser direto ao assunto, como o Senado solicitou – é exatamente a gente fazer a manutenção do 0,5% da obrigatoriedade, das concessionárias de energia, de no mínimo aplicarem 0,5% da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética; e apoiar integralmente a Emenda nº 4, que foi colocada para esse PL 327.

E aqui cabe uma reflexão para todos os senhores que estão aqui nesta sala e para quem está em casa também nos assistindo: a fonte de energia mais barata e mais limpa é a que, por eficiência, deixamos de usar. Não vamos ficar só preocupados em gerar energia, não, mas vamos fazer nosso trabalho e apagar a luz quando sair da sala.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Bruno.

Queria passar a palavra ao José Nilton Vieira, que é Coordenador-Geral de Etanol e Biometano do Ministério de Minas e Energia.

Muito prazer em recebê-lo aqui, viu, Nilton? Não tinha visto você aí para cumprimentá-lo; agora que o identifiquei, a palavra é sua.

O SR. JOSÉ NILTON VIEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Bom dia.

Em nome do Secretário Pietro, a quem foi endereçado o convite inicialmente, depois ao Marlon, estamos numa missão, numa empreitada grande que é tentar botar ordem na casa para acolher muito em breve a lei que trata do Combustível do Futuro, que foi aprovada ontem aqui, o projeto de lei no Senado. Esperamos que tenha um rápido trânsito pela Câmara e em breve estará no *Diário Oficial* e nos trará um grande esforço para sua regulamentação e para sua implementação.

E, com o perdão do trocadilho, Paten seria uma ponte entre o que a gente tem de projetos de lei e de leis, como o RenovaBio, que já vem desde 2017 sendo consolidado; futuramente, o projeto de lei do combustível do futuro, a lei do hidrogênio e formas e mecanismos efetivos para baratear o custo do investimento aqui no Brasil.

Como nós sabemos, um dos grandes problemas, um dos grandes entraves que a gente tem para dar celeridade aos projetos é exatamente o custo financeiro. E sem querer me alongar muito, até porque nós estamos com muitos especialistas no assunto, que têm uma sensibilidade maior para orientá-lo no que eventualmente caiba de aprimoramentos, o que a gente tem visto é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente, com muita satisfação, o fato de que o tratamento adequado de resíduos sólidos está cada vez mais presente na agenda de investimentos do setor privado, ou seja, deixou de ser um problema para ser um negócio privado, e esperamos que seja mais uma fonte de geração de energia, que vai contribuir para que a nossa matriz energética continue limpa e renovável.

Então, sem querer me alongar muito, eu gostaria de agradecer, em nome do Ministério de Minas e Energia. E contribuições adicionais, quando a gente for consultado por meio da assessoria parlamentar, a gente acrescenta pontualmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Nilton. Seja muito bem-vindo aqui.

Eu não identifiquei o Adalberto. Ele está por aqui?

Então, quero conceder a palavra a Adalberto Felício Maluf Filho, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Muito bem-vindo, Adalberto, obrigado por sua presença. A palavra é sua.

O SR. ADALBERTO FELÍCIO MALUF FILHO (Para expor.) – Olá, Senador Laércio. Queria agradecer, em nome do ministério, o convite para estar nesse debate tão importante.

O Brasil já é uma potência do ponto de vista de energia limpa, temos uma das matrizes mais limpas entre os grandes países, talvez ali no 20º, 25º, contando todos. E a gente sabe que, com as emergências climáticas, desafios de redução de chuvas e várias outras, nós temos que nos adaptar, e a matriz energética do futuro provavelmente vai ter que ser muito bem planejada.

A gente pensa obviamente na questão global, na emissão do CO_2, pensamos sempre nas emissões locais, dos poluentes locais, as emissões muitas vezes fugitivas dos sistemas, o metano, o Brasil é o quinto maior emissor de metano do mundo. Hoje, metade do aquecimento global vem dos poluentes climáticos de vida curta, metade do aquecimento global que o mundo vive, então não está nem regulado porque não é CO_2, é metano, é carbono negro, é o CFC, é CO_2. Então, quando a gente pensa essa expansão, se o Brasil já tem uma matriz limpa, essa grande característica, maravilhosa característica de várias fontes energéticas, várias possibilidades...

Nós tivemos agora a aprovação da Política Nacional de Transição Energética, o Fórum Nacional de Transição Energética, temos o Plano de Transformação Ecológica, fizemos um pacto com os Poderes assinado pelo Congresso, pelo Governo Federal, pelo Supremo, então, acho que o Brasil tem muitas opções.

A gente sabe que, independentemente do que a gente fizer aqui, a fonte solar vai continuar crescendo, vai ser a fonte número um. Hoje é de quase 20% da matriz, daqui a pouco vai estar em 30% da matriz. Temos um potencial eólico também gigantesco, inclusive produzimos, podemos aumentar o adensamento da cadeia produtiva. E temos agora um plano, o da Nova Indústria Brasil. Acho que todos esses fatores têm que ser considerados, mas a gente vai ter que fazer escolhas, e não sei o quanto o Congresso ou o Executivo pode ou não escolher. Se a gente olhar todos os projetos de leis que existem aqui hoje sobre energia, sobre transição energética, alguns muito importantes avançando, outros um pouco menos, no fim a gente está subsidiando quase tudo. A gente tem proposta de subsidiar o carvão, tem proposta de subsidiar petróleo, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta de subsidiar solar, eólica. Será que a gente precisa continuar subsidiando tudo? Será que a gente precisa ficar criando estímulos para tudo, se essas fontes hoje já são competitivas?

O meio ambiente é sempre visto com cautela, porque, às vezes, parece que o meio ambiente é contra alguns tipos de desenvolvimento econômico, o que não é verdade. O desenvolvimento e o crescimento econômico só fazem sentido se eles forem sustentáveis, se eles tiverem esse tripé de sustentabilidade econômico-financeira, social e ambiental. Então, eu acho que a gente tem que, talvez, começar a ter um pouco de cautela, Senador, e pensar em como integrar todas essas propostas.

O projeto Combustível do Futuro foi aprovado agora, muito bom. O Deputado Arnaldo Jardim, um grande especialista da área, conhece muito essa matéria, assim como aqui no Paten. A gente precisa mesmo... Tem a questão do biogás, do combustível futuro, várias coisas importantes, e o Brasil tem o potencial de ser um líder nessas áreas. São setores emergentes, então faz sentido a gente subsidiar, criar mercado, ajudar o Governo a fazer isso junto com o Congresso, de articular os atores. Mas, em alguns outros setores, eu não sei. O próprio gás natural é um mercado bastante importante, tem um espaço importante na sua transição energética, mas a gente vai ficar subsidiando até quando? O carvão, os subsídios do carvão, que estavam terminando, o Congresso sinaliza expandir mais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO FELÍCIO MALUF FILHO – Se você fizer a conta do subsídio com os empregos lá no Rio Grande do Sul, a gente está pagando R$200 mil para manter cada emprego por ano. Faz sentido? Nós temos esse espaço fiscal para ficar acomodando sempre um puxadinho em todas as políticas energéticas para que a gente possa acomodar todos? Ou não? O Brasil já tem uma maturidade importante, o consumidor não pode continuar a ficar pagando a conta para sempre, e a gente vai deixar o mercado se regular.

Em alguns setores, onde tem ainda uma externalidade ou algum desafio, e está aqui o Yuri, – por exemplo, o tema da emissão de metano que a gente tem nos aterros, do biometano, com potencial enorme –, a gente vai ter, vai entrar na rede, começa, a conta fecha, ele vai, mas eu acho que a gente precisa, Senador, começar a pensar nessa coisa um pouco mais ampla: como os planos daqui se inserem no Plano Clima, no Plano de Transformação Ecológica, na Política Nacional de Transição Energética? Eu não sei se a gente pode estar atirando para todos os lados, tentando subsidiar tudo e fazer tudo ao mesmo tempo, porque, talvez, a gente não consiga ter o melhor da eficiência para a sociedade, para o meio ambiente, para o desenvolvimento econômico.

Parabéns mais uma vez, Senador, pela audiência pública e por ouvir todas as vozes de todos os setores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Adalberto, por sua participação.

Eu queria passar a palavra agora para Márcio Rojas da Cruz, Coordenador-Geral de Ciência do Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Márcio, por favor.

O SR. MÁRCIO ROJAS DA CRUZ (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitíssimo obrigado pela oportunidade de contribuir com essa discussão. Em nome do ministério, eu agradeço. Eu vou ser bem pontual, seguindo a orientação do senhor e, de certa forma, fazendo uma fala que me parece ser complementar à do Secretário Adalberto, do Ministério do Meio Ambiente.

A gente vive um momento importante, bem crítico, na agenda climática. A gente, ao mesmo tempo que ainda está lidando com as consequências de excesso de chuva no Sul, já está precisando lidar com escassez de chuva no Norte. Então, do ponto de vista da agenda climática, o momento é de sermos cada vez mais ambiciosos nas políticas de mitigação. A gente tem, em apoio aos colegas do Ministério do Meio Ambiente, que estão elaborando o Plano Clima, elaborado uma série de estudos.

Para o setor energético, eu queria chamar atenção para um ponto específico. Eu trouxe uma apresentação, mas eu vou focar em um *bullet* da apresentação. Então nem vou usar a apresentação. A ideia é chamar atenção para a importância de BECCS no contexto de uma transição para uma energia mais sustentável.

A gente tem hoje combustíveis que já estão sendo contemplados no texto que está sendo considerado, mas me parece importante chamar atenção para a gente passar a contemplar também a captura e a utilização do carbono em algumas rotas que hoje seriam relativamente fáceis, como a produção do etanol.

A gente teria a oportunidade, se investirmos em captura e utilização de carbono na elaboração do etanol, na fabricação do etanol, na produção do etanol, teria condições de tornar um combustível que hoje é neutro em negativo. Isso vai ser fundamental, de acordo com os nossos estudos, para que no futuro a gente consiga alcançar a neutralidade das emissões de gases de efeito estufa.

Então fica essa contribuição pontual e, naturalmente, permanecemos à disposição.

Senador, parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Márcio, por sua participação.

Cumprimento a todos também do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e também cumprimento o Ministério do Meio Ambiente pela participação, juntamente com o Ministério de Minas e Energia.

Eu queria passar a palavra para Celso Cunha, que é Presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Atividades Nucleares.

Celso, por gentileza, muito prazer em recebê-lo aqui.

O SR. CELSO CUNHA (Para expor.) – Bom dia, Senador. Obrigado aí pelo convite para participar desta audiência.

Senador, vou ser muito direto. A energia nuclear, que tem uma emissão zero, não está contemplada no Paten, no Programa de Aceleração da Transição Energética. A gente busca que seja justa, a gente busca que nossa matriz, cada vez mais, seja limpa. Nós precisamos de energia segura.

Está aí, há anos não construímos hidrelétricas com grandes reservatórios e, cada vez mais, exigimos desse sistema a busca da estabilidade. E quem vai fazer essa base? Nós podemos, a energia nuclear está aí para isso. Para cada 1 bilhão que a gente investe, de acordo com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho publicado pela Fundação Getúlio Vargas recente, 3,8 bilhões retornam; 65% de todo o recurso fica no Brasil, Senador. Ou seja, nós temos uma cadeia que, ao longo dos anos, nós conseguimos internalizar, diferente de a gente ter que importar a maior parte das coisas. Nós temos a Nuclep, com capacidade de produzir todos os equipamentos pesados; nós temos toda uma história, a sexta maior reserva de urânio do mundo – de acordo com o Ministro de Minas e Energia, é o novo pré-sal. Acho que ele está um pouquinho... mas pelo menos metade do pré-sal, com certeza, é, porque só estudamos um terço do território nacional e não emitimos nada.

A ONU, através das suas agências, da Agência Internacional de Energia Atômica... A própria Agência Internacional de Energia, o Fatih Birol já declarou várias vezes que sem nuclear não tem transição, porque o volume de energia de que se precisa fazer transição é imenso. As nucleares são capazes de ser instaladas próximas às cidades; o nível, a quantidade de linhas de transmissão de que a gente precisa é praticamente zero. Nós não traremos externalidades aos sistemas e – pasmem! – elas são flexíveis. A maior parte das pessoas acha que não, mas eu não vou explicar tecnicamente isso; basta dizer o seguinte: na França, 75% da matriz é nuclear. Como não é flexível? Ela é flexível e, agora, traz para si uma das tecnologias mais disruptivas que tem, que são os pequenos reatores nucleares, que podem descarbonizar a siderurgia; que podem estabilizar os *data centers*; que podem descarbonizar as térmicas a carvão – a Polônia está lá, trocando 17 térmicas a carvão por pequenos reatores nucleares –; e por aí vai. Eu poderia ficar aqui meia hora falando o que está acontecendo no mundo.

Senador, o nosso pedido é muito simples, é incluir o nuclear nesse projeto através de palavras simples: "renovável e limpa". Nós precisamos, nós estamos falando de transição energética. Se ela é renovável, se não é... Nós precisamos é de energia limpa; é disso que nós precisamos, porque é de tanta energia, tanta energia que nós vamos precisar fazer transição, que não dá para uma fonte só suprir isso. Essa coisa de a gente continuar incentivando e dando subsídio para as fontes... A nuclear não tem subsídio nenhum – zero subsídio! – e tem uma capacidade enorme de geração. Esse R$1 bilhão que você investe retorna 22,3 mil empregos, Senador. É um número expressivo. E todos podem ser cumpridos aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO CUNHA – ... porque o Brasil faz parte de uma cadeia produtiva muito importante, temos minério, temos o domínio da tecnologia, da produção do combustível nuclear. O mundo está correndo, batendo à nossa porta, pedindo pelo amor de Deus para a gente acelerar a produção de combustível, porque não vai ter combustível para todo mundo.

Então, o nosso pedido é muito simples: é só incluir uma palavrinha – "e limpa" – que nós estaremos dentro e vamos poder ajudar, sem tirar ninguém.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Celso, por sua participação.

Eu quero conceder a palavra a Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica.

Por favor, Marcello.

O SR. MARCELLO CABRAL (Para expor.) – Bom dia, Senador Laércio.

Obrigado; parabéns mais uma vez por promover este debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como representante da ABEEólica, eu gostaria de ressaltar alguns pontos.

Primeiro, os positivos: o Paten, sem dúvida nenhuma, é um instrumento que vai permitir que projetos que vão favorecer a transição energética possam ser financiados, mas depois eu vou comentar alguns pontos de preocupação.

Antes de qualquer coisa, eu acho que seria interessante... Senador, me permita, porque às vezes – e a gente é do setor – parece que todo mundo está nos entendendo, mas eu acho que nem sempre é assim.

O que é o benefício do Paten? O benefício do Paten é para empresas que têm crédito junto à União, de PIS, Cofins, seja de importação ou não, de IPI, poderem utilizar esses créditos para ofertar a um fundo verde que vai ser administrado pelo BNDES, para que esse fundo possa garantir financiamentos que vão ser tomados por esses empreendedores, se os agentes financiadores julgarem que esses projetos param de pé.

Então, normalmente são projetos que precisam de incentivos, porque, caso contrário, seria mais fácil os bancos financiarem e as garantias também seriam mais fáceis de serem aportadas. Então, a princípio não teria nenhuma concorrência, porque qualquer empresa, qualquer setor que hoje queira investir na expansão de energias renováveis, para favorecer a transição energética, e que tenha créditos junto à União, tributários, ofertaria esse crédito para o fundo, chamaria um banco e faria o projeto, então não precisaria ter disputa de espaço.

A gente não está falando de luta por recursos, a gente está falando de reconhecimento. Por isso, apesar de ser ABEEólica, olhando, eu apoio integralmente o que foi dito aqui, especialmente na questão do RSU, da nuclear aqui do lado também, das hidrelétricas, não tem por que criar limitação para isso.

Só que tem me chamado a atenção, Senador Laércio, a forma como alguns textos estão escritos, dando margem ao que foi dito muito bem pelo Adalberto, do Ministério do Meio Ambiente, de que há exageros de subsídios.

Ontem a gente estava discutindo o combustível do futuro e a gente foi surpreendido com um benefício que não faz o menor sentido mais para o país, é simples assim. A gente não precisa incentivar fonte mais barata que já se expande a taxas de 1.000% ao dia, essa fonte não precisa ser incentivada. Falam da eólica também, e a eólica *onshore* já passou por esse processo de incentivo. E há um tempo, assim como o RSU, e eu me orgulho muito de falar porque eu estava no ministério na época em que esse leilão foi feito, de 25 megas, que foi muito criticado, porque foram R$500 o megawatt-hora, mas, se não tiver um valor desse agora, R$500 megawatt-hora, como foi com a eólica no passado, a gente vai estar a 50 anos discutindo e o RSU vai estar a R$500 o megawatt-hora, e não como está a eólica hoje, a R$180, R$200, mas que no passado foi R$500, mas para empurrar, para iniciar.

Agora, já temos essas fontes, eólica e solar, bastante... Eu sou da eólica, da ABEEólica, e falo isto com toda a tranquilidade: não precisamos desse excesso de incentivos, absolutamente.

A gente tem um projeto sendo discutido que tem uma nova tecnologia, que é a geração *offshore*, que, do art. 1 ao art. 20, que trata da eólica *offshore*, que trata de geração *offshore*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO CABRAL – ... não tem um centavo de subsídio, nenhum centavo de subsídio. Ele apenas quer estimular o estudo dessa fonte tão importante, dessa costa brasileira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente tem de potencial, estudar o potencial eólico e atrair investidores, atrair uma cadeia de investimento gigantesca, bilionária, mas a gente não anda com esse projeto, que não tem um subsídio. Outros que estão carregados de subsídios estão andando.

E, quando a gente fala de eficiência energética – para terminar –, o próprio *site* da associação diz lá que eficiência energética é o melhor uso das fontes de energia. E aí, diferentemente do que o Paten é ou deveria ser, que é um ambiente que vai proporcionar que investidores coloquem recurso como garantia, tem uma brecha na própria Emenda 4, dizendo o seguinte: não, eficiência energética agora também pode ser utilizada para instalar painel solar. Eficiência energética vai ser instalação de painel solar. Isso não faz o menor sentido! É tão simples isso. Painel solar não precisa mais de incentivo. É bastante barata a compra. Aliás, 90% dos equipamentos ou mais são importados da China a preços extremamente baratos, ou seja, já tem subsídios demais.

Então, o nosso pleito, de forma bem clara, é que o texto da lei tome o cuidado para incentivar quem realmente precisa ser incentivado, quem realmente precisa, e não criar brechas para que setores já estabelecidos, já competitivos, que já têm tarifa a preço baixo, continuem sendo incentivados, criando distorções entre os setores do mercado brasileiro.

Obrigado.

Senador, desculpe-me alongar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Marcello, pela sua participação.

Nós teremos agora cinco convidados que vão falar por videoconferência. E eu quero deixar registrado, mais uma vez, o apelo: sejam extremamente objetivos. Nós fizemos uma discussão aqui se abriríamos para videoconferência ou não, mas, em respeito aos requerimentos, a gente resolveu abrir. Mas eu queria pedir aos cinco convidados que fossem extremamente objetivos nos seus argumentos.

Eu vou passar a palavra, por videoconferência, para Léo Meirelles do Amaral, que é Diretor Jurídico da União da Indústria de Cana-de-Acúcar e Bioenergia.

Por favor, Léo, a palavra é sua.

O SR. LÉO MEIRELLES DO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Em nome do Evandro Gussi, Presidente da Unica, eu saúdo V. Exa. e os demais participantes, e, atendendo ao pedido de V. Exa., vou ser direto e objetivo aqui na minha fala. Não posso, contudo, deixar de dizer que é um prazer reencontrá-lo aqui. Para mim, que fui conselheiro do Carf, indicado pela CNC, é um prazer reencontrar V. Exa. aqui nessa ocasião.

Senador, de modo muito claro, nós da Unica entendemos que o texto do Paten, enviado pela Câmara, de iniciativa do Deputado Christino Aureo, com relatoria do Deputado Arnaldo Jardim, que se utilizou dos préstimos do conhecimento do assessor Ziraldo, presente aí em Brasília, tem, a nosso ver, não só a importância de mitigar os impactos ambientais do setor energético, mas também a de promover o desenvolvimento econômico sustentável e o fortalecimento do Brasil, como potência internacional, na produção de energia limpa.

Nós vemos a necessidade de manutenção do texto da lei com base nesses pilares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço licença para destacar também, com base na objetividade solicitada por V. Exa., que a questão do Fundo Verde, naturalmente, deve ser tratada com parcimônia haja vista que requer um planejamento para o fim de se atender a toda a questão do orçamento público, sujeito a regras constitucionais e infraconstitucionais que requerem bastante cautela por parte da sua utilização. Mas ele vem já atender a uma das premissas que é das principais bases que esse programa tem e seus objetivos que é a instituição de fontes de financiamento.

Naturalmente, como tudo, parcimônia, cuidado e planejamento podem gerar a boa utilização dessa previsão do texto de lei.

A Unica se posiciona como entusiasta desse Programa de Aceleração de Transição Energética e agradece os trabalhos legislativos por parte do Senado Federal, aqui conduzidos, neste projeto de lei, por V. Exa.

Obrigado pela atenção.

Tentei ser o mais objetivo que pude.

Agradeço, em nome da Presidência do Conselho da Unica.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Léo Meirelles. Prazer muito grande em revê-lo, mesmo à distância. Obrigado por sua contribuição.

Eu convido Zilda Costa, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída.

Por favor, Zilda.

O SR. ZILDA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, é uma honra.

Está desabilitada a minha apresentação. Então, eu vou pedir que alguém possa colocá-la no painel, por favor.

Enquanto isso, eu cumprimento S. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Está habilitada. Pode tentar, Zilda?

O SR. ZILDA COSTA (*Por videoconferência*.) – Sim. Já está visível, por favor?

Acho que eu sou a primeira a apresentar remotamente. Gostaria de saber se está visível.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Está, sim.

O SR. ZILDA COSTA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Eu cumprimento S. Exa. o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado.

Cumprimento a Presidência desta mesa, Senador Laércio Oliveira, e a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, em nome da Presidência da ABGD (Associação Brasileira de Geração Distribuída).

Também vou ser muito breve, mas eu gostaria de lembrar que a ABGD defende o uso das energias renováveis e o armazenamento de energia por baterias para apoiar a solução de intermitência das renováveis e apoiar o Paten (Programa de Aceleração de Transição Energética), através do PL 327, de 2021, na forma do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, com coautoria do Deputado Christino Áureo e do Deputado Arnaldo Jardim.

Falando sobre a ABGD e essa proposição de defesa e de apoio favorável, a ABGD é a geração distribuída, que tem hoje mais de mil associados, representando empresas de geração própria de energia no Brasil, para que essas empresas e esses consumidores tentem gerar sua própria energia, o que é também uma forma de aceleração dessa transição energética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ABGD representa todas as fontes: solar, eólica, biomassa, gás natural, biogás. Todas elas são representadas na nossa Associação de Geração Distribuída, cada uma representativa para o programa de GD.

O Brasil atingiu 32 gigas de capacidade instalada de GD – é importante a gente contextualizar –, e a capacidade deve alcançar 36 gigas até o final de 2024, um crescimento de 35% no mercado com investimentos acumulados superando R$140 bilhões.

Eu gostaria de mencionar que esses investimentos são de empresas que vêm crescendo às custas de correr riscos financeiros. Então, é importante, quando a gente menciona que algumas fontes têm subsídios, lembrar que a GD foi com investimentos pessoais à custa de correr riscos do financiamento de toda essa geração desses 32 gigas instalados no país, que hoje abastecem quatro milhões de unidades consumidoras presentes em 5,5 mil municípios do país.

A geração distribuída principal é a fonte solar, até pela sua capacidade de instalação logística muito mais favorável do que as demais fontes e preço, que vem diminuindo também ao longo desses dez ou doze anos. Hoje a GD solar tem 31 megas de capacidade instalada, 31.751 megas, o que dá 31,7 giga. A eólica representa 17 megas, as unidades termoelétricas, 192 megas e, também, as pequenas centrais geradoras hidrelétricas, 62 megas de geração distribuída instalada no sistema elétrico brasileiro.

Quando nós falamos de localização é importante lembrar que aqui a gente representa a geração distribuída *on-grid*. A geração distribuída *off-grid* é o maior programa também de aceleração energética do país porque a geração distribuída está presente na Região Norte, em toda a região da Amazônia Legal, através do programa de universalização de energia da Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia.

Esse mapa da ABGD representa apenas os investidores privados e não programas setoriais.

A geração distribuída é principalmente residencial, 48,27% de toda a geração distribuída instalada, o que representa 15 mil megas, 15 gigas é a metade, praticamente, da geração instalada nas residências.

E alinhando-se completamente com os objetivos da ABGD vem o Paten com o desenvolvimento da integração de sistemas de armazenamento de energia, também associado agora, como nova tecnologia, à geração distribuída para o futuro.

Eu gostaria de mostrar o que é o armazenamento de energia que vem suprir a intermitência das renováveis...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Zilda, o seu tempo já acabou.

O SR. ZILDA COSTA (*Por videoconferência*.) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Desculpe-me interromper, mas eu preciso...

O SR. ZILDA COSTA (*Por videoconferência*.) – É o último eslaide.

A gente também está atento às inovações tecnológicas.

Então, eu termino ratificando que a ABGD é favorável ao termo como foi escrito e eu gostaria de agradecer em nome da Presidência da ABGD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Zilda, por sua participação.

O SR. ZILDA COSTA (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu convido o José Ribeiro dos Santos Júnior, Conselheiro do Conselho Federal de Química, por favor.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Inicialmente, eu quero agradecer pela oportunidade ao Senador Laércio Oliveira de participar deste evento.

Eu sou representante do Conselho Federal de Química e, também, sou Professor da Universidade Federal do Piauí.

Eu mandei a apresentação, mas não sei se consigo passar ou se eu tenho que passar daqui.

Então, nesse caso, eu quero dizer que o PL 327 é muito importante para os profissionais da química quando cria um programa de apresentação de transição energética, o Paten, e o financiamento através do Fundo Verde – isso corresponde, mais ou menos, aos meus três primeiros eslaides.

E eu queria dizer que para os profissionais da área da química é muito importante a questão da biomassa, que é o que eu gostaria de apresentar, mas eu vou só citar aqui rapidamente para não encompridar.

A biomassa pode ser obtida a partir de resíduos de florestas, a partir de resíduos urbanos, a partir de resíduos de criação de animais e a partir de resíduos industriais; todos esses resíduos podem ser convertidos em energia de forma bastante tranquila devido às diversas tecnologias que já existem para essas conversões.

Nesse caso, eu só quero citar aqui que a parte de biomassa, não só de resíduos urbanos, como poda de árvores e outros dessa natureza, em vez de queimar, a gente pode fazer etanol, pode obter combustíveis líquidos, pode queimar direto, como é o caso das propostas do resíduo sólido, e ainda pode fazer metanol, gás de combustão, biogás e biodiesel, quando se tratar, por exemplo, do caso de estações de tratamento de esgoto, que tem um resíduo oleoso bastante aproveitável nessa situação.

Então, o mais importante dessa geração é que também se possa utilizar o fundo na pesquisa para distribuição, para eficiência energética, para a própria produção dos biocombustíveis de biomassa.

Nesse sentido, para ser bastante breve, eu queria mostrar, colocar aqui três exemplos de eficiência energética, aliás, de utilização do fundo para trabalhar a transferência de geração e a transferência de energia através de redes de distribuição.

Inicialmente, a gente fala aqui de uma usina de biodiesel e essas usinas de biodiesel têm bastante tecnologia, já foram desenvolvidas, mas tem ainda as possibilidades de utilização de usinas de biodiesel de pequeno porte, utilizando óleos já processados que poderiam ser utilizados ou serem descartados e que podem ser aproveitados, inclusive, para a geração de combustível e de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro exemplo que eu queria mostrar é a aplicação de óleo vegetal, agora um pouco mais sofisticado, na rede de distribuição através dos transformadores de distribuição. Aqui nós temos um exemplo já construído de um transformador de distribuição feito pela Eletrobras Distribuição, aqui no Piauí, e que está na rede já há 12 anos, mostrando que é um processo viável, com vantagens ecológicas significativas – não tem óleo mineral, não produz danos ao meio ambiente e nem uma série de outros problemas.

E por último, o terceiro exemplo aqui é a utilização de resinas vegetais para a impermeabilização dos elementos de rede, que são os postes para distribuição de energia. Isso também foi um projeto de pesquisa: se desenvolveram postes impermeáveis, e eles foram colocados em ambiente da praia, na beira-mar, onde eles estão lá com 12 anos – aliás, dez anos, desde 2014 – de que foram instalados, e estão ainda sustentando a rede adequadamente.

E isso tudo é para finalizar a minha fala dizendo que é superimportante que esse fundo não só financie e incentive a geração, como também possa dar oportunidade para os projetos de pesquisa.

Muito obrigado.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Ribeiro, por sua participação.

Eu passo a palavra agora para Lucien Belmonte, que é Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro.

Por favor, Lucien.

O SR. LUCIEN BELMONTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Alô?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Oi, Lucien, estamos vendo você, pode falar.

O SR. LUCIEN BELMONTE (*Por videoconferência*.) – Primeiro, Senador Laércio, é um prazer estar junto com o senhor – o senhor, que tem sido um enorme defensor da indústria, em várias discussões, principalmente no gás natural, em que o senhor é o grande padrinho de toda a discussão.

Aqui, Senador, mais do que falar especificamente sobre o Paten, eu gostaria de trazer uma mensagem da angústia dos consumidores industriais, e aqui não só falando pelo vidro, mas falando por vários outros setores que fazem parte da União pela Energia ou outros setores que fazem parte do Fórum do Gás: nós não aguentamos mais receber contas de outros e de pessoas que têm soluções milagrosas – para falar o mínimo – e empurram contas para o setor produtivo. O modelo de subsídio que existe hoje no Brasil, em que um empresário vai lá, fala uma maravilha, diz que vai resolver o problema da humanidade e empurra a conta para o setor industrial não funciona mais. Esse tipo de desenvolvimento econômico não é mais possível.

A primeira coisa que a gente tem que qualificar aqui é o que é transição energética. Transição energética é: a gente sair do ponto A para chegar ao ponto B. E, em transição, tal como foi posto sempre pelos europeus, o sonho deles é chegar onde nós estamos. Então, nós temos que tomar muito cuidado para falar de transição energética e não inviabilizar a produção nacional. Sistematicamente, nós temos tido aumento de custos, aumentos de tarifas de fio, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encargo de CDE, de custos de gás natural. Nós precisamos ter uma lógica, que é a transição energética.

A descarbonização é uma tremenda oportunidade para o Brasil, desde que a gente continue viabilizando os setores produtores no país. Senão, a gente vai continuar exportando só minério de ferro, sem estar peletizado. Nós vamos estar exportando soja, nós vamos estar exportando café, nós vamos estar exportando algodão e nunca ganhando valor agregado.

Muito cuidado com essas discussões. Tem um monte de gente que falou hoje que está louca para empurrar custos para o setor consumidor. Quer seja o consumidor industrial, quer seja o consumidor residencial, porque todos esses custos de subsídios que são pedidos, sistematicamente, acabam é na conta do consumidor. E é isso que a gente não aguenta mais, e é isso que a gente precisa parar para poder ter um país mais produtivo, mais competitivo e também mais justo.

Esse é o recado que eu gostaria de deixar para o senhor, Senador. E a gente deve entrar com as nossas contribuições objetivamente para o senhor para que a gente possa ter, sim, um sistema mais justo e mais efetivo para todo o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Lucien, por sua participação. Obrigado por revê-lo, mesmo à distância.

Eu queria convidar para fazer uso da palavra Clemente Gauer, representante da Associação Brasileira de Veículos Elétricos.

Por favor, Clemente.

O SR. CLEMENTE GAUER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Sr. Senador Laércio e todos da Casa.

Primeiramente, muito obrigado pelo convite à Abravei e à ABVE, que eu represento, tanto a Associação dos Proprietários de Veículos Elétricos, como a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).

O assunto hoje é a questão da infraestrutura de recarga dentro do PL 32.721.

No último texto, o projeto deixou de contemplar as infraestruturas de recarga para veículos elétricos e híbridos que viabilizam, cada vez mais, parte considerável do processo de carbonização do modal rodoviário. A proposta estava presente no PRL 1, como descarbonização da mobilidade urbana; e, no PRL 2, como infraestrutura e sistemas de transporte que promovam a descarbonização e a maior eficiência energética. No PRL 3, apresentado quatro meses após o anterior, no dia da votação o texto foi retirado.

Eu vou passar por um rápido *briefing* sobre Brasil.

Hoje, em determinados momentos deste ano, a gente chegou a 94% da matriz elétrica sendo renovável no país. Chegamos a ter momentos de 15% de excedente de energia elétrica, observado em abril de 2024, segundo a Aneel; 98% do país está no sistema interligado nacional, de causar inveja a todas as outras regiões do mundo; 30% da energia elétrica do Estado de São Paulo vem do bagaço da cana e da biomassa, segundo a Aneel; 10% do faturamento de usinas de cana em São Paulo é oriundo da energia elétrica gerada do bagaço. Segundo o Newton Duarte, da Cogen, isso representa até 40% do lucro vindo da energia elétrica oriunda do bagaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, a gente tem que realmente entender que os carros elétricos estão aliados à bioenergia; 20% da matriz elétrica brasileira hoje vem da energia solar, como bem colocado pelo colega da Absolar, gerando aí mais de um milhão de empregos. O Brasil também é abençoado por uma radiação solar invejável a todas as outras regiões também do planeta.

A gente está falando de energia barata, limpa e renovável. Temos todos os minerais críticos para essa transição energética, e um veículo elétrico, sendo ele pesado ou leve, representa 1/5 do custo do quilômetro rodado de um veículo similar térmico. Então, é um grande ganho também para o contribuinte. Motoristas de aplicativo, por exemplo, lucram mais com veículos elétricos. Eles deixam de gastar 80% do orçamento de manutenção do carro quando eles vão para um veículo elétrico.

Também a gente observa, segundo informações do setor sucroalcooleiro, que mudanças do clima já vão reduzir a produção de cana e etanol no Brasil, representando um déficit de até 20%, segundo a *NovaCana*, atualizada agora dia 29 de agosto. Por esse motivo, a gente deve observar também a escalada dos preços da bioenergia. Muito além da descarbonização que a gente está falando aqui, a gente está falando de uma questão de soberania, um plano B. Se a gente eventualmente não contar com toda a benesse da bioenergia, que veículos elétricos também possam contribuir, mesmo que não sejam majoritários. Veículos elétricos são zero emissão do CO_2, zero emissão de aldeídos, zero emissão de óxido de nitrogênio e também zero emissão de ruídos. Grandes benefícios para centros adensados.

São 65% dos brasileiros que desejam veículos elétricos. A gente vê isso refletindo, o Brasil despontando como o primeiro país na adoção de veículos elétricos no último ano, crescendo 700% de um ano ao outro. Segundo a ABVE, a gente agora acumula um total geral de veículos elétricos, que podem ser carregados, de 181 mil veículos.

A gente tem alguns obstáculos. As frotas de ônibus não estão conseguindo se eletrificar em São Paulo. A infraestrutura é o calcanhar de aquiles para o crescimento da frota de ônibus. Porém, se a gente olha para Bogotá e outras cidades em países vizinhos, eles foram muito exitosos nesse processo e hoje toda a sua frota de ônibus já em grande parte é elétrica. Então, enquanto a infraestrutura patina, a demanda por carros elétricos no Brasil aumenta, e o Brasil não tem a infraestrutura que é necessária. O que a gente está falando de infraestrutura? Carregadores rápidos, subestações e infraestrutura de distribuição de energia elétrica. Não são apenas carregadores.

Então, a gente pode olhar para China, Estados Unidos, Europa e observar que na Europa, por exemplo, todo esse projeto foi patrocinado pela comunidade europeia. A gente tem 500 carregadores *versus* Estados Unidos, 45 mil; a Europa, 100 mil. A China crescendo rapidamente.

Objetivo e conclusão para finalizar. A proposta da ABVE é que no rol do art. 3º, §1º, do PL nº 32.721, sejam reincluídas as infraestruturas de recarga para veículos elétricos e híbridos.

Muito obrigado. Obrigado pela participação da ABVE também.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Quero agradecer a participação do Clemente e quero revelar aqui aos senhores – antes disso, eu queria convidar o Christino Áureo para que viesse aqui sentar aqui do meu lado –, preciso fazer um registro importante. Deixei para o final de propósito para prestigiar a presença de todos os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me que aconteceu um fato inédito aqui: nós ouvimos 17 representações, e certamente eu saí anotando um a um o que cada um colocou, de forma sucinta, e que vai contribuir de forma positiva para o relatório. É claro que tem coisas com que eu concordo e tem coisas com que eu não concordo, mas faz parte do processo eleitoral.

Processo eleitoral... (*Risos.*)

Nós estamos numa época de eleição e eu só penso nisso. Desculpem-me aí. Mas faz parte do processo de relatoria de um projeto.

Eu quero dizer que eu saio muito feliz. A gente tinha preocupação no gabinete de fazer uma audiência ouvindo 17 pessoas, pois ia gastar pelo menos três horas para se fazer isso, o que é um absurdo, não é? E a gente precisava otimizar a vida de cada um dos senhores, que têm pautas a cumprir. A gente precisa dar uma dinâmica diferente a essas audiências públicas, e fazê-las de forma objetiva, quando o número de pessoas se estender, uns em respeito aos outros. Mas eu acho que foi muito produtivo. Eu saio muito satisfeito com as contribuições que recebi de todos os senhores. Agradeço demais. Eu quis deixar cada um no seu lugar, para a gente economizar tempo, mas acho que a gente conseguiu, acho que em uma hora e meia, limpar a nossa pauta.

Deixei para o final, para fazer justiça e honra a uma pessoa que é Christino Áureo. Christino Áureo foi Deputado Federal aqui comigo, e o projeto do Paten começa exatamente por um projeto feito pelo Deputado Christino Áureo. Então, eu o convidei aqui para lhe passar a palavra, com muita honra, para que você fizesse aqui uma fala para todos esses líderes empresariais e representantes não só do Governo, mas de associações e de entidades, que vieram aqui participar desta audiência e trazer a sua contribuição.

Por favor, Deputado Christino Áureo.

O SR. CHRISTINO ÁUREO (Para expor.) – Bom dia.

Primeiro, quero agradecer aqui essa oportunidade. Laércio, vou ser bastante rápido e conciso também, em respeito a todos os que usaram a palavra com esse espírito, mas não posso deixar de agradecer na sua pessoa, a quem, para além da amizade que nós temos de tantos anos, eu tenho um respeito profundo pelo seu papel no Parlamento; primeiro, na nossa convivência na Câmara, e agora aqui, brilhantemente no Senado, conduzindo os assuntos, especialmente na questão da energia como um todo. Laércio, muito obrigado.

Eu estou seguindo hoje o meu caminho, o meu rumo profissional, mas acho que o papel de cada um aqui... Na verdade, no Parlamento, na vida pública, de modo geral, são 26 anos na vida pública e acho que a gente dá uma contribuição. Acho que todos os brasileiros, de alguma maneira, devem ter a oportunidade de participar de alguma forma, seja na vida comunitária, seja diretamente – aí, sim, no processo eleitoral –, mas, de alguma maneira, esse espírito público tem que estar presente e as contribuições têm que vir. Eu fico muito feliz de que a nossa passagem por aqui tenha deixado alguns desses legados, alguns desses pontos de discussão.

De fato, Laércio, foi muito importante, lá em 2021, no meio da pandemia, quando nós colocamos esse PL 327, de 2021, que, na origem, tinha uma denominação justamente de Plano Nacional da Transição Energética (Ponte). A Ponte foi objeto de uma discussão, e eu ouvi muita gente. Inclusive aqui quero fazer esse registro, Marisete, da sua presença lá no Ministério. O José Nilton e, obviamente, muitos que estão aqui contribuíram, de alguma forma, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensamento e para a harmonização de algumas dessas ideias. Então, Laércio, eu vi agora que o ministério lançou, sob a forma de decreto, uma política nacional; só tirou o "o", então virou PNTE, mas, na origem, a visão é essa.

Mas eu gostaria de dizer o seguinte: é muito importante que, independentemente da concepção que se deu... É uma coautoria, o Deputado Arnaldo Jardim e eu já tínhamos feito outras dobradinhas em relatoria e autoria. O Fiagro (Fundo de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais), que hoje está aí celebrado como um dos grandes feitos do mercado de capitais para o agro, foi justamente isto: Arnaldo na autoria, e eu na relatoria, e nós fizemos. Eu vim agora de um evento da CVM e da CNA justamente comemorando a concretude disso, e aqui a gente está tratando disso. Então, seja a denominação Ponte, seja o apensado, que é o Paten, um programa dentro da política nacional, o objetivo sempre foi o seguinte...

Pessoal, eu não consigo aqui conviver com a animosidade e a hostilidade de um subsetor dentro de um setor tão importante quanto é a energia no nosso país. Desculpa, mas eu tenho que fazer esse registro. Nós somos tão grandes, o nosso papel é tão grande a ser ocupado no planeta que nós temos que baixar um pouco a guarda. Se a polarização está afetando determinados setores da vida nacional, aqui ela não tem lugar. Esse assunto precisa ser tratado de uma maneira muito tranquila, muito responsável. Então, o acotovelamento para ocupar espaços, eu até o entendo do ponto de vista de uma certa ansiedade, mas tem espaço nessa política nacional... Quando a gente fala em política nacional, ela é inclusiva, ela é um espaço de discussão verdadeiro, ela é um espaço que não anula nenhuma das possibilidades.

Laércio, eu fui um defensor, como Deputado Estadual, como Deputado Federal e como Secretário de Estado, de apoio ao Repetro, por exemplo. A internalização do Repetro dentro do setor de petróleo é um volume absolutamente necessário num dado momento para apoiar um setor em que o Brasil tem um potencial extraordinário, e eu não consigo ver que o setor de óleo e gás e o setor, por exemplo, de geração distribuída tenham que se esbofetear publicamente, quando, na verdade, o que tem que fazer é que, em cada momento, a matriz energética brasileira requer um tipo de tratamento. Em cada momento, a matriz brasileira, seja a energética, seja a de transformação ecológica, precisa dessa convivência. Então, vamos amadurecer um pouco na forma até de nos posicionarmos.

Foi colocado aqui, por exemplo, pela Zilda, da ABGD: de fato, os investimentos em geração distribuída foram feitos com o capital de pessoas físicas e jurídicas. Se algum tipo de apoio foi feito, ele foi necessário. E, talvez, a condução dele durante o período à frente possa ser discutida, mas nós não podemos abrir mão do protagonismo solar que o Brasil tem, assim como a fonte eólica, assim como o aproveitamento dos resíduos, assim como as hidroelétricas reversíveis, que são a conjugação disso; a convivência exatamente disso pode estar nas hidroelétricas reversíveis e em cada um dos pontos que foram colocados aqui.

Então, Laércio, eu quero fazer uma fala aqui em favor de uma unidade do setor, através da condução equilibrada, porque eu sei que você tem condição... Desculpe a intimidade e não ficar falando aqui "S. Exa.". Para mim, esse fator de a gente quebrar um pouco de barreira dá um pouco mais de todo mundo sentar-se à mesa e falar: "Olhe, a matriz"... O meu estado, o Estado do Rio, é a síntese dessa pluralidade em 0,5% do território nacional. Todas as fontes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem exceção, estão presentes no microestado, territorialmente falando, mas em um gigante da energia brasileira, porque tem toda essa demonstração.

Então, eu sou um pouco fruto dessa conjuntura. Eu consigo conviver com isso, consigo ouvir e consigo entender. E a Ponte – a Política Nacional – e o Paten, como instrumento, representam um programa de reciclagem do dinheiro público. Aqui eu quero fazer uma observação: muita gente falou em subsídio nesse programa, e não é verdade. Por que ele tramitou bem lá na Câmara em relação, inclusive, à PGFN, ao Ministério da Fazenda? Porque, na verdade, nós estamos tratando de algo que não tem impacto sobre o déficit público – zero. Nós estamos tratando de recursos que, se não forem tratados dentro desse programa, ou eles não serão recebidos pelo Erário, ou eles, de alguma forma, encaixados pelo Erário, representarão um sacrifício muito grande para as empresas, que podiam estar convertendo isso em investimento produtivo, em emprego, em fontes geradoras de novas e saudáveis arrecadações para o futuro.

Então, esse programa, aprovado no Senado, com as correções que certamente poderão ser feitas e serão feitas por uma relatoria de altíssima qualidade, encabeçada pelo Senador Laércio, nos colocará diante, de fato, de uma oportunidade não de ficar nesse acotovelamento, mas de dizer o seguinte: "Pessoal, há tanto recurso esterilizado dentro desse débito monstruoso que foi construído, muitas vezes por um passado de insucessos setoriais que geraram determinado tipo de passivo, que hoje pode ser reciclado".

Então, Senador Laércio, eu quero fazer esse apelo em favor da unidade setorial, do amadurecimento e de nós olharmos para isso com uma grande chance de convergirmos em um país que cada surpresa de 0,1 no PIB representa uma puxada de demanda de energia extraordinária, sem contar todas as tecnologias que estão aí. Vamos pensar grande, vamos nos agigantar no tamanho que o nosso país tem para ser líder mundial na transição energética de forma correta.

Então é isso, Laércio, que eu queria registrar e agradecer imensamente. Quando a gente está fora do Parlamento, muitas vezes o nosso legado é dispensado, mas o seu registro aqui me emociona e me faz grato cada vez mais a você.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado! A honra é nossa de poder recebê-lo aqui com muito carinho.

De igual modo, eu quero registrar, com muita honra, com muita alegria, a presença de um colega nosso aqui, sempre colega, José Carlos Aleluia, um bom baiano, que foi Deputado Federal aqui comigo. (*Palmas.*)

Aprendi muito com ele. A gente fazia parte de um grupo que pensava o Brasil no melhor nível possível. Guardo boas lembranças e bons aprendizados daquele nosso tempo na Câmara dos Deputados. Especialista em energia também, nos abrilhanta com a sua presença.

Eu quero agradecer à equipe da Comissão, que me ajudou a conduzir esse processo.

Muito obrigado a todos vocês por estarem aqui. Agradeço a todos vocês que aqui vieram.

Vamos em frente, vamos avançar dentro desse clima tão positivo, olhando o Brasil da forma de que o Brasil precisa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezoito minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Rosana Martinelli, Jaime Bagattoli, Beto Martins, Astronauta Marcos Pontes, Castellar Neto, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Augusta Brito, Beto Faro, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1649, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o regime especial de tributação para as obras de reconstrução de infraestrutura básica em casos de catástrofes e para obras de relevante interesse nacional." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4042, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 19, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento ao § 2° do art. 23 da Lei n° 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da CODESA, realizadas pelo Conselho de Administração." **Autoria:** CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo. **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Beto Faro. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6211, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa." **Autoria:** Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, comm rejeição da emenda nº 1/CAE. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6495, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Doutor Luciano Heitor Beiguelman o trecho da rodovia BR-153 entre os Municípios de Icém e Nova Granada, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Castellar Neto (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2310, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Rotatória Márcio Heleno Henrique a rotatória localizada na rodovia BR-488, no Município de Aparecida, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6201, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Governador Benedito Valadares o trecho da rodovia BR-262 entre o Km 352,5 e o Km 426, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Castellar Neto (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6205, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Janaína Borges de Oliveira o trecho da rodovia BR-116 entre os bairros Ruy Coelho Gonçalves e Jardim Santa Rita, na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Martins (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com emendas. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2829, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina “Viaduto Severo Eulálio Filho” o viaduto localizado na BR-343, na Ladeira do Uruguai, Zona Leste do Município de Teresina, Estado do Piauí”" **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 85, de 2024** que: "Requer que, na audiência pública objeto do REQ 56/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 327/2021, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), seja incluído como convidado Thiago Vasconcelos Barral, Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do Ministério de Minas e Energia." **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 86, de 2024** que: "Requer que, na audiência pública objeto do REQ 56/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 327/2021, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), seja incluído entre os convidados um representante do Conselho Federal de Química (CFQ)." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 89, de 2024** que: "Requer que, na audiência pública objeto do REQ 56/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 327/2021, que “institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten); e altera as Leis nºs 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 9.991, de 24 de julho de 2000”, seja incluído, como convidado, o Diretor de Novos Negócios da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), Marcello Cabral." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 90, de 2024** que: "Requer a inclusão de novos convidados na audiência pública objeto do REQ 87/2024 - CI, que debaterá a descarbonização do transporte marítimo no mundo, as regras globais que serão obrigatórias e as mudanças significativas, já iniciadas, no cenário marítimo internacional." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 91, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública para debater o Marco Regulatório da Mineração no Brasil." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 92, de 2024** que: "Requer que, na audiência pública objeto do REQ 87/2024 - CI, seja incluída entre os convidados a Professora Paula Pereda, do Departamento de Economia da USP (Universidade de São Paulo)." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 93, de 2024** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 87/2024 - CI, sejam incluídos os seguintes nomes: Jesualdo Silva (Diretor-Presidente da ABTP - Associação Brasileira dos Terminais Portuários) e Sérgio Aquino (Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias - FENOP)." **Autoria:** Senador Beto Martins (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 94, de 2024** que: "Requer que seja convidado o sr. Thiago Falda na Audiência Pública sobre descarbonização do transporte marítimo no mundo, referente ao REQ 87/2024 - CI." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 95, de 2024** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 87/2024 - CI seja incluído um representante da UNICA - União da Indústria da Cana-de-Açúcar e Bioenergia." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 96, de 2024** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 87/2024 - CI seja incluído o senhor ANDRÉ NASSAR, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Beto Martins, Jayme Campos, Astronauta Marcos Pontes, Castellar Neto, Lucas Barreto, Marcelo Castro e Mecias de Jesus. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos. Aprovada, a ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/08

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número, ainda não regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de outubro de 2024.

Temos uma pauta de projetos de lei que vão precisar de quórum. Até peço aos gabinetes para ligarem para os Senadores, para eles darem presença, mesmo de casa, onde estiverem, registrando, para que a gente possa trabalhar. Precisamos limpar a pauta. A nossa Comissão tem uma virtude de não ficar com nada pendente. A gente sempre vota tudo e, depois, a gente vai realizando as audiências públicas, os projetos vão correndo. Praticamente, só temos dois projetos ainda paralisados. (*Pausa.*)

Hoje nós temos 14 matérias, e estou vendo dois projetos aqui ainda paralisados. Um está sob a relatoria do Senador Weverton, que é justamente sobre energia eólica em *offshore*; estou aguardando ele concluir o relatório. O outro é um que roda há 22 anos, nas duas Casas, que é a lei geral de licenciamento ambiental – há 22 anos rodando sem ter pouso.

Essa lei geral de licenciamento, por infelicidade, o Presidente mandou simultaneamente para duas Comissões, aqui para a nossa e lá para a Comissão... Aliás, ela foi para a Comissão de Meio Ambiente e para a Comissão de Agricultura, que têm divergências. E nós estamos procurando acordos com a Senadora Tereza Cristina para que a gente possa conduzir esse projeto para Plenário. Estou muito ansioso, pois é uma lei muito necessária ao Brasil, e nós estamos na expectativa de fecharmos um acordo com o Governo e a oposição para que a gente possa votar esse projeto. Ele ainda é de autoria do Deputado Federal Luciano Zica e outros Senadores da década de 1990 e até hoje tramita. (*Risos.*)

É muita coisa, é muito tempo, não é?

Bem, vamos pedir aos gabinetes para darem presença. Enquanto isso, eu vou só lendo aqui os requerimentos, porque eu não posso ainda nem fazer a... A não ser que eu faça a leitura de tudo, mas a gente não vote.

Tem o Requerimento nº 10... (*Pausa.*)

Aliás, antes, eu vou fazer uma introdução a todos os telespectadores, a todos os Senadores, a todos os presentes.

Senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, demais presentes – bem-vindo, meu Senador querido, bem-vindo, bem-vindo –, retomamos hoje as atividades desta Comissão de Serviço de infraestrutura do Senado Federal, pós-eleições, com a meta e o compromisso de trabalhar ainda mais em prol da infraestrutura do nosso país.

Eu deixo aqui uma breve reflexão aos Prefeitos e Vereadores eleitos ou reeleitos, devido ao seu papel fundamental. Eles são as pontes entre as demandas locais e a execução prática de projetos que podem transformar a realidade das nossas cidades. Os Prefeitos são muito importantes, e os Vereadores também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil possui desigualdades regionais marcantes e requer um olhar atento dos gestores públicos para a infraestrutura, pois essa é uma área que afeta diretamente a vida de todos os cidadãos brasileiros.

Esta Comissão aqui é de uma abrangência fantástica. Nós cuidamos, além das rodovias – que é realmente o que chama mais atenção –, das ferrovias, das hidrovias brasileiras, dos aeroportos e portos; nós também, aqui dentro da Comissão, cuidamos de todas as agências reguladoras. É muita coisa com que a gente trabalha. Então, tem uma atividade muito diversa e muito interessante, desde a mineração brasileira – que é até objeto de um dos requerimentos aqui hoje – até a parte de telecomunicações.

Os Prefeitos e Vereadores têm a missão de articular com os governos estaduais e o Governo Federal a captação de recursos e a execução de obras estratégicas para os seus municípios.

Mais do que isso, eles precisam ter uma visão de longo prazo. O Brasil precisa de uma visão de longo prazo. O Brasil precisa planejar. É muito importante, por menor que seja o município, ter um planejamento necessário, principalmente para combater a desigualdade, o desemprego e a fome.

Outro fator importantíssimo para os Prefeitos é a responsabilidade pela educação brasileira, principalmente a política de creches e o ensino fundamental, que são de competência dos municípios. Por isso, a gente precisa de uma visão de longo prazo. Isso é muito importante.

Devemos buscar soluções criativas. Não dá mais para o Prefeito se sentar na cadeira e deixar o tempo passar, ficar ali atendendo às demandas espontâneas que chegam à porta da prefeitura. É preciso que o Prefeito saia da cadeira e vá para as ruas discutir com as pessoas as realidades e as preferências municipais. Muitas vezes, é por meio de parcerias público-privadas também, garantindo que o orçamento municipal seja bem aplicado, que as obras não sejam apenas pontuais, mas que façam parte de um plano integrado de desenvolvimento.

Meus amigos e amigas, a reeleição é uma demonstração de confiança da população. O Prefeito ser reeleito é como se fosse um plebiscito, uma avaliação do seu governo. Se ele foi reeleito, é porque foi aceito pela maioria da população do seu município. Isso é muito bom, porque significa que ele atendeu às expectativas municipais. Aqueles que estão sendo reeleitos devem aprimorar as políticas já iniciadas, não devem se acomodar ou ficar repetindo o que sempre fez. Nas obras já iniciadas, deve buscar corrigir as falhas, porque sempre há falhas, sempre ouvindo o povo. A cada semana, a cada ano, a população muda de rumo e realmente deseja coisas novas, há necessidades novas que vão aparecendo nos seus terreiros.

Para os novos eleitos, é essencial que eles comecem seus mandatos com responsabilidade e compromisso. Aqui no Senado e na Câmara, a gente fala muito em ajuste fiscal, em equilíbrio de contas públicas, e isso também deve ser uma preocupação das prefeituras. Os Prefeitos devem também – os tribunais de contas exigem isto também das prefeituras – ter o ajuste de suas contas, não gastando tudo com pessoal ou dando aumentos desnecessários.

Até alguns anos atrás – Esperidião se lembra muito disso –, o Prefeito ou Governador, ao sair, abria concurso, contratava muita gente e deixava a bomba-relógio para o sucessor. Normalmente, ele quebrava as prefeituras com a folha de salários elevadíssima. Isso aconteceu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais no Brasil, numa demonstração viva de muita irresponsabilidade. Era um jogo sujo que existia, mas, felizmente, as leis foram travando essa irresponsabilidade.

Nesse caso, a nossa Comissão recomenda aos Srs. Prefeitos e às Sras. Prefeitas do Brasil...

Aliás, eu também estou muito satisfeito: foram eleitas muitas mulheres Prefeitas brasileiras. Lá na minha cidade, em Ariquemes, a disputa foi entre três mulheres – três mulheres!

Tudo bem, mestre? Mestre Otto Alencar, poderoso!

Três mulheres disputaram a eleição lá, e a diferença entre as duas primeiras foi de 80 votos. Foi uma disputa muito acirrada. Vê-se que as mulheres também fazem campanhas pesadas. Que elas também preparem as cidades para o futuro.

Investir em infraestrutura não é apenas uma necessidade, é um dever de quem assume a responsabilidade da sua prefeitura.

Quando eu falo em infraestrutura aqui, eu falo também em saneamento básico. Normalmente, quando se fala em infraestrutura, só pensam em asfalto – "vamos fazer asfalto" – , mas esquecem que infraestrutura também é saneamento básico, água e esgoto. Essa é a grande carência do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste brasileiro, dos municípios pequenos brasileiros.

A lei que o Tasso deixou aqui pronta, encaminhada e relatada por ele brilhantemente, tem fim: a conclusão dela é em 2033, quando o Brasil deve oferecer ao povo brasileiro 99% de água tratada para todos os lares e 91% de esgoto sanitário. Está muito longe de acontecer isso! Nós estamos caminhando para 2025, está muito perto. Eu estou muito atormentado. Ano passado, eu fiz um relatório aqui de acompanhamento, e foi dramática a situação ainda da inércia de muitos governos com o saneamento básico. Tenho certeza de que o Tasso Jereissati, que hoje não é mais Senador infelizmente, deve estar preocupado com a lei que ele deixou aqui, a grande contribuição histórica que ele deixou para todos nós e para o povo brasileiro, que nós devemos perseguir. E os novos Prefeitos e os Governadores devem ler essa lei da regionalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. Isso é muito importante.

Os Prefeitos e Vereadores são peças-chaves na transformação de sua cidade. A gente sempre espera que o Presidente resolva tudo, mas a gente sabe que ele não resolve tudo, porque a riqueza vem de baixo. A riqueza está, por exemplo, no agro. O agro brasileiro está no Brasil central, em São Paulo, Bahia, uma ponta do Maranhão, Tocantins, uma ponta do Amazonas, dos estados amazônicos... Aí é onde está a riqueza do agronegócio, que realmente puxa o PIB brasileiro para cima. Isso é maravilhoso, mas essa riqueza nós devemos estender não só para o agronegócio, mas também para a indústria, porque é a indústria brasileira a grande geradora de empregos, maciça. A construção civil emprega bastante gente. Embora nós tenhamos melhorado os níveis de emprego no Brasil substancialmente, a gente pode melhorar ainda mais, desde que a nossa indústria brasileira retome o seu ritmo de crescimento, porque nós paramos no tempo.

A nossa indústria padece de investimentos, de inovação, de maquinários novos, de dinheiro, de financiamento, de coragem, de assistência, realmente, para que a nossa indústria brasileira possa retomar o que foi no passado. Lá nos anos 50, anos 60, quando ela iniciou, botou o nariz para fora, foi uma beleza. Depois, com o tempo, ela veio caindo gradualmente com a competição chinesa e de outros países. A indústria brasileira não aguentou o tranco da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competição internacional, mas nós vamos reagir. O empresário brasileiro é valente, corajoso, atrevido. E a gente precisa dar fôlego e energia para essa potência que nós temos aqui, com a capacidade empreendedora brasileira.

Essas são palavras de introdução nossas para poder dar um tempinho, antes de chegarmos ao quórum, o que está bem próximo. (*Pausa.*)

Eu vou passar a palavra para o Senador Amin, para me ajudar aqui a complementar um pouquinho, porque sabedoria está aí mesmo.

Então, com a palavra Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu aproveitei...

Primeiro, um bom dia para todos os nossos colegas Senadores aqui presentes, sob a sua Presidência, e também à equipe neste reinício.

Eu queria só lhe pedir para que fosse estabelecida uma data, se for possível, para um requerimento de uma sessão de debates, uma audiência pública, sobre um assunto que eu acho que vem ao encontro disso que V. Exa. falou, do esforço que o nosso empresário tem para competir no mundo.

Trata-se da provável adoção de um novo combustível marítimo, que já existe, como obrigação. E um navio que não transportar mercadoria com esse combustível vai pagar – é isso que está se desenhando – uma multa. Nós, quando exportamos, frequentamos as rotas náuticas mais longas do mundo, porque nós estamos no Hemisfério Sul, principalmente os estados exportadores. Então os navios que partem daqui – vamos imaginar do Porto de Santos, do Espírito Santo, da Bahia, de Santa Catarina – já têm a rota mais longa. Se houver algum gravame sob a forma de multa para o caso de o navio não estar adaptado para esse combustível – e o porto também –, nós vamos perder competitividade. Haverá uma reunião internacional neste mês de outubro, e a reunião decisiva sobre esse assunto ocorrerá em março do ano que vem. Depois disso, estará sendo adotada uma resolução de um órgão da ONU que cuida desse assunto.

Eu não vou entrar em detalhes. O Senado Beto Martins deve ter ficado de cabelo branco com essa informação, uma vez que ele é ligado a portos. Então eu acho que seria muito importante ouvirmos aqui a Marinha, que tem uma pessoa credenciada tratando desse assunto, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que já estão no Estado, e marcarmos o dia.

Quero dizer também, para ser justo, que o Senador Renan Calheiros já tem uma iniciativa convergente nesse sentido, mas não na Comissão de Serviços de Infraestrutura. Talvez até se possa fazer isso em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, que também tem que acompanhar essa questão, e que ele preside. Então, se fosse possível negociar uma data tendo em vista as autoridades que estão indicadas, eu acho que nós não podemos fechar o ano sem esta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos marcar para este mês de outubro. Vamos marcar esta audiência, que já tem os nomes indicados, para esse mês de outubro, para atender ao pedido do Senador Esperidião Amin.

Vamos fazer uma ligação que está quase atingindo...

Com a palavra, por gentileza, Senador Beto Martins.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu só quero, evidentemente, reforçar as palavras do Senador Esperidião Amin. Eu sou egresso desse sistema logístico há 37 anos. O senhor falou em agro, e nós sabemos da importância que tem para o agro a logística. Em verdade, a nossa competitividade internacional, muitas vezes, não está no preço do produto, mas está na eficiência ou ineficiência logística. Isso é que torna os nossos produtos competitivos pelo mundo.

Então, isso que foi levantado pelo Senador Amin tem extrema importância, porque, se nós tivermos uma antecipação desse processo dos novos combustíveis, os navios que carregam, por exemplo, o nosso agro, não vão mais poder circular, e a consequência disso é um aumento considerável no valor de frete e considerável também será o custo Brasil, o custo da logística para o nosso agro, que compete diretamente com os Estados Unidos, e nós sabemos que o maior consumo está na Ásia. Então, para nós, qualquer aumento no frete, qualquer aumento no custo da logística é determinante para a nossa competitividade.

Eu queria também aproveitar, Presidente – aproveitando que nós estamos nessa espera para o quórum – para dizer que, como estou há menos tempo na Casa, eu sei que hoje o primeiro projeto que vai ser apresentado, que é um projeto do Senador Wilder, fala sobre um regime especial de tributação para as obras de reconstrução de infraestrutura básica em caso de catástrofes e para obras de relevante interesse nacional. Eu estava vendo que, no projeto – aliás, eu quero aqui fazer um elogio ao projeto –, a proposição do Senador Wilder considerou a estrutura de estradas e rodovias, considerou pontes e viadutos, considerou o sistema de abastecimento de água e saneamento, rede de energia, hospitais e escolas, mas não falou de portos, aeroportos e ferrovias. Usa-se muito aqui o exemplo do Rio Grande do Sul. Nós sabemos o quanto fez falta para o Rio Grande do Sul o Aeroporto de Porto Alegre durante todo esse processo de catástrofe, tanto que os aeroportos de Santa Catarina tiveram que ser usados para isso, para entrega de doações, enfim, para toda a logística que envolve esses momentos, a necessidade de se usar o transporte.

Então, eu queria pedir aqui – eu sei que fora de prazo – que fosse considerada, e considerada pelo Relator, uma proposta de emenda que fiz, em que coloco aeroportos, ferrovias, portos e terminais portuários. Eu tenho certeza de que isso vai contribuir muito para o sucesso desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, eu vou fazer a leitura dos requerimentos enquanto está faltando um voto, uma presença só para a gente... Eu vou lendo os requerimentos; logo depois, nós colocamos em votação em bloco.

ITEM 10
TRAMITAÇÃO CONJUNTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 85, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que, na audiência pública objeto do REQ 56/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 327/2021, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), seja incluído como convidado Thiago Vasconcelos Barral, Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do Ministério de Minas e Energia.

Autoria: Senador Fernando Farias (MDB/AL)

ITEM 11
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 86, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que, na audiência pública objeto do REQ 56/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 327/2021, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), seja incluído entre os convidados um representante do Conselho Federal de Química (CFQ).

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

ITEM 12
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 89, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que, na audiência pública objeto do REQ 56/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 327/2021, que "institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten); e altera as Leis nºs 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 9.991, de 24 de julho de 2000", seja incluído, como convidado, o Diretor de Novos Negócios da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), Marcello Cabral.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Requerimento 89, de autoria do Senador Laércio Oliveira. Ele também requer, para o mesmo objetivo, incluir como convidado o Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica, Marcello Cabral.

Todos os três requerimentos tem o mesmo objetivo. A gente vota depois em separado.

ITEM 13
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 90, DE 2024
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão de novos convidados na audiência pública objeto do REQ 87/2024 - CI, que debaterá a descarbonização do transporte marítimo no mundo, as regras globais que serão obrigatórias e as mudanças significativas, já iniciadas, no cenário marítimo internacional.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

O Requerimento nº 90 é de autoria do Senador Sérgio Petecão. Ele requer inclusão, em audiência pública que debaterá a descarbonização do transporte marítimo no mundo, dos seguintes convidados: Luís Fernando Resano, da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem; Jacqueline Wendpap, CEO do Instituto Praticagem; Claudio Loureiro, do Centro de Navegação Transatlântica; Fernanda Pires, Gerente de Relações Governamentais da MSC (Mediterranean Shipping Company); Luiz Fernando Garcia da Silva, Presidente da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias; Edson Souki, Presidente da Granel Química; e Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura.

O requerimento é do Senador Sérgio Petecão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, é sobre o mesmo assunto?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não. Esse do Petecão é diferente. Os outros todos são sobre o Paten (Programa de Aceleração da Transição Energética).

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ah tá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Esse aqui do Petecão é sobre descarbonização. Ele está nomeando uma série de pessoas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Hein?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O novo combustível tem como objetivo a redução da...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É descarbonização?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... descarbonização.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, deixe aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A minha preocupação... Eu também estou acrescentando. Agora, se for uma assembleia muito grande, pode ficar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Nesse aqui, se for a mesma coisa, ele colocou oito nomes. A gente faz um ajuste. Eu faço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Temos que fazer um ajuste depois.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu faço. Pode ficar tranquilo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Há requerimentos meus também sobre esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem. Combinado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a chuva é descarbonização.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Descarbonização. Perfeito.

Pois não, Senador.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente, só rapidamente, queria também pedir a inclusão extrapauta do Requerimento 93, em que eu peço que seja incluído também o convite para a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e a Federação Nacional das Operações Portuárias, para participarem dessa discussão, que é fundamental. Esse é um requerimento em relação ao pedido do Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já está aqui o requerimento. Já vou fazer a leitura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Vou fazer.

O item 91 é de minha autoria. Ele é para debater o marco regulatório da mineração. É um assunto muito discutido, mas que precisa ser debatido mais aqui. Vamos colocar aqui três debatedores a favor e três contrários, para fazer um debate bem quente.

Então, esse é um requerimento de minha autoria, com aditamento do Raul Jungmann, Presidente do Ibram, e representante do Ministério Público do Trabalho, que vai fazer parte desse grupo aqui.

Bem, requerimentos extrapauta.

Eu consulto os Senadores se estão de acordo com a votação dos requerimentos extrapauta. Se todos estiverem de acordo, vamos fazer a leitura. (*Pausa.*)

Estão de acordo.

Requerimento nº 92, de autoria do Senador Zequinha Marinho, que requer, de acordo com o Regimento Interno, a inclusão da seguinte convidada: Paula Pereda, Professora do Departamento de Economia, para uma audiência pública. Ele justifica. Está aqui, é do Zequinha.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 92, DE 2024

Requer que, na audiência pública objeto do REQ 87/2024 - CI, seja incluída entre os convidados a Professora Paula Pereda, do Departamento de Economia da USP (Universidade de São Paulo).

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O do Senador Beto Martins requer que sejam incluídos também para debate em audiência pública: o Jesualdo Silva, Diretor da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – que é o que o senhor acabou de falar –; e o Dr. Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias.

Já nós votamos em bloco. Falta uma presença.

O do Senador Esperidião Amin, o mesmo requerimento, de mesma natureza, solicita debater descarbonização do transporte marítimo do mundo, as regras globais que serão obrigatórias e as mudanças significativas já iniciadas. Ele propõe a inclusão de Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (Abbi). Está aqui.

Do Senador Esperidião Amin, também, pelo mesmo assunto, que inclui o nome de representante da Única, não cita o nome, mas é da União da Indústria da Cana-de-Açúcar e Bioenergia, depois ele manda o nome.

E, por fim, o último extrapauta, do Senador Esperidião Amin, o mesmo assunto, mesmo tema, que está atraindo muita atenção, inclui o nome de André Nassar, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

Esses são os requerimentos para votação daqui a pouquinho. Vamos ver se a gente consegue mais uma presença, gente, para nós conseguirmos iniciar as votações.

Eu posso agora fazer a leitura dos requerimentos? (*Pausa.*)

Bem, esse primeiro item da pauta aqui hoje é o Projeto de Lei 1.649, de autoria do Senador Wilder de Moraes, mas como recebe a emenda, hoje, do Senador Beto, e também o Relator, que é o Senador Mecias não está presente... Se ele chegar, a gente volta a discutir, mas como ele não está presente, eu acho melhor a gente adiar para a próxima sessão, porque não está o Relator, não está o próprio autor. Então fica a discussão prejudicada. Então vamos deixar esse requerimento sobrestado. Caso eles compareçam, a gente volta com ele; se não, fica para a próxima reunião ordinária da nossa sessão.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI Nº 1649, DE 2024
- Não terminativo -

Institui o regime especial de tributação para as obras de reconstrução de infraestrutura básica em casos de catástrofes e para obras de relevante interesse nacional.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO) (*Pausa.*)

O item 2 é do Senador Rodrigo Cunha e relatado pelo Senador Chico Rodrigues. Esse requerimento, esse projeto de lei – o Chico não vai estar presente, mas eu vou nomear um Relator *ad hoc* para sua leitura – é não terminativo. Vou deixá-lo aqui de lado.

E, por fim, o outro, não terminativo, é de autoria da Companhia Docas do Espírito Santo. O Senador é o Beto Faro.

O Beto também não está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou designar um *ad hoc* aqui para não ficar parado. Esse requerimento é sobre atendimento de meta e resultado de execução do plano de negócio estratégico de longo prazo da Codesa.

Vamos deixá-lo aqui.

Deixemos os terminativos para depois, quando a gente atingir o quórum.

Vou designar o Senador Esperidião Amin para fazer a leitura *ad hoc*. Enquanto ele faz só a leitura, as duas, essa e mais uma, até que a gente atinja as 12 presenças, falta uma...

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 4042, DE 2020
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1. Após deliberação, a matéria vai à CDR, em decisão terminativa
2. Votação simbólica

Designo o Senador Esperidião Amin para fazer a leitura do Projeto de Lei 4.042, de 2020, de autoria do Senador Rodrigo Cunha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou aceitar a honra de ser o Relator em homenagem a V. Exa., em homenagem ao meu amigo Rodrigo Cunha, mas eu tenho ressalvas ao projeto. Eu tenho um pouco de preocupação de reduzir a segurança, de reduzir a faixa de domínio de 15m para 5m. Então... Mas eu sou obrigado a, disciplinadamente, ler o que está escrito. Como dizia o profeta carioca, vale o escrito.

Bom, em síntese, a relatoria é do Senador Chico Rodrigues.

O que o projeto pretende? Ele dispõe no sentido... O principal artigo é o art. 2º, que promove a alteração do art. 4º da Lei 6.766, que é a lei que dispõe sobre parcelamento e uso do solo, parcelamento do solo urbano, para reduzir a reserva da faixa não edificável de, no mínimo, 15m de cada lado da ferrovia para 5m, desde que a lei municipal ou distrital, no caso de Brasília, que aprovar o instrumento do planejamento territorial assim estabeleça.

O art. 3º estabelece que, em caso de longeva e manifesta inativação da malha ferroviária e considerável desenvolvimento territorial que afete sua reestruturação, ambas, faixa de domínio e área não edificável das ferrovias, poderão ser prescindidas, ou seja, dispensadas, desde que por autorização legal de lei municipal ou distrital que aprove o instrumento de planejamento territorial.

O quarto e último artigo dispõe sobre a cláusula de vigência.

A análise do Senador Chico Rodrigues considera basicamente o seguinte: Nesse sentido se posicionam a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ANTT apresenta diversos argumentos para sugerir a rejeição do PL, entre eles, as recorrentes invasões nas faixas de domínio, as construções irregulares nas áreas não edificáveis contíguas às ferrovias, as reduzidas larguras das faixas de domínio das ferrovias brasileiras, muitas vezes centenárias, a necessária higiene e conforto ambiental, térmico, acústico, luminoso e energético e sobretudo a ampliação da segurança proporcionada pela faixa não edificante de no mínimo 15 metros.

A ANTF, de transportes ferroviários, por sua vez entende que a premissa de que faixa de domínio possui área e condições suficientes para garantir por si só a plena segurança da operação e de terceiro não se confirma no setor ferroviário nas mesmas condições do que se poderia aplicar ao setor rodoviário. A manutenção da existência de uma área não edificável com 15m, além de ser necessária à operação segura das ferrovias, que conta com composições de até 3km de extensão, é uma garantia à população do entorno para a mitigação de riscos relacionados à atividade ferroviária e seus impactos potenciais.

Para abreviar, vou ao final do relatório. Embora o nobre autor do PL tenha razão quanto às diversas ferrovias brasileiras sucateadas e abandonadas – nós tivemos lá em Santa Catarina o caso da ferrovia em Santa Catarina, que ligava Itajaí ao Alto Vale do Itajaí, que foi desativada e hoje não tem mais nem faixa de domínio porque foi ocupada –, o momento atual é de restabelecer o uso das ferrovias, seja para o transporte de carga, seja para o transporte de passageiros, sobretudo nas áreas urbanas. O momento não é de convalidar ou anistiar trechos invadidos pela ocupação desordenada das cidades, mas, sim, olhar para o futuro com vistas ao reaproveitamento do sistema ferroviário alinhado com um maior planejamento urbanístico ao longo desses sistemas previstos na recente Lei das Ferrovias.

Eu fico aqui imaginando, em Imbituba, cidade já administrada e muito bem administrada pelo Senador Beto Martins...

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – A melhor cidade do Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que o senhor foi mais exitoso no surfe, mais no surfe do que na atividade ferroviária.

Mas você imagine uma composição transportando carvão, você reduzir, quando a perspectiva que nós temos é de reaproveitar. Eu tive a aventura de fazer uma campanha eleitoral usando o que tinha em Santa Catarina de trem. Alguém já fez campanha de trem? É muito divertido. O americano fazia muito. É extraordinário, é uma coisa emocionante.

Agora, você imagina uma ferrovia passar com 5m para cada lado.

Então, com todo o respeito, repito, eu faço meu o voto do Senador Chico Rodrigues pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O parecer do Relator é qual?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É pela rejeição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, eu faço... eu não só estou lendo, como estou dizendo, que é o meu sentido também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O nosso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o voto é pela rejeição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Minas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos só aguardar para discutir, só mais um pouquinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quando... Só para colorir aqui com um exemplo: uma das histórias mais bonitas que eu conheço do meu amigo Ibrahim Abi-Ackel, foi a viagem entre o Rio de Janeiro e Manhuaçu do avô dele. Até que ele chegou ao final da linha. No último, 17 anos de idade, vindo do Líbano, só sabia falar: "Santo da terra santa" e abria a malinha para vender o santinho. Até que chegou no final da linha e recebeu o conselho de um patrício que estava lá: "Pode ficar aqui, que aqui há gente boa".

Então, você imagina aquela composição férrea, que iluminou o destino de muitos estados, de Minas em particular. Se não tiver um mínimo de segurança na sua atualização, acho que 15m... Você imagina se nós conseguimos aumentar a velocidade do trem?

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – E tem que aumentar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem que aumentar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lá em Santa Catarina?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, e a bitola. A nossa bitola dessa estrada de ferro em Santa Catarina era meia-meia, 66 centímetros. A bitola na Rússia é 2m. É um país grande; e a universal é de 1,60.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Vamos então ao segundo projeto.

Vou pedir aqui, ao Jayme.

Jayme, faça a relatoria *ad hoc* desse projeto para mim, a leitura, Senador Jayme Campos?

Esse é o item 3 da pauta.

Nós não estamos votando, nem discutindo, porque falta uma presença, viu gente?

É o item 3, é de autoria do Beto Faro. É da companhia Docas do Espírito Santo, a autoria. E a relatoria é o Senador Beto Faro.

É o Ofício 19, de 2019. Não terminativo.

ITEM 3
OFÍCIO "S" N° 19, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminha, em cumprimento ao § 2° do art. 23 da Lei n° 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da CODESA, realizadas pelo Conselho de Administração.

Autoria: CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, agradeço a designação para ser Relator *ad hoc*.

Sras. e Srs. Senadores, encontra-se para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o Ofício "S" nº 19, de 2019, da Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo), que "encaminha, em cumprimento ao §2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o art. 37, §3º, do Decreto nº 8.945, de 2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Codesa, realizadas pelo Conselho de Administração".

O cerne das informações encaminhadas são dois documentos, um que mostra o planejamento estratégico daquela empresa, e o outro, que também trata do mesmo assunto, mas que é denominado de "Booklet Codesa 2016-2035".

Sinteticamente, os documentos traçam o processo de planejamento estratégico da Codesa, e oferecem uma visão geral de conceitos como o ciclo de vida da gestão estratégica, identidade, diagnóstico, direção e planejamento. Os documentos também incluem uma análise *swot* e um mapa estratégico com objetivos e iniciativas.

A visão de futuro da empresa é ser uma autoridade portuária líder no desenvolvimento do complexo logístico multipropósito do Espírito Santo, reconhecida pela eficiência e flexibilidade no atendimento a grandes e pequenos usuários, tornando-se indutora da economia regional.

A missão da empresa é atrair e disponibilizar as condições de infraestrutura ao complexo logístico, promovendo a eficiência, qualidade e sustentabilidade das operações.

Os valores corporativos são: alinhamento estratégico, zelo pela regularidade, foco em eficiência, operação com segurança, respeito ao meio ambiente e transparência.

Também merece destaque que o primeiro documento contém uma seção (6.2), denominada "quadro de iniciativas", que apresenta uma série de objetivos, detalhados nas mencionadas iniciativas; e que o Booklet contém uma seção (4), denominada "atualização dos planos de ação", que apresenta sete ações/projetos a serem cumpridos por aquela empresa, tais como melhorar o controle de armazenagem de cargas.

Análise.

Em nosso relatório buscamos apontar pontos de destaque do OFS nº 19, de 2019, os quais julgamos serem de interesse desta douta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O encaminhamento da referida documentação ao Senado pela Codesa visou cumprir com o que determina o §2º do art. 23 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016):

> Art. 23. É condição para investidura em cargo de diretoria da empresa pública e da sociedade de economia mista a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.
§1º Sem prejuízo do disposto no *caput*, a diretoria deverá apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação:
I - plano de negócios para o exercício anual seguinte;
II - estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos.
§2º Compete ao Conselho de Administração, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou às Câmaras Municipais e aos respectivos tribunais de contas, quando houver.
§3º Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o §2º as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

Voto.

Ante o exposto, votamos para que esta Comissão tome conhecimento do teor do OFS nº 19, de 2019, e proceda a seu posterior arquivamento.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos votar, então, esses dois requerimentos não terminativos.

Eu vou abrir a discussão para o primeiro, que foi lido pelo Senador Esperidião Amin, sobre a faixa de domínio.

Há algum Senador que queira discutir? O relatório é pela rejeição do projeto.

A palavra está liberada para qualquer Senador que queira usá-la. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, vamos à votação.

Os Senadores que concordam com o relatório, pela rejeição do projeto, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está rejeitado o projeto.

Vamos discutir o projeto que acaba de ser lido pelo Senador Jayme Campos, que é sobre a Codesa, que foi relatado pelo Beto Faro.

O relatório é favorável ou é contrário, Senador? (*Pausa.*)

É para conhecimento e arquivamento, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Ante o exposto, votamos para que esta Comissão tome conhecimento do teor do OFS nº 19, de 2019, e proceda a seu posterior arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Esse é o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Então, praticamente não tem o que votar, não é? Já está decidido, mas se alguém quiser discutir...

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu só quero...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Senador Presidente, eu só quero contribuir, porque, em verdade, a Codesa foi privatizada. Esse porto é o único porto que acabou sendo privatizado, portanto a gente sai do contexto da Lei das Estatais para o contexto da Lei das S.As. Enfim, acredito que é isso que torna o projeto inócuo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Bem, os Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Vamos votar em bloco todos os requerimentos que acabam de ser lidos.

Tem o seguinte: tem vários requerimentos apresentados com o mesmo teor, que é sobre a descarbonização.

O Senador Beto apresenta dois nomes novos para a audiência pública, o Senador Esperidião Amin apresenta três nomes, e o Senador Petecão apresenta acho que oito... sete nomes. Então, vamos fazer o seguinte: vamos aprovar... Audiência pública grande demais não adianta. Eu acho que no máximo serão oito, e já está passando dos limites. Então, vamos deixar o seguinte: os dois nomes indicados pelo Senador Beto, os três pelo Senador Esperidião e outros três pelo Senador Petecão. Aí o Petecão, como apresentou muitos, vai ter que fazer escolhas, está bom? (*Pausa.*)

Então aumentou muito. Nós vamos ter que fazer acordo com todos os autores para diminuir o número. Vamos deixar oito membros. (*Pausa.*)

Não concordando, faremos duas audiências, porque fazer uma audiência com 16 é impossível.

Então, vamos primeiro aprovar uma primeira audiência com oito nomes.

Senador Amin, o senhor apresentou hoje, para a audiência pública sobre a descarbonização, três nomes, mas já tinha apresentado mais cinco, agora tem oito. Então, com sete nomes do Petecão e mais dois do Senador Beto, já vai dar quase dezoito nomes – e um do Zequinha Marinho. Então, ou fazemos uma audiência com oito ou fazemos duas. Qual é a sua opinião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Acho que fazemos uma, com no máximo oito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Oito, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Todos nós temos que peneirar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, vamos fazer com oito nomes, tá? Aí todos os que indicaram fazem o ajuste, está bom? Eles fazem os ajustes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu acho que os que estão acompanhando são prioritários.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou reduzir os nomes que eu apresentei para os que estão acompanhando. Eu não estou aqui falando nem da instituição. Eu levei um susto quando tomei conhecimento disso. Por quê? Porque, de tudo que nós exportamos, o que me preocupa mais é a rota. O senhor imagina, nós somos os que demandamos mais extensão de rota para entregar o nosso produto. Imagina se, como o se cogita, houver um gravame de 100% no custo do... aplica uma multa no valor do combustível ou do frete. Isso também não deixa de ser uma maneira de retirar a nossa competitividade. Não existe ingenuidade nisso aí.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nesse jogo não existe ingenuidade nem acaso. Quando aparece sob o manto da descarbonização, da preocupação ambiental, alguma coisa para tirar a nossa competitividade, essa história é antiga.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Então está bem, a gente vai ajustar.

Agora já estão aprovados os dois projetos.

Os requerimentos que eu acabei de ler são esses que eu falei, que estava mais em dúvida.

Os Senadores que estiverem de acordo com a aprovação de todos os requerimentos, com as restrições de nomes que eu acabei de expor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

Agora vamos para os projetos terminativos. Esses precisam de votos. Até temos quórum. Tranquilo?

Vamos em frente.

Item 4 da pauta.

Esse projeto já foi lido, já foi concedida vista. Vamos só abrir a discussão.

Vou passar aqui para o Relator, que é o Astronauta Marcos Pontes, só para fazer um apanhado para todos os Senadores presentes poderem se situar para poder discutir. Faça só um resumo, não precisa nem fazer a leitura, você faz só um resumo do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o Projeto de Lei 6.211, que trata da empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) –, e dá outras providências.

É do nosso querido e saudoso Arolde de Oliveira, que é o autor dessa lei.

O senhor pode fazer um resumo e aí os nossos companheiros e companheiras discutem.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Este projeto é terminativo, o Projeto de Lei 6.211, de 2019, do Senador Arolde de Oliveira. Ele altera a Lei 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Ele é constituído de dois artigos.

O art. 1º altera o § 4º do art. 4º da Lei 12.304, de modo a não mais vedar a inclusão, nas despesas de comercialização da PPSA, da remuneração e dos gastos incorridos pela empresa na execução de suas atividades, tais como despesas de custeio, investimentos e o pagamento de tributos incidentes sobre o objeto de sua atividade.

O art. 2º é basicamente a cláusula de vigência. Foi aprovado na CCJ e depois na CAE, com uma emenda. Ele teve um parecer favorável do Senador Eduardo Gomes na CAE, e, basicamente foi dada continuidade com essa Emenda nº 1, da CAE, simplesmente colocando num substitutivo, que repete basicamente o que foi colocado, e só altera o item 2, para colocar que essa lei entre em vigor na data de sua publicação.

Se me permite, Senador, só vou ler aqui a emenda para que fique claro.

> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O art. 4º da Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 4º .....
> §2º A receita a que se refere o inciso III do *caput* do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, será considerada:
> I - após a dedução dos tributos, dos gastos diretamente relacionados à operação de comercialização e da remuneração da PPSA, caso seja proveniente da comercialização direta pela PPSA; ou
> II - após a dedução dos tributos, dos gastos diretamente relacionados à operação de comercialização, da remuneração da PPSA e da remuneração do agente comercializador, caso seja proveniente da comercialização a partir de contratos com agentes comercializadores.
> .....
> § 4° Serão incluídos nas despesas de comercialização de que tratam os incisos I e II do § 2º deste artigo a remuneração e os gastos incorridos pela PPSA na execução de atividades relacionadas à gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia e à gestão dos contratos para comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> § 5° Ato conjunto do Ministro da Fazenda e de Minas e Energia disciplinará o disposto no §4º.
> ....." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Isso aqui dá à empresa mais previsibilidade na sua parte financeira e é importante para que a operação da empresa seja mais fluida, para que ela não fique dependente dos acordos do Ministro de Energia o tempo todo, a cada ano. Basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O parecer é favorável?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Está em discussão.

Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Só para formalizar o pedido que o Governo faz – creio que já houve um contato com o Senador Marcos Pontes –, o que eu acho correto é uma emenda de redação, uma substituição no §5º:

> § 5º Ato conjunto do Ministro da Fazenda e de Minas e Energia [dos Ministros, não é?] disciplinará o disposto no §4º.

Como o ministério muda de nome, isso é uma lei, "ato do 'Poder Executivo' disciplinará o disposto no §4º".

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Eu já tinha visto. Modificação acatada. Nós vamos modificar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Para aproveitar o tempo, já que o quórum está muito estreito, vamos fazer todas as leituras dos terminativos e votar tudo em bloco.

Como esse parecer é favorável, já foi discutido, algum Senador quer discutir mais? (*Pausa.*)

Bem, então está suspensa a discussão.

Vamos, então – esse é o item 4 –, ao item 5 da pauta.

Como o Relator é o Senador Marcos Rogério e ele não está presente, eu vou pedir ao Senador Castellar, por gentileza, que faça a leitura *ad hoc* desse projeto.

Trata-se do Projeto 6.495, Senador Castellar.

Senador Castelar, V. Exa. é do Mato Grosso, não é?

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – De Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, é de Minas Gerais! Minas Gerais!

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Como Relator.) – Presidente, eu passo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, do Carlos Viana, não é?

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Isso.

Passo à análise.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vai à análise e volta, tá? (*Risos.*)

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Perfeito.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à CCJ, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos – em especial no que diz respeito à técnica legislativa – e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

Aqui, Sr. Presidente, vêm outras considerações relativamente técnicas, mas, no que diz respeito ao mérito, entende aqui o Relator que a proposição merece prosperar.

Luciano Heitor Beiguelman foi um delegado de polícia conhecido por sua dedicação e coragem no combate ao crime, exemplo de profissional comprometido com a segurança pública, sempre disposto a enfrentar os desafios da criminalidade.

Infelizmente, Beiguelman perdeu a vida de forma trágica, ao reagir a um assalto no bairro do Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, e sua morte não apenas destacou os riscos enfrentados diariamente pelos policiais, mas também reforçou a importância de reconhecer e valorizar aqueles que se dedicam a proteger a sociedade, muitas vezes colocando suas próprias vidas em risco.

Homenageá-lo, portanto, é, ao mesmo tempo, um tributo a todos os policiais que, como ele, sacrificaram suas vidas no cumprimento do dever.

Iniciativas como essa denominação são formas de manter viva a lembrança de seu heroísmo e de inspirar gerações futuras a seguir seu exemplo de coragem e dedicação. Essas ações não apenas honram sua memória, mas também sensibilizam a sociedade sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância do trabalho policial e a necessidade de apoio e reconhecimento contínuos para esses profissionais.

Por tais razões, consideramos justa e merecida a homenagem, e o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 6.495, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Senador Beto, por gentileza, faça a leitura *ad hoc* do item 6 da pauta, Projeto de Lei 2.310, de autoria da Câmara dos Deputados... Ah, não, o Relator deste está aqui, o Lucas Barreto!

Beto, você me desculpe aqui, mas o Lucas está aqui...

Ô Lucas...

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Poxa, era a minha estreia...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vou te passar o último aqui agora, o 7.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ô Senador Presidente, era a minha estreia... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lucas Barreto, o seu relatório.

ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 2310, DE 2021
- Terminativo -

Denomina Rotatória Márcio Heleno Henrique a rotatória localizada na rodovia BR-488, no Município de Aparecida, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Lucas Barreto
Relatório: Pela aprovação do projeto
Observações:
1. Votação nominal (*Pausa.*)

Senador Lucas Barreto, homem lá do Macapá, poderoso... Todo feliz aí com a eleição lá do seu Prefeito. Quase 90% dos votos, 85%.

Forte demais, não é? Você viu? Que loucura, rapaz.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Vi. Foi 85,8%.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Foi a maior votação do Brasil, não foi?

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Da história do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Da história do Brasil.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Dr. Furlan, Prefeitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Prefeitão.

Gostei, admirei.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Aproveito para cumprimentar o Prefeitão pela vitória histórica. Deixou o nome na história.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Maravilhosa.

Teve o apoio desse bravo Senador. Até eu ganharia lá, com 85%.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Ele é forte.

Sr. Presidente, vem à análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão exclusiva e terminativa, o Projeto de Lei 2.310, de 2021, da Deputada, querida amiga, Renata Abreu, que "denomina Rotatória Márcio Heleno Henrique a rotatória localizada na rodovia BR-488, no Município de Aparecida, no Estado de São Paulo".

No art. 1º, a proposição institui a homenagem a que se propõe.

No art. 2º, estabelece vigência imediata para a lei em que se converter a matéria.

Na justificação, a autora destaca o histórico profissional e o legado de amor ao esporte deixado pelo futebolista Márcio Heleno Henrique.

Na Câmara de Deputados, o PL foi aprovado conclusivamente pelas Comissões de Viação e Transporte, de Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania.

No Senado Federal, a proposição não foi objeto de emenda.

De acordo com o inciso I do art. 104 do Regimento interno do Senado Federal, cabe a este Colegiado emitir parecer sobre proposições referentes, entre outros assuntos, aos transportes terrestres, como é o caso da proposição em análise.

Em conformidade com os arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição foi encaminhada a esta Comissão para decisão terminativa, sendo, portanto, responsabilidade desta Comissão avaliar o seu mérito.

Além disso, devido ao caráter exclusivo do exame da matéria, compete também a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se sobre os aspectos constitucionais, jurídicos, especialmente no que tange a aspectos de técnica legislativa e regimentais da proposição.

Então, Sr. Presidente, no que tange ao mérito, a proposição é digna de aprovação.

O legado de Márcio, Sr. Presidente, não se restringe apenas aos gols e às vitórias. Ele é lembrado também pelo seu profissionalismo exemplar e pelo amor incondicional ao esporte, características que inspiram gerações de atletas e fãs.

Infelizmente, Márcio Heleno faleceu em Aparecida, São Paulo, em 23 de setembro de 2014.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente, do Projeto de Lei 2.310, de 2021, da Deputada Renata Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto.

Bem, vamos ao item 7.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Deixe-me lhe pedir uma gentileza.

Eu queria muito estrear com o senhor, mas eu estou agora sendo chamado na Comissão de Educação, porque, lá, eu faço uma relatoria titular.

Se fosse possível fazer a leitura *ad hoc* do item 8 agora, eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Vamos fazer a inversão aqui.

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 6205, DE 2023
- Terminativo -

Denomina Rodovia Janaína Borges de Oliveira o trecho da rodovia BR-116 entre os bairros Ruy Coelho Gonçalves e Jardim Santa Rita, na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Martins

Relatório: Pela aprovação do projeto com emendas

Observações:

1. Votação nominal

V. Exa. pode fazer a leitura.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Muito bem.

Então, sobre o item 8, se todos me permitirem, eu vou direto à análise do projeto.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Em conformidade com os arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, do Risf, foi confiada à Comissão de Infraestrutura a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade de iniciativa parlamentar, neste caso ampla e não reservada, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar fato histórico ou nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação, à humanidade.

Eu acredito que já está bem clara a razão da matéria e que podemos ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.205, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CI
> Coloque-se entre aspas a denominação “Rodovia Janaína Borges de Oliveira” na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 6.205, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Muito obrigado, Senador Beto, pela leitura do projeto.

Eu vou deixar a discussão de todos esses projetos sobre denominação de logradouros para fazer em bloco. É rapidinho.

Senador Castellar, por gentileza, faça a leitura *ad hoc* para mim do item 7 da pauta.

É lá de Minas Gerais. Você é mineiro.

ITEM 7
PROJETO DE LEI N° 6201, DE 2023
- Terminativo -

Denomina Rodovia Governador Benedito Valadares o trecho da rodovia BR-262 entre o Km 352,5 e o Km 426, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Castellar Neto
Relatório: Pela aprovação da matéria, com a emenda que apresenta.
Observações:
1. Votação nominal

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG. Como Relator.) – Perfeito, Sr. Presidente.

Na origem, o Projeto de Lei 6.642 é de autoria do nosso saudoso Deputado Eduardo Barbosa, que "denomina Rodovia Governador Benedito Valadares o trecho da rodovia BR-262 entre o Km 352,5 e o Km 426, no Estado de Minas Gerais".

Passando aqui diretamente à análise e já especialmente ao mérito, Senador Esperidião Amin, nosso historiador, com grande alegria falo aqui de Benedito Valadares, que nasceu em Pará de Minas, em 1892. Começou a carreira política na cidade natal, onde foi Vereador e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeito. Aproximou-se de Getúlio Vargas, Presidente do país, a partir da Revolução de 1930, após o movimento paulista contra o Governo Federal em 1932, no qual as tropas de Minas Gerais ficaram ao lado de Getúlio. Em 1933, foi nomeado Interventor do Estado de Minas Gerais e auxiliou, nos anos seguintes, a construção política que levou ao Estado Novo em 1937.

Foi eleito, em 1935, pelos Deputados constituintes, Governador de Minas Gerais, cargo que ocupou até 1937, quando foi nomeado novamente Interventor por Getúlio e permaneceu até 1945.

Foi durante seu período no governo que se deu a construção do complexo arquitetônico da Pampulha, quando Juscelino Kubitschek era Prefeito de Belo Horizonte. Também no Governo de Valadares, foi construída a Cidade Industrial, em Contagem, o primeiro distrito industrial do país.

Eu fiz questão, Senador Esperidião Amin, de destacar, no meu discurso de posse, que foi justamente Benedito Valadares que apresentou a política a Tancredo Neves e a Juscelino Kubitschek e, portanto, de forma muito significativa, ao nosso Estado de Minas Gerais.

Foi ainda Senador entre 1955 e 1971, mas destacou-se por ter sido o político que governou Minas Gerais por mais tempo, 12 anos.

Entrou para a história brasileira e para o folclore político de Minas e do país por sua habilidade política, suas frases espirituosas e seus grandes feitos. A relevância de sua atuação na vida pública brasileira, sua presença como referência no imaginário mineiro e nacional, bem como a vasta contribuição de seus feitos para o Brasil e para o Estado de Minas Gerais tornam, portanto, justa, merecida e oportuna a homenagem.

Por isso, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto 6.201, de 2023.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, quero dizer que voto a favor e acrescento – acho até que o Senador Castellar deveria incluir no seu relatório – um fato literário.

Benedito Valadares é o autor de um livro, de um romance intitulado *Esperidião*. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Será o Benedito? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não bastasse isso, o Esperidião em questão, o do romance, namorava com uma Elza, que era o nome da minha mãe. Só que não era sobre o meu pai.

E tem um episódio muito curioso de um desentendimento havido dentro da igreja que promoveu, esse desentendimento, uma momentânea separação do Esperidião e da Elza, o que não aconteceu no meu caso.

Um dos méritos do Benedito Valadares é que ele veio para o folclore, foi para história política e, além do mais, tem esse registro literário, que eu gostaria de efetivar.

O SR. CASTELLAR NETO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MG) – Muito obrigado.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Que isso seja excluído da taquigrafia por causa de D. Angela. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Muito bem.

O último item das denominações de logradouros e vias é o item 9, que é de autoria do Senador Marcelo Castro, relatado pelo Veneziano. Como o Veneziano não se encontra, eu passarei aqui para o Astronauta Marcos Pontes fazer a leitura, já que o autor está aqui, que é o Marcelo.

ITEM 9
PROJETO DE LEI Nº 2829, DE 2024
- Terminativo -

Denomina "Viaduto Severo Eulálio Filho" o viaduto localizado na BR-343, na Ladeira do Uruguai, Zona Leste do Município de Teresina, Estado do Piauí"

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Votação nominal

Com a palavra, o Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Se o senhor me permite, vou direto à análise.

O projeto sob análise não apresenta óbices relativos à sua constitucionalidade, juridicidade ou adequação ao Regimento da Casa.

Em adição, no que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar.

O compromisso de Severo Eulálio Filho com o desenvolvimento do Piauí foi notável, especialmente na manutenção das infraestruturas rodoviárias do estado.

Sua trajetória foi marcada por importantes cargos na gestão pública, incluindo o de Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagem do Piauí, engenheiro e Diretor Técnico da Agência de Águas e Esgotos do Piauí, Coordenador-Geral da Fundação Nacional de Saúde, Superintendente de Obras Públicas da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Piauí e suplente de Senador.

Severo enfrentou desafios pessoais, como sua batalha contra o câncer, mas sempre se manteve fiel e dedicado à missão de servir à população, demonstrando resiliência e determinação.

A homenagem que esta Casa presta, ao batizar o viaduto localizado na BR-343, na Ladeira do Uruguai, com seu nome será um tributo a suas valiosas contribuições ao estado e uma forma de criar uma lembrança permanente de seu trabalho em prol do povo piauiense.

Consideramos, portanto, justo e meritório o reconhecimento veiculado na presente proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.829, de 2024.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, estamos com cinco projetos lidos, designando nomes de logradouros rodoviários, homenagens póstumas a pessoas ilustres.

Foram lidos e são favoráveis.

Algum Senador deseja discutir?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu gostaria de usar a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o engenheiro Severo Maria Eulálio Filho, que está dando nome a esse viaduto, teve toda a sua vida lá no Piauí dedicada ao serviço público. Engenheiro de formação, era Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda e ocupou vários cargos, como já foi dito aqui pelo nobre Senador Marcos Pontes: Diretor Técnico da Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí S/A); Superintendente da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), lá no Piauí; Diretor de Obras da Seinfra (Secretaria de Infraestrutura do estado). Foi suplente de Senador, do grande Senador que esteve neste Senado, o Mão Santa.

É tio do atual Deputado Estadual Severo Eulálio Neto; é irmão do ex-Deputado Kleber Eulálio, que foi por várias vezes Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, e filho do grande político do Piauí, Severo Maria Eulálio, de quem tem o nome, que foi Prefeito de Picos, uma das cidades mais importantes do Piauí, foi Deputado Estadual, foi Deputado Federal pelo MDB contra a revolução. É uma família muito ilustre, muito importante do Estado do Piauí, com relevantíssimos serviços prestados.

Por fim, foi Diretor-Geral do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) do Piauí e fez um amplo programa de asfaltamento das cidades do Piauí no Governo do Wellington Dias. O Piauí, até recentemente – não sei se meus dados estão desatualizados –, era um dos oito estados do Brasil que têm todas as suas cidades ligadas por asfalto, e ele foi o grande engenheiro que ajudou a fazer essas obras.

Então, é uma pessoa da mais alta relevância na área do serviço público, na área da infraestrutura, e, portanto, nós estamos dando seu nome a um viaduto da Ladeira do Uruguai, que desafogou o trânsito de Teresina na BR-343. Por sinal, a maior parte desses recursos foram conseguidos aqui, pelo Senador que fala a V. Exas., o Marcelo Castro, representante do Piauí.

Agora, recentemente, o Ministro Renan Filho esteve em Teresina inaugurando este viaduto, e em boa hora aqui nós fizemos essa solicitação. Eu peço o apoio dos colegas para fazer essa justa homenagem a esse grande homem público que teve o Piauí e que infelizmente veio a falecer há pouco tempo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Senador Marcelo Castro falou agora no nome do Ministro Renan Filho, e hoje, só a título de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrança, é aniversário do Ministro Renan Filho, nosso Ministro dos Transportes. Como Presidente da Comissão – é uma Comissão muito ligada ao ministério dele –, congratulo-o pelo seu aniversário, em nome de todos, parabenizo-o, desejo sucesso e que continue sempre tocando aquele ministério com o brilho, a lucidez, o dinamismo e a juventude que ele tem. Parabéns e saúde para ele.

Muito bem, vamos fazer a votação, Senador Mecias, antes de você fazer a leitura desses... Esses terminativos já foram discutidos; como, se votarmos esses em votação nominal e o seu depois, fica muito demorado e pode atrapalhar o quórum, vou passar a palavra para V. Exa., para a gente votar em bloco os terminativos. Só tem, Mecias, que o seu projeto já foi lido, já foi pedida vista e não foi discutido, mas ele tem uma emenda, aí V. Exa. deve acolher ou não.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 1649, DE 2024
- Não terminativo -

Institui o regime especial de tributação para as obras de reconstrução de infraestrutura básica em casos de catástrofes e para obras de relevante interesse nacional.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)
Relatoria: Senador Mecias de Jesus
Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo
Observações:
1. Em 21/05/2024, o Senador Mecias de Jesus apresentou as emendas 1-T e 2-T
2. Em 18/06/2024, o Senador Mecias de Jesus foi designado relator
3. Em 13/08/2024, foi lido o relatório e concedida vista coletiva
4. Após deliberação, a matéria vai à CAE, em decisão terminativa
5. Votação simbólica

V. Exa. está com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, só para um breve conhecimento de todos os colegas, só para relembrá-los: esse projeto é de autoria do Senador Wilder Morais e institui o regime especial de tributação para as obras de reconstrução de infraestrutura básica em casos de catástrofes e para obras de relevante interesse nacional.

Foi lido o relatório, foi pedida vista e, hoje, recebemos aqui uma emenda do Senador Beto Martins que propõe a inclusão de aeroportos, ferrovias, portos, terminais portuários marítimos e fluviais e outros tipos de infraestruturas, conforme definido em regulamento.

Essa lei, depois de aprovada, ainda será regulamentada pelo Governo: o que será a catástrofe, que tipo de tributação terá essas empresas...

Portanto, considero que seja de grande importância para o país neste momento. É um incentivo muito grande para que o país não pare.

Acolho a emenda, na forma como foi apresentada, e solicito aos colegas Senadores e Senadoras a aprovação nesta Comissão, até porque ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Só para prevenir, caso alguém pretenda pedir vista, que o faça na Comissão de Assuntos Econômicos, onde será definido também o mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O projeto foi lido e foi acolhida a emenda, hoje, pelo Relator, desse projeto de autoria do Senador Wilder Morais.

O Senador Esperidião Amin pede a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Só para agradecer ao Senador Mecias, pelo acolhimento à emenda do Senador Beto Martins, que teve que se ausentar. É absolutamente apropriada e estabelece uma isonomia, um tratamento semelhante para situações igualmente afetas, ou relacionadas, à infraestrutura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Alguém quer mais discutir? Algum Senador? (*Pausa.*)

Não.

Como este projeto aqui é não terminativo, os Senadores que estiverem de acordo com o relatório apresentado pelo Senador Mecias de Jesus permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto.

Aprovado o projeto do Senador Wilder Morais.

Agora vamos à votação nominal dos projetos terminativos.

Foram lidos. Muitos deles, cinco deles, são denominações de logradouros e um não – justamente o que foi lido pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Então, vamos abrir o painel de votação.

Em todos, o voto favorável é "sim", de acordo com os Relatores.

Quem quiser divergir, pode divergir, mas as relatorias e as discussões foram todas favoráveis.

Pode abrir o painel para votação e aí caminhamos para o encerramento, depois da votação.

(Procede-se às votações.)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, então o senhor está orientando a votação "sim"?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Neste caso aqui, todos os projetos foram favoráveis, voto "sim" é com os Relatores, tá?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu não posso falar. Eu só posso indicar o voto, não é, Mecias? Aí eu estou enrolado. (*Risos.*)

Vamos votar, meus amigos? (*Fora do microfone.*) Agora é votação. Agora é ligar para a nossa Senadora do Mato Grosso, porque ela saiu, mas ela vota. A Senadora... E todos os demais que estão presentes, vamos convocando.

Margareth. (*Pausa.*)

Lucas.

Já temos sete votos. Já, já a gente atinge o quórum. (*Pausa.*)

Senador Amin, vamos votar. Obrigado, Senador. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ligar para o Senador Beto, que está lá na Comissão de Educação, para ele votar. (*Pausa.*)

O Fernando Farias acabou de votar. O Jayme Campos estava aqui, saiu agora. A Senadora Rosana, o Jaime Bagattoli. Está fácil, é só ligar para a Rosana que ela vota rapidinho. (*Pausa.*) Os dois Jaime: Jaime Bagattoli e Jayme Campos.

São doze, não é? Doze... (*Pausa.*) Faltam três.

Vamos só falar para os dois Jaime votarem que eles votam rápido. A Senadora Rosana também vota; a Teresa; o Beto já votou. (*Pausa.*)

O Jaime Bagattoli e a Rosana: é só localizar um dos dois e a gente fecha. (*Pausa.*)

Vanderlan, Soraya, Rodrigo, Alessandro Vieira sempre vota rápido, Kajuru sempre vota muito rápido. (*Pausa.*)

Vamos fechar? Podemos fechar? (*Pausa.*)

Bem, vamos fazer o encerramento da votação, apresentar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Conseguimos fechar a pauta, foi brilhante, maravilhoso.

Vamos ao resultado.

Perfeito. Eu não estou vendo lá o resultado, lá em cima... São 14 SIM? (*Pausa.*)

São 11 SIM. Nenhum NÃO.

Fechado.

Aprovado. Para todos os projetos.

Não havendo mais nada a se tratar... Antes de estarmos...

A dispensa da leitura das atas, não é?

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação das atas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Encerrada a nossa audiência, nossa sessão.

(*Iniciada às 9h horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia dez de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Rosana Martinelli, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Fernando Farias, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Castellar Neto, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 62/2024 - CI, de autoria Senadora Rosana Martinelli (PL/MT), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), e REQ 71/2024 - CI, de autoria Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). **Finalidade:** Debater as concessões ferroviárias e a ampliação da participação do modal ferroviário na matriz de transportes brasileira. **Participantes:** Davi Ferreira Gomes Barreto, Diretor-Presidente da ANTF (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários); Luiz Baldez, Presidente da Anut (Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga); Elisângela Pereira Lopes, Assessora técnica da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); Leonardo Cézar Ribeiro, Secretário Nacional de Transportes Ferroviários do Ministério dos Transportes; Bernardo Figueiredo, Consultor da BF Planejamento e Projetos de Logística; André Nassar, Presidente-Executivo da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais); Luiz Antonio Pagot, Consultor da Ampa (Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão); e Alessandro Baumgartner, Superintendente de Transporte Ferroviário da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Faz uso da palavra o Senador Fernando Farias. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rosana Martinelli
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/10

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Muito bom dia a todos e a todas. Sejam muito bem-vindos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de outubro de 2024.

E o objetivo desta reunião é a realização de audiência pública com o objetivo de debater as concessões ferroviárias e a ampliação da participação do modal ferroviário na matriz de transportes brasileira.

Em atenção ao requerimento de nossa autoria e de Alan Rick nº 62, de 2024, e o Requerimento nº 71, de 2024, convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Leonardo Cezar Ribeiro, Secretário Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes; Elisangela Pereira Lopes, Assessora Técnica da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Bernardo Figueiredo, Consultor da BF Planejamento e Projetos de Logística; Davi Ferreira Gomes Barreto, Diretor-Presidente da ANTF (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários); Luis Baldez, Presidente da Anut (Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga); André Nassar, Presidente-Executivo da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais); Luiz Antonio Pagot, Consultor da Ampa (Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão); Alessandro Baumgartner, Superintendente de Transporte Ferroviário da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem apresentadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos e, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Então com a palavra, nós vamos iniciar com o Sr. André Nassar, porque ele tem outro compromisso, então nós estamos concedendo essa prerrogativa. Seja muito bem-vindo.

O SR. ANDRÉ NASSAR (Para expor.) – Bom dia, Senadora.

Primeiro agradecer pelo convite, segundo agradecer por me autorizar a falar primeiro. Eu vou sair por volta das 10h, é uma pena, estou vendo aqui que pessoas muito ilustres vão falar, então vai ser uma audiência pública que já é um sucesso só de partida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Leonardo, não tinha falado oi para o Leonardo. Tudo bem, Leonardo?

Bom, a Abiove, então...

Vamos lá. Tenho dez minutinhos, não é?

A Abiove representa essas empresas. Então, se a gente juntar boa parte dessas empresas, elas são responsáveis por um volume muito grande de carga que passa pelas ferrovias, não é? Porque são exportadores, e hoje a gente sabe que os modais ferroviários são muito importantes para fazer a ligação das regiões de produção com os portos de exportação. Então, a primeira coisa que eu queria mencionar era isso, ou seja, a enorme relevância que o debate desta audiência pública tem para as nossas empresas e para a associação, para o setor como um todo.

Aqui são só dados da Abiove – vou passar; a gente sempre inclui isso.

Aqui, eu queria lembrar um pouco o que significa o complexo soja mais milho, que são os dois principais produtos. No complexo soja, a gente está sempre falando da soja em grão, do farelo de soja e um pouquinho de óleo – óleo nem é um volume tão grande –, mais o milho, quer dizer, tudo isso é o que as nossas empresas movimentam para a exportação. Se olharmos ali, 18,5% do total – não, desculpa, está invertido o gráfico –, 20,5% do total exportado do Brasil são de soja, derivados e milho. Então, vocês vejam a enorme relevância que o nosso setor tem no volume exportado no Brasil. Essa participação foi menor, e hoje está até mais alta recentemente. Então, isso é para mostrar a importância.

A segunda coisa que a gente faz também é esse cálculo do PIB do nosso setor. Aí já está toda a cadeia da soja, vamos falar assim, mais biodiesel, em relação ao PIB do agronegócio e em relação ao PIB brasileiro. Em relação ao PIB do agronegócio, essa cadeia da soja dá 23%. Então, vocês vejam que é muito grande. E, em relação ao PIB brasileiro, dá 6%. Isso também vem mostrar que, não só do lado da exportação, mas da geração de riqueza, esse setor tem uma relevância grande.

Aqui é emprego. Nem vou entrar na questão de emprego. Vou passar rápido, tá?

E aí vou entrar no tema mesmo da nossa discussão.

A gente sabe que ferrovia é um monopólio natural. Não existe outra solução, quer dizer, aquela linha férrea é operada por um operador. Por mais que se permitam outros, ele tem esse conceito de monopólio natural. À ANTT cabe o papel de regulação e fiscalização. Então, a gente tem preocupações que eu vou explicitar aqui sobre como esse papel de regulação e fiscalização está sendo exercido. Evidentemente, as sugestões que eu estou trazendo aqui são para a gente melhorar e aumentar a competição no setor ferroviário. É esse o nosso objetivo, lembrando, claro, que eu estou trazendo uma visão de quem contrata o serviço. Aí, tem que olhar o lado de quem é o operador também, e nisso a gente vai construindo as soluções. Só para trazer aqui: "Compete à União: [...] regular, controlar, fiscalizar..." – não vou repetir o que está lá na Lei 14.273; é só para lembrar. É um monopólio natural em que é feita uma concessão. Dessa forma, essa concessão tem que ser todinha fiscalizada e controlada pela União.

Aí, qual é a percepção nossa? Qual é o desafio hoje? O que a gente vê, como usuário, como contratante do serviço?

Primeiro, a gente tem recebido constantemente relatos das nossas empresas de que as ferrovias estão recusando carga. Eu entendo as razões técnicas para isso, e a gente pode discutir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais são as razões técnicas, sobretudo nos granéis – eu gosto de ser bem honesto, ou seja, colocar todos os pontos e depois endereçar o meu –, nos granéis agrícolas, que são sazonais, certo?

Então, eles têm um momento que tem muito volume e têm um momento, nas pontas, que tem menos volume. É evidente que esse problema de recusa de carga, em geral, ocorre na hora do pico, só que o setor precisa disso e as ferrovias recusam carga. Então, a gente lê como um subinvestimento das ferrovias para atender a demanda no pico. Então, esse é o primeiro problema que a gente quer trazer aqui, e a gente entende que a ANTT tinha que olhar com mais cuidado para essa questão. Por quê? Porque, quando a gente conversa com a ANTT, ela fala: "Esse usuário que está tendo a recusa de carga precisa me avisar". Aí, a gente fala para a ANTT: "ANTT, ele é cliente da ferrovia, como é que é isso? Você está colocando a gente numa situação difícil. Crie um canal que seja um canal em que a empresa não apareça, mas que, evidentemente, ela tenha que comprovar o que está acontecendo. Dê uma chance para que os usuários possam se manifestar sem nenhum problema na relação comercial dele com a ferrovia". Então, essa é a primeira coisa em que a gente acha que falta proteção para o usuário.

Próximo, porque já foi um tempinho aqui. Eu tenho quatro minutos só.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não, mas eu falo em dez minutos, Senador. Obrigado.

Segundo, tem as Comissões Tripartites. As comissões foram previstas na Lei 8.987, de 1995, e, só em 2021, a ANTT estabeleceu as Comissões Tripartites, depois de anos de pedido de setores, de usuários – eu sou um deles, tem outros aqui que vão mostrar isso. Então, foram muitos anos sem estabelecer.

Para que serve a Comissão Tripartite? Ela está lá para pegar ou a ferrovia, ou uma estrada, ou um corredor, não é só para a ferrovia, olhando todos os modais de transporte, e colocar a ANTT, o concessionário e o usuário juntos para discutir problemas daquele corredor. É para isso que serve a Comissão Tripartite. Então, é um canal superimportante para nós, porque é um canal formal no qual eu, como usuário, vou me sentar junto com a ferrovia e com a ANTT e vou dizer: "ANTT, eu acho que a ferrovia está cometendo esse erro aqui", e a ANTT deveria tomar nota disso e falar para a ferrovia: "O que ele expôs ali faz sentido, não faz sentido, está certo?". Nós não percebemos esse respaldo da ANTT nas Comissões Tripartites. Elas foram estabelecidas, já estamos há três anos... Eu acho que o Davi até pode me ajudar a lembrar, eu não lembro. Deve ter uns três anos já que nós estamos... É 21, então, nós já estamos há quase quatro – três anos para ser mais preciso – e a Comissão hoje virou um lugar só de reclamação nossa, ela não virou um lugar de encaminhamento de soluções. Então, é por isso que eu acho que... A Comissão está lá, mas ela não dá solução para os problemas. Então, eu acho que aí tem uma lacuna que para nós, como usuários, é bem séria.

Já falei isso tudo. Então, sobre os nossos questionamentos, a gente não está tendo o respaldo da ANTT em relação aos questionamentos – das ferrovias, eu até entendo, porque nós estamos ali, um de um lado e o outro do outro, mas da ANTT precisaria ter.

Só para dar um exemplo, a gente cita muito a ausência de indicadores sobre perdas de mercadorias ao longo do transporte, tempo de percurso, que o pessoal chama de *transit time*, ou mesmo a taxa de saturação da via, ou seja, essa via está saturada ou não está requerendo mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos – e investimentos, aí, não são em material rodante, são na própria linha férrea mesmo.

Então, a gente leva isso aí, traz os pontos, e a coisa não avança. O que a gente quer? A gente quer ter mais informações sobre a operação da ferrovia, para ver se é possível otimizar isso e, dessa forma, ajudar o usuário que é contratante do serviço. Mas a ANTT não conhece essas informações, ela declara que não conhece. Então, ela não consegue prestar contas para nós e a gente considera isso uma resposta insuficiente.

Outro ponto que está nos preocupando: é evidente que o modal ferroviário está ganhando participação nos corredores de exportação. Quando a gente olha um período bem longo, isso acontece; mas quando eu olho um período mais curto, que são esses dados que a gente organizou aí... Então, eu pus ali o total de exportação em volume e o total movimentado na ferrovia, naquele corredor de exportação. Quais os corredores que eu olhei? Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Rio Grande do Sul e São Luís/Itaqui. Por que eu olhei esses? Porque são eles que são abastecidos por ferrovias. Não adianta eu olhar os portos do Pará, porque não tem ferrovia nos portos do Pará.

Então, vocês vejam: a participação das ferrovias no volume está mais ou menos constante – está ao redor de 50%, 60%; 50%, 60% há anos. Cresceu um pouco, ali, de 2015 para a frente. Então, ao olhar esse número, qual é a conclusão que eu tiro? Que a safra está crescendo, mas as ferrovias não estão dando conta de movimentar mais essa safra no corredor de exportação. Ela está crescendo muito ajustada à demanda. Toda vez que se cresce muito ajustado à demanda, a gente sabe as implicações: isso aumenta o custo, piora a qualidade de serviço – tem várias coisas aí com que a gente está preocupado.

Já encaminhando aqui para...

Há outro ponto em que a gente vê uma lacuna grande, que é a implementação do chamado Centro Nacional de Supervisão Operacional. A ANTT tem um sistema, hoje, que se chama Saff. Esse sistema é abastecido pelos dados das concessionárias, das ferrovias – o que é correto: se você não tem o dado primário, você pede para o operador colocar ali. Nós enxergamos várias lacunas no Saff. O Saff não é suficiente para a gente fazer uma boa análise; o ideal seria a implantação do CNSO. Esse é um negócio discutido há dez anos no Brasil.

E qual seria a ideia do CNSO? É um espelho, na ANTT, do sistema de controle operacional das ferrovias, para que a ANTT pudesse enxergar perfeitamente como está o dia a dia operacional. Isso, em tese, é um assunto pacificado: deveria ser feito o CNSO, mas não avança. Então, esse é um outro ponto de questionamento nosso, e há pedidos constantes à ANTT para que ela implemente, crie as condições para implementar o CNSO e poder fazer esse acompanhamento em tempo real. Por quê? Porque o Saff, na nossa leitura, não é suficiente para a gente medir a eficiência da operação das ferrovias, e aí poder dizer: "Recusou carga? Eu já entendi por que recusou carga, porque o Saff me mostrou que está saturado aqui e não dá para operar". Hoje eu não consigo falar isso; hoje eu digo: "Recusou carga, e isso não está certo.", porque não tem dados para justificar.

Acho que está acabando, Senador.

Conclusões, então. Então vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos mais preocupados, Senadora, com os desafios de curto prazo. Podemos discutir os de médio e longo, mas nós temos, hoje, uma malha férrea boa no Brasil, que está operando – ela está aí, ela trouxe muita eficiência, reduziu o custo do transporte, tudo isso.

Mas tem muita coisa para fazer no curto prazo e que a gente acha que as ferrovias estão acomodadas, mas a ANTT não as empurra para fazer. Então, primeiro: transparência na informação, principalmente para a gente avaliar a eficiência do serviço – perda de mercadoria ao longo do transporte, a gente não sabe isso; tempo de percurso ninguém sabe, se a ANTT sabe não conta para nós; taxa de saturação da via permanente, também não sabemos. De vez em quando, em reunião de comissão tripartite, a concessionária comenta, de tanto que a gente fica insistindo no assunto. Um canal de denúncia confidencial para abrigar os relatos dos usuários, especialmente quando ocorre negação de serviço por alegada falta de capacidade; formas de aumentar, no curto prazo, o fluxo de transporte das ferrovias sem a necessidade de investimentos vultuosos.

O que a gente quer ver aqui? Olha, se existe alguma ociosidade, como é que a ANTT pode estimular terceiros para operarem dentro dessa ociosidade? Criando condições econômicas. A gente sabe que isso não é simples porque você comprar a locomotiva, comprar os vagões... Tudo isso é capital intensivo, a gente sabe disso. Se não fosse isso, talvez, as próprias concessionárias já estivessem operando melhor, melhor digo mais distribuídas ao longo do ano, vamos falar assim, mas a gente entende que tem espaço para trabalhar e estimular um pouco de competição com terceiros.

A fiscalização integrada *online* com a implementação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ NASSAR – ... do CNSO. E aí, claro, mais investimentos em material permanente ou rodante devem ser ajustados conforme o crescimento das projeções de carga. No fundo, o que é? É as ferrovias sinalizarem como é que elas vão trabalhar para poder atender o crescimento da carga, porque só vai crescer. Vamos admitir que a gente tenha uma safra grande, de novo, de soja, no que vem. Pronto, os problemas todos já vão aparecer.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada.

Agora com a palavra Leonardo César Ribeiro, Secretário Nacional de Transportes Ferroviários do Ministério do Transportes.

O SR. LEONARDO CÉZAR RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Quero cumprimentar a Senadora Rosana Martinelli. Muito obrigado, Senadora, pela oportunidade de estar aqui no Senado Federal falando sobre nossas ferrovias. Eu sou servidor do Senado Federal e respeito muito esta instituição. Para mim é uma grande satisfação retornar à Casa. Quero também cumprimentar o Senador Fernando Farias, que tem feito um excelente trabalho aqui no Senado. Obrigado, Senador, por me receber antes no seu gabinete. Quero cumprimentar também os colegas Bernardo Figueiredo, Elisangela, Davi Barreto, Luiz, Alessandro, André, Luiz Baldez, que têm sempre colaborado com a política pública na secretaria.

Bom, eu vou fazer uma apresentação objetiva para respeitar o tempo. Já está ali – não é? – em ponto de apresentação. Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A expansão sustentável das ferrovias. O André apresentou aqui, de forma muito didática, que a gente precisa aumentar a participação do transporte ferroviário no transporte de carga, sobretudo em exportações. Eu acredito que essa expansão do *modal share*, da participação das ferrovias na matriz, precisa acontecer de forma sustentável. Não pode acontecer simplesmente um ano ou dois anos, tem que acontecer de forma contínua. E eu acho que essa apresentação, que a gente vai fazer agora, traz um pouco disso, André, para tentar mostrar que a gente tem boas notícias.

Bom, primeiro, o Brasil vive um *boom* histórico de investimentos no setor de ferrovias. Segundo dados da ANTF, que é a Associação Nacional de Transporte Ferroviário – nosso colega Davi Barreto está aqui para confirmar que eu não estou inventando números, porque os números são dele –, nós temos, entre 2023 e 2026, como o gráfico mostra, um volume estimado de investimentos que supera todos os dados da série histórica. Com isso tudo, trazendo a valores presentes – assim, os números estão corrigidos –, hoje, em 2023, nós fechamos um investimento de R$10,4 bilhões e, nos próximos anos, esse volume de investimentos cresce ainda mais.

Nós tivemos, entre 2010 e 2015, um volume expressivo de investimentos privados. O gráfico em laranja mostra o investimento privado; o gráfico em azul mostra o investimento público. Interessante aqui observar que o orçamento público já participou da expansão do setor de ferrovias no Brasil. Depois, em 2015 e 2016, tivemos uma crise fiscal, quando, basicamente, tivemos que fazer um ajuste de contas. Esse volume de investimentos caiu bastante a partir da crise. E, de 2023 para frente, nós estamos retomando esses investimentos.

Temos, hoje, um ambiente favorável de negócios. Estamos em diálogo com as concessionárias. Em 2023, Senadora, no âmbito da Secex, do Tribunal de Contas da União, tivemos um acordo histórico com a Malha Paulista. Hoje, se não tivéssemos feito aquele acordo, nós estaríamos discutindo aqui a caducidade do contrato, porque o contrato renovado foi um contrato muito rígido, com especificidades técnicas muito detalhadas, que impossibilitariam a manutenção do contrato. Então, nós fizemos um acordo com a Malha Paulista, com a Rumo, e, naquela oportunidade, nós trouxemos uma vantajosidade para o setor público, para que a gente conseguisse recursos para retomar os investimentos públicos no setor de ferrovias, que, como o gráfico mostra, precisam ser retomados.

Essa é a boa notícia: bom histórico de investimentos.

No segundo eslaide, a gente mostra aqui uma série de entregas que nós estamos promovendo no Ministério dos Transportes. Então, temos obra na Fiol, viadutos que estão acontecendo. Esses viadutos trazem segurança para a sociedade e, mais do que isso, aumentam a velocidade do transporte, porque reduzem o conflito urbano. Quando se reduz a velocidade do transporte, você reduz o *transit time* e, com isso, existe uma demanda maior por ferrovias. Então, isso é importante.

Participamos de entregas de locomotivas com a concessionária VLI, locomotivas com eficiência energética, com potência de carga. Isso é importante, traz uma efetividade no transporte.

Estamos, Senadora, fazendo com empenho o investimento na Fico, no Mato Grosso, para que a gente possa escoar a produção de grãos ali da região central do país, pegando Água Boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até Mara Rosa, subindo para o Porto do Itaqui, descendo o Porto de Santos, continuando também para os portos do Nordeste. Então, isso daí é uma obra estruturante para o país.

E a Transnordestina, não é? O nosso Nordeste está no Plano de Desenvolvimento do Transporte Ferroviário. A Transnordestina tem investido fortemente, e já temos aqui indícios de que teremos a entrega dessa obra emblemática e histórica no país em 2027, 2026. O Governo tem atuado para facilitar o financiamento de recursos para essa ferrovia. Participamos também de uma entrega importante com a Rumo, do terminal de Alvorada, um terminal de 1,5 milhão de toneladas, que vai permitir ali reduzir o custo do transporte, gerando renda, emprego. Isso tudo é importante. Então, sim, são várias entregas que nós estamos promovendo ao longo desses dois anos.

Esse eslaide aqui é fundamental. Como o André trouxe, nós precisamos aumentar a participação das ferrovias no modal de transporte. O PNL (Plano Nacional de Logística) sinaliza dobrar a participação de 17% para 34%. Nesse desafio, nós entendemos que é preciso resgatar a importância das inovações contratuais.

Eu trago números aqui para tentar explicar o que eu quero dizer.

O Governo anterior renovou quatro contratos de concessão – dois com a Vale, um com a Rumo e um com a MRS. Somados, esses contratos que foram renovados representam 75% do TKU do transporte de carga transportado no país. E o que isso resultou, em termos de novas estradas de ferro, de malha *greenfield*, que a gente chama, do ponto de vista técnico? Apenas 380km, que é a Fico 1, ou seja, nós renovamos quase toda a nossa capacidade de transporte, os nossos contratos, e o resultado, em termos de investimentos em malha de interesse da administração pública, em novas estradas de ferro, foi somente 380km de ferrovias. Isso é insuficiente para que a gente consiga atender o usuário. A gente vai ter que fazer muito mais.

Então, nós entramos agora num diálogo com o setor privado, com as concessionárias, começando pela Rumo Malha Paulista, e já fechamos o primeiro aditivo, com o acordo, para recuperar os recursos, uma vez que esses contratos, no nosso entender, foram renovados subavaliando o ativo público. O ativo é público e as concessões operam. Então, se alguém aqui quiser escalar... Por exemplo, vou dar um exemplo prático. Eu tenho um apartamento e quero morar num apartamento maior, Senadora. A primeira coisa que eu preciso fazer é valorizar o ativo que eu tenho, senão eu não consigo fazer isso. Se eu subavaliar o meu ativo, o objetivo não vai ser alcançado.

Então, nós estamos trabalhando para recuperar R$20 bilhões com as concessionárias, para que a gente alavanque uma carteira de R$100 bilhões. Por que isso? A experiência internacional mostra que com um aporte de 20% do Capex total de um projeto novo *greenfield* é possível fazer essa alavancagem no setor de ferrovias, porque fazer a ferrovia *greenfield* nova é complicado, se não tiver o apoio do Governo. A Índia, por exemplo, tem feito muita ferrovia a partir desse método do aporte, com 20% do Capex.

Então, fazendo uma conta simples: se nós aportarmos os R$20 milhões em novos projetos, *greenfields*, novos corredores no país, a gente tem uma carteira de R$100 bilhões. Isso significa – pegando R$16 milhões o quilômetro, que é o paramétrico da Infra S.A. – 6.200km de ferrovias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É para médio e longo prazo? Sim, mas começa agora, recuperando os recursos para que a gente possa ter um plano transparente, planejado e com recursos, porque não adianta ter plano sem dinheiro no setor de ferrovias. Então, esse é o nosso objetivo.

As futuras renovações agora estão acontecendo já dentro desse novo ambiente institucional, dentro dessas novas diretrizes de políticas públicas. E o ponto central aqui, Senadora, é a gente fazer renovações sem a indenização antecipada dos ativos que não foram amortizados. Foi isso que abateu o valor dos contratos que foram renovados.

Nós, basicamente, renovamos os contratos, indenizando os investimentos não amortizados que foram realizados, em vez de amortizar esses investimentos ao longo do novo período do contrato que foi renovado.

Então, assim, do ponto de vista matemático, a gente enxerga um problema estrutural nas renovações que aconteceram, e agora nós estamos corrigindo isso. Para quê? Para fazer um esforço, para justamente atender esse objetivo de dobrar a participação do modal ferroviário na matriz de transporte. Mas não adianta, no nosso entendimento, ter somente os recursos.

A gente trabalhou paralelamente a essa agenda de recuperação dos ativos com, primeiro, incentivos fiscais. Postergamos o reporto, criamos a figura do incentivo fiscal para a ICMS Capex, no Confaz.

Aprovamos aqui, no Congresso Nacional, a lei que permite que as concessionárias emitam debêntures com incentivos fiscais, a debênture de infraestrutura. Criamos, no orçamento, uma ação de aporte de recursos, ou seja, essa ação vai possibilitar que os recursos que nós estamos repactuando sejam transferidos para os novos operadores, no sentido de dar um empurrão e viabilizar os projetos, aumentando a taxa interna de retorno, mas é preciso também atuar na frente das políticas públicas.

Então, nós estamos agora, em parceria com a ANTT, fechando o texto que vai permitir o chamamento público, ou seja, Senadora, projetos, estradas de ferro, hoje ineficientes, que não têm interesse das concessionárias, poderão ser ofertados de uma forma mais simplificada para o setor privado.

E essa regulação da ANTT é fundamental para permitir que esse procedimento aconteça com segurança jurídica. Então, essa é uma política pública desse semestre que vai sair importante.

Nós estamos em fase final agora e vamos abrir audiência pública para discutir a interoperabilidade.

O André trouxe a dificuldade que os usuários têm tido na hora de entrar a malha ferroviária. É preciso lembrar aqui também, André, que as receitas, essa interoperabilidade envolve também custos e o papel do Governo é colocar na mesa usuário e concessionário de uma forma que a oferta à demanda seja viável, para que essa interoperabilidade, que o direito do usuário acessar a infraestrutura pública aconteça.

É isso que está acontecendo nos outros países. Nós estivemos agora na Europa discutindo esse assunto. Já trouxemos de lá experiência para que a gente tenha condições de apresentar para a sociedade uma discussão pública, essa diretriz, essa política pública que vai dar efetividade ao dispositivo em que o Congresso Nacional, com o empenho do Senado Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuou para derrubar o veto da interoperabilidade na lei do marco legal de ferrovias, que foi um projeto apresentado nesta Casa pelo Senador José Serra – eu tive a oportunidade de participar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO CÉZAR RIBEIRO – ... e, hoje, estar aqui, do lado do Poder Executivo, para executar e fazer acontecer essa lei é uma satisfação.

E a contratação de projetos para que a gente tenha bons projetos. Recursos são importantes, mas nós precisamos ter bons projetos para poder aplicar esses recursos com políticas públicas que sejam positivas para atrair o investimento privado e poder fazer com que o usuário possa trafegar na nossa linha, nas linhas férreas das nossas concessões.

Então, só para fechar, Senadora – se a senhora permite um minutinho aqui de atraso na minha apresentação –, seria mostrar o nosso *pipeline;* ou seja, com estudos concluídos, com os recursos, nós temos condições de promover um *pipeline* ambicioso para 2025 e 2026 – novos leilões com a Ferrogrão, o Fico-Fiol e a Estrada de Ferro 118, que é a ferrovia de integração Sudeste, o anel ferroviário. Nós entendemos que é preciso aguardar a deliberação do STF para que a gente consiga encaminhar o projeto da Ferrogrão para o Tribunal de Contas da União. Esse projeto é importante para a gente poder escoar para os portos do Arco Norte.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – (*Fora do microfone.*) ... a Ferrogrão.

O SR. LEONARDO CÉZAR RIBEIRO – Isso.

Quanto à Ferrogrão, o estudo foi atualizado, Senadora. Nós abrimos um diálogo amplo com os povos impactados pela ferrovia, fizemos um diálogo com a Subsecretaria de Sustentabilidade – quero aqui elogiar o trabalho do Secretário-Executivo Santoro e do Subsecretário Cloves nesse papel de atuar junto aos povos impactados no diálogo –, e hoje nós temos, com certeza, um projeto que é um corredor de desenvolvimento verde para o país, que vai permitir que a gente transporte a nossa carga da área central para os portos do Arco Norte.

Aqui, eu quero dizer que, em 2013, nós exportávamos pelos portos do Arco Norte cerca de 5 milhões de toneladas. Em 2022, essa exportação foi para 25 milhões de toneladas, ou seja, quintuplicou. É realidade, o Brasil é uma potência no *agrobusiness* – é uma realidade. Nós, hoje, somos uma referência no cenário internacional no tocante às exportações de produtos, de grãos. Somos vistos como um país estratégico do ponto de vista do *food security*, da segurança alimentar. E fazer esse transporte de forma eficiente é fundamental. Então, este é o nosso objetivo, este é o objetivo da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário: promover esses projetos.

O corredor Fico-Fiol também é um corredor muito importante. Nós temos aí a ligação de Água Boa com Mara Rosa, com Caetité, com o Porto de Ilhéus, que é importante para poder também promover uma competição entre portos. Esses estudos estão avançados.

Nós estamos em fase final já da conclusão dos estudos para que possamos apresentar em audiência pública projetos que sejam viáveis para o setor privado se apresentar e entrar com o Governo nesses projetos.

A Estrada de Ferro 118 é um projeto importante ali na Região Sudeste, integrando os portos do Rio e do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a consciência de que esse projeto pode trazer uma dinâmica para os portos do Sudeste. Há vários portos ali. São mais de dez portos podendo transportar cerca de 45 milhões de toneladas de produtos diversificados.

Então, temos ali uma grande oportunidade para poder também trazer novos corredores e aumentar a participação, André, das nossas ferrovias nas exportações.

Já estamos discutindo a renovação da FCA.

Em breve, abriremos também a audiência para discutir a renovação da Tereza Cristina, que é uma ferrovia menor, mas importante também no Paraná.

Concluímos grupos de trabalho que foram grupos de trabalho complexos. Levaram três a seis meses discutindo com as concessionárias uma possibilidade de a gente otimizar esses contratos no Tribunal de Contas da União.

O ano de 2025 vai ser um ano agitado para ferrovias no *pipeline*. Nós temos a Malha Oeste, a Malha Nordeste, antiga FTL. A Malha Sul, agora nós estamos iniciando o grupo de trabalho. E o transporte de passageiros também é uma prioridade do Governo Federal.

Nós estamos já com os estudos em desenvolvimento. O primeiro estudo vai ser entregue em março do ano que vem, que é Brasília-Luziânia.

Estas seis linhas – Brasília-Luziânia, Salvador-Feira de Santana, Londrina-Maringá, São Luís-Itapecuru, Fortaleza-Sobral e Pelotas-Rio Grande – são linhas que aproveitariam a malha ferroviária já existente, Senadora. São projetos regionais de média distância, entre 60km e 120km. Fortaleza a Sobral, chega a 200km.

A gente percebeu que, lá na Europa, as oportunidades de aproveitar uma malha ferroviária para transporte regional de passageiros é importante.

Eu passei aqui um pouco do meu tempo, mas eu quis trazer aqui essas novidades do setor de ferrovias.

Nós estamos otimistas de que estamos no caminho certo.

E a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário convida todos sempre a participar, a estarem conosco lá na nossa Secretaria.

Senadora, a senhora já está convidada para fazer uma visita. Nós estaremos disponíveis para passar as informações em que a senhora tiver interesse. Então, sinta-se convidada para estar, assim como o Senador Fernando Farias também.

Está bom?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Registro a presença do ilustre Senador Fernando Farias.

Seja muito bem-vindo.

Eu peço desculpas porque, no início, o senhor não estava aqui. Eu quero reiterar as boas-vindas. Muito obrigada pela presença.

Agora, com a palavra, Elisangela Pereira Lopes, Assessora Técnica da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

A SRA. ELISANGELA PEREIRA LOPES (Para expor.) – Bom dia, Senadora.

Agradeço o convite, em nome do nosso Presidente, João Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estendo as boas-vindas e o bom-dia aos meus colegas de trabalho – temos aqui o Alessandro, o Pagot, o Nassar, que já foi, o Baldez, o Leonardo, o Figueiredo e, aqui ao meu lado, o Davi – e a todos os que estão presentes, tanto virtualmente, como aqui com a gente hoje.

Até o momento nós tivemos uma fala muito importante do André Nassar, que trouxe a visão do embarcador e todas as dificuldades que nós estamos enfrentando com relação ao modo de transporte ferroviário, que é tão importante, é sustentável e tem um preço muito menor em relação ao modo rodoviário, mas que é pouco utilizado.

E hoje o nosso papel é justamente trazer aqui por que a ferrovia é tão importante para o agro. Nós somos produtores. Na balança comercial, temos uma importância relevante, no entanto, ainda utilizamos, predominantemente, o modo rodoviário, que tem o maior custo e que traz maiores externalidades negativas para toda a população brasileira.

Fiquei muito feliz com a explanação do Leonardo, porque, como poder público, traz para a gente um horizonte de otimismo, digamos, mas a gente precisa ficar atento para que esse *paper line,* que foi apresentado aqui tenha celeridade, para que a gente consiga mudar a matriz de transporte com rapidez.

Não dá mais para transportar 60% da nossa carga, de toda a carga brasileira, em rodovia, tendo um potencial para utilizar os outros modos, como o ferroviário.

Então, aqui a gente tem os dados do setor, o porquê de a ferrovia ser importante para o agro.

A gente precisa dividir o Brasil em dois momentos. Temos o Brasil onde a produção já se consolidou, que está ali na Região Sul e Sudeste, e que, praticamente, é onde você tem a maior densidade de linhas férreas no país. Ali, de certa forma, a gente pode dar uma nota regular, boa, para a situação das ferrovias, embora muitas delas, a gente vai ver aqui, se encontram ociosas ou inoperantes, e isso é uma preocupação grande para o setor.

Do outro lado, a gente tem a região das novas fronteiras agrícolas, que é para onde a produção cresceu nos últimos 30 anos, e é aí que a densidade das ferrovias é quase inexistente. A gente pode contar nos dedos: a Ferrovia Norte-Sul, a Carajás, temos a Fiol e a Fico em andamento e a Transnordestina, que é uma grande incógnita – aonde a gente vai chegar com essa ferrovia? –, enfim, a menor densidade.

Como a gente observa aí no gráfico, está dividido... Vejam aí, a produção, em tonelada, no Brasil, de 2009 até o ano passado, cresceu 12 milhões de toneladas, por ano, sendo que, nas novas fronteiras agrícolas – Matopiba, Mato Grosso, Rondônia e Pará –, é onde essa produção mais tem crescido, 10 milhões de toneladas por ano.

A literatura diz que, para viabilizar uma ferrovia, nós teríamos que ter uma carga similar a essa, 10 milhões de toneladas. Então será que a gente pode dizer que nessas regiões de novas fronteiras, a gente poderia instalar uma ferrovia por ano? Porque produção a gente tem, mas a gente não tem linha férrea para percorrer com esse produto.

Óbvio que não é tão simples assim essa conta, porque são investimentos vultosos.

Fala-se aí, eu costumo conversar com a ANTF, com a Rumo, enfim, eles falam numa média, para construir ferrovia, de R$15 milhões a R$20 milhões por quilômetro. Então, é algo realmente caro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem que haver carga e viabilidade, mas nós estamos certos de que para o agro há carga suficiente para construir ferrovias, aumentar a capacidade, a disponibilidade e a oferta de ferrovias no Brasil, e isso fica muito claro quando a gente observa os últimos números da Infra S.A., que estão disponíveis no *site* para quem quiser ter acesso.

Quando a gente olha como é a participação do agro na movimentação das ferrovias, isso causa um pouco de espanto. Vejam aí: somente 18,5% de tudo que foi movimentado nas nossas linhas férreas, no ano passado, corresponderam a produtos agrícolas; 72%, ao minério; e 9,4%, a outros produtos, como a siderurgia, por exemplo. Se a gente analisa o histórico, a gente observa que houve um crescimento. Vejam aí: em 2010, produtos do agro representavam quase 11% de tudo o que foi movimentado, e nós passamos a 18,5%. Percentualmente, parece uma evolução. Mas será que é mesmo?

Vamos ver os números seguintes.

Quando a gente faz isso por tonelagem, a gente consegue ver melhor como está a situação da movimentação de cargas do agro por ferrovias. Vamos pegar soja e milho, porque a gente tem uma referência boa disso. Vejam: no ano passado, nós produzimos mais de 280 milhões de toneladas de soja e milho no Brasil, sendo que, acima do paralelo 16, que são as novas fronteiras agrícolas, desse valor que acabei de mencionar de 280 milhões de toneladas, 200 milhões corresponderam às novas fronteiras. Então, vejam: 70% da produção de grãos hoje no Brasil está nas novas fronteiras agrícolas. E, quando a gente observa esse gráfico, o que a gente vê de movimentação e de transporte de milhões de toneladas de soja e milho ao longo dos anos nas ferrovias?

Vejam que, em 2010, fazendo ali o somatório de soja e milho, dá mais ou menos 20 milhões de toneladas; isso correspondeu, lá na época, na safra de 2010, a 20% da produção. Então, nós percorremos ali por ferrovias 20% da produção de soja e milho. Em 2023, nós estamos nos mesmos 20%. Por quê? Porque a produção cresceu – e cresceu muito –, e na oferta ferroviária, embora tenha crescido, a gente continua estagnado, movimentando 20% do grão nas ferrovias. Então, isso traz uma preocupação para o setor. Até quando nós ficaremos cativos do modo rodoviário, percorrendo 1,5 mil quilômetros, 2 mil quilômetros para chegar com a nossa carga ou a um supermercado – vamos falar da economia nacional – ou a um porto de exportação? Até quando? Então, é importante a gente refletir sobre isso.

Existem projetos. Existe um andamento. Concordo com o Leonardo quando ele diz que, por muito tempo, se estagnou o investimento em ferrovias no Brasil, infelizmente, e que agora a gente vê uma tendência de crescimento desse investimento, mas ele tem que alcançar a velocidade da produção, não pode ficar atrás da produção.

E aí a gente segue com números cada vez mais interessantes. Então, a gente tem produto, mas a gente tem ferrovia? Vamos ver os números.

Costumo mostrar para os meus alunos a trajetória do crescimento da extensão das ferrovias no Brasil. Em 1950, nós atingimos o pico. Nós tínhamos 38 mil quilômetros de ferrovias. E, hoje, como está essa situação? Vejam aí.

Conforme os dados da ANTT, dados recentes de agora, extraídos em junho de 2024, nós temos 30 mil quilômetros de ferrovia – 30,6 mil quilômetros de ferrovia. Já chegamos a 38 mil, tá? Mas dessas, em uso, ou seja, com mais de uma operação por dia, nós temos 15 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilômetros apenas – então é a metade –; em baixíssimo uso, 4 mil quilômetros, como a gente vê aí; e sem uso nenhum, 11 mil quilômetros.

Na audiência da FCA, eu escutei – não sei se foi do Baldez ou se foi do Edeon – uma frase muito interessante: "Está na hora de a gente abandonar essa história de que a gente tem 30 mil quilômetros de ferrovia, fazer uma conta do que é existente – se são 15 mil quilômetros, são 15 mil quilômetros – e partir daí"; esquecer essa história de que a gente tem 30 mil quilômetros, 15 mil operando, e o resto não está em uso, está abandonado.

E é importante que a ANTT e o Ministério dos Transportes, de fato, avaliem o que dá para aproveitar dessas sem uso e dessas com baixíssimo uso e tenham um planejamento para o que vai ser feito dessas linhas. Elas vão ser desativadas de vez? Vão ser transformadas em sucata? Vai ser vendido como sucata o que restou? Vão ser entregues por meio de autorização? Porque a Lei 12.773, de 2021, prevê isso, a autorização dessas linhas ociosas, dessas linhas inoperantes. O que vai ser feito delas?

Eles devem fazer essa conta e definir: "Temos tantos quilômetros de ferrovia, precisamos aumentar essa oferta, e, para isso, nós temos esse ou aquele planejamento". Não dá mais para a gente ficar nessa história de que um terço das ferrovias estão inoperantes – há quem fale em dois terços. Enfim, a gente precisa iniciar a partir dessa nova contagem. Porque o que a gente vê aí são 13 concessões, cinco da Rumo, que a gente está vendo aí; boa parte dessas concessões é das suas linhas inoperantes – a gente vê aí em termos percentuais –, e isso chega a ser assustador; com uma média de 49% de linhas operando, e isso é como se fosse um alerta.

Coloquei as cores do gráfico, praticamente, das cores de um semáforo. Então, a gente vê, em verde, o que está funcionando, em amarelo, o que precisa de atenção, e, em vermelho, o que está parado. E é necessário chegar a... Ah, está ao contrário, está mudado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELISÂNGELA PEREIRA LOPES – É verdade. Na anterior eu tinha feito isso e aí eu...

Peço perdão. Vamos repetir.

Então, esqueçam o semáforo, tá? Deixem invertido. O furacão passou pelo semáforo, e ele mudou.

Então, vamos lá.

Vocês vejam aí: em vermelho, o que está em uso; em amarelo, o que precisa de atenção; e, em verde, o que está parado, não está funcionando.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Melhorou.

A SRA. ELISÂNGELA PEREIRA LOPES – Melhorou, não é, Senadora? (*Risos.*) Mas aí a gente vê, ainda assim, 50%.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Preocupante.

A SRA. ELISÂNGELA PEREIRA LOPES – É preocupante.

A gente tem dados aqui, esse dado foi apresentado no início do ano, num programa que o Ministério dos Transportes tem de garantia do escoamento da safra, em que ele coloca aí os principais corredores que precisam de atenção, de maneira que a gente tenha esse escoamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente possa transportar os grãos. A gente vê aí os grandes corredores, a infraestrutura utilizada é – vejam aí –, predominantemente, rodoviária nesses corredores, e a movimentação que estava prevista para a safra de 2023 e 2024.

Eu quero chamar atenção para o corredor do meio, o corredor da BR-163. A previsão era de que 20 milhões de toneladas, só nessa safra, passariam aí por esse corredor. Essa previsão já foi suplantada, ela foi muito maior do que 20 milhões de toneladas. E por que eu estou trazendo esse número? Porque a CNA tem sido uma grande defensora da Ferrogrão. A gente entende que a Ferrogrão é uma obra para ontem. Será por meio da Ferrogrão que a gente vai ter a desejável redução de custo de transporte. O cálculo aí é de cerca de 30% a menos, com o uso dela.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELISÂNGELA PEREIRA LOPES – E existe carga para isso, como a gente pode ver. No projeto, inicialmente se fala em 20 milhões. O projeto foi revisto – é preciso ter conhecimento do novo estudo –, chegando a, até o fim da concessão, 50 milhões.

Mas, quando a gente olha a notícia de ontem da *Folha de S.Paulo*, em que o Imea prevê uma produção de soja e de milho, e também de algodão – de grãos em geral –, só em Mato Grosso, de 149 milhões de toneladas até 2034, a gente vê que tem carga para movimentar na Ferrogrão – tem muita carga.

E a Ferrogrão é interessante pelas facilidades que ela traz, até nessa pegada de sustentabilidade. A gente tem o Acordo de Paris a cumprir, então é importante reduzir a emissão de CO_2 também – de acidentes, de CO_2. Quando você instala a Ferrogrão, a tendência é o menor custo de manutenção da BR-163. São vários os benefícios.

E aí é só um comparativo para mostrar que, para transportar 20 milhões de toneladas nesse corredor, foram necessárias 465 mil viagens de caminhão. Se fossem feitas pela ferrovia, seriam 1.250 viagens. Então, é importante... É obvio que nem tudo que se fosse movimentar nesse corredor seria pela Ferrogrão, mas aí a gente tem uma ideia desse benefício de se ter essa ferrovia. E, na previsão mais à frente, de 2050, você substituiria quase 1 bilhão de viagens de caminhão por 2.625 de ferrovia.

Já chegando ao finalmente, Senadora – até o meu tempo se esgotou –, eu trouxe as últimas notícias referentes à Ferrogrão. Está nesse imbróglio. O estudo ficou pronto – na data do cálculo que eu fiz, foi em 13 de agosto –, e fica aí uma indefinição de se teremos esse leilão no ano que vem mesmo ou não.

Então, a gente pede aqui, nesta Casa, que nos auxilie para que a gente consiga uma celeridade nessa tramitação da Ferrogrão no Supremo Tribunal.

Você veja: a ANTT se manifestou, dizendo que o leilão pode acontecer até 2025, e ontem saiu essa notícia de que o Governo quer unir a concessão da Ferrogrão à BR-163.

Então, a gente precisa... A gente não pode ficar só com o "pode". O "pode" é muito incerto para um setor que produz cada vez mais uma safra recorde. A gente não consegue mais ficar nessa possibilidade, tem que ser algo certeiro.

Daí eu encerro a minha conversa pedindo o seu apoio, Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELISÂNGELA PEREIRA LOPES – ... para que a gente consiga ter um horizonte mais claro do que de fato vai acontecer com a Ferrogrão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada, Elisangela.

Agora, com a palavra, Bernardo Figueiredo, Consultor da BF Planejamento e Projetos de Logística.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora. É um prazer estar aqui, obrigado pelo convite.

Quero cumprimentar o Senador Fernando Farias lá também, que é ligado, de certa forma, à área de transportes umbilicalmente. Quero cumprimentar meus colegas de mesa, o Davi, a Elisangela, o Leonardo, o Baldez, o Pagot e o Baumgartner, que são... O Pagot e o Baldez são amigos centenários da luta pela logística. (*Risos.*)

Eu não trouxe uma apresentação porque eu acho que as apresentações vão mostrar com profusão os dados, então eu queria fazer mais uma avaliação do quadro.

Quando a gente fala em melhorar a matriz de transportes, a gente tem que qualificar um pouco o que é, qual é a matriz que a gente quer, o que a gente quer construir. Hoje as ferrovias são extremamente concentradas – e a Elisangela mostrou isso – no transporte de granéis, sejam os granéis agrícolas, sejam os granéis minerais. Eles representam mais de 95% do que é transportado na ferrovia. A gente vê, pela própria evolução que a Elisangela apresentou, que a carga geral, a carga industrializada tem perdido espaço e permitido com isso um aumento do espaço do grão. Então, eu acho que nós temos que olhar o que a gente tem que fazer para que as concessionárias façam mais.

Eu gostaria muito de qualificar uma informação que sempre é colocada do investimento privado em ferrovias. Eu queria que a gente dividisse esse investimento em o que é expansão e o que é manutenção; o que desse volume de 15 bilhões é destinado à expansão da capacidade e o que é destinado à manutenção da capacidade, reposição de locomotiva... Eu acho que isso era importante para a gente avaliar o tanto que a gente está expandindo.

Pegando um pouco a fala do Nassar, eu acho que as concessões hoje têm muito a evoluir. Na renovação das concessões, adotou-se uma nova regra contratual, que é muito importante, que é a obrigação das ferrovias de expandir a capacidade. Então, teoricamente, a gente teria sempre a obrigação das concessionárias de, mediante uma demanda, elas fazerem a expansão, então não tem muita lógica a concessionária recusar carga porque não tem capacidade. Se ela tem a obrigação de expandir, ela deveria ter.

Eu acho que nessa área, no ambiente das concessões, a gente precisa olhar melhor a regulação. Eu acho que a ANTT regulamentou o que é o monopólio, e o monopólio é substancialmente sobre a via. A prestação de serviço é livre. Na legislação, na Lei das Ferrovias, se prevê o ATF, que é o operador independente, o agente transportador ferroviário, e a ferrovia tem a obrigação de permitir que esse operador transite na sua linha.

Então, teoricamente, a gente tem a obrigação de expandir a capacidade e a possibilidade de entrar novos operadores. A gente precisa fazer isso tornar-se efetivo, e não apenas um dispositivo teórico que não acontece na prática. Eu acho que alguns dispositivos, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Centro Nacional de Supervisão é muito importante. Eu lembro que, quando eu estava na ANTT, uma pessoa do agronegócio foi me procurar falando de um problema que tinha ocorrido há dois meses e que tinha comprometido a exportação dele. Eu falei assim: "O que adianta saber dois meses depois? Eu não posso voltar atrás e resolver". A ANTT precisa ter consciência de que precisa enxergar as coisas quando acontecem, porque, às vezes, é preciso ter uma ação em tempo real.

Então, esses mecanismos, como a comissão tripartite e o CNSO, são mecanismos importantes para tornar efetiva a regulação.

Mas eu queria trazer uma outra... Eu sei que aqui o agronegócio sempre toma conta da coisa, mas eu queria trazer um outro raciocínio, que é: quando a gente fala em aumentar a participação da ferrovia... Por exemplo, pegando o número que o Nassar apresentou: 60% é transporte ferroviário; se eu aumentar esses 40% e a ferrovia transportar 100%, qual o impacto que isso dá na participação da ferrovia na matriz? Considerando que granéis representam 15% da demanda total de transporte, isso representa um aumento de 6% na participação ferroviária. Mas nós temos um outro setor, que é o da carga geral, que são os corredores de abastecimento, responsáveis por levar produtos para as fábricas, para os consumidores e tal, e que representa 50% da demanda e é 100% rodoviário.

Nós tivemos, em 2019, uma evidência do perigo que isso representa. Quando nós tivemos a greve do caminhoneiro, o que faltou? Faltou combustível nos postos, faltou produto no supermercado, faltou insumo na indústria. A gente não teve muita notícia, por exemplo, de comprometimento da exportação, porque, de certa forma, a ferrovia supre essas emergências. Você tem ferrovia ali, você pode abastecer. É claro que você ainda tem uma distância de transporte, mas o granel tem um outro atributo – e a Elisangela colocou isso muito bem –: ele tem uma escala que viabiliza o investimento privado. A gente tem, por exemplo, o investimento da Rumo, que está construindo a ferrovia até Lucas do Rio Verde, a qual foi uma autorização estadual, e é privado. Então, eu acho que destravar esses investimentos é deixar a iniciativa privada fazer os investimentos. Eu acho que o dinheiro público deveria ser canalizado para os projetos de trazer para a ferrovia essa carga, que hoje está fora da ferrovia e que é refém do transporte rodoviário, porque isso vai nos trazer uma crise incontornável daqui a alguns anos.

E aí eu queria fazer uma referência ao dado que a Elisangela trouxe também. Assim, desses 11 mil quilômetros que estão abandonados, grande parte deles são os corredores para transporte de carga geral. E por que eles estão abandonados? Porque a ferrovia hoje tem uma condição operacional... Eu queria corrigir a Elisangela: em 1930, nós tínhamos 50 mil quilômetros de ferrovia, então teve vários decréscimos dessa quantidade. Essas ferrovias que estão abandonadas são as ferrovias que compõem o corredor de abastecimento, esse corredor onde transita a carga geral. Então nós tínhamos que ter o poder público consciente de que ele precisa, e esses investimentos não têm a mesma...

A SRA. ELISANGELA PEREIRA LOPES (*Fora do microfone*.) – Falta de manutenção.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Não, é porque, por exemplo, a gente tem diferença de bitola. A ferrovia... Vou dar um exemplo: se você pega a ligação do Sudeste com o Nordeste, a ferrovia que liga o Sudeste ao Nordeste está abandonada ou semiabandonada. Por quê? Ela é bitola estreita e a ferrovia da Malha Sudeste é bitola larga, então você já tem um problema para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transportar de São Paulo para Salvador. Mas, além disso, na ferrovia da Bahia, o trem circula a 10km/h, porque é uma ferrovia centenária. Então você perde muita eficiência.

A modernização dessas ferrovias é hoje, eu acho, o investimento estratégico que o poder público tinha que fazer, porque, ao contrário do granel, onde você tem grandes volumes concentrados, com a carga geral, você tem que fazer um esforço de colocar a ferrovia, trazer uma nova cultura para a ferrovia. E isso, sem o suporte de investimento público, dificilmente vai acontecer. Se eu trouxer 30% dessa carga para a ferrovia, eu aumento 15% da participação ferroviária, mas não é só um número, é um aumento qualitativo: eu estou tirando um setor que é refém de um sistema rodoviário... Eu falo isso sempre que eu posso: se o país crescer 3% ao ano, isso afeta, nós vamos ter uma crise rodoviária, nós vamos inverter. Pouco tempo atrás, o rodoviário estava discutindo piso de frete; se o país voltar a crescer, o usuário vai querer discutir teto de frete rodoviário e vai começar a faltar caminhão, o que afeta também o agronegócio, porque, se eu tiro o caminhão para atender a carga geral, vai faltar para alguém.

Então eu acho importante a gente ter como prioridade a modernização desses corredores que são voltados para o abastecimento do mercado interno. Com relação ao grão, pela dimensão – e são números que, na medida em que você tem uma logística competente, você pode até aumentar mais –, eu acho que o setor privado é capaz de resolver isso. A autorização que a Rumo teve lá no Mato Grosso de fazer 700km de ferrovia totalmente privada mostra que isso é viável, a iniciativa privada fazer esse movimento. Mas pela carga geral não tem ninguém olhando. Você vê que no *pipeline* do nosso Secretário não tem nenhum corredor voltado para transporte de grão, e eu acho que isso aí é uma reivindicação importante.

Outra coisa, fazendo referência – para finalizar a tempo – a algo que está acontecendo: nós temos a renovação da FCA. A primeira renovação foi a dos grandes corredores de exportação, e eles zeraram uma mais-valia, certo? E essa mais-valia nós usamos para fazer a Fico 1 lá, mas não usamos nem um tostão para esse mercado que a gente está fazendo. Agora, nós estamos fazendo o da FCA. O que a gente está mudando, nos próximos 30 anos, na característica física das ferrovias, na capacidade das ferrovias que a gente está renovando? Nada. Nós estamos mantendo a mesma ferrovia, com o mesmo desempenho.

Eu estava conversando outro dia com o Pagot e o pessoal do Porto Seco, de Anápolis. O Pagot está fazendo uma operação importante de algodão lá em Anápolis. Eu falei: "Por que você não desce pela VLI, pelo Porto de Santos, que é muito mais perto?". Aí ele falou assim: "Não, eu não tenho como transitar. A linha, a velocidade não viabiliza". Por que a velocidade não viabiliza? Porque aquela linha foi construída em mil novecentos e pouco e nunca foi modernizada. E nós estamos fazendo a renovação da FCA sem nenhum investimento de modernização dessa ferrovia. A gente está gerando uma outorga, está gerando um valor, uma mais-valia, numa ferrovia que é cheia de problemas – você viu pelo quadro o tanto de trechos que está em desuso ou abandonado –, e não está voltando nenhum investimento. Então, a gente está tirando mais-valia de quem precisa de investimento e não está aplicando esse investimento para melhorar a situação.

Então, essa eu acho que é uma coisa sobre a qual a gente tinha que refletir, principalmente na hora de alocar o recurso público, especialmente quando a gente tira mais-valia da ferrovia e não aplica na ferrovia. Eu acho que esse é o fim do mundo, porque a ferrovia deveria estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebendo dinheiro novo, e nós estamos tirando mais-valia e botando em outro lugar. E sem olhar... Não adianta a gente ter uma performance brilhante na exportação e tal, e a gente não conseguir abastecer o mercado interno, a gente ter uma inflação de custo porque o frete... Assim, é inimaginável você percorrer, igual a Elisangela falou, 2 mil quilômetros por caminhão em qualquer coisa. Na carga geral, a distância média de caminhão é 1,1 mil quilômetros – média. Isso é estruturalmente inviável. Então, nós temos que ter a consciência de que esse é um quadro que nós temos que mudar.

Era isso que eu queria falar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada. (*Fora do microfone.*)

Davi Ferreira Gomes Barreto, Diretor-Presidente da ANTF (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários).

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO (Para expor.) – Bom dia, Senadora.

Primeiro, muito obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui nesta Casa falando de um tema tão importante para o Brasil.

Quero cumprimentar também o Senador Fernando Farias, os meus colegas de mesa – Elisangela, Leonardo, Bernardo, Baldez, Pagot, Alessandro, André, que já saiu – e todos que nos assistem aqui.

A ANTF, Senadora, é a associação que representa as concessionárias de transporte de carga no Brasil. Então, dos 30 mil quilômetros de carga – ou 15 mil, como a Elisângela falou, que realmente estão operacionais –, a malha ferroviária brasileira está hoje administrada pelas concessionárias que fazem parte da ANTF.

E este é um momento muito importante, o do debate que o Senador traz e o Parlamento traz de forma geral, porque eu acho que ele congrega diferentes atores em torno de uma mesma perspectiva: como aumentar a participação ferroviária no transporte do agro no Brasil? Ponto. Então, no agronegócio, na carga geral, eu acho que ninguém é contra a expansão ferroviária no país. E a gente discute isso há muitos anos, acho que todo mundo aqui. O Bernardo falou um pouquinho, fez um pouquinho dessa brincadeira. Enfim, eu não estou há tanto tempo... Estou há bastante tempo nessa discussão e, de fato, a pergunta é como fazer isso. E, por mais que às vezes haja, de fato, divergências de como, pontuais em relação ao usuário, à concessionária, eu acho que a finalidade é a mesma e o nosso objetivo aqui é buscar como isso pode ser resolvido.

Mas acho que a primeira mensagem que eu queria colocar, Senadora, nessa discussão é que fazer ferrovia – talvez seja uma das principais causas da nossa dificuldade – demanda muito dinheiro, fazer ferrovia é caro: para 1km de ferrovia, a Elisangela colocou, falou de R$15 milhões, R$20 milhões; hoje, a gente fala em R$20 milhões a R$25 milhões para cada quilômetro de ferrovia. Uma locomotiva custa R$20 milhões, um vagão graneleiro custa quase R$1 milhão. Então, quando a gente olha uma composição de uma locomotiva de 120 vagões, estamos falando de R$120 milhões, R$150 milhões que foram investidos. É muito... esse ativo tem que ser utilizado.

E quando a gente observa os investimentos em ferrovia, o Leonardo bem colocou isso, e eles vêm evoluindo ao longo do tempo – então, o setor privado já investiu mais de R$170 bilhões,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em valores corrigidos, desde o início das concessões –, existe, sim, uma perspectiva de aumento desse investimento, fruto muito das prorrogações antecipadas assinadas, que geram mais prazo para que esse investimento fosse amortizado. E, hoje, a gente está com uma perspectiva de recorde histórico de R$45 bilhões nos próximos anos; foram R$10 bilhões em 2023 e, pegando um pouco do gancho do Bernardo, desses R$10 bilhões, mais de R$1 bilhão foi feito em expansão de malha, *greenfield*, projetos da Fico para a extensão da Malha Norte, novos trilhos, o que há muito tempo não se fazia.

Mas a participação do poder público é pequena. Por mais que tenha havido um incremento da participação na primeira metade dos anos 2010, ela só vem caindo. Em 2023, teve um investimento de algo em torno de R$10,4 bilhões no setor ferroviário, privado; o setor público não investiu nem R$100 milhões. Por óbvio, há muito tempo não se investe, agora o Governo vem fazendo um esforço gigantesco de retomar esse investimento, como o Secretário bem colocou, com novos projetos, com novas iniciativas de alocação de recursos públicos nas ferrovias, mas foi um desafio muito grande, o Bernardo colocou também isso de forma muito clara.

O que sempre existiu foi uma retirada da mais-valia da ferrovia. Então, ao longo do processo de concessão, mais de R$25 bilhões foram pagos em autógrafos de arrendamento, que não foram revertidos na malha, foram fazer frente a despesas de custeio da máquina pública brasileira. Mais de R$75 bilhões foram pagos em impostos – IPTU, ICMS, ISS –, ou seja, a ferrovia precisa de dinheiro novo e não que se retire o dinheiro que ela pode gerar, ou seja, os *upsizes*, os excedentes que esses projetos podem gerar.

Então, acho que um primeiro desafio que a gente tem como país é que o setor privado não vai fazer isso tudo sozinho, por mais que sejam investimentos vultosos. E esses investimentos são financiados, são pagos, de fato, com a carga. A ferrovia existe para transportar a carga, não é um fim em si mesma; é para transportar o grão do agronegócio, a celulose, o minério. Agora, existe um limite para até onde o setor privado pode ir, e a participação do setor público é muito importante nesse sentido.

Quando a gente olha as expectativas de investimento no setor, com as prorrogações antecipadas, o PAC fala algo em torno de R$90 bilhões, R$95 bilhões e que 90% desse investimento é privado. Nas prorrogações que já foram assinadas ou que vão ser assinadas agora, o FCA prevê investimentos de R$30 bilhões. Para geração de outorga e indenizações é algo em torno de R$4 bilhões, $5 bilhões. E o nosso pleito é que esse dinheiro fique no setor, que esse dinheiro não saia do setor. Quando a gente olha outras iniciativas... Foi muito citada aqui a extensão da Malha Norte, da Rumo, não é, Senadora? A senhora conhece bem o projeto, é o maior projeto de infraestrutura do Mato Grosso...

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – ... com mais de 4 mil pessoas empregadas. Eu vi um dado que me impressionou: acho que, no primeiro trimestre de 2024, quase 60% dos empregos gerados na construção civil foram para esse projeto, um projeto desafiador, com 100% de dinheiro privado.

Então, quando eu escuto que o setor ferroviário está acomodado, isso incomoda, isso me incomoda um pouco. Eu não acho isso. Eu acho que o setor ferroviário não está... Muito pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário, o setor ferroviário vem investindo muito no país, tomando muito risco – porque depende da carga, depende de quebra de safra, tem que ter carga para poder pagar esse investimento, depende-se de contratos de longo prazo para que esse investimento seja pago. Então, quando a gente ouve relatos de recusa, parece-me... Eu tenho dificuldade de ver verossimilhança nisso. Um setor que cresce 5% ao ano, que triplicou o volume de grãos, pode recusar, talvez, um contrato de *spot* – às vezes não tem jeito, uma locomotiva demora dois anos para ficar pronta, não tem concessionária de locomotiva ou de vagão.

Então, é natural. O compromisso da expansão do setor ferroviário tem que ser conjunto, com os investimentos da concessão, do poder público e também dos usuários. É um conjunto de atores que vão fazer isso virar realidade, porque os projetos são bilionários. Então, são R$15 bilhões da expansão da Malha Norte; são R$12 bilhões da Transnordestina; são mais R$9 bilhões da Fico, que foi precificada em R$2,7 bilhões, para renovação... Quem está pagando esses outros R$6 bilhões? É o setor privado; é a prorrogação da Vale que está pagando isso, porque, quando saiu do TCU, com a precificação da Sicro, estava em R$2,7 bilhões, um valor nitidamente subestimado. Há a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), enfim...

Então, acho que a primeira mensagem que eu queria colocar seria que o setor não está acomodado; muito pelo contrário, o setor investindo muito: em novas vias, em modernização das malhas, em comercialização de pátios, em sistemas de sinalização, em novos materiais rodantes. Então, é um setor que investe muito e que precisa do apoio do poder público. Acho que esse é um ponto superimportante para a gente colocar.

E os resultados estão aí: a movimentação dobrou. A produção aumentou em 150%, principalmente puxada pelo agronegócio. Agora, a gente cresce 5% ao ano, no transporte do agro; o agro cresce 10% – 9,4% que você colocou, não é, Elisangela? Ali, a média. Então, sozinho, não dá. A gente tem que ter um... É necessário ter mais gente trabalhando junto para que a gente consiga alcançar a potência do agronegócio.

Então, aqui mostra um pouco: isso veio com a expansão, também, do parque, da frota. O número de locomotivas triplicou, o número de vagões triplicou. E isso a partir de novas tecnologias, que consomem cada vez menos diesel, com menos impacto ambiental. E é um ponto, Senadora, que a gente sempre coloca nas discussões de ferrovia, quando a gente fala, em diferentes eventos: é impressionante como um país como o Brasil não captura as externalidades positivas da ferrovia para financiá-la. A gente pega, por exemplo, preço médio do transporte ferroviário. Chega ali em Santos e o ferroviário é um terço do setor rodoviário. Como é que não se financia o setor? O setor ferroviário emite 85% menos dióxido de carbono do que o setor rodoviário. O Brasil quer ser protagonista na discussão climática mundial. Como é que isso não está capturado? Como é que não faz parte dos compromissos do Brasil no Acordo de Paris uma mudança estrutural da matriz de transporte, com o setor ferroviário, com o setor hidroviário capitaneando isso? Esta deveria ser uma meta do país para o mundo: mudar a sua matriz de transporte.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Uma das prioridades.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Uma das prioridades!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para você ter ideia... Senadora, a gente olha prioridades. A gente quer mudar a matriz, a gente vai olhar gasto público. A gente tem hoje entre 20 e 25% – varia um pouquinho, depende de quem faz a conta – da matriz de transporte em ferrovias e 75% em rodovias. Como é que a gente vai virar isso então? Tem que ter investimento. Aí, quando a gente olha a execução de investimentos para transportes nos últimos cinco anos, 95% foram para rodovias e 5% para ferrovias. A gente vê desembolsos do BNDES nos últimos cinco anos: 75% foram para as rodovias e 25% para as ferrovias. Se a gente não virar essa chave, a gente não vai mudar. A gente não vai conseguir sair, a gente não vai conseguir aumentar a matriz sem recurso novo.

A gente olha, por exemplo, instrumentos importantes de financiamento climático que poderiam ser crédito barato para construir ferrovia. O Fundo Clima, por exemplo. A ferrovia não é elegível para o Fundo Clima, porque só é elegível se for uma ferrovia eletrificada, que é inviável no *heavy haul*, que é impossível no Brasil.

Então, acho que existe um... É necessário um acordar da política pública como um todo, do mais alto nível até os níveis mais operacionais da sua implementação para, de fato, termos um compromisso do país em mudar essa realidade, porque sem recurso, sem financiamento, com financiamento caro, a gente vai ter uma dificuldade muito grande de virar esse jogo.

Porque as ferrovias... Aí é importante o potencial que a ferrovia tem. A gente viu aqui, uma boa parte da malha está abandonada. De fato é assim, tem um terço da malha que não opera, uma malha que remonta eu acho que a mais de um século. Talvez o Bernardo, que conhece mais a história, o Baldez, o Pagot possam me corrigir, mas temos malhas centenárias. Apesar de termos algumas dessas malhas centenárias com operação de primeiro mundo, como a Vitória a Minas, uma ferrovia de bitola estreita, que movimenta 100 milhões de toneladas de minério, um padrão mundial, grande parte dessa malha é inviável. A gente tem que ser pragmático: vamos fazer o que com ela? Vamos devolver? A que custo? Esse dinheiro vai para onde? Vai para a ferrovia ou vai para pagar custeio? Porque as ferrovias que, de fato, funcionam no Brasil operam muito bem. Óbvio que a gente tem muito a avançar ainda, melhorar a *transit time*, melhorar a velocidade média de percurso. Está tendo muito investimento para isso, em ampliação de pátio, em integração com o porto, até porque a ferrovia sozinha não faz tudo, o porto tem que responder. Então os investimentos ferroviários têm que ser casados com os investimentos portuários.

Mas hoje, em nível de acidente, por exemplo, houve uma redução brutal dos acidentes desde o processo de desestatização, foi em mais de 85% a redução. Hoje o padrão de acidentes nas ferrovias brasileiras é o mesmo das ferrovias americanas, das *class I* americanas. A mesma mensagem se dá para o consumo médio de combustível. O nosso consumo médio de combustível é até menor do que o das *class I* americanas. Lógico, porque a gente tem que... Existe um incentivo natural muito grande para reduzir. O diesel é o maior insumo, o principal insumo do transporte ferroviário. As empresas de ferrovia são as maiores compradoras de diesel do Brasil. Então, quanto menos diesel você gasta, mais eficiente é a sua operação, existe um incentivo muito grande para isso.

Mas acho que a segunda mensagem que a gente deixa é que as ferrovias que de fato funcionam, que têm investimentos, operam muito bem. Elas têm que operar bem para ter competitividade. A gente quer ser cada vez mais competitivo. Não é interesse de nenhuma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessionária de ferrovia ter custo alto, não ter demanda, não atender cliente. Isso não faz o menor sentido. É muito dinheiro que é gasto para não ter retorno.

E aí – e talvez já vai terminando aqui um pouco do tempo – eu acho que a principal mensagem que a gente vem discutindo aqui, ao longo do tempo, é como é que a gente muda esse quadro, esse quadro em que a gente compara o Brasil com outros países do mundo em relação ao nosso potencial ferroviário. Isso foi mostrado de diversas formas pelos diversos atores. Então, como é que a gente aumenta a nossa densidade ferroviária para chegar ao patamar, como está no gráfico à direita, da Austrália, da Rússia, da Argentina, do Canadá, da Índia? O Secretário bem colocou a revolução que a Índia está fazendo – não é, Leonardo? – no transporte ferroviário com investimento, um plano de dezenas de bilhões de dólares. Então, como é que a gente chega a esse patamar, para, de fato, mudar essa matriz? É uma matriz que está aí, hoje, em 20%, 25%; e, se a gente tira o minério, como o Bernardo bem colocou, é muito menor. O minério de fato...

Agora, qual o meu receio? A gente não pode querer incentivar as outras cargas em detrimento das que existem. Não é para existir uma competição entre cargas. Acho que esse não é o objetivo do país. O país precisa transportar minério...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO (Para expor.) – ... a gente tem que transportar os nossos grãos. E, por óbvio... Pelo contrário, porque são essas cargas que, muitas vezes, permitem, como o Bernardo bem colocou, que outros tipos de mercado possam ser transportados pelos trilhos. A gente vê, por exemplo, o que está sendo feito em contêiner. Ainda é muito pouco o transporte em contêiner, mas se multiplicou por mais de 100 desde as concessões. Hoje, já se faz algo como 700 mil TEUs. É pouco ainda perante o que o Brasil faz, mas só se faz isso porque existem outras cargas que pagam a construção de uma ferrovia de padrão mundial, que dão *transit time*, que permitem fazer terminais multimodais. Então, existe um dever de casa muito grande para a gente fazer até chegar a sair desses 20% e chegar a algo como 30%, como 40%.

Mas talvez, Senadora, a principal mensagem que eu gostaria de deixar nesta discussão é que eu acho que esse desafio precisa da união de vários esforços. Eu acho que as concessionárias sozinhas não vão fazer isso. Elas não vão fazer isso desalinhadas com os usuários; muito pelo contrário, a gente existe para atender os usuários, para atender a carga. A ferrovia só existe para isso. Então, é necessário, eu acho, que todos sentemos juntos e trabalhemos juntos – setor público, setor privado e os usuários, com apoio do poder político, do Senado, da Câmara, Poderes Executivo e Judiciário – para viabilizar isso, tirar os empecilhos da ferrovia e não colocar mais. Eu acho que isso é um pouquinho da principal mensagem que a gente coloca, agradecendo mais uma vez o convite e me colocando aqui à disposição para o debate e para qualquer pergunta que vier.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada, Davi.

Agora, com o uso da palavra, o Luiz Baldez, Presidente da Anut (Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ BALDEZ (Para expor.) – Obrigado, Senadora, por nos convidar a participar desta audiência pública.

Um abraço a todos os colegas.

Eu queria só lembrar, Senadora, duas referências: que eu conheço o Bernardo há cem anos (*Risos.*) e que o Barreto falou que a ferrovia é centenária e me olhou... (*Risos.*)

Eu quero chegar aos cem, não é? É o meu objetivo, mas ainda não consegui chegar lá.

O aspecto que eu trouxe aqui... Eu trouxe alguns eslaides, que vão ficar à disposição – provavelmente não passarei todos –, para mostrar, primeiro, que as posições, as análises do André, do Bernardo, da Elisangela e as minhas são muito parecidas, porque a dor do usuário é a mesma. O que nós precisamos talvez é de uma coisa que todos querem, não é só o usuário: é a chamada previsibilidade. Você vê agora, no caso da FCA, o trecho Minas-Bahia. Nós temos várias empresas que estão "com o cabelo em pé", até estavam lá na audiência pública, dizendo: "O que vai ocorrer com esse trecho?". Conversei, inclusive, com o Secretário, para confortar aquela turma, que acabou de fazer investimentos milionários. Fizeram um novo forno lá de R$500 milhões. Estou falando da Magnesita. E eles estão sem saber, porque o que está dito é que até o ano que vem tem, e depois? Quer dizer, essa imprevisibilidade, essa descontinuidade é que cria o que eu chamo de insegurança logística. Como é que eu faço o meu planejamento de longo prazo numa insegurança dessas?

Veja o que a Elisangela apresentou ainda agora – nós temos pequenas diferenças de números: esse é aquele tal dos 30 mil quilômetros que eu concessionei, lá em 1996 e 1997. Em 2018, eu cheguei a 12 mil quilômetros. Hoje estou perto de 10 mil quilômetros, em plena operação. Os outros 18 mil quilômetros estão no processo – aí essa insegurança logística de que eu falei – de devolução, sem nós sabermos o que vai ocorrer. Então, quando eu coloquei ali "E o futuro?", essa é que é a verdade.

Uma de nossas empresas da área de siderurgia, tivemos uma reunião recentemente, disse que estava com um projeto de expansão, um novo autoforno, inclusive analisando localização. Qual era a variável de decisão? Logística. Como é que ele tira o produto? Porque autoforno, depois que você ligou, não desliga mais. É aço e gusa jorrando, que têm que ir para algum lugar. É com essa insegurança que nós temos dificuldade.

Segunda coisa: esse é o trabalho do TCU. Este último foi um trabalho portentoso, um trabalho muito bem-feito. E o que ele faz basicamente é um diagnóstico do mercado doméstico ferroviário. No final, ele diz que o problema não é só alocação de recursos, como ele está dizendo – isso é conclusão do relatório –: não estão ligados apenas à disponibilidade financeira. É uma variável? É claro, importante e que precisamos resolver. E também: ausência de uma política setorial que defina objetivos e metas para o setor; eixos prioritários; projetos e estudos de viabilidade; priorização de projetos; insegurança jurídica e regulatória. Esse é o quadro que... Portanto, o nosso trabalho é multifacetado. Ele não é só a questão financeira em si.

Um outro ponto é a visão que nós temos, como está ali embaixo – eu vou só ler a visão do usuário, tá? –, para o setor ferroviário. Está dito: a gente olha o setor como uma operação monopolizada; o mercado controlado por poucas empresas; tarifas relativamente elevadas, porque se aproximam do rodoviário, apesar de ter uma relação de custos muito favorável para a ferrovia; os serviços muitas vezes são inadequados – o conceito de serviço adequado inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um conceito legal, mas ele teria que ser tecnicamente regulamentado pela ANTT; problema de oferta de capacidade, exatamente porque, foram falar, há até recusa de carga; e assim por diante.

Essa é a nossa visão, aquela que nós temos do setor. Como a gente corrige um pouco isso? O André Nassar falou: "As comissões tripartites". Essas comissões unem os três atores, se elas funcionassem mesmo como devem funcionar, seria ótimo para nós debatermos. A visão da ANTF, do Davi Barreto, está corretíssima. Eles investem, eles fazem isso... Aí nós não percebemos isso. Por quê, hein? Esse é que é o ponto. É preciso – e nós já conversamos muito com a ANTF – sentar com o setor. E a comissão tripartite formaliza, mas as comissões não dão um passo adiante.

Bom, esta aqui vocês conhecem, é a nossa matriz. Aqui é um conceito.

Como é que nós imaginamos que poderia haver a exploração da ferrovia? Na exploração da ferrovia, como foi bem lembrado pelo Bernardo, a via pode ser monopolizada, o transporte não.

Por que eu só tenho um operador transportando uma carga? Por que eu não tenho dois, três, quatro? Foi previsto o agente transportador ferroviário desde 2014, que era o antigo operador ferroviário independente. E até hoje nós não conseguimos avançar na matéria. Tem alguma razão, e nós precisamos analisar.

Veja aqui a questão da evolução do transporte. Você vê que, em 2018, nós movimentamos 570 milhões de toneladas. Em 2023 e 2024, e em 2022, mais ou menos em torno de 500 milhões, 530 milhões de toneladas. Portanto, eu reduzi a movimentação. Por que eu reduzi a movimentação, se a gente diz que tem tanta carga e até recusa de carga? É um negócio que a gente precisaria também sentar e analisar.

E a outra questão: você vê ali, a barra de baixo é minério de ferro. Você vê que o minério é que comanda a disponibilidade e capacidade ao mercado, porque as outras cargas todas ficam na faixa de 130 milhões, 140 milhões de toneladas por ano, num mercado de 2 bilhões e tantos milhões de toneladas que se movimentam no ano.

Aqui, foi o efeito do ambiente legal. Veja o ambiente legal: nós temos leis, nós temos decretos, nós temos prorrogação, nós temos tudo, e a produção está praticamente a mesma.

Este é um outro problema: aquela visão do setor ferroviário em que nós temos a distância média percorrida de 700km, uma densidade pequena, como já foi... e o modelo é de exploração vertical.

Bom, como a gente poderia construir o futuro? Para a construção do futuro, nós temos que definir os parâmetros que nós queremos alcançar no futuro. Se a gente não sabe nem para onde a gente vai, que futuro a gente vai construir? Por exemplo, nós temos 12 mil ou 15 mil quilômetros em plena operação. Eu preciso de 50 mil quilômetros. Portanto, eu tenho que construir 35 mil quilômetros.

É claro que isso eu não construo em uma geração, mas eu tenho que ter passos intermediários para eu chegar lá. Eu tenho inoperantes 18 mil. Eu tenho que ter zero, e aí tenho que tomar uma decisão: erradica, faz turismo, recupera e opera. Nós temos que ter este plano de longo prazo com indicadores que a gente pudesse ir acompanhando ao longo do tempo, até para corrigir os indicadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A velocidade média nossa é de 18km/h; tem que ser de 50km/h, 40km/h. Então, talvez a gente precise olhar o futuro, mas olhar o futuro tentando desenhar o futuro. Não é só dizer: "Ah, eu preciso melhorar as ferrovias". Eu tenho que desenhar o futuro em que eu quero chegar.

Quanto às comissões tripartites, eu vou deixar aqui como uma sugestão à Senadora, ao Senado, a esta Casa, como nós olhamos o que deveria ser a comissão tripartite. É o melhor ambiente que já se construiu. Infelizmente, não alcança seus objetivos. Eu acho que se a gente conseguisse ter aquele portfólio de atribuição básica da comissão, nós daríamos à comissão a condição de ela ter o relevante papel.

Aqui, essa questão de que eu falei ainda há pouco. Nós temos que dividir o problema. Se nós temos um problema, temos que dividi-lo em pedaços, porque cada pedaço tem a sua solução própria: os trechos inoperantes, as autorizações que estão aí até agora e que não conseguem avançar, as novas concessões, as renovações contratuais que estão em pleno... o cenário atual em que a gente precisa ter melhorias operacionais, o ambiente regulatório. Quer dizer, a gente divide, porque cada pedaço desse tem a sua solução própria, o seu encaminhamento próprio.

Este é um quadro que foi feito pela Anut sobre como a gente olha o desempenho econômico-financeiro do setor ferroviário. Veja, é um setor altamente equilibrado, e é assim que tem que ser. Você vê que todos os indicadores que tem ali são indicadores de robustez financeira, de capacidade de investimento. Portanto, nós não temos problemas de ter um setor que a gente possa imaginar que esteja prestes a falir, que precisa de aporte público, nada disso. O setor está bem financiado pela carga.

Aqui, é um pouco o olhar para o que nós temos até 2030. Vejam o que nós temos até 2030. Nós temos a Fiol 1, a Fico, a Ferrogrão, quando sairia.

Quer dizer, até 2030, provavelmente nós vamos ter somente a Fico-Fiol pronta, operando.

Aqui, é o último eslaide, só para mostrar o seguinte: nós fizemos uma simulação interna com crescimento da economia a 2,5% ao ano. O crescimento da demanda é um pouco inelástica. Ela tem autonomia de crescimento.

Com a demanda, a partir de 2,4 bilhões de toneladas, que é quanto a gente movimenta hoje, crescendo 1% ao ano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ BALDEZ – ... portanto, em 2035, nós teríamos uma movimentação de quase 2,7 bilhões de toneladas; ou seja, vamos agregar, até 2035, algo como 300, 400 milhões de toneladas à nossa economia.

Aí nós vamos ver: bom, como é que vai crescer o setor ferroviário? Está ali.

Inclusive, eu coloquei Ferrogrão até 2035. Estão todas ali.

Quem diz que eu tenho 100 anos tem razão, porque eu não estou lendo direito daqui, não.

Ali, tem Fiol, Fico, Ferrogrão, mas elas são insuficientes.

Portanto, eu preciso, para eu ter 35% da matriz de transporte em 2035, colocar 300 milhões de toneladas de carga para movimentar no setor ferroviário.

Aí eu chego à seguinte conclusão: para alcançar 35% da matriz de transporte, é preciso, primeiro, agregar esta capacidade, 300 milhões. E eu estou considerando uma densidade de transporte de 50 mil toneladas por quilômetro de via, que é a densidade média hoje, que é 530 milhões em 12 mil quilômetros. Com essa conta, eu tenho que implantar seis mil quilômetros de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nova ferrovia. Aparentemente, o secretário falou 6,25 mil quilômetros. Quer dizer, nós não combinamos esse número. É a mesma lógica. Seriam seis mil quilômetros.

Só que, no nosso caso, nós consideramos R$20 milhões por quilômetro, o que daria R$120 bilhões, que levaria, no nosso cronograma, 20 anos para serem construídos.

Portanto, o que talvez precise hoje é: primeiro, como é que eu modelo esse futuro? Primeiro, a lei das PPPs, porque a Lei das PPP atual não é atrativa porque ela é uma contribuição pecuniária por 30 anos. É uma insegurança financeira brutal eu achar que o Tesouro Nacional vai, todo ano, colocar aquele valor no meu fluxo de caixa.

Segundo, interoperabilidade. Isso tem que ser uma obrigação para a integração modal. Não poderia ser uma liberalidade do concessionário.

Terceiro, compartilhamento, priorizando o direito de passagem.

Quarto, eu tenho que ter um programa de recuperação de trechos, esses 18 mil abandonados, até para a gente, apoiando a ideia da Elisangela, acabar com esse negócio de 30 mil. Não tem 30 mil mais. Não tem mais 30 mil quilômetros de vias. É 10, 12, 15, e olha lá.

Por último, a viabilização das autorizações. Não é possível que a gente faça uma bela lei, chegamos a centenas de pedidos e não tem uma funcionando, ou pelo menos em implantação. Tem alguma coisa errada.

De forma que eu agradeço, como representante dos usuários, Senadora, e fico à disposição dos senhores. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada, Baldez.

Agora, com a palavra, o Senador Fernando Farias.

Por gentileza.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senadora Rosana.

Quero dizer aqui: Leonardo, a carga está pesada, não é? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas é para isso mesmo que a gente fez esta reunião.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É para isso mesmo que a gente está aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Justamente, Senador, para discutirmos e atualizarmos esses dados. E todos nós – não é? – passarmos, realmente, para o Governo as nossas dificuldades, os nossos anseios.

Muito bem colocado, Senador.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dizer que todos nós precisamos de ferrovia, não precisa nem dizer isso. Desde pequeno, a gente já nasce e, depois que cresce um pouquinho, já tem um trenzinho andando, não é? Então todo mundo é ligado em trem. Mas, como disse o Barreto, fazer ferrovia é caro. É caro e os donos de concessões têm que viabilizar essa coisa.

Chamou a minha atenção aqui o da Abiove – o André, não é? – que saiu. Ele falou que o agro é sazonal, não é? É sazonal. Realmente é sazonal. Todas as *commodities* assim são sazonais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo um pouco do setor do açúcar, em que, quando você vai montar uma indústria, você já começa fazendo a estocagem. Eu não sei como é essa conciliação no agro.

Então, acho impossível você ser o dono de uma concessão, estar *full time* ali por seis meses e seis meses parado, não é? Então isso é complicado.

Talvez uma conciliação aí de estocagem, antes de plantar 10 mil hectares, 20 mil hectares... Vamos estocar para poder fazer essa conciliação e viabilizar a concessão, que é muito cara, não é?

Então, quero chamar a atenção para isso. Isso ocorre no setor do açúcar, é fácil.

No agro, já, já, vai ter outro problema, vamos dizer assim. Estão construindo um projeto muito bonito que é essa história do álcool de milho, não é? Isso aí é um negócio fabuloso, grandioso, para o agro e para o meio ambiente, essa coisa toda.

Eles não têm estoque de álcool. É entrando milho e saindo caminhão de álcool. Entrando milho e saindo caminhão de álcool. Já, já estoura um problema, quanto o que já existe hoje do milho e da soja, não é?

Quero chamar só a atenção para isso.

E, Leonardo, leve essas mensagens aí, você e o Santório – o Presidente Lula está apoiando muito o Ministério do Transportes, com a energia do nosso Renan –, para conciliar essas coisas.

Era isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada, Senador.

Agora, com a palavra, Luiz Antonio Pagot, consultor da Ampa (Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão). Centenário, também, já, no ferroviário, não é? Já com o conhecimento profundo – não é, Pagot?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT (Para expor.) – Bom dia, bom dia.

Quero começar com essa sua alusão, ilustre Senadora, cumprimentando também o ilustre Senador Farias, não é?

A importância de se ter essa idade é que a gente já viveu muita coisa e já fez muita coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E tem conhecimento, não é?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – E tem conhecimento, e vamos fazer muito mais, viu, Bernardo? Não pense que nós estamos sossegados aí, estamos falando sobre novas ferrovias. Entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tem muito pela frente, não é, Bernardo?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – E, Senadora, especialmente no meu caso – e a senhora me conhece bem, não é? –, eu já...

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – ... fiz um acordo com quem manda de que eu vou trabalhar até os 88 anos. Depois, eu não sei o que eu vou fazer, mas, até os 88 anos, eu vou falar como o Zagalo: "Vocês têm que me aguentar".

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas é bom que a gente tenha pessoas como você, Pagot: perseverante e com conhecimento de causa.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – E obviamente eu quero ver essa Ferrogrão apitando o trem, lá em Sinop.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com certeza!

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Podem ter certeza disso.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A luta é grande, não é?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Todo mundo explanou muito bem, apresentou dados, fez algumas sugestões e reivindicações, o Governo tem um plano de trabalho, mas eu queria colocar assim um primeiro ponto, que é o seguinte: nós vivemos na regra do sapo, de pulos, porque não temos um projeto de Estado, temos projeto de Governo.

Nós aqui trabalhamos juntos na linha de frente de alguns projetos importantes para o Brasil e nós fomos evoluindo até um ponto. Aí entrou um outro Governo, e, durante quatro anos, praticamente o setor de infraestrutura ficou abandonado, sem receber investimentos, sem projetos especiais, sem se conseguir ampliar a oferta de malha rodoviária ou ferroviária. Entendeu? E aí vem, de novo, outro Governo: "Bom, agora vamos fazer a retomada". Certo?

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Claro.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não devia acontecer assim.

Nós temos que encontrar no Congresso Nacional regras definidas para ter programas de Estado, não programas de Governo, para parar de viver esse pulo do sapo: está com vontade, pula; não está com vontade, fica quieto, não é? Então, essa descontinuidade é muito ruim, até porque o setor do agronegócio só evolui e vai continuar crescendo.

No ano passado, em 2023, nós transportamos, só do agro – não do conjunto, só do agro –, 320 milhões de toneladas. Foram 7,711 milhões viagens de carreta, utilizamos 265 mil carretas para fazer isso e com uma ineficiência de 40%, e, mesmo com essa ineficiência de 40% – e aí, Davi, eu rebato um assunto seu –, não são 30% de diferença entre transporte ferroviário e rodoviário, são 5% de diferença. A muitos clientes meus eu sugiro, inclusive, que eles façam e refaçam as contas, e muitos estão preferindo ir pelo rodoviário a ir pelo ferroviário, porque por um, em 48 horas, você está no porto; pelo outro, você demora, no mínimo, nove dias, conforme de onde sai a carga. Certo? Então, isso é um problema bastante sério.

Vamos fazer um recorte com o setor do algodão, que cresce, cresce e cresce. O ano do algodão é de setembro a setembro, e, nesse ano do algodão de setembro a setembro, nos três últimos anos, fizemos de média a exportação de 100 mil contêineres HC-40: 94%, de 100 mil contêineres, pelo Porto de Santos, 94%, e os outros 6% pelos demais portos nacionais. E detalhe: agora, nessa próxima safra de setembro a setembro, que começou agora, vão ser 130 mil contêineres para exportação, 130 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos últimos três anos, nós não conseguimos chegar a 30% transportados pelo transporte ferroviário; não conseguimos, tentamos de tudo; não conseguimos, por causa dos gargalos portuários, por causa de questões de inspeções, por causa de questão de legislação, burocracia excessiva, problemas nas malhas, entendeu? E não conseguimos avançar.

Então, este é um problema que nós precisamos superar: a operacionalidade das vias ferroviárias. Estão concessionadas, mas temos que ter uma melhor operacionalidade. E, para se ter essa melhor operacionalidade, principalmente na exportação, nós precisamos melhorar os gargalos portuários que ainda existem.

Podíamos ter uma maior oferta nos grãos – soja, milho, farelo –; podíamos ter uma maior oferta, só que temos problemas sérios no gargalo ferroviário. Quando a gente chega com aquela composição ferroviária ao porto, nós não conseguimos descarregar ou demoramos alguns dias para descarregar. Apesar de ter uma quantidade grande de terminais nos portos, ainda temos problema de gargalo nos portos; e, obviamente, também temos problemas sérios de gargalo rodoviário, filas contínuas e intensas.

Então, esse olhar específico sobre as questões das ferrovias tem que ser ampliado, porque você tem que olhar o todo; tem que olhar de onde se capta a carga – a origem –, o destino, que é o porto para onde essa carga siga, e os problemas que o porto tem.

Ontem, por exemplo, estava conversando com o Governo do Estado do Paraná, para, por favor, nos ajudar a resolver um problema no Porto de Paranaguá, porque faz mais de dois anos que estamos aguardando um ramal ferroviário no TCP. E aí fica uma discussão entre o porto e o concessionário, no Terminal de Contêineres de Paranaguá, de quem vai fazer o investimento, de quando vai fazer o investimento.

Então, eu estou pedindo, pelo amor de Deus, que esse ramal ferroviário seja feito até o ano que vem, para a gente conseguir chegar com a carga de algodão a Maringá, ou a Cambé, ou a Rolândia, colocar no trem e levar para Paranaguá, porque possibilidade de levar pelo trem nós temos, só que não temos acesso ao porto.

São Francisco do Sul parece uma lenda, não é? A história da ferrovia no Porto de São Francisco do Sul virou lenda, porque não se consegue terminar aquela obra, como também o contorno ferroviário do novo acesso rodoviário para o porto. Tanto lá em São Francisco do Sul tem o problema do acesso ferroviário...

Então, a autoridade, seja a Infra S.A., seja o Ministério dos Transportes, seja a própria ANTT, tem que se debruçar sobre esses assuntos e resolver essas questões, definitivamente. "Não, o nosso governo está fazendo isso, o nosso plano está fazendo isso"; mas aqui foi falado que temos algumas ações pontuais – certo, Baldez? – que podem ser resolvidas imediatamente. É questão de se sentar ao redor da mesa e dar prazo, e, se não der prazo, a multa come para todo mundo, entendeu? E, se aquele agente não está contribuindo com o processo, troca o agente.

Nós temos, Leonardo, na Esplanada dos Ministérios, só do último concurso de engenheiros, 500 especialistas na Esplanada dos Ministérios, que estão espalhados por aí; a maioria absoluta no setor de apoio, não no finalístico, não contribuindo decisivamente para o Governo, para que, efetivamente, essas leis, esses projetos e esses processos consigam acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, o que o Governo faz? Contrata; contrata o BNDES, contrata a CAF, contrata não sei quem, para fazer projetos que o próprio corpo de engenheiros podia estar fazendo; porque não se tem esse olhar de projeto de Estado, tem-se sempre esse olhar de projeto de governo. "Ah, entrou o governo, então troca tudo, passa para cá e para lá, não sei o quê e tal"; e a descontinuidade acontece.

Então, eu acredito que esse seja um dos maiores pecados que nós estamos cometendo com a infraestrutura nacional. E, só para dizer, Davi, não estou brigando contigo, não.

Nós vamos apresentar, daqui a 60 dias, um projeto, para o Governo, de investimentos de R$240 bilhões em dez anos, sendo R$120 bilhões nos primeiros cinco anos e mais R$120 bilhões nos outros cinco anos, para rodovias, porque é por aí que passa o grande transporte de cargas nacional, vai continuar passando. E, se nós não fizermos esse investimento, nós vamos entrar em um apagão logístico, e os custos de frete, que já estão um absurdo, vão ser praticamente dobrados.

Senador, em 2030 – não é aquela historinha de 2035 –, só o agro vai estar transportando, pelas rodovias nacionais, 450 milhões de toneladas. E aí não serão 7,7 milhões de viagens, serão 10 milhões de viagens; e aí não serão 265 mil carretas, serão 400 mil carretas. Vão passar por onde, se nós não temos nenhum projeto consistente de novas rodovias no Brasil, ou de duplicação de rodovias, ou de implantação de interseções, e assim por diante?

Então, nós estamos caminhando para um apagão logístico, estamos caminhando para dobrar o preço do frete, estamos caminhando para essa ineficiência de 40%, por conta de rodovias precárias, de Pare e Siga, de uma série de questões, de gargalos portuários, de falta de motorista, de problemas na legislação com os motoristas, porque agora nós estamos aqui... Todo o setor está acompanhando atentamente o STF com a nova lei dos caminhoneiros, porque não pode um caminhoneiro trabalhar 15 dias e ficar 15 dias em casa. Nem ele quer, Baldez, porque ele não ganha dinheiro para pagar a prestação do caminhão dele.

Nós já conseguimos seis votos favoráveis. Nós estamos extremamente preocupados com isso, porque, se nós não fizermos, na modulação, pelo menos nove votos, nós praticamente vamos estar derrotados. Então, nós temos que encaminhar isso para que seja de forma consistente, uma nova legislação sobre isso, que permita que o caminhoneiro transporte, o motorista de caminhão transporte. Nós queremos segurança para ele, nós queremos conforto para ele, nós queremos que ele consiga sustentar a ele e à sua família, certo? Agora, trabalhando 15 dias por mês não tem como. E, aí, se prevalecer essa lei, vamos precisar de mais caminhões, vamos precisar de mais motoristas, não tem nem caminhões para serem entregues, nem motorista suficiente para poder dirigir esses caminhões.

Então, vamos continuar, sim, batendo na questão do transporte rodoviário, que é fundamental, mas, obviamente, também, precisamos ter os investimentos. E aí eu concordo com a necessidade de o BNDES, por exemplo, ter uma linha especial de crédito para ferrovias. Isso é benéfico, isso é saudável, isso é geração de emprego e renda, isso é muita gente que vai trabalhar, e o BNDES pode muito bem fazer isso.

Você falou bem da questão do Fundo Clima. Nós podemos, através do Fundo Clima, financiar... Põe BC nessas locomotivas, está enquadrado no Fundo Clima. Não tem BC nos caminhões? Põe BC nas locomotivas, está enquadrado, é só encomendar motores um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouquinho diferentes. E, obviamente, nós vamos atingir todos os padrões de sustentabilidade. Obviamente, nesses 18km/h, não vai ter problema nenhum para nós termos locomotivas, ou a diesel ou a BC, porque os gargalos vão continuar. A maioria das nossas locomotivas tem que atravessar cidades, tem problemas sérios ao atravessar cidades, tem os gargalos portuários que não conseguem ser eliminados.

Vejam: aquela nova pera ferroviária para atender todos os terminais lá de Santos, há quanto tempo se discute isso? Há 20 anos se discute isso, e não consegue ser implantada. Agora, três concessionárias fizeram um acordo, e ainda não têm as novas rotas para chegar aos portos. E, obviamente, tudo só aumenta: a produção nacional aumenta, as demandas internacionais...

E, Senadora, nos últimos 18 meses, o Governo brasileiro... Eu prefiro ficar com esse 72, dizem que já é 90, mas esse dado de 72 é confiável, eu consegui lá na Apex: 72 novos destinos foram alcançados pelo Brasil. Não quer dizer que sejam países. Porque, às vezes, num país, você vai para quatro destinos, dois destinos. Então, 72 novos destinos. Estamos exportando um pouco de tudo. Não é só soja, ou milho, ou farelo, ou café, ou açúcar. Estamos exportando couro, estamos exportando madeira tratada, estamos exportando frutas em abundância. O Brasil está escalando como grande exportador mundial de frutas, que é uma coisa em que a gente tinha barreiras e mais barreiras. Estamos escalando isso. Estamos exportando café como nunca. Açúcar... Estamos exportando açúcar como... Tem falta de açúcar. Tem muita gente que me pede: "Me arrume uma cota", não tem como arrumar, tem problemas.

Obviamente, esse um pouco de tudo cria uma situação confortável para o setor ferroviário, mas o setor ferroviário não está com esse olho que precisa estar na carga geral, a que chamou a atenção aqui o Bernardo Figueiredo. E, realmente... Por quê? Agora, não adianta também querer transportar essa carga geral se você, de caminhão, demora 48 horas, ou 36 horas, ou 24 horas, e pelo trem você demora dez dias, porque você não atinge objetivos, o custo financeiro é muito alto, e, no Brasil, sempre o custo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – ... financeiro é pensado, é analisado.

Aqui fica, então, a minha observação, que eu acredito que seja pertinente pela experiência que eu tenho com essa questão de projeto de Estado e não projeto de Governo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada, Pagot. Agora, com a palavra (*Fora do microfone.*),

Alessandro Baumgartner – Baumgartner, chique. (*Risos.*)

O SR. ALESSANDRO BAUMGARTNER (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Primeiro, bom dia a todos. Bom dia, Senadora Rosana. Bom dia, Senador.

Aqui se falou bastante com relação à necessidade de política pública para ferrovia. Eu acho que esse é o grande ponto, e a gente basicamente concorda com esse processo, com essa necessidade. Eu vou só puxar um pouquinho para a nossa área, que é a regulação, que a gente tem algumas coisas andando de maneira bastante efetiva.

Eu chamo a atenção para a regulação que a gente está fazendo do chamamento público. O chamamento público vai dar vazão a essa preocupação que o Leonardo bem colocou, que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leonardo tem colocado, que é a gente conseguir dar destinação a essas áreas que estão inutilizadas ou subutilizadas das ferrovias, porque ela abre a possibilidade de a gente colocar isso para o mercado e trazer novos atores a esse processo, ainda que esses trechos não tenham ainda sido devolvidos, nos quais a gente tem apenas a intenção de devolução das concessionárias.

Nesses dois processos grandes que a gente está discutindo agora, que são da FTL e da FCA, as devoluções de trechos são bastante grandes. Eu acho que aí a gente tem uma quantidade de trechos que a gente vai conseguir colocar no mercado e aí verificar se existe efetivamente a vocação ferroviária para esses trechos ou não. Se existe, a gente vai ter um ator privado interessado em fazer. Se não existe, a gente efetivamente desativa e parte para aquilo que se diz, esse trecho deixa de ser contado dentro da nossa malha ferroviária.

Eu acho que esse é um projeto que é importante, é um projeto rápido. A gente, até o final do ano, estará com essa regulamentação pronta, ou seja, pronta para colocar e já aberto a receber *input* de quem se interessar por essas áreas do Ministério, etc. Eu acho que esse é o grande caminho para dar a destinação para essas áreas que estão inutilizadas ou subutilizadas.

A gente concluiu também a formatação da regulação das autorizações, das novas autorizações e cabem também, como a Elisangela bem colocou, para os trechos existentes. A gente pode ter projeto de autorização para trecho, para a utilização de trechos, ou seja, desses trechos subutilizados também, então a gente está... Essa regulamentação está pronta, foi publicada nesta semana, sexta-feira, se não me engano, foi publicada a atualização da resolução, isso já está funcionando.

A gente tem a questão do ATF de cargas, como bem colocou o Baldez, é um instrumento importante, já está regulamentado. O que a gente não tem ainda são interessados, a gente não tem processos em andamento para ATFs dentro da ANTT, nada pujante. Eu acho até importante colocar a questão, colocar para o mercado, colocar para os usuários, tem muita gente; são usuários grandes da Anut, que podem resolver problemas próprios através desse processo do ATF.

Eu acho que é importante chamar essa discussão porque já existe a regulação, o instrumental já está colocado, o que a gente precisa é trazer os interessados para fazerem esse processo de ampliação de serviço. A gente está trabalhando na regulamentação do serviço adequado. A gente vai terminar até o final deste ano a proposta para ser colocada em audiência pública. É uma questão que o setor, principalmente os usuários, tem pedido bastante, então a gente está terminando até o final deste ano essa proposta para colocá-la em discussão. Acho que já vai ampliar o debate desse processo que é importante.

Com relação ao controle, ao CNSO, que foi aqui falado algumas vezes, a gente tem, todo mundo sabe, uma dificuldade. A ANTT tem uma dificuldade orçamentária bastante importante. O nosso orçamento tem decrescido nos últimos anos de maneira bastante forte, mas agora, com a regulamentação que a gente fez neste semestre também do RDT, a gente está conseguindo colocar para frente o projeto de atualização de sistemas, que é o que a gente precisa fazer porque as concessionárias têm a informação, mas a ANTT não tem a capacidade de recebê-las ainda.

Então, a gente está trabalhando nesse processo de atualização dos nossos sistemas para poder receber essa informação e ter o CNSO completamente atuante. A gente tem todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações que são necessárias nesse processo. A gente conseguiu destravar isso agora nesse período.

Eu queria... Pena que o André não está aqui, mas eu queria – só agora para finalizar – falar sobre as duas situações que o André colocou e que a gente tem ouvido sistematicamente que é a recusa de carga e a questão de indicadores insuficientes.

A gente trouxe a Comissão tripartite para Brasília, agora neste semestre, porque ela era feita lá na ponta e o que a gente percebeu é que o representante da ANTT que estava participando desse processo lá na ponta não se sentia com autoridade suficiente para dar andamento a nenhum dos processos. Então a gente trouxe esta comissão tripartite para Brasília. E eu tive a possibilidade de participar de uma primeira rodada, a minha primeira vez, eu assumi há pouco tempo essa função. E o que eu percebi, coloquei para o Baldez, coloquei para o representante da Abiove, é que a gente precisa para agir, para poder dirimir questões, de propostas bastante efetivas, elas têm que ser objetivas, eu tenho que ter problemas objetivos a serem solucionados.

Essa questão da recusa de carga, por exemplo, a gente ouve que existe recusa de carga. Onde? Por quem? Quanto? A gente não tem essa informação. Quando a gente vai para as concessionárias, a informação é a que o Davi colocou aqui agora: eles não recusam cargas, porque não teria muito sentido recusar carga. A gente precisa de alguma coisa mais efetiva, e eu coloquei isso nas nossas reuniões, ainda que não expondo os reclamantes, a gente precisa de uma coisa mais sólida para poder trabalhar.

É a mesma questão dos indicadores. Esses indicadores *transit time*, os indicadores de saturação, estão disponíveis no *site* da ANTT. Agora, se eles não estão disponíveis da maneira como a Abiove gostaria de ver, a gente precisa saber o que se quer mudar na forma como esses dados são colocados, para a gente poder verificar se a gente pode e consegue fazer essa alteração ou não. A simples informação de que eu preciso de mais dados, a gente efetivamente não consegue trabalhar com ela se ela não for objetiva. Então se a gente tiver efetivamente isso, eu já pedi para eles, dizem que estão preparando, uma informação, quais dados e como se quer esse dado, eu não consigo nem responder se eu tenho os dados, se eu tenho condição de entregar, se eu tenho condição de informar ou não.

Então, ficaria novamente a minha questão com relação aos usuários, para que essas colocações fossem mais objetivas, de modo a podermos tratar. Não existe a necessidade de expor o usuário, mas existe a necessidade de expor mais efetivamente o problema, para a gente poder lidar com esse problema. Eu acho que é isso que eu tinha para colocar.

Agradeço o convite, Senadora, agradeço a oportunidade, e a gente está lá na ANTT à disposição de vocês o tempo todo, para poder melhorar o sistema ferroviário, que é o interesse de todos nós.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, feitas as considerações iniciais, alguém quer fazer alguma pergunta?

Por gentileza.

O SR. MARCELO DOURADO (Para expor.) – Marcelo Dourado. Desculpe, eu tenho uma indagação, conheço vários dos palestrantes, tenho uma indagação muito simples: o Brasil hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como vocês sabem, é o segundo maior produtor exportador de minério de ferro do planeta. Perde para a Austrália, que é o primeiro. E há séculos, como disse alguém aqui, nós não temos uma única fábrica de trilhos neste país. O minério de ferro é a matéria-prima do laminado. Por que o Brasil até hoje não tem uma fábrica de trilhos nesse seu território? Desculpe.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO (Para expor.) – Você manifestou, e eu já estive envolvido, eu participei do Governo, e isso já foi uma questão discutida. Tem uma coisa que o Baldez falou: previsibilidade. Qual é o mercado de trilhos? Quanto de trilhos nós vamos consumir, o que nós vamos fazer? Então, nós não temos uma escala que justifique, nós já produzimos trilhos, a CSN fazia trilhos, parou de fazer porque não tinha encomenda, porque não se investia em ferrovia, não se fazia manutenção.

Eu fui Diretor da Rede Ferroviária do Nordeste. A gente pegava o trilho da MRS, da linha do Sudeste, que era trocado, e levava para o Nordeste, para aplicar lá, porque era um filé *mignon* lá.

Então, a gente precisa ter um plano e ter previsibilidade. No dia em que a gente tiver um mercado firme de ferrovias, nós vamos produzir trilhos.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k.

Eu quero agradecer imensamente a todos, mas queria fazer um questionamento ao Dr. Leonardo, porque, na audiência pública com a Ministra Tebet, ela falou que não teria investimento público nas ferrovias, que não tem essa previsibilidade. E foi um questionamento nosso, tanto na audiência pública com a Ministra Tebet quanto com a Marina, o tema dos problemas ambientais. Porque não é possível que o Governo faça todo um planejamento – previsto, está lindo, maravilhoso o PAC... Mas também é o nosso questionamento essa questão de ministérios. E ontem também questionamos e falamos com o Ministro dos Transportes, Renan.

Tem essa interação, porque a gente vê a boa vontade do Governo de ampliar. E precisa; o transporte ferroviário a gente precisa ampliar. Apesar de todos os gargalos que tem, nós precisamos ampliar. Acho que, com a produção, que está aumentando cada vez mais... Como o próprio Senador falou, há a questão do etanol de milho. Eu sou de Sinop. A região, Sinop tem a maior produtora... E esta semana entrou em funcionamento a maior usina de etanol de milho do mundo. Só na nossa Região Norte, nós temos seis, e está sendo uma revolução o etanol de milho. E a gente fica preocupada justamente com esses investimentos. E foi um dos motivos de nós provocarmos essa discussão para a gente debater, para todos nós ouvirmos os setores. E a ideia é, justamente, em conjunto achar a solução, e todos nós em conjunto passarmos essa demanda para o Governo, para vocês terem ciência – vocês que estão na ponta, tanto a ANTT como a secretaria – da nossa preocupação com essa questão de meio ambiente e, principalmente, com a fala da nossa Ministra de que não tem recursos no Orçamento para ferrovia.

Gostaria de ouvir sua fala, se você tem ciência disso ou se foi alterado, do mês passado para cá, Leonardo, o planejamento.

O SR. LEONARDO CÉZAR RIBEIRO (Para expor.) – Ótimo, Senadora. Obrigado pela pergunta. Acho que ela dá uma oportunidade para a gente falar um pouco sobre esse assunto, que toca na política fiscal orçamentária. Eu trabalhei muitos anos nesse setor. Sou servidor... Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, antes de ser servidor do Senado Federal, eu era servidor do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Assim, diante de todas essas questões que foram aqui apresentadas: fomentar – eu fiz aqui uma lista – novos corredores para exportação de grãos; fomentar infraestrutura para transporte de carga geral; trazer, como o André falou, as ferrovias para o transporte de carga.

Na visão da secretaria e na visão do Governo, essa realidade, essa transformação do setor de ferrovias só vai acontecer se nós tivermos investimentos públicos. A gente esteve agora, recentemente, na Europa e, discutindo também com os americanos, a Índia está colocando US$30 bilhões em ferrovias; os Estados Unidos, US$66 bilhões em ferrovias; a Alemanha, 18 bilhões de euros em ferrovias; a Espanha, 7 bilhões de euros em ferrovias. Então, de tudo isso que foi falado aqui hoje, eu tenho uma visão de futuro para o setor de ferrovias que passa pelo apoio de investimentos do setor público. Diante desse cenário, a Ministra do Planejamento trouxe uma realidade: nós hoje não temos o espaço fiscal – que já tivemos no passado.

Quando a gente olha para a série histórica, nós investimos, de 2010 a 2015, 3,8 bilhões por ano, na média, em ferrovias, trazendo isso a valores presentes. Houve um momento de investimentos em que, a partir de 2017, com o teto de gastos – a gente viveu muito isso, Sergio Balaban, quando a gente esteve aqui no Congresso discutindo a PEC do teto de gastos –, as ferrovias passaram a não conviver com o Orçamento público. Praticamente, o setor de ferrovias foi expulso do Orçamento Geral da União, e antes não era assim.

Então, quando a gente pega, hoje, e olha para os números e vê só o investimento privado acontecendo e percebe que isso não é o suficiente – nós estamos batendo recordes de investimentos no setor de ferrovias no investimento privado... Os problemas, os desafios são enormes e, claramente, se não tiver um alinhamento do setor público com o setor privado nesse sentido, nós não vamos avançar.

Então, o que acontece? No setor de ferrovias, Senadora, nós podemos, dentro dessa repactuação com os contratos que foram renovados, porque nós renovamos, como eu falei, 75%, praticamente renovamos todos os contratos em relação à carga, Luiz, e estamos aqui discutindo diversos problemas... Então, dentro dessa repactuação que nós estamos promovendo com as empresas, esses recursos podem ingressar no Orçamento Geral da União e nós já estamos preparados, inclusive, com uma ação orçamentária para poder fazer esses aportes. Isso é uma conversa que está acontecendo com o Ministério da Fazenda, porque não adianta também nós pensarmos simplesmente em pedir novos recursos, novas verbas para o Ministério da Fazenda. A estratégia que nós estamos conduzindo é um diálogo com o Ministério da Fazenda, apresentando recursos do setor, assim nós teremos possibilidades de ter a tal previsibilidade dos recursos; alguma regra fiscal específica para que a gente tenha um tratamento separado no Orçamento – ferrovias não podem competir com salários, com gastos correntes, a gente precisa de um tratamento específico para o setor de ferrovias no Orçamento – e essa é a conversa que nós estamos tendo com o Ministério da Fazenda.

Isso pode acontecer de diversas formas, pode envolver o Congresso Nacional com uma mudança legislativa, mas o fato é que nós não resolveremos esses problemas se não tivermos a participação do setor público no setor de ferrovias. Não vai acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai ficar aqui discutindo, falando, renovando contrato, e a coisa não vai andar, porque a gente precisa do setor público. É assim que acontece no resto, em qualquer país do mundo. Na área de carga geral, como o Bernardo trouxe, se nós não tivermos essa atuação do poder público transferindo, de alguma forma, recursos para o setor, não vai acontecer a transformação que a gente precisa.

Para responder a sua pergunta, Senadora, a fala da Ministra do Planejamento traz uma realidade atual, e o diálogo que nós estamos tendo com o Ministério da Fazenda é no sentido de alterar essa realidade, tendo em vista esses recursos que nós estamos levando para o Tesouro. Agora, se essa conversa não evoluir, do jeito que está evoluindo, nós temos o instrumento do investimento cruzado, que é um investimento que, na minha visão, é limitado.

Eu estava agora na Alemanha e um agente público falou: "Olha, país que não investe, improvisa; país que não investe recursos públicos, parte por improviso". E nós estamos vivendo hoje, Luiz, nós estamos tendo que lutar com esses desafios no setor de ferrovias para expandir o setor, por quê? Porque o Brasil não tem orçamento público para ferrovias – não tem. A gente tem um investimento cruzado que passa paralelamente ao orçamento? Tem. Mas o investimento cruzado precisa ser um acerto com as empresas. Então, o Governo não tem uma autonomia para usar os recursos.

O que a gente fez, por exemplo, ao renovar os 75% e sobrar a Fico 1, que são 350km de estrada de ferro, mostra que o investimento cruzado é limitado. Olha só: nós renovamos com a Vale, com a MRS, com a Rumo e, no final, estamos construindo 300km de ferrovia – isso não é nada para o que o país precisa; a gente precisa de 6 mil quilômetros. Para fazer seis mil quilômetros de ferrovia, sem recurso público, não vai acontecer. A gente precisa... Acho que a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário – a primeira, mostrando que a gente tem esse comprometimento com o setor – precisa ser, nesse sentido, muito lúcida. Se nós não tivermos um alinhamento público e privado, a coisa não vai acontecer.

E nós temos ativos no setor de ferrovias. O dinheiro do contribuinte, impostos e taxas já estão comprometidos com saúde, educação, RGPS, salários. Vai ser muito difícil, no curto prazo e no médio prazo, deslocar recursos fiscais do Tesouro para o setor de ferrovias. Então, a nossa estratégia está sendo levantar os recursos dos ativos que são públicos, dos ativos que nós temos. Nós derrubamos um veto, aqui no Congresso Nacional, em 2023, para vincular os recursos. Nós já temos uma vinculação hoje. O Governo passado tinha vetado esse dispositivo. Nós derrubamos o veto, por quê? Porque é preciso vincular, sim, recursos. Eu sei que vinculação tem questões operacionais, no entanto, se todos os setores vinculam, a gente tem que correr atrás da vinculação do setor de ferrovias.

Conseguimos uma vitória inédita de vincular esses recursos; agora, falta o espaço fiscal no orçamento. E, para nós termos esse espaço fiscal, a gente precisa de uma concertação política que envolve o Congresso Nacional, no sentido de que a gente precisa ter um tratamento separado para ferrovias, para que a gente possa usar esses recursos que são do setor para investimentos novos, para carga geral, para projetos que são inviáveis do ponto de vista privado. O setor público aportando, com a taxa de retorno maior, o privado entra – é assim que acontece no mundo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora, o diálogo no Governo está acontecendo, junto com o Ministério da Fazenda, no sentido de a gente ter uma estratégia de utilização desses recursos, porque esses recursos vão entrar neste ano, já estão entrando, e no ano seguinte. Eles entram, mas não precisam ser gastos de uma vez só.

Imagina, se nós tivermos... E não vão ser, porque os projetos são faseados. Então, nós não podemos também empoçar recursos. O que acontece é que a gente precisa de previsibilidade, Baldez, como você trouxe, de previsibilidade, de previsibilidade fiscal para o setor de ferrovias.

Se o nosso país não tiver previsibilidade fiscal dos gastos com ferrovias, nós teremos que ir para um outro instrumento, que é o investimento cruzado, que é um instrumento limitado. Ele funciona, mas funciona de forma limitada, tanto é que os contratos que foram renovados mostram isso, os números mostram isso. O que nós precisamos ter é essa concertação política em prol de ferrovias levando em consideração a experiência internacional. O Governo, o Estado, precisam colocar recursos. Não tem jeito, precisam. É assim que acontece com rodovias, é assim que acontece nos outros países em ferrovias e nós temos que lidar, que enfrentar, esse discurso. Senão a gente vai ficar... Eu aprendi, aqui no Congresso, que quem não tem verba, tem verbo. Então, a gente vai ficar no verbo, falando o que tem que fazer, o que pode ser feito, mas se não tiver o recurso público, não vai acontecer essa virada de chave no setor de ferrovias.

Essa é uma visão de futuro que passa por uma discussão fiscal e econômica. Eu, no final das contas, acredito que a gente tem condições de transformar todos esses recursos da repactuação em recursos para o setor de ferrovias.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigada, Leonardo.

Pagot, pediu o uso da palavra?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT (Para expor.) – É só para uma resposta rápida sobre a questão ambiental. Certo?

Os projetos de infraestrutura no Brasil sofrem de um mal que é uma grande hipocrisia. Você faz uma ampliação rodoviária, uma implantação rodoviária, uma duplicação e, obviamente, tem que submeter esses projetos a um licenciamento moroso, exaustivo, com intermináveis exigências, intermináveis. Muitas vezes, você está fazendo uma coisa rigorosamente na faixa de domínio da rodovia e encontra uma série de impedimentos.

A mesma coisa está acontecendo no setor de ferrovias, principalmente desde que nós subscrevemos essa maldita OIT 169, que nos exige consulta a povos indígenas e tribais.

O problema dos povos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos ou das comunidades tradicionais não tem nada a ver com o investimento, não tem nada a ver com... O problema deles é obviamente a falta de políticas públicas adequadas àquelas comunidades.

Vejam o caso específico da Ferrogrão. A Ferrogrão, o mais próximo que passa de uma terra indígena, que é a Caiapó, são 77km. E aí você, obviamente, tem que discutir o impacto dessa ferrovia nessa terra indígena. Obviamente tem um agravante nisso aí.

Lá em Itaituba, que é a ponta norte da Ferrogrão, duas pequenas vilazinhas, dentro da cidade de Itaituba, de quatro casas, seis casas, que foram construídas com o dinheiro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prefeitura municipal, na pandemia, para eles poderem receber dinheiro, foi dito que essas casas, esse conjunto de casas, eram uma aldeia indígena. Nunca foi! Mas, pela questão de ser um CNPJ, a Funai inventou isso, e, dali para frente, o Ministério Público passou a exigir que, na consulta, povos indígenas e tribais, como estão a menos de 40km, também sejam ouvidos, porque ela vai ter um grande impacto para essas nove casas que estarão na margem direita do Rio Tapajós, e não na margem esquerda, a 10km da margem esquerda, onde vai chegar o trem.

Então, são essas hipocrisias, esses verdadeiros absurdos... E como também a Convenção da OIT n° 169, por algum motivo, não é regulamentada, como é que você faz essa consulta? Cada comunidade indígena inventa uma maneira de que seja feita essa consulta. É um verdadeiro absurdo! E, aí, são postergados importantes projetos de infraestrutura nacional.

Eu fui Diretor-Geral do Dnit por 44 meses. O maior problema era o licenciamento das obras; não era fazer as obras. Demorava mais para licenciar do que fazer a obra. Não era falta de dinheiro, Leonardo; o problema era o licenciamento. E, muitas vezes, quando você estava licenciado, ainda vinham novas exigências. Até o cara te dar a LO, a Licença Operacional, fazia novas exigências, e, na realidade, a gente notava que aquelas exigências nada mais eram que a falta de políticas públicas e de recursos para essas comunidades. Não tinha nada a ver com aquela infraestrutura que estava sendo criada nem com o impacto. O impacto era positivo, porque era geração de emprego e renda para a região, enfim.

Então, Senadora, como é que nós podemos corrigir isso? Está na mão do Senado: Lei Geral Ambiental. Senador Confúcio, Senadora Tereza Cristina... Entendeu? Porque, na Câmara, já foi aprovada. A Lei Geral Ambiental já foi aprovada pela Câmara. Então, precisa ser aprovada pelo Senado. Neste ano ainda, precisa ser aprovada, senão vai continuar nos tolhendo a possibilidade dos investimentos necessários para a nação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com certeza.

Só finalizando, Leonardo, queria que você fizesse... Não ficou bem clara a situação da Ferrogrão, se tem previsibilidade de prazo na questão da Ferrogrão para destravar.

O SR. LEONARDO CÉZAR RIBEIRO (Para expor.) – Sim. Nós começamos, na área de consenso do STF, uma atualização dos estudos neste ano. Foram entregues. Tem uma questão que envolve a faixa de domínio da estrada de ferro, o traçado. Nós entendemos que é possível, hoje, construir a Ferrogrão ao lado da rodovia, utilizando a faixa de domínio que é excepcionalizada para o caso do parque. Nós temos, inclusive, uma interpretação de que é possível, sem mudança legislativa, avançar no projeto. Então, agora a gente está nessa fase.

A Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário já fez o trabalho de conduzir essa atualização dos estudos. O assunto está no Supremo Tribunal Federal. Tem uma discussão com o Ministério do Meio Ambiente, que é esse tema que nós estamos agora discutindo. Eu acredito que é possível promover infraestruturas ao mesmo tempo respeitando todas essas regras, todo esse arcabouço institucional que envolve o Ministério do Meio Ambiente. Acho que é possível, ainda que tenhamos dificuldades e desafios.

E nós temos condições de levar o projeto, em 2025, para o leilão, passando pelo Tribunal de Contas da União. Agora, essa é uma decisão que envolve o Governo, envolve o Ministério do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meio Ambiente, envolve um acordo no Supremo Tribunal Federal nessa direção. Estamos muito próximos de trazer esse projeto para o Tribunal de Contas da União e aí, sim, eu acho que vai ser um passo importante para que a gente possa fazer o leilão.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada.

É realmente um problema. Eu até quero ajuda do nobre colega, para nós estarmos trabalhando, junto com os Senadores Confúcio e Tereza Cristina, e falarmos com o Presidente da Casa para lhe dar celeridade, porque não adianta o Governo fazer um planejamento, se depois não tem as licenças ambientais para que se possa realizá-las. Trabalhar em orçamento, trabalhar em projeto é energia, é tempo, e não se concretiza. Então, nós temos que ser realistas: se nós temos que resolver esse problema, nós não podemos deixar o meio ambiente travar.

E falei ontem com o Ministro Renan da nossa preocupação da audiência com a Ministra, e ela falou: "Ó, vocês têm que decidir se vocês querem desenvolvimento, projetos ou preservar", e não é dessa maneira, porque nós não podemos travar o Brasil por causa do meio ambiente. Nós temos que ter equilíbrio com o meio ambiente. Ninguém é contra o meio ambiente, mas também o meio ambiente não pode travar, através principalmente do Ibama, e não darmos celeridade aos projetos. Nós não podemos. O Brasil precisa dar continuidade ao que está crescendo. E todos nós, independente de Governo... E concordo plenamente que tem que ser uma estrutura de Estado, um planejamento de Estado todos esses projetos de construção, de melhoria. E essa questão das ferrovias é primordial. Ela tem que ter esse planejamento porque demora. São investimentos altíssimos que precisam ser resolvidos, aportados.

A iniciativa está pronta. Inúmeros países estão querendo investir principalmente na Ferrogrão, tanto a China, como os Emirados Árabes, que esteve na Comissão aqui e já se manifestou favorável, porque eles têm o problema da insegurança alimentar. O problema deles não é dinheiro, o problema é alimento. Então, eles estão prontos para vir fazer esses investimentos no Brasil, mas também a obra tem que sair, tem que ter essa previsibilidade, pois eles trabalham planejamento a longo prazo. E nós precisamos tirar o pé do chão e fazer o nosso dever de casa.

Então, acho que foi muito produtivo hoje. Acredito que essas reuniões têm que acontecer mais, para que a gente possa se alinhar e o Brasil continue. Os projetos têm que ser revistos, têm que ser ampliados e os problemas têm que ser solucionados. E é para isso que a gente está aqui.

Então, realmente eu quero finalizar, não havendo mais nada a tratar. Agradeço a presença de todos vocês e declaro encerrada a presente reunião. Agradeço imensamente a participação de todos. Acho que foi extremamente produtiva. Eu acho que mais vezes vamos ter essas reuniões, para que haja esse alinhamento do setor público-privado e o Governo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Leonardo, que é lá da turma do oeste paulista, você sabe como é que vai ser a concessão do trecho Bauru-Panorama, como é que vai terminar?

Você tem essa informação aí para dar para gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO CÉZAR RIBEIRO (Para expor.) – Sim, Senador.

Na discussão que tivemos com a Rumo Malha Paulista no Tribunal de Contas da União, em que nós otimizamos o contrato, num primeiro momento a concessionária apresentou uma proposta de abandonar, digamos assim, o ramal.

O Ministério dos Transportes mostrou a importância do ramal Bauru-Panorama, a concessionária se prontificou a manter essa infraestrutura, e os investimentos vão acontecer de forma que ali nós tenhamos o trilho UIC 60, que é uma infraestrutura de grande porte.

Até 2028, nós teremos o ramal Bauru-Panorama revitalizado para que o transporte de carga na Malha Paulista aconteça sem maiores problemas naquela área.

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigada.

Obrigada a todos.

Que Deus abençoe.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Bene Camacho, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Rosana Martinelli, Jorge Seif, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Dr. Hiran, Soraya Thronicke, André Amaral, Paulo Paim, Zenaide Maia e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Flavio Azevedo, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 47, de 2024** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 46/2024 seja incluído o seguinte convidado: • Doutor Henrique Terena, Professor e indígena." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 48, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Valter Correia, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar o cronograma e os planos de ação da COP 30 ." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Bene Camacho. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 49, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação dos incêndios e queimadas em todo o país com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 50, de 2024** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 49/2024 - CMA sejam incluídos os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Bene Camacho. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 46/2024 - CMA, de autoria Senador Bene Camacho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSD/MA), e REQ 47/2024 - CMA, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater a criação de uma instituição de ensino superior para a população dos povos originários - Universidade dos Povos Indígenas - e sua importância para a preservação do meio ambiente. **Participantes:** Sr. Fernando Antonio dos Santos Matos, Coordenador-Geral de Articulação Institucional da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Sr. Eliel Benites, Diretor do Departamento de Línguas e Memórias do Ministério dos Povos Indígenas; Sra. Rutian Pataxó, Representante do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas - ENEI; Sra. Isabela do Amaral Sales, Secretária Nacional Substituta de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e Sr. Rodrigo Garcia Ramos Tosta, Gerente do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia (representante de: BNDES). **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/18

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Boa quarta para todas e todos, uma quarta ainda com bastante fumaça, bem difícil para respirar. Eu, particularmente, tive uma noite bem difícil porque tenho problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respiratórios. Fico imaginando os idosos, as crianças e principalmente quem mora ali na região da Asa Norte, no finalzinho da Asa Norte, nessa situação. A todos eles a minha solidariedade.

E, reforçando o cenário que é muito preocupante, nesta Casa, dentro desta Comissão, nós temos que realmente nos debruçar para rever legislações, rever orçamento, entender que houve, sim, um desmonte de órgãos que fiscalizam, que cuidam da preservação dos nossos biomas e que foram duramente afetados nos últimos anos. Então nós vamos ter que ter muito comprometimento e responsabilidade, sem grandes paixões, sem grandes ideologias, para tratarmos de um tema que é fundamental, independentemente dos campos, para o nosso país e as futuras gerações.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de setembro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª Reunião, realizada em 11 de setembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: uma, inicialmente, que irei presidir, será deliberativa para aprovação de requerimentos; a outra, para audiência pública, que será comandada pelo nosso querido Senador Bene Camacho, que está aqui presente – bom dia, Senador.

A reunião ocorre de modo semipresencial, o que permite que os membros registrem presença e votem pelo aplicativo Senado Digital, se necessário. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

Prezados colegas, membros desta Comissão e todos aqueles que nos acompanham, mais uma vez é preciso iniciar os trabalhos desta Comissão em tom de extrema preocupação. Mais uma vez, preciso fazer uma fala que consiga transmitir à nossa sociedade a gravidade da situação que estamos enfrentando. O fogo segue causando terror em diversas regiões do país. Além da crise climática, que traz enormes prejuízos ao nosso povo, como o que passou o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Rio Grande do Sul e o que vive hoje o povo que depende dos rios na Amazônia, enfrentamos agora uma ação devastadora que espalha fogo por todo o nosso país. Neste ano de 2024, já foram queimados mais de 100 mil quilômetros quadrados no Cerrado, 60 mil quilômetros quadrados na Amazônia e 16 mil quilômetros quadrados no Pantanal. Em todo o país, segundo os dados do Inpe, cerca de 225 mil quilômetros quadrados foram destruídos pelo fogo, uma área equivalente ao Estado de Roraima.

O Distrito Federal também enfrenta momentos críticos. Estive com o Presidente do ICMBio, o Mauro Pires, no Parque Nacional de Brasília, que sofre um dos maiores incêndios desde 2022, com mais de mil hectares de vegetação até o momento consumidos – foi muito mais, acho que esse número, de ontem para hoje, já tem aumentado, chegando a quase 3 mil hectares. Os esforços para combater as chamas são intensivos, contando com brigadistas do ICMBio, bombeiros e apoio aéreo. Os bombeiros aqui do Distrito Federal, a quem também gostaria de agradecer, os brigadistas do Ibram e do Ibama também estão participando dessa operação lá no Parque Nacional, e a todos eles os nossos mais fervorosos agradecimentos por tanto empenho, porque eu estive lá e vi o trabalho desses profissionais.

A situação é grave, pois o fogo ameaça o abastecimento hídrico de Brasília. Para quem não sabe, ali estão as principais nascentes, no Parque Nacional, nascentes que banham os reservatórios de Santa Maria e do Descoberto, que são responsáveis por 70% do consumo de água aqui do Distrito Federal. Então, é uma situação muito preocupante; a gente não sabe até que ponto, Senador Bene Camacho, foram afetadas essas nascentes com esse incêndio. E nos preocupa, na Floresta Nacional de Brasília, outro incêndio, que destruiu quase metade da área protegida, sendo o mais severo de uma década. A Polícia Federal, é claro, investiga as causas, suspeitando de ação criminosa em ambos os casos. É claro que nós sabemos que já foram abertos 52 inquéritos. Ontem mesmo, no Parque Burle Marx, teve uma prisão de um jovem, que estava com gasolina, com fogo e declarou que tinha sido pago para fazer a ação. Olha a situação, o nível de loucura em que nós estamos! Porque isso é uma loucura; é surreal o que nós estamos vivendo. Todos os dias, eu durmo orando, rezando, estarrecida com a situação do nosso país e com essas figuras, com esses ditos seres humanos que andam simplesmente causando danos.

É bom reforçar que nós estamos falando não só da nossa saúde, mas estamos falando da nossa economia, estamos falando da nossa flora e da fauna, estamos falando de uma situação muito grave que está acontecendo no nosso país. Essas áreas são essenciais para a preservação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Cerrado, o abastecimento de água e a proteção de diversas espécies nativas. Para mitigar esses danos, propomos o fortalecimento de campanhas de conscientização, o aumento do contingente de brigadistas e a implementação de um plano de recuperação ambiental.

Nós já conversamos aqui, em outras audiências, sobre como nós tratamos esta Comissão de Meio Ambiente. Um dos casos foi a questão das emendas parlamentares, da disparidade com relação a... Eu não vou deixar... Eu não vou me calar, como Presidente desta Comissão, sobre como foi tratada a questão das emendas na Comissão de Meio Ambiente. Tivemos R$100 mil enquanto, em outras Comissões – eu não vou precisar citar nomes –, a destinação de emendas chegou a quase R$2 bilhões ou mais de R$2 bilhões.

Além disso, apresentamos um projeto de lei que aumenta as penas para os crimes ambientais cometidos durante o estado de emergência – isso foi anteontem, quando nós o apresentamos –, reforçando a responsabilização por incêndios florestais, especialmente os de origem dolosa, aqueles que de fato foram motivados, foram intencionais, que poderão ter pena de até 12 anos de reclusão.

Aproveito para destacar outras iniciativas do Senado Federal que visam enfrentar esse desafio. Além do PL 3.567, de 2024, de minha autoria, os Senadores Humberto Costa, Jader Barbalho e Fabiano Contarato também apresentaram propostas nesta Casa. E vou reforçar sempre que existe trabalho nesta Casa e que nós podemos apreciá-lo e deliberá-lo. As iniciativas incluem: o aumento das penas para crimes relacionados a queimadas ilegais; o agravamento para crimes cometidos em grupo; a classificação do incêndio como crime hediondo; e a expropriação de propriedades usadas dolosamente para esses crimes. Soma-se às proposições legislativas o requerimento que apresento hoje para a realização de uma audiência pública, conduzida por esta Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as situações dos incêndios e queimadas em todo o país.

Todo esforço é necessário neste momento. É fundamental o engajamento da sociedade civil e do poder público para identificar os criminosos e aplicar as penas cabíveis. Além disso, é crucial compreender como as políticas de controle e prevenção de queimadas estão sendo conduzidas por todos os entes federados. Como observamos, a situação é sistêmica e abrange todo o território nacional, exigindo uma ação coordenada e em escala para enfrentarmos o desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nos demonstram há séculos os povos originários de nosso país, é essencial reconhecer que nossa existência está profundamente conectada com o equilíbrio do meio ambiente, respeitando os limites ecológicos do nosso planeta. Devemos respeitar os ciclos naturais e a interdependência entre a humanidade e o meio ambiente.

Para garantir um futuro sustentável, é imperativo que aprendamos a agir com sabedoria, entendendo que a verdadeira prosperidade reside no equilíbrio e no respeito pela vida em todas as suas formas. Só assim poderemos reconstruir e restaurar o que foi destruído, deixando um legado de harmonia e sustentabilidade para as próximas gerações.

Na audiência pública que seguirá esta reunião deliberativa, teremos representações da juventude indígena, que hoje reivindicam uma instituição de ensino superior para seu povo. Se o ensino tradicional não consegue incluir esse olhar para o nosso planeta, que seja possível o caminho inverso, para que um olhar diferenciado de cuidado com o nosso planeta possa adentrar nossas instituições de ensino. Vamos aguardar esta audiência pública. Vou acompanhar, Senador Bene Camacho, esta audiência pública.

Inclusive, nós temos aqui o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas; então, todos os representantes sejam muito bem-vindos a esta audiência!

Senador Bene Camacho, deseja fazer o uso da palavra? (*Pausa.*)

Por favor, Senador.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para encaminhar.) – Bom dia, minha Presidente, Senadora Leila Barros.

Aproveitando a sua fala inicial, gostaria de cumprimentar a atitude do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, na sua maneira prática de conduzir, fez com que os recursos para essa ação emergencial do combate às queimadas fossem disponibilizados, assim como conclamou que esse combate seja inclusivo através da união de todas as forças do Estado – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário –, além de incluir e estender essa ação também aos municípios e aos estados, para que todos juntos, de mãos dadas, possamos vencer essa tragédia que se abate sobre o nosso território.

E queria, Senadora, subscrever dois requerimentos do nosso colega Senador Zequinha Marinho, um que diz respeito ao item 2 que vai ser debatido, o Requerimento 48, de 2024, no qual ele requer nos termos do art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Sr. Valter Correia a comparecer a esta Comissão a fim de apresentar o cronograma e os planos de ação da COP 30.

Além disso, o Senador também faz um segundo requerimento, o que diz respeito ao Requerimento 50, de 2024, também, que vai ser apresentado, em que requer, nos mesmos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 49, de 2024, da Comissão de Meio Ambiente, sejam incluídos os seguintes convidados: o Sr. Rodrigo Justus, representando a CNA; e o Sr. João Carli, engenheiro-agrônomo.

Então, aproveito para subscrever, com o Senador Zequinha Marinho, esses dois requerimentos.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Esse é o item 2, já vamos colocá-lo em votação, segundo sugestão do Airton, nosso Secretário.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 48, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Valter Correia, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar o cronograma e os planos de ação da COP 30 .

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Subscrito pelo Senador Bene Camacho.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado e será anexado à nossa ata.

O item 3 é de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 49, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação dos incêndios e queimadas em todo o país com os convidados que relaciona.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relaciono os seguintes convidados:

- Sra. Ane Alencar, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam);

- Sra. Vanessa Ribeiro Mateus, Juíza da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB);

- Sr. Carlos Nobre, climatologista;

- representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe);

- representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema);

- representante do Ministério Público Federal;

- representante dos brigadistas da comunidade Kalunga (Cavalcante-GO);

- representante do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

Eu vou ler a justificação, que eu acho importante.

As queimadas que vêm assolando o Brasil, especialmente nas regiões da Amazônia, Cerrado e Pantanal, representam uma ameaça crescente ao meio ambiente, à saúde pública e à segurança alimentar. A temporada de fogo, agravada pelas condições climáticas extremas, já resultou na destruição de vastas áreas de vegetação nativa, comprometendo ecossistemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essenciais, gerando danos irreparáveis à biodiversidade e contribuindo significativamente para o aumento das emissões de gases de efeito estufa.

Segundo dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), até o dia 16 de setembro deste ano foram identificados mais de 184 mil focos de queimadas em todo o território nacional. Esse número alarmante reflete a dimensão do problema e a necessidade de respostas rápidas e eficazes para conter o avanço do fogo e os danos causados por ele, especialmente em regiões sensíveis, como a Amazônia e o Cerrado.

Diante da gravidade da situação, torna-se imprescindível realizar uma audiência pública para que o Parlamento e a população possam compreender a real dimensão das queimadas no país, avaliando a situação atual, as medidas de prevenção e controle que estão sendo implementadas e a eficácia dessas ações.

Além disso, é crucial investigar as causas desses incêndios, incluindo as ações criminosas que contribuem para a sua propagação. Diversos relatos apontam para práticas ilegais, como o uso deliberado do fogo para desmatamento e avanço de atividades econômicas em áreas protegidas, o que demanda uma análise mais aprofundada e principalmente rigorosa.

Convidamos, portanto, diferentes atores da sociedade civil e do poder público para que contribuam no esclarecimento da situação no país, e que apontem as ações que foram implementadas como medidas de prevenção e precaução, as ações em curso e aquelas que serão implementadas nos próximos períodos.

Essa audiência pública se faz urgente e essencial para que possamos, de forma conjunta, identificar, principalmente nesta Casa, lacunas, aprimorar políticas públicas e garantir que o combate às queimadas seja eficiente e duradouro, salvaguardando o patrimônio natural brasileiro e as populações diretamente impactadas por essa ação.

Bom, já acatando o requerimento que foi subscrito pelo Senador Bene Camacho, do Senador Zequinha Marinho.

Então, as Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento se mantenham... fiquem onde se encontram – desculpa, gente, eu estou sem dormir, está difícil. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. Vamos complementar com o convidado do Senador Zequinha, subscrito pelo Senador Bene Camacho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 50, DE 2024

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 49/2024 - CMA sejam incluídos os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA).

Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 47, DE 2024

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 46/2024 seja incluído o seguinte convidado:

Doutor Henrique Terena, Professor e indígena.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Eu vou subscrever, estou sabendo agora. (*Risos.*)

Vamos subscrever o requerimento da Senadora.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

Bom, encerrando essa primeira parte da nossa sessão, nossa parte deliberativa, eu vou convidar o Senador Bene Camacho para conduzir a audiência pública fruto do seu requerimento, que vai debater a criação de uma instituição de ensino superior para a população dos povos originários (Universidade dos Povos Indígenas) e a sua importância para a preservação do meio ambiente.

Por favor, Senador Bene Camacho.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Bom dia.

Eu quero, na pessoa da nossa Presidente, Senadora Leila Barros, cumprimentar as Senadoras e os Senadores presentes, a todas e a todos, bem como os que nos acompanham virtualmente. Agradeço imensamente a presença e a atenção dedicada a um tema tão relevante para a nação brasileira.

Esta audiência é uma excelente oportunidade para que avancemos ainda mais no sentido de fazer uma reparação histórica com os povos originários deste país e é por isso que estamos aqui reunidos nesta Comissão de Meio Ambiente, Colegiado que tem o desafio de levar adiante o projeto para que o Brasil crie sua primeira Universidade Indígena.

Essa universidade é uma demanda antiga da nação indígena, aqui bem representada pelo Ministério dos Povos Indígenas e pelos jovens presentes do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, que está ocorrendo na UnB.

Este Governo, liderado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Ministério dos Povos Indígenas, Ministra Sonia Guajajara, e o Ministério da Educação, Ministro Camilo Santana, organizou, em abril deste ano, um grupo de trabalho que tinha como incumbência realizar uma série de debates em todo o Brasil e com os povos indígenas, com a finalidade de subsidiar a criação, a implementação e a organização da Universidade Indígena. E o tempo ideal de tornar esse sonho realidade é às vésperas de o Brasil sediar o encontro mundial para discutir as condições climáticas do planeta, a COP 30, onde, com os olhares voltados para a Amazônia, para a nossa biodiversidade, o Brasil poderá escrever um novo capítulo da sua história,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporcionando um novo ambiente para a socialização do saber, onde o conhecimento formal, unido ao conhecimento ancestral, possa construir um novo paradigma do saber brasileiro.

E a expectativa que estará posta, ao final deste debate, é a de que, na COP 30, possamos apresentar este emblemático projeto: a UnIND, a Universidade dos Povos Indígenas do Brasil. E, nesse sentido, nós iniciaremos os debates desta mesa.

Gostaria de convidar os expositores que se encontram aqui presentes, a Sra. Rutian Pataxó, representante dos estudantes indígenas que estão no encontro nacional, e que representa o objetivo maior, o foco maior da criação da UnIND. (*Palmas.*)

Muito obrigado, seja bem-vinda!

Gostaria também de convidar o Sr. Fernando Matos, representante do Ministério da Educação e Coordenador da Força de Trabalho, para que pudesse estar presente e fizesse a sua explanação. Uma salva de palmas para esse trabalho que está sendo realizado, que servirá de base para a construção. (*Palmas.*)

Nós teremos, via remota, a presença da Sra. Isabela Sales, representando o Ministério do Meio Ambiente, e também do Sr. Rodrigo Tosta, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Nós iremos dar a palavra inicialmente ao Sr. Fernando Matos, que, como coordenador do grupo de trabalho, vai poder nos apresentar como tem sido pensada a construção desse projeto, levando em consideração os anseios da população indígena no que diz respeito às suas necessidades e também a questão de, dentro do Ministério da Educação e do Ministério dos Povos Indígenas, a quanto anda essa construção. Através da sua explanação, ele vai prestar um esclarecimento não apenas àqueles que aqui estão presentes, mas a toda a nação brasileira, que anseia por um projeto tão emblemático como esse.

O SR. FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS MATOS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de iniciar cumprimentando a Mesa. Senador Bene Camacho, muito obrigado pela iniciativa desta audiência pública.

Para nós, do Governo Federal, especialmente do Ministério da Educação, é um ponto muito importante a gente já trazer ao conhecimento o andamento, até agora, dos trabalhos para a instalação da futura universidade indígena. Então, estar na Comissão de Meio Ambiente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Senado da República, é o espaço ideal e adequado para que a gente possa, como bem colocou o senhor, prestar conta e ir explicando o que já está sendo pensado pelo Governo Federal, especialmente dentro do GT, mas vai ficar claro, com o andamento da nossa explanação, os passos que foram dados e os que ainda serão necessários realizar.

Eu acredito que nisso aqui eu mexo ali na apresentação, será? Não. Esse aqui. Aqui? Mas apontou para lá? Aí, pronto.

Então, agora no início do ano, especificamente no dia 17 de abril, durante a ocorrência do Acampamento Terra Livre, o Ministro Camilo assinou portaria instituindo o GT para subsidiar a criação e a implementação da universidade indígena. Eu fiquei muito feliz, porque tive a possibilidade de ir ao Acampamento Terra Livre, 8h da manhã, para falar sobre a portaria assinada pelo Ministro. Houve a instalação, o grupo iniciou os trabalhos ainda no mês – passou aqui – de abril.

O Prof. Eliel chegou, do Ministério dos Povos Indígenas.

A portaria conta com especialistas, com membros do Fórum Nacional de Educação Indígena, com entidades, representantes dos povos indígenas, especialistas em educação, de maneira geral. É um grupo bastante diverso e competente.

Vou iniciar mostrando um pouco para vocês da visualização da população indígena em 2010. Infelizmente eu não consegui o mapa do Censo 2022, em que houve a ampliação do número de pessoas que se identificam como indígenas em nosso país, nesta década. Houve uma ampliação.

Esse é o resultado do Censo 2022. Nós temos 1.227.642 pessoas que são recenseadas como indígenas, o que, dentro da população brasileira de mais de 200 milhões, é um percentual bastante pequeno. Então, além desse 1,2 milhão, nós temos quase 0,5 milhão de pessoas que se autodeclaram, se consideram indígenas, tendo sido recenseadas ou não.

Grande parte dessa população está concentrada no Norte do país; são 750 mil indígenas na nossa Região Norte. Em segundo lugar, é o Nordeste. Eu sou nordestino, sou pernambucano; tive a possibilidade de, quando atuava na Secretaria de Direitos Humanos, na então gestão da Presidenta da Dilma, levar o Presidente da Funai para uma audiência pública em Pernambuco. E a maioria dos índios, naquela ocasião, falava que faltava uma visão de se debruçar sobre a questão dos indígenas do Nordeste. Então, eu acho que essa universidade indígena vai ajudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também nessa situação de invisibilização lá na Região Nordeste. Portanto, 75% dos indígenas estão no Norte e no Nordeste do Brasil; nas demais regiões, Centro-Oeste, 11%, quase 12%; Sudeste, menos de 8%; e Sul, com aproximadamente 5%.

Vemos aí o mapa – não é o mapa da fumaça de hoje, não! –, esse mapa aí é o da acessibilidade geográfica. Por que isso é importante? Porque nós vamos ver – onde temos a cor vermelha mais forte – regiões de fácil acessibilidade, ou seja, são lugares em que é possível se instalar, se interiorizar o ensino superior no Brasil, com relativa facilidade dado o acesso à infraestrutura já existente em nosso país.

As regiões mais clarinhas são justamente, como se vê na Amazônia, as regiões de maior dificuldade de acesso, como área de floresta e tudo isso de que a gente já sabe.

São pontos que a gente está estudando para pensar na implantação dos *campi*, na localização dos cursos da futura Universidade Indígena.

A criação da Universidade Indígena no Brasil é um passo crucial, Senador, para que a gente possa valorizar e possa preservar as culturas e os conhecimentos dos nossos povos originários, com a quantidade de conhecimento ainda não sistematizado, para que a gente possa entender que a Universidade Indígena tem que ser uma universidade não de segregação, mas, ao contrário, de inclusão dos saberes tradicionais.

A iniciativa da construção da Universidade Indígena visa não apenas à questão da inclusão social, mas também fortalecer a autonomia educacional e a cultura das comunidades indígenas. Seria um espaço de troca de saberes, saberes científicos. Os conhecimentos tradicionais não são criados apenas da imaginação das pessoas. Eles têm que ter uma base, uma sustentação na realidade desses povos. A cultura colonial ocidental não valoriza as culturas tradicionais, e a Universidade Indígena será um espaço extremamente importante onde esses saberes da cultura ocidental se relacionarão de forma dialética com os saberes tradicionais.

A importância da Universidade Indígena no Brasil.

Em primeiro lugar, como falamos, é a preservação cultural. Ela seria um centro de preservação, de disseminação dos conhecimentos tradicionais, das línguas, das práticas culturais dos povos indígenas. Isso ajudará a manter vivas as tradições e a identidade cultural dos povos tradicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusão social. Muitos indígenas – hoje, temos aproximadamente talvez 100 mil indígenas em universidades públicas e privadas no Brasil – encontram dificuldades de se adaptar às universidades convencionais, seja devido ao preconceito, seja devido à falta de apoio, mesmo com todas as iniciativas que o MEC tem tido. Então, uma universidade indígena proporcionará um ambiente mais acolhedor, mais inclusivo, mais respeitoso, em que haja a valorização do corpo docente e discente que tratará com esse público específico.

Autonomia educacional. Ontem, no encontro dos estudantes, fomos muito cobrados sobre essa questão da autonomia, porque, por exemplo, não adianta você constituir uma universidade indígena em que todos os cargos diretivos sejam ocupados por não indígenas. Então, a autonomia deve ser tanto administrativa quanto também na questão da escolha dos cursos, da forma dos currículos, da metodologia... Tudo isso é importante. Que ela seja adequada à cultura e à forma de vida dos povos indígenas.

Desenvolvimento sustentável. Estamos aqui na Comissão de Meio Ambiente. Brasília, cercada de queimadas, fumaça, como colocou a Senadora Leila, acabando com a respiração de todos nós. Eu moro lá no final da Asa Norte. Sofri muito.

Então, a universidade pode promover cursos e pesquisas focados, direcionados para a questão do meio ambiente, utilizando exatamente a comprovada *expertise* dos povos indígenas na preservação do meio ambiente, na utilização do meio ambiente de forma sustentável e não destrutiva. Tudo isso será carreado para a universidade indígena de uma forma muito importante. Será um marco histórico no Brasil, promoverá inclusão, preservação cultural, desenvolvimento sustentável e nós vamos seguir o exemplo de outras nações que já possuem universidades voltadas para incluir os indígenas na educação superior, respeitando e valorizando as suas culturas. Aqui, bem rápido, só para citar os exemplos, nós temos a Universidade Intercultural de Chiapas, no México, que é recente, de 2001; nós temos a Universidade Indígena Intercultural, na Bolívia, que é de 2008; e temos uma universidade na Nova Zelândia, que é de 1992, voltada para o povo maori, lá da Nova Zelândia. São experiências também que existem.

Aí eu já vou chegar no ponto da institucionalização propriamente dita da universidade. Nós nos baseamos na Constituição, no art. 207, que fala da autonomia universitária, ou seja, didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, que trabalhará os três pontos da educação superior: ensino, pesquisa e extensão. Então, a universidade indígena não será diferente disso. Ela terá autonomia constitucional e terá a liberdade de trabalhar o ensino, a pesquisa e a extensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o art. 211 da Constituição fala que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração os seus sistemas de ensino. Por que nós falamos isso? Nós temos algumas universidades estaduais que já possuem cursos... O MEC não trabalha com essas universidades estaduais diretamente, mas, com certeza, elas farão parte da rede que se constituirá em apoio à universidade indígena.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mais uma vez, reafirma a autonomia da universidade no seu art. 53 e, no art. 54, fala que as universidades públicas podem ser criadas por lei específica, que definirá sua estrutura e funcionamento. É nesse aí que nós estamos nos baseando para a elaboração do projeto de lei, posterior à conclusão do trabalho do grupo instituído pelo Ministro Camilo.

A Lei de Diretrizes e Bases também fala de peculiaridades institucionais, ou seja, para a universidade indígena, isso cai como uma luva. Cada universidade pode adaptar sua estrutura organizacional para melhor atender às suas características e objetivos. Isso inclui a criação de departamentos, institutos e outras unidades acadêmicas e administrativas. E a nossa ideia, que está surgindo, da escuta qualificada dos seminários – acredito que o Prof. Eliel vai tratar um pouco disso também –, é que seja uma universidade multicampi. Então, nesse sentido, há uma flexibilidade para que as características regionais sejam mais bem adaptadas através dessa flexibilidade que a LDB nos permite.

Uma universidade pública multicampi, geralmente, começa com uma proposta legislativa de iniciativa do Executivo ou do Legislativo. No nosso caso, nós vamos preparar o projeto de lei que será encaminhado aqui para o Parlamento. Aprovada, então, como nós falamos, a universidade será criada com autonomia financeira, estrutura organizacional com reitoria central, direções locais em cada *campus*, garantindo a coordenação e a gestão descentralizada. O financiamento público será garantido por dotações orçamentárias da União, previstas no Orçamento anual, mas também outras fontes, como convênios, parcerias, receitas próprias. Esse é um ponto que garantirá, na prática, a autonomia prevista, tanto na Constituição como na LDB, que é a questão financeira, os recursos orçamentários.

Nós temos, hoje, no Brasil, pelo menos três universidades públicas federais multicampi: a Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede lá em Chapecó e *campi* em outras cidades da nossa Região Sul; a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção, no Ceará, possui também *campi* em outros estados; e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), que tem sede em Petrolina e *campi* em outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados. Então, já existe, na nossa legislação, o formato, a possibilidade de se fazer a construção da maneira como está sendo pleiteada pela comunidade, pela população indígena que nós estamos escutando.

Quais são os pontos comuns dessas universidades multicampi? Todas foram criadas por lei, têm objetivos semelhantes sobre os quais nós falamos: ministrar ensino superior, extensão e pesquisa. As universidades possuem um direcionamento forte para o desenvolvimento regional.

Nós sabemos que a universidade não vem sozinha, ela atrai outros investimentos, atrai outras iniciativas, então, para interiorizar – como o Presidente Lula tem demandado sempre do nosso Ministro Camilo –, interiorizar o ensino superior, esses *campi* farão esse papel de fortalecer o desenvolvimento regional, ao atrair, porque, na universidade indígena, nós teremos outra coisa que vai ser discutida no nosso relatório: a forma de acesso. Ela vai ter o formato de acesso em que a maior parte dos estudantes serão de origem indígena, mas teremos também não indígenas nos cursos.

Sobre autonomia e estrutura, atuação do *campus* já falamos. Patrimônio e recurso... Todos eles estão similares àquela ideia que nós apresentamos, inicialmente, com as universidades.

Então, a administração será central e teremos os *campi,* que terão uma direção própria, mas seguindo sempre a direção central da universidade.

Além disso, a oferta acadêmica será um ponto em comum. Os cursos oferecidos podem variar entre os *campi*: um vai ter medicina, outro vai ter engenharia, outro vai ter uma licenciatura, outro vai ter... Então, os *campi* vão ter essa variação, dependendo de quê? Das demandas regionais e das áreas de especialização. E isso vai permitir que haja a flexibilidade e a adaptação às necessidades dos alunos e dos professores e do desenvolvimento regional e a pesquisa e extensão, porque a proximidade dos alunos em várias áreas da ciência, com o público, com o meio ambiente, com a situação econômica, com toda essa, digamos assim, estrutura próxima àquele *campi* vai fazer com que a inovação, a aplicação do conhecimento em benefício da comunidade seja mais rápida, com que ela esteja mais perto da comunidade. Então, os estudantes que fizerem pesquisa, mestrado, doutorado, todas essas ações, vão estar mais perto da realidade do público que vão estar, digamos assim, pesquisando.

Temos desafios... Eu não sei quanto tempo eu tenho. Eu sei que eu estou falando muito e estou caminhando para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos desafios: a coordenação e a comunicação entre a parte central e os *campi* têm que ser muito bem planejadas e implementadas, um sistema robusto de gestão, de tecnologia, de tecnologia da informação... Então, isso tem que ter uma cobertura boa, porque nós estamos falando de *campi* que nós entendemos que têm que ser interiorizados e que precisam se comunicar bem entre si.

Recursos e infraestrutura. Ou seja, nós sabemos que vamos ter que ter refeitórios, áreas de residência, dormitórios adaptados à tradição e à cultura dos povos indígenas. Então, são investimentos que serão necessários para a adaptação, e isso quase sempre tem um custo razoável.

E a mobilidade acadêmica, tanto para professores como alunos, é algo que a gente tem que ver, porque, por exemplo, ele pode estar pagando uma disciplina num determinado *campus*, mas ele quer fazer outra disciplina, que está em outro *campus*. Então, a gente vai ver se há a possibilidade de fazer à distância, de que maneira ter essa flexibilidade em que a mobilidade dos estudantes e professores entre o nível nacional da universidade possa ser facilitada e apoiada.

Desafios financeiros, principalmente para os alunos que hoje já recebem bolsa permanência, já têm uma série de programas e políticas públicas para o apoio da nossa diversidade cultural no país, mas a gente sabe que, ainda assim, há o custo com transporte, com alimentação, material didático, moradia... Então, a gente entende que isso tem que ser bastante reforçado. O Ministro Camilo tem dito que não é para faltar bolsa permanência para nenhum aluno no país.

Barreiras linguísticas e culturais. Muitas vezes, o português não é a língua principal de ensino, os alunos não têm o português como a língua principal de ensino, e isso também tem o desafio de ser o contrário, de valorizarmos a linguagem e a cultura indígena. A universidade vai servir exatamente para ajudar na preservação dessas línguas e dos dialetos e combater o preconceito e a discriminação dentro das universidades. Nós sabemos que existem microagressões, atitudes explícitas, e isso tem que ser superado porque são atitudes racistas e inaceitáveis, porque racismo é crime.

Eu vou resumir aqui, porque a gente já está entrando em um detalhamento muito grande e a gente vai ouvir outras pessoas também, mas desafios, como eu falei no início, eu coloquei a questão da acessibilidade, da infraestrutura... A universidade tem que estar próxima do público,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas ela não pode ficar num local ermo, que não dê para que esse contato, essa flexibilidade de comunicação se desenvolva da maneira correta.

Adaptação ao meio acadêmico, falta de representatividade de professores e funcionários indígenas – nós queremos superar essa parte – e apoio psicológico e emocional.

Os benefícios, vamos ampliar o acesso a eles, a atuação multicampi vai permitir que mais estudantes tenham acesso ao ensino superior.

Como falei, o desenvolvimento regional será extremamente bem impactado com a formação da mão de obra qualificada, e a gente espera e deseja que ela permaneça no local. Muitas vezes hoje a pessoa faz o curso, o indígena faz o curso e vai atuar fora do seu território.

E a diversidade acadêmica, a gente espera que a universidade pública brasileira como um todo seja extremamente beneficiada com o aumento da diversidade acadêmica a partir da criação da Universidade Indígena.

Então, em resumo, gente, para o pessoal que chegou agora, sejam bem-vindos e bem-vindas. Nós estamos, até o final de setembro, com a missão de concluir os nossos seminários e, até o meio de outubro, apresentar ao Ministro Camilo e à Ministra Sonia Guajajara o resultado dessas escutas, dessa sistematização dos especialistas. Então, este relatório é que vai servir de base para a apresentação do projeto de lei que será encaminhado ao Parlamento brasileiro.

Senador Bene Camacho, mais uma vez agradeço a oportunidade de apresentar os esforços que o MEC, o MPI e a Funai, coordenados pela Casa Civil, estamos tendo. E queria agradecer mais uma vez por esta oportunidade de falar não apenas para o público que está aqui presente, mas através da TV Senado, em que muita gente está nos acompanhando. Então, muito obrigado mais uma vez pela parceria, pelo acolhimento.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Nós que agradecemos ao Fernando Matos pela explanação.

Eu vou só organizar a ordem de fala para que todos possam entender. Nós ouvimos agora o MEC. Nós vamos ouvir, a seguir, o Sr. Eliel Benites, representante do Ministério dos Povos Indígenas; e, a seguir, a Rutian Pataxó, porque esses três segmentos envolvem o grupo de trabalho que está montado para a discussão da Universidade Indígena. Aí, logo a seguir, nós vamos ouvir remotamente a Sra. Isabela Sales, representante do Ministério do Meio Ambiente, e o Sr. Rodrigo Tosta, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que estou muito agradecido por contemplar a nossa plateia, repleta de estudantes indígenas, que são o alvo principal dessa nossa proposta.

Quando nós vimos ali a explicitação dos números, o que mais me impressionou foi que a população indígena hoje representa 0,5% da população brasileira. E o fato de nós hoje sermos a maior nação do mundo que fala a língua portuguesa se deve a uma única escolha: os indígenas é que acolheram e escolheram os portugueses como aqueles que iriam construir a nova matriz da nossa nação brasileira. E nós devemos fazer com que esse laço, que esteve tão distante, possa novamente ser reencontrado, e nada maior do que os laços de educação e de cultura para fazer essa reconstrução da nossa nação.

Então, vamos passar agora a palavra ao representante do Ministério dos Povos Indígenas, Sr. Eliel Benites.

Muito obrigado.

O SR. ELIEL BENITES (Para expor.) – Obrigado, Senador Bene Camacho. Obrigado pela oportunidade de a gente estar aqui.

Eu sou o professor indígena Eliel Benites, da etnia guarani-caiuá, do Estado de Mato Grosso do Sul, e, neste ato aqui, represento o Ministério dos Povos Indígenas.

Em relação à pauta que o Fernando acabou de apresentar, a gente vem atuando de uma forma conjunta entre o Ministério dos Povos Indígenas e o MEC na perspectiva de a gente estar propondo o grande projeto que é o da Universidade Indígena de uma forma técnica e também legítima. Por isso, a ideia de fazer consulta pública aos povos indígenas, às lideranças, aos estudantes indígenas do Brasil.

A partir do GT da Universidade Indígena, como foi colocado, foi proposto um cronograma de consultas regionais em nível nacional. São 20 consultas regionais para que a gente possa estar subsidiando e dando uma legitimação à proposta da universidade indígena, com os fundamentos jurídicos e também o fundamento filosófico, a partir dos povos. Então, é nisso que a gente vem trabalhando. Por isso, a gente considera muito a importância do apoio fundamental dos dois ministérios: o Ministério dos Povos Indígenas, com a Ministra Sonia Guajajara, e também o do Ministro Camilo, representado pelo Fernando aqui neste momento.

Eu quero considerar a importância, neste momento, da presença de todos os estudantes indígenas do Enei. Parabenizo a pauta que está sendo discutida no evento, fundamental, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são estudantes hoje bastante numerosos e significativos no sentido de debater as pautas fundamentais no âmbito do ensino superior indígena. Por isso, cumprimento a Rutian e, na pessoa dela, cumprimento todos os estudantes que estão aqui presentes, as lideranças indígenas e também o Senador que propôs este momento para a gente fazer esse relato, essa apresentação dessa proposta.

Eu quero considerar, inicialmente, a presença indígena na universidade. Além dos números que o Fernando apresentou, esse é um processo contínuo após a proposição do direito dos povos indígenas na Constituição Federal de 1988, e a partir da LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi proposta uma nova caminhada em relação à questão da educação, à pauta da educação em relação aos povos indígenas.

Anteriormente a essa Constituição, a pauta da educação, de uma forma mais ampla em relação aos povos indígenas, tinha uma proposta baseada na relação da integração dos povos à sociedade não indígena. Isso significa que a educação estava baseada em que o ser indígena, a identidade dos povos indígenas tinha que ser deixada gradativamente, para se tornar não indígena. Essa é a educação que perdurou ao longo dos séculos. Primeiramente, a relação da sociedade não indígena era baseada no extermínio dos povos; posteriormente, na civilização; e, depois, veio a questão da integração. A partir da Constituição Federal, houve essa outra caminhada diferenciada, considerando a diversidade dos povos, a manutenção da língua, da cultura.

Então, com essa perspectiva, muitos jovens indígenas vêm adentrando no âmbito do ensino superior em diversas áreas, nas quais a gente percebe que as grandes experiências das universidades públicas brasileiras, especialmente as federais, vêm atuando nas formações dos professores, no âmbito do direito, no âmbito da saúde, no campo da saúde, em relação à formação dos jovens indígenas. Isso leva a chegar a um momento, agora, com o advento do Ministério dos Povos Indígenas, uma grande novidade para a sociedade brasileira e também deste mandato do Governo Lula, dessa possibilidade da implementação de uma Universidade Indígena. Então, podemos agregar toda essa trajetória histórica da experiência de atuação do ensino superior no âmbito da formação da questão indígena. Há uma grande experiência e nós queremos fazer uma espécie de síntese, trazer toda essa experiência, aglutinar para que a gente possa pensar de uma forma conjunta, interministerial, e também ouvindo os povos indígenas sobre a proposta da Universidade Indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre essa consulta, nós temos um resultado preliminar agora em termos de números: nós realizamos 17 seminários regionais no Brasil até agora, a partir do que foi proposto pelo GT da Universidade Indígena; nós já consultamos até este momento 3.151 participantes indígenas, de 168 povos diferentes e 24 estados, considerando que no Brasil temos 305 povos e gira em torno de 175 línguas indígenas – deve-se considerar, para a universidade, esses dados fundamentais, através dos últimos dados do IBGE. É claro que nós não temos exatidão em termos de número de línguas, porque sempre tem aquelas línguas de diversas situações no Brasil: tem aquelas línguas faladas, aquelas línguas que estão sendo ressurgidas, tem outras línguas que estão sendo retomadas, então há várias situações linguísticas no Brasil.

Devemos considerar também – e a Unesco propôs – que nós estamos na chamada "década de línguas indígenas", que é de 2022 até 2032, como uma das décadas em que nós temos que, como Estado brasileiro, propor grandes ações estratégicas para o fortalecimento das línguas indígenas no mundo. E, aqui no Brasil, temos que propor ações estruturantes, no âmbito do Governo Federal, no âmbito do Estado brasileiro, e ações de fortalecimento dessas línguas que estão aqui presentes.

Temos que considerar também que, durante a história, as línguas foram diminuídas como resultado do genocídio histórico em relação aos povos indígenas. Tudo isso e essas pautas históricas vêm à tona quando se pensa a Universidade Indígena. E, nesse contexto, um dos alicerces fundamentais... É interessante considerar que a universidade deve se assentar... A partir do debate, dos seminários regionais, grandes lideranças propõem esse alicerce histórico, que é a questão da reparação histórica dos povos. Por quê? A ciência e o conhecimento acadêmico não indígena vêm se sobrepondo aos saberes tradicionais dos povos ao longo dos séculos. Isso gerou a legitimação da violência histórica, a negação da língua, a negação da ciência dos povos e outras negações para legitimar a presença, de uma forma forte, de uma unilateralidade de pensamento, na qual hoje temos, como resultado dessa proposta de pensar, a crise global, a crise climática e a crise da sociedade que estamos vivendo hoje.

Então, a proposta da Universidade Indígena pelas lideranças, pelos estudantes indígenas é exatamente ao contrário. É trazer os saberes dos povos, os conhecimentos ancestrais, que são conhecimentos acumulados ao longo dos séculos, do tempo, para dialogar com os conhecimentos científicos não indígenas, para a gente produzir um novo pensar, um novo conhecimento de uma forma intercultural e, a partir dessa nova ciência, produzir uma nova sociedade, uma sociedade que respeite a natureza, que considere a diversidade de biomas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considere a diversidade linguística do país, que diminua também a discriminação e o racismo, que estão baseados na relação da nossa sociedade de uma forma geral.

Então, esses são alguns fundamentos. E um dos fundamentos muito importantes de se considerar é essa questão da proposição dos povos indígenas através da Universidade Indígena, com toda a autonomia que foi colocada, para trazer os saberes da ciência indígena para que a sociedade não indígena os conheça. A partir dali, a gente acaba promovendo esse entendimento intercultural entre os povos. Para isso, todos os cursos... Isso, claramente, a gente vai detalhar no processo da implementação de diversos cursos estratégicos.

Por isso, temos que considerar que nós temos seis grandes biomas no Brasil – é claro que tem biomas específicos – e territórios dos povos indígenas e que os saberes indígenas estão assentados nos territórios.

Então, nós temos que considerar essa especificidade dos povos, os povos da Amazônia. Por exemplo, existem grandes povos, numerosos povos que se contemplam no bioma amazônico. Povos do Pantanal, do Mato Grosso do Sul, da Região Centro-Oeste, da região do Pampa são povos que asseguram a manutenção dos biomas da diversidade biológica do país.

Então, nesse sentido, a ciência, a universidade, deve considerar esta perspectiva: o número de povos dos biomas, para que a gente possa também fazer essa ligação entre os povos, os biomas e a Universidade Indígena, dos povos indígenas; e considerar também a importância da relação dos povos indígenas nos territórios, que é o que mantém os biomas, a diversidade de vida, de existência naquele lugar. Ou seja, o fundamento da existência dos povos é o que assegura a manutenção da sustentabilidade do planeta e do nosso país, do Brasil.

Então é isso que o ministério indígena traz com essa posição política também, para que a gente possa estar somando, e por isso é fundamental nesta Casa, Senador, a gente propor esta proposta de lei para sustentar essa Universidade Indígena, não só para os povos. Então, nós estamos considerando a universidade como um instrumento, um espaço onde os povos indígenas possam estar evidenciando a sua diversidade cultural, linguística e sua cosmologia, mas também, ao mesmo tempo, absorvam de uma forma muito estratégica e com maturidade o conhecimento não indígena – dialogar com os conhecimentos mais duros da ciência não indígena, por exemplo –, e a partir dali a gente produzir outro conhecimento diferenciado, porque esse conhecimento hoje é que legitima toda a nossa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também estamos debatendo... É claro que nós estamos no meio deste debate, no meio desta construção coletiva em que a universidade não seria só para os indígenas, mas também para o não indígena, para que através disso ela possa também se aprofundar no pensamento indígena, para que a gente possa contribuir nesse processo de uma existência intercultural e de uma existência mais dialogada, para conhecer os diversos mundos, saberes, conhecimentos, para que as pessoas possam transitar nela. É isto que o movimento indígena, o próprio Ministério dos Povos Indígenas e os estudantes trazem: as mensagens, muitas vezes não compreendidas no âmbito da produção dos saberes das dissertações, teses, TCCs. Muitas vezes, na metodologia desse processo, tem muito ainda a ser caminhado. A construção metodológica no âmbito da universidade, da construção de uma nova ciência, ainda não é trilhada. Nós precisamos somar as experiências e a gente fazer essa construção.

Então, um grande mutirão da construção dessa universidade é que nós estamos trabalhando junto com o MEC, com lideranças indígenas; e também hoje queremos pautar isso na Casa de Leis, que é aqui no Senado, e na Câmara dos Deputados; colocar isso em forma técnica, colocar isso de uma forma estratégica, metodológica, em termos políticos; e pensar a questão financeira, em que medida isso vai respaldar.

Por exemplo, nós estamos ainda a pensar a identidade do professor dessa universidade, o perfil dos estudantes indígenas que nós queremos formar, os formandos, os egressos dessa universidade, a metodologia dos cursos, quais são os cursos estratégicos. Estamos ainda a fechar essas propostas. Então, nós estamos focados. É claro que a Casa Civil está acompanhando essa temática, o foco ainda está em como será a parte estrutural da universidade, como foi apresentado agora pelo Fernando, do MEC. Então, nós estamos focados nessa parte. Ainda falta a gente fechar a parte mais metodológica, filosófica dos cursos, da estrutura do pensamento dessa Universidade Indígena.

Nós estamos bastante encantados com essa proposta, porque é um momento histórico de iniciar um processo de reparação aos povos indígenas, como foi colocado. É um momento em que todos nós, gestores públicos, gestores indígenas, Parlamentares, estudantes, lideranças indígenas, podemos somar para a construção dessa universidade, e será uma construção coletiva, porque nós, os povos indígenas, mantemos o nosso território de uma forma coletiva e nós temos que construir de uma forma coletiva também a Universidade Indígena. Por isso, a importância dessa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero compartilhar aqui que a nossa experiência, até agora, dos seminários regionais foi muito rica. Quero parabenizar aqui o registro das lideranças com que dialogamos nos territórios dos povos, nas várias regiões. Foi muito rico, muito importante. A gente leva muita esperança através dessa pauta em relação aos povos indígenas.

Então, é essa a nossa mensagem neste momento, e fico à disposição.

Mas, antes de terminar, eu quero registrar que eu sou guarani-caiová, do Estado de Mato Grosso do Sul, e não tem como não registrar nesse ato: o meu povo está passando por um momento de violência no Estado de Mato Grosso do Sul. Acabamos de saber do assassinato de um jovem indígena, e quero registrar o nome, da aldeia Laranjeira Nhanderu, no Mato Grosso do Sul: Neri Kaiowá. Ele foi assassinado pelos policiais do estado. Eu estou de luto neste momento e quero partilhar essa dor, esse luto nesse momento, nesse ato, para que a gente possa também pensar em dizer para a sociedade que os povos guarani-caiovás não são um povo de violência, mas são um povo que busca a terra sem mal, o bem-viver. O território dos povos indígenas é um espaço onde, através dos territórios, nós alcançamos a nossa divindade, para que a gente possa se tornar cada vez mais humano, assemelhando-se às nossas divindades. Por isso, a busca pelo território, a demarcação dos territórios dos povos guarani-caiovás e, por isso, hoje isso é violado – historicamente, e continua. E neste momento aí está acontecendo esse ato de violência, e quero compartilhar todo esse momento com a sociedade, com os estudantes indígenas, essa dor, esse luto neste momento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu quero agradecer ao Sr. Eliel Benites, Diretor do Departamento de Línguas e Memórias do Ministério dos Povos Indígenas, mas eu gostaria de convidar a todos neste momento, antes de dar a palavra a Rutian Pataxó, numa demonstração de que não é aceitável mais, diante da nação brasileira, atos de intolerância com aqueles que são nossos ancestrais, para que fizéssemos um minuto de silêncio em homenagem ao Neri Kaiowá e a todos aqueles que já tombaram nessa luta pela reconstrução de uma nova sociedade brasileira.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir agora a representante do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, Rutian Pataxó

A SRA. RUTIAN PATAXÓ (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero me solidarizar aqui com o povo guarani-caiová, entendo essa dor. Há dois anos, três jovens pataxós também foram assassinados pela Polícia Militar do Estado da Bahia. Entendemos que o campo brasileiro é muito perigoso e nefasto para os povos indígenas. Estamos no estado com maior violência. O Estado da Bahia tem a polícia mais letal do país, e nós dividimos aí o campo mais perigoso no sentido de como nossos povos são mortos todos os dias e nossos jovens são mortos. Nossos jovens pataxós também foram mortos com um tiro na cabeça com um fuzil também de armamento do próprio Estado brasileiro. É um momento em que também me solidarizo porque eu estou ficando emocionada exatamente lembrando desses momentos também que tivemos há algum tempo.

Eu sou Rutian Pataxó, sou acadêmica, sou mestranda em Estudos Étnicos da Universidade Federal da Bahia. Sou baiana, nordestina. Como o Fernando falou, a maior quantidade de indígenas está no Norte e no Nordeste e são as duas regiões mais pobres do país, são as regiões que têm o maior número de racismo na sua magnitude e também onde o conhecimento até acadêmico não é considerado, nosso país é muito centrado no Sudeste como com um conhecimento válido acadêmico. Mas a gente entende como valorizar esse conhecimento e como valorizar também as regiões que são mais esquecidas neste país. E a Universidade Indígena vem nesse contexto para valorizar também esse conhecimento, valorizar também esse saber. Essa construção tem que ser exatamente isto: uma construção coletiva, uma construção feita com muitas mãos.

Eu sempre digo que o movimento indígena é o movimento mais organizado deste país.

A gente consegue, mesmo com as nossas diferenças, mesmo com a diversidade de povos, se unir e debater qual seria o melhor futuro para nós mesmos; considerando todo o aspecto de diferenças que temos entre nós, entre povos do Nordeste, do Sudeste, do Sul, do Norte, a gente consegue compreender as diferenças e realidades de cada povo, de cada região e de cada bioma. Isso que é o ponto de fortalecimento dos povos indígenas considerar toda essa diversidade, essa diversidade de transmitir conhecimento, essa diversidade de fazer conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa Universidade Indígena precisa ter a nossa cara, que essa universidade tenha a participação efetiva dos povos indígenas, das suas lideranças e dos seus estudantes e que se crie, dentro dessa universidade, um conselho participativo e liberativo com a participação dos povos, com a participação dos estudantes; que cada campo, que cada setor tenha essa participação, para que a gente possa, de fato, colaborar para a efetividade dessa universidade. Sua criação vai ser inicialmente muito difícil, considerando também todo o aspecto que tem nosso país.

Queria agradecer muito esse espaço no Senado, agradecer ao Senador Bene, que traz também essa discussão para cá. Esse espaço é crucial para essa discussão, e essa discussão estar aberta é muito importante, com a presença também aqui dos estudantes – a gente está no 11º Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (Enei), que já vem de uma construção de muitos anos –, a necessidade de nossa presença, a visibilidade nas universidades, para que a gente possa vencer esse apagamento cultural e histórico. Então, nós estamos aqui no 11º Enei, com 26 universidades, além de outros grupos também que vieram: grupos de jovens, de lideranças, mais de 600 estudantes, cem povos representados.

A gente está em uma construção, discussão, desde segunda-feira, também com essa discussão sobre o ensino superior, sobre a permanência, sobre a Bolsa Permanência, depois que termina a faculdade, é uma questão com que a gente também se preocupa: para o mercado de trabalho, para a pós-graduação, como a gente também consegue fazer essa discussão. Então, a gente já teve muitos avanços, muito também fruto dessa luta do movimento estudantil indígena.

A Bolsa Permanência sempre foi um grande marco também, porque a permanência da universidade é fundamental. Infelizmente, as universidades brasileiras são espaços doentios, são espaços em que nós temos um grande índice de racismo contra os estudantes indígenas, é um espaço hostil, um espaço onde não nos querem, então, como construir uma universidade que possa nos aceitar?

E, além de ter a construção da Universidade Indígena, também ter essa participação efetiva nas universidades públicas, de aceitação também do conhecimento indígena. Essa aceitação no sentido de que a gente precisa transformar por dentro.

Que em todos os espaços possam estar indígenas, que a gente possa também ter aqui, futuramente, no Senado, um Senador indígena, porque a gente precisa estar ocupando todos os espaços, nossas ideias e nossa cultura precisam ser propagadas também em toda a construção do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa entender também que temos um racismo estrutural que a gente precisa vencer dentro das instituições. E o Enei é essa construção coletiva dos estudantes indígenas, para que os estudantes busquem essa participação efetiva também nessa construção dessa Universidade Indígena. Que sejamos também os porta-vozes dessas reivindicações, que essa construção também seja feita por nós que estamos nas universidades, que já construímos uma relação com esse mundo acadêmico e que possamos assim contribuir também com essa construção. Sabemos que a universidade precisa ser construída, mas ela precisa ser do nosso jeito, ela precisa também ter a cara e a voz dos povos indígenas.

O Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, nas suas representações aqui das universidades, também pauta que precisa que os núcleos, as associações e os grupos dentro das universidades, que já estão construídos há mais de duas décadas, possam também estar presentes nessas consultas, que essas consultas também sejam feitas nas universidades com os estudantes dessas universidades. É importante que a gente construa um diálogo horizontal com as lideranças, com os professores, mas também com os estudantes, para que essa universidade seja também construída conforme os anseios dos estudantes indígenas.

E é importante frisar que a universidade brasileira precisa nos aceitar. E é importante também estar nesses espaços como estamos hoje, na transformação de dentro para fora, no sentido de que também precisa ter professores indígenas nas universidades brasileiras, que tenhamos cotas também nas universidades brasileiras para professores indígenas, para técnicos, para que os indígenas possam estar nesses espaços e esses espaços sejam construídos e desconstruídos.

A gente precisa entender que o conhecimento não pode ser homogêneo, não pode ser o conhecimento europeu, não pode ser o conhecimento racista que tem nas universidades brasileiras. A gente precisa entender e construir um conhecimento intercultural baseado na pluralidade que tem nosso país e entender também que as universidades precisam ser transformadas, e elas só conseguem ser transformadas com a nossa presença lá dentro.

Entendemos que, nos últimos 20 anos, com o crescente número de estudantes indígenas nas universidades, as universidades também começaram a pensar em como fazer políticas públicas para os povos indígenas. Ela começaram também... A gente incomoda a universidade, a gente incomoda e, com esse incômodo, com a nossa pressão lá dentro, muitas coisas podiam ser transformadas, algumas um pouco menos, outras um pouco mais, mas a gente precisa transformar a universidade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A universidade brasileira precisa ter a cara do povo brasileiro. Ela não pode ser... não pode continuar sendo uma universidade branca, precisa ser uma universidade que comporte o povo brasileiro, com indígenas, com quilombolas, com pessoas negras, com mães, com trabalhadores. Ela precisa ter a cara do povo brasileiro. Ela não pode continuar sendo um espaço de propagação apenas do conhecimento europeu, do conhecimento branco. Ela precisa se descolonizar e precisa ter outras pessoas, outras figuras também construindo essa universidade.

A Universidade Indígena sai com esse pressuposto de ser um espaço que seja um espaço também acolhedor, que seja um espaço em que a gente não sofra racismo. Então, tem que ser um espaço construído por nós e para nós, onde os professores, os técnicos, os reitores sejam pessoas indígenas, assim em como nossas escolas.

Como é diferente ter uma escola indígena nos territórios e como era ter que estudar na cidade. Quem vivenciou esses dois mundos entende como é sofredor você ser uma criança indígena em uma escola do município e sofrer o racismo por ser uma criança indígena lá, ser marginalizada, ser chamada de burra, ser chamada de bicho, e como foi a transição para ter as escolas indígenas nos nossos territórios. A gente consegue também enxergar que na nossa universidade é preciso que a gente tenha referenciais, que a gente tenha professores, técnicos, que o funcionalismo da universidade seja também de indígenas, para que a gente possa ter referência. E essa referência tem que ser construída por nós.

Então, eu acho que a gente tem que entender que essa universidade precisa ter a nossa cara, ela precisa ser construída por nós e ser um lugar de acolhimento, para termos ali uma universidade nos nossos territórios e que ela possa de uma certa forma estar relacionada com as demandas e as preocupações que os povos indígenas têm. Essa construção precisa ser feita e é um sonho que não nasceu por nós; é um sonho que nasceu por nossos anciãos e é um sonho de transformação.

Acredito que os povos indígenas sempre tiveram a educação como essa ferramenta de luta importante e de resistência, por entender que a gente precisa também desse conhecimento para lutar pelos nossos direitos e entender que a educação e a universidade é essa ferramenta de luta, assim como o parente Eliel falou, no sentido de que a gente precisa transformar esse conhecimento dialogando com o conhecimento ocidental, mas construindo nosso próprio conhecimento, esse conhecimento transformador no sentido de que a gente precisa também que o Estado, que a sociedade brasileira consigam valorizar o nosso conhecimento e entender que temos também soluções para os problemas que eles mesmos causaram. Então, entendemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os nossos territórios, os nossos saberes, os nossos conhecimentos são conhecimentos também científicos, são conhecimentos também que têm validade científica.

Neste momento dessa construção é importante, Senador, a gente ter o seu apoio e o apoio dos outros Senadores também, o apoio desta Casa, no sentido de que a gente precisa construir e fazer essa reparação histórica aos povos indígenas. E os estudantes indígenas estão aqui para contribuir nessa construção e contribuir também para que a gente possa fortalecer essa construção coletiva com o Ministério da Educação, como o Ministério dos Povos Indígenas, mas também que essa universidade saia do chão da aldeia, da construção mesmo com os povos, com os estudantes, com os professores, com as lideranças. Então, este momento é um momento único nessa reconstrução do nosso país. Que a gente possa fazer muitas coisas e a gente possa transformar e fazer uma educação transformadora!

Quero agradecer, mais uma vez, o espaço, em nome dos estudantes indígenas que estão aí representados no 11º Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigado, Rutian, pela explanação.

Antes de passarmos para a Sra. Isabela Sales, do Ministério do Meio Ambiente, gostaria de convidar a Senadora para que se sentasse aqui à mesa, nos prestigiando com seu brilhantismo. (*Palmas.*)

Vamos ouvir a representante do Ministério do Meio Ambiente, a Sra. Isabela Sales.

Obrigado.

A SRA. ISABELA DO AMARAL SALES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia... E me escutam bem? Bom dia a todos.

Trago aqui, em primeiro lugar, os cumprimentos da nossa Ministra Marina Silva e da Secretária Edel Moraes. Eu gostaria de estender esses cumprimentos a todos os Parlamentares da Casa na pessoa do autor do requerimento, o Senador Bene Camacho, e também na pessoa da Senadora Leila Barros, que preside a Comissão.

Cumprimento também o colega Fernando Matos, do MEC, e o colega Eliel, do MPI. Aproveito já para externar as nossas condolências e a nossa solidariedade por mais essa perda de, no final das contas, mais uma pessoa, mais um estudante, um jovem, para a violência no campo. Cumprimento também a colega parenta Rutian Pataxó, na pessoa de quem estendo os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentos a todos os estudantes indígenas e a todos que endossam essa iniciativa junto ao movimento indígena.

É uma honra estar diante desta oportunidade, principalmente para somar, agregar a esta importante iniciativa que é a criação da Universidade Indígena. Desde já, o Ministério do Meio Ambiente se coloca à disposição para endossar essa ideia que, Senador e parentes, realmente corrobora todas as políticas públicas que cuidam, que se engajam na temática do meio ambiente. Então, é de todo o interesse do Ministério do Meio Ambiente que a Universidade Indígena não somente seja criada, mas que seja criada dentro dessa abordagem de ecologia de saberes, de trazer junto para o conhecimento ocidental, que é técnico, que é científico, também essa abordagem do conhecimento tradicional indígena.

E falo isso porque neste momento em que atravessamos uma crise climática sem precedentes, nós estamos tendo a experiência inigualável, pela primeira vez, de incêndios, em todo o território, de grandes proporções. E, nesse contexto dos incêndios, a gente não poderia deixar de citar a experiência do nosso trabalho com os brigadistas indígenas e os brigadistas quilombolas, que realmente é um trabalho que tem representado uma troca de experiências, que tem representado na prática essa troca, essa integração de saberes e de olhares junto ao manejo integrado do fogo, que, inclusive, recentemente virou lei, sancionada – passou por esta Casa e foi sancionada pelo Presidente Lula.

Então, essa é uma experiência que a gente gosta sempre de citar como uma experiência muito positiva e que reforça que essa complementação entre o saber científico e os saberes tradicionais é muito positiva e todo mundo sai ganhando, sem dúvida, inclusive o meio ambiente.

Bom, diante de tudo que foi dito, brilhantemente colocado pelos meus colegas do MEC e do MPI, a gente aqui do MMA olha para essa iniciativa com brilho nos olhos, realmente, com muita esperança. E gostaria, um pouco, de reforçar essa ideia por outra abordagem – e aqui eu peço licença para colocar algumas informações, para compartilhar algumas informações –, no sentido de que a criação da universidade indígena corrobora também, reforça a implementação de políticas públicas ambientais.

Nesse ponto, eu trago aqui, inclusive, algumas normas que vou citar rapidamente, dado o pouco tempo, que podem ser aproveitadas na justificativa da criação do projeto de lei. Trago aqui que a educação indígena, inclusive em nível universitário, esse reconhecimento dos saberes tradicionais indígenas está previsto para começar no Plano Estratégico Nacional de Áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Protegidas, que prevê expressamente o compromisso internacional do país com a conservação da biodiversidade, contando com uma série de instrumentos, inclusive com a cosmovisão e os saberes dos povos indígenas – e aqui seria chover no molhado, porque ninguém melhor do que quem vive na floresta, quem conhece a floresta para saber manejá-la; eles são os criadores e também mantenedores da biodiversidade.

Outra política que reforça essa necessidade é a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Pngati), que reconhece expressamente o papel dos povos indígenas e dos seus saberes na proteção dos territórios, na gestão socioambiental e no melhor manejo dos recursos da floresta. A Pngati tem uma série de eixos temáticos e tem eixos específicos que tratam da propriedade intelectual e do patrimônio genético no sentido de que os saberes dos povos indígenas, os saberes tradicionais associados ao manejo dos recursos naturais, precisam ser protegidos, precisam ser promovidos, estimulados. Também nós vemos essa oportunidade da criação da universidade indígena como uma oportunidade de valorizar o conhecimento tradicional associado aos recursos do patrimônio genético.

Um outro eixo diz respeito à capacitação, à formação para o intercâmbio em educação ambiental. Nesse ponto eu gostaria de citar uma outra experiência que nós temos tido já, há alguns anos, que tem sido bastante positiva na formação de agentes ambientais nos territórios indígenas. Inclusive a formação desses agentes ambientais é meramente complementar. A gente leva ali, na formação deles, somente alguma orientação de normativas, de diretrizes que estão estabelecidas nas normas ambientais, porque, quanto ao manejo da floresta, ao manejo dos recursos, no final das contas, é a gente que sai aprendendo.

Então, essa tem sido uma experiência bastante enriquecedora que nós poderíamos otimizar também no contexto da universidade indígena.

Nesse sentido, eu trago a Lei 3.123, que trata do acesso ao patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados, trata de salvaguardas para a proteção desse conhecimento e repartição de benefícios. Aqui a gente já gostaria de deixar este questionamento, para reflexão e para debate do movimento – eu acredito que talvez já tenha sido uma questão bastante tangenciada, nessas oficinas de campo, nos territórios –, que seria como o conhecimento tradicional dos povos indígenas poderia passar de um objeto de estudo a um sujeito ativo desse processo, no contexto da universidade indígena. Nós endossamos essa iniciativa de maneira irrestrita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixem-me parar a apresentação aqui.

Nós endossamos de maneira irrestrita essa iniciativa, exatamente porque nós acreditamos que o manejo, o saber tradicional de quem conhece a floresta é muito melhor do que, convenhamos, o dos engenheiros florestais, ou tão bom quanto, ou o dos nossos colegas que se formam nas universidades, que só têm a ganhar com essa troca de saberes.

Nós vimos aí uma série de desafios que precisam ser não só solucionados, mas também monitorados, ao longo da implementação e da discussão para a criação da Universidade Indígena, mas nos sentimos muito satisfeito e endossamos essa iniciativa, por reconhecermos que esses saberes tradicionais não são apenas complementares do saber científico – como falou a Rutian, agora há pouco –, eles são tão importantes quanto, e a Universidade Indígena tem esse potencial de colocá-los em um lugar onde sempre deveriam ter estado esses saberes, no mesmo patamar do saber científico.

Nesse ponto, Senador, Rutian, colegas, demais membros do movimento que acompanham, contem com o endosso, o reforço e o apoio do Ministério do Meio e Mudança do Clima, porque nós vemos essa iniciativa com muito bons olhos e esperamos que ela se concretize. Quem tem a ganhar não são apenas os povos indígenas, mas o meio ambiente e, dessa forma, toda a sociedade.

Muito obrigada e bom dia a todos. Ficamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigado, Sra. Isabela, representante do Ministério do Meio Ambiente.

Nós vamos, agora, ouvir o Sr. Rodrigo Tosta, representante do BNDES, para, então, passarmos às inquirições.

O SR. RODRIGO GARCIA RAMOS TOSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Senador Bene Camacho, Senadora Leila Barros, através dos quais eu cumprimento todos os nossos Senadores e Senadoras. Eu gostaria de transmitir os cumprimentos do Presidente Mercadante e da Diretora Tereza Campello.

Agradeço também aos nossos colegas que fizeram as apresentações anteriores, pelo compartilhamento do seu conhecimento, das suas experiências, e solidarizo-me com as perdas que foram faladas, aqui, de familiares, enfim, amigos e conhecidos das pessoas que se foram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vim trazer um pouquinho do Fundo Amazônia aqui, falar um pouquinho sobre o Fundo Amazônia, sobre a atuação do Fundo Amazônia dentro desse espaço aqui na audiência.

O Fundo Amazônia foi criado há 15 anos, quase 16 já, comemoramos 15 anos no ano passado, e o Fundo Amazônia é uma das formas de implementação do PPCDAm, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Então, todas as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia são alinhadas com os eixos do PPCDAm. Isto faz com que a gente consiga auxiliar a implementação do PPCDAm de uma forma muito direta.

O fundo conta com uma governança bastante ampla. A gente tem, hoje, no fundo, 25 instituições representadas em três grandes bancadas, uma do Governo Federal, com os ministérios e o próprio BNDES, os nove governos estaduais da Amazônia Legal e seis entidades representativas da sociedade civil. Só para destacar aqui, no ano passado, quando o Fundo Amazônia teve seu Comitê Orientador recriado, houve a entrada do Ministério dos Povos Indígenas, como um reforço da importância da sua participação nas decisões do Comitê Orientador do Fundo Amazônia. Também a Coiab faz parte, dentro da bancada da sociedade civil, do Comitê Orientador do Fundo Amazônia. Isto faz com que essas decisões sejam tomadas com uma ampla discussão, sempre tomadas em consenso entre todos esses participantes, garantindo que isso vá ser implementado. Ao se ter a concordância, o consenso de todos, você tem uma maior chance de sucesso na implementação dessas decisões. Então, eu acho que isso é uma das grandes forças que o Fundo Amazônia tem, que garante essa representatividade de todos.

Como falei, o apoio aos projetos do Fundo Amazônia se dá em projetos alinhados aos quatro eixos do PPCDAm, esses quatro eixos definidos dentro do plano, tanto por meio de chamadas públicas quanto, também, por meio de projetos que são considerados estruturantes. Então, o fundo consegue... Hoje, a gente tem algumas chamadas em andamento, já encerrada a recepção de propostas, mas em andamento, que tratam de diversos temas, desde restauração, temos uma chamada que foi, também já encerrada, da questão de alimentação escolar na região, temos uma outra, em parceria também com o MDS e com o MMA, da parte de tecnologias sociais de acesso à água... Então, o fundo trabalha com essa estruturação de chamadas para garantir um alcance maior, uma escala maior da sua atuação, e, por outro lado, também recebendo propostas de projetos considerados estruturantes diretamente ao Fundo Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As diretrizes que definem a forma de atuação do fundo e qual o tipo de projeto que ele poderá apoiar são definidas no Comitê Orientador, como mencionei antes, em decisões por consenso. Então, o Comitê Orientador define como o Fundo Amazônia pode atuar, mas não aprova o projeto. Quem faz a parte de análise toda do projeto é a equipe do Fundo Amazônia dentro do BNDES. Então, o Comitê Orientador só vai definir as linhas gerais de atuação do fundo, a aplicação de recursos do Fundo Amazônia, para garantir que você não tenha nenhum tipo de interferência na avaliação técnica. Isto é o mais importante da atuação do Comitê Orientador.

Os projetos são apresentados diretamente ao BNDES, como mencionei. Como o BNDES é o responsável pela análise dos projetos, contratação e acompanhamento, esses projetos, uma vez construídos, são submetidos ao BNDES. Tem um roteiro – vou entrar um pouquinho numa questão operacional aqui –, um roteiro que deve ser preenchido, que é quando você verifica se de fato aquele projeto está alinhado às diretrizes do Fundo Amazônia e, portanto, alinhados aos eixos do PPCDAm, e é submetido à análise do BNDES. Após a submissão para análise, a equipe se debruça sobre o projeto e o submete à aprovação da nossa diretoria para que o projeto possa ser contratado.

Então, isso tudo... eu passei por essa parte operacional mais para poder ilustrar essa questão de que os projetos vão ser sempre alinhados ao PPCDAm, qualquer um dos eixos do PPCDAm. Estando alinhados, eles são passíveis de apoio, podem sofrer ajustes ao longo do tempo, tanto antes da contratação quanto após a contratação, para garantir que eles de fato venham a trazer o melhor resultado possível.

Então, eu gostaria só de falar um pouco também do quanto o fundo... e aí falando um pouco da retomada do fundo no ano passado, que nós já apoiamos projetos, já temos recursos comprometidos da ordem de, somente no ano passado, R$1,3 bilhão e, para este ano, já são mais de R$500 milhões. E, na sua existência, o fundo já apoiou em mais de R$2,5 bilhões projetos na região, então mostrando que o PPCDAm é um caminho correto, viável e que o Fundo Amazônia está aqui como um dos instrumentos possíveis de apoio a ações relacionadas ao PPCDAm nos seus quatro eixos.

Senador Bene Camacho, eu não gostaria de me estender mais aqui. Agradeço o tempo que foi fornecido para nós e me coloco à disposição para qualquer pergunta, qualquer dúvida que surja.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigado a todos que contribuíram com a sua fala.

Nós vamos passar agora aos questionamentos.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença da Senadora Rosana Martinelli, do PL do Mato Grosso, que vai fazer a sua fala e, logo em seguida, nós iniciaremos as inquirições. Eu vou fazer perguntas, vou deixar com que três membros dos representantes dos estudantes indígenas possam se manifestar direcionando, está certo? E vamos falar também a respeito das perguntas que nos foram encaminhadas.

Senadora, por favor.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Obrigada pela oportunidade, Senador. Quero cumprimentar a todos.

Eu sou de Sinop, Mato Grosso, mas eu estou aqui para falar da importância que tem a formação para todos os povos indígenas, todos os estudantes, e dizer que, em Rondonópolis, Senador, nós tivemos – eu até quero ler aqui – a primeira turma de educadores indígenas. A UFR, de Rondonópolis, recebe sua primeira turma exclusivamente de estudantes indígenas, e realmente esse é o caminho, não é?

Teve início na semana retrasada já essa primeira turma, desse curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Rondonópolis, composto por estudantes indígenas de diversas etnias.

O curso tem o objetivo de formar professoras e professores em uma perspectiva interdisciplinar e intercultural para lecionarem nas redes públicas de educação básica e nas redes comunitárias e levarem o conhecimento para as suas culturas, as suas etnias. E teve uma procura muito grande nas inscrições, teve inscrição em mais de 25 municípios, uma procura relevante. Essa aula inaugural que teve na semana retrasada foi muito importante, porque marcou, foi um divisor de águas, oportunizando, porque essa turma é exclusiva para indígenas. A coordenadora institucional do Parfor é a Profa. Talitta, à qual eu quero realmente agradecer pela sua formação, seu empenho em direcionar para que realmente essa turma fosse exclusiva, que é um projeto inovador para nós do Mato Grosso.

E quero dizer que nós temos que estender. Então, esta audiência pública, Senador, é muito importante, é esse o caminho que a gente tem que fazer, é esse o caminho para levar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento, principalmente para todos aqueles que querem. Engana-se – e eu estou falando uma opinião própria – quem diz que tem que deixar o indígena isolado. Hoje o indígena quer conhecimento, quer oportunidade. Não adianta mais... Hoje – nós estamos em 2024 – ele quer oportunidades para desenvolver, e ele quer saúde, e ele quer educação, e ele quer ser respeitado. Então, muitas vezes o que acontece é que querem deixar os nossos indígenas colocarem... não querem dar oportunidade, limitam as suas tribos, as suas etnias, não dão oportunidade, muitos proíbem o desenvolvimento, não deixam exercer as funções exatamente que eles querem. Eu estou dando minha opinião aqui, particular: tem que oportunizar. Porque hoje, com o conhecimento que tem, com a internet que tem, como você vai deixar essas pessoas isoladas? Eles querem oportunidade! Hoje, como vai colocar lá os nossos povos indígenas sem oportunidade e sem acesso à informação? Hoje nós estamos vivendo a informação. Então, eu acredito – é uma opinião minha particular – que temos que oportunizar, sim, porque hoje não cabe mais deixar qualquer indígena, na sua tribo, com as suas etnias, isolado. Jamais! Hoje não mais! Hoje tem que oportunizar e dar o direito a eles de terem a sua opinião e de terem, principalmente, acesso à educação.

Então, eu quero parabenizar esse brilhante acesso que se está dando para todos. É isso que nós queremos. É aproximar realmente, porque tem que transformar essa realidade.

E esse curso, Senador, foi elaborado de forma participativa com cinco etnias de Mato Grosso – eu não sei se vou pronunciar certo –: boe, xavante, bacairi, tapirapé e canela, de lá.

Então, foram ouvidas todas as etnias para chegar realmente num consenso sobre o que era melhor para os povos indígenas. E foram estruturar um curso que garantisse aos diferentes grupos étnicos o acesso e permanência a um ensino superior, diferenciado e que respeite as suas particularidades linguísticas, culturais, de saberes e modos de vida. E, após tantas trocas e aprendizados mútuos, chegaram finalmente ao momento em que a Universidade Federal de Rondonópolis recebesse a sua primeira turma exclusivamente de estudantes indígenas.

Então, é uma grande oportunidade que se está tendo no Mato Grosso e eu acho que tem que ser estendida para todo o país e, principalmente, nessa formação da universidade específica aos povos indígenas.

Vocês todos estão de parabéns, porque buscar conhecimento é o que nos move e é o que nos sustenta. Então, parabéns, e eu tenho certeza de que essa iniciativa vai ser concretizada.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigado, Senadora Rosana Martinelli, pelo seu depoimento, mas principalmente pelo seu engajamento nessa ação de educação, de construção de um novo saber. Quero parabenizar também o Governo do Mato Grosso por essa iniciativa e dizer que, no Mato Grosso, apesar de nós termos recebido uma notícia de uma ação individual triste, nós vemos que o povo do Mato Grosso, o Governo do Mato Grosso, os representantes políticos, a Senadora, os Deputados Federais do Mato Grosso estão engajados, juntamente com todos nós, nesse projeto maior e mais inclusivo da criação da UnIND, da Universidade dos Povos Indígenas.

Então, parabéns à senhora, parabéns ao Governo do Mato Grosso pela iniciativa. Que ela possa ser construída e amplificada através da Universidade Indígena do Brasil.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com certeza. Eu estou aqui justamente para dar o meu apoio e dar esse exemplo de que funciona, que é oportunidade, e a gente tem que continuar avançando. E essa formação da universidade, com certeza, será um sucesso, que é o sucesso do saber.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu gostaria de direcionar meu primeiro questionamento ao Ministério dos Povos Indígenas, aos estudantes aqui presentes, o nosso público-alvo, que daqui por diante... Aqui foi um início de uma ação que visa à construção de um projeto, um projeto grandioso, que, a meu ver, deveria estar pronto para ser apresentado na COP 30. Seria o ambiente mais favorável para que o mundo todo soubesse que, no Brasil, nós estamos não apenas mudando o discurso, mas estamos mudando, na prática, a reconstrução da nossa sociedade, do nosso saber.

Então, eu gostaria de saber, por parte do Eliel, por parte da Rutian, se vocês têm uma programação de mobilização, de ação agora de divulgação desse projeto, de expandir, encerrando a parte de audição das assembleias, e agora levar ao restante do conhecimento da sociedade brasileira esse projeto tão necessário e tão importante para a nossa sociedade.

No que diz respeito ao Ministério da Educação, como tão bem o Fernando Matos apresentou a construção do quão é importante e essencial a cultura indígena dentro da construção de um novo saber. E ali ao CNPq... Então, eu gostaria de entender se, no CNPq, há projetos para pesquisa de princípios ativos dominados pela cultura indígena na área de produtos farmacêuticos e cosméticos; se há proteção legal de retorno financeiro para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patentes brasileiras ou estrangeiras que foram construídas utilizando os princípios ativos e os conhecimentos indígenas; se há um retorno em torno de remuneração; e se, na construção dessa Universidade Indígena, haverá um espaço importante para a construção da inovação dentro dessa universidade para esse conhecimento milenar que fez com que, há milhares e milhares de anos, uma população vivesse, sobrevivesse, se curasse e se instruísse usando os recursos advindos dessa natureza.

Quando aqui chegaram os europeus, há cerca de 500 anos, e encontraram essa população que estava aqui há 15 mil anos, receberam todo esse potencial de conhecimentos que lhes foram transmitidos. Então, esse conhecimento não só tem que ser preservado, mas tem que ser redirecionado para a humanidade como um todo, mas que haja também um retorno econômico para quem foi o detentor desse conhecimento.

Eu gostaria muito, e esse foi o motivo principal da minha intenção em convidar a representante do Ministério do Meio Ambiente, a Sra. Isabela Sales... E, quando eu olho para Isabela Sales, eu estou olhando para a Ministra Marina Silva. E, quando eu olho para Marina Silva, a quem eu muito admiro, eu vejo o brasileiro por excelência, em que geneticamente se encontra o europeu, o negro e o indígena. Ali é a pessoa da Marina Silva. E eu gostaria muito que a agora Ministra Marina Silva, que tem todo esse seu olhar, esse seu envolvimento para essa questão indígena, juntamente...

Quando eu olho para o Rodrigo Tosta, eu enxergo o Ministro Aloizio Mercadante, que talvez seja o mais social de todos os economistas que passaram pelo BNDES. E ali está o Fundo Amazônia. E, sob a direção do nosso Presidente Lula, que foi formado na universidade da vida e obteve PhD no que diz respeito ao combate às desigualdades sociais, seria emblemático – emblemático – que, nesse projeto construído pelo Ministério da Educação, pelo Ministério dos Povos Indígenas, pelo Ministério do Meio Ambiente, não ficasse esbarrada na questão financeira a sua viabilidade. O povo indígena, a nação indígena, já pagou muito caro por tudo isso que nós vemos, essa situação. Não pode ser o recurso financeiro um óbice para a construção desse projeto. Deveria ser o primeiro a ser colocado como uma questão de honra, de reparação a essa ação do povo indígena: a afirmação de que recurso não irá faltar para a instalação e para a manutenção da UnIND, a Universidade Indígena.

E seria muito mais emblemático uma mensagem a todos os dignatários de todas as nações que vão estar presentes na COP 30 de que o Fundo Amazônia, que representa o que há de mais importante na defesa dos nossos povos originários e do nosso meio ambiente, chamasse para si

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a responsabilidade dessa ação financeira. Seria uma forma muito visível e objetiva de mostrar o compromisso de nós, como povo e como Estado, repararmos esse óbice que pesa sobre a nação indígena.

Então, gostaria de ouvir da parte do Ministério do Meio Ambiente e do BNDES a afirmativa da intenção de que não há nenhum impedimento para que o Fundo Amazônia possa estar presente dentro da sustentação econômica desse projeto.

O SR. ELIEL BENITES (Para expor.) – Obrigado, Senador Bene Camacho, pelo questionamento.

Quanto à pergunta em relação ao cronograma de ações e os passos que estão sendo dados neste momento, o nosso foco... Quando digo foco, o ministério indígena, com a participação da equipe do GT da Universidade Indígena – que está junto com o MEC, onde está a equipe de membros de professores, lideranças e técnicos –, está trabalhando na sistematização do documento final do relatório, e já há uma proposta mais técnica dessa proposta da Universidade Indígena. Inclusive, eu quero destacar a importância do trabalho dessa equipe do GT, e, inclusive dentro do GT, há uma equipe mais específica ainda, que é o GT de relatoria, e eles estão trabalhando intensamente para dar o resultado, as entregas desse material, em outubro.

Então, em outubro, nós teremos um ato de entrega desse relatório do GT à Ministra Sonia Guajajara e ao Ministro Camilo, justamente para dar o retorno final do que é o objetivo do GT.

Posteriormente a isso, nós temos, enfim, o segundo passo, porque o próprio GT já está sustentado pelo diálogo e pela consulta ao seminário regional das lideranças para subsidiar o próprio relatório final.

E, a partir dali, é o segundo passo que nós vamos dar, com a condução dos ministros também: em que medida vai ser a estratégia desse processo de politizar, de colocar em evidência à sociedade, às instituições e aos fundos a viabilidade para que possa, de fato, ser concretizada a implementação. Isso é um pouco da nossa caminhada institucional para que a gente possa concretizar.

Eu quero destacar que nós temos a COP 30 no ano que vem, um momento acho que muito interessante para ser o momento de lançamento ou da concretização da proposta. Em 2025 também nós temos um momento acho que muito estratégico, que é a Semana dos Povos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indígenas, no mês de abril, em que existe o Encontro Nacional de Lideranças Indígenas aqui em Brasília, que anualmente acontece. Então, são vários momentos estratégicos em que a gente poderia apresentar já a proposta de uma forma bem concreta. O nosso objetivo agora é a entrega desse relatório, a entrega do produto em outubro e, a partir daí, ver as estratégias da caminhada no segundo passo.

Em relação à importância dessa implantação da Universidade Indígena e às grandes pautas dos povos, como foi colocado pela Senadora aqui agora, é muito interessante porque nós estamos... A universidade é um espaço onde se vai pensar de uma forma intercultural sobre as grandes pautas que a nossa sociedade enfrenta, por exemplo: a questão das mudanças climáticas, a questão dos biomas brasileiros, a Amazônia, os povos indígenas, a questão das línguas dos povos indígenas no Brasil, o conceito dos territórios, o que é território para nós. Então, todos esses grandes alicerces de pensamento e de luta dos povos que estão reivindicando sua manutenção vão estar dentro da universidade como uma das grandes pautas a ser desenvolvida e, a partir dali, com os quadros de cientistas indígenas, os quadros de profissionais indígenas e não indígenas, a gente poderá dar continuidade a essas questões.

Por isso é fundamental a gente engrandecer cada vez mais essa questão da Universidade Indígena, não só no Brasil, mas em nível internacional, colocar a Universidade Indígena em rede de uma forma global, institucionalmente, com outras universidades importantes em nível internacional, porque ela vai fazer uma espécie de conexão de intelectuais indígenas, não só intrauniversidade, mas intelectuais indígenas no mundo. E, a partir dali, de que maneira a ciência, de uma forma mais ampla, vai sendo cada vez mais ampliada como uma ciência diferente, aglutinando o conhecimento científico da academia já produzido, mas também acrescentando o conhecimento dos povos.

Quando digo conhecimento dos povos, não é só de um povo, de uma etnia, mas é agregar essa diversidade de pensamento, o conceito do clima, por exemplo, a questão dos territórios, biomas, a questão da energia do planeta, a questão do sistema planetário em que estamos vivendo, quais são as novas tecnologias que podem fazer a potencialidade desses sistemas climáticos a partir da visão dos povos. São grandes questões que merecem ser discutidas e ampliadas no âmbito da ciência que vai ser produzida nessa universidade.

Então, essa é uma grande pauta, e, por isso, ao mesmo tempo, politizar a questão do pensamento indígena é muito importante. E o envolvimento, por exemplo, da Casa, do Senado, do Parlamento, do Governo, das instituições privadas nesse processo, das iniciativas econômicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é muito importante, porque hoje a sustentabilidade do planeta, do país, em todas as esferas econômicas e sociais são marcas. E por quê? É necessário a gente começar cada vez mais, os povos indígenas, a contribuir através da sua experiência histórica. O equilíbrio da natureza, da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal, por exemplo, é um resultado histórico da relação dos povos daquele lugar. Então, os povos indígenas são grandes conhecedores da tecnologia daquele bioma. Hoje nós estamos discutindo, em algumas iniciativas acadêmicas, essa questão da tecnologia espiritual, da espiritualidade dos povos.

Então, são questões fundamentais que devemos trazer para acrescentar e ampliar o saber de uma forma mais ampla para a nossa sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Rutian, gostaria de fazer algum adendo à fala do Eliel?

A SRA. RUTIAN PATAXÓ (Para expor.) – Só mesmo essa questão da ampla participação dos estudantes nessa construção. Acho que é importante o Ministério dos Povos Indígenas e também o da Educação preverem isso, acho que isso é muito importante.

Quero dizer também que a gente quer entregar uma carta de reivindicação dos estudantes indígenas do Brasil para os Senadores, para a Senadora Rosana, para o Senador Bene e para o Fernando também. O Eliel já recebeu, já está cansado de receber os nossos documentos. E aí a gente quer entregar essa carta de reivindicação também que a gente construiu durante o evento.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Fernando, por favor.

O SR. FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS MATOS (Para expor.) – Senador Bene, Senadora Rosana, nós estamos tendo, da minha parte... Eu sou pernambucano, minha família é de Pesqueira, terra dos xucurus, conheço a luta dos povos indígenas, trabalhei no Ministério dos Direitos Humanos, coordenei o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos Ameaçados de Morte, estive lá no território dos guaranis, viajei o Brasil todo e realmente sinto que essa universidade vai preencher, vai ocupar... Cada vez que eu vejo o Eliel falando, ele tem mais ideia, ele está com a imaginação aumentando. Essa universidade tem que sair do papel, tem que virar a obra não só de cimento, mas ela tem que virar a obra das mentes, das imaginações, da cultura, das línguas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como foi bem colocado aqui, tem uma parte que é reparação – é uma reparação, é uma dívida histórica que o Brasil tem com os povos indígenas –, mas também nós temos que olhar para o futuro, e o futuro que nós estamos vendo aí é de aquecimento global, inteligência artificial e guerras regionais que podem descambar em conflitos maiores. Então, devemos trazer a sabedoria indígena, incluí-la na forma, digamos assim, tradicional, sem amarrá-la, sem limitá-la, com a estrutura da autarquia Universidade Indígena, porque isso vai permitir, como colocou o Prof. Eliel, que esses professores, esses docentes, esses alunos estejam integrados a todo o sistema universitário brasileiro e internacional.

Isso vai permitir que, tendo a estrutura da autarquia Universidade Indígena, como colocou o Prof. Eliel, esses professores, esses docentes, esses alunos estejam integrados a todo o sistema universitário brasileiro e internacional. Então, a possibilidade de se formular convênios, de se ter parcerias com universidades de fora do Brasil, também é muito importante.

Sinto que a questão ambiental e o desenvolvimento regional são pontos fundamentais.

A iniciativa do Presidente Lula em propor a criação dessa universidade, como eu falei, vai ocupar, digamos assim, hoje uma lacuna que os povos indígenas brasileiros estão enfrentando. De maneira mais individual, fazendo, prestando o concurso, eles já têm o benefício importantíssimo da Lei de Cotas, mas são vitórias, são lutas dos estudantes com o apoio da comunidade, etc e tal.

Nós queremos agora, com a Universidade Indígena, que ela tenha autonomia, tenha a capacidade de elaborar o seu funcionamento interno. Os cursos que serão ofertados... Lá no MEC, a nossa Diretora de Educação, ligada à área de saúde, fala: "Não, Fernando, queremos que um dos cursos seja o de Medicina. Nós aqui vamos dar todo o apoio". Então, é uma perspectiva muito distinta você ter os professores indígenas, os alunos indígenas, o pessoal da parte – digamos assim – da administração, da direção superior da universidade serem pessoas indígenas, então, tudo isso. Nós estamos diante de uma iniciativa que tem tudo para se transformar a realidade, hoje ainda tão difícil, tão dura, que os povos indígenas enfrentam e atravessam.

Então, parabéns, muito obrigado, Senador, Senadora, também, pelas suas considerações.

Nós, lá no MEC, estamos nos empenhando ao máximo – está certo? –, para concluir a escuta, que é uma obrigação que o Brasil tem. Em função da Resolução 169 da OIT, tudo o que afeta as comunidades, as populações indígenas, tem que ser apresentado para eles, tem que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debatido junto com eles, para que haja o entendimento e a concordância deles sobre o assunto. Como bem colocou o Prof. Eliel, nós já ouvimos mais de 3 mil pessoas, e ainda temos uns cinco seminários para concluir.

Ontem estivemos lá com os estudantes. Um grupo deles foi ao Centro de Treinamento do MEC se reunir com a gente, deram a contribuição deles para esse relatório, e esperamos que, até a COP, a gente já tenha a possibilidade da tramitação do PL nesta Casa tão importante para a democracia brasileira. E que possamos também contar com o apoio – bem lembrado – do Fundo Amazônia, que obviamente não seria o responsável pelo custeio, que é do MEC, mas o Fundo Amazônia poderia apoiar, sim, na melhor qualidade de equipamentos, de laboratórios, de informática, de acesso à internet, entre os *campi*.

Eu acho que a sua iniciativa, Senador, é muito proveitosa e vai contribuir, caso isso esteja contido no final, no nosso relatório, porque é uma ideia que até agora... Eliel, em algum lugar saiu essa sugestão? Eu acho que não, do Fundo Amazônia...

O SR. ELIEL BENITES (*Fora do microfone.*) – Não. Acho que não.

O SR. FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS MATOS – Então, o Senador teve totalmente a paternidade dessa iniciativa e, para nós, eu acho, já podemos colocar assim que vai estar no relatório essa sugestão.

Obrigado, Senador.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Só mais um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Claro.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Parabéns, Fernando.

E, só para complementar, eu acho que essa universidade realmente vai dar, de fato e de direito, a respeitabilidade e a credibilidade que os povos indígenas têm.

Eu, como Prefeita, tive a experiência, e a gente acompanha o quanto os indígenas nas aldeias sofrem, porque muitas vezes o recurso não chega lá na ponta. Gasta-se muito em transporte e hoje, por exemplo, a saúde, é só a básica que tem nas aldeias, a média e alta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexidade tem que ser nas prefeituras mais próximas, e fica uma situação muito difícil para o indígena que vive lá na comunidade dele. Então, nós temos... E eu acredito que com essa universidade, vai capacitar, vai desmistificar esse conceito de que não tem estrutura, de que não pode chegar, porque a aldeia tem que ter estrutura que dê possibilidade de saúde, que dê possibilidade de educação. E realmente não chega, a maioria dos recursos não chega para quem tinha que chegar. Fica no caminho, gasta-se muito com o próprio Governo, sempre não ter recurso, e não chega na ponta final, não chega nos indígenas que precisam de recurso, que precisam ser respeitados e precisam de assistência.

Então eu acredito que essa universidade também vai ser um instrumento que vai possibilitar uma voz a mais. Nós vamos ter conhecimento e vão ter pessoas capacitadas nas aldeias para desmistificar essa questão de que tudo tem que depender. Os indígenas não têm que depender de ninguém. Vocês têm que ter por conta própria; vocês têm sabedoria, inteligência, saúde e o conhecimento da ancestralidade, como ele mesmo falou.

Eu fico muito contente, Senador, porque realmente esse conhecimento que os povos indígenas têm deve ser direcionado para eles e eles que têm que ser os beneficiários. Hoje essas patentes, a maioria foi para empresas estrangeiras e o índio, que tem o conhecimento, não é beneficiado com isso.

Então, realmente, tem que ter, Senador, como o senhor falou, tem que ter esse banco, tem que ter patenteado todos e, para isso, tem que ter conhecimento, tem que ter acesso. Então, eles têm o conhecimento, eles têm que ser sabedores e têm que ser os beneficiários, têm que ter estrutura e é um recurso a mais que vão ter nas aldeias.

Hoje, com o conforto necessário, com a estrutura principalmente de saúde, a gente percebe o quanto é difícil ter. E eu falo, estou falando com o conhecimento de que muitas vezes não chega. Eu passei isso, porque fui Prefeita, e o município tinha que dar assessoria para não ter os indígenas na dificuldade. Eu sei que muitos não concordam, muitos que são beneficiados não concordam, mas a realidade é isso e tem que ser falada.

Hoje a maioria dos recursos não chega, da assistência não chega para os indígenas que têm que ser beneficiados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigado, mais uma vez, Senadora.

Gostaria de ouvir Isabela Sales, do Ministério do Meio Ambiente, em que nós demos uma cutucadinha, o Fernando também, mas é a respeito de uma pauta que eu não poderia omitir e para mim seria emblemático. Eu sei que a Ministra Marina tem uma visão para isso, está certo? Então, eu gostaria que essa mensagem chegasse e gostaria de ouvir a sua opinião pessoal também.

A SRA. ISABELA DO AMARAL SALES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador. Eu acredito que a cutucada nesse caso é bastante pertinente, não só criativa; ela é bem-vinda.

Bom, primeiro eu queria só fazer uma colocação até para os colegas parentes que estão aí do movimento entenderem como é que o Fundo Amazônia... para que ele serve, um pouco na linha do que o colega Rodrigo trouxe. Então, o Fundo Amazônia foi criado um pouco mais para apoio em ações que tratam de gestão de floresta, áreas protegidas, ações que tenham adesão com manejo florestal, principalmente no contexto da Amazônia Legal. Então, nós temos hoje o apoio do Fundo Amazônia para projetos, para ações e estratégias, por exemplo, que conversam com os nossos PPCDs, que são os Planos para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, que é o PPCDAm, mas também com as estratégias que cuidam de redução da emissão de gases de efeito estufa.

Eu estou colocando isso, porque, considerando o potencial transformador do projeto da Universidade Indígena, é muito importante que, desde esse momento da concepção, onde se está construindo a ideia e a transformando em um projeto, é importante que essa adesão com as políticas públicas ambientais esteja presente desde esse momento para que posteriormente, num futuro próximo – eu espero –, no momento da implementação, a gente tenha condição de justificar tecnicamente o acesso às linhas do Fundo Amazônia. Hoje – acho que o Rodrigo pode até trazer um pouco mais de informação sobre isso –, mas hoje o Fundo Amazônia consegue prover alguma coisa de estrutura. Por exemplo, via FNDE é possível acessar estrutura para transporte escolar; esse seria um exemplo.

Agora uma potencialidade também interessante que eu vejo é que a universidade – pelo menos eu estou sonhando alto junto com vocês, aqui – a gente entende que seja ensino, pesquisa e extensão. Então, a gente tem uma série de possibilidades, inclusive quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar ao momento da pesquisa da extensão, de que essas iniciativas nesse âmbito se somem também à nossa missão de promover a conservação das florestas, a gestão sustentável dos biomas e dos ecossistemas. Com certeza, a Universidade Indígena tem esse grande... Ao falar em potencial, a gente leva um pouco para a abstração, mas eu já vejo muitas possibilidades e acredito que aqui a nossa turma vai ficar muito animada para concretizá-las em conjunto com o MEC, com o MPI e com o movimento.

Podem deixar que nós vamos levar essa ideia, essa proposta à Ministra Marina com a mesma animação, com os mesmos votos de que seja implementada de forma exitosa.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu é que agradeço. Muito obrigado.

Nós queremos agora agradecer ao representante do BNDES, o Rodrigo Tosta. Eu sei que ele tem um compromisso imediato. Eu gostaria só que ele se manifestasse e, ao mesmo tempo, gostaria de externar o nosso agradecimento. E que ele possa levar essa mensagem ao Presidente Aloizio Mercadante para que ele possa olhar também com carinho essa questão do custeio dessa questão do Fundo Amazônia.

O SR. RODRIGO GARCIA RAMOS TOSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade, agradeço as gentis palavras de todos aqui.

Com certeza, vou internalizar essas questões que foram levantadas aqui.

E parece até que tinha sido combinado, mas a Isabela já colocou alguns pontos que são talvez os mais importantes em cima disso. O Fundo Amazônia, como ela falou também e eu tinha falado antes, apoia a implementação do PPCDAm. Então, se é uma ação que está ligada ao PPCDAm, ela é passível de análise pelo BNDES para possível apoio. Isso não quer dizer exatamente que, sendo pleiteada, vai ser, mas, enfim, sendo alinhada com o PPCDAm e com as diretrizes do Fundo Amazônia, ela é passível de análise. E falo isso porque o Ministério do Meio Ambiente é hoje o Presidente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia. Então, a Isabela, apesar de não participar diretamente, com certeza, nas conversas internas no ministério, já tem essa noção também da atuação do fundo, até pela fala dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria concluir agradecendo mais uma vez a oportunidade e me colocando à disposição também para qualquer outra questão que venha a surgir mais para frente.

E agradeço a compreensão também. Infelizmente, eu preciso me desligar aqui para entrar numa outra agenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Nós é que agradecemos.

Gostaria de abrir a oportunidade, se houver interesse, para que três representantes dos estudantes indígenas se manifestassem.

Por favor.

A SRA. BRAULINA BANIWA (Para expor.) – Oi.

Lhot'ok waku, Senador. Bom dia.

Na pessoa do Senador, eu cumprimento a mesa, os meus parentes Rutian e Eliel Benites, o representante do MEC, a Senadora...

Eu queria trazer três questões para nós, enquanto estudantes indígenas do Brasil – na nossa carta vocês poderão também tomar ciência disso –, principalmente para o representante do MEC. Para nós a construção da Universidade Indígena vem de vários anos, como todos já mencionaram.

Também é importante lembrar que nós estudantes indígenas estamos espalhados em todas as universidades dos estados. Então, eu gostaria de registrar que é importante a nossa ampla participação. Acabou de sair no IBGE que somos quase 1 milhão hoje. Então, que sejam ouvidas pelo menos 650 mil pessoas indígenas para que seja considerado que fomos ouvidos, que fomos escutados, porque somos diversos.

Falamos ainda a nossa língua indígena, que consideramos como uma ciência. E que essa ciência também seja valorizada e respeitada a partir de nossos territórios.

A outra questão, Senador, que é importante também a gente trazer para esta Casa é que nós, enquanto estudantes indígenas, ainda estamos lutando pela permanência de qualidade nas universidades. Então, precisamos sonhar que essa universidade que está no processo de criação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda está pensando nesse perfil, como diz o parente Eliel, que sejam pensadas linhas de pesquisa voltadas para os biomas do Brasil, que seja pensada uma linha de pesquisa de ciência e tecnologia que respeita as ciências indígenas na sua diversidade. Porque não tem como pensar numa linha de pesquisa no mesmo modelo da que é hoje a do sistema do CNPq e Capes, que não atende... Por exemplo, eu sou pesquisadora de gênero. Eu gosto de trabalhar com tecnologias sociais a partir da bioeconomia, que são as produções e tecnologias sociais a partir do nosso grafismo enquanto povos indígenas. Então, a gente precisa pensar num fomento para que os alunos indígenas que já estão nas universidades também acessem essa linha de pesquisa. E, em especial, precisamos pensar nessa universidade indígena que acolhe mães indígenas universitárias que estão tendo essa oportunidade de entrar. E, para além das engenheiras que somos das nossas roças, das nossas pimentas, também precisamos pensar essa formação tecnológica a partir das nossas realidades territoriais.

Gostaria muito de registrar que – a gente já está nas universidades federais, estaduais, nos institutos federais – continuem financiando a nossa permanência, que direcionem recurso para que nossos alunos se formem como profissionais de qualidade para retornar ao nosso território. Como disse a Senadora, precisamos ocupar esses lugares, mas como profissionais de qualidade. Precisamos dessa permanência. Olhem para a bolsa-permanência indígena e quilombola, para que ela se torne lei, para que cada vez mais os alunos indígenas e quilombolas acessem essa permanência de qualidade. E, para além disso, nós colocamos no nosso documento, Senador, que nós precisamos de intercâmbio nos nossos territórios entre as férias e as aulas nas nossas universidades e precisamos também de intercâmbio nos países vizinhos latinos e também na Europa, porque também precisamos pensar nessa questão. Eu só queria registrar, Senador, que a gente não acolheu os portugueses – fomos obrigados a aprender português –; eles que chegaram e invadiram nossos territórios.

Então, também só queria registrar isso e repudiar, infelizmente, essa questão da mudança climática. Nós, povos indígenas, sempre protegemos os territórios e biomas brasileiros e podemos hoje, infelizmente, vivenciar essa violência, com fumaça tóxica. Muitos dos nossos alunos passaram mal esses dias no nosso encontro no nosso centro comunitário. Não temos como deixar de registrar também que repudiamos todo ato criminoso nos territórios ambientais e a contaminação dos rios e dos igarapés enquanto povos indígenas. Precisamos pensar também nesse resguardo de saúde da população indígena e dos estudantes indígenas.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem.

Eu acredito que foi muito forte a sua manifestação, a sua declaração.

Gostaria de saber se o Fernando quer fazer algum adendo em relação ao que ela fala.

O SR. FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS MATOS (Para expor.) – Senador, vou apenas acrescentar que, durante o Acampamento Terra Livre, o Ministro Camilo recebeu diversas representações no gabinete dele para tratar, inclusive, dessa questão da bolsa-permanência, da questão dos dormitórios, dos refeitórios. O MEC tem uma secretaria específica, que é a Secadi. Nós temos uma Diretora indígena, a Rosilene Tuxá, que, junto comigo, está ajudando a coordenar, pelo MEC, a constituição da Universidade Indígena. Então, nós estamos atentos.

Recebi a documentação, entregue aqui pela Rutian, e irei protocolar no MEC assim que retornar para a repartição. Vi pontos aqui que são de várias áreas lá do Ministério, então a gente vai protocolar, colocar no nosso sistema de informação e distribuir para todas as áreas, para que a gente possa responder para vocês todas essas reivindicações. Está joia? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Bene Camacho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Bom, nós temos aqui algumas perguntas que vieram através do Portal e-Cidadania, que, posteriormente, vamos encaminhar à nossa secretaria, para que possam ser direcionadas as perguntas aos palestrantes. Gostaria apenas de citar: Renata, de São Paulo; Luiz, do Amazonas; Raíssa, da Bahia; Eduardo, do Rio de Janeiro; Marcos, do Maranhão; Alan, do Rio de Janeiro; Jarllys, do Maranhão; Marcelo, do Rio de Janeiro; Maurício, de São Paulo; Thiago, do Rio de Janeiro.

Eu gostaria de agradecer a todos os que estiveram aqui presentes. Gostaria de agradecer aos expositores. Gostaria de agradecer, principalmente, a paciência da nossa Mesa da Secretaria, porque eu não sei se vocês perceberam, nós não limitamos tempo de fala para nenhum expositor, nem para aqueles que quisessem fazer algum questionamento. Entendemos que já foram calados demais, temos que dar voz, dar vez a todos vocês, e acredito, imensamente, que a semente que está aqui sendo lançada em breve frutificará, muito breve, e que a sombra desta árvore e os frutos sejam não apenas para o desfrute da população indígena, mas para o desfrute da população brasileira como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos. Que nós possamos seguir com as nossas lutas, com os nossos propósitos, com as bênçãos divinas. Muito obrigado a todos vocês! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Bene Camacho, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Rosana Martinelli, Jorge Seif, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Izalci Lucas, Flávio Arns, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4816, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para estabelecer medidas de transparência relativas ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima e aos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5720, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Disciplina a custódia compartilhada dos animais de estimação nos casos de separação dos seus tutores, em decorrência da dissolução do casamento ou da união estável." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1173, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para disciplinar a declaração de guarda sobre animal de estimação." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 6134, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e a Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, para disciplinar a declaração de compropriedade sobre animal de estimação." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 260, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), para deliberar sobre a remoção de poluentes orgânicos persistentes, desreguladores endócrinos e microplásticos das águas brutas e residuárias." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta para reanálise. **ITEM 4 - Projeto de Lei**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 1993, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Coleções Biológicas Científicas." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2739, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a sanção administrativa para o mau uso de sistemas de alerta para desastres e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 51, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater alteração na legislação atinente ao serviço alternativo ao serviço militar obrigatório para viabilizar o fortalecimento da ação estatal em situações de incêndios florestais/extremos climáticos e da atuação interinstitucional governamental, com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Damares Alves. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 52, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o tema tratado no Projeto de Lei nº 2.729/2021, que "institui a campanha Julho Dourado, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua e à prevenção de zoonoses"." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 53, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas e os objetivos do Brasil na 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 29), a ser realizada em Baku, Azerbaijão." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Foi incluído representante do Observatório do Clima entre os convidados. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Projeto de Lei n° 4364, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), para incluir regras de consolidação e fomento à adoção de medidas para mitigação e para remoção de gases de efeito estufa." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Bene Camacho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista concedida. **Observação:** Lido o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/09

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos!

Nós estamos precisando de quórum para algumas votações, mas eu já vou iniciar a nossa reunião, por ser uma quarta-feira muito agitada aqui não só para mim, mas para todos os Senadores aqui da Comissão, com relatórios e outras demandas.

Então, havendo número regimental, declaro aberta a 38ª reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de outubro de 2024.

Comunico que recebemos na Secretaria *e-mail* da Comissão de Aprovados no Concurso da Anac 2024, parabenizando pela audiência realizada nesta Comissão de Meio Ambiente sobre a segurança no transporte de animais e destacando o atual déficit de 32% de servidores na agência.

Bom dia, Senador Jayme.

A Comissão propõe a convocação do cadastro de reserva como medida para reduzir esse déficit para 12 e, assim, facilitar a implementação de soluções para o transporte seguro de animais. Nesse sentido, solicitam apoio para levar o pleito à Presidência da República e o agendamento de reuniões com Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aguardar a aprovação da ata para quando tivermos quórum.

Sras. e Srs. Senadores, caros cidadãos e cidadãs, iniciamos o mês de outubro celebrando uma campanha de suma importância para a saúde e a vida das mulheres, o Outubro Rosa, mês dedicado à conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama e do câncer do colo do útero.

Este é o momento em que relembramos a todas as mulheres o valor do cuidado com o próprio corpo, da atenção à saúde e da importância de priorizarem a si mesmas. Assim como as mulheres têm um papel fundamental no cuidado com suas famílias, com a comunidade e, muitas vezes, com a natureza, também é essencial que olhem para si mesmas com o mesmo carinho e responsabilidade.

Essa relação entre cuidado e atenção se estende além do autocuidado; as mulheres, com sua conexão profunda com o ambiente ao seu redor, têm sido grandes guardiãs da natureza. Da mesma forma como nos preocupamos em preservar o nosso corpo, devemos também olhar para o planeta com a mesma dedicação.

O cuidado com a nossa saúde e o cuidado com a Terra são faces da mesma moeda: ambas exigem prevenção, atenção e ações contínuas para evitar crises futuras.

Assim como a detecção precoce salva vidas, a ação rápida e efetiva contra as mudanças climáticas pode salvar o nosso futuro.

Mais uma vez, eu me vejo no papel de seguir alertando quanto ao cenário de emergência climática em que vivemos. Agora está chegando o furacão Milton nos Estados Unidos. O furacão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois é.

Hoje não falo apenas como representante do povo, mas como cidadã preocupada, ciente da urgência de nossas ações.

O furacão Milton, que está prestes a atingir a Flórida, é mais uma das demonstrações dos extremos climáticos que têm abalado o mundo.

Meteorologistas perplexos com a velocidade e a força desse fenômeno nos alertam para o potencial catastrófico que se aproxima, e o que torna essa situação ainda mais alarmante é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curto intervalo entre os desastres. Regiões que mal se recuperaram de um furacão agora enfrentam outro.

Inclusive, houve um acidente ontem, um desabamento, lá no Amazonas também. Há duas pessoas desaparecidas, uma criança de seis anos e um homem já adulto. Então, realmente é muito preocupante o que nós estamos vivendo.

Aqui no Brasil não estamos imunes. A seca extrema, que já afeta várias regiões do nosso país, alcança níveis históricos. Brasília, nossa capital, enfrentou uma longa estiagem, inclusive a maior estiagem dos últimos tempos. Foram 167 dias sem chuvas.

Finalmente, fomos agraciados com a tão esperada chuva nessa última segunda-feira, que também trouxe danos – todos nós, em Brasília e no país, sabemos disso.

As evidências estão ao nosso redor, e, ainda assim, como seres humanos, temos a tendência a resistir a encarar os fatos mais dolorosos. Preferimos negar o que nos causa desconforto, porque é natural fugir daquilo que parece insuportável.

A verdade é que, para muitos, o cenário climático é horrível demais para ser aceito. Jovens, em especial, já falam de um futuro sem perspectiva, em que a esperança parece uma opção cada vez mais distante.

Viver sem essa perspectiva de futuro é um fardo cruel que as novas gerações já estão enfrentando. No entanto, também acredito profundamente na nossa capacidade de transformação. Ao mesmo tempo em que somos capazes de negar, somos também capazes de resistir e transformar – disso eu não tenho a menor dúvida.

Precisamos lembrar que, apesar da gravidade da situação, ainda há ações que podem ser tomadas, inclusive dentro desta Comissão e dentro desta Casa, e a gente está com boas iniciativas, com as quais nós poderemos, nos próximos meses, se Deus quiser, tomar a frente.

E eu conto muito com o Presidente Rodrigo Pacheco e os colegas, para que possamos, o mais rápido possível, pautar alguns temas que são fundamentais para nós, brasileiros, de modo geral.

Então, eu quero agradecer a presença dos Senadores que estão aqui presentes, e nós vamos já para a pauta. Depois eu vou para a aprovação da ata.

Aliás, nós já temos quórum; então, eu já vou para a aprovação da ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 37ª Reunião, realizada em 18 de setembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O item 1, o Senador Otto Alencar pediu para retirar. Relator.

Agora vamos para o item 2. (*Pausa.*)

Bom, pediram-me para retirar o item 1 e o item 3. (*Pausa.*)

Quanto ao item 1, vamos aguardar o Senador Otto Alencar.

Então, nós vamos para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5720, DE 2023

- Não terminativo -

Disciplina a custódia compartilhada dos animais de estimação nos casos de separação dos seus tutores, em decorrência da dissolução do casamento ou da união estável.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Tramitam em conjunto o Projeto de Lei nº 6.134, de 2023, do Senador Carlos Viana, que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a Lei 9.278, de 10 de maio de 1996, para disciplinar a declaração de copropriedade sobre o animal de estimação, e o Projeto de Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1.173 de 2024, do Senador Rodrigo Cunha, que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro, de 2002, para disciplinar a declaração da guarda sobre animal de estimação.

Relatoria: Senadora Damares Alves.

Relatório: pela aprovação do PL 5.720, de 2023, nos termos do substitutivo, e pela prejudicialidade dos PLs 6.134, de 2023, e 1.173, de 2024.

Observações: a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Eu concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente.

Presidente, eu vou direto à análise, mas antes eu queria destacar a importância da matéria e a forma como os autores me permitiram buscar, em todos os três projetos, as propostas de todos os três projetos e fazer um texto único.

Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos pela sensibilidade de ter trazido essa matéria para o debate aqui.

Algumas pessoas me perguntaram, Senador Jayme: "Mas há necessidade disto, de a gente discutir a posse e guarda de um *pet*, de um animal?". Sim, na prática, a necessidade é grande.

Minha primeira experiência, Presidente, foi em 1994, num divórcio que poderia ter sido amigável, mas, na guarda do animal, eu tive que ir para um litigioso. E eu vivi isso também como uma experiência pessoal. Depois do divórcio, nunca mais eu vi a minha cachorrinha. Então, eu não estou legislando em causa própria, mas é necessária a adequação da legislação. Nós estamos em um novo tempo, e isso é necessário.

É um projeto que protege o animal, mas que também protege a criança, protege o coração do tutor que tanto ama o animal.

Quero agradecer, Presidente, a colaboração dos três gabinetes. A minha equipe esteve reunida com os gabinetes do Senador Jayme Campos, do Senador Carlos Viana e do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo Cunha, que são os outros autores, e eles construíram um texto que ficou muito bom. Então, toda a equipe esteve envolvida na produção e confecção desse relatório.

Vou direto para a análise.

Nos termos regimentais, cabe a esta Comissão opinar sobre a defesa da fauna. A CCJ examinará as proposições no tocante aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade – incluída a técnica legislativa – e regimentalidade.

Com relação ao mérito, é evidente que os animais de estimação ocupam um lugar especial afetivo entre os seres humanos, em especial em diversas famílias nas quais os laços emocionais entre os donos e seus animais se tornam fortes, uma vez que os acompanham em seu cotidiano, trazendo companhia e afeto a todos, podendo influenciar totalmente na dinâmica de hábitos e rotinas.

Em razão da presença dos animais domésticos em muitos lares brasileiros, é necessário garantir que esse cuidado com eles perdurará durante toda a vida, ainda que haja dissolução do vínculo conjugal de seus donos. Nesse sentido, é importante que as famílias tenham uma posse responsável de seus animais, evitando, assim, maus-tratos, abandonos ou crueldades.

Após o término de uma união conjugal, não é raro não se chegar a um acordo amigável sobre o destino do animal de estimação, havendo falta de consenso entre os responsáveis pela separação. Como resultado, temos observado um aumento de litígios judiciais, nos quais os tribunais são chamados a decidir sobre a posse de animais de estimação em casos de separação, levando magistrados a decidirem, devido à ausência de uma legislação específica, com base em princípios legais e valores sociais, bem como empregando, de forma análoga, a guarda compartilhada prevista no Código Civil.

A necessidade de regulamentação do tema já foi objeto de discussão em junho de 2018, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que julgou o Recurso Especial 1.713.167/SP, que reconheceu, mesmo sem previsão legal, o direito de visita de um ex-companheiro ao animal de estimação adquirido na constância da união estável.

No mesmo debate, a Ministra Maria Isabel Gallotti apontou que o Judiciário não deveria estabelecer regras sobre o assunto antes de uma lei específica que tratasse sobre o tema. Isso significa que as decisões sobre a posse e visitação devem ser tomadas considerando o interesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das partes envolvidas, observando-se os laços afetivos das pessoas com seus animais de estimação.

Isso não equipara os direitos dos animais aos das pessoas; contudo, o bem-estar deles também deve ser considerado, conforme preceitua o art. 225, §1º, inciso VII, da Constituição Federal, assegurando a proteção e a defesa dos animais, bem como a vedação à crueldade.

Compete, portanto, ao Poder Legislativo, em uma de suas funções institucionais essenciais, regulamentar o assunto, aprovando uma legislação atual e equilibrada que traga solução para essa questão.

Desse modo, os PLs 5.720, de 2023, 6.134, de 2023, e 1.173, de 2024, propõem uma legislação mais abrangente e específica para lidar com essas questões, garantindo o bem-estar dos animais de estimação em casos de separação, em conjunto com a proteção dos interesses dos donos, sem deixar de tutelar a responsabilidade financeira para o atendimento aos cuidados e às necessidades do animal em face de algum imprevisto, acidente ou agravo de saúde.

Conforme o estabelecido no art. 260, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, na tramitação em conjunto terá precedência o projeto mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa. Em consequência, cabe aprovar o PL 5.720, de 2023, do Senador Jayme Campos, e votar pela prejudicialidade dos PLs 6.134 e 1.173, do Senador Rodrigo Cunha e do Senador Carlos Viana.

Ao tempo que cumprimento o Senador Jayme Campos pela excelente iniciativa de apresentação do PL, devo realçar o excepcional trabalho realizado pelos demais autores. É tanto, que acolho as ideias oferecidas por ambos no texto da emenda substitutiva que apresento, com o objetivo de incluir as mudanças necessárias diretamente no Código Civil e no Código de Processo Civil, em atenção ao prescrito na Lei Complementar 95, de 1998.

O voto, Sra. Presidente, é pela prejudicialidade dos Projetos de Lei 6.134, de 2023, 1.173, de 2024, e pela aprovação do Projeto de Lei 5.720, de 2023, na forma da emenda substitutiva, que já foi devidamente publicada.

Não vou precisar ler, mas só chamando a atenção dos senhores: está prevista, inclusive, a proibição da alienação do animal, os critérios para o juiz julgar com quem ficará o animal, direito à visita, responsabilidade na alimentação do animal, o acesso das crianças ao animal se o animal estiver com o pai ou a mãe sob cuja guarda a criança não estiver. Então, os critérios foram muito bem estabelecidos, buscando as sugestões dos três autores. Eu acredito que os magistrados lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na ponta hoje vão pular de alegria, porque não tem sido fácil, Senador Jayme, decidir diante de demandas como essas sem uma lei específica que esteja regulamentando.

Este é o voto.

E eu peço a todos os pares que aprovem o nosso relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Damares. Excelente relatório.

A matéria está em discussão, já parabenizando o Senador Jayme Campos e os outros autores da iniciativa, em seus respectivos PLs, que foram os Senadores Rodrigo Cunha e Carlos Viana.

Com a palavra, o Senador Jayme Campos, autor da iniciativa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sra. Presidente, Senadora, amiga, Leila Barros, colegas Senadores aqui, eu quero registrar a presença do querido amigo Jorge Seif; chegando aqui, nosso Marinho; Camacho, aqui; e a nossa querida e estimada Ministra Senadora Damares, que é a Relatora deste projeto.

Eu o acho extremamente relevante, meritório não por ser da minha autoria, mas certamente porque nós estamos dando aqui o tratamento devido que merecem os nossos *pets*, os nossos bichinhos.

Sra. Presidente, segundo a estimativa do Pet Brasil, existem no nosso país cerca de 150 milhões de bichos de estimação, números que fazem com que sejamos a terceira nação com mais animais domésticos em todo o planeta. Nos lares brasileiros, os cães já são mais numerosos do que as crianças, conforme dados estatísticos do IBGE. A magnitude dessa estatística mostra o relevante papel que os *pets* ocupam na sociedade contemporânea.

O Projeto de Lei 5.720, de 2023, de nossa autoria, tão bem relatado pela Senadora Damares – e aqui eu faço este registro de que, de forma zelosa e competente, com certeza, promoveu este relatório –, a quem eu cumprimento, tem o objetivo de regulamentar a guarda compartilhada de animais de estimação. Isso já é, com certeza, problema que está indo às barras do Supremo Tribunal Federal, por incrível que pareça. Ela bem disse aqui: os juízes vão ficar muito felizes com esta lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta visa, Sra. Presidente, regular o direito de convivência com os animais de estimação após o fim do casamento ou da união estável. Ela estabelece que, quando da dissolução do núcleo familiar, quando não houver acordo entre as partes, o juiz determinará o compartilhamento da custódia e da despesa de manutenção do animal de forma equilibrada entre as partes.

Temos a oportunidade de colocar o Brasil em posição de vanguarda nessa temática. Vamos trazer dignidade aos animais e conforto psicológico e emocional para inúmeros brasileiros que, em função de uma contingência de vida, acabam privados de um convívio que tanto lhes faz bem.

Por isso, eu acho que o projeto que estamos aqui hoje apresentando, relatado aqui... Eu espero que este projeto avance. E, certamente, após ser aprovado, para o qual espero o apoio dos colegas Senadores, ele vai ser encaminhado ainda à CCJ em caráter terminativo.

É um projeto talvez que as pessoas consideram tão simples, mas de uma relevância que talvez não dê nem para mensurar, nem aferir o peso que representa na sociedade de maneira geral, seja aqui, seja em qualquer país do planeta.

O que você percebe, não sei se o senhor tem acompanhado os dados estatísticos, uma das atividades econômicas que mais cresceu no Brasil é a voltada aos *pets*. Na minha cidade, particularmente, eu falo que tem muita farmácia hoje – vamos ser honestos, é muita farmácia no Brasil – e *petshops*. Qualquer bairro de qualquer cidade deste país aqui hoje já tem *petshops*. Antigamente era raro ter, e hoje passaram a ser um artigo de primeira necessidade, quase como se fosse assim um supermercado, uma farmácia, etc.

Portanto, dentro da minha limitação, procurei fazer o melhor e, sobretudo, tenho a certeza absoluta de que a nossa Relatora teve o capricho, o zelo de ouvir particularmente aqueles outros Senadores que já tinham proposto isso aqui, seja o companheiro Rodrigo Cunha, seja o Senador Carlos Viana, para que pudesse aprimorar e chegar a um bom termo, porque esse projeto, com certeza, é um projeto que, na minha concepção, particularmente, eu avalio como da maior importância na sociedade brasileira.

Muito obrigado e agradeço à Senadora Damares pela bondade e generosidade de bem relatar o nosso projeto. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Excelente, Senador Jayme. É uma necessidade de fato, e vamos aguardar que a CCJ paute o mais rápido possível, vamos contar com a celeridade da CCJ para pautar esse importante projeto.

Alguém mais deseja discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.720, de 2023, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo) e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei 6.134, de 2023, e 1.173, de 2024.

A matéria agora irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu vou para o item 4, aproveitando que a Senadora Damares está aqui.

O item 3 foi retirado de pauta também pelo Senador Otto Alencar, então os itens 1 e 2 foram retirados pelo Relator... Itens 1, 3 e 5, perdão.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4816, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para estabelecer medidas de transparência relativas ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima e aos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Otto Alencar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 260, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), para deliberar sobre a remoção de poluentes orgânicos persistentes, desreguladores endócrinos e microplásticos das águas brutas e residuárias.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2739, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a sanção administrativa para o mau uso de sistemas de alerta para desastres e dá outras providências.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Agora eu vou passar para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1993, DE 2024

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Coleções Biológicas Científicas.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em decisão terminativa.

Eu concedo a palavra à Senadora Damares para leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto para a análise, mas antes informar que é uma matéria inovadora, necessária. Nossa Comissão hoje está dando pontapés extraordinários no arcabouço jurídico nacional. Espetacular a matéria.

Quero informar aos demais pares que ouvi os envolvidos na área, eu ouvi cientistas, eu ouvi instituições, a exemplo da Embrapa, que está aqui. Conversei com o autor inúmeras vezes, busquei com a consultoria e assessoria, tanto do autor como a minha assessoria, que a gente construísse um voto, inclusive eu apresento emendas adequando o texto original.

Eu vou direto à análise, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade.

O projeto é meritório e alinha-se ao ordenamento jurídico ambiental. Ao prever conceitos, diretrizes e objetivos estruturantes, a proposição pretende instituir um marco regulatório que fortaleça o estabelecimento e o funcionamento das coleções biológicas científicas.

A proposta desse marco, por meio de uma política nacional, nasceu de uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que envolveu instituições de excelência da ciência brasileira, como a Sociedade Brasileira de Zoologia, a Sociedade Botânica do Brasil, a Sociedade Brasileira de Microbiologia e a Sociedade Brasileira de Virologia. A iniciativa resultou em uma ampla análise, inclusive com recomendações para fortalecer essas coleções, consolidada no livro eletrônico *Introdução e orientações às boas práticas para as coleções biológicas científicas brasileiras*, disponibilizado gratuitamente pela Biblioteca Científica Eletrônica Scielo.

Esse trabalho envolveu ainda diagnóstico que apontou a existência de 977 coleções no Brasil. A maior parte delas funciona em universidades e instituições públicas de pesquisa, que não necessariamente têm como missão principal a salvaguarda de acervos científicos. Assim, muitas vezes não há sequer um reconhecimento formal dessas coleções por parte das instituições a que estão ligadas. Em geral, as coleções associam-se a programas de pós-graduação ou laboratórios que não possuem autonomia financeira ou de gestão, e são mantidas a partir do esforço hercúleo de pesquisadores que precisam conciliar a complexa gestão desse acervo com a árdua tarefa da produção científica e do ensino, sobretudo nas universidades públicas, onde se localizam 61,2% das coleções biológicas científicas.

Mesmo instituições que reconhecem e se identificam com a importância das coleções biológicas científicas têm tido dificuldade na gestão desse patrimônio inestimável. Assim, em maio de 2010, umas das mais importantes coleções científicas brasileiras relacionadas às pesquisas biomédicas, abrigada no Instituto Butantan – referência mundial na produção de soros e vacinas –, teve parte significativa de seu acervo perdido em um incêndio que destruiu total ou parcialmente cerca de 500 mil exemplares de milhares de espécies, muitas ainda não descritas pela ciência. Que perda! E, em setembro de 2018, o incêndio que atingiu o Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, destruiu, Presidente, milhões de exemplares de milhares de espécies depositados nas coleções biológicas científicas. Esses eventos poderiam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter sido evitados caso houvesse adequada estruturação do funcionamento e manutenção dessas coleções.

A instituição de uma política nacional, conforme proposta pelo projeto de lei, fomentará o reconhecimento dessas coleções pelas instituições que as abrigam, bem como suas responsabilidades voltadas a manutenção do acervo, segurança patrimonial e compartilhamento das informações contidas nessas coleções, em especial para subsidiar políticas públicas, por exemplo, para a definição e a criação de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade.

Há diversas normas esparsas sobre coleções biológicas e científicas e essa fragmentação aponta a importância de uma política que estabeleça diretrizes e normas gerais a serem seguidas em nível nacional. Na seção sobre gestão e governança das coleções, o livro eletrônico disponibilizado no *site* da Scielo aponta que a ausência de uma política nacional se reflete em um grande número de órgãos anuentes, que definem regras de forma verticalizada e muitas vezes sobrepostas.

Observamos que o estado do Paraná, por meio da Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente nº 101, de 2017, estabeleceu normas e diretrizes para reconhecimento e regulamentação das coleções biológicas científicas existentes nessa unidade da Federação. Várias regras dessa resolução foram aproveitadas no projeto em análise.

A falta de uma legislação nacional unificada para as coleções demonstra que a matéria não tem recebido a devida atenção governamental. Em contraponto a essa realidade, o projeto em análise avança no fortalecimento das coleções biológicas científicas, dada sua imensa importância para a ciência brasileira.

Observamos, contudo, a necessidade de emendas para ajustes redacionais ao longo do texto, com o objetivo de adequá-lo à precisão exigida pelas regras de elaboração de leis contidas na Lei Complementar nº 95, de 1998. Além desses ajustes, ponderamos pela necessidade de alterações redacionais para alinhar à legislação vigente alguns dos conceitos propostos no art. 2º, bem como para acatar sugestões propostas pelo Conselho Federal de Biologia.

Propomos ainda os seguintes ajustes: i) menção expressa ao órgão federal de ciência e tecnologia como responsável pela implementação da Política Nacional de Coleções Biológicas Científicas; ii) regra inspirada no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para destinação de no mínimo 30% dos recursos de editais e programas de fomento a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, de modo a fortalecer coleções localizadas nessas regiões; iii) inclusão de penalidades pelo descumprimento das regras previstas, sobretudo para assegurar que as instituições que abrigam as coleções adotem medidas adequadas à proteção dos acervos, de modo a prevenir prejuízos imensos como os decorrentes dos incêndios, como citei.

Todos os aperfeiçoamentos aqui propostos estão em consenso com o autor do projeto, o Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem eu aplaudo pela iniciativa.

O voto, Sra. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.993, de 2024, com as seguintes emendas que já citei e que já foram devidamente publicadas.

Esse é o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Damares.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado, já parabenizando o Senador Astronauta Marcos Pontes e o seu relatório, Senadora Damares.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 9, da CMA.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.

Eu vou aproveitar este momento, porque a Senadora Damares está aqui já desde o início, e vou para o item 7, porque do 5 o Relator era o Senador Fabiano Contarato, que pediu também sua retirada de pauta.

Item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 52, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o tema tratado no Projeto de Lei nº 2.729/2021, que "institui a campanha Julho Dourado, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua e à prevenção de zoonoses".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora para ler o seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 2.729, de 2021, que institui a campanha Julho Dourado, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua e à prevenção de zoonoses.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública para a gente discutir a data e a campanha, a objetividade e a necessidade da campanha Julho Dourado.

E trago aqui representantes de diversas instituições como convidados para a audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Damares.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Senadora vai subscrever o item 6?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É o Requerimento nº 51, de 2024, da Senadora Teresa Leitão.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 51, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater alteração na legislação atinente ao serviço alternativo ao serviço militar obrigatório para viabilizar o fortalecimento da ação estatal em situações de incêndios florestais/extremos climáticos e da atuação interinstitucional governamental, com os convidados que apresenta.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Passo a palavra para a senhora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Nos termos regimentais, Sra. Presidente, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de debater alteração na legislação atinente ao serviço alternativo ao serviço militar obrigatório para viabilizar o fortalecimento da ação estatal em situações de incêndios florestais/extremos climáticos e da atuação interinstitucional governamental, trazendo diversos órgãos governamentais, inclusive a Secretaria Nacional da Juventude, da Presidência da República, para este debate em audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Damares.

A votação vai ser simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senadora Damares.

Senador Bene, quer fazer o uso da palavra? (*Pausa.*)

O senhor solicitou, antes da reunião, que nós fizéssemos um item extrapauta. Eu gostaria de passar para o senhor a palavra para que o senhor faça a conversa aqui junto com os membros da Comissão.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu pensei que estava se atendo aos pedidos que estavam sendo apresentados, Senadora.

Antes de mais nada, bom dia!

Quero agradecer a maneira como a senhora, como Presidente, tem me tratado dentro desta Comissão. Eu estou substituindo a Senadora Eliziane Gama, que provavelmente deve voltar nos próximos dias, mas tive a oportunidade, nesta Comissão de Meio Ambiente, de participar da audiência pública a respeito da Universidade Indígena, que construiu e deu publicidade para que essa ação possa ter continuidade.

Foi me encaminhado por parte da Presidência desta Comissão relatar um PL que trata de modificar uma lei que dá sustentação a esta Comissão que é a Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que fala sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

O seu autor diz muito a respeito da alma deste projeto de lei, porque é o Senador Astronauta Marcos Pontes, que é por todos nós reconhecido como um *expert* na questão da inovação, da ciência e da tecnologia. E, ao se posicionar sobre uma legislação ambiental, ele mostra, de forma emblemática, que esta questão ambiental não é uma questão ideológica de direita nem de esquerda, mas do Estado brasileiro.

Eu gostaria de pedir que esse projeto de lei fosse colocado em votação – é uma votação terminativa – para que pudesse ser abordado, estudado e levado adiante, porque nele estão inclusas adequações dessa lei, para que ações prioritárias possam ser desenvolvidas e haja a adequação da lei-mãe às mudanças que ocorreram durante esses 15 anos na questão ambiental, para facilitar e agilizar a execução da política nacional da questão climática.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Bene.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor está solicitando um item extrapauta, eu vou aproveitar o Senador Zequinha, que está aqui comigo... Como é um item terminativo, eu vou sugerir ao senhor – porque o senhor ainda tem mais uma semana aqui, não é? –: o senhor faz a leitura hoje e nós vamos dar concessão de vista para que os nossos colegas possam apreciar junto com as suas assessorias durante esta semana, já me comprometendo com o senhor de, na próxima quarta-feira, nós fazermos a votação aqui do PL, que é terminativo, e a apreciação dos demais colegas. Pode ser assim o nosso acordo?

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Agradeço imensamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Imagina.

Só consultando aqui, aproveitando o Senador Zequinha, se ele concorda de apenas o Senador Bene fazer a leitura, concedermos vista e só fazermos a votação, apreciação e discussão na próxima semana, como primeiro item da pauta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Concordamos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Zequinha.

Então, nós vamos para o item extrapauta.

ITEM 9

EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI Nº 4364, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), para incluir regras de consolidação e fomento à adoção de medidas para mitigação e para remoção de gases de efeito estufa.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Bene Camacho

Relatório: Pela aprovação.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao projeto.

Eu concedo a palavra ao Senador Bene Camacho para a leitura do seu relatório.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relator.) – Obrigado, Senadora.

Se me for permitido, Sra. Presidente, eu gostaria de passar à análise do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito. Fique à vontade, Senador.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre proposições que versem sobre proteção do meio ambiente, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais.

Apesar de ser esta a Comissão cuja decisão será terminativa, realizaremos apenas a avaliação do mérito, pois a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática já analisou os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com voto pela aprovação da matéria.

A proposição em análise propõe incentivos positivos para a manutenção e recuperação da cobertura vegetal nativa, a regulamentação do mercado de crédito de carbono e do sistema de pagamentos por serviços ambientais, além de priorizar a pesquisa e desenvolvimento em energias renováveis e eficiência energética. Adicionalmente, prevê políticas públicas direcionadas ao ganho de escala em técnicas agrícolas e industriais de baixo carbono.

A estratégia de incentivos positivos adotada pela proposição é potencialmente mais eficaz que a mera coerção para estimular a transição para uma economia de baixo carbono. Essa abordagem busca corrigir falhas de mercado, por meio da intervenção estatal, criando mecanismos econômicos que favoreçam a preservação ambiental. A ênfase em pesquisa e desenvolvimento para energias renováveis e eficiência energética está alinhada com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidades de desenvolvimento sustentável do país, promovendo inovação e avanço tecnológico.

Um aspecto crucial da proposição é o seu foco na viabilidade econômica das medidas propostas. Ao visar tornar as tecnologias de baixo carbono economicamente atrativas para o setor privado, a proposta facilita sua adoção voluntária, o que é fundamental para uma transição efetiva e sustentável da economia.

Em conclusão, o Projeto de Lei nº 4.364, de 2023, se apresenta como meritório e oportuno, oferecendo uma abordagem abrangente para enfrentar os desafios das mudanças climáticas no Brasil. Ao combinar incentivos econômicos, desenvolvimento tecnológico e políticas setoriais específicas, a proposta demonstra potencial para contribuir significativamente com os esforços de mitigação climática do país. Desta forma, ela não apenas se alinha com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil para a redução da emissão de gases causadores de efeito estufa, mas também promove uma transição sustentável da economia brasileira, equilibrando as necessidades de desenvolvimento econômico com a urgência da preservação ambiental e a mitigação das mudanças climáticas.

Apresento o voto do Relator?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade. E, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 4.364, de 2023.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador.

Como acordado aqui, nós concedemos vista coletiva. Então, na próxima semana, nós colocaremos o item como o primeiro da pauta para votação e discussão.

Obrigada.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Imagina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 8 é um requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 53. Vou proceder à leitura.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 53, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas e os objetivos do Brasil na 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 29), a ser realizada em Baku, Azerbaijão.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Estou com a língua enrolada hoje.

Proponho para audiência a presença dos seguintes representantes: do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura e Pecuária, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, da Conferência Nacional da Agricultura, da Conferência Nacional da Indústria e estou acrescentando o Observatório do Clima.

Então, já pedi à nossa Mesa para dar celeridade. Estou curiosa para ouvir esses representantes, e certamente todos os membros e os nossos servidores aqui que acompanham a Comissão. Vamos dar celeridade para ver o que nós temos de novidades para levarmos para a COP 29.

E já agradecer... Bom, eu tenho que botar em votação, não é? Desculpa, gente.

Em votação. A votação será simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Daremos celeridade, como falei, para essa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, quero agradecer a todos que participaram nesta breve reunião, já agradecendo ao Senador Bene, que ficou até o final, mas participação do Senador Zequinha, Senadora Damares, Senador Jayme, Jorge Seif, enfim, a todos que puderam passar aqui pela Comissão, porque eu sei que é um dia bem agitado.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente de reunião. Até a próxima semana.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Bene Camacho, Beto Faro, Jorge Kajuru, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Rosana Martinelli, Jorge Seif e Damares Alves, e ainda dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Zenaide Maia, Lucas Barreto e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Leila Barros, Sérgio Petecão, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4364, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), para incluir regras de consolidação e fomento à adoção de medidas para mitigação e para remoção de gases de efeito estufa." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Bene Camacho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado com emendas. **Observação:** Aprovado, com a emenda nº 2-CMA, e rejeitada a emenda 1. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 16 de outubro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 38ª reunião, realizada em 9 de outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de uma única matéria, ocorre de modo semipresencial e permite o voto por meio do aplicativo Senado Digital. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4364, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), para incluir regras de consolidação e fomento à adoção de medidas para mitigação e para remoção de gases de efeito estufa.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Bene Camacho

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 09/10/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

3. Em 09/10/2024, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA).

Neste momento, convido o Relator, o Senador Bene Camacho, a quem neste momento eu aproveito para parabenizar e agradecer pelo trabalho que vem desempenhando neste Senado Federal, que muito orgulha o Senado. Parabéns pelo mandato, parabéns pelo período que convivemos aqui, mesmo que às vezes não tão próximos, mas sabendo da importância e do comportamento que lhe é peculiar, na certeza de que V. Exa. muito dignifica a honrada classe política do Estado do Maranhão. V. Exa., como suplente da querida Senadora Eliziane, fez um trabalho de relevância para este Senado e para o Estado brasileiro.

Quero deixar claro aqui o meu registro de admiração e apreço, e votos de que a V. Exa. continue desempenhando esse caminho na política, num momento tão difícil, num momento em que... Eu falo isso, porque eu sofro isso diuturnamente. As pessoas talvez não tenham conhecimento, mas eu nunca exerci mandato político. Eu fui delegado de polícia por 27 anos e Professor de Direito Penal e Processo Penal por 25 anos, e fui eleito Senador. Infelizmente, no Brasil, parece que há uma criminalização da política, e as pessoas têm que entender que somente através da política nós podemos efetivamente transformar a vida das pessoas.

Hoje eu faço um apelo a todo mundo, aonde quer que eu vá: filiem-se a um partido político, identifiquem-se com aquele campo, construam um projeto para o seu município, para o seu estado, para o seu país, na certeza de que, aí sim, esta Casa vai ter uma representatividade muito maior da população, porque ela está longe de representar a população. Infelizmente nós temos ainda uma representatividade, não só aqui no Senado ou na Câmara dos Deputados, mas nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores, que está longe de representar a população na sua totalidade. É uma camada, é uma classe representada por castas, por segmentos. E nós temos que lutar para que aquela premissa constitucional expressa no art. 5º de que todos somos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem ou orientação sexual, um dia ganhe vida dentro do Estado brasileiro, porque, até então, infelizmente está deitado eternamente em berço esplêndido.

A V. Exa. – mais uma vez, parabenizando-o pelo mandato – esta Casa estará de porta sempre aberta. Transmita a toda a população do Estado do Maranhão um abraço fraternal e carinhoso do Senado Federal!

Eu convido V. Exa. para proceder à leitura do novo relatório, tendo em vista que foi apresentado outro relatório, para aí sim deliberarmos sobre ele.

Com a palavra, o nosso querido Senador Bene Camacho.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Fabiano Contarato. Muito obrigado pelas suas palavras, não só pela sinceridade, mas principalmente por de quem elas partem, pela sua luta, pela sua história. A sua história de vida é o maior testemunho da sua atuação como Parlamentar.

A maneira como um profissional da área de segurança desenvolve um sentimento do social, de corrigir as desigualdades, tem uma dimensão diferente da que, às vezes, nós vemos, porque o exercício da função da segurança... Eu sou médico. Como médico, a gente lida com o sofrimento humano, mas quem lida com a segurança lida com a maldade humana. E isso é muito difícil não impactar na natureza psíquica de cada um daqueles que lá atuam. Eu vejo que a sociedade tem uma dívida muito grande para com os profissionais da nossa segurança, porque, no seu dia a dia, no dia a dia da sua família, é muito difícil conseguirem não trazer a carga do seu ambiente profissional, e têm que se amortizar dentro de um ambiente doméstico, de um ambiente social, e isso é muito difícil. Então, muito obrigado pelas palavras generosas do senhor.

Nós vamos apresentar, então, o novo relatório... o relatório ao projeto do Senador Astronauta Marcos Pontes, que foi Ministro da Ciência e Tecnologia, uma pessoa qualificada e gabaritada, que foi enriquecido com uma emenda do Senador Zequinha.

Esse é o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a exame desta Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei (PL) 4.364, de 2023, em decisão terminativa, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, que altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que trata sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima, lei essa que dá ensejo e raiz a esta Comissão, para incluir regras de consolidação e fomento à adoção de medidas para mitigação e para remoção de gases de efeito estufa.

O art. 1º insere o art. 5º-A na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, prevendo, em seus incisos, um rol de ações prioritárias dos entes federados para mitigação e remoção de gases de efeito estufa na atmosfera. Nesse rol, temos as seguintes ações: i) apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de energias renováveis e promoção da eficiência energética; ii) restauração e recuperação da vegetação nativa em áreas prioritárias para os recursos hídricos, a biodiversidade e para a melhor remoção de gases do efeito estufa; iii) controle, prevenção e compensação do desmatamento; iv) valorização do capital natural por meio de pagamentos por serviços ambientais; v) políticas públicas e ações do setor privado para ganho de escala em técnicas agrícolas de baixo carbono; vi) sistemas de transporte urbano e rodoviário baseados em energias renováveis; e vii) desenvolvimento tecnológico no setor industrial para viabilizar técnicas de baixo carbono.

O art. 2º do PL nº 4.364, de 2023, traz a cláusula de vigência imediata.

Na justificação, o autor destaca que o objetivo da proposição é aprimorar a Política Nacional sobre Mudança do Clima, priorizando ações de mitigação e remoção de gases de efeito estufa em setores-chaves da economia brasileira, alinhando-se às iniciativas governamentais e privadas para promover uma economia de baixo carbono.

O PL nº 4.364, de 2023, foi distribuído à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em que foi aprovado, e à Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Neste Colegiado, foi apresentada a Emenda nº 1-CMA, pelo Senador Zequinha Marinho, que altera o inciso III do art. 5º-A proposto no PL, para determinar que a ação especificada nesse dispositivo passe a ser "controle e prevenção do desmatamento ilegal da vegetação nativa"... Na conversa com o Senador Zequinha, aqui foi mantida a palavra "compensação", porque aqui era "controle, prevenção e compensação do desmatamento da vegetação nativa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conversamos ontem com o Senador Zequinha – eu vejo que ele não está presente – porque essa parte da compensação é uma parte que está na essência da lei, porque visa... Quando o Código Florestal – eu estou dizendo porque eu estou vendo aqui que essa modificação foi acordada ontem e não está aqui presente –, a lei do Código Florestal, foi estabelecida, estava presumido que a maior parte dos proprietários não sabia a situação real da sua propriedade. Naquela época ainda não havia o CAR, etc., e o proprietário poderia, de repente, quando fosse analisada a sua situação, ver que ele estava numa situação de não conformidade e, se não houvesse a possibilidade de compensação, ele já estaria automaticamente punido, e a possibilidade da compensação permitia a ele... Inclusive lá diz que, se ele tivesse produzido desmatamento e não houvesse como, ele poderia adquirir uma outra propriedade dentro do mesmo bioma, etc., para que essa compensação pudesse estar presente.

Além da proteção da propriedade individual, estava também prevista a possibilidade de o estado, quando houvesse necessidade... O Senador Zequinha, que veio do Executivo, entendeu bem isso, porque no Estado do Pará há demandas imensas por parte do estado. Há o sonho lá de construir uma grande rodovia federal que interligue a Região Amazônica com a costa do Pacífico, e é claro que isso vai ter um impacto ambiental, mas isso vai ser possível se esse impacto ambiental puder ser compensado pelo estado dentro de outras áreas de ações. A exclusão dessa palavra "compensação" vai tirar mecanismos de proteção legal, tanto da propriedade individual rural, quanto do estado, de agir.

Então, o Senador Zequinha havia concordado que a palavra "compensação" permanecesse e que seria apenas acrescentado o desmatamento ilegal, está certo?

Então, da maneira como está posta aqui, eu como Relator não tenho como acordar, porque vai ferir o espírito primário da lei. Nós construímos um acordo, e o gabinete do Senador Zequinha – isso foi ontem à tarde – ficou de encaminhar a mudança da redação do projeto.

Se não houver uma manifestação por parte do Senador Zequinha, infelizmente eu não posso acordar com essa emenda da maneira como está posta porque vai prejudicar a essência da lei e eu só tomei conhecimento agora, pela manhã, de que não foi feita a modificação acordada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, não tem como eu acatar a emenda e, provavelmente, ela vai ficar prejudicada, e vamos ter que deixar para uma próxima reunião a construção, que eu não tenho dúvida que vai ser efetivada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Consulto V. Exa. se terminou o voto.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu terminei o voto e não posso acatar a emenda, da maneira como está posta, no momento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei 4.364, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relator.) – Presidente, Presidente, pela ordem. Desculpe. É que, na redação final, foi corrigido o texto, está certo?

Então, aqui na redação final... Ali era a exposição da emenda inicial, aí foi colocada a exposição, e foi feita a correção. Aqui a redação da emenda fica no artigo que está posto aqui. No item III, "controle, prevenção e compensação do desmatamento ilegal da vegetação nativa".

Então, da maneira como está feita a correção, eu acolho...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito. Foi um acordo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Isso.

Eu acolho a emenda do Senador Zequinha...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... e voto pela aprovação do projeto de lei da maneira como está posta agora.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

Então, agora só cientificando os Senadores e as Senadoras que estão votando de que houve um consenso, houve um acatamento, um acolhimento da redação, que estabelece, para deixar de forma clara, especificando ali, havendo a necessidade de eventual compensação aos danos ambientais. Então, dessa maneira, há tranquilidade mais patente para votar pela aprovação.

Convido os Senadores e Senadoras a exercerem o seu direito de voto, para aprovarmos esse projeto de lei, inclusive em homenagem ao nosso querido Senador Bene Camacho, que aqui está, mais uma vez, finalizando seu mandato, na certeza de... Renovando os nossos agradecimentos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Neste momento, eu concedo a palavra ao meu querido Senador, o proponente deste projeto, o autor deste projeto. Eu quero mandar um abraço virtual, fraternal, ao querido Senador Marcos Pontes e, mais uma vez, falar da minha alegria de fazer parte dessa legislatura com V. Exa. – V. Exa., que tem um histórico de contribuição para o país e para o mundo, que muito dignifica todos nós, que tem essa serenidade, essa sobriedade, esse equilíbrio que, para mim, é contagiante.

Então, mais uma vez... Eu faço questão de falar isso, para trabalhar com esse reforço positivo, porque muitas vezes, no início desta sessão, eu disse do processo de criminalização da política, mas têm que ser ditas as coisas efetivamente boas, ao passo que parabenizo V. Exa. como autor e concedo a V.Exa. a palavra, para a sua manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Quero dizer que para mim também é uma honra trabalhar com o senhor.

Essa é uma pauta que tem uma importância gigantesca. Eu quero aproveitar este momento, enquanto a gente aguarda a votação, para tecer alguns comentários a respeito da importância, de como as mudanças climáticas... Isso a gente precisa de...

Deixe-me começar do início.

Tem pessoas, tem gente que acha que mudanças climáticas... Uma parte da comunidade científica, uma parte pequena, acha que mudanças climáticas são mudanças naturais do planeta. A outra parte, da qual eu faço parte, acredita que a nossa influência, como seres humanos aqui neste planeta, tem uma importância muito grande, uma contribuição – negativa, nesse caso – muito grande nessas mudanças climáticas.

Não preciso nem falar, é óbvio: quando a gente olha para o nosso lado, a gente vê como isso tem afetado negativamente a climatologia do planeta como um todo, a meteorologia. Tivemos os eventos que aconteceram no Rio Grande do Sul, outros eventos maiores têm acontecido em vários lugares no planeta, e a gente precisa tomar uma decisão.

Essa decisão, que eu digo, é a nível global, de agir, efetivamente, para reduzir os fatores contribuintes para essas mudanças climáticas. Sejam elas causadas completamente por um fator ou por outro, o fato é que a gente tem que fazer o que está ao nosso alcance, e uma dessas coisas é a redução dos gases de efeito estufa – e nós podemos ter muitas ações para isso. Isso vai na maneira como nós produzimos energia, como nós consumimos energia, na própria – eu estou aqui na estrada agora; a gente vê aqui a quantidade de carros aqui em São Paulo – forma como a mobilidade é feita, no tipo de combustível que é utilizado...

Isso tem que ser feito de uma forma técnica, de uma forma gradual, com a redução, por exemplo, de combustíveis fósseis para usar outros tipos de combustíveis, como os híbridos, com biocombustíveis e elétrico – só elétrico também tem as suas implicações, tem que ver que só isso aí não resolve...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hidrogênio é uma outra possibilidade grande, hidrogênio de baixo carbono, hidrogênio verde, vamos dizer assim também, com a produção de energia para a hidrólise sendo uma energia renovável...

O Brasil já tem uma matriz de energia renovável muito boa, mas isso não nos faz ficar numa posição confortável. A gente precisa trabalhar também em desmatamento, a gente precisa trabalhar em muitos outros fatores, para que todo esse conjunto de ações se torne mais efetivo.

Então, esse projeto de lei tem essa finalidade, tem que ser tomada essa atitude, uma atitude séria, efetiva, e isso não é uma questão de ficar esperando, porque o prazo já passou, e a gente precisa fazer agora isso aí. E não é só o Brasil, não; é o mundo todo se juntar para resolver isso aí.

No Inpe, o Ministro estabelecia alguns programas importantes lá, como o BIG, que é uma Base Integrada Georreferenciada, para fazer modelamento e simulação de mudanças climáticas e, para isso, usar dados reais, um supercomputador para isso. E isso pode ser feito ao longo do planeta, estabelecendo uma rede de supercomputadores, para que isso seja feito de forma muito pragmática – o combate às mudanças climáticas.

Há outros programas, como o Adapta Brasil...

O Inpe também faz a medição dos gases de estufa, a gente tem também a comunicação que é feita a cada quatro anos, pela qual o Ministério de Ciências e Tecnologia é responsável, mas precisa de ação.

Então, eu quero agradecer muito à Comissão, quero agradecer a V. Exa. como Presidente, por colocar isso na pauta, para que nós possamos ter essa votação hoje, tão importante...

Quero agradecer ao nosso Relator, o Bene Camacho, pelo trabalho, um excelente trabalho na relatoria. Eu tenho certeza de que esse projeto, se aprovado, vai ajudar muito o Brasil e o planeta como um todo.

Então, isso é uma coisa que nos une aqui.

Eu tive essa satisfação de ver o planeta de fora, e eu posso dizer o seguinte: não é tão grande quanto a gente imagina, vivendo aqui na superfície. Quando você vê de fora, você vê o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidado que a gente tem que ter com essa nossa espaçonave azul, que nos cuida aqui, e a gente precisa cuidar dessa espaçonave também.

E quero lembrar que isso é algo que tem que ser feito de novo, tem que ser feito agora. Não dá para esperar mais, não dá para esperar. Claro, tem que ser feito de forma gradual, tem que ser feito de forma efetiva, e que seja feito com todo o cuidado e com todo o carinho por todos nós.

Obrigado, Presidente. Eu imagino que a gente já tenha aí a votação e eu tenho certeza de que vai ser aprovado.

Então, um grande abraço e tudo de bom para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Senador. Mais uma vez, parabenizo V. Exa, ao passo que também parabenizo o Relator, o nosso querido Senador Bene Camacho.

Convido os Senadores e Senadoras para exercerem o direito de voto, para que possamos anunciar a votação.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Encerrada a votação.

Determino a abertura do painel para...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Votaram SIM 8 Senadores; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Está aprovado o projeto, com a Emenda 2 da CMA, e rejeitada a Emenda 1.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, parabenizo V. Exa. pelo mandato.

Um abraço.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Teresa Leitão, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Lucas Barreto, Efraim Filho e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Marcos do Val, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 53/2024 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater as perspectivas e os objetivos do Brasil na 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 29), a ser realizada em Baku, Azerbaijão. **Participantes:** Sra. Juliana Borges de Lima Falcão, Gerente de Clima e Energia da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Sr. Rafael Dubeux, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda - MF; Sr. Claudio Angelo, Coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima; Sr. Nelson Ananias Filho, Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Jorge Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável (CGMC) do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; Sr. João Francisco Paiva, Diretor do Departamento de Descarbonização e Finanças Verdes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC; Sr. Hugo do Valle Mendes, Chefe Substituto da Assessoria Extraordinária para a COP30 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA; e Ministra Liliam Beatris Chagas de Moura, Diretora do Departamento de Clima do Ministério de Relações Exteriores - MRE. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/23

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de outubro de 2024.

Comunicados.

Comunico que foi apresentado à Comissão um manifesto da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) intitulado "Quem responderá pelo apagão climático do Brasil?", para expressar preocupação quanto aos impactos negativos decorrentes da reestruturação administrativa em curso e à ausência de orçamento adequado para o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater as perspectivas e os objetivos do Brasil na 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 29), a ser realizada em Baku, no Azerbaijão, em atenção ao Requerimento nº 53, de 2024, da CMA de minha autoria.

Participam deste debate: o Sr. Claudio Angelo, Coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima; o Sr. Hugo do Valle Mendes, Chefe Substituto da Assessoria Extraordinária para a COP 30 do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); o Sr. João Francisco Paiva, Diretor do Departamento de Descarbonização e Finanças Verdes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic); o Sr. Jorge Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária; o Sr. Nelson Ananias Filho, Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); o Sr. Rafael Dubeux, Secretário-Executivo Adjunto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Fazenda; a Sra. Ministra Liliam Beatris Chagas de Moura, Diretora do Departamento de Clima do Ministério das Relações Exteriores; a Sra. Juliana Borges de Lima Falcão, Gerente de Clima e Energia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Compreendido? Estou uma garota perfeita para falar aqui dos endereços. (*Risos.*)

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Senhoras e senhores, colegas Parlamentares, membros desta Comissão, prezados expositores desta mesa e todos que nos acompanham, a audiência pública de hoje visa sanar uma grande expectativa para a COP 29, a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima.

Não é exagero repetir, como tenho feito, que os impactos da mudança do clima têm sido devastadores em todo o planeta. Talvez, nos últimos meses, um maior número de pessoas tenha sofrido direta ou indiretamente com esses impactos: inundações históricas, como a que invadiu as vidas do povo do Rio Grande do Sul; secas na Região Norte, isolando comunidades inteiras de seus direitos mais básicos; jovens de todo o país tiveram seus estudos comprometidos por conta de eventos extremos como as queimadas – o Distrito Federal foi um exemplo disso –; plantações perdidas; safras perdidas; casas destruídas; famílias inteiras sem terem o que fazer diante da fúria da natureza.

De fato, é enorme o desafio de se trazer o desenvolvimento às sociedades em meio à complexa estrutura social e cultural de tão diferentes povos. Soma-se a isso o desafio de se implementar esse desenvolvimento em um planeta com limites ecológicos intransponíveis. Entretanto, não podemos dar mais um passo sequer sem nos perguntarmos sobre o que chamamos de desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa não é uma questão fácil de se responder. No entanto, já sabemos o que não podemos fazer e temos algumas direções promissoras a seguir. Esses caminhos vêm sendo elaborados por uma comunidade científica global comprometida com o nosso futuro e pelo conhecimento de povos e comunidades tradicionais que, ao longo da história, vivem, se desenvolvem e sobrevivem por meio do manejo sustentável do meio ambiente.

Sabemos que países contribuíram e contribuem de maneira bastante diferente para o agravamento da mudança do clima. Este é um elemento fundamental para essa COP 29, que se aproxima. Países desenvolvidos historicamente mas que contribuíram para os efeitos da mudança do clima devem essa resposta a todo o planeta.

Esperamos que haja avanços significativos – esta é a nossa esperança e acho que a de todos nós aqui – referentes ao financiamento climático. Essa é a nossa maior expectativa.

Internamente, o Brasil precisa de celeridade na implementação das ações que envolvem a transformação ecológica, que é uma pauta importante do atual Governo e que envolvem propostas pelo atual Governo.

Possuímos agora, além da oportunidade de reverter nossa contribuição para o aquecimento do planeta no cenário global, a oportunidade de rever também o modelo de desenvolvimento que queremos adotar para o nosso país.

A escolha de nossas ações agora será essencial para proteger o povo brasileiro dos efeitos da mudança do clima já em curso e que está avançando a passos largos.

Espero que esta audiência pública nos ajude a compreender o cenário que está posto globalmente e nas discussões sobre o clima e, assim, possamos implementar ações mais assertivas, cada um de nós em seu local de atuação, seja no Parlamento, seja no poder público, no setor privado e em toda a sociedade.

Eu agradeço às pessoas convidadas para esta reunião, que prontamente se dispuseram a comparecer a esta Casa para nos auxiliar neste debate. Uma ótima audiência pública para todos nós e muito obrigada aos expositores e a todos que estão aqui conosco nesta manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou chamar para compor a nossa mesa... Eu achei que a princípio seria um todo, mas, conversando aqui com a Airton, eu gostaria de chamar a nossa Ministra Liliam Moura, representante do Ministério das Relações Exteriores; e o Rafael Dubeux, do Ministério da Fazenda. (*Palmas.*)

E nós vamos alternando os nossos expositores aqui na mesa.

Bom, vou chamar também o Sr. Claudio Angelo. (*Palmas.*)

E o Sr. Nelson Ananias Filho, representante da CNA. (*Palmas.*)

Nós temos também *online* a Sra. Juliana Falcão, que representa a CNI.

Eu vou passar a palavra primeiramente para a nossa primeira expositora, a Ministra Liliam Moura, que representa o nosso Ministério das Relações Exteriores.

Seja muito bem-vinda, Ministra!

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Senadora Leila Barros, pelo convite. É sempre uma grande satisfação participar das audiências no Senado e também na Câmara dos Deputados. Sempre que estou em Brasília, eu faço questão de participar.

Bom, nós estamos então nos aproximando, faltam poucas semanas para mais uma COP. A COP é a Conferência das Partes em três grandes acordos internacionais: Convenção do Clima de 1992, Protocolo de Quioto de 1997 e Acordo de Paris, o mais recente, de 2015.

Então, a COP, que significa Conferência das Partes, é uma reunião de negociação internacional. Fazem parte desses três acordos 198 países. E a agenda desses três acordos, a agenda de negociação entre esses três, tem mais de cem itens de agenda. Por isso, ela é uma reunião longa, uma conferência de longa duração.

A próxima vai acontecer de 11 de novembro a 21 de novembro, na cidade de Baku, que é a capital do Azerbaijão. É uma cidade de 2 milhões de habitantes, muito bonita, muito impressionante, à beira do Mar Cáspio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles ganharam o direito de fazer essa COP na COP 28, de Dubai. Então, eles tiveram relativamente pouco tempo em comparação a nós, que já sabemos que vamos ter uma COP há mais de um ano. Eles tiveram pouco menos de um ano para se organizar.

Como temos viajado para as reuniões preparatórias, posso dizer que a equipe do Azerbaijão se organizou de uma maneira muito rápida, muito eficiente. Tudo está pronto para que seja uma reunião exitosa e que se consigam os acordos, as decisões que estão previstas para acontecer lá.

A delegação brasileira já tem credenciadas cerca de 1,4 mil pessoas. Isso faz do Brasil uma das presenças mais significativas nessa reunião. Essa delegação envolve funcionários de Governo, Parlamentares, representantes do Judiciário, dos estados, dos municípios, da academia, da sociedade civil, cientistas, empresários. Todos, pelo sistema de credenciamento, são credenciados como delegação brasileira e participarão dessa reunião.

Só para dar a medida do interesse desses temas para o Brasil, em Dubai, a delegação brasileira teve 2,4 mil pessoas e foi a segunda maior delegação depois dos próprios anfitriões, os Emirados Árabes Unidos. Tudo indica que, neste ano, ainda com a previsão de o Brasil fazer a próxima conferência, a COP 30, nós provavelmente seremos também o segundo grupo nacional mais ativo, mais participativo lá em Baku.

Eu projetei o logo dessa COP. É a primeira vez que acontece também nessa região do mundo. Ela está sendo chamada, está sendo conhecida como a "COP das finanças" pelas razões que a própria Senadora já abordou.

Pode passar para o próximo.

A principal decisão que se espera para o final de novembro é o novo Objetivo Quantitativo Global de Financiamento Climático. A sigla é conhecida pela sigla em inglês NCQG, mas é o novo montante que o sistema financeiro do regime do clima... Quando eu digo regime do clima, são os compromissos dos países dentro desses três acordos internacionais. Portanto, são compromissos e obrigações que os países adotaram ao entrar nesses acordos. Então, o NCQG é um objetivo global de financiamento que vai substituir o que nós temos agora.

O que nós temos agora? Era a previsão de US$100 bilhões anualmente colocados à disposição dos fundos climáticos, dos mecanismos financeiros da Convenção do Clima. São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos que pagam os meios de implementação dos compromissos: transferência de tecnologia, capacitação, *workshops*, ajuda para que os países consigam cumprir as suas obrigações de reportar as suas emissões.

De todo o *cluster*, transparência é muito importante. Os países precisam reportar, atualmente, de dois em dois anos, o quanto estão emitindo de gases de efeito estufa, para que isso fique às claras, fique evidente para todos. E, a partir dessas informações, é que as decisões vão se afunilando, vão se aperfeiçoando, para que se consiga reduzir as emissões de gases de efeito estufa, aumentar a capacidade de resiliência dos países aos eventos extremos e fazer obras de adaptação, como se chama. Os pilares são mitigação, adaptação e meios de implementação, que envolvem financiamento, transferência de tecnologia e capacitação de pessoas para lidar com esses problemas.

Então, chegamos agora a mais uma COP, num período, infelizmente, dramático para a mudança do clima. E nós brasileiros estamos sentindo na pele, está na televisão toda noite o que isso significa.

Na segunda-feira, agora, dia 21, reabriram o aeroporto de Porto Alegre, que me é muito caro, porque sou gaúcha, depois de cinco meses. Porto Alegre e Rio Grande do Sul são a quarta economia do Brasil. A capital ficou cinco meses sem aeroporto. Imaginem os danos! Além dos danos da enchente, da água, das perdas que as pessoas tiveram, de suas casas, de seus negócios, imaginem o dano para a economia do estado ao não ter uma conexão com o resto do país e com o resto do mundo. Foram cinco meses sem conexão aérea na capital do Rio Grande do Sul.

Isso mostra que as evidências dos efeitos da mudança do clima no Brasil já são evidentes, mas, com os eventos de Porto Alegre, elas bateram à porta da classe média brasileira. O que parecia uma abstração é uma realidade. As secas nos rios amazônicos também deixam milhares de pessoas sem transporte fluvial, tendo que caminhar para conseguir gêneros e medicamentos. Quer dizer, o Brasil, infelizmente, é um dos grandes vulneráveis à mudança do clima. E esses assuntos, essas decisões, se tornam essenciais, existenciais para nós. Então, estamos tendo que fazer, enquanto Governo e enquanto sociedade, uma rápida inflexão de como víamos essa questão e de como devemos ver agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, rapidamente, para as principais decisões que se espera nessa COP, mas também, mais importante do que essas decisões, serão as negociações que vão se dar em paralelo, e já chego a elas.

O grande assunto neste ano é o novo montante de financiamento climático e a base para essa negociação é o art. 9º do Acordo de Paris. O que diz o Artigo 9º do Acordo de Paris? É obrigação dos países desenvolvidos colocarem recursos a favor dos países em desenvolvimento. Então, esses US$100 bilhões anuais que alguns – a contabilidade é meio incerta – dizem que foi atingido em 2022, mas a maioria dos países acredita que essa meta não conseguiu ser atingida desde 2020. Então, nesse cenário de escassos recursos, de um mundo em constante perigo, pela mudança do clima e pelos conflitos abertos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA – Então, nesse contexto que chegamos em mais um momento. E há expectativa – nós somos otimistas – de que vai ter uma decisão de quanto os países desenvolvidos poderão colocar no sistema – tem que ser mais do que os US$100 bilhões anualmente –, mais algumas regras sobre facilitação, de ser mais fácil os países em desenvolvimento terem acesso a esses recursos, mais uns requisitos de transparência, o que conta como financiamento climático e o que não conta. Então, essa é a grande decisão que se deve ter no final de novembro.

O segundo grande assunto é a conclusão das regras adicionais do art. 6º do Acordo de Paris, que são as regras complementares para o bom funcionamento de mercados de carbono. Também é um assunto muito caro ao Brasil e que está tramitando aqui nesta Casa, com um grande empenho da Senadora. É um projeto de lei que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de crédito de carbono; a nossa expectativa é de que o Brasil possa ter esse sistema operacional em pouco tempo e se beneficiar de mais esse recurso que os acordos do clima trazem para os países.

As outras decisões são um pouco procedimentais, mas são importantes, porque elas fazem que o sistema climático internacional avance e se mantenha vivo. É a maior reunião do multilateralismo político no mundo, a maior reunião do sistema da ONU, que reúne grande quantidade de pessoas. Em Dubai, foram 84 mil pessoas em duas semanas, neste ano são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperadas de 50 a 60 mil, e no ano que vem vamos ver o que nossa Belém atrairá de atenção e de público.

Então, vai ter uma decisão sobre implementação do mecanismo de tecnologia. Isso é muito importante para países em desenvolvimento, porque faz parte do sistema transferência de tecnologias; tecnologias para a produção de energias limpas, para soluções de baixo carbono, para captura de carbono. São soluções tecnológicas, e todos os países do mundo precisam ter acesso a elas. Então, há uma frente aberta para que isso evolua no nível internacional.

Haverá uma decisão também sobre objetivos de adaptação. Adaptação são obras de infraestrutura, para que os países se protejam previamente de eventos extremos.

Perdas e danos também é um novo assunto que entrou no regime do clima, e nós já estamos em um nível em que não basta reduzir as emissões, não basta se organizar em termos de adaptação aos eventos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA – ... é preciso prever como se recuperar das perdas que estão surgindo.

Uma das grandes novidades em perdas e danos é o novo fundo que está sendo estruturado junto com o Banco Mundial, em que ele trará uma grande novidade, e comunidades locais poderão aceder os seus recursos diretamente; por exemplo, no evento lá do Rio Grande do Sul, prefeituras, associações poderiam ter acesso a esse fundo, assim que ele se tornar operacional.

E uma última discussão que deve acontecer é a questão do Balanço Global do Acordo de Paris, que foi a grande decisão do ano passado, e neste ano, então, os países precisam discutir como eles vão implementar.

O último eslaide, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só um minuto, Ministra.

Eu gostaria que os expositores não se apegassem, mesmo finalizando o tempo, por favor. Nós todos estamos muito curiosos para ouvi-los. Então, não se preocupe, Ministra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA – Tá, eu já vou terminar; é porque eu falo muito mesmo.

Bom, então, além dessas negociações, se tornou comum nas COPs ter a chamada agenda de ação. Peço desculpas por estar em inglês, mas essas agendas de ação são iniciativas, declarações, eventos, seminários, *workshops*, que a Presidência da COP oferece para os países, para os participantes da COP, para que todos os atores... Vão muitos cientistas, muitos acadêmicos, muitos estudantes, a sociedade civil, é uma presença muito significativa nessas COPs. Então, eles oferecem dias temáticos. Esses aí são os dias previstos para o Azerbaijão. O dia 14 será o dia das finanças, investimentos e comércio, o dia 15, dia da energia, paz, recuperação, o dia 16, ciência, tecnologia, inovação, tecnologias digitais, e por aí vai. Nas duas semanas, tem apenas um dia livre, que será o dia 17.

Bom, e, conforme se tornou praxe desde a COP de Glasgow, essas conferências preveem uma sessão de chefes de Estado. Então, neste ano, será nos dias 12 e 13 de novembro, que é a cúpula de chefes de Estado, onde os Presidentes dos países, onde o nível político mais alto dos países discute esses temas e tenta dar um empurrão, um mandato político para que as negociações avancem. Neste ano, então, será nos dias 12 e 13. O Presidente do Brasil está confirmado e deve ter várias oportunidades de fala lá em Baku.

Eu fico por aqui. Depois, eu posso interagir se tiver perguntas.

Obrigada, Senadora. Perdão por ter passado do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Imagina, Ministra.

Agradeço sua participação aqui e a fala.

Vou passar a palavra, rapidamente, para a Juliana Falcão, que está no remoto e pediu a palavra por causa de sua agenda. Então, vou passar para ela.

Seja muito bem-vinda, Juliana!

A SRA. JULIANA BORGES DE LIMA FALCÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Bom dia, Senadora! Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conseguem me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim.

A SRA. JULIANA BORGES DE LIMA FALCÃO – Agradeço a oportunidade de apresentar aqui as perspectivas da CNI e a participação na COP 29. É muito bom falar depois da Ministra Liliam, que já colocou vários dos pontos que a gente acompanha e dos pontos de participação da indústria nessa discussão de COP.

Eu vou passar aqui uma apresentação.

Vocês conseguem visualizar?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O.k., sim.

A SRA. JULIANA BORGES DE LIMA FALCÃO – Ótimo.

Então, a CNI já vem participando das COPs há muitos anos. Até Madri, em 2019, ela participava muito acompanhando as negociações, mas exclusivamente de uma forma técnica. Ela não expandiu muito essa participação para outras discussões, apenas ali acompanhando as negociações.

A partir de Glasgow, na COP 26, a CNI passa a ter uma parceria com o Governo para dentro do estande, dentro da área de Governo na Zona Azul, para tratar um pouco dos temas de relevância para a indústria, dos temas que a indústria considera que têm uma relação direta com todas as negociações de COP, e eu vou falar um pouco mais à frente sobre essa estratégia. Na COP 27, no Egito, mantivemos essa parceria com o Governo, e mantemos até hoje, na verdade, essa parceria com o Governo, mas, no ano passado, em Dubai, na COP 28, devido à necessidade, ao interesse da indústria, com, como a Ministra colocou, a sociedade civil cada vez mais interessada e mais participativa nas COPs, a gente sentiu a necessidade de ter um espaço maior. Então, a CNI passou, junto com parceiros, com associações de indústria, com outras confederações como a CNA, por exemplo, passou a ter um estande próprio para tratar das questões de interesse do setor empresarial, vamos dizer assim.

Na COP de Baku, agora, a COP 29, a gente pretende manter a mesma participação, com estande próprio, plano de ação junto a organizações internacionais também, assim como na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próxima COP, em Belém. Então, em Glasgow, a gente definiu e desenvolveu uma estratégia, que a gente chama de estratégia para apoiar a indústria, para uma economia de baixo carbono, com quatro pilares. Vários desses pilares a gente leva a essas discussões para a COP, discute não só internamente, mas leva para a COP, como transição energética, mercado de carbono, economia circular, e não poderia deixar de discutir conservação florestal e bioeconomia. Então, são temas que tratamos internamente, mas que levamos também para discussões na COP.

Como os principais objetivos aqui da CNI e discussões, a gente sempre busca levar as experiências que são bem-sucedidas no nosso setor industrial brasileiro para a COP, a gente acompanha as reuniões de negociação, alguns temas específicos, a Ministra colocou aí todos os principais temas, a gente acompanha alguns deles. A gente também tem esse objetivo de debater as estratégias, entender o que os outros países estão fazendo em termos de neutralidade climática, quais são as ações, acompanhar, ver como outros países estão financiando as suas ações. A questão do comércio internacional é de extrema relevância para a gente, a gente discute muito também nas COPs, busca ouvir de outros países a questão de precificação de carbono, quais são os desafios para implementação de mercado de carbono, quais são os instrumentos que esses países adotam para a sua descarbonização, e dialogar com todos os *stakeholders* sobre política, programa, investimento, enfim. É um conjunto de objetivos que a gente tem levado para as COPs, cada vez de forma mais robusta, cada vez com mais atores envolvidos e com uma delegação maior.

Este ano a gente trabalha, para a COP 29, uma estratégia já integrada com a COP 30 também, que vai acontecer em Belém, como a Ministra falou, a COP 29 acontece na cidade de Baku, no estádio de Baku. A COP é dividida em duas grandes áreas, duas grandes zonas, que a gente chama de Blue Zone e Green Zone. A área azul, que é a Blue Zone, é o espaço onde ocorrem as negociações, a CNI participa desse espaço também, e é um espaço onde os países, as partes estão lá, e observadores, colocando também as suas estratégias de implementação das NDCs e tratando e discutindo vários desses temas que foram colocados já pela Ministra. E tem a Zona Verde, que é um espaço para eventos, exposições, *workshops*, onde a sociedade civil também apresenta as suas questões, a academia e as empresas. A CNI, este ano, estará nas duas áreas, tanto na azul quanto na verde, e na Zona Verde ela vai ter um estande, como vocês podem ver aqui pelo mapa, um estande que vai ficar bem centralizado aqui, onde ela vai apresentar, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma série de palestras, de eventos, de *workshops*, de debates com o setor empresarial, trazendo todos aqueles temas da nossa agenda de baixo carbono.

Queria trazer aqui rapidamente, como a Ministra já mencionou, que a COP de Baku traz basicamente dois grandes pilares, eles chamam de pilares, isso apresentado pela Presidência da COP, que é o Azerbaijão. Primeiro, aumentar a ambição, e, segundo, facilitar a ação. Quando fala de aumentar a ambição, ele está trazendo toda essa discussão relacionada às NDCs, em que cada país define a sua meta de redução de emissão, define a sua meta de adaptação, define a forma como vai implementar as questões.

Os planos nacionais de adaptação também são uma questão cada vez mais importante. Eu acho que no Brasil a gente já acompanha esse assunto há algum tempo, a gente aqui na CNI trabalha com a indústria, discute planos de adaptação. E, bom, como a Ministra colocou mais cedo, a questão do Rio Grande do Sul, o que aconteceu no Rio Grande do Sul traz para a gente uma necessidade maior ainda de trabalhar essas questões.

A indústria percebe, percebeu, a partir desses eventos e de outros que já aconteceram, como é necessário que a gente trabalhe e discuta os planos de adaptação e os relatórios bienais de transparência, como já foi colocado também.

No pilar facilitação da ação, a gente espera que nessa COP se discuta a nova meta quantitativa de financiamento climático, como a Ministra já colocou. A gente espera que se finalize, enfim, a negociação para a implementação, para já colocar a implementação, o art. 6º, que trata do mercado de carbono global. E perdas e danos é outro ponto aqui, dentro de facilitação dessa ação, que se espera da COP 29.

Aqui só a programação, já definida pelo Azerbaijão, como a Ministra já colocou aqui, os dias, os temas que vão ser debatidos ali.

E trago aqui um pouco para vocês o planejamento da CNI. Então a gente teve, antes da COP, a gente sempre tem uma pré-COP, um aquecimento, um diálogo, porque a gente faz um diálogo setorial. Aconteceu em São Paulo no início deste mês. A gente agora vai à COP com um estande entre 11 e 22. Nós teremos ali um espaço, que deve contar com auditório, que a gente está chamando de Arena da Indústria Sustentável, onde a gente vai apresentar as iniciativas, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi falado, da indústria, na nossa agenda de clima. Vamos debater os principais temas da COP. A gente vai ter umas salas também, para discussões menores. A gente vai ter um espaço na Zona Azul também, uma sala de reuniões.

E a gente faz também, entre os dias 12 e 22, o acompanhamento de alguns pontos de negociação. A gente vai acompanhar principalmente as discussões de mercado de carbono, as discussões sobre financiamento e adaptação, são os três pontos que a gente acompanha, de interesse da indústria.

No dia 14, a gente realiza o que a gente chama de diálogo empresarial para uma economia de baixo carbono. É um evento que já vem se consolidando ano a ano, onde a gente reúne tanto atores do Governo, setor privado, terceiro setor, academia, atores internacionais, nossos parceiros, as câmaras de comércio e a gente faz aí o que a gente chama de diálogo empresarial.

E a gente também participa do estande do Brasil, com o que a gente chama de Brazilian Industry Day, no pavilhão do Governo brasileiro, onde a gente coloca as questões da indústria.

E no retorno aí, já no início do próximo ano, a gente prepara um evento pós-COP.

O que a gente espera? Quais são as entregas que a gente espera? São planejadas, não só a programação que a gente vai ter no nosso estande, mas uma cobertura que a gente faz, uma cobertura jornalística grande, acompanhamento das negociações. A gente faz consulta sempre à nossa base, para levantar prioridades e temas. A gente emite alguns relatórios, promove ações de relacionamento, reuniões bilaterais, visitas, enfim, o diálogo empresarial como eu comentei, o Brazilian Industry Day.

E documentos que a gente lança na COP. Este ano, com previsão de não só lançar o posicionamento, a visão da indústria sobre todas essas questões, mas também a gente vai lançar um estudo novo, inédito, sobre captura e armazenagem de carbono. E a gente vai lançar também um estudo sobre descarbonização, como é que a indústria está enxergando os caminhos para essa descarbonização e quais são as ações necessárias. Enfim, um estudo bastante interessante em parceria com o Governo, com o Mdic. Esse estudo vai ser lançado.

Por fim, como eu já mencionei, está saindo do forno esse documento chamado *Visão da Indústria,* em que *a* gente vai falar sobre adaptação, mercado global de carbono e financiamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sob a perspectiva da indústria e como é que a gente entende que deveria ser a posicionamento do país para esses assuntos.

Bom, agradeço mais uma vez o convite. Finalizo aqui a minha participação e fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Juliana.

Bom, aproveitando as duas expositoras iniciais, que foram a Ministra Liliam Moura, do MRE, e a Juliana Falcão, da CNI...

Ministra, eu estive em duas diligências no Rio Grande do Sul. Eu falo muito, aqui na CMA, que a gente sabe do impacto econômico, isso é indiscutível. É do que a gente mais trata atualmente, até porque envolve um impacto grande, em termos de orçamento, de tudo, toda vez que a gente trata de eventos extremos. Mas o impacto – e eu não tenho a menor dúvida – é humano mesmo, sabe? Uma coisa é nós assistirmos por vídeo, por internet, por depoimentos; a outra coisa é você ir a Canoas, a Roca Sales e ver propriedades rurais centenárias serem absolutamente devastadas. E aí você se pergunta: meu Deus... Porque uma coisa é você olhar sob uma ótica que... Se você não tiver aquela empatia, que muitas vezes falta no mundo de um modo geral, se a gente não olhar com essa ótica da empatia, fica difícil. Eu falo assim até pelos Parlamentares, pelos políticos, porque trazemos os técnicos, trazemos os representantes de vários setores, mas somos nós que decidimos a vida do país aqui dentro desta Casa. Então, tem muita coisa que nós precisamos debater.

Está muito clara a importância do mercado de carbono hoje, inclusive para a Baku. Acredito que a Ministra... Tanto a Ministra como a Juliana, com a fala dos próximos expositores, sabem – eu também, como Relatora, sei, tratamos do regulado, já tivemos o retorno da Câmara – da importância da Casa agora. Quem sabe se, com o compromisso do Senado Federal, até Baku ou antes da COP, a gente faça essa apreciação, essa deliberação, quem sabe até a própria sanção, para que a gente possa tratar de como o Brasil hoje está levando a questão desse sistema brasileiro do mercado de emissões de gases de efeito estufa. Então, é importantíssimo para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho muita consciência – tenho conversado com os colegas – e acredito que pelo cenário e pela pressão, que é muito importante, da sociedade civil e de todos os que estão envolvidos e preocupados com o atual cenário, a Casa certamente irá dar celeridade a esse tema tão importante.

Só colocando a minha fala. Sei da importância, sei do desafio que eu tenho na mão e quero agradecer a todos que estiveram conosco, comigo, com a minha equipe, trabalhando no mercado de carbono.

Eu vou passar a palavra agora para o Rafael, Rafael Dubeux, um grande parceiro do Ministério da Fazenda, representando o Governo junto com o MMA, enfim, o MRE e tantos outros atores que estiveram conosco tratando sobre o mercado de carbono e têm nos ajudado muito nesse desafio.

Seja bem-vindo, Rafael.

O SR. RAFAEL DUBEUX (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia a todos!

Queria saudar meus colegas aqui de mesa, saudar a todos aqui presentes, fazer uma saudação especial à Presidenta Leila, não só por trazer essa pauta hoje para a gente discutir aqui sobre a agenda da COP 29, mas pelo trabalho extraordinário que tem feito na relatoria do projeto de mercado de carbono, uma das propostas mais relevantes para que a economia brasileira se direcione e convirja, cada vez mais, para uma agenda de baixo carbono.

Acho que a Ministra Liliam e a Juliana, da CNI, já trouxeram um panorama muito abrangente das pautas que vão estar em discussão na COP 29. Eu fui aqui remodelando um pouco o que eu planejava falar, porque boa parte já foi dito, e acho que eu queria trazer aqui um outro recorte, talvez, dessa discussão, porque uma parte do debate na COP 29 é quais são os pontos que vão estar nessa discussão nos fóruns internacionais; e outro recorte é o quanto da agenda doméstica do Brasil está relacionada a esse debate internacional. Já que a primeira parte já foi tão bem coberta pela Ministra e pela CNI – aliás, é importantíssimo a gente também ter o setor privado brasileiro engajado nessa agenda, e eu saúdo aqui a CNI por esse engajamento –, eu vou trazer um pouco do recorte do âmbito doméstico, o que o Brasil está fazendo nesse esforço de criar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo econômico que traga menos impacto ao meio ambiente, em particular que resulte em menos emissões de gases de efeito estufa.

Nesse sentido, desde o início do Governo do Presidente Lula, essa é uma agenda que ganhou muita centralidade na formulação da agenda do Governo em todos os ministérios. No Ministério da Fazenda, o Ministro Fernando Haddad tem sempre pautado o tema que a gente tem chamado de Plano de Transformação Ecológica, mas está longe de ser uma agenda apenas do Ministério da Fazenda; pelo contrário, é uma agenda que envolve o MRE, envolve o Ministério do Meio Ambiente, envolve o Ministério do Desenvolvimento e Indústria, o Ministério da Agricultura, o Ministério de Minas e Energia, enfim, o Governo inteiro está engajado nessa agenda, que, no fundo, é redesenhar o conjunto de incentivos existentes na economia brasileira para a gente estimular investimentos em projetos de baixa emissão de carbono, de maior intensidade tecnológica, e, portanto, de empregos mais bem remunerados, e com um desenho mais bem distribuído, em termos de renda, para o conjunto da população. São estes três grandes objetivos que a gente tem tratado como parte da transformação ecológica: aumentar a produtividade da economia, reduzir o impacto ambiental e distribuir a renda de maneira mais justa.

E esses não são apenas objetivos genéricos sem concretização; pelo contrário, neste ano e meio, quase dois anos de Governo, a gente já tem um conjunto de iniciativas, aprovadas no Congresso Nacional ou implementadas pelo próprio Executivo diretamente, que eu queria aqui, muito rapidamente, elencar, porque isso tudo é parte da agenda que o Brasil vai apresentar na COP 29, demonstrando o esforço e o comprometimento nacional em criar esse modelo econômico de baixo impacto ambiental.

Então, com a parceria estreita do Congresso Nacional, eu vou destacar aqui o primeiro projeto, que é o projeto justamente do mercado de carbono. A gente começou essa discussão no começo do ano passado, no Executivo; o Legislativo já tinha propostas sobre o assunto; a gente conversou com a Senadora Leila sobre esse tema, que apresentou uma proposta muito convergente com a que a gente vinha amadurecendo dentro do Governo. Já foi aprovada no Senado, foi aprovada na Câmara, com algumas alterações, e está agora aguardando uma última votação que quem sabe ocorra até a COP. Eu acho que isso seria da maior relevância para trazer ainda mais legitimidade para o Brasil nesse debate sobre precificação das emissões de gases de efeito estufa. Então, é um projeto cujo desenho do texto é de altíssima qualidade, graças ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho da Senadora Leila, que fez um esforço de alto nível técnico e de alta capacidade política de articulação para a aprovação desse projeto.

Algumas outras iniciativas já foram convertidas em lei – e eu vou destacar aqui algumas recentes –, como a aprovação do projeto de lei dos combustíveis do futuro, trazendo regras para a gente ampliar não só a participação do etanol e do biodiesel, que a gente já tem na nossa matriz e que já destacam o Brasil como grande usuário, grande produtor e usuário de biocombustíveis, mas também o uso do SAF, que é o combustível sustentável de aviação, também o uso do biogás, também o uso dos combustíveis sintéticos, a captura e estocagem de carbono, entre outras iniciativas que estão regulamentadas no projeto de lei dos combustíveis do futuro.

Outro, também muito recentemente aprovado no Congresso Nacional, já convertido em lei, é o marco legal do hidrogênio de baixo carbono, ou de baixa emissão de carbono, que também é algo muito central, tem um papel, no longo prazo, na economia brasileira, da maior relevância não só para possibilitar o armazenamento e a estocagem das energias intermitentes, mas também como uma própria fonte de insumo para o setor industrial. E o Brasil tem, segundo vários estudos, a possibilidade de ter o hidrogênio de baixo carbono mais barato do mundo, portanto a gente precisa aproveitar essa oportunidade não só para a gente produzir o hidrogênio de baixo carbono com tecnologia importada, mas para a gente ser um ator que vá participar do processo de desenvolvimento das soluções tecnológicas necessárias para a gente ter uma indústria de larga escala na área do hidrogênio de baixo carbono. Então, esse é outro marco importante aprovado no Congresso Nacional.

Irei mencionar ainda o Eco Invest, que é o programa voltado para a mobilização de poupança externa, de capital estrangeiro, para ajudar a financiar o esforço de descarbonização da economia brasileira. Foi uma medida provisória enviada pelo Presidente Lula no primeiro semestre deste ano e foi convertida em lei agora, no começo deste mês, no começo do mês de outubro, viabilizando o primeiro leilão do Eco Invest, que ocorreu duas semanas atrás, em que a gente conseguiu, nesse primeiro leilão, com um aporte de R$7 bilhões, com essa taxa de juros competitiva, mobilizar de capital privado adicional mais R$45 bilhões. Então, isso é algo que mostrou, só nesse primeiro leilão de uma das quatro linhas do Eco Invest, o potencial de mobilização de capital estrangeiro que esse programa pode viabilizar, reduzindo o risco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

volatilidade do câmbio, que é uma das barreiras para os investidores estrangeiros virem para o Brasil.

Um outro programa que eu ia mencionar, também com a colaboração do Congresso Nacional, é o Programa Mover (Programa Mobilidade Verde e Inovação), liderado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que redesenhou, redirecionou o caminho da indústria automobilística no Brasil. A gente vinha, nos últimos anos, acompanhando e testemunhando um fechamento progressivo de fábricas do setor automotivo aqui no Brasil e, depois do lançamento do Programa Mover, no início deste ano, a gente viu uma reversão completa deste cenário, com a indústria automobilística anunciando um volume de investimentos acima de R$100 bilhões e com incentivos do Programa Mover voltados justamente para uma indústria automobilística de baixo carbono e com alto índice de reciclabilidade dos componentes utilizados na produção. Então, esse é justamente o modelo de indústria que a gente quer impulsionar no longo prazo.

Eu poderia me estender aqui falando de várias outras iniciativas, do Fundo Clima, da emissão de títulos soberanos sustentáveis, dos componentes de sustentabilidade no Plano Safra, mas não vou me alongar muito, porque eu queria trazer aqui um pouco todo esse debate, todo esse conjunto de medidas que estão sendo implementadas na economia brasileira para viabilizar esse novo modelo de crescimento econômico, que casa com essa agenda internacional que a Ministra Liliam tão bem apresentou. Eu queria trazer aqui duas agendas, três tópicos adicionais relacionados a essa dimensão internacional que eu queria enfatizar.

Um é a possibilidade de, em a gente aprovando o nosso mercado doméstico aqui de carbono, o mercado regulado, a gente ganhar ainda mais legitimidade para o debate internacional sobre precificação de carbono no âmbito global – ou no âmbito, no mínimo, plurilateral. O Brasil já vem tratando desse assunto, mas, com a aprovação do nosso mercado aqui no Brasil, não há dúvida de que se ganha um novo impulso para essa discussão. E, como o Brasil está presidindo o G20 neste ano, vai presidir a COP 20 no ano que vem, vai presidir o Brics a partir de agora, isso traz um peso enorme para a gente pautar essa discussão no âmbito global...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL DUBEUX – ... porque um dos desafios do clima é justamente que nenhum país isoladamente consegue resolver o problema, mas a gente precisa de uma concertação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários países. E, para a gente impulsionar e liderar esse processo, a gente precisa completar esse esforço que a gente já está fazendo aqui com as outras iniciativas que elenquei.

Um segundo ponto que eu queria destacar, que não é propriamente um acordo na COP, mas é um acordo que vai em paralelo e tem total relação com a COP, é a criação do Fundo Internacional de Florestas ou TFFF – sigla em inglês de Tropical Forest Forever Facility –, um fundo para florestas tropicais, uma engenharia financeira inovadora que se está desenhando, para a gente constituir uma fonte de financiamento permanente para países que estão preservando suas florestas tropicais. Com esse desenho, que não é propriamente uma doação de países, mas um fundo cujos rendimentos seriam destinados à preservação de floresta, a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL DUBEUX – ... vem recebendo o apoio de vários outros parceiros internacionais da maior relevância; o debate técnico para amadurecer tecnicamente essa solução está avançando bastante; e quem sabe isso vai poder ser uma entrega quando a gente chegar à COP 30 em Belém – é nesse sentido que a gente vem trabalhando.

Um terceiro ponto que eu ia mencionar é o trabalho da criação da taxonomia nacional sustentável, que no fundo é um sistema de classificação de que atividades são compatíveis com esse menor impacto ambiental, que atividades são efetivamente sustentáveis, para, de um lado, evitar o *greenwashing* e, de outro lado, possibilitar que a gente canalize incentivos tributários, creditícios, regulatórios para esse tipo de atividade sustentável. O Brasil vem fazendo, desde o ano passado, o esforço de criar a taxonomia nacional sustentável. E, na COP, um dos debates que foi lançado é a gente criar um mecanismo para uma interoperabilidade das taxonomias sustentáveis já existentes no mundo. Existe a da Europa, que é uma referência muito utilizada. Aqui na América Latina, a Colômbia tem um; o México tem um. O Brasil vai ter em breve a nossa taxonomia. E a gente vai, a partir da nossa também, fazer este debate da interoperabilidade da taxonomia.

Por último, eu ia mencionar o lançamento da NDC brasileira – a Contribuição Nacionalmente Determinada –, na sigla inglês. No fundo, é a meta de descarbonização do Brasil que vem sendo construída. A gente espera oportunamente que ela possa ser anunciada pelo Presidente Lula. E eu queria ressaltar aqui o esforço para a construção dessa NDC a partir de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate muito participativo, ouvindo o setor produtivo, ouvindo a sociedade civil, recebendo todas as contribuições e desenhando as possibilidades da NDC a partir dos insumos da ciência, do que a ciência tem mostrado para a gente sobre a gravidade e urgência do desafio climático e como a gente pode, a partir disso, definir a NDC. A gente sabe o quanto isso é diferente do que se viu no passado recente no Brasil. Eu acho que essa mudança de colocar a ciência como elemento central para guiar essas decisões e que uma NDC construída a partir de muito diálogo com a sociedade civil e com o setor produtivo marcam a construção dessa NDC, que oportunamente deve ser anunciada pelo Presidente Lula.

Era isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela participação.

Você está falando da ciência, mas a ciência há anos vem falando. Agora que o negócio pegou mesmo é que todo mundo está... Vou ter que falar a verdade, não é, Rafael? A ciência agora está sendo ouvida da forma como tem que ser ouvida, porque realmente o negócio pegou para todos nós. Então, realmente temos que fazer a nossa parte e, principalmente, ouvir a ciência, aqueles que estão aí trabalhando para ajudar a humanidade e também o setor produtivo.

Eu tenho realmente também que agradecer ao setor produtivo a parceria. A gente tem recebido muito no gabinete todas as áreas, que têm colaborado muito para o aprimoramento do próprio PL do carbono. Eu quero fazer essa ressalva importante da importância do setor produtivo e da consciência da mudança, desse orgulho que hoje a gente sente porque está sendo uma ação coletiva. O mercado de carbono hoje...

Sem brincadeira, olha, nós estávamos fazendo um levantamento no gabinete e nós tivemos quase cem reuniões – cem reuniões! Então, eu quero até agradecer à Consultoria do Senado e, em especial, à minha assessoria, porque fazer esse levantamento e ver o compromisso e o empenho de todos ali para entregar esse projeto... Então, isso aqui foi construído de uma forma muito coletiva.

Quero só agradecer e parabenizá-lo pela sua exposição, Rafael.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para o Claudio Angelo, que é Coordenador do Observatório do Clima.

Seja muito bem-vindo.

Obrigada.

O SR. CLAUDIO ANGELO (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia!

Primeiramente, quero cumprimentar a mesa, a Senadora Leila, a Embaixadora Liliam, o Rafael, o Nelson e o Hugo, que está aqui.

Como a Embaixadora e a Senadora já falaram, a gente está – para quem por acaso tiver chegado ontem de Júpiter ou da Cpac – numa emergência climática, num momento de aquecimento global descontrolado. Dos últimos 15 meses, em 14 a gente ultrapassou o aquecimento global de 1,5 grau, que é a meta do Acordo de Paris, que, em tese, não deveria ser ultrapassada. Esse *overshoot*, por enquanto, é temporário; mas, muito em breve, até o final dessa década ou no começo da próxima década, a gente deve entrar num período de aquecimento global maior do que 1,5 grau. E aí, minha gente, a gente vai ter saudades de 2023 e 2024.

Hoje eu fui acordado com a notícia de que a União Americana de Geofísica capitulou e aceitou já que a gente comece a fazer geoengenharia. Geoengenharia é um conjunto de tecnologias para tentar, basicamente, reduzir a temperatura da Terra na porrada. E a essas tecnologias a ciência tem muita restrição, porque os efeitos colaterais desse negócio são basicamente desconhecidos. E a União Geofísica Americana, hoje, está dizendo: "Olha, a gente vai ter que conviver com os efeitos colaterais desse negócio, porque o aumento de temperatura que a gente viu até agora é muito assustador. Os cientistas estão todos em pânico".

Então, esse é o contexto climático com o qual a gente chega a Baku; mas a gente chega com um contexto geopolítico também muito desfavorável: o Azerbaijão é um país... Eu acho que é a primeira vez na história das conferências do clima, Liliam, que a gente tem um país com duas guerras nas suas fronteiras: o Azerbaijão tem uma guerra na fronteira sul, que é o Irã – aliás, muita gente que vai daqui para Baku vai ter que sobrevoar o Irã, nos voos que saem do Catar e dos Emirados Árabes –; e o Azerbaijão tem um conflito não sanado com a Armênia na sua fronteira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sudoeste, no Alto Carabaque. A gente tem guerra no Líbano, guerra em Gaza, guerra na Ucrânia, guerra no Sudão. E, nestes momentos, a cooperação internacional, que é essencial para avançar nas agendas do Acordo de Paris, tende a ir lá para baixo.

Uma demonstração disso foram os discursos dos líderes na Assembleia Geral das Nações Unidas, no mês passado, nos quais a questão climática – até no discurso do Presidente Lula – acabou tomando uma proporção menor do que assuntos como a necessidade de regular a inteligência artificial e os conflitos que a gente está vivendo hoje no mundo.

O Acordo de Paris é uma peça belíssima de arquitetura política internacional, mas ele depende, para funcionar direito, para ser implementado direito, de a cooperação internacional estar tinindo, e não é o que a gente está vendo, hoje, acontecer. Então, essa conferência de Baku começa num duplo contexto muito desfavorável.

Ela vem sendo chamada de uma conferência meio desimportante – porque é numa petroditadura, ninguém quer muito tratar do Azerbaijão; as pessoas estão muito mais preocupadas com Belém no ano que vem –, mas não é o caso. Vai ser uma conferência superimportante, porque – espera-se – esperamos que ela debata e resolva um ponto absolutamente central para a cooperação internacional em clima, que é o financiamento. Essa é, na verdade, a principal treta histórica dos países que negociam no âmbito da convenção do clima. E, em Baku, o que vai explodir no nosso colo é a diferenciação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Nessa questão de financiamento, esse conflito fica muito evidente. A gente precisa aprovar... Hoje, temos uma meta de 100 bilhões por ano que os países ricos – são 600 bilhões, na verdade – precisavam ter entregado entre 2020 e 2025. Eles não cumpriram essa meta e meteram um: "Puxa, sinto muito, não deu, mas, em 2022, a gente jura que conseguiu". Aí, quando você vai olhar os relatórios que analisam essa entrega na minúcia, menos de 20% foi o financiamento climático, de fato, em formas de provisão de recursos, que são recursos dados dos países que mais contribuíram para causar a crise climática para os países que menos contribuíram para causar a crise climática. Então, menos de 20% disso é subvenção; e o resto é tudo empréstimo, dinheiro velho que eles requalificam, recategorizam como financiamento climático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, é importante uma coisa em que o Brasil vem insistindo muito – a Liliam tocou nisso – para a negociação da nova meta climática, essa sigla horrorosa, NCQG, que é definir financiamento climático. A gente precisa de uma definição muito consistente do que é ou do que não é financiamento climático. Uma das alternativas que a sociedade civil tem colocado na mesa é fazer uma lista de exclusão: "Olhe, se você não quer definir o que é financiamento climático, vamos definir o que não é.

Então, tem uma briga enorme em relação a quanto dinheiro vai ser colocado na mesa, e as cifras variam imensamente. Os países em desenvolvimento pedem pelo menos US$1 trilhão, por ano, num prazo que ainda precisa ser negociado, e os países ricos estão dizendo... Acho que os Estados Unidos falaram alguma coisa assim: "US$101 bilhões é mais do que US$100 bilhões, não é?". O combinado, lá em Paris, é que o piso para a nova meta fosse US$100 bilhões. Então, tem países falando que qualquer coisa acima de US$100 bilhões a gente vai propor fazer. Os países em desenvolvimento não vão topar US$101 bilhões evidentemente. Então, esse é um conflito que está marcado para acontecer. Na verdade, já está acontecendo. Teve uma reunião ministerial em Baku, no começo do mês, semana passada – não é, Liliam? –, para tratar disso e terminou em impasse, porque os países não conseguem se pôr de acordo com relação ao *quantum*, a quanto dinheiro precisa entrar na nova meta quantificada.

Um outro conflito, que também diz respeito à diferenciação entre os países, e dessa vez é uma demanda que vem dos países ricos para os países em desenvolvimento, é a chamada base de doadores. Hoje em dia, entende-se financiamento climático, segundo o Artigo 9º do Acordo de Paris, como algo que precisa fluir dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, de acordo com os princípios da equidade e das responsabilidades... CBDR. Meu Deus, é muita sigla!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDIO ANGELO – Das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Obrigado.

E os países ricos não aceitam essa diferenciação. Eles acham – e não dá para tirar completamente a razão deles, mas é sempre mais complicado do que isso – que o mundo não é mais o mesmo de 1990, quando a convenção foi assinada. Você tem países, como a Coreia do Sul, que é um dos países mais desenvolvidos do mundo, que, de acordo com a Convenção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clima, é um país em desenvolvimento. Emirados Árabes – não sei quem esteve em Dubai aqui –, eu resisto muito a chamar aquilo de país em desenvolvimento.

Então, os países ricos querem que esses países, pelo menos esses países mais ricos do mundo em desenvolvimento, conforme a definição de 1992, botem dinheiro na mesa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIO ANGELO – E os países em desenvolvimento, com bastante grau de justiça, falam assim: "Poxa, vocês causaram o problema, vocês não deram o dinheiro, vocês não cortaram emissões, agora querem que a gente entre no 'rachucho' para providenciar as finanças para os países mais pobres? Não, não vamos fazer". Especialmente China e países árabes são muito resistentes a esse negócio. Então, a gente tem esses dois grandes pontos de polarização.

O dinheiro precisa ser provido, e a palavra provido aqui é muito importante, porque os países ricos falam de mobilização de finanças, e mobilização envolve capital privado, empréstimo e tudo mais que eles querem tentar botar na conta para inflar esse *quantum*. E o Brasil tem tido uma atitude muito correta na negociação, até aqui, de falar: "Olhe, a gente quer que isso seja discutido debaixo do Artigo 9º". E o Artigo 9º fala mais ou menos claramente que o dinheiro tem que ser provisão; portanto, financiamento público em forma de doações ou altamente concessivo, que é com juros mais baixos, dos países ricos para os países em desenvolvimento; e, por outro lado, os países ricos polarizam a discussão, dizendo: "Já que é assim, vamos aumentar a base de doadores".

Acho que esses são os dois conflitos essenciais que vão marcar a Conferência de Baku, além dos conflitos literais que a gente está vendo mundo afora, e por essas e outras eu não compartilho o otimismo da Liliam sobre a COP acabar no dia 21.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIO ANGELO – Eu acho que ela vai entrar pelo fim de semana, e é muito difícil prever neste momento o que vai sair daí. A gente espera que a NCQG seja aprovada, porque o que não for aprovado em Baku, no mês que vem, tende a cair no colo do Brasil no ano que vem.

Muito rapidamente, sobre o Brasil, a expectativa da sociedade civil é que o país apresente, segundo o discurso do próprio Presidente da República, até o final deste ano, a sua NDC, a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meta de redução de emissões. O Observatório do Clima tem uma proposta de NDC para o Brasil de um corte de 92% das emissões, chegando a 200 milhões de toneladas de CO_2 equivalente líquidas em 2035, que é o prazo para essas novas metas. A gente espera que a NCQG seja a mais ambiciosa possível, sem ter a ilusão de que o Governo vai fazer o que a gente fez, de propor uma NDC de 200 milhões de toneladas.

Mais uma coisa para mencionar muito rapidamente é que o Brasil também faz parte de uma *troika* de presidências de COPs; as presidências das COPs 28, 29 e 30 estão unidas em um grupo político para tentar aumentar a ambição das metas que os países vão colocar na mesa até fevereiro do ano que vem. A gente espera que o trabalho da *troika* seja muito bem-sucedido, mas teme que a recepção não esteja sendo tão boa assim a essa sugestão, porque tem países querendo dar para trás até no que foi acordado no ano passado, em Dubai, na linguagem sobre reduzir gradualmente o uso de combustíveis fósseis, por exemplo.

Então, a gente teme que os países estejam reconhecendo, da boca para fora, a emergência climática, dizendo que vão fazer muita coisa a respeito, mas que, na hora do vamos ver, que é na hora de botar as metas na mesa e na hora de botar o dinheiro na mesa, os países mais uma vez deem para trás e sejam menos ambiciosos do que deveriam.

Fico por aqui; passei do tempo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Imagine, Claudio. Muito obrigada pela sua participação conosco aqui nesta manhã.

Eu vou passar a palavra agora para o Nelson Ananias, representante da CNA.

Seja muito bem-vindo, Nelson!

O SR. NELSON ANANIAS FILHO (Para expor.) – Olá! Bom dia a todos!

Senadora Leila, muito obrigado. Na sua pessoa, cumprimento aos demais Parlamentares que nos acompanham.

Ministra Liliam, na sua pessoa, cumprimento os demais integrantes aqui da mesa, que vão apresentar hoje suas visões a respeito da COP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante esta nossa participação aqui trazendo as visões que o setor agropecuário tem de expectativa para essas negociações dessa COP 29. Nós temos aí um momento bastante importante não só para o Brasil, mas para o mundo, com a COP que virá, que ocorrerá no Brasil, a COP 30, em 2025. E o setor entende que a COP 29 é a COP que vai pavimentar a nossa ambição para aquilo que a gente vai querer propor e que os demais países irão propor no momento da COP 29, quando nós teremos que apresentar as novas NDCs, os novos compromissos e metas de cada uma das partes. É nessa COP que a gente vai ter os meios necessários para entender, propor e calcular essa ambição. O próprio Acordo do Clima prevê que as propostas, que as NDCs partam de uma ambição cada vez maior, que, cada vez que você submeta uma meta, uma NDC, essa NDC seja cada vez mais ambiciosa. E os instrumentos para que a gente consiga avançar nesta ambição já estão sendo pavimentados aqui nesta COP 29. (*Pausa.*)

Primeiro, a importância do agro. No nosso setor, trago aqui para aqueles que eu represento, pela Confederação da Agricultura, o papel e a importância do setor agropecuário dentro das negociações da COP, dentro do peso que tem no cumprimento e no alcance das metas das NDCs brasileiras, tanto essas que estão em vigor agora – nós temos aí metas para serem cumpridas em 2025, 2030 e, depois, 2050 – e, principalmente, aquelas propostas que virão a partir de 2031, de médio e longo prazo.

Então, hoje, entre as metas, dentro de um planejamento de cumprimento das NDCs e daquilo que foi acordado e foi submetido à Secretaria da UNFCCC, o agro tem um grande potencial, tem um papel bastante importante no alcance dessas reduções. Só para se ter uma medida da importância daquilo que o setor agropecuário tem em metas em âmbito global, de alcançar aquilo que as NDCs dos países somados propõem, dos cento e oitenta e tantos países que submeteram suas NDCs, 141 tiveram propostas dentro do agro, propostas do setor agropecuário como medidas para o alcance dessas NDCs.

Além disso, a questão dos sistemas agroalimentares vem criando, vem recebendo uma importância cada vez mais destacada em todos os resultados da COP. Então, hoje sistemas agroalimentares fazem parte da discussão. Existe esse entendimento de que o alcance da redução das emissões não pode ser feito a qualquer custo, a gente tem outros componentes que são tão importantes quanto reduzir as emissões, como garantia de segurança alimentar, garantia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança energética. Tudo isso ele traz e tem no agro uma ação que consegue conciliar segurança alimentar, segurança ambiental e segurança energética, além do alcance, não só dessas metas dos ODS, mas também ações que produzam e que tragam uma colaboração, um ganho colaborativo entre ações de redução e alcance das NDCs e as outras metas e os outros compromissos que existem, que já têm o Brasil como signatário, como os compromissos de cumprir os ODS.

E, para que isso aconteça, a gente, dentro da CNA, fez um evento uns 15 dias atrás, no qual a gente explicita e recomenda aos negociadores brasileiros alguns pontos que são bastante importantes para o agro brasileiro, para que a gente consiga transformar esse potencial que nós já temos e já fazemos dentro do setor como um diferencial competitivo e que esse potencial possa ser traduzido em reconhecimento dessas ações, valoração dessas ações e, lá para o final, talvez até um pagamento, uma ação, um mercado de carbono, algum instrumento que faça, reconheça e remunere essas ações.

E para nós é bastante importante por quê? Porque o Brasil, como setor produtivo dentro das NDCs brasileiras, já vem trabalhando e cumprindo a redução das emissões de gases de efeito estufa e não se compromete, nas próximas NDCs, a fazer aquilo como outras partes, começar a redução a partir de 2050, propor investimentos de ações que, a partir da próxima NDC, possam ser valoradas. Não, o agro brasileiro já contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa há pelo menos 12 anos, com uma agricultura tropicalizada de baixa emissão de carbono, que reconhece, que traz uma redução e que, se definitivamente ou regularmente reconhecida e valorada, pode sim contribuir bastante no alcance das metas que virão a partir de 2031, uma vez que nós estamos de acordo que iremos zerar o desmatamento ilegal até 2030, a partir do qual nós vamos ter que atacar e vamos ter que trabalhar dentro do setor produtivo. E o setor agro brasileiro está pronto para mitigar e adaptar todos esses efeitos.

Foi reconhecido nas últimas COPs que, a partir da COP 27, lá no Egito ainda, o trabalho conjunto de Koronívia passa a se chamar trabalho conjunto de Sharm el-Sheikh, que reconhece essas ações da agricultura tropical como um grande instrumento para o alcance das NDCs. Para isso, esta COP 29, que está no segundo ano de mandato desse trabalho conjunto de Sharm el-Sheikh, reconhece o setor agropecuário como parte da solução das mudanças globais. Mas, para isso, a gente precisa que as ações, as negociações e os instrumentos que estão sendo trabalhados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta COP 29 possam ser efetivamente implantados, para que a gente consiga valorar todas essas ações.

Para isso, a gente entende que, na negociação do Baku, esse plano de trabalho de Sharm el-Sheikh deve ser trabalhado e aprovado para que a gente tenha um portal *online*, *workshops e* relatórios, ou seja, vamos produzir, incentivar, financiar e depois relatar essas ações do setor de agropecuária – não estou falando só do Brasil, mas do mundo como um todo – para que possam ser valoradas. E isso é muito importante não só para o Brasil, mas para o agro inteiro. Por quê? Porque, quando a gente começa a trabalhar as ações... E, como foi bem dito aqui, só a mitigação não vai resolver o problema do aquecimento global, nós precisamos avançar para uma ação de adaptação para que a gente minimize depois o custo de perdas e danos. Essa adaptação já está no DNA do agricultor brasileiro, quando ele transforma uma agricultura em uma agricultura extremamente adaptada às questões tropicais.

Então, a gente pode exportar através do Sharm El-Sheikh, captar recursos, exportar tecnologia de uma agricultura tropical que não só garante a segurança alimentar, mas também faz isso de uma forma cada vez mais eficiente, fixando carbono no solo, nas florestas e na pastagem até, em proteína animal. Além disso, na questão da agricultura dentro do Acordo do Clima, há a questão de conexão de projetos submetidos pelas partes ao financiamento climático. Então, financiar também é bastante importante. Não vou me deter nisso, porque já foi bem falado aqui.

Também nos preocupa e temos que acompanhar durante esta COP os compromissos de declaração de alto nível. A gente tem visto, nos últimos anos, um desdobramento de acordos que não fazem parte diretamente do Acordo de Paris, são os acordos não negociados. Entre eles, a gente ressalta a iniciativa de Harmonyia, que foi agora assinada entre a FAO e a COP 29, que poderá trazer ações sobre sistemas agroalimentares que poderão trazer compromissos para o Brasil na COP 30, além de cumprir e desdobrar as declarações já aprovadas, como a questão do Acordo Global do Metano, do Acordo de Florestas, que, para nós, precisam ser trabalhados para que sejam transformados de potencial a efetiva adicionalidade àquilo que já se faz no Brasil através do uso do campo, do cumprimento do Código Florestal e da agricultura ABC, não se esquecendo de tomar cuidado com as novas declarações, que sempre vêm atreladas a todas as COPs, o que gera, como eu falo, outras obrigações ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a questão do financiamento também. O financiamento climático é importante para todas as ações, para alavancar os meios de implementação das ações do Acordo de Paris, tanto em mitigação, quanto em adaptação, perdas e danos e todas as outras. Então, também reforço aqui o que foi bem falado, que o recurso tem que ser provido pelos países desenvolvidos, baseado no Artigo 9º – responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Novas fontes de financiamento precisam ser alcançadas. Esses financiamentos devem ter submetas para que eles não sejam destinados a só um segmento – então: mitigação, adaptação, perdas e danos, transferência de tecnologia – para que ele financie essa transparência, para que a gente... A gente vai ter os relatórios bianuais agora; então, a gente precisa ter a confiabilidade nesses relatórios bianuais e para isso o financiamento é bastante importante.

Na adaptação, eu também gostaria de deixar... Além de aprimorar a capacidade de adaptação, a meta global busca fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade, mas para isso a gente precisa de que, lá durante as negociações, os indicadores de adaptação sejam definidos. A gente tem os indicadores de mitigação, os da adaptação ainda estão em processo de formulação.

E essa adaptação, como a agricultura brasileira é um exemplo de adaptação mundial, precisa ter indicadores que sejam coerentes com aquilo que já se faz no Brasil; a gente precisa de tecnologias e práticas produtivas para promover essa adaptação; elas precisam entender esses contextos naturais, ou seja, esses critérios precisam garantir as necessidades e o reconhecimento das ações do Brasil; além de uma lista de indicadores que sejam plenamente aplicáveis e mensuráveis, porque, senão, não adianta fazer tudo isso.

Transparência e metodologia. Mais uma vez, o financiamento entra como uma forma de alavancar nos meios de implementação as formas de dar transparência. Como eu falei, não adianta fazer e não conseguir comprovar. Então, a gente faz tudo isso; se a gente não tiver os instrumentos para que isso seja contabilizado, entre no mercado de carbono, entre nos relatórios bianuais, seja garantido no próprio Global Stocktake para que seja a base para as novas NDCs... A gente precisa que essa mensuração do setor agropecuário seja tropicalizada, seja trazida aqui para o Brasil; a gente precisa de ações de mitigação no curto prazo; métricas e práticas da adaptação para a realidade tropical; monitoramento, reporte e verificação como comprovação; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento e apoio técnico. Ou seja, a transparência exige uma tropicalização, principalmente para a questão do agro, porque nós temos um sistema produtivo que é necessariamente brasileiro, que pode ser transferido para outros países, que tem uma capacidade de adotar uma agricultura tropical e todas as outras ações que lhe são atreladas, de segurança alimentar, segurança energética, mas para isso nós precisamos que essa transparência seja bastante clara, definida e financiada para que a gente consiga alcançar as suas ações.

Mercado de carbono. Transferências internacionais. A gente entende que os acordos cooperativos vão ser o principal instrumento, no curto prazo, do mercado de carbono, principalmente em agropecuária e bioenergia. Integração dos mercados: a gente vai precisar que haja mercado consumidor para esse ativo de carbono que nós temos em florestas, em agricultura ABC, em outros ativos que a gente tem. Acordos bilaterais e multilaterais: a gente entende que serão feitos, e é isso que está sendo negociado agora. Esqueceu-se um pouquinho a questão do mercado global, exatamente pela falta de consenso, mas as regras de acordos bilaterais e multilaterais, através dos acordos cooperativos, deverão estar em pauta para essas regras, ou seja, a gente não precisa vender para todo mundo, mas, se a gente tiver um parceiro, uma outra parte que queira se beneficiar desse ativo ambiental de ABC e de floresta, isso precisa estar bem regulado, e isso vai ser um tema aí da nossa COP. E escopo e definição dos Itmos, ou seja, das transferências internacionais.

Já estou indo para o final. Desculpa me alongar.

Há a questão do Artigo 6.4, que traz as regras para que o setor privado, ou seja, um ente privado possa trabalhar nas regras do mercado de carbono.

A questão da transição justa também tem que estar em pauta. Nisso eu acho que não vou me aprofundar pelo tempo, mas também há a questão do Programa de Trabalho sobre Transição Justa, que foi aprovado na COP 27. Ele precisa ser traduzido, trazido para que a gente consiga alcançar isso que foi falado aqui, ou seja, que os países em desenvolvimento alcancem o mesmo desenvolvimento sem ter barreiras ambientais para que alcancem isso, ou que se desenvolvam baseados em ações de energia de combustíveis fósseis.

E, por último, só algumas recomendações que a gente entende... já é o último eslaide. Essa COP 30, o caminho... Baku agora é, como eu falei no começo, o caminho para a COP 30. Se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente não preparar este caminho, esses instrumentos, para que a gente tenha uma visão clara da ambição que a gente quer para as novas NDCs e para tudo aquilo que é necessário e que será necessário fazer aqui no Brasil, a gente vai frustrar a ambição, os instrumentos e a vontade de resolver essas ações.

Então, a gente precisa que a NDC reconheça isso, que traga esse reconhecimento de todas as partes, que o Brasil seja um exemplo de transição energética, que o combate ao desmatamento ilegal seja efetivo e traga ao cabo a redução e zere o desmatamento até 2030, e a gente precisa consolidar as práticas sustentáveis nesse cenário internacional.

Por último, só quero deixar aqui que todo esse posicionamento nós temos publicado – só falta o último eslaide –, nesse QR *code* vocês podem acessar tudo isso que eu falei aqui mais detalhadamente e de forma menos corrida. Peço desculpa também pelo atropelo aqui das ações, mas a ideia era... todos esses pontos estão bem explicados nesse documento, que é esse documento aqui, que eu já deixo até, Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. NELSON ANANIAS FILHO – ... em suas mãos, com todos esses posicionamentos.

Ficamos à disposição. Entendemos e trazemos que o agro tem muito a colaborar, não só com o alcance das NDCs, que estão em vigor e precisam ser cumpridas até 2030, mas principalmente daquelas que virão a partir de 2031.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Nelson Ananias, que é Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Nós temos aqui presente o Senador e Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fabiano Contarato. Quero saber se gostaria de fazer o uso da palavra.

Antes disso, Senador, rapidinho, eu gostaria de desfazer esta primeira mesa aqui, já agradecendo à nossa Ministra e Embaixadora Liliam de Moura, que é Diretora do Departamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Clima do Ministério das Relações Exteriores; à Juliana Borges Falcão, Gerente de Clima e Energia da Confederação Nacional da Indústria (CNI); ao Rafael Dubeux, que é Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda; e, também, ao... perdão. Claudio – perdão, Claudio –, Claudio Angelo, Coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima, assim como o Nelson Ananias, como eu falei, Coordenador de Sustentabilidade da Confederação nacional da Agricultura e Pecuária.

Quero agradecer a exposição, aqui, dos cinco, que foi muito didática, muito esclarecedora.

E fica uma pergunta, antes de eu passar para o Senador Fabiano, porque vejo que todos estão bem organizados, preparados para a COP, mas a expectativa é: qual será a estratégia de garantia desse financiamento, o tão esperado financiamento internacional para essas mudanças do clima?

Eu quero agradecer a vocês. Vou dar a palavra depois, nos "finalmentes", até porque nós temos perguntas dos nossos internautas, que também casam com essa minha expectativa e esse meu questionamento a todos vocês.

Já convido a segunda mesa e passo a palavra para o Senador Fabiano Contarato. Eu convido para compor a segunda mesa: Hugo do Valle Mendes, Chefe Substituto da Assessoria Extraordinária para a COP 30, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; João Francisco Paiva, Diretor do Departamento de Descarbonização e Finanças Verdes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Mdic; e Jorge Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Senador Fabiano Contarato, bom dia.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Bom dia,

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Bom tê-lo conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Bom dia, Senadora Leila, a quem eu admiro e sempre faço questão de fazer esse reforço positivo, Senadora.

E parabenizo V. Exa. pela condução desta tão importante Comissão de Meio Ambiente. Eu acho que nós, Senadores e Senadoras, tínhamos que fazer uma reflexão sobre o nosso comportamento nesta Comissão. Eu lembro que, quando nos dois primeiros anos do meu mandato, eu presidi, o que muito me orgulhou, esta Comissão de Meio Ambiente. E infelizmente eu não via e não vejo a participação efetiva dos membros desta Comissão.

Nós temos que entender que o meio ambiente é um direito humano essencial. O meio ambiente é um direito constitucional. Isso, não sou eu que estou dizendo; isso está no art. 223, quando taxativamente o Legislador Constituinte diz que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

E nós tivemos aí um ataque sistematizado à pauta ambiental, que vai repercutir no mundo e inclusive na população brasileira, diretamente. Então, quando você acaba com o Departamento de Educação Ambiental, quando você acaba com o Plano de Combate ao Desmatamento, quando você acaba com vários mecanismos de proteção a essa pauta ambiental, quem vai sofrer é a população como um todo, impactando inclusive a economia. Daí a reflexão, nesta COP 29, e eu tenho muito orgulho de, sempre que posso, participar.

Mais uma vez, quero parabenizar a V. Exa., que sempre com muita altivez, muita serenidade, muito equilíbrio para pautar matérias que, às vezes, estão num momento sensível, mas eu quero aqui ressaltar e afirmar o meu comprometimento com essa pauta, que, para mim, é uma das razões da minha mola propulsora para estar no mandato, porque quando eu protejo o meio ambiente, eu estou protegendo toda a biodiversidade brasileira.

É essa a reflexão que nós temos que ver. Nós não podemos admitir a proliferação de agrotóxicos sem uma análise muito mais adequada; nós não podemos admitir a redução de membros do Conama; nós não podemos criminalizar funcionários do Ibama e do ICMBio, que estão lá, pagando com a vida, a exemplo do que aconteceu com o Bruno e com o Dom Phillips, ou seja, armar grileiro e incentivar a usurpação de terra pública e desarmar aqueles que estão pautando, utilizando a vida para proteger uma pauta ambiental, isso foge à razoabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu inclusive estou vindo lá da Comissão de Constituição e Justiça, consegui colocar em pauta aquele projeto que nós passamos aqui, para conceder porte de arma para funcionários do Ibama, ICMBio e Funai, que estão lá na Amazônia, e que infelizmente foi colocado em pauta, mas foi pedida vista. Agora, nós não podemos subverter essa ordem.

Então eu quero parabenizar todas as pessoas que participam e que vão participar desta audiência, da COP, efetivamente colocando o nosso mandato à disposição. E eu não poderia deixar de passar aqui e registrar o meu amor, a minha empatia com todos vocês que fazem dar vida, vez e voz a essa garantia constitucional, porque o meio ambiente é um direito de todos, mas é dever do Estado. E todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu que agradeço a participação, Senador. Sei que o senhor está correndo aí, mas é sempre bom ouvi-lo, viu?

E é fundamental a importância dessa questão, do projeto que tanto você defende aqui na Casa, com relação aos nossos servidores do ICMBio e do Ibama. Parabéns pela luta.

Tem algumas perguntas do e-Cidadania, antes de passar para os nossos expositores, já para deixar no radar da fala de vocês, caso achem necessário fazer essas respostas, dar essas respostas.

Vou ler pelo menos umas duas aqui. Está bombando. Já vou dizer para vocês que está bombando, então vou pedir para o pessoal dar uma segurada.

Bom, Fabrício, do Rio de Janeiro: "Quais estratégias o Brasil planeja adotar na COP 29 para garantir financiamento internacional eficaz no combate às mudanças climáticas?".

Iasmin, de Rondônia: "Como o Brasil [...] [poderá] negociar na COP 29 condições favoráveis de financiamento que alinhem interesses ambientais e econômicos?".

Cláudio, de São Paulo: "Quais medidas [...] [podem] ser tomadas para garantir que os países poluidores participem efetivamente do financiamento da mitigação dos danos?".

Jonathas, do Paraná: "Como o Brasil alinhará financiamento climático internacional e desenvolvimento sustentável sem comprometer o agronegócio e a indústria?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mônica, de Santa Catarina: "Quais são as principais barreiras que o Brasil enfrenta para cumprir suas metas climáticas e como o Governo planeja superá-las?".

Leonardo, do Rio Grande do Sul: "O Brasil pretende assumir um papel ativo no controle dos crimes ambientais e na priorização da agroecologia como forma de produção no país?".

Izabela, de Pernambuco: "A sustentabilidade é uma indústria lucrativa. O que podemos esperar em relação ao desenvolvimento desse setor no Brasil?".

Márcio, de Minas Gerais: "Quais ações o Brasil está implementando para cumprir suas metas do Acordo de Paris, e como o Governo avalia seu progresso até o momento?". Algumas perguntas já foram respondidas, inclusive essa aqui, pelo Secretário-Executivo Rafael Dubeux e outros expositores.

Mas temos perguntas interessantes: são 401 perguntas. É óbvio que nós não vamos... Mas já agradecemos a participação. Vejam bem como a sociedade civil já está começando a entender a importância desta pauta para as futuras gerações. Eu fico muito feliz com a participação de todos que estão nos acompanhando nesta audiência pública.

Bom, eu já vou passar a palavra para os nossos expositores, porque, ao final, eu vou dar as considerações finais àqueles que estiverem aqui – eu acho que também é importante.

Então, eu vou passar a palavra agora para o Sr. Jorge Caetano Junior, que é o Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Seja bem-vindo, Jorge.

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Não sei se... Está bem o som, não é?

Muito obrigado. Eu agradeço o convite formulado. Parabenizo-a pela iniciativa e parabenizo também os que me antecederam. Agradeço, porque muito do que eu ia expor eu vou ter que cortar agora, porque já foi colocado por eles, até muito bem. Então, eu tive que adequar aqui a minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos que estão presentes. É um prazer.

A agropecuária brasileira, Senadora, iniciou, de modo efetivo, em 2010, uma trajetória de enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas – ou mudanças do clima, melhor dizendo –, principalmente pela implementação exitosa do Plano Agricultura de Baixo Carbono, o ABC, como o conhecemos, que vigorou até 2020, e foi sucedido pelo ABC+, de 2020 até 2030, que está em vigor ainda agora.

Esse plano foi fruto de uma congregação de esforços, de seleção, incentivo ao uso, monitoramento de técnicas e tecnologias, de práticas e ações voltadas ao incremento da produção e da produtividade, tanto agrícola quanto pecuária. E, concomitantemente, esse plano reduziu emissões de gases de efeito estufa e promoveu a adaptação da agropecuária às mudanças do clima.

Ao longo de 14 anos de existência – nós já temos 14 anos do ABC – foram colhidos resultados importantes: um sólido lastro técnico-científico, construído com o imprescindível apoio da Embrapa, dos colegas da Embrapa, e de outras importantes instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação nacionais. Tais resultados permitiram o aprimoramento do próprio plano, na sua segunda versão, a partir de 2020, e a incorporação de novos sistemas, tecnologias, produtos e processos.

Nesse contexto, cabe destacar, Nelson, o amplo engajamento dos produtores rurais brasileiros às práticas do ABC. Sem esse engajamento, os resultados obtidos não teriam sido tão significativos.

Em Baku, durante a COP 29, a atenção do setor agropecuário, particularmente do MAPA, estará concentrada nas negociações multilaterais, com destaque para o Grupo de Trabalho Sharm El-Sheikh, que já foi mencionado aqui pelos que me antecederam, para o novo objetivo coletivo qualificado de financiamento climático, para o objetivo global de adaptação também e para o compromisso global de metano. Depois eu vou falar um pouquinho mais sobre o compromisso global de metano, porque os outros já foram bem explorados pelos expositores que me antecederam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Grupo de Trabalho Sharm El-Sheikh, eu gostaria de mencionar, de frisar: o financiamento de perdas e danos, já mencionado pela Ministra Liliam também; acordos que promovam a efetiva implementação dos compromissos estabelecidos nas COPs anteriores para que os recursos prometidos sejam efetivamente disponibilizados, a contento e de forma oportuna; a ampliação da resiliência agropecuária por meio de incentivos a práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis, especialmente em países vulneráveis.

Nesse sentido, o Brasil teria muito a compartilhar com esses mesmos países, com as experiências acumuladas, como eu disse antes, na trajetória dos Planos ABC e ABC+.

Também cabe ressaltar a facilitação de acesso à tecnologia e à inovação. O público em geral, Senadora, pensa que a agricultura e a pecuária brasileiras são muito objeto das condições ambientais que nós temos e que são favoráveis, mas, na verdade, elas são um produto de produção intensiva de conhecimento e da congregação desse conhecimento à prática, através de políticas públicas e privadas.

Em relação ao novo objetivo coletivo quantificado em financiamento climático, que já foi mencionado pela Ministra, nós temos interesse particular no incentivo à mobilização de recursos públicos, abrangendo diferentes fontes de financiamento, na integração com as necessidades locais – isso também para nós é muito importante. Já em relação ao objetivo global de adaptação, no aumento da resiliência agrícola e pecuária, em medidas de acompanhamento para estabelecer indicadores e metodologias para medir o progresso em relação à adaptação e à eficácia das ações implementadas na agricultura e na pecuária, no financiamento e no apoio para garantir recursos financeiros aos países em desenvolvimento para a implantação de estratégias de adaptação a contento e na integração de políticas.

Já em relação ao compromisso global de metano, que eu mencionei anteriormente, cabe ressaltar o interesse do Brasil nesse tema. Nós temos um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. Em função disso – e o metano está muito relacionado à fermentação entérica de ruminantes –, o Brasil e países da nossa região – Uruguai, Argentina, Paraguai – têm interesse no tema também. Nós já estamos nos articulando com eles nesse sentido.

Uma das técnicas utilizadas pelo ABC é a terminação intensiva. Ela surgiu no ABC+, na segunda etapa do ABC. Essa terminação intensiva visa reduzir a idade ao abate, dos bovinos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particular. Essa redução faz com que haja uma menor eliminação, no processo produtivo, do metano, que, como sabemos, é um gás de efeito estufa muito importante, muito mais potente que o dióxido de carbono, mas com uma vida mais curta na atmosfera, também produzindo efeitos mais rápidos.

Dentro do Compromisso Global do Metano, o apoio técnico e o financeiro são importantes; promoção da transparência; integração com outros compromissos também em concomitância; financiamento para inovações nessa área, muito importante para nós; acesso ao conhecimento e a tecnologias já existentes; integração com práticas de agricultura de baixo carbono alinhadas às iniciativas existentes no Brasil, como eu mencionei, o Programa ABC, promovendo uma abordagem integrada para a sustentabilidade; fornecimento de redes de cooperação; e desenvolvimento de políticas públicas específicas para essa matéria.

Há também interesse, Senadora, em atividades paralelas desenvolvidas quando da COP. Eu gostaria de ressaltar – o Nelson já mencionou isso anteriormente – a Iniciativa Harmoniya, também do interesse do Mapa, capitaneada pela FAO; e a Iniciativa Fast (Alimentos e Agricultura para a Transformação Sustentável), também capitaneada pela FAO. Particularmente, nessa iniciativa, a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, a integração de políticas agrícolas e alimentares, a facilitação do acesso a tecnologias inovadoras, o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e o fortalecimento da capacitação de agricultores e comunidades rurais para implementar as práticas sustentáveis e resilientes. Financiamentos e investimentos também são necessários para apoiar essa transformação.

Existem iniciativas de financiamento climático também que podem servir aos interesses da agropecuária, tais como o Fundo Verde para o Clima, o Fundo Global para o Meio Ambiente, a Iniciativa de Agricultura Sustentável da FAO e o Fundo de Adaptação.

Eu fico à disposição para responder aos questionamentos. Tentei ser rápido, valendo-me dos que me antecederam.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Muito obrigada, Jorge Caetano Junior, que é Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável, do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Vou passar a palavra, agora, para o João Francisco Paiva, Diretor do Departamento de Descarbonização e Finanças Verdes, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Seja muito bem-vindo, João.

O SR. JOÃO FRANCISCO PAIVA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Queria cumprimentar os colegas expositores aqui e agradecer à Senadora pelo convite.

Estou representando aqui o Secretário Rodrigo Rollemberg, que lhe mandou calorosos cumprimentos. Sei que vocês têm...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O eterno "gov", Governador. (*Risos.*)

Obrigada, obrigada.

O SR. JOÃO FRANCISCO PAIVA (Para expor.) – Exatamente.

Eu sei que vocês têm uma parceria de longa data.

Eu queria começar dizendo que o Brasil, quando a gente fala em transição energética, já está numa posição muito privilegiada em relação ao restante do mundo. A gente começou com políticas que tinham um impacto ambiental positivo nas décadas de 70, 80, muito antes dessa pauta virar moda, com a construção de hidrelétricas, com o Programa Proálcool, o que faz com que, hoje em dia, a gente tenha a nossa matriz elétrica 90% limpa, a nossa matriz energética com mais ou menos 50% de renováveis, enquanto, nos países da OCDE, esses números são 32% e 13%, mais ou menos. Então, quando a gente fala de transição energética, quando a gente roda o mundo ouvindo o que os países estão desenvolvendo, o sonho deles é chegar à posição onde o Brasil já está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós temos um outro grande vilão das nossas emissões: o desmatamento e a mudança no uso da terra, que correspondem a mais ou menos 50% das nossas emissões. Então, acho que, do ponto de vista de redução de emissões, é aí que a gente tem que focar os nossos esforços. E o Governo do Presidente Lula tem feito muito esforço nesse sentido, enfim, começando pela nomeação da Ministra Marina Silva, que é uma ativista climática respeitada mundialmente; a própria Secretaria de Economia Verde, onde eu trabalho com o Secretário Rollemberg, foi criada neste Governo dentro do Ministério da Indústria. Nós trabalhamos... Você vê aqui quantos ministérios representados – o MRE, o Mapa, o MME, principalmente dentro da Secretaria do Thiago Barral; o Rafael Dubeux, na Fazenda, tem nos ajudado muito –, ou seja, há um trabalho muito coordenado que este Governo tem feito. Herdou-se uma subida nos números do desmatamento da gestão anterior – o Presidente Lula, nos seus primeiros dois mandados, reduziu em 70% o desmatamento; e agora o recebeu subindo. Então, a gente tem um esforço que deve ser focado na redução do desmatamento.

E, na parte das emissões da indústria, a gente tem que enxergar isso como uma oportunidade para que o Brasil possa se desenvolver economicamente. Como eu disse, a gente tem o privilégio de estar no lugar aonde a maioria dos países querem chegar.

Não posso deixar de citar também a parceria com o Congresso Nacional, dos projetos de lei que estão passando por aqui que endereçam isso – o Rafael Dubeux citou alguns deles. A senhora tem trabalhado incansavelmente com o mercado de créditos de carbono. A gente torce muito para que isso possa sair ainda este ano. Foi assinado o acordo da transformação ecológica entre os três Poderes lá no Palácio do Planalto. Então, tem havido um esforço brasileiro coordenado entre todos os ministérios, o Congresso Nacional, a sociedade civil. A gente está num caminho de conseguir endereçar isso, mas, como eu disse, a gente precisa focar a diminuição do desmatamento.

E, do ponto de vista da indústria, falando aqui como representante do Ministério da Indústria e Comércio, a gente tem que enxergar isso como uma oportunidade de desenvolver a nossa indústria, a nossa economia, ganhando mercado, ganhando competitividade. O mundo inteiro está olhando para isso. Não se fazem mais políticas industriais sem se pensar no impacto ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil, eu acho que, pensando especificamente no contexto da COP, o que a gente quer lá, com o Ministério da Indústria, mostrar para o mundo é que o Brasil tem inúmeras vantagens comparativas em relação ao resto do mundo. A gente tem abundância de água, sol, vento, biomassa, energia renovável a baixos preços. A gente tem todas as condições naturais que nos colocam como privilegiados perante o mundo. Mas nós também, além disso, queremos mostrar que a gente tem também uma indústria capaz de absorver uma demanda mundial por produtos verdes que é superdesenvolvida. Então, a gente tem a indústria de biocombustíveis mais avançada do mundo. A gente tem um sistema elétrico nacional totalmente interligado, com linhas de transmissão que cobrem todo o país – países desenvolvidos também sonham em ter uma rede de transmissão tão desenvolvida e segura quanto a nossa, que entrega energia renovável de forma segura e constante no país inteiro. A gente tem uma infraestrutura portuária que nos permite ter estrutura de exportação desses produtos para qualquer lugar do mundo. Temos as melhores universidades do Sul Global, que podem formar mão de obra superqualificada para atender a demandas dessa nova indústria que está surgindo por aí. Temos um sistema financeiro superdesenvolvido e seguro. O BNDES – não sei se a maioria das pessoas sabe – é o maior financiador de energias renováveis do mundo. Então, a gente tem muitas vantagens.

Outra questão que eu acho importante do Brasil e que a gente quer mostrar é... Principalmente a Europa sentiu na pele agora os riscos geopolíticos de você não ter uma segurança energética. Com a guerra na Ucrânia, o abastecimento de energia na Europa foi interrompido pela Rússia; os preços lá dispararam. Nesse sentido, geopoliticamente falando, o Brasil é uma democracia sólida, um país que tem ótimas relações diplomáticas com o mundo inteiro. Nesse contexto geopolítico, é importante que os países desenvolvidos diversifiquem as suas cadeias de suprimento, e o Brasil pode estar aqui para ser um parceiro estratégico para eles.

A transição energética e o combate à crise climática têm que ser projetos de longo prazo. Então, para isso, o Brasil tem que se colocar hoje... Esses projetos todos que estamos aprovando no Congresso e que estamos construindo no Governo vão começar a dar os frutos daqui a cinco, dez, quinze, vinte anos. A gente precisa pensar nisto: não é necessariamente no ano que vem. O próprio mercado de crédito de carbono, depois de aprovado aqui, vai demorar alguns anos para realmente estar implementado, estar de pé. Os europeus agora estão começando a rodar o deles, e também estão há anos trabalhando nisso. Então, a gente precisa ter essa visão de longo prazo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de atração desses investimentos de longo prazo, para que o Brasil possa se estabelecer como um parceiro do mundo, dos países desenvolvidos para que possam trazer as indústrias para cá.

A gente tem muita preocupação, no Mdic, no Governo como um todo, de não ser apenas um país que exporta as *commodities*, que exporta a energia, para depois importar os produtos acabados. Então, no próprio PL do hidrogênio, a gente criou mecanismos em que a gente faz um incentivo para que esse hidrogênio seja usado na indústria local, porque senão a gente subsidia o desenvolvimento de hidrogênio aqui; exporta o hidrogênio para a Europa; eles produzem o aço verde, ou qualquer que seja o produto; e a gente importa depois esse aço verde.

É fundamental que a gente tenha essa visão de atrair esses investimentos, atrair essas indústrias aqui para o Brasil.

Como eu estava falando aqui, além de a gente ter todos os recursos naturais, o privilégio de ter essa abundância de energia renovável, de biomassa, tem também infraestrutura. A gente tem universidades de ponta, a gente tem a capacidade de atrair essas indústrias para cá.

Num primeiro momento, o desenvolvimento da economia verde traz alguns aumentos de custo, porque essas tecnologias são novas, custam mais caro, então você precisa fazer a transição, e isso acaba gerando o que a gente chama de inflação verde. E o Brasil, nesse sentido, pode também ser um grande parceiro para os países envolvidos, porque aqui tudo é mais barato – a produção de energia renovável é mais barata, a gente consegue produzir o aço emitindo muito menos do que a média global, o alumínio... Em toda essa cadeia, a gente consegue absorver o impacto disso, gastando menos do que eles gastariam para produzir lá, porque eles não têm esses privilégios que nós temos.

Então, eu acho que é importante a gente, na COP – do ponto de vista da indústria, repito – , colocar essas vantagens do Brasil como atração de investimento, e não só... porque eu sinto que, muitas vezes, a gente vai para fora e as pessoas enxergam o Brasil na agenda verde como: "Ah, o Brasil é importante para preservar a Amazônia, para preservar florestas, uma questão ambiental...". Também, com certeza, sem dúvida; mas a gente também precisa desenvolver as nossas indústrias, a nossa economia e aproveitar que o mundo inteiro está olhando para essa agenda verde para conseguir fazer com que o mundo enxergue o Brasil como um parceiro de investimento mesmo. Se você é uma indústria alemã que precisa descarbonizar os seus processos, você pode olhar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil e: "Opa!". Principalmente, é fundamental que as indústrias energointensivas, como a gente chama, que demandam o uso de muita energia, encontrem meios de usar energia renovável – que é algo em que a gente é muito bom.

E eu acho que é importante a gente também dar umas cutucadas nos países desenvolvidos, digamos assim, porque muitas vezes a narrativa que vem de lá é baseada na realidade que eles têm, e eles tentam trazer isso para o resto do mundo. Então, por exemplo, a gente tem agora o Cbam europeu, que vai entrar em vigor, que é o imposto de carbono na fronteira deles. Eles não consideram o Escopo 2, por exemplo, que é o uso da energia... apenas a emissão dentro do processo industrial. Por quê? Porque lá eles usam carvão e gás para gerar energia. Aqui, a gente usa energia renovável. Como eu estava dizendo, 90% da nossa matriz elétrica é renovável. Então, por que os europeus não consideram o Escopo 2? Porque é mais vantajoso para eles. Precisamos brigar por isso.

Tem uma grande discussão também, principalmente entre os europeus, que eles chamam de *food versus fuel,* combustível contra alimento. Isso porque lá eles têm uma escassez de terras agricultu ráveis, o que acaba gerando uma competição: se você vai usar essas terras para produzir biocombustíveis ou alimento. Não é o nosso caso. Aqui nós temos vastas terras, em que a gente pode produzir tanto alimento quanto biocombustível sem ter essa canibalização, com os dois produzindo em harmonia. Tem até um estudo recente que saiu que mostra que, se a gente usar apenas 5% de nossas terras degradadas para produzir biocombustíveis, a gente pode dobrar a nossa produção de biocombustíveis.

Então, eu acho importante que a gente, nesses espaços internacionais, coloque o Brasil como um parceiro chave dos países desenvolvidos para a atração de investimento; não só como um país que preserva florestas e que tem a maior floresta tropical do mundo, etc., o que também é fundamental – como eu comecei na minha exposição, o desmatamento é o nosso maior vilão aqui –, mas que possa ser um país atrativo para investimentos. E precisamos também trazer à mesa essas diferenças que temos de visão e de condições em relação ao resto do mundo. Como eu estava dizendo, a descarbonização da economia mundial é um processo de longo prazo e precisa ser vista de forma global. Então, não necessariamente o que faz sentido para a Europa é o que faz sentido para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem 85%, se eu não me engano, dos nossos veículos leves flex. Então, por que a gente precisa, de repente, forçar toda a mão para uma eletrificação, sendo que a gente tem uma indústria de biocombustível pujante, a mais desenvolvida do mundo, com os veículos preparados para receber esses biocombustíveis? Claro que a eletrificação pode ser importante em alguns lugares também do Brasil, mas eu acho importante, nesses palcos mundiais, que a gente possa trazer a visão brasileira tanto de atração de investimento quanto para disputar essas narrativas, que muitas vezes são impostas pelos países do Norte Global, digamos assim, para nós, porque a gente também não pode aceitar isso como verdade absoluta. Precisamos colocar as potencialidades brasileiras, as características brasileiras como algo a ser discutido e desenvolvido nesses âmbitos globais, porque o que for decidido agora nessa regulação dessa agenda verde é o que vai perdurar pelas próximas décadas. Então, agora é o momento de a gente entrar nessa discussão.

Como foi falado aqui, a gente está com a Presidência do G20, vai ter a COP do ano que vem, vamos ter a Presidência dos Brics. A gente está num holofote muito propício para conseguir colocar essa agenda da forma como melhor se encaixa nos interesses do Brasil e do Sul Global. Então, o Brasil, como uma liderança, como uma das dez maiores economias do mundo, é um parceiro fundamental nessa agenda.

Eu acho que eu passei do meu tempo e paro por aqui.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Somos nós quem agradecemos, João.

E é isso aí. Eu acho que o Brasil tem que aproveitar, de fato, essa oportunidade na COP 29 para tratar das suas potencialidades, que, muitas vezes, são, digamos, excluídas ou, de certa forma, descartadas pelos países desenvolvidos, justamente porque é um país que tem uma potencialidade enorme para desenvolver nessa agenda verde.

Obrigada pela fala.

Eu vou passar a palavra, agora, ao Hugo Mendes, Chefe Substituto da Assessoria Extraordinária para a COP 30, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja muito bem-vindo, Hugo.

O SR. HUGO DO VALLE MENDES (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila.

Agradeço imensamente pelo convite ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para poder comparecer ao Senado Federal e discutir e trazer aportes para este debate sobre o enfrentamento da mudança do clima, que é, sem dúvida, o grande desafio da humanidade neste século.

Eu vou fazer a minha fala adicionando um outro aspecto que envolve a Conferência do Clima da ONU, mas já vou aproveitar para dialogar um pouquinho com algumas das colocações que já foram apresentadas e um pouco também com as perguntas que foram apresentadas.

Como já mencionou a Embaixadora Liliam, a COP nasce em 1992 e inicia o seu trabalho muito focado no processo formal de negociação. À medida que os anos foram passando, outras camadas e dimensões foram sendo adicionadas a esse processo. Então, além do processo formal de negociação, começa a surgir, por exemplo, a parte da agenda de ação, que é uma agenda em que a Presidência de turno – ou o país – tenta colocar tópicos que não estão na agenda de negociação, mas tópicos que, politicamente, poderiam agregar ou de interesse para serem debatidos em relação ao enfrentamento da mudança do clima. Esses países também passaram, nos últimos anos, a preparar e negociar declarações ao longo do ano, declarações essas não vinculantes, fora do processo formal de negociação, e apresentar essas declarações ao público e aos países durante a realização da COP, para que elas sejam assinadas e sejam mais um veículo que tente impulsionar esse processo.

Outra dimensão que também tomou um vulto muito grande nas COPs é o Global Climate Action, a Ação Global, que é a parte da participação da sociedade civil dentro do processo da COP, também como um *drive* que impulsiona o processo formal de negociação, justamente pelas críticas, pelas manifestações e por apresentar as questões difíceis de serem tratadas pelos países.

A Embaixadora mencionou também a Cúpula de Líderes, que se adicionou a esse processo, no início do processo, para acrescentar um tom político que os países vão perseguir durante o processo, naquelas duas semanas de negociação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, um outro em que eu vou me deter um pouquinho mais aqui agora que é a questão dos pavilhões.

Cada país tem desenvolvido seus próprios pavilhões dentro do espaço da Zona Azul. Não apenas países, também organismos multilaterais, bancos internacionais, e outras entidades promovem esses pavilhões. A colega da CNI mencionou também sobre a CNI colocando um pavilhão próprio na COP 27, no Egito.

O Brasil tem, historicamente, colocado um pavilhão à disposição da sociedade. E a forma que a gente aborda o pavilhão é justamente como um espaço para promover diálogo, concertação e debate entre as diferentes camadas, setores e segmentos do Brasil. Não é um espaço em que a gente seleciona debates de forma a trazer apenas uma visão. Muito pelo contrário, existe um comitê orientador técnico do pavilhão, muito amplo, que faz essa seleção de painéis.

Apenas para conhecimento, no ano passado, nós tínhamos dividido em quatro grandes segmentos, para apoiar o ministério nesse trabalho, que eram sociedade civil, setor privado, entes subnacionais e o Governo Federal, nesse processo de organização e seleção de propostas. Neste ano, esse comitê organizador se ampliou enormemente. Então, nós temos agora, dentro do setor privado, pequenas e médias empresas, trabalhadores e cooperativas, sociedade civil, movimento negro, estados, municípios, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e academia, todos representantes desses setores, integrando esse comitê técnico do pavilhão para justamente fazer esse processo de seleção de painéis para serem debatidos dentro do pavilhão.

Neste ano, a gente recebeu algo em torno de 480 propostas no pavilhão e teremos um auditório funcionando ao longo dos dias da convenção, num total de 60 eventos. Então, imaginem a dificuldade e o desafio que é fazer a seleção dessas propostas? Isso reflete sempre o interesse da sociedade. E é claro que a gente tenta promover o pavilhão de modo a dialogar, não apenas com o debate que existe internacionalmente, dentro do processo formal de negociação, mas também com o que acontece internamente no Brasil.

Neste ano, o pavilhão tem como mensagem básica os caminhos para a transformação ecológica, se alinhando exatamente aos eixos que foram apresentados no plano de transformação ecológica proposto pelo Ministério da Fazenda. Então, a gente está falando de debates que vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dialogar a partir dos eixos de finanças sustentáveis, adensamento tecnológico e setor produtivo, bioeconomia e sistemas alimentares, transição energética, economia circular e a nova indústria verde.

Então, este é o objetivo que a gente persegue com o pavilhão: colocar uma estrutura à disposição da sociedade brasileira, tentando sempre, ao máximo, interagir com o ambiente internacional, sempre buscando que tenham palestrantes internacionais também.

Só para deixar bastante prático: qual é a importância, a relevância do pavilhão? Além do espaço do auditório, é um espaço também, óbvio, de *networking*, em que os países, com reuniões bilaterais, ficam à disposição da sociedade para tentar justamente buscar novas parcerias, mas ele é um espaço em que novas ideias podem ser lançadas. É um espaço no qual a gente começa de um nível mais voltado não apenas a um grupo de países, mas principalmente à sociedade brasileira, em que novas soluções, novas propostas podem ser lançadas, e isso pode assumir uma rota crescente de exposição e chegar eventualmente até a influenciar de fato o processo formal de negociação.

Apenas como um exemplo bastante concreto, em uma das agendas da declaração – não é o pavilhão, especificamente –, ano passado, da Presidência emirática, que era a declaração sobre energia e transição energética, nascem todos os princípios e todos os objetivos sobre descarbonização de transição para longe dos combustíveis fósseis, triplicação de energias renováveis, duplicação de eficiência, etc. E, ao final do processo de negociação do Global Stocktake, que foi o principal item de resultado da COP do ano passado, essa declaração virou o §28 do Global Stocktake.

Então, a importância do pavilhão, como todas essas outras dimensões, é que depois elas acabam se conectando, criando possibilidades de conexão e de impulsionamento do processo de negociação. Então, o que antes era apenas o processo isolado de negociação, de forma isolada dentro da COP, começa a se conectar com esses outros processos, e isso pode gerar um resultado mais efetivo e mais robusto, em termos do que o processo de negociação pode entregar.

Eu gostaria aqui também de aproveitar e debater um pouquinho sobre algumas colocações e perguntas que já foram apresentadas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O processo da ciência – acho que o Claudio citou muito isso – é super-relevante. O Brasil se orienta historicamente, tendo a ciência como um princípio de compreensão do problema da mudança do clima e de enfrentamento. Isso é muito bom e desejável, claro; agora eu queria também fazer a seguinte reflexão: a complexidade dessa agenda é que, sempre que a gente abre um tema para debater, você começa a ver *nuances* ali dentro que precisam ser compreendidas.

O maior órgão científico sobre mudança do clima é o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima). Existem ciclos que o painel inicia que duram em torno de pelo menos cinco anos para a produção de cada novo relatório do IPCC.

O sexto relatório do IPCC foi apresentado e foi publicado em março do ano passado – o sexto relatório. Esse relatório contém mais de 8 mil páginas de sistematização de achados científicos. O IPCC não produz ciência, o IPCC sistematiza e avalia a ciência já produzida ao longo do período de preparação do relatório.

Então, a ciência que é informada no relatório, quando publicada, não reflete a ciência do momento em que ela é produzida. Como é um processo de cinco, seis, sete, oito anos, às vezes, até preparar o relatório, o que a gente tem como achado científico que foi publicado no ano passado está lastreado em ciência talvez de dez anos atrás.

Então, nós já estamos em um processo de urgência, em um processo de emergência e em um processo em que, a cada ano, a nossa janela temporal, para se chegar a resultados que precisam ser atingidos, vai sendo diminuída.

Outro aspecto que eu queria... E mais uma questão também é que predomina ainda dentro do IPCC a ciência global do norte.

Outro aspecto que também exemplifica isso foi justamente a eleição para Presidente do IPCC, em que o Brasil colocou como candidata brasileira a cientista Thelma Krug à presidência do órgão, e, ao final do processo, ainda assim, nós tivemos como desfecho da eleição a presidência de um representante britânico, igualmente qualificado, claro, mas algo que a gente tenta sempre buscar dentro do IPCC é a ampliação da participação da ciência e de representação do Sul Global dentro do IPCC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto que eu gostaria de relatar um pouquinho também, aproveitando a pergunta da Mônica, de Santa Catarina, falando das principais barreiras que o Brasil enfrenta para cumprir suas metas climáticas... Em vez de "barreiras", vou usar a palavra "desafios". O enfrentamento da mudança do clima, para facilitar a sistematização do pensamento, a gente divide, ao relatar as emissões no inventário, em cinco grandes setores. São eles: LULUCF, que é o setor de mudança do uso da terra e florestas, o setor de energia, agropecuária, gestão de resíduos e o setor de indústria.

No Brasil, atualmente, o setor de LULUCF, o setor de emissões, que é onde a gente tem o desmatamento, é, neste momento, ainda em relação aos dados mais atuais que nós temos, o principal setor. Ele corresponde a próximo de 50% das emissões. E, logo em seguida, a gente vem com outros dois setores com grande participação, que são o setor de energia e o setor da agropecuária.

Em relação ao ano passado, o Governo brasileiro conseguiu lograr um excelente resultado em termos de redução do desmatamento na Amazônia apontado pelo Deter, que é o sistema de desmatamento em tempo quase real, que apontou a redução de alertas de desmatamento de em torno de 50%. Então, isso já é o tipo de política pública sistematizada pelos planos de controle do desmatamento. Nós já temos o PPCDAm, revisado e aprovado no ano passado, publicado, o PPCerrado, e estamos já concluindo alguns demais biomas, que também virão a consulta pública muito em breve.

Então, o combate ao desmatamento é, sim, uma das principais formas de o Brasil reduzir emissões num curto prazo de tempo pelo fato de ser um tipo de política em que você, muito rapidamente, com ação de comando e controle, reduz as emissões.

Entretanto, as outras emissões dos outros setores passam por um processo de transição tecnológica que depende de diversos fatores que precisam estar dados para que aconteçam. E os resultados não são tão rápidos quanto a redução do desmatamento. Então, nós estamos falando de transição energética, nós estamos falando de tecnologias na agropecuária, nós temos as tecnologias do Plano ABC, que realmente entregam resultados. O primeiro ciclo do Plano ABC reduziu acho que algo em torno de 600 milhões de toneladas de emissão no primeiro ciclo de implementação. Então, o Brasil tem, de fato, soluções, mas é um ambiente extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexo que precisa estar alinhado, e esse é o motivo pelo qual o Congresso Nacional tem um papel super-relevante para permitir que não apenas instrumentos financeiros, mas outros aspectos de legislação – como já foi colocado o combustível do futuro, etc. – possam ser dados para que essas políticas públicas se desenvolvam.

O Ministério do Meio Ambiente coordena a elaboração do Plano Clima, que é um dos planos que interagem com as diversas políticas setoriais do Governo para implementar essa meta de redução de emissões de gás de efeito estufa, que é transmitida como a contribuição do Brasil às Nações Unidas, a NDC.

Nessa revisão do Plano Clima, nós temos uma estratégia de mitigação, uma estratégia de adaptação e algumas estratégias setoriais. Esse processo está sendo concluído e vai entrar em consulta pública muito em breve. Só para vocês terem ideia do nível de complexidade, apenas na estratégia de mitigação, foram levantadas em consultas com ministérios mais de 110 políticas públicas transversais que são já implementadas, que entregam resultados de mitigação, redução de emissão. Não estou falando ainda nem de adaptação, que é algo muito mais complexo. Adaptação – e eu já vou encaminhando para o final – se tornou para a sociedade brasileira um aspecto muito mais relevante em termos de lidar e de tornar palpável o debate da mudança do clima.

A Embaixadora Liliam mencionou a questão do aeroporto de Porto Alegre, que ficou mais de cinco meses fechado até a reabertura. Isso, para mim, é uma demonstração de uma frase que a gente tem buscado trabalhar muito para demonstrar essa complexidade do enfrentamento da mudança do clima: nós estamos falando de processos econômicos, processos sociais, mas a mudança do clima é o principal acelerador de pobreza do país. Quando você tem um evento climático extremo, como o que aconteceu no Rio Grande do Sul, em que pessoas são desalojadas, há não apenas o impacto social, com vidas perdidas, etc., mas o aspecto econômico também, o aeroporto ficar cinco meses fechado. Isso regride e muito todo um processo de transição tecnológica e de melhorias de infraestrutura, coesão social, tornando todo esse processo muito mais complexo.

Então, nós saímos, do ponto de vista agora de política pública, de uma estratégia nacional de adaptação, lançada em 2016, que era um único documento tentando sistematizar a visão sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adaptação para o Brasil inteiro, para agora termos uma estratégia nacional de adaptação e a previsão, em que os órgãos de Governo compreenderam a sensibilidade do tema, com mais 16 planos setoriais sobre a adaptação, que vão desde processos produtivos, como agricultura, biodiversidade, energia, transportes, mas vão para aspectos sociais também, como igualdade racial, comunidades tradicionais, populações indígenas, cidades, etc. Então, a adaptação tomou uma dimensão muito mais relevante do que era percebido dez anos atrás. É uma agenda em constante evolução, esses embates, todas essas nuances vão desde as negociações internacionais e aterrizam na realidade de cada país, com os desafios que eles têm que enfrentar, que são tremendos.

É isso, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Hugo, pela sua participação, nosso representante, Chefe Substituto da Assessoria Extraordinária para a COP 30 do Ministério do Meio Ambiente.

Bom, eu acho que as exposições nos deixam mais reflexivos ainda sobre o tamanho do desafio que temos pela frente. Eu vou continuar com as perguntas aqui e agradecer mais uma vez aos nossos expositores.

Eu vou dar três minutos de considerações finais para que cada um dos que ainda estão presentes aqui possam finalizar sua participação nesta brilhante audiência pública.

Vou citar aqui as perguntas da Ana, do Distrito Federal: "De que [forma] [...] o Brasil planeja aumentar seu financiamento internacional para iniciativa de sustentabilidade [à frente] às mudanças climáticas?"; do Marcelo, de Santa Catarina: "Como o Brasil alinhará seus compromissos na COP 29 com o Acordo de Paris, visando a cumprir as metas de redução de emissões de carbono?"; da Sirlene, de Minas Gerais: "A transposição de rios é uma solução controversa para o desenvolvimento sustentável. Por que [ainda é] [...] adotada e autorizada pelo [Ministério do Meio Ambiente]?"; da Mirian, de Minas Gerais: "Quais são as propostas para a diminuição do número de queimadas e que não se concentrem somente em medidas pós-ocorrência?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último comentário, porque nós temos inúmeros, da Beatriz, de São Paulo: "Atualmente as políticas públicas [voltadas para o meio ambiente] são extremamente tímidas [...], as empresas [localizadas] [...] no Brasil não desenvolvem ações em ESG [ambiental, social e governança]".

E, por fim, da assessoria aqui da Comissão. Sabemos, como todos muito bem pontuaram aqui, que o Brasil está à frente de muitas ações quando o quesito é sustentabilidade – não saiu: sustentabilidade. Temos uma matriz de energia elétrica majoritariamente limpa, estoques de energia de vegetação natural potenciais na produção e consumo de combustíveis mais sustentáveis, entre outras práticas. Entretanto, como foi dito até pelo Hugo aqui, ainda somos um país extremamente desigual e esses eventos extremos acentuam mais essas desigualdades. Ainda há milhões de brasileiros e brasileiras que estão em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, minha pergunta se dá no âmbito da transição, da transição justa: como os diferentes setores aqui representados pelos nossos expositores entendem esse desafio de elevar nossos indicadores sociais junto à agenda ambiental?

Eu vou passar a palavra para as considerações finais à nossa querida Embaixadora Liliam de Moura, que é Diretora do Departamento do Clima do Ministério das Relações Exteriores.

Com a palavra, a Embaixadora. Muito obrigada pela sua participação.

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora, pela oportunidade de participar desta audiência; é sempre um aprendizado.

Eu vou usar os meus três minutos, então, para responder algumas das perguntas que têm a ver com o aspecto da negociação internacional, porque muitas são dirigidas a temas da competência do Ministério do Meio Ambiente.

Eu começo com a do Fabricio, do Rio de Janeiro: que estratégias o Brasil teria para garantir o financiamento internacional? A estratégia é um verbo elevado ao cubo: negociar, negociar, negociar, porque são 198 países, são pelo menos uns 15 grupos negociadores diferentes e o Brasil participa de três. Nós somos membros do G77 + China, que é o grande grupo dos países em desenvolvimento nessas negociações; somos membros do grupo Sul, que é o nosso entorno regional – Argentina, Uruguai, Paraguai e foi acrescido agora recentemente o Equador –, então, é um grupo com fortes interesses na área agrícola, que tem sido determinante para conseguir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter o quesito de adaptação na agricultura como um ponto prioritário dessas negociações; e o Basic, que é o nosso grupo também para alguns assuntos sistêmicos dessa negociação, que é composto por Brasil, China, Índia, África do Sul.

Então, nós vamos negociar em todos os âmbitos – grupos técnicos, reuniões de alto nível, reunião ministerial – e estaremos nessa negociação com um objetivo de que saia essa decisão, de que haja um novo objetivo, um novo valor importante, significativo, que responda à emergência climática.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA – Agora, como Claudio Angelo explicou, é uma tensão. Os países que têm que pagar, que têm a obrigação de colocar os recursos, querem colocar o menos possível, e os que têm o direito de receber querem receber o maior valor possível. Então, a negociação será um jogo de força entre esses dois lados até se chegar a um montante realista – também não se quer colocar um montante irreal, que os países doadores não consigam colocar –, mas também um montante que seja superior aos 100 bilhões e que responda ao momento de urgência climática que afeta a totalidade do mundo.

A outra pergunta, do Jonathas, do Paraná, é sobre "como [...] [alinhar] financiamento climático [...] e desenvolvimento sustentável sem comprometer o agronegócio e a indústria". É muito importante ter claro que nessas negociações são definidas metas globais, mas, na hora de implementar, cada país tem que se voltar para a sua realidade e decidir sozinho, soberanamente, qual será a sua contribuição para essas metas globais. Então, não há nada nessas negociações que comprometam nenhum setor da economia brasileira. Muito pelo contrário, como falou o João Francisco, do Mdic, nós temos tantos ativos setoriais para oferecer que nós usamos os nossos exemplos de energia limpa, de matriz de energia limpa, a agricultura de baixo carbono; nós usamos isso como *benchmarks* nas negociações para mostrar que é possível se desenvolver com baixo impacto ambiental.

Fico por aqui para não extrapolar.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Somos nós que agradecemos a sua participação, Embaixadora, mais uma vez. Tenho certeza de que nós vamos poder sempre contar com a senhora aqui para tratarmos na Comissão sobre a pauta. Grata pela participação, e um abraço a todos do Ministério das Relações Exteriores.

Eu vou passar a palavra agora para o Claudio Angelo, que é o Coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima, por três minutos.

Claudio.

O SR. CLAUDIO ANGELO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Muito foi falado aqui – o Rafael tocou bastante nisso – das coisas que o Congresso já aprovou ou está em vias de aprovar e que nos ajudam a realizar as nossas metas de clima. Eu queria falar um pouco das coisas que o Congresso faz para atrapalhar.

Esta Casa é evidentemente essencial para o Brasil avançar nessa agenda, mas hoje a gente tem pelo menos 25 projetos de lei e três propostas de emenda à Constituição que jogam no sentido contrário a qualquer tentativa de controle de desmatamento ou de redução de poluição; que desmontam regulações ambientais importantes e, especialmente, o Código Florestal, que vem sendo desmontado pela Bancada Ruralista, aqui e na Casa vizinha, a Câmara dos Deputados, artigo por artigo.

Se a gente quiser sobreviver a esse mundo um grau e meio mais quente, a gente precisa rever, como os gaúchos tragicamente descobriram, o desmonte da legislação ambiental no Brasil. Na verdade, a gente precisa de regulações mais estritas. Então, esta Casa e a Câmara dos Deputados têm imensa responsabilidade sobre isso.

Outras coisas também... o Governo Federal não é um monólito, a gente tem setores hoje no Governo que defendem coisas, por exemplo, como a pavimentação, de acordo com o licenciamento ambiental que está posto hoje, que é uma tragédia, na BR-319, no Amazonas. Isso, se for feito desse jeito, vai explodir qualquer tentativa de controle de desmatamento que o Hugo e os colegas dele estejam fazendo, estão fazendo. Aliás, já temos dois anos seguidos de queda no desmatamento, os dados vão sair mais para o final do mês, ...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLAUDIO ANGELO – ... esperamos, e a pavimentação da BR-319 pode jogar muito contra isso.

Uma outra coisa que a gente viu no Plano Clima, preliminarmente, e que também pode ser bastante ruim, é o fato de que não está dado ainda que o nosso Plano Clima vá ter desmatamento zero, como prometeu o Presidente da República.

O que a gente tem visto na modelagem apresentada até agora, pelo menos, é que se está tratando de desmatamento ilegal zero até 2030. São coisas bastante diferentes. Embora a maior parte do desmatamento no Brasil seja ilegal, se você assumir desmatamento ilegal zero como estratégia de mitigação no Brasil, primeiro, você admite perder 80% do Cerrado, 20% da Amazônia de cara, e, segundo, como a gente bem sabe, o que é ilegal hoje pode virar legal amanhã. Então, é uma coisa para a gente se atentar muito e, de novo, chamar muito o Congresso à responsabilidade.

E é isso. Eu nem vou falar de petróleo aqui. (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pela participação, Claudio Angelo, Coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima.

Vou passar a palavra agora para o Nelson Ananias, Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O SR. NELSON ANANIAS FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Obrigado.

Já aprendemos bastante aqui com todos os expositores. Entendo que nós temos bastante sinergia naquilo que a gente espera da COP 29, um com o olhar mais detido em alguns pontos, outros numa versão mais holística da questão, mas a gente entende que os grandes desafios estão aí postos a todos os setores, ao Governo, ao setor privado e a todos aqueles que buscam ser mais eficientes na sua produção e atender não só a emergência climática, como as necessidades de segurança alimentar, no caso da agropecuária, e de segurança energética.

Nesse sentido, o setor agropecuário vai para essa COP 29 bastante animado com os grandes potenciais e com tudo aquilo que ele pode propor, prever, negociar, levar à COP como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição do Brasil no alcance das ações de redução de emissões e de cumprimento das metas do Acordo de Paris.

E isso nos leva a entender que sempre fomos e sempre lideramos aí, pelo exemplo, desde a época ainda do Protocolo de Kyoto, quando o Brasil ainda nem tinha a obrigação de ter uma meta e foi, fez, cumpriu uma meta, submeteu uma meta bastante ambiciosa e, dados os próprios princípios do Acordo de Paris, sempre foi cada vez mais ambicioso, inclusive dentro dessa própria NDC, na qual se avançou. À medida que foram se aprimorando as medições dos inventários brasileiros, a gente foi até sendo mais ambicioso na quantidade de carbono que a gente botou como meta de reduzir.

E o setor agropecuário está pronto para contribuir nessas ações, que trazem, assim, uma questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON ANANIAS FILHO – ... dessas novas negociações, uma preocupação, como foi bem colocado aqui. O grande emissor de gás de efeito estufa é o setor LULUCF, que é a questão do desmatamento. Estamos todos trabalhando para que esse componente se reduza dentro da contribuição da matriz brasileira, o que nos fará atingir a redução do desmatamento zero de 2030 e principalmente ser em balanço neutro até 2050.

Então, para que isso aconteça e que a gente não tenha, até 2030 e até 2050, a necessidade de cortar, no setor produtivo, as reduções, uma vez que grande parte das contribuições serão retiradas do desmatamento, precisaremos do financiamento, que foi, acho que o grande instrumento que a gente entende que será discutido na COP.

Esse financiamento precisa vir de maneira clara, substancial, para que a ciência responda, uma vez que a gente vai ter que ser mais efetivo no setor produtivo, que a ciência responda a isso. Que nós continuemos crescendo, nos desenvolvendo economicamente e socialmente, sem que as metas e as reduções impactem na redução do setor produtivo em si, mas que nós sejamos mais eficientes para alcançar essa redução.

E o setor agropecuário brasileiro já mostrou que é capaz de fazer isso. Ele já reduziu as suas emissões. Dos setores produtivos, ele é o que menos cresceu em implemento das emissões. E ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode, mediante esses incentivos, ser muito mais eficiente e contribuir, até 2030 e até 2050, para ser *net zero*.

Então queria agradecer e deixar o setor sempre à disposição para adotar e fazer aquilo que ele sempre fez bem feito, que é vencer esses desafios de produzir mais, produzir melhor e agora produzir com sustentabilidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pela participação, Nelson Ananias, representante da CNA.

Vou passar a palavra agora para o Jorge Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu vou me ater à pergunta do Jonathas, do Paraná, tentar respondê-la com a minha fala agora. O desafio da agricultura, da agropecuária nacional é congregar a segurança alimentar, a sua missão de garantir a segurança alimentar e agora a sustentabilidade.

Como fazer isso? Como alcançar isso? Um dos caminhos que já vêm sendo trilhados pela agricultura há longa data é a produtividade. Melhorar a produtividade faz com que você possa produzir mais no mesmo espaço. Isso é muito importante nas condições atuais nossas.

Aliado a isso, é implementar cada vez mais o uso de técnicas que reduzam as emissões nessa produção e aumentem a retenção de carbono também. Isso está sendo estudado, tem muitos pesquisadores brasileiros envolvidos com esse tema, e nós temos conseguido evoluir bastante.

Aqui foi mencionada, anteriormente, a questão do uso também do apoio que a agricultura pode dar a outros setores – com o uso da biomassa, por exemplo, na produção de energia. Nós estamos evoluindo bastante nisso. Já produzimos muito metano com o manejo de dejetos de animais, por exemplo. Isso tem servido à alimentação de frotas que servem à própria agricultura e servem também a outros setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o caminho está dado. A questão é acelerar isso e não perder de vista a necessidade de produção de novos conhecimentos. A solução, como foi dito aqui anteriormente, é conhecimento. Nós precisamos continuar evoluindo na produção, no uso desse conhecimento. É o que temos feito até aqui na agricultura e na pecuária brasileira, por isso ela é pujante como se apresenta para o mundo todo hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada pela participação e pela fala, Jorge Caetano Junior, que representa o nosso Ministério da Agricultura e Pecuária.

Vou passar a palavra agora para o João Francisco Paiva, Diretor do Departamento de Descarbonização e Finanças Verdes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

O SR. JOÃO FRANCISCO PAIVA (Para expor.) – O nome é longo, não é, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É longo. Tem que segurar o fôlego.

O SR. JOÃO FRANCISCO PAIVA – Eu percebi que a maioria das perguntas toca no tema do financiamento. Então, eu acho que a gente tem, como eu coloquei aqui, uma responsabilidade de colocar o Brasil e defender os interesses e as condicionalidades do Brasil nesses espaços internacionais, mas acho que também há uma lição de casa que nós precisamos fazer: realmente nos organizarmos aqui, de forma coordenada, para conseguirmos ter acesso e mostrar que os nossos projetos são não só sustentáveis como, enfim, financeiramente atrativos – porque a gente sabe que o mundo não vai mudar, no mundo capitalista em que a gente vive, se não tiver desenvolvimento de projetos que sejam financeiramente atrativos.

Nesse aspecto, acho que é interessante comunicar aqui que, agora – talvez nesse exato momento –, em Washington, o Fernando Haddad, Ministro Haddad, e a Ministra Marina estão lançando a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos, na qual, em parceria com o Mdic, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Meio Ambiente, a Fazenda e com o secretariado do BNDES, a gente está montando um portfólio de projetos que cada um dos ministérios vai selecionar, de acordo com a temática, para que possa ser apresentado por essa plataforma, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o apoio do Governo brasileiro, para conseguir captar esses recursos internacionais e mostrar o que a gente tem de projetos atrativos nessa economia verde, para que o resto do mundo possa vir investir aqui no Brasil. Então, acho que é fundamental a gente conseguir isso.

O apoio do Congresso, como o Claudio lembrou aqui, é fundamental – não só o apoio, mas o não atrapalhar também. (*Risos.*)

A gente sabe que o PL das eólicas *offshore* está, enfim, sendo mantido refém com alguns jabutis, que estão colocados lá, de incentivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO FRANCISCO PAIVA – ... ao uso do gás e do carvão; e a gente vê que empresas que já tinham equipes aqui no Brasil para desenvolver os projetos de eólicas o*ffshore* estão demitindo essas equipes, porque estão vendo que a coisa está atrasando. Então, a gente agora está numa disputa: o Brasil largou na *pole position*, mas precisa terminar a corrida em primeiro. A gente está na frente, com as nossas... Enfim, fomos abençoados – como diz o Jorge Ben, "abençoados por Deus" – com todas as nossas vantagens comparativas, mas a gente precisa transformar isso em atratividade de investimentos.

Eu estive, recentemente, lá na Semana do Clima, em Nova York, e me reuni com o pessoal da Microsoft. Eles me disseram: "Olha, a gente está investindo muito em restauração e reflorestamento no Brasil, para atingir uma pegada de carbono zero da Microsoft, mas a gente deu uma pausa nesses investimentos", justamente esperando o mercado de crédito de carbono ser aprovado para terem a segurança jurídica de que os investimentos deles, no longo prazo, vão ter o retorno esperado.

Então, a gente precisa trabalhar em conjunto para conseguir criar esse arcabouço regulatório que vai dar essa segurança jurídica e essa atratividade para esses investimentos internacionais que podem vir aqui. Porque, enfim, a diretora lá me pôs uma preocupação: "A gente não sabe, da forma como está sendo estruturado, se a gente vai investir lá, se o Governo brasileiro vai permitir que a gente possa contar isso no nosso balanço de carbono". Eu falei: "É justamente o contrário. O nosso sonho é que a gente possa atrair investimentos internacionais para restauração e reflorestamento no Brasil e que isso possa contar para a NDC brasileira; esse é o cenário dos sonhos do Governo brasileiro; isso é exatamente o que a gente quer". Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vê que é importante a gente, também, construir aqui um ambiente de atratividade desses investimentos.

E aí aproveito o gancho da pergunta que veio – acho que da assessoria aqui – sobre as desigualdades que a gente tem dentro do país e de como isso se casa com a agenda verde. A gente tem também uma certa vantagem nesse sentido, porque a maior parte da energia renovável que a gente tem em abundância – eólica e solar – está na Região Nordeste, que é, a gente sabe, a mais, digamos, carente economicamente. Então, isso pode ser um grande impulsionador do desenvolvimento da economia dessas regiões mais pobres. A gente vê que a maior parte dos projetos de hidrogênio, por exemplo, são desenvolvidos dentro das ZPEs, principalmente em Pecém e no Piauí. Então, são estados que têm essa atratividade, que podem atrair esses investimentos para lá, porque é lá onde estão essas potencialidades. Temos o desenvolvimento de combustível sustentável de aviação na Bahia, então, tem todo esse arcabouço.

Outro dia, conversando com um representante do Governo do Ceará, ele me disse: "Algumas décadas atrás, a gente falava que o Ceará só tem vento e sol, que é muito difícil lá. Hoje em dia, a gente fala: graças a Deus, o Ceará tem muito vento e muito sol, porque é isso que vai atrair esses investimentos para lá".

Enfim, queria, endereçando algumas das perguntas, colocar essas coisas. Eu acho importante que a gente também faça a nossa lição de casa para poder levar isso para fora e mostrar todas as potencialidades do Brasil.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata, João Francisco Paiva, representante do Mdic.

Para finalizar, o Sr. Hugo do Valle Mendes, Chefe Substituto da Assessoria Extraordinária para a COP 30 do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O SR. HUGO DO VALLE MENDES (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Então, últimos comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas das perguntas aqui endereçam questões relacionadas justamente ao setor de LULUCF, que, como eu coloquei, é a parte de reflorestamento e desmatamento. Acho que uma reflexão aqui é muito importante: a gente já mencionou que esse debate do enfrentamento da mudança do clima se dá no nível global e se dá no nível nacional, de cada país. Globalmente falando, as emissões de gases de efeito estufa do setor de desmatamento, LULUCF, representam algo em torno de 10% das emissões globais, enquanto que as emissões do setor de energia, entre parênteses, "queima de combustível fósseis", que é a base do modelo de desenvolvimento econômico – não podemos perder isso de vista –, representam aproximadamente 75%, 76% das emissões globais. Então, o IPCC já indica que não é o enfrentamento, o combate ao desmatamento, globalmente falando, a grande solução que vai resolver o problema da mudança do clima. Ele é mais um aspecto de soluções, entre várias, que precisa ser implementado.

Algumas das perguntas, aqui, tratam disso, como a da Mirian, de Minas Gerais, falando sobre a questão de queimadas. Eu a convido, honestamente, a conhecer um pouco mais do trabalho do Prevfogo, que o Ibama realiza nos estados. É um trabalho fascinante, que motiva e que deixa os próprios produtores rurais – a gente tem esses relatos – supercontentes de ter justamente a participação do Prevfogo como um aliado da produção.

Questão de reflorestamento: o reflorestamento no Brasil é uma atividade que, financeiramente, precisa ser tornada mais atrativa do ponto de vista financeiro. Então, vários desses instrumentos, soluções...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO DO VALLE MENDES (Para expor.) – ... instrumentos econômicos que vão tornar isso possível, estão sendo produzidos. O TFFF, que foi mencionado, é um deles, assim como outros.

Outra mensagem aqui dizia que políticas ambientais são extremamente tímidas. O Brasil tem a beleza e o desafio de ser um país extremamente complexo. Não é uma economia de um único setor; é uma economia ampla. Temos agropecuária, temos indústria, temos a parte de reflorestamento, tecnologias; enfim, é um país diverso. Isso torna muito mais complicada a gestão de todo esse cardápio de políticas que precisa ser implementado. O papel do setor privado é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental e não existe atuação unilateral de um único ministério para uma finalidade de resultado a ser entregue para a sociedade.

Vejam, como eu mencionei, que a mudança do clima é um tema que, do ponto de vista de governança no nível federal, tem envolvido hoje, dentro do CIM (Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima), 22 ministérios e mais algumas outras entidades que compõem o comitê. Então, não é uma pauta de um ministério; é uma pauta de todos. Todos são chamados à ação. Não se resume a Governo, a governo subnacional, setor privado; enfim, cada pessoa, cada cidadão também tem que fazer a sua parte.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO DO VALLE MENDES (Para expor.) – Apenas a título de exemplo: como eu faço minha parte?

Hoje em dia, os processos de produção e consumo precisam estar refletidos dentro do nosso padrão de consumo. Ao irmos ao mercado – algo extremamente simples, mas para tornar bastante concreto – e fazermos a compra de vegetais, vemos que existem vários vegetais que, hoje em dia, o pessoal embala numa bandejinha de isopor e num plástico. Cada pepino, cada pimentão vem embalado... Parece uma bobagem; agora, o conteúdo energético, em matéria-prima, utilizado para aquilo faz parte da matriz de emissões do país. Então, as escolhas do nosso padrão de consumo interferem no resultado. E nós temos, como sociedade, o poder de orientar o processo produtivo a partir do nosso processo de consumo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Hugo.

Por isso, a importância de debatermos também, na Casa, sobre a questão da educação ambiental, para preparar as futuras gerações para esse, enfim, importante desafio.

Olha, eu não tenho palavras, como Senadora da República, representando o DF e esta Casa, para expressar a importância que foi a participação dos nossos expositores nesta audiência pública, para debater a nossa missão a Baku, na COP 29. Quero agradecer a todos, já os convidando para a COP 30, que certamente vai ser outro grande desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou muito feliz com o que ouvi aqui, desejando muita sorte a todos que estarão lá, principalmente à nossa delegação, ao Governo brasileiro, nessas tratativas, nesse importante desafio da questão do financiamento climático internacional, não só para o país, mas, enfim, para o mundo.

Muito obrigada a todos que nos acompanharam, que participaram no e-Cidadania ou que estão aqui presentes também.

Vamos almoçar!

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e onze minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Jorge Kajuru e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Rodrigo Cunha, Margareth Buzetti, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, André Amaral, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2775, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4654, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para garantir a transferência direta de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para os Municípios que mantenham guarda municipal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP (substitutivo). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3125, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer que a prática dos crimes nela previstos pode ensejar, como efeitos da condenação ou como medida cautelar, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou a proibição da sua obtenção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 16, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 41, de 2024** que: "Requer seja convidado o senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, a comparecer a Comissão de Segurança Pública para prestar informações sobre as possíveis omissões cometidas por autoridades públicas para conter os atos de 8 de janeiro." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/03

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas presentes, alegrias e vitórias em suas vidas. E o mesmo desejo a toda a nossa Comissão e aos que nos acompanham Brasil afora e também na internet, no tripé TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta é a Comissão de Segurança Pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública. (*Pausa.*)

Quem pode quebrar o galho para mim? É a Leila do Vôlei, para me dar uma notícia aqui sobre a CPI. A vida não para: terça-feira é nossa vida de Bolt aqui.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 25ª e 26ª Reuniões, realizadas, respectivamente, em 13 e 22 de agosto.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente aqui na Casa.

Comunico que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Segurança Pública o seguinte documento: Ofício da Câmara Municipal de Araçatuba, São Paulo, que encaminha moção de apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 317/2022, que trata da revisão do tempo de exercício da atividade militar.

O documento será disponibilizado na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que membro desta Comissão se manifeste no sentido de atuarmos e também autuarmos para que seja analisado por este Colegiado.

Item 1 da pauta.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parece que nosso querido e reconhecido em todo o Brasil Presidente e General Hamilton Mourão já deseja fazer uma observação deste item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, General.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

O Partido Republicano, que não concorda em absoluto com os desmandos que vêm acontecendo no nosso país cometidos por autoridades do Poder Judiciário, se encontra em obstrução, junto com outros partidos de oposição.

Consequentemente, eu solicito a V. Exa. a retirada do item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Está retirado, sem nenhuma dúvida.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2775, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, com a emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 02/05/2023, foi lido o relatório e adiada a votação;

2. Em 04/06/2024, foi realizada audiência pública para instruir a matéria, em atendimento aos Requerimentos nºs 21 e 23 de 2023;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. A matéria seguirá posteriormente à CE, em decisão terminativa.)

Peço a compreensão ao General Hamilton Mourão, pois o item próximo é relatório de minha autoria, para assumir a Presidência desta Comissão por alguns momentos, o que será um prazer para todos nós, General Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Assim o farei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4654, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para garantir a transferência direta de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para os Municípios que mantenham guarda municipal.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto, com a emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 02/09/2024, foi recebido novo relatório do Senador Jorge Kajuru;

2. A matéria seguirá posteriormente à CAE, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Jorge Kajuru, para leitura de seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Presidente General Hamilton Mourão, ainda não fiz – algumas já – esta confissão ao senhor: além de ser fã incondicional da sua honradez, do seu preparo e do homem público que o senhor é e como também militar, eu entendi que o senhor tinha toda razão quando, no ano passado, me falava que pronunciamentos deveriam ser mais objetivos na tribuna.

Hoje, eu não faço nenhum pronunciamento superior a oito minutos.

E aprendi também com o senhor sobre relatórios longos. O do senhor é o mais objetivo aqui. Então, veja se eu estou imitando-o bem ou não.

Vou direito à análise.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a segurança pública e guardas municipais.

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

Louvo a iniciativa do exímio Senador Alessandro Vieira, Sergipe, que pretende fortalecer os municípios e as guardas municipais.

Entretanto, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) fez diversas ponderações a respeito do projeto.

Uma delas é que a transferência compulsória de recursos não é a solução ideal, mas, sim, a voluntária, para que não haja risco de excessivo fracionamento das verbas.

Outra é que a transferência de recursos para consórcios interfederativos de segurança pública, em especial, os intermunicipais, pode se mostrar vantajosa.

Sendo assim, decido acolher a maioria das contribuições da Senasp para aperfeiçoar este projeto.

A Caixa Econômica Federal também sugeriu a supressão da alteração do art. 16. Segundo a empresa pública, destinar o produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos às secretarias de esporte municipais, além da estaduais e distrital, poderia, sim, pulverizar as verbas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tal modo que prejudicaria a finalidade de investimento nos jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos.

Sendo assim, decido acolher a maioria das contribuições da Senasp e da Caixa para aperfeiçoar este projeto.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.654, de 2023, na forma do substitutivo que apresento neste relatório.

Agradecidíssimo, *à la* Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem, Senador Jorge Kajuru, pela objetividade do seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4.654, de 2023, e à Emenda nº 1-CSP (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e treze minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Otto Alencar, Rosana Martinelli, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3125, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer que a prática dos crimes nela previstos pode ensejar, como efeitos da condenação ou como medida cautelar, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou a proibição da sua obtenção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1229, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para obrigar o condutor do veículo automotor envolvido em sinistro de trânsito a se submeter a teste, exame clínico ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência e dispor que o homicídio na direção de veículo automotor será considerado crime inafiançável e insuscetível de graça, indulto e anistia." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame da matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3345, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de treinamentos regulares voltados para a prevenção e a resposta a ataques violentos, destinados a estudantes, profissionais da educação e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica." **Autoria:** Senador Beto Martins (PL/SC). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CSP. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 16, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Durante a reunião, é apresentada complementação de voto pelo relator, Senador Sérgio Petecão, contrário à Emenda nº 1. Apresentado o Requerimento nº 48-CSP, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, de destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/08

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata: quórum de dez Senadores.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião, realizada no dia 3 de setembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que as votações serão nominais e os Senadores poderão votar tanto no computador localizado no plenário, como por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado sua presença pessoalmente na Casa.

Comunicado dos documentos recebidos.

Comunico que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Segurança Pública o seguinte documento: Ofício nº 76, de 2024, do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública, que encaminha para conhecimento a Resolução Consesp nº 3, de 28 de agosto de 2024, que aprovou a Carta de Maceió, do Consesp, a qual dispõe sobre as principais deliberações adotadas na XCI Reunião Ordinária deste Colegiado, realizada em 27 e 28 de agosto, em Maceió.

O documento será disponibilizado na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para os membros desta Comissão se manifestarem no sentido de autuarmos para que seja analisado por este Colegiado.

Vamos à pauta.

Item 3.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 3345, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de treinamentos regulares voltados para a prevenção e a resposta a ataques violentos, destinados a estudantes, profissionais da educação e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica.

Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria do Senador Esperidião Amin.

A matéria seguirá, posteriormente, à Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente. Bom dia aos nossos colaboradores aí da nossa Comissão de Segurança Pública.

O projeto de lei de autoria do Senador Beto Martins é inspirado, Presidente, em situações que nós estamos vendo ocorrer e cuja recorrência vai se tornando grandemente preocupante. Portanto, ele inclui, na Lei 13.340 – perdão –, na Lei 14.643, de 2 de agosto de 2023, um dispositivo adicional que eu considero um dispositivo seminal, ou seja, uma coisa que está começando e vai ter que ser estendida a outros setores da sociedade, que é o treinamento, ou seja, a simulação de ocorrências, e com isso a qualificação das possíveis vítimas e dos gestores do estabelecimento dessas possíveis vítimas.

Em síntese, o art. 1º dispõe que os estabelecimentos de ensino de educação básica deverão realizar treinamentos regulares, com vistas a promover segurança nas escolas, abordando prevenção e resposta a ataques violentos dentro das instituições. Eles vêm ocorrendo, vêm tornando a ocorrer, por isso está mais do que justificável a proposição.

O art. 2º exige que os profissionais da educação sejam capacitados para os programas de segurança na escola, por meio de cursos, oficinas e simulações práticas. O professor colou grau, seja em nível de graduação ou pós-graduação, no ano de 2022; em 2025, ele tem que ser atualizado quanto à matéria que ele leciona. O processo de aperfeiçoamento é constante e a segurança passou a ser um item adicionado ao dia a dia.

O art. 3º estabelece, inclusive, punições administrativas em caso de descumprimento dos mandamentos.

O art. 4º espelha a necessidade da observância das informações e das orientações contidas no Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas, previsto pela lei que já mencionei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 5º prevê que a periodicidade e os critérios para implementação dos treinamentos previstos serão objeto de regulamento do Poder Executivo.

O art. 6º explicita que as despesas para a execução das políticas públicas do projeto correrão à conta de dotações próprias incluídas pelos respectivos Poderes Executivos em suas propostas orçamentárias.

E o art. 7º traz a cláusula de vigência para 180 dias.

O projeto, portanto, é meritório.

Do ponto de vista de constitucionalidade, não há qualquer impedimento para sua aprovação. E nós podemos dizer que o *caput* da Constituição Federal dispõe que a família, a sociedade e o Estado assegurarão à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação, entre outros, colocando-os a salvo de toda forma de violência. O projeto, portanto, vem ao encontro disso.

Do ponto de vista de técnica legislativa, consideramos o art. 6º desnecessário. Isto porque já se encontram, no âmbito da responsabilidade orçamentária e financeira do Poder Executivo, as instituições de ensino públicas da educação básica. A previsão de que as despesas da execução da lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Poder Executivo é, portanto, redundante.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL 3.345, de 2024, com oferecimento de duas emendas.

Primeiro:

> EMENDA Nº 1 - CSP
> Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 3.345, de 2024, a seguinte redação:
> "Art. 3º .....
> .....
> II – multa, de 1 (um) a 100 (cem) salários-mínimos, de acordo com o porte da instituição, aplicando-se em dobro em caso de reincidência; ou
> ....."

E a emenda seguinte é a supressão do art. 6º, renumerando-se o art. 7º, para que ele passe a ser o 6º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº 2 - CSP

Suprima-se o art. 6º do Projeto de Lei nº 3.345, de 2024, renumerando-se o art. 7º como art. 6º.

É o relatório.

Ao tempo em que eu cumprimento o Senador Beto Martins, que aqui se faz presente, que já vivenciou isso não apenas como pai, como cidadão, mas como Prefeito, e, hoje, com a responsabilidade de Senador, pelo nosso estado, apresenta um projeto que vem ao encontro de uma demanda social, infelizmente crescente, que nós estamos vivenciando.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Senador Esperidião.

Da mesma forma, cumprimento ao Senador Beto Martins pela magnitude do projeto e já passo a palavra a ele, por favor.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Sérgio Petecão, mesmo não sendo membro desta Comissão, evidentemente tinha que estar hoje aqui, porque é um dia bastante importante para mim, é o meu primeiro projeto de lei apresentado nesta Casa; e, pela relatoria do Senador Esperidião Amin – não apenas por ser um Senador de Santa Catarina, mas pela história do Senador, pela sua envergadura moral, pela sua inteligência, que nós sabemos que é singular e pela sua memória, que tem que ser estudada pela Nasa, é platônica –, eu fico muito feliz de estar vivendo este momento e de tê-lo na relatoria.

É só para dizer que esse projeto visa, sim, o conceito de prevenção, porque nós tivemos em Santa Catarina, recentemente, uma catástrofe, que foi a morte de quatro crianças, por conta da ação de um psicopata. Várias ações foram tomadas, como Brasil afora se está fazendo, colocar um policial na entrada de cada escola, mas nós sabemos que essas pessoas, especialmente esses tipos de psicopatas, enganam muito bem. Então, não será um policial na porta da escola que vai assegurar a segurança das crianças. Esse psicopata vai entrar na escola e está sujeito até a cumprimentar e abraçar o policial que está na porta. E é muito importante que professores, funcionários e as próprias crianças estejam preparadas para uma situação como essa.

Então, eu agradeço imensamente a esta Comissão, ao Senador Esperidião Amin por ter me honrado com essa relatoria. E, peço aqui, a todos, encarecidamente, o apoio a esse projeto de lei.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3.345, de 2024, e às Emendas nºs 1 e 2 desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Já parabenizo o Senador, mais uma vez, Beto Martins.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, aprovado o projeto, quero só, também, registrar meus elogios aqui. É um belo projeto, a iniciativa é o primeiro projeto que V. Exa. apresentou, como mencionou. É um projeto importante, caminha na direção certa. Lembro, porém, que a gente aprovou nesta Casa aqui um projeto de lei prevendo a notificação do crime de massacre nas escolas. Foi aprovado, está lá na Câmara. Infelizmente, não tem sido dada tramitação, muitas vezes, a projetos importantes do Senado lá dentro da Câmara, e isso gera uma série de preocupações. Ainda assim, nada retira o mérito da iniciativa de V. Exa. Meus parabéns. Infelizmente, Santa Catarina foi marcada por essa história trágica, mas isso também aconteceu no Paraná, na cidade de Cambé, onde houve também um ataque nas escolas, logo em seguida, aliás, àquele momento trágico em Santa Catarina.

Então, só registro meus elogios aqui ao Senador Beto Martins por essa iniciativa e ao nosso Senador Esperidião pela relatoria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Meu querido Presidente, mais eficiente de todas as Comissões, Sérgio Petecão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sergio Moro, só quero fazer uma lembrança ao senhor, que está há um ano e oito meses aqui: tem projetos importantíssimos de todos nós aqui – querido Presidente Mourão, que está chegando aqui; Petecão está comigo desde 2019; Marcos do Val também está comigo; Amin também -, nós temos projetos lá relevantíssimos, inclusive sobre o meio ambiente, em que antecipávamos, lá atrás, na questão da prevenção sobre as queimadas, e esses projetos estão lá todos arquivados por questões, lamentavelmente, pessoais. É por isso que eu abomino a figura daquele "senhor" – entre aspas – chamado Arthur Lira, e, como diz a música de Claudinha Leite, eu conto as horas, os minutos, os segundos para ver esse sujeito longe da Presidência da Câmara dos Deputados Federais. E ele estará, pode ter certeza disso, pelo que ele faz com o Senado, com o Presidente do Senado, que é um homem sério, correto, leal, pelas brincadeiras que ele já fez com a gente, transformando esta Casa aqui não numa Casa revisora, e, sim, numa Casa carimbadora – Petecão e eu já falamos isso quantas vezes! Assim como o Marcos do Val. Então, não há nenhum respeito dele por esta Casa.

Então, eu queria apenas lembrar projetos importantíssimos que estão lá, especialmente, repito, assim como esse catarinense agora, sobre o meio ambiente, o que já poderia ter evitado o que nós, lamentavelmente, estamos vendo no Brasil, especialmente no meu estado, no meu Cerrado e aqui também no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Como tem um projeto aqui do qual eu sou o Relator, eu passo aqui a Presidência dos trabalhos ao nosso Senador Kajuru. É o item 4.

Assuma aí, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, querido.

Só peço desculpas por ter esquecido, no meu início tradicional, que é sincero de coração, o desejo de Deus, saúde a todos e todas presentes e àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação na volta dos nossos trabalhos, especialmente aqui na Comissão de Segurança Pública.

O item é o 4.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 16, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para dispor sobre mecanismos de reconhecimento e premiação aos profissionais de segurança pública e defesa social.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável;

2. Em 13/08/2024, foi concedida vista ao Senador Flávio Bolsonaro;

3. Em 3/9/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;

4. A votação será nominal.

A relatoria é do Senador Sérgio Petecão, representante, orgulhosamente, do nosso Acre.

O relatório é pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1.

4. Em 8 de outubro de 2024, foi apresentada a complementação de voto pelo Senador Sérgio Petecão.

5. A votação nominal será feita nos termos do relatório apresentado.

Passo, então, a palavra ao Senador Sérgio Petecão, para leitura de sua complementação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Grato, Presidente Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, esse projeto já foi lido. Houve um pedido de vista do nosso colega Flávio Bolsonaro, ele apresentou uma emenda e nós pedimos para que a assessoria do Senado analisasse a emenda.

Nada contra ele, contra a posição dele; é que a informação que chegou até nós, por alguns assessores da nossa Casa, é que a emenda dele ficou maior do que o projeto e descaracteriza completamente o projeto.

Então, eu vou ler aqui... Como já foi lido, eu vou ler a análise da emenda, e já vamos ganhar um tempo aqui.

Análise.

Fica mantida a análise do relatório anterior até o último parágrafo da seção II – Análise. A partir desse ponto, segue a análise atualizada:

Quanto à Emenda nº 1, a despeito de suas louváveis intenções, entendo que se trata de matéria que será mais adequadamente tratada em regulamento.

Destaco que, de acordo com o PL, a lei tratará das linhas gerais da inscrição no Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública.

Esmiuçar os critérios a serem adotados para a concessão da homenagem, estabelecer os trâmites internos do processo legislativo e o local de exposição do livro são detalhes que podem ser mais adequadamente tratados em regulamento – é aquilo que eu acabei de falar para vocês.

O meu voto.

Em razão de todo o exposto, somos pela aprovação do PL nº 16, de 2024, com a rejeição da Emenda nº 1, e a aprovação das seguintes emendas:

EMENDA Nº – CSP

Dê-se ao art. 5º do PL nº 16, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 5º A Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"art. 9º .....

.....

§ 2° .....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VIII – polícias penais;

.....

XVIII – Secretaria [...]

EMENDA Nº – CSP

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º do PL nº 16, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se profissionais de segurança pública e defesa social os especificados nos incisos I a XIX do §2º do art. 9º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. (NR)"

EMENDA Nº – CSP

Dê-se ao inciso XIII do art. 5º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, alterado pelo art. 6º do PL nº 16, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 6º .....

"art. 5º .....

.....

XIII – concessão de premiações aos profissionais de segurança pública e defesa social por excepcional dedicação, profissionalismo e comprometimento, comprovados pela inscrição no Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública, conforme regulamento." (NR)"

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão, pelo relatório.

Eu coloco em discussão a matéria.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, Senador Petecão, é um projeto meritório. Nós já tínhamos conversado sobre ele.

A ideia da emenda me parece que... A discussão seria que seria mais oportuno que o Legislativo indicasse critérios, desde logo, legais para evitar que ficasse muito aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não creio que valha uma batalha em cima disso, uma discussão, porque é um projeto simples, mas, como até o autor da emenda não está presente, ainda haveria possibilidade só de suspendermos a discussão para votar na próxima semana essa questão, para que ele possa apresentar o ponto de vista dele?

Eu até sou mais favorável ao texto da emenda do Senador Flávio, mas, como eu disse, eu também não... Eu entendo as suas ponderações, não creio que é o caso de fazer uma grande discussão em torno disso, mas, como o autor da emenda não está aqui, será que nós não poderíamos postergar a análise para a próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só antes, rapidamente...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Acabou de chegar o homem! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, acabou de chegar, porque, senão, eu teria que usar o Regimento, o art. 242: quando se protocola um requerimento, o Senador tem que estar presente. E ele acaba de chegar.

Eu sabia que ele não iria faltar. Eu tinha certeza. (*Risos.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ele veio do Rio... Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele chegou. Não sei de que avião ele chegou. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Sergio Moro, da minha parte, não tem nenhum problema, mas, já que o Senador Flávio chegou, seria interessante que nós pudéssemos ouvi-lo.

As ressalvas que foram feitas, Flávio... É que a assessoria do Senado... Nada contra sua emenda. É porque a sua emenda ficou maior do que o projeto em si. Mas eu não vejo nenhum problema em ouvir... Você entrou com...

Vai ser votada hoje a emenda dele? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, se quiser adiar, a gente adia.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, posso...?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Primeiro, desculpem o atraso aqui, Senadores e Presidente.

Na verdade, é o seguinte: eu mesmo fiquei de dar uma enxugada nessa emenda, e não o fiz com a minha assessoria. A verdade é essa.

Na verdade, qual a intenção? A intenção é criar um critério objetivo para evitar ficar aquela coisa de indicação de tudo quanto é lado, e eu acho importante que o Senado Federal tenha uma participação decisiva, não seja algo individual de um Parlamentar, mas algo apreciado pela Comissão de Segurança Pública.

A ideia no texto original dessa emenda era essa, mas eu também li a emenda e falei que precisamos melhorar, mas acabou que realmente perdi o *timing* de estar aqui e fazer uma coisa mais enxuta, Presidente.

Eu não sei se o Relator Petecão... Não podemos deixar essa votação para a próxima? Aí eu alinho. Se for o caso, a gente rejeita a emenda, mas eu queria...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria botar no papel o espírito da emenda, que era este: fortalecer...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Até porque essa era a proposta do Senador Sergio Moro, e aqui, dos outros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exato.

Havendo consenso, é mais sensato deixar para a próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Respeitando aqui a sua ausência, eu, inclusive, já tinha flexibilizado, aceitado a proposta dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Na verdade, o objetivo do projeto é que a gente possa simplificar ao máximo, porque, se nós resolvermos... Mas eu não vejo nenhum problema...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acho que a assessoria aqui da Mesa está dizendo isso. Se puder tirar de pauta, até de repente a gente pode fazer uma emenda em comum aqui, com uma nova redação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exato.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seria Emenda nº 2. E caminhamos para esse consenso...

Eu acho que vale a pena. Não se precisa ter pressa para apreciar isto nesta semana. Pode ser na semana que vem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Da minha parte, eu não tenho nenhum problema.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns ao consenso de todos.

Devolvo a Presidência ao querido Senador Sérgio Petecão na Comissão de Segurança Pública. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Presidente Petecão, eu já antecipo o pedido de retirada de pauta do item 2 para reavaliação do relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Ele é o Relator. (*Pausa.*)

Diante do pedido do Senador Alessandro e, como o próximo projeto era de autoria do... Contarato? (*Pausa.*)

A relatoria é do nosso querido Senador Contarato, mas, infelizmente, deu um problema no voo dele também, e ele não pode estar presente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para hora e data regimentais.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Jorge Seif e Esperidião Amin, e ainda da Senadora Augusta Brito, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, André Amaral, Davi Alcolumbre, Giordano, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 76, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha a transferência direta da concessão outorgada originariamente à TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 141, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Bragadense - ACCB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pato Bragado, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 236, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul/PR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 276, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goioerê, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 281, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Artístico de Mamborê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mamborê, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 283, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Saudade do Iguaçu - Paraná para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 428, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Tabuleiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matinhos, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 429, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 442, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 399, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Som das Águas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Curitiba, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 159, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Panamericana S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de São Paulo, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 694, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Moriah (Moriah FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jales, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 886, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Morena Campo Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 305, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Lapa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Amélia Rodrigues, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 308, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Desenvolvimento Social de Igaporã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaporã, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 716, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmeirense de Defesa da Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 875, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Social de Santo Estêvão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Estêvão, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 438, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Progresso Cultural e Sucesso de São José da Coroa Grande - APCS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Coroa Grande, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 440, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente Elshadday para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Recife, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 490, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmares de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmares, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 533, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Agrícola dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plantadores de Mandioca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jupi, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 638, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicência, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 748, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gameleira, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1043, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Moxotó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inajá, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1044, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buique para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buique, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1057, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1089, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Pedrense de Eventos Comunitários para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedra, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo n° 427, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Joaquim Mariano da Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Toritama, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - Projeto de Decreto Legislativo n° 514, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Borba, Estado do Amazonas." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo n° 453, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Potirendaba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo n° 455, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - Projeto de Decreto Legislativo n° 509, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística Dinâmica da Cidade de Laranjal Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - Projeto de Decreto Legislativo n° 581, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiúna, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - Projeto de Decreto Legislativo n° 627, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Tapera FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chorrochó, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - Projeto de Decreto Legislativo n° 628, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Nova Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - Projeto de Decreto Legislativo n° 683, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim - ABCCI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatim, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - Projeto de Decreto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo n° 261, de 2021 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Barra Velha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - Projeto de Decreto Legislativo n° 567, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Pinhalzinho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - Projeto de Decreto Legislativo n° 680, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1013, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Urussanga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Urussanga, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - Projeto de Decreto Legislativo n° 296, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Ação Social São Francisco de Assis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - Projeto de Decreto Legislativo n° 315, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Cultural Catanduvense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catanduvas, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - Projeto de Decreto Legislativo n° 488, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - Projeto de Decreto Legislativo n° 549, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Godoy Moreira, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - Projeto de Decreto Legislativo n° 702, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste para executar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - Projeto de Decreto Legislativo n° 759, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Flor da Serra do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - Projeto de Decreto Legislativo n° 831, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lapa, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - Projeto de Decreto Legislativo n° 839, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Artística de Tapira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tapira, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - Projeto de Decreto Legislativo n° 843, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - Projeto de Decreto Legislativo n° 948, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ADESCAR Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1067, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Amigos de Pinhais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pinhais, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1078, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jataizinho, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1082, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste para executar serviço de radiodifusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitária no Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1083, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1085, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária RCS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Jorge d´Oeste, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1146, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Apoio a Mariluz - ACAM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mariluz, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - Projeto de Decreto Legislativo n° 317, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Santarenense de Radiodifusão Comunitária - ASRC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santarém Novo, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1058, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Assistência Comunitária José Belém para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vigia, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - Projeto de Decreto Legislativo n° 147, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Campos de Tracuateua - ARCCT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tracuateua, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - Projeto de Decreto Legislativo n° 350, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Martinho Prado Júnior para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - Projeto de Decreto Legislativo n° 445, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupi Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - Projeto de Decreto Legislativo n° 452, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró - Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caconde, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - Projeto de Decreto Legislativo n° 492, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Porto Estrela para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - Projeto de Decreto Legislativo n° 901, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Vale Teles Pires de Comunicação - AVATEPIC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - Projeto de Decreto Legislativo n° 400, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Princesa de Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juruena, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - Projeto de Decreto Legislativo n° 437, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - Projeto de Decreto Legislativo n° 503, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rosa de Saron - ACRS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Felixlândia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - Projeto de Decreto Legislativo n° 669, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidade - Ascidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - Projeto de Decreto Legislativo n° 857, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Barra-Cordense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - Projeto de Decreto Legislativo n° 861, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2021 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - Projeto de Decreto Legislativo n° 884, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Ebenezer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - Projeto de Decreto Legislativo n° 888, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dehoniana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pindaré-Mirim, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - Projeto de Decreto Legislativo n° 389, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Simão Dias, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - Projeto de Decreto Legislativo n° 537, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - Projeto de Decreto Legislativo n° 545, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - Projeto de Decreto Legislativo n° 668, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1142, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 78 - Projeto de Decreto Legislativo n° 242, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cristal de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ametista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - Projeto de Decreto Legislativo n° 246, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nordeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - Projeto de Decreto Legislativo n° 287, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação São Chico Nas Ondas do Rádio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - Projeto de Decreto Legislativo n° 560, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e de Comunicação Comunitária de Carambeí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carambeí, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - Projeto de Decreto Legislativo n° 641, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - Projeto de Decreto Legislativo n° 732, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaguajé, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - Projeto de Decreto Legislativo n° 755, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - Projeto de Decreto Legislativo n° 758, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mauá da Serra, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 86 - Projeto de Decreto Legislativo n° 771, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Base Vila São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - Projeto de Decreto Legislativo n° 579, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Teresense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - Projeto de Decreto Legislativo n° 619, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro Leopoldo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - Projeto de Decreto Legislativo n° 676, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juazeiro, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - Projeto de Decreto Legislativo n° 688, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - Projeto de Decreto Legislativo n° 660, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - Projeto de Decreto Legislativo n° 856, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Progressista de Radiodifusão Comunitária Sonora de Igarapé do Meio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igarapé do Meio, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - Projeto de Decreto Legislativo n° 895, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Apoio ao Cidadão Carente - A.A.C.C. para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Teresina, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Francisco Rodrigues Sancho para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - Projeto de Decreto Legislativo nº 790, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Dr. José Baptista Filho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Era, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - Projeto de Decreto Legislativo nº 791, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores de Juruaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juruaia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - Projeto de Decreto Legislativo nº 794, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratense Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Prata, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - Projeto de Decreto Legislativo nº 814, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Religiosa e Recreativa de Itanhomi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhomi, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - Projeto de Decreto Legislativo nº 817, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização outorgada à Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coqueiral, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - Projeto de Decreto Legislativo nº 836, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varjão de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 103 - Projeto de Decreto Legislativo nº 841, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 104 - Projeto de Decreto Legislativo nº 852, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barroso, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - Projeto de Decreto Legislativo nº 810, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Nova Descoberta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Agrestina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária João Carlos Zoby para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 108 - Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orobó, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 109 - Projeto de Decreto Legislativo**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 914, de 2021 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Encruzilhada para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador André Amaral. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1016, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Senador Salgado Filho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Salgado Filho, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - Projeto de Decreto Legislativo n° 130, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicações (Rádio Princesa do Atlântico FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maracanã, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 194, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bilac, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ.71/2024-CCDD). **ITEM 113 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 57, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. (REQ.72/2024-CCDD). **ITEM 114 - Projeto de Decreto Legislativo n° 318, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Benevente de Moradores para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anchieta, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. (REQ.73/2024-CCDD). **ITEM 115 - Projeto de Decreto Legislativo n° 204, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação de Governador Valadares para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.74/2024-CCDD). **ITEM 116 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 87, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arari FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itamogi, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.75/2024-CCDD). **ITEM 117 - Projeto de Decreto Legislativo n° 775, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.76/2024-CCDD). **ITEM 118 - Projeto de Decreto Legislativo n° 312, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capivari, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.77/2024-CCDD). **ITEM 119 - Projeto de Decreto Legislativo n° 701, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caraguatatuba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.78/2024-CCDD). **ITEM 120 - Projeto de Decreto Legislativo n° 363, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Escada, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.79/2024-CCDD). **ITEM 121 - Projeto de Decreto Legislativo n° 729, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Surubinense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Surubim, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.80/2024-CCDD). **ITEM 122 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1081, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário de Jataúba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jataúba, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.81/2024-CCDD). **ITEM 123 - Projeto de Decreto Legislativo n° 193, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Buíque FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buíque, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.82/2024-CCDD). **ITEM 124 - Projeto de Decreto Legislativo n° 206, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Agricultores do Capibaribe Mirim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Vicente Férrer, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.83/2024-CCDD). **ITEM 125 - Projeto de Decreto Legislativo n° 915, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes - ACOPE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunicações.(REQ.84/2024-CCDD). **ITEM 126 - Projeto de Decreto Legislativo n° 434, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.85/2024-CCDD). **ITEM 127 - Projeto de Decreto Legislativo n° 441, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Mãe Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.86/2024-CCDD). **ITEM 128 - Projeto de Decreto Legislativo n° 443, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Farroupilha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.87/2024-CCDD). **ITEM 129 - Projeto de Decreto Legislativo n° 452, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Carnavalesca 25 Horas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.88/2024-CCDD). **ITEM 130 - Projeto de Decreto Legislativo n° 245, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Herval Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.89/2024-CCDD). **ITEM EXTRAPAUTA 131 - Projeto de Decreto Legislativo n° 64, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modulada no Município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.(REQ.90/2024-CCDD). **ITEM EXTRAPAUTA 132 - Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bairro Bento Marques - COHAB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tarauacá, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 133 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital nº 70, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública destinada a discutir o uso das redes Sociais como ferramenta de liberdade de expressão e os limites da intervenção judicial." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 19ª e 20ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício Circular nº 3.014/2024-GP, de meia dúzia de agosto de 2024, da Câmara Municipal de Limeira, por meio da qual a Mesa Diretora daquela Casa Legislativa encaminha a Moção de Protesto nº 155/2024, repudiando a Rádio Educadora de Limeira contra ofensas proferidas ao Poder Legislativo e a Vereadores e Vereadoras no exercício de seu mandato.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo, nesse período, qualquer membro deste Colegiado solicitar sua autuação.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Informo que foram solicitadas as seguintes inclusões de itens extrapauta, ambos relacionados ao serviço de radiodifusão: Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2024, de relatoria do Senador Hamilton Mourão, com voto pela apresentação de requerimento de informação; Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2021, de relatoria do Senador Alan Rick, com voto pela aprovação.

Questiono aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras se podemos realizar a inclusão extrapauta das matérias. (*Pausa.*)

Bom dia, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Bom dia, meu querido Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Seja bem-vindo!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Paz e bem! Muito obrigado.

Eu tenho um pedido também para colocar extrapauta, de um requerimento de audiência pública, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

Não havendo objeção, estão incluídos os PDL 64, de 2024, e 405, de 2021, como itens 131 e 132 da pauta respectivamente.

Assim, a pauta passa a ser composta por um ofício S, e 131 projetos de decreto legislativo, totalizando 132 itens.

O item 1, Ofício "S" nº 76, de 2017, possui voto pelo conhecimento e arquivamento e será apreciado em votação simbólica, mesmo procedimento a ser adotado para os itens 112 a 131, projetos de decreto legislativo com voto pela apresentação de requerimento de informações.

Por sua vez, os itens 2 a 111 e 132, com voto pela aprovação, serão apreciados em votação nominal.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 141, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Bragadense - ACCB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pato Bragado, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 236, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul/PR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goioerê, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 281, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mamborê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mamborê, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 283, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Saudade do Iguaçu - Paraná para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 428, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Tabuleiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matinhos, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 429, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 442, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 399, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Som das Águas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 159, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Panamericana S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 694, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Moriah (Moriah FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jales, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 886, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Morena Campo Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 305, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Lapa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Amélia Rodrigues, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 308, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Desenvolvimento Social de Igaporã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaporã, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 716, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmeirense de Defesa da Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 875, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Social de Santo Estêvão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Estêvão, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Progresso Cultural e Sucesso de São José da Coroa Grande - APCS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José da Coroa Grande, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 440, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente Elshadday para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Recife, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 490, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmares de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmares, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 533, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jupi, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 638, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicência, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 748, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gameleira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1043, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Moxotó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inajá, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1044, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buique para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buique, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGILATIVO N° 1057, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1089, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Pedrense de Eventos Comunitários para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedra, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 427, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Joaquim Mariano da Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Toritama, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 514, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Borba, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatoria *Ad hoc*: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

ITEM 30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 453, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Potirendaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatoria *Ad hoc*: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 455, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatoria *Ad hoc*: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 509, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística Dinâmica da Cidade de Laranjal Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatoria *Ad hoc*: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 581, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiúna, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatoria *Ad hoc*: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 627, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Tapera FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chorrochó, Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 628, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Nova Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 683, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim - ABCCI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatim, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Barra Velha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 567, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Pinhalzinho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 680, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1013, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Urussanga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 296, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Ação Social São Francisco de Assis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 315, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Cultural Catanduvense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catanduvas, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 488, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 44

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 549, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Godoy Moreira, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 45

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 702, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 759, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Flor da Serra do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 831, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lapa, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 839, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Artística de Tapira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tapira, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 843, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 948, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ADESCAR Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1067, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Amigos de Pinhais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pinhais, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1078, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jataizinho, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 53

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1082, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1083, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1085, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária RCS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Jorge d´Oeste, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

ITEM 56

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1146, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Apoio a Mariluz - ACAM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mariluz, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 57

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 317, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Santarenense de Radiodifusão Comunitária - ASRC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santarém Novo, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 58

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1058, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Assistência Comunitária José Belém para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vigia, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 59

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 147, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Campos de Tracuateua - ARCCT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tracuateua, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 60

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 350, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Martinho Prado Júnior para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

ITEM 61

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 445, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupi Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

ITEM 62

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 452, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró - Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caconde, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

ITEM 63

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 492, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Porto Estrela para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 64

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 901, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Vale Teles Pires de Comunicação - AVATEPIC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação

ITEM 65

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Princesa de Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juruena, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação

ITEM 66

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 437, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação

ITEM 67

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rosa de Saron - ACRS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 68

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 669, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidade - Ascidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 69

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 857, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Barra-Cordense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 70

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 861, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 71

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 884, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Ebenezer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 72

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 888, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dehoniana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pindaré-Mirim, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 73

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Simão Dias, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 74

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 537, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

ITEM 75

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 545, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

ITEM 76

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 668, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

ITEM 77

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1142, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 78

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cristal de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ametista do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

ITEM 79

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nordeste para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

ITEM 80

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 287, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação São Chico Nas Ondas do Rádio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

ITEM 81

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 560, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e de Comunicação Comunitária de Carambeí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carambeí, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

ITEM 82

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 641, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 83

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 732, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaguajé, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

ITEM 84

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 755, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

ITEM 85

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 758, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mauá da Serra, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

ITEM 86

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 771, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Base Vila São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

ITEM 87

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 579, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Teresense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação

ITEM 88

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 619, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro Leopoldo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 89

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 676, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 90

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 688, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 91

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 660, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 92

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 856, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Progressista de Radiodifusão Comunitária Sonora de Igarapé do Meio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igarapé do Meio, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 93

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 895, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 94

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Apoio ao Cidadão Carente - A.A.C.C. para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 95

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 393, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 96

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Francisco Rodrigues Sancho para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

ITEM 97

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 790, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Dr. José Baptista Filho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação

ITEM 98

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 791, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores de Juruaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juruaia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 99

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 794, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratense Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Prata, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

ITEM 100

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 814, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Religiosa e Recreativa de Itanhomi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhomi, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

ITEM 101

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 817, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

ITEM 102

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 836, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varjão de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

ITEM 103

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 841, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

ITEM 104

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 852, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barroso, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

ITEM 105

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 810, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Nova Descoberta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ITEM 106

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 815, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Agrestina, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ITEM 107

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 859, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária João Carlos Zoby para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ITEM 108

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 878, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orobó, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ITEM 109

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 914, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Encruzilhada para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador André Amaral

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

ITEM 110

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1016, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Senador Salgado Filho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Salgado Filho, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 111

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 130, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicações (Rádio Princesa do Atlântico FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maracanã, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

EXTRAPAUTA

ITEM 132

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 405, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bairro Bento Marques - COHAB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tarauacá, Estado do Acre.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação

Em virtude da extensão da presente pauta e considerando que sua publicação foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo regimento interno desta Casa, consulto a V. Exas., em especial aos Relatores, se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios, passando diretamente à discussão e à deliberação dos itens. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios dos itens 1 a 132.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Designo, como Relator *ad hoc*, para os itens em que o Relator original não se encontre presente, o primeiro titular do bloco com presença registrada no painel.

Iniciaremos as deliberações pelos itens 2 a 111 e 132, cuja votação será efetuada pelo processo nominal.

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de otimização do fluxo de trabalho, podemos manter aberto o painel para votação em globo dos itens 2 a 111 e 132 enquanto procedemos à discussão dos relatórios. (*Pausa.*)

Por uma questão de otimização do fluxo de trabalho, podemos manter aberto o painel para votação em globo dos itens 2 a 111 e 132 enquanto procedemos à discussão dos relatórios.

Com a aquiescência do Plenário, solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Àqueles que tenham voto contrário a algum projeto solicito que informem à Secretaria da Comissão para que o item seja retirado da votação em globo e seja feita a sua votação individual.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Declaro aberta a discussão dos itens 2 a 111 e 132 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro a encerrada discussão.

Reforço que o painel de votação já se encontra aberto para a votação em globo dos itens 2 a 111 e 132 da pauta.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Relembro também aos Senadores que desejam manifestar o voto contrário a algum projeto que informem à Secretaria da Comissão para que o item seja retirado da votação em globo e seja feita a sua votação individual. (*Pausa.*)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito à Secretaria da Mesa que publique o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Houve 13 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Estão aprovados os projetos de decreto legislativo dos itens 2 a 111 e 132 da pauta, nos termos de seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Se o senhor me permite, a gente está tendo várias Comissões ao mesmo tempo ali e eu sei que vai ter o segundo bloco agora de votação, não é isso? Queria ver se era possível colocar o meu extrapauta para a gente votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passemos agora à apreciação do Requerimento nº 70, de 2024, de autoria do Senador Eduardo Girão, que está reclamando – viu? – que, no primeiro gol do Botafogo, ele matou a bola com o braço. (*Risos.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 133

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 70, DE 2024

Requer a realização de audiência pública destinada a discutir o uso das redes Sociais como ferramenta de liberdade de expressão e os limites da intervenção judicial

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A deliberação será em votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para que apresente aí o seu requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Presidente, nós estamos vivendo um momento de muita sombra, de muita treva no Brasil com relação à liberdade de expressão. Tudo é usado para censurar, especialmente a quem é de direita, quem é conservador. Nós estamos vendo isso se alastrar. A atmosfera do Senado já não permite que tenhamos mais paciência com relação a isso, nós precisamos tomar uma posição, e esta Comissão tem tudo a ver com a questão do direito digital, e as pessoas estão sendo privadas dele. Tivemos agora os 22 milhões de brasileiros na questão do X e nós estamos vendo também que pessoas que são perseguidas politicamente também tiveram suas redes sociais bloqueadas.

Então, nesse requerimento – eu não entro nem nessa questão do X, que é a polêmica, que a gente está tratando lá no próprio Plenário do Senado, com o Presidente da Casa –, eu tenho que, novamente, pedir aqui a chamada, caso seja aprovado pelos colegas, do representante da Meta, que não veio na última audiência pública nossa; representante do TikTok e representante do YouTube, que também não vieram na última sessão que nós fizemos aqui sobre algoritmo, sobre a questão de caçada à livre opinião no Brasil, com possíveis relações com os nossos tribunais superiores, TSE e STF; e também o Sr. Filipe Martins, que é ex-Assessor de Assuntos Internacionais do Governo anterior. Então, o objetivo dessa audiência pública está bem definido aqui na nossa justificação.

Eu preciso ler? (*Pausa.*)

Não, não preciso ler.

Então, é só para fazer aqui esse pedido, se a gente puder aprovar para marcar o mais rápido possível.

Aproveitando, Presidente, antes de concluir a votação, eu queria fazer um apelo, não ao senhor, mas ao Presidente desta Comissão, nosso irmão, Senador Eduardo Gomes, do Estado de Tocantins, porque nós já aprovamos há algum tempo uma audiência pública que não foi marcada pela Comissão.

E as pessoas estão me cobrando lá fora, principalmente no meu estado, onde eu fiz declarações públicas, dei entrevistas. E é um sentimento crescente da população brasileira com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação à questão daquele Juiz Auxiliar do Ministro Alexandre de Moraes, o Tagliaferro, que, inclusive, na *Oeste*, fez denúncias gravíssimas sobre a questão da censura, e a gente tem uma audiência pública aprovada para ouvi-lo. Basta apenas a Comissão marcar.

Então, eu queria fazer um apelo ao Presidente desta Comissão, pois é um desejo – eu acredito até que é da população de Tocantins também, do Brasil – que a gente possa marcar isso o quanto antes. Segunda-feira, eu estarei aqui, na próxima semana. Então, eu faço esse apelo, porque vão ter três semanas de sessões virtuais, mas eu estarei aqui na segunda-feira e faço um apelo ao Presidente para que possa aprovar essa... É só marcar, já está aprovada. É só marcar essa audiência pública na próxima segunda-feira, pode ser na manhã, pode ser na tarde, como convir, mas é só marcar.

Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Girão. Vou levar o pleito de V. Exa. ao Presidente da Comissão.

Declaro aberta a discussão do requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Passemos agora à apreciação do ofício "S" com voto pelo conhecimento e arquivamento; e dos projetos de decreto legislativo com votos pela apresentação de requerimentos de informação.

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 76, DE 2017

- Não terminativo -

Encaminha a transferência direta da concessão outorgada originariamente à TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

ITEM 112

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 194, DE 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bilac, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatoria *Ad hoc*: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 113

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 57, DE 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 114

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 318, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Benevente de Moradores para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anchieta, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 115

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação de Governador Valadares para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 116

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 87, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arari FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itamogi, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 117

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 775, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 118

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 312, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capivari, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 119

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 701, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caraguatatuba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 120

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Escada, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 121

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 729, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Surubinense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Surubim, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 122

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1081, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário de Jataúba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jataúba, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: *Senador Humberto Costa*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 123

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 193, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Buíque FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buíque, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 124

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 206, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Agricultores do Capibaribe Mirim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Vicente Férrer, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Zenaide Maia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 125

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 915, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes - ACOPE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 126

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 434, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 127

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 441, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Mãe Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 128

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Farroupilha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 129

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 452, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Carnavalesca 25 Horas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 130

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Herval Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatoria *Ad hoc*: Senador Espiridião Amin

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

EXTRAPAUTA

ITEM 131

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 2024

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento

Essas deliberações se submetem à votação simbólica.

Declaro aberta a discussão do item 1 e dos itens 112 a 131 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, os relatórios apresentados ao item 1 e aos itens 112 a 131 da pauta.

Os Senadores que concordam com os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório apresentado ao item 1, Ofício "S" nº 76, de 2017, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Aprovados ainda os relatórios apresentados aos projetos de decreto legislativo dos itens 112 a 131 da pauta, que passam a constituir os pareceres preliminares da Comissão pela apresentação de requerimentos de informação.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 19ª e 20ª Reuniões desta Comissão, realizadas nos dias 14 e 15 de agosto de 2024, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas, serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Alan Rick, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Sergio Moro, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Arns, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Beto Faro, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Seif, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda da Senadora Rosana Martinelli, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, André Amaral, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 373, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima - ACECAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 91/2024-CCDD). **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 447, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 92/2024-CCDD). **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 280, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 93/2024-CCDD). **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 298, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 94/2024-CCDD). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 543, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Claraval para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Claraval, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 95/2024-CCDD). **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 584, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Igarapava para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igarapava, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 96/2024-CCDD). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 770, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 97/2024-CCDD). **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Projeto de Lei n° 4161, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido por meio da rede mundial de computadores." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com 1 (uma) emenda de redação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto na forma da Emenda nº 1-CCDD (de redação). A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 22ª reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/09

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento informativo:

White Paper Cibersegurança & Regulação: perspectivas para o setor de telecomunicações, por meio do qual a Agência Nacional de Telecomunicações apresenta um estudo sobre as perspectivas de abordagem da cibersegurança em diversas jurisdições mundo afora e em organizações internacionais.

O documento está disponível na aba anexos da reunião, da reunião eletrônica da Comissão, ou poderá ser solicitado à Secretaria da Comissão, após a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ex officio, solicito à nossa Secretaria que envie uma cópia desse documento e de qualquer outro documento que chegue relacionado à cibersegurança, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, especialmente para a Subcomissão de Defesa Cibernética, que tem que apresentar um trabalho nesse sentido, até o final do ano.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Comunico a V. Exas. que o Senador Zequinha Marinho, que nos honra com a sua presença, solicitou a inclusão, extrapauta, do Projeto de Lei nº 4.161, de 2020.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos efetuar a inclusão, extrapauta, da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, com a aquiescência do Plenário, está incluído como item extrapauta o Projeto de Lei nº 4.161, de 2020.

A pauta, portanto, passa a ser composta por sete projetos de decreto legislativo e um projeto de lei, o referido 4.161, de 2020.

Como houve pedido de inversão de pauta, eu adoto o item 8 como extrapauta. É o Projeto de Lei nº 4.161, de 2020.

Saúdo, sem que ele pense que há usurpação, o nosso "aba" e "ala", o Senador Mourão.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 4161, DE 2020

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido por meio da rede mundial de computadores.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria do PL é do Senador Zequinha Marinho.

O relatório é favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao prezado amigo Senador Zequinha Marinho para a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Permita-me ir direto à análise do projeto em função até mesmo de este ser enorme.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos de seu art. 104-G, incisos IV e VIII, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre direito digital e outros assuntos correlatos. Como a proposição sob análise trata da tipificação de crime cometido em ambiente digital, verificamos que a matéria está sob as competências regimentais deste Colegiado.

Passamos ao mérito.

De início, registramos nosso apoio à iniciativa. Ao ampliar a punição para os crimes de estelionato e fraude comercial, a proposta busca reduzir a incidência desses delitos no ambiente digital, bem como reforçar a proteção dos consumidores, promovendo um ambiente mais seguro para toda a sociedade brasileira.

O fenômeno dos crimes cibernéticos tem sido impulsionado nos últimos anos pela mudança de hábito das pessoas, que passaram a utilizar cada vez mais a internet na sua vida cotidiana. Nesse cenário, quadrilhas têm se adaptado de maneira estratégica, empregando ferramentas tecnológicas e métodos sofisticados de engenharia social, para perpetrar golpes contra suas vítimas.

Essa realidade pode ser observada por meio da pesquisa realizada pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano passado. De acordo com o levantamento, os casos de estelionato virtual aumentaram 65,2% entre os anos de 2021 e 2022. O anuário aponta, no entanto, que os dados podem ser ainda maiores, pois seis estados, incluindo Rio de Janeiro e São Paulo, não especificaram os crimes cometidos pela internet, ao informar os dados gerais de estelionato.

A pesquisa reflete uma preocupante tendência de crescimento dos crimes cibernéticos no Brasil, com efeitos gravíssimos para a ordem social. Portanto, avaliamos que a iniciativa cuida de matéria relevante.

Noutro aspecto, é oportuno analisar como esses crimes cibernéticos afetam a sociedade brasileira. Abordaremos três casos que exemplificam essa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um caso muito comum é o golpe da loja falsa. Nesse esquema, criminosos criam *websites* que imitam lojas virtuais legítimas, atraindo consumidores desavisados com ofertas tentadoras. Ao realizar compras nessas plataformas, os usuários fornecem dados pessoais e financeiros, que são, desse modo, utilizados para práticas ilícitas como roubo de identidade e fraudes financeiras.

Outro exemplo é o estelionato sentimental, um tipo de fraude por meio da qual criminosos estabelecem vínculos afetivos com suas vítimas para obter vantagens financeiras. Utilizando redes sociais e aplicativos de mensagens, esses golpistas exploram a confiança e vulnerabilidades emocionais das pessoas, para persuadi-las a enviar dinheiro ou para incentivá-las a compartilhar informações pessoais e financeiras.

Um terceiro caso é a criação de ferramentas que simulam serviços governamentais legítimos, como o sistema de declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física. Por meio dessas falsificações, criminosos enganam indivíduos, induzindo-os a compartilhar informações sigilosas sob falsa premissa de conformidade fiscal, o que resulta na exposição de dados pessoais e financeiros, abrindo caminho para uma série de delitos.

Esses crimes cibernéticos não apenas causam danos diretos às vítimas, mas também têm impactos mais amplos.

A sobrecarga dos serviços de saúde devido aos estresses emocionais e financeiros causados pelas fraudes é um exemplo claro dos prejuízos que a sociedade brasileira enfrenta com o avanço da criminalidade no meio digital.

Por tudo isso, reconhecemos o valor da proposição sob exame. Temos a convicção de que a adoção da medida legislativa proposta contribuirá sobremaneira para a erradicação dessas práticas criminosas que têm causado consideráveis danos à sociedade brasileira.

Registramos apenas a necessidade de um ajuste no texto, de forma a compatibilizar os termos da proposta com o disposto na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet (MCI). O inciso I do art. 5º do referido instrumento legal traz a definição de internet, qual seja "o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes".

Nesse sentido, Presidente, entendemos que a expressão "rede mundial de computadores", utilizada no projeto de lei em exame, poderia ser substituída, simplesmente, por "internet", na forma da emenda de redação que sugerimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.161, de 2020, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no Projeto de Lei nº 4.161, de 2020, a denominação "rede mundial de computadores" por "internet".

Era essa a análise e o nosso voto, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Meus cumprimentos ao Senador Zequinha Marinho pela qualidade técnica do seu relatório.

Coloco em discussão a matéria, por favor. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica, nós temos quórum.

Portanto, os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCDD, de redação.

A matéria vai à Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania.

Meus cumprimentos ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Passemos à apreciação dos projetos de decreto legislativo, relacionados ao serviço de radiodifusão, com relatório pelo encaminhamento, requerimento de informação, portanto, a votação será realizada pelo processo simbólico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos efetuar a leitura de todos os relatórios e, ao final, proceder à discussão e à votação dos itens de 1 a 7 em globo. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima - ACECAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relator *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Eu concedo a palavra ao nosso emérito Relator, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom dia, Presidente.

Indo direto à análise, o Regimento Interno do Senado Federal coloca que cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições dessa natureza.

O serviço de radiodifusão comunitária está disciplinado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que foi regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho do mesmo ano.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, de acordo com os artigos já mencionados.

No entanto, o exame da documentação que acompanha o PDL nº 373, de 2021, não evidenciou a violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, mas, contudo, não foi localizada a comprovação de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade atendida, como determina o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.612, de 1998.

Nesses termos, é necessário complementar a instrução da matéria.

Assim, Presidente, nosso voto é pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2024
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima – ACECAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2021:
> 1) comprovação de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade atendida.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como anunciei, os itens 1 a 7 terão votação em globo.

Passamos para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 447, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relator *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

A relatoria originalmente é do Senador Jorge Seif.

Concedo a palavra ao nosso Senador Mourão, Relator *ad hoc*.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, a documentação está de acordo com a legislação pertinente, é competência da nossa Comissão.

No entanto, insta mencionar que o parecer do Ministério das Comunicações que atesta a inexistência de vínculo que subordine ou sujeite a interessada, inclusive por meio de seus dirigentes, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, conforme exigido pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, não foi encontrado no processo que instrui esta proposição.

Para esclarecer esse ponto específico, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal.

Assim, o nosso voto é encaminhar o seguinte requerimento ao Ministro das Comunicações:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2024
> Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SOMBRIO para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2021:
– confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, ao tempo da edição da Portaria nº 133, de 1º de fevereiro de 2016.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Mourão, eu indago a V. Exa. e indago também à Secretaria sobre o seguinte: nós aprovamos um projeto de minha autoria, com o seu voto – o senhor só não foi Relator –, que modifica o decreto-lei para atenuar essa proibição, ou seja, para que essa proibição não se estenda à associação de rádios, até porque hoje é difícil... Ou a rádio é cabeça ou é subsidiária...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mesmo que não tenha um vínculo de subordinação, mas ela aproveita.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ela faz parte de uma rede. Ninguém... Nem a Radiodifusora de Bagé opera sozinha.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nem a de Bagé, que é exclusivista em tudo, (*Risos.*) graças ao nosso querido Guanaco, que implantou esse exclusivismo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu não sei se esse parecer... (*Pausa.*)

Eu, pessoalmente, tenho orientado o meu parecer, tenho pedido à minha assessoria que oriente o parecer no seguinte sentido: nós aprovamos. Isso é uma coisa óbvia. Não existe mais uma rádio exclusiva, com programação exclusiva, ou sem vínculo de comunicação. Até falamos há pouco sobre internet. Homem algum é ilha, já é antiga essa frase e esse título de livro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E a maioria das rádios hoje, Presidente, transmite pelo YouTube, em um canal do YouTube.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim. E com um detalhe: quando tem a programação local, ela até avisa: "Agora vamos ter a programação local".

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quer dizer, se nós tivermos essa visão restrita, restritiva, não vai haver mais. Nós estamos descolados da realidade. E convenhamos: o que hoje individualiza a rádio é a sua programação local. Então uma rádio que tem... Vamos imaginar uma rádio que fique no ar por 20 horas, 24 horas ou 18 horas, desliga... Mas se ela quiser ficar 24 horas, ela fica, pendurada numa programação de uma rádio matriz. E isso não é subordinação. Eu me refiro – agradeço aqui à Leridiana – ao PL 6.106, de 2023, que eu apresentei exatamente. E foi aprovado aqui, porque terminativo; está na Câmara.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está parado na Câmara para variar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só que a Câmara aprova desconsiderando a proibição restritiva, ou plenamente restritiva, e nós... Então, é claro que eu respeito, acho que hoje nós podemos aprovar todos esses, mas eu creio que o Senado deveria diligenciar com a Câmara o seguinte: nos próximos processos que aparecerem aqui e que analisem isso, que no parecer da Câmara se verifique se é só em rede, se existe só a rede ou se é o proprietário. Vamos ser mais claros.

O Chateaubriand já enfrentou esse problema, não é? Assis Chateaubriand. Ele não podia ser dono de todas as rádios, de todos os jornais.

Uma coisa é a exclusiva... Hoje não existe a possibilidade de alguém ter o monopólio de comunicação.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É um caso específico na imensa maioria dessas rádios que nós aprovamos aqui, que obviamente estão penduradas para poder transmitir alguma programação de caráter nacional.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, mas quase todas, especialmente as comunitárias, têm programação local. É aí que aparece a identidade dela,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senão ela nem atrairia. Então tem uma hora, dez horas, seis horas de programação local, que contempla o interesse da comunidade.

Então, eu acho que os pareceres, por similaridade, serão aprovados...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas fica aqui ressalvado, inclusive com uma mensagem à Presidência, que diga isto: a Câmara deve aprovar, até porque ela já está agindo como o nosso projeto de lei determina. Uma coisa é ser proprietário de 50 rádios; outra coisa é ser cabeça de uma rede que respeita a individualidade. Não existiria associação, então, com a TV Globo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, em hipótese alguma, desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pelo decreto-lei, estritamente interpretado, não pode ter afiliada, não é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como o Relator chegou...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Na sua viatura nova...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e não levou isso em consideração, foi atropelado pela viatura... (*Risos.*)

Nós estamos discutindo aqui, Senador Seif... E é curioso como ele muda de penteado todos os dias, não é?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Está crescendo o cabelo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu consigo perceber isso, por uma vocação inata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós estamos aqui discutindo o seguinte: a proibição que nos remete a corretamente pedir a diligência foi revogada por nós, só não foi revogada pela Câmara ainda. Quer dizer, é o vínculo; não existe rádio sem vínculo. Me dá o nome de uma rádio que tenha só a sua programação. Então, fazem parte, são afiliadas ou aproveitam a programação; têm 18 horas de programação nacional e quatro horas de programação local. Está ótimo. O sujeito que é interessado liga naquela... Então nós estamos... O seu parecer, o parecer anterior, diz o seguinte: o decreto-lei não permite... E quem criou esse caso fui eu. E propus um projeto de lei revogando o art. 11 do decreto-lei, que está completamente fora da realidade.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Que proíbe...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que haja esse vínculo familiar, religioso, político; no fim, não pode nada. Então essa visão absolutamente restritiva do seu parecer não está errada, só que está em desacordo com o que a própria Câmara considera. Os pareceres vêm favoráveis à renovação por essa visão moderna que nós escrevemos num projeto de lei e aprovamos terminativamente. Ninguém recorreu, e foi para Câmara. A Câmara continua agindo como se ele fosse lei, mas não aprovou a lei.

Então a minha sugestão: hoje nós aprovaremos – é a minha sugestão – todos os pedidos de informação, mas nos próximos a Secretaria vai tomar esse cuidado de devolver para Câmara para saber se foi considerado o art. 11. E, se eles acham que deve ser mudado, é só aprovar o PL 6.106 que está lá.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – De quando é isso?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aprovamos este ano, mas foi apresentado... Foi apresentado o PL exatamente por isso: "Olha, nós estamos aprovando ao arrepio da lei em vigor". E a lei em vigor está absolutamente ultrapassada pelo projeto anterior que nós vimos. Quer dizer, a internet é perigosa exatamente por isto, que ela universaliza o fato. E, se o fato não for verdadeiro, está universalizado, não está restrito àquele poste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, feita essa intervenção, podemos passar para o item 3, porque todos serão aprovados em bloco. Então a minha sugestão é que nós aprovemos todos.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 280, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Se o Senador Mourão concordar, podemos deixar que ele mesmo se desincumba.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Acho que é importante nós ouvirmos o relato na voz do seu próprio Relator. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Exatamente. Então, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro do Estado das Comunicações, concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, se me permitir, vou direto para a análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No curso do exame da documentação referente à matéria, não foi possível identificar evidência que comprove a regularidade da entidade ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998. Tal dispositivo veda que as executantes do serviço de radiodifusão comunitária estabeleçam ou mantenham vínculos que as subordinem ou as sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante, dentre outros, compromissos ou relações político-partidárias.

Nesse sentido, com o objetivo de dotar esta Comissão de todos os elementos necessários à deliberação da matéria, propõe-se o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações para o devido esclarecimento da questão.

Meu voto é que seja encaminhado ao Ministro das Comunicações este requerimento de informações.

Obrigado, Sr. Presidente Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, nós vamos... A tendência é não se aprovar como está, porque o art. 11 se refere a esse tipo de vinculação, e o da 6.106 é uma restrição mais profunda que nós estamos revogando. (*Pausa.*)

Estou sendo informado que o nosso PL 6.106 está na Comissão de Comunicação da Câmara, e o Deputado Silas Câmara, do Amazonas, é o Relator. Se alguém o conhece...

Vamos ao item 5, então.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 543, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Claraval para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Claraval, Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relator *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Concedo a palavra ao nosso prezado Senador Mourão, como Relator *ad hoc*.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bem, Presidente, a exemplo dos itens anteriores, indo direto à análise, é competência da nossa Comissão opinar sobre assuntos dessa natureza.

No curso do exame da documentação referente à matéria, não foi possível identificar evidência que comprove a regularidade da entidade em relação à manutenção de vínculo de natureza familiar, situação que, em tese, pode configurar infração prevista no art. 11 da Lei 9.612, de 1998.

Assim, torna-se necessário o encaminhamento de requerimento ao Ministro de Estado das Comunicações nos seguintes termos:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2024
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Claraval para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Claraval, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 543, de 2021:
> - confirmação da regularidade da entidade em relação ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 575, de 7 de junho de 2017, notadamente quanto à manutenção de vínculos de natureza familiar.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Reservado para votação em globo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 298, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, se me permitir, vou direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Insta mencionar, contudo, que não foi encontrado, no processo que instrui esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposição, o parecer do Ministro das Comunicações que atesta a inexistência de vínculo que subordine ou sujeite a interessada, inclusive por meio de seus dirigentes, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, conforme exigido pelo art. 11 da Lei 9.612, de 1998.

Para esclarecer esse ponto específico, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal.

Meu voto. Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do requerimento de informações para o Ministro das Comunicações.

Esse era o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente. Agradeço. Fica na espera para votação em globo.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 584, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Igarapava para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igarapava, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Dr. Hiran

Relator *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

A Relatoria é do Senador Hiran Gonçalves, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro do Estado das Comunicações.

Concedo a palavra ao Senador Mourão, nosso emérito Relator, para a leitura do relatório *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, verificando na análise, nós observamos que a documentação que acompanha o presente PDL está incompleta para comprovar a declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida, conforme é exigido pelo Parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.612, de 1998.

Também não foi possível localizar parecer atestando a inexistência de vínculo que subordine ou sujeite a interessada, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, conforme prescreve o art. 11 da mesma lei.

Assim, o voto é por remetermos o requerimento ao Ministro de Estado das Comunicações, nos seguintes termos:

> [...] [De acordo com o] art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária de Igarapava para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igarapava, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 584, de 2021:
> - comprovação ou declaração de que todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida; e
> - comprovação do atendimento ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito bem. Agradeço e informo que fica para votação em bloco.

Item 7, portanto, o último item desta série de projetos de decreto legislativo.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 770, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Alessandro Vieira

Relator *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Relatoria do Senador Alessandro Vieira, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Concedo a palavra ao Senador Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, acompanhando a análise, é importante mencionar que não foi encontrado no processo que instrui esta proposição o parecer do Ministério das Comunicações que atesta a inexistência de vínculo que subordine ou sujeite a interessada, inclusive por meio de seus dirigentes, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, conforme exigido pelo famoso art. 11 da Lei 9.612, de 1998.

Assim, o nosso voto é para encaminhamento de requerimento ao Ministério das Comunicações:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2024
> Nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 770, de 2021:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, ao tempo da edição da Portaria nº 916, de 9 de maio de 2016.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

Estão, portanto, agrupadas as matérias dos itens 1 a 7, já tendo sido aprovado o item 8.

As matérias estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação os relatórios apresentados aos itens 1 a 7 da pauta.

Os Senadores que concordam com os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Aprovados os relatórios que passam a constituir os pareceres preliminares da Comissão pela apresentação de requerimento, as matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 22ª Reunião desta Comissão, realizada em 4 de setembro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Eu só gostaria de ressaltar que nem todas as indagações são da mesma natureza, como se percebe. Algumas são sobre domicílio, que aí, no caso de rádio comunitária, é obrigatório.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Teve preponderância. Foi a marca predominante, o DNA mais marcante.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente do Senador Jorge Seif, do Senador Mourão e do Senador Zequinha, e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim, Carlos Portinho e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 2264/2023, de autoria Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), REQ 4/2024 - CCDD, de autoria Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), e REQ 10/2024 - CCDD, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Finalidade:** Instruir o PL 2264/2023, que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil, para dispor sobre a divulgação de crimes cometidos com uso de violência no ambiente escolar". **Participantes:** Senhor Samir Nobre, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABRATEL (representante de: Márcio Novaes, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABRATEL); Senhora Roberta Jacarandá, Diretora de Políticas Públicas do Conselho Digital - Associação pela Internet livre, segura e responsável (representante de: Felipe França, Diretor do Conselho Digital); Senhor Valdemar Latance Neto, Coordenador-Geral de Combate a Fraudes Cibernéticas - CGCIBER/DCIBER; Senhor Gustavo Borges, Diretor do Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias - LabSul; Senhora Alice Bernardo Voronoff, Consultora da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT (representante de: Flávio Lara Resende - Presidente da ABERT); Senhora Taís Niffinegger, Gerente de Bem-estar para América Latina - META; Senhora Juliana Cunha, Diretora da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos - SAFERNET (representante de: Thiago Tavares, Presidente da SAFERNET); e Senhor Marcelo Lacerda, Diretor de Políticas Públicas - Google. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/21

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2.264, de 2023, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da internet no Brasil, para dispor sobre a divulgação de crimes cometidos com uso de violência no ambiente escolar, em atenção aos Requerimentos nº 4, desta Comissão e de minha autoria, e de nº 10, desta Comissão e de autoria do Senador Carlos Portinho.

Participarão presencialmente – e convido a tomarem assento à mesa –, os seguintes convidados:

- Sra. Roberta Jacarandá, Diretora de Políticas Públicas do Conselho Digital, associação pela internet livre, segura e responsável;

- Sr. Gustavo Borges, Diretor do Laboratório de Direitos Humanos & Novas Tecnologias (LabSul);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sr. Valdemar Latance Neto, Coordenador-Geral de Combate a Fraudes Cibernéticas da Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal (Dciber).

Participarão por meio de videoconferência os seguintes convidados:

- Sra. Alice Bernardo Voronoff, Consultora da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert);

- Sr. Samir Nobre, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel);

- Sra. Juliana Cunha, Diretora da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da SaferNet;

- Sra. Taís Niffinegger, Gerente de Bem-estar para a América Latina da Meta;

- Sr. Marcelo Lacerda, Diretor de Políticas Públicas do Google.

Informo também que foram convidados o Sr. Igor Luna, representante da Câmara Brasileira da Economia Digital; a Sra. Rafaella Vieira Lins Parca, do Serviço de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil da Polícia Federal; e a Sra. Luana Tavares, CEO do instituto nacional de combate aos crimes cibernéticos, o INCC, que não puderam comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Para um melhor encaminhamento dos trabalhos, a palavra será concedida de modo alternado entre os convidados que participam presencialmente e os de modo remoto. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Inicialmente, quero apenas colocar aqui algumas palavras iniciais para balizar aqui esta nossa audiência pública. É uma honra dar início a esta audiência para debater o PL 2.264, de 2023, que propõe novas diretrizes para divulgação de notícias sobre crimes violentos em escolas.

Quero agradecer a presença dos representantes de entidades tão relevantes como a Abert, a Abratel, a Direção de Políticas Públicas do Conselho Digital, a Central Nacional de Denúncias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crimes Cibernéticos, o Laboratório de Direitos Humanos & Novas Tecnologias, a Diretoria de Bem-Estar para a América Latina (Meta), a Direção de Políticas Públicas do Google e a Coordenação-Geral de Combate a Fraudes Cibernéticas da Polícia Federal. O engajamento de todas essas entidades é fundamental para construir um diálogo equilibrado e responsável sobre o papel da comunicação e da tecnologia na prevenção e na mitigação de tragédias nas instituições de ensino.

De acordo com dados do Instituto Sou da Paz, houve um aumento significativo de casos de violência em ambientes escolares nos últimos anos. Entre 2010 e 2020, o número de ocorrências de violência escolar registradas em boletins de ocorrência cresceu mais de 180%. Essa escalada coloca em risco a segurança de nossos jovens e gera um impacto devastador para famílias e comunidades envolvidas.

Diante desse cenário, é essencial que se discutam os limites e a ética na divulgação de informações sobre esses episódios. Pesquisas indicam que a cobertura midiática de crimes violentos em escolas pode ter um efeito de contágio, aumentando a incidência de ataques similares. Um estudo publicado na revista *American Behavioral Scientist* aponta que cerca de 20% dos casos de violência em escolas são influenciados por coberturas anteriores na mídia, o que evidencia a necessidade de uma regulamentação cuidadosa e equilibrada, que assegure a liberdade da imprensa, mas que também proteja a sociedade dos efeitos nocivos que a exposição excessiva e sensacionalista desses casos pode causar.

O papel das plataformas digitais também não pode ser negligenciado. A SaferNet Brasil destaca que o compartilhamento de conteúdo sensível em redes sociais, muitas vezes, amplifica o impacto emocional e psicológico em alunos, pais e educadores, além de favorecer a disseminação de discursos de ódio e de incentivo à violência.

A cooperação entre as entidades aqui presentes é essencial para limitar a circulação de material prejudicial sem comprometer a liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar o papel das forças de segurança e da inteligência. A Polícia Federal e o laboratório sul-americano de crimes digitais, o Labsul, têm desempenhado um papel fundamental na identificação e no combate a grupos que utilizam a internet para promover e planejar atos violentos em escolas.

A troca de informações e o desenvolvimento de tecnologias avançadas são indispensáveis para prevenir novos ataques e para proteger nossos jovens de ameaças crescentes no ambiente digital. Destaco, mais uma vez, que a proposta do PL 2.264, de 2023, não busca silenciar a imprensa, mas, sim, encontrar um equilíbrio que proteja a sociedade e, especialmente, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambientes escolares. Segundo o International News Safety Institute, cerca de 70% dos jornalistas reconhecem a necessidade de protocolos mais rigorosos ao lidar com crimes violentos envolvendo crianças e adolescentes. A colaboração entre as organizações de mídia, como a Abert e Abratel, e os especialistas em segurança digital aqui presentes será vital para desenvolver e implementar diretrizes eficazes.

Concluo ressaltando que o objetivo desta audiência é ouvir as diferentes perspectivas sobre o tema e buscar soluções que garantam a segurança nas nossas escolas sem comprometer direitos fundamentais. A participação de todos é fundamental para que possamos construir um futuro em que nossas escolas sejam ambientes de aprendizado e desenvolvimento seguros para nossas crianças e jovens.

Muito obrigado pela presença, pela atenção de todos.

Passo, então, a palavra ao Sr. Marcelo Lacerda, por videoconferência, Diretor de Políticas Públicas do Google.

O SR. MARCELO LACERDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Perfeito, Marcelo. Pode prosseguir.

O SR. MARCELO LACERDA (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Mourão. Gostaria de agradecer o convite ao Google e cumprimentar a todos e todas na pessoa do Senador.

Bom, meu nome, como o senhor falou, é Marcelo Lacerda, sou o Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google no Brasil.

Eu queria começar a nossa fala aqui reforçando o repúdio a toda e qualquer forma de violência em ambiente escolar e reafirmar a nossa solidariedade às vítimas e às suas famílias. Agradeço também o convite para participar desse debate, porque nos dá a oportunidade de mostrar o nosso compromisso em contribuir com um ambiente cada vez mais seguro na internet, em especial para os nossos adolescentes e crianças.

O Google chegou aqui no Brasil, Senador, em 2005 e, ao longo desses 19 anos, a gente vem fazendo um trabalho contínuo, robusto e árduo para manter as pessoas cada vez mais seguras *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossos investimentos em segurança e inovação, ao longo de todos esses anos, se mostraram vitais na medida em que o cenário de ameaças cibernéticas evolui. E, quando se trata de crianças e das suas famílias que usam as nossas plataformas do Google e do YouTube, mantê-las seguras é a nossa prioridade. Por isso que a gente trabalha incansavelmente investindo não só em tecnologia para garantir que nossos produtos sejam seguros para as crianças e os adolescentes, mas também usando todos os recursos disponíveis para entender como essas ameaças evoluem. E é por isso que a nossa abordagem para esse desafio está baseada em três diferentes frentes de trabalho: a primeira delas é a cooperação com autoridades e a sociedade civil para que a gente possa manter o bem-estar das pessoas nos países em que a gente opera; o segundo pilar é a criação de ferramentas robustas para navegação segura das famílias em todos os nossos produtos; e o terceiro e último pilar é o desenvolvimento, a atualização e principalmente a aplicação constante das nossas regras de uso e diretrizes das comunidades.

Vou discorrer um pouco sobre cada uma dessas. Então o primeiro pilar é a nossa cooperação contínua com as autoridades e grupos da sociedade civil para manutenção da segurança das pessoas que fazem uso dos nossos produtos. A gente toma medidas firmes contra, por exemplo, material de abuso sexual infantil e qualquer conteúdo que venha promover o abuso ou coloque crianças e adolescentes em risco. A gente conta com equipes de diversas áreas que são treinadas e atualizadas, que trabalham de forma constante para identificar, remover e denunciar esse tipo de material, principalmente de abuso sexual infantil.

Além disso, a gente faz uso de tecnologia de ponta como classificadores de inteligência artificial e correspondência de Hash para identificar e denunciar material de abuso sexual infantil de forma rápida e eficiente. Esse material, uma vez identificado, é prontamente denunciado ao Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas – a sigla em inglês é NCMEC. É uma agência americana que reporta essas denúncias para as autoridades locais de forma global. Aqui, no caso do Brasil, para a Polícia Federal.

Eu queria compartilhar aqui rapidamente alguns números desse trabalho. No ano passado, para vocês terem uma ideia, a gente teve quase 8 milhões de conteúdos desse tipo denunciados pelo Google e pelo YouTube. Além disso, também no ano passado, em 2023, a gente desativou mais de 500 mil contas em razão desse trabalho.

A gente acredita que é importante também dar transparência para esses números e para esse trabalho. Por isso, tudo isso pode ser encontrado no nosso relatório de transparência, que é publicado uma vez por ano e contém os dados de todos esses esforços no combate ao material

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de abuso sexual infantil, incluindo os números de denúncias feitos ao NCMEC. E a gente não para por aí. A gente também colabora constantemente com o poder público no fornecimento de dados para subsidiar investigações sobre indivíduos ou grupos que fazem apologia a vários tipos de violência, inclusive violência nas escolas, incluindo aí as solicitações do Laboratório de Operações Cibernéticas do Ministério da Justiça.

E eu queria compartilhar com vocês alguns números também. No período entre março e abril de 2023, em que houve uma grande repercussão nacional de casos de ataques em escolas, o Google recebeu mais de 700 pedidos emergenciais das autoridades brasileiras tendo por base o tema terrorismo ou ataque em escolas que foram prontamente respondidos pelos nossos times. Este ano já recebemos cerca de 90 pedidos emergenciais também relacionados a ataques em escolas e que foram prontamente atendidos. Por meio dessas requisições, a gente fornece dados que auxiliam na identificação e localização desses potenciais ofensores. Além disso, a gente recebe diariamente dezenas de pedidos extrajudiciais e ordens judiciais de autoridades brasileiras requisitando dados de usuários para fins de investigações criminais, conforme também disponibilizado no nosso relatório de transparência.

Bom, por último, nesse pilar de trabalho com as autoridades e com a sociedade civil, eu queria destacar a questão da educação. A educação ativa e constante das pessoas também é fundamental. Para isso, a gente estabelece parcerias com instituições como a SaferNet, com quem, no ano passado, a gente lançou um guia de orientações claras para os criadores de conteúdo falarem sobre ataques em escolas de forma consciente. Essa cartilha, intitulada *Como falar sobre ataques violentos nas escolas - Do's e Don'ts para criadores de conteúdo*, ou faça ou não faça para os criadores de conteúdo, está disponível na internet e é mais uma ação que a gente tem para fortalecer a segurança e o bem-estar da comunidade, tanto dos criadores quanto dos usuários das nossas plataformas.

Bom, em relação ao segundo ponto, eu queria destacar as ferramentas com as quais a gente já endereça o tema central desta audiência, que é a segurança das nossas famílias, das nossas crianças e adolescentes. A busca do Google, que eu acredito aqui que todos devem conhecer, é a nossa ferramenta de pesquisa que indexa e organiza todas as páginas com o conteúdo disponível na internet, na *web*. Visando à segurança dos nossos usuários, a gente criou uma ferramenta de filtragem chamada busca segura, que ajuda exatamente a filtrar conteúdo explícito nos resultados da busca. E o que são esses resultados explícitos? São aqueles conteúdos que incluem conteúdo de cunho sexual explícito como pornografia, violência e imagens sangrentas. Hoje esse recurso já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é padrão para todos os usuários com menos de 18 anos. E, na verdade, não só para os usuários com menos de 18 anos. Para todos os usuários, esse recurso já é padrão.

Então, caso algum tipo dessas imagens, seja de conteúdo sexual explícito, violência ou imagens sangrentas, apareça na busca, todas essas imagens são mostradas borradas – é uma configuração padrão para todas as pessoas, mesmo aquelas que não ativaram a busca segura do Google.

Além disso, também em parceria com a SaferNet, a gente oferece um canal de denúncia no topo da busca antes de resultados para termos de pesquisas relacionadas a conteúdo de abuso sexual infantil. E a gente, obviamente, também oferece canais para que qualquer pessoa possa denunciar de modo fácil esse tipo de conteúdo nos nossos produtos.

E agora falando um pouco do YouTube, a gente trabalhou para lançar, já em 2015, o YouTube Kids, que é um aplicativo separado e totalmente seguro para a navegação das crianças, além das contas supervisionadas para adolescentes, ambos com total controle para as famílias e disponíveis para todos os dispositivos, seja celular, TV conectada ou computadores.

E aqui, só para terminar um último exemplo sobre como a gente disponibiliza ferramentas para que as famílias possam gerenciar a navegação dos seus filhos na internet, a gente também disponibiliza, desde 2017, o Family Link, que é um aplicativo que dá aos pais e responsáveis ferramentas para que possam ajudar seus filhos a tomarem decisões inteligentes quando eles começarem a usar seus dispositivos. Com o Family Link, esses pais e responsáveis podem gerenciar desde a instalação de aplicativos, controlar o tempo de uso ou mesmo bloquear remotamente o dispositivo dos seus filhos. Se os pais desejam gerenciar o telefone dos seus filhos ou estão pensando em dar aos seus filhos, por exemplo, um Chromebook, um computador ou um dispositivo Android, o Family Link ajuda esses pais a definir regras básicas para os seus filhos enquanto eles exploram a tecnologia. E, só para deixar claro, o produto é gratuito.

Bom, são produtos e ferramentas, como eu falei, gratuitos e acessíveis que demonstram o compromisso do Google para garantir uma experiência segura para as crianças e adolescentes na internet e, ao mesmo tempo, empoderam os pais e as famílias no acompanhamento do que seus filhos acessam a *web*, contribuindo para a gente minimizar esses riscos nos jovens na internet.

Bom, chego ao terceiro e último ponto da minha fala, no qual quero destacar brevemente como desenvolvemos e aplicamos as nossas políticas e diretrizes de comunidade, ou seja, as regras que estabelecemos para a segurança e o bom funcionamento dos nossos produtos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços. E aqui eu vou destacar o YouTube. As políticas do YouTube abrangem uma ampla gama de questões e são elaboradas exatamente com base em contribuições e no *feedback* de especialistas externos. E um exemplo dessa política, por exemplo, é a nossa política de conteúdo violento ou explícito, que não permite conteúdo mostrando incitação à violência contra indivíduos ou um grupo definido de pessoas, lutas envolvendo menores, filmagens envolvendo acidentes rodoviários, desastres naturais, cenas derivadas de guerras e ataques terroristas, pessoas com ferimentos graves ou outros cenários com a intenção de chocar ou causar repulsa nos espectadores.

Uma outra política que eu gostaria de destacar também é a política sobre suicídio ou automutilação, que não permite conteúdo que promova ou glorifique o suicídio ou automutilação, incluindo aqueles direcionados a menores.

E, por último, destaco a política contra assédio e *bullying*, que também não permite conteúdo carregado com a intenção de envergonhar, enganar ou insultar uma pessoa ou um menor.

Esses são só alguns exemplos das políticas que a gente desenvolve e trabalha diariamente para aplicar nos nossos produtos e serviços, sempre com o intuito de promover uma experiência segura para o público, incluindo as crianças e adolescentes.

E só para que vocês tenham uma referência, de janeiro a junho deste ano de 2024, a gente já removeu proativamente mais de 1,6 milhão de vídeos que violaram as políticas do YouTube no Brasil. Não é um trabalho simples; pelo contrário, só para vocês terem uma ideia, no YouTube, são carregados 500 horas de vídeos por minuto. Por isso, esse trabalho envolve a atualização constante dessas regras para que a gente possa fazer frente às novas ameaças que surgem todos os dias. Mas é uma luta que a gente entende que deve ser travada.

E é por isso que a gente segue firme, Senador, nesse trabalho, em colaboração com o Governo, com as autoridades de investigação, com a Justiça e com a sociedade civil, com o objetivo de prevenir e coibir novos ataques. A gente tem a certeza de que a internet é compartilhada por todos e seguimos firmes nos nossos esforços para torná-la um lugar cada vez mais seguro. Espero que essa breve intervenção possa dar uma ideia das políticas que a gente implementa para navegação e conteúdo familiar, bem como das ferramentas de segurança *online* e de como estamos comprometidos em preservar a integridade das crianças e adolescentes.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço, então, ao Sr. Marcelo Lacerda. Foi muito objetiva a sua apresentação sobre os três pilares que o Google utiliza na defesa dos nossos jovens, dos nossos adolescentes, cooperando com as autoridades, as ferramentas para a navegação segura, as regras de uso. Óbvio que é uma tarefa hercúlea, pelos números que foram colocados só no primeiro semestre deste ano, 1,6 milhão de vídeos removidos, coisas que a gente até desconhece, não é, Delegado? (*Pausa.*)

Muito bem.

Passarei, então, a palavra agora para a Sra. Roberta Jacarandá, Diretora de Políticas Públicas do Conselho Digital, associação por uma internet livre, segura e responsável.

Sra. Roberta, a senhora tem até dez minutos.

A SRA. ROBERTA JACARANDÁ (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar o Senador Hamilton Mourão e todos aqui presentes ou *online*.

Eu sou Roberta Jacarandá, sou *head* de relações institucionais, Diretora de Políticas Públicas do Conselho Digital, que é uma entidade sem fins lucrativos, sem afiliações políticas, que estuda, coordena e representa o ecossistema dos aplicativos de internet.

Eu queria agradecer a oportunidade de falar hoje desse assunto de tamanha importância e relevância, mas também bastante sensível, complexo e que vai nos exigir soluções reativas e preventivas de forma integrada e colaborativa.

Só para falar um pouquinho do contexto brasileiro, a gente tem uma população estudantil de aproximadamente 25,5 milhões de estudantes no ensino fundamental, que geralmente vai de 6 a 14 anos, e 7,9 milhões de estudantes do ensino médio, que geralmente vai de 14 a 18 anos. Cada aluno está inserido num ecossistema que inclui pais, irmãos, professores, outros funcionários escolares, a comunidade, ampliando significativamente o impacto social e comunitário das escolas. E esses números destacam a importância de a gente garantir um ambiente seguro e protegido para todos os envolvidos no sistema educacional.

O Projeto de Lei 2.264, que é objeto dessa audiência pública, propõe alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente e também no marco civil da internet, focando em protocolos específicos para a divulgação de crimes no ambiente escolar. E entre as medidas a gente tem a proibição de divulgação da identidade do autor, restringindo a divulgação de informações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam identificar esse agressor; proibindo a publicação de conteúdos que glorifiquem esse agressor – então, cartas, manifestos, vídeos, qualquer coisa que possa de alguma forma tentar justificar as ações desse agressor – e, no seu art. 2º, o projeto traz a responsabilidade daqueles que têm controle sobre o poder editorial para implementar esses ajustes e fazer o que seja necessário para alcançar os objetivos elencados no projeto.

A gente acredita que o cumprimento dessa diretriz pelos produtores de conteúdo é medida válida e suficiente para desincentivar o compartilhamento de notícias que contenham esses elementos prejudiciais. Ou seja, o projeto consegue atacar a divulgação de crime cometido com o uso de violência em ambiente escolar ao trazer a responsabilização do agente, independente do meio que ele utilize. Então, podem ser mídias, pode ser radiofusão, o projeto cobre isso.

Mas o projeto também traz uma terceira medida, que é modificar o regime de responsabilidade de provedores de aplicação da internet para que eles se tornem subsidiariamente responsáveis pelos danos decorrentes da não remoção desses conteúdos – da não remoção em tempo real. Essa terceira medida tem um objetivo louvável, mas tem uma redação extremamente abrangente, o que nos faz discutir a viabilidade técnica dessa medida.

Ao exigir que as plataformas saibam em tempo real de cada uma das publicações dos incidentes, o projeto desconsidera alguns desafios técnicos. O primeiro deles é o volume de conteúdo. Até como dito pelo Marcelo, no YouTube são geradas 500 horas por minuto ou 30 mil minutos de vídeo por segundo; no Instagram, mais de mil publicações por segundo. Esse volume torna extremamente desafiador monitorar e moderar todo o conteúdo em tempo real. Principalmente, se a gente considerar a redação abrangente que o projeto traz, com expressões como "qualquer outro elemento", "qualquer outro tipo de documento", "qualquer outro adereço utilizado". Essa abrangência torna a implementação desse comando tecnicamente inviável.

O segundo desafio é a limitação dos sistemas automatizados e dos sistemas manuais também. Embora as plataformas usem algoritmos de inteligência artificial para identificar conteúdo violento ou prejudicial, essas tecnologias não são totalmente perfeitas. Elas podem falhar em entender o contexto de imagens, vídeos e textos. Isso pode levar a dois problemas: conteúdo nocivo escapando de detecção e conteúdo inofensivo sendo removido por engano.

Imagine um cenário hipotético no caso de um atentado a uma escola. Apoiadores desse agressor passam a divulgar imagens desse agressor quando era criança, como forma de um apoio disfarçado. Imediatamente, o algoritmo não vai identificar aquilo como um problema. Até ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender o contexto daquelas imagens, esses conteúdos podem circular, e aí, quando você tem o entendimento do contexto, aquele conteúdo passa a ser derrubado. Mas isso não vai acontecer em tempo real porque ali é a imagem de uma criança.

A gente tem também usuários mal-intencionados que frequentemente encontram maneiras de contornar as diretrizes da plataforma, utilizando palavras, imagens codificadas, memes e outras formas de comunicação que passam despercebidas pelos sistemas automatizados. Mais uma vez, a questão do contexto.

E esses fatores tornam extremamente difícil garantir que nenhum conteúdo violento será publicado, mesmo com sistemas de moderação avançado, mesmo com investimento pesado nesses sistemas.

A terceira questão que a gente gostaria de abordar são as implicações do regime de responsabilidade legal.

Remoção agressiva de conteúdo como forma de proteção contra uma possível responsabilização deve acontecer, uma vez que, se você vai ser responsabilizado, você começa a remover mais conteúdos ali preventivamente, e pode resultar em limitação à livre circulação de informação e ao próprio debate público.

O monitoramento ativo em tempo real de todas as publicações relacionadas a incidentes violentos também é considerado tecnicamente inviável.

Sistemas de notificação: a ausência de um sistema de notificação oficial, combinado com a falta de diretrizes claras do que precisa ser derrubado, dificulta também uma ação rápida.

Então, o que seria razoável para a gente garantir que todos estejam aliados com o mesmo objetivo dessa possível lei?

Primeiro, eu gostaria de trazer uma iniciativa global, já que esse problema da violência em ambiente escolar não é um problema exclusivo do Brasil. Vários países e empresas de tecnologia, incluindo os nossos associados, já trabalham no sentido de combater a proliferação de conteúdos extremistas e terroristas na internet dentro do chamado Christchurch Call.

Eu não sei quantos de vocês aqui vão lembrar, mas, em março de 2019, houve um atentado na Nova Zelândia em que um atirador matou 51 pessoas. Parte desse atentado ele conseguiu transmitir pelas redes. Esse atentado ficou conhecido como o atentado de Christchurch. Por conta disso, uma iniciativa voluntária multilateral e de âmbito global foi criada, chamada Christchurch

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Call, em maio de 2019. Essa iniciativa foi liderada, à época, pela então Primeira-Ministra da Nova Zelândia e pelo Presidente da França.

O Christchurch Call tem como objetivo unir governos, empresas de tecnologia e a sociedade civil para combater a proliferação de conteúdos violentos na internet. A iniciativa busca equilibrar a liberdade de expressão com a necessidade de segurança, promovendo medidas como a remoção rápida de conteúdos violentos e o desenvolvimento de ferramentas que impeçam a transmissão desses atos *online*.

Entre os compromissos assumidos pelos participantes, estão a criação de protocolos mais eficientes para responder a crises, melhorias na moderação de conteúdo e uma colaboração maior entre os governos e empresas tecnológicas para prevenir o uso da internet como ferramenta de radicalização. Mas, infelizmente, o Brasil ainda não é signatário dessa iniciativa.

Com o que as empresas se comprometeram dentro dessa iniciativa? Nós temos ali: prevenir a disseminação de conteúdo terrorista extremista violento, incluindo melhorar a detecção e a remoção de conteúdos; desenvolver e implementar sistemas automatizados ou manuais que detectem e removam rapidamente esses conteúdos; melhorar os controles para evitar a transmissão de atos terroristas *online*, incluindo a criação de protocolos de resposta rápida; aprimorar a transparência de moderação de conteúdo; apoiar pesquisas e colaborar com a sociedade civil para entender a dinâmica da radicalização *online* e melhorar suas práticas, além de engajar na promoção de contra narrativas; compartilhar tecnologias e ferramentas para a detecção e a remoção de conteúdo em diferentes plataformas.

Esses compromissos têm contribuído para um ambiente digital cada vez mais seguro ao mesmo tempo em que preservam a liberdade de expressão e a privacidade dos usuários, equilibrando a remoção de conteúdos violentos com os direitos fundamentais.

Compromissos como o Christchurch Call são frequentemente mais eficientes do que uma legislação, primeiramente, porque adotam uma abordagem colaborativa que permite uma adaptação rápida, pelas mudanças da internet e pelas complexidades do ambiente digital.

Como ela é uma ferramenta colaborativa, você consegue mudar os protocolos de forma mais rápida e responder mais rápido aos desafios que vão aparecendo, e que mudam ao longo do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, em vez de impor penalidades automáticas, o Christchurch Call incentiva as empresas a desenvolverem as próprias soluções tecnológicas para detectar e remover conteúdos, compartilhando essas soluções entre as empresas, dentro da iniciativa. Isso cria um ambiente de inovação e de responsabilidade compartilhada, onde as empresas são incentivadas a agir de forma abrangente para evitar consequências legais imediatas.

Então, pelas razões expostas aqui, defendemos que a solução mais eficaz para lidar com a violência escolar e a disseminação de seus impactos nas mídias envolve uma combinação de protocolos preventivos, responsabilização bem calibrada e uma abordagem educativa.

Nesse sentido, acreditamos que o art. 21-A do PL deve ser reconsiderado, em especial seu §2º.

Quero agradecer a oportunidade e encerro a minha apresentação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço à Sra. Roberta pela exposição feita.

Obviamente, é o objetivo da nossa audiência ouvir a sociedade para que o projeto realmente atinja os seus objetivos.

Então, em relação à questão da responsabilização dos provedores, mencionada, o art. 21-A, é um dos pontos que nós podemos melhorar, conforme aqui muito bem colocado pela senhora.

Passo a palavra agora, por videoconferência, para a Sra. Alice Bernardo Voronoff, Consultora da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

A SRA. ALICE BERNARDO VORONOFF (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Na pessoa do nosso Senador Mourão, aqui, quero desejar bom trabalho a todos. A Abert agradece a oportunidade de participar desta discussão, que é tão relevante. Ela, hoje, representa mais de 3 mil emissoras de rádio e televisão.

Achamos importante, de fato, trazer esse tema à baila sob a ótica das preocupações e dos compromissos dos veículos de comunicação. Sem dúvida, a preocupação com o efeito contágio é fundamental, no contexto de crimes com uso de violência em ambiente escolar, que tem chocado a todos nós enquanto sociedade, pais e mães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a Abert entende que a contribuição que ela pode dar para esse olhar e para o endereçamento desse problema, que é um problema da sociedade, diz respeito aos meios e modos de lidar com esse problema.

Evidentemente, os fins são muito louváveis, mas acho que, na linha do que a Roberta veio falando em relação às plataformas e o Marcelo, calibrar os meios é muito importante para que a gente não tenha, ao final, efeitos indesejáveis, efeitos opostos aos esperados ou que agridam outros valores constitucionais.

E, para falar um pouquinho ali das restrições que estão colocadas à imprensa, aos veículos de comunicação, de conteúdo jornalístico, o dispositivo do projeto de lei é bastante amplo.

Então, ali tem uma série de restrições à divulgação de nome, imagem ou qualquer outro elemento que permita a identificação do autor: carta, manifesto, arma, roupa, acessórios, sob pena de cometimento de infrações administrativas.

A Abert entende que essas restrições esbarram no sistema constitucional de proteção da liberdade de expressão e, sobretudo, da liberdade de imprensa no sentido de que, dentro da nossa sistemática constitucional, essas liberdades, que têm tanto uma função material de expressar autonomia humana e dignidade, mas também serem ali veículos de formação de um mercado livre de ideias, que é fundamental para o Estado democrático de direito, foram especialmente protegidas ali no art. 220 da Constituição, que foi muito enfático.

Então, esse dispositivo, trazendo-o aqui à tona, vai dizer:

> Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

O §2º veda todo e qualquer forma de censura, e o §1º trata especificamente da liberdade de imprensa e vai dizer:

> §1º Nenhuma lei [então, nem a lei] conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, [...] [alguns incisos, que vão falar de direito de resposta, de vedação ao anonimato, de inviolabilidade da intimidade, da vida privada e de alguns cuidados].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um dispositivo que enaltece e diz expressamente que, no ordenamento jurídico, a regra é a vedação da censura – ela é absolutamente vedada –, e, na forma do art. 220, §1º, se deve prestigiar essa ampla divulgação do conteúdo jornalístico, o que não quer dizer que seja uma ampla divulgação irresponsável.

E aí, nesse sentido, me parece importante trazer que as emissoras também estão muito comprometidas na linha do que foi falado aqui pelos colegas, mas as emissoras de rádio e televisão têm uma história muito importante com a criação das suas políticas editoriais, inclusive agora voltadas para essa temática da violência nas escolas.

Recentemente foi divulgado, por exemplo, em abril de 2023, quando teve uma outra audiência pública, que os veículos do Grupo Globo já tinham, há anos, como política publicar apenas uma única vez o nome e a foto de autores de massacres, como aquele ocorrido em Blumenau, sempre com o objetivo de evitar glorificar essas pessoas e esses atos, e hoje a política é ainda mais restritiva: o nome e a imagem de autores de ataques jamais serão publicados, assim como os vídeos das ações. Então, existe uma preocupação que é muito cara aos veículos de comunicação que já atuam no sentido da autorregulamentação para que esses resultados de uma imprensa responsável sejam alcançados.

Sob a ótica, então, da contribuição que a Abert vem dar, esse ponto a gente gostaria de ressaltar e também alguns pontos importantes relacionados à relação entre a medida que está sendo prevista ali no dispositivo e os resultados esperados.

Quando a gente fala de medidas do poder público e de proporcionalidade dessas medidas, um elemento muito importante é o da adequação. Então, a medida precisa ser adequada para gerar os resultados que são pretendidos. E aí, nesse caso, chamou a atenção da Abert que o dispositivo é muito amplo. Então, ele, na verdade, traz restrições para todo e qualquer crime cometido em ambiente escolar. E, da maneira como o dispositivo está redigido, isso pode abarcar não apenas massacres, mas também, eventualmente, roubos, estupros, agressões e outros crimes cuja divulgação é também de interesse da sociedade e que são importantes de serem reportados.

Então, pelo menos com a amplitude com que foi redigido, a gente pode ter um efeito paradoxal de desinformação, ao invés de maior informação. Além do que, como dito, os veículos de comunicação seguem políticas editoriais que são importantes, e aí eles têm a possibilidade de, nessas narrativas, informarem de maneira responsável. Isso evita que esse efeito de contágio, de disseminação – que hoje, infelizmente, acaba sendo gerado por, por exemplo, matérias circuladas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou conteúdo disseminado na d*eep web* e no exterior – acabe, justamente, chegando ao que não se quer. Então, os veículos de comunicação têm um papel importante, inclusive para aumentar o grau de informação na sociedade.

Ainda sob a ótica da proporcionalidade, parece à Abert que os caminhos de autorregulação são, de fato, muito eficientes e eficazes no controle da informação irresponsável. Inclusive, na audiência pública que aconteceu em abril de 2024, o Senador Esperidião Amin fez uma menção, abro aspas: "O contágio desses ataques em escolas é decorrente da divulgação". E aí ele pergunta: "Nós queremos censurar?". Não, nós não queremos nos autocensurar. É isso que os meios de comunicação fazem, não por lei, mas é autocensura quando não divulgam suicídios, por exemplo, o que está dentro das políticas. Esse é um limite. E por que não divulgam? Para não incentivar.

Nesses casos, a ausência de excessos é boa, divulgar com detalhes enaltece a barbárie. Na *deep web*, por exemplo, o autor desses massacres vai ser idolatrado. Isso é matéria muito mais de autorregulação do que de lei, na linha do que vem sendo feito por esses veículos. E aí, até em linha com o que a Roberta falou, parece à Abert que uma restrição que seja excessiva vai ter um efeito oposto, de silenciamento e de desinformação.

Já caminhando aqui para o fim da minha participação, a pergunta que se faz, nessa altura, é: bom, então, não há controle sobre possíveis excessos ou violações? E, aí, no ordenamento brasileiro, a lógica é de responsabilização, *a posteriori*, da imprensa. Cito um trechinho do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, na ADPF 130: "Primeiramente, assegura-se o gozo dos sobredireitos de personalidade, em que se traduz a 'livre' e 'plena' manifestação do pensamento, da criação e da informação. Somente depois é que se passa a cobrar do titular de tais situações jurídicas ativas um eventual desrespeito a direitos constitucionais alheios, ainda que também densificadores da personalidade humana".

Então, a fórmula que se extrai da Constituição de proteção a interesses privados e coletivos é de uma responsabilização sempre *a posteriori*, para que o efeito perverso da censura não se faça verificar, inclusive para assentar a responsabilidade, que o seja, dos veículos, e sempre sob a ótica de que não é pelo temor ao abuso que se vai proibir, *ex ante,* o uso de uma liberdade de informação assegurada de maneira tão veemente pelo Constituinte.

São essas, basicamente, as considerações da Abert. A Abert ainda entende e enaltece a iniciativa desta Casa Legislativa no que diz respeito ao olhar as plataformas, a preocupação de olhar as plataformas na linha do que disse a Roberta de que se possa desenhar um modelo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilização que seja factível, que seja coerente, que seja ajustado a essas práticas e que leve em consideração o poder de disseminação desse conteúdo, o que já vai sendo tratado tanto pelas políticas internas, mas sob a ótica da preocupação do Senado Federal.

Muito obrigada pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço à Sra. Alice Voronoff, que coloca a posição da Abert, obviamente, e traz à luz o texto constitucional, sempre na defesa da liberdade de imprensa, que nós destacamos aqui que é uma questão do balanço que o projeto tem que ter, do equilíbrio que o projeto tem que ter, a questão da censura – apesar de que, ultimamente, por decisões de alguns Ministros da Suprema Corte, a censura tem ocorrido de forma contumaz. Em relação ao policiamento das emissoras ou dos grupos de divulgação da imprensa sobre notícias, tivemos agora, recentemente, a divulgação de um vídeo de um Senador nosso, um fato de uma questão íntima dele sendo colocada... Onde estava a ética nessa hora dessa empresa? A empresa jogou a ética no lixo. Sempre – aí eu cito aqui o que a Sra. Alice falou – a lógica é responsabilização *a posteriori*, mas o dano está feito. Essa é a realidade.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Gustavo Borges, Diretor do Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias, LabSul.

O SR. GUSTAVO BORGES (Para expor.) – Bom dia, Senador, e bom dia a todos.

Em nome do LabSul, Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias, quero agradecer o convite desta CCDD para participar dessa audiência pública. Eu sou Gustavo Borges, sou Diretor-Executivo e também Professor de Direitos Humanos e Novas Tecnologias na Universidade do Extremo Sul Catarinense.

O LabSul é uma associação civil sem fins lucrativos, é um centro independente de pesquisa e que atua nessa interface entre direitos humanos e novas tecnologias. A nossa colaboração nesta audiência começa primeiro registrando a importância de travar este debate sobre o enfrentamento da divulgação de crimes cometidos com o uso de violência no ambiente escolar. É uma discussão extremamente relevante se a questão da violência é um problema social e, para além disso, também envolve questões de segurança pública, saúde pública e merece muito a nossa atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa contribuição vai ser feita a partir de um olhar dos direitos humanos. Nosso objetivo é aprimorar a precisão técnica legislativa, assim como apresentar algumas recomendações que entendemos necessárias para a busca da segurança de todos dentro ou fora do ambiente digital.

O projeto, então, busca acrescentar e propõe acrescentar o art. 21-A ao marco civil da internet para obrigar as plataformas digitais que disponibilizem conteúdos gerados por terceiros a adotarem medidas de restrição dessa disseminação de conteúdo. Porém, é importante dizer que essa previsão legal proposta, como está, a nosso ver, cria uma espécie de dever jurídico genérico de atuação proativa, na medida em que o art. 21 – que, no nosso ponto de vista, merece uma reflexão e uma revisão –, traz a previsão de que sejam adotadas medidas proporcionais e adequadas para restringir a disseminação. Vejam que medidas proporcionais e adequadas podem gerar uma espécie de cláusula aberta, um conceito indeterminado, uma dificuldade de interpretação e até mesmo uma espécie de insegurança jurídica na sua aplicação.

Então, o §2º, além disso, traz a previsão da responsabilidade subsidiária das plataformas por danos decorrentes da não adoção dessas medidas que seriam proporcionais e adequadas, de modo que nós visualizamos, Senador, algumas possíveis consequências, como falou a colega que nos antecedeu, que podem ser consequências não desejadas. Por isso, há necessidade de uma reflexão, em razão da complexidade jurídica envolvida em um comando legal com um conceito indeterminado, o que não significa dizer que não seja importante a criação de um protocolo eficaz, ágil a ser debatido, mas esses limites não estão claros no texto legal como ele se encontra.

Quando nós debatemos responsabilidade civil – eu sou professor de responsabilidade civil há 20 anos já –, quando se pretende responsabilizar alguém, é fundamental a identificação de alguns requisitos estruturantes da responsabilidade. Não basta somente a intenção, mas é necessária a configuração de elementos da obrigação de indenizar, como nós a chamamos. Então, parece-nos que, sem uma notificação clara ou mesmo uma ordem judicial, pode-se criar uma viabilidade em relação à identificação imediata desse conteúdo nocivo.

Nós vamos apresentar algumas recomendações, já que se pretende estabelecer uma espécie de dever de monitoramento ativo em tempo real. Então, isso seria muito complexo. Como alguns dados dos colegas que me antecederam, vou trazer alguns. Como os do Dr. Marcelo, que me antecedeu, são 500 horas de conteúdo que são subidas, por *upload*, por minuto, no YouTube; são ali cerca de 46 mil vídeos postados, no TikTok, por minuto; são 95 mil pesquisas, por segundo, feitas no Google; são aproximadamente 1 bilhão de *stories* postadas, por dia, no Facebook; e nós temos aproximadamente 47 mil *posts* de fotos no Instagram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse ecossistema cria uma complexidade de um acompanhamento, em tempo real, ainda que sejam implementadas questões técnicas. De fato, algumas plataformas têm toda uma preparação, uma moderação de conteúdo, existem barreiras técnicas e, no nosso ponto de vista, obviamente, jurídicas. E o nosso ponto de vista a ser destacado, o nosso olhar, são os direitos humanos. Quando se trata de uma vulneração de um direito humano, uma restrição, uma mitigação, nós estamos falando de liberdade de expressão. Quando se pretende suprimir a liberdade de expressão, restringir, vulnerar por um ente privado, eu preciso, entre parênteses, é necessária a observância de critérios, critérios objetivos bem claros, porque nós estamos diante de um direito humano que é de todos nós, que é essencial, estrutural.

E o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos traz, inclusive, entre as suas previsões, o chamado teste tripartite, para estabelecer critérios de restrição de direitos humanos. E um deles é o princípio da legalidade, ou seja, eu só posso restringir um direito humano, portanto a liberdade de expressão, quando houver uma lei preexistente, regras claras preexistentes – isto está no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos –, porque, senão, nós podemos incorrer no risco de uma censura, ou mesmo... Porque nós estamos acostumados a estar na publicação como outro, mas imaginem que esse é o nosso direito, e é um direito que compete a cada um.

Então, o espaço desta audiência pública ocorre num momento muito importante, já que permite uma discussão a respeito dos rumos e de algumas possíveis correções. Obviamente, a violência cometida dentro do ambiente escolar é uma temática que precisa ser combatida com veemência. Contudo, uma responsabilidade advinda de conteúdos e descumprimentos de protocolos exigiria maior cuidado na técnica legislativa.

De modo que penso que seria necessária uma revisão do art. 21-A, até para que o trabalho de aplicabilidade, viabilidade prática e proteção de direitos humanos seja eficaz. Também é muito importante, no nosso ponto de vista, como recomendação, o estabelecimento de um protocolo claro e eficiente de comunicação, porque nós temos um fluxo de comunicação, é necessário um fluxo com as plataformas para que atuem rapidamente quando enfrentam questões emergenciais, e ainda, sobretudo, são fundamentais programas de educação digital. E isso nós estudamos bastante no laboratório. A educação digital promove o empoderamento, uma reflexão crítica, e essas iniciativas vêm sendo adotadas em diversos países com muita eficiência, já que crianças e adolescentes são formados a, primeiro, verificarem, checarem a veracidade das informações e, segundo, a não compartilharem.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO BORGES – Dessa maneira, colocamo-nos inteiramente à disposição do Senado para um diálogo contínuo, colaborativo, com o objetivo de enfrentarmos essas questões complexas, sempre reafirmando o nosso compromisso com os direitos humanos, o direito à liberdade de expressão, e agradecemos pelo convite.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Dr. Gustavo Borges, que não é o nadador.

O SR. GUSTAVO BORGES (*Fora do microfone*.) – Sem medalhas.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sem medalhas, não é? (*Risos.*)

Ele, obviamente, vai no mesmo caminho que já foi apresentado aqui pela Roberta, na questão do art. 21-A, que começa, então, a parecer que nós podemos melhorá-lo, de forma que ele atinja efetivamente o seu objetivo. E, apesar de ter uma expressão nele que é dentro da capacidade, dentro do limite de cada plataforma, eu concordo que está muito genérico isso aí e que a gente tem que ser mais objetivo. Toda vez que a gente coloca critérios objetivos, é o famoso protocolo, como foi citado aqui pela Roberta, o de Christchurch. Então, nós temos caminhos para melhorar esse projeto efetivamente.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Samir Nobre, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), que vai falar por videoconferência.

O SR. SAMIR NOBRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos. Bom dia também ao Exmo. Senador Hamilton Mourão, que preside esta audiência pública. Aproveito para cumprimentar todos os Senadores e servidores do Senado que acompanham esta audiência, assim como os meus colegas painelistas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Hamilton Mourão pela iniciativa da convocação desta audiência pública, para tratar deste tema tão importante para toda a sociedade que é a violência nas escolas. Nesta audiência pública, eu falo em nome da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), que é uma associação que representa emissoras de rádio e televisão em todos os estados da Federação, ou seja, estamos aqui falando de veículos de comunicação profissionais, que têm em seu DNA duas premissas: a primeira delas é levar informação a toda a população brasileira, de forma gratuita, e a segunda premissa, que anda sempre de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indissociável com o direito de informação, é a responsabilidade para que essa informação chegue a toda a população brasileira, de forma responsável, sempre checada por jornalistas, cumprindo assim um preceito constitucional previsto na Constituição Federal, no seu art. 5º, de que toda a população terá assegurado o direito à informação.

Diante dessas premissas, Sr. Presidente, caros ouvintes e Senador Esperidião Amin, que nos ouve aqui nesta audiência, sempre que uma matéria vai ao ar na televisão ou no rádio, seja ela sobre economia, saúde ou infelizmente em casos de violência, essa matéria sempre irá passar pela análise e crivo dos profissionais de jornalismo, para que a população tenha acesso à informação de forma clara e objetiva e não recheada de sensacionalismo ou até mesmo desse fenômeno mundial, que aqui no Brasil ganhou uma expressão em inglês, as tais *fake news*. E quando falamos sobre notícias que envolvem crianças e adolescentes, essa preocupação se torna ainda maior, tanto que a própria legislação brasileira possui instrumentos que vão além da Constituição Federal, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, que traz para o campo da informação contornos extras sobre a cobertura jornalística. Porém, não satisfeitos com todos esses contornos legais, os veículos de comunicação profissionais, como bem a Dra. Alice já adiantou, ainda possuem protocolos de atuação próprios para as coberturas de violência nas escolas envolvendo crianças e adolescentes, sempre com o intuito de que essa cobertura tenha apenas um objetivo: levar informação clara para que esse fenômeno que vem ocorrendo nas escolas seja levado ao conhecimento dos pais e da sociedade, para que esse problema seja erradicado e para que não tenhamos novas condutas, e também para que seja preservada a imagem e a intimidade dessas crianças e adolescentes envolvidos nesses atos de violência.

Nunca, em nenhuma hipótese, você verá uma cobertura jornalística de um veículo de comunicação incitando essa violência ou vangloriando essas crianças e adolescentes que participam desses atos, muito menos utilizando a imagem dessas crianças e adolescentes de forma vexatória. Sempre a cobertura dos veículos profissionais será no sentido de levar a informação para a sociedade, para que os pais tenham conhecimento do que está ocorrendo nas escolas. Agora, um ponto que não podemos deixar de debater aqui sobre esse fenômeno é o que as coberturas jornalísticas dos veículos de comunicação profissionais vem apontando, que é o fato de que a maioria dessas violências começam com encontros marcados pelas redes sociais, inclusive com anúncios antecipados de quando e como essa violência irá ocorrer.

O que chama a atenção nessas ações é que o poderoso algoritmo e todo o uso de inteligência artificial à disposição dessas plataformas – e responsável pelos seus lucros – não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capazes de gerar alertas ou até mesmo bloquear esse tipo de iniciativa. E, após a marcação desses eventos e do seu acontecimento de fato, vem um segundo fenômeno que esse, sim, vem incitando novas práticas de violência nas escolas, que é a viralização desses conteúdos nas redes sociais. Após a marcação e a convocação para assistir a essas barbáries, esse conteúdo é amplamente divulgado e viralizado em todas as plataformas. Basta fazer uma busca rápida sobre brigas em escolas ou violência em porta de escolas que nós iremos assistir na internet a essa barbárie com ampla divulgação das crianças e adolescentes em todas as plataformas, com nitidez e fácil identificação dessas crianças e adolescentes em contrária harmonia com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e, ainda mais, sempre vangloriando os brigões e colocando de forma vexatória as vítimas dessa violência.

Portanto, Exmo. Presidente, o remédio para combater esse fenômeno que vem ocorrendo nas escolas possui nome e sobrenome: responsabilização para os meios que marcam e facilitam esses encontros e que depois viralizam esse conteúdo para gerar audiência e, por conseguinte, até monetizam em cima desse conteúdo. Somente com essa responsabilização, essas plataformas vão colocar como prioridade a retirada desse tipo de conteúdo de suas redes. Além disso, entendemos que essas plataformas devem ser obrigadas a tomar medidas preventivas, utilizando os seus poderosos algoritmos e toda a sua inteligência artificial e todos os seus recursos para que esse tipo de evento sequer possa ocorrer com o bloqueio e a retirada de *posts*, independentemente de ordem judicial.

E aqui, Presidente, eu gostaria de tomar a liberdade, embora o representante do Google, o Marcelo Lacerda, tenha colocado majoritariamente as ações positivas que a plataforma vem tomando, para dizer que eu identifiquei que a maior parte da fala dele se restringe à parte de pornografia, o que não é o tema desta audiência pública. E, quando a gente fala de violência nas escolas, eu fiz uma pesquisa rápida no meu aparelho celular e vocês podem verificar aqui que eu estou na página do YouTube e que, quando eu coloquei briga nas escolas, apareceram os seguintes conteúdos: "Briga em escola Stelio Machado", 413 mil visualizações, conteúdo esse postado há dois anos, ou seja, há dois anos esse conteúdo está na plataforma; "Briga das meninas na escola", 900 mil visualizações, há um ano esse conteúdo está postado na rede social aqui no YouTube; "Briga na porta da escola", 386 visualizações, postado há dois anos; "Minha amiga brigando na porta da escola por causa de macho", 1,2 milhão de visualizações, postado há mais de seis anos. Todos esses vídeos estão aqui no YouTube, ou seja, basta você fazer um Google que você vai ter acesso a esses crimes que estão sendo cometidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, do que nós temos que fazer a separação aqui, Sr. Presidente, é o que é o direito à informação, o direito constitucional à informação da população em que, quando você pega um veículo de comunicação profissional e faz uma matéria sobre uma briga na escola, ele mostra essas imagens de forma a não torná-las vexatórias para essas crianças e adolescentes e, em nenhum momento, vanglorie esses brigões e sempre abra espaço para que o poder público, a Secretaria de Educação fale sobre essas ações, coloque a responsabilidade no poder público, poder público esse que, por meio do Ministério da Educação, vem inclusive implementando uma ação de proibir o uso de aparelhos celulares nas escolas.

A nossa intenção é única e exclusivamente que os pais e a sociedade tenham acesso a essa informação. E, quando você pega esse tipo de conteúdo viralizando, isso, sim, incita a violência.

Um desses vídeos que eu abri aqui recentemente mostra, inclusive, um adolescente atacando outro adolescente em uma escola com uma voadora. Ato contínuo, ele produz esse vídeo mostrando um golpe similar em uma competição chamada UFC.

É isso que vem acontecendo, Sr. Presidente. Nós temos que ter muito cuidado com onde esses encontros estão sendo marcados e, nessa incitação da violência, ter muito cuidado sobre esse pseudodireito da viralização. Então, vamos separar o que é direito à informação e o que é direito, esse pseudodireito, de viralização.

Sempre que um veículo de comunicação profissional coloca uma matéria no ar sobre esse tipo de conteúdo, é com o intuito de alertar a sociedade, é com o intuito de botar o poder público para falar, e o poder público, por meio da polícia, da secretaria de educação, da secretaria de saúde, inibir esse tipo de ação.

A Abratel se encontra à disposição, Sr. Presidente, para a discussão sobre este projeto de lei.

E agradeço mais uma vez o convite.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Quero agradecer ao Sr. Samir Nobre, representante da Abratel, que coloca, muito claramente, a dicotomia: o direito à informação, a informação responsável, de modo que a população tenha acesso àquilo que está acontecendo, que é um papel da imprensa, e a questão da rede social com a viralização de atos violentos. Não é só essa questão de briga nas escolas, mas nós vemos também a questão de briga de torcida de futebol. Hoje, por exemplo, no Rio de Janeiro e em São Paulo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse é um dos piores problemas, e as brigas são marcadas via rede social, com excessivo grau de violência.

Eu passo a palavra agora... (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra aqui para o Sr. Valdemar, eu vou dar um direito de resposta aqui ao Marcelo Lacerda, uma vez que ele foi citado pelo Samir Nobre.

Marcelo, você tem dois minutos para salvar o seu pescoço. (*Risos.*)

O SR. MARCELO LACERDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Também não é só questão de réplica, é que, infelizmente, eu tenho um outro compromisso aqui a partir das 11h, inclusive falei com o pessoal da Secretaria da Comissão, e eu vou ter que sair, mas, em função do relato do Dr. Samir, eu acho que só há dois pontos.

Primeiro, em hora nenhuma, foi dito aqui por mim que as políticas, todas as nossas ferramentas são 100% falíveis... É possível, sim, que algum tipo desse conteúdo, que não cumpre com as nossas políticas, acabe indo para as nossas plataformas, e o que eu peço para o Dr. Samir é que ele faça a denúncia desses vídeos, que com certeza serão avaliados e removidos.

E o segundo ponto é que eu discordo um pouco do Dr. Samir de que minha fala foi apenas baseada na questão da pornografia infantil, que também é um assunto muito sério e importante, que a gente leva aqui no Google com muita seriedade, trata com muita seriedade; também falamos bastante aqui de todas as questões da escola. Não à toa, eu trouxe aqui os números dos pedidos emergenciais que chegaram ao Google ano passado, via Laboratório do Ministério da Justiça. No ano passado, no período de dois anos – aqui só para dar o número certinho –, houve 700 pedidos emergenciais que foram tratados junto com as autoridades, relacionados a terrorismo e ataques em escolas, e este ano já foram mais cerca de 90 pedidos.

De novo, quero só reforçar a nossa responsabilidade, o nosso comprometimento contra esse tipo de conteúdo. E a gente vai continuar trabalhando, sim, junto com as autoridades, junto com a sociedade civil e junto com o poder público, para que esse tipo de conteúdo não esteja na nossa plataforma.

Agora, me parece uma solução muito simplista apenas colocar, em uma questão que tem um cunho social também, essa responsabilidade em cima apenas das plataformas digitais. Acho que, trabalhando em conjunto, a gente vai chegar a um denominador comum e a uma resposta muito mais efetiva para a solução desses problemas da nossa audiência pública aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mourão, mais uma vez, muito obrigado.

Caso apareça alguma outra questão envolvendo o Google, estamos à disposição para participar de outras audiências públicas ou mesmo de uma conversa ao vivo, no gabinete do senhor ou de qualquer outro Senador ou Senadora que tenha interesse no assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O.k., Marcelo. Agradeço as suas observações.

E agora vou passar a palavra para o Delegado Valdemar Latance Neto, que é o Coordenador-Geral de Combate a Fraudes Cibernéticas da Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal.

O SR. VALDEMAR LATANCE NETO (Para expor.) – Bom dia, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, agradeço ao Exmo. Senador Mourão pela oportunidade de me manifestar aqui nesta relevantíssima audiência pública.

Eu sou Valdemar, Delegado de Polícia Federal, atualmente Coordenador-Geral de Combate a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, que, desde 2023, elegeu os crimes cibernéticos como uma de suas prioridades e criou uma diretoria para cuidar disso.

Como as atribuições constitucionais da Polícia Federal são restritas, tratamos resumidamente de quatro temas: abuso sexual infantil *online*, fraudes bancárias eletrônicas contra a Caixa Econômica Federal, crimes de alta tecnologia e, por fim, crimes de ódio ocorridos no ambiente cibernético, tema desta relevante audiência pública.

Foi criada, para tratar deste tema, uma nova unidade, que é a Unidade de Repressão a Crimes de Ódio. E a ideia é atacar um problema social, Senador Mourão, que tem crescido, infelizmente, e que é o aumento dos chamados crimes de ódio, essas agressões violentas motivadas por extremismo supremacista contra minorias ou grupos específicos, selecionados por raça, etnia, procedência regional, preferência sexual e religião. O aumento desse tipo de crime foi registrado no Anuário de Segurança Pública, que recentemente foi publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base nos números de 2023 das polícias. E o Exmo. Senador mencionou também, na introdução, esse aumento lamentável desse tipo de crime. Pela primeira vez, portanto, a Polícia Federal tem uma unidade que trata exclusivamente desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, até por isso, eu justifico a ausência da minha colega Rafaella, porque hoje ela trata do abuso sexual infantil *online*. É por isso que ela não está aqui comigo hoje. O chefe da unidade de repressão a crimes de ódio é o Dr. Flávio, que me acompanha aqui nesta audiência pública.

Pela primeira vez, o tema tem uma unidade exclusiva dentro da Polícia Federal, justamente porque temos visto um aumento de casos que se iniciam com os discursos de ódio na internet contra indígenas, negros, homossexuais, nordestinos e, em alguns casos, terminam em extrema violência no mundo real.

E aqui chegamos a um ponto fundamental: a semente do discurso de ódio gera violência gravíssima, como automutilação de adolescentes, suicídio, massacres em escolas, normalmente envolvendo – reitero – adolescentes.

É impossível não tratar do impacto da universalização do uso de redes sociais, uma vez que esse tipo de retórica, há alguns anos, era muito mais restrito no ciberespaço. Esse discurso extremista saiu de fóruns muito específicos e ocultos na *dark web* – limitado em alcance para os seus poucos membros – para redes sociais com postagens abertas a todos os seus milhões de usuários. Se voltássemos, Senador, a 2015, grupos neonazistas com discursos agressivos estavam majoritariamente na *dark web*, um ambiente do ciberespaço que se caracteriza para garantir o anonimato. O principal da *dark web* é a garantia do anonimato, daí a ousadia de crimes gravíssimos que ali acontecem. A experiência policial mostra que atos horrendos na *dark web*, como abuso sexual de bebês recém-nascidos, estupros de crianças exibidos ao vivo, automutilação de meninas, combinação e glorificação de massacres em escolas, tudo, até aquele momento, era só na *dark web,* com um alcance, reitere-se, muito limitado, porque o acesso à *dark web* não é tão fácil quanto às redes sociais. Há alguns anos, porém, essa retórica inflamada de redes sociais, estimulada por algoritmos e monetizada – como bem disse o Dr. Samir, que me antecedeu – tem insuflado a visão de que o diferente é, na verdade, o inimigo. E o passo seguinte é um risco enorme de desumanização, de desumanizar quem é diferente: é o imigrante, o nordestino, o negro, o homossexual, o judeu, conforme temos visto nos nossos casos lá da Polícia Federal. E isso tem ocorrido abertamente em redes sociais, não mais em fóruns ocultos da *dark web*. Isso está aberto para quem quiser ver, ao alcance de qualquer usuário, inclusive adolescentes, que não têm absorvido bem essas agressões verbais.

Há um gravíssimo problema social envolvendo a incolumidade física e mental de adolescentes, que fazem parte desses grupos de aplicativos de conversa, nos quais há a propagação de ideologia supremacista a justificar a violência grave contra determinados grupos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os aplicativos de conversa e a rede social X, por exemplo, têm oferecido anonimato aos integrantes desses grupos. E o que temos visto é muito preocupante, porque, antes, estava circunscrito a um pequeno grupo na *dark web*. Agora, há postagens públicas no X glorificando autores de massacres em escolas, usadas para chamar a atenção e recrutar jovens a participarem de grupos privados em aplicativos de conversa nos quais há abuso sexual infantojuvenil, automutilação de adolescentes, principalmente meninas, crueldade contra animais, como enforcamento de gatos e decapitação de pássaros, e instigação ao cometimento de massacre em escola. Isso tem ocorrido, insisto, em grupos públicos, na internet e em postagens no X, conforme casos recentes da Polícia Federal.

As postagens em redes sociais têm alcance enorme, e, portanto, o projeto de lei é muito oportuno para discutir a limitação da publicação de atos violentos motivados pelo extremismo e melhorar a legislação para obrigar as provedoras de aplicação a coletarem a qualificação dos seus usuários no cadastro e a fornecerem esses dados cadastrais ao receberem uma requisição do poder público.

Hoje, em muitos casos, as redes sociais oferecem anonimato aos seus usuários. Nem é preciso mais, Senador Mourão, entrar na *dark web*. Não é necessária a *dark web* mais; pode-se fazer abertamente, porque eles oferecem anonimato. Não à toa, alguns usuários têm a ousadia, pela garantia da impunidade, de publicar exaltação à ideologia nazista, glorificação de autores de massacres em escolas no Brasil e publicação até de imagens desses atos horrendos.

Para responder, são necessários mecanismos de conhecer o seu usuário, aquele *know your customer* dos bancos.

O uso das redes sociais é uma realidade. Cumpre reconhecer, porém, que se trata aqui de uma atividade que coloca em risco adolescentes e crianças. Para uma atividade de risco, é necessária a regulação. Portanto, provedores de aplicação que tenham um grande número de usuários deveriam exigir identificação no cadastramento dos perfis. Como bem disse o Dr. Gustavo, a responsabilização depende de várias coisas, e o primeiro passo é saber quem é. Se a rede social garante o anonimato, nós nem saberemos quem é; não dá nem para chegar a discutir a responsabilização.

Essa medida de exigir o cadastramento não viola a privacidade ou a liberdade de expressão, apenas dificulta o anonimato dos que usam essas plataformas para cometer crimes. Se a pessoa quiser usar sob um pseudônimo, ela vai usar, mas, se cometer um crime sob o pseudônimo e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polícia requisitar o dado cadastral para a plataforma, a plataforma saberá quem é e vai responder, e aquela pessoa vai responder pelo seu ato *a posteriori*, sem censura alguma, sem ofensa alguma à liberdade de expressão. Todos podem usar livremente as redes sociais, mas responderão civil e criminalmente pelo que publicarem, conforme as leis ditadas por este Parlamento.

Aproveitando este momento, sugere-se a criação de uma regra no art. 3º deste importante projeto de lei que imponha a imediata retirada do ar de vídeos ou postagens que exibam ou exaltem massacres em escolas, assim que recebido um ofício de um delegado de polícia ou de um membro do Ministério Público. Preventivamente, retira-se do ar. "Ah, mas e se o delegado abusar do seu poder ou o membro do Ministério Público abusar do seu poder?" Ele responderá por isso, isso vai estar registrado. Isso é porque a celeridade é fundamental neste momento, e é absolutamente necessário evitar o efeito contágio. A grande repercussão de um massacre ocorrido em uma escola, por exemplo, acaba servindo como gatilho para outros agressores também buscarem a notoriedade, a fama por meio do cometimento de homicídios em massa.

Partindo para a conclusão, senhoras e senhores, é fundamental acabarmos com o problema do anonimato oferecido hoje por grandes provedores de aplicação. E o caminho sugerido é a criação de uma regra que os obrigue a coletarem a qualificação dos seus usuários no momento do cadastro, uma vez que não há dúvida de que a internet é um ambiente perigoso para crianças e adolescentes. Sem isso, as regras deste projeto de lei podem ser inócuas na prática.

Depois, é necessário inserir no projeto uma norma que claramente atribua ao delegado de polícia e ao membro do Ministério Público o poder de requisição de dados cadastrais, nos moldes das leis de combate à organização criminosa e de lavagem de dinheiro, bem como adotar uma ampla definição do que são dados cadastrais, do que significa a expressão dados cadastrais, e aí seguindo a Convenção de Budapeste, que, em 12 de abril do ano passado, entrou em vigor na legislação nacional, com um conceito amplo de dados cadastrais para possibilitar identificar quem cometeu o crime na internet – de novo: *a posteriori*. Todo mundo pode se manifestar livremente, mas vai responder pelo que disse.

Por fim, é necessário prever uma regra que obrigue os provedores de aplicação a retirar, preventiva e imediatamente de suas plataformas, vídeos ou imagens que exibam ou exaltem massacres em escolas, assim que recebam uma requisição de um delegado de polícia ou de um membro do Ministério Público, em virtude da absoluta necessidade de rapidez nesse momento para evitar o efeito contágio, principal escopo dessa lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns ilustres colegas que me precederam falaram também da importância da educação digital, e esse ponto eu também gostaria de reiterar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDEMAR LATANCE NETO – Isso é fundamental. Aproveito a oportunidade para destacar que a Polícia Federal, hoje, tem uma iniciativa de prevenção a crimes de abuso sexual infantil e a crimes de ódio na internet em que policiais federais dão palestras em escolas para professores, para pais, para adolescentes, para evitar esse tipo de crime abominável, que tem acontecido com muita frequência, infelizmente.

Por fim, exalto o Senado Federal por discutir um tema tão relevante, oportuno e atual como este e agradeço novamente pelo convite à Polícia Federal, Senador Mourão.

A Polícia Federal permanece à disposição para cooperar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Dr. Valdemar Latance, que traz aqui a visão do organismo encarregado de combater a criminalidade que assola a rede mundial de computadores e, no caso específico aqui citado, a questão dos crimes de ódio, que se degeneram nesses massacres e na glorificação dos atos violentos, que são tudo aquilo que nós estamos querendo coibir ou reprimir – vamos colocar dessa forma, muito claramente – e que, é óbvio, passam também pela educação, como foi muito bem colocado pelo Dr. Valdemar no final das suas palavras.

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Juliana Cunha, por meio de videoconferência, que é a Diretora da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da SaferNet.

A SRA. JULIANA CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham.

Quero agradecer o convite para participar desta audiência e para compartilhar também sobre a atuação da SaferNet.

Eu já gostaria de pedir licença para compartilhar uma apresentação, para mostrar também um pouco dos dados das denúncias recebidas pela SaferNet.

Então, rapidamente, apresentando a SaferNet: nós somos uma organização que, há pouco mais de 18 anos, atua na promoção de direitos humanos e de liberdades na internet. Nós somos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma referência nacional no enfrentamento a crimes contra os direitos humanos na internet, e a gente faz isso através de uma central nacional de denúncias de crimes e violações, como, por exemplo, crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes, imagens de abuso sexual contra crianças e adolescentes, e também crimes de discurso de ódio, como racismo, neonazismo, xenofobia, misoginia e LGBTfobia. A gente faz isso em cooperação com as autoridades, como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e também o Ministério da Justiça, no âmbito do projeto Escola Segura.

A SaferNet é membro de três redes internacionais – porque não dá para enfrentar crimes na internet se não for com cooperação internacional. Nós somos parte de uma rede de linhas de denúncia, de *hotlines*, presente em mais de 50 países, que é a Inhope. Também somos parte de uma rede europeia, a Insafe, que é inclusive responsável por coordenar uma data que é importante também para o Brasil e que reúne mais de 100 países, que é o Dia Mundial da Internet Segura, um momento de reunir atores de diferentes setores para debater a agenda de proteção de crianças e adolescentes na internet. E, por fim, uma rede de linhas de ajuda, de canais de ajuda, que é o Child Helpline International.

Estes números se somaram ao longo de 18 anos: nós já recebemos mais de 4,8 milhões de denúncias, envolvendo 1.104.922 páginas. E, ao final, vocês vão ver o número de páginas removidas – esse é um dado dinâmico; a gente atualizou ainda no contexto do Dia da Internet Segura, em fevereiro, e certamente se eu o atualizasse hoje já seria diferente –, ou seja, dessas mais de 1,104 milhão de denúncias, de páginas denunciadas, 808.453 foram removidas por violarem as regras da plataforma ou cometerem algum tipo de crime previsto na legislação brasileira.

E aí eu queria trazer uma iniciativa que eu acho importante – alguns convidados já mencionaram – sobre a importância da educação. Como a gente debate esse tema em sala de aula? Como a gente fortalece a conscientização sobre o que fazer em situações de conteúdos de discriminação, de conteúdos de ataques às escolas?

Essa é uma iniciativa que a gente tem em cooperação com a Embaixada do Reino Unido, que leva uma disciplina de Cidadania Digital para a rede pública. É uma disciplina que oferece não só um caderno de aulas, mas a gente também tem um curso de educação à distância. A gente oferece mentorias para os educadores aplicarem essa disciplina. Muitos educadores não se sentem preparados para falar sobre esses temas de segurança digital em sala de aula. Então, esse é um conteúdo que apoia exatamente a implementação dessa disciplina no contexto da sala de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aula. Além disso, a gente também reconhece, através de premiação, as melhores práticas realizadas pelos educadores. Como eu disse, há vários modos de apoiar os educadores no contexto. E são cursos que estão disponíveis na plataforma do Ministério da Educação, a Avamec. Então, qualquer pessoa que tiver interesse tem acesso.

A gente oferece, além desse curso para educadores, um curso também para atores do sistema de garantia de direitos e pessoas de um modo geral. E também um curso que é voltado especificamente para adolescentes, com uma linguagem mais amigável para esse público e que também fala sobre temas importantes para desenvolver habilidades de segurança digital.

Como já foi mencionado também, no ano passado, assim que a gente teve uma onda de ataques e de conteúdos que incitavam ataques às escolas, nós criamos uma cartilha com algumas regras e recomendações, inclusive já previstas pela Organização Mundial da Saúde, para evitar o que a gente chama de efeito contágio. Também, como já foi mencionado aqui por outros convidados, esse é um conteúdo que tem um potencial de viralização muito grande e que pode, sim, provocar esse efeito de produzir outras tentativas de ataques ou mesmo ataques inspirados em outros episódios, em outros eventos.

Então, essa onda começou a partir de abril do ano passado. Em razão disso é que foi feita a Operação Escola Segura pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. E o papel dos criadores é importante porque muitos desses conteúdos são disseminados pelos criadores, por aqueles que produzem conteúdo nas redes sociais, e é importante que a gente também capacite e qualifique o trabalho desses criadores para evitar esse efeito contágio. Então, é para: não espetacularizar; não divulgar nomes, fotos, perfis – isso só aumenta a curiosidade e o culto às personalidades envolvidas nesses ataques –; não divulgar fotos e vídeos dos ataques, das vítimas, pois isso causa, sim, um impacto grande na saúde mental, especialmente da comunidade e dos familiares; não mostrar símbolos, roupas, máscaras, qualquer objeto que, de alguma forma, esteja relacionado com esses ataques; não compartilhar carta, manifesto, e, o mais importante, não descrever o passo a passo de como essa pessoa praticou esse ataque – isso também pode levar outras pessoas a se inspirarem nesse autor e praticarem o mesmo tipo de ato, inspiradas exatamente nesse plano que foi efetuado pelo autor do ataque –; e não espalhar boatos. É muito comum você ter uma série de conteúdos que acabam sendo desinformativos e produzindo mais pânico na população. A gente observou isto no ano passado: escolas que – causado muito pelo pânico dos familiares – decidiram, em alguns dias, não abrir as portas, não ter aula. Então, isso tudo pode, sim, causar uma reação de pânico e de alarde muito grande na população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais: os veículos de imprensa não tornarem os autores os protagonistas dessa história, mas, sim, as pessoas que foram vítimas, as pessoas que salvaram a vida de crianças e adolescentes. Preservar a identidade dos envolvidos também, são menores de idade – isso já está previsto no Estatuto da Criança Adolescente. Não usar uma trilha sonora ou, de alguma forma, efeitos visuais ou audiovisuais que de alguma forma só produzam mais gatilho ou que espetacularizem o evento. Mostrar serviços em que você pode ajudar vítimas, onde você deve denunciar e dar visibilidade a programas de educação que visam à prevenção desse tipo de ocorrência.

Então, esses são alguns dos exemplos de como educar especialmente veículos, mas também criadores de conteúdo.

A gente também fez um trabalho grande, não só no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com um canal específico para receber esse tipo de denúncia – foram mais de 50 mil denúncias desde abril do ano passado até outubro deste mês, ou seja, isso envolve mais de 90 denúncias por dia –, e a gente também produziu uma cartilha, junto com o Ministério da Educação, exatamente para ensinar às pessoas o que elas devem fazer, como elas devem agir diante de algum conteúdo que seja disseminado em relação a ataques às escolas.

Fizemos algumas campanhas também, que a gente veiculou – isso também é importante para conscientizar a população –, para ensinar quais são os canais apropriados. Às vezes, as pessoas compartilham esse conteúdo para fins de denúncia, e isso acaba ajudando na viralização. Então, esse conteúdo deve ser só reportado aos canais apropriados. A gente desenvolveu algumas campanhas, que tiveram mais de 24 milhões de alcance, para disseminar quais são os canais apropriados, o que essa pessoa deve fazer se ela vir algum conteúdo de ameaça e como ela pode também ajudar crianças e adolescentes que vejam ou tenham acesso a esse tipo de conteúdo.

Aí, claro, a gente tem uma série de desafios. Eu citaria alguns deles, como já foi discutido aqui também. Como é que a gente aplica uma legislação de forma proporcional e adequada, especialmente porque muitos desses autores são menores de idade, ou seja, eles respondem por ato infracional? E é importante que a gente entenda que a gente tem uma legislação específica para isso, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como é que a gente incentiva uma cultura positiva e saudável e pensa em ações que sejam de políticas mais afirmativas que, de alguma forma, contribuam para uma mudança da cultura? A gente sabe que isso tem raízes profundas na nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomadores de decisão e legisladores mais preparados e com maior letramento de tecnologia digitais: muitas vezes essas leis não necessariamente são baseadas no conhecimento sobre as ferramentas e sobre a internet. É importante também que haja esse letramento por parte dos legisladores, empoderamento e letramento das famílias, e a participação também de crianças e adolescentes nesse debate sobre riscos e sobre responsabilidades, porque também é importante que a gente possa escutar o que crianças e adolescentes pensam a respeito das suas experiências na internet.

Por fim, trago também um relatório que foi produzido no contexto de um grupo de trabalho de que a SaferNet fez parte, que envolveu o Ministério da Educação e muitas entidades e especialistas que se dedicam há muitos anos ao fenômeno da violência nas escolas, especificamente de ataques contra as escolas. Esse relatório produziu uma série de recomendações.

É fundamental que a gente entenda que esse problema não é um problema só de segurança pública. É um problema que envolve educação, que envolve, inclusive, como já foi dito, um enfrentamento a conteúdos de discurso de ódio, de extremismo. Muitos desses autores participavam de grupos e fóruns de ódio na internet, em ambientes como o Discord, em plataformas como o X. E a gente sabe, portanto, que a gente precisa, sim, endereçar de forma mais abrangente como a gente deve enfrentar este problema do discurso de ódio na internet, e a educação é fundamental para mudar essa realidade.

Por fim, a internet também pode ser um espaço que pode acolher adolescentes e jovens que estejam em situação de dificuldade ou de sofrimento emocional. Muitos desses adolescentes também trazem algum transtorno dessa natureza.

Há o próprio canal de ajuda da SaferNet, mas existem outros canais também, como o Mapa da Saúde Mental, que é divulgado pelo Vita Alere, um instituto que é voltado para prevenção e posvenção do suicídio. Há o próprio CVV também. E também há um canal específico que o Unicef desenvolveu para jovens de 18 a 24 anos que é o Pode Falar. Ou seja, qualquer pessoa que esteja em alguma situação, que queira falar sobre alguma situação e esteja em situação de sofrimento pode buscar ajuda.

Ações de saúde mental são também uma medida de prevenção muito importante para fazer frente a esse problema.

Agradeço também, mais uma vez, e deixo o meu contato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuo à disposição desta Comissão para trazer dados e evidências que corroborem para uma iniciativa que, de fato, enfrente esse problema de uma forma adequada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço à Sra. Juliana Cunha, da SaferNet, que apresentou o trabalho que vem sendo feito não só de educação, mas também de divulgação, de denúncias.

Aqui, o Delegado Valdemar colocou que há um trabalho conjunto da Polícia Federal, o que também foi apresentado, mostrado, ali na apresentação da Sra. Juliana. E o Ministério Público também está junto. Ou seja, o poder público vem fazendo a sua parte na busca de reprimir essa nova modalidade de crime.

Vou passar a palavra agora para a nossa última debatedora, que é a senhora Taís Niffinegger, Gerente de Bem-Estar para América Latina, da Meta.

A SRA. TAÍS NIFFINEGGER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Bom dia a todos que nos acompanham.

Agradeço à Comissão de Comunicação e Direito Digital, na pessoa do Senador Mourão, pela oportunidade de participação nesta importante discussão sobre um tema que nos é tão sensível e urgente.

Vou pedir licença para compartilhar a minha tela, pois também tenho uma apresentação.

Um segundo. (*Pausa.*)

Bom, os senhores podem enxergar a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Taís, pode prosseguir.

A SRA. TAÍS NIFFINEGGER – Perfeito.

Deixa só eu colocar o modo de apresentação.

Pronto.

Bom, primeiramente, é importante frisar que manter o bem-estar e a segurança das pessoas é prioridade para nós na Meta. Adotamos uma abordagem de cinco pilares para lidar com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, a gente tem as nossas parcerias. Reconhecemos que não somos especialistas em todas as coisas, em todos os assuntos, por isso procuramos conhecimento e orientação dos especialistas em segurança, pesquisadores, acadêmicos, organizações sem fins lucrativos, também ativistas de direitos humanos e formuladores de políticas públicas. Essas pessoas nos ajudam a desenvolver as nossas políticas, construir as ferramentas e criar os recursos e programas de segurança. Trabalhamos com especialistas no mundo inteiro, inclusive no Brasil, para desenvolver as nossas políticas, bem como para oferecer os recursos de ajuda, prevenção e educação, para um uso positivo, seguro e saudável nas nossas plataformas. A gente tem parcerias com mais de 850 organizações, no mundo inteiro, para promover a segurança digital.

Em segundo lugar, desenvolvemos políticas e temos regras que dizem o que as pessoas podem ou não compartilhar nas nossas plataformas. Chamamos isso de padrões de comunidade. A cada trimestre, a gente publica um relatório de transparência, que tem informações sobre o cumprimento desses padrões e que mostra também os conteúdos que violam esses padrões da comunidade que foram detectados. Em seis das políticas que foram incluídas nesse relatório, a gente consegue detectar, proativamente, mais de 95% do conteúdo, que a gente remove antes mesmo que possa ser denunciado. É uma taxa bastante alta e a gente continua aprimorando a nossa tecnologia para que esses números sejam ainda mais altos.

Em terceiro lugar, a gente desenvolve ferramentas de tecnologia que dão às pessoas o poder de controlar aquilo que elas veem e o que os outros veem sobre o que elas postam nas nossas plataformas. E, aqui, isso inclui ferramentas também para denunciar o conteúdo, bem como a tecnologia para poder detectar esses danos de forma proativa.

Em quarto lugar, a gente disponibiliza recursos. A gente oferece acesso a recursos de ajuda e outros para que as pessoas possam garantir sua segurança.

Por fim, mas não menos importante, a gente também tem o *feedback*. A gente conta justamente com as denúncias dos usuários dos nossos serviços para poder melhorar constantemente as nossas políticas e nos ajudar a identificar conteúdo violador.

Em relação às parcerias, a gente tem parcerias com diversas organizações globalmente para promover a segurança digital. Aqui no Brasil, como exemplo, a gente tem uma parceria com a SaferNet, representada aqui nesta audiência pela Juliana Cunha, através do programa Cidadão Digital, que já levou educação digital para mais de 177 mil estudantes de escolas públicas e para mais de 77 mil educadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente consulta especialistas, incluindo sociedade civil, academia e governos, para nos auxiliarem nessa tarefa de definir e de atualizar as nossas políticas. Nós acreditamos que o combate à violência precisa ser uma ação conjunta entre nós e a comunidade. Nós reconhecemos que não somos expertos em todos os assuntos; por isso, mantemos esse sistema de apoio dos especialistas. Nós também contamos com o Conselho de Segurança Global Permanente, que é composto por especialistas do mundo inteiro, incluindo o Brasil, através da SaferNet.

Os nossos padrões de comunidade dos nossos serviços informam as regras sobre o que é possível postar e não postar nas nossas plataformas. Vale lembrar que os nossos padrões de comunidade têm como objetivo encontrar um equilíbrio adequado entre proporcionar às pessoas um lugar para se expressarem e também promover um ambiente seguro e acolhedor para todos e todas.

O objetivo dos nossos padrões de comunidade é criar um espaço para a expressão e dar voz às pessoas. A criação de uma comunidade e a aproximação das pessoas dependem da capacidade de as pessoas compartilharem suas opiniões, experiências, ideias e informações diversas. Para isso, a gente quer que as pessoas possam falar abertamente sobre as questões que lhes interessam de forma segura. O compromisso com a expressão é fundamental, mas nós reconhecemos que a internet também cria novas e maiores oportunidades de abuso.

As nossas políticas abrangem uma ampla gama de temas, desde discursos de ódio até *bullying* e assédio, exploração sexual e violência gráfica. O que nos motiva é a segurança, são os danos no mundo real. A gente sabe que o que acontece no ambiente virtual pode ter implicações na vida real. O nosso objetivo é prevenir casos de violência relacionados ao conteúdo das nossas plataformas. A gente entende que, muitas vezes, as ameaças ou a incitação à violência são feitas de forma casual e sem seriedade, mas, assim mesmo, nós removemos palavras que incentivam ou facilitam a violência e ameaças reais à segurança pública ou pessoal. Nós removemos o conteúdo, desativamos contas, trabalhamos com autoridades em casos de risco real de danos físicos ou ameaças diretas. Nós consideramos o contexto e a linguagem para conseguir diferenciar as declarações informais de ameaças reais.

No que se refere, especificamente, à incitação à violência, as nossas políticas proíbem conteúdo que incite ou promova violência. Isso inclui contas ou conteúdos elogiando atos violentos e seus autores. Além disso, nós não permitimos a presença de pessoas ou organizações que anunciem uma missão violenta ou que estejam envolvidas em atos de violência nas nossas plataformas. Isso inclui, por exemplo: atividade terrorista, atos organizados de ódio, assassinato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em massa – incluindo tentativa –, chacinas, tráfico humano, violência organizada, ou qualquer tipo de atividade criminosa. Nós removemos, ainda, conteúdo que expresse apoio ou exalte esses grupos, líderes ou pessoas envolvidas nessas atividades.

Adicionalmente, a gente também colabora com autoridades da aplicação da lei, respondendo prontamente às suas demandas.

Também, a gente atua em colaboração com o Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas (Ncmec) – que foi citado aqui pelo meu colega Marcelo, no início desta audiência pública –, juntamente a outras plataformas.

Ao criar novas políticas de conteúdo ou atualizar as políticas existentes, nós trabalhamos para garantir que elas atendam a três princípios fundamentais – as políticas devem ser baseadas em princípios que sejam operáveis e também explicáveis. O que isso significa na prática? Significa que nós elaboramos as nossas políticas para garantir que elas equilibrem o ideal de dar voz às pessoas com a realidade prática de manter as pessoas seguras nas nossas plataformas; e garantir que essas políticas sejam aplicáveis na prática, de modo que haja linhas claras entre o que é permitido e o que não é permitido, para que os nossos revisores também possam entender isso de forma clara e atuar na remoção de conteúdo violador.

Nós também nos certificamos de que o nosso processo de desenvolvimento das políticas seja aberto e colaborativo. Com isso, nós temos o compromisso de compartilhar as nossas políticas e o pensamento por trás delas com a comunidade.

Nós usamos uma combinação de denúncias na nossa comunidade, análise das nossas equipes e tecnologia para poder identificar e analisar o conteúdo em relação aos nossos padrões da comunidade. Encontrar as violações aos nossos padrões requer um esforço coordenado: os usuários podem denunciar, a qualquer momento, qualquer tipo de publicação, foto ou vídeo; as nossas equipes humanas analisam essas denúncias; e, caso elas violem os nossos padrões de comunidade, nós removemos esse conteúdo.

A gente continua também investindo pesadamente em tecnologia, para poder encontrar, de forma proativa, o conteúdo violador. Em alguns casos, uma vez detectado que esse conteúdo, de fato, é violador, impedimos que ele seja compartilhado. E, cada vez mais, a gente utiliza a inteligência artificial e o aprendizado de máquina para poder detectar, de forma proativa, esse conteúdo, antes mesmo que haja uma denúncia e, muitas vezes, antes que as pessoas consigam, até mesmo, visualizar esse tipo de conteúdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa abordagem em relação à segurança é também baseada em três eixos, que incluem a prevenção, a detecção por meio do sistema de inteligência artificial e a resposta. O nosso principal foco é, justamente, a prevenção de danos antes que eles aconteçam e sempre que possível. A gente está particularmente focado na questão da prevenção, porque a gente acredita que é muito importante impedir que as atividades prejudiciais aconteçam. É muito mais efetivo a gente conseguir detectar isso antes do que atuar depois de isso já estar ali disponível.

Em relação aos nossos recursos, a gente conta com uma central de segurança, em que a gente disponibiliza *links* para um extenso conteúdo voltado para a segurança, incluindo conteúdos específicos para grupos mais vulneráveis, como, por exemplo, jovens, mulheres, e também sobre temas específicos, como *bullying*, assédio, discurso de ódio etc.

E por fim, eu ressalto aqui que a gente coopera com as autoridades de aplicação da lei, como eu mencionei anteriormente. A gente disponibiliza um sistema *online* para autoridades 24 horas, sete dias por semana, para as autoridades de investigação criminal, como, por exemplo, delegados, Ministério Público, juízes criminais, para que eles possam enviar e acompanhar as requisições de prevenção, de preservação de evidências, registros de contas de forma célere e efetiva.

As nossas solicitações são todas analisadas, processadas, inclusive com divulgação de dados, quando for o caso. Ao verificar uma situação que envolve um risco iminente para qualquer tipo de usuário, risco de morte, de danos físicos graves etc., que exige a divulgação imediata de informações, isso é feito de maneira célere.

Esses pedidos contam com uma equipe que está disponível 100% do tempo. A gente conta com uma equipe dedicada a isso. E possuímos, nessa nossa equipe dedicada, inclusive, uma equipe formada por ex-policiais, que é responsável pelo engajamento e também pelo treinamento no uso desse sistema *online*. Essa equipe também se dedica, de maneira específica, a atuar juntamente com essas autoridades, realizando orientações sobre como fazer essa coleta de dados, orientar a questão da persecução penal e apoiar o desenvolvimento desses programas especiais.

Por meio desse nosso sistema de solicitações *online* para as autoridades de aplicação da lei, nós adotamos todas as medidas necessárias também para poder fazer a preservação das evidências pelo prazo de 90 dias, prorrogáveis, em relação a registros de contas, conteúdos etc. A autoridade pode rapidamente enviar essas solicitações por meio desse sistema. Aqui, na nossa página, o formulário para poder realizar essas requisições está disponível. Por meio dele, é possível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requisitar preservação de conta, fazer solicitações de emergência, além de requisitar também retenção e disponibilidade de dados.

Então, esse foi um apanhado bem geral sobre como é a nossa abordagem em relação à segurança, reafirmando aqui o nosso compromisso com a segurança de todos e também a nossa colaboração com as autoridades, especialmente com esse tema tão sensível. Com isso, eu queria encerrar aqui a minha apresentação, devolver a palavra ao Senador Mourão e agradecer, mais uma vez, pela oportunidade. A gente fica aqui totalmente à disposição para poder aprofundar essa conversa e para poder fornecer outras informações que sejam necessárias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado à Sra. Taís Niffinegger, representante da Meta, com uma apresentação muito clara sobre a preocupação com segurança da empresa, baseada em cinco pilares, que são suas parcerias, suas políticas, as ferramentas utilizadas, os recursos, retroalimentação, os números de funcionários empregados na proteção e moderação, e também, vamos dizer, o total apoio ao trabalho das autoridades policiais e a conexão que tem com as autoridades policiais.

Por meio do e-Cidadania, nós recebemos algumas manifestações de cidadãos e cidadãs, e eu gostaria de compartilhar aqui com os debatedores, apenas para demonstrar a preocupação da nossa população com esse tema.

O Anderson, de Santa Catarina, diz: "Além de regular a divulgação de crimes, o protocolo inclui iniciativas de conscientização e educação para reduzir a violência nas escolas?". Isso foi bem abordado aqui por alguns dos nossos debatedores.

A Carla, de São Paulo: "De que forma a regulação o*nline* pode reduzir a disseminação de conteúdo violento relacionado a crimes escolares?". Também foi abordado aqui.

Hindemburg, do Ceará: "Como o projeto prevê [...] [a implementação de] acompanhamento psicológico para as vítimas e familiares de vítimas de tais crimes?". Esse é um assunto que está pendente ainda.

"Existem exemplos internacionais de protocolos semelhantes que foram bem-sucedidos? O que podemos aprender com essas experiências?". Essa é do Antônio, do Amazonas. Vai bem ao encontro do que a Roberta colocou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deyvison, do Rio de Janeiro: "Quando [as] propostas para regulamentação de *sites* e redes sociais [...] [com o objetivo de coibir] esse tipo de crime voltarão a ser discutidas?". Vêm sendo discutidas de forma bem abrangente.

Carolina, do Paraná: "Como o projeto regula o conteúdo nas redes sociais sem incorrer em censura ou limitar excessivamente a liberdade de expressão dos usuários?". É exatamente o que foi ao encontro do que apresentaram o Gustavo e os nossos representantes da Abert e da Abratel. E, no nosso comentário inicial, sempre há essa preocupação com o equilíbrio entre a liberdade de expressão, que é um bem em que a gente não pode transigir, e a segurança.

Ísis, da Bahia: "O PL 2.264/2023 deve priorizar a educação emocional nas escolas, ajudando a prevenir a violência e promovendo um ambiente saudável". É o trabalho que vem sendo feito pela SaferNet, pela própria Meta, com a própria Polícia Federal cooperando nisso.

Fabrício, do Rio de Janeiro: "Quais mecanismos de fiscalização e responsabilização estão previstos no projeto para evitar a glorificação de agressores nas escolas?". Está previsto e agora nós temos que encontrar, vamos dizer, o equilíbrio nessa questão.

Marcela, de Minas Gerais: "Como vincular a efetividade da lei proposta com a desigualdade social, maioridade penal e saúde mental nas escolas?". É um tema abrangente.

Márcia, do Pará: "Como será a punição legal das plataformas que agregam, disseminam e divulgam a organização desses grupos?".

José, da Paraíba: "Quais medidas serão adotadas para evitar que a regulação viole a liberdade de expressão online?". Olha a preocupação constante.

Iasmin, de Rondônia: "Quais critérios o PL [...] [adotará] para diferenciar a divulgação de informações legítimas da promoção inadvertida de violência em escolas?".

E o Anderson, do Ceará: "Assim como é necessário um protocolo de controle da informação de tais crimes é fundamental um plano de ação nacional de prevenção".

Agora vamos iniciar o encerramento da nossa atividade.

Eu vou abrir a palavra aos nossos debatedores, por até dois minutos, para as suas considerações finais, iniciando pela Sra. Roberta Jacarandá, já que o Marcelo Lacerda está em reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROBERTA JACARANDÁ (Para expor.) – Só reforçando aqui: a gente reitera que a melhor solução é uma solução colaborativa, é uma solução que traga uma responsabilidade bem calibrada, que, ao mesmo tempo em que vai trazer segurança para o ambiente digital, não vai violar os direitos humanos, as liberdades constitucionais.

A gente viu aqui algumas das plataformas trazendo as iniciativas e aprimorando as próprias iniciativas. Eu acho que esse é um indicativo de que aquilo que o *Christchurch Call*, que é aquela iniciativa colaborativa que eu mencionei, propõe vem mostrando essa eficácia: as próprias plataformas desenvolvendo, as emissoras também, com seus códigos, com suas diretivas.

E eu acho que essa colaboração entre governo, Parlamento, sociedade civil vai sempre apertando esses parafusos, vai mostrando onde se precisa aprimorar, indicando onde se precisa melhorar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA JACARANDÁ (Para expor.) – Esses canais de denúncia e notificação também são muito importantes.

Então, eu acho que, com essa abordagem colaborativa, a gente tem grandes chances de atacar esses problemas e também conseguir evoluir quando os problemas vão mudando, porque, às vezes, quando a gente coloca alguma especificidade em lei, vão surgindo outros problemas no meio digital e a gente não consegue, com a mesma rapidez, também trazer uma resposta.

Então, é só reforçar que, com educação e essa abordagem colaborativa, eu acho que temos grandes chances de conseguir melhorar o ambiente digital.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Sra. Roberta.

Com a palavra a Sra. Alice Voronoff, representante da Abert.

A SRA. ALICE BERNARDO VORONOFF (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, Senador, obrigada. Parabenizo-o pelo belíssimo trabalho.

As contribuições deixaram muito claros a preocupação e o compromisso da Casa Legislativa com o equacionamento da liberdade de expressão com os outros valores que causam hoje preocupação e devem ser protegidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que, nessa fala final e refletindo sobre tudo que foi dito, fazendo coro aos dados que foram apresentados pelo representante da Polícia Federal, pelo próprio Samir, parece à Abert muito claro que, hoje, o sistema de responsabilização das plataformas, que está pautado ali no art. 19 do marco civil da internet, é um sistema que nasceu sob uma premissa de neutralidade das plataformas que acabou se provando inverídica. Hoje, os modelos de algoritmos disseminam informações com uma capacidade que não é alcançada por esse modelo, que é um modelo de uma imunidade que acaba gerando incentivos muito negativos e desproteção, resultados de desproteção.

Então, hoje, basicamente, esses conteúdos, por mais que exista toda uma preocupação e políticas de retirada de conteúdos, acabam se perpetuando com ritmo e velocidade que parecem que não são alcançáveis. E, hoje, o modelo de notificação para retirada não existe. Na verdade, as plataformas são notificadas e só retiram o conteúdo por decisões judiciais. De modo que acho que também há um consenso aqui de que esse olhar para esse modelo também está na ordem do dia e será tratado no bojo das discussões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passo a palavra ao Sr. Gustavo Borges, da LabSul.

O SR. GUSTAVO BORGES (Para expor.) – Quero saudar, Senador, por este debate. Todos queremos um ambiente livre de violência, seguro e saudável.

Nossas sugestões de revisão do art. 21-A visam uma melhoria em relação à garantia da viabilidade técnica, aliada a uma reflexão de proteção dos direitos humanos, em especial, a liberdade de expressão. Também penso que se pode refletir a respeito de um protocolo que seja claro e eficiente de notificação, um fluxo para permitir uma atuação ágil.

E, por fim, sugerimos programas de educação digital para conscientizar os usuários sobre os riscos. Acho que essa é uma fala que ecoa entre todos os colegas; e gostaria de saudar pela abertura deste debate...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO BORGES – ... que envolve diversos atores que vão propiciar que tenhamos um texto equilibrado, que consiga entregar para a população um retorno que ela espera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Gustavo.

Passo a palavra ao Sr. Samir Nobre, da Abratel.

O SR. SAMIR NOBRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, muito obrigado, Presidente, pela oportunidade. Gostaria de parabenizá-lo pela condução da audiência pública – acho que foi fundamental para entendermos esse problema. E, quanto ao pedido do representante do Google, Marcelo Lacerda, para que eu faça a denuncia dos conteúdos que estão há seis, dois, três anos lá na rede, sem que sejam derrubados, eu vou fazer isso no meu compromisso como cidadão, mas eu esperava um pouco mais do Google: que ele fizesse um compromisso de retirar, e não simplesmente delegasse para mim.

Embora crimes cometidos há seis anos e expostos não sei se configuram omissão, mas eu deixo essa questão para o delegado da Polícia Federal, o Dr. Valdemar.

Mas eu queria deixar uma proposta aqui, Presidente. Eu não vou ficar inerte a essa fala do Dr. Valdemar e gostaria de fazer um convite ao Dr. Valdemar para que ele levasse essa exposição, que fez nesta audiência, para a TV aberta. Então, deixo aqui um convite para que ele dê uma entrevista para o *JR News*, um programa que nós temos na TV Record, uma das associadas da Abratel. Está feito o convite, Dr. Valdemar. Acho que é de extrema importância que a sua fala vá para toda a sociedade, e que a gente leve esse vídeo, inclusive, para o YouTube, para que ele possa fazer um contraponto a esses vídeos de violência que estão lá estabelecidos.

O nosso coordenador legislativo, o Portela, está aí presente e vai se identificar e coletar seus dados. E deixo aqui também um convite para você, Presidente Hamilton Mourão, para que você também participe de uma entrevista com a gente para falar sobre esse projeto de lei. E lanço aqui um desafio: uma das maiores audiências que nós temos no YouTube sobre esse programa do *JR News* é justamente uma entrevista com o Senador Hamilton Mourão, na época em que ele era Vice-Presidente da República. Acredito que, com a relevância desse tema, a gente possa bater esse recorde de audiência e levar essa informação para toda a sociedade.

Mais uma vez, gostaria de reforçar o compromisso da Abratel com esse tema, e estamos aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Samir, e agora vamos passar a palavra ao Dr. Valdemar Latance Neto, da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDEMAR LATANCE NETO (Para expor.) – Obrigado novamente pelo convite, Exmo. Senador Mourão.

Eu, nestas considerações finais, gostaria de insistir nesse mecanismo que chamei de "conheça o seu usuário", para que as grandes provedoras de aplicação ajudem a combater o anonimato.

Nós vimos que os cidadãos que se manifestaram têm uma preocupação com a liberdade de expressão, e esse mecanismo, que eu sugeri, não traz nenhuma violação à liberdade de expressão, porque todo mundo vai ter a possibilidade de se manifestar livremente, mas vai responder por aquilo que publicou, e os provedores de aplicação vão identificar para a polícia quem são as pessoas que fizeram a publicação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDEMAR LATANCE NETO – Eu exalto novamente o Senado por este debate fundamental e agradeço ao Exmo. Senador Mourão pela condução brilhante dos trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passo a palavra agora à Sra. Juliana Cunha, da SaferNet.

A SRA. JULIANA CUNHA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu quero só reforçar o que já foi dito e trazer também o que a gente entende como uma boa prática.

A gente sabe que esse é um problema muito complexo, cuja solução não está apenas no âmbito da segurança pública ou na legislação. É preciso um trabalho multissetorial de, especialmente, envolvimento das plataformas, mas também da sociedade civil, do poder público e da academia; é um trabalho coordenado. Especialmente, é um trabalho que envolve a educação, e aí eu trago a capacitação dos educadores: colocar a educação digital como parte da formação continuada dos educadores, para que isso permita uma melhor convivência no ambiente escolar e, claro, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. A gente já tem na BNCC uma série de habilidades a serem desenvolvidas no âmbito socioemocional e é importante que a gente fortaleça o currículo promovendo a aquisição dessas habilidades.

Por fim, o fortalecimento também dos canais de ajuda e de apoio: a gente tem algumas iniciativas no Brasil, mas elas ainda são tímidas, são pequenas. Não há uma política pública voltada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a escuta e o apoio de crianças e jovens, e a gente sabe que, em muitos casos, se houvesse um atendimento, se houvesse um apoio mais precoce, muitos desses casos teriam sido evitados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Sra. Juliana.

Passo a palavra à Sra. Taís Niffinegger, representante da Meta.

A SRA. TAÍS NIFFINEGGER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Aqui nas nossas considerações finais, a gente queria enfatizar também a importância da colaboração de todos os atores da sociedade, cada um no seu âmbito de atuação, nos esforços de prevenção, principalmente, focados na educação, na detecção, ou seja, no aperfeiçoamento e no desenvolvimento da tecnologia para a detecção de conteúdo violador, e também no aperfeiçoamento dos mecanismos de resposta, que incluem não só os mecanismos de denúncia como a atuação da equipe de moderação e também a cooperação com as autoridades de aplicação da lei.

Muito obrigada.

A gente fica à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bem, eu queria agradecer a todas as debatedoras e a todos os debatedores, porque as observações aqui colocadas vão melhorar o projeto. Eu solicito que enviem ao meu gabinete as suas observações que dizem respeito a pontos que não estão da melhor forma dentro desse projeto, de modo que a gente possa criar um substitutivo e, consequentemente, ter um projeto que seja adequado para combater o que nós queremos combater, com uma técnica legislativa mais correta e, principalmente, que seja exequível. Nós temos muitos problemas de colocar algum tipo de legislação, e, quando chega a hora de colocá-la em execução, ela não tem condições de ser executada, seja pelo encarregado de fazer cumprir-se a lei, seja por quem tem que julgar, seja por quem tem que cumprir. Então, nós temos que colocar um projeto que atinja o objetivo e que, principalmente, seja exequível por todos os atores envolvidos.

Então, mais uma vez, meus agradecimentos. Começamos uma segunda-feira de trabalho de forma magnífica!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Leila Barros, Plínio Valério, Jayme Campos, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Paulo Paim, Carlos Portinho, Rosana Martinelli, Eduardo Girão e Castellar Neto, e ainda dos Senadores Damares Alves, Izalci Lucas, Confúcio Moura, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Fernando Farias, Sérgio Petecão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4528, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para estender a pessoas jurídicas dos segmentos de bares e restaurantes, hotelaria e turismo e academias de musculação a possibilidade de substituir as contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por contribuição sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6118, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2260, de 2024 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Caucaia, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Kitesurf." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 570, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que "institui a Bolsa-Atleta", para incluir na destinação da Bolsa-Atleta as modalidades surdolímpicas e atualizar termos utilizados nessa norma." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o parecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 12, de 2024** que: "Requer criação de grupo de trabalho, com o objetivo de realizar estudos, no âmbito da Comissão de Esporte, sobre o Projeto de Lei nº 864/2019, que altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 13, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 6118/2023" **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/04

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de setembro de 2024.

Comunicado da Presidência. Na passagem de mais um dia que celebra o profissional de educação física, 1º de setembro, não poderia deixar de dizer algumas palavras sobre essa atividade tão importante para a vida e a saúde de todos nós.

Além de ter sido atleta profissional, como muitos de vocês sabem, eu também fui estudante do curso de Educação Física. Claro que depois ficou complicado conciliar os estudos com intensa rotina de jogar futebol profissional, mas me lembro com muito carinho das aulas, dos colegas e, sobretudo, do fascínio que tinha em aprender mais sobre o funcionamento do corpo humano e da sua mecânica na atividade física.

Não é segredo para ninguém que uma das bandeiras que tenho em minha atuação parlamentar é a valorização desses profissionais que estão tão conectados à qualidade de vida das pessoas. Até por brigar muito pelas questões ligadas à saúde, como nas batalhas que enfrentamos contra o rol taxativo dos planos de saúde e por mais acesso a tratamentos e remédios para doenças raras, logo percebi que a atividade física era aliada fundamental da prevenção e até mesmo da cura de doenças.

Nessa caminhada foram vários os projetos que encaminhamos e encampamos para valorizar a profissão, posso citar aqui o PL 2.486, de 2001, que tive a grata missão de relatar e que regulamentou o funcionamento do Conselho Federal e dos conselhos regionais de Educação Física, medida fundamental para o bom exercício e valorização da profissão.

Fui autor também do projeto que determina a presença do profissional de educação física nas escolinhas de futebol, fundamental para a boa formação e adequação dos treinamentos para o atleta ainda em formação. Não posso deixar de mencionar também a relatoria dos projetos que regulam a cobrança da taxa das academias para o *personal trainer*, determinando cargas horárias mínimas escolares de educação física e que dão incentivo ao desporto escolar na LDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em todas essas ações legislativas fui guiado pela certeza de que valorizar a educação física e o seu profissional qualificado e regulamentado é não apenas dar oportunidade para os profissionais de pleno exercício de suas capacidades, mas, sobretudo, oferecer à população a possibilidade de uma prática regular que vai trazer muitos benefícios à sua saúde e dar mais qualidade de vida para todos, em todas as idades e condições.

Quero, portanto, deixar registrado aqui o meu abraço e a minha admiração a todos os profissionais de educação física do Brasil e quero reafirmar o meu compromisso de sempre defender essa causa que certamente contribui bastante para a saúde do povo brasileiro.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião, realizada em 2 de setembro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. (*Pausa.*)

Quero agora passar a Presidência para o meu amigo e irmão Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e a todas presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação, fundamentalmente o tripé, TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado.

Prazerosamente na Presidência de Romario de Souza Faria, desta Comissão de Esportes, importante e sempre atuante, por todas as qualidades e por tudo que significa o homem público Romário, eu imediatamente chamo o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que "instituiu a Bolsa Atleta*", para incluir na destinação da* Bolsa Atleta *as modalidades surdolímpicas e atualizar termos utilizados nessa norma.*

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela prejudicialidade

Concedo a palavra ao Senador Romario de Souza Faria para a leitura do seu relatório, amigo e irmão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito bem, meu Presidente, vou direto à análise.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, nada há que desabone o projeto em análise. Todavia, a regimentalidade da proposição está comprometida, pois o Plenário do Senado já acatou o tema, quando da deliberação do Projeto de Lei que instituiu a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 68, de 2017.

Ocorre que a Senadora Leila Barros, Relatora em Plenário do PLS nº 68, de 2017, incorporou ao seu texto as disposições do PL nº 570, de 2020, acolhendo a Emenda nº 104, apresentada pela própria Senadora Mara Gabrilli, autora do PL nº 570, de 2020.

Essas alterações foram aprovadas também pela Câmara dos Deputados e sancionadas pelo Presidente da República. Assim, todo o teor do PL nº 570, de 2020, já se encontra positivado em nossa legislação, na Lei Geral do Esporte. Esse diploma normativo revogou, incorporou e atualizou a Lei da Bolsa Atleta.

Dessa forma, em observância ao art. 334, inciso II, do Risf, consideramos que a matéria está prejudicada em razão de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 570, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Com a palavra para a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

De imediato, vamos ao item 5, que é do Presidente Romário.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 12, DE 2024

- Não terminativo -

Requer criação de grupo de trabalho, com o objetivo de realizar estudos, no âmbito da Comissão de Esporte, sobre o Projeto de Lei nº 864/2019, que altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Concedo a palavra ao Senador Romário, o autor deste requerimento.

Por fineza, irmão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

A proposta ora analisada visa remover a barreira ao vínculo de emprego e contribuir para a profissionalização da arbitragem desportiva no país. Contudo, durante as audiências públicas realizadas no âmbito da Comissão de Esporte do Senado Federal verificou-se que não há um entendimento pacificado sobre o tema.

Dessa forma, é fundamental a criação de um grupo de trabalho para a discussão de relevante assunto, democratizando o espaço de debate sobre referido tema, que afeta não só o futebol, mas todas as modalidades desportivas. Contudo, tendo em vista o maior poder econômico da modalidade futebol, as discussões inicialmente terão como foco esta modalidade.

Para isso, a Comissão deverá contar com a contribuição de especialistas, técnicos e representantes dos setores concernentes ao tema a fim de subsidiar as discussões e propor soluções efetivas para os problemas identificados.

Para iniciar os trabalhos, sugerimos os seguintes participantes:

1. Vicente Pithon, Consultor Legislativo, que atuará como coordenador do grupo de trabalho;

2. Representante da Confederação Brasileira de Futebol (CBF);

3. Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol;

4. Presidente da Associação de Árbitros de Futebol do Brasil (Abrafut);

5. Presidente da Comissão de Arbitragem da Federação Paulista de Futebol;

6. Presidente da Comissão de Arbitragem da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro;

7. Representante do Ministério do Esporte;

8. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;

9. o Sr. Luís Antônio Silva Santos, ex-árbitro de Futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10. o Sr. Rafael Bozzano, advogado;

11. o Sr. Anderson Daronco, árbitro de Futebol;

12. o Sr. Salmo Valentim, Presidente da Anaf (Associação dos Árbitros de Futebol);

13. o Sr. Raphael Claus, árbitro de futebol;

14. o Sr. Evandro Rogério Roman, ex-árbitro de futebol e político brasileiro;

15. Assessoria Técnica dos Senadores da Comissão do Esporte;

16. Além de outras indicações que ocorrerão de acordo com as necessidades verificadas durante a desenvolvimento desse trabalho.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com este requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo prazerosamente a Presidência desta Comissão de Esporte ao nosso genial craque em tudo Romario de Souza Faria, para a sequência dos trabalhos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4528, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para estender a pessoas jurídicas dos segmentos de bares e restaurantes, hotelaria e turismo e academias de musculação a possibilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de substituir as contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por contribuição sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senado Carlos Portinho para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador. Seja bem-vindo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, querido Presidente, Senador Romário.

Parecer do PL nº 4.528, de 2021.

Peço vênia, Presidente, para ir direto à análise, considerando que o parecer foi previamente publicado.

Conforme disposto no Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp opinar sobre proposições que versem acerca de políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva, a exemplo desse projeto.

A manifestação da CEsp, desta Comissão, terá como foco os aspectos esportivos da proposição, visto que os elementos tributários e financeiros serão abordados quando de sua deliberação pela CAE, bem como os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No que diz respeito ao mérito esportivo, somos favoráveis, sim, ao projeto.

A proposição tem o intuito de desonerar a folha de pagamentos de empresas que se dediquem a atividades de condicionamento físico, como academias de musculação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecimentos similares, a exemplo do que já ocorre com empresas de diversos outros segmentos da economia.

A inclusão das academias na proposta de desoneração da folha de pagamentos é uma medida com implicações significativas no contexto esportivo, particularmente quando se considera o momento em que o projeto foi apresentado, em dezembro de 2021, período marcado por desafios sem precedentes trazidos pela pandemia da covid. Essa inclusão é um reconhecimento da importância do setor para o bem-estar da população e para a promoção da saúde, com benefícios que vão muito além dos aspectos econômicos.

Durante a pandemia, o setor de atividades físicas e esportivas foi um dos mais impactados. As restrições de distanciamento social e as medidas de *lockdown* levaram ao fechamento temporário ou à redução da capacidade de funcionamento de academias e outros locais de condicionamento físico, resultando em perdas significativas de receita. A despeito disso, é unânime a opinião de que manter uma rotina de exercícios é essencial não apenas para a saúde física, mas também para o equilíbrio mental, fator este que ganhou destaque em tempos de pandemia.

A inclusão dessas empresas na desoneração da folha de pagamentos é uma resposta às dificuldades enfrentadas pelo setor e um reconhecimento do papel fundamental que as atividades físicas desempenham na promoção da saúde e do bem-estar geral. Academias e estabelecimentos similares não são apenas locais de exercício físico, mas também comunidades de apoio que promovem hábitos saudáveis, aliviam o estresse e combatem doenças relacionadas ao sedentarismo.

De fato, os benefícios da prática regular de atividades físicas são amplamente conhecidos. Elas contribuem para a prevenção e o controle de doenças crônicas, melhora da saúde mental, fortalecimento do sistema imunológico e promoção da longevidade.

A inclusão, portanto, de empresas de condicionamento físico na medida proposta é um reconhecimento do papel essencial que elas desempenham na sociedade. É uma medida que tem implicações positivas para a saúde pública, alinhando-se com a importância crescente de manutenção de um estilo de vida ativo e saudável, o que revela os benefícios extensivos da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero deixar claro que a nossa análise se resume exatamente aos critérios esportivos e ao seu mérito – o mérito esportivo. O projeto vai passar por outras Comissões.

Enquanto, na nossa reforma tributária, que, dizem – eu votei contra –, vai melhorar o ambiente de negócios, fato é que, desde a covid-19, alguns segmentos e setores foram muito prejudicados e não tiveram... Enquanto outros foram assistidos, alguns não tiveram a mesma dedicação.

Então, o Senador Veneziano traz luz e a necessidade de olhar para esse segmento, porque, de fato, eles ficaram fechados, perderam clientes, muitos faliram, inclusive. E se alguns estão retomando as suas atividades agora, nada mais justo: que gozem, ainda que temporariamente, algum benefício.

Então, em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.528, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Portinho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, eu tenho um outro projeto. Se puder haver a inversão da pauta, é o 2.260, de 2024, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2260, DE 2024

- Terminativo -

Confere ao Município de Caucaia, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Kitesurf.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Portinho, para a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Parecer para a leitura do PL 2.260, de 2024.

Presidente, peço vênia para ir direto à análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado, compete a este Colegiado manifestar-se a respeito de proposições que versem sobre políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva, tema afeto ao projeto de lei em análise.

Segundo essa norma, foi confiada à CEsp a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar o mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais e jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimental da proposição. A matéria é terminativa nesta Comissão.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais da matéria, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa.

No que diz respeito ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto. Desde 1985, quando os irmãos franceses Bruno e Dominique Legaignoux criaram o *kitesurf,* a partir da combinação de elementos do *surf,* parapente e *windsurf*, o esporte se popularizou mundialmente, encontrando no Brasil – especialmente no Nordeste – condições geográficas e climáticas ideais para sua prática durante quase o ano inteiro – eu acrescentaria que, também no nosso estado, na Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, o esporte é bastante desenvolvido, especialmente na cidade de Armação dos Búzios

Com suas praias e ventos fortes e constantes, como a famosa Praia do Cumbuco, Caucaia, no Ceará, é o celeiro, um verdadeiro paraíso para os entusiastas do *kitesurf* e atrai velejadores e esportistas de *kitesurf* de todo o mundo.

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória – reconhecendo a Praia de Cumbuco, Caucaia –, por consequência, essa iniciativa proposta. No mérito, somos favoráveis à concessão do título de Capital Nacional do *Kitesurf* ao Município cearense de Caucaia, estimulando, assim, a prática desse esporte na sua origem.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto 2.260, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação, o Projeto de Lei nº 2.260, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim". Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia, meu amigo Rodrigo Cunha, Senador. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – SIM, 6; NÃO, 0.

Zero abstenção.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6118, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Romário, eu achei esse projeto muito interessante. Fui Relator dele na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa e, neste momento, debruçando-me mais sobre o assunto, também recebi a colaboração de vários outros colegas.

Primeiro, deixando muito claro: algo que nós ainda não fizemos, como Parlamentares, foi conseguir aprovar uma lei que considere os *e-sports* (esportes eletrônicos) esportes. Ainda não há essa formalidade no país, e é muito importante que isso aconteça. Na minha opinião, por todos os levantamentos que eu fiz, no mundo inteiro, já estamos nesse patamar de equiparar os *e-sports* a uma categoria esportiva.

Neste momento aqui, o que o Senador Izalci Lucas busca é dar um incremento, dar um apoio através da arrecadação das loterias, mas a Senadora Leila conversou bastante comigo ontem, pediu para amadurecer ainda alguns pontos e, inclusive, o pessoal da economia está preocupado com a forma também como está sendo inserida essa destinação dos recursos para que a gente não venha a aprovar neste momento e ter dificuldades em conseguir aprovar o projeto em lei.

Então, eu solicito a V. Exa. a retirada de pauta e, se possível, o compromisso de já pautar na próxima reunião, quando nós já teremos um parecer definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, se me permite, queria até elogiar a atitude do Senador Rodrigo Cunha e eu iria pedir vista, Senador Rodrigo.

Essa é uma discussão que a gente até já levou para o Plenário, qual é a natureza jurídica dos esportes eletrônicos, porque a gente não pode olhar para o recurso, a gente tem que pensar na origem, qual é a natureza jurídica deles.

O que me parece, e eu tenho dito, é que muitas das associações que defendem estão olhando para onde está o pote, o que, na minha opinião, mesmo que fosse para olhar, tem outros dois potes que não podem ser desprezados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje em dia no esporte já falta recurso para a formação de atletas, para o esporte *master*, e eu sei por que foi uma briga a gente colocar recurso de loteria para o esporte *master*, para os projetos esportivos sociais. E aí a gente vai colocar mais um para pedir mais recurso dentro do mesmo pote, que já é pequeno?

Pensando na natureza jurídica dos esportes eletrônicos, eles têm um viés cultural, inclusive já vi o mesmo setor brigando por recursos da cultura para o esporte eletrônico, e ele tem, e aí é a minha opinião, já manifestei da tribuna isso, como principal viés a tecnologia.

Os esportes eletrônicos, se a gente pegar desde o Donkey Kong ou até antes lá, enfim, do primeiro joguinho eletrônico, estão intimamente associados à evolução tecnológica das coisas, o seu uso na gameficação, na educação.

O Ministério de Ciência e Tecnologia tem recurso, tem projeto, tem investido na formação de programadores, desenvolvedores de esportes eletrônicos.

Senador Izalci, estamos aqui discutindo a natureza jurídica e elogiando que o Senador Rodrigo Cunha pediu para retirar de pauta e eu pediria vista, mas é uma grande discussão.

A gente não pode olhar para onde está o dinheiro – então, é ali que tem dinheiro, o esporte eletrônico é esporte. Aí, quando interessa, ele é cultura, porque tem muito filme que vem dos esportes eletrônicos. Não, aí quando não interessa, ele é tecnologia. Esse pote do esporte já está muito vazio, os atletas já brigam dentro dele por esses recursos. A cultura já tem também um pote que é muito grande, cada vez fica maior, é verdade, mas que tem os seus atores brigando por recurso ali, e tem um pote que não tem ninguém brigando por esses recursos que, inclusive, é da área em que está a sua *expertise*, de ciência e tecnologia.

Se ciência e tecnologia investissem nos esportes eletrônicos, a gente iria ter um ganho nesse setor de tecnologia muito maior do que a simples discussão se isso é uma prática esportiva ou não, se o cara corre, se o cara fica sentado, se o cara vira a noite.

Eu reconheço, eu acompanho os esportes eletrônicos, eu vibro com todos eles: os de tiro, as próprias modalidades olímpicas de que a FIFA se apropriou. Por isso, acho que, no seu relatório, você coloca muito bem que, hoje em dia, já tem uma direção para os esportes. Porque, se a FIFA já se apropriou disso, a gente passa a achar que é esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me preocupa muito é que o recurso do esporte já é muito reduzido, e eu acho que a gente precisa discutir melhor a natureza jurídica dos esportes eletrônicos, sem olhar para o pote de dinheiro que tem no final do arco-íris, mas pensando, para a sociedade, qual é de fato a sua função social.

Obrigado. Eu fiz só um *brainstorm* aqui, um pensamento em voz alta, mas realmente eu próprio me debato muito com isso.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Se me permite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Só para contribuir com essa informação, Senador Portinho, tendo em vista que V. Exa. é um *influencer* aqui dentro do Senado Federal, então, a opinião de V. Exa. influencia vários outros colegas. E aqui, eu quero apenas tentar esclarecer que, de fato, o *gamer* é multidisciplinar. Quando se fala em tecnologia, tem que ter muito investimento em tecnologia, mas esse investimento é para desenvolver o sistema, melhorar os equipamentos; é para qualificar a construção do *gamer*. Tem também a parte do entretenimento. Se você somar hoje – eu não sabia disso há dois anos – a indústria da música com a indústria do cinema, os *games* já têm mais que o dobro de arrecadação por ano. Então, realmente, é fora do comum. É cultura também, então aí tem outro foco.

Mas o que nós estamos tratando aqui são aquelas pessoas que se formam em equipes, que têm treinadores, que têm patrocinadores, que vão viajar, que vão competir, que usam a mente. Inclusive, fazendo uma comparação: quando se fala em esportes, que teria que ter uma mobilidade, que teria que ter algum outro tipo de ação física, a gente faz uma comparação com o xadrez, pois o xadrez também é considerado um esporte. Você utiliza a mente; são estratégias.

É algo nesse sentido que nós estamos falando; não é algo de investimentos. Então, a gente não vai buscar o setor de tecnologia para patrocinar um treinador que vai estar ali acompanhando. Nós podemos buscar tecnologia para desenvolver um *game* melhor, mas, no sentido de equipe, de atleta, de entrosamento, de competição – que é isso que é hoje também:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competição –, essas pessoas são diferentes dos *games*, de quem faz o *game*, do sistema, de toda aquela situação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixe-me colocar mais um elemento nessa discussão, até para ouvir o nosso autor. Quando a gente diz que inclui a Confederação Brasileira de Games e Esports no Sistema Nacional do Esportes, a gente justamente está colocando-a dentro de um guarda-chuva, em que há uma confederação, há federações, há uma estrutura política.

E o que eu sei é que essa matéria é muito dividida dentro desse setor, porque muitos não querem estar submetidos a uma confederação. Por exemplo, no futebol, quem é dono da franquia futebol é a FIFA, por isso que a gente não pode mexer muito, por isso que ela tem autonomia. Porque você pode querer inventar uma regra nova no futebol, até por processo legislativo, só que você não vai poder chamar de futebol; vai ter que dar um outro nome, uma derivação qualquer, porque quem dita as regras do futebol é a FIFA. Eles vão querer estar debaixo, o setor quer estar debaixo de uma confederação que vai ditar as regras.

Sei que muitos deles, através dos desenvolvedores, incentivam as suas competições, que não estão filiadas à confederação, a esse... Vou falar em português claro, a uma igrejinha, porque o Romário sabe o que é uma confederação de futebol, as federações, os clubes... É uma grande igrejinha, que tem dono tudo isso. E a tecnologia é livre.

Acho até que essa discussão, se me permite, em audiência pública, é necessária. Se todos chegarem aqui e disserem: "Não, a gente quer ter um Presidente, que vai mandar em todo o setor", tudo bem, eu topo na hora. Mas isso sem considerar a natureza jurídica, porque pode ser muito problemático.

Estou pensando na estrutura, porque, quando você entra no Sistema Nacional do Esporte, você se sujeita, por exemplo, ao Código Brasileiro de Justiça Desportiva, que é um só para todas as modalidades. Inclusive, é a nossa briga para derrubar o veto. E temos aí reunião a ser feita com o Ministro Fufuca, porque o melhor é que cada modalidade se autorregule, só que não é assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na hora em que um atleta for suspenso numa competição, o senhor vai ter que ter um tribunal de justiça desportiva, ele vai ter que submeter ao tribunal...

Olha, eu vejo até pela ementa do projeto: "[...] incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports no Sistema Nacional do Desporto" – olha as implicações que tem e, talvez, acho que essa bola é dividida – "e destinar-lhes recursos oriundos da arrecadação [...]". Ou seja, o projeto olha para o pote no final do arco-íris, ele não olha para tudo que envolve, para essas consequências.

Se o setor disser que quer ter um Presidente, que vai mandar, que não vai ser a empresa de tecnologia desenvolvedora que vai poder fazer a sua competição, alijando a confederação... Porque hoje você não pode fazer um torneio de futebol se não for reconhecido pela FIFA, pela CBF, pela federação do seu estado... É isso que os *gamers* querem? Acho muito difícil.

Então, acho que essa discussão... Queria ouvir até o autor, sabendo que foi retirado de pauta, mas para a gente perceber que tem várias indagações, ao entrar no sistema nacional desportivo, inclusive no direito desportivo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Bem, primeiro, Presidente, quero agradecer a V. Exa., antes de colocar esse projeto na pauta.

Acho que o Relator tem um conhecimento profundo dessa matéria. A gente precisa esclarecer, primeiro, que esse recurso não está saindo, não está sendo dividido com *e-sports*. Ele foi adicionado, sem mexer na distribuição do esporte tradicional, como já havia outros projetos lá atrás, quando foi discutido com a Senadora Rose e com a Senadora Leila.

Então, não está tirando do esporte esse valor, está tirando dos prêmios, realmente, da Caixa Econômica, uma parcela irrisória. Mas, de qualquer forma, é um esporte já tradicional – nós temos mais de 30 milhões de praticantes. Inclusive, a Copa do Mundo deste ano deverá ser no Rio de Janeiro aqui, a Copa do Mundo de games.

Não sou contra, evidentemente, a audiência pública. Não tenho nenhuma dificuldade. Agora, a gente precisava agilizar isso, porque essa matéria já está tramitando há algum tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é bom lembrar isso, não há realmente divisão de recursos, retirada de recursos da parte desportiva.

O Relator Rodrigo tirou da pauta, mas eu gostaria de pedir a V. Exa. então que a gente marcasse imediatamente essa audiência pública. A gente faz o requerimento. Se V. Exa. puder já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se a gente puder, não sei se já seria o caso de aprovar e depois encaminhar o requerimento aqui... Algumas Comissões já fizeram isso.

Ou podemos também apresentar o requerimento e votar na semana que vem. Mas, em função da urgência, quanto mais cedo a gente aprovar essa audiência, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Izalci, se V. Exa. quiser apresentar aqui um requerimento oral neste momento, a gente aprova, e os nomes depois V. Exa. manda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k. Então, eu pediria a V. Exa. que colocasse esse pedido meu de requerimento de audiência pública para que os colegas pudessem aprovar, e eu encaminho, imediatamente depois, os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em votação o requerimento oral do Senador Izalci.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Falha nossa. É o Senador Rodrigo Cunha quem tem que apresentar oralmente esse requerimento, porque V. Exa. não é membro.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Senador Presidente Romário, de fato, é um assunto que já está até maturado, já aconteceram audiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas sobre esse assunto, que foi o assunto mencionado aqui pelo Portinho, a questão de se os *games* são esporte ou não. O projeto trata da inclusão das confederações. Então, poderia ficar muito mais restrita essa audiência pública para que isso seja proveitoso para o projeto em si. Aqui, a gente não vai discutir se os *games* são esporte ou não, e sim basear em cima do sistema, como coloca aqui, o Sistema Nacional do Desporto, se seria contra ou a favor incluir os *games* no Sistema Nacional do Desporto. O foco não seria se os *games* são esportes ou não, porque isso aí já foi um assunto até que o Governo Federal envolveu em outro momento.

Então, aqui eu faço o requerimento oral no intuito de ter a aprovação dos colegas de uma audiência pública sobre o Sistema Nacional do Desporto e a inclusão dos *games* em suas categorias.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em votação, o requerimento oral do Senador Rodrigo Cunha.

Aquele Senador ou Senadora que o aprova permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, Senador.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, tem como marcar já essa audiência?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora, neste momento, não, mas marcaremos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nada havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos pela participação.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9203932B0065D22F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.